



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - DOUTORADO

ALUIZIO ALFREDO CARSTEN

POR QUE GUERREIAM OS KAINGANG DOS *KORAN-BANG-RÊ*?
História, cosmologia e território de um povo Jê no Sul do Brasil

DOURADOS – MS

2026

POR QUE GUERREIAM OS KAINGANG DOS *KORAN-BANG-RÊ*? História, cosmologia e território de um povo Jê no Sul do Brasil.

ALUIZIO ALFREDO CARSTEN

ALUÍZIO ALFREDO CARSTEN

POR QUE GUERREIAM OS KAINGANG DOS KORAN-BANG-RÊ?
História, cosmologia e território de um povo Jê no Sul do Brasil

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: *História, região e identidades*.

Linha de Pesquisa: Povos Indígenas e tradicionais: Territórios, Políticas e Etnoconhecimentos.

Orientador: Prof. Dr. Lucio Tadeu Mota

DOURADOS - MS

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C321p Carsten, Aluizio Alfredo

POR QUE GUERREIAM OS KAINGANG DOS KORAN-BANG-RÊ? História, cosmologia e território de um povo Jê no Sul do Brasil [recurso eletrônico] / Aluizio Alfredo Carsten. -- 2026.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Lúcio Tadeu Mota.

Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2026.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Etno-história. 2. Jê no Sul. 3. Kaingang. 4. Guarapuava. I. Mota, Lúcio Tadeu. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

ALUIZIO ALFREDO CARSTEN

POR QUE GUERREIAM OS KAINGANG DOS KORAN-BANG-RÊ?
História, cosmologia e território de um povo Jê no Sul do Brasil

TESE PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em 07 de abril de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Prof. Dr. Lucio Tadeu Mota (UEM/UFGD)

Documento assinado digitalmente
 **LUCIO TADEU MOTA**
Data: 08/04/2026 09:00:54-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

1ª Examinadora:

Prof. Dra. Cláudia Inês Parellada (UFPR)

Documento assinado digitalmente
 **CLAUDIA INES PARELLADA**
Data: 08/04/2026 12:03:08-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

2º Examinador:

Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes (UFPR)

Documento assinado digitalmente
 **RICARDO CID FERNANDES GIORDANO**
Data: 08/04/2026 09:19:19-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

3º Examinador:

Prof. Dr. Thiago Leandro Vieira Cavalcante (UFGD)

 **THIAGO LEANDRO VIEIRA CAVALCANTE**
Data: 14/04/2026 08:55:10-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

4º Examinador:

Prof. Dr. Éder da Silva Novak (UFGD)

Documento assinado digitalmente
 **EDER DA SILVA NOVAK**
Data: 13/04/2026 16:23:23-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

5ª Examinadora / suplente:

Prof. Dra. Leilane Patrícia de Lima (UEM)

6º Examinador / suplente:

Levi Marques Pereira (UFGD)

Para meus mortos. E para Caetano, que me faz vivo.

AGRADECIMENTOS

O caminho para chegar até o doutorado foi longo e, desde a graduação, contou com incentivos e parcerias que, sem as quais, chegar até aqui não seria possível. Não poderia deixar de agradecer aos colegas e professores do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da Universidade Estadual de Maringá (LAEE-UEM) que guiaram meus primeiros passos, em especial ao meu orientador nesta longa jornada, o professor Dr. Lucio Tadeu Mota, que sempre com paciência ajudou-me a me tornar um pesquisador.

Da UEM, devo, ainda, agradecer ao professor Dr. José Henrique Rollo Gonçalves que contribuiu para o entendimento de que um pesquisador é, sobretudo, um trabalhador, que ganha a sua vida produzindo conhecimento. Ter essa consciência foi o que me fez encarar a pesquisa como um meio de vida, com o qual me mantive desde então.

Na minha formação também devo agradecer as oportunidades de amadurecimento profissional, um caminho duro que aprendi a percorrer com arqueóloga Dra. Claudia Inês Parellada que, literalmente, me ensinou o “caminho dos líticos” e das cerâmicas.

Entre o mestrado na Universidade Estadual de Maringá e o ingresso no curso de doutorado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) contei com o companheirismo e amizade de uma equipe de trabalho diversa, enquanto atuei como consultor em projetos de Licenciamento Ambiental - Componente Indígena. Portanto, agradeço a Paulo Roberto Homem de Góes, Rodrigo Salles Fontes Graça, Maicon Marcante, e Noberto Takumi Doi, junto com estes aprofundi a experiência de “chão de aldeia”.

Também não poderia deixar de agradecer a todas as comunidades com as quais trabalhei nesse período: Terra Indígena Ywy Porã, TI Laranjinha, TI Pinhalzinho, TI Barão de Antonina, TI São Jerônimo, TI Apucarantina, TI Queimadas, TI Mococa, TI Ilha da Cotinga, TI Sambaqui, TI Marrecas e Comunidade Quilombola Família Bispo.

As ideias apresentadas nessa tese foram germinadas durante o processo de Licenciamento Ambiental de dois empreendimentos hidrelétricos que afetaram a TI Marrecas. Posteriormente, o empurrão final para me jogar nas “terras altas” foi a participação enquanto ouvinte no *Ciclo de Debates Virtuais Estudo Jê no Sul*, organizados pelos antropólogos Dr. Ricardo Cid Fernandes (UFPR) e Dr. Rogério Reus Gonçalves da Rosa (UFPEL). Desde então, meus principais interlocutores foram Leticia Fernandes, Paulo Roberto Homem de Góes,

Rodrigo Salles Fontes Graça e Glauco Constantino Perez. Todos acreditaram, mais do que eu, que essa jornada seria possível.

Com o ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, passei por um processo de retomada da rotina acadêmica, com as aulas de Teorias da História ministradas pelos professores Dr. Eudes Fernando Leite e Dr. Fernando Perli, as quais me reconectaram com a disciplina, me fazendo refletir principalmente no meu lugar como historiador. Também não poderia deixar de mencionar as aulas de Etno-História e de Africanos e Indígenas no Espaço Atlântico, conduzidas com sabedoria e principalmente acolhimento do professor Dr. Guilherme Galhegos Felipe, quem ensinou mais do que o conteúdo programático, mas o respeito as diferenças teóricas e empatia com as lutas que cada pessoa enfrenta em suas particularidades.

Na disciplina Seminário de Pesquisa, as discussões orientadas pelo professor Dr. Éder da Silva Novak na Linha de Pesquisa Povos Indígenas e tradicionais: territórios, políticas e etnoconhecimentos foram essenciais para o amadurecimento do projeto de pesquisa. Assim como a disciplina Povos Indígenas: territórios, territorialidades e direitos territoriais no Brasil, ministrada pelo professor Thiago Leandro Cavalcante, cujo profissionalismo deve ser seguido.

Aos colegas de turma 2021 da UFGD, os quais contribuíram imensamente com o debate nas disciplinas e fora delas. Devo nomear, em especial: Lucineide Demori, Emanuel Jardel Alves, Anderson Freitas, Nathalia Claro Moreira e Marcos Ramires, que também me apoiaram nas angústias advindas nesse período. A Nathalia especialmente pela revisão da tese.

Aos servidores da UFGD, em especial a Wallace e Danielly Lopes, da secretaria do PPGH/UFGD, que assim como o professor Dr. Éder da Silva Novak, sempre me ajudaram com as questões burocráticas do doutorado.

Fora da UFGD, cursei disciplinas em três programas de pós-graduação. Na Universidade Estadual de Maringá – (UEM), frequentei como ouvinte a disciplina Tópicos Especiais em Cultura I, ministrada pelo Professor Dr. Lucio Tadeu Mota e Dr. Glauco Constantino Perez. Na Universidade Estadual de Ponta Grossa – (UEPG), cursei como aluno especial a disciplina de História, Cultura e Natureza, ministrada pela professora Dra. Alessandra Izabel de Carvalho e Dra. Evelyn Roberta Nimmo. Na Universidade Estadual do Centro-Oeste – (Unicentro), realizei créditos como aluno especial na disciplina Tópicos Especiais IV: Regiões na História Regional, ministrada pelo professor Dr. Oséias de Oliveira. Todas as

disciplinas contribuíram grandemente para o amadurecimento da pesquisa, portanto, aos professores e colegas dessas instituições, deixo meus agradecimentos.

Para a confecção dos mapas contidos nesta tese, contei com a imensa ajuda das geógrafas Larissa Dionísio, e Marisa D. Amaral. Nas transcrições de documentos manuscritos recebi a contribuição de Alekssiane Carvalho. A elas, muito obrigado!

Também agradeço a Fátima Koyo Lourenço da TI Faxinal e Neusa Luis, Kaingang da TI Marrecas, mas residente em Guarapuava. As duas me guiaram a pensar sobre as palavras Kaingang e suas traduções, as duas estão isentas de qualquer mal compreensão de minha parte. A Neusa Luis, também agradeço a presença e cuidado com meu filho Caetano, enquanto nos últimos anos, me ausentei na sala ao lado.

Todos os amigos, que aguentaram alguma conversa afiada sobre minha tese. Rodrigo Graça, Gabi, Paulo Góes, Beatriz, Paulo Hayduke, Lígia, Fábio Bacila. Certamente seríamos todos repreendidos pelo Pe. Montoya e pelo Pe. Chagas.

Essencial para minha permanência no doutorado foi a bolsa concedida pelo Programa de Pós-Graduação Emergentes e em Consolidação em Áreas Prioritárias nos Estados, parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT-MS).

Agradeço também aos meus pais José Aluizio Carsten e Maria Helena Ribeiro Carsten. A “Dona” Elena Passoni Fernandes, e toda a nossa família, que sempre que puderam ajudaram de alguma forma para que eu me dedicasse as minhas atividades da pesquisa.

Quando decidi por elaborar o projeto de doutorado para submeter a seleção da UFGD, estava residindo em Colíder, no Norte do Mato Grosso. Desde então, foram mais duas mudanças, Guarapuava e Tomazina, sempre períodos difíceis, em que, sem a minha rede de apoio que consiste na minha companheira Leticia Fernandes e no nosso filho Caetano, essa realização não seria possível. Reconheço todas as dificuldades que me ajudaram a enfrentar e, de certa forma, vencer. Foi o amor por eles e deles que sempre me fizeram continuar. Sem vocês, nada seria possível.

O forasteiro estendeu-se sob o pedestal. O sol alto o despertou. Comprovou sem assombro que as feridas cicatrizaram; fechou os olhos pálidos e dormiu, não por fraqueza da carne, mas por determinação da vontade. Sabia que esse templo era o lugar que seu invencível propósito postulava; sabia que as árvores incessantes não conseguiram estrangular, rio abaixo, as ruínas de outro templo propício, também de deuses incendiados e mortos; sabia que sua imediata obrigação era o sonho. Por volta da meia-noite, despertou-o o grito inconsolável de um pássaro. Rastros de pés descalços, alguns figos e um cântaro advertiram-no de que os homens da região haviam espiado respeitosos seu sonho e solicitavam-lhe o cuidado ou temiam-lhe a mágica. Sentiu o frio do medo e na muralha dilapidada buscou um nicho sepulcral e se tapou com folhas desconhecidas.

Jorge Luis Borges

RESUMO

Os *Koran-bang-rê* (Grandes Campos Abertos – os Campos de Guarapuava) consistem em um território tradicionalmente habitado pelos Kaingang desde o período pré-colonial. No entanto, a historiografia tradicional, e mesmo a que propôs a escrita de uma história indígena para a região, privilegiou a história da conquista. Com esta proposição tenho o objetivo de investigar a história dos Kaingang dos *Koran-bang-rê* a partir de uma perspectiva que conecte temporalidades. Partindo da ruptura da dicotomia entre Pré-história/História, busco demonstrar continuidades e transformações da história Kaingang na região. Opto pelo método da Etno-história, que prima pela interdisciplinaridade para compor a História Indígena. Conexões temporais, no entanto, não visam uma narrativa sobre todos os aspectos da história, e sim três hipóteses a serem investigadas: a) A presença de um grande aterro anelar nas proximidades da TI Marrecas, e o ímpeto com que os Kaingang defenderam esse território tradicional, sugerem que no período pré-colonial os *Koran-bang-rê* tenham sido um grande centro (ritual, político e territorial) Kaingang; b) Que os *Koran-bang-rê* sejam resultado de um processo de territorialização ocorrido no período pré-colonial, fato que foi marcado na paisagem pela construção de estruturas anelares e montículos de enterramento, e; c) Que os *Koran-bang-rê* tenham sido um território referencial não só no período pré-colonial enquanto centro ritual, político e territorial, mas que se manteve durante o período colonial.

Palavras-chave: Etno-história; Jê no Sul; Kaingang; Guarapuava.

ABSTRACT

The *Koran-bang-rê* (Large Open Fields – Fields of Guarapuava) consist of a territory traditionally inhabited by the Kaingang since the pre-colonial period. However, traditional historiography, and even that which proposed writing an indigenous history for the region, privileged the history of conquest. With this proposition I aim to investigate the history of the Kaingang of the *Koran-bang-rê* from a perspective that connects temporalities. Starting from the rupture of the dichotomy between Prehistory/History, I seek to demonstrate continuities and transformations in Kaingang history in the region. I opt for the Ethnohistory method, which strives for interdisciplinarity to compose Indigenous History. Temporal connections, however, do not aim at a narrative about all aspects of history, but rather three hypotheses to be investigated: a) The presence of a large ring landfill in the vicinity of the TI Marrecas, and the impetus with which the Kaingang defended this territory traditional, suggest that in the pre-colonial period the *Koran-bang-rê* were a major Kaingang center (ritual, political and territorial); b) That the *Koran-bang-rê* are the result of a process of territorialization that occurred in the pre-colonial period, a fact that was marked in the landscape by the construction of ring structures and burial mounds, and: c) That the *Koran-bang-rê* have been a reference territory not only in the pre-colonial period as a ritual, political and territorial center, but which remained during the colonial period.

Keywords: Ethnohistory; Jê in the South; Kaingang; Guarapuava.

RESUMEN

Los *Koran-bang-rê* (Grandes Campos Abiertos – Campos de Guarapuava) constituyen un territorio tradicionalmente habitado por los Kaingang desde el período precolonial. Sin embargo, la historiografía tradicional, e incluso aquella que propuso escribir una historia indígena para la región, privilegió la historia de la conquista. Con esta propuesta, busco investigar la historia de los Kaingang de los *Koran-bang-rê* desde una perspectiva que conecte temporalidades. A partir de la ruptura de la dicotomía entre Prehistoria/Historia, procuro demostrar continuidades y transformaciones en la historia Kaingang en la región. Opto por el método de la Etnohistoria, que busca la interdisciplinariedad para componer la Historia Indígena. Las conexiones temporales, sin embargo, no pretenden construir una narrativa sobre todos los aspectos de la historia, sino más bien investigar tres hipótesis: a) La presencia de un gran aterro anelar en las proximidades de la TI Marrecas, así como el ímpetu con el que los Kaingang defendieron este territorio tradicional, sugieren que, en el período precolonial, los *Koran-bang-rê* constituían un importante centro Kaingang (ritual, político y territorial); b) Que los *Koran-bang-rê* son el resultado de un proceso de territorialización ocurrido en el período precolonial, hecho que quedó marcado en el paisaje mediante la construcción de estructuras anelares y montículos funerarios; y c) Que los *Koran-bang-rê* fueron un territorio de referencia no solo en el período precolonial, como centro ritual, político y territorial, sino que mantuvieron esa condición durante el período colonial.

Palabras clave: Etnohistoria; Jê del Sur; Kaingang; Guarapuava.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - PROPOSIÇÃO INICIAL DO POLÍGONO DOS KORAN-BANG-RÊ.....	43
MAPA 2 - BACIAS HIDROGRÁFICAS COM READEQUAÇÃO DO POLÍGONO DOS KORAN-BANG-RÊ.....	45
MAPA 3 - PROPOSIÇÃO DO POLÍGONO DOS KORAN-BANG-RÊ.....	47
MAPA 4 - SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS NOS KORAN-BANG-RÊ E ADJACÊNCIAS	234
MAPA 5 - SÍTIOS DE OCUPAÇÃO NÃO-INDÍGENA E SÍTIOS DE OCUPAÇÃO INDÍGENA ASSOCIADOS AO PERÍODO HISTÓRICO	264
MAPA 6 - SÍTIOS DE OCUPAÇÃO INDÍGENA ATRIBUÍDOS AO PERÍODO PRÉ-COLONIAL	272
MAPA 7 - ATERROS ANELARES E SEPULTURAS	560

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01- ADAPTAÇÃO DO MAPA CHOROGRAPHICO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ RELACIONADO AOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO SÉCULO XIX.	40
FIGURA 02. PLANTA DO TERRENO DESCOBERTO DE GUARAPUAVA (COM ALTERAÇÕES)	124
FIGURA 03. ESTIMATIVA DAS TERRAS DE ATALAIA E SEPULTURA	195
FIGURA 04 – GRÁFICO I – ARQUEÓLOGOS COORDENADORES COM SÍTIOS REGISTRADOS	235
FIGURA 05. ESTRUTURAS DE PEDRA (MUROS) PRESENTES NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO MANGUEIRÃO.	238
FIGURA 06. FURNA 01 (SECADOR ARTESANAL DE ERVA MATE), MALHA 02, SÍTIO TRONQUEIRA.....	239
FIGURA 07. TRECHO DA ANTIGA ESTRADA.....	241
FIGURA 08. TRINCHEIRA.....	242
FIGURA 09. MATERIAL ARQUEOLÓGICO EVIDENCIADO NO NÍVEL 1 DA UNIDADE 100E/120N DO SÍTIO TURVO.....	248
FIGURA 10, CONCENTRAÇÃO DE “NÓS DE PINHO” EVIDENCIADOS NO NÍVEL 3, ENTRE AS UNIDADES 99E/120N E 99E/119N, ESCAVADAS NO SÍTIO TURVO 2.....	249
FIGURA 11. A - CACHIMBO CERÂMICO RELACIONADO A TRADIÇÃO TUPIGUARANI ENCONTRADO NAS PROXIMIDADES DO SÍTIO JOSÉ BONETTI 1.	254
FIGURA 12. FRAGMENTOS COM TECNOLOGIA ASSOCIADA A CONTEXTO JÊ DO SUL NO SÍTIO PCH CONFLUÊNCIA 8.....	257
FIGURA 13. TIPOS DE MANUFATURA IDENTIFICADAS NOS FRAGMENTOS CERÂMICOS DO SÍTIO PCH CONFLUÊNCIA 10.....	259
FIGURA 14. NÍVEL 2 DA ESCAVAÇÃO DA QUADRÍCULA 100E/90N DO SÍTIO PCH CONFLUÊNCIA 11.....	291
FIGURA 15. MATERIAIS EVIDENCIADOS NA ESCAVAÇÃO DO NÍVEL 2 DA UNIDADE 100E/89N DO SÍTIO PCH CONFLUÊNCIA 11.....	292
FIGURA 16. DISTINÇÃO ENTRE SUPERFÍCIE ALISADA E BRUNIDA.	299
FIGURA 17. VASILHA INTACTA, CLASSIFICADA COMO MINIATURA.....	303

FIGURA 18. ESTRUTURA EVIDENCIADA ENTRE O TERCEIRO E QUARTO NÍVEL DA UNIDADE 100E/100N.	308
FIGURA 19 - MATERIAL LÍTICO IDENTIFICADO POR URBANCK NA ÁREA DO SÍTIO FAXINAL DA BOA VISTA 1.	312
FIGURA 20 - MATERIAL CERÂMICO IDENTIFICADO POR URBANCK NA ÁREA DO SÍTIO FAXINAL DA BOA VISTA 1.	312
FIGURA 21 - ATERRO ANELAR DO SÍTIO FAXINAL DA BOA VISTA 1, COM POLÍGONO DE DELIMITAÇÃO DO SÍTIO, ESTABELECIDO PELA ESPAÇO ARQUEOLOGIA (2022D).	314
FIGURA 22 - PLANTA DA ESTRUTURA CIRCULAR E PERFIL TOPOGRÁFICO DO SÍTIO FAXINAL SAUDADES DE SANTA ANITA 1.	315
FIGURA 23 - ESTRUTURA SUBTERRÂNEA COM 5 METROS DE DIÂMETRO. A LINHA TRACEJADA INDICA TOPO DO ATERRO COM NIVELAMENTO.	317
FIGURA 24 - ESTRUTURA SUBTERRÂNEA COM 3 METROS DE DIÂMETRO. A LINHA TRACEJADA INDICA TOPO DO ATERRO COM NIVELAMENTO.	318
FIGURA 25 - PEQUENO ALMOFARIZ ENCONTRADO NO SÍTIO ENTRE MORROS.	321
FIGURA 26 - FRAGMENTO COM APLIQUE, SÍTIO ENTRE MORROS.	322
FIGURA 27 - FRAGMENTO CERÂMICO COM UNGULADO, ENCONTRADA EM SUPERFÍCIE DO SÍTIO ARROIO DO TANQUE.	330
FIGURA 28 - ESTRUTURA DE FOGUEIRA COMPLETAMENTE EVIDENCIADA NO NÍVEL 4 DA TRINCHEIRA 2, SÍTIO ARROIO DO TANQUE.	331
FIGURA 29 - GRÁFICO – FAIXA ALTIMÉTRICA DOS SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA PESQUISADOS POR PARELLADA (2007).	349
FIGURA 30 - GRÁFICO DE ALTITUDE DOS SÍTIOS DO BAIXO RIO JORDÃO E PRÓXIMOS A SUA FOZ NO RIO IGUAÇU.	360
FIGURA 31 - ARQUEÓLOGAS DA DOSSEL, REALIZANDO MEDIÇÃO DA CASA SUBTERRÂNEA NA FAZENDA BOIKO.	367
FIGURA 32 - GRÁFICO DAS ALTITUDES DOS SÍTIOS REGISTRADOS POR CHMYZ (1981), POSICIONADOS A SUDOESTE DOS KORAN-BANG-RÊ	378
FIGURA 33 - GRÁFICO DAS ALTITUDES DOS SÍTIOS REGISTRADOS POR CHMYZ (1981), CONFORME COORDENADAS ESTIMADAS NESTA PESQUISA.	379

FIGURA 34 - FRAGMENTO DE ESTATUETA EM CERÂMICA, ENCONTRADA NO SÍTIO PR BV 7: PORTO SANTANA.....	382
FIGURA 35 - GRÁFICO – ALTITUDE DOS SÍTIOS, CONFORME PARELLADA (2014).....	388
FIGURA 36 - SÍTIO ABRIGO PAREDINHA 1 - GRAVURA DO PAINEL DO ABRIGO 1	396
FIGURA 37 - SÍTIO PAREDINHA 1 – PAINEL 1 DO ABRIGO 3.	396
FIGURA 38 - SÍTIO PAREDINHA 1 – PAINEL 2 DO ABRIGO 3.	397
FIGURA 39 - SÍTIO PAREDINHA 1 – PAINEL 3 DO ABRIGO 3.	397
FIGURA 40 - SÍTIO PAREDINHA 1 – PAINEL 4 DO ABRIGO 3	398
FIGURA 41. SÍTIOS DE OCUPAÇÃO INDÍGENA NO PERÍODO HISTÓRICO, PRÓXIMOS A TI MARRECCAS.....	403
FIGURA 42. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA REGIÃO DO RIO MARRECCAS.	410
FIGURA 43. SÍTIO PAREDINHA 1 E SÍTIOS ATRIBUÍDOS AO PERÍODO HISTÓRICO, PRÓXIMOS A TI MARRECCAS.....	411
FIGURA 44 - SÍTIOS DA REGIÃO DO RIO MARRECCAS ATRIBUÍDOS AO PERÍODO PRÉ-COLONIAL.	415
FIGURA 45. SÍTIOS DO COMPLEXO CONFLUÊNCIA.....	417
FIGURA 46. SÍTIOS DO COMPLEXO CONFLUÊNCIA SITUADOS NO VALE DO RIO MARRECCAS.....	418
FIGURA 47. SÍTIOS NA PARTE ALTA DO RIO MARRECCAS, NO ENTORNO DA TI MARRECCAS.	423
FIGURA 48. SITIO FAXINAL DE SANTA ANITA 1	424
FIGURA 49 - CATEDRAL NOSSA SENHORA DE BELÉM – CERRO VERDE KRĨ TÉJ (MORRO ALTO) E CERRO VERDE 1 E 2	431
FIGURA 50. PAISAGEM A OESTE DO CERRO VERDE 1.	433
FIGURA 51.- ESTIMATIVA DO PERÍMETRO PERCORRIDO PELA EXPEDIÇÃO DE ANTÔNIO DA ROCHA LOURES EM 1831.....	435
FIGURA 52. LOCAL ESTIMADO COMO ÁREA DE PESCA DOS KAINGANG EM 1826.	437
FIGURA 53.MAPPA DO CAMPO DE GUARAPUAVA COM A DIVIZÃO DOS TERRENOS APPLICADOS Á FREGUESIA DO BELEM, ALDÊA DA ATALAYA E POVOADORES PORTUGUEZES, PELO P. FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA EM 1821.	442

FIGURA 54. RECORTE DO “MAPPA DO CAMPO DE GUARAPUAVA E TERRITÓRIOS COR” [...], DESENHADO PELO MARECHAL DANIEL PEDRO MÜLLER (1815)	443
FIGURA 55. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO ALTO RIO PIQUIRI.....	447
FIGURA 56 - LOCALIZAÇÃO DO SÍTIO PR BV 3: RIO BARRA MANSA 2.....	478
FIGURA 57 - SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA PRÓXIMOS A FOZ DO RIO XAGU	479
FIGURA 58 - SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA ENTRE O RIO CRIM E A MARGEM DIREITA DA FOZ DO RIO CAVERNOSO	482
FIGURA 59 - ÁREA DE TOPO APLAINADO ENTRE OS SÍTIOS	484
FIGURA 60 - ÁREA PLANA ENTRE OS SÍTIOS.....	484
FIGURA 61 - POSIÇÃO DO ATERRO ANELAR NA FOZ DO RIO CAVERNOSO	485
FIGURA 62 - ATERRO ANELAR NA MARGEM ESQUERDA DA FOZ DO RIO CAVERNOSO	486
FIGURA 63 - SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS MÉDIO RIO CAVERNOSO	488
FIGURA 64. SÍTIOS GUARANI RELACIONADOS AO PERÍODO HISTÓRICO, NAS MARGENS DO RIO JORDÃO	493
FIGURA 65. SÍTIOS TUPIGUARANI E FAZENDAS COM VESTÍGIOS HISTÓRICOS NÃO-INDÍGENAS.....	496
FIGURA 66. SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA ATRIBUÍDOS AO PERÍODO PRÉ-COLONIAL, SÍTIOS TUPIGUARANI ATRIBUÍDOS AO PERÍODO HISTÓRICO E SÍTIOS HISTÓRICOS DE OCUPAÇÃO NÃO INDÍGENA PRÓXIMOS AO RIO JORDÃO.....	501
FIGURA 67. GRÁFICO DAS DIMENSÕES DOS SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA DESCRITOS POR PARELLADA (2007)	502
FIGURA 68. SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA COM DIMENSÕES MENORES QUE 80X50M NA REGIÃO DO RIO JORDÃO	503
FIGURA 69 - PLANTA DO FORTE DE NOSSA SENHORA DO CARMO: QUE O COMANDANTE DE EXPEDIÇÃO CANDIDO XAVIER DE ALMEYDA FUNDOU DE NOVO NOS CAMPOS DE GURAPUABA DESCOBERTOS EM 7 DE SETEMBRO DE 1770.....	508
FIGURA 70. LOCAL ESTIMADO DO FORTE NOSSA SENHORA DO CARMO E CAMPANHAS DO NORTE E CAMPANHAS DO SUL	509
FIGURA 71. ESTIMATIVA DE LOCALIZAÇÃO DO PORTO DO FUNIL.....	512

FIGURA 72. SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA NO SUDESTE DOS KORAN-BANG-RÊ.....	514
FIGURA 73. ITINERÁRIO DE CÂNDIDO XAVIER E AFONSO BOTELHO (1772).....	518
FIGURA 74. PORTO PINHÃO DO RIO JORDÃO, ITINERÁRIO DE BOTELHO EM DEZEMBRO DE 1771 E LOCALIZAÇÃO DOS RANCHOS (ALDEIAS).	523
FIGURA 75. LOCALIZAÇÃO ESTIMADA DAS ÚLTIMAS DUAS ALDEIAS ALCANÇADAS POR BOTELHO EM 1771 E SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO ENTORNO.....	526
FIGURA 76. POÇO MERGULHO?	538
FIGURA 77. POSIÇÃO DA CACHOEIRA LAJEADO GRANDE – POSSÍVEL PONTO DE PASSAGEM DA EXPEDIÇÃO DE COMANDADA POR PAULO CHAVES EM 29/12/1773.	540
FIGURA 78. REPRESENTAÇÃO ICONOGRÁFICA DE MANOEL SOARES DO VALLE (1811) E ATERROS ANELARES.....	550
FIGURA 79. ESTIMATIVA DA LOCALIZAÇÃO DA SEPULTURA INDICADA NA PLANTA DE MANOEL SOARES DO VALLE EM 1811 E ATERROS ANELARES.	552
FIGURA 80. SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA NO ENTORNO DO ATERRO ANELAR DO FAXINAL DA BOA VISTA 1.....	558
FIGURA 81. SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA NO ENTORNO DO ATERRO FOZ DO CAVERNOSO.	558
FIGURA 82. ILUSTRAÇÃO DO MONTÍCULO FUNERÁRIO DOS KAINGANG DE SÃO PAULO FEITA POR MANIZER.....	577

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS CHEFIAS KAINGANG NO RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, MANUEL PINTO DE SOUZA DANTAS FILHO, EM 16 DE FEVEREIRO DE 1880.....	205
TABELA 2 - SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS LEVANTADOS NA DOCUMENTAÇÃO DISPONÍVEL NO SEI-IPHAN (1991-2024).....	218
TABELA 03 - SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS POR MUNICÍPIOS CONFORME RELAÇÃO DO CNSA E DO SEI-IPHAN.	229
TABELA 4 - LOCALIZAÇÃO ESTIMADA DE SÍTIOS SEM GEORREFERENCIAMENTO	231
TABELA 5 - SÍTIOS DE OCUPAÇÃO NÃO-INDÍGENA.....	237
TABELA 6 - SÍTIOS DE OCUPAÇÃO INDÍGENA RELACIONADOS AO PERÍODO HISTÓRICO	245
TABELA 7 - SÍTIOS DE OCUPAÇÃO INDÍGENA “PRÉ-COLONIAL”	267
TABELA 8 - SÍTIOS SETOR 1 – NORTE / NORDESTE DOS KORAN-BANG-RÊ – REGIÃO DO RIO MARRECAS E PROXIMIDADES	275
TABELA 9 - SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA PESQUISADOS POR PARELLADA (2007)	337
TABELA 10 - SÍTIOS DO BAIXO RIO JORDÃO E PRÓXIMOS A SUA FOZ NO RIO IGUAÇU	356
TABELA 11 - SÍTIOS DO SETOR 3 - SUDESTE DOS KORAN-BANG-RÊ, MUNICÍPIO DE CRUZ MACHADO	362
TABELA 12 - SÍTIOS REGISTRADOS POR CHMYZ (1981), POSICIONADOS A SUDOESTE DOS KORAN-BANG-RÊ	374
TABELA 13 - SÍTIOS REGISTRADOS POR PARELLADA (2013A; 2014), POSICIONADOS A SUDOESTE DOS KORAN-BANG-RÊ	386
TABELA 14 - SÍTIOS RUPESTRES REGISTRADOS NOS KORAN-BANG-RÊ	393
TABELA 15. CARACTERÍSTICAS DOS ATERROS ANELARES DOS KORAN-BANG-RÊ.....	554
TABELA 16 - INTERPRETAÇÕES DOS ARQUEÓLOGOS SOBRE OS SÍTIOS PCH CONFLUÊNCIA 7 A 16.....	562
TABELA 17 - DATAÇÕES DE SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA NOS KORAN-BANG-RÊ	591

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C. – Antes de Cristo

ADA - Área Diretamente Afetada

AFASSA – Associação Faxinalense Saudade de Santa Anita

AID – Área de Influência Direta

AII – Área de Influência Indireta

AD – *Anno Domini*

AP – Antes do Presente

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

d.C. – Depois de Cristo

ECI – Estudo do Componente Indígena

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

FUNDECT/MS – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul

GPS - Sistema de Posicionamento Global

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LT – Linha de Transmissão

Ltda – Linha de Transmissão e Distribuição

PAPIPA – Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

Pe. – Padre

SE - Subestação

Séc. - Século

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

TI – Terra Indígena

UHE – Usina Hidrelétrica

UTM - Universal Transverse Mercator

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - OS RÊ E OS JÊ: ESPAÇO E SOCIEDADE	30
1.1. OS RÊ: (RE) CONSTRUINDO UM ESPAÇO DE ANÁLISE PARA A HISTÓRIA KAINGANG	30
1.2. ITARARÉ-TAQUARA E A ASSOCIAÇÃO COM OS JÊ NO SUL.....	51
1.3. OS JÊ NO SUL E A MACROUNIDADE ÉTNICA KAINGANG	88
1.4. OS KAINGANG DOS KORAN-BANG-RÊ: RELAÇÕES INTRÍSECAS ESTRE ESPAÇO E SOCIEDADE	96
CAPÍTULO II - DESTERRITORIALIZAÇÕES E TERRITORIALIZAÇÕES NOS KORAN-BANG-RÊ	105
2.1. RESISTÊNCIA TERRITORIAL	106
2.2. ESTRATÉGIA, CONQUISTA, RESISTÊNCIA E DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS KORAN-BANG-RÊ	109
2.3. A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS KAINGANG DE ATALAIA E SEPULTURA.....	130
2.4. AS REIVINDICAÇÕES DE ATALAIA E SEPULTURA E A CRIAÇÃO DO ALDEAMENTO MARRECA	134
2.5. A TERRITORIALIZAÇÃO EM MARRECA	191
2.6. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO II	209
CAPÍTULO III - ARQUEOLOGIA NOS KORAN-BANG-RÊ: CARACTERÍSTICAS E ESPACIALIZAÇÃO DOS SÍTIOS	216
3.1. SÍTIOS DE OCUPAÇÃO NÃO-INDÍGENA.....	237
3.2. SÍTIOS DE OCUPAÇÃO INDÍGENA ATRIBUÍDOS AO PERÍODO HISTÓRICO	244
3.3. SÍTIOS DE OCUPAÇÃO INDÍGENA ATRIBUÍDOS AO PERÍODO PRÉ-COLONIAL.....	266
3.3.1. SÍTIOS DO SETOR 1 – NORTE / NORDESTE DOS KORAN-BANG-RÊ – REGIÃO DO RIO MARRECA E PROXIMIDADES	274
3.3.2. SÍTIOS DO SETOR 2 - CENTRO-SUL DOS KORAN-BANG-RÊ, REGIÃO DO RIO JORDÃO	334
3.3.3. SÍTIOS DO SETOR 3 - SUDESTE DOS KORAN-BANG-RÊ, REGIÃO DO MUNICÍPIO DE CRUZ MACHADO	360
3.3.4. SÍTIOS DO SETOR 4 – SUDOESTE DOS KORAN-BANG-RÊ, REGIÃO DO BAIXO RIO CAVERNOSO E ADJACÊNCIAS, NO RIO XAGU	372
3.4. SÍTIOS RUPESTRES NOS KORAN-BANG-RÊ.....	392
3.5. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO III	399
CAPÍTULO IV - POR QUE GUERREIAM OS KAINGANG DOS KORAN-BANG-RÊ? UMA ETNO-HISTÓRIA DE TRANSFORMAÇÕES E CONTINUIDADES.....	402
4.1. SÍTIOS DE OCUPAÇÃO NÃO-INDÍGENA.....	402
4.2. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E OS KAINGANG DA REGIÃO DO RIO MARRECA	402

4.3. OS KAINGANG E SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NOS CAMPOS DAS <i>NERINHÉ</i>	426
4.4. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E OS KAINGANG NOS <i>MIN-KRIN-IA-RÊ</i>	472
4.5. NÃO-ÍNDÍGENAS, ÍNDÍGENAS E SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO GOYO QUIMIM E IGUAÇU – NOS <i>KORAN-BANG-RÊ</i>	491
4.6. SEPULTURAS, MONTÍCULOS E ATERROS ANELARES	548
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	587
REFERÊNCIAS.....	594
FONTES.....	607
APÊNDICE 1. PROCESSOS CONSULTADOS NO SEI-IPHAN.	624

INTRODUÇÃO

. Os *Koran-bang-rê*¹ (Grandes Campos Abertos – os Campos de Guarapuava), consistem em um território tradicionalmente habitado pelos Kaingang desde o período pré-colonial. Conforme Lúcio Tadeu Mota (2000a), a delimitação cartográfica desse espaço/território foi realizada entre 1840 e 1860 pelo engenheiro John Henry Elliot,² que retratou a cobertura vegetal do período. No mapa de Elliot, apresentado na figura 01 no primeiro capítulo, um dos campos identificados corresponde aos Campos de Guarapuava.

Sobre os Kaingang nos *Koran-bang-rê*, há uma extensa discussão referente à segunda metade do século XVIII, mas sobretudo sobre o século XIX, dentre as quais, destaco as realizadas nos trabalhos de Oliveira (1948), Macedo (1951), Mota (1994; 2000a; 2000b; 2016; 2022a; 2022b), Mota & Novak (2008), Durat (2011; 2019), Takatuzi (2014), Souza (2015), Weigert (2021), Moura (2021) e Bonetti (2025). A partir de fontes decorrentes do processo de conquista e de seus desdobramentos, esses trabalhos abordaram de maneira diversa o processo que culminou na chamada “desterritorialização” dos *Koran-bang-rê*.

Mota (1994; 2000a; 2016; 2022a,2022b;2023a;2023b), em diversos trabalhos citados ao longo desta tese, conecta a ocupação Kaingang dos *Koran-bang-rê* e territórios adjacentes, aos sítios arqueológicos Itararé-Taquara. O mesmo é feito na abordagem regional da obra *Os Kaingang da bacia do Ivaí -PR*, de Mota & Novak (2008), que realizaram um levantamento dos sítios arqueológicos da bacia do rio Ivaí. Recentemente, sob orientação de Mota, Marcos Bonetti (2025) também relacionou os sítios Itararé-Taquara à ocupação Kaingang nos *Koran-bang-rê*.

Esses trabalhos apresentam um panorama que vincula os Kaingang, os sítios Itararé-Taquara e os *Koran-bang-rê*, demonstrando que a história dessas populações está alicerçada nesse espaço desde antes da chegada dos europeus no século XVI. Embora amplamente pesquisada, a história dos Kaingang dos *Koran-bang-rê*, possui descontinuidades e, sobretudo,

¹ Mota (2000a); Mota & Novak (2008) e Mota (2016), utilizam-se da afirmação de Telêmaco Borba (1908), de que “[...] os campos de Guarapuava eram chamados pelos Kaingang de *Côranbang-rê*. **Coran**, dia, ou claro, **bang**, grande, **Rê**, campo: Campo do claro grande, ou Clareira grande” (Mota, 2000, p. 95). Seguindo a convenção de grafia, Mota, (2000a) substituiu o “c” pelo “k”, e adotou a grafia *Koran-bang-rê*.

² Adaptado para João Henrique Elliot, como aparece grafado no *Mappa Chorographico da Província do Paraná*.

uma falta de conexão entre o período pré-colonial e os desdobramentos que ocorreram após o processo de conquista.

Nesse sentido, partindo da ruptura dicotômica entre pré-história/história, busca-se nesta tese demonstrar as continuidades e as transformações na história Kaingang na região dos *Koran-bang-rê*. Porém, advertimos de antemão que a proposição não objetiva a busca de uma totalidade da historicidade dessa espacialidade, mas sim suscitar questões que conectem essas temporalidades distintas.

A chave para o desencadeamento da proposição desta tese encontra-se no século XIX, quando Francisco Tigre Gacom estabeleceu alianças com os Kaingang da Vila de Guarapuava, com outros grupos, e, também com não-indígenas, pela retomada das terras destinadas à eles por Don João no documento régio *Carta de Sesmarias de 04 de julho de 1818* (Mota, 2000b, p. 142). Durante a segunda metade do século XIX, junto de outras lideranças, Francisco Gacom assumiu o protagonismo de uma grande empreitada pela reivindicação das terras do aldeamento Atalaia, criado após a campanha de Diogo Pinto Azevedo, e às terras identificadas como Sepultura.

Os indígenas utilizaram de várias estratégias para a reivindicação, desde o acampamento nas terras requeridas, perpassando ameaças de invadirem Guarapuava e de se articularem político-administrativamente frente às autoridades locais, provinciais e imperiais, tal como discutiram os pesquisadores Mota, (2000a); Mota & Novak, (2008) e Durat (2011; 2019).

Em geral, pode-se afirmar que os Kaingang não obtiveram sucesso na retomada de Atalaia e de Sepultura, mas por outro lado, suas reivindicações resultaram na primeira área demarcada no Estado do Paraná, a atual Terra Indígena Marrecas, originalmente identificada e demarcada pelo juiz Luiz Daniel Cleve em 1878-79, “[...] sendo que o ato administrativo foi expedido em 1880, pelo Presidente da Província do Paraná, com base no art. nº. 51 do Decreto nº. 1318 de 30 de janeiro de 1854, a qual viabilizou a expedição da posse, sobre a área de Marrecas” (Biolotus, 2019, p. 71). Sobre o processo de reivindicação das terras de Atalaia e Sepultura, Mota (2000a); Mota & Novak (2008); e Durat (2019), fazem uma análise ampla das tratativas que culminaram na demarcação de Marrecas em 1878, cuja demarcação supostamente se constituiu como o “[...] passo definitivo na desterritorialização dos grupos Kaingang dos *Koran-bang-rê*” (Mota & Novak, 2008, p. 84).

Nesta pesquisa, Sepultura tem um lugar central para o desenvolvimento de parte da problemática apresentada. Isso pois, para Mota (2000a), o local denominado Sepultura, e

reivindicado pelos Kaingang, provavelmente era “[...] um cemitério Kaingang, ou um local onde se dera alguma grande batalha, com muitos mortos” (Mota, 2000a, p. 97). A mesma análise foi mantida por Mota & Novak (2008, p. 69). Para Durat (2019), o registro dos Campos de Sepultura, realizado por Manoel Soares do Valle, demonstra “[...] que nesse espaço, existiam vestígios, indicando que ali deveria ser um cemitério indígena e, portanto, um local sagrado e de extrema importância para a sociabilidade Kaingang” (Durat, 2019, p. 130).

Salientamos que as análises acima referem-se à Sepultura como as terras reivindicadas pelos Kaingang no XIX, nas quais onde, possivelmente, estariam alguma sepultura dos Kaingang. Na figura 02, no segundo capítulo, destacamos uma outra porção também denominada “Sepultura”, marcada no mapa de Manoel Soares do Valle, em 1811, e apresentado por Durat (2019) em seu trabalho. Nesse mapa “Sepultura” é descrita como um território dos indígenas localizado na extremidade oeste da “Planta do terreno descoberto de Guarapuava”, próximo às margens do rio Cavernoso. Já Mota (2000a) e Mota & Novak (2008) não indicam a localidade por eles referenciada como “Sepultura”, apenas remetem às terras reivindicadas pelos Kaingang na segunda metade do século XIX.

Em comunicação pessoal, Mota esclareceu que, próximo ao local onde foi construído o forte Atalaia, existe, de fato, uma localidade denominada Sepultura, que inclusive nomeia uma empresa, a Agropecuária Sepultura. Em nossa concepção, a localização das terras de Sepultura é um dado relevante e a discussão sobre essa temática será apresentada adiante. Entretanto, essa localidade soma-se à outras “Sepulturas”³ que constituem o principal fio condutor desta pesquisa, pois como também será demonstrado, ocorrem em outras localidades dos *Korabang-rê*. Desse modo, a problematização foi realizada em torno do termo “Sepultura” e da importância que os Kaingang e seus antepassados lhe atribuíam.

Se recorremos à arqueologia dos Jê do Sul, a palavra “Sepultura” adquire novas conotações. Na figura 21, no terceiro capítulo, apresentaremos um grande aterro anelar, registrado no sítio Faxinal da Boa Vista 1, localizado no município de Turvo-PR, nas proximidades da Terra Indígena Marrecas. Este sítio, relacionado à Tradição Itararé-Taquara, ou seja, aos Jê no Sul/ Kaingang, já era conhecido desde antes da elaboração do projeto de pesquisa que resultou nesta tese. No mesmo município há outro aterro anelar análogo, no sítio denominado Faxinal Saudades de Santa Anita 1 (figura 22). Durante análise dos sítios da região da foz do rio Cavernoso, foi encontrado outro aterro anelar que julgamos ser inédito, afinal não

³ Sítios arqueológicos relacionados a rituais fúnebres e/ou sepultamentos.

foi verificada qualquer menção a esse aterro nos relatórios das pesquisas arqueológicas ou nas publicações consultadas, de modo que denominamos de Aterro Foz do Cavernoso (figura 62).⁴ Especificamente sobre a estrutura do sítio Faxinal da Boa Vista 1, Parellada (2016) ressalta a semelhança com as pesquisas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sugerindo que “[...] parecem ter comportado danceiros associados a rituais funerários” (Parellada, 2016, p. 163).

Em sua extensa pesquisa, Souza (2012) elaborou uma revisão bibliográfica sobre sítios com estruturas semelhantes e já escavadas. Segundo o pesquisador, os aterros anelares de grandes dimensões, com ou sem montículo central, “[...] teria servido como centro cerimonial regional para uma população mais ampla” (Souza, 2012, p. 109). Para o autor, essa configuração espacial pode ser comparada à organização dos cacicados Kaingang do século XIX, no Rio Grande do Sul e, que por serem implantados em fronteiras territoriais, proporcionavam a “[...] interação entre grupos distintos” (Souza, 2012, p. 109 – 110).

A inserção da perspectiva arqueológica qualifica, portanto, o debate, sugerindo que Sepultura esteja associado aos aterros anelares, constituindo-se enquanto locais de sepultamentos, mas também como centros cerimoniais regionais e marcadores de centros territoriais, com ampla implicação na organização do espaço territorial.

No entanto, é preciso observar que a história Kaingang dos *Koran-bang-rê* durante o período pré-colonial tem como base apenas os dados arqueológicos, baseados na característica da cerâmica, o que não permite aos pesquisadores realizar distinções étnicas entre os Jê do Sul, visto que “[...] a cerâmica não é um indicador seguro para apontar diferenças entre os Kaingang e os Xokleng” (Noelli, 2000, p. 35). A linguística também não possibilita tais distinções no referido período, uma vez que a separação das línguas ocorreu por volta de 1390 d.C., como propôs Jolkesky, (2010).

Dada à impossibilidade de distinções étnicas para o período pré-colonial e sendo o território dos *Koran-bang-rê*, historicamente ocupado pelos Kaingang, assume-se a ideia de uma “macrounidade étnica”, tal como foi proposto por Paulo Roberto Homem de Góes (2018), quem analisou a morfologia social Kaingang traçando paralelos com outros povos de língua Jê. Em seu estudo, o autor optou por tratar os Kaingang enquanto a uma “macrounidade étnica”, opção seguida nesta tese, pois a perspectiva assenta o entendimento de que os Kaingang são

⁴ No terceiro capítulo apenas apresento os sítios arqueológicos conforme resultados da pesquisa, no quarto capítulo realizo a discussão destes sítios, integrando discussões etnológicas, que fundamentam uma minha interpretação sobre estes centros rituais.

compostos de vários grupos que outrora disputavam territórios entre si, e/ou se articulavam em torno de suas semelhanças, além das relações com outros grupos étnicos. Assim, sugere-se que os Kaingang dos *Koran-bang-rê* são a continuidade dos Jê arqueológicos desse mesmo território.

A ideia de uma macrounidade étnica aqui mobilizada não neutraliza as disputas territoriais e de poder, e nem exclui os grupos generalizados entre os Jê no Sul, mas nos permite pensar continuidades em questões de uma convivência adensada em fronteiras no período pré-colonial. Ao nosso ver, essa convivência teria aproximado diversos grupos Kaingang nos *Koran-bang-rê*, os espaços dos aterros anelares, os quais seriam, portanto, os marcadores dos centros cerimoniais onde se davam os encontros dos grupos dessa macrounidade étnica.

Para pensar os aterros anelares como espaços de sepultamento, rituais/festas, reuniões, e marcadores territoriais trazidos pela arqueologia, se torna imprescindível recorrer aos dados históricos, etnográficos e às análises etnológicas, os quais contribuem para uma discussão interdisciplinar. Sobre essa análise conjunta, dedicamos o quarto capítulo.

Também é preciso problematizar como se deram as transformações que levaram às reelaborações do espaço Kaingang no período pós-colonial. Desse modo, a análise de Góes (2018) sobre a morfologia territorial Kaingang foi fundamental para essa questão:

[...] o sistema etnonímico Kaingang, a identificação étnica dos grupos territoriais, parece ter colapsado em favor de um padrão histórico-geográfico. O impacto da desterritorialização sofrido pelas etnias Kaingang ao longo do século XIX e XX e a consequente junção de grupos até então etnicamente distintos, reconfigurou o sistema (Góes, 2018, p. 92).

A formulação da problemática dessa pesquisa é detalhada no segundo capítulo, e consiste em três questões: a) Por que os territórios ocupados pelos grupos Kaingang nos Campos de Guarapuava, conhecidos como *Koran-bang-rê*, foram referenciados como “território intransponível” no século XVI? Fazendo com que exploradores como Cabeza de Vaca, desviassem desse território. b) Por que os Kaingang impuseram uma resistência épica às campanhas de Afonso Botelho nos *Koran-bang-rê* na segunda metade do século XVIII?⁵ c) Por

⁵ Tratarei das campanhas de Botelho que adentraram nos *Koran-bang-rê* no quarto capítulo. Por ora, ressalto que Mota (1994) explica que: “Ao todo foram evidenciadas onze expedições militares para a região, marcadas por encontros aparentemente pacíficos, seguidos de choques e escaramuças entre índios e brancos. Finalmente, em 1774, Botelho retira-se da região sem conseguir seu objetivo: conquistar os campos de Guarapuava” (Mota, 1994, p. 109). A décima primeira expedição de Botelho acabou com os soldados abandonando objetos e animais pelo

que, mesmo, com a consolidação da conquista empreendida por Diogo Pinto no início do século XIX, os Kaingang se reorganizaram e desenvolveram as mais variadas estratégias para retomar especificamente esse território?

Dito de outra forma: Por que guerreiam os Kaingang dos *Koran-bang-rê*?

A hipótese desta pesquisa é a de que guerreavam pelo controle dos *Koran-bang-rê*, um território amplo, central, e referencial não somente no período pré-colonial, enquanto centro ritual, político e territorial, que mobilizou as construções dos aterros e as cerimônias funerárias, mas também após a conquista europeia.

No terceiro capítulo, será apresentado o georreferenciamento dos sítios arqueológicos delimitados nos *Koran-bang-rê* e em seu entorno, utilizando-se das fichas de sítios e relatórios arqueológicos, com a base cartográfica que propomos ser os *Koran-bang-rê*. As informações do terceiro capítulo foram coletadas a partir da pesquisa no Banco de Portarias de Pesquisas Arqueológicas do IPHAN, disponíveis no site da instituição, onde constam as portarias de pesquisas e os números de cada processo.⁶

No período de 31 de julho de 1991 a 31 de janeiro de 2024, isto é, ao longo de aproximadamente 23 anos, foram emitidas 27.384 portarias de pesquisas para todo o Brasil, das quais 114 portarias inseridas no recorte desta pesquisa resultaram em 111 processos coletados no Sistema Eletrônico de Informações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SEI-IPHAN).⁷

Ao todo, foram reunidos 509 arquivos em formato PDF, os quais somaram 67.688 folhas de documentos, que foram analisados e fichados. Mesmo que a documentação quantitativamente seja expressiva, deve-se considerar, conforme destacou Cláudia Parellada (2001), que as pesquisas arqueológicas correspondem à amostragens. Portanto, os dados que

caminho, batendo em retirada durante nove longos dias. Para saber mais sobre as expedições de Afonso Botelho ver: Souza (1956). Mota & Novak (2008), fazem uma análise das campanhas de Botelho, dando destaque as estratégias desempenhadas pelos Kaingang. Carta Régia de 5 de novembro de 1808. COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL - 1808, Página 156 Vol. 1 (Publicação Original). Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg/sn/anterioresal824/cartaregia-40263-5-novembro-1808-572442-publicacaooriginal-95554-pe.html>

⁶Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/autorizacoes-de-pesquisas-arqueologicas>. Acesso em 31 de janeiro de 2024.

⁷Disponível em:

https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso até 31 de janeiro de 2024.

serão apresentados no terceiro capítulo são provenientes de pesquisas documentadas até 31 de janeiro de 2024, seja por meio de relatórios ou de menções em publicações especializadas.

Sequencialmente, no quarto capítulo, articula-se a discussão entre a arqueologia, a antropologia e a história, a fim de verificarmos as continuidades e as transformações históricas entre os Kaingang dos *Koran-bang-rê*. Nessa proposta, em concordância com Thiago Cavalcante (2011, p. 359), Jorge Eremites de Oliveira (2012, p. 191) e Lúcio Tadeu Mota (2014, p.14), utiliza-se a etno-história enquanto método interdisciplinar para a escrita da história indígena.

É preciso destacar que a história indígena é, também, a história do Brasil. Ao focarmos nos Kaingang, portanto, não se visou isolar o grupo, mas considerar suas relações interétnicas, as quais evidenciam uma série de questões nacionais – do pré-colonial, da conquista, transformações e continuidades - componentes de uma história comum brasileira. Afinal, como bem elucidou Eric Wolf “[...] o que fica evidente, do estudo da etno-história, é que os objetos dos dois tipos de história são os mesmos. Quanto mais a etno-história conhecemos, mais claramente a história “deles” e a “nossa história” emergem como parte da mesma” (Wolf, 2005, p. 43).

As leituras das etnografias sobre os Kaingang contribuem para compreendermos as categorias Kaingang, como por exemplo, a das temporalidades que se interligam: o *uri* (o tempo atual) e *wãxi* (o tempo antigo),⁸ para que, juntamente com a perspectiva *êmica* dos Kaingang, possam se opor e/ou contribuir com a interpretação *ética* proposta.⁹ A própria interpretação das fontes pelos povos indígenas, ou as divergências entre o presente etnográfico e o passado registrado, podem ampliar a compreensão das informações. Mota (2014), inclusive, alerta sobre o cuidado necessário no manuseio dessas fontes ao contrastar relatos históricos e o conhecimento dos Kaingang (Mota, 2014, p. 12).

Quanto ao referencial teórico-metodológico, recorreu-se a indicação de Michael Harkin (2010), buscando-se a etno-história em sua “raiz” norte-americana, nutrida por inovações metodológicas, pragmatismo e ativismo político em defesa dos direitos indígenas. Desde a formulação inicial da ideia, era claro que a interdisciplinaridade seria a ferramenta mais adequada para a pesquisa da história indígena. Mas o pragmatismo metodológico, necessário

⁸ Conforme Tommasino (2000) *uri* refere-se ao “tempo atual”, enquanto *wãxi* ao “tempo antigo”, porém essas categorias não são dicotômicas, o *wãxi* pode ser vivenciado no *uri*.

⁹ Para discussão das análises do ético e do êmico, ver: Harris, 1968, p.135 – 151.

às questões judiciais, “suprimiram” questões teóricas das disciplinas que foram unidas para defesa dos direitos dos povos indígenas.

Enquanto na América, as questões se discutiram pela prática, na França, quase que paralelamente, se travou um debate entre a antropologia, a filosofia, a linguística e a história. Foi, especificamente, sobre as “colisões” entre a antropologia e a história, entre o estruturalismo e a história estrutural, ou seja, entre Claude Lévi-Strauss e Fernand Braudel, que procuramos entender como as disciplinas podem ser relacionadas, com a premissa de que as colisões deixam marcas em ambas, como posteriormente notou-se nos trabalhos de Marshal Sahlins (1994), que foi explicitamente influenciado pelos debates franceses, quando propôs que a partir do conceito de “estrutura da conjuntura” seria possível identificar a ação das relações históricas agindo nas estruturas, processo que se dá, segundo o mesmo, na perspectiva da longa duração.

Nesse encalço, Oscar Calavia Saez (2005), propôs que, se combinadas as análises dos mitos indígenas e a historiografia como partes da composição de uma história indígena, se evidencia o que ao autor chamou de “terceira margem da história”, ou seja, a conexão de perspectivas que estão opostas apenas em superfície, mas conectadas em um fundo comum. Desse modo, objetivando buscar um amparo teórico no fazer da etno-história, procurei identificar “coalizões” teórico-metodológicas e interdisciplinares que possam colaborar com a escrita da história indígena a partir da abordagem inter-transdisciplinar. Por fim, propõe-se à aproximação entre as perspectivas historiográficas, arqueológicas e etnológicas, buscando o método que está nas raízes da etno-história.

Segundo Bruce Trigger, as raízes da Etno-história se desenvolveram nas terras americanas: “É um fato marcante que nem a etno-história, nem qualquer coisa que se assemelhe de perto a ela, se desenvolveram na Grã-Bretanha ou no continente europeu”. (Trigger, 1978, p.17. Trad. própria).¹⁰ Para o autor, a Europa teve como base a atuação de três disciplinas que estudavam as atividades humanas: folclore/etnologia, história e pré-história. Desde meados do século XIX, a colaboração da arqueologia pré-histórica ampliou a história para períodos em que os documentos escritos eram escassos e até inexistentes. Essa complementariedade entre as duas disciplinas se deu sobretudo no âmbito de estudos sobre o período medieval. A arqueologia e a história complementavam a busca de uma continuidade histórica, ou mesmo uma

¹⁰ Original: “It is a striking fact that neither ethnohistory nor anything closely resembling it has developed in Britain or on the European continent” (Trigger, 1978, p.17).

reivindicação de “herança cultural”, de modo que as três disciplinas se desenvolveram no velho continente como disciplinas etnocêntricas.

Na América do Norte, segundo Trigger (1978) a história e a etnologia/antropologia (incluía a arqueologia na antropologia), alinharam-se de maneira distinta devido às circunstâncias históricas. A história se preocupou com os “brancos”, enquanto a antropologia se preocupou com os indígenas, criando uma clivagem entre “nós” e os “outros”. Se a história não incluía os povos indígenas, a antropologia por sua vez só considerou a chamada “pré-história” destes:

O programa original da antropologia americana não previa o estudo da história indígena, exceto no que diz respeito à pré-história. Em parte, isso pode ter refletido uma crença implícita do século XIX de que os indígenas não possuíam sua própria história. Tal crença era um composto de muitos preconceitos amplamente difundidos. Algumas pessoas brancas admitiam que os indígenas poderiam ter história, mas sustentavam que, na ausência de documentação adequada, não havia como estudá-la. Outras argumentavam que, antes do contato europeu, as culturas indígenas haviam mudado pouco e que o que ocorreu depois foi um processo de declínio e assimilação, considerado de pouco interesse histórico sério. (Trigger, 1978, p.18. Trad. própria).¹¹

Diferentemente do que aconteceu na Europa, a colaboração entre a arqueologia pré-histórica e história nos Estados Unidos não visava a busca de uma “ancestralidade” cultural etnocêntrica. A arqueologia pré-histórica indígena era a antítese da história etnocêntrica em sua essência, porém, para essa antropologia aquela era a única forma possível de se fazer a “história” de “povos sem história”. Possivelmente, a clivagem entre a história/pré-história, nós/outros, tenha fomentado a necessidade de se forjar o termo etno-história.¹² Como demonstrou Cavalcante (2011), o termo etno-história foi utilizado por Clark Wissler, em 1909, para nomear o método que conciliava documentos escritos e dados arqueológicos para a escrita da história indígena nos Estados Unidos.

¹¹ Original: “*The original program of American anthropology made no provision for the study of Indian history, apart from prehistory. In part, this may have reflected an implicit 19th century belief that Indians did not have their own history. Such a belief was a compound of many widespread prejudices. Some White people allowed that Indians might have history, but maintained that in the absence of adequate documentation there was no way that it could be studied. Others argued that prior to European contact Indian cultures had changed little and that what had happened since was a process of decline and assimilation that was of little serious historical interest*” (Trigger, 1978, p. 18).

¹² Uma didática análise em torno das concepções do termo Etno-história encontra-se em Cavalcante (2011).

Para Trigger (1978), os estudos de viés econômico do comércio de peles no Canadá conduzidos por Harold Innes (1930), inspiraram A.G. Bailey (1937) a escrever a primeira monografia sobre a história indígena, focando as relações entre os europeus e os algonkianos no leste do Canadá, antes de 1700. Porém, segundo Trigger (1978) a publicação não recebeu a atenção que merecia.

É importante mencionar que, embora pensada em contexto do africanismo, a premissa teórica assumida nesta reflexão – a de que a Etno-história consiste em um método de abordagem inter-transdisciplinar –, foi utilizado por Fritz Röck em 1930, como destacou Cavalcante (2011):

Sua intenção era criar modelos que possibilitassem que a história fosse desenhada a partir de dados etnográficos coletados na África. O movimento não conseguiu, no entanto, transpor as suas proposições teóricas para a prática, fundindo-se, em seguida, com a chamada etnografia histórica (Cavalcante, 2011, p. 351-352).

Consequentemente, no continente americano, ambicionando-se adquirir valor prático, a história indígena se desenvolveu dentro da antropologia na década de 1930, derivada do interesse na questão da aculturação:

[...] ao descobrir como a cultura indígena havia sido afetada por diferentes formas de dominação branca, os antropólogos poderiam aconselhar os governos de maneira mais informada e contribuir para a formulação de políticas mais humanas para lidar com os indígenas. O paternalismo dessa abordagem hoje é evidente por si só. O que os críticos radicais dessa perspectiva precisam lembrar é que a maioria desses estudos foi motivada por intenções benevolentes, e não por propósitos exploratórios ou maquiavélicos (Trigger, 1978, p. 18. Trad. nossa).¹³

Embora Trigger (1978) busque uma apaziguação das “boas intenções paternalistas”, Michael Harkin (2010) enfatizou que a divisão das disciplinas no contexto norte-americano foi produto da ideologia do colonialismo:

¹³ Original: “[...] by discovering how Indian culture had been affected by different forms of White domination, anthropologists could advise governments more knowledgeably and assist in formulating more humane policies for dealing with Indians. The paternalism of such an approach is now selfevident. What radical critics of this approach need to remember is that most of these studies were motivated by benevolent rather than by exploitative or Machiavellian intentions.” (Trigger, 1978, p. 18).

Assim, a antropologia foi concebida como um meio de “conhecer” os povos indígenas da terra e, por extensão, a própria terra, reforçando reivindicações de propriedade que, de outro modo, seriam superficiais (Yanagisako, 2005: 82–83). A arqueologia, a etnologia e a antropologia física e linguística surgiram — e passaram a se articular — a partir do desejo de adquirir conhecimento sobre, classificar e controlar os indígenas americanos. (Harkin, 2010, p. 114. Trad. nossa).¹⁴

Essas divisões de contexto colonial entre a história e a antropologia se modificaram após os conflitos da 2ª Guerra Mundial. Nos Estados Unidos, foram criadas oportunidades para a redefinição da natureza das ciências sociais e de suas fronteiras disciplinares, uma situação similar ao que ocorreu na França no mesmo período, contexto explanado por Harkin (2010) para a compreensão da mútua colaboração que fez surgir o “campo da etno-história”. Quase que paralelamente a essa redefinição das ciências sociais, ocorreu a promulgação do *Indian Claim Act* (ICA), em 1946, que possibilitou aos povos indígenas norte-americanos reivindicarem, judicialmente, compensações pelas terras que lhes foram tomadas.

Inicialmente foram produzidos laudos que demonstravam que, em alguns casos, existiam tratados cujos termos precisavam ser analisados, visto que possivelmente não haviam sido cumpridos e identificavam também as antigas localizações das terras exigidas, enfim, produziam, por meio dos necessários estudos diacrônicos, pesquisas que permitiam fundamentar as reivindicações indígenas bem como embasar as decisões do poder judiciário (Cavalcante, 2011, p. 352).

A reivindicação dos indígenas norte-americanos criou demandas por pesquisas em diversas áreas das ciências humanas, organizadas dentro da chamada *Indian Claims Commission* (ICC), comitê estabelecido em 1946 para adjudicar os direitos territoriais indígenas (Harkin, 2010, p. 116). A produção de laudos e estudos advindos das reivindicações dos povos indígenas e realizados em grande parte pela ICC foram apresentadas na *Ohio Valley Historic Indian Conference*, em novembro de 1953, onde a história indígena do Vale do Rio Ohio foi discutida na perspectiva interdisciplinar, ou seja, na coalizão da arqueologia, da antropologia e da história, como indicou Mota, (2014, p. 07).

¹⁴ Original: “Thus anthropology was envisioned as a means of getting to “know” the indigenous people of the land and, by extension, the land itself, bolstering otherwise shallow claims to proprietorship (Yanagisako 2005: 82–83). Archaeology, ethnology, and physical and linguistic anthropology all arose, and became linked, out of a desire to gain knowledge about, to categorize, and to control American Indians.” (Harkin, 2010, p. 114).

Os meados do século XX parecem ter sido, para alguns pesquisadores, aquilo que Harkin (2010) chamou de “Idade do Ouro” da etno-história. O aquecimento do campo realmente parece condizer com o epíteto. Em 1954, foi publicado o primeiro número da revista *Ethnohistory – Bulletin of the Ohio Valley Historic Indian Conference*. A conferência ficou conhecida como *American Indian Ethnohistoric Conference*, e se passou a chamar *American Society for Ethnohistory* a partir de 1966. Nesse período, o propósito da associação era a “[...] educação científica no campo da etno-história” (Mota, 2014, p. 08).

A partir da nova denominação, como demonstrou Cavalcante (2011), inaugurou-se a inclusão de estudos sobre povos indígenas de diversas partes do mundo. Entre 1953 e 1966, a sociedade foi responsável pelo *The Ohio Valley-Great Lakes Ethnohistorical Archive*, considerada a coleção mais importante sobre a temática etno-histórica do século XX.¹⁵

Embora essa pequena síntese do desenvolvimento da etno-história na América do Norte não detalhe as discussões, métodos e conflitos existentes no contexto interdisciplinar e mesmo político em que o campo foi gerado, Harkin (2010) salienta que a melhor forma de se compreender as particularidades da etno-história “[...] é examinar sua própria história inicial e seu contexto institucional. Eu argumentaria que isso se encontra não na academia, mas no campo e, particularmente, nos tribunais de justiça” (Harkin, 2010, p. 116. Trad. nossa).¹⁶

Além do terreno em que a raiz da etno-história se propagou, também devemos nos atentar para o que Harkin (2010) sinaliza em sua última frase do artigo aqui mencionado: “[...] “as raízes da disciplina na inovação metodológica — mas não teórica —, no pragmatismo, nos estudos aplicados, no testemunho especializado e no ativismo político indígena norte-americano devem ser reconhecidas e levadas em consideração” (Harkin, 2010, p. 125. Trad. nossa).¹⁷ No entanto, os avanços teóricos das disciplinas envolvidas no fazer etno-histórico se desenvolveram consideravelmente desde suas raízes, resultando em disputas e imbricações teórico-metodológicas, que devem ser articuladas para cada abordagem para a escrita da história indígena, guiada pela etno-história enquanto método.

¹⁵ Para Harkin (2010) a própria localização, constituição de arquivos e publicação de documentos temáticos pela *Ethnohistory* entre 1950 e 1960, é em si, uma cepa importante da Etno-história.

¹⁶ Original: “[...] is to examine its own early history and institutional context. I would argue that this is located not in the academy but in the field and, particularly, in courts of law” (Harkin, 2010, p. 116).

¹⁷ Original: “[...] the roots of the society in methodological but not theoretical innovation, pragmatism, applied study and expert testimony, and American Indian political activism must be acknowledged and reckoned with” (Harkin, 2010, p. 125)

A cooperação interdisciplinar característica do período de enraizamento da etno-história, visto por alguns como a “idade de ouro” do campo, segundo Harkin (2010), tende a ser mais visível do prisma da “cooperação” do que do “conflito” entre as disciplinas, o que não significa obviamente que eles não ocorreram.

Busquei esboçar sinteticamente alguns aspectos referentes às oposições que geraram a *colisão* entre história e antropologia. A ideia de “colisão” é aqui reivindicada enquanto relação, mas também se refere ao senso comum: de choque, embate, ainda que não muito distante da *unglückliche Kollision*, a colisão desventurada ou infeliz de sentido dialético-hegeliano presente em Tinajeros Arce (2017):

Colisão que se produz no choque de palavras e de ações realizadas nos desdobramentos das vidas opostas dos heróis, as quais se encontram apanhadas numa relação paradoxal entre si - entre as ações singulares na substância ética da família, e as ações singulares na esfera da substância do Estado - criando-se tensões contínuas e profundas entre singularidades extremas que se afirmam como universalidades perante a outra, difíceis de se reconciliar num ato de reconhecimento ético recíproco, pois ambas não cedem às demandas legítimas da outra, obstinando-se na firmeza legítima dos seus extremos (Tinajeros Arce, 2017, p. 39).

Não se pretende historicizar a relação entre a antropologia e a história para os períodos anteriores ao do desenrolar da etno-história na América do Norte. Tão pouco detalhar os aspectos das colisões, mas apenas traçar um panorama geral sobre essas colisões. Como já foi mencionado, as disciplinas se desenvolveram de maneiras distintas no continente americano: a cerca que separou as disciplinas foi, de um lado, a história para “nós”, os “brancos” ocidentais; e, de outro, a antropologia para os “outros”, os “nativos” indígenas americanos.

Refletir as colisões entre as disciplinas, nos remete a pensar a própria colisão entre dois mundos, com ambientes, símbolos, linguagens, cosmologias e historicidades que culminam em necessidades de narrativas diferentes sobre suas trajetórias. Essas narrativas próprias dos grupos étnicos, chamaremos de “êmico”, enquanto as narrativas feitas sobre eles por arqueólogos, historiadores e antropólogos chamaremos de “ético” conforme as observações de Marvin Harris (1968).

Adiante, voltaremos à questão, para a defesa da perspectiva *êmica* em complementaridade e/ou oposição com o *ético*, inerente ao ofício de historiador e, mesmo, ao do antropólogo. De momento, nos detemos nas oposições e colisões de duas perspectivas éticas, a da antropologia e a da história, ambas sopradas por ventos parisienses, que seriam

posteriormente apaziguadas por um norte-americano. Embora que ainda pautada nos limites de referências quantitativamente limitadas e correndo o risco de propagar vulgatas, recorreremos a intérpretes dos teóricos envolvidos nas referidas colisões.

Se tomarmos por base o texto de Lévi-Strauss (1998), cairíamos em uma discussão pouco produtiva acerca do debate de povos “com” e “sem” história. No entanto, entendemos que a oposição do filósofo Jean-Paul Sartre e a colisão com Lévi-Strauss não é a mais adequada para nosso objetivo. Portanto, elege-se aqui a oposição e colisão da história estrutural e estruturalismo discutidos pelo antropólogo Claude Papavero (2000), o historiador Jurandir Malerba (2008) e o “híbrido” Rodrigo Graça (2017), a partir de Lévi-Strauss, Braudel e Sahlins.

Para Papavero (2000), o afastamento dos procedimentos metodológicos na antropologia e na história é responsável pela ruptura entre as perspectivas sincrônicas e diacrônicas que costumam circunscrever as disciplinas, mesmo que o conceito de estrutura social soe como canto de Yara sobre os estudos históricos. Ao se referir sobre o estruturalismo de Lévi-Strauss, o autor salienta que o antropólogo francês não lidou com uma noção empírica por ele construída, de modo que a referida “estrutura” consiste em uma descoberta de “[...] propriedades sensíveis subjacentes encontradas universalmente nas linguagens humanas” (Papavero, 2000, p.94).

A linguagem como código de significados transpõe a prática não-verbal através de processos mentais que culminam no verbal. No âmbito das “estruturas elementares do parentesco”, Papavero (2000) indica que Lévi-Strauss considerou estrutural o feixe de relações sociais implementando o código do parentesco, que organiza o sistema e estabelece a proibição social do incesto. A linguagem como expressão da participação observante do universo intelectual nativo, com significados, foram os elementos utilizados pelo autor para identificação dessas estruturas. Segundo o autor, foram esses significados, percebidos por Lévi-Straus e tratados nos textos dos mitos onde a ideia do “cru” e o “cozido” foram contrapostos. Ou seja, através da posse do fogo e do consequente cozimento dos alimentos que se revelou a “superioridade cultural aos homens sobre os animais” (Papavero, 2000, p. 96).

[...] o modelo estruturalista privilegia os fenômenos inconscientes invariantes, os elementos universais, as correlações sincrônicas entre significados, as mediações abstratas que escapam à temporalidade e relegam a diacronia a um plano ao qual pouco se recorre. Não é que o autor renegue o efeito modificador do tempo [...], para ele, a dimensão temporal é apenas a dimensão do que é biográfico e anedótico (Papavero, 2000, p. 97).

Consideramos que, justamente nesse aspecto minimizador e até opositor da influência temporal, consiste a *colisão* entre a antropologia estrutural de Lévi-Strauss e o tempo; porém, não do tempo como um medidor de período, mas na influência das ações humanas no tempo, que epistemologicamente, Marc Bloch (2001) definiu como a ciência dos homens no tempo: a história.

No âmbito das disputas entre as ciências sociais, a história estrutural surge, segundo Malerba (2008), para enfrentar e se opor ao estruturalismo. “Lévi-Strauss define a antropologia estrutural a partir dos processos da lingüística, da história **inconsciente** e do imperialismo das matemáticas sociais. É contra elas que Braudel, reverencial e estrategicamente, irá se lançar” (Malerba, 2008, p. 42. Grifo do autor). É sobre a mesa em que a história estuda o homem, ou seja, o tempo, que Braudel, em contrapartida, ofereceu a noção da “multiplicidade do tempo”, e um valor do tempo longo, que se desdobraria na longa duração, onde encontram-se as estruturas.

[...] bem mais útil, é a palavra *estrutura*. Boa ou má, ela domina os problemas da longa duração. Por *estrutura*, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravacam a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento. Outras estão mais prontas à se esfarelar. Mas todas são ao mesmo tempo, sustentáculos e obstáculos. Obstáculos, assinalam-se como limites (envolventes, no sentido matemático) dos quais o homem e suas experiências não podem libertar-se, Pensai na dificuldade em quebrar certos quadros geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade. Até mesmo, estas ou aquelas coerções espirituais: os quadros mentais também são prisões de longa duração. (Braudel, 2014, p. 49-50).

As concepções de estruturas na longa duração de Braudel, assumem características intransponíveis às experiências humanas, pois são as estruturas que determinam, também, a história, prendendo os homens em seus inconscientes e os fazendo agir conforme suas concepções advindas de suas experiências pretéritas. Portanto, prescindindo os fenômenos históricos, que se dariam sobretudo no tempo, seja ele breve ou de média duração, a opção pela análise de longa duração não elimina as questões das outras temporalidades de análise. Pelo contrário, elas devem permear como acontecimentos, conjunturas, que são também determinadas pelas estruturas, mas que nem sempre fazem parte da consciência dos sujeitos.

Embora Papavero (2000) saliente que o conceito de estrutura social temporal de Braudel seja diferente da análise privilegiada pelo estruturalismo de Lévi-Strauss, ele afirma que “[...] as estruturas desvendam as ‘linhas de força’, impulsionam movimentos econômicos ou sociais e criam sistemas de relacionamentos válidos pelo tempo do impulso motivador” (Papavero, 2000, p.102). O reforço de sua análise, embora de edição diferente da mesma citação de Braudel, acima citada, ainda que talvez sem intenção de provocar oposições, mas apenas resguardar suas conclusões, Papavero (2008) exclui de sua análise a última frase de Braudel: “Pensai na dificuldade em quebrar certos **quadros geográficos**, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade, até mesmo, estas ou aquelas **coerções espirituais**: os quadros mentais também são prisões de longa duração.” (Braudel, 2014, p. 50. Grifo nosso).

No caso específico da análise desta tese, o principal impulso motivador para a defesa e a insistência dos Kaingang pelas terras de Sepultura (coerções espirituais), consiste justamente da transformação de marcos territoriais (quadros geográficos), alicerçados na cosmologia Kaingang (quadros mentais). Ao nosso ver as Sepulturas de seus antepassados delimitam suas fronteiras, onde se estabelecem os conflitos e as alianças, não só com grupos vizinhos, mas também com seus mortos, como será discutido no quarto capítulo desta tese.

Para Graça (2017), o eixo central da problematização e da proposição de Braudel é o tempo, o que teria sido negligenciado pelo estruturalismo de Lévi-Strauss em seu ímpeto universalista: “Ao aproximar-se de determinados referenciais da matemática como base para concepção de “estrutura” e “modelo”, Levi-Strauss não colocaria o tempo como fundamento” (Braudel, 1965, p. 286, *apud* Graça, 2017, p. 03). De modo contrário, o destaque de Braudel foram justamente as continuidades prolongadas do tempo, ou seja a longa duração:

[...] considerado as diversas ressalvas de Braudel, pode-se afirmar, que do ponto de vista da posição, a longa duração coloca-se como homólogo “temporalizado” da noção de estrutura proposta em Lévi-Strauss na década de 1950. A ênfase na constância e no caráter determinante de um nível por sobre os outros, destacam relações evidentes. Quando, novamente é o tempo que Braudel destaca como elemento fundamental de divergência frente ao antropólogo francês é a longa duração que é proposta como signo de circulação/relação interdisciplinar (Graça, 2017, p, 03).

Entende-se que, o que Braudel propôs, não é a sobreposição da longa duração sobre o conceito de estrutura de Lévi-Strauss, mas uma oferta de diálogo interdisciplinar, em reciprocidade entre a história e a antropologia, entre diacronia e sincronia.

Em sua análise de Braudel, Papavero (2000), termina por deixar claro que a estrutura histórica percebida na longa duração se difere “[...] das estruturas universais inconscientes de Lévi-Straus” (Papavero, 2000, p. 103).

Arrisco-me a considerar que as preocupações de ambos eram distintas; sincronia x diacronia, a-temporal x longa duração, suas questões são diferentes e isso deve ser considerado. Dessa forma, parece-nos que a noção de estrutura para Braudel de uma “história estrutural” não está tão longe do estruturalismo de Lévi-Strauss, mas atende a problemas distintos. Embora seja importante diferenciar estruturalismo e história estrutural, reconhecemos que ambos não são irreconciliáveis: “O segundo, que é filha bastarda do primeiro, surgiu como que para enfrentá-lo e acabou curvando-se a ele” (Malerba, 2008, p. 21-22).

Aproximadamente vinte anos depois da colisão entre o estruturalismo de Lévi-Strauss e a história estrutural de Braudel, o antropólogo Marshall Sahlins parece ter aceitado a proposta do historiador, ao incluir em sua investigação sobre como as situações de encontro cultural afetam as estruturas sociais nativas, elaborando um modelo interpretativo para “captar os efeitos do contato intercultural sobre as estruturas” (Papavero, 2000, p.103). No modelo de Sahlins, as estruturas não são intransponíveis, portanto, não possuem imunidade à ação da história, nele também se considera as diferenças de sociedades no que diz respeito à mudança estrutural.

Algumas são “prescritivas” e protegem seu campo semântico tradicional, outras ditas “performativas” parecem propensas à reorganização dos valores segundo circunstâncias contingentes. Sociedades prescritivas atribuem muita ênfase aos elementos “cosmológicos” revividos nos rituais, contornando assim o efeito do impacto dos eventos. Sociedades performativas privilegiam, nos eventos, “incidentes” que se tornam “paradigmáticos” (Papavero, 2000, p. 104).

As influências da linguística estrutural de Ferdinand de Saussure, que a partir de Roman Jakobson e da fonologia, levaram ao estruturalismo de Lévi-Strauss (Malerba, 2008, p. 25 – 26), junto com a perspectiva da longa duração de Fernand Braudel e o conceito de “Estrutura” em Hocart, proporcionaram a Sahlins a reelaboração do conceito de estrutura. Nessa nova perspectiva, o conceito ficou aberto à mudança, isto é, exposto às ações diacrônicas, portanto, apenas relativamente sincrônico, e dessa mediação ocorreu a “estrutura da conjuntura” (Papavero, 2000, p. 105-106).

Para Graça (2017), Sahlins não deixa dúvidas que emprega o termo “longa duração” em referência direta a Braudel, ao recorrer ao mesmo no trabalho *Realidade Míticas e Metáforas*

Históricas (Sahlins, 2008, p. 28; Schwartz, 2001. *Apud* Graça, 2017). A reciprocidade de pensar a estrutura na história e a história na estrutura, portanto, na perspectiva da longa duração, foi o objetivo de Sahlins

De uma perspectiva estruturalista, nada é mais simples que a descoberta de continuidades de categorias culturais como modos de interpretação e ação: as celebradas “estruturas de *“longue durée”*”. Darei início à discussão sobre o reino havaiano por meio de considerações desse tipo. Porém, apenas para lançar as bases de um projeto mais ambicioso. (Sahlins, 2008 P.28. *Apud* Graça, 2017, p. 04-05).

Por outro lado, o estruturalismo de Lévi-Strauss, representante robusto da antropologia, através da análise de diferentes culturas, oferta-nos outras formas de historicidades e de tempos diversos, e não apenas nas escalas. Respondendo à questão formulada por Sartre:¹⁸ “Teremos meios hoje de constituir uma antropologia estrutural histórica?” Sahlins (1990), responde:

O que procuro sugerir aqui é que sim, *le jour est arrivé*. **A prática, obviamente, já foi além das diferenças teóricas que supostamente separam a antropologia e a história.** Os antropólogos elevam-se da estrutura abstrata para a explicação do evento concreto. Historiadores desvalorizam o evento único em favor das recorrentes estruturas subjacentes. E também paradoxalmente, os antropólogos têm sido tão diacrônicos em pontos de vista quanto os historiadores têm sido sincrônicos. Nem esta questão, nem tão pouco este ensaio, tratam meramente do valor da colaboração. O problema agora pertinente é o de explodir o conceito de história pela experiência antropológica da cultura. A história até há pouco tempo obscura, de ilhas remotas merece seu lugar ao lado da autocontemplação do passado europeu – ou da história das civilizações – por contribuições próprias e notáveis a uma compreensão histórica. Assim, multiplicamos nossos conceitos de história pela diversidade de estruturas e assim, de repente, há um mundo de coisas novas a serem consideradas. (Sahlins, 1994, p. 93-94. Grifo nosso).

A inserção da perspectiva braudeliana não foi aceita acriticamente pelo antropólogo americano, que reconheceu a contribuição do historiador frente ao estruturalismo. Porém, como afirma Graça (2017), Sahlins colocou em evidência as longas durações (no plural) e justapostas, permeadas de culturas para suas continuidades e transformações.

¹⁸ Opositor do estruturalismo de Lévi-Strauss e o interlocutor preferencial do antropólogo.

As discussões de Braudel sobre a conjuntura - média duração e acontecimento -curta duração também não passaram despercebidas por Sahlins, que se diferenciou e opôs-se ao historiador em relação a ideia de estrutura da conjuntura:

Temos, portanto, que nos utilizar daquilo que foi chamado de uma “estrutura da conjuntura”: um conjunto de relações históricas que, enquanto reproduzem as categorias culturais, lhes dão novos valores retirados do contexto pragmático (Sahlins, 1994, p.160).

A oposição à Braudel fica explícita na nota de fim de capítulo, quando Sahlins afirma não ter usado o conceito no sentido braudeliano, mas às “[...] relações de alguma duração intermediária – em oposição a *longue durée* por um lado e o evento por outro” (Graça, 2017, p. 10); Sahlins, 1994, p.171).

Em concordância com Papavero (2000) e com Graça (2017), sugiro que Marshall Sahlins forneceu o fogo que dá ponto à abertura do conceito de estrutura para o evento histórico, isto é, o contato. É justamente dessa colisão de mundos, que se dá a colisão da teoria.

No contato cultural, a “estrutura da conjuntura” torna-se instrumento de análise bastante sutil, reconcilia as dimensões antagônicas da diacronia e da sincronia e aponta “incidentes paradigmáticos” com poder de retocar as estruturas, sejam as transformações mudanças de porte ou alterações menores. Mas existem também permanências que podem alterar o sentido das estruturas: “Quanto mais muda, mais fica igual”, lembra-nos Sahlins, acrescentando: “Eu argumento em capítulos que se sucedem que, para adotar a citação espírita de Jean Pouillon, é melhor inverter a teoria: “Quanto mais fica igual, mais muda”” (Papavero, 2000, p. 106).

São dessas oposições entre antropologia/história, estruturalismo/história estrutural, discutida aqui incipientemente, porém não esgotada e ainda não totalmente compreendida, que se volta a atenção deste estudo. As perspectivas opostas que se colidem na antropologia histórica de Sahlins, que, em síntese, busca a união e não a acentuação das diferenças.

Entretanto, atento que, às problemáticas e objetivos da história enquanto ciência dos homens no tempo, como definiu Bloch (2001), lideram a análise de coalizão disciplinar proposta nesta tese. Para isso, é preciso ter em mente que, mesmo que não possam se reconciliarem após a colisão, as disciplinas foram atingidas mutuamente, portanto afetadas uma pela outra, o que pode significar afastamentos e/ou assimilações.

No segundo capítulo, discuto a conjuntura que fez com que os Kaingang reelaborassem sua territorialidade durante o século XIX (*Koran-bang-rê* – Terras de Sepultura – TI Marrecas). No terceiro capítulo, apresento a espacialização e as datações dos sítios arqueológicos dos Koran-bang-rê. No quarto capítulo, a partir da coalizão das disciplinas, objetivei demonstrar que apesar das diversas transformações ocorridas em um processo de longa duração, onde reside a estrutura, que transpassa do período pré-colonial até a reivindicação das terras de Sepultura: a mobilização dos Kaingang em torno das terras de onde estavam sepultados seus ancestrais.

Como tentei demonstrar, a colisão das disciplinas afeta ambas, mesmo que de forma desigual. Marshall Sahlins conseguiu angariar aspectos da história em sua análise sobre o contato entre os ingleses e havaianos; no entanto, Sahlins não sobrepôs a história à antropologia, mas buscou o que aqui chamo de *coalizão* disciplinar, que no caso da análise de Sahlins é “liderada” pela antropologia, resultando em uma antropologia histórica.

Para o raciocínio, é necessário explicitar o sentido em que emprego o termo “coalizão”. No dicionário de língua portuguesa, a palavra “coalizão” tem significado de “[...] liga momentânea entre elementos com interesses antagônicos, para os quais as partes se voltam, depois de atingidos os fins desta espécie de liga” (Zeitlin, 1975, p. 47). No âmbito da administração de empresas e da política, a ação da coalizão consiste em unir indivíduos ou grupos, que em outros momentos são antagônicos para condução de ações com finalidades comuns, para partilharem um resultado que nem sempre será dividido igualmente, mas de forma proporcional, tanto à condução, quanto aos resultados. As minúcias dessa relação de poder, sobre a formação da(s) coalizão(ões) estariam no que Zeitlin (1975) chama de “Teoria do recurso mínimo”:

Esta teoria foi inicialmente estabelecida por Caplow (1956), que fez diversas hipóteses que mencionamos a seguir:

1. Um membro mais forte de um grupo tentará controlar um membro mais fraco.
2. Controle sobre dois membros é preferido a controle sobre um; e controle sobre um é preferido a controle de nenhum.
3. O poder (soma dos recursos) de uma coalizão é a soma dos poderes (recursos) dos membros que formam a coalizão (Zeitlin, 1975, p. 48).

Portanto, concebe-se a interdisciplinaridade como a coalizão das disciplinas como a história, a antropologia, a arqueologia, a linguística, dentre outras. Deixa-se claro de antemão, que, nessa perspectiva, existe a relação de poder não só do diverso quadro teórico, mas entre as

disciplinas, não por uma ser mais “forte” ou mais “fraca” do que a outra, mas especialmente pela habilidade ou inabilidade de quem lidera a coalizão disciplinar, ou seja, a origem e a formação do pesquisador/autor.

Defendemos, portanto, que, para a escrita da história indígena, a interdisciplinaridade é um requisito mínimo, afinal buscar a coalizão interdisciplinar está justamente na origem do termo “etno-história”. Lembremos que, “Etno-história”, como foi enfatizado em 1953, na *Conferência de Columbus*, não diz respeito a uma “história étnica” de sentido êmico, mas a fusão de duas disciplinas: a etnologia e a história, portanto, duas perspectivas éticas, que, na época, eram produzidos por não-indígenas, nas universidades e instituições de pesquisa, como explicou Mota (2014, p. 12).

Embora hoje haja diferentes concepções acerca do termo etno-história, optamos em seguir a perspectiva de Cavalcante (2011, p. 359), Eremites de Oliveira (2012, p. 191) e Mota (2014, p.14). Portanto, como estes, utilizou-se nesta tese o termo etno-história enquanto método de abordagem inter-transdisciplinar para a escrita da história indígena, conforme também sugeriu Tommasino (2016).

A interdisciplinaridade é entendida aqui, essencialmente, como coalizão, onde pesquisadores de diversas disciplinas contribuem para uma perspectiva “macro” da história indígena, embora ainda com alguma restrição em relação às linhas das fronteiras disciplinares, mas que no conjunto da obra se complementam. Como exemplo dessa coalizão, podemos citar o livro clássico *História dos índios no Brasil* de Manuela Carneiro da Cunha (1992). O livro, organizado por Cunha, no entanto, é um apanhado de autores de diferentes disciplinas que foram reunidos em um mesmo volume, ou seja, não é uma análise interdisciplinar sobre a história dos indígenas. Fazer análise etno-histórica é pensar o problema a ser analisado de forma interdisciplinar. Como exemplo de uma análise étnica regional no Brasil meridional, o livro *Uri e wãxi* organizado por Mota, Noelli & Tommasino (2000), é interdisciplinar, mas nele, a transdisciplinaridade também permeia a maior parte dos capítulos.

A trajetória do pesquisador de visão interdisciplinar é um desafio acadêmico no Brasil e em outras partes do mundo, sendo muitas vezes, ainda, o etno-historiador, um “verdadeiro autodidata” (Rojas, 2008 *Apud* Cavalcante, 2011, p. 361). Para contribuir com a formação de etno-historiadores, para compensar o autodidatismo e mesmo com a empiria do fazer da etno-história, Cavalcante (2011) aderiu à proposta de “[...] oferecimento de disciplinas pertinentes às áreas nas diferentes graduações, um núcleo comum de formação humanística nos primeiros anos dos cursos” (Cavalcante, 2011, p. 361). Nessa proposta, as disciplinas de etnologia,

arqueologia, linguística e método historiográfico formariam o “núcleo comum da formação em ciências humanas”.¹⁹

Se a interdisciplinaridade, em si, constitui um problema de formação, a transdisciplinaridade consiste na disposição do pesquisador em buscar o debate e recepção interdisciplinar, transitar, interagir e integrar conceitos, métodos e teorias das disciplinas. Dessa forma, se a interdisciplinaridade consiste num desafio de formação, a transdisciplinaridade equivale a um desafio metodológico, num exercício de habilidade que o “etno-historiador” constantemente adquire no fazer etno-histórico, ou seja, na coalizão.

Alguns autores optam por diferentes formações de coalizão, teóricas ou interdisciplinares. Bruce Albert (1992), deixa claro que a opção teórico-metodológica de alguns antropólogos em marginalizar os eventos de “incorporação histórica”, em predileção as formas culturais próprias, portanto êmicas, constitui-se em uma “[...] restrição do horizonte etnográfico de sua abordagem devem-se, parece-me, mais à fidelidade excessiva à letra da obra de Lévi-Strauss do que a limitações imputáveis à análise estrutural” (Albert, 1992, p. 151). Entende-se que a crítica do antropólogo aqui esteja restrita aos seus pares, que se julgaram impedidos por estarem presos aos limites da teoria, ou se “auto circunscreveram” à disciplina, o que de certa forma significa uma defesa, ou mesmo, uma apologia do campo teórico-disciplinar.

É justamente da colisão histórica que Albert (1992) vislumbra a potencialidade de exemplificar a reestruturação cosmológica, operacionalizada cognitivamente pelos Yanomami, contextualizadas nos eventos. As representações do contato evidenciam as lógicas simbólicas, revelando aspectos da sua dinâmica cognitiva, estratégia cultural e sua idade contextual, a contextualidade histórica. É do quadro etnográfico construído das reflexões da natureza das epidemias, da identidade dos “brancos” e do status dos objetos manufaturados que o autor teceu sua análise.

Para cada fase do contato, os Yanomami reelaboraram suas teorias cosmológicas sobre a relação entre as naturezas das epidemias, objetos manufaturados (patogênicos), e a identidade dos “brancos”. Essas associações constituem-se em enigmas metafísicos que se desenrolaram nas diversas formas do contato, contexto que Albert (1992) acredita estar presente em toda a

¹⁹ Ressalto que em nível de mestrado e doutorado, na linha pesquisa de História Indígena e do Indigenismo do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), são oferecidas disciplinas como: Etno-história e História Indígena (2021, 2019); Povos Indígenas: História e Historiografia (2020-2017); Temporalidades, Saberes e Poderes na Produção da História Indígena (2020, 2018); História, Colonialidades e Teorias Pós-Coloniais (2019,2016); História das Representações dos Povos Indígenas: Imaginário Eurocêntrico e Alteridades Étnicas (2019, 2018); Autoria, Autobiografias e Escritos Indígenas (2017).

dimensão dinâmica e pragmática do “pensamento selvagem”, e que, se não consideradas, escapam da abordagem estritamente mitológica, perdendo-se a dinâmica cognitiva, a contextualidade histórica e sua estratégia cultural trabalhada em si mesma com o advento “[...] dos fenômenos de incorporação cultural” (Albert, 1992, p.181).

A opção pela análise simbólica e histórica do contato aproxima Albert (1992) de Sahlins (1994). Cabe destacar que Albert não parece oferecer um modelo de análise, mas uma opção metodológica, cuja própria inclusão de fontes documentais, destoa das análises etnográficas amazônicas. A historicidade, que pode ser organizada cronologicamente no texto de Albert, não tem a mesma importância para os Yanomami, tanto como para os historiadores. A teoria da fumaça do metal e suas reestruturações são a antítese da história dos “brancos”, de modo que, o que Albert faz, é justamente a coalizão dessas concepções.

Outra abordagem igualmente válida para nos aprofundarmos na questão da coalização é a abordagem realizada pelo antropólogo Peter Gow (2001), quem analisou o mito/história Piro.

O mito ao qual o etnólogo se deteve apresentava outras versões, portanto houve modificações em sua estrutura, que evidenciavam transformações que o grupo havia experimentado, além do próprio mito ser sobre transformação. Portanto, para o antropólogo, essas transformações ajudariam a “[...] compreender como o povo Piro pode ter pensado sobre as mudanças que criou, vivenciou, desejou ou temeu em suas próprias vidas” (Gow, 2001, p. 01. Trad. nossa).²⁰

A coalizão em Gow (2001) não se dá entre disciplinas, mas dentro das fronteiras teóricas da antropologia, através da união do método etnográfico proposto por Malinowski e a proposição de Lévi-Strauss sobre a inclusão de métodos históricos na antropologia pelos mitos:

[...] uma análise antropológica que utiliza métodos históricos deve partir da etnografia e dos problemas que a etnografia apresenta. A etnografia é para a investigação antropológica aquilo que as “fontes primárias” são para os historiadores. Este é o ponto no qual Bronisław Malinowski e Claude Lévi-Strauss concordam, apesar de todos os escritos deste último sobre o trabalho do primeiro. Assim como as principais obras de Malinowski começaram a partir de aspectos concretos da vida nas Ilhas Trobriand, as *Mythologiques* iniciam-se com um mito narrado por membros de uma sociedade que Lévi-

²⁰ Original: “[...] understanding how Piro people might have thought about changes that they have created, experienced, desired, or feared in their own lives” (Gow, 2001, p. 01).

Strauss conhecia pessoalmente e sobre a qual há uma vasta produção etnográfica (Gow, 2001, p. 20. Trad. nossa).²¹

Para nós, historiadores, os fundamentos teóricos da antropologia possibilitam uma coalizão que deve pluralizar a concepção de história para “histórias”. Por outro lado, atrevemo-nos a refletir que a circunscrição de Gow (2001), ao desconsiderar a história como disciplina, minimize a própria influência do “inconsciente” nas análises de Lévi-Strauss, ao abordar a forma em que, socialmente, os Piro lidam com uma questão traumática como a escravidão. Eles terem “extraído” os pontos positivos da convivência e constituição do parentesco, pode ser uma forma de lidar com a situação das experiências extremas, como é refletida por Ricoeur (2007).

As preocupações de Gow (2001), referentes à metodologia da história em relação à documentação produzidas por não-indígenas, constituem uma discussão que, embora não esgotada e necessária, já é realizada no âmbito do método da etno-história.

Diferentemente do historiador, porém, o etno-historiador normalmente depende de evidências documentais que não foram produzidas pelo povo que ele estuda, mas por representantes de uma cultura radicalmente diferente. A compreensão destes últimos sobre aquilo que registravam raramente poderia ter sido tão detalhada quanto a de um nativo e, muitas vezes, era grosseiramente equivocada ou insuficiente. Como observou Spicer (1962:22), quase não há evidências diretas sobre os pontos de vista e os sentimentos indígenas a respeito das profundas mudanças que o contato provocava em suas vidas até bem avançado o século XIX. Para avaliar e interpretar esse material, mesmo que de forma limitada, o etno-historiador precisa possuir um conhecimento etnográfico detalhado sobre o povo que estuda. É impossível projetar padrões de comportamento registrados em um determinado momento para o passado ou para o futuro com a certeza de que não sofreram mudanças. Ainda assim, uma compreensão ampla da etnografia do grupo estudado e de culturas relacionadas, tanto em sua forma atual quanto conforme registradas no passado por etnólogos profissionais, permite interpretações mais sensíveis e críticas dos documentos históricos do que os métodos convencionais utilizados pelos historiadores. Dessa forma, torna-se possível ao etno-historiador perceber o significado, para os indígenas, de comportamentos que não eram evidentes para os brancos que os registraram no passado. (Trigger, 1978, p.18-19. Trad. nossa).²²

²¹ Original: [...] *an anthropological analysis that uses historical methods must start from ethnography and from the problems ethnography presents. Ethnography is to anthropological investigation what the 'primary sources' are to historians. This is the point on which Malinowski and Lévi-Strauss agree, for all the latter's scriptures on the work of the former. Just as Malinowski's major works started in concrete features of life in the Trobriand Islands, the Mythologiques starts with a myth told by members of a society Lévi-Strauss knew personally, and about which there is a wealth of ethnographic writing*” (Gow, 2001, p. 20).

²² Original: “*Unlike the historian, however, the ethnohistorian normally depends upon documentar evidence that was produced not by the people he is studying, but by representatives of a radically different culture. The latter's*

A problemática do discurso de que a história indígena seria “inviável” pela suposta falta de fontes fundamentava-se na ideia preconceituosa de que os indígenas tinham uma “história estacionária”, ou seja, pouco aberta às mudanças, e etc. Certamente, Gow (2001) não seria inábil para trabalhar com essa documentação, como ele tentou justificar. Pelo contrário, o etnógrafo preenche, ao nosso ver, os requisitos apontados por Trigger; no entanto, o que ele fez em seu trabalho sobre os Piro pode ser compreendido como uma opção teórica, a qual se compreende a partir de Albert (1992), ou seja, uma opção que restringe o horizonte etnográfico e circunscreve a análise ao campo disciplinar.

A opção de Gow (2001) refere-se, nesse sentido, à perspectiva interna ao grupo analisado a qual evidencia uma concepção de mundo distinta a da tradição ocidental, e, consequentemente, apresenta outra historicidade e outros significados, inclusive no que tange à abordagem sobre as transformações decorridas do contato dos Piro com os europeus. Em seu estudo, Gow (2001) forma uma coalizão angariando Malinowski e Lévi-Strauss, para marcar oposição aos antropólogos e historiadores que pensam em uma história das relações. A esse respeito, Gow (2001) investe suas críticas contra as opções de Sahlins, Eric Wolf e Jonathan Hill; sobre esse último determo-nos agora.

Cabe ressaltar que, diferentemente dos outros trabalhos aqui citados, o de Hill (2013) é resultado de um projeto de pesquisa interdisciplinar intitulado *Histórias Comparativas Arawak*, cujos dados foram sintetizados transdisciplinarmente pelo antropólogo. A perspectiva de Hill (2013), e dos outros integrantes do projeto, foi a de “re-historicizar” os povos indígenas da Amazônia. A proposta de Hill (2013) não objetivou a neutralização de outras histórias, ou concepções internas dos grupos, extraídas dos mitos e da etnografia, mas de somá-las a uma reconstrução histórica por meio da coalizão, operada teoricamente a partir dos processos de etnogênese.

understanding of what they were recording rarely could have been as detailed as that of a native and often it was grotesquely erroneous or deficient. As Spicer (1962:22) has pointed out, almost no direct evidence is available concerning Indian viewpoints and feelings about the tremendous changes that contact was making in their lives until well into the 19th century. In order to evaluate and interpret this material, even in a perfunctory manner, the ethnohistorian must possess detailed ethnographic knowledge about the people he is studying. It is impossible to project behavioural patterns recorded at a specific time backwards or forwards with assurance that they have not changed. Nevertheless, a broad understanding of the ethnography of the group being studied and of related cultures, as these presently exist and as they were recorded in the past by professional ethnologists, will facilitate more perceptive and critical insights into the significance of historical documents than do the conventional methods employed by historians. It becomes possible for the ethnohistorian to see the significance to the Indians of behaviour that was not evident to the Whites who recorded it long ago” (Trigger, 1978, p.18-19).

Com base nos contatos entre os grupos Arawak e não-indígenas em diversos períodos e regiões, os pesquisadores tentaram observar como poderiam ser mapeadas as mudanças históricas de longo prazo a partir do contato, as quais também orientaram, segundo o autor, a “[...] uma microreconstrução da grande diáspora Arawak que havia coberto a maior parte do Caribe, e as bacias do Orinoco e do Amazonas antes da chegada dos colonizadores europeus” (Hill, 2013, p.43). Embora houvesse diversos temas sobre os Arawak, suas relações interétnicas e seus desdobramentos foram o fio condutor da abordagem. Como esclareceu Hill (2013):

[...] integrar tais histórias com processos mais amplos de expansão colonial e nacional na América Latina e no Caribe foi de suma importância, ao invés de ser apenas mais uma. Em situações de contato os diferentes grupos podem se utilizar de tradições culturais e instituições sociais dos povos conquistadores e conquistados advindos de tempos anteriores (ou pré-contato), mas os arranjos de relações de poder e ideologias resultantes são novas formações sociais. Ao invés de um “navio de história” ancorando em praias de “estruturas culturais” distantes, a situação de contato é compreendida como um entrelace de duas ou mais histórias, anteriormente distintas, em uma única história caracterizada por processos de dominação, resistência e acomodação (Hill, 2013, p. 48).

As relações interétnicas privilegiada por Hill (2013), não são restritas a “uma ilha de histórias”, tampouco se restringem ao período colonial, mas também podem ser projetadas para o período pré-colonial, propiciando comparações com os dados arqueológicos onde estes eventos foram também evidenciados, junto com suas permanências e transformações. As abordagens teóricas sobre os “[...] processos de etnogênese e transformação histórica na longa duração” (Hill, 2013, p.58), podem ser exploradas justamente dessa coalizão interdisciplinar.

Nas diversas concepções teórico-metodológicas aqui evocadas, todos os autores buscaram a coalizão nas diferentes perspectivas teóricas disciplinares ou interdisciplinares. Nessas coalizões, pudemos identificar as relações de poder, ou a liderança da coalizão teórica disciplinar, já que os autores são antropólogos. É necessário observar que as coalizões não neutralizam as oposições que levam a colisão, afinal a coalizão consiste na união de diferentes perspectivas que buscam resultados que isoladamente não seriam atingidos, ou se alcançados, estariam em menor proporção. Nas teorias da administração de empresas, a coalizão refere-se, justamente, a “lei da paridade”:

[...] na formação de uma coalizão um parceiro tentará obter máxima vantagem ou mínima desvantagem. Em outras palavras, *C* optará pela coalizão com *B*,

de preferência a *A*, pois tem uma maior percentagem dos recursos totais numa coalizão *BC* e, portanto, espera que aqui sua recompensa seja maior. (Zeitlin, 1975, p. 48-49).

Nesse sentido, a abordagem de Hill (2013), aparentemente consegue resultados mais amplos para uma proposição de perspectiva teórica inter-transdisciplinar, embora suprima dessa análise as ontologias indígenas.

Calavia Saez (2005), Cavalcante (2011) e Mota (2014), comparam o desenvolvimento da história indígena no Brasil pós-constituição de 1988 com o surgimento da etno-história na América do Norte, como resultado das reivindicações dos direitos dos povos indígenas, que no Brasil se deram em duas vertentes.

[...] lembremos que a reivindicação da história indígena se deu em duas frentes: a da historicidade objetiva dos povos indígenas (que não são imagens congeladas de um estado primitivo) e a da sua subjetivação, isto é, a presença de um saber histórico e, portanto, de uma consciência histórica peculiar. Parece claro que essas dimensões devem estar articuladas, isto é, a constatação de que a maneira pela qual os povos percebem e narram sua história é parte essencial dessa história (Calavia Saez, 2005, p. 49).

Se concebermos o fazer da etno-história em suas raízes, devemos nos atentar à coalizão que Calavia Saez (2005) chamou de “terceira margem”. A sintonia entre as diversas frequências teórico-metodológicas das disciplinas é o que irão equalizar ruídos e distorções semânticas, contribuindo para a escrita de uma história indígena de coalizão.

Deste modo, a coalizão das disciplinas pela etno-história deve-se desenvolver a partir do debate interdisciplinar, pelo qual se equaliza aspectos da história indígena através da transdisciplinaridade. Para empreender a escrita da história indígena, o pesquisador (in)disciplinado deve, dentro dos limites de sua disciplina, conhecer e utilizar termos, noções, conceitos, métodos e, ainda mesmo, teorias de outras disciplinas, porém, não deve desconsiderar as problemáticas, objetivos e aportes de sua própria disciplina.

A ideia de etno-história a qual aqui se adere, não renunciou a suas raízes, à saber, a busca por garantias de direitos sociais, ambientais, territoriais e culturais. É essa premissa que ainda ressoa no fazer etno-histórico. Se por um lado a história do contato com os europeus pode contribuir para uma história engajada pela garantia de direitos territoriais, os quais entendemos que são fundamentais para a garantia de todos os outros direitos dos povos indígenas, de exercer sua existência e reprodução física e cultural, garantidos pelo artigo 231 da Constituição Federal

de 1989. Como chamou atenção Francisco Noelli (1993) “sem *tekoa* não há *tekó*”, ou seja, sem terra não há cultura.

Por outro lado, Bruce Albert, que possui um histórico ativista em prol da demarcação da TI Yanomami, nos demonstra como o uso da cosmologia *Yanomani* pode auxiliar o pesquisador a lidar com a alteridade a partir do contato. Recorrendo a elementos que vão desde a cultura material (como pedaços gastos de ferramentas de metais), documentação referente aos contatos (relatórios do SPI), e cosmologias yanomami (mitos e cosmovisão sobre os brancos), Albert (1994) contribuiu para o entendimento da relação conflituosa dos garimpeiros *versus* Yanomami, relações estas que, entre 2021 e 2023, se tornaram novamente tão violentas para os Yanomami.

No caso dos Kaingang, a falta de conexões entre o período por vezes referido como “pré-histórico” em relação ao período tradicionalmente chamado de histórico, isso não é apenas um problema acadêmico, mas incide na realidade dos Kaingang frente às investidas da sociedade não-indígena sobre seus territórios e seus modos de vida, em nome do desenvolvimento regional/nacional. A abordagem de uma história contínua dos Kaingang dos *Koran-bang-rê*, ao entender deste estudo, pode contribuir na luta pela busca e pela defesa de direitos territoriais e socioambientais.

O adjetivo “*préhistorique*”, segundo Trigger (1973), foi utilizado por Tournal desde 1833, tornando-se universal mais de 40 anos depois, sendo categorizado como “[...] o estudo do passado para o qual não existem documentos escritos apropriados” (Trigger, 1973, p, 04). Nessa proposição, assim como em Carsten (2012), não cabe ao historiador separar a história de pré-história. O que se intenciona é, justamente, utilizar os “métodos da pré-história” (Trigger, 1973, p, 4), para compor uma história Kaingang nos *Koran-bang-rê*. Romper com a dicotomia pré-história/história, remete a “[...] a complexidade dos processos de continuidade e transformação das identidades e dos modos de vida dos povos indígenas” (Silva & Noelli, 2016, p. 06).

Nesta tese, é no método inter-transdisciplinar que buscaremos a coalizão dos debates sobre os Jê/Kaingang, mesmo que isso implique em colisões. A princípio, a problemática se norteia por uma questão basilar: Por que guerreiam os Kaingang do *Koran-bang-rê*? As respostas para esta questão envolvem, ao nosso ver, transformações ocorridas durante a conjuntura em que os Kaingang estão envolvidos. Portanto, nesta tese, a partir desta única questão, se propõe investigar, através uma análise focada na longa duração, as motivações pelas quais guerreiam os Kaingang dos *Koran-bang-rê*. Consideramos que é na longa duração que perpassa

a conjuntura onde reside a estrutura, a qual, do mesmo modo que multiplica, reduz as respostas desta questão. Essa estrutura consiste não só na materialidade das estruturas dos aterros anelares, ou nos montículos de sepulturas, mas na cosmologia dos Kaingang, como se apresentará ao final desta tese.

Não se objetiva realizar uma sobreposição de diferentes dados, como se uma categoria fosse mais confiável que outra, ou que apenas uma teria validade se apresentasse conformidade à segunda, pois compartilho a conclusão de que “[...] a relação entre os dados é feita para ressaltar uma história indígena onde não há rupturas, mas continuidades, transições e transformações culturais” (Silva & Noelli, 2016, p. 6).

CAPÍTULO I - OS RÊ E OS JÊ: ESPAÇO E SOCIEDADE

E' preciso examinar o objecto do estudo sob varios pontos de vista, como os da ethnographia, linguistica, historia, anthropologia, e arqueologia.

Hermann Von Ihering (1904).²³

1.1. OS RÊ: (RE) CONSTRUINDO UM ESPAÇO DE ANÁLISE PARA A HISTÓRIA KAINGANG

O ponto de partida escolhido para o desenvolvimento deste tópico é o de que “[...] a ideia de natureza contém, embora muitas vezes de modo despercebido, uma quantidade extraordinária da história humana” (Williams, 2011, p. 89). Seja da perspectiva das sociedades que transformaram a natureza ou das sociedades transformadas por ela, portanto, a frase de Williams norteia a discussão aqui proposta.

Embora pareça uma obviedade, a afirmação acima remete à relação de disputa pela qual os humanos tentaram exercer o controle sobre a natureza. Essa ideia fica evidente quando o autor salienta que: “Por milhares de anos, os seres humanos intervêm e aprendem a controlar a natureza. Desde o início da agricultura e da domesticação de animais esse processo foi realizado conscientemente” (Williams, 2011, p. 100).

Apesar dessa ideia de controle ser corrente, as transformações da natureza pelas sociedades humanas não são completas, mas ainda são vistas na maioria das vezes como aspectos do desenvolvimento do homem, ou seja, como separação e superação do homem sobre a natureza.

A melhoria da agricultura e a Revolução Industrial foram claramente desencadeadas a partir dessa ênfase, e muitos dos efeitos práticos dependiam de um olhar sobre a natureza como, clara e até mesmo friamente, um conjunto de objetos que os homens poderiam operar (Williams, 2011, p. 103).

²³ É de amplo conhecimento que Von Ihering defendeu o aniquilamento dos Kaingang do “sertão paulista”, como tratou Pinheiro (2004). Outros cientistas e segmentos da sociedade da época partilhavam do mesmo entendimento de Von Ihering. Entretanto, a referência a Von Ihering (1904) objetiva chamar atenção para o fato de que, no início do século XX, o diretor do Museu Paulista já sugeria a análise interdisciplinar da história indígena. Como alerta Harkin (2010), nem sempre a alta teoria e causas políticas progressistas andam de mãos dadas.

O autor aponta que a natureza passou a ser entendida como “tudo que não era humano”, tudo o que não tivesse a intervenção humana, em suas palavras: “[...] a natureza como os locais solitários, como selvagem” (Williams, 2011, p. 103).

Esse raciocínio, somado à visão dos conquistadores europeus que classificaram os nativos americanos enquanto selvagens, como apontou Matthew Restall (2006), permite inferir que os povos indígenas foram considerados como um elemento natural, que, portanto, deveriam ser dominados, vencidos, e não como sujeitos históricos.

Diante o exposto, cabe-nos refletir como a História pode se utilizar de suas ferramentas e dos instrumentos do aparato de outras disciplinas para não se contaminar com a visão colonial. Essa operação deve ser considerada também no momento de estabelecer o recorte espacial da pesquisa, afinal a interação entre sujeitos e natureza é fundamental para este exercício.

Marc Bloch (2001), em síntese, afirmou que a história é o estudo dos homens no tempo. Para José D’Assunção Barros (2006), a frase de Bloch rompe com a ideia de que a História examinaria necessariamente o passado, para ele, a história estuda “as ações e transformações humanas (ou permanências) que se desenvolvem ou se estabelecem em um determinado período de tempo, mais longo ou mais curto” (Barros, 2006, p. 461).

Com a influência da geografia exercida por Paul Vidal de La Blache, o meio, leia-se o espaço, ganhou atenção dos historiadores como um “sujeito da história”, seja por influência do homem ou pelas respostas que esse dava às condições impostas pelo meio/natureza.

O geógrafo francês defendia o homem como um ser dotado de inteligência e liberdade que agia sobre o meio físico. Criticando as posições deterministas, La Blache propôs uma postura relativista. Definindo a relação homem-natureza como o objeto da geografia, o geógrafo francês defendeu que o meio influenciava o homem, mas este criava soluções para os limites por ele impostos (Fernandes, 2009, p. 37).

Para Fernandes (2009), a valorização da história, por La Blache, foi determinante para o surgimento da Geografia Regional incorporada metodologicamente pelos historiadores franceses, primeiramente por Lucien Febvre e em especial por Fernand Braudel, expoentes da primeira e segunda geração dos *Annales*.

Para Dipesh Chakrabarty (2019), até certo ponto, Braudel fez uma fissura no binarismo entre a história humana e a história natural.

[...] com seu livro *O Mediterrâneo*, ficou claro que ele se rebelou principalmente contra os historiadores que consideravam o ambiente como um silencioso e passivo pano de fundo de suas narrativas históricas. Isso é mencionado no capítulo introdutório, que depois foi esquecido, como expressou Braudel: “as flores não brotavam a cada primavera, como se os rebanhos de ovelhas não parassem em cada deslocamento, como se os navios não tivessem que navegar em um mar real que muda com as estações”. Na composição de *O Mediterrâneo*, Braudel quis escrever uma história na qual as estações — “uma história da repetição constante, ciclos sempre recorrentes” — e outras recorrências da natureza desempenhassem um papel ativo como moldadoras das ações humanas (Braudel, 1972). (Chakrabarty, 2019, p. 103. Trad. nossa).²⁴

O prefácio da edição brasileira de *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II*, traz aspectos da influência de La Blanche sobre Braudel.

A primeira parte de *O Mediterrâneo* deve muito a um mestre da geografia francesa que se dedicou longamente ao estudo do Mar Interior: Paul Vidal de La Blanche. Pela poesia das descrições e por suas ilações precisas acerca das montanhas, da circulação e dos obstáculos que o meio impõe aos homens, Braudel fez-se um devedor daquele mestre da geografia humana.

[...]Em Vidal de La Blanche o leitor encontrará um conjunto de descobertas do qual Braudel foi, sem dúvida alguma, um herdeiro (Secco e Deaecto, 2016, p.30 – 31).

É da relação com a geografia que o ofício do historiador passa a ser entendido como “[...] a ciência que estuda o homem no tempo e no espaço” (Barros, 2006, p. 462). Tempo e espaço, dois conceitos caros aos historiadores, mas que não receberam a mesma intensidade de reflexão. Segundo Langaro (2009), desde a década de 1970, as noções de tempo foram amplamente discutidas na história, o que apontou a relatividade do conceito, ou, em outras palavras, que a percepção de tempo é diferente para diversas pessoas em todos os momentos históricos.

²⁴ Original: “[...] com su libro *El Mediterráneo*, fue claro que se rebeló mayormente contra los historiadores que consideraban al ambiente como un silencioso y pasivo telón de fondo de sus narrativas históricas. Esto se menciona en el capítulo introductorio, que luego fue olvidado, como lo expresó Braudel: “las flores no rebrotaron cada primavera, como si las manadas de ovejas no se detuvieran en cada desplazamiento, como si los barcos, no tuviesen que navegar en un mar real que cambia con las estaciones”. En la composición de *El Mediterráneo*, Braudel quiso escribir una historia en la que las estaciones – “una historia de la repetición constante, ciclos siempre recurrentes” – y otras recurrencias de la naturaleza jugaran un rol activo como moldeadoras de las acciones humanas (Braudel: 1972).” (Chakrabarty, 2019, p. 103).

Assim como o tempo, o espaço possui uma relação complexa com a produção do conhecimento histórico, porém, para Langaro (2009) o conceito de espaço foi pouco problematizado no campo da história. Dentre as razões para a incúria, a autora aponta que:

Isso ocorre porque, na maioria das vezes, para o historiador, o espaço não é concebido como resultante de processos históricos, produto da ação de sujeitos históricos. Ele é considerado apenas como um “palco” sobre o qual se desenvolvem os eventos da história (Langaro, 2009, p. 24).

Embora parte dos historiadores não se debruce sobre as questões do espaço, considero que todos sejam interpelados sobre o assunto ao menos em um momento do fazer historiográfico, sobre a delimitação de tempo e espaço de suas pesquisas. É na ocasião do recorte espacial que o espaço protagoniza a pesquisa em história. Esse é um aspecto antigo dos usos do espaço pelas ciências, pois elas repartiam o espaço, o fragmentaram “[...] segundo postulados metodológicos simplificados” (Lefebvre, 2006, p. 3).

Se estabelecer a delimitação espacial na pesquisa historiográfica já é uma tarefa difícil tendo como base o Estado-Nação, definir um recorte espacial para a pesquisa em história indígena é um desafio que demanda atenção especial, pois a problemática da pesquisa raramente está atrelada às definições política-administrativas implementadas pelo Estado. Ou seja, a temática extrapola os limites institucionalizados.

A delimitação espacial realizada pelo historiador que se dedica sobre o assunto é um dos casos que:

[...] não coincide necessariamente com um recorte administrativo ou estatal: pode ser definida por implicações culturais, antropológicas, econômicas ou outras. Um grupo humano a ser examinado não estará necessariamente enquadrado dentro dos parâmetros de um Estado-Nação (Barros, 2015, p. 43).

A história ambiental é um exemplo onde o recorte espacial não segue a institucionalização do espaço:

A pesquisa em história ambiental, de toda maneira, até pelo próprio fato de ser “ambiental”, não costuma se fazer na abstração das teorias puras, mas sim nas contradições de lugares e experiências vividas. Na maioria das vezes, ela se dá por meio de recortes geográficos e biofísicos concretos: uma região

florestal, uma bacia hidrográfica, uma cidade, uma zona agrícola etc. (Pádua, 2010, p. 96).

Seguindo José Augusto de Pádua (2010), entendemos que a natureza, e aqui nos referimos ao espaço-natureza, é pensada pelos historiadores no momento do recorte espacial, porém, nem sempre essa reflexão é problematizada.

Partindo da constatação da diversidade de termos e conceitos que são utilizados como categorias espaciais empregadas como recortes, ou seja, como delimitações espaciais nas pesquisas acerca das áreas de ocupação indígena, buscamos refletir sobre a aplicação dessas categorias enquanto um espaço de análise para pesquisa em história indígena, e, mais especificamente, na história dos Kaingang. Na ocasião, sugeri que as variadas categorias de espaços utilizadas por diversos autores poderiam ser classificadas em três grupos: “a) o Espaço Restrito, b) o Espaço Extenso e c) o Espaço Êmico” (Carsten, 2022, p. 90).

A temporalidade abarcada nessa tese, portanto, foi definida a partir do processo reivindicatório das terras de Sepultura que culminaram na demarcação do Aldeamento Marrecas, concluído em 1880, e cuja análise da historicidade recua até o período pré-colonial. Portanto, a temporalidade selecionada extrapola as categorias espaciais do espaço restrito que foram destinadas aos Kaingang. Por sua vez, a utilização do espaço extenso restringiria a análise proposta a uma delimitação geográfica fixa, o que suprimiria as relações que os Kaingang estabelecem com suas territorialidades e sociabilidade. Desse modo, as categorias ajuntadas no Espaço Êmico, onde são agrupadas as espacialidades concebidas a partir das noções de espaço dos próprios Kaingang para delimitar recortes socioespaciais de suas vivências, e que foram levantadas por meio de revisão bibliográfica (Carsten, 2022). O conjunto de referências espaciais do Espaço Êmico são: *Nên* (mata antiga/florestas), *Krin* (serras/montanhas), *Goio* (águas/rios), *Vãnh Kute vë* (mato baixo/capoeira), *Ga ëg rãnhřaj jafã* (terra/lugar de trabalho/lugar de roças), *Rê* (campos), *Wãre* (acampamentos provisórios para caça, coleta, roçados), *În* (casa), *În sî* (casa pequena/casinha do fogo), *În jy* (espaço em torno da casa/pátio/terreiro), *Emã* (aldeia/conjunto de moradias).

Na tese, concentraremos a atenção aos *Rê*, ou seja, aos Campos, por entendermos que é nesse espaço que os Kaingang fixavam suas *emã* (aldeias), ou seja, onde a sociabilidade é mais intensa e a territorialidade é mais evidente. Entretanto, os campos se referem a um ecossistema presente no sul do Brasil que não está isolado, mas está interligado às *nên* (florestas), onde eles abriam clareiras para instalarem suas roças, acampamentos de caça e às *krin* (serras e

montanhas), onde edificavam seus centros rituais e cemitérios. Os Campos também são percorridos por *Goio* (rios e lagos), onde eles pescavam, armazenavam pinhões e realizavam outras atividades com o uso da água. Ademais, os rios constituem-se como rotas que, ao mesmo tempo que separam, conectam espaços de grupos que mantêm relações de alianças e conflitos.

É interessante observar que os *Rê* estão próximos da noção de “região natural” que para Marcel Roncayolo (1986), seria a ideia mais constante e resistente às críticas e à erosão das teorias. Nesse caso, o vigor do recorte espacial com base nos Campos, reside no fato de que “[...] a paisagem é facilmente interpretada como natureza, ligada por este facto à natureza por excelência, aquela do mundo físico, a um céu, a uma topografia, a uma vegetação, mesmo se se continua a dar alguma liberdade e alguma iniciativa às sociedades” (Roncayolo, 1986, p. 163).

Porém, na perspectiva desta tese, os Campos, ou melhor, o *Rê*, são uma espacialidade que não se restringe a uma arbitrariedade da natureza, mas são espaços concebidos, nomeados, e, portanto, produzidos, representados, e isso não os torna apenas um recorte arbitrário para análise, além de um espaço “natural”, mas também se constituem enquanto um espaço social.

Em sua tese de doutorado, Kimiye Tommasino (1995) afirmou que nas fontes referentes ao processo de conquista ocorrido nos séculos XVIII e XIX, há evidências do vínculo entre os campos e a sociabilidade Kaingang. A antropóloga ressaltou que os campos sempre eram referidos pelo nome dos caciques do grupo que os ocupava. Essa perspectiva foi reiterada em um estudo posterior de Tommasino (2000), quando a autora denotou que essa relação demonstrava a existência de direitos precisos e definidos sobre a terra pelos Kaingang.

Porém, não são todos os Campos que eram nomeados com nomes de lideranças. Como já abordado na introdução, os *Koran-bang-rê*, como tratado por Mota (2000a; 2016), Mota & Novak (2008) e, mais recentemente, por Bonetti (2025), seguiram os apontamentos de Telêmaco Borba (1908), de *Côranbang-rê*, cuja tradução se aproximaria de “Campo do claro grande, ou Clareira grande” (Mota, 2000a, p. 95).

Para o professor Kaingang Alexandre Krenkang,²⁵ *Koran-bang-rê* pode ser também traduzido como “Grandes Campos abertos”. Por ser uma categoria nativa, em contraposição à denominação não-indígena aos Campos de Guarapuava, utilizaremos a referência *Koran-bang-rê*.

²⁵ Comunicação pessoal em maio de 2019.

A partir do confronto de documentos diversos com o mapa de Elliot, o autor demonstrou que esse ecossistema de Campos entremeados por floresta de araucárias era ocupado por diversos grupos Kaingang. Em sua pesquisa, Mota (2000a; 2016) organizou uma lista com dez áreas de campos ocupadas pelos Kaingang. Em um exercício de abstração, o autor concebeu que uma fotografia aérea dos Campos Gerais e de Guarapuava no início do século XIX:

[...] nos mostraria as populações Kaingang ocupando vastos territórios das terras altas do segundo e terceiro planalto da província paranaense cobertas de campos e entremeadas de bosques de araucárias ricos em alimentos (pinhões e caças). Também veríamos que elas estavam em guerra contra as populações brancas que procuravam empurrá-las para os vales dos rios e para as florestas, desalojando-as de seus territórios tradicionais – campos com bosques de araucárias – para a implantação de suas fazendas de gado (Mota, 2000a, p. 188 -189).

O retrato imaginado pelo pesquisador justifica a opção desta tese em eleger os Campos, ou seja, os *Rê*, como espaço de análise para a história Kaingang, pois a abordagem desta tese ocupa-se de uma territorialidade Kaingang, os *Koran-bang-rê*.

Conforme salientei anteriormente (Carsten, 2022), Moura (2021) destacou que as representações em documentos, mapas e plantas foram, em sua maioria, atribuídas a governantes e seus funcionários, e que os indígenas foram compreendidos como meros coadjuvantes nesses processos. Tal afirmação vai ao encontro da reflexão de Gonzalo Cavallo (2018), segundo a qual: “O conhecimento nativo não foi considerado ou, quando foi, foi tido como inferior e, portanto, foi desprezado.” (Cavallo, 2018, p. 373). Contudo, com base na similaridade espacial entre os Campos de Guarapuava e os *Koran-bang-rê*, podemos afirmar com segurança que o conhecimento dos Kaingang sobre os campos paranaenses foi considerado, porém, não lhes foi dado os devidos créditos.

A formulação que aqui se segue, ao eleger as áreas dos Campos como espaços de análise para a escrita da história Kaingang, como apontado em Carsten (2022), já vem sendo utilizada há mais de trinta anos por Mota (1994; 2000a; 2016), e por outros pesquisadores. Em 1994, o autor já abordava “[...] a produção do espaço dentro dos marcos da expansão capitalista” (Mota, 1994, p.9). Em Mota (2000a; 2016) o autor não só relacionou os Campos de Guarapuava enquanto um território Kaingang – os *Koran-bang-rê* – como reconheceu e indicou mais nove campos traçados por John Henry Elliot, e apresentou os nomes desses campos em língua

Kaingang. A análise reformulada por Mota (2016) nos permitiu compreender a construção dos *Koran-bang-rê* enquanto um espaço de análise.

Mas afinal, qual é a delimitação dos *Koran-bang-rê*? Como aproximar o recorte espacial de análise ao território nomeado pelos Kaingang? Para tentarmos responder a essas questões não se deve perder de vista a diferenciação proposta por Henri Lefebvre (2006) entre os “espaços de representação”, conceito que aqui é definido como o “espaço vivido” pelos Kaingang que habitaram os *Koran-bang-rê*, em diferenciação da “representação do espaço”, concebido pelo pesquisador, ou seja, do recorte analítico que irei propor, mesmo ciente das irrecuperáveis dimensões fragmentadas pelo recorte que se referem a uma “representação do espaço”.

Delimitar ou recortar consiste, precisamente, em determinar ou isolar a análise para demonstrar sua especificidade, o que, no caso desta tese, consiste em uma tentativa de compreender a territorialidade exercida pelos diversos grupos de língua Jê, antes e no momento imediato ao contato.

Os autores que se utilizaram dessa categoria espacial não se ocuparam de tal exercício, embora tivessem informações acessíveis para o fazerem. Se aparados nas fontes históricas, poderiam basear-se nas informações do Pe. Francisco das Chagas Lima (1842), para quem os campos de Guarapuava, de maneira ampliada, após a Real Expedição, compreendiam desde as margens do rio Yatatú (rio Cantú), ou (rio Ivaí ou Corumbataí?), onde fora construída a Villa Rica Del Espiritu Santo (próxima a atual cidade de Fênix – PR), até as cabeceiras do rio Uruguay, e desde a Serra dos Agudos até o rio Paraná. Porém, essa dilatação foi sendo estendida conforme o avanço da conquista, pois, como destacou o Pe. Chagas Lima:

[...] a extensão dos ditos campos tem sómente 20 leguas de comprimento, e 12 a 14 de largura, limitando pelos bosques que os circundam, e os separam dos Campos geraes de Coritiba, do rio Pequiry, do Rio Cavernoso, e do Rio Pinhão, tendo aos Sul o rio Iguassú, que é bordado por uma estreita orla de mato nos fundos dos ditos campos (Lima, 1842, p.43).

Esse espaço que, de acordo com Lima (1842) é quase todo circundado de montanhas, sendo que:

As serras mais notáveis do districto são, ao Norte, a de Apucarana, A Leste, a da Esperança, ao Sul, a do rio Iguassú (prolongamento do morro do Espigão

na estrada para Lages), e ao Oeste, as escarpadas formações além do rio Cavernoso, que separam as vertentes dos campos dos rios que vão desaguar no Paraná (Lima, 1842, p. 63).

A região também era composta por bosques espessos, entrecortados de rios e ribeirões, dos quais julgou o Pe. ser o rio principal do campo “[...] o Jordão, formado pelos rios Coutinho e do Pinhão e outros mais, fazendo o dito barra no Iguassú; quasi todos são de corrente rapida (Lima, 1842, p. 63). O religioso, ainda destacou que o rio Jordão e seus afluentes eram pouco piscosos, sendo que o rio “[...] mais abundante de peixe é o Pequery, não muito distante do Campo” (Lima, 1842, p. 63).

Em suas descrições sobre a “natureza” dos Campos de Guarapuava, o Pe. Chagas Lima escreve que, além de grandes mamíferos como onças e veados, a fauna dos Campos de Guarapuava era composta abundantemente “[...] de perdizes e avestruzes, e alguns corvos brancos, assim como papagaios e periquitos, que se aninham nos bosques visinhos, de onde sahem para o campo; além d’isso encontram-se alguns pequenos pássaros vulgares n’esta provincia” (Lima, 1842, p. 64).

Sobre os recursos de origem vegetal, conforme o relato do Pe. Chagas Lima, nos reconhecimentos empreendidos pela Real Expedição, comandada por Diogo Pinto, “[...] o que se encontrou n’esses districtos foram pinheiros, laranjeiras, coqueiros dos jeribás, e algumas madeiras de lei” (Lima, 1842, p. 63).

Apesar da disponibilidade desses recursos, o Pe. afirmou que os indígenas que ali habitavam, eram agricultores, e dispunham de técnicas de fermentação de “[...] bebidas embriagantes, a que davam o nome de *Koafé*, quando eram fabricados de milho, e *Koaqui*, quando de pinhão” (Lima, 1842, p. 55).

As informações do Pe. Chagas Lima, contribuem para pensarmos o modo de vida dos indígenas que viviam nos *Koran-bang-rê*; entretanto, como discutirei no quarto capítulo, as boas condições de vida nos *Koran-bang-rê*, já haviam sido registradas muito antes da chegada do Pe. aos Campos de Guarapuava.

Como apontou Mota (2000a; 2016), os Campos de Guarapuava como “espaço natural” também foram delimitados por Elliot.²⁶ Para Mota (2000a), o mapa elaborado pelo estadunidense, se

²⁶ Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart524785/cart524785.jpg . Acesso em: 15 de maio de 2023.

[...] confrontados com as descrições e os relatos da época, nos dão uma clara visão dos territórios Kaingang entre os rios Paranapanema e Uruguai no século XIX e nos mostram que as populações Kaingang ocupavam extensas áreas cobertas de campos naturais entremeadas de bosques de araucárias (Mota, 2000a, p. 85 – 86).

Em texto mais recente, Mota (2016) incluiu a identificação dos territórios Xokleng em sua análise. Deter-me-ei sobre os Campos de Guarapuava, que conforme a delineação de Elliot, corresponde a área 2 identificada por Mota (2000a; 2016), espaço que conforme o autor correspondem aos *Koran-bang-rê*, (Figura 01).

FIGURA 01- ADAPTAÇÃO DO *MAPA CHOROGRAPHICO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ* RELACIONADO AOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO SÉCULO XIX.



Fonte: Elliot (1847) adaptado por Mota, 2016, p. 138.

Esteado nos dados de Borba (1908), Mota (2016) apresenta a denominação de oito campos, dos dez especificados no mapa de Elliot, relacionando-os desta maneira aos territórios Kaingang do século XIX; São eles: 2) Campos de Guarapuava (*Koran-bang-rê*); 3) Campos de Palmas (*Kreie-bang-rê*); 4) Campos de Xanxerê (*Xaxa-rê*); 5) Campo Erê (*Kampo-rê*); 6) São Pedro das Missões – Argentina (*Kavaru-Koya*); 7) Paiquere e/ou Campos do Mourão (*Pahy-ke-rê*); 8) Campos de Chagu, (*Min-krin-ia-rê*); e 9) São Jerônimo (*Inho-hó*). O autor só não encontrou nomeação em língua Kaingang para dois campos, são eles: 1) Campos Gerais e para o 10) região de Rolândia e Arapongas, no Paraná.

Cabe destacar que há um pequeno equívoco na identificação dos campos. O campo 7, na verdade, corresponde aos Campos de Chagu, e o 8 diz respeito ao de Paiquere e Campo do Mourão. Trata-se, evidentemente, de um problema de edição da figura, já que o autor tratou acertadamente do assunto em publicação mais antiga²⁷.

No mesmo mapa, Mota (2016) identifica os rios da região Sul com denominação Kaingang no século XIX. Em (A) está indicado o rio Iguaçu (*Goio-Covo*), em (B) o rio Chopim (*Chopin*), (C) refere-se ao rio Chapecó (*Xá-embetkó*), (D) ao rio Uruguai (*Goioaint*) e, por fim, o (E), que diz respeito ao rio Paraná (*Goiobang*).

Os dados principais para a delimitação espacial desta pesquisa referem-se ao campo 2 – os Campos de Guarapuava – o qual equivale aos *Koran-bang-rê*, e o rio A – Iguaçu, que, conforme demonstrou Mota (2016), fora nomeado pelos Kaingang de *Goio-Covo*.

As informações fornecidas pelo Pe. Chagas, somadas às informações combinadas por Mota (2000a; 2016) extraídas de Borba (1908), e da delimitação da cobertura vegetal realizada por Elliot, já possibilitaria uma aproximação da definição do espaço físico dos Campos de Guarapuava, ou seja, dos *Koran-bang-rê*.

Com o desenvolvimento dos estudos da história indígena, da arqueologia e da antropologia, é de amplo conhecimento que os Kaingang ocuparam “[...] extensas áreas cobertas de campos naturais entremeadas de bosques de araucária no Brasil meridional” (Mota, 2000a, p. 83). Góes (2018), ao comparar os Kaingang a outras etnias falantes de línguas da família Macro-Jê, destacou que:

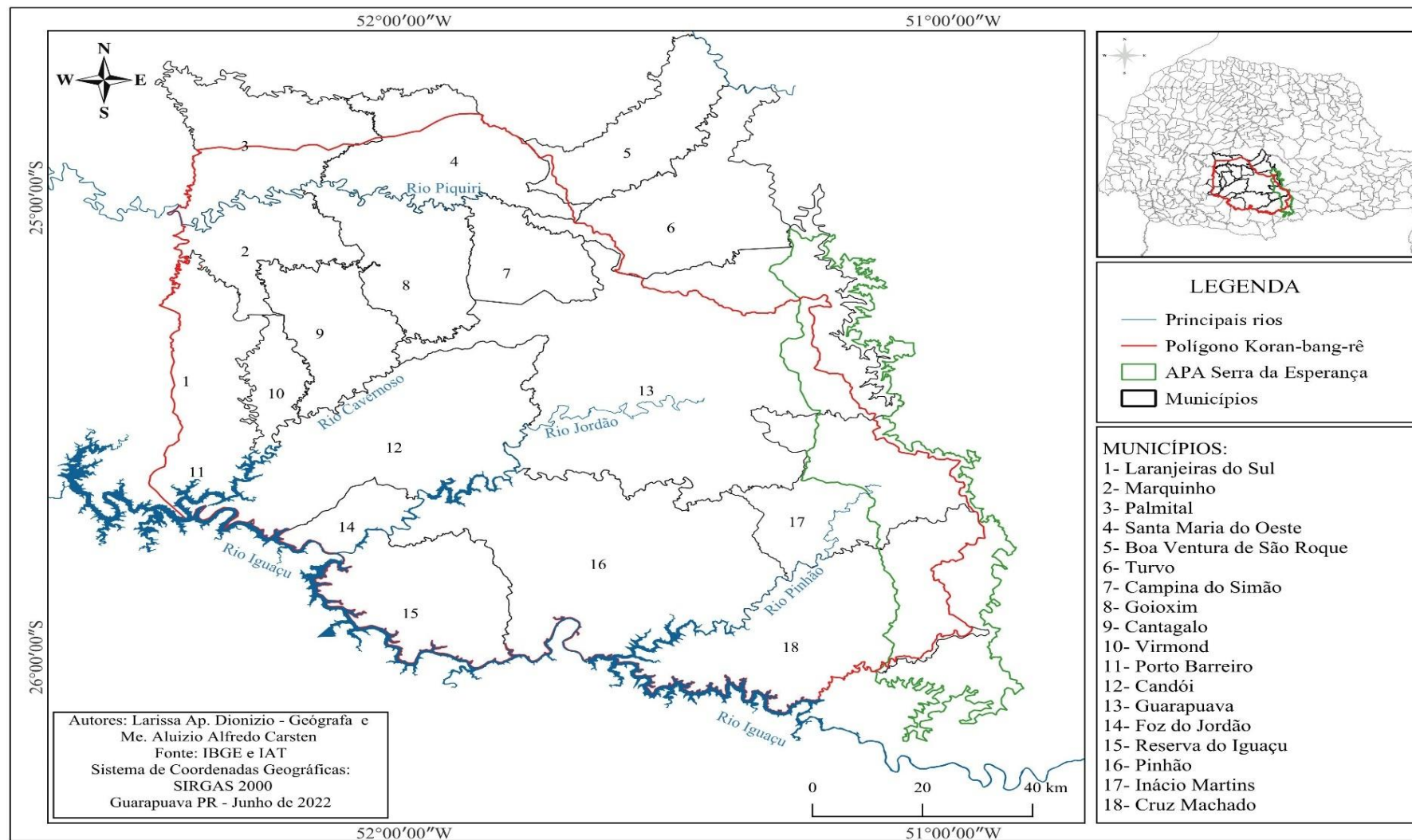
Um olhar de conjunto, a partir deste prisma, explicita a preferência, em termos ecológicos e geográficos, destes povos pelos planaltos, regiões altas, de

²⁷ Cf. Mota (2000a).

cabeceiras de rios, onde imperam os campos (cerrados e campos do Sul) e as florestas de galeria. Esta observação sobre o conjunto dos povos Jê, a partir de aspectos históricos e geográficos, também atesta que os Jê vivenciaram uma franca marcha para Oeste ao longo dos últimos duzentos (200) anos, quando as diversas frentes de expansão neobrasileiras (para usar uma expressão de Nimuendaju) atingiram seus territórios de formas sucessivamente mais intensas e contínuas (Góes, 2018, p. 54).

Considerando a proposição de Góes (2018) de que as articulações inter-aldeãs Kaingang operam na constituição de unidade sociológica regional, torna-se legítimo “[...] designar determinada etnia Kaingang a partir dos principais divisores de água que habita” (Góes, 2018, p. 88 – 89). Os dados, arqueológicos, etnográficos e históricos nos demonstram que os Jê, preferencialmente, habitam terras altas, nos interflúvios e/ou nas cabeceiras, de regiões de ecótono; no caso dos Kaingang, habitam as transições das florestas de araucárias com áreas de campo. Somadas as informações históricas, ambientais, cartográficas e etnográficas, em junho de 2022, foi traçado o que sugerimos ser uma aproximação espacial do que seriam os *Korabang-rê* (mapa 1).

MAPA 1 - PROPOSIÇÃO INICIAL DO POLÍGONO DOS KORAN-BANG-RÊ



Fonte: Elaboração própria, junho de 2022.

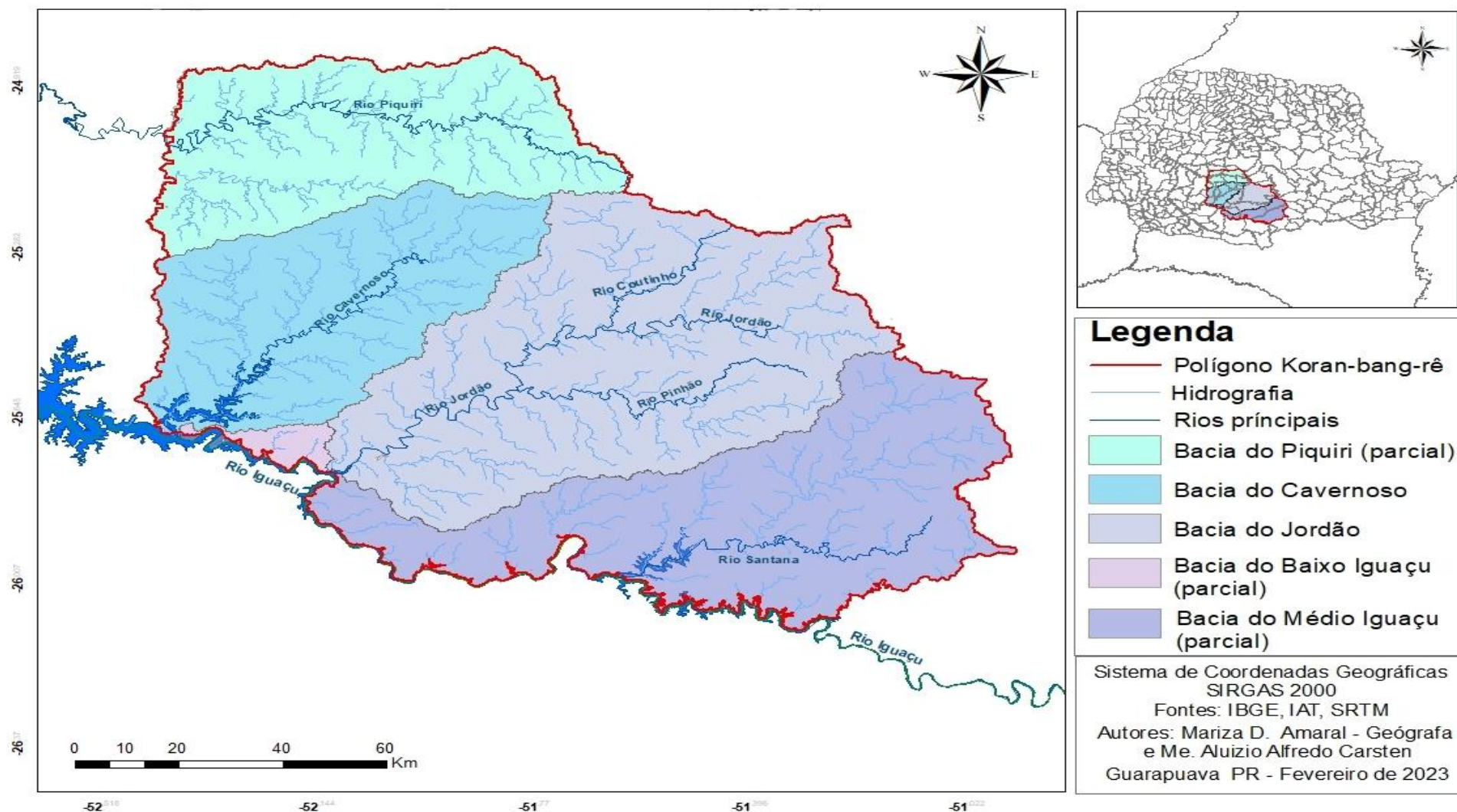
Para delimitação do polígono da primeira versão do mapa 01, elaborado em junho de 2022, o traçado foi delineado com base no mapa *chorographico* da Província do Paraná, elaborado por Elliot, em 1847, percorrendo as áreas que, a olho nu, correspondiam as áreas mais altas dos divisores de água. Nessas áreas posteriormente, foram inseridas camadas das bacias hidrográficas que integram o polígono.

A inserção das bacias hidrográficas possibilitou a readequação do traçado do polígono exatamente pelos divisores de água, exceto na porção noroeste, que parcialmente abarca a bacia do Alto Piquiri. Nesse trecho, o traçado do polígono seguiu o limite oeste da bacia do rio Cavernoso.

A divisão, que pode ser considerada mais arbitrária, levou em conta que, a “[...] noroeste de Guarapuava, nas cabeceiras do rio Piquiri começavam os enigmáticos Pahy-ke-rê. As informações sobre grupos Jê nessa região remonta aos jesuítas no início do século XVII quando para ali vão fundar a Redução Jesuítica de Concepcion de los Gualachos. (Mota, 2016, p. 143).

Destarte, o polígono foi reajustado com o traçado dos divisores de águas das bacias hidrográficas do Alto Piquiri, Cavernoso, Baixo Iguaçu, Médio Iguaçu (onde destaca-se o rio Santana), e Jordão, conforme pode ser observado no mapa 2 a seguir.

MAPA 2 - BACIAS HIDROGRÁFICAS COM READEQUAÇÃO DO POLÍGONO DOS *KORAN-BANG-RÊ*



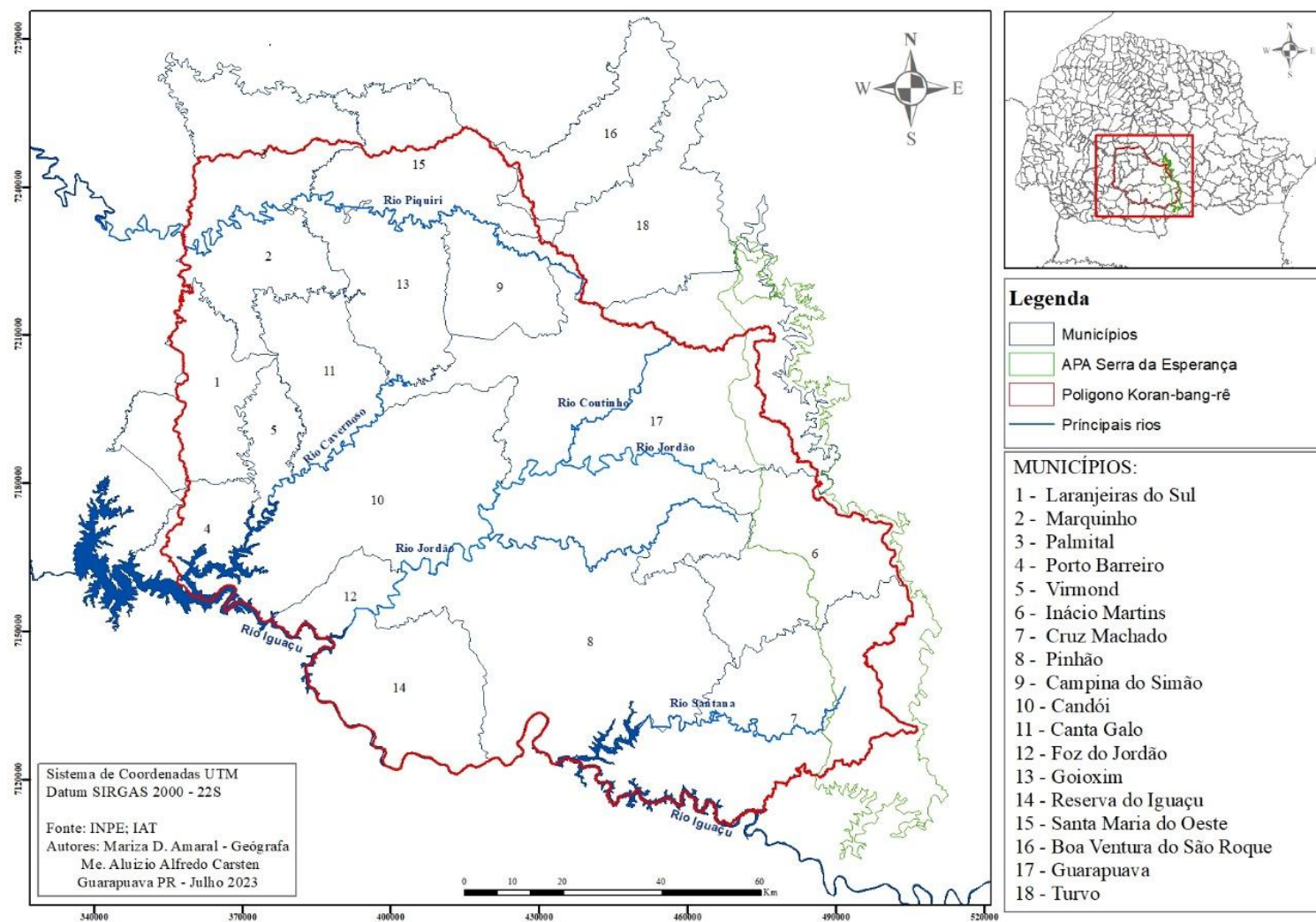
Fonte: Elaboração própria, fevereiro de 2023.

Enquanto essa proposição estava sendo elaborada, Mota (2022b), sugeriu que um polígono do que seriam os *Koran-bang-rê* “[...] poderia ser demarcado a leste pela serra da Esperança, a oeste pelo rio *Sãgroro* (atual Cavernoso), ao norte pelas serras das nascentes do rio Piquiri e ao sul pelo rio *Goio Covó* (atual Iguaçu)” (Mota, 2022b, p. 305).²⁸

A delimitação do autor é próxima da proposta nesta tese, porém, aqui, considera-se todo o divisor de águas do rio Cavernoso para delimitar o polígono a oeste. Desta forma, propõe-se nesta tese que o *Koran-bang-rê* consiste em um espaço delimitado a leste pela Serra da Esperança, a oeste pelo divisor de águas da bacia do rio Cavernoso, estendendo-se ao norte pelo divisor de águas de parte da bacia do Alto rio Piquiri e ao sul pelo Baixo e Médio Iguaçu, conforme apresenta-se no mapa 03.

²⁸ Em sua tese de doutorado, Bonetti (2025) delimitou os *Koran-bang-rê* com base na indicação de Mota (2022b).

MAPA 3 - PROPOSIÇÃO DO POLÍGONO DOS KORAN-BANG-RÊ



Fonte: Elaboração própria, julho de 2023.

Esta versão do mapa 03, foi apresentada durante o *Seminário de Autoavaliação e Planejamento do PPGH/UFGD*, em outubro de 2023, sendo publicado nos anais do evento (Carsten, 2024), sendo o primeiro mapa científico que representa a delimitação dos *Koran-bang-rê*. No mapa 03, optamos por destacar os municípios que integram de forma integral ou parcial o polígono dos *Koran-bang-rê*, pois além de facilitar a visualização do leitor, a base de dados de registros de sítios arqueológicos do IPHAN, onde estão disponíveis os dados arqueológicos que deverão alimentar esse mapa, é mantido com base na distribuição dos sítios por municípios.

Definido o espaço dos *Koran-bang-rê*, o qual os colonizadores associam em geral ao espaço natural e político dos Campos de Guarapuava, uma questão “simples” se impôs: por que Guarapuava? Na documentação, Pe. Chagas Lima sugeriu que a etimologia “Guarapuava” teve origem na nomeação de antigos sertanistas:

[...] que havendo chegado aos ditos, e caçando uma arara, que prenderam pelo pé, esta fizera esforços por libertar-se, e não podendo partir a correntinha com o bico, applicou este a perna, e cortando-a se escapou. Os sertanistas então disseram, em phrase da antiga linguagem do paiz, *Guará* (em contraposição á palavra *Guairá*, que significa passaro pequeno) e *Puava*, isto é, ave que não é rasteira, mas voadora veloz; de cujo acontecimento resultou ficar o campo com aquelle nome, o qual depois se deu ao vasto terreno desde o rio Ytatú (em cujas margens esteve a antiga e demolida Villa Rica) até ás cabeceiras do Uruguay, e desde a Serra dos Agudos até o rio Paraná (Lima, 1842, p. 43).

Ou seja, a explicação do clérigo atribuiu a nomeação do lugar a uma derivação de língua Guarani. Outra versão sobre a origem do nome do município bastante divulgada, e atribuída igualmente a derivação da língua Guarani provém, supostamente, da semântica “[...] do tupi-guarani: guará lobo e puava: bravo”, informação disponibilizada no site *IBGE Cidades*.²⁹

Nenhuma das duas versões, embora divergentes, supriram nosso questionamento, pois apesar de ambas as explicações buscarem uma origem indígena para o nome dos campos onde viviam diversos grupos de língua Jê, prevaleceram aproximações de pronúncias de origem Guarani. É compreensível que houvesse familiaridade dos antigos sertanistas e o idioma Guarani, pois este era conhecido por parte dos membros das expedições, das quais também participaram guias e intérpretes indígenas falantes do idioma. No entanto, na problematização

²⁹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guarapuava/historico> . Acesso em 13 de abril de 2023.

desta pesquisa, era inconcebível que uma região como os Campos de Guarapuava, um território, os *Koran-bang-rê*, habitado historicamente pelos Kaingang, recebesse uma denominação variante de língua Guarani. Em nossas formulações, Guarapuava era um nome que os Guarani se utilizavam para se referirem a um território Jê/Kaingang.

A resposta que assentou os referidos questionamentos, não vieram de formulações ou da documentação. No final no mês de março de 2023, por circunstância alheia a essa pesquisa, recebi em minha casa o Kaingang Adevanil Lourenço e sua esposa Fátima Koyo Lourenço. Naquela época, Adevanil ocupava o posto de cacique da Terra Indígena Faxinal. Em uma conversa informal, o cacique comentou sobre nomes de municípios com origem na língua Kaingang e citou os municípios de Goioxim (Rio Pequeno), Candói (nome de antigo cacique daquela região). Apresentei as duas versões que atribuem o nome de Guarapuava a uma origem na língua Guarani, de modo que o casal teceu algumas considerações sobre o nome Guarapuava.

É importante destacar que o casal não estava divagando sobre uma possível explicação, mas, do contrário, estavam convictos sobre a discordância das explicações correntes e sobre as histórias que lhes contavam os mais velhos, que diziam que Guarapuava foi o nome que os “brancos” entenderam ao ouvir os Kaingang pronunciarem *Êg-kara-pó*. Segundo a explicação da professora bilíngue Fátima Koyo,³⁰ *Êg*, significa nós, enquanto *Kara*, pode ser traduzido como todos, e *Pó*, se traduz por pedra, e que em português, *Êg-Kara-Pó* pode ser traduzido como “Pedra de todos nós”. Adevanil complementou que a nomeação fazia referência a um lugar de encontro dos Kaingang.

O cacique alegou que não sabia explicar exatamente os motivos pelos quais os Kaingang se reuniam na região de Guarapuava, mas que imaginava que, por questões políticas, quando os caciques precisavam tomar decisões conjuntas, o encontro ali ocorria.³¹ Fátima demonstrou mais segurança sobre o assunto e, com convicção, interveio, argumentando que os antigos também se reuniam por outros motivos, bons e ruins, como festas e velórios, mas, que *Êg-kara-pó*, refere-se a um local específico, onde possivelmente deveria ter uma grande pedra ou até

³⁰ Fátima Koyo Lourenço é formada em enfermagem pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e atualmente exerce a profissão na TI Faxinal, mas na época de nossa conversa, atuava como professora bilíngue na escola da TI Faxinal.

³¹ Talvez, a insegurança do cacique Adevanil Lourenço sobre o assunto, esteja relacionada a ele ser proveniente da região do rio Tibagi, inserido na TI Faxinal a partir de seu casamento com Fátima Koyo, vinculada ao Tronco Velho da TI Faxinal. Segundo Fernandes (2003), a categoria *Tronco Velho* refere-se aos Kaingang que têm sua história vinculada a um determinado território e a ancestralidade a ele relacionado.

mesmo, uma montanha de pedra, que marcava um ponto fixo, onde segundo ela, ocorria a reunião entre os Kaingang de aldeias diferentes.

Ao estabelecer comparações entre os Kaingang e outros povos da família Jê, Góes (2018) me leva a expandir a reflexão sobre as referências “*Jeográficas*” dos Kaingang, a partir da análise comparativa dentro do universo Jê, como fizemos em Góes *et al* (2025). Assim como os diversos grupos Kaingang foram relacionados aos rios que detinham domínios, como os Kaingang do Piquiri, do Ivaí, do Cavernoso etc., a designação de coletivos Timbira, historicamente, também está relacionada aos nomes de cursos d’água, com os quais se denominam as aldeias. Além disso, outras referências geográficas são utilizadas como marcadores do domínio dos grupos:

[...] as denominações do tipo Kencatêjê (/ken/ = pedra, morro), Carec’catêjê (/carec/=lama, barro) ou kenpocatêjê (/kenpo/ = pedra ou morro chato) designam os grupos a partir do domínio que exercem sobre uma determinada porção do território, especificado por um acidente geográfico ou por qualquer outra característica que o assinale. (Azanha, 1984, p. 09-10).

As informações de Azanha (1984) apontam para referências geográficas que marcam a paisagem e o domínio territorial de grupos específicos. Entretanto, a designação *Êg-kara-pó* (Pedra de todos nós), como explicada por Adevanil Lourenço e Fátima Koyo Lourenço, se refere a um marco geográfico comum aos Kaingang da região, mas isso não significa que *Êg-kara-pó*, fosse “terras de ninguém”, mas possivelmente estava sob o domínio de um grupo relacionado a autoridade de uma liderança que exercia influência sobre outros grupos próximos. Cabe destacar que a TI Faxinal, onde reside o casal Lourenço, fica na região do rio Ivaí, e que, conforme Fátima Koyo, os antigos desta região reconheciam *Êg-kara-pó* como um local de referência.

Além de apresentar uma explicação para o nome do município de Guarapuava com origem Kaingang, as considerações do casal da TI Faxinal convergem com a formulação desta tese: de que os Campos de Guarapuava, os *Koran-bang-rê*, consistem em um local de referência central para os Kaingang, à saber, a *Êg-kara-pó*. Considerando a explicação dada pelo casal, se pode sugerir que a *Êg-kara-pó* corresponde a um lugar central, um ponto de referência para diversos grupos Kaingang que mantinham sociabilidade e relações com uma territorialidade de referência, os *Koran-bang-rê*.

Transformada pela conjuntura histórica, atualmente, Guarapuava ainda se constitui como o local de referência para os Kaingang, mas agora, também se articula em torno do órgão indigenista, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), que tem como sede de sua coordenação regional no Estado do Paraná, o município de Guarapuava, a qual, desde maio de 2023, é chefiada pelo Kaingang Sauri Pafej Manoel Antonio.

1.2. ITARARÉ-TAQUARA E A ASSOCIAÇÃO COM OS JÊ NO SUL

Parellada (2008), sugere que a região sul do Brasil e o nordeste da Argentina foi ocupada por grupos de caçadores-coletores entre 12.000 e 15.000 anos atrás. Esses grupos deixaram vestígios de seus modos de vida que são interpretados principalmente através de suas indústrias líticas, ou seja, artefatos confeccionados em rochas. Ainda segundo a autora, esses grupos “provavelmente, conviveram com a megafauna, como os caracterizados em Barreto *et al.* (1982) e Sedor *et al.* (2004)” (Parellada, 2008, p. 119).

Especificamente, no Paraná, onde se desenvolve a presente pesquisa, os caçadores-coletores, que não fabricavam cerâmicas, ocuparam a região a pelo menos 13.500 ± 1.150 anos AP (Dat 5405), datação obtida no sítio Caiuã, no município de Cândido de Abreu no vale do rio Ivaí, pela Zanettini Arqueologia (2022). Relacionado a esta mesma pesquisa, mas não nas proximidades da foz do rio Marrecas, no rio Ivaí, o sítio Entre Morros alcançou datação de 9.500 ± 675 anos AP, (Dat 5747), como apresentou Zanettini Arqueologia (2023).³²

A sudoeste do espaço delimitado nesta pesquisa, região Centro-Sul do Paraná, o sítio Ouro Verde I, município de Boa Esperança do Iguaçu, pesquisado por Cludia Parellada alcançou datação de 9.040 ± 400 anos AP (ANU-19217), como apresentado em Parellada

³² Foram realizadas duas datações, a primeira proveniente da Unidade de Escavação 1, recolhida entre 60 e 70 cm de profundidade, foi apresentada em Zanettini Arqueologia (2022). Datada pelo laboratório “Datação, Comércio e Prestação de Serviços LTDA”, pelo método Luminescência Ópticamente Estimulada (LOE), a amostra de sedimento (Dat 5409), resultou em uma data de 20.680 ± 1815 anos AP. No entanto, devido ao recuo ter sido considerado distante do quadro cronológico da ocupação da região, e terem sido recolhidas outras amostras passíveis de análises, o IPHAN solicitou novas datações a consultoria, a fim de conferir os resultados. Mesmo justificando que o método empregado para datação “avalia a última data de exposição do sedimento analisado à radiação cósmica (luz), estimando, desta forma, o período de formação do solo ocupado posteriormente que pode ou não coincidir com o momento de confecção e utilização do material lítico a ele associado” (Zanettini Arqueologia, 2023, p. 2), foi realizado a segunda datação, operada pelo mesmo laboratório e método, no entanto, desta vez, coletada aos 60 cm de profundidade da Unidade de Escavação 3, a amostra (Dat 5447) alcançou 9.500 ± 675 anos AP, sendo associada por Zanettini Arqueologia (2023), a ocupação de caçadores-coletores da Tradição Umbu.

(2005, p. 34) e (2008, p. 120). A datação refere-se a camada inferior do sítio, caracterizado pela presença de pontas de projéteis líticas, atribuídos pela arqueóloga como pertencentes à Tradição Umbu.

Não se sabe exatamente qual foi a trajetória de parte dessas populações de caçadores-coletores, no entanto, a bibliografia sugere que parte dela tenha se “diluído” entre as populações agricultoras e ceramistas que chegaram ao sul do Brasil.

Como será discutido neste tópico, os primeiros grupos ceramistas que chegaram na região, portavam uma cerâmica característica, que foi classificada pelos arqueólogos na Tradição Itararé-Taquara e, posteriormente, foram associadas a grupos de língua Jê. Quando chegaram ao Brasil Meridional, encontraram grupos de caçadores-pescadores-coletores não-ceramistas, conhecidos arqueologicamente através de suas indústrias líticas. A arqueóloga sugere que “[...] os dados atuais, supõe-se ter acontecido troca genética, além de dinâmica cultural, entre os que migravam e os diferentes grupos caçadores-coletores que ocupavam o Paraná” (Parellada, 2016, p. 158).

Nesta tese, não aprofundarei este debate, contudo cabe destacar que Noelli e Souza (2017), sintetizaram parte desta discussão, elencando autores que trataram das possíveis relações entre os ceramistas Jê e populações sambaquieiras.

[...] em termos arqueológicos, só uma parte das primeiras invasões Jê foi percebida no litoral do Paraná e de Santa Catarina pelos bioantropólogos (Neves, 1984), que detectaram processos de contato desde uma aparente integração social até o conflito e a expulsão das populações sambaquieiras. Em certos casos, identificou-se a afinidade entre populações Jê do litoral e interior (Neves, 1999). Tais conclusões foram refinadas, confirmando a complexidade das interações entre os Jê e sambaquieiros em diferentes partes da costa, revelando substituição de populações em algumas áreas e continuidade em outras (Okumura, 2007). Os processos de interação também notam-se na incorporação de sítios mortuários Jê do Sul à milenar paisagem sambaquieira (DeBlasis *et al.*, 2014). (Noelli e Souza, 2017, p. 60).

Astolfo Araújo (2007) considera que o contato entre os ceramistas Jê e os grupos caçadores-coletores que já habitavam o sul do Brasil, não foi só belicosa, mas também de trocas socioculturais e genéticas, o que provavelmente ocasionou continuidades em diversas instancias

É provável que tenha havido bastante troca de informações e de genes entre os grupos portadores da tecnologia lítica e os recém-chegados ceramistas. É possível até que o futuro nos reserve surpresas interessantes do ponto de vista biológico, a revelar que nossa definição de Kaingang seja, na verdade, um amálgama de populações que se misturaram em maior ou menor grau à medida em que a população parental migrava rumo ao sul (Araújo, 2007, p. 18).

O debate sobre o contato entre os Jê e os grupos caçadores-coletores-pescadores, não será retomado nesta tese, entretanto, a suposição de Araújo (2007) acima citada contribui para que teoricamente, se possa supor nesta tese, que os diversos grupos Jê, que no período colonial e imediato ao momento da conquista se diferenciavam, passaram por um processo semelhante, reconfigurando-se enquanto um conjunto de populações que hoje, etnologicamente denominam-se enquanto Kaingang.

Como já mencionado, a ocupação da região por povos agricultores e ceramistas, primeiramente, se deu por portadores de uma cerâmica associada a povos de língua Jê. As pesquisas arqueológicas revelaram que o atual Estado do Paraná foi ocupado por essas populações a aproximadamente “4.000 anos atrás” (Parellada, 2016, p. 158). Nesse artigo, a arqueóloga apresentou quarenta e seis datações de sítios relacionados a Tradição Itararé-Taquara no Estado do Paraná, dentre as quais as duas mais antigas referem-se ao sítio José Vieira, no município de Guaporema, que alcançou 3435 ± 175 AP (GSY 82), e ao sítio Abrigo Jaguariaíva, no município de Jaguariaíva, o qual datou 2858 ± 35 AP (LACUFF 150050), como consta na tabela de datações em Parellada (2016, p. 159). Em outro artigo, a autora contextualiza a chegada dos ceramistas.

[...] com o clima tornando-se mais quente e úmido, as florestas de araucária já em expansão, e as áreas de campos e estepes diminuindo, aparecem os primeiros vestígios de horticultores e ceramistas em território atualmente compreendido pelo Estado do Paraná, os da tradição Itararé-Taquara (Parellada, 2008, p. 119).

A tradição Itararé-Taquara pode ser compreendida como um conjunto de cerâmicas com características semelhantes, que, após serem classificadas em fases, subtradições, tradições regionais, sequencialmente foram associadas aos indígenas falantes de língua Jê, no sul, com destaque aos Kaingang e Xokleng, conhecidos historicamente e que ainda hoje habitam a região.

As classificações foram realizadas, essencialmente, no contexto dos quatro primeiros anos de implementação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), entre os anos de 1965 e 1969, quando os termos “tradição” ou “subtradição” foram empregados para representar diversas fases arqueológicas “[...] todas definidas por padrão de povoamento, seqüências seriadas de cerâmica, artefatos de pedra e outras evidências culturais, e, em alguns casos, também por padrão de sepultamento” (Brochado *et al*, 1969, p. 10). Enquanto o termo “fase” foi utilizado para:

[...] designar complexos culturais arqueológicos, visto não conter implicações de natureza etnológica. Embora uma fase arqueológica signifique sem dúvida um grupo social interatuante, por outro lado não esclarece tratar-se de um bando, de uma tribo, de uma subtribo ou de qualquer outra espécie de unidade sócio-política. A ênfase dada à cerâmica não implica em crermos que seja esta a mais importante que outros aspectos da cultura pré-histórica, simplesmente reflete o fato da cerâmica ser relativamente mais abundante e sujeita a mudanças mais rápidas que outros tipos de artefatos, tornando-a, por isso, particularmente útil para o estabelecimento de seqüências cronológicas relativas e para traçar difusão cultural (Brochado *et al*, 1969, p. 04).

Distinta da cerâmica associada aos Jê, a tradição Tupiguarani, segundo Brochado (1969), foi nomeada em uma só palavra, sem o hífen, e refere-se a uma tradição “[...] ceramista tardia amplamente difundida, considerando já ter sido o termo consagrado pela bibliografia e também informação etno-histórica estabelecer correlação entre as evidências arqueológicas e os falantes de línguas Tupi e Guaraní, ao longo de quase todo o litoral brasileiro” (Brochado *et al*, 1969, p. 10).

Já as tradições ceramistas que foram diferenciadas da Tradição Tupiguarani foram definidas posteriormente. Debate que pretendemos apresentar de maneira sintética, até serem associadas a ceramistas falantes de língua Jê que ocuparam o sul do Brasil, ou seja, os Jê no Sul.

Arqueologicamente, como discutiu Araújo (2007), a primeira referência de cerâmica no sul da América do Sul, distinta do conjunto agrupado na conhecida Tradição Tupiguarani, foi mencionada pelo arqueólogo argentino Osvaldo Menghin, em 1957, quando este publicou os resultados de seus estudos realizados em suas viagens pela província de Misiones. Conforme explicou Araújo (2007), o argentino “[...] descreveu uma cerâmica simples, lisa mas bem elaborada, de cor cinza, raramente avermelhada e sem decoração. As formas representariam pequenas taças e vasos de paredes mais altas que se estreitariam em direção à boca” (Araújo,

2007, p. 12). O autor ainda destaca que, na mesma região, o arqueólogo argentino visitou túmulos e aterros circulares e a descoberta gerou uma comissão de estudos da Universidade de Buenos Aires, a qual foi chefiada por Menghin. Segundo Araújo:

[...] suas descrições dão conta de círculos de terra com diâmetros variando entre 60 e 180m. O círculo maior apresenta um montículo no centro (que o autor chama de “túmulo”), cujas dimensões são 20m de diâmetro e 3m de altura. Nas proximidades destas estruturas de terra o autor encontrou o mesmo tipo de cerâmica, mas com alguma decoração plástica na forma de impressão de cestaria e punções. Menghin denominou o complexo de cerâmica e estruturas de terra de “Eldoradense”, e especulou que tais achados remontariam a um período Neolítico Antigo, anterior à ocupação Guarani, atribuindo-os tentativamente a grupos Jê, embora achasse que a cerâmica era muito fina para ser atribuída a tais grupos (Araújo, 2007, p. 12 – 13).

Dez anos depois, Chmyz (1967a), baseando-se em quatro sítios pesquisados no nordeste do Paraná, definiu a “Fase Itararé”, a qual descreveu da seguinte forma:

Os 380 cacos desta fase foram classificados em dois tipos simples e de um decorado. O método de manufatura predominante é o acordelado. Nas superfícies predomina a cor negra uniforme; raros cacos de cor marrom-clara. [...] O único tipo decorado é o Itararé Vermelho.

Foram estabelecidas 12 formas básicas de recipiente, com bases arredondadas e planas (Chmyz, 1967a, p. 68).

O arqueólogo destacou que a cerâmica da então Fase Itararé era comparável a cerâmicas encontradas no litoral do Sul do Brasil “[...] em camadas superficiais de alguns sambaquis. No Paraná ela ocorre na baía de Antonina e em Santa Catarina, no Forte Marechal Luz e Base Aérea (Bryan, 1961: 149; Schmitz, 1959: 290; Rohr, 1959: 221)” (Chmyz, 1967a, p. 69).

Na mesma revista, no mesmo ano, Miller (1967), apresentou outro conjunto de cerâmicas também “totalmente distinta da tradição guarani” (Miller, 1967, p. 19). A cerâmica encontrada no nordeste do Rio Grande do Sul foi classificada como “Fase Taquara”. Conforme o autor:

No planalto esta fase é encontrada tanto em sítios de campo aberto como em casas subterrâneas, vulgarmente denominadas “buracos de bugre”. Essas casas são encontradas ora isoladas ora agrupadas em número de até oito casas, próximas ou dentro dos capões (est. 6 d). Pesquisas efetuadas nas mesmas, autorizam-nos a afirmar que eram de formato circular ou quase, de paredes

verticais, escavadas muitas vezes dentro do basalto diaclasado. As menores medem aproximadamente 2.5 m de diâmetro e 2m de profundidade; as maiores com aproximadamente 10 m de diâmetro e 4 m de profundidade (Miller, 1967, p. 19 – 20).

Assim como Chmyz (1967a), o arqueólogo distingue a cerâmica entre decorada e não-decorada. Sobre a decorada, descreve:

[...] é plástica e obtida por meio de ponteadado, ponteadado-arrastado, inciso, unglado horizontal e vertical, unglado secante em linha, unglado tangente em linha, pinçado, denteado, acordelado, aplicado mamiliforme e muitas vezes com estas técnicas combinadas [...] A pasta é elaborada em forma de roletes que sobrepostos formam recipientes [...] A textura é uniforme é compacta. A cor é variada, indo de marrom-escuro a tijolo-claro, e em menor quantidade, acinzentada (Miller, 1967, p. 20).

O autor descreve como simples a morfologia das cerâmicas decoradas plasticamente, “[...] variando entre cônica e cilíndrica, e todas com o fundo arredondado. As dimensões máximas são sempre as verticais, não ultrapassando a 35 cm. A forma globular só foi encontrada em casas subterrâneas e em sítios próximos à orla marítima” (Miller, 1967, p. 20).

Já os recipientes cerâmicos não-decorados “[...] são menos numerosos e alisados regularmente. Em alguns cacos, percebe-se um brunido em faixas horizontais” (Miller, 1967, p. 20). Para ele, a morfologia dos recipientes cerâmicos sem decoração é distinta dos que possuem decoração, pois “[...] assumem a forma cilíndrica alongada, forma de tigela com base plana, arredondada e em forma de cuia (Miller, 1967, p. 20).

Em julho de 1967, Chmyz publicou sua pesquisa no Sítio PR UV 1 (Abrigo sob-rocha Casa de Pedra) (Chmyz, 1967b), localizado em área próxima à abordada por esta pesquisa. Conforme sua descrição:

O abrigo está situado na parte sul do Estado do Paraná, na encosta leste da escarpa basáltica, chamada imprópriamente de “serra” da Esperança, a qual delimita o segundo e o terceiro planaltos do mesmo Estado. Dista da Sede do município de União da Vitória cerca de 14 Km na direção NE, através de precária estrada de rodagem. Localiza-se próximo às nascentes dos rios Vermelho e da Prata, tributários da margem direita do rio Iguaçu (Chmyz, 1967b, p. 6).

O sítio escavado evidenciou duas camadas arqueológicas, as quais o arqueólogo interpretou resultarem “[...] de duas ocupações distintas através do tempo, sendo a primeira a

de um povo não ceramista e a outra, mais recente, a de um portador de cerâmica” (Chmyz, 1967b, p. 14). Na camada com presença de cerâmica “simples” foram encontrados também restos de fogueiras e/ou fogão, e vestígios alimentares, “[...] com fragmentos de cerâmica, material lítico e ósseo. Aí encontramos sementes carbonizadas de palmeira Jerivá (*Arecastrum romanzofianum*) e pinheiro (*Araucária angustifolia*), associados a carvão e cinza vegetais” (Chmyz, 1967b, p. 16).

Os fragmentos cerâmicos provenientes da única camada mais recente do sítio somaram cerca de 334 fragmentos, os quais, segundo o autor, “[...] apresentavam-se simplesmente alisados, outros bem alisados, com certo brilho e alguns com um delgado banho argiloso. Salvo alguns cacos discutíveis, não estão presentes quaisquer indícios de decorações plásticas” (Chmyz, 1967b, p. 17).

Entre os discutíveis, o arqueólogo destacou um fragmento cerâmico “[...] com as paredes alisadas e com certo brilho, que apresenta, na externa, incisões dispostas de maneira a representar um animal estilizado; na parede interna do mesmo caco também são visíveis incisões, desta vez lembrando um galho de árvore com suas ramificações” (Chmyz, 1967b, p. 17). O autor relacionou as incisões às descrições de desenhos em chifres feitas pelos Kaingang do rio Ivaí, descritos por Telêmaco Borba (1908).

Sobre a confecção das vasilhas, o arqueólogo afirma serem feitas com a utilização da técnica acordelada, onde rolos de argila são sobrepostos em círculos até se formar o recipiente. Segundo a descrição do autor, a espessura:

[...] no bojo varia entre 3 a 15 mm, predominando 7 mm e na base varia entre 5 a 23 mm, predominando 6 mm” (Chmyz, 1967b, p. 19). As morfologias apresentam pouca variação prevalecendo “as tigelas hemisféricas e vasos com bojo globular. A base, pelo que nos foi possível verificar em cacos correspondentes a esta porção, é convexa. Igualmente pobres em variedades são as bordas, simplesmente voltadas para fora ou para dentro, com lábios arredondados (Chmyz, 1967b, p. 18).

Quanto as cores de superfície, segundo o autor as de:

[...]tonalidade marrom-escura é a mais freqüente. Aparecem, porém, em menor quantidade as cores: amarela, marrom-clara, cinza-clara e escura e a preta” Chmyz, 1967b, p. 18). O tratamento, que poderíamos chamar de “pseudo-decoração”, como Brochado (1984), ocorre em metade dos fragmentos é o alisado, sendo que as que receberam um alisamento intenso tornaram-se “muito impermeáveis, dando-lhes certo brilho, também são

numerosos (40%). O banho argiloso, entretanto, foi pouco praticado; representam somente 10% dos cacos estudados Chmyz, 1967b, p. 18-19).

Nesse texto, Chmyz (1967b) buscou relacionar as cerâmicas encontradas as descrições etnológicas da elaboração de cerâmica pelos Kaingang. Primeiramente, recorreu aos relatos feitos a Loureiro Fernandes pelos Kaingang aldeados em Palmas (PR), os quais narraram ao etnógrafo que:

[...] geralmente a fabricavam com parêdes lisas, embora decorassem algumas rudimentarmente com traços lineares por meio de uma vareta de madeira ou com a extremidade de sabugos de milho (Fernandes, 1914-191). O mesmo autor atribui a ação da fumaça, quando da prévia secagem ao sol, o enegrecimento da cerâmica. Posteriormente as peças eram depositadas em covas cobertas de galhos para a queima. Deve-se levar em conta que a prática ceramista não foi observada pelo referido autor, mas a êle relatada pela tradição oral Kaingáng (Chmyz, 1967b, p. 19).

O autor também cita que Alfred Métraux, baseado em Juan B. Ambrosseti, discorreu sobre a cerâmica Kaingang em Misiones, na Argentina:

[...] usavam para o tempero da argila, além de terra escura, pedaços de argila queimada e triturada. As paredes das peças eram alisadas de várias maneiras: com os dedos, com pedaços de madeira ou concha, sabugo de milho, pedra, ou ainda, uma colher de metal. A sua cerâmica era caracteristicamente preta, e o enegrecimento era obtido de modo semelhante ao descrito acima (Chmyz, 1967b, p. 19 – 21).

Segundo Chmyz (1967b), em ambos os casos a técnica de elaboração dos vasilhames foi a da sobreposição de roletes de argila, sobre uma base modelada. No que diz respeito as semelhanças e diferenças entre a cerâmica arqueológica da Casa de Pedra e a dos Kaingang, o autor conclui que:

Nota-se uma marcante semelhança entre a cerâmica simples e negra praticada pelos Kaingáng e a encontrada na Casa de Pedra, porém a forma atribuída pelos autores acima citados às peças daquele povo indígena, como sendo cônica, contrasta com esta, simplesmente globular. Igualmente as decorações cerâmicas a eles atribuídas, não são encontradas na Casa de Pedra (Chmyz, 1967b, p. 21).

O arqueólogo também comparou os fragmentos da Casa de Pedra a coleção de 13 fragmentos acervados no Museu Paranaense, cuja procedência estava registrada a uma gruta na encosta da Serra da Esperança, nos arredores do município de Paula Freitas (PR). Conforme atestou o autor: “Uma análise minuciosa revelou uma tal semelhança entre esta coleção de fragmentos com os estudados na Casa de Pedra, que não se pode diferenciá-las” (Chmyz, 1967b, p. 22).

Chmyz (1967b) também contrastou a cerâmica da Casa de Pedra às cerâmicas evidenciadas em escavações no sítio Base Aérea, em Santa Catarina, e, apesar das diferenças de bordas e bases, concluiu que elas são semelhantes, embora as cerâmicas da Casa de Pedra se aproximassem mais das cerâmicas encontradas no Sítio Estirão comprido e José Vieira, ambos situados no Médio rio Ivaí, no Paraná, assim como a cerâmica proveniente do município de Barracão, e do Sambaqui da Ilha das Pedras, no mesmo estado.

O autor também compara a cerâmica Casa de Pedra à Eldoradense, descrita por Mengghin em Misiones, Argentina, em 1957. Para o arqueólogo: “O que caracteriza a fase Eldoradense de Menghin é justamente a cerâmica Simples, embora ocorram alguns cacos de cerâmica com incisões. As formas apresentadas e o aspecto da cerâmica Eldoradense, salvo a decoração por incisões, coincidem com as de Casa de Pedra” (Chmyz, 1967b, p. 25).

Chmyz (1967b), ressalta que, no Médio rio Uruguay e seus tributários, também ocorrem cerâmicas simples, evidenciadas por Antônio Serrano (1932), o qual “[...] referia-se a uma cerâmica lisa de forma hemisférica, praticada pelos Kaingáng. Ao mesmo tempo apontava para a cerâmica simples encontrada em sambaquis, e muito parecida à dos Kaingáng” (Chmyz, 1967b, p. 25). Ao analisar algumas formas das cerâmicas encontradas no Uruguay, publicadas por Serrano, o autor afirmou que é surpreendente “[...] a semelhança das peças apresentadas com as formas que conseguimos, a partir de fragmentos, da cerâmica da Casa de Pedra” (Chmyz, 1967b, p. 25).

Apesar de todas as considerações expostas pelas comparações realizadas, o arqueólogo apontou “[...] com muita precaução, a semelhança existente entre a cerâmica atribuída aos Kaingáng e a da Casa de Pedra” (Chmyz, 1967b, p. 35). A datação obtida por análise de C-14 apontou que sítio PR UV 1 (Casa de Pedra) trata-se de um sítio pré-colonial, datado de “800 ± 50 anos antes do Presente, ou seja, 1.150 anos depois de Cristo” (Chmyz, 1967b, p. 36).

Com base nas comparações entre os sítios com cerâmicas similares as da Casa de Pedra, o arqueólogo sugeriu que: “Parece-nos que há, e o que procuramos demonstrar, uma tradição

de cerâmica simples, diversa da chamada cabocla e talvez anterior ou contemporâneo da de tradição Guarani” (Chmyz, 1967b, p. 36). Mesmo que discretamente, o autor sugeriu que a comparação entre as cerâmicas de diversos sítios do sul da América do Sul, similares a cerâmica encontrada no sítio PR UV 1 (Abrigo sob-rocha Casa de Pedra), poderiam ser interpretados como uma nova tradição cerâmica, distinta da cerâmica cabocla e das relacionadas a Tradição Tupiguarani.

No ano seguinte, Chmyz (1968), apontou que em diversos pontos do Paraná, foram evidenciados “traços de culturas diferentes”. A distinção ao que o autor se refere diz respeito a uma cerâmica diferente da conhecida cerâmica da Tradição Tupiguarani, relacionadas aos Tupiguarani. O autor informa ter classificado duas novas variedades de cerâmicas as quais, “[...] convenciamos chamá-las, como: Tradição Itararé e Tradição Casa de Pedra” (Chmyz, 1968, p. 115).

A cerâmica foi conhecida pelo pesquisador em 1964, no vale do rio Itararé, curso hídrico que marca a fronteira de parte dos estados de São Paulo e Paraná. Com o desenvolvimento da pesquisa de campo, o mesmo tipo de material foi encontrado “[...] nas regiões noroeste, sul e central do Paraná” (Chmyz, 1968, p. 116).

Chmyz (1968) relaciona a cerâmica da fase Itararé, registrada no nordeste do Paraná, às cerâmicas da região centro-sul do estado e da faixa litorânea do Paraná e de Santa Catarina, onde as cerâmicas do tipo Itararé, foram encontradas em camadas superficiais de sambaqui.

Entre as características da Tradição Itararé, o autor salienta que a cerâmica é o seu traço mais marcante, como descreve o arqueólogo:

Os recipientes são de pequeno porte, não havendo muita variação nas formas. Na fase Itararé aparecem 12 formas bem definidas (Fig. 1). Predominam as formas: de meia calota, cônica, de meia esfera, esférica e ovóide. As bordas apresentam-se diretas, extrovertidas, expandidas e reforçadas externamente. As bases são arredondadas, planas e côncavas. Na fase Açungüi houve o abandono de uma forma e ligeiras derivações de formas existentes na fase Itararé, não alterando, porém, muito o seu número e aspecto geral. Constatou-se, também, na fase Açungüi um leve aumento nas proporções das peças (para maiores detalhes de termos técnicos (Chmyz, 1968, p. 118-119).

Não abordaremos questões pormenorizadas como material utilizado como antiplástico e suas variações regionais, ou diferenciadas nas “fases” da cerâmica Itararé, pois nosso objetivo

é apenas demonstrar as características mais visíveis ao conjunto de cerâmica da Tradição Itararé, que segundo o autor tem como:

As cores predominantes, em ambas as faces, são a vermelha-tijojo, cinza-escura e cinza-clara, uniformes. A espessura das paredes varia entre 3 e 7 mm. Nas duas fases aparecem, de maneira pouco expressiva, o engôbo vermelho. Na coleção mais superficial da fase Itararé, ocorreu a cerâmica Ungulada, provavelmente intrusiva. Na fase Açungüi aparece apenas um caco Ungulado e pouco definido (Chmyz, 1968, p. 119).

No mesmo texto, além da Tradição Itararé, o arqueólogo também apresentou a Tradição Casa de Pedra, igualmente considerada de cerâmica simples. Chmyz (1968), relacionou essas cerâmicas as descritas por Menghin, em 1957, como Eldoradense e as dos “[...] sítios Estirão Comprido e José Vieira, ambos localizados à margem esquerda do médio Rio Ivaí, assinalava-se a presença de um tipo de cerâmica simples diferente da praticada pelos Guarani” (Chmyz, 1968, p. 121). Nos dois sítios, as cerâmicas não-Guarani apareceram nos níveis mais antigos, enquanto a cerâmica associada aos Tupi-Guarani estava em níveis mais recentes.

O arqueólogo afirma que, desde 1955, trabalhava com vestígios cerâmicos que lhe forneciam elementos para esclarecer a nova tradição ceramista. A proposição de Chmyz (1968) se dá com base nas evidências do sítio PR AV 1 (Abrigo Sob-rocha Casa de Pedra), apresentado em Chmyz (1967b). Esse sítio no interior de um abrigo sob-rocha, está localizado “[...] próximo das nascentes do Rio Vermelho, um dos tributários da margem direita do rio Iguaçu” (Chmyz, 1968, p. 121).

Na nova publicação, o autor reforçou que as características da cerâmica encontrada no sítio PR UV 1 (Abrigo sob-rocha Casa de Pedra), são similares a cerâmica negra intrusiva, chamada de Fase Umuarama, encontrada no sítio José Vieira escavados por Joseph Emperaire e Annete Laming-Emperaire.

Para o arqueólogo, as descrições de cerâmicas Kaingang citadas em Chmyz (1967b; 1968) “[...] abrem margem a inúmeras considerações comparativas deste povo Jê com a cerâmica da Tradição Casa de Pedra” (Chmyz, 1968, p. 123). Sendo assim, a relação entre a cerâmica Itararé e Casa de Pedra e os povos Jê parecem ter sido estabelecidas.

As sugestões de Chmyz (1968) foram anunciadas durante o *II Simpósio de Arqueologia da área do Prata*, realizado em São Leopoldo (RS), em 1968. No mesmo evento, Pedro Ignácio

Schmitz sugeriu “[...] a denominação “Gê Meridional” para a tradição. Isso significava associá-la aos Kaingang e Xokleng, habitantes históricos da região abrangida pela tradição, falantes de língua Jê (Souza, 2009, p. 07).

Em 1969, foi publicado uma síntese da “Arqueologia Brasileira em 1968” no *Relatório Preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas* (Brochado *et al*, 1969). Nesse trabalho, os autores ressaltaram que: “Antes do PRONAPA a maioria dos sítios conhecidos era atribuída aos Tupi ou Guarani, os habitantes históricos do litoral brasileiro” (Brochado *et al*, 1969, p. 10). Com as pesquisas realizadas pelo programa, foram identificadas “tradições” regionais distintas da Tradição Tupiguarani. Conforme os autores: “Em geral, essas tradições caracterizam-se, com relação à cerâmica, pela raridade ou ausência de decoração e por pequenos vasos de formas simples; a decoração, quando presente, é feita por incisão, ponteadado, ungulado, pinçado ou polido-estriado” (Brochado *et al*, 1969, p. 12).

Em Brochado *et al* (1969), a cerâmica apresentada como “fase Taquara” por Miller (1967), foi reclassificada como Tradição Taquara, e foram filiadas a ela três fases cerâmicas: “fase Taquaruçu, no oeste do Rio Grande do Sul; fase Taquara, no nordeste do Rio Grande do Sul; e fase Xaxim, no sudoeste de Santa Catarina” (Brochado *et al*, 1969, p. 12). Na descrição desta tradição consta que:

A cerâmica é temperada com areia fina e as superfícies são bem alisadas e de cor marrom-escuro a médio. As técnicas decorativas diagnosticadas compreendem: ponteadado, ungulado (numa variedade de combinações), pinçado e inciso, às vezes, cobrindo toda superfície exterior (est. 1). Os vasos são pequenos (altura máxima 35 cm) e de paredes delgadas. São típicos as tigelas rasas e jarros cilíndricos fundos, com base arredondada ou ligeiramente aplanada. As bordas reforçadas externamente são típicas, com lábio apontado (Brochado *et al*, 1969, p. 13-15).

Os autores também ressaltaram que essa cerâmica é encontrada nas casas subterrâneas que foram encontradas no planalto desde o norte do Rio Grande do Sul ao sul do Paraná, área que coincide com a Mata de Araucária, onde:

Nos cumes das colinas do planalto, dentro da área de distribuição das casas-subterrâneas, ocorrem pequenos aterros de pouca altura. Grupos de aterros são por vezes circundados por um baixo muro de terra, variando a altura dos aterros e dos muros de 40 a 50 cm. Os poucos examinados não mostraram artefatos ou restos de esqueletos, muito embora o tamanho e a forma sugiram sepultamentos (Brochado *et al*, 1969, p. 15).

Como se pode constatar, não há muita diferença nas descrições feitas por Miller (1967), embora em Brochado *et al* (1969) a tradição seja subdividida em três fases, além da fase Taquara descrita por Miller (1967) no nordeste do Rio Grande do Sul, foram classificadas as fases Taquaruçu, no oeste do Rio Grande do Sul, e a fase Xaxim, no sudoeste de Santa Catarina. Deve-se destacar que Eurico Miller também é um dos autores do relatório, assim como Igor Chmyz, que definiu as tradições Itararé e Casa de Pedra.

Na síntese de Brochado *et al* (1969), a tradição Casa de Pedra teve sua área de ocorrência relatada “[...] em diversos sítios do nordeste do Rio Grande do Sul, centro e sudoeste do Paraná e sul de Santa Catarina” (Brochado *et al*, 1969, p. 15). As características da Tradição Casa de Pedra também não variaram das descrições realizadas por Chmyz (1967b; 1968), citadas acima.

Curiosamente, Brochado *et al* (1969), restringe a área de ocorrência da Tradição Itararé, apontando que: “As fases Itararé e Açungüi, no leste do Paraná, foram incluídas nesta tradição e dois sítios no litoral norte de Santa Catarina representam provavelmente uma terceira fase desta tradição” (Brochado *et al*, 1969, p. 15). A delimitação é curiosa justamente porque Chmyz, que definiu a Tradição Itararé, também integrou o quadro de autores da publicação.

Como já apontamos anteriormente, a então fase Itararé foi definida no nordeste do Paraná, e é similar as cerâmicas do litoral do Paraná e de Santa Catarina, como pode ser conferido em Chmyz, (1967a). Posteriormente, após ser reclassificada por Chmyz (1968) como tradição, foi encontrada também nas regiões noroeste, centro, sul, e centro sul do Paraná. No balanço geral do PRONAPA, as características da cerâmica desta tradição foram reafirmadas:

[...] embora não seja polida, é bem alisada, de cor marrom-avermelhado a cinza escuro, e temperada com areia fina e quartzo moído. A única técnica decorativa é um fino engôbo vermelho que ocorre em menos de 8% dos cacos. Os recipientes são pequenos (diâmetro na borda menor que 12 cm), compreendendo tigelas arredondadas ou jarros de boca ampliada, com base arredondada, plana ou côncava (Brochado *et al*, 1969, p. 16).

A descrição não difere significativamente da realizada por Chmyz (1967a; 1968). É interessante observar que os pesquisadores que integravam o PRONAPA, sabiam ao menos da associação da cerâmica da tradição Casa de Pedra com os Kaingang, povos historicamente conhecidos e falantes de língua Jê. Porém, esses dados foram ignorados na síntese publicada por Brochado *et al* (1969), sendo que, nessa publicação, não foram estabelecidas correlações entre as tradições Itararé, Taquara e Casa de Pedra aos povos falantes de língua Jê.

Dois anos depois, na publicação referente ao quarto ano de atuação PRONAPA, Miller (1971), apresentou as *Pesquisas arqueológicas efetuadas no Planalto Meridional do Rio Grande do Sul*, ocasião em que propôs que as tradições Itararé e Taquara, que ocorrem associada a floresta de araucária, fossem:

[...] consideradas tão somente como subtradições de uma única tradição (Pré-Kaingang?), devido ao inter-relacionamento e unidade cultural conferidos pela análise de conjunto das fases correlacionadas dentro do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Misiones (Argentina) Taquara, Taquaruçu, Guatambu (Miller, 1967 : 19-21; 1969 : 37-9), Caxias (Schmitz et alii, 1967 :), Vacaria (La Salvia, 1968 : 108-13), Xaxim (Piazza, 1969 : 60-1), Base Aérea (Schmitz, 1959 : 298-302), Enseada (Beck, 1968 : 92-100) e Eldorado (Menghin, 1967) -, com aquelas relatadas no Estado do Paraná – fases, Itararé (Chmyz, 1967b : 67-42) Açungui (id., 1968 : 115-25; 1969 : 117-18). (Miller, 1971, p. 54).

Embora o autor não cite nominalmente a cerâmica Casa de Pedra, apresentada em Chmyz (1967b), e definida como tradição por Chmyz (1968), é implícito que ao referenciá-las, ele as inclui em sua proposição. Cabe antecipar que no entendimento que reivindicamos nesta tese, a proposição de Miller (1971), de nomear todo o conjunto de fases e tradições a uma única tradição “Pré-Kaingang”, parece adequada sob a perspectiva da macrounidade étnica Kaingang aqui adotada, e a qual será apresentada adiante.³³

Destacamos nesta pesquisa os dados arqueológicos da região sul, por abranger o recorte de análise que será proposto; no entanto, as cerâmicas dos conjuntos de tradições aqui referidos também ocorrem em São Paulo. No trabalho definido por Miller Jr. (1972), como um “resumo geral” das pesquisas arqueológicas realizadas na região central de São Paulo, o arqueólogo associou as cerâmicas históricas dos Kaingang à cerâmica da tradição Casa de Pedra, definida por Chmyz (1968):

Na região de Tupã, encontramos uma situação semelhante à das terras baixas, da Série Bauru, da região de Marília. Ao longo dos rios, especialmente o Aguapei (ou Rio Feio) e o Iacri, encontramos restos de aldeamentos históricos de índios Kaingang, com cerâmica da tradição definida arqueologicamente por Chmyz (1968), no Paraná, como de «Tradição Casa de Pedra» (Miller Jr, 1972, p. 27).

³³ Obviamente, não se pretende sugerir uma mudança dos já termos consolidados na arqueologia brasileira, mas a ideia de Miller (1971), faz sentido se considerarmos que o próprio etnônimo “Kaingang” é datado do século XIX, e, segundo Góes (2018), reúne diversos grupos que integram uma macrounidade étnica.

No sítio Paraíso N. II (LA-91) também foram encontrados fragmentos de cerâmica que o arqueólogo atribuiu a então classificada tradição Casa de Pedra: “Os cacos são de um tipo liso, cinzento, semelhante ao Iacri Cinzento Polido da região de Tupã” (Miller Jr., 1972, p. 46). No sítio Camaquã (SP. PC. 2), foi encontrada uma ponta de projétil e outros líticos associados a cerâmicas também da tradição Casa de Pedra, “[...] idênticos aos de Icatu Escovado, como no sítio arqueológico de Icatu, Município de Braúna” (Miller Jr., 1972, p. 54).

Nesse texto, Miller Jr. (1972), anunciou o registro etnográfico da produção de cerâmica por mulheres Kaingang das Terras Indígenas Vanuire, no município de Tupã, e Icatú, no município de Braúna, ambas em São Paulo, “[...] as quais ensinaram e mostraram toda sua tecnologia em cerâmica” (Miller Jr., 1972, p.27).³⁴

Com o apoio dos Kaingang e de sua equipe, o arqueólogo realizou uma pesquisa sobre a cerâmica contemporânea dos Kaingang no território paulista. “Este estudo, quase que pronto para publicação, facilitou outro aspecto da pesquisa, a coleta de amostras antigas de cerâmica, em sítios arqueológicos recentes, onde os índios podiam informar-nos quem morava no lugar e quando” (Miller Jr., 1972, p. 62).

No entanto, a publicação do estudo se deu somente seis anos depois (Miller Jr., 1978). No trabalho, o autor afirmou ter tomado conhecimento que mulheres Kaingang das Terras Indígenas Icatu e Vanuire, localizadas respectivamente nos municípios paulistas de Braúna e Tupã, ainda sabiam confeccionar “[...] cerâmica segundo as técnicas tradicionais” (Miller Jr., 1978, p. 04).

Objetivando “[...] documentar as técnicas, e talvez esclarecer o significado da cerâmica preta polida encontrada em certos sítios arqueológicos do Estado, que certamente não pode ser atribuído à tradição cerâmica tupiguarani” (Miller Jr., 1978, p. 4), o arqueólogo procurou as oleiras Kaingang para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa, que visava testar uma hipótese: “A cerâmica preta lisa, observada por nós em sítios arqueológicos no Estado de São

³⁴ Para comparação e experimentos com o material lítico provenientes dos sítios do Estado de São Paulo, Miller Jr. (1972) recorreu a memória de indígenas Kaingang da Terra Indígena Rio das Cobras, no município de Laranjeiras do Sul – PR, segundo o autor, alguns Kaingang ainda possuíam líticos confeccionados por seus pais e avós. O arqueólogo também buscou referência nos Xetá que estavam residindo na atual Terra indígena Pinhalzinho, em Tomazina - PR. Dois Xetá que ainda realizavam lascamentos, foram levados a Rio Claro – SP, para realizarem lascamentos para servirem de parâmetro para comparações do arqueólogo. Dos lascamentos realizados pelos Xetá, o autor verificou “como obter lascas curvas ou côncavas é termos um apoio mole ou macio, como, por exemplo, pisando-se o núcleo e deixando-o semi-enterrado num solo argiloso duro, como observamos fazer um índio Xetá” (Miller Jr., 1972, p. 36),

Paulo, pertence à mesma tradição cerâmica que a produzida em tempos históricos pelos índios caingáng paulistas” (Miller Jr., 1978, p. 5).

As ceramistas que aceitaram participar do estudo foram Dona Candire residente da TI Vanuire, e Dona Francisca, moradora da TI Icatu. Ambas tiveram auxílio de familiares. O arqueólogo e sua equipe, acompanharam e documentaram desde a procura do barro, preparação da massa e confecção da cerâmica, queima e tratamento final das peças.

Na Terra Indígena Vanuire, Miller Jr esforçou-se para compreender todas as fases do trabalho das Kaingang ceramistas, desde a escolha da argila, situação em que dona Candire e Sr. Canuto afirmam que a argila preta “[...] era o melhor tipo de argila para confecção da cerâmica” (Miller Jr., 1978, p. 07), mas que, em sua escassez, uma argila cinzenta, a qual os Kaingang descreveram como amarela, e inferior a preta, “[...] serviria perfeitamente bem” (Miller Jr., 1978, p. 8). Também foram registrados a denominação que esses davam ao material e as peças: “Para os caingáng, a mesma palavra ... (“**kokrõ**”) significa **barro para cerâmica e pote de barro**, enquanto que o barro que não serve para fazer cerâmica, leva outro nome” (Miller Jr., 1978, p. 08, grifo do autor).

Foram também descritas o tratamento da argila, a inserção de antiplásticos, a consistência, e a produção por modelagem das bases cônicas, feitura e aplicação dos roletes, raspagem e a morfologia dos vasilhames:

Quando D. Candire ficou satisfeita com a forma e o tamanho da tigela, pegou um pedaço de palha de milho e o dobrou em forma de um “U” invertido. Molhando repetidas vezes esta palha, passou-a na borda da tigela, girando a bacia até deixar um lábio simples arredondado (ver foto 12). Feito isso, retirou a tigela da bacia, para dar forma a base com os mesmos processos de dedo e pedregulho molhados (Miller Jr., 1978, p. 10).

No processo de secagem da cerâmica, entre sete e dez dias, Dona Candire “[...] alisou a superfície com o pedregulho molhado. O resultado final foi uma superfície polido estriada, mas não lustrosa” (Miller Jr., 1978, p. 11). Somente depois de todo esse processo de secagem é que a peça foi levada para cocção – queima, processo que foi descrito pelo autor.

D. Candire fez um fogo no seu fogão de lenha, deixando as peças juntas no fogão, para esquentá-las. Quando restaram apenas brasas, ela tirou-as, bem como as cinzas, com uma pá e as colocou no chão fora de casa, explicando que isto era para esquentar o chão antes de colocar as peças de barro.

D. Candire assentou o “**Kokrô**” de boca para cima, sobre as cinzas, e começou a amontoar lenha em volta. Quando a peça encontrava-se completamente envolvida e coberta de lenha, esta foi queimada. Nenhuma cova foi preparada, sendo a queimação feita de fogo aberto na superfície do chão (Miller Jr., 1978, p. 11 – destaque do autor).

A queima realizada em fogo aberto, sem cova, foi problematizada pelo autor, que considerou a ação do vento prejudicial a peça. No entanto, mesmo assim a *Kokrô* “[...] adquiriu uma tonalidade de vermelho-fogo, fulgurando como as próprias brasas” (Miller Jr., 1978, p.11). Apesar das ressalvas em relação à ação do vento, levantadas pelo observador, dona Candire considerou a cocção satisfatória, e deu início ao procedimento que pode-nos esclarecer algumas das características das cerâmicas classificadas de Itararé, Taquara e Casa de Pedra:

Preparou um monte de palha de milho e retirando o vaso com uma pinça de madeira, de fabricação própria, o colocou na palha – praticamente o mergulhou na palha e começou a girá-lo. Uma nuvem de fumaça preta envolveu a peça, penetrando nas paredes (ver foto 18). Mais palha foi colocada dentro do vaso, mas tanto o vaso quanto a palha foram mantidos em movimento, para evitar que esta pegasse fogo. Terminando o processo de esfumamento (Miller Jr., 1978, p. 11).

Processo similar foi relatado pelos indígenas de Santa Catarina a outro pesquisador, o qual informou que:

Alguns Botocudos provenientes de Santa Catarina e atualmente radicados no Toldo Ligeiro, próximo à cidade de Getúlio Vargas – R.G.S., explicam que o enegrecimento do vasilhame é obtido pelo friccionamento de “barba de pau” ou “samambaia” sobre a superfície do pote recém-retirado da queima (por oxidação). Experiências de laboratório demonstraram que neste caso o enegrecimento é resultante da fixação por fricção do “picumã” que penetra nos poros da cerâmica mais a resina liberada das plantas citadas pelo calor (Miller, 1971, p. 46).

Na Terra Indígena Icatu, a equipe não conseguiu acompanhar a coleta da argila, pois dona Francisca já havia coletado e limpado o barro, apenas puderam examinar e fotografar o local de retirada da matéria prima. O processo de modelagem da base e a inserção dos roletes não diferenciaram da forma empregada por dona Candire, em Vanuire.

A distinção do método entre as artesãs Kaingang se deu no processo de raspagem da peça, pois “D. Chica utilizava-se de um sabugo de milho para a raspagem e adelgamento, deixando uma superfície escovada (ver foto 11). Mesmo depois do alisamento posterior, permaneceram as marcas do sabugo, de modo que a peça classificar-se-ia de “escovada” (Miller Jr., 1978, p. 12-13).

Assim como a Kaingang de Vanuire, dona Francisca “[...] deu forma ao lábio com a palha de milho morlhada, segurando em forma de “U” invertido, dando a mesma forma simples arredondada” (Miller Jr., 1978, p. 13). O processo de queima realizado por dona Francisca não foi registrado, pois a artesã novamente se adiantou e já havia queimado as peças antes do dia combinado com os pesquisadores.

Em ambas as terras indígenas a equipe também coletou fragmentos em locais indicados pelos Kaingang, que informaram também os dados de quem morou no local e possivelmente confeccionou a cerâmica coletada, “[...] no Posto Icatu coletamos uma peça histórica (**kokrō mök**) do tipo que posteriormente denominamos de “Icatu Escovado” fabricado há 15 ou 17 anos, por D. Nogubi, falecida mãe de D. Teresa, esposa do Sr. Antônio Umbelino” (Miller Jr., 1978, p. 07, grifo do autor).

Também foram analisados uma coleção abrigada no museu Índia Vanuire, no município de Tupã (SP), da qual, conforme o autor, foram analisadas “[...] uma coleção de 30 peças, em termos de forma e outras características físicas, comparando com a classificação da própria artesã (D. Candire) e do Sr. Canuto” (Miller Jr., 1978, p. 13).

Do total analisado, vinte oito foram confeccionadas por Candire, e duas peças eram “antigas”. A classificação das vasilhas foi feita pela artesã, e: “[...] segundo a sua classificação, são quatro: (1) vasos com colar (**kokrō**), (2) tigelas cônicas e hemisféricas (**pèt Kyx**), (3) garrafas ou vasos pequenos com pescoço e boca restringida (**Myñ ti'**) ou (**yñ kli- ni'**) e (4) bandejas, travessas ou tigelas rasas (**pèto' ro'** ou **kõñ n' y r y'**) (Miller Jr., 1978, p. 13-14, grifo do autor).

Dentre as características evidenciadas na análise, destaca-se o “[...] esfumamento ocasional. A superfície é polido-estriada, ocasionalmente com brunidura” (Miller Jr., 1978, p. 14). O autor explica, em nota, que o termo “brunidura” é, por ele preferido, para qualificar “[...] um polimento reluzente (especular) metálico, bem distinto de “polido”, pois é uma característica diagnóstica da cerâmica histórica caingáng. Também vimos na cerâmica Xokleng e bororo com brunidura” (Miller Jr., 1978, p. 14).

Dentre as formas classificadas por dona Candire, Miller Jr., (1978), destaca-se o registro das *Kokrô* (panelas com colar), usados para cozinhar, que são diferenciados entre *Kokrô tsi* (panela pequena), e *Kokrô mök* (panela grande) utilizadas para cozinhar caça, especialmente macacos. Também são descritas tigelas cônicas e hemisféricas como as *pète kyx*, (para servir porções individuais de alimento), e as *myñ ti'* e *vñ kli' ni'* ambas classificadas de (garrafas pequenas), porém, as *miñ ti'*, presentes nas formas confeccionadas por dona Candire, são similares as cabaças utilizadas pelos Kaingang para água e “[...] possivelmente não estava presente no acervo aborígene” (Miller Jr., 1978, p. 15). Já a *vñ kli' ni'* foi identificada em cacos históricos, e, segundo dona Candire era utilizada “[...] para beber hidromel da grande cerimônia fúnebre anual (“festa de kiki”))” (Miller Jr., 1978, p. 15).

Os fragmentos de cerâmicas históricas encontrados nas Terra Indígenas Vanuíre e Icatu, foram classificados por Miller Jr. (1978) em vários tipos, sendo que na TI Vanuíre, foram classificadas: Iacri Marrom Polido, Iacri Vermelho Fugitivo. Enquanto na TI Icatu ocorrem os tipos: Icatu Vermelho Polido e Icatu Escovado. Comuns a ambas as duas terras, somam-se os tipos: Iacri Brunido, Iacri Cinzento Polido e Vanuíre Arenoso.

Conforme o autor, a cerâmica encontrada na região central de São Paulo que se difere das atribuídas a tradição Tupiguarani, são aderentes a cerâmica encontrada nas TIs Vanuíre e Icatu. A análise revela que a cerâmica do sítio Paraíso N. (SP.CQ. 12) “[...] são igual em aparência a Iacri Cinzento Polido, embora um pouco mais claros (como no caso de alguns cacos do sítio Casa de Pedra, PR)” (Miller Jr., 1978, p. 24). Também semelhantes a cerâmica da Casa de Pedra, são os fragmentos do sítio de Camaquã (SP. RC. 2), que segundo o autor são “[...] praticamente idênticos em todas características aos de Icatu Escovado, embora tendo passado também pelo esfumamento” (Miller Jr., 1978, p. 24).

Na região de Tupã (SP), localiza-se o sítio de Parapuã; nesse, em meio a uma maioria de fragmentos classificados na tradição Tupiguarani, o arqueólogo encontrou cerâmica “[...] de um marrom não muito bem alisado” (Miller Jr., 1978, p. 25), que, em sua análise, são semelhantes às classificadas por Chmyz (1967a; 1968) como Itararé, além de ele ter identificado semelhanças com as dos tipos Iacri Brunido e Iacri Marrom Polido, encontradas nas terras Kaingang de Vanuíre e Icatu.

Após a análise e o experimento de reprodução da técnica em laboratório, o arqueólogo considerou a hipótese como verificada, afirmando que: “A cerâmica arqueológica não-tupiguarani encontrada no interior paulista e pertencente à tradição cerâmica denominada por

I. Chmyz (1968) de Tradição Casa de Pedra, pertence àquela mesma presente entre os índios caingáng paulistas” (Miller Jr., 1978, p. 30).

Em uma análise mais ampla, o autor indicou que a cerâmica estudada pode ser relacionada à “[...]ocupações desde Missiones (Menghin 1957, Rizzo 1968) e Rio Grande do Sul, através de Santa Catarina e Paraná, até o Estado de São Paulo” (Miller Jr., 1978, p. 30).

Ancorado em três fatores: 1) tecnologia, 2) formas e 3) distribuição no espaço e no tempo, o autor afirmou que “[...] estamos mais do que inclinados a considerar que todas as tradições regionais não-tupiguaranis desde o planalto riograndense (excluindo o litoral sul-riograndense) até a bacia do Tietê, devem ser consideradas como uma única tradição cerâmica” (Miller Jr., 1978, p. 31).

Apesar de sua confiança, o autor demonstrou-se respeitoso a distinção feita por Chmyz (1968), entre as tradições Itararé e Casa de Pedra, mas argumentou sobre a fragilidade das distinções que as definem, afirmando “[...] que as maiores diferenças estão (1) no antiplástico, (2) no tratamento da superfície e (3) na cor da superfície. As formas são muito semelhantes entre si, e contrastantes com as da Tradição Tupiguarani” (Miller Jr., 1978, p. 32).

Discutindo rapidamente cada um desses pontos das diferenças, o autor lançou uma hipótese a ser testada: “[...] que as tradições Cerâmicas Itararé e Casa de Pedra são sub-tradições de uma única tradição cerâmica associada com a utilizada pelos povos de fala caingáng-xokleng conhecidos historicamente” (Miller Jr., 1978, p. 33).

A relação traçada por Chmyz (1967b) entre a cerâmica do sítio PR. UV. 1 (Abrigo sob-rocha Casa de Pedra) e os Kaingang, seguido pela pesquisa de Miller Jr., (1978) entre as oleiras Kaingang de São Paulo, parece estabelecer o vínculo entre os ceramistas da tradição Casa de Pedra e os Kaingang, que, em um contexto maior, se relacionam com as cerâmicas Eldoradense, encontradas e descritas por Menghin em 1957, no nordeste da Argentina, bem como à tradição Itararé, definida em Chmyz (1968) e à tradição Taquara, definidas em Brochado *et al* (1969).

Embora, como demonstrado, tenham sido propostas possibilidades de agrupar essas tradições em apenas uma tradição que englobariam as demais Miller (1971); Miller Jr., (1978), as discussões seguiram. Araújo (2007) aponta que “[...] uma junção entre as tradições Itararé, Casa de Pedra e Taquara vieram à baila diversas vezes (p.ex.: Miller Jr., 1978; Schmitz, 1988; Schmitz et al., 1980), e tal junção não vingou” (Araújo, 2007, p. 13).

Para esse autor, as diferenças entre as tradições Itararé e Casa de Pedra, “[...] são por demais tênues para que se possa pleitear uma distinção entre elas, no sentido em que o termo é

empregado” (Araújo, 2007, p. 13). A discussão volta-se então para as “[...] particularidades” características da Tradição Taquara.

Com base na análise bibliográfica a respeito das três tradições, o autor salientou existir “[...] muito mais semelhanças do que diferenças entre os atributos utilizados em suas definições” (Araújo, 2007, p. 15). A diferença da tradição Taquara, em relação as tradições Itararé e Casa de Pedra, era marcada de forma geral pela “[...] presença de casas subterrâneas e abundância de decoração plástica na primeira *versus* ausência de casas subterrâneas e pouca decoração ou mesmo ausência desta nas duas últimas” (Araújo, 2007, p. 15, destaque do autor).

No entanto, o avanço das pesquisas contrariaram essa distinção, pois, mesmo no Rio Grande do Sul:

[...] a Fase Guatambu da Tradição Taquara, por exemplo, foi definida no norte do Rio Grande do Sul e apresenta casas subterrâneas, estruturas de terra, montículos e cerâmica, esta em sua maior parte apenas polida, uma pequena porcentagem mostrando decoração de qualquer espécie, com vasilhames de formas simples (Miller, 1971; Schmitz, 1988). A Fase Taquara difere da Guatambu pela grande quantidade de cerâmica decorada, mas os demais atributos se seguem, incluindo galerias subterrâneas. Os vasilhames cerâmicos são igualmente pequenos (Araújo, 2007, p. 15).

O autor também relacionou as semelhanças de atributos de algumas fases da tradição Itararé do Paraná à características presentes na Tradição Taquara.

[...] tanto as fases Açungui como Cantu, ambas filiadas à Tradição Itararé, apresentam cerâmica predominantemente simples, vasilhames pequenos e estruturas de terra associadas, na forma de aterros ou estruturas lineares formando desenhos geométricos (círculos, quadriláteros) bem como casas subterrâneas (Chmyz, 1968a; Chmyz [coord], 1981; Schmitz, 1988, ou seja, ambas bastante semelhantes à Fase Guatambu da Tradição Taquara. Com possíveis variações de antiplástico e forma de vasilhames, temos basicamente as mesmas estruturas e atributos tecnológicos recorrentes, que podem até ausentar-se em algumas fases, porém se espalham de maneira contínua por milhares de quilômetros quadrados, desde a porção central do Rio Grande do Sul até o sudoeste de São Paulo, presentes nos mais diversos compartimentos topográficos: litoral, serras e planalto (Araújo, 2007, p. 15-16).

Destarte, assim como outros pesquisadores que sugeriram a unificação, o autor afirma que “pode-se agrupar, sem maiores problemas, todas as três tradições – Itararé, Casa de Pedra

e Taquara – sob o mesmo rótulo, as diferenças regionais sendo perfeitamente descritas por meio do conceito de fase, se for o caso” (Araújo, 2007, p. 16).

Mas qual denominação deveria ser adotada para se referir a tradição que englobaria as demais? Já comentamos que, para o objetivo desta tese, seria interessante aderir a proposta de uma “Tradição Pré-Kaingang”, proposta por Miller (1971). Porém, como alerta Araújo (2007): “A precedência de publicação deve guiar qualquer tipo de decisão em matéria de denominações científicas” (Araújo, 2007, p. 17).

Com base nesse parâmetro, após citar algumas das proposições para nomear a unificação dessas tradições, o autor sugeriu ser adequado:

- A) Utilizar o termo Tradição Eldoradense, ou Tipo Eldoradense (Becker e Schmitz, 1969) uma vez que a mesma foi reconhecida dez anos antes na Argentina, e a precedência do termo é inquestionável.
- B) Utilizar o termo Tradição Itararé, uma vez que a mesma foi definida antes da Tradição Taquara no território brasileiro.
- C) Utilizar o nome composto Tradição Itararé-Taquara (Araújo, 2007, p. 17).

Seguindo este entendimento, optamos por referenciar esse conjunto de tradições, sob a composição de Itararé-Taquara, assim como Araújo (2007), opção que já havia adotado em Carsten (2012).

O conjunto unificado na tradição Itararé-Taquara, foi associado aos indígenas de língua Jê historicamente conhecidos, em especial aos Kaingang, mas sabe-se que estes não foram os únicos representantes Jê, que habitaram o Sul do Brasil. Com base em uma análise ampla, Brochado (1984) afirmou que esse conjunto, em seu entendimento englobado a uma tradição mais abrangente, a Tradição Pedra do Caboclo, poderiam ser “[...] atribuído com considerável grau de confiança aos grupos conhecidos coletivamente como Caingang” (Brochado, 1984, p. 109. Trad. nossa).³⁵

O entendimento de “coletividade” do arqueólogo é abrangente, estendido a outros grupos de língua Jê, como explica:

³⁵ Original: “[...] *attributed with considerable confidence to the groups known collectively as Caingang*” (Brochado, 1984, p. 109)

Aqui, estou utilizando o termo “Caingang” no sentido linguístico abrangente, tal como foi empregado por Alfred Métraux (1946:449) e Egon Schaden (1963:77), incluindo, portanto, grupos tribais ou subdivisões como: Caingang (Kaingán, Coroadó), Xokleng (Xocrén, Botocudo), Guayaná, Goianá, Goianaz, Guanhanã, Aweikama (Coroadó), etc. (Brochado, 1984, p. 109. Trad. nossa).³⁶

O autor argumenta que a cerâmica desse conjunto se estendeu até tempos históricos, e são passíveis de comparação com a cerâmica produzida pelos Kaingang. Além disso, afirma que “[...] “A área ocupada pelos Guayana (Goianaz, Goianá ou Guanana), falantes de Caingang, na primeira metade do século XVIII (Curt Nimuendajú, 1954), coincide, em termos gerais, com a área de dispersão da cerâmica Itararé e das casas subterrâneas de Catanduva” (Brochado, 1984, p. 116. Trad. nossa).³⁷

A indicação de Brochado (1984), portanto, atribui os sítios Itararé-Taquara à povos de língua Jê, os quais, na bibliografia arqueológica, muitas vezes são mencionados genericamente como os Jê do Sul, ou Jê no Sul. Essa generalização é compreensível, já que há relatos de vários grupos com etnônimos diferentes e com territórios definidos que ocuparam o sul do Brasil. Devido a impossibilidade de distinções dessa diversidade no registro arqueológico, os sítios Itararé-Taquara, estão relacionados a ocupação de espaços que habitaram, ou ainda habitam os representantes históricos atuais desses povos, os Kaingang e os Xokleng Laklãnõ.

Com base nos dados arqueológicos, e no histórico de ocupação por populações indígenas conhecidas historicamente, nesta tese, defende-se que a tradição Itararé-Taquara deva ser associada aos habitantes históricos da região de contexto, ou seja, aos Kaingang e Xokleng. Segundo Araújo (2007), os dados conhecidos indicam que “[...] os sítios mais antigos parecem estar localizados no extremo sul do país, no nordeste do Rio Grande do Sul, datando de 1810 ± 85 AP (cal AD 241) para a fase Guatambu” (Araújo, 2007, p. 17).

No entanto, mesmo que citando em nota, o autor desconsidera as datas obtidas por De Masi (2005) ao considerar as datas do nordeste do Rio Grande do Sul como a mais recuada.

³⁶ Original: “Here, I am using the term ‘Caingang’ in the comprehensive linguistic sense as it was used by Métraux (1946:449) and Schaden (1963:77), therefore including such tribal groups or subdivisions as: Caingang, (Kaingán, Coroadó), Xokleng (Xocrén, Botocudo), Guayaná, Goianá, Goianaz, Guanhanã, Aweikama (Coroadó), etc” (Brochado, 1984, p. 109).

³⁷ Original: “[...] the area occupied by the Caingang-speaking Guayana (Goianaz, Goianá, or Guanana) in the first Half of the eighteenth century (Nimuendajú 1954) coincides in general with the area of dispersion of the Itararé pottery and the Catanduva pit-houses” (Brochado, 1984, p. 116).

Desta forma, as datações mais antigas relacionada a ocupação Itararé-Taquara foram obtidas em pesquisas realizadas por De Masi (2005) em Santa Catarina, no Baixo Vale do rio Canoas, onde a cronologia alcançou aproximadamente 5000 anos AP, (2860 a.C.):

Foram obtidas 23 datas pelo método C14 (AMS) realizadas pelo Beta Analytic Radiocarbon Dating Laboratory, na Flórida, USA. As datações variam de 2860-2810 A.C. (calibrada) até 1720-1880 D.C. (calibrada) Duas datas antigas 2860-2810 A.C. (calibrada) e 790-500 A.C. (calibrada) para sítios cerâmicos recuam 3000 anos a ocorrência de cerâmica na região. As outras datas caem dentro da variação conhecida para a região entre 200 D.C. e 1800 D.C. (calibrada) com uma ênfase (12) no período entre 1400 e 1700 D.C. (calibrada) com algumas datas (6) entre 1000 e 1300 D.C. (calibrada) e poucas datas (3) entre 690 e 1000 D.C. (calibrada) (De Masi, 2005, p.12).

No Paraná, as datações organizadas por Parellada (2016), demonstraram que as datas superiores a 2.000 anos AP foram obtidas nos sítios: 1) José Vieira com datação de 3435 ± 175 anos AP (GSY 82); 2) Abrigo Jaguariaíva 1, datado em 2858 ± 35 anos AP (LACUFF 150050); 3) UHE Salto Santiago, margem direita, com data de 2860 anos AP; 4) UHE Salto Osório, margem esquerda datado em 2445 anos AP, e 5) UHE Salto Osório, margem direita com data de 2355 anos AP.³⁸

As datações recuadas dos sítios do nordeste do Rio Grande do Sul, somada a presença de artefatos líticos característicos de sítios atribuídos a caçadores-coletores da tradição Humaitá, associados a sítios com cerâmica Itararé-Taquara, fez com que alguns pesquisadores sugerissem a continuidade entre os portadores da tecnologia lítica e os ceramistas. Esses, segundo Araújo, “[...] apostam em uma origem autóctone para a Tradição Taquara. O raciocínio se baseia em uma suposta continuidade das indústrias líticas, que indicaria continuidade entre grupos fabricantes da cerâmica Taquara, e na maior antiguidade encontrada para a tradição no RS” (Araújo, 2007, p. 17-18).

Essa interpretação “[...] foi sugerida, por exemplo, por Mentz Ribeiro & Ribeiro (1985) e Mentz Ribeiro (2000), que colocam a Tradição Taquara como conseqüente à Tradição Humaitá na área de estudo (norte RS)” (Araújo, 2007, p. 18). Para o autor, a própria definição da tradição, é responsável pelo problema, pois induziu que a ausências de pontas de projéteis

³⁸ Parellada (2016), organizou uma tabela com quarenta e seis datações, que variam de 3435 ± 175 AP até 730 ± 150 AP.

em indústrias líticas fossem “frequentemente (até mesmo automaticamente) associadas à Tradição Humaitá” (Araújo, 2007, p. 18).

Crítica similar já havia sido expressa por Marco Aurélio De Masi (2005), quando o pesquisador apontou que as tradições Umbu e Humaitá, utilizados pelos pesquisadores do PRONAPA eram reducionistas, e se tornaram inadequadas com o desenvolvimento da pesquisa, sendo que este arqueólogo observou que “os componentes líticos locais que definem as Tradições Umbu e Humaitá são incorporados dentro do sistema cultural de grupos Gês das terras altas. O pressuposto básico é que grupos humanos que produzem cerâmica e/ou praticam horticultura não deixam de caçar e coletar” (De Masi, 2005, p. 3). Na análise do material lítico realizada pelo autor, os artefatos bifaciais de grandes dimensões, que são característicos da Tradição Humaitá, e a indústria lítica das quais procedem as pontas de projéteis, caracterizadas na definição da Tradição Umbu também podem ser associados aos sítios Itararé-Taquara, portanto aos Jê, como discuti o autor:

Os dados apresentados demonstram uma relação direta entre sítios lítico de grandes bifaces com sítios cerâmicos os quais, por sua vez, são relacionados com as estruturas subterrâneas, com ocorrências em danceiros, caracterizando dessa forma um sistema cultural mais complexo, associado a grupos Gês. Desse modo pode-se descartar a Tradição Humaitá, assim como inserir os componentes diagnósticos da Tradição Umbú, as pontas de projétil, dentro do mesmo sistema cultural Gê. Os sítios com tais componentes líticos estariam definindo áreas de atividades específicas, como a preparação de áreas de cultivo e acampamentos de produção de pontas de projétil para caçar, como componentes de um mesmo sistema cultural e não definiriam culturas distintas como são interpretados tradicionalmente (De Masi, 2005, p. 05).

É interessante notar que o autor não postulou uma origem da cerâmica na região, mesmo que a cronologia dessa seja a mais antiga registrada no sul do país, tampouco atribuiu a continuidade da cerâmica às tradições que anteriormente foram classificados os caçadores-coletores, ou seja, Umbu e Humaitá. Ocorreu justamente o contrário: a continuidade das indústrias líticas foi associada aos ceramistas da Tradição Itararé-Taquara.

Ancorado nos dados “etno-históricos”, o autor sugeriu que os sítios por ele pesquisados no Baixo vale do rio Canoas, em Santa Catarina pertencessem, aos Xokleng. A atribuição étnica foi baseada nas informações etnográficas, que relatam a prática de cremação dos mortos antes de serem sepultados entre os Xokleng, e ausente nos registros sobre os Kaingang. Portanto, segundo o arqueólogo, o material lítico que antes atribuídos as tradições Umbu e Humaitá,

também podem ser verificados nos sítios cerâmicos Itararé-Taquara, atribuído aos Jê, e no caso dos sítios pesquisados, especificamente aos Xokleng:

Neste trabalho descartamos esta abordagem tradicional e inserimos no sistema cultural Xokleng duas novas categorias de sítios arqueológicos dentro de uma perspectiva funcional. Os sítios de grandes bifaces seriam áreas de cultivo (roças), e os sítios de pequenos bifaces seriam acampamentos de produção de pontas de projétil para caçar. Esta estratégia implica no pressuposto de que os Xokleng praticavam agricultura, o que não se provou arqueologicamente até o momento, e que embora sejam ceramistas ainda praticam caça com pontas de projétil de pedra. Existem associações de pontas de projétil com sítios cerâmicos e aterros anelares (De Masi, 2005, p. 13).

Ao interpretar os sítios como um sistema cultural Itararé-Taquara, o autor implode os pressupostos do PRONAPA para as classificações Humaitá e Umbu, já que os atributos que definiriam essas tradições, também são encontrados no contexto dos ceramistas Itararé-Taquara.

Deve-se ressaltar que De Masi (2005) não partilha do entendimento de que a cerâmica Itararé-Taquara tenha se originado no Sul do Brasil, mas o que ele aponta é que a diversidade de sítios relacionados a um sistema cultural neutraliza a ideia de que os atributos do material lítico das tradições Humaitá e Umbu são exclusividade dos grupos caçadores-coletores, pois eles continuam presentes nos sítios da Tradição Itararé-Taquara, que mesmo ceramistas e agricultores, continuaram caçando e coletando, logo, utilizando-se das tecnologias disponíveis para essas atividades.

Teria a cerâmica Itararé-Taquara se originado no sul do Brasil, especificamente no nordeste do Rio Grande do sul, conforme sugeriu “Mentz Ribeiro & Ribeiro (1985) e Mentz Ribeiro (2000)” (Araújo, 2007, p. 18)? Segundo o autor, os indícios apontam que as datações mais recuadas não ocorrem no sul do Brasil:

[...] o argumento mais consistente talvez se deva ao fato de que a cerâmica típica da tradição já surge nos estados sulinos de forma extremamente bem elaborada (Prous, 1992:329; Schmitz, 1969:167) Os vasilhames da Tradição Itararé-Taquara, apesar de apresentarem tamanhos em geral reduzidos, sugerem um grande domínio técnico, que resulta numa eficiente economia de matéria-prima e em vasilhames bastante leves. A superfície escura, característica da cerâmica, seja ela conseguida por queima controlada (Dias Jr. *Apud* Schmitz et al., 1980:44) ou pela técnica de esfumamento (Miller Jr., 1978:28) que resulta em superfícies escuras, é um processo complexo. O mesmo vale para a brunidura, tão comum em algumas regiões. Segundo Miller Jr., (1978; também em Schmitz et al., 1980:42), a brunidura é um processo

extremamente penoso de conseguir, envolvendo o polimento do vasilhame com um seixo liso durante várias horas distribuídas ao longo de alguns dias (Araújo, 2007, p. 18-19).

Como demonstrado pelo autor, o argumento da cerâmica bem elaborada enfraquece a hipótese de a tradição Itararé-Taquara ter se originado no sul do Brasil, embora não descarte a possibilidade de que “[...] grupos Jê tenham migrado rumo sul antes do advento da cerâmica” (Araújo, 2007, p. 20).

Contrária a essa interpretação da cerâmica autóctone, a proposta explicativa de Brochado (1984) talvez seja a que alcance maior amplitude para estabelecer a origem da cerâmica Itararé-Taquara, a qual o autor associa a outros conjuntos de tradições definidas no Brasil, agrupadas no que ele denominou de Tradição Pedra do Caboclo.

Ao estabelecer uma visão ampla da distribuição cerâmica na América do Sul, com foco no Brasil, o autor partiu do ponto em que a Tradição cerâmica Mina:

[...] constitui a mais antiga ocupação humana datada da Amazônia e a cerâmica mais antiga do Brasil, apresentando idades comparáveis às das mais antigas cerâmicas de toda a América do Sul, como o Complexo Valdivia, da costa do Equador, datado de 3300 a 2500 a.C. (Meggers, Evans e Estrada, 1965), Puerto Hormiga, datado aproximadamente do mesmo período (Evans e Meggers, 1968:89), e Palo Blanco, no estuário do Rio da Prata, na Argentina, datado de 3000 a 1000 a.C. (Cigiano et al., 1971) (Brochado, 1984, p. 90. Trad. nossa).³⁹

Em sua análise, o autor sugere que é da cerâmica Mina que teriam se originado as cerâmicas encontradas em sambaquis da costa do nordeste brasileiro, denominadas de “Maiobinha” no Maranhão e “Pedra Oca” na Bahia. Especificamente no estado baiano, essa cerâmica corresponde ao que “[...] é descrita como a tradição cerâmica Periperi” (Brochado, 1984, p. 91. Trad. nossa).⁴⁰ Para o autor, “Tudo parece indicar que as cerâmicas Periperi pertencem à mesma Tradição Mina, sendo uma continuidade desta última, que aparentemente

³⁹ Original: “[...] constitutes the earliest dated human occupation of Amazonia and the oldest pottery of Brazil, ranging in age with the oldest pottery anywhere in South America, such as the Valdivia Complex of coastal Ecuador dated from 3300 to 2500 B.C. (Meggers, Evans, and Estrada 1965), Puerto Hormiga dated from about the same time (Evans and Meggers 1968:89) and Palo Blanco on the Río de La Plata estuary in Argentina, dated from 3000 to 1000 B.C. (Cigiano et al. 1971)”. (Brochado, 1984, p. 90).

⁴⁰ Original: “[...] is described as the Periperi ceramic tradition” (Brochado, 1984, p. 91).

se deslocava ao longo da costa, contornando o Nordeste do Brasi” (Brochado, 1984, p. 92. Trad. nossa).⁴¹

Conforme expôs o autor, é da fase Ananatuba, presente na Tradição Mina, que conviveu com a Tradição Pedra do Caboclo: “[...] que a Mina é a fonte da tradição Pedra do Caboclo, mas, na fase final da Tradição Mina, em sentido estrito, nas proximidades da foz do rio Pará — a Fase Areão —, estimada em cerca de 1400 a.C., temos o fim dessa tradição (Brochado, 1984, p. 92. Trad. nossa).⁴²

No entanto, essa cerâmica não pode ser associada como ancestral direto daquela portada pelos Jê, pois, no mesmo período em que ocorre a cerâmica Ananatuba “[...] ou até mesmo antes, encontramos o mesmo conjunto de formas simples de vasilhas lisas, incluindo a forma 3, bastante característica (Figura 5), bem ao sudeste, próximo à costa do Nordeste do Brasil, no início do que chamarei de Tradição Pedra do Caboclo” (Brochado, 1984, p. 94. Trad. nossa).⁴³

A sugestão que a cerâmica agrupada na Tradição Pedra do Caboclo teria sido adotada por grupos pré-cerâmistas que portavam material lítico da Tradição Itaparica, que na indústria lítica da “A Subtradição Bom Jardim estava se desenvolvendo no Nordeste do Brasil a partir de cerca de 9000 a.C. Em sua fase final — descrita como a Fase Paquevira, cujos inícios foram datados por C14 em aproximadamente 2700 a.C” (Brochado, 1984, p. 95. Trad. nossa)⁴⁴.

Mais ao norte, a cerâmica descrita como fase Papeba, também é, claramente, pertencente a Tradição Pedra do Caboclo, pois a presença abundante de conchas associadas a essa fase “[...] indicam uma orientação costeira, e muitos fragmentos de conchas foram utilizados como raspadores e perfuradores” (Brochado, 1984, p. 96. Trad. nossa).⁴⁵ A cerâmica Papeba também foi identificada no litoral da Paraíba e de Alagoas, assim como a cerâmica da fase Pajeú: “No

⁴¹ Original: “Everything seems to indicate that the Periperi ceramics are in the same Mina Tradition, being a continuation of the later, which apparently was moving down the coast around the shoulder of Northeastern Brazil” (Brochado, 1984, p. 92).

⁴² Original: “[...] that Mina is the source of the Pedra do Caboclo tradition, but in the last phase of the Mina Tradition, in strict sence, near the mouth of the Rio Pará—the Areão Phase—estimated at around 1400 B.C., we have the end of that tradition” (Brochado, 1984, p. 92).

⁴³ Original: “[...] or even before, we find the same set of simple plain vessel shapes, including the very characteristic form 3 (Figure 5), far to the southeast near the coast of Northeastern Brazil, at the beginning of what I shall call the Pedra do Caboclo Tradition” (Brochado, 1984, p. 94).

⁴⁴ Original: “Bom Jardim Subtradition, was developing in Northeeastern Brazil fron ca. 9000 B.C. onwards. In its final part—described as the Paquevira Phase, the beginnings of which have C14 dated ca. 2700 B.C” (Brochado, 1984, p. 95)

⁴⁵ Original: “[...] indicate a coastal orientation, and many shell fragments were used as scrapers and borers” (Brochado, 1984, p. 96).

interior próximo, a sudoeste, ao norte do Baixo rio São Francisco, alguns outros sítios também produziram cerâmicas simples como estas” (Brochado, 1984, p. 97. Trad. nossa).⁴⁶

Essas cerâmicas chamadas de Pajeú e Papeba, agrupadas outros conjuntos de cerâmicas que ocorrem no nordeste do Brasil em um primeiro “Estilo” da Tradição Pedra de Caboclo, é semelhante a cerâmica que no Brasil Central foi classificada como Tradição Una.

Essas cerâmicas são encontradas mais ao sudoeste, na porção meridional dos Planaltos Brasileiros (Planalto Oriental). Essa área compreende as cabeceiras do rio Paraná (rios Mogi-Guaçu e Paranaíba), do rio São Francisco e do rio Araguaia, que correm em direções divergentes. A cerâmica Una também foi encontrada no vale do rio Paraíba e na costa próxima. Essa cerâmica tem sido descrita sob muitos nomes diferentes. (Brochado, 1984, p. 100. Grifo do autor. Trad. nossa).⁴⁷

A explicação de André Prous (1992) pode-nos ajudar a compreender a distribuição da cerâmica Una no Brasil Central, região que, segundo o autor, “[...] inclui os estados da Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás na sua quase totalidade, além de algumas partes do território paulista e de Pernambuco” (Prous, 1992, p. 333). Nessa região, o arqueólogo aponta que dois grupos culturais foram distintos pela sua cerâmica e padrão de assentamento, à saber, a Tradição Una e a Tradição Aratu.

As variedades da cerâmica Una, que não são homogêneas, estão distribuídas pelos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo. A divisão proposta por Prous (1992) possui caráter meramente didático, sendo que a variedade “A” foi definida geograficamente para se referir a evidências da tradição no norte de Minas Gerais e na porção meridional de Goiás, onde as datações alcançaram as datações mais recuadas, sendo assim “[...] esta variedade corresponde à zona ‘nuclear’ a partir da qual a tradição ter-se-ia espalhado” (Prous, 1992, p. 333).

É justamente ao tratar da cerâmica do “Estilo Una”, que a associação entre a cerâmica da Tradição Pedra do Caboclo, proposta por Brochado (1984), é relacionada aos povos de língua

⁴⁶ Original: “*In the nearby interior to the southwest, north of the Lower São Francisco River, some Other sites have also produced simple pottery like these*” (BrochPOTTERado, 1984, p. 97).

⁴⁷ Original: “*These ceramics are found farther to the southwest, in the southern section of the Brazilian Uplands (Planalto Oriental). This area comprises the headwaters of the Paraná (Mogi-Guaçu and Paranaiba Rivers), the São Francisco, and the Araguaia Rivers, Which flow in divergent directions. The Una pottery has also been found in the Paraíba river valley and on the nearby coast. This pottery has been described under many different names*” (Brochado, 1984, p. 100. Grifo do autor).

Jê, portanto, o centro de origem da expansão da cerâmica portada e difundida pelos Jê. A cerâmica do “Estilo Una”, encontrada no litoral do Rio de Janeiro e Espírito Santo, persistiram até aos tempos coloniais, quando cronistas atribuíram a cerâmica Una aos Goitacá, que habitavam o litoral dos dois estados até o início do século XVII, “[...] e que posteriormente passaram a ser conhecidos pelos nomes Purí, Coroado e Coropó (Eschwege 1818:76, 91, 104, 125, 242; Wied-Neuwied [1821] 1940:38; Saint Hilaire 1830:1-125; Vasconcellos [1663] 1865:142; Ehrenreich 1886; Métraux 1929, 1946b)” (Brochado, 1984, p. 104. Trad. nossa).⁴⁸ No litoral sul do Rio de Janeiro, onde a cerâmica foi atribuída aos Goianá ou Guayaná, que conforme o autor, haviam sido classificados na “família linguística” dos Kaingang.

Segundo a análise dos dados arqueológicos realizadas pelo autor: “Como vimos, grupos pré-cerâmicos com materiais líticos da Subtradição Bom Jardim da Tradição Itaparica foram, muito provavelmente, aqueles que adotaram mais cedo a cerâmica Pedra do Caboclo no Nordeste do Brasil” (Brochado, 1984, p. 106. Trad. nossa).⁴⁹

Relacionada, também, a esse conjunto de cerâmica, embora com características diferentes, está a cerâmica classificada como “Jataí”, encontrada em abrigos rochosos próximos ao rio Paranaíba, cujos atributos também podem ser comparados a cerâmicas da Tradição Itararé-Taquara, como explicou o arqueólogo: “A maior parte da cerâmica é simples, exceto por engobo vermelho, e algumas incisões e pontuações semelhantes às observadas nas cerâmicas Taquara e Taquaruçu, mais ao sul” (Brochado, 1984, p. 107. Trad. nossa).⁵⁰

A indústria lítica associada a cerâmica Jataí difere do material lítico dos pré-ceramistas do contexto regional, o que segundo o autor indica que “[...] a cerâmica Jataí provavelmente não foi adotada pelos habitantes pré-cerâmicos, mas sim introduzida na região por invasões tardias de falantes Macro-Jê provenientes do sudeste” (Brochado, 1984, p. 108. Trad. nossa).⁵¹ A sobreposição dos sítios com cerâmica Jataí indica que ela foi desenvolvida tardiamente se comparada a Tradição Una ou mesmo a própria Tradição Pedra de Caboclo, na qual é também

⁴⁸ Original: “[...] and who afterwards were known by the names Purí, Coroado, and Coropó” (Eschwege 1818:76, 91, 104, 125, 242; Wied-Neuwied [1821] 1940:38; Saint Hilaire 1830:1-125; Vasconcellos [1663] 1865:142; Ehrenreich 1886; Métraux 1929, 1946b)” (Brochado, 1984, p. 104).

⁴⁹ Original: “[...] As we have seen, preceramic groups with lithic materials of the Bom Jardim Subtradition of the Itaparica Tradition were in all likelihood the ones who had adopted earlier the Pedra do Caboclo pottery in Northeastern Brazil” (Brochado, 1984, p. 106).

⁵⁰ Original: “Most of the pottery is plain, except for red slipping, and some incisions and punctations similar to those in the Taquara and Taquaruçu pottery farther south” (Brochado, 1984, p. 107).

⁵¹ Original: “[...] the Jataí pottery probably was not adopted by the preceramic inhabitants, but Rather brought into the area by late invasions of Macro-Gê speakers from the southeast” (Brochado, 1984, p. 108).

classificada, mas como um “estilo”. É importante esclarecer que Brochado (1984) utiliza o termo “estilo” no sentido de se aproximar do conceito de “subtradição”, como destacou:

Os conjuntos de cerâmicas relacionados, descritos por outros como ‘tradições’, também podem ser vistos como subtradições que se ramificam a partir de uma mesma tradição inicial, pois, após seu surgimento, cada um apresenta desenvolvimentos parcialmente independentes. Como este não é primordialmente um exercício de taxonomia, utilizei os termos ‘subtradição’ e ‘estilo’ mais ou menos de forma intercambiável. (Brochado, 1984, p. 200. Trad. nossa).⁵²

Com essa concepção é possível associar as cerâmicas da Pedra do Caboclo a uma linhagem que embora tenham diferenciações de “estilo”, podem ser agrupadas em uma grande tradição, pois possuem antecedentes comuns.

É no conjunto Pedra do Caboclo que Brochado (1984), também inclui as diversas fases das cerâmicas que podem ser englobadas na Tradição Itararé-Taquara. Conforme o entendimento do autor, se ampliar a análise para outras regiões, é possível converter essa tradição em um “Estilo”, ou seja, uma subtradição da Tradição Pedra do Caboclo. Assim, a proposta do arqueólogo difere da concepção de que a cerâmica Itararé-Taquara tenha se originado no sul do Brasil, pois se aumentarmos a escala de análise, é possível associar as cerâmicas da Tradição Itararé-Taquara a outras “subtradições ” e “Tradições” que foram identificadas no sudeste e no Brasil Central que possuem datações mais recuadas.

A comparação entre alguns conjuntos Itararé-Taquara e a cerâmica Una, demonstram que a aproximação entre elas é tênue, como discute o autor:

A mesma cerâmica, ou algo transicional entre o que tem sido descrito como Una e Itararé, foi encontrada em algumas das oito casas subterrâneas localizadas no vale dos rios Itararé e Verde (RV) (Prous, 1979). No litoral, as mesmas cerâmicas Itararé foram identificadas desde a baía de Guaratuba até a ilha de Santa Catarina (E, RL). Em direção ao norte, há uma grande lacuna onde, devido à escassez de informações, ainda é difícil estabelecer os limites

⁵² Original: “The groups of related pottery described by others as “traditions” could also be viewed as subtraditions branching out from the same initial tradition because, after their beginning, each shows partially independent developments. Because this is not primarily an exercise in taxonomy, I have used the terms ‘subtradition’ and ‘style’ more or less interchangeably” (Brochado, 1984, p. 200).

entre as manifestações das cerâmicas Itararé e Uma. (Brochado, 1984, p. 111. Trad. nossa).⁵³

A explicação do arqueólogo é que a cerâmica da Tradição Pedra do Caboclo se espalhou por difusão do norte para o sul, acompanhando os grupos Jê, sendo que as diferenças de suas características podem ser atribuídas ao aprimoramento interno de técnicas de manufatura, influências das relações com outros grupos ceramistas e/ou adaptação a novos recursos alimentares, como explica o autor:

Pode-se observar claramente no quadro de formas de vasos (Figura 5) que cada grupo adaptou a cerâmica tomada de empréstimo às suas próprias necessidades culinárias, explicando, assim, as diferenças entre os estilos, caracterizados principalmente pela sucessiva invenção e difusão de novas formas de vasos e pela incorporação de outras provenientes de grupos vizinhos (Brochado, 1984, p. 197. Trad. nossa).⁵⁴

A distribuição da Tradição Pedra do Caboclo no espaço e no tempo, é sintetizada pelo autor.

A cerâmica do Estilo Pedra do Caboclo foi inicialmente adotada por grupos pré-cerâmicos há muito estabelecidos no Nordeste do Brasil (Figura 4: PC, PB, PJ e GG). Ela se difundiu ao longo do rio São Francisco a partir das áreas ao norte do rio e, entre 100 a.C. e 1 d.C., variantes desse estilo foram adotadas por outros grupos pré-cerâmicos nas porções superiores do rio (Figura 4: LP, UI, PR, LV, LS e P).

A partir das cabeceiras do São Francisco, em direção ao sul, aparentemente havia duas principais rotas de dispersão: uma oriental, seguindo as áreas mais elevadas dos planaltos, logo no interior das escarpas costeiras (Figura 4: UN, RV, CP etc.), e outra ocidental, descendo pelo vale do Paraná (Figura 4: JT, CP e CT).

A cerâmica foi muito rapidamente adotada pelos habitantes pré-cerâmicos dos planaltos, pois, no mesmo intervalo de tempo entre 1 e 200 d.C., quando a cerâmica mais antiga atravessou das cabeceiras do São Francisco para as do Paraná, no início do que denomino Estilo Una (P), uma cerâmica relacionada já era encontrada nas cabeceiras do rio Uruguai, mais ao sul, marcando o início do Estilo Taquaruçu (Figura 4: G; Figura 6: 44, 45 e 69).

No vale do rio Paranapanema, o Estilo Una transformou-se no que denomino Estilo Itararé, e a difusão para o sul da Tradição Pedra do Caboclo foi interrompida apenas

⁵³ Original: “*The same pottery, or something transitional between what have been described as Una and Itararé, has been found in some of the eight pot-houses located on the Itararé and Verde Valley (RV) (Prous 1979). On the coast the same Itararé ceramics have been found from Guaratuba Bay to Santa Catarina Island (E, RL). Northward there is a large gap where, because of the dearth of information, it is still difficult to establish the boundaries between the manifestations of the Itararé and Una ceramics*” (Brochado, 1984, p. 111).

⁵⁴ Original: “*It can be seen plainly in the chart of vessel forms (Figure 5) that each group adapted the borrowed pottery to its own culinary needs, thus accounting for the differences between styles, characterized mainly by the successive invention and spread of new vessel forms and the borrowing of others from neighboring groups*”. (Brochado, 1984, p. 197)

quando as terras baixas meridionais foram alcançadas, ao pé das escarpas dos Planaltos Brasileiros. (Brochado, 1984, p. 202–203. Trad. nossa).⁵⁵

Portanto, conforme a análise realizada por Brochado (1984), o que aqui tratamos de cerâmica Itararé-Taquara, corresponde a um “estilo”, uma “subtradição” derivada da Tradição Pedra do Caboclo, a qual ocorre no sul do Brasil, embora sem distinções significativas da cerâmica classificada na Tradição Una encontrada em São Paulo, cerâmica que conforme o autor “[...] espalhou-se para leste e sudeste, atravessando a Serra da Mantiqueira até o vale do Paraíba e, provavelmente, descendo por esse rio, ou cruzando a Serra do Mar em direção ao litoral ” (Brochado, 1984, p. 204. Trad. nossa).⁵⁶

Com base na distribuição das características do acabamento das cerâmicas (lisa e/ou decoradas), que transpuseram o planalto até o litoral, o autor entende que a cerâmica Pedra do Caboclo em suas variações mais abrangentes como a Tradição Una e as do conjunto da Tradição Itararé-Taquara foi adotada por grupos pré-cerâmicos do “sertão” e por grupos litorâneos, dentre os quais alguns povos sambaquianos, como explica:

[...] essa cerâmica foi adotada não apenas pelos grupos pré-cerâmicos dos planaltos, mas também por pelo menos alguns dos grupos pré-cerâmicos que ainda construíam sambaquis costeiros, como em Forte Marechal Luz (cerâmica Araquari). A cerâmica também foi adotada por outros grupos costeiros que não eram propriamente construtores de sambaquis, incluindo complexos como Jabaquara, Base Aérea e Tapera. Em muitos outros casos, a presença de fragmentos da Tradição Pedra do Caboclo nos níveis superiores ou na superfície de sambaquis, ou de outros sítios costeiros originalmente pré-

⁵⁵ Original: “The pottery of the Pedra do Caboclo Style was first adopted by preceramic groups long settled in Northeastern Brazil (Figure 4: PC, PB, PJ, and GG). It diffused up the São Francisco from the areas north of the river, and between 100 B.C. and A.D. 1 variants of this style were adopted by other preceramic groups on the upper reaches of the river (Figure 4: LP, UI, PR, LV, LS, and P). From the headwaters of the São Francisco southward there were apparently two main routes of spread, one easterly following the highest areas of the uplands just inland of the coastal escarpments (Figure 4: UN, RV, CP, etc.) and another westerly moving down the Paraná Valley (Figure 4: JT, CP, and CT). Pottery was very rapidly adopted by the preceramic inhabitants of the uplands, because in the same time range between A.D. 1 and 200, when the earliest pottery crossed from the headwaters of the São Francisco to the headwaters of the Paraná, at the beginning of what I call the Una Style (P), a related pottery was already found on the headwaters of the Uruguay farther south, marking the beginning of the Taquaruçu Style (Figure 4: G; Figure 6: 44, 45, and 69). On the Paranapanema Valley the Una Style changed to what I call the Itararé Style, and the southward diffusion of the Pedra do Caboclo Tradition was halted only when the southern lowlands had been reached at the foot of the escarpments of the Brazilian Uplands” (Brochado, 1984, p. 202 – 203).

⁵⁶ Original: “[...] spread east and southeastward, crossing the Serra da Mantiqueira down to the Paraíba Valley, and probably down that river, or crossing the Serra do Mar to the coast” (Brochado, 1984, p. 204).

cerâmicos, representa reocupações posteriores, e não uma adaptação. (Brochado, 1984, p. 204. Trad. nossa).⁵⁷

Especificamente sobre a cerâmica Itararé-Taquara encontrada nos vales dos rios Paranapanema e Iguaçu, Brochado (1984) indica que houve “[...] influências guarani posteriores sobre a cerâmica anteriormente simples, provavelmente iniciadas por volta de 800 d.C., resultaram no Estilo Itararé, abrangendo complexos como Itararé e Açungui, que perduraram até os tempos históricos (Brochado, 1984, p. 204 – 205. Trad. nossa).⁵⁸

Outra modelagem da difusão da cerâmica Pedra do Caboclo concebida por Brochado (1984):

A rota de difusão mais ocidental, descendo pelo Paraná, talvez não tenha sido simplesmente uma ramificação da rota mais oriental através dos planaltos, mas pode ter se estendido desde a foz do Amazonas, subindo pelos rios Tocantins e/ou Araguaia e, a partir daí, descendo pelo Paraná até o Alto Uruguai (Brochado, 1984, p. 205. Trad. nossa).⁵⁹

Para composição desse outro modelo de difusão da cerâmica Pedra do Caboclo, o autor elencou características morfológicas e decorativas das cerâmicas no tempo e no espaço, concluindo que as cerâmicas que hoje são agrupadas na Tradição de Itararé-Taquara, assim como a Jataí, “[...] poderia ter derivado por intermédio do Estilo Una, a partir de um ancestral comum localizado mais ao norte, talvez na região do Médio Tocantins” (Brochado, 1984, p. 206. Trad. nossa).⁶⁰

O que o arqueólogo demonstrou, através da difusão da cerâmica da Tradição Pedra do Caboclo, é que ela foi difundida por um movimento de longa distância no espaço e no tempo e “[...] eventualmente passou a ocupar uma enorme área no leste da América do Sul, ao longo da

⁵⁷ “[...] that pottery was adopted not Only by the preceramic groups of the uplands, but also by at least some of the preceramic groups that were still building the coastal sambaquís, such as at Forte Marechal Luz (Araquari pottery). Pottery was also adopted by other coastal groups who were not actually sambaquí-builders, including such complexes as Jabaquara, Base Aérea, and Tapera. In many other instances, the presence of Pedra do Caboclo Tradition sherds in the upper levels or on the the surface of sambaquís or other otherwise preceramic coastal sites represents later reoccupations rather than adaption (Brochado, 1984, p. 204).

⁵⁸ “[...] later Guarani influences upon the formerly plain pottery, probably starting ca. A.D 800, resulted in the Itararé Style, comprising such complexes as Itararé and Açungui, which survived to historic times (Figure 4: IT, AÇ)” (Brochado, 1984, p. 204 – 205).

⁵⁹ Original: “The more westerly route of diffusion down the Paraná might not be simply a branching of the more easterly route through the uplands, but could have extended all the way from the mouth of the Amazon, up the Tocantins and/or the Araguaia, and thence down the Paraná to the Upper Uruguay” (Brochado, 1984, p. 205).

⁶⁰ Original: “[...] could have been derived through the intermediation of the Una Style, as from a common ancestor to be fartther north, perhaps in the Middle Tocantins” (Brochado, 1984, p. 206).

qual as condições ambientais apresentam grandes variações.” (Brochado, 1984, p.207).⁶¹ A cerâmica agrupada na Tradição Itararé-Taquara, corresponde ao conjunto meridional que foi portada por povos Jê que habitaram o Sul do Brasil, e cuja cerâmicas são o principal marcador dos sítios arqueológicos que outrora foram habitados por eles.

Nesse sentido, Brochado (1984) apontou a evidente correlação entre a distribuição da cerâmica meridional da Tradição Pedra do Caboclo, ou seja, Itararé-Taquara e a distribuição da Floresta de Araucárias, associação que para o autor indicam: “1. A importância do pinhão na dieta desses grupos; e 2. A difusão relativamente tardia da cerâmica para fora da área de concentração desse recurso.”⁶²

Todo o complexo cerâmico da Tradição Pedra do Caboclo, segundo Brochado (1984), foi disseminada por intermédio do contato, grupo a grupo sobre o tempo e espaço. A explicação sobre as variações morfológicas e funcionais consiste exatamente da adaptação empreendida pelos novos ceramistas, como escreve o autor: “Sempre que a cerâmica de qualquer uma dessas tradições era adotada por grupos com culturas diferentes, ela era adaptada às suas próprias necessidades culinárias, o que explica sua variação ao longo do tempo e do espaço” (Brochado, 1984, p. 373. Trad. nossa).⁶³

Os dados de sítios arqueológicos Itararé-Taquara do Estado de São Paulo analisados por Araújo (2007), são aderentes a proposição de Brochado (1984), sugerindo que “alguns indícios levam a crer que as datações mais antigas para a Tradição Itararé-Taquara não ocorrem no extremo sul do país” (Araújo, 2007, p. 18). Além do fato de que a cerâmica encontrada no Sul seja extremamente bem elaborada, demonstrando domínio técnico da manufatura, o autor também elenca o argumento de que seus fabricantes possivelmente pertençam a grupos do tronco Jê, os quais:

As evidências lingüísticas apontam para uma origem dessas populações no Planalto Central (URBAN, 1992). Brochado (1984) afirma que a cerâmica Itararé Taquara, que o autor inclui na Chamada Tradição Pedra do Caboclo, teria se originado na boca do Amazonas e se expandido em direção à costado

⁶¹ Original: “[...] eventually came to occupy na enormous area in Eastern South America, throughout which environmental conditions show great variations” (Brochado, 1984, p. 207)

⁶² Original: “[...] 1. The importance of pine nuts (*pinhão*) in the diet of these groups, and; 2. The relatively late spread of pottery outside the area of concentration of that resource” (Brochado, 1984, p. 209).

⁶³ Original: “Whenever the pottery of either of these traditions was adopted by groups with diferente cultures, it was adapted to their own culinary needs, which accouts for its variation through time and space” (Brochado, 1984, p. 373).

Nordeste, entre 1000 e 700 a.C., difundindo-se progressivamente e se espalhando para o sul acompanhando os falantes do Kaingang (Araújo, 2007, p. 19).

Para o autor, o cenário menos provável é que a migração desses ceramistas para o sul “[...] tenha tomado a forma de um grande semicírculo, passando pelo Paraguai e norte da Argentina, fato que não é corroborado até o momento pelo registro arqueológico” (Araújo, 2007, p. 19). O arqueólogo acreditava que, derivada da cerâmica Una, “[...] a origem da Tradição Itararé-Taquara parece ter se dado em algum lugar a norte do Estado de São Paulo. Teríamos, portanto, de imaginar esses grupos passando pelos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina antes de chegarem ao nordeste do Rio Grande do Sul” (Araújo, 2007, p. 19).

No entanto, a dificuldade em demonstrar a relação entre os conjuntos da Tradição cerâmica Una e Itararé-Taquara foi atribuída por Araújo (2007) à menor intensidade de pesquisas em São Paulo e, conseqüentemente, à menor quantidade de datações de sítios Itararé-Taquara em comparação aos estados do sul.

O autor ressalta que, mesmo sendo poucas as informações arqueológicas, “[...] o maior número de ocorrências da Tradição Itararé-Taquara no Estado de São Paulo parece se dar no Alto Paranapanema” (Araújo, 2007, p. 20). Fato relevante destacado pelo arqueólogo é que na bacia do Alto Taquari, afluente do rio Paranapanema, foram detectados 39 sítios relacionados a Tradição Itararé Taquara. A análise da implantação dos sítios na paisagem se deu com base em critérios topomorfológicos, que evidenciaram “[...] que a localização preferencial dos sítios em locais altos é notória” (Araújo, 2007, p. 21). Com base em informações etnográficas, o autor reforçou a preferência dos Kaingang por lugares altos, porém, enfatizou que, “[...] obviamente, existam sítios localizados em fundos de vale” (Araújo, 2007, p. 21).

Araújo (2007) afirmou que os dados arqueológicos reforçam a correlação entre a atributos dos sítios da Tradição Itararé-Taquara e os Kaingang, mas alertou que “[...] quando se diz Kaingang aqui está-se querendo dizer um grupo que é genericamente considerado como pertencente ao tronco lingüístico Macro-Jê” (Araújo, 2007, p. 22). A consideração do autor se aproxima da estabelecida por Brochado (1984, p. 109), no entanto, ele aponta que outros pesquisadores preferem designar essa agregação de grupos como “Jês do e/ou no Sul”, questão que será abordada adiante. Porém, como indicou o autor, da perspectiva arqueológica “[...] a distinção entre proto-Kaingang e proto-Xokleng possa ser feita no futuro, o atual estado de conhecimentos parece não permiti-lo” (Araújo, 2007, p. 23).

Acerca do período pré-colonial, os dados arqueológicos, por muito tempo, tiveram análises concentradas basicamente na característica da cerâmica, que, conforme Silva (2000), foram classificados em tradições, enquanto estilos tecnológicos, não permitindo, portanto, distinções entre os Jê no Sul, visto que “[...] a cerâmica não é um indicador seguro para apontar diferenças entre os Kaingang e os Xokleng” (Noelli, 2000, p. 35).

O avanço da pesquisa nas duas últimas décadas, levou os arqueólogos a considerarem até a identificação de evidências do dualismo característico da organização social Jê no registro arqueológico, que poderiam ser encontradas na decoração da cerâmica ou na arquitetura mortuária: “No último caso, demonstra-se que, no padrão dual, dimensões e alinhamentos, os complexos de aterros anelares e montículos são análogos às distinções entre as metades (Noelli & Souza, 2017, p. 61). Mesmo assim, os autores consideram que,

[...] com poucos dados estatísticos e sem comparações bioantropológicas, é difícil distinguir diferenças nos registros arqueológicos e relacioná-los aos grupos Jê historicamente conhecidos. A semelhança entre conjuntos artefatuais, tipos de assentamento e entre outras evidências não permite agora o estabelecimento de uma distinção clara entre os registros arqueológicos de ascendentes Jê meridionais (Noelli & Souza, 2017, p. 61).

Pode parecer contraditório que se chegue ao refinamento de identificar elementos que expressem a dualidade dos grupos Jê no material arqueológico, sem que seja possível especificar a qual grupo pertenciam, e/ou relacioná-los aos grupos Jê conhecidos. Porém, a dualidade entre os Jê é uma característica comum as etnias falantes da língua, e, possivelmente, pode ser identificada no material arqueológico de qualquer uma dessas etnias.

No recorte espacial proposto para essa pesquisa, apresentado no item anterior, o contexto histórico é conhecido pela grande resistência que os Kaingang impuseram ao processo de conquista nos séculos XVIII e XIX, no que proponho ser um território Kaingang no período colonial e imediato a conquista, os *Koran-bang-rê* (Grandes Campos Abertos) – que foi renomeado pelos colonizadores de Campos de Guarapuava.

Nesse espaço, os sítios arqueológicos relacionados a tradição Itararé-Taquara, estão representados majoritariamente com base no material cerâmico, mas também correspondem a:

[...] sítios /aldeias e, neles, as marcas das antigas habitações; os sítios com construções/monumentos como as casas semissubterrâneas, os *mouds*/enterramentos; as praças cerimoniais; as pinturas e gravuras

estampadas em paredes rochosas; e, nas corredeiras de rios e riachos, os pari – armadilhas de pesca (Mota, 2022b, p. 305).

No terceiro capítulo, apresento a pesquisa arqueológica e a diversidade de sítios Itararé-Taquara presentes no polígono que defino como os *Koran-bang-rê*. A discussão deste tópico apresenta a possibilidade de se relacionar a cerâmica da Tradição Itararé-Taquara aos grupos Jê que chegaram ao sul do Brasil sob a perspectiva arqueológica. Para associarmos os dados arqueológicos especificamente aos Kaingang dos *Koran-bang-rê*, é preciso ampliar o debate com a combinação de aspectos da Linguística, Etnologia e História, o que será apresentado no próximo tópico.

1.3. OS JÊ NO SUL E A MACROUNIDADE ÉTNICA KAINGANG

Von Ihering (1904) discutiu a diferença entre os “Guayanãs” de língua Jê, que faziam “covas” no chão, em contraste com grupos falantes do Tupi-guarani. Dentre outras características, em sua percepção a construção de moradias em covas aproximava os “Guayanás” dos Kaingang do Brasil Meridional. Em seu estudo, Ihering notou que também havia diferenças significativas entre os nomeados “Guayanãs”:

Admittindo com von Martius que os Caingang e Guayanãs representem um grupo dos povos Gês, verificamos que existe notavel diferença entre os Guayanãs e Ingaimis do alto Paraná e os Guayanãs de São Paulo. Que são intimamente ligados aos Caingangs. Resulta, pois deste nosso estudo que os Guayanãs de Piratininga e os que no oeste do Estado foram examinados no seculo passado por Varnhagen e St. Hilaire pertencem ao mesmo povo de Caingangs, e que os Guayanãs do alto Paraná são representantes de um outro ramo dos Gês que no seu idioma e nos seus caracteres ethnographicos diferem algum tanto dos Guayanãs de S. Paulo (Ihering, 1904, p. 36).

O texto de Ihering (1904) traz diversas informações que poderiam ser utilizadas no desenvolvimento desta tese, porém, para o objetivo deste tópico, focarei em sua conclusão, sobre os Jê:

As tribus da familia Gês, caracterizadas pelo craneo dolichocephalo, ou mesocephalo, pertencem todas á familia dos Guayanãs, cujo dominio no seculo XVI se extendia desde o Rio Grande do Sul e o Norte da Argentina atravez de São Paulo e Rio de Janeiro até o sertão da Bahía. Os seus

descendentes actuaes dividem-se em dous grupos, um oriental e outro occidental.

O primeiro é formado pelos Caingangs (1) que actualmente vivem desde as Missões Argentinas e o planalto do Rio Grande do Sul até os Estados de Paraná e S. Paulo. O seu nome antigo de Guayanãs conservou-se apenas no Oeste do Estado de S. Paulo, nos municípios de Itapeva, Faxina etc., sendo substituído no mais pelo de Coroados ou Bugres ou mesmo pelo de algumas tribus como de Cames no litoral de S. Paulo e de Xocrens no de Santa Catarina.

O grupo occidental é formado pelos Ingaim e pelos Guayanãs do alto Paraná na zona compreendida entre os rios Uruguay e Paraná. As línguas destas tribus apresentam pouca diferença entre si sendo entretanto bastante diferentes do idioma dos Caingangs.

Todavia existe um parentesco geral destas linguas que nos obriga a considerar as tribus dos dous grupos como membros duma mesma subfamília que é a dos Gês meridionais (Ihering, 1904, p. 44).

Dessa forma, parece-nos que Ihering foi o primeiro a utilizar um termo que reuniu os diversos grupos de língua Jê, que habitavam o sul do Brasil: os Jê meridionais. Com o avanço das pesquisas em linguística e da arqueologia, essa discussão foi ampliada.

A glotocronologia, método da linguística que permite “[...] estimar a profundidade cronológica” (Urban, 1992, p. 88), somados a outros métodos da linguística, possibilitaram a proposição de hipóteses sobre a origem e a distribuição espacial das línguas. É a partir da análise linguística que se supõe a origem e a trajetória de seus falantes:

O grupo central dos Jê, cuja radiação supomos ter-se iniciado há uns 3 mil anos, está localizado entre populações com relações mais afastadas a leste e a oeste. Da distribuição depreende-se que esse grupo de Jê propriamente dito teria se originado em algum lugar entre as nascentes dos rios São Francisco e Araguaia (Urban, 1992, p. 90).

O autor ainda destaca que, primeiramente, a “[...] separação teria ocorrido entre os Jê meridionais (Kaingang e Xokleng) e o resto. Estes teriam iniciado sua migração em direção ao sul nesse momento, há uns 3 mil anos, mas não se tem ideia de quando teriam chegado à região” (Urban, 1992, p. 90).

Mota (2000a), seguindo a hipótese da linguística e da arqueologia, afirma que os povos de língua Jê que migraram do Brasil Central para o sul, replicaram o padrão de ocupação que mantinham em sua região de origem:

[...] eles vieram seguindo um padrão de ocupação semelhante ao que tinham na sua região de origem, isto é, primeiro ocuparam as áreas de cerrados, faxinais e campos das terras mais altas, e depois se espalharam para as áreas de florestas e vales dos médios e grandes rios. E ao chegarem ao Sul e sudoeste, cruzando os rios Goio-Kovó (Iguaçu) e Goio-em (Uruguai) e chegando até o noroeste do Rio Grande do Sul e nordeste da Argentina, quase nas margens do Goio-bang (rio Paraná) (Mota, 2000a, p. 189).

Amparada na mesma hipótese, Parellada (2016) apontou que os povos de língua Jê “[...] teriam iniciado a migração de regiões centrais da América do Sul em direção ao sul, há mais de três mil anos, buscando paisagens tradicionais” (Parellada, 2016, p. 158). Conforme já apontamos as datações obtidas no Paraná, esses dados corroboram com a referida hipótese.

Em relação às análises da Etnologia e na Linguística, os povos falantes de línguas oriundas das famílias Macro-Jê, foram subdivididos “[...] por regiões, tomando por critério as similaridades linguísticas” (Góes, 2018, p. 58). Para Góes, o primeiro a estabelecer essa classificação mais ampla foi Nimuendajú (1946):

Conforme a classificação do autor, os Timbira, os Kayapó e os Suyá constituem os “Jê do Noroeste”, Xavante, Xerente e Xacriabá os Jê Centrais” e, embora não citados nesse momento, os Kaingang e os Xokleng constituem os “Jê do Sul”. O autor propõe a unidade “Jê do Leste”, sem apontar quais grupos inclui sob esta denominação, possivelmente, como os Jaicó supracitados, são grupos atualmente extintos (Góes, 2018, p. 59).

Em sua tese, Góes (2018) demonstrou que outras tentativas de classificação da distribuição dos Jê, realizadas por Souza (2002), Lea (2012), e D’Angelis (2008), se aproximaram da proposta do etnólogo alemão, a partir de critérios linguísticos, que: “Embora corretos, não são compartilhadas pelos grupos por eles abarcados e não consideram outras similaridades ou dessemelhanças significativas para estes povos, tais como práticas corporais, ritos, formas de organização ou mesmo histórico de relações com os não-índios” (Góes, 2018, p. 60).

Nimuendajú, no contexto Timbira, constatou que eles se auto reconheciam enquanto uma grande unidade étnica ao compararem-se a outros grupos Jê, conforme explica Góes:

Dentre esses etnônimos operaria a noção de que, embora autônomos e muitas vezes hostis entre si – o que ocorre também em nível intraldeão –, os grupos compartilham traços diacríticos significativos e um complexo pedagógico cujas similaridades são ressaltadas quando em contraste aos demais povos

com os quais estabelecem alguma forma de relação. Esta característica que Nimuendajú aponta para os povos Timbira também opera nas demais macrounidades étnicas Jê (Góes, 2018, p. 60 – 61).

É justamente a partir da percepção de uma “escala sociológica”, evidenciada por Nimuendajú para os Timbira, que o autor expandiu a ideia por ele traduzida como “macrounidade étnica”. Essa reclassificação, segundo o autor, “[...] é estratégica, portanto, para compreender a dinâmica morfológica não apenas dos Timbira, mas também de outros povos Jê” (Góes, 2018, p. 61).

O antropólogo optou por adotar as “macrounidades étnicas” baseando-se na: “[...] (língua, autorreconhecimento e demografia) como critérios de classificação dos povos de línguas Jê em detrimento às classificações dos Jê a partir das meta-unidades linguísticas “Norte”, Central” e “Meridional” (Góes, 2018, p. 61).

Ainda majoritariamente classificados como integrantes do conjunto Jê no Sul, ou Jê Meridional, atualmente existem os Kaingang e os Xokleng Laklãnõ. Na concepção de Góes (2018), que propôs “[...] distribuir a diversidade de povos Jê a partir de três níveis sociológicos (macrounidade étnica, etnia e grupos” (Góes, 2018, p. 61), os Kaingang são identificados enquanto uma “macrounidade étnica”, ao passo que, por sua vez, os Xokleng Laklãnõ se constituem enquanto uma etnia, ainda que ambas se constituam a partir de um ancestral comum.

Para o autor, atualmente a macrounidade étnica Kaingang consiste em:

[...] uma população de aproximadamente quarenta e quatro mil trezentos e setenta e quatro (44.374) pessoas que está distribuída em quarenta e quatro (44) Terras Indígenas (considerando todas as fases da demarcação) e outras onze (11) sem providências. A soma de todas as Terras Indígenas Kaingang demarcadas equivale a uma área de duzentos e doze mil (212.000) hectares, muitas dessas são compartilhadas com grupos Guarani (majoritariamente Mbya e Ñandeva). Conforme meus dados, são cento e dezenove (119) aldeias atualmente, resultando em uma média de trezentos e setenta e dois (372) habitantes por aldeia, valor próximo ao encontrado entre os Mebêngôkre (Góes, 2018, p. 78).

Desta forma, assim como os Xavante, “[...] os Kaingang operam contemporaneamente nas escalas dos grupos locais e macrounidade étnica, sem a intermediação daquilo que identificamos como uma escala étnica” (Góes, 2018, p. 88).

Dentre as línguas Jê, o Kaingang é a mais falada, possuindo cerca de 30.000 falantes como esclareceu Andrey Nikulin (2020). A “[...] família linguística que inclui línguas como o

Xavante, o Xerente, os vários ramos Kayapó, e as várias línguas Timbira (dos Apinayé aos Krahó) e, finalmente, o Xokleng” (Veiga e D’Angelis, 2000, p. 307).

Conforme Góes (2018), D’Angelis (2008), propôs: “três (3) grupos dialetais Kaingang (São Paulo, Paraná e Sul)” (Góes, 2018, p. 78). No entanto, como ressalta o autor, apesar da diversidade de dialetos da macrounidade são mutualmente inteligíveis e, embora bem estabelecido, “[...] a existência de um dialeto “Paraná” para os Kaingang, no entanto, não há uma designação ou categoria Kaingang que constitua essa instância sociológica” (Góes, 2018, p. 88).

Mais próxima da língua Kaingang, também dentre o grupo Jê meridional, encontra-se a Xokleng Laklãnõ. Porém, para o período pré-colonial, Jolkesky (2010) aponta que a fissão das línguas oriundas do Proto-Jê Meridional teria se dada por volta de 1390 d. C: “[...] a imensa semelhança entre os léxicos Ka e Xo, maior que aquela existente entre o Português e o Espanhol, seguramente aponta para uma cisão ocorrida a menos de 1000 anos a partir do presente” (Jolkesky, 2010, p. 270).

Na documentação e na bibliografia, esses grupos Kaingang muitas vezes são nomeados de maneira genérica, como fez Montoya (Montoya [1628] In: MCA I, 1951) ao descrever os Gualachos, que habitavam a região entre o rio Piquiri e Iguaçu. Em outros casos, há sínteses que se referem a especificações do etnônimo de grupos vinculados a espaços geograficamente definidos, ou até como metades como fez Alfred Métraux (1946):

Os Caingang que viviam entre o rio das Cinzas e o rio Tibagi chamavam a si mesmos Nyacfateitei; eles eram separados pelo rio Tibagi de indígenas estreitamente relacionados, que eram seus inimigos declarados.

Os nomes Votóro, Kamé e Cayurukré, atribuídos a grupos Caingang de Guarapuava e Palmas, são simplesmente denominações de metades ou subdivisões de classe e não, como se acreditou por muito tempo, de bandos independentes ou subtribos. Os Dorin, que viviam no rio de mesmo nome, e os Taven (ver acima), cujo território era delimitado pelos rios Paraná, Piquiri e Itatú, eram verdadeiros subgrupos Caingang distintos da subtribo da região de Guarapuava. (Métraux, 1946, p. 447-447. Trad. nossa).⁶⁴

⁶⁴ Original: “The Caingang who lived between the Rio das Cinzas and the Tibagý River called themselves Nyacfateitei; they were separated by the Tibagý River from closely related Indians, who were their bitter enemies. The names Votóro, Kamé, and Cayurukré, given to Caingang groups of Guarapuava and Palmas, are simply appellations of moiety or class subdivisions and not, as it has been long believed, of independent bands or subtribes. The Dorin, who lived on the river of the same name, and the Taven (see above), whose habitat was bounded by the Paraná, the Piquirý, and the Itatú Rivers, were true Caingang subgroups different from the subtribe of the Guarapuava region”. (Métraux, 1946, p. 447-447).

O autor deixa claro que, ao se referir aos grupos de Guarapuava, estava amparado nos apontamentos realizados pelo Pe. Chagas. Por outro lado, como apontou Fernandes (2003; 2004), os grupos descritos pelo Pe. Chagas “[...] estavam divididos em grupos com domínio político-territorial autônomo; mantinham estreitas relações de aliança e conflito; reconheciam a regra geral da aliança mediante casamentos; eram capazes de formar blocos de atuação política” (Fernandes, 2004, p. 101).

O autor ainda indicou que ao longo do século XIX, os grupos Kaingang, seriam descritos como dotados de identidade político-territorial, com nomeações associadas a suas chefias e referência espacial, deste modo, muitas vezes, as nomeações diferentes destes grupos correspondem a denominações que foram também generalizadas sob a alcunha de “Coroados” e, posteriormente, de “Kaingang”.

Para Góes (2018), “Dorin”, “Taven” e “Nyacfateitei” seriam subgrupos autônomos com características linguísticas e institucionais comuns, mas com limites territoriais bem definidos e relações hostis entre si, que conforme o autor estariam classificadas na escala sociológica “que denominaríamos “étnicas” (Góes, 2018, p. 90). Já “Votoro”, “Kame” e “Cayurukre” foram interpretadas pelo autor como “metades exogâmicas e classes de prestígio presentes nos grupos que compartilham a forma Kaingang” (Góes, 2018, p.89 -90). De forma abrangente, o autor discutiu a identificação dos vários grupos étnicos que integrariam a macrounidade étnica Kaingang, destacando que:

Toda forma sociocultural é um processo histórico. Neste caso, o sistema etnonímico Kaingang, a identificação étnica dos grupos territoriais, parece ter colapsado em favor de um padrão histórico-geográfico. O impacto da desterritorialização sofrido pelas etnias Kaingang ao longo do XIX e XX e a consequente junção de grupos até então etnicamente distintos, reconfigurou o sistema. Embora sociologicamente sigam padrões semelhantes, entre o grupo local e a macrounidade étnica Kaingang deixou de operar o mediador etnonímico (Góes, 2018, p. 92).

As considerações do autor, sobre as denominações “Votoro”, “Kamé” e “Cayurukre” compõem metades exogâmicas, não invalida a posição de Fernandes (2003; 2004), sobre a autonomia político-territorial destes grupos, descritos pelo Pe. Chagas. Destarte, nos apropriamos da discussão de Góes (2018) para construirmos o argumento de que, historicamente, foram registrados vários grupos e etnias falantes de língua Jê, os quais, com exceção dos Xokleng Laklãnõ, na região do atual Paraná, os Jê históricos foram diluídos, seja

pela violência e extermínio causado pela situação colonial, ou pela incorporação na macrounidade étnica Kaingang.

Góes (2018) afirma que o mediador etnonímico deixou de operar. Entretanto, propomos que ele foi transformado pelo processo histórico, de acordo com os processos de territorializações pelos quais os grupos locais passaram. Atualmente, se apresentam como “Kaingang de Marrecas”, “Kaingang do Rio das Cobras” e etc. Mesmo que a ideia de macrounidade seja manifestada quando se reúnem por questões comuns, como reivindicações frente ao Estado, em outras situações, os grupos locais agora definidos pela delimitação das Terras Indígenas, também operam para definir seus espaços, como a reivindicação das casas de passagens em diversos municípios do Estado. Ou seja os grupos reivindicam um espaço, que deve ser “reservado” apenas para habitantes de determinada Terra Indígena.

Mota (2004), realizou um grande levantamento sobre a denominação Kaingang na Antropologia, História e Linguística. Para ele, em meados do século XIX os próprios indígenas reivindicaram o etnônimo Kaingang com o objetivo de não serem diluídos entre os brasileiros que lhes apelidaram de “Coroados”. Fernandes (2003) também é partidário deste entendimento, e diz que “[...] não podemos falar em Kaingang, mas sim em diferentes grupos, hordas, *nachõens*, *tribuss* ou facções- o etnônimo Kaingang é, efetivamente, uma construção” (Fernandes, 2003, p. 09).

Sobre os que habitavam a região de Guarapuava, cabe apresentar a problematização elaborada por Fernandes (2003), para o qual:

Desde os primeiros registros do Padre Chagas Lima, no contexto da *cathechese e civilização dos gentios de Guarapuava*, há referências aos *Votorons*. Chagas Lima chega a afirmar que o acampamento de Atalaya “*continha duas naçoens, hua de Camés, outra de Votorons*” (Chagas Lima 1821:237). Este missionário empregava o termo *Naçoens* ao lado de termos como *hordas*, *corporaçõ* e *tribu*, sempre em referência aos pequenos grupos que se associavam ou entravam em conflito com os conquistadores daqueles *Sertões* ao norte do rio Iguaçu. Os *Votorons* neste contexto não foram concebidos como uma subdivisão das metades kaingang, mas como um grupo.

A interpretação de Chagas Lima está em parte equivocada e em parte correta. Ela é correta pois é coerente com a autodenominação dos Kaingang da T.I. Votouro; ela é equivocada pois não relaciona os *Votorons* com o sistema de metades kaingang (Fernandes, 2003, p. 79. Destaques do autor).

A luz da interpretação do antropólogo, considero que os “Votorões” citados pelo Pe. Chagas Lima, assim como as demais “hordas”, constituem-se em grupos de territórios

definidos, mas que mantinham relações de proximidade com os que ali habitavam, pois como explicou Fernandes (2003), o próprio Pe. Chagas Lima observou que, em alguns momentos, esses grupos dividiam-se, ora estavam unidos:

Embora Chagas Lima tenha se ocupado em identificar e descrever unidades sociais distintas, com designações distintas (*Camés, Votorões, Xocrens, Dorins e Jacfé e Cayeres*), as informações sobre o ataque à Atalaya permitem concluir que, uma vez que a regra geral da aliança política via inter-casamentos foi subvertida por um grupo externo – os ‘*brancos*’, os Kaingang superaram os limites de suas divisões internas, conferindo unidade ao seu sistema segmentado. O cenário descrito por Chagas Lima nos remete incontestavelmente à formulação africanista dos sistemas de linhagens segmentárias: competição e aliança são ao mesmo tempo as marcas desta narrativa histórica (Fernandes, 2003, p. 104).

Com base nas descrições realizadas pelo Pe. Chagas Lima, Fernandes (2003), destaca algumas características sobre os grupos de Guarapuava:

[...] (1) estavam divididos em diversos grupos com domínio político-territorial; (2) mantinham estreitas relações de aliança e conflito; (3) reconheciam a regra geral da aliança via inter-casamentos; (4) eram capazes de formar blocos de atuação política; (5) os grupos eram, em grande parte, constituídos por membros de uma *família* numerosa; (6) incorporaram o contato com os ‘*brancos*’ aos seus mecanismos de divisão interna. (Fernandes, 2003, p. 106).

As considerações expostas pelo autor desmantelam a ideia de rigidez no modelo político de relações, onde a hostilidade ou a aliança não são flexíveis, sendo readequadas conforme se desenvolvem os processos históricos, sejam eles efêmeros ou duradouros. Para Fernandes (2003), o cenário político desses grupos no século XIX, fez com que alguns estudos atribuíssem os conflitos entre grupos “[...] ora ao caráter *selvagem* e *inconstante* dos Kaingang, ora ao contato com ‘*brancos*’” (Fernandes, 2003, p. 107 – 108). Sobre a segmentaridade Kaingang, o etnólogo traz considerações a partir da análise de fontes, dentre elas, as produzidas pelo Pe. Chagas Lima:

[...] percebemos que a segmentaridade kaingang se projeta em diferentes níveis. Por um lado, a segmentaridade é característica da relação de conflito e alianças entre os diferentes grupos, o que confere certa instabilidade às unidades político-territoriais. Por outro, a própria relação entre diferentes unidades político-territoriais é marcadamente segmentária, como atestam os

registros sobre os intensos conflitos e alianças entre as grandes *lideranças* políticas kaingang do século XIX (Fernandes, 2003, p. 107).

Se considerarmos o exposto por Fernandes (2003), pode-se inserir que a forma cultural desses grupos pode ter reconfigurado após o processo de conquista, assim como propõe Góes (2018). Embora a mudança fique evidenciada, “[...] não impedem que os Kaingang se reconheçam em alguma medida, como uma unidade. Sob certos aspectos, esta unidade é construída por contraste, por oposição aos “*brancos*”” (Fernandes, 2003, p. 4).

Dada a heterogeneidade de grupos Jê até meados do século XIX, somada a impossibilidade de distinções étnicas para o período pré-colonial, e sendo o território dos *Koran-bang-rê*, historicamente ocupado pelos Kaingang, e dada as informações levantadas no decorrer da pesquisa sobre a existências de conflitos e alianças entre os grupos Kaingang, parece-nos interessante adotarmos a categoria de macrounidade étnica proposta por Góes (2018).

Destarte, assumimos a perspectiva da macrounidade étnica Kaingang, pois partilho do entendimento de que os Kaingang são compostos de vários grupos que outrora disputavam territórios entre si, e/ou se articulavam em torno de suas semelhanças e afinidades, além de manterem relações com outros grupos étnicos. Justificamos a opção para tentar neutralizar a impossibilidade de se relacionar os sítios arqueológicos da Tradição Itararé-Taquara diretamente aos Kaingang que, historicamente, habitam os *Koran-bang-rê*, o que implicaria em uma história de rupturas. Portanto nesta tese, buscarei por aspectos que persistiram, ou seja, as permanências da História Kaingang, que se apresentam no processo de longa duração.

Desta forma, consideramos que os Kaingang dos *Koran-bang-rê* são a continuidade dos Jê arqueológicos desse mesmo território. Cabe ressaltar que a ideia de macrounidade étnica não neutraliza disputas territoriais e de poder, mas faz pensar sobre as questões de uma convivência adensada em fronteiras no período pré-colonial que teriam aproximado os diversos grupos Jê nos *Koran-bang-rê*.

1.4. OS KAINGANG DOS *KORAN-BANG-RÊ*: RELAÇÕES INTRÍSECAS ESTRE ESPAÇO E SOCIEDADE

Apresentados os *Koran-bang-rê* e os Jê/Kaingang, discorreremos sobre a relação intrínseca entre eles. Para isso, retoma-se Williams (2011):

Uma parte considerável do que chamamos “paisagem natural” possui a mesma história. Trata-se de um produto do planejamento e do trabalho humano e, ao ser admirado como natural, importa muito se suprimimos dele o trabalho ou se o reconhecemos. Algumas formas dessa ideia popular moderna da natureza parecem depender de uma supressão da história do trabalho humano, e o fato de estarem sempre em conflito com o que é visto como exploração e destruição da natureza pode, ao cabo, ser menos importante do que o fato não menos certo de elas com frequência confundirem-nos sobre o que são e o que deveriam ser a natureza e o natural (Williams, 2011, p. 104).

Portanto, o que os conquistadores e colonizadores tomaram por “natureza”, e nela incluíram os povos indígenas, se tratava de um espaço transformado pelos indígenas. Nesse sentido, a ideia de paisagem parece adequada para abordarmos o tema, uma vez que:

[...] a paisagem pode ser considerada como uma estrutura espacial que resulta da interação entre processos naturais e as atividades humanas. São dinâmicas e mudam conforme os sistemas socioeconômicos e biofísicos, evoluindo em várias escalas espaciais. Como são intrinsecamente culturais, refletem a história social e econômica de uma região, incluindo a atividade econômica e a sua organização espacial, padrões de ocupação, a demografia, a mobilidade e os fluxos migratórios. Ao mesmo tempo são portadoras de uma forte historicidade. (Stüker Kropf, *et al*, 2020, p. 2 - 3).

O que Stüker Kropf *et al*, (2020) apontam é a necessidade de não dissociarmos as atividades humanas do ambiente/natureza, de modo que uma análise da paisagem deve considerar o vínculo intrínseco entre humano e natureza.

Pesquisas arqueológicas sugerem que boa parte das paisagens e ecossistemas, como os campos entremeados com matas com araucárias, é resultado da construção e manejo de populações indígenas no período pré-colonial, como discutiu Parellada (2005).

No mesmo sentido, Silvia Copé (2012) discutiu que as pesquisas realizadas por ecólogos têm demonstrado que as matas de araucárias e os campos do sul, ocupadas por grupos humanos, foram afetados pelo fogo. As análises associam esse componente dinâmico ao próprio homem, que, somado o aumento generalizado de umidade, causado por aumento das precipitações, contribuíram para a expansão da floresta de araucária sobre os campos. Segundo a autora: “[...]”

essa expansão das araucárias e taxas acompanhantes parece ter início no planalto paranaense em 1500 BP” (Copé, 2012, p. 96).

O surgimento tardio da mata de araucária e sua expansão atribuída à ação de queimadas e manejo pelos grupos humanos ali residentes no passado permitem a hipótese de tratar-se de um ambiente domesticado pelo homem. Situação encontrada em outras partes do mundo já estudadas (Copé, 2012, p. 96 – 97).

É de amplo conhecimento etnográfico que o pinhão constitui parte importante da alimentação Kaingang. Além disso, ele atrai uma quantidade significativa de animais, que buscando alimento, também se tornam recursos proteicos para os Kaingang. O manejo da floresta de araucária que propiciou sua expansão certamente contribuiu para o aumento dos recursos alimentares dessas populações, segundo Copé (2012), permitiu “[...] uma grande concentração de pessoas constituindo grandes aldeias de caráter permanente” (Copé, 2012, p. 97).

O que as pesquisas têm identificado desfaz a concepção de “nomadismo” frequentemente encontrada na documentação, utilizada acriticamente para descrever os Kaingang. Conforme apontam Noelli & Souza (2017), os resultados das pesquisas arqueológicas apresentam novas perspectivas que “[...] superam a concepção predominantemente sobre a demografia e a distribuição geográfica dos Kaingang e dos Xokleng – de que esses formariam pequenos grupos nômades e isolados em ambientes pouco produtivos” (Noelli & Souza, 2017, p. 58).

Contribuinte dessa nova perspectiva, Corteletti (2012), a partir da análise de grãos de amidos e de fitólitos (coletados no registro arqueológico em Urubici-SC, na região do alto rio Canoas), desafiou os pressupostos da fragilidade econômica dos Jê, quem supostamente dependeriam de movimentos longos de sazonalidade para se manterem.

Em síntese, estes dados nos permitem dizer que, mais de um século antes da conquista, as populações Jê que habitavam o sul do Brasil tinham uma economia na qual a produção de alimentos tinha um peso mais importante do que se supunha e, como consequência, onde a mobilidade tinha um peso menor do que se imaginava (Corteletti, 2012, p. 221).

O arqueólogo indica que o pinhão não foi o único responsável pela transformação ocorrida no período pré-colonial. Suas escavações em Urubici-SC, revelam uma ampla variedade de alimentos oriundos de prática agrícola:

A sensação é de que escavamos uma verdadeira cozinha. Nessa cozinha encontramos vestígios microbotânicos de plantas domesticadas como milho (*Zea mays*), a abóbora (*Cucurbita sp.*) e a mandioca (*Manihot sp.*), além de plantas que podem ou não ter sido cultivadas, como feijão (*Phaseolus sp.*), e o inhame (*Dioscorea sp.*). Mais do que isso, estes achados criam um cenário com uma ampla base de subsistência alimentar e devem apagar qualquer dúvida sobre cultivos, processamento e consumo de diversas plantas em contextos domésticos pelas populações Jê Meridionais mais de 1 século antes da conquista. (Corteletti, 2012, p. 119).

Portanto, esses grupos já usufruíam da vida sedentarizada, ou semisedentarizada: “[...] fato que ocorre quando a disponibilidade de recursos alimentares é estável, previsível e acessível, como é o caso dos grupos Jê das terras altas do sul do Brasil.” (Corteletti, 2012, p. 119).

Teoricamente, a sedentarização e a semisedentarização implicam uma “[...] relação estreita entre investimento construtivo, a forma das casas e o padrão de mobilidades de grupos humanos” (Corteletti, 2012, p. 151). Amparado em Binford (1990), o arqueólogo infere que “[...] quanto mais energia e/ou tempo gastos na construção menos o grupo se movimentaria.” (Corteletti, 2012, p.151).

Os dados históricos apontam que nas imediações dos *Koran-bang-rê* existem evidências de estruturas subterrâneas que podem ter sido utilizadas como casas ou silos de estocagem de alimentos e sepultamentos de grupos Jê.

No século XIX, Telêmaco Borba (1908, p.130) relatou que, nos municípios de Curitiba até os sertões do Tibagi, que incluíam Prudentópolis, existiam as “covas”, que seriam estruturas semisubterrâneas, associadas a ancestrais de indígenas Jê (Parellada, 2020 p.80).

Essas construções que compõem a paisagem ocorrem em todo o sul do Brasil. As casas subterrâneas ou semi-subterrâneas, são as estruturas que ocorrem com maior frequência, entretanto na paisagem transformada pelos Jê no Sul, também ocorrem outras estruturas, como

“[...] fundos de cabanas, os depósitos de terras, os aterros, os terraços em forma de plataformas, os montículos funerários e os muros lineares e circulares” (Copé, 2012, p. 97).

Como será apresentado no terceiro capítulo, nos *Koran-bang-rê* também existem sítios arqueológicos com casas subterrâneas e estruturas anelares com plataformas monticulares, como nos casos dos sítios: Faxinal da Boa Vista I, Faxinal Saudades de Santa Anita I e Aterro Foz do Cavernoso, os quais estão relacionados a Tradição Itararé-Taquara, portanto, a grupos Jê.⁶⁵ A análise sobre estes sítios será pormenorizada no quarto capítulo desta tese; por ora, apenas aponto a existência destes sítios para salientar que os *Koran-bang-rê* tiveram sua paisagem transformadas pelos Jê no Sul/ Kaingang que historicamente ocupam este espaço.

Especificamente sobre a estrutura do sítio Faxinal da Boa Vista I, Parellada (2016) atribui semelhança aos sítios de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dentre as funções deste tipo de sítio, a arqueóloga sugere que “[...] parecem ter comportado danceiros associados a rituais funerários, e poderiam conter observatórios astronômicos, quando ocorrem associados monolitos e/ou sequências de gravuras rupestres” (Parellada, 2016, p. 163).

Deste modo, considerando a ocupação desta região, pode-se inferir que os aterros anelares que marcam a paisagem dos *Koran-bang-rê*, foram construídos por membros da macrounidade étnica Kaingang. No caso dos sítios com características semelhantes em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Souza (2012), sugere que foram construídos para serem utilizados como centros cerimoniais para rituais funerários de uma população mais ampla. A discussão será retomada no quarto capítulo, mas o conhecimento prévio sobre a existência dos sítios Faxinal da Boa Vista I e Faxinal Saudades de Santa Anita I, somado ao que conhecia do histórico dos Kaingang dos *Koran-bang-rê*, foi fundamental para a germinação da ideia desta tese.

Deste modo, compreendemos que os *Rê*, abarca o espaço natural dos campos com a espacialidade/territorialidade dos Kaingang denominada de *Rê*. Um espaço que diz respeito ao espaço vivido e concebido pelos Kaingang, portanto, um espaço de análise possível para o período pré-colonial e ao momento imediato do processo de conquista. Aparentemente é esse tipo de espaço que permite o estudo das ações das condições geográficas sobre os grupos sociais, assim como as ações dos grupos sociais sobre o espaço. Marcel Roncayolo (1986), nos

⁶⁵ As imagens dos sítios arqueológicos com aterros anelares podem ser visualizadas nas seguintes figuras: Faxinal da Boa Vista I (figura 21), Faxinal Saudades de Santa Anita I (figura 22) e Aterro Anelar Foz do Cavernoso (figura 62).

lembra as palavras de Lucien Febvre, quem nos aconselha prudência para não chegarmos a generalizações abusivas.

Quem estuda a acção das condições geográficas sobre a estrutura dos grupos sociais corre o risco de se perder; ou seja, arrisca-se a atribuir-lhes uma importância primordial que não é somente decisiva, mas é única. Corre o risco de ver nessas condições “a causa” duma determinada estrutura social, da qual parece desconhecer a ubiquidade. Mas quem invertendo os termos da questão, se interroga, não acerca da acção dos grupos sociais sobre o ambiente geográfico, mas sobretudo, ainda com maior precisão e escrúpulo... sobre os aspectos duma dada “paisagem”, dum conjunto geográfico apreendido intuitivamente ou reconstituído historicamente, que se explicam ou podem explicar-se pela acção contínua, positiva ou negativa que seja, de um determinado grupo ou de uma certa forma de organização social..., esse alguém, se agir com prudência, não se arrisca a cometer erros, a fazer confusões, a chegar a generalizações abusivas (Roncayolo, 1986, p. 167).

O conceito de “cosmografia” utilizado por Paul Little (2002) pode contribuir para o melhor entendimento da territorialidade dos Kaingang, “[...] definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades - coletivamente criados e historicamente situados - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território” (Little, 2002, p. 254).

Em suas memórias sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava, publicado no tomo IV da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB, 1842), o Pe. Francisco das Chagas Lima indicou algumas das “coletividades” que habitavam os *Koran-bang-rê* e territórios adjacentes, Kaingang ou seja, nos “[...] sertões de Guarapuava são: a dos Cames, Votorões, Dorins e Xocrens” (Lima, 1842, p. 52). Sobre os dois primeiros, o Pe. relatou que “[...] se encontraram nas vizinhanças dos campos, quando se formou a aldêa. A primeira avaliou-se ser de 152 indivíduos, a segunda de 120” (Lima, 1842, p. 52). Segundo o missionário, os “Votorões” formaram uma “espécie de seita” em 1822, que se reunia para dançar bailes e embriagar-se durante a noite.

Já os *Dorin*, com quem os *Votorões* e *Cames* mantinham guerra, conservavam “[...] seu aldeamento á margem do rio Dorim, para cujos lados fica o Campo das Laranjeiras, de bastante extensão, deve constar, pelo motivo acima dito, de 400 indivíduos” (Lima, 1842, p. 52). Deve-se observar que o grupo ficou conhecido pelo mesmo nome do rio Dorin (hoje rio do Cobre), próximo do local onde tinham suas habitações. Porém, antes de receberem essa nomeação, os *Dorin* eram chamados de *Cayeres* (macacos), pelos *Votorões* e *Cames* que viviam em Atalaia.

Por sua vez, os Xokleng, hoje conhecidos por Laklãnõ, viviam “[...] entre os rios Iguassú e Uruguay, há pouco descoberta, julga-se não chegar a 60 indivíduos” (Lima, 1842, p. 52). Chagas Lima também informa que, por notícia, soube da existência de um outro grupo, o dos: “Tavens, que não falam a língua Guarany, moram entre os rios Paraná, Pequery e Itatú, e avalia-se ser de 240 indivíduos” (Lima, 1842, p. 52).

Mota (2022a), amparado nas informações disponíveis em um documento manuscrito datado de 08 de abril de 1826, que faz parte da coleção APESP, Ordem 0987, p. 02, explica que entende os grupos nomeados pelo Pe. Chagas Lima sob a perspectiva de Fernandes (2004), concebendo-os como “unidades político-territoriais”, pois segundo Mota (2022a), os grupos Kaingang nomeados pelo Pe. Chagas possuíam “[...] locais de moradias/territórios definidos e lideranças nominadas” (Mota, 2022a, p. 62). Cabe retomar a análise das referências dos grupos de Guarapuava no século XIX, realizada por Fernandes (2003), da qual o autor demonstra que os:

[...] inúmeros grupos que ocupavam estes *sertões* revela um modelo de sociabilidade kaingang articulado em três níveis. Em primeiro lugar há referências constantes e detalhadas sobre grupos locais. Em segundo, referências explícitas a contextos e estratégias de articulação entre tais grupos locais, as quais resultam na formação de unidades político-territoriais. Em terceiro lugar, a análise das referências históricas indicam que tanto os grupos locais como as unidades político-territoriais do século XIX eram construídos sobre articulações de parentesco, as quais, por definição, ultrapassavam quaisquer limites territoriais, já que remetiam aos princípios da sociabilidade expressos na cosmologia dualista kaingang (Fernandes, 2003, p. 101).

Neste sentido, é possível inferir que os *Koran-bang-rê* correspondam a configuração de um território amplo constituído pela formação de arranjo político-territorial dos diversos grupos que coabitavam diferentes localidades deste espaço, e que se configuravam em uma sociabilidade segmentada pelo conflito e aliança. Segundo a análise de Fernandes (2003), a utilização dos termos “hordas/tribos” em contraste aos termos “corporação/naçoens” utilizadas pelo Pe. Chagas Lima em sua “memórias”, revela o caráter das relações existentes entre os Kaingang que habitavam a região:

Infelizmente, Padre Chagas Lima não se preocupou em apresentar uma definição precisa do termo “hordas”. Este termo, nos registros do missionário, é por vezes substituído por “corporação” ou “tribu”. Em um sentido estrito podemos dizer que Chagas Lima também utilizou o termo “Naçoens” (Chagas Lima 1821:237) como alternativa à ‘horda’. Embora neste caso há que se

ressaltar que o termo ‘Naçoens’, para o missionário, também se referia a unidades maiores do que as ‘hordas’. Não obstante tal imprecisão conceitual, suas informações sobre a localização e população dos grupos são um importante ponto de partida para a reflexão sobre a sociabilidade kaingang. Ademais, a conceituação empregada por Chagas Lima sugere que a segmentaridade era característica dos *gentios dos sertões de Guarapuava* (Fernandes, 2003, p. 102 – 103 – destaque do autor).

A análise de Fernandes (2003), sugere que o Pe. utilizou o termo “Naçoens”, ou seja, nações, para designar uma organização maior, composta por vários grupos, podendo indicar que o termo pode ter sido empregado para referir-se à unidade de grupos.

Nesta configuração, segundo a etnografia de Fernandes (2003), as chefias políticas se organizam em uma sociabilidade que, embora segmentada, possuía uma dinâmica concêntrica. A análise do autor tem como base a descrições realizadas pelo engenheiro Mabilde: “no modelo concêntrico-segmentado de Mabilde, no qual as *pequenas tribos* estavam subordinadas a unidades maiores, a etnografia nos mostra que os grupos domésticos kaingang estão englobados por uma definição política de comunidade: as Terras Indígenas” (Fernandes, 2003, p. 141).

Mesmo correndo o risco de ser acusado de anacronismo, proponho que se projetarmos a informação etnográfica do modelo concêntrico-segmentado, apresentado por Fernandes (2003), é possível sugerir que, no período imediato a conquista e no período pré-colonial, os grupos que habitavam os *Koran-bang-rê*, poderiam ter uma organização similar, onde os vários grupos deste espaço ora estavam em conflito, mas em algumas situações partilhavam alianças formando um bloco, unificados por uma política territorial. Nesta situação, a definição política de comunidade seria ampliada para toda a territorialidade dos *Koran-bang-rê*.

Destarte, ao considerarmos a hierarquização de caciques principais, e caciques subordinados, se pode projetar que essa hierarquização também se refletia para os territórios que estes ocuparam. No caso, uma territorialidade ampla como os *Koran-bang-rê*, a centralidade pode ser associada a um chefe principal, cujo território poderia ser um centro de referência, como *Êg-kara-pó* (Pedra de Todos Nós), como me explicaram Adevanil Lourenço e Fátima Koyo Lourenço. Deste modo, pode-se inferir que *Êg-kara-pó* faz alusão a um centro do poder político e/ou religioso que aglutinava os diversos grupos Kaingang, que ora estavam em conflito, ora formavam alianças.

Destaca-se que a designação *Koran-bang-rê* (Grandes Campos Abertos) não leva um nome de cacique, como os Campos citados por Tommasino (2000). A denominação *bang*, também não deve dizer respeito apenas a sua extensão territorial, mas sua importância

hierárquica entre os territórios vizinhos, assim como a referência *Põ'í-bang*, para os caciques principais.

Mesmo sendo extravagante, principalmente por conta das transformações ocorridas no tempo, a comparação que fazemos com a análise de Fernandes (2003) sobre a organização espacial dos Kaingang, contribui para refletirmos sobre a hierarquização dos espaços/territórios, pois, como explica o antropólogo:

Como em outros grupos Jê, a organização espacial das *comunidades* kaingang é marcada pela divisão entre centro e periferia [...]. Em cada aldeia, efetivamente há uma zona central, onde geralmente estão localizadas instalações coletivas [...]. A mesma concepção concêntrica de espacialidade se aplica à relação entre as aldeias e terras indígenas. Em todas as terras indígenas kaingang há uma aldeia principal, geralmente chamada de *Aldeia da Sede*, ou *Aldeia do Posto*. Embora estas aldeias não se localizem no centro geográfico das terras indígenas, todos os caminhos levam à elas, pois são consideradas como centro da vida política e social kaingang. (Fernandes, 2003, p. 128 – destaques do autor).

Dito isto, propomos que a concepção concêntrica de espaço dos Kaingang apresentada por Fernandes (2003), possa ser expandida para a organização espacial mais ampla, que diz respeito a organização político-territorial dos Kaingang. Deste modo, os *Koran-bang-rê*, seriam um território de referência, um centro político, ritual e territorial para grupos Kaingang de territórios adjacentes, que mantinham relações de alianças e de conflito com outros grupos dos *Koran-bang-rê*.

A fim de ampliar a discussão sobre a relação dos Kaingang com os *Koran-bang-rê*, no próximo capítulo, realizo a discussão sobre as transformações territoriais pelas quais passaram os Kaingang que habitavam este território étnico.

CAPÍTULO II - DESTERRITORIALIZAÇÕES E TERRITORIALIZAÇÕES NOS *KORAN-BANG-RÊ*

Na província de S. Paulo, como nas demais do Brasil, predominou nos conquistadores a idéa fixa de exterminar, trucidar e desolar homens e cousas que ahi deparassem, comtanto que sua ambição fosse satisfeita, seu dominio se estabelecesse, e suas idéas de exagerada crença religiosa prevalecessem, por qualquer modo que fosse, sobre as que ahi existiam.

José Joaquim Machado de Oliveira, 1842.

A perspectiva teórica deste capítulo encontra-se em Pacheco de Oliveira (1998, 2016; 2022), quando este discutiu a noção de “processo de territorialização”, que segundo o autor, “[...] tem a mesma função heurística que a de situação colonial – trabalhada por Balandier” (Pacheco de Oliveira, 1998, p. 56).

Em nossa concepção, Pacheco de Oliveira destaca o alerta de Georges Balandier sobre a importância de se considerar os fatores políticos, de controle administrativo colonial e territorial para a abordar questões de sociedades colonizadas, pois, para Balandier: “[...] as relações de dominação e de submissão existentes entre a sociedade colonial e a sociedade colonizada caracterizam a situação colonial” (Balandier, [1955] 1993, p. 114).

Em Pacheco de Oliveira (2022), o autor reafirma que, a noção de territorialização está atrelada a “[...] uma intervenção da esfera política que associa de maneira prescritiva um conjunto de indivíduos e grupos a limites bem determinados.” (Pacheco de Oliveira, 2022, p. 16).

Ancorados na “noção de processo de territorialização” proposto inicialmente por Pacheco de Oliveira, os pesquisadores Fernandes & Góes (2022) propuseram uma discussão sobre as fases do processo de territorialização Kaingang. Conforme os autores: “[...] cada fase corresponde a um período: Conquista e Colonização abordam os séculos XVII a XIX; Confinamento trata do século XX; e, Retomadas tratam do final do século XX e século XXI.” (Fernandes & Góes, 2022, p. 39).

A perspectiva destes autores é próxima da que se segue nesta tese, de se historicizar os processos de territorialização nos quais estão envolvidos os Kaingang. Entretanto, essas “fases” não seguem exatamente a cronologia como propuseram os autores. O que não invalida o exercício proposto; desse modo, assim como Fernandes & Góes (2022), assumimos o risco de

analisar o processo de territorialização a partir do contexto histórico da conquista e colonização, sendo que as fases apontadas pelos autores, podem ocorrer em um mesmo período.

Em outras palavras, neste capítulo, pretende-se, por meio de revisão bibliográfica e da análise da documentação, apresentar um panorama sobre os diversos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização,⁶⁶ pelos quais passaram e operaram os Kaingang dos *Koran-bang-rê*.

2.1. RESISTÊNCIA TERRITORIAL

Atualmente, nas diversas ciências que abordam aspectos da temática indígena, há um certo consenso de que a América não foi descoberta, mas foi invadida: “[...] Isso já está claro a partir de toda a revisão e crítica da documentação escrita dos conquistadores e religiosos desde o século XVI (Navarro, 2019, p. 467. Trad. nossa).⁶⁷

Em consequência, os espaços dos diversos povos que aqui habitavam começaram a ser “[...] cruzado, vasculhado por inúmeras expedições de reconhecimento, viajantes, aventureiros à caça de ouro e pedras preciosas, bandeirantes paulistas caçadores de índios, padres jesuítas catequisadores” (Mota, 1994, p. 67).

Desde meados do século XVI, como demonstrou Mota (1994; 2016) e Mota & Novak (2008), já se tem notícias de que os *Koran-bang-rê* eram habitados por indígenas diferentes aos então já conhecidos Guarani. Ainda no século XVI, a presença dos Kaingang nesse espaço obrigou Dom Alvar Nuñez Cabeza de Vaca desviar do território Kaingang para alcançar a província do Paraguai, onde este iria assumir e comandar a província, em nome do rei da Espanha.

A expedição subiu a Serra do Mar, alcançou o rio Negro (na altura de rio Negrinho – Sc) e desceu até a sua desembocadura no rio Iguaçu. Para contornar o território dos Kaingang, teve de subir o rio Iguaçu e, a certa altura, dirigir-se ao rio Tibagi e seguir seu curso. Nas proximidades da foz do rio Iapó, atual cidade de Tibagi, a expedição dirigiu-se para oeste, até chegar ao rio Ivaí e, a seguir, rumando para o sudoeste, passou pelo rio Piquiri, até alcançar novamente o rio Iguaçu, a poucos quilômetros de sua foz no rio Paraná. Dali seguiu até Assunção (Mota & Novak, 2008, p. 38 – 39).

⁶⁶ Para Pacheco de Oliveira (2022), estes movimentos são inerentes ao processo de territorialização.

⁶⁷ Original: “[...] eso ya es claro a partir de toda la revisión y crítica acerca de la documentación escrita de los conquistadores y religiosos a partir del siglo XVI” (Navarro, 2019, p. 467).

Segundo Mota (2000a; 2016), no século XVII, os jesuítas evidenciaram a presença dos Kaingang: “Eles as registraram como sendo Gualachos, ocupantes dos vastos campos das cabeceiras dos rios Ivaí, Piquirí, Jordão e outros menores” (Mota, 2000a, p. 96 – 97).⁶⁸

Posteriormente, as tentativas de expansão do império português em direção ao “sertão” do Tibagi, fizeram parte do projeto colonial, que visava a criação de povoados e defesas das fronteiras. Foi nesse contexto do século XVIII que, em 1767, se organizaram as expedições de reconhecimento do “sertão” do Tibagi. O encarregado para liderar as expedições na segunda metade do século XVIII, foi o Tenente-Coronel Afonso Botelho. O militar português liderou onze campanhas entre 1768 e 1774. Suas campanhas, foram analisadas, dentre outros, por Mota (1994), Mota & Novak (2008) e, mais recentemente, por Durat (2019), que em sua tese, fez uma minuciosa análise sobre a expansão para o Tibagi e as campanhas de Botelho.

Os Campos de Guarapuava, ou seja, os *Koran-bang-rê*, foram conhecidos na sexta entrada das campanhas e “[...] foram reconhecidos como domínio da metrópole portuguesa no dia 09/09/1770, após os soldados percorrerem um vasto território em busca dos silvícolas habitantes dali” (Durat, 2019, p. 56).

José Joaquim de Olivera (1848) afirma que, na excursão em que os paulistas se depararam com os Campos de Guarapuava, encontraram “[...] indícios de que era alli a centralização das diversas tribus que habitavam as mesmas matas” (Oliveira, 1848, p. 240). A ideia do local ser a centralização dos indígenas da região é fundamental para o argumento que será construído ao longo desta tese. Por enquanto, segue-se com a contextualização das campanhas de Botelho.

A partir do contato, se vislumbrou a tentativa de consolidação do projeto colonial: a criação de um aldeamento que tinha, dentre os objetivos, amenizar o caminho entre a vila de Lajes e o Rio Negro, caminho que ligava a região sul à capitania de São Paulo, trajeto que era constantemente palco dos ataques de indígenas a viajantes e moradores.

Porém, a aparente consolidação da conquista sofreu uma prepostera:

Foram sete anos de exploração dos rios Iguaçu e Ivaí, dos campos e florestas de suas adjacências. Ao todo foram evidenciadas onze expedições militares

⁶⁸ No quarto capítulo, retomarei a discussão sobre este contexto, com enfoque nas descrições dos Gualachos, pelos jesuítas do século XVII.

para a região, marcadas por encontros aparentemente pacíficos, seguidos de choques e escaramuças entre índios e brancos. Finalmente, em 1774, Botelho retira-se da região sem conseguir seu objetivo: conquistar os campos de Guarapuava (Mota, 1994, p. 109).

A décima primeira expedição de Botelho acabou com os soldados abandonando objetos e animais pelo caminho, batendo em retirada durante nove dias. As ações dos Kaingang que repeliram as expedições de Botelho, somadas a outras questões das fronteiras do Império, postergaram a ocupação dos *Koran-bang-rê* por mais quatro décadas. O certo é que se antes dos ataques os Kaingang fossem vistos como possíveis aliados, agora passariam a figurar na posição de inimigos.⁶⁹

Contudo, após a expulsão da última campanha de Afonso Botelho (1773-1774), que em campo foi liderada pelo tenente Paulo Chaves de Almeida, com participação do então sargento Diogo Pinto de Azevedo Portugal,⁷⁰ no entorno dos *Koran-bang-rê*, a situação que foi instalada foi a de guerra, como explica Mota (2023c): “A vitória contra as tropas de Botelho em 1774, levou os grupos Kaingang a imporem uma situação de guerra nas fronteiras da ocupação.” (Mota, 2023c, p. 03).

Compreendemos que, neste período, o qual se estende até 1810, os Kaingang mantiveram a soberania dos *Koran-bang-rê* por meio da guerra, contrariando o interesse da elite campeira, que tinha no comércio das tropas levadas do sul para serem comercializadas em Sorocaba (SP), como destaca Mota (2023c).

Essa situação motivou o governo da capitania de São Paulo a defender, junto à Corte, a retomada dos planos de invasão e conquista dos territórios indígenas no sul e sudoeste da Capitania. Essa nova tentativa atendia aos interesses comerciais e expansionistas da elite campeira da 5ª Comarca de Curitiba e Paranaguá e de fazendeiros da capitania de São Paulo. Também coadunava com os planos da Corte de regularizar a arrecadação de impostos gerados pelos negócios com tropas vindas do Sul, com a defesa das fronteiras do Império nessa região” (Mota, 2023c, p. 03).

⁶⁹ No quarto capítulo desta tese, discutirei a entrada das expedições comandadas por Afonso Botelho nos *Koran-bang-rê*. Para saber mais sobre as expedições de Afonso Botelho. Cf. SOUZA, Afonso Botelho de Sampaio e. Notícia da conquista e descobrimentos dos Sertões do Tibagi. ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro, v.76, 1956. Além disso, Mota & Novak (2008), fazem uma análise das campanhas de Botelho, dando destaque as estratégias desempenhadas pelos Kaingang.

⁷⁰ Em Mota (2023c) o autor faz uma breve análise da trajetória da carreira militar de Diogo Pinto.

Com a demanda da elite campeira, a Capitania de São Paulo intercedeu para que a Corte portuguesa investisse na guerra contra os Kaingang dos *Koran-bang-rê*, que se colocavam como empecilho dos interesses comerciais dos colonizadores, inaugurando um processo de que viria a modificar a territorialidade dos *Koran-bang-rê*.⁷¹

2.2. ESTRATÉGIA, CONQUISTA, RESISTÊNCIA E DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS KORAN-BANG-RÊ

Com a chegada da família real portuguesa no Brasil, em 1808, os *Koran-bang-rê* se tornaram alvo da Coroa Portuguesa, quando o então Príncipe Regente, D. João declarou guerra aos “Botocudos dos Campos de Guarapuava”, através da Carta Régia de 5 de novembro de 1808.⁷²

Para Mota (2023c), a declaração de guerra aos Kaingang que estavam insurrectos, foi uma reação da corte joanina às ações que os indígenas impunham pela defesa de seus territórios. Neste trabalho, o autor indicou diversos ataques realizados no final do século XVIII, os quais se estenderam pelas primeiras décadas do século XIX, ao longo do caminho das tropas, entre o Viamão, no atual Rio Grande do Sul, e Sorocaba (SP). As considerações de Mota (2023c) deixam claro que tanto os Kaingang quanto os Xokleng,⁷³ não assistiram passivamente a invasão de seus territórios, mas atuaram “[...] enquanto sujeitos sócio-históricos” (Mota, 2023c, p. 05).

Não havia passado nem sequer um ano da publicação da Carta Régia, quando o militar Diogo Pinto Azevedo Portugal foi convocado pelo governador da Província de São Paulo para comandar a ocupação dos “Campos de Guarapuava”. Como já mencionado, o militar já conhecia os cobiçados Campos de Guarapuava, pois havia participado da expedição de

⁷¹ O termo *territorialidade* para se referir aos *Koran-bang-rê*, é empregado no mesmo sentido utilizado por Gallois (2004), que “permite recuperar e valorizar a história da ocupação de uma terra por um grupo indígena” (Gallois, 2004, p. 1), ou seja, um território constituído pela base territorial de uma coletividade indígena.

⁷² Carta Régia de 5 de Novembro de 1808. COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL - 1808, Página 156, v. 1 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg/sn/anterioresal824/cartaregia-40263-5-novembro-1808-572442-publicacaooriginal-95554-pe.html>

⁷³ Segundo o autor: “Os Xokleng agiam nas encostas da serra da Mar, desde o rio Pelotas, no RS, até o rio do Registro (Iguaçu) no Pr, e os Kaingang, nos Campos de Lages em SC, e ao norte do rio Iguaçu no PR até as proximidades de Sorocaba em SP.” (Mota, 2023c, p. 06).

1773/1774, comandada por Afonso Botelho e liderada em campo pelo tenente Paulo Chaves de Almeida.

Em Mota (2022b; 2023c), foram detalhadas as discussões sobre a Real Expedição aos Campos de Guarapuava, ou melhor, aos *Koran-bang-rê*. Em Mota (2022b), o autor apontou que, após a expulsão das tropas comandadas por Afonso Botelho em 1774:

[...] os diversos grupos Kaingang ampliaram suas incursões e impuseram uma situação de guerra nas fronteiras da expansão campeira em seus territórios. No limiar da chegada da Corte de D. João VI ao Brasil, a capitania de São Paulo estava insurrecta, as iniciativas indígenas de contra-atacar os invasores ocorriam desde a vila de Lajes, passavam pelos Campos Gerais no Paraná e chegavam aos campos de Itapetininga nas proximidades de Sorocaba em SP (Mota, 2022b, p. 320 – 321).

Segundo o autor, os interesses da elite campeira de avançar sobre os territórios indígenas para ampliarem a criação e comércio de gado (*Bos taurus*), fizeram com que estes reivindicassem suas demandas à Corte no Rio de Janeiro. A principal solicitação era para que os grupos Kaingang fossem contidos, liberando o trânsito das tropas e, consequentemente, os campos adjacentes à estrada. Conforme Mota (2022b), a demanda foi atendida “[...] pela Carta Régia de 05/11/1808, que declarou guerra aos Kaingang, e pela Carta Régia de 01 de abril de 1809, que definiu um plano de invasão e ocupação dos campos de Guarapuava” (Mota, 2022b, p. 321).

Em acordo com a elite campeira, o governo da Capitania de São Paulo, alinhado com o governo imperial luso-brasileiro, elaborou as ações para a conquista dos Campos de Guarapuava. Explica o historiador que:

Reunidos em São Paulo, os membros da Junta da Real Expedição elaboraram os planos operacionais de invasão e ocupação dos territórios Kaingang, apontando, em detalhes, as orientações de como deveriam ser os procedimentos a serem seguidos pela Real Expedição e Conquista de Guarapuava. Esse plano de invasão e conquista foi enviado à Corte no Rio de Janeiro e resultou na emissão de uma nova Carta Régia, a de 1 de abril de 1809 (Mota, 2022b, p. 321).

Para Mota (2023c), a Carta Régia de 1º abril de 1809, “[...] foi o Plano Operacional para a ocupação dos Campos de Guarapuava, preparado pela Junta da Real Expedição.” (Mota, 2023c, p. 16). Portanto, o processo de conquista empreendido pelo Império Luso-brasileiro para

satisfazer aos interesses da elite campeira, que pretendia avançar suas áreas de criação e comércio de gado para os campos naturais da região de Guarapuava, consistiu na intensificação da desterritorialização dos *Koran-bang-rê*, uma territorialidade de diversos grupos de língua Jê, que na região, hoje conhecemos pelo macroetnônimo “Kaingang”.

A desterritorialização dos *Koran-bang-rê*, pode ser compreendida a partir de Pacheco de Oliveira, quando este escreveu, que com a colonização: “As terras e recursos ambientais de que um povo dispunha anteriormente, tornam-se integradas a uma fronteira, isto é, a uma região considerada de expansão econômica, sobre a qual agentes externos vem a estabelecer uma nova forma de usufruto e administração.” (Pacheco de Oliveira, 2022, p. 16).

Com uma análise recente da documentação, Mota (2022b, 2023c), traçou os primeiros passos da conquista. Conforme seus apontamentos, no dia 3 de junho de 1809,⁷⁴ “Diogo Pinto estava no porto de Santos para supervisionar o embarque das tropas, equipamentos e suprimentos que seguiram para o porto de Paranaguá.” (Mota, 2022b, p. 297). Amparado no relatório do comandante da expedição, o autor apontou que a partida das embarcações se deu no dia 10 do mesmo mês, e o navio atracou no porto de Antonina no dia 24 de junho. A tropa que estava no navio chegou tomada por doenças.

A maior parte dessa Tropa (vinda de Santos) se declarou viciosa, e abominável veio igualmente contaminada de moléstias, que tem motivado grandes despesas no Hospital desde o seu desembarque na Villa Antonina até o presente, além de outros hidrópicos, sarnentos e amarelos, que se conservão no Quartel com mais incomodo que utilidade (Franco, 1943, p. 71 *apud* Mota, 2022b, p. 298).

O autor informa que dois soldados morreram em Morretes, mas Diogo Pinto chegou com os primeiros que venceram as adversidades de um inverno chuvoso na subida da Serra do Mar com as mulas cargueiras, chegando na vila de Curitiba no dia 8 de julho, onde parte da tropa precisou ser internada, pois se encontravam doentes. A outra parte “[...] das tropas e das peças de artilharia só chegou no começo de agosto de 1809.” (Mota, 2022b, p. 298).

No dia 03 de agosto de 1809, parte da tropa que estava em condições de marcha cumpriu as ordens do comandante, e, transportando os equipamentos, seguiram para o “[...] aquartelamento de São Felipe no rio Das Almas” (Mota, 2022b, p. 298). Segundo o autor, São

⁷⁴ Em seu texto Mota (2022b) afirma que foi no dia 3 de julho, porém a cronologia dos acontecimentos seguintes, apontam que foi em junho, trata-se de um equívoco de editoração.

Felipe havia sido um antigo ponto de parada e de roça da expedição de Afonso Botelho em 1773, e foi nessa mesma localidade que o comandante Diogo Pinto ordenou construir uma estrutura de apoio para expedição.

Para Macedo (1951), houve uma verdadeira apologia para convencer muitas pessoas a seguirem as tropas de Diogo Pinto. Segundo o autor, a quantidade de pessoas e de equipamento militar, organizados por Diogo Pinto, visava uma ostentação de força, pois segundo ele, o militar vinha sustentando que “[...] uma numerosa expedição, muito bem armada e municiada, a qual os indígenas, de pronto submeter-se-iam, com pouca ou nenhuma resistência.” (Macedo, 1951, p. 112).

Segundo Mota (2022b), em 19 de agosto, o próprio comandante seguiu para São Felipe, liderando mais de 300 pessoas, inclusive mulheres e crianças. Deste total, Macedo destaca que havia “[...] mais de 200 homens só da força armada” (Macedo, 1951, p. 114). A descrição de Macedo (1951) não deixa dúvidas que a Real Expedição pretendia se estabelecer nos Campos de Guarapuava, pois, além dos militares, religiosos, e outros trabalhadores, algumas famílias também seguiram a expedição.

O trem todo constituído de numerosos cargueiros, em cujas cangalhas se equilibram pares de cestos, de bruácas, de canastras, utensílios, sementes e bacelos, roupas e alimentos, (entre estes, em abundancia , o sal e o assucar), barracas e rêdes, vestes e bugigangas para índios, imagens de santos e paramentos eclesiásticos, etc. E completam a carga numerosas gaiolas contendo porcos, aves domésticas, gatos, etc. E numerosos cães de caça e de guarda de diversos tamanhos e raças, acompanham os seus donos. E algum gado para o córte. Gados para a criação nos campos guarapuavanos irão depois. (Macedo, 1951, p. 114).

A descrição de Macedo (1951) nos dá uma dimensão da grandiosidade do plano da Real Expedição. Pouco mais de um mês depois, chegaram em São Felipe, o Pe. Francisco das Chagas Lima e o frei Pedro de Nolasco, os quais, segundo o próprio Chagas Lima, receberam “[...] competentes instrucções, tanto do Capitão General Antonio Jozé da Fonseca e Horta, assim como da Junta da Fazenda, nas quaes se expunha a maneira pela qual se deviam explorar os campos, tratar com os índios, e fondar as povoações” (Lima, 1842, p. 45).

Mota (2022b) prossegue a narrativa afirmando que, no dia 24 de setembro de 1809, a expedição alojada no quartel de São Felipe enviava pequenas tropas para identificarem antigas trilhas e pontos de parada onde poderiam existir vestígios de antigas roças utilizadas pelas expedições comandadas por Botelho:

Assim, os batedores procuraram o caminho até o próximo ponto de parada que seria a antiga roça e quartel de São Miguel. Nesse novo ponto, que ficava a 7 léguas (46, 2 km) a oeste de São Felipe, também foram construídos ranchos provisórios e, feitos novos roçados para o plantio de milho e feijão. (Mota, 2022b, p. 301).

Segundo Mota (2022b), a ordem que tinham as guarnições era a de encontrarem outro antigo local de parada também utilizado nas expedições de Afonso Botelho, o quartel da Esperança, localizado no sopé da serra da Esperança, último ponto de apoio antes subirem a serra e adentrarem nos *Koran-bang-rê*.

A divisão encarregada dessas diligências descobriu a roça da Esperança em 15 de novembro de 1809 e ali construiu o segundo ponto de parada da Real Expedição. Também foram erigidos um grande quartel aos moldes de São Felipe, com a capela, os ranchos destinados à armazenagem do Trem Real, ranchos para abrigar as tropas, a casa de ferraria, monjolos e a casa de farinha, um grande açude que faria a água chegar no meio do quartel. (Mota, 2022b, p. 301).

Até esse momento, a tropa não havia identificado nenhum sinal dos indígenas, que conforme sugere Mota (2022b), acompanhavam todos os movimentos da Real Expedição, mesmo antes dessa avançar pela Serra da Esperança. Os Kaingang, segundo o autor, utilizaram-se da estratégia da invisibilidade.

Enquanto as tropas trabalhavam nos caminhos que ligavam os quarteis e roças, os milicianos buscavam ativamente uma trilha utilizada pelos Kaingang, “[...] que ligava a roça da Esperança até a um campo denominado Cupim (atual Imbituva).” (Mota, 2022b, p. 302). O miliciano Silvestre Páis foi encarregado de encontrar o caminho dos índios, após percorrer a região no mês de setembro, nada encontrou.

A picada que levaria aos Campos de Guarapuava ficou pronta. “Em 16 de dezembro, o alferes Felisberto Joaquim de Oliveira chegou, com seus homens, no alto da serra da Esperança” (Mota, 2022b, p. 302). Deste modo, portanto, foi alcançada a entrada para os *Koran-bang-rê*. O autor ainda acrescenta que no retorno da escolta, Diogo Pinto ordenou ao cabo Justo de Souza Bueno que na “[...] encruzilhada dos bugres” deixasse o caminho da Esperança para São Felipe, e rumasse para o leste acompanhado de cinco soldados.

[...] seguindo a picada dos bugres para o Campo do Cupim, o que assim mesmo se cumpriu, fazendo sua entrada 23 de dezembro e saindo felizmente no Campo do Cupim a 28 vencendo desta forma naquele pouco tempo todas as dificuldades proposta maliciosamente pelo primeiro prático explorador Silvestre Paes. (Portugal, 1977 [1811], p. 7 *apud* Mota, 2022b, p. 302).

Autorizado pela junta da Real Expedição, a picada até os Campos do Cupim foi transformada em estrada até o quartel da Esperança. No Cupim, foi construído o quartel de Linhares, com estrutura semelhante aos de São Felipe e Esperança; no entanto, a roça não prosperou, e os sete alqueires de milho e parte de feijão foram devorados por “[...] ratos e porcos do mato” (Mota, 2022b, p.302).

Enquanto o quartel de Linhares estava sendo estruturado, Diogo Pinto permaneceu no Quartel de São Felipe. A estrada entre o quartel de Linhares e Esperança, “[...] tornou-se o caminho oficial para Guarapuava” (Mota, 2022b, p. 304). Conforme o autor, foi somente em maio de 1810, que a trilha que chegava aos Campos de Guarapuava foi ampliada para dar “[...] passagem de toda a expedição que estava aquartelada parte em Linhares e parte no sopé da serra da Esperança.” (Mota, 2022b, p. 304). Um mês depois,

A 15 de junho marchei do quartel da Esperança para o campo, onde cheguei a 17, dia da Trindade. Apesar de muito frio e gelo, fiz construir a 18 uma abreviada ponte no rio Coitinho e a 19 prossegui pelo campo em cuja derrota fiz uma curta exploração de 9 a 11 legoas (Portugal, 1977 [1811], p. 8 *apud* Mota, 2022b, p. 304).

Conforme as memórias do Pe. Chagas Lima, foi rezada uma missa e se nomeou os campos por homenagem a comemoração do dia da Trindade. Pe. Lima (1842), ainda relata que durante o reconhecimento das imediações não foram encontrados habitantes.

A exploração dos *Koran-bang-rê* seguiu até o final de junho. Segundo Mota: “Diogo Pinto, com uma escolta, explorou os campos chegando às margens do rio Jordão, em seguida retornou para a pequena campina da Trindade onde, no dia 2 de julho, escolheu o local para edificar o quartel da Atalaia” (Mota, 2022b, p. 307).

A informação de ter chegado ao rio Coutinho sugere-nos que a entrada de Diogo Pinto se deu pelo nordeste dos *Koran-bang-rê*, atual região do Guairacá e distrito da Palmeirinha, próximo as atuais divisas dos municípios de Turvo, Prudentópolis e Guarapuava, abaixo do quadrilátero da atual Terra Indígena Marrecas, pois a tropa cruzou o rio Coutinho antes de chegar ao rio Jordão.

O inverno impôs dificuldades a tropa segundo os relatos do comandante, pois, “[...] entre os dias 29 de junho a 2 de julho de 1809 [1810], nevou como na Europa” anotou Diogo Pinto.” (Mota, 2022b, p.304).⁷⁵ Mesmo assim, a tropa deslocou-se 70 quilômetros, até que:

No dia 2 de julho elegeu-se para terceiro ponto da Real Expedição e apoio da fatura das roças o terreno denominada Atalaia. Nesse abarracamento fizeram-se Capela, Armazem, paiol, quartéis do Comandante, oficiais e casas do cirurgião Mór de que primeiramente se o Almoхарife, quartéis das Tropas de Linha e Miliciana, casa de ferraria e algumas pequenas casas mais, estaleiro de serragens das madeiras para a nova povoação. Uma atalaia, onde conservava de dia sentinela efetiva e tudo agora defendido por uma estacada páos servidos por três portões guarneçidos de sentinelas efetivas de noite. (Portugal, 1977 [1811], p. 8 *apud* Mota, 2022b, p. 304).

O nome da povoação conforme o Pe. Chagas, advém, justamente, “[...] de se ter erigido a primeira obra d’esta qualidade, com elevação de 40 palmos, sobre quatro esteios, de onde a sentinella podia descobrir grande extensão do campo” (Lima, 1842, p. 45).

No entorno do forte, os “povoadores” plantaram frutas, fizeram hortas e prepararam roças que pudessem fornecer parte do sustento dos seus habitantes. A instalação de toda essa estrutura, segundo Mota (2022b), marcou o término da primeira etapa da conquista de Guarapuava, que começou a ser planejada em São Paulo, no início de 1809, quando o governador da capitania convocou Diogo Pinto para comandar a ação.

Até o fim dessa etapa, marcada pela instalação do fortim de Atalaia, os membros da Real Expedição não haviam encontrado os Kaingang, ou qualquer outro grupo indígena na região, somente alguns indícios de sua presença, como a trilha da roça da Esperança até os campos do Cupim. Mota (2022b), afirma que os Kaingang acompanhavam os passos da Real Expedição sem serem percebidos, executando a estratégia da invisibilidade. O autor lança a seguinte questão: “Onde estavam assentados os clãs familiares Kaingang nesse rigoroso inverno de 1810?” (Mota, 2022b, p. 307). O mesmo sugere que os Kaingang deveriam estar nas “[...] margens do rio *Sãgroro* (Cavernoso) na extremidade oeste dos Campos de Guarapuava, as corredeiras do rio *Goyo Quimim* (Jordão) ou tivessem idos mais ao sul nas corredeiras do rio *Covó* (Iguaçu)” (Mota, 2022b, p. 307).

O argumento de Mota (2022b) ampara-se em questões climáticas e ambientais, afinal, em seu entendimento, devido ao frio intenso daquele período, os Kaingang não estariam em

⁷⁵ Atentando-se a cronologia, supõe-se que a nevasca se deu em 1810, ano que Diogo Pinto adentrou aos *Korabang-rê*, e não em 1809.

campos abertos e nem nas matas de encostas da serra da Esperança, e, sim, abrigados no interior das matas, próximas as margens dos rios a noroeste dos *Koran-bang-rê*, onde tinham instalados seus *parí* (armadilhas de peixes). Estamos de acordo com Mota (2022b), contudo, acrescentamos que, em nossa perspectiva, enquanto a maior parte dos Kaingang estava a noroeste dos *Koran-bang-rê*, eles não deixaram suas fronteiras desguarnecidas, mantendo incursões guerreiras para monitorar o avanço da expedição.

Outro ponto que se deve ressaltar, é que, mesmo invisíveis, os Kaingang não eram considerados inexistentes. A participação de Diogo Pinto na expedição comandada por Afonso Botelho, quase quarenta anos antes (1773/1774), assegurava ao comandante da Real Expedição sobre sua presença e seu ímpeto para o confronto, por isso, havia todo um cuidado com as instalações de Atalaia.

A segunda etapa da conquista foi marcada pela guerra nos *Koran-bang-rê*. A Real Expedição tomou precauções para estarem abrigadas em caso de provável conflito. A construção do forte de Atalaia, protegida por paliçadas, torres de sentinelas, com soldados posicionados e fortemente armados, não foi desproposita.

A exatos quatorze dias após ser escolhido o local para a construção do fortim de Atalaia, no dia 16 de julho de 1810, os Kaingang se fizeram ouvir e serem vistos:

[...] se ouviram intercaladas vozes, com o tom mais alto a que se alcança a voz humana, o que cada vez mais se aproximavam, provenientes de uma corporação de 30 a 40 Índios, as quaes deram motivo ao alarme no posto da expedição. Indo a tropa a reconhecê-los, elles já de longe depuseram as armas, para que aquella fizesse o mesmo (Lima, 1842, p. 45).

O alarido fez a sentinela do forte dar o alerta, e os soldados seguiram ao encontro dos Kaingang, os quais, conforme o Pe. Chagas Lima, se desarmaram, não em sinal de rendição, mas demonstrando não estarem dispostos ao combate, esperando que os soldados *fóg*⁷⁶ (brancos) não abrissem fogo. Apesar da tensão, não houve confronto, mas ambos os lados tentaram o diálogo: “[...] fallaram, porém não se entendem” (Lima, 1824, p. 45). Porém, por

⁷⁶ Em diversas ocasiões em que participei de atividades acadêmicas e profissionais juntos aos Kaingang do Estado do Paraná, ouvi que a palavra *fóg* para designar os não indígenas é resultado da primeira palavra que os brancos verbalizavam quando encontravam os Kaingang: fogo! Paulo Góes, com quem atuei em diversos trabalhos, me lembrou que na TI Apucarantina, ouviu essa história da senhora Gilda Kuita, minha colega de profissão. Durante minha graduação em História na UEM, mantive boa amizade com os filhos e filhas da historiadora Kaingang, os quais também devem ter me contado esta história.

acenos, os indígenas demonstraram o desejo de pacificamente chegar ao acampamento, o que segundo Pe. Chagas, lhes foi concedido.

Segundo Macedo (1951), dentre esses Kaingang, estava “Pahy”,⁷⁷ liderança Kaingang que assumiria atuação de destaque no futuro aldeamento, como será apresentado adiante. Pe. Chagas, acompanhou a chegada dos indígenas ao forte Atalaia, declarando que, apesar da sua rusticidade, foram “[...] bem tratados e mimoseados com pannos de algodão, algumas ferramentas e quinquilharias, mostravam-se simultaneamente lhanos, porém de difícil tracto, por não haver conhecimento da sua linguagem” (Lima, 1842, p. 46). Na análise feita por Mota, já na primeira entrada na Atalaia pelos Kaingang, os indígenas “[...] percorreram as instalações, entraram nas primeiras casas construídas, observaram os portões, a quantidade de soldados e seus armamentos (Mota, 2022b, p. 309).

O que o autor deixa explícito, é que os Kaingang entraram no forte com o objetivo de conhecer as instalações, a quantidade de soldados e de armas que esses dispunham. Mais do que isso, para Mota (2022b), nesse episódio, os Kaingang implementaram uma segunda estratégia: “[...] os guerreiros se afastaram e deixaram as mulheres Kaingang que passaram a seduzir os soldados com a intenção de atraí-los para fora das paliçadas do forte” (Mota, 2022b, p. 310). Esta interpretação vem sendo defendida pelo autor desde seus trabalhos da década de 1990 (Mota, 1994).

Tommasino (1995), no entanto, expressa-se contrária a essa interpretação, pois, para ela, os Kaingang estavam ofertando uma aliança a partir da extensão do parentesco. Fernandes (2003) é signatário da explicação da antropóloga. Para ele: “A recusa da *oferenda de mulheres* – a recusa da aliança – resultou na declaração de guerra. (Fernandes, 2003, p. 104, destaque do autor). Com menos sofisticação, Macedo (1951), já havia proposto que, as mulheres Kaingang foram oferecidas como presentes para os soldados, a fim de estabelecer alianças com os colonizadores.

Não por tentar encontrar uma posição confortável de conciliar as explicações, mas consideramos que as duas são igualmente válidas. É possível que a negativa na extensão do parentesco tenha motivado o ataque dos Kaingang contra os conquistadores, mas é certo que a tática de enviar as mulheres para atrair os homens para fora da paliçada, como destaca Mota

⁷⁷ *Pahy*, é uma variação aportuguesada de como os Kaingang tratam seus chefes, os *Põ’i*, categoria explicada por Fernandes (2003), como se discutirei adiante.

(1994; 2022b), não deve ser negligenciada, e como veremos ao longo desta tese, essa estratégia foi utilizada em outros momentos pelos Kaingang, tanto antes, quanto após esse episódio.

Baldus (1937) já havia alertado sobre a posição de igualdade entre mulheres e homens Kaingang. No século XVII, os jesuítas tiveram percepção semelhante sobre os Gualachos, apontando que as mulheres não estavam subordinadas aos homens, questão que será retomada adiante. Por ora, consideramos que não é exagero apontar que, também nas táticas de guerra, as mulheres atuassem conjuntamente com os demais guerreiros Kaingang.

Angélica Domingos Kaingang *et al* (2025), ao abordarem as *Relações de gênero e políticas sociais na perspectiva Kanhgág*, afirmam que, no passado, as tomadas de decisão eram de domínio das mulheres, lugar que no tempo presente, vem sendo retomado por elas, como refletem as autoras. A fala de Angélica Kaingang, transcrita na publicação, apresenta uma posição que nos ajuda a refletir sobre esta questão: “Eu sempre trago que nós, as mulheres indígenas, estamos sempre na linha de frente das lutas porque, historicamente, com a invasão e a colonização, nós tivemos também esses enfrentamentos.” (Kaingang *et al*, 2025, p. 157).

Deste modo, a pergunta que poderia ser feita para ajudar a refletir sobre essa questão, pode ser invertida. Por que os “brancos” solteiros, privados de convívio afetivo recusariam o convite das mulheres para saírem da Atalaia com elas? Mais uma vez, devemos chamar atenção para as chamadas, popularmente, de “lições da história.” O comandante Diogo Pinto, que havia participado como sargento na última incursão das Campanhas de Afonso Botelho (1773-1774), sob o comando imediato do tenente Paulo Chaves de Almeida, deve ter orientado o Pe. Francisco das Chagas Lima, sobre o que se passou em 8 de janeiro de 1772, quando um grupo de expedicionários acabaram mortos em uma emboscada, depois de aceitarem o convite dos indígenas para deixarem o acampamento base, que ocupavam próximo a margem do rio Jordão. Certamente, as recomendações de Diogo Pinto influenciaram o sermão do Pe. Chagas aos membros da Real Expedição, como escreve Mota (2022b):

O padre Chagas, vendo o que estava acontecendo, ficou possesso e, logo que os guerreiros saíram, ele reuniu a tropa de soldados e “fez o dito Rev. Chagas hum sermão a tropa, intimando-lhes sob pena de Excomunhão, se tivessem copula com tães mulheres” (Paz *et al.*, 1826, p. 217 *apud* Mota, 2022b, p. 309 – 310).

O sermão do Pe. Chagas, junto com a ameaça de excomunhão, malogrou as intenções dos Kaingang, que não conseguiram esconder a frustração frente a recusa das mulheres pelos

soldados: “[...] vieram os índios, chegaram muito risonhos e dahi a pouco se lia nos semblantes dos mesmos, a indignação com que estavam por os nossos não terem aceitado seus brindes” (Paz *et al.*, 1826:217 *apud* Mota, 2022b, p. 310).

Embora parte do plano não tenha frustrado êxito, os Kaingang já haviam se inteirado da estrutura e das condições do forte, assim como da tropa que o defendia. Segundo Mota (2022b):

[...] o grupo de reconhecimento Kaingang se afastou do quartel e passou a observar os movimentos dos invasores. Esse grupo de guerreiros já tinham presenciado que um grande contingente das tropas tinha se retirado para o quartel de Linhares, acompanhado o comandante Diogo Pinto, e sabiam que, no forte de Atalaia, tinham ficado os civis e uma pequena tropa de 36 soldados sob o comando do tenente Antônio da Rocha Loures. (Mota, 2022b, p. 311).

Dadas as circunstâncias, em que poderiam ter vantagem, em 29 de agosto de 1810, ainda durante a madrugada, os Kaingang cercaram o forte Atalaia. Francisco da Rocha Loures escreveu que seu pai, Antônio da Rocha Loures, lhe contara que os indígenas “[...] postaram-se divididos em grandes grupos nos arredores do acampamento: tentarão diversas vezes com demonstrações de amizade, surpreende-lo.” (Loures, 1858 *apud* Mota, 2022b, p. 311). Mais uma vez, a estratégia não funcionou, e os Kaingang partiram para o ataque frontal.

[...] pelas quatro horas da madrugada, avançarão ao Campamento pelos quatro planos que se dentro não estivesse Tropa Curitibana, decerto pareceriam. O número de soldados montava a 36, o dos índios / segundo melhor opinião / chegava a dois mil; pelejarão the duas horas da tarde e retirarão-se com muitos mortos e feridos (Paz *et al.*, 1826, p. 218 *apud* Mota, 2022b, p. 311).

Como não conseguiram acessar a parte interna da paliçada, os indígenas incendiaram os ranchos e instalações construídas na parte externa do forte, e dispararam suas flechas por todos os lados da fortificação, mas os soldados comandados por Antônio da Rocha Loures estavam “[...] armados de peças de artilharia, *clavinas tower* e *branders* importadas da Inglaterra, resistiram ao ataque” (Mota, 2022b, p. 311).⁷⁸

Mota (2022b) sugere que o comando do aquartelamento estava prevenido, pois “[...] todas as famílias e seus animais tinham sido recolhidos e abrigados no interior da paliçada” (Mota, 2022b, p. 295). Segundo ele, mulheres, crianças e velhos se abrigaram na capela com

⁷⁸ Para uma discussão detalhada das armas utilizadas na Real Expedição, ver Mota (2023c).

Pe. Francisco das Chagas Lima, e rezaram juntos pela proteção do ataque. Enquanto isso, abrigada pela estrutura fortificada, a tropa comandada por Antônio da Rocha Loures, se encontrava em batalha, “[...] fortemente armados de mosquetes, clavinas e morteiros, foram para os três portões da paliçada e para as vigias do alto da cerca repelirem o ataque” (Mota, 2022b, p. 295).

A investida direta dos Kaingang foi insuficiente para penetrar a fortificação estrategicamente construída para repelir possíveis invasões. O poder de fogo do armamento dos *fóg* suspendeu a ofensiva dos indígenas após quase 10 horas de batalha. Porém, mesmo em desvantagem armamentista, os Kaingang feriram alguns soldados e destruíram parte das instalações externas da fortificação. Apesar disso, o saldo foi desvantajoso, “[...] com vários guerreiros mortos e feridos, perceberam que um ataque frontal lhes era desfavorável e se retiraram” (Mota, 2022b, p. 295 – 296).

Para Mota (2022b) a ação dos Kaingang resultou na retomada da guerra nas fronteiras de ocupação. Cabe-nos lembrar que os objetivos da Real Expedição atendiam “[...] os interesses da elite campeira, que visava expandir suas fazendas para os territórios indígenas ao oeste das vilas Castro e Ponta Grossa” (Mota, 2022b, p. 296).

Como entende-se, da perspectiva da elite campeira e da Real Expedição, a guerra era para expandir a fronteira de ocupação, suas fazendas e povoamento, ao passo que para os Kaingang, a guerra era por sua territorialidade, pelos seus *Koran-bang-rê*.

Com o insucesso da batalha, os Kaingang se retiraram das intermediações de Atalaia e “[...] no decurso de anno e meio, se não encontrava hua só Pessoa desta gente pelas vizinhanças do nosso Abarracamento” (Lima, 1821, p. 236 *apud* Mota, 2022b, p. 314). Mas a guerra continuou aos moldes de guerrilha, ou, como Mota (2022b) denominou, através de emboscadas. Com essa nova estratégia, os Kaingang iniciaram a prepostera, registrada pelos vereadores de Castro “[...] desde então principiaram Estes selvagens a matar a nossa gente, e muitos foram vítimas duma ferocidade” (Paz *et al.*, 1826, p. 218 *apud* Mota, 2022b, p. 314). Nessas peleias, foi vitimado

[...] o jovem soldado de 22 anos, João Rocha Loures, irmão mais novo de Antônio da Rocha Loures, morto em 30 de outubro de 1810, em uma emboscada quando transitava do quartel da Esperança para o de Atalaia na saída da serra e entrada nos campos. (Mota, 2022b, p. 314 – 316).

A Serra da Esperança parece ter sido o local preferencial dos Kaingang para realizarem as emboscadas, pois o relevo e a mata de fechada davam vantagem aos indígenas que conheciam

bem o terreno, assim como suas trilhas e as dos invasores. Foi nessa mesma região, dois anos após seu irmão ser morto, que Antônio da Rocha Loures “[...] se pos a á frente dos Viajantes em uma das ocasiões em que pelos mesmos Selvagens foram assaltados e perseguidos em distância de meia légua de caminho” (Portugal; Lima, 1812, f.98 *apud* Mota, 2022b, p. 316). A atuação de Antônio em combate contra os Kaingang foi elogiada por Diogo Pinto e pelo Pe. Chagas.

A tática dos Kaingang elevou a tensão nos invasores dos *Koran-bang-rê* que, apesar da já testada superioridade de armas e protegidos pelo forte Atalaia, estavam expostos fora da paliçada, o que motivou o comandante Diogo Pinto a solicitar mais armas de fogo. Conforme demonstra Mota (2022b), em 13 de novembro de 1810, o governador da capitania de São Paulo Antônio Jozé da Franca e Horta, respondeu ao comandante da Real Expedição, informando-o que 150 armas que haviam sido enviadas para o regimento miliciano da vila de Paranaguá, seriam transferidas para a Real expedição.

Mas essa não foi a única carta que o Coronel Digo Pinto recebeu quando estava no quartel de Linhares, quando se preparava para se deslocar a Atalaia. Em 29 de novembro de 1810, o Pe. Chagas escreveu para o Ten. Coronel Diogo Pinto avisando-o sobre sinais dos Kaingang nas intermediações da Serra da Esperança, o padre lhe alertara que “[...] se vio fogo dos Bugres de frente ao boqueirão no mato grosso, onde parece estão aposentados indo de viagem p. o Caminho; e por tanto se mandava avizo aos q. se portem com toda a vigilância e cautela” (Lima, 1810 *apud* Mota, 2022b, p. 317).

Mota (2022b) ainda expõe que o Pe. aconselhou o militar a juntar sua comitiva com mais 12 pessoas que haviam ido coletar milho no quartel da Esperança, e que poderiam aumentar o corpo para o deslocamento até o forte Atalaia, evitando serem surpreendidos pelos ataques. Baseado nas informações da carta do Pe. Chagas Lima, o autor revela que duas escoltas armadas faziam a segurança do lugar, uma delas com trinta homens.

Mas as ações dos Kaingang não se restringiam as intermediações do forte da Atalaia e do quartel da Esperança. No dia primeiro de fevereiro de 1811, Diogo Pinto recebeu comunicado de seu ajudante de ordens, relatando que “[...] no dia 28 de janeiro, um grande incêndio irrompera no quartel de Linhares queimando a casa do almoxarife, a capela e outras instalações menores” (Mota, 2022b, p. 317). Para o ajudante de ordens Ignacio Pereira Bastos, o incêndio teria sido provocado pelos indígenas que se abrigavam na mata próxima ao quartel de Linhares, construído nos campos do Cupím (onde hoje é a cidade de Imbituva), em média uns sessenta quilômetros do polígono dos *Koran-bang-rê*.

Com a escalada das emboscadas, o plano de avanço da elite campeira, empreendido pela Real Expedição, estava ameaçado. Conforme explica Mota (2022b), os ataques dos Kaingang aos quartéis e as mortes nos campos e caminhos, punham em risco os objetivos de conquistar Guarapuava. Com o intuito de garantir o projeto colonial, o comando optou por uma nova estratégia, não somente para conter, mas também para capturar os Kaingang.

Mota (2022b) destaca que “[...] foi ordenado ao tenente-coronel Manoel Antônio Rangel que procurasse os *emãs* (aldeias) Kaingang e aprisionasse suas lideranças e as levassem para o quartel da Atalaia” (Mota, 2022b, p. 318). Na região do rio Cavernoso, o qual os Kaingang chamavam de *Sãgroro*,⁷⁹ a oeste dos *Koran-bang-rê*.

Sustido no relato que o Pe. Chagas Lima fez ao governo da capitania de São Paulo, e nos livros de batismo do pároco, o historiador indica que: “A primeira família capturada foi a do cacique Engrayê, batizado como Antônio José Pahy” (Mota, 2022b, p. 318). Segundo Macedo (1951), este estava entre os Kaingang que estabeleceram os primeiros contatos com os habitantes de Atalaia.

Pahy, ou *Põ’i*, diz respeito ao chefe de grupo, ou de um conjunto destes, conforme explica Fernandes (2003); no *Põ’i* se “[...] funde autoridade e prestígio político-religioso” (Fernandes, 2003, p. 149). A explicação do antropólogo qualifica a figura de Engrayê, e conforme sua trajetória é mencionada, fica evidente que realmente se tratava de um *Põ’i*.

A captura também foi repercutida pelos vereadores de Castro:

Em mil oitocentos e onze, sahiu do Atalaia, dito Tte. Cel. Rangel, com huma Escolta, a encontrar campo, toparão com o Alojamento dos Indios, ameaçarão-os e prenderão o Cacique / depois Cap. Antônio / a mulher, dois filhos e dois sobrinhos foram reconduzidos do Atalaia. (Paz *et al.*, 1826, p. 218 *apud* Mota, 2022b, p. 318).

A segunda exploração foi realizada “[...] entre 27 de março e 15 de junho de 1811, feita por uma escolta comandada pelo Tenente Manuel Soares do Valle” (Mota, 2023b, p. 64). Nesta incursão, foi elaborada a primeira “Planta do terreno descoberto de Guarapuava”,

⁷⁹ Em nota, Mota (2022a), explica que: “O rio Cavernoso aparece em um mapa feito pelo engenheiro Pedro Müller em 1815, grafado como rio “Xaróro”, (Muller, 1815). Também aparece no mapa do Pe. Chagas Lima, feito em 1821 e grafado como “Xarôrô” (Lima, 1821)” (Mota, 2022a, p.324). Após apresentar as grafias para seus alunos Kaingang do Curso de Pedagogia Indígena ofertado pela UNICENTRO na TI Rio das Cobras, esses concluíram que os nomes grafados por Muller e Lima se aproxima da grafia *Sãgroro*, nome de um pássaro da região, o que faz Mota (2022a) concluir que os Kaingang assim nomearam o atual rio Cavernoso.

confeccionada por Manuel Soares do Valle, entre 27 de maio e 15 de junho de 1811. Nessa planta, foi indicada e descrita uma localidade como “Sepultura do Gentio” (Valle, 1811). Para facilitar a identificação de Sepultura, tracei círculo no entorno da marcação de Manuel Soares do Valle, apresentado em Durat (2019), (figura 2).

Essa planta é de suma importância para esta tese, não só porque define os campos de Sepultura como terreno dos Kaingang, mas sobretudo pela referência do lugar ser, de fato, uma sepultura e representada por um círculo com um ponto central. Esse é o símbolo que “[...] consta na descrição realizada por Manuel como sendo território dos “gentios”, ou seja, dos Kaingang” (Durat, 2019, p.125). A questão será desenvolvida no quarto capítulo, porém, adianta-se que essa representação iconográfica no mapa por Manuel Soares é similar aos aterros anelares, dos sítios arqueológicos: Faxinal da Boa Vista 1, Faxinal Saudades de Santa Anita 1, e Aterro Foz do Cavernoso, evidenciados nos *Koran-bang-rê*. A discussão e a espacialização destes monumentos, assim como a estimativa de localização da Sepultura marcada por Valle (1811), serão detalhadas no quarto capítulo, por ora, retoma-se ao caso de Engrayê.

A esposa de Engrayê e seus filhos também foram levados para Atalaia, aonde chegaram no dia “[...] 29 de janeiro de 1812 (Lima, 1809a, p.3). Dias depois, chegou um grupo chefiado pelo cacique Gruton, irmão do cacique Engrayê” (Mota, 2022b, p.318). Conforme aponta o autor, o grupo havia seguido o Ten. Coronel Rangel até Atalaia, e depois de observarem o que se passava com Engrayê, se apresentaram para o comandante Diogo Pinto.

A pesquisa nos livros de batismo realizada por Mota (2022b), revela que parte do grupo familiar permaneceu em Atalaia, já os filhos de Engrayê e sua primeira esposa, Maria Pirexó Coian foram batizadas: “Em 22 de fevereiro, o vigário batizou o menino *Netxian*, de quatro anos e meio, que recebeu o nome de Francisco; quatro dias depois, em 26 de fevereiro, foi batizada a menina Gatan, de um ano e meio, que recebeu o nome de Barbára” (Mota, 2022b, p. 318 – 320). O padrinho das duas crianças foi o comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal.

Batizado com o nome de Antonio José Pahy, Engrayê demonstrou relativa facilidade em aprender algumas palavras em português, “[...] pela conversação entre nós de seis meses, já soltava, ainda que toscamente, algumas palavras portuguesas” (Lima, 1842, p. 55). O cacique, que chegou em Atalaia com cerca de 25 anos, nas palavras do Pe. Chagas: “[...] era pessoa de virtudes, zelador da conversão, movia os outros a seus deveres, e por isso é que, apesar das contrariedades, prosperou a cathechese” (Lima, 1842, p. 56). Levando-se em conta a explicação de que os *Põ’í* são dotados de “autoridade e prestígio político-religioso” (Fernandes, 2003, p. 149), é possível entender a dimensão da importância de Engrayê na liderança dos aldeados, que de certa forma, mesmo que supostamente reconfigurados seus fundamentos religiosos, poderiam ser de grande importância para a catequese em Atalaia.

Contudo, Pe. Chagas Lima considerou insuficiente seus esforços, pois para ele:

[...] os Indios aldeados foram como uma materia humida, que custa a incendiar-se, e isto lentamente, em quanto distrahidos em acções de guerra e calamidades que d’ahi resultam; preocupados com a indulgencia dos antigos vícios de sua barbaridade, correspondiam mui pouco aos trabalhos e diligencia do seu director espiritual, e commmumente a fê era n’elles muito enferma (Lima, 1842, p, 55).

O comentário do religioso nos apresenta que mesmo com o apoio de Engrayê, os aldeados não estavam inclinados a sua doutrina. Ao que parece, os aldeados tinham outras preocupações, ou seja, as relações com seus próximos, e os fundamentos religiosos transmitidos pela catequese orbitavam em segundo plano, uma distração.

Os Cames e Votorões foram os primeiros grupos a serem aldeados em Atalaia, dentre eles, se encontrava no aldeamento em 1812, o chefe dos Votorões: “Hyppolito Condoi, homem já ancião: este enfermou logo depois, por cuja causa, precedendo as precisas illustrações, foi logo baptisado a 13 de Agosto desse anno” (Lima, 1824, p. 47 – 48). O Pe. descreve Condoi como homem supersticioso, pois:

[...] continuando a sua enfermidade, se devia recorrer a Deus, mandou fazer corpos de cera, e com pennas de papagaio formou duas figuras d’estas aves, com as azas abertas, e as pôz sobre seu leito suspensas por duas linhas, de maneira que se moviam com a agitação do ar e do fumo do fogo. As catas aves é que fazia seus votos com muita reverencia, dizendo: *Longjó! Longjó! cauganhomy caraca pano tom*, isto é, papagaio! papagaio! se eu sarar, nunca mais despendirei setas contra vós: no que se vê que temia morrer, e quanto era afferrado a seus principios, apezar das instrucções já recebidas. Eram, contudo, dolosos os seus votos; porque, apenas restabeleceu a sua saúde, fez uma grande caçada de papagaios (Lima, 1842, p. 48).

Após reestabelecer sua saúde e fartar-se de papagaios, Condoi abandonou Atalaia, e conforme o Pe. Chagas, foi para a guerra com sua numerosa família “[...] e outros muitos Votorões, com os quaes so foi alojar em uma campina além do rio Iguassú (32 leguas da Atalaia), aggregando a si hordas vizinhas, do que formou um corpo de 200 pessoas (Lima, 1842, p. 48). Voltarei aos desdobramentos do desenvolvimento da trajetória da “agregação de hordas” encabeçadas por Condoi, por ora, manter-me-ei a cronologia dos registros.

Conforme Pe. Chagas Lima, no final de 1812, a expedição foi perdendo o vigor com que havia iniciado: “A causa tambem foi que fazendo-se, por Ordem Regia, recolher a seus regimentos os soldados milicianos, foram estes suppridos pelos da ordenança, homens da infima plebe, sem estimulos de honra” (Lima, 1842, p. 46). O padre relata, ainda, que os

homens que não fugiam no caminho, ou no dia seguinte a chegada, encontravam-se miseráveis ou doentes, permanecendo no povoamento somente até terem condições de desertar. Essa situação deixou a expedição “[...] em morna inação por dois annos, sem mover diligencia alguma, nem progresso de vantagem” (Lima, 1842, p. 47).

Engrayê permaneceu em Atalaia, porém consta no livro de registro de óbitos registrado pelo Pe. Chagas Lima, segundo Mota (2022b), que a primeira mulher do cacique, de nome Maria Pirexó Coian, teve óbito foi registrado no dia dezesseis de setembro de 1813.

Para Mota (2022b), a captura e a permanência da família do cacique Engrayê em Atalaia revela o plano iniciado após a intensificação das emboscadas, quando o comando ordenou a busca ativa pelas Kaingang em seus *emãs*:

[...] o plano era agrupar os diversos grupos Kaingang no entorno do fortim de Atalaia; fazer a catequese e a “civilização” deles, transformando-os em cristão. Isso significava: incorporá-los ao trabalho fosse como soldados nas tropas milicianas ou nos trabalhos nas fazendas, e liberar seus campos para implantação das sesmarias de criação e engorda de gado (Mota, 2022b, p. 320).

Por outro lado, Mota (2022b), considera que para os Kaingang que se estabeleceram em Atalaia, a convivência “[...] significava poder ter acesso a uma série de bens materiais trazidos para Guarapuava como armas, pólvora, ferramentas de metal, tecidos, bebidas, sal, dentre muitos outros, e bens imateriais como apreender a língua e costumes e ter “proteção” contra facções contrárias” (Mota, 2022b, p. 320).

Por um período de seis anos, de 1812 a 1818, relata o Pe. Chagas que ele continuou dando instruções aos indígenas aldeados. Enquanto isso, nas áreas mais afastadas do aldeamento, os diversos grupos Kaingang mantinham seus modos de vida, tendo que lidar com os brancos, com os moradores do aldeamento, além de manterem suas relações de aliança e/ou hostilidade com outros grupos que habitavam os *Koran-bang-rê* e adjacências.

Retomo ao desfecho da sobre a *emã* edificada pelo velho cacique Condoi, que, após se recuperar de sua enfermidade em 1812, deixou o aldeamento de Atalaia, para viver em terras do outro lado do rio Iguaçu, agregando outros grupos ao seu, que segundo narrou Pe. Chagas Lima, chegaram a somar em torno de 200 pessoas. Sobre eles, soube o Pe. Chagas que em 1817, ocorreu uma guerra onde foi morto o velho Condoi e “[...] outros muitos da sua facção, por ocasião das costumadas orgias, e pelos mesmos que havia acolhido, procedendo esta

mortandade de rapto que faziam das mulheres, como depois nos contaram outros Índios.” (Lima, 1842, p. 48).

Deve-se destacar que a “agregação de hordas” e conflito, citadas pelo religioso, é muito significativa para nossa proposta, pois demonstra que não só o conflito, mas também as alianças operavam na política Kaingang. Para Fernandes (2003), que analisou o mesmo registro, fica evidente que: “A descrição do missionário enfatiza a combinação entre momentos de união e momentos de divisão” (Fernandes, 2003, p. 105).

Ademais, sobre o aldeamento da Atalaia no período de 1812 a 1818, o padre destacou que entre os acontecimentos mais notáveis, ocorrera “[...] uma epidemia, em que pereceram bastantes Índios” (Lima, 1842, p. 48). O clérigo também relata que houve uma desordem entre os indígenas aldeados, entreveiro no qual também se envolveram brancos do destacamento, sendo necessário prendê-los e “[...] enviar tres dos motores principaes em ferros para a cidade de S. Paulo” (Lima, 1842, p. 48). Neste caso, o envolvimento dos *fóg Kupri* (estrangeiros brancos), como explicou Fernandes (2003), esclarece que a segmentaridade entre os grupos foi atualizada, reconfigurando o mecanismo das alianças, que por sua vez, alteram o dos conflitos. Conforme concluiu Fernandes (2003), “[...] as facções kaingang estão na literatura associadas a conflitos e os conflitos estão associados à desagregação social experimentada face à presença dos ‘brancos’” (Fernandes, 2003, p. 275).

Em 1818, apesar do Pe. Chagas repreender e aconselhar os Cames e Votorões aldeados, estes promoveram guerra contra os Dorin, que “[...] provocados com os repetidos insultos, crueldades e mortes praticadas na sua corporação, procurassem futuras vinganças hostis” (Lima, 1842, p. 48).

Apesar de todos os problemas existentes, devido ao relativo sucesso da expedição e da política imperial em relação aos indígenas, Dom João concedeu uma “[...] carta de Sesmarias de 04 de julho de 1818” (Mota, 2000b, p.142), que destinou as terras de Atalaia e Sepultura para os índios que ali habitavam. Relata o Pe. Chagas que:

[...] primeiramente erecta em beneficio dos Índios, como baze para a cathechese, e tambem ao bem dos novos povoadores, que desde 1816 se tinham começado a estabelecer nos campos; ordenando El-Rei que os Índios fossem conservados trabalhando nas terras que lhes haviam dado de quatro léguas quadradas, pouco mais ou menos, entre os rios Coutinho e Lageado Grande (sesmaria de 4 de Setembro de 1818), e depois augmentanda por uma doação particular de outros visinhos (Lima, 1842, p. 49).

A diretoria do aldeamento de Atalaia e a catequese ficaram sob a responsabilidade do Pe. Chagas Lima, para o qual a catequese começou a decair com a morte de Engrayê, pois, depois “[...] que faleceu Pahy, não houve jámais entre os Índios aldeados algum dos seus, que propriamente os commovesse com seus exemplos e exhortações, para deixarem os costumes de barbaridade, e seguirem a vida christã” (Lima, 1842, p 56). Os costumes bárbaros a que se referia o clérigo era, principalmente, o fato de os indígenas serem polígamos, conduta que possivelmente Pahy ajudava a combater, para manter as vantagens advindas pela vida no aldeamento.

Com a morte de Engrayê, a chefia dos Kaingang aldeados passou a ser exercida por Luiz Tigre Gacom, “[...] a quem se deu o titulo de capitão, com autoridade sobre os outros” (Lima, 1842, p. 56). Para o Pe. Chagas, Gacom não possuía qualidades estimáveis, e concedia rapidamente com os outros aos vícios. Em verdade, para o clérigo, Gacom era verdadeiramente:

[...] um tigre, sacrificando seus subditos aos estragos da guerra, fazendo-se cabeça, para continuação das hostilidades, que os mesmos aldeados suscitaram contra os Dorins. Elle, occultando os seus intentos, sahia frequentes vezes com escoltas armadas, com pretexto de caçada, e ia dar assaltos mortíferos áquelles que provocavam o ódio. (Lima, 1842, p. 50).

A exposição de Pe. Chagas demonstra-nos que, embora atuasse na liderança dos aldeados, Luiz Tigre Gacom estava longe de cumprir os desígnios da catequese e do próprio projeto de colonização. Ao mesmo tempo em que ele se abrigava com seu grupo em Atalaia, também se utilizava do aparato da expedição para comandar os Cames e Votorões em suas disputas com os Dorin.

Mesmo com as epidemias e tumultuado pelos confrontos entre os grupos diferentes, o aldeamento de Atalaia continuava a receber indígenas. Em 1819, chegaram ao aldeamento, uma família de um grupo até então desconhecido, os Jacfê, conforme relata o Pe. Chagas: “[...] veio reunir-se á aldêa, na qual se enlaçou por casamentos, e recebendo as instrucções do Missionario” (Lima, 1842, p. 48). O “enlace”, isto é, o casamento entre pessoas de grupos diferentes, entre os Kaingang, constituiu-se em uma “[...] regra geral da aliança política” (Fernandes, 2003, p. 104).

Essa etapa de convivência entre os diversos grupos Kaingang e os não-indígenas foi marcada pela complexificação das relações socioculturais. Como destacou Mota (2022b), ampliaram-se as possibilidades dos grupos Kaingang, que persistiram com a estratégia dos

ataques e emboscadas durante o século XIX. No entanto, pretendemos demonstrar que o último aspecto elencado por Mota (2022b), ou seja, a “proteção contra as facções contrárias”, tinha outra faceta, qual seja, a guerra pelo controle dos *Koran-bang-rê*.

Em abril de 1825, os Kaingang “do mato”, em resposta às investidas dos aldeados liderados por Luiz Tigre Gacom, atacaram o aldeamento Atalaia e o mataram. O ataque pôs fim ao aldeamento, e parte dos Kaingang aldeados ficaram abrigados na então Vila de Guarapuava, enquanto outros dispersaram-se pela região. É importante apontar que entre os Kaingang, que ficaram na Vila de Guarapuava, estava Francisco Tigre Gacom, filho de Luiz Tigre Gacom. Após o fim do aldeamento, as terras dos Kaingang foram apossadas pelos fazendeiros. Detalhes desse episódio podem ser conferidos em Mota (2000); Mota & Novak (2008); e Durat (2019).

Com a desterritorialização dos *Koran-bang-rê*, resultado do processo de territorialização implementado em razão da situação colonial, implicou na territorialização dos Kaingang/Votorões e Cames, nas terras de Atalaia e Sepultura. Portanto, o processo de territorialização como argumentou Pacheco de Oliveira:

[...] exprime as razões de Estado, mas igualmente nela se expressam com nitidez os interesses de grupos privados e a voracidade da expansão capitalista pelo mundo, do outro lado da moeda surgem as concepções indígenas sobre tempo, pessoa e natureza do mundo, bem como a construção de novas sagas e utopias.” (Pacheco de Oliveira, 2022, p. 20).

Como se discutirá a seguir, o processo de territorialização não se finda com a desterritorialização dos *Koran-bang-rê*, e com a territorialização dos Kaingang nas terras de Atalaia e Sepultura, mas nesse espaço, os Kaingang aldeados instituíram um novo território, dos quais seriam novamente desterritorializados.

2.3. A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS KAINGANG DE ATALAIA E SEPULTURA

Por cerca de 15 anos, Atalaia foi o aldeamento oficial dos Campos de Guarapuava. Após o ataque de abril de 1825, o aldeamento foi transferido para outra área, próxima a então Vila de Guarapuava. Como destacado por Mota (2022a):

[...] os Kaingang/Dorins, chamados de *Cayeres* pelos de Guarapuava, do rio Piquiri, tinham atacado e destruído o Aldeamento de Atalaia com a morte do cacique Luiz Tigre Gacom e de outros 28 Kaingang entre homens mulheres e crianças. Na época, eles estavam “jurados de morte” pelos grupos *Camés* e *Votorões* que viviam na Aldeia de Guarapuava (Mota, 2022a, p. 62).

Explica Mota (2022a) que o grupo dos Dorin, chamados pejorativamente de “Cayeres” (macacos), pelos Kaingang de Guarapuava, chegou ao novo aldeamento de Atalaia: “[...] todos mocetoens robustos (...) traziam em sua companhia não mais, que quatro mulheres, duas destas com filhinhos de tenra idade que ainda alimentavam aos peitos. (Lima. Manuscrito, 08/04/1826. APESP, Ordem 0987, p. 2 *apud* Mota, 2022a, p. 62).

No domingo de Páscoa do dia 26 de abril de 1825, após celebrar a missa e acompanhado de alguns moradores da vila de Guarapuava, o Pe. Chagas Lima acompanhou “[...] um pequeno grupo de índios Kaingang que se retiravam para suas *emãs* (aldeias) no vale do rio Piquiri” (Mota, 2022a, p. 62).

Conforme informação de Pe. Chagas Lima, antes de partirem de Guarapuava, os Kaingang prometeram-lhe que voltariam com a família e outros de seu grupo, que no momento estavam pescando em seu território no rio Piquiri, “[...] distantes de *doze a quatorze léguas*, entre 80 a 92 quilômetros, da vila, para fazerem a *pescaria de peixe grosso no rio*” (Mota, 2022a, p.72). Os Kaingang seguiram para as *emãs* do rio Dorin (rio do Cobre):

Esse rio tem suas nascentes a 1.100m de altitude ao norte da cidade de *Goioxim* (rio pequeno), percorre uma topografia acidentada até sua confluência no rio Piquiri a 490 metros de altitude. Nesse desnível de 600 metros, inúmeras são as corredeiras onde os Kaingang poderiam armar seus *pari* para captura de peixes (Mota, 2022a, p.79).

Após esse período, o aldeamento se desfez e, em princípio, parece-nos que os Kaingang se estabeleceram em Guarapuava de maneira autônoma ou se dispersaram por outros campos. Em um ofício de 16 de março de 1852, o Diretor Geral dos índios da Província de São Paulo, José Joaquim Machado de Oliveira, escreve para o presidente da mesma província, José Thomas Nabuco de Araújo. Com base em suas pesquisas, explica o diretor que a decadência do aldeamento ocorreu, ao seu ver, por razão:

[...] do falecimento do seu zeloso diretor o padre Chagas que desde o seu começo o curára com religiosa dedicação, e na seguinte diretoria principiou a título de aforamento a defraudação dos campos encravados na sesmaria, que fora concedida ao aldeamento conjuntamente com a espoliação dos bens peculiares aos índios. Por esta criminoso e deplorável incúria a maior parte dos índios, tendo a sua testa a seu antigo chefe Victoriano Condá, abandonou o aldeamento, e dirigiu-se para o do Campo de Palmas (APSP, Ofício. 16/03/1852, f. 203. Documento manuscrito).

Com o abandono de Atalaia e, posteriormente, com a morte do Pe. Chagas, as terras destinadas ao aldeamento e aos Kaingang passaram por um processo de esbulho, que foi favorecido pelo “[...] fim do regime de sesmarias. Em 1822, o apossamento sobre terras devolutas intensificou-se espantosamente, principalmente, em territórios onde os limites dos “senhores possuidores” de terras eram imprecisos.” (Durat, 2019, p. 112).

Atalaia e Sepultura foram alvos do apossamento por fazendeiros da elite guarapuavana. Sobre Atalaia, a questão é mais clara, sendo de amplo conhecimento que se tratava do aldeamento atacado em 1825. No entanto, os campos conhecidos como Sepultura, assim como a área marcada no mapa de Manuel Soares do Valle, em 1811 (figura 02), indicam que os locais referenciados como Sepultura tinham um significado especial: “[...] os campos da Sepultura eram um território sagrado, de ocupação dos Kaingang” (Durat, 2019, p. 128).

Sepultura, como veremos, será intensamente mencionada na documentação, porém sem esclarecimentos do que realmente se trata. Para Durat (2019), que foi quem mais se aprofundou na questão, o mapa desenhado é “[...] um dos poucos documentos que atestam a existência de tal território. Entretanto, esse silenciamento, provocado pelas autoridades locais ao longo do século XIX, esteja relacionado ao interesse de ocupar e afastar os Kaingang que ali habitavam.” (Durat, 2019, p. 128).

Para o autor, Sepultura era o local de morada dos ancestrais dos Kaingang, uma terra tradicional que, após a conquista, “[...] estava localizada territorialmente a sociedade local” (Durat, 2019, p. 323). É preciso, no entanto, diferenciar as Sepulturas: a marcada por Valle (1811), pode ser entendida como propôs Durat (2019); entretanto, as terras de Sepultura, assim como Atalaia, se referem as terras destinadas aos Kaingang, mas que foram reocupadas por estancieiros após o ataque de abril de 1825.

Ainda, conforme explica Durat (2019), as pesquisas sobre Guarapuava e o aldeamento evidenciavam apenas a existência da sesmaria do aldeamento de Atalaia. Porém, como ressaltou, o território denominado Sepultura, que havia sido destinado aos Kaingang, era

conhecido pelas autoridades locais, inclusive citada por Antônio da Rocha Loures em uma resposta à Câmara Municipal de Castro, em 1831. Na informação dada por Rocha Loures, citada pelo autor, consta que Sepultura é uma sesmaria, destinada aos indígenas. O autor ainda afirma que em outros documentos elaborados para autoridades da província de São Paulo, Antônio Rocha Loures menciona que “[...] a sesmaria dos Kaingang é a de Sepultura e não a de Atalaia. Essa estratégia inibia a possibilidade de permanência e posse dos indígenas em Atalaia, visto que já estava sendo ocupadas por alguns potentados locais a título de arrendamento” (Durat, 2019, p. 324).

Trinta e seis anos após o ataque que resultou no fim ao aldeamento de Atalaia, o Diretor Geral dos Índios, filho de Antônio Rocha Loures, o brigadeiro Francisco da Rocha Loures, narrou em seu relatório ao presidente de província o ataque que sofreram os aldeados:

[...] foram repentinamente surpreendidos na madrugada de 25 de Abril de 1823 por um grupo de cerca de 200 indios seus inimigos: reduziram a cinzas muitas casas e mataram o cacique Gacon e mais 13 dos seus valentes companheiros, que por entre os contrários e através das chammas puderam ainda reunir-se ao toque de rebate em casa de seu chefe. (Loures [1861] In: Paraná, 18/03/1862, p. 85).

Conforme o relato de Rocha Loures, os mesmos que realizaram o ataque “[...] continuaram em suas carnificinas e fizeram perecer mais 14 indios, além de um grande numero de feridos gravemente” (Loures [1861] In: Paraná, 18/03/1861, p. 85). Já os que sobreviveram ao ataque foram para os campos de Palmas, em 1928, e, posteriormente, alguns foram para a província do Rio Grande do Sul, onde se aliaram a outros grupos que investiam contra viajantes da província de São Paulo que compravam animais no sul. Alguns desses indígenas só retornaram para os campos de Palmas com o povoamento, em 1840. É justamente a partir deste ano que, conforme Fernandes (2003), o ex-morador de Atalaia, Vitorino Condá seguiu de Guarapuava para Palmas, segundo o autor, Condá “[...] entrou em conflito e, posteriormente, selou aliança com Viri, chefe dos Kaingang que viviam no *Campo Erê*” (Fernandes, 2003, p. 109).

Em partes, o relato de Rocha Loures é confirmável: realmente, parte dos indígenas de Atalaia, se deslocaram para Palmas em direção a então Província do Rio Grande do Sul, como anos depois relatou o engenheiro Jeronimo Rodrigues de Moraes Jardim, que conduzia a abertura da estrada de Palmas à Corrientes. No percurso, encontraram os toldos liderados pelo cacique Ixotain, que também ainda era conhecido pelo nome de Manoel Facran.

Já os Kaingang, que permaneceram na Vila de Guarapuava, passaram a conviver em meio aos povoadores, com alguns dos quais estabeleceram “[...] alianças e arranjos familiares, além de ampliar suas redes de relacionamento” (Durat, 2019, p. 332). Segundo o autor, esses Kaingang, ora mencionados como “aldeados”, ora como “misturados a massa da civilização”, se mantiveram por mais de trinta anos sem se manifestarem “[...] quanto aos seus direitos territoriais” (Durat, 2019, p. 331). Enquanto isso, suas terras foram ocupadas, e os Kaingang que haviam vivenciado o processo de desterritorialização dos *Koran-bang-rê*, foram (re) desterritorializados das terras de Atalaia e Sepultura.

2.4. AS REIVINDICAÇÕES DE ATALAIA E SEPULTURA E A CRIAÇÃO DO ALDEAMENTO MARRECAS

Em novembro de 1880, o Diretor dos Índios de Guarapuava, Luís Daniel Cleve, recebeu o título de posse das terras destinadas ao Aldeamento Marrecas, atual Terra Indígena Marrecas. Esse evento marcou “[...] um passo definitivo a desterritorialização dos Kaingang dos *Koran-bang-rê*” (Mota & Novak, 2008, p. 84). Porém, como demonstraremos nesta tese, a demarcação de Marrecas não constitui a desterritorialização dos *Koran-bang-rê*, mas sim ao desdobramento do processo de territorialização, ou seja, a (re)desterritorialização dos Kaingang, das terras de Atalaia e Sepultura, cuja reivindicação culminou na demarcação de Marrecas.⁸⁰

A situação dos desaldeados que habitavam as vilas, somada a intensificação das investidas dos Kaingang contra os viajantes que comercializavam gado no Sul, ataques a fazendas e povoamentos, levaram a necessidade de reagrupar, (re)territorializar os Kaingang da região dos Campos de Guarapuava. Conforme o Diretor Geral dos Índios da Província de São Paulo, a ideia de refundação de um aldeamento para os Kaingang de Guarapuava provinha da:

[...] fundação da aldêa de Queluz, e os bons resultados que d’ahi provieram, porque já havia a dolorosa experiência do mallogro das que a prescderam, e a lição do passado é profficua, suscitaram a idéa de um aldeamento em Guarapuava, em cujas extensas matas, e desde tempos remotos, sabia-se que viviam numerosas tribus de indigenas susceptíveis de se civilisarem, e que já haviam-se manifestado com essas tendencias (Oliveira, 1846, p. 212).

⁸⁰ A ideia de (re)desterritorialização é apenas um recurso para marcar que o processo de territorialização como conceituado por Pacheco de Oliveira (1998; 2016; 2022) se desdobra em movimentos de desterritorializações e reterritorializações.

A partir deste período, se iniciou por diversas frentes, da Diretoria Geral dos Índios da Província de São Paulo, e dos próprios Kaingang, a busca da retomada pelas terras de Atalaia e Sepultura. Em ofício de 22 de março de 1847, José Joaquim Machado de Oliveira, o qual estava no cargo de direção por decreto imperial de 14 de março de 1846, escreveu à Secretaria do Governo do Presidente da província de São Paulo, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, requisitando que lhe remetesse uma cópia autêntica do título da sesmaria de terras que foi concedida ao aldeamento dos indígenas de Guarapuava. Oliveira pretendia, com os títulos, “[...] representar contra intrusos que se apossaram das mesmas terras” (APESP, Ofício, 18/11/1847, f. 270. Documento manuscrito).

O encaminhamento da questão pode ser verificado no ofício de 28 de março de 1847, onde o advogado dos índios,⁸¹ Dr. Joaquim Antônio Pinto José, solicita ao presidente de província, Manoel da Fonseca Lima e Silva, que a secretaria lhe esclareça sobre o que exatamente ele deveria “[...] examinar os livros antigos da Secretaria do Governo, principalmente, na parte que diz respeito à sesmarias” (APESP, Ofício, 28/03/1847, s/p. Documento manuscrito).

Em 9 de junho de 1848, o Diretor Geral dos Índios da província de São Paulo, remeteu trechos do seu relatório sobre o *Estado de civilização e catequese dos índios da Província*, que fora apresentado ao Governo Provincial com o objetivo de prever os aportes financeiros para o orçamento de 1848 – 1849. No documento, Oliveira destacou que tomou o cuidado, assim que fora nomeado para o cargo em março de 1848, de tomar conhecimento da situação do serviço que lhe fora incumbido, chegando à conclusão de que:

[...] convinha organizar das antigas aldeias as que eram suscetíveis disso, e chamar para elas o pessoal que ainda existia, e que achava disperso por se lhe haver esbulhado violentamente das terras, que desfrutava, e que nos primitivos estabelecimentos das aldeias foram dadas em propriedade aos índios (APESP, 09/06/1848, f. 82 – 83. Documento manuscrito).

⁸¹ O diretor geral dos índios da Província de São Paulo, José Joaquim Machado de Oliveira explica em seu ofício (APESP, Ofício. 16/03/1852, f. 200-201. Documento manuscrito), que o cargo de advogado dos índios foi criado para reivindicar as terras de que haviam sido concedidas aos indígenas da província de São Paulo por sesmaria, as quais lhes foram esbulhadas, defraudados com violência dos poderosos. O trecho do documento que trata do assunto, será reproduzido adiante.

O diagnóstico do diretor não se referia a um aldeamento específico, mas a situação geral dos aldeamentos da província. Sobre o aldeamento de Guarapuava, o diretor afirmou que estava em estado de decadência, aldeamento que em seu entender “[...] tantas esperanças suscitou em seu começo, e com o qual despendeu-se avultadas somas” (APESP, 09/06/1848, f. 84. Documento manuscrito). Mesmo em tais condições, Oliveira afirmou que buscou meios de reestabelecer o funcionamento do aldeamento, inclusive buscando em Guarapuava, cidadãos que pudessem se encarregar da diretoria do aldeamento, porém desistiu de seus desígnios quando soube que a:

Assembleia Legislativa Provincial fulminara o total aniquilamento deste aldeamento negando-lhe a consignação pecuniária com que o dotara por muito tempo, mandando retirar o destacamento da força policial que o protegia, e por sim autorizando a evacuação do seu já muito reduzido pessoal para ser transferido para o aldeamento do Campo de Palmas (APESP, 09/06/1848, f. 85. Documento manuscrito).

Oliveira relata que se ocupava paralelamente de cuidar e promover a estabilidade do Campo de Palmas, onde se alojavam indígenas retirados das matas pelo capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira, que anteriormente havia sido diretor do aldeamento de Palmas. E que segundo Oliveira, tratou de pôr entraves à ruína do aldeamento de Guarapuava, ao qual só lhe restava:

[...] unicamente por zelo pelos interesses público, tratar de subtrair a diversos intrusos a sesmaria de terra que foi concedida de propriedade ao aldeamento, e que de quase toda estão eles de posse: neste propósito, e a bem de fundamentar a representação que tenho em vistas fazer contra tão escandalosa defraudação, pedi a presidência, e já por duas vezes (em 22 de março e 18 de novembro do ano passado), que pela Secretaria do Governo se me remetesse uma cópia autêntica do título daquela sesmaria; e não se me havendo satisfeito esta requisição, ha isto obstado a que proceda como levo exposto (APESP, 09/06/1848, f. 90. Documento manuscrito).

Nesse momento, o diretor sugere que o Governo Provincial não tinha planos para o aldeamento de Guarapuava, a não ser deixá-lo sucumbir ao abandono, abrindo caminho para que oportunistas tomassem posse das terras destinadas aos Kaingang, apesar dos esforços contrários por ele empenhados.

Em 7 de novembro de 1848, José Joaquim Machado de Oliveira voltou a escrever ao presidente da Província de São Paulo, Vicente Pires da Mota. O ofício é citado em outro, datado de 16 de novembro de 1848. Escreve o Diretor Geral dos Índios que:

Em meu ofício de 7 do corrente ponderei a Vossa Excelência, que a desocupação da sesmaria, que foi concedida aos índios de Guarapuava, fazendo-se expelir dela os intrusos, que a desfrutam, concorreria para o bom êxito do chamamento das tribos do Paiquerê, pois que por esse procedimento demonstra-se, que se deve sustentar em toda sua integridade semelhante concessão (embora se pretende que se acha extinto aquele aldeamento), e que convém zelar e manter a propriedade dos índios. Neste intuito, e por dever do meu cargo reitero o [predito] que por três vezes tenho feito a presidência, de pela Secretaria do Governo enviar-se me uma cópia autêntica do título da mencionada sesmaria, para que possa servir de base à representação, que me cumpra fazer, reclamando contra semelhante usurpação de propriedade, sendo que um tal objeto deve revelar-me de qualquer importunação que por ventura se encare nesta reiterada exigência (APESP, Ofício, 16/11/1848, s/p. Documento manuscrito).

A informação de Oliveira sugere que o Governo Provincial desejava utilizar-se das terras do aldeamento para reunir os grupos Kaingang que residiam nas imediações do rio Piquiri, por isso a ocupação dessas terras por posseiros era um entrave a ser superado. Oliveira reitera ao presidente que, para que tivesse êxito na desocupação das terras, era de suma importância a cópia autêntica da sesmaria destinada aos indígenas. Porém, segundo o mesmo, ele já havia requerido tal documento três vezes a secretaria do governo, que não lhe enviara o título das terras.

Em 9 de novembro do mesmo ano, o Presidente da Província de São Paulo escreveu para Oliveira, orientando-lhe ao chamamento das “tribos” indígenas que habitam as margens do rio Piquiri, que, segundo o Diretor Geral dos Índios da Província: “[...] de algum tempo para cá ameaçam o distrito de Guarapuava, aldeando-as a uma antiga aldeia deste nome, ou algum outro local daquele território, que mais [achado] for para esse fim” (APESP, Ofício, 16/11/1848, s/p. Documento manuscrito). Para cumprir a determinação de reunir os Kaingang do Piquiri nas terras do antigo aldeamento de Guarapuava, Oliveira recorreu:

[...] ao Capitão Antônio da Rocha Loures, antigo morador e estabelecido no mesmo distrito, rogando-lhe que me indicasse o melhor modo de se levar a efeito essa tentativa, visto que sua capacidade se deve bastante experiência o habilitavam para aconselhar em semelhantes coisas (APESP, Ofício. 16/11/1848, s/p. Documento manuscrito).

Não se pode negar que Oliveira encontrou o homem “certo” para tal empreendimento, Antônio Rocha Loures havia integrado a Real Expedição comandada por Diogo Pinto, e como já foi tratado anteriormente, protagonizou vários combates com os Kaingang. No entanto, dependia ainda da resposta de Rocha Loures e da aprovação de seu nome pelo presidente Pires da Mota.

Anexado ao ofício de 18 de junho de 1849, por cópia manuscrita está o ofício do dia 17 de junho de 1849, no qual, o Advogado dos Índios, Joaquim Antônio Pinto Junior, escreve ao Diretor Geral dos Índios, comunicando-lhe que os indígenas de Guarapuava reivindicavam lhe terras que haviam sido concedidas a eles, e que por isso, requisitou “[...] providências acerca dos intrusos que se tem apoderado dos campos denominados – da Sepultura” (APESP, Ofício. 17/06/1849. In: APESP, Ofício. 18/06/1849, f. 66. Documento manuscrito). Antônio Pinto se viu embaraçado por não conseguir a restituição dessas terras, pois segundo o próprio, seu cargo de “advogado dos índios”, lhe impunha o dever de promover “[...] o direito dos mesmos, principalmente, no que diz respeito a reivindicação das terras que lhes foram dadas, e das quais se acham hoje esbulhadas” (APESP, Ofício. 17/06/1849; APESP, Ofício. 18/06/1849, f. 66. Documento manuscrito).

O Advogado dos Índios da Província alegara que fazia o que estava em seu alcance, porém, queixa-se dos poucos recursos dispostos para os custos indispensáveis da justiça, tendo por vezes empregar recursos próprios, mas que, no entanto, nessa causa lhe era impossível acudir as exigências dos indígenas, portanto, comunica ao Diretor Geral dos Índios da Província que:

[...] o estado em que se acham os índios da aldeia de Guarapuava, esbulhados dos seus melhores campos por meia dúzia de intrusos que confiam na fraqueza dos mesmos. Cumpre por [ilegível por rasura] servir a Vossa Senhoria, que por informações que tenho recebido de algumas pessoas conhecedoras do lugar, é de esperar-se ali muito breve algum sério desaguisado, pois os índios têm declarado, que a não obterem justiça eles a farão por suas próprias mãos, virão procurar recurso nas matas, já que não encontram na sociedade civilizada aquela proteção que se lhes havia prometido (APESP, Ofício. 17/06/1849; APSP, Ofício. 18/06/1849, f. 66. Documento manuscrito).

Antônio Pinto é enfático: os Kaingang expressavam que, se as autoridades não garantissem suas terras, eles fariam justiça pelas próprias mãos. Ao buscar informações sobre a questão, o advogado foi advertido pelo então major Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire

Rohan de que não se tratava de mera ameaça dos indígenas, nas palavras de Antônio Pinto, o major Rohan “[...] afirmou estarem os índios nestas disposições, e que são capazes de realizá-la” (APESP, Ofício. 17/06/1849; APESP, Ofício. 18/06/1849, f. 66. Documento manuscrito).

A possibilidade do conflito levava o advogado a presumir que a inação do Governo Provincial pudesse provocar a deserção dos indígenas, fazendo com que esses “[...] procurassem as matas levando consigo, além de conhecimentos que podem fazer reverter em prejuízo dos moradores daqueles lugares, o ódio e desconfiança que lhes incutisse o que eles chamam - abandono e falta de proteção” (APESP, Ofício. 17/06/1849; APESP, Ofício. 18/06/1849, f. 66. Documento manuscrito).

No âmbito judicial, o advogado afirma ser impossível tomar qualquer providência para resolver a contenda das terras do aldeamento de Guarapuava, pois a “[...] falta de recursos pecuniários, ao menos muito lenta, e por isso improfícua no caso vertente” (APESP, Ofício. 17/06/1849. In: APESP, Ofício. 18/06/1849, f. 67. Documento manuscrito). Mesmo assim, orientou o Diretor Geral dos Índios da Província a solicitar do governo providências administrativas, com base em dois documentos que enviara ao diretor Oliveira. Porém, não é mencionado no ofício o teor dos documentos, mas as medidas administrativas sugeridas por Antônio Pinto referiam-se a “[...] a nomeação de um diretor, que alheio aos interesses dos intrusos, a compenetrado dos direitos dos índios, me possa ali auxiliar com as providências que são indispensáveis para lançar fora aqueles intrusos” (APESP, Ofício. 17/06/1849. In: APESP, Ofício. 18/06/1849, f. 67. Documento manuscrito). O advogado termina o ofício alegando que não faltavam meios do Governo Provincial acudir ao mau que poderiam resultar em sérias consequências.

No dia seguinte, em 18 de junho de 1849, o Diretor Geral escreve para o Presidente da Província informando o ofício do Advogado dos Índios, a situação do aldeamento e dos indígenas de Guarapuava. Oliveira reforça ao presidente a questão do aldeamento de Guarapuava:

[...] conhecerá Vossa Excelência a arriscada situação em que se acha a antiga aldeia de Guarapuava, por causa de nada se haver providenciado a respeito de terem os índios dali sido escandalosamente esbulhados da posse e fruição da maior e melhor parte da sesmaria de terras que fora concedida em propriedades a referida aldeia; perigo aquele que não pode deixar de afetar a própria freguesia, por mediar pouco espaço entre esta e a aldeia (APESP, Ofício. 18/06/1849, f. 64. Documento manuscrito).

O diretor alega que por ter conhecimento do esbulho das terras e bens dos indígenas, vinha a três anos solicitando a cópia do título da sesmaria destinada ao aldeamento, com o objetivo já mencionado de documentar a representação contra os ocupantes das referidas terras. Nesse ofício de 18 de junho de 1849, o diretor, revela que o presidente lhe informara por ofício de 20 de janeiro de 1849 “[...] que o registro do mesmo título não se encontrava na respectiva sesmaria, a despeito de toda a diligência que se empregou em descobri-lo” (APESP, Ofício. 18/06/1849, f. 64. Documento manuscrito).

No mesmo ofício, temos a evidência que a movimentação do Diretor Geral em reaver as terras do antigo aldeamento da Atalaia não era motivado puramente de sua iniciativa. Seu relato esclarece que os Kaingang pressionavam as autoridades a fim de retomar as terras. Sobre isso escreveu Oliveira:

É sabido que Vitorino Condá, um dos índios do primitivo aldeamento de Guarapuava, que dali se retirara para o de Palmas; levando consigo um número não pequeno dos aldeados que nas matas pertenciam a sua tribo, e que é um dos concessionários daquela sesmaria tem dirigido ameaças aos intrusos e ninguém duvida que ele as porá em prática, incorporado com os que ainda subsistem em Guarapuava, logo que se desenganem da ineficácia de outro qualquer meio para recupera sua propriedade (APESP, Ofício. 18/06/1849, f. 64. Documento manuscrito).

Além de informar que Condá e seu grupo pressionavam pelas terras do aldeamento onde outrora viveram, o Diretor Geral reconhece que as terras do aldeamento haviam sido concedidas aos Kaingang, que eram concessionários da sesmaria, junto com os indígenas que ainda habitavam a vila de Guarapuava.

Levando em consideração a informação fornecida pelo advogado dos índios no dia anterior e os resultados da pressão exercida por Condá e seu grupo, Oliveira acata a sugestão do advogado e recomenda ao Presidente da Província que execute:

[...] alguma medida administrativa, que restabeleça aquela sesmaria em suas primordiais condições, fazendo retirar os intrusos que se assenhorearam dela a pretexto de arrendamento, para que assim se desassombrem os ânimos daquela gente, que conhecendo a Vitorino e os seus [seguintes?], tem por certo algum conflito, a não se deparar algum meio que possa obstá-lo (APESP, Ofício. 18/06/1849, f. 64-65. Documento manuscrito).

Ainda se valendo das sugestões do advogado, Oliveira sugere ao governante que se indique um diretor para o aldeamento, para que ele cuide dos interesses dos indígenas e de execução quando lhe for determinada a recuperação dos campos do aldeamento. Contudo, parece que o diretor não se atentou para a recomendação do advogado de indicar para o cargo, um diretor alheio aos interesses dos intrusos, e propôs para o cargo, o nome do:

[...] capitão Antônio da Rocha Loures era como o diretor [nato?] daquele aldeamento; e ninguém melhor do que ele preencheria este cargo, por isso tornava-se [escusado?] enquanto este prestante cidadão viveu nomear outro; [ilegível] o seu falecimento, pondo em orfandade aqueles índios, além de esvaecer as esperanças que [concebe?], de que só pelos seus conselhos e interferência poder-se-ia conseguir o chamamento a civilização das tribos indígenas do Paiquerê, que tão infensas se fazem ao distrito de Guarapuava (APESP, Ofício. 18/06/1849, f. 65. Documento manuscrito).

Nesta época, Antônio da Rocha Loures, tinha grande influência em Guarapuava, pois com o Pe. Chagas Lima ausente da liderança que ocupava, o militar e fazendeiro “[...] se torna a principal autoridade política, jurídica e militar da freguesia” (Durat, 2019, p. 339). Mesmo assim, apesar de ter sido indicado pelo Diretor Geral dos Índios da Província, a nomeação do diretor do aldeamento de Guarapuava recaiu sobre Joaquim Garcia.

Garcia assumiu a diretoria de um aldeamento que só existia no papel, enquanto os “aldeados” ameaçavam os fazendeiros que haviam ocupado suas terras. Durat (2019), com base na documentação por ele analisada, relata que:

No dia 9 de março de 1850, Manuel Moreira dos Santos Junior compareceu em Castro, munido de alguns documentos probatórios, de que ele era o legítimo proprietário de uma porção de terras no lugar, denominado de Sepultura, e que um homem, nomeado de Bugreiro, incitava os indígenas residentes na vila de Guarapuava para o acompanharem na ocupação do dito terreno, afirmando que eram de posse dos “índios” (Durat, 2019, p. 345).

Segundo o historiador, o Juiz Municipal em 12 de março de 1850, encaminhou um ofício ao presidente de província de São Paulo, informando a autoridade “[...] sobre um possível conflito a respeito das terras e campos denominados de “Sepultura” (Durat, 2019, p. 344). Conforme, explica o autor, no ofício, o juiz solicitou providências do diretor geral:

O estancieiro Manuel Moreira lançava um conjunto de questões que nem mesmo a província sabia responder, sugerindo que os indígenas

apresentassem para as autoridades competentes os documentos comprobatórios de que eram legítimos proprietários das terras dos campos da Sepultura. Manuel Moreira desafiava, dessa forma, várias instâncias administrativas da província de São Paulo, para que apresentassem, também, os títulos definitivos da terra reclamada pelos Kaingang (Durat, 2019, p. 345).

Provavelmente, requisitado pelo Diretor Geral dos Índios da Província a prestar informações do que acontecia em Guarapuava, o diretor do “aldeamento” de Guarapuava, Joaquim Garcia, escreveu em 22 de março de 1850, informando-o que:

[...] no dia 20 do corrente apresentou-se nesta vila vinte índios de ambos os sexos vindos de Palmas, com a deliberação de entrarem nos campos denominados - sepultura - campos estes onde se acham seus cidadãos habitantes desta vila com posse de ditas propriedades e mais há mais de vinte anos, mais ou menos. (APESP, Ofício. 22/03/1850. In: APESP, Ofício. 11/04/1850, f. 171. Documento manuscrito).

Talvez, a nomeação de Rocha Loures não tenha sido acatada pelo Governo Provincial, justamente porque ele próprio, e seus familiares figuravam como possesores das sesmarias destinadas aos indígenas, como demonstra Durat (2019). Além do estancieiro Manuel Moreira, outros fazendeiros ocupavam as terras requeridas pelos Kaingang, portanto, ameaçados pelos indígenas, “Eram eles: Francisco Manoel de Assis França (Major França) e Francisco Ferreira da Rocha Loures (Tenente Loures); figuras importantes na vila de Guarapuava” (Durat, 2019, p. 346).

Conforme o ofício de 22 de março de 1850, do diretor Garcia, e como anteriormente previsto, Condá e seu grupo, investiram contra os ocupantes das terras que no passado foram destinadas ao aldeamento. Se deslocaram de Palmas, determinados a retomarem os campos de Sepultura, os quais, no entendimento do diretor Joaquim Garcia, estavam sobre o domínio de posseiros há mais de vinte anos.

Na compreensão do diretor do aldeamento, os indígenas foram seduzidos por Joaquim Bernardo – conhecido por Bugreiro, que incitara os Kaingang a tomarem posse dos campos “[...] sem estarem ao menos documentados para mostrarem se os ditos campos lhe pertencem, ou não, só sim com o simples pretexto de que aquele terreno em alguns tempos lhe fora dado pelo governo” (APESP, Ofício. 22/03/1850. In: APESP, Ofício 11/04/1850, f.171. Documento manuscrito). Envolto no contexto local, mais exposto a pressão dos interesses dos fazendeiros,

Garcia parece ter aberto discordância do entendimento do advogado e de seu chefe imediato, o diretor Oliveira, que anteriormente afirmavam as terras serem de direito dos indígenas.

Embora tenha sido implementada a medida administrativa sugerida pelo advogado dos índios, e por intermédio da solicitação do diretor geral, é explícito que o diretor nomeado para o aldeamento de Guarapuava, não estava em sintonia com o que esperava as duas autoridades da diretoria geral dos índios da província. Garcia ainda informa que os Kaingang lhe pediram uma guia para entrarem nas terras, ao que o diretor do aldeamento justificou a Oliveira que não a concedeu por não se achar autorizado. Na sequência, Garcia relatou seu proceder ao diretor Oliveira:

[...] empreguei alguns esforços de chamá-los a pacificação e de tê-los no rocio desta vila até que chegue este ao conhecimento de V.... ; e mandar-me um esclarecimento do que deverei obrar a respeito, o que assevero a V.... é que deverá pedir ao governo da província enérgicas providências a fim de vedar algum resultado terrível; por quanto os índios intentam de positivamente chamarem-se a posse destes mencionados campos por conselhos de outros iguais, sem se lembrarem do comprometimento que talvez vão cometer por não estarem com aquelas formalidades precisas e aqueles proprietários que se acham de posse protestam defenderem, por conseguinte espero que V.... tome em ponderação, e quanto antes informe a respeito e me remeta o resultado para meu governo” (APESP, Ofício. 22/03/1850. In: APSP, Ofício 11/04/1850, f.171. Documento manuscrito).

O conteúdo demonstra que Garcia concentra seus esforços em garantir que os Kaingang não retomem a posse das terras, voltando sua atenção no fato desses não possuírem documentos que os resguardecem. Porém, não tem a mesma preocupação sobre a falta dos documentos que comprovem que as terras fossem de propriedade dos atuais ocupantes.

O diretor do aldeamento de Guarapuava alega que os “proprietários” não se opunham a entregar os campos requeridos pelos indígenas, afirmando que estes “[...] cedem o direito a quem pertencer, principiando pelos seus legítimos canais e não despoticamente e a poder de forças como tentavam” (APESP, Ofício. 22/03/1850; APESP, Ofício 11/04/1850, f.171. Documento manuscrito). No entendimento do diretor do aldeamento de Guarapuava, a demanda das terras não era uma deliberação dos indígenas, mas de Joaquim Bernardo - o bugreiro, classificado por Garcia como “malvado e vagabundo”.

Durat (2019) esclarece que o “bugreiro” era casado com uma mulher indígena e, para retomar os campos da Sepultura, “[...] alimentava uma ampla rede de relações com outros

grupos indígenas, inclusive, buscou apoio entre os que estavam reunidos em Palmas” (Durat, 2019, p. 345).

O ofício de 22 de março de 1850, remetido por Joaquim Garcia, Diretor do Aldeamento de Guarapuava, ao Diretor Geral dos Índios da Província, foi copiado e anexado ao ofício de 11 de abril de 1850, e encaminhado ao presidente da Província de São Paulo, cargo ocupado ainda por Vicente Pires da Mota.

Mencionando o ofício do diretor do aldeamento de Guarapuava, Oliveira classifica a deliberação dos Kaingang como criminosa. Por outro lado, reafirma seu entendimento pretérito afirmando que os indígenas pleiteavam “[...] se apossar a força dos campos de sesmária que outrora fora concedida a aquela aldeia, e que estão ocupados por intrusos” (APESP, Ofício. 11/04/1850, f. 170. Documento manuscrito). Considerando as informações do ofício de seu subordinado, Oliveira pede ao presidente da província que tome providências para evitar o acirramento do conflito em Guarapuava, que já havia sido previsto em junho de 1849.

Em 27 de janeiro de 1851, o diretor Oliveira novamente emite ofício destinado ao presidente de província Pires da Mota. No documento, Oliveira aponta que em nove de dezembro de 1850, o Presidente da Província havia exigido informações sobre os aldeamentos indígenas, mais especificamente sobre as alterações que tenham ocorridas nos aldeamentos após o último informativo, que ocorrera em oito de novembro de 1850. O diretor afirma ter solicitado as informações aos diretores dos aldeamentos, que seriam remetidas até o fim do mês de janeiro. Justificada a demanda do Presidente de Província, Oliveira discorre sobre o projeto de reorganização dos antigos aldeamentos.

[...] no teor do regulamento número 426 de 24 de julho de 1845 e para o que nomearam-se diretores, ainda não se há verificado porque de precedência essa medida devia se tratar de reivindicar as terras que foram defraudadas aos índios, e que estão hoje sob o domínio de [apotentatos?] que mais de sua antiga e atroz preponderância sobre esta infeliz e espezinhada raça, entram hoje em seus cálculos probabilidades difamantes a justiça do país e que são ou bem ou mal fundadas no intuito de reabilitar os índios em sua antiga propriedade, fui mais que pontual em solicitar do Governo Imperial da Presidência e Assembleia Legislativa desta província os meios adequados para instaurar e sustentar semelhante reivindicação, desatendidas foram minhas instâncias a respeito (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 4. Documento manuscrito).

O regulamento 426 de 24 de julho de 1845 mencionado por Oliveira, refere-se ao *Decreto nº 426 de 24/07/1845 – Regimento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos*

Índios. O ofício deixa claro o descontentamento do diretor geral dos índios da Província de São Paulo com a ineficiência do Estado em retomar as terras pertencentes aos aldeamentos, ou seja, destinadas aos indígenas, o que inviabilizava qualquer ação da diretoria, que segundo Oliveira expunha os indígenas ao vexame, pois, a:

[...] presidência que nada providenciou pelo que não se podendo efetuar aquela reorganização existem as coisas como antes, isto é, os índios que enxotados de suas terras, resignaram-se a esta prepotência, vivem dispersos e como em abandono e os que de ânimo menos apoucado, e ousaram recalcitrar andam foragidos ou transferiram-se para outros lugares, evitando assim animosidades e rumores dos seus contrários (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 5. Documento manuscrito).

Oliveira é enfático em afirmar que o Governo Provincial não atendeu a principal demanda por ele requisitada, isso é, a desintrusão dos ocupantes das terras do aldeamento, medida que era essencial para que outras ações fossem implementadas pela diretoria geral dos índios, e/ou pela diretoria local do aldeamento. Oliveira ainda declara que a nomeação do diretor do aldeamento de Guarapuava expedida pelo presidente da província em 22 de junho de 1850, não surtiu efeito diferente das demais terras que estavam na mesma situação, pois idêntica era a raiz do problema, sem destinar as terras dos aldeamentos aos indígenas, não era possível reorganizá-lo.

É preciso considerar que, a questão das terras dos aldeamentos, buscadas pelo diretor Oliveira, está num contexto maior, quando o Império discutia a questão de terras, que culminaria na promulgação da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, a *Lei de Terras*. Segundo João Pacheco de Oliveira (2016), nesse período:

Os governos provinciais vão, sucessivamente, declarando extintos os antigos aldeamentos indígenas, e incorporando os seus terrenos a comarcas e municípios em formação. Paralelamente, pequenos agricultores e fazendeiros não indígenas consolidam as suas glebas ou por arrendamento, estabelecem controle sobre parcelas importantes das terras que, na ausência de outros postulantes, ainda subsistiam na posse dos antigos moradores. (Pacheco de Oliveira, 2016, p. 207).

Esse contexto contribui para explicar o empenho do Diretor Geral dos Índios da Província para identificar os documentos das terras de Sepultura, que haviam sido destinadas aos Kaingang de Guarapuava e ao buscara aliados para fortalecer as condições das instalações

do aldeamento de Palmas, no intento de assegurar que os Kaingang permanecessem ocupando aquelas terras.

Ao informar sobre o aldeamento de Palmas, Oliveira justificou que melhor não poderia fazer do que copiar a representação que fizera em 26 de maio de 1850, e que fora originalmente endereçada a Assembleia Legislativa da província. O Diretor Geral adverte ao presidente de província que a representação enviada à assembleia poderia causar um pensamento de profundo desgosto no governante, mas que não era equiparável ao que ele conhecera a frente da diretoria geral dos índios da província de São Paulo.

A representação do diretor Oliveira a Assembleia Legislativa talvez não tenha causado somente desgosto, mas vergonha ao presidente da província, a quem o diretor não eximiu da responsabilidade pela situação dos aldeamentos.

Senhores deputados da Assembleia Legislativa Provincial, convencido pela dolorosa experiência de cinco anos, que nada há a esperar do governo o benefício dos índios desta província, [voltados?] sempre a objeção e ao extermínio, ainda me resta o último recurso, o de dirigir-me na qualidade de diretor geral dos mesmos índios ao corpo legislativo provincial, que sempre atentou para o bem estar dessa desditosa raça, consignando-lhe subvenções as mesmas que quando [modisas?] tinham sido, ao menos exprimem suas tendências benignas em prol dela (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 8. Documento manuscrito).

Conforme a comunicação, Oliveira recorreu a assembleia com o objetivo de angariar aliados para o reestabelecimento e fortalecimento do aldeamento de Palmas, que segundo suas informações, desde que assumira estava em decadência. De acordo com o diretor, tal aldeamento havia começado em 1840 para abrigar um grupo indígena da região, retirados das matas “[...] a efeito dos devotos e filantropia do cidadão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira, fazendeiro do Chopim, podendo servir de núcleo as tribos que ainda vagueiam por aqueles sertões cuja ferocidade é proverbial” (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 8. Documento manuscrito).

Para o Diretor Geral, os Kaingang constituíam-se em uma adversidade aos tropeiros e viajantes que transitavam pela região, e o aldeamento poderia ser útil como um posto avançado para atenuar os efeitos das excursões de grupos errantes no território já povoado. Essa é a justificativa que Oliveira elenca para convencer o governante, almejando remover o aldeamento para as margens do rio Iguaçu, local em que sua opinião “[...] onde melhor poderia preencher

os indicados fins e reorganizá-lo no teor do decreto regulamentar número 426 de 24 de julho de 1845” (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 8. Documento manuscrito).

Para que isso fosse realizado, Oliveira indica que seria necessário a nomeação de um diretor para o aldeamento, o qual procurou entre os moradores do distrito que considerou idôneos, dos quais, somente o subdelegado da povoação de Palmas, Francisco Ignácio de Araújo Pimpão “imolou-se”, isso é, ofereceu-se em sacrifício para cargo. No entanto, para se “sacrificar”, Pimpão condicionou o aceite a “[...] um ordenado, que pudesse equivaler a outro qualquer meio de subsistência, que por ventura renunciasse para bem exclusivamente servir esse emprego” (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 8. Documento manuscrito). Acontece que o *Regimento acerca das Missões de Catequese e Civilização do Índios* previa que empregos nos aldeamentos deveriam ser exercidos gratuitamente, portanto, o Diretor Geral dos Índios da Província não poderia atender à solicitação do subdelegado.

Destarte, alegando estar convencido da importância de promover o aldeamento dos campos de Palmas, Oliveira relata que foi “[...] assíduo em dirigir-me ao Governo geral pela Secretaria do Estado dos Negócios do Império, solicitando o provimento do soldo de tenente coronel do exército a aquele cidadão, que servisse o cargo de diretor deste aldeamento” (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 9. Documento manuscrito). Conforme Oliveira, a primeira vez que solicitou essa demanda foi em 27 de maio de 1847, e por não obter retorno, copiou a mesma instância por cinco vezes, mas só obteve a resposta quase três anos depois, somente em 15 de março de 1850. A resposta da Secretaria do Estado foi anexada a representação na Assembleia, nela consta:

4ª Seção. Rio de Janeiro. Ministério dos Negócios do Império, em 15 de março de 1849. Sendo presente à Sua Majestade, o imperador, o ofício de 19 do mês passado, no qual Vossa Senhoria insiste em solicitar que se marque uma gratificação, correspondente ao soldo de tenente-coronel ao indivíduo que for nomeado diretor do aldeamento do Campo de Palmas. Manda o mesmo Augusto, Senhor, declarar-lhe que o governo já decidiu sobre consulta do Conselho de Estado, que o respectivo regulamento, dando as graduações do brigadeiro ao diretor-geral e de tenente-coronel aos parciais, quis com esse incentivo que para tais cargos fossem nomeados pessoas que não precisassem de remuneração pecuniária. Se porém, a experiência em uma outra província provar a impossibilidade de achar sem gratificação pecuniária, pessoas suficientemente habilitadas para tais cargos, às assembleias províncias respectivas cumpra providenciar como for compatível com o estado das rendas da província e com a importância dos aldeamentos onde for indispensável uma semelhante medida. Deus guarde a Vossa Senhoria. Visconde de Montenegro. Senhor diretor-geral dos índios da província de São Paulo. (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 13. Documento manuscrito).

O Diretor Geral alegou que independentemente da resposta, a quebra do silêncio assentava um assunto que demandava pronta decisão, pois os indígenas de Palmas já estavam impacientes “[...] pelo não cumprimento das muitas promessas que se lhes houvera feito ao subtraí-los às matas, ainda os pôde conter ali o cidadão Hermógenes, com a esperança de que o novo regulamento providenciaria o seu bem estar” (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 9. Documento manuscrito). Porém, a falta remuneração fez com que Hermógenes também declinasse do cargo, o que segundo Oliveira causou desespero entre os Kaingang liderados por Viri, o qual mandou:

[...] avisar os seus sequazes no propósito de abandonarem o aldeamento retraindo-se as matas ou quando não procurando na província de São Pedro um dos estabelecimentos de catequese que se erigiram no distrito da Cruz Alta e para cujo pronto engrandecimento ministram-se todos os meios adequados. - Preferido foi o segundo alvitre, porque contra o primeiro preponderava o receio de reencontros com as tribos suas adversárias: e assim o aldeamento de Palmas teve de ser desfalcado de maior e melhor parte do seu pessoal; comprometendo-se destarte a catequese por aquele lado da província. Os índios evadidos deste aldeamento não foram aceitos no de Nonoái da província de São Pedro, a que deram preferência por pertencerem a tribos que nas matas guerreavam os deste estabelecimento; e retrocedendo para a província de onde tinham saído, dirigiram-se à fazenda de Hermógenes, e ali quase à força se estacionaram firmes na obstinação de não regressarem para o aldeamento de Palmas onde tinham sido vítima das mais cruéis privações em conexão com o duro é imoral tratamento do destacamento policial, que fora ali postado, e que ali por vezes os espoliará do mesquinho produto do seu trabalho (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 9. Documento manuscrito).

Não se deve desconsiderar o interesse de Oliveira em convencer os membros da assembleia a lhe darem apoio, e lhe concederem recursos para aportar no aldeamento de Palmas, mas fato é que, é evidente que os Kaingang pressionavam o diretor geral dos índios e as autoridades locais para manutenção das terras do aldeamento e de recursos para manutenção dos grupos ali instalados.

Apesar de Oliveira afirmar que os Kaingang pretendiam seguir para o sul, eles não o fizeram, não apenas por lá estarem outros grupos com os quais o grupo de Viri guerreava, mas também porque Hermógenes prometeu-lhes que, se voltassem para o aldeamento de Palmas, lhes forneceria vestuários e ferramentas. Entretanto, segundo o Diretor Geral dos Índios, o fazendeiro não dispunha de meios para cumprir a promessa aos Kaingang. Mais uma vez, parece que o objetivo de Oliveira consistia em angariar recursos por intermédio da assembleia

provincial, para isto, justifica que: “A evasão de Viri e seus sequazes do aldeamento de Palmas a esse tempo arrastaria certamente do restante dos índios desse aldeamento” (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 10. Documento manuscrito).

Oliveira argumenta, que provisoriamente a demanda dos indígenas do aldeamento vinha sendo mantida por fazendeiros da região, esperando que a Assembleia Provincial disponibilizasse os meios que anualmente destinava ao aldeamento, mas que o provimento foi suspenso pelos fazendeiros quando esses entenderam que havia o propósito do governo em nulificar o aldeamento de Palmas. O Diretor Geral dos Índios da Província de São Paulo provoca, afirmando que o abandono dos indígenas pela assembleia se dava porque “[...] os índios por sua mofina não têm votos nas eleições” (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 10. Documento manuscrito).

O diretor salientou ainda que a negativa em promover o aldeamento de Palmas, reavivou nos Kaingang a intenção de deixarem o aldeamento, o que já estava acontecendo, e como consequência, correrias, assassinatos e espólio assolariam a região, o que segundo ele, já estava em curso, exemplificando com o ofício que lhe havia enviado à Câmara municipal de Castro em 1849, o qual anexou a representação:

Ilustríssimo Senhor. - A Câmara Municipal desta vila, comunica a Vossa Senhoria que a pouco houveram duas mortes no lugar Cavernoso distrito da vila de Guarapuava, perpetradas pelos índios, talvez por causa da suma pobreza em que vivem, cujas necessidades bem V. S.^a conhecerá pelo ofício junto do cidadão Hermógenes Carneiro Lobo. - Esta Câmara espera da filantropia de V. S.^a que providenciará a respeito dessa pobre classe, a fim de que sejam minoradas suas necessidades. - Deus guarde a Vossa Senhoria. Paço da Câmara Municipal da Vila de Castro, em sessão ordinária de 11 de julho de 1849. Ilustríssimo Senhor, brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira. D. Diretor-geral dos indígenas desta província. - José Joaquim Marques e Souza. Manoel Ribeiro de Oliveira. - João Batista Carneiro Lobo. - João Moreira Gomes. Joaquim José Borges. (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 13. Documento manuscrito).

A comunicação expedida pela câmara de Castro converge com a narrativa exposta por Oliveira, o qual insistira que a falta de provimentos ao aldeamento consequentemente refletia na intensificação dos ataques realizados pelos indígenas, os quais, em 1849, mataram duas pessoas na região do rio Cavernoso. Outra coisa que fica evidente no documento emitido pela Câmara de Castro é a influência de Hermógenes Carneiro Lobo, a quem a vereança confiou o

ofício a ser apresentado ao diretor Oliveira. Cabe ressaltar que um dos vereadores possui o mesmo sobrenome do fazendeiro de Palmas.

Com a debandada de parte dos Kaingang, por conta da extinção do estabelecimento, Oliveira informa que: “Apenas restava no aldeamento de Palmas o índio Vitorino Condá, antigo catecúmeno do de Guarapuava que ali se acolhera com alguns dos seus afeiçoados” (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 10. Documento manuscrito). Para o Diretor Geral dos Índios da Província, a permanência de Condá e seus liderados se devia ao intuito de adquirirem ao próprio arbítrio meios de se manterem, e não por qualquer promessa, pois esses já haviam experimentado as promessas não cumpridas pelo Governo Provincial.

Ao ver do Diretor Geral, a situação em que os Kaingang se encontravam era de responsabilidade da falta de ação do Governo Provincial, o que motivou a um aproveitador estimular os índios a cometerem o que, ao seu entender, era um crime, pois os Kaingang estavam a afrontar “[...] as autoridades da vila de Guarapuava e exigindo delas com ameaças a reassumir o usufruto dos campos denominados da Sepultura que fazem parte da sesmaria de terras que fora concedida a antiga aldeia desse nome” (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 10. Documento manuscrito).

Para Oliveira, os intrusos que haviam tomado posse das terras destinadas aos indígenas se aproveitavam do que ele classificou de “criminosa complacência das autoridades territoriais”, tomando posse e se prevalecendo sobre os executores da lei. Para sustentar sua acusação ao governo e aos membros da assembleia, Oliveira copiou o trecho do ofício de 22 de março de 1850, citado anteriormente, onde o diretor do aldeamento de Guarapuava lhe informara que os indígenas vindos de Palmas, reivindicavam os campos de Sepultura em 20 de março de 1850.

Segundo o Diretor Geral dos Índios, se o governo e a assembleia provincial tivessem apoiado o reestabelecimento do aldeamento de Palmas e de Guarapuava, as mortes decorrentes do ataque ocorrido na região do rio Cavernoso, relatado pelos membros da Câmara municipal de Castro poderia ter sido evitado, pois, em seu entender, o ataque dos indígenas fora motivado pela “fome, a nudez e o abandono em que se achavam” (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 11. Documento manuscrito).

Oliveira se ressentia da vergonha de ser cobrado por Hermógenes, que exigia do Governo Provincial e do próprio diretor geral, que lhe socorresse com recursos das “[...] quotas designadas para aquele aldeamento nas leis do orçamento provincial, a fim de por esse meio

neutralizar as malignas preocupações que discriminava nos índios” (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 11. Documento manuscrito). Segundo Oliveira, Hermógenes mantinha em seus limites as necessidades dos indígenas, o que os mantinha tranquilos, porém, isso não significava que os indígenas não fossem expostos a sofrimentos e privações.

O Diretor Geral argumenta que, por vários ofícios, requereu ao Governo Provincial que lhe disponibilizasse recursos do ano financeiro de 1848 a 1849, para adquirir objetos necessários aos indígenas de Palmas, mas nunca obteve resposta do governo da província, que conforme afirma, nem se deram ao trabalho de acusar o recebimento dos ofícios onde fizera as solicitações.

Perturbado com o silêncio do Governo Provincial, e divagando em conjunturas, Oliveira só compreendeu o motivo do silêncio quando leu o relatório do presidente da província, onde o presidente argumentara, conforme Oliveira: “[...] que do emprego dessa quantia nenhuma vantagem e utilidade resultaria ao público, sem que isso procedesse o ensino religioso, industrial e moral aos índios, que fossem arrancados a vida errante e selvática” (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 11. Documento manuscrito).

O Diretor Geral considerou contraditório o argumento do presidente de província, já que, em sua opinião, as medidas implementadas no aldeamento da Faxina (próximas ao rio Verde, no atual Estado de São Paulo), renderam louvor ao Governo Provincial. Ainda conforme Oliveira, é dessa recusa em amparar o aldeamento de Palmas que foram intensificados os ânimos dos Kaingang que nele habitavam. Baseado nas informações de Hermógenes, Oliveira atribui a inercia do governo a causa das execuções comunicadas pela câmara de Castro e a ação dos Kaingang “[...] para reverem a fruição dos campos da sepultura” (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 12. Documento manuscrito).

Destarte, Oliveira afirmou que, é com dissabor, mas também com convicção, que se viu compelido em fundamentar a representação a Assembleia Legislativa, a fim de fazer-lhes compreender com todas as evidências a “[...] necessidade de se reabilitar e manter-se a importante aldeamento do Campo de Palmas, reduzido hoje a última decadência; importância que lhe dá sua posição topográfica e as bem fundadas esperanças de servir ele de núcleo às tribos selvagens que erram por aqueles sertões” (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 12. Documento manuscrito).

Para Oliveira, pairavam preconceitos e apreensões sobre o aldeamento de Palmas, e que, para reverter isso, empregou esforços para não permitir que chegasse ao estado de ruína em que

se encontrava. O diretor se mostrara convicto de ter realizado as obrigações de seu cargo, dentro das condições que dispunha. Oliveira ainda alega que seria responsável, e que declinaria com responsabilidade caso houvesse quem se opusesse as suas ações.

Insistindo em reestabelecer o aldeamento de Palmas, Oliveira sugeriu que a assembleia designasse as quotas dos anos anteriores para que fossem aplicadas ao aldeamento, caso não houvessem sido prescritas. Sua proposta foi de que a assembleia decretasse com base na:

Lei do Orçamento a gratificação mensal que corresponde ao soldo do tenente-coronel do exército para ser aplicada ao diretor, que sendo nomeado para aquele aldeamento na forma do jurado regulamentar de 26 de julho de 1845, ali servir efetivamente. Essa medida é como insinuada pelo Governo Geral no aviso que me foi expedido pela Secretaria do Estado dos Negócios do Império, em data de 15 de março do ano passado (APESP, Ofício. 27/01/1851, f. 12. Documento manuscrito).

É notório que na representação que fizera a assembleia em 29 de maio de 1850, o Diretor Geral dos Índios da Província, lançou de todos os meios que dispunha para convencer os membros da assembleia legislativa da província de São Paulo, a reativar o aldeamento de Palmas, mesmo que para isso, tenha se exposto a se indispor com o presidente da província, colocando sua permanência na diretoria geral dos índios em risco.

Apesar de exposto, Oliveira permaneceu no cargo, já o presidente de província Vivente Pires da Mota terminou seu governo em 27 de agosto de 1851. O cargo foi ocupado por José Thomas Nabuco de Araújo, que assumiu o cargo na mesma data, e no dia 18 de dezembro de 1851, requereu por ofício ao diretor geral dos índios que lhe informasse sobre os aldeamentos da província.

Embora Oliveira justificasse que ainda não tinha recebido resposta do diretor do aldeamento de Guarapuava, ele escreveu ao presidente que, mesmo sem os dados do aldeamento, cumpriu o que Nabuco de Araújo determinou, dando conta da situação geral dos aldeamentos da província, que de forma geral não se diferenciavam muito daquele de Guarapuava. Sobre eles, escreve Oliveira que:

O restabelecimento das antigas aldeias de índios desta província que a princípio empreendi nomeando diretores, que foram aprovados pelo Governo Imperial, leve por feito não só o pensamento de congregar em uma só das localidades que por sesmarias tinham sido concedidas aos índios, o pessoal que ainda existisse dessas aldeias, organizando-o no teor do decreto regulamentar

nº 426 de 24 de julho de 1845, como o de reivindicar a prol da Fazenda Nacional essas excelentes terras que na primitiva constituíram a propriedade das aldeias, e das quais posteriormente foram os índios defraudados com violência repelidos pela prepotência e iniquidade de homens poderosos, confiados menos em suas riquezas do que no patronato e conivência nas autoridades, a quem cumpria acautelar esses bens e velar sobre os direitos e bem estar da raça indígena, que cansada da luta da conquista, entregou-se a todo o [fracasso?] aos vencedores; exibem que por tais espoliações andassem os índios foragidos, dispersos ou confundidos na massa da população branca, nunca perderam a ideia de viverem em comum, e ao abrigo de uma autoridade tutelar, que por eles peculiarmente se interessasse garantindo-os de mais perseguições e de certo eles se congregariam facilmente com a expectativa de ter uma paradeiro sua vida errante e precária, e com a certeza do usufruto dos seus trabalhos. Com estas vistas proveu-se o cargo de advogado geral dos índios sob a cláusula de ser exercido gratuitamente e solicitou-se do governo, e ao depois da Assembleia Provincial a prestação de um quantitativo para ocorrer a despesa de custos dos processos da reivindicação das terras, e de que, por modo algum se devia onerar o advogado; ao tem havido uma obstinada denegação e pelo que dali se infere antepondo-se a continuação dos males a que foram e estão expostos os desgraçados índios, por o motivo da sua não reintegração em seus primordiais direitos, a essa mesquinha prestação que poderia dar em resultado benefícios a essa gente desvalida e espezinhada e em acréscimo de valor a propriedade nacional.

Esta nova decepção porque passaram os índios, dando o mesmo se não maior ousadia aos seus defraudadores, com o que estes mais se obstinaram em mais violências e perseguições, causou-lhes grande queda d' ânimo, porque dissipava-se-lhes a esperança que então lhes houvera suscitado o novo regulamento, por cuja virtude contavam com a sua reabilitação e consequente bem estar futuro e assim extraviados como antes, expelidos de toda parte por ali vivem, a maior parte à mercê da gente caridosa; uns dando seu serviço em troca de uma miserável subsistência, e outros vítimas das vicissitudes que sugerem a indigência e a penúria. (APESP, Ofício. 16/03/1852, f. 200 – 201. Documento manuscrito).

Especificamente sobre o aldeamento de Guarapuava, Oliveira declarou que a história deste era bem conhecida, desde sua fundação até a decadência, marcada pela “[...] dispersão da maior parte dos índios que lhe pertenciam, dispersão que foi ocasionada por um ato fulminado pela Assembleia Legislativa Provincial” (APESP, Ofício. 16/03/1852, f. 202 – 203. Documento manuscrito). O Diretor Geral dos Índios ainda ressaltou que, em 1846, escrevera uma “memória” sobre os indígenas da província, que apresentara ao governo imperial, em que tratara com minúcia sobre o aldeamento, texto que foi publicado na revista do IHGB, Oliveira (1867), já mencionado nesta tese.

Após ressaltar que a decadência do aldeamento de Guarapuava, que segundo Oliveira se deu após a morte do Pe. Chagas Lima, o Diretor Geral rememorou que alguns indígenas que permaneceram no aldeamento dirigiram-lhe:

[...] reclamações contra os intrusos, e arrendatários recalcitrantes, que se haviam assenhorado dos campos da sesmaria; neste sentido solicitei providências da presidência da província, que não se julgando autorizada a dá-los aconselhou por ofício de 19 de junho de 1849, que os queixosos podiam recorrer ao poder judiciário (Os pobres e desvalidos índios em incide com temiosa contra o poderio e sobrançeria dos usurpadores da sua propriedade !?) Terminarei este artigo dizendo que para o cúmulo de desventuras deste aldeamento, acontece que desapareceu da Secretaria da Presidência o registro das sesmarias que lhe foi concedida em 4 de setembro de 1818, e cujo autógrafo existiu em poder do padre Chagas até ao seu falecimento (APESP, Ofício. 16/03/1852, f. 203 – 204. Documento manuscrito).

A informação deixa claro que os Kaingang cobravam a restituição das terras que lhe haviam sido destinadas em 1818, sendo elas Atalaia e Sepultura, mas que a postura do Governo Provincial em indicar a resolução por via judicial, era inadequada frente ao poder dos usurpadores. Por fim, Oliveira afirmou que o registro da sesmaria concedida aos indígenas do aldeamento em 4 de setembro de 1818, que até a morte do Pe. Chagas Lima estava com o pároco, simplesmente desapareceu da Secretaria da Presidência da Província.

É obvio que o documento foi surrupiado por alguém que tinha interesse nos campos e acesso à secretaria do governo, ou quiçá, esse documento nem tenha chegado à secretaria do governo, sendo extraviado logo que o Pe. Chagas Lima tenha deixado Guarapuava em 1928. Talvez o estancieiro Manuel Moreira dos Santos Junior, já soubesse que o documento não estava em posse do Estado, quando em 9 de março de 1950, desafiou as autoridades da província de São Paulo que apresentassem os títulos das terras requeridas pelos Kaingang.

Quanto a representação que fizera à Assembleia Provincial em março de 1850, Oliveira justificou ao novo presidente da província que só o fizera devido a situação decadente do aldeamento de Palmas, objetivando conter o abandono do aldeamento pelos indígenas que consequentemente implicaria em ataques destes. Como Oliveira alegou ter ocorrido em 1851, quando:

[...] a horda de indígenas selvagens, que no ano passado invadindo os campos da Vacaria da província de São Pedro perpetuou-se ali horrosos atentados, conheceram-se índios que foram catecúmenos de Guarapuava, e que a haver nisso exatidão a outros não podem ser se não os que deste aldeamento emigraram para o de Palmas (APESP, Ofício. 16/03/1852, f. 206. Documento manuscrito).

Mesmo sem deixar de considerar o interesse de Oliveira em justificar a necessidade de manter os indígenas aldeados em Palmas, os campos de Vacarias podem parecer relativamente distantes para a atuação dos Kaingang de Guarapuava e Palmas. Porém, a documentação e a historiografia, evidenciam a transitoriedade entre os Kaingang do aldeamento de Palmas para a então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, ligadas pela Serra Geral. Para Oliveira, era preciso “chamar à “civilização” os indígenas que vagavam pelas matas da “[...] cordilheira geral que na primitiva serviu de refúgio ao que restou das tribos que foram cruamente desbaratados, porque, levadas por um instinto natural ousaram apor-se a conquista” (APESP, Ofício. 16/03/1852, f. 207. Documento manuscrito).

Passados exatos dois meses do ofício de Oliveira, de 17 de maio de 1852, um grupo de indígenas chegou à fazenda do alferes Domingos Floriano Machado, o qual remeteu ofício ao Presidente da Província em 18 de dezembro de 1852, informando que:

[...] no dia 17 de maio próximo passado aparecerão e minha fazenda esta nos campos da Laranjeira neste distrito quarenta indios de guerra com algumas famílias, vindos dos certões do Parana, e todos na melhor paz e sem algum indicio de hostilidade a vista do que eu os conservei em minha casa por alguns dias e em sua retirada eu os municeiei com algumas ferramentas e roupas (APESP, Ofício. 18/12/1852, f. 57. Documento manuscrito).

O alferes ainda informou, sem detalhar o possível motivo, que, ao partirem, os indígenas deixaram em sua casa uma moça indígena de aproximadamente 20 anos e dois menores. Por informações dadas pela jovem, Floriano Machado narra no ofício que esse grupo “[...] são os selvagens que antigamente vinhão a estes lugares sem cometer violencias, e q a cinco annos mais ou menos, tem cometido as maiores atrocidades, e os mesmos que incendiarão o acampamento do Hagu” (APESP, Ofício. 18/12/1852, f. 57. Documento manuscrito).

Fato interessante é que a indígena que permaneceu na fazenda supostamente tinha algum domínio sobre o idioma português, para que informasse com detalhes a ação do seu grupo, levando o fazendeiro sugerir que seria esse grupo o responsável pelo incêndio no acampamento de Chagú. Outro ponto que se deve refletir é sobre o motivo pelo qual seu grupo a deixou na fazenda, sugiro que para acompanhar a movimentação do fazendeiro e de seus familiares, para depois informar aos indígenas para traçarem a melhor estratégia de ataque a fazenda, que como veremos adiante, será atacada com vigor em fevereiro de 1854.

Ainda com base nas informações dadas pela jovem que ficou na fazenda, Machado afirma que “[...] existem nestas imediações vinte cinco toldos pelo que concludo a existência de mil e quinhentos índios mais ou menos” (APESP, Ofício. 18/12/1852, f. 57-58. Documento manuscrito).

Justificando o grande contingente de indígenas que viviam na região, o fazendeiro argumenta não possuir meios de suprir a reivindicação dos mesmos por roupas e ferramentas, e solicitou ao Presidente da Província que lhe colocasse algum dinheiro ou ferramentas e tecidos de algodão para lhes distribuírem, salientando que essa seria uma maneira de chama-los à vida civilizada e prevenir-se de possíveis ataques.

O Presidente da Província de São Paulo, Josino do Nascimento Silva, escreveu ao Diretor Geral dos Índios solicitando que fornecesse recursos ao fazendeiro dos campos das Laranjeiras. Por sua vez, Oliveira encaminhou em anexo o ofício do presidente com a solicitação para a tesouraria provincial, a qual respondeu diretamente ao presidente que já havia recursos destinados para a despesas dos aldeamentos de Palmas e Guarapuava, e ainda um recurso destinado para a catequese dos indígenas da província que ainda não havia sido empregado. Essas informações constam no ofício encaminhado pela tesouraria provincial em 01 de fevereiro de 1853.

Em ofício de 18 de março de 1853, o diretor Oliveira comunica o presidente da província que alguns objetos que não serviriam em uma expedição de vistoria a abertura da estrada entre Guarapuava e o rio Paraná, seriam entregues ao fazendeiro, a quem também remeteria:

[...] a quantia de 200 reis em ferramenta [rasurado] e vestuario grosso para com isso brindar-se os índios que eram esperados na fazenda do alferes Machado, e no caso de haver agora oportunidade de condução para Guarapuava, pode se aqui fazer o emprego dessa quantia nesses objetos e que virá a sahir por metade do que se faria, naquela villa e irem elles a cargo do chefe da expedição a fim de serem ali entregues ao alferes Machado (APESP, Ofício. 18/03/1853, f. 33. Documento manuscrito).

A documentação relacionada a Diretoria Geral dos Índios da Província de São Paulo, evidencia que após a extinção do aldeamento de Guarapuava e a usurpação das terras destinadas aos indígenas, os Kaingang não demoraram em articular a retomada dessas áreas, pressionando as autoridades de todas as esferas político-administrativas para fazer cumprir seus intentos, cuja movimentação do diretor geral dos índios da província é um indício da pressão que sofria dos Kaingang. Porém, como se verá, a questão da recuperação das terras de Atalaia e Sepultura, se

desdobram na segunda metade do século XIX, após ser emancipada a Província do Paraná, e é a partir desse momento que os Kaingang intensificaram suas investidas, utilizando-se de diversas estratégias.

No relatório de Zacarias de Góes e Vasconcellos, primeiro Presidente da Província do Paraná, criada pela Lei nº 704 de 20 de agosto de 1853, consta que:

No primeiro de fevereiro do corrente anno, huma porção de índios selvagens, dos que percorrem o immenso sertão, que ha entre o Paranã e o municipio de Guarapuava, tendo assaltado a fazenda do alferes Domingos Florianno Machado, matou-o e á oito pessoas de sua família, ferio gravemente a mais cinco, e, levando comsigo o que na casa havia de mais valor, o resto entregou á devastação e á ruina. (Paraná, 15/07/1854, p. 3).

O acontecimento relatado pela autoridade provincial não especifica as possíveis motivações do ataque, aparentemente fica expresso que os indígenas são criminosos que mataram e roubaram a fazenda. A sequência do relato aponta que a localização da fazenda, próxima a “orla do campo”, portanto, vizinha de bosques habitados pelos indígenas ocasionou o ataque, inesperado, já que os indígenas costumavam visitar a fazenda, e recebiam presentes de seu ocupante. O revés se deu porque confiante da “amizade” que mantinha com os indígenas, Domingos Floriano Machado:

[...] pensando, que ia repetir-se huma dessas scenas, á que estava habituado, e disposto á retribuir a visita dos selvagens com os mimos do costume, apenas advertido da aproximação dos indios, sahio-lhes ao encontro sem cautela alguma a recebel-os; mas logo ferido mortalmente achou da na deslealdade deles, e no próprio descuido (Paraná, 15/07/1854, p. 4).

Na percepção do relator, o convívio entre o fazendeiro e os indígenas era pacífico, justificado pelos presentes que ele oferecia aos indígenas como “prova de amizade”, que não foi retribuída pelos “desleais selvagens” que se aproveitaram do descuido para roubar o que tinha de mais valor na propriedade. Seguidamente a este acontecimento;

No mesmo dia, e quasi ás mesmas horas, outro grupo de selvagens poz em assédio a fazenda de José Nogueira do Amaral, mas ahi não lograrão ao seo intento, porque pessoas na casa resistirão-lhes com energia, até que, socorridas oportunamente. Os poderão repellir. (Paraná, 15/07/1854, p. 4).

Os ataques, quase concomitantes, às duas fazendas, indicam que não foram por mera ocasião de roubo oportuno, quando os indígenas se aproveitaram da pacífica convivência com os fazendeiros. A simultaneidade dos ataques e o *modus operandi* dos indígenas condizem com uma estratégia de guerra, utilizada pelos Kaingang em outros momentos da história dos *Korambang-rê*, que foram tratados anteriormente, mas que voltarão a ser mencionados no decorrer desta tese.

Ao que parece, o Governo Provincial agiu de forma autônoma no que diz respeito a questão indígena. Na documentação consta que praticamente a transição da questão indígena na administração da recém-criada província do Paraná foi às cegas, já que, conforme o relatório do presidente, não havia ainda funcionários encarregados da “[...] catequese e civilização dos índios”, pois segundo consta, a província de São Paulo, também não havia informado o presidente sobre a situação da questão indígena. Nesse momento, o presidente expressou que a colonização de indígenas:

He hume desgraça, mas a verdade obriga-me a dizer-vos que, nesta província, onde os indios selvagens aos milhares (a camara municipal de Guarapuava avalia em mais de 10 mil os que percorrem os sertões do Paraná) habitão o território de certos municipios (Paraná, 15/07/1854, p. 60).

A estimativa demográfica baseada no cálculo da câmara municipal de Guarapuava não deve ser considerada, pois não se sabe como tal número foi estimado, mas o que posso apontar, é que a quantidade de indígenas na província do Paraná certamente causava incômodos tanto às autoridades locais, quanto à autoridade provincial.

Conforme consta no relatório, as poucas informações colhidas pelo relator expressam que, parte dos indígenas que estavam em Guarapuava estavam vivendo no aldeamento de Palmas, mas que esses “enfrentavam a miséria” por não terem terras suficientes para cultivar. Porém, mesmo assim os aldeados de Palmas defendiam a vila de Guarapuava quando esta era atacada pelos indígenas que viviam nas matas e espalhavam “[...] susto e o terror por entre a gente civilisada, tomão a defesa della, expondo a vida com generosidade tão mal retribuida!” (Paraná, 15/07/1854, p. 60).

Os aldeados de Palmas eram liderados pelo cacique Viri que, acompanhado de mais treze indígenas, visitaram o Presidente da Província, ao qual solicitaram ferramentas, armas, animais e terras. Dentre os pedidos do cacique, o que mais chama atenção é que lhe entregassem

um de seus filhos que estava na casa de uma pessoa no município de (Curitiba?). Segundo consta no relatório, os pedidos de Viri foram atendidos.

O grupo liderado por Viri, aldeado em Palmas, era composto de quarenta e cinco homens e cento e sete mulheres e crianças, que ao todo somavam cento e cinquenta e duas pessoas. Conforme o relatório, esses indígenas encontravam-se abandonados e em estado de penúria. Situação que o presidente de província demonstra tentar reverter com a indicação de um diretor geral dos índios da nova província, e com a solicitação ao governo imperial para que esse disponibilizasse um missionário para que, “[...] conserve á religião e á vida social esses índios, já mansos, e chame á fé e á civilização outros, que por ali vivem em hordas errantes; e mais solicitaria se não conhecesse a penúria de missionarios actualmente á disposição do governo” (Paraná, 15/07/1854, p. 61).

A intenção do governante é melhor expressa quando ele justificou que, na província, havia uma inumerável quantidade de indígenas que, se civilizados e inseridos na sociedade, poderiam ser aproveitados para o trabalho e a indústria, ao mesmo tempo que suas terras seriam liberadas para serem exploradas. O governante alega que a ação compete ao governo central, o qual:

[...] mais que á ninguém, a solução dessa difficuldade, que tanto lhe dá que pensar, porem á vós não he ella estranha, se não muito do vosso dever e interesse, cabendo, segundo o acto addicional, na alçada das assembléas provinciaes promover, cumulativamente com a assembléa e governo geraes, a catechese e civilização dos indigenas. (Paraná, 15/07/1854, p. 62 - 63).

No caso da nova província do Paraná, o presidente Góes de Vasconcellos advertiu que o uso da força aniquilaria os indígenas, porém a força não os reduziria a um local especificado ou os manteriam aldeados. Para ele somente o evangelho os abrandariam e os fariam aderir a vida social. Após comparar a violência utilizada pelos bandeirantes com a atuação dos padres nas reduções católicas, os quais, em sua concepção, teriam se utilizado apenas da cruz e do evangelho para reduzir os indígenas, o presidente afirmou que: “Só os meios brandos, só a religião, que em si os resume e sublima, ha de, pois, effectuar verdadeiramente a civilização dos nossos indígenas.” (Paraná, 15/07/1854, p. 63).

Apesar do discurso por meios brandos, um aspecto bastante relevante é que nesse momento, as autoridades locais de Guarapuava e o Governo Provincial optaram pela força, e trataram da questão indígena como caso de segurança pública e de propriedade. Em face aos

acontecimentos, foi solicitado a criação de uma delegacia de polícia, e houve mudança da própria estratégia de policiamento, que foi determinada pelo governo da província que “[...] expedio ordem para que a força publica, em vez de concentra-se na villa, como era de costume, se postasse e percorresse aquelles lugares, que, por arredados do povoado, estavam mais expostos ás correrias dos indios” (Paraná, 15/07/1854, p. 4).

No plano administrativo, embora a documentação não permita relacionar os acontecimentos de Guarapuava com a mudança da direção geral dos índios da província, fato é que no decreto de 9 de abril de 1854 “S. M. o Imperador por bem conceder ao coronel Manoel Ignacio do Canto e Silva a exoneração, que pediu, do cargo de director geral dos indios desta província” (Paraná, 06/09/1854, p. 29). Na mesma data, mas por outro decreto, foi nomeado o novo diretor, Francisco Ferreira da Rocha Loures, filho do Capitão Antônio da Rocha Loures.

O diretor exonerado, dentre outras reivindicações, havia informado que os indígenas solicitavam a restituição de seus campos que haviam sido usurpados por particulares, terras que, segundo o Vice-presidente da Província, estavam “[...] por providencias com o fim de obter-se a restituição” (Paraná, 06/09/1854, p. 30). Sobre o novo diretor geral dos índios da província informa o Vice-presidente:

[...] como verá V. Ex.^a particularmente do officio de 27 de maio dirigido á presidência, encontrarão os mesmos indios no segundo um quasi pae, e amigo já conhecido e desvelado, onde elles mais abundão, homem igualmente de fortuna, geralmente estimado, mantendo muitas relações com os indios, seus vizinhos, e seu sincero defensor, o qual pela sua parte tem já tambem tratado de advogar seu bem estar e conveniencias, solicitando diversas medidas (Paraná, 06/09/1854, p. 30).

Mesmo com tantos atributos, o Diretor Geral dos Índios foi substituído. A mudança sugere que o Governo Provincial dispndia atenção especial para a questão indígena na região de Guarapuava, pois o diretor nomeado, Francisco da Rocha Loures, tinha diversas propriedades na região, e inclusive, era um dos posseiros que haviam ocupado os Campos da Sepultura, como bem demonstrou Durat (2019). Portanto, seus interesses estavam aliados aos da província, tanto que as ações policiais implementada pelo Governo Provincial são levadas adiante.

A estratégia do Governo Provincial de percorrer “as matas” seguiu o policiamento ostensivo, que certamente pretendia desencorajar a ação dos indígenas, prevenindo novos ataques ou deixando a tropa a pronto emprego em caso de necessidade, tal como o que

aconteceu em vinte e nove de maio de 1854, quando, aproximadamente sessenta indígenas, atacaram novamente “[...] a casa de José Nogueira do Amaral, sendo repellidos, com perda de dous d’entre eles, pelas praças de linha e mais pessoas que ali estavam” (Paraná, 15/07/1854, p. 4).

Mas não foram só os praças de linha e civis não-indígenas que atuaram na defesa das fazendas atacadas. No relatório elaborado por Theofilo Ribeiro de Rezende, Vice-Presidente da província, consta que o líder do aldeamento de Palmas, o cacique Viri, juntamente com seus homens, ofereceram-se ao delegado de polícia para perseguir e afugentar os indígenas que faziam ataques aos fazendeiros. Conforme consta no relatório, a autoridade provincial não concordou com a ação e solicitou que a expedição de Viri fosse dissolvida ou regressasse, porém, no relatório consta que as autoridades não alcançaram o cacique e seus homens. Olhando para todo o contexto, é de se supor que as autoridades não tenham conseguido convencer Viri a desistir de seu intento.

Em meados de julho de 1854, enquanto um grupo de indígenas aldeados em Palmas sob a liderança de Viri percorriam as matas a procura dos indígenas que atacavam as fazendas, o chefe de polícia de Guarapuava dirigiu-se diretamente ao governo imperial sugerindo a fundação de uma colônia militar no município de Guarapuava. Porém, como informa o Vice-Presidente de Província, o governo imperial certamente não iria deliberar sobre o assunto sem audiência da presidência, que ainda precisaria de esclarecimentos do diretor dos índios sobre a situação:

Tres mezes pouco mais ou menos cecorrêrão sem que houvesse noticia alguma do cacique Virí e sua comitiva, e com fundamento se temia que tivesse sido victima de sua tenacidade.

Os habitantes de Palmas, que descansavão na vigilância e socorro deste cacique, começarão a desanimar, e nutrir receios de serem agredidos pelos índios, que se reputavão já vencedores de Virí instando por providencias, que immediatamente se derão (Paraná, 06/09/1854, p. 7).

Em agosto de 1854, o cacique retornou da expedição com alguns de seus homens feridos, no entanto, capturaram “[...] cinco índias bravas e doze creanças, que aprisionara n’um encontro que tivera, no qual houve, alem desses prisioneiros, alguns mortos e feridos” (Paraná, 06/09/1854, p. 7).

O Vice-Presidente, que anteriormente reprovou e exigiu a dissolução da expedição, reconheceu que “[...] o cacique Virí com parte de sua tribo do aldeamento de Palmas acaba de prestar um novo serviço indo ao encontro dos índios bravos com o duplo fim de attrahil-os ao seio da sociedade, ou de afugental-os” (Paraná, 06/09/1854, p. 32).

Embora os ataques dos indígenas às fazendas da região de Guarapuava sejam em primeiro momento interpretados pelo Governo Provincial como crimes contra a segurança das pessoas e da propriedade, é preciso lançar duas questões: **a)** Por que guerreavam os índios da província do Paraná? Especialmente os que investiam ataques sobre os fazendeiros da região de Guarapuava; **b)** Por que Condá e Virí juntos com seus grupos estavam aliados a elite guarapuavana e ao Governo Provincial?⁸²

Para a primeira questão, compreendemos que os Kaingang não lutavam pelo interesse dos não-indígenas, mas pelo controle de uma parcela de seus antigos *Koran-bang-rê*. Para a segunda questão, propomos que os Kaingang aldeados encontraram entre os não-indígenas a aliança para derrotar os Kaingang “do mato”. Aliados, os *fóg kupri* não incomodavam, e ainda proviam os recursos necessários para que os aldeados mantivessem sua guerra contra seus inimigos preferenciais e históricos. Com isso, os Kaingang vislumbraram requerer suas terras, para de, certa forma, manter o domínio de seus antigos *Koran-bang-rê*. Essa disputa ficou invisível aos “brancos”, pois esses não reconheceram a importância da disputa, pois eles próprios somavam-se as motivações como provedores de recursos.

O presidente Góes e Vasconcellos parece ter aproximado sua percepção do que sugiro ser uma das principais motivações da beligerância: os indígenas guerreavam por suas terras, onde estavam as sepulturas de seus antepassados, o elo cosmológico com seus ancestrais, já para os *fóg*, estas terras significava a expansão das campanhas para criação de gado, portanto transformadas em mercadoria:

⁸² Mota (2023b) escreveu sobre os primeiros vinte cinco anos da biografia de Victorino Condá, o *Fuoc-xó* (Pinheiro Preto ou Pinhão Preto), como explica o autor. Neste texto, Mota (2023b) apresenta com desenvoltura a habilidade com que Condá estabeleceu um arco de alianças baseado na extensão do parentesco por seus casamentos, engrossando o corpo de guerra para suas lutas faccionais com outros grupos Kaingang. Além disso, Condá também estabeleceu relações com alianças com famílias “mestiças” de Guarapuava e com membros da elite guarapuavana, através de relações de compadrio, especialmente com a família Rocha Loures, para se sobressair frente aos *Dorin*, seus inimigos históricos e consolidar sua liderança entre os *Votoron* e *Camé*. Mais do que se deter a trajetória de Condá, o trabalho de Mota (2023b), discute o panorama histórico, sociológico e espacial em que *Fuoc-xó* estava inserido, demonstrando o alcance de sua política e a profundidade temporal, em que ele e seu grupo (*Votoron*) atuaram nos *Koran-bang-rê*.

Pelo que toca a terrenos destinados ao uso dos Índios, a injustiça, de que tem sido victimas os selvagens, que acreditarão na civilização dos seus conquistadores, é manifesta e incontrastavel. Senhores primitivos do terreno vastissimo, que ha poucos annos os homens chamados civilizados (nisso não desempenhárão completamente a expressão) repartirão entre si, com o direito da força e superioridade da pólvora e bala sobre o arco e flexa, estão hoje reduzidos a não ter campos onde apascentem seus animaes, nem terras que lavrem, para tirar os gêneros de que se alimentem (Paraná, 08/02/1855, p. 47).

Para o Presidente de Província, a solução para tal situação não era questão de filantropia e nem poderia ser resolvida às pressas, pois o caso exigiria medidas e averiguações que demandariam tempo, porém, sua sugestão era que:

[...] ou se hade desapropriar uma porção de terreno para uso do aldeamento, ou reivindicar o que já tinha esse destino, e se há usurpado aos Índios mansos, como é parecer de muitas pessoas, ou obter do governo que, das terras devolutas, consigne a tão importante fim um tracto sufficiente (Paraná, 08/02/1854, p. 48).

O relato do presidente sugere que os indígenas da região de Guarapuava estavam motivados a recuperar suas terras, no caso, as sesmarias de Atalaia e Sepultura, que haviam sido repartidas entre fazendeiros da região. Como veremos adiante, vigorou a última sugestão do presidente de província, a obtenção de terras “devolutas” para implementação de um aldeamento.⁸³

Enquanto as terras não foram destinadas aos indígenas, os ataques em Guarapuava persistiram. Em maio de 1855,⁸⁴ Góes de Vasconcellos relatou que no período entre oito de fevereiro de 1855, até primeiro de maio do mesmo ano, os fatos mais notáveis referentes a segurança da província, foram:

[...] os assaltos dos indios selvagens no municipio de Guarapuava, uma vez que na fazenda do capitão Hermogenes Carneiro Lobo Ferreira, districto de Palmas, e outra na do cidadão Francisco Ferreira da Rocha Loures, districto daquela villa, factos que trazem sobresaltados os fazendeiros em geral, que habitão aquella parte da província (Paraná, 01/05/1855, p. 10).

⁸³ Isso só acontece com a fundação do aldeamento Marrecas em 1880.

⁸⁴ Esse relatório é de 01 de maio de 1855, porém também se encontra data referente a 01 de maio de 1856. Com o sequenciamento das fontes, foi possível precisar que ele é de 1855.

É importante mencionar que tanto Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira e Francisco da Rocha Loures, não eram simples fazendeiros. Suas relações com os Kaingang e com a questão de suas terras eram conhecidas. Mesmo assim, não há destaque para o fato de que Francisco Ferreira da Rocha Loures ocupava o cargo de Diretor Geral dos Índios da Província, ao mesmo tempo em que era possessor das terras de Sepultura, como demonstrou Durat (2019).

Outra questão a ser destacada é que, se anteriormente o Governo Provincial desaprovava as ações de Viri, agora, o presidente ainda ressalta que foi o cacique que estava ajudando a conter os ataques dos indígenas a Guarapuava e Palmas, e por isso o governante havia disponibilizado munição e armas para ele e seu grupo.

Por isso, dadas as providencias, que as circunstancias aconselhavão, como fosse o fornecimento de algumas armas e munições ás autoridades do lugar, a mudança de algumas dellas, que parecião menos activas &c., julguei a proposito remeter ao cacique Virí e a seus valentes súbditos alguns mimos, o que effeituou-se, já sendo V. Ex. chefe de policia da província, e com a sua valiosa cooperação (Paraná, 01/05/1855, p.10).

No relatório de primeiro de março de 1856, o Vice-presidente da Província Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan afim de arrefecer os ataques dos indígenas a Guarapuava, sugere que a implantação de uma colônia militar aos moldes da de Jatahy “[...] conviria estabelecer no campo do Xagú, para pôr o municipio de Guarapuava ao abrigo dos assaltos dos selvagens, a cuja redução convem proceder, com todo empenho” (Paraná, 01/03/1856, p. 44).

Xagú ou Chagu está localizada sudoeste do rio Cavernoso, região onde hoje encontram-se os municípios de Rio Bonito do Iguaçu. Nova Laranjeiras e Laranjeiras do Sul, portanto, área contígua à delimitação que essa pesquisa indica ser os *Koran-bang-rê*.

Beaurepaire Rohan destaca que apesar dos esforços em prol da colonização, os indígenas que habitavam a província somavam em torno de dez mil, e que eram mais hostis que as feras que habitavam os sertões. Para ele, os indígenas eram inúteis e prejudiciais a província, e, portanto, deveriam ser reduzidos, conforme havia sido empreendido anteriormente pelos jesuítas. Segundo ele: “A redução dos selvagens depende de tres condições essenciaes: conquista, catechese e civilisação. A primeira é uma questão de policia; a segunda o predico da religião; e a terceira o resultado da industria” (Paraná, 01/03/1856, p. 50).

O posicionamento do Vice-presidente de província expõe claramente o que aparentemente estava implícito até aqui, a província do Paraná tratou a questão indígena como

uma questão de polícia. A autoridade distingue a ação da polícia do processo de conquista iniciado no século XVI, no molde que foi empreendida pelos bandeirantes, mas em seu entendimento, o governo deveria iniciar o processo de redução pela conquista, e suas palavras não deixam dúvidas da opção:

Eu quero, certamente, a intervenção da força armada; mas quero-a empregada com intelligencia, e mais como meio de defeza, que de ataque. Se, pois, uma numerosa escolta penetrasse os nossos sertões, e fosse em procura dos alojamentos dos selvagens, e, longe de lhes fazer a menor aggressão, os mimoseasse com utensís e ornamentos, procedendo, para com elles, de modo a lhes captar a confiança, posso assegurar que, dentro de cinco annos, estarão amansados todos os selvagens, que hoje prejudicão as nossas fazendas (Paraná, 01/03/1856, p. 50).

Na percepção do governante, o uso da força, submeteria os indígenas a autoridade provincial, fazendo com que os indígenas reconhecessem a suposta superioridade dos conquistadores. Posteriormente, a catequese os faria reconhecer “as boas intenções” dos procedimentos utilizados pelo governo, e por fim, o trabalho remunerado na indústria ou em abertura de estradas os incluíam a civilização, na qual seriam diluídos entre a população através da miscigenação. Conforme os argumentos racistas por ele elencados:

A presença da raça caucasica tende certamente a extinguir todas as mais raças, em que se divide a especie humana; mas é pelo cruzamento que se deve operar esse fenômeno providencial, como já entre nós se póde observar, tanto a respeito dos primitivos habitantes do Brazil, como a respeito da raça ethiopica, de que futuramente não haverá um só traço em nossa população (Paraná, 01/03/1856, p. 51 – 52).

A presença dos povos indígenas em todo o atual Estado do Paraná atesta que, apesar da ideia do Vice-presidente, a diluição étnica não prosperou. Por outro lado, as ações dos povos indígenas e do Governo Provincial demonstram uma questão central no século XIX, a disputa por território, sobretudo na região de Guarapuava. Entende-se que até a escolha do diretor geral dos índios da província tenha sido influenciada pelas questões locais, já que quem ocupava o cargo nesse período residia e possuía fazenda no município, o brigadeiro Francisco da Rocha Loures, a quem Beaurepaire Rohan enaltece e sugere melhor remuneração, já que na visão do vice-presidente, o diretor geral dos índios teria que deixar seus interesses de lado para exercer funções militares, devido a província ser povoada por indígenas beligerantes.

A militarização da questão de como tratar os indígenas implementada pelo Governo Provincial, que instrumentalizou também seus inimigos tradicionais, os “indígenas aliados”. A expedição conduzida pelo cacique Viri e seus homens e as demais “demonstrações de lealdade” as autoridades provinciais, teve preço, e foi cobrada por Viri, que queria a patente militar e remuneração pela atividade exercida.

Este cacique, sabendo que seu companheiro Condá, chefe dos aldeamentos de Nonohai, tinha o soldo de capitão, requereu igual vencimento, declarando que, se não fosse atendido, teria de se retirar de Palmas. Receiando eu que elle realisasse esse projecto, o que seria uma verdadeira calamidade para todo aquelle districto, de que é a unica defeza, mandei lhe dar 15U000 rs. mensaes. O director geral propõe que se lhe dê um fardamento, assim como ao seu tenente, o que tenciono effectuar, para que elle receba mais uma demonstração de apreço, que o deve lisongear (Paraná, 01/03/1856, p. 55).

É evidente que o cacique Viri tinha uma apurada percepção do que acontecia e angariou a força do Governo Provincial aos interesses de seu grupo, o qual sugiro ser o controle indígena de pelo menos uma parcela dos antigos *Koran-bang-rê*. Ao me referir ao controle dos *Koran-bang-rê*, entendo que esse território já havia sido em parte conquistado. Os Kaingang, no entanto, reivindicavam a territorialidade da qual se apropriaram, as terras de Atalaia e Sepultura, porém permanecer nessas terras, lhes possibilitava acessarem outras partes de seus antigos territórios. Garantir a posse das terras a eles destinadas, significava permanecer com trânsito para áreas próximas, onde buscavam recursos de caça, coleta e sobretudo, acesso a seus locais sagrados, como por exemplo, as sepulturas de seus ancestrais.

Na primeira semana de 1857, o Vice-presidente de província, José Antonio Vaz de Carvalhaes, apresenta um relatório em que a presença indígena na região de Guarapuava foi um dos motivos elencados por ele para justificar que fosse criada um termo com juiz letrado em Guarapuava,⁸⁵ pois, além da distância da comarca de Castro, havia “A presença de alguns milhares de indigenas naquelle territorio” (Paraná, 07/01/1857, p. 29).

No relatório seguinte, contraditoriamente, o governante salienta que no aldeamento de Guarapuava “[...] já não ha vestígios e os poucos indios que ainda hoje existem misturaram-se com a população” (Paraná, s.d./1857, p. 93). Entende-se que Vaz de Carvalhaes refira-se ao

⁸⁵ A proposta de Vaz de Carvalhaes foi acatada, pois conforme consta no Relatório do Presidente de Provincia de sete de janeiro de 1858 (Paraná, 07/01/1858, p. 7 – 8), foi alterada a divisão judiciaria separando a jurisdição de Guarapuava da de Castro, conforme decreto de 14 de fevereiro de 1857.

antigo aldeamento de Atalaia, o qual, após o ataque de 1825, ficou inoperante, sendo transferido para a vila, onde se desintegrou após a morte de Pe. Chagas Lima. A ideia de “integração” dos indígenas à população de Guarapuava, ressaltada pelo governante, teve o objetivo de descaracterizar os indígenas, portanto, de não justificar a necessidade de se “reaver” as terras que lhe pertenciam.⁸⁶

Sobre os Kaingang de Palmas, o Vice-presidente aponta que havia dentre os grupos de indígenas aldeados, um grupo liderado pelo capitão Victorino Condá e outro grupo sob a liderança do cacique Viri, que ocasionalmente trabalham nas aberturas de estradas ou prestavam apoio aos moradores de Guarapuava, contra os indígenas que os atacavam.

Sobre a atuação do Diretor Geral dos Índios da Província, Vaz de Carvalhaes expressa em seu relatório que, embora o brigadeiro Francisco da Rocha Loures ocupasse o cargo, esse despendia atenção demasiada com seus negócios particulares, o que atrapalhava seu desempenho no cargo público. Para o Vice-presidente da província, a questão poderia ser solucionada com o aumento do ordenado do Diretor Geral, já que esse conhecia o costume dos indígenas e estava acostumado a lidar com eles. Portanto, se fosse melhor remunerado, poderia deixar seus negócios de lado, se tornando “[...] de grande auxílio ao governo, no empenho não só da catechese dos selvagens, como da exploração dos rios, e melhoramentos em geral da viação da província” (Paraná, s.d./1857, p. 94).

Porém, apesar de todos os atributos de Rocha Loures, este não pôs fim aos ataques dos indígenas da região, pelo contrário, a atuação do diretor parece girar em torno dos interesses de permanecer junto a outros fazendeiros ocupando as terras que outrora foram destinadas aos Kaingang, motivando o ataque e as reivindicações destes.

Em 1857, os indígenas sequestraram uma mulher e assassinaram seu marido e seus dois filhos na região que hoje corresponde ao atual município de Porto União (SC), mas que na época, pertencia a província do Paraná. Em linha reta, a sede do atual município está localizada a aproximadamente 106) quilômetros a sudeste de Guarapuava e aproximadamente 20 quilômetros da fronteira sudeste do que essa pesquisa estima ser os *Koran-bang-rê*. Em consequência do ataque dos indígenas, a fim de fazer a segurança dos moradores da região, o Vice-presidente da província ordenou que um destacamento de primeira linha se deslocasse

⁸⁶ Como explica Pacheco de Oliveira (2016; 2022), a alegação de que os indígenas teriam se misturado, e portanto, transformados em “mestiços”, abria caminho para que as terras do aldeamento fossem vendidas a particulares. Em escala diferente, a situação dos “índios misturados?” do Nordeste, abordada por Pacheco de Oliveira (2016), não difere significativamente dos de Guarapuava a partir de meados do XIX.

para o distrito, objetivando evitar novos ataques. Porém, receoso pelo resultado de experiências anteriores, Vaz de Carvalhaes não ordenou a perseguição dos indígenas, temendo que esses revidassem. Seu temor foi expresso no relatório:

[...] lembrado da carneficina, á dous annos praticada pelos indios bravos em castigo do assalto dado a uma fazendade criar, não tive coragem de tomar sobre mim a responsabilidade de igual matança, e deixei, por isso, de mandar perseguir os bugres, limitando-me ás providencias precisas para evitar novas aggressões (Paraná, s.d./1857, p. 94 – 95).

Nessa ocasião, a estratégia do Governo Provincial foi diferente. Justificando a necessidade de resgatar a mulher que provavelmente estava em cativeiro sob poder dos indígenas, o Vice-presidente Vaz de Carvalhaes solicitou a presença do frei Mathias de Genova para dirigir uma expedição de resgate, mas também, segundo o Vice-presidente, o missionário seria responsável pela “[...] escolha de situação própria á fundação de um aldeamento nas vizinhanças do porto da União, para promover-se a catechese dos bugres que por ali vagam” (Paraná, s.d./1857, p. 95).

A intenção de incumbir o frei não prosperou, mas conforme consta no relatório do presidente da província do Paraná de sete de janeiro de 1858, o Governo Provincial “[...] fez marchar para aquelle districto um destacamento de 1.^a linha, afim de evitar a repetição de taes excursões; essa força foi ultimamente retirada mas substituída por um official e praças da companhia de policia” (Paraná, 07/01/1858, p. 4).

Até então, a mulher levada pelos indígenas não foi localizada, e não houve notícias sobre seu destino. O que fica evidente na documentação é que, durante a década de cinquenta do século XIX, o Governo Provincial agiu em duas frentes: a) Realizar excursões militares para reprimir os indígenas; b) Criar aldeamentos no entorno da área que estimo ser os *Koran-bang-rê*, tanto em Chagú, em 1856, quanto em Porto União, em 1857. Tais proposições parecem coincidir com os locais dos ataques dos indígenas.

No início de 1858, Francisco Liberato de Mattos, então presidente da província do Paraná, optou por não tratar dos indígenas do aldeamento de Guarapuava. O argumento por ele utilizado para não abordar o assunto é que “[...] os poucos indios, que ainda existem, estão confundidos com a população, que della se não podem considerar parte distincta” (Paraná, 07/01/1858, p. 22).

A alegação do governante de que não havia indígenas em Guarapuava, revela justamente o contrário, porém remete-nos a ideia de que os indígenas estariam integrados a sociedade nacional, portanto, não teriam mais direitos a suas terras em Guarapuava. Enquanto, por outro lado, os indígenas aliados do Estado são reconhecidos, bem como seus aldeamentos, como é o caso dos aldeados em Palmas, liderados por Viri e Victorino Condá.

O ano de 1858, no entanto, não terminou sem que os indígenas mantivessem os ataques no entorno de Guarapuava. Na Colônia Thereza Cristina, um grupo de indígenas denominados de “Paequêres” atacaram e mataram uma família que havia se distanciado três léguas da colônia para colher erva-mate, conforme consta no relatório do Presidente de Província Francisco Liberato de Mattos: “[...] uma família composta de 2 homens, uma mulher e seu inocente filho, quando appareceram os selvagens, e a sacrificaram ao seu furor brutal” (Paraná, 07/01/1859, p. 2).

O ataque espalhou o terror aos habitantes da colônia, fazendo com que alguns deixassem a localidade. Em resposta, o Governo Provincial enviou um destacamento de praças de primeira linha para a colônia, a fim de reestabelecer ao menos a confiança dos moradores. O ataque dos “Paequêres” repercutiu em Guarapuava, onde “[...] alguns fazendeiros abandonaram seus estabelecimentos, e se recolheram a villa, receiosos de imminente assalto dos selvagens” (Paraná, 07/01/1859, p. 02). Assim como procedeu em Thereza Cristina, o Presidente de Província destacou um oficial e mais vinte praças para fazer ronda nas imediações das fazendas.

Porém, foi longe de Guarapuava que os indígenas realizaram o ataque descrito com maiores detalhes no relatório de Francisco Liberato de Mattos. No documento consta que, em 14 de dezembro de 1858:

[...] grande numero de indios, quase todos guerreiros, armados de arco, flexa, e lanças com choupas de ferro, assaltaram a fazenda S. Jeronymo, na estrada para o Jatahy, invadiram a casa da residencia do administrador, e o intimaram, que lhes entregasse todas as ferramentas, sob pena de ser morto (Paraná, 07/01/1859, p. 02).

Uma informação bastante sugestiva é que dentre os que realizaram a ação, havia uma indígena mais velha, que falava regularmente o português, servindo de intérprete entre as partes, a qual supõe-se ter em algum momento vivido em algum aldeamento oficial, que pelo contexto, sugiro ser o antigo aldeamento Atalaia. O administrador da fazenda tendo entregado tudo que os indígenas exigiram, foi submetido a novas requisições, e pela situação em que se encontrara,

prometeu que o deixassem sair para buscar os materiais por eles solicitados. Os indígenas permitiram sua partida, porém “[...] marcando lhe, para regressar com os presentes, o praso de 10 dias” (Paraná, 07/01/1859, p. 03).

Com a oportunidade de livrar-se da tensão, o administrador da fazenda reuniu seus familiares, camaradas e escravos e seguiu para a fazenda Fortaleza, de propriedade do coronel Manoel Ignacio do Canto e Silva, onde estava o sertanista Joaquim Francisco Lopes, que portando “brindes” para serem distribuídos aos indígenas, seguiu ao encontro deles. Conforme consta no relatório do Presidente de Província, Lopes: “Tinha partido para este fim da fazenda Fortaleza, quando o commandante superior me oficiou em data de 20 do dito mez de Dezembro” (Paraná, 07/01/1859, p. 03).

Embora até a data do ofício não houvesse registro de vítimas dos indígenas, o Presidente Francisco Liberato de Mattos ordenou que, sob o comando do capitão Camillo Xavier de Souza, quarenta e seis praças de 1.^a linha seguissem para a fazenda “São Jeronymo”, para fazer a segurança dos que lá se encontravam, porém, quando lá chegaram, “[...] a fazenda de S. Jeronymo já estava desocupada, e o administrador á ella restituído” (Paraná, 07/01/1859, p. 41).

Ainda que pareça estranho tratar do ataque a fazenda São Jeronymo, quando o tema central do capítulo consiste na retomada das terras de Atalaia e Sepultura, que culminarão na criação do aldeamento Marrecas, e, portanto, do processo de desterritorialização das terras de Atalaia e Sepultura, é importante ressaltar que, os indígenas que realizaram o ataque, declararam que vinham de Guarapuava, da qual levaram muito tempo na viagem. Inclusive, a presença da indígena que lhes serviu de intérprete é outro indício da origem destes. A afirmação deles fez o Presidente de Província sugerir que foram esses mesmos indígenas “[...] que fizeram as 4 mortes, de que tratei, perto da colonia Thereza” (Paraná, 07/01/1859, p. 3).

Não obstante, no item *Catequese e civilização dos índios*, o relatório de janeiro de 1859 não faz nenhuma menção aos indígenas do aldeamento de Guarapuava, uma vez que, no entendimento do presidente Francisco Liberato de Mattos, seus habitantes haviam sido inseridos na sociedade guarapuavana.

Tal paralelo pode ser traçado com base na informação dada pelos indígenas que identificaram Guarapuava como seu local de origem. Disso podemos inferir que, havia, portanto, os que viviam fora da vila de Guarapuava, e os que viviam na localidade, os quais na visão do Governo Provincial, estavam “integrados” e, portanto, não eram reconhecidos. Cabe

ressaltar que, os que não viviam na vila, não renunciaram as suas terras, onde foi fundada a vila e, frequentemente, como veremos adiante, investiam sobre ela, marcando sua presença através das reivindicações de suas antigas terras.

As investidas dos indígenas à Guarapuava e regiões adjacentes, motivou Laurindo Abelardo de Brito, que ocupava o cargo de Delegado do Diretor Geral das Terras Públicas, a elencar como necessidades principais da colônia Thereza Cristina, a presença de um sacerdote e a criação de uma subdelegacia, assim como a remoção de um dos toldos dos indígenas de Palmas “[...] como meio de pôr a colonia á abrigo da invasão dos coroados” (Paraná, 26/02/1959, p. 5). Porém, a comissão indicada pelo presidente de província para identificar local apropriado para criação de aldeamento na região “[...] indicou o lugar denominado – Chagú –, o mesmo que anteriormente me havia apontado a camara municipal” (Paraná, 26/02/1859, p. 05).

No relatório de dois de maio de 1859, o Vice-presidente de província, Luiz Francisco da Camara Leal, volta atenção especial aos vários grupos “coroados” que no mês de março chegam aos aldeamentos de São Pedro de Alcantara e Jatahy. A comunicação entre os “coroados” e os diretores dos aldeamentos, foi intermediada por Joaquim Francisco Lopes, que se encontrava de passagem pelo aldeamento de São Pedro de Alcantara. Temendo a partida de Lopes para o Mato Grosso, e com intenção de manter a comunicação com os “coroados”, Camara Leal oficiou o morador de Palmeira, Francisco de Paula Faria, para que esse cedesse um indígena bilingue para substituir Francisco Lopes. Porém, Paula Faria informou ao governante que “[...] tinha comsigo dous, mas que haviam partido para Palmas e Guarapuava afim de visitarem os parentes” (Paraná, 02/05/1859, p. 2). Mais uma vez, identifica-se os Kaingang bilingues “de Guarapuava e Palmas” atuando junto aos não-indígenas em outras localidades.

O Vice-presidente chegou a receber sugestões de enviar um dos grupos que viviam em Palmas, sob as lideranças de Viri e Condá, mas descartou a ideia, pois para ele:

[...] os indios selvagens teem terror d’ esses caciques, e não é esse o meio próprio de attrahíl-os, já porque difícil, sinão impossível, é fazer com que taes toldos saiam dos logares, onde estão habituados a viver, e onde são necessários para defeza dos respectivos habitantes, unica utilidade que se tira do defeituosissimo aldeamento em que vivem (Paraná, 02/05/1959, p.2 – 3).

No entanto, Camara Leal não desistiu da ideia preliminar, e ordenou ao Diretor Geral dos Índios que procurasse os intérpretes que, possivelmente, estariam em Palmas ou Guarapuava e “lhes propozesse o mencionado serviço, mediante uma razoável gratificação” (Paraná, 02/05/1959, p. 2). Porém, a única notícia que recebera de Palmas foi sobre um indígena “[...] desses infelizes, mas dos que já vivem entre nós. Desconfia-se que fora vítima dos que habitam nas selvas, ao passar conduzindo uma tropa de José Pedro Loureiro” (Paraná, 02/05/1959, p. 03). O assassinato ocorreu em primeiro de março de 1859, e o Vice-presidente da província solicitou que fosse averiguado o crime, porém, na documentação consultada, nada mais se encontrou.

No relatório da província de primeiro de março de 1860, do presidente José Francisco Cardoso informa a criação do aldeamento indígena nos campos do Chagú. A fundação do aldeamento era uma das estratégias do Governo Provincial para arrefecer os ataques a região de Guarapuava. Denominada sob categoria de Colônia Militar, o aldeamento foi criado pelo Decreto nº 2.502 de 16 de novembro de 1859, o qual previa: “[...] crear mais duas colonias militares na Provincia do Paraná, as quaes serão estabelecidas, huma nos Campos do Erê ao occidente dos rios Chapecó e Chopim, e outra nos Campos do Xagú ao occidente dos de Guarapuava, nos pontos que forem designados pelo Presidente da Provincia” (Brasil Império, 1859, p. 578).

Os aldeamentos criados pelo decreto, tinham como finalidade “[...] á defesa da fronteira, á proteção dos habitantes dos campos de Palmas, Erê, Chagú e Guarapuava, contra a incursão dos indios; e tambem para chamal-os, com o auxilio da catechese, á civilisação” (Paraná, 01/03/1860, p. 67).

Conforme consta no relatório de José Francisco Cardoso, foi nomeado para dirigir o aldeamento de Chagú, Joaquim Antonio de Moraes Dutra, o qual projetava fazer picadas em torno do aldeamento para “[...] attrahir alguns grupos de indios nos pontos em que elles se congregam em grande numero” (Paraná, 01/03/1860, p. 60).

Logo que criado o aldeamento, o Presidente de Província vislumbrou a oportunidade de transferir de Palmas os grupos liderados por Viri e Condá, a pretexto de evitar desavenças entre esses e os indígenas do *Goyô-Em*, localizado na então província do Rio Grande do Sul.

A necessidade de terminar para sempre desavenças taes, obrigou-me á attender com desvelo para a aldêa do Chagú, da qual em outro tópico vos falarei, assegurando-vos que tão de pressa haja preparado os elementos

precisos para a remoção dos toldos indígenas, existentes em Palmas, fal-os-hei transferir imediatamente, porque tenho fé que, com semelhante medida, acabarei de uma vez tão perigosas e temíveis lutas. (Paraná, 01/03/1860, p. 56).

As desavenças tinham como motivação imediata o assassinato do cacique Jacintho, filho de Condá, que, acompanhado de Viri e seus homens, se deslocaram até a região para vingar a morte de Jacintho. Porém, ao chegarem ao Rio Grande do Sul, constataram que seis, dos sete acusados do assassinato, estavam presos no Aldeamento de Nonoai, deixando: “O velho Condá, satisfeito com a captura do assassino do seu filho, voltou ao alojamento de Palmas com o cacique Virí, onde se acham desde 11 de Outubro findo” (Paraná, 01/03/1860, p. 56).

Durante a administração do Presidente José Francisco Cardoso (05/1859 – 03/1861), não há notícias de ataque de indígenas na província do Paraná, fato do qual o governante demonstrou orgulho, expresso em seu relatório de passagem de cargo: “Não encerrarei este artigo sem assegurar á V. Ex. que durante minha administração, de quasi dous annos, nenhuma desagradavel occurrencia lamentei, resultante de correrias dos nossos selvagens” (Paraná, 18/03/1861, p. 23). Cardoso atribuiu esse período de aparente calma a instalação de novos aldeamentos, os quais, em sua visão, satisfaziam os indígenas, pois eram “[...] onde os indígenas buscam brindes e outros objectos que tanto cobiçam” (Paraná, 18/03/1861, p. 23).

A política de que Cardoso considerava exitosa, todavia, não convenceu seu sucessor, o presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira, para o qual, era:

[...] preciso acabar com essa rotina estéril de brindes aos selvagens que ou nelles vêm um engano e os suspeitam, ou um donativo sem valor, porque desconhecem o seu custo. O brinde quando dado ao selvagem em reconhecimento de alguma boa acção praticada, ou em uma remuneração de seu trabalho serve quando menos para ensinar-lhe, que o trabalho tem um valor; torna-se uma lição pratica do – do ut facias. Brindar porem aos que fogem dos aldeamentos e preferem a vida errante dos bosques é acoroçar as correrias e depredações (Paraná, 15/02/1862, p. 80).

Para o presidente Nogueira, a principal estratégia do Governo Provincial deveria ser o estabelecimento de colônias militares junto aos aldeamentos. Sua crença de “civilizar” os indígenas por meio do trabalho, o fez até sugerir a ocupação destes poderia ser utilizado pelo Estado, que deveria aproveitar a “[...] tendencia natural do índio para o aparato da vida militar, e facilmente embuia-se-lhe amor ao trabalho e hábitos de subordinação pelo exemplo da disciplina dos soldados colonos” (Paraná, 15/02/1862, p. 80).

A ideia do governante era a de que o chefe militar, por intermédio do cacique, pudesse influenciar os ânimos dos indígenas para alcançarem resultados que beneficiassem o Governo Provincial, e a hierarquia e a disciplina militar contribuiriam para buscar esse resultado, pois para Nogueira: “O selvagem não se leva sómente pela brandura: o medo e o reconhecimento da superioridade e recursos do homem civilisado podem fazer talvez mais em um dia que os brindes em um anno.” (Paraná, 15/02/1862, p. 80).

Para justificar suas sugestões, o governante recorreu ao exemplo da conquista de Guarapuava, no início do século XIX, segundo o qual “[...] os efeitos benéficos sam ainda sentidos na comarca de Guarapuava” (Paraná, 15/02/1862, p. 80). Nogueira também divergiu de seu antecessor sobre a efetividade do aldeamento Chagú, pois não reconhecia resultado das despesas investidas no aldeamento, o qual mandou extinguir em nove de novembro de 1861, após receber autorização do governo imperial.

Enquanto o Presidente de Província agia para extinguir o recente aldeamento, os indígenas se articularam para reivindicar as terras destinadas a eles em Guarapuava. Segundo sua narrativa: “[...] appareceram nesta capital alguns indios já civilisados queixando-se da usurpação de suas terras naquella vília” (Paraná, 15/02/1862, p. 84). Sobre a queixa dos indígenas, a informação que dispunha o governante havia sido extraída do relatório de vinte e três de novembro de 1861, confeccionado pelo brigadeiro Francisco da Rocha Loures, que ocupava o cargo de Diretor Geral dos Índios da Província. Após narrar o histórico do ataque ao aldeamento Atalaia em 1825, Rocha Loures afirma que, as terras reclamadas pelos indígenas, haviam sido concedidas à eles:

[...] em 1818 ou 1819 a este aldeamento os campos de criar que lhe ficavam adjacentes, foram juntamente com elle abandonados desde 1828; em consequencia do que, annos depois, algumas pessoas em numero de dez se apossaram dos mesmos campos, e vivem habitualmente criando e cultivando-os, e parte já em poder de 4º possuidor (Loures, 186. In: Paraná, 18/02/1862, p. 85).

Para Mota (2000a), o que os Kaingang foram reclamar ao Presidente da Província foi a “[...] usurpação de suas imemoráveis terras nos Koran-bang-rê, local sagrado para os Kaingang que ali ficaram após a mudança do povoamento de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava duas léguas para o Sul” (Mota, 2000a, p. 96). Porém o autor não justifica porque esse local era sagrado.

Ainda em 1862, Rocha Loures solicitou recursos para viagem e mais dois ou três soldados para o acompanharem em incursões, indicando “[...] a conveniência de curar-se do aldeamento dos Botucudos, declarando-se disposto a ir até Palmas tratar dos meios de se levar isto á effeito” (Paraná, 15/02/1863, p. 98). O desenrolar desta ação foi narrada no relatório do Presidente de Província, segundo o qual:

Os da tribo Botucudos appareceram no Porto da União, causando terror á população pelas hostilidades que pozeram em pratica contra viandantes que se dirigiam áquelle ponto; resultando, em um assalto que deram, o ferimento de um índio.

O cacique dos Coroados Victorino Condá e sua gente para ali dirigiram-se, e, batendo os Botucudos; morreram no combate uns, sendo outros aprisionados (Paraná, 15/02/1863, p. 100).

Consta, ainda no relatório, que os prisioneiros foram oferecidos em troca de não-indígenas que se encontravam em poder dos “Botucudos”, sem que a estratégia fosse exitosa. Após o relato, o governante classificou que os meios para intermediar a troca de prisioneiros foram brandas, apesar da evidente violência que agiram a tropa e os indígenas liderados por Condá.

Os ataques amedrontaram os habitantes de Guarapuava e intermediações, onde “[...] tem-se dado, com sobresalto da população, o apparecimento de bugres e botocudos” (Paraná, 31/05/1863, p. 1). A distinção entre “bugres” e “botocudos” revela-nos que grupos distintos atacavam a mesma região. Com a intenção de se antecipar a possíveis investidas dos indígenas, o Presidente da Província ordenou “[...] destacar 5 praças de linha na freguesia de Palmas” (Paraná, 31/05/1863, p. 01).

A aparente “tranquilidade pública” foi abalada com esses ataques que se intensificaram durante o ano. No dia primeiro de julho de 1863, “[...] cerca de cem indios armados junto a casa de Joaquim de Freitas. “no logar denominado – Cavernoso- no districto de Guarapuava, 8 leguas distante da villa” (Paraná, 21/02/1864, p. 30). Enquanto os moradores se abrigaram e tentaram empreender a defesa, a gritaria do combate “[...] que fizeram os indios e os sons de suas bozinas foram ouvidos na vizinhança” (Paraná, 21/02/1864, p.30). A algazarra dos indígenas foi ouvida por Manoel Pereira do Valle que, por ato de coragem, ou estupidez, foi ao encontro deles.

Consta que este individuo procurou chamar os selvagens a sentimentos pacificos; o que suppunha ter obtido, quando foi traiçoeiramente ferido nas

costas por uma flecha, encontrando na fuga, á galope, a conservação da vida, que sem duvida pretendiam arrancar-lhe (Paraná, 21/02/1864, p.30).

Segundo relatou o sobrevivente, alguns dos indígenas estavam vestidos de forma grotesca, enquanto outros trajavam baetas vermelhas e azuis, o que levou o Presidente de Província a supor que eram os mesmos que eram brindados quando iam a capital da província. O ocorrido foi noticiado ao Governo Provincial pelo Diretor Geral dos Índios em quatro de julho de 1863, por meio de ofício, no qual ainda supôs ter ocorrido outros ataques, já que os indígenas em retirada teriam que passar por Laranjeiras. Segundo o Presidente de Província, o Diretor Geral foi profético, pois:

Em officio de 19 de Julho participava-me a terrível catastrophe de terem sido, nos principios d'aquelle mez, barbaramente assassinados onze pessoas da familia Nogueira, que mora no logar Laranjeira, por occasião que colhiam uma roça no Chagú, logar que dista da villa de Guarapuava vinte léguas (Paraná, 21/02/1864, p. 30).

No ataque, foram mortos três homens, duas mulheres e seis meninos, o que apavorou os habitantes de Guarapuava, que temiam que os ataques persistissem e se deslocassem para a vila, o que motivou o Governo Provincial “[...] em data de 30 de Julho, que, para garantir a segurança individual e de propriedade se destacassem na villa 20 praças da guarda nacional, comandadas por um alferes” (Paraná, 21/02/1864, p. 31).

Além dos homens, o governante enviou armamento e munições para defender os habitantes de possíveis investidas dos indígenas. No entanto, a ação do Presidente de Província não atendeu a expectativa dos moradores, que manifestaram preferência de serem resguardados pelos grupos dos caciques Viri e Condá, como expôs o próprio governante: “Havendo diversas autoridades de Guarapuava demonstrado a conveniência de serem substituídas as praças da guarda nacional, alli destacadas, pelos indios mansos de Palmas, assim o determinei em 11 de Novembro findo, correndo toda a despesa pela verba – catechese” (Paraná, 21/02/1864, p.31).

Na primeira semana de abril de 1865, o Delegado de Polícia e o Juiz de Direito de Guarapuava, enviaram ofício ao Presidente de Província André Augusto de Padua Fleury informando “[...] que receiavam uma invasão de 300 indios, abrigados, segundo suppunham, no Covó, logar próximo á villa” (Paraná, 04/06/1865, p. 2). Fleury destacou mais de quarenta

homens da companhia de cavalaria para eventual defesa da vila, porém segundo seu informe, eram apenas receios, que não se concretizaram.

Em outra localidade, segundo o Vice-presidente Manoel Alves de Araujo, os indígenas cobraram “[...] um tributo de sangue em troca das despesas e esforços com o que o governo imperial procura conseguir a sua boa amizade” (Paraná, 19/08/1865, p. 02).

No quarteirão do Condoy, districto de Guarapuava, foram atravessados por flechas, cruel e traiçoeiramente disparadas, um sobrinho do inspetor de quarteirão e um seu aggregado, cujos nomes ignorava o subdelegado de policia. Um morreu immediatamente, o outro não terá resistido ao mortal feimento (Paraná, 19/08/1865, p. 2).

O Diretor Geral dos Índios da Província sugeriu ao governante que os indígenas que efetuaram o ataque fossem da “[...] tribu desses bugres coroados que de annos á esta parte se tem apresentado na colonia militar no Jatahy, e que costumam a vir receber brindes nesta capital” (Paraná, 19/08/1865, p. 2).

No relatório de dezenove de agosto de 1865, o Vice-presidente da província Manoel Alves de Araujo informa que o capitão Manoel Marcondes de Sá, e os engenheiros Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim e Alvaro Joaquim de Oliveira, encontraram indígenas enquanto estavam trabalhando na abertura da estrada do “Pipiriguassú” (Paraná, 19/08/1865, p. 12).⁸⁷

Conforme consta no documento, no dia três de junho de 1865, o engenheiro se viu obrigado a interromper os trabalhos para alcançar os indígenas que faziam parte do grupo de trabalhadores que abriam a estrada, no caso, 37 indígenas que estavam sob o comando de Vitorino Condá. Relata o engenheiro Jardim que:

Por um expresso communicara-nos o encarregado dos mesmos indios ter encontrado vestígios de repetidas emboscadas feitas pelos selvagens, e que tinha difficuldade em conter os indios da expedição, que recusavam continuar a viagem, para seguirem após os selvagens, com o fim de batel-os (Jardim, 11/01/1866, p. 02).

⁸⁷ A estrada de “Pipiri-guassú” era o antigo projeto de abertura da estrada de Corrientes, “uma via de comunicação, entre os campos de Palmas nesta província e os de Missões na Argentina de Corrientes” (Paraná, 15/02/1866, p.45). A nomeação da estrada mudou de Corrientes para Pipiri-guassú, quando o projeto foi assumido pelos engenheiros Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim e Alvaro Joaquim de Oliveira.

No dia vinte e seis de junho de 1865, o engenheiro e os trabalhadores, dentre eles Vitorino Condá, chegaram ao campo que supunham ser os do *Cavarú-coyá*, a oeste de Palmas. Em 1864, um ano antes, nessa mesma localidade, a expedição enviada pelo major Marcondes havia encontrado indícios desse campo ser frequentado por indígenas que habitavam a vizinhança, porém: “Composta unicamente de 14 pessoas, quasi desarmadas, ella recuou, receando um ataque por parte desses indios, que reputaram ser em grande numero” (Jardim, 11/01/1866, p. 2). Nessa ocasião, Vitorino Condá era o chefe da expedição e antes de retirar-se deixou alguns sinais “[...] que deviam fazer crer aos indios as intenções amigáveis dos que la foram” (Jardim, 11/01/1866, p. 03).

Os sinais deixados por Condá, em 1864, foram examinados em 1865, “[...] signaes que achamos intactos, fazendo suppôr que os indios alli não tinham voltado desde a epocha, em que foram deixados” (Jardim, 11/01/1866, p.3). O engenheiro ainda expôs que, na campina, ainda se podia observar as ruínas do toldo, e o cemitério dos indígenas, os quais atestavam que nessa campina “[...] residira em epocha pouco remota uma tribu de selvagens” (Jardim, 11/01/1866, p. 03).

Ao reconhecer as imediações da campina, no entanto, Jardim e os indígenas que o acompanhavam ficaram convencidos de que não se tratava da campina *Cavarú-coyá*, pois “[...] segundo o que desse campo sabia por tradição dos indios” (Jardim, 11/01/1866, p. 3). Em consequência desse reconhecimento a campina foi nomeada de São Pedro.

Ao continuar a exploração em 27 de junho de 1865, procurando o rio Paraná, que o engenheiro suspeitava ser nomeado pelos Kaingang de *Goyo-cochon*, ele escreveu: “Parece não poder haver duvida que seja o Goyo-cochon o Paraná, segundo as informações fornecidas pelas pessoas da expedição, que são unanimes em dar-lhe largura superior a 300 braças” (Jardim, 11/01/1866, p. 5).

Antes que alcançassem meia légua de distância, os trabalhadores da estrada encontraram vestígios recentes dos índios que levavam a um caminho que provavelmente os levaria ao local por esses habitados, porém, com poucos recursos, seguir em direção aos indígenas sem ao menos saber a posição desses, colocaria em risco a retirada dos homens caso fosse necessário. Segundo consta no relato do engenheiro Jardim: “Tentar a redução dos indios era, portanto, o unico expediente á adoptar-se em tão criticas circumstancias” (Jardim, 11/01/1866, p. 3).

Conforme o engenheiro, não era sem fundamento que receavam o conflito, uma vez que, os homens de Condá demonstravam ânimo em provocá-lo, e ele não seria capaz de contê-los,

visto a exaltação que esses expressaram ao encontrar os sinais de emboscadas em outro local pelo qual passaram. Nas palavras de Jardim:

A ferocidade do selvagem ainda se conserva, depois mesmo que elles têm trocado todos seus hábitos e costumes pelos da sociedade civilizada; e é notável então o ódio que parecem dedicar a seus antigos companheiros: **é assim que se pôde dizer que o maior inimigo; que tem o índio selvagem é o índio, que tem abandonado as florestas** (Jardim, 11/01/1866, p. 3. Grifos nossos).

A observação do engenheiro é muito sugestiva, pois revela que mesmos “[...] subordinados” a ele, os Kaingang que o acompanhavam se mostravam incontroláveis diante da possibilidade de confronto com seus inimigos mais antigos.

Condá e seu grupo foram enviados com mais três trabalhadores que receberam ordem de “[...] evitem o conflicto, devendo retirar-se, quando fosse isso impossível; e só podendo fazer uso das armas, quando a defeza fosse impossível” (Jardim, 11/01/1866, p. 04).

O desenrolar dos eventos foram também informados no relatório de 19 de 1865, do Vice-presidente da Província Manoel Alves de Araujo, o qual informa que o capitão Manoel Marcondes de Sá, acompanhado pelos engenheiros Jeronimo Rodrigues de Moraes Jardim e Alvaro Joaquim de Oliveira, encontraram dois toldos de indígenas depois de encontrarem contínuos vestígios de emboscadas, segundo eles: “Estes selvagens habitam em dois toldos sítios nas vizinhanças de uma campina composta de tres pequenas; todas estas reunidas terão uma légua em sua maior extensão” (Paraná, 19/08/1865, p. 22 – 23).

Para estabelecer o contato, o capitão Marcondes de Sá enviou aos toldos o cacique Vitorino Condá e algumas mulheres indígenas, “[...] para servirem de embaixatrizes conforme o uso desses povos” (Paraná, 19/08/1865, p. 23). Conforme consta no relatório, a intermediação das mulheres era uma das medidas para evitar o conflito, mas como já visto em outros momentos, esta ação consiste faz parte da estratégia dos Kaingang.

Para o engenheiro Jardim, o resultado foi melhor que se podia esperar. Aproveitando-se do dia frio e chuvoso, o grupo de Condá se aproximou sem serem percebidos, “[...] os indios sorprendidos no interior de suas cabanas, e achando-se divididos em dous toldos, separados por uma distância de 5 leguas” (Jardim, 11/01/1866, p. 04).

Jardim ressalta que os indígenas, com medo, cederam desde o primeiro momento, mas no relatório de província elaborado com informações do capitão Marcondes de Sá, consta que:

“Depois de uma fraca resistencia que não passou de ameaças, não só accommodaram-se como até deram obsequiosa hospitalidade” (Paraná, 19/08/1865, p. 23). As duas aldeias que formavam uma *emã mâng* (aldeia grande),⁸⁸ possuíam entre cem a cento e vinte habitantes.

Taes selvagens moram em um local apazível e descampado, *a força de braços*.

Tem abundancia de viveres; plantam milho e feijão.

O principal cacique Ixotain antigo cathecumeno do aldeamento de Guarapuava conserva ainda nessas brenhas lembranças da doutrina santificante que recebeu em pequeno. Tem em frente a sua cabana um cruzeiro de madeira, e falla soffrivelmente o portuguez (Paraná, 19/08/1865, p. 23).

Como já mencionamos, com outros fins, o cacique Ixotain ainda era conhecido pelo nome de Manoel Facran, possuía três esposas com as quais tinha muitos filhos, sendo um deles o cacique do outro toldo. Facran havia fugido do aldeamento de Guarapuava (Atalaia), há mais de trinta anos, pois fora acusado do assassinato de F. Danguy. Segundo informações do relatório do Vice-presidente da Provincia, Dr. Manoel Alves de Araujo (19/08/1865), o cacique e muitos dos seus, demonstraram desejos de deixar as matas, mas o que indica Jardim, é que esses foram convidados: “[...] a abandonarem as selvas e virem participar dos gozos, que só se encontram no seio da civilização” (Jardim, 11/01/1866, p. 4).

Em sete de julho de 1865, parte do povo de Facran acompanhou os indígenas que compunham a equipe da estrada até a campina de São Pedro, onde o capitão Marcondes de Sá conhecedor da concupiscência destes os presenteou com brindes. Logo depois, os indígenas “[...] regressaram às suas moradas, á aprontarem-se para acompanhar-nos em nossa volta” (Jardim, 11/01/1866, p. 04).

Após chegarem os mantimentos da expedição, esta seguiu em direção ao toldo de Facran, ao qual chegaram em 16 de julho de 1865. Conforme a descrição de Jardim, o toldo era:

[...] composto de 5 cabanas, edificadas no centro de uma pequena campina artificial. Em seus arredores encontraram-se algumas pequenas plantações de milho e morangas, únicos gêneros de cultura que se dedicavam. Á excepção

⁸⁸ *Emã mâng* corresponde a uma aldeia grande, formada por um conjunto de aglomerados de habitação que possuem relações de sociabilidade, sendo que cada núcleo populacional mais afastado, mas ligada a esta sociabilidade, pode ser classificado como *emã sî* (aldeia pequena).

de cães, não possuíam nenhuma outra espécie de animais domésticos (Jardim, 11/01/1866, p. 04).

Nos toldos, os integrantes da expedição encontraram utensílios de ferro, couros, estribos, dentre outros objetos, que, possivelmente, eram fruto do esbulho dos ataques a fazendas e/ou viajantes. Os indígenas “[...] da tribo dos Coroados, cumpriram sua promessa, como já tive a honra de comunicar á V. EX., e em numero de 120 ao todo chegaram a Palmas, onde estão temporariamente, residindo no aldeamento do Xapecó” (Jardim, 11/01/1866, p. 04).

No relatório de março de 1867, o presidente Polidoro Cezar Burlamaque apontou que, no período de sua administração, não ocorreram ataques dos indígenas, mesmo assim o governante considerou a redução dos indígenas como um problema não resolvido. No entendimento do governante, eles estavam longe de quererem ser aldeados e continuavam praticando “[...] actos de ferocidade contra a população pacífica e laboriosa” (Paraná, 15/03/1867, p. 65). Conforme consta no relatório do Presidente da Província:

Das tribos dos Coroados, Guaranys e Cahyguás, alguns indios teem vindo dos aldeamentos a capital em procura de brindes. Completamente ignorantes, apresentam-se quase todos nus, e nenhuma importancia ligam á roupa que se lhe fornece: preferem antes um rosário de missangas para adornarem o pescoço. Despresando os affagos da gente civilisada, elles procuram afastar-se dos povoados, tão depressa fazem aquisição dos brindes, que desejam obter, para satisfação da cubiça, que lhes é natural.

Em viagem dos aldeamentos para a capital, e vice-versa, praticam actos de vandalismo contra os habitantes das margens das estradas, quando não são acompanhados do pessoa, que os contenha (Paraná, 15/03/1867, p. 65).

Esse relato evidencia que havia discrepância entre os bens materiais que o Governo da Província oferecia para os indígenas e o que eles realmente desejavam. Porém, a afirmação que aqui nos interessa, é que o governante atribuiu os ataques e emboscadas nas estradas aos mesmos indígenas que visitam as autoridades na capital da província, indicando que, mesmo entre os aldeados, ou os que agiam pacificamente em algumas ocasiões, eram também os que investiam contra a população que se instalou em suas terras.

Para solucionar o problema da província, foi sugerido no relatório que: “O estabelecimento de colonias militares nas proximidades dos aldeamentos, muito contribuiria para conseguir-se o fim que se tem em vista” (Paraná, 15/03/1867, p. 66). Para isso o presidente Burlamaque sugeriu a participação ativa dos Kaingang:

A tribu dos Coroados, maior do que qualquer outra, e de todas a mais refractaria a vida pacífica e laboriosa, pois vive commettendo, em suas constantes correrias, horrorosos assassinatos e depredações, com facilidade povoariam aquellas colonias, visto mostrarem tendencias, e muito gosto para a vida militar (Paraná, 15/03/1867, p. 66).

Como nos fica evidente, ao longo do tempo a instalação de colônias militares, a “militarização” dos Kaingang orbitou como uma suposta solução para resolver a questão indígena. Citados como “Coroados”, eles desempenharam papel central na elaboração dos planos da província, isso porque foram eles que protagonizaram a principal frente de resistência à ocupação dos não-indígenas, tanto que na documentação até o momento, não foram evidenciados ataques de povos de língua Guaraní realizados a fazendas ou estradas.

É importante não perdermos de vista que, assim como no período da Real Expedição, a região de Guarapuava continuava a ser cobiçada pelo Governo Provincial, tanto estrategicamente como economicamente, como apontou Francisco Antonio Monteiro Tourinho em seu *Plano de Estudos sobre as Estradas de Mato-Grosso, Paraguay e Corrientes*, enviado ao Presidente da Província do Paraná, em 1867, o qual foi anexado ao relatório de 15 de março de 1867:

A comarca de Guarapuava, por sua posição geographica e quiça pelos germens de prosperidade que encerra em seu seio tem jus a benefica protecção dos altos poderes do Estado e deve atrair a esclarecida attenção do governo provincial. Ella produz em quantidade a melhor herba mate da provincia e sua superficie coberta de extensos e ferteis campos presta-se a todo gênero de criação. (Tourinho, 1867, p. 11. In: Paraná, 15/03/1867, f. 119).

Além dos campos apropriados para a criação de gado, ovelhas e equinos, outras possibilidades foram vislumbradas pela província e seus moradores, sobretudo em atividades extrativistas como a erva-mate. A noroeste dos campos de Guarapuava, se encontravam “[...] os celebres campos de Paquerê, encostados talvez a margem septentrional do rio Piquery, cuja a denominação parece uma corruptela do nome daquelles campos” (Tourinho, 1867, p. 11. In: Paraná, 15/03/1867, f. 119). Na região ao norte do rio Ivaí, se encontravam minas de sal gema, e, possivelmente, ferro e cobre, possibilitando novas fontes para exploração comercial.

Mas voltemos as ações dos indígenas. Como relatou Polidoro Cezar Burlamaque, os ataques e assaltos por eles realizados ainda era um problema não solucionado, tanto que no mês de janeiro de 1868, passados dez meses de seu relatório, na região de Rio Negro, por volta de cem quilômetros a sudoeste dos *Koran-bang-rê*, outro ataque deixou seis vítimas. O Presidente da Província José Feliciano Horta de Araujo, reproduziu ofício de seu chefe de polícia, em seu relatório datado de 15 de fevereiro de 1868:

Na noite de 13 para 14 no logar denominado – Passo ruim – da estrada da Matta, 7 leguas distantes daquela freguezia, Francisco Carvalho, Benedicto José Fernandes, José Mariano dos Santos, João Manoel Ribeiro e os menores, João e Generoso, estando de pouso com a tropa em que conduziram alguns gêneros para o Lageadinho da província de Santa Catharina, foram assaltados e assassinados pelos indios selvagens.

O subdelegado que foi ao logar para fazer o corpo de delicto e tomar as convenientes providencias, communicou-me que os cadáveres já em estado de putrefacção adiantada e completamente nús, excepto o de um dos menores, tinham sobre si 13 cacetes com quatro quinas e 7 palmos de comprimento, que haviam servido para esmagar as cabeças das infelizes victimas. Os indícios e signaes encontrados attestavam ser consideravel o numero dos aggressores.

Estes, derramando e espalhando pelo solo os gêneros, carregaram os saccos, fazendas, todo o metal que encontraram e as esteiras das cangalhas. (Paraná, 15/02/1868, p. 05).

Tal acontecimento levou o presidente, Horta Araújo, a concordar com seu antecessor sobre a catequese e civilização dos “índios”, taxando a questão como um problema a ser resolvido. E assim como outros governantes que o renunciaram, sugeriu haver a necessidade de “tres condições para chamar ao gremio social os milhares de selvagens que vivem nas mattas da província. São ellas – conquista, catechese e civilisação” (Paraná, 15/02/1868, p. 41).

No relatório é informado que nenhuma prisão foi realizada, pois não conseguiram encontrar os autores do ataque, que, por não serem identificados pela polícia, foi diluída sobre a alcunha de “selvagens”. Embora o ocorrido não tenha se realizado nos *Koran-bang-rê*, insere-se na discussão justamente por ele evidenciar a territorialidade de um outro grupo de língua Jê, os Xokleng-Laklãnõ, os quais habitavam esse território de Passo Ruim. Embora a documentação consultada não identifique o grupo que realizou o ataque, Mota (2017) afirma se tratar de um grupo Xokleng, que passavam por um processo de desterritorialização “[...] do alto

vale do rio Itajaí do Norte e do rio Negro na segunda Metade do século XIX” (Mota, 2017, p. 171).⁸⁹

O relatório apresentado por Horta Araújo em 15 de fevereiro de 1868, evidencia que alguns membros de grupos que habitavam os *Koran-bang-rê*, também buscaram abrigo e relações em aldeamentos ao norte de seus territórios conquistados. Ao informar sobre os indígenas que habitavam o Aldeamento São Pedro de Alcantara, o presidente registra que “A catechese é neste aldeamento exercitada em individuos pertencentes a tribo errante e guerreira que se intitula-Dorin ou Coroadá” (Paraná, 15/02/1868, p. 41). No texto do Presidente de Província, os Kaingang/Dorin e/ou Coroadá, são diferenciados dos Kaiowá que furavam os lábios inferiores, enquanto os Kaingang eram facilmente identificados pelo corte de seus cabelos marcados por uma coroa.

Embora não haja registro de ataques no ano de 1869, o presidente da Província Antonio Augusto da Fonseca, no relatório em que apresentou ao seu sucessor Agostinho Ermelino de Leão, queixou-se do serviço de catequese, que em seu entender não havia feito progressos. O governante salientou que o brigadeiro Francisco da Rocha Loures ainda exercia o cargo de Diretor Geral dos Índios, porém, esse permanecia com sua residência em Guarapuava, sobrecarregando com suas funções o diretor das terras públicas, com quem se comunicava por correspondências. O incômodo do Presidente de Província se dava com as constantes visitas de indígenas a capital, pois segundo ele essas viagens conservavam “[...] nos indios o habito da vida errante” (Paraná, 01/09/1869, p. 17).

Além dos indígenas provenientes dos aldeamentos de São Jerônimo e de São Pedro de Alcântara, de quem o governante reclamara aos respectivos diretores, o presidente recebera visita dos Kaingang de Palmas, conforme consta no relatório, na capital se apresentou “[...] o cacique Victoriono Condá com 30 indius, trazendo um officio do respectivo director Pedro Ribeiro de Souza, em que reclamava que se lhes dessem terras, que não tinham, um ferreiro e um mestre escola” (Paraná, 01/09/1869, p. 17).

Embora ainda que tenha classificado Condá e seus homens em estado de barbárie, na percepção de Augusto da Fonseca, estes seriam os “mais adiantados” da província, uma vez que: “Exprimem-se em portuguez todos os maiores, o que não se dá nos outros que têm vindo

⁸⁹ Para saber mais sobre o ataque dos Xokleng de Passo ruim, e de seus desdobramentos em detalhe, ver Mota (2017).

a esta capital” (Paraná, 01/09/1866, p. 18). A solicitação do diretor entregue por Condá, teve encaminhamento rápido, conforme o próprio presidente que registrou seu despacho: “Dirigime ao mesmo tempo ao ministério da agricultura pedindo providencias sobre a concessão de terras sem a qual não podem ser satisfeitos os outros pedidos” (Paraná, 01/09/1869, p. 17). Ficou claro para o governante que a principal demanda dos de Palmas era a terra.

A solicitação do diretor de Palmas, apresentada por Condá, surtiu efeito e foi adiante. Conforme consta no relatório apresentado pelo presidente de província Antonio Luiz Affonso de Carvalho, o qual afirma que:

Para estabelecer regularmente o aldeamento de Palmas recommendei em execução do aviso de 30 de setembro último ao respectivo director Pedro Ribeiro de Souza e ao director geral que, de accordo com o juiz commissario nomeado para o municipio de Guarapuava, assentassem na escolha conveniente do terreno para distribuir-se aos indios e nos meios mais acertados á empregar-se para a sua permanencia. Exigi também um ferreiro, que é muito reclamado (Paraná, 15/02/1870, p. 47).

Affonso de Carvalho reforça que novamente irá recomendar ao juiz comissário a incumbência desse “escolher, medir e demarcar o terreno necessário” (Paraná, 15/02/1870, p. 47). Acreditando que o grupo liderado por Condá fosse “abraçar a vida civilisada” o governante sugeriu a conveniência da criação de uma escola e inclusão no aldeamento de não indígenas que mantivessem relações com os Kaingang.

O presidente da província também se ocupou de tratar das terras do extinto aldeamento de Guarapuava, mas discorreu sobre o assunto quando pautou no relatório as medições de terras particulares, cujo encaminhamento foi o seguinte:

Havendo a presidência em officio de 31 de Junho do anno findo demonstrado a conveniencia de legitimar e revalidar as posses e sesmarias do vasto municipio de Guarapuava, o governo imperial, por aviso de 30 de Setembro, autorisou a nomear para o cargo de juiz commissario pessoa habilitada.

A nomeação recahiu em data de 10 de Dezembro no engenheiro Antonio Pereira Rebouças Filho, que em suas faltas será substituido pelo juiz municipal do termo e este pelo promotor publico da comarca.

Ainda não tiveram começo as medições.

Nesta occasião recommendei ao referido engenheiro que envidasse todos os esforços para a prosperidade do aldeamento e propusesse as providencias que lhe parecessem indispensáveis (Paraná, 15/02/1870, p. 48).

Cabe destacar que o engenheiro Rebouças Filho conhecia bem a região, pois, um ano antes, havia dirigido a expedição exploração da linha entre a vila de Guarapuava e a navegação do baixo rio Ivaí, que compunha uma parte da via de comunicação planejada para ligar o porto de Antonina e a província de Mato Grosso.

No relatório apresentado pelo Vice-presidente Agostinho Ermelino de Leão, consta que Condá não teve tempo para ver seu aldeamento ser regularizado, pois esse “[...] faleceu no dia 25 de Maio de 1870” (Paraná, 24/12/1870, p. 19). A notícia de sua morte foi registrada no relatório de Ermelino de Leão, a qual foi informada por um dos filhos de Condá, que junto com outros indígenas, foi até a capital pedir “[...] providencias que garantissem-lhe o direito que tem aos terrenos deixados pelo dito cacique, visto pretender apossar-se delles o individuo de nome Joaquim José Gonçalves” (Paraná, 24/12/1870, p. 19). Conforme a informação do relatório, o Vice-presidente deu ordens “[...] ao juiz municipal de órfãos do termo de Guarapuava e ao brigadeiro director geral dos indios para que não consentissem em semelhante abuso” (Paraná, 24/12/1870, p. 19).

No mesmo documento é expresso também que, na região de Rio Negro, onde ocorrera o ataque de Passo Ruim, novamente foram avistados indígenas, o que deixou o subdelegado em alerta. Com o brutal ataque ainda na memória das autoridades provinciais, Ermelino de Leão justificando garantir a segurança e tranquilidade dos habitantes justifica que a fim de “[...] evitar os assassinatos e depredações que costumam pôr em prática taes selvagens, recommendei em data de 29 de Julho ao commandante superior do Principe que auxiliasse o referido subdelegado com a força de guardas nacionaes” (Paraná, 24/12/1870, p. 19).

Conforme detalha Mota (2017), essa foi a primeira providência que tomou o Presidente de Província. “A segunda foi convocar o experimentado sertanista Joaquim Francisco Lopes para auxiliar o subdelegado de polícia de Rio Negro nessas tarefas” (Mota, 2017, p. 174). Como demonstrou o historiador, Lopes foi quem teve sucesso em encontrar e estabelecer algum contato com os Xokleng.

Já na região de Guarapuava, nas proximidades da Colônia Thereza Cristina, “[...] por ocasião de uma exploração a que procedeu, encontrára um índio Botocudo, por intermédio do qual fora avisado da existência de um alojamento da tribo no sertão que margea o rio Ivahy” (Paraná, 24/12/1870, p. 22).

Ao receber o aviso do contato, em 20 de setembro, Ermelino de Leão recomendou ao diretor da colônia que “[...] empregasse todos os esforços para attrahir esses indios, e das

diligencias postas em pratica resultou a vinda de 10 de ambos os sexos parara a colonia onde se acham” (Paraná, 24/12/1870, p. 22). Assim como outros governantes que o antecederam, Ermelino de Leão acreditava que os indígenas que buscavam viver entre os brancos conheceriam as “vantagens da vida civilizada”, e atrairiam os outros que em seu entender sofriam privações e necessidades nas matas da província.

Algumas mudanças ocorreram no ano de 1871. A principal delas foi que Francisco da Rocha Loures, foi exonerado da Diretoria Geral dos Índios, sendo que em seu lugar: “Por decreto de 23 de Maio foi nomeado director geral dos indios o commendador Manoel Oliveira Franco, tendo entrado em exercício a 20 de Julho” (Paraná, 15/02/1872, p. 66). Apesar da mudança, as equipes locais dos aldeamentos não tiveram alterações. Pelo desencadeamento dos acontecimentos expressos na documentação, se evidencia que, foi a partir dessa mudança que a questão das terras dos Kaingang de Guarapuava se desenrolou, pois possivelmente, para garantir seus interesses, o diretor Rocha Loures colocara entraves na resolução do tema.

No relatório apresentado à Assembleia Legislativa, o presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa estimou a população indígena da província entre três e quatro mil pessoas. O governante elaborou um sintético histórico dos aldeamentos existentes na província, no entanto, sobre o de Palmas, não conseguiu obter informações. Segundo sua comunicação, esse aldeamento não tinha: “[...] a mesma organização dos outros, vivendo os indios de mistura com a população civilisada, e sobre si, não pôde o director prestar informação exacta sobre esse aldeamento” (Paraná, 15/02/1872, p. 67).

Mesmo assim, Lisboa teceu suas impressões sobre os Kaingang, sobre eles escreve: “A indole e inclinação dos Coroados é viva e desconfiada até a traição; robustos e soffredores calmos das penurias da vida selvagem; dados a caça, intemperantes, mas não previdentes, como acontece a todos os individuos desta raça infeliz” (Paraná, 15/02/1872, p. 66).

No relatório do Presidente Frederico José Cardoso de Araujo Abranches, datado de 15 de fevereiro de 1874, foi registrada a notícia de uma possível “correria dos índios”, que voltou a movimentar a vila de Guarapuava. Talvez por tratar o assunto como “boato”, o governante não registrou a data do acontecimento, mas na análise de Mota (2000a), a informação provavelmente ocorreu em 1873. Os desdobramentos vindouros demonstram que a afirmação de Mota (2000a) está correta. Por ora, detenho-me sobre a informação de Abranches:

[...] o boato que tomou vulto na cidade de Guarapuava de que os **índios dos aldeamentos do Jatahy e S. Jeronimo pretendiam accommeter os moradores dos campos da Atalaia e Sepultura, de que se julgam proprietários.**

Não realizaram porem o seu designio, talvez á vista das medidas preventivas que tomaram o Dr. juiz de direito da comarca e delegado de policia, a cuja disposição mandei prestar um destacamento de guardas nacionaes (Paraná, 15/02/1874, p. 3 – 4. Grifos nossos).

Mota (2000a) problematiza a localização das terras reivindicadas pelos Kaingang. De forma ampla, o autor privilegia em sua análise os Campos de Atalaia, os quais, em seu entender, eram os *Koran-bang-rê*, onde no século XVII, os jesuítas registraram a ocupação de povos não-Guarani, os Gualachos, mesma região que, na segunda metade do século XVIII, Botelho “[...] instalou seu acampamento militar” (Mota, 2000a, p. 97). Por fim, o autor vincula a reivindicação ao forte de Atalaia, construído pela Real Expedição em 1810, que após a “[...] mudança do povoado de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava para um local distante duas léguas (atual Guarapuava), esse local se transformou no aldeamento dos Kaingang” (Mota, 2000a, p. 97).

Consideramos que, ao reivindicar as terras de Atalaia e Sepultura no século XIX, os Kaingang não pretendiam retomar toda a extensão dos *Koran-bang-rê* como a territorialidade ancestral, mas em reaver as terras destinadas a eles, Atalaia e Sepultura, que simbolizavam essa territorialidade. Para Mota: “O lugar denominado Sepultura provavelmente fosse um cemitério Kaingang, ou um local onde se dera alguma grande batalha, com muitos mortos” (Mota, 2000a, p. 97). Talvez a posição do autor esteja relacionada aos conflitos entre os indígenas aldeados e os Dorin, como os de 1825, que resultaram na morte de parte dos aldeados que, possivelmente, foram enterrados nas terras de Sepultura.

No relatório de fevereiro de 1875, Abranches reiterou os receios dos guarapuavanos de que os Kaingang de “[...] viessem por meio manifestações hostis disputar o seu pretenso direito aos campos de Atalaia e Sepultura” (Paraná, 15/02/1875, p. 30). Um ano se passou e o ataque não foi concretizado, mas como foi evidenciado no início desse tópico, a reivindicação foi iniciada no final da década de 1840, quando o Diretor Geral dos Índios da província de São Paulo começou a tratar do assunto em seus ofícios, e ganhou força na segunda metade da década de 1870. Embora registrado como possível boato, a articulação dos Kaingang pela reivindicação dos Campos de Atalaia e Sepultura voltou a figurar entre os problemas da província. Mais quais seria a origem desse boato?

Utilizando-se da análise de ofícios do Governo Provincial, Mota (2000a) destacou que além da pressão que os Kaingang faziam pela retomada de seus territórios em Guarapuava no início da década de 1870, uma nova forma de luta foi implementada pelos indígenas: “Não era mais somente o ataque bélico contra as fazendas e viajantes, e também não eram apenas as suas exigências por mais recursos nos aldeamentos oficiais; agora percebemos a luta pela demarcação de suas terras” (Mota, 2000a, p.98). O que o autor ressalta é que os Kaingang visitavam o governante da província para pedir a garantia de suas terras frente ao avanço dos brancos. Deste modo, as ameaças de invadir Guarapuava eram mais um meio de requerer os campos de Atalaia e Sepultura.⁹⁰

Essas questões serão tratadas adiante. Por ora, para mantermos a cronologia, detemo-nos aos registros dos relatórios de província do Paraná. Se na vila de Guarapuava a investida dos Kaingang não foi efetuada, no distrito de Rio Negro, mais especificamente o “[...] quarteirão do Pinheiro foi teatro de varias depredações praticadas por bandos de indios Coroados que ahi appareceram” (Paraná, 15/02/1875, p. 30). Segundo consta no relatório, os habitantes dessas intermediações, possuídos pelo pânico, abandonaram suas residências, o que possibilitou “[...] que mais commodamente e sem contestação nem luta pudessem os indios praticar toda sorte de devastações” (Paraná, 15/02/1875, p. 30).

Na província do Paraná, não foram registrados nos relatórios de governo ataques dos indígenas durante um ano. Mesmo assim, ao tratar da *Catequese e civilização dos índios*, o presidente Adolpho Lamenha Lins reproduziu o trecho das informações fornecidas por um dos catequistas da província, onde expressou suas impressões sobre a índole dos Kaingang, conforme foi reproduzido no relatório:

Os Coroados, como todos os outros indios, são indolentes para o trabalho e incapazes de outros esforços que não sejam os do primeiro arrojo; entretanto supportam as fadigas e soffrimentos a que os habitúa sua vida grosseira e aventureira.

E’ este o traço que desenha o character inerte ou passivo dos selvagens cuja vida é, por assim dizer, uma infancia permanente em regiões tão favorecidas, onde a natureza lhes prodigalisa, quasi que sem esforço de sua parte, meios abundantes de subsistencia.

⁹⁰ Esta mudança de estratégia dos Kaingang, aponta para a leitura que esses fizeram da conjuntura jurídica durante o Império, em especial, da promulgação da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, - a Lei de Terras. Segundo Silva (2015), a Lei de Terras, reforçou a ideia de que os indígenas deveriam “respeitar os limites da propriedade” (Silva, 2015, p. 103), é justamente, neste molde que os Kaingang de Guarapuava estavam atuando, não reivindicavam sua territorialidade de maneira ampla, mas a terras que lhes haviam sido destinadas, Atalaia e Sepultura.

[...]

Se alguns mostram aceitar certos costumes, aproximam-se dos aldeamentos, fazem plantações, empregam-se momentaneamente em alguns trabalhos – indícios de um carácter que se abrande e inclina-se aos hábitos da vida sedentária – não se deve supor que estes índios troquem por ella a vida errante que amam com paixão e não tem abandonado apesar de todos os esforços.

Refractarios á constância, demoram-se nos aldeamentos o tempo apenas de conseguir um objecto cubiado como armas, enfeites, etc.; para alcançal-o não duvidam trabalhar e ser obedientes; satisfeita porem sua mod esta ambição, ou ao menor desgosto ou desconfiança de que pretendem contra ri ar seus habitos de independencia, voltam a vida errante das florestas e não ha meios de attrahil-os de novo (Paraná, 15/02/1876, p. 97-98).

A extensa citação não tem o objetivo de demonstrar o juízo de valor do catequista sobre os Kaingang, como intencionou o Presidente de Província, tão pouco julgar tais considerações. Pelo contrário, pretende-se, com ela, expormos as incompatibilidades de seus modos de vida, para tentarmos compreender as ações dos Kaingang.

Há contrariedades no discurso do catequista, pois esse imaginava que a vida dos indígenas, fora dos aldeamentos, era grosseira e sofrida; por outro lado, ele próprio afirma o quanto a região é favorecida, propiciando aos indígenas encontrarem na “natureza” fontes abundantes de subsistência. Como se vê, o religioso não considerou que o espaço-natureza, ao que ele se referia, era resultado também das transformações manejadas e/ou construídas pelos indígenas para manutenção de seu modo de vida, como discutido no primeiro capítulo. Entretanto, nos aldeamentos, dispunham-se bens materiais que não estavam acessíveis nos campos e florestas, mas tal como no aldeamento, estavam disponíveis nas estradas e fazendas e poderiam ser tomadas de assalto, como ocorrera em outros momentos e localidades.

Assim como ocorrera no processo de conquista, os Kaingang adentravam nos aldeamentos e acessavam os bens materiais e de consumo que lhe se eram uteis, para isso mantinham as relações com a administração e com os outros habitantes, conforme seus interesses, pois como constam nas informações replicadas pelo Presidente de Província, esses se retiravam ao serem contrariados. A arqueologia e a etnologia apontam que a agricultura não era estranha para as populações indígenas que conviviam nos aldeamentos, portanto, o espaço propiciava segurança para os Kaingang fazerem suas roças, sem sofrerem ataques de grupos rivais, ou mesmo de bugreiros e fazendeiros em outras regiões da província.

Além dos que faziam roças ou trabalhavam a fim de adquirir algum bem específico, havia aqueles que passavam pequenas temporadas nos aldeamentos. Em 1875, por exemplo,

viviam no aldeamento de São Jeronimo, 194 indígenas aldeados, porém “[...] (especialmente no inverno) ha muitos outros que sempre estão vindo ao aldeamento, chegando às vezes o seu numero a subir á 300 pessoas” (Paraná, 15/02/1876, p. 103). Essa circularidade sazonal nos aldeamentos certamente formava uma rede de comunicação entre os aldeados, os que circulavam nos aldeamentos e os que viviam em *emãs* mais afastadas.

2.5. A TERRITORIALIZAÇÃO EM MARRECAS

Amparado nos ofícios do Governo Provincial, Mota (2000a) aponta que o presidente da província solicitou informações sobre as terras reivindicadas pelos Kaingang em Guarapuava. O requerimento mencionado se deu pelo ofício de “[...] 21 de agosto de 1876” (Mota, 2000a, p. 102). Porém, pouco mais de sete meses depois, em “[...] 29 de março de 1877 o juiz Ernesto Dias Laranjeira lhe respondeu” (Mota, 2000a, p. 102). Laranjeira não tinha ou seguiu as informações sobre as terras, alegando ter solicitado de outras autoridades, mas notificou o governo da província, o qual pediu ao fazendeiro que os indígenas fossem mantidos no terreno ocupado, até que se regularizasse ou fosse verificada a questão da posse.

Em Guarapuava, os boatos de um possível ataque dos Kaingang começou a se materializar em 1877: “Num ofício do delegado de polícia de Guarapuava, de 25 de julho de 1877, temos a informação de que os índios novamente ameaçavam a cidade” (Mota, 2000a, p. 99). No relatório do Vice-presidente Manoel Antonio Guimaraes, de 17 de agosto de 1877, o Barão de Nacar registra que o bacharel Antonio Marcelino de Carvalho, que exercia o cargo de Juiz Municipal em Guarapuava, o informara “[...] que os índios em suas correrias tem causado sobresalto à população daquela comarca” (Paraná, 17/08/1877, p. 3).

A notícia chegou incompleta para o Barão de Nacar, quem solicitou ao juiz mais informações sobre o ocorrido, assim como as providências por ele tomadas para manter a ordem e tranquilidade pública. Mota (2000a) esclarece que a resposta do Juiz de Direito foi feita por ofício, datado em 10 de setembro de 1877, quando já estava na presidência da província Joaquim Bento de Oliveira. Conforme o autor, o magistrado reafirmou que os Kaingang “[...] estavam colocando em sobressalto a população da comarca e que não esqueciam suas pretensões sobre um campo que dizem lhes pertencer, ele justificou a não-tomada de providências no sentido de garantir a segurança pública” (Mota, 2000a, p. 100).

Em outubro de 1877, a mobilização dos Kaingang ainda se mantinha forte e beligerante. As informações obtidas do ofício de 12 de outubro de 1877, examinado por Mota (2000a), demonstram que mais de 150 indígenas se concentravam no campo de Atalaia, do qual reivindicavam posse. O ofício ainda indica que próximo desta localidade “[...] existem misturados índios mansos e bravos a espera de maior numero para virem reunir-se aos que já estão no dito campo” (APPR, Ofício. 12/10/1877, p. 58. *Apud* Mota, 2000a, p. 101).

Em outro ofício datado de 14 de outubro, a Câmara Municipal também se pronunciou sobre o ocorrido, comunicando ao Presidente de Província sobre a situação. Conforme a análise de Mota (2000a), os vereadores deixaram claro que as terras reivindicadas pelos Kaingang pertenciam ao fazendeiro Manuel Xavier Pedroso, que residia no Rio Grande do Sul; portanto, no entender da vereança, os indígenas invadiram as terras. O autor ainda destaca que os políticos locais “[...] procuraram descaracterizar a luta dos índios, dizendo que havia caboclos (isto é, homens brancos) junto com os índios” (Mota, 2000a, p. 101). Contudo, a ação dos Kaingang foi muito bem articulada, e demonstra-nos que, embora de grupos e regiões diferentes, estes se agruparam com um mesmo objetivo. Sobre a mobilização por Atalaia e Sepultura, escreveu Mota:

[...] havia os índios “mansos” e os “bravos”. Estavam mobilizados os Kaingang de vários grupos, desde os pertencentes ao grupo do cacique Viri, de Palmas, os que viviam nos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo, no norte da província, até os dos campos do Mourão, no centro da província. Foi uma mobilização da etnia Kaingang em todo o Paraná (Mota, 2000a, p. 102).

No relatório de 07 de fevereiro de 1878, o presidente Joaquim Bento de Oliveira Junior noticiou ao seu sucessor que os Kaingang realmente investiram contra Guarapuava. A ocorrência foi informada ao governante pelo Delegado de Polícia que declarou a Oliveira Junior:

[...] que os índios que habitam no districto de Guarapuava e outros que dos aldeamentos no Jatahy e S. Jeronymo appareceram em numero mais ou menos de 60 aos quaes se reuniu uma porção de caboclos vadios e impertinentes, teem posto em pratica diversos crimes nas propriedades de campo e mattos de algumas fazendas, desobedecendo e insultando as autoridades (Paraná, 07/02/1878, p. 10).

Fato notável é que, dessa vez, acompanhados por outros de aldeamentos do norte da província, os Kaingang não eram os “selvagens do mato”, mas moradores da Vila de Guarapuava, os quais nem eram mais mencionados nos relatórios do governo, pois eram considerados integrados, “diluídos entre os nacionais”, “misturados a massa da civilização”. Porém, naquele momento, não só ameaçavam assaltar a cidade e as fazendas, mas apoderarem-se dos campos de “[...] Trindade, Canôas e outros contíguos, existentes entre os rios Coutinho, Maracujá e Lageado, pertencentes a diversas pessoas” (Paraná, 07/02/1878, p. 10). Acompanhado por mais de noventa pessoas, o delegado dirigiu-se para o local onde estavam alojados os Kaingang.

Esta diligencia fez com que parte desse grupo se amedrontasse e se mettesse pelos matts; deixando de assim proceder um índio de nome Francisco Luiz Tigre Gacon que com sua familia e alguns outros indios se oppuzeram ás ordens do delegado, ameaçando-o com as armas de que dispunham; sendo por isso de prompto presos e conduzidos ao quartel da cidade, d’onde sahiram no dia seguinte (Paraná, 07/02/1878, p. 10).

Temendo novas investidas dos Kaingang, o delegado solicitou ao Governo Provincial o envio de um destacamento com oficial comandante, para que estivesse prevenido para repelir possíveis ataques dos indígenas às fazendas e a própria cidade de Guarapuava.

Mas a disputa não se dava somente pelas demonstrações de força. Autoridade provincial e indígenas discutiram a contenda. O “negociador” do governo foi o Juiz de Direito de Guarapuava, Ernesto Dias Laranjeira, que escreveu ao Presidente Oliveira Junior, em 9 de fevereiro de 1878. Tal ofício foi perquirido por Mota (2000a), e revela-nos que, além de ouvir as reivindicações dos Kaingang, o juiz ficara encarregado de informar-lhes que o Presidente da Província havia autorizado conceder-lhes terras. Porém, conforme o trecho da transcrição do manuscrito apresentada pelo historiador, os Kaingang asseveraram ao juiz Laranjeira que:

[...] não acceitavão essas terras em qualquer lugar que fossem situadas e que só lhes convinhão campos onde pudessem ter suas creações e proximo desta cidade afim de civilizarem-se, sendo que deixão perceber que inicialmente-lhes convem os campos que estão denominados de Atalaia e Sepultura (APPR, Ofício. 09/02/1878, p. 187. *Apud* Mota, 2000a, p. 105).

A obstinação dos Kaingang fez com que o juiz sugerisse não ser “[...] conveniente fazer despesas com a medição de terras que os índios não aceitassem, e propôs a compra de terras de

campos nas condições estabelecidas por eles” (Mota, 2000a, p. 105). Por sua vez, o Presidente da Província, por ofício de 4 de março de 1878, comunicou ao juiz Laranjeira “[...] não ser possível efetuar a compra dos campos de Atalaia e Sepultura, desejados pelos índios, e que era para ele empregar todos os meios a fim de convencer os Kaingang a aceitarem outras terras” (Mota, 2000a, p. 105).

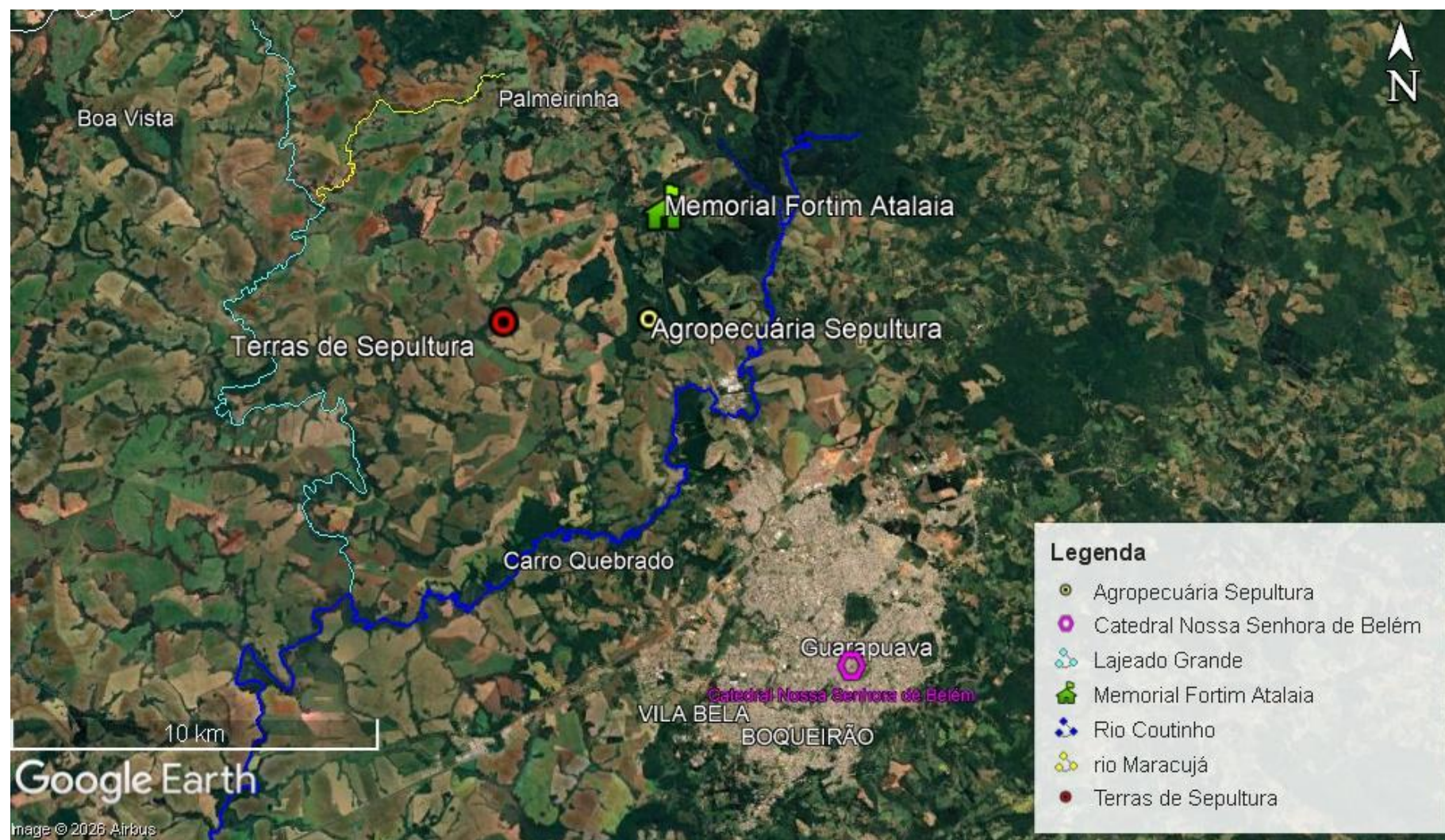
No entanto, o autor ressalta, com base no ofício de 18 de março de 1878, que apesar do empenho do juiz, “[...] os índios recusaram novamente a proposta do Governo Provincial e disseram que estavam dispostos a ir a Curitiba falar com o presidente. Caso ele não resolvesse a contento, iriam até o Rio de Janeiro falar com o imperador” (Mota, 2000a, p. 105). E assim procederam, dois anos depois, porém através de um documento, como demonstrou Durat (2019):

Francisco Gacom submete, no campo diplomático, uma solicitação ao imperador Dom Pedro II, pedindo que as terras do aldeamento de Atalaia sejam reincorporadas ao patrimônio dos Kaingang de Guarapuava. Não se tratava mais de uma disputa entre os Kaingang com as autoridades regionais; Francisco Gacom informava o problema do esbulho dos territórios tradicionais diretamente ao chefe máximo da nação (Durat, 2019, p. 403-404).

No conteúdo da carta analisada por Durat (2019), Gacom reclama ao imperador a posse de uma sesmária, descrevendo que seus limites são delineados “[...] ao norte pela costa do sertão e pelo ribeirão Bracujá (Maracujá) até a sua foz no rio Lageado Grande ao sul pela barra acima dos rios Coutinho e Lageado Grande a leste pelo Coutinho e a oeste pelo rio Lageado Grande” (Gacom, 22/05/1880. In: Durat, 2019, p. 404). Conforme narrou Gacom, o campo que requeria ao imperador, havia sido destinado ao toldo por D. João VI em 10 de setembro de 1818.

Na carta, Gacom denuncia que o capitão Antônio da Rocha Loures se apossou da maior parte das referidas terras, e arrendou outra parte, cujos arrendatários se apossaram com o passar do tempo. A discussão sobre o esbulho das terras das sesmarias destinadas aos Kaingang é discutida com detalhes em Durat (2019). Com os limites da terra descritos por Gacom, foi possível traçar uma estimativa da área que reclamavam os Kaingang (figura3).

FIGURA 03. ESTIMATIVA DAS TERRAS DE ATALAIA E SEPULTURA



Fonte: Elaboração própria.

O traçado dos rios indica os limites das terras de Atalaia e Sepultura, reivindicadas por Gacom na carta que enviara ao Imperador. Entretanto, os rios Lajeado Grande e Coutinho, já haviam sido mencionados como limites das terras destinadas aos Kaingang por Dom João VI, como explicou o Pe. Chagas Lima:

[...] ordenando El-Rei que os Indios fossem conservados trabalhando nas terras que lhes haviam dado de quatro léguas quadradas, pouco mais ou menos, entre os rios Coutinho e Lageado Grande (sesmaria de 4 de Setembro de 1818), e depois augmentanda por uma doação particular de outros visinhos (Lima, 1842, p. 49).

Conforme Mota (2000b), essa concessão se deu pela “[...] carta de Sesmarias de 04 de julho de 1818” (Mota, 2000b, p.142), que destinou as terras de Atalaia e Sepultura para os indígenas que ali habitavam. Ao transitar entre Guarapuava e o Distrito da Palmeirinha pela PRC-466, nota-se que a memória de Atalaia e Sepultura está impregnada neste espaço, referenciadas no nome da Fazenda Atalaia e da Agropecuária Sepultura, esta última localizada na figura 3.

Em sua tese de doutorado, Bonetti (2025), elaborou um mapa com a localização de Atalaia e Sepultura; no entanto, o historiador não explicou como chegou aos pontos por ele plotados. Ao que suspeitamos, ele baseou-se na posição do Memorial Fortim Atalaia e da Agropecuária Sepultura, o que não expressa, porém, a dimensão da área requerida por Gacom, delimitada na figura 03. Com base no cálculo de área realizado a partir de ferramenta do *Google Earth*, estimamos que o espaço entre os rios Maracujá, Lajeado Grande e Coutinho, correspondam a uma área de, aproximadamente, 16.468 hectares.

Porém, as terras delimitadas pela descrição de Gacom, não eram correspondentes àquelas que o Governo Provincial estava preparando para destinar aos Kaingang. Segundo Mota (2000a), no ofício de 18 de março de 1878, o juiz Laranjeira comunicou ao presidente que já havia indígenas residindo nas proximidades do rio Marrecas, aguardando medição das terras para que lhes fossem legitimadas a posse.

Em outra frente, no mesmo período, especificamente no relatório da Secretaria de Polícia da Província do Paraná datado de 20 de fevereiro de 1879, o chefe de polícia da província, preocupado com a movimentação dos Kaingang em Guarapuava, deixou claro que os indígenas eram o principal motivador de possíveis conflitos em relação a posse de terras. Não há menções, no documento, ao reforço do efetivo policial para contenção dos indígenas.

No documento, é salientado pela autoridade que a população que vivia nos campos ou que percorriam os “sertões” da província consideravam “[...] o gêntio fera que não se deve poupar” (Paraná, Secretaria de Polícia da Província, 20/02/1879, p. 12).

Para a autoridade policial, a “índole vingativa dos selvagens” mantinha a população e as autoridades da província alarmados. Mas do que se vingavam os Kaingang? O chefe de polícia da província apontou as possíveis motivações da ocorrência em que os Kaingang pressionaram os povoadores dos campos e as autoridades em Guarapuava:

Consideração-se senhores da zona ocupada pelos criadores.

Inteligentes e trabalhadores, podem ser aproveitados com vantagem.

Compreendendo essa necessidade, determinou V. Exc. ao juiz commissario de Guarapuava que demarcasse terras devolutas, próximas á cidade, para nelas serem estabelecidos os indios, que se entregão á agricultura.

Ficarão desse modo desvanecidas as apprehensões sobre a alteração da ordem publica (Paraná, Secretaria de polícia da província, 20/02/1879, p. 43 - 44).

No entanto, questões de propriedades, posses e terras não-demarcadas, não eram problema exclusivamente das populações indígenas e estavam entre as principais motivações de conflitos que demandavam ação da polícia. No entendimento do chefe da polícia da província, isso ocorria pois;

A lei das terras, além de não ter sido cumprida regularmente, consagra no final do art. 2.º uma disposição, fecunda em perturbações da ordem publica.

Isempitando de pena os heréos confinantes que no exercicio de actos possessórios apossão-se de terras alheias, derrubando mattos, pondo-lhes fogo e fazendo plantações, entretêm perpetuas rixas, que as mais das vezes se ultimão por delictos gravissimos. Isto é frequente nesta Provincia.

[...]

Invasões e esbulhos são frequentes. Resolvem-se as questões por vias de facto.

Intervem a autoridade policial que não pode efficazmente prevenir esses fatos (Paraná, Secretaria de polícia da província, 20/02/1879, p. 9).

O relatório do chefe de polícia da província não revela detalhes do acontecido, contudo, em março de 1879, o Presidente da Província apresentou em seu relatório que a província gozava de bom estado de tranquilidade, e até garantiu os bons resultados alcançados pela catequese nos aldeamentos, que conforme indica, poderia ser “[...] attestada pela população

indígena que, em estado adiantado de civilização, habita os aldeamentos e os municípios de Guarapuava e Palmas” (Paraná, 31/03/1879, p. 76).

Embora até os mencione como exemplos do bom resultado da catequese, o presidente Oliveira de Menezes supõe que a morte de Condá e de Viri deixaram os Kaingang de Palmas e de Guarapuava sem direção. Por isso, em seu entender, eles vinham praticando hostilidades aos moradores das vilas, justificando-se “[...] com o facto de terem sido esbulhados de terrenos nos logares denominados – Atalaya e Sepultura- terrenos que são de dominio particular” (Paraná, 31/03/1879, p. 77).

É evidente que o texto do relatório procura desqualificar as ações dos Kaingang, porém, mesmo sendo apontada como mera justificativa para hostilizar os moradores de Palmas e Guarapuava, ou como descabidas por serem as terras demandadas “domínio particular”, a reivindicação de Atalaia e Sepultura não foi tratada como uma questão desimportante pelo Governo Provincial, como tentou fazer parecer Oliveira Menezes. A agilidade do governo em atender aos Kaingang, evidencia-nos o alcance de sua mobilização, e como ela afetou o interesse dos ocupantes dos terrenos, motivando a movimentação do Governo Provincial que alegou:

No intuito de evitar conflictos, cujas consecuencias seriam para lamentar, dirigi-me ao governo imperial solicitando autorisação para mandar medir uma área de terreno devoluto para a collocação dos indios e para arbitrar a gratificação de 20\$000 mensaes a cada um dos caciques dos pontos alludidos, investindo-os do caracter de director.

Concedida a autorisação por aviso de 22 de Agosto do anno proximo passado, expedi ordem ao juiz commissario do municipio de Guarapuava para proceder a escolha de terrenos apropriados áquelle mister, e a medição em um perimetro para ser em commum habitado pelos indios (Paraná, 31/03/1879, p. 77).

A resposta do ainda juiz comissário Luiz Daniel Cleve sobre a escolha do terreno para o aldeamento solicitado pelo presidente Oliveira de Menezes, foi feita por ofício de 10 de janeiro de 1879. No documento, Cleve indica que já havia escolhido o lugar para o aldeamento, cuja informação do ofício foi levantada por Mota, que transcreveu o trecho:

Havendo-me o antecessor de V. Exa, o exmo. Snr. Dr. Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes, autorizado, em ofício de 24 de Dezembro de 1878, a proceder a medição de terrenos devolutos, destinados para o aldeamento dos indios que necessitam da fundação de um nucleo e de terras de cultura afim de render-se á vida civilizada, escolhi como localidade mais apropriada, e

tendo em vista o recomendado no já citado ofício, as terras á beira da estrada da Therezina, no logar denominado Marrecas, escolha que pelo antecessor de V. Exa foi aprovada (APPR, Ofício. 10/01/1879, p. 143. *Apud* Mota, 2000a, p. 108 – 109).

Mais os Kaingang de Guarapuava não eram a única preocupação da pasta do Governo Provincial, pois enquanto tentava-se arrefecer a tensão na vila de Guarapuava, outras situações eclodiam nos arredores. Baseado em Mota (2017), que considerou a localidade dentro da territorialidade Xokleng, supomos que sejam esses os protagonistas dos novos ataques no distrito de Rio Negro, os quais foram comunicados no relatório do chefe de polícia da província, onde o Dr. Luiz Barreto Corrêa de Menezes constou que, em fevereiro de 1879:

No lugar denominado Papanduva, districto do Rio Negro, em meados deste mez, estando Cezario Antonio Ribeiro em companhia de seu ogro Joaquim Torquato de Assis, partindo um pinheiro, distante 50 braças da scasa deste, forão assaltados pelos indios botocudos, recebendo Ribeiro duas flechadas, atravessando a primeira a coxa direita, e a segunda cravando-se no hombro do mesmo lado. O subdelegado de policia, tendo conhecimento deste facto lamentável, dirigiu-se para ali e procedeu a auto corpo de delicto no offendido (Paraná, Secretaria de policia da provincia, 20/05/1879, p. IX e X).

Os Kaingang também movimentaram a sede da província. Mota (2000a) destaca que, em 10 de março de 1879, estiveram na capital afim de requerer objetos os “[...] caciques Francisco Gacon, Paulino Dotahy e Joaquim Lehereu. Tudo indica que Paulino e Joaquim eram caciques subalternos a Francisco Tigre Gacon” (Mota, 2000a, p. 107).

Passado pouco mais de dois meses da visita do Kaingang a capital, Cleve informou o presidente Dantas Filho, que iria dar início à medição das terras que seriam reservadas aos indígenas. A informação consta no ofício de 15 de maio de 1879, e foi averiguada por Mota (2000a), o qual afirma que:

[...] o juiz Cleve tinha dúvida sobre se conviria dividi-las em lotes ou deixá-las serem cultivadas em comum, demarcando apenas a área da aldeia com suas dependências. Outra dificuldade que ele adiantou ao presidente era quanto à boa escolha de um local apropriado para a aldeia, como queriam os índios; as terras próximas de Guarapuava já estavam ocupadas (Mota, 2000a, p. 110).

O autor informa que foram muitas as correspondências entre o Juiz Comissário e o Presidente da Província no ano de 1879. Dentre elas, o historiador destacou a correspondência que Cleve escrevera em 11 de julho, onde expôs as dificuldades na escolha da terra, pois, “[...] são os índios em extremo exigentes e as diversas hordas não concordam entre si, vivendo cada uma com seu cacique em lugar distinto, e frequentes vezes em hostilidade aberta com a tribo vizinha” (APPR, Ofício. 11/07/1879, p. 145- 147. *Apud* Mota, 2000a, p. 111).

A informação do ofício reitera-nos a pluralidade de grupos Kaingang envolvidos pela retomada das terras, o que causara discórdia sobre a escolha do lugar para estabelecer o aldeamento:

[...] deu-se uma rixa entre duas parcialidades a vista da turma empregada no serviço da medição, e bastante custou apaziguar-os. Talvez não seja estranho a V. Exa. o facto de viverem essa gente (principalmente os descendentes das hordas dos Cames e Votorões) ameaçando os proprietarios dos campos da Atalaia, que em 1818 foram rezervado para o aldeamento (APPR, Ofício. 11/07/1879, p. 145- 147. *Apud* Mota, 2000a, p. 111).

Embora Cleve tenha assinalado que as terras da Atalaia possuíam outros proprietários, ele também reconheceu que haviam sido, anteriormente, de posse dos Kaingang. O destaque que faz aos descendentes dos Cames e Votorões é um indicativo de que esses insistiam nas terras de Atalaia e Sepultura, enquanto outros grupos aceitariam outros locais. Essa interpretação está de acordo com a interpretação de Mota:

Os índios que queriam recuperar as terras dos seus ancestrais nos Koran-bang-rê pressionavam de todas as maneiras. [...] O juiz Cleve e outras pessoas importantes da cidade faziam tentativas no sentido de dissuadir os índios do seu intento de se fixarem nos Campos de Atalaia e Sepultura, com promessas, e presentes. Mas os índios estavam irredutíveis (Mota, 2000a, p. 112).

No mesmo mês, Cleve voltou a escrever sobre outros desentendimentos entre os indígenas, que desta vez chegaram às vias de fato. A informação foi processada por Mota, segundo o qual foi informada por ofício de 29 de julho de 1879, onde Cleve comunicou que no dia 28 de julho, “[...] vieram alguns índios fazer queixas por ter-se dado novo conflito donde, segundo informa o agrimenssor ahi empregado reSultou sahir uma pessoa com o braço fracturado e espancaram o conductor de viveres da turma, tambem indio” (APPR, Ofício. 29/07/1879, p. 10 – 11. *Apud* Mota, 2000a, p. 113).

A insubordinação dos Kaingang às expectativas do juiz fez Cleve queixar-se da falta de uma diretoria dos índios em Guarapuava. Embora Mota (2000a) saliente que se deva considerar o interesse de Cleve pelo cargo,⁹¹ o historiador ressalta que “os Kaingang conheciam as estruturas dos poderes oficiais locais “[...] e sabiam que estavam subordinados a uma esfera superior, a diretoria geral dos índios da província, por isso não obedeciam às ordens desses outros poderes” (Mota, 2000a, p. 112 – 113).

Conforme explica o autor, para superar a contenda causada pelo não entendimento dos grupos Kaingang sobre o local do aldeamento, Cleve alegou ter buscado conciliar as opiniões dos grupos, sobretudo dos mais numerosos, porém “[...] parece que prevaleceu a opinião dos fazendeiros de Guarapuava quanto ao local do futuro aldeamento” (Mota, 2000a, p. 111). Segundo o autor, Cleve alega, no ofício de 11 de julho, que o Barão de Guarapuava e a Câmara Municipal indicaram algumas terras devolutas próximas à cidade, às margens do rio Marrecas, onde já havia grupos Kaingang instalados.

Conforme apontou Mota (2000a), as solicitações pela criação do aldeamento em Marrecas e pela nomeação de um diretor dos índios, solicitadas por Cleve, foram respondidas pelo Diretor Geral dos Índios, Hipólito Alves de Araújo, em 15 de setembro, o qual também remeteu suas considerações para o Presidente da Província, Manuel Pinto de Souza Dantas Filho. Para o Presidente, comunicou o Diretor Geral:

[...] julgo de grande vantagem para a cathequese dos indios, tranquilidade e segurança dos habitantes de Guarapuava o aldeamento das duas tribus de que trata o citado officio creando-se no sitio Marrecas d’aquelle municipio que para esse fim esta sendo medido, uma aldea para cujo Diretor proponho á V. Exa na forma do art 2º do Dec. n. 426 de 24 de julho de 1845 o cidadão Luiz Daniel Cleve (APPR, Oficio. 15/09/1879, p. 141. *Apud* Mota, 2000a, p. 114).

Em 25 de outubro de 1879, Dantas Filho acatou a sugestão do diretor e nomeou Luiz Daniel Cleve para exercer o cargo de Diretor Geral dos Índios da Comarca de Guarapuava. Sua nomeação, como já havia indicado Araújo, foi “[...] feita nos termos do art. 2.º do decreto n. 426 de 24 de julho de 1845” (Paraná, 16/02/1880, p. 42). Dantas Filho justificou a nomeação

⁹¹ Cleve atuava em várias frentes de trabalho, no relatório de 31 de março de 1879 entregue pelo presidente de província Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes aponta que nesse período, Cleve era membro da comissão do distrito de Entre Rios, para a construção da estrada entre Guarapuava a Porto da União, chefiado do Barão de Guarapuava. Logo foi promovido, nomeado por Oliveira Menezes como inspetor da mesma estrada, o governante alegou que Cleve era zeloso e incansável.

de Cleve pelas atividades que esse exercera como juiz comissário, quando então fora incumbido de “[...] discriminar terras para estabelecimentos de índios, que errão n’aquellas paragens, como porque possui grande copia de conhecimentos á cerca dos costumes da raça aborígene” (Paraná, 16/02/1880, p. 42).

Baseado nas informações repassadas por Cleve, Dantas Filho afirma que na Comarca de Guarapuava havia cerca de dois mil indígenas. O Diretor Geral também informou sobre as principais lideranças da região, conforme o relatório do governante, dizendo que alguns desses grupos eram “[...] capitaneados pelos principaes caciques, que são: Bandeira, Paulino e Francisco Tigre” (Paraná, 16/02/1880, p. 42). Além dos principais, Cleve identificou caciques “subalternos”, cinco foram listados no relatório do presidente de província: “Felizardo, José Cafang, Nhazôro, Gregorio e Mayor” (Paraná, 16/02/1880, p. 42).

Conforme consta no relatório do presidente da província, o cacique Bandeira e seu grupo faziam roças e habitavam “[...] o campo Moiram, tem sob suas ordens 200 pessoas” (Paraná, 16/02/1880, p. 42). As informações sobre as aldeias de Bandeira foram detalhadas por Luiz Cleve, em novembro de 1880:

Entre os rios Piquy e Ivahy existem, nos planaltos que dividem as aguas, algumas campinas cobertas de gramíneas, onde teem assento as tendas dos caciques Gregorio e Bandeira. Tanto os rios principaes, como seus affluentes são piscosos e fornecem alimento abundante aos índios que ali fazem plantações de milho, canna de assucar e algum feijão (Paraná, 16/02/1881, p. 78).

Sob a liderança de Bandeira, estavam os caciques Gregorio, Henrique e Mayor, mas sobre os dois últimos não foram encontradas informações sobre suas localizações.

O cacique Paulino liderava um grupo de aproximadamente 200 pessoas que residiam nas proximidades de Therezina, e esses faziam “[...] grandes plantações de canna e milho” (Paraná, 16/02/1880, p. 42).

Francisco Luiz Tigre Gacon, líder da reivindicação por Atalaia e Sepultura, estava instalado com seu grupo nos campos da Atalaia, terras que Dantas Filho admite ter pertencido aos indígenas, mas que no momento estavam sob posse de particulares. Munido das informações fornecidas por Cleve, a autoridade provincial afirma que o grupo liderado por Gacom contabilizavam “[...] 40 individuos de ambos os sexos, vivem das roças em que cultivam cereaes, em diminuta escala” (Paraná, 16/02/1880, p. 42). Dantas Filho manifestou interesse

em retirar os indígenas dos campos de Atalaia, mas sugeriu que a ação só seria possível após a criação de uma aldeia para assentar os indígenas.

Como informa o ofício de 24 de novembro de 1879, a medição das terras próximas ao rio Marrecas estava pronta (Mota, 2000a). Quatro dias depois, em outro ofício, Cleve faz um relatório detalhado das terras de Marrecas, e o trecho de seu relato foi transcrito por Mota (2000a):

Exa. pelos mesmos autos e da respectiva planta, verá que a área medida importa em 35.164, 979. 3/10 braças quadradas, com a circunferência de 26.510 1/5 braças lineares. Não tendo ordens precisas sobre a total extensão de terrenos a dar para os índios, tive escrúpulos em medir uma area maior, e ConSultei nesse sentido V. Exa. o snr. Barão de Guarapuava, que como eu, estava convencido de medir uma area menor seria terreno insuficiente para o numero de indios que existem e corriamos o risco de perder todo o trabalho e despesas (APPR, Oficio. 28/11/1879, p. 74 – 77. *Apud* Mota, 2000a, p. 115).

Amparado ainda no ofício, Mota (2000a), comenta que Cleve argumentou ter seguido as determinações do então presidente de província Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes “[...] de colocar o aldeamento o mais próximo possível de Guarapuava; por isso as medições iniciaram-se a partir do rio Marrecas e não do rio Ivaí” (Mota, 2000a, p. 115). Além dessa justificativa, o autor destacou que Cleve elencara haver um núcleo de famílias indígenas residindo junto ao rio Marrecas, onde existia grande mata de pinheirais e campos com variados tipos gramíneas apropriadas para criação de gado, equinos e suínos, que segundo ele, era de interesse dos indígenas. No entanto, o diretor se lamentava não ter estendido a demarcação até as margens do Ivaí, onde existia uma enorme quantidade de terras, que lhe possibilitaria demarcar uma área quatro vezes maior.

Na análise do autor, a definição do local escolhido por Cleve, sinaliza a preferência dos Kaingang pelos “[...] campos com as matas de pinheiros (araucárias)” (Mota, 2000a, p. 116). A fim de assegurar o sucesso do aldeamento, o historiador afirma que Cleve indicou algumas medidas a serem tomadas:

O primeiro ponto seria dar um ordenado aos caciques para que eles mantivessem suas respectivas tribos em ordem e obedientes [...] A segunda medida seria uma verba para comprar ferramentas, tecidos e utensílios [...] O terceiro ponto seria que houvesse no aldeamento ao menos um mestre-escola, caso não fosse possível contratar um padre. Por último, ele sugeriu a criação

de uma colônia de nacionais entre Teresa Cristina e o aldeamento indígena de Marrecas (Mota, 2000a, p. 116).

Além disso, por ofício de 24 de dezembro de 1879, Cleve escreveu ao Presidente de Província sobre quem ele escolhera para o cargo de cacique dos “aldeados” de Guarapuava, à saber, Francisco Luiz Tigre. A justificativa da indicação era de que o cacique “[...] é filho legítimo de Luiz Tigre Gacom, cacique que foi no tempo da Atalaia e ali morreu em defeza da aldeia – por saber ler e escrever, e peço a V. Exa. que se digne confirmar esta escolha” (APPR, Ofício. 24/12/1879, p.2. *Apud* Mota, 2000a, p. 106). Embora Cleve reivindicasse para si a escolha de Francisco Tigre, não se pode perder de vista a organização política dos Kaingang, deste prisma. Ou seja, o que o diretor fez, foi, na verdade, reconhecer a liderança hierárquica e hereditária exercida por Gacom.

Cabe destacar o papel de Francisco Tigre Gacom, embora a trajetória deste seja abordada com detalhes em Durat (2019). Francisco é filho de Luiz Tigre Gacom, “capitão” dos indígenas aldeados que foi morto no ataque a Atalaia em 1825. Como afirmou Fernandes (2003), o “[...] reconhecimento da descendência patrilinear, pode-se afirmar, é regra entre os Kaingang” (Fernandes, 2003, p. 55). Após o fim de Atalaia, como demonstrou Durat (2019), Francisco foi criado na vila de Guarapuava, onde foi alfabetizado, manteve diversas relações, constituiu muitas alianças, chegando a ocupar o cargo de oficial de justiça.

Se considerarmos a análise sobre as “condições para ascensão a posições políticas” entre os Kaingang, estudadas por Fernandes (2003), sobretudo no que se refere aos Kaingang de Palmas, podemos destacar que Francisco Gacom possuía muitos atributos, que o “qualificavam” e lhe “legitimava” enquanto “cacique principal”. Dentre elas: a) Ele era do “Tronco velho”, “expressão empregada para designar os indivíduos cuja história está ligada à própria história local” (Fernandes, 2003, p. 138). Este é um fator que, segundo Fernandes (2003), atribui legitimidade política; b) Francisco era filho de Luiz Tigre Gacom e “A descendência patrilinear e o padrão de herança (filho mais velho), reconhecido pelos Kaingang é, notadamente, um dos critérios sucessórios que aparece recorrentemente na história política de Palmas (Fernandes, 2003, p. 219); c) Francisco tinha excelente conhecimento do “mundo dos brancos”, e, como o antropólogo constatou em Palmas, “[...] os Kaingang esperam que o *trabalho* do cacique esteja associado à autoridade dos ‘brancos’ e que o cacique seja reconhecido, em certa medida, como uma autoridade no “*mundo dos brancos*” (Fernandes, 2003, p. 226); d) Para os Kaingang, “[...] a legitimidade de suas autoridades está ligada a sua

capacidade de representar a comunidade como uma unidade, como um agente político” (Fernandes, 2003, p. 273).

Considerando as informações dos documentos e bibliografia que se referem a Francisco Tigre Gacom, combinados com a análise de Fernandes (2003), é possível considerar que Gacom possuía legitimidade e atributos necessários para liderar uma coalizão dos grupos Kaingang pela reivindicação das terras que no passado haviam sido destinados a eles, à saber, Atalaia e Sepultura.

A documentação registra que imediatos à liderança de Gacom estavam Felisardo, José Cafag e Nhazorô. O primeiro residia “[...] nas Marrecas, á beira da estrada que vae para Therezina” (Paraná, 16/04/1880, p. 42). O relatório do governante não informa quantas pessoas viviam com Felisardo, apenas menciona que eram poucos indígenas. Já o grupo de José Cafang contava com número entre 50 e 60 pessoas, que habitavam as margens do rio Marrecas, na região que Cleve indicara para a implementação de um aldeamento para reunirem os Kaingang de Guarapuava. Por sua vez, Nhazorô “[...] índio velho, que é chefe de uma familia, cujo numero não excede a 12 individuos, é ainda refrectario e não tem morada certa. Consta estar na Barra Vermelha.” (Paraná, 16/02/1880, p. 42).

Com o objetivo de facilitar a distribuição e a organização das chefias Kaingang, adaptamos a tabela apresentada no relatório de Dantas Filho (tabela 01).

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS CHEFIAS KAINGANG NO RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, MANUEL PINTO DE SOUZA DANTAS FILHO, EM 16 DE FEVEREIRO DE 1880

Chefes	Francisco	Tigre Gacon	Bandera	Paulino	Descoubrendo
Residências	Atalaia	Marrecas	Campo Moiran	Therezina	Pai Querê
Caciques subalternos	Paulino Tigre	Felisardo José Cafang	Mayor Gregorio Henrique	----	----
Número dos índios	40	62	200	200	2000
TOTAL	2.502				

Fonte: Elaboração própria - adaptado de Paraná, (16/02/1880, p. 43).

Dantas Filho salienta que, embora os indígenas fossem tratados de aldeados, estavam “[...] longe de merecer este titulo, vivendo divididos em muitos grupos, onde melhor lhes convém e apraz” (Paraná, 16/02/1880, p. 43). Apesar de identificarem a unificação dos grupos e a hierarquização das chefias, parece claro para as autoridades provinciais que os Kaingang

eram segmentados e que isso dificultaria o agrupamento destes em um só aldeamento. Talvez por esse motivo, o governante acrescentou que Cleve alegava a urgência em reunir os indígenas em um ou dois aldeamentos: “[...] um principal nas Marrecas e outro no campo Moiram” (Paraná, 16/02/1880, p. 43). A justificativa exposta no relatório é que esses estabelecimentos, se bem fossem administrados, com a presença de um padre e de um mestre-escola “[...] em breve tempo, contará em seu seio 2 500 indivíduos, trabalhando pela prosperidade desta esperançosa província” (Paraná 16/02/1880, p. 43).

Segundo Mota (2000a): “Em 14 de junho de 1880, Daniel Cleve informou em carta às autoridades imperiais que no dia 4 desse mês, tinha formado o primeiro aldeamento nas margens do rio das Marrecas” (Mota, 2000a, p. 117). Porém, o título de posse das terras, foi remetido a Cleve pela Secretaria da Presidência da Província somente no Ofício de 09 de novembro de 1880. Como destacou Mota (2000a), com esse andamento, foi: “[...] dado mais um passo para a fixação das populações Kaingang” (Mota, 2000a, p. 118).

No relatório do presidente João José Pedrosa, para o qual os serviços desempenhados por Cleve constituíam-se em prova de que o serviço de catequese não estava mal dirigido, uma vez que as notícias davam conta de que muitos dos grupos indígenas demonstravam tendências de aderirem aos aldeamentos, se estes fossem implementados pelo Governo Provincial. O entusiasmo do governante foi motivado pelo ofício de Cleve, datado de 20 de novembro de 1880, reproduzido no relatório do Presidente de Província, o qual comunicara que:

Tendo diversas hordas de indios selvagens capitaneadas pelos caciques Bandeira, Gregorio, Jángjó e outros, residentes nas margens do rio Piquiry e afluentes do Corumbatahy, vindo repetidas vezes implorar o auxilio do governo para abandonar a vida selvagem e entrar no gozo das vantagens da civilização, tem-se procurado affagal-os por todos os modos, já dando lhes ferramentas e roupa, já prometendo aldeal-os, proteger os aldeamentos e o andamento da catechese, com o que muito contente se mostraram, e pediram se fosse visital-os nos seus toldos (Paraná, 16/02/1881, p. 78).

As informações de Cleve nos apresentam um novo cacique, o Jángjó, quem liderava “[...] vários toldos que estão na margem do Piquiry, próximos á antiga cidade real de Guayra” (Paraná, 16/02/1881, p. 78). Relativamente distante da região, cerca de 100 Km em linha reta do limite norte do polígono dos *Koran-bang-rê*, e, aproximadamente, 160 km em linha reta da Vila de Guarapuava, os grupos liderados pelo do cacique Jángjó poderiam chegar a 800 pessoas, conforme a estimativa de Cleve.

A aproximação deste cacique se deu, unicamente, por intermediação do Cacique Bandeira, a quem, segundo Cleve, Jángjó era subordinado. Foi Bandeira quem o convenceu a estabelecer contato e “amizade” com Cleve, pois o cacique já havia tentado aproximação muitas vezes, e estava decidido a não procurar mais relações com os brancos, já que, anteriormente, esses haviam demonstrado relutância e má vontade em lhes visitar. Sem explicar as motivações, Cleve escreveu que “[...] determinou-se o cidadão Norberto Mendes Cordeiro, abastado fazendeiro do lugar, a acompanhá-lo levando consigo um filho e mais algumas pessoas” (Paraná, 16/02/1881, p. 78).

Em setembro de 1880, Cordeiro seguiu para visitar Jángjó, de onde retornou no início do mês de novembro do mesmo ano, relatando muitas dificuldades na viagem. O fazendeiro relatou a Cleve sobre o encontro com o cacique e seus liderados, e o Diretor Geral dos Índios de Guarapuava informou ao Presidente de Província que:

[...] grande foi o alvoroço e alegria entre os pobres selvagens quando avistaram este patriótico cidadão, cuja presença aceitaram com garantia de segura paz, e protecção do governo, ao qual mandaram oferecer seus braços em defeza da fronteira contra invasões hostis (Paraná, 16/02/1881, p. 78 – 79).

A “oferta” de defender as fronteiras contra possíveis invasões não passou despercebida por Cleve, que no mesmo ofício sugeriu ao governante que:

[...] os indios são mui propensos para a vida militar; gostam dos exercicios, da disciplina, e logo se adestram no manejo de armas. Seria conveniente aproveitar as boas disposições destes indios, dando-lhes algum armamento e um instructor, formando uma especie de destacamento, no caso que uma das colonias militares não possa ser colocada ahi. E’ útil dar-lhes postos, que para isto teem bastante vaidade, e ao mesmo tempo deve-se-lhes reservar terras para o aldeamento (Paraná, 16/02/1881, p. 79).

Além do emprego dos Kaingang na defesa das fronteiras da província, Cleve aponta que esses poderiam servir de mão-de-obra na construção de estradas, lembrando os serviços prestados por Condá e seu grupo na abertura da estrada de Corrientes.

Conforme consta no ofício de Cleve, Norberto Cordeiro foi até a capital da província e lá se colocou à disposição de narrar seu testemunho sobre o contato com os grupos liderados por Jángjó ao presidente Pedrosa.

O relato do fazendeiro ao governante, nos evidencia uma suspeita: a de que diferentes grupos Kaingang, que circulavam pelos aldeamentos do Tibagi, e que, ocasionalmente, realizavam “correrias”, eram oriundos dos antigos *Koran-bang-rê* e/ou do seu entorno. Mas que devido a uma disputa territorial acentuada pela presença dos não-indígenas, com quem seus rivais estabeleceram alianças, foram forçados a deixar suas terras. Conforme narrou o fazendeiro, os indígenas “[...] recordavam penalizados as perseguições que outr’ora sofferam” (Paraná, 16/02/1881, p. 79).

Conforme relataram os Kaingang do Piquiri, eles e seus antepassados viveram em paz na região “[...] mas que veio de Palmas um índio Very com uma força consideravel, com muito armamento, e, cahindo de improviso sobre os toldos, matou muita gente nossa, levando muitos captivos” (Paraná, 16/02/1881, p. 79). A exposição da trajetória dos Kaingang, liderados por Jángjô ao fazendeiro, também revela um outro aspecto: a relação que estes possuíam com o local de sepultamento de seus antepassados. Pois: “[...] **depois de chorarmos sobre as sepulturas de nossos antepassados** e dos irmãos assassinados” (Paraná, 16/02/1881, p. 79. Grifos nossos), eles queimaram seus ranchos e migraram para terras do Mato Grosso, onde foram dizimados por enfermidades.⁹²

Quando retornaram as terras da província do Paraná, os Kaingang contaram que pararam “[...] nas terras estereis de Tayoba, onde a fome logo fez sentir seu cruéis effeitos” (Paraná, 16/02/1881, p. 79). Depois de tantas dificuldades enfrentadas, os Kaingang buscaram apoio na colônia militar do Jatahy, onde viveram alguns anos, mas lá “[...] havendo dissidência entre os índios d’aquella terra e a nossa gente, e sabendo que esta continuava saudosa da terra natal, e sabendo que alli estava tudo em paz, resolvemos vir de novo reedificar nossa aldeas” (Paraná, 16/02/1881, p. 79).

Após terem relatado resumidamente sua trajetória, os Kaingang solicitaram apoio das autoridades provinciais demonstrando intenção de se aldearem e estabelecerem aliança para permanecerem em parte de seus antigos territórios. Tais intenções foram ressaltadas pelo fazendeiro Norberto ao presidente Pedrosa: “Tão ansiosos estão os selvagens do Piquiry de fazer causa commum connosco, que se propõem elles a abrir uma picada que dê aos seus toldos e ao salto das Sete Quedas comunicação fácil com Guarapuava” (Paraná, 16/02/1881, p. 80).

⁹² A relação entre o local das sepulturas de seus antepassados e sua territorialidade será reafirmada por Jángjô alguns anos depois, assunto que retomarei no quarto capítulo desta tese.

Por sua vez, o governante da província, mesmo argumentando não dispor de recursos para despesas com catequese, autorizou Cleve a “[...] despende a quantia de 300\$000 para coadjuvar a expedição do cacique Bandeira, afim de abrir-se a mencionada picada” (Paraná, 16/02/1881, p. 80). O presidente também acolheu a solicitação de Cleve para contratar o Kaingang Felizardo como intérprete da diretoria dos índios de Guarapuava. A expedição de Bandeira e Cleve despertou o interesse de parte da elite de Guarapuava, pois enxergaram na nova aliança uma força que poderia auxiliá-los contra-ataques de outros grupos, assim como outrora fizeram Viri e Condá.

Além disso, o Governo da Província vislumbrou a possibilidade de avançar sobre as terras do Piquiri e Iguaçu, que conforme o presidente Pedrosa, ainda eram “[...] quase completamente desconhecida e onde asseguraram que existem os famosos campos do Pai-querê” (Paraná, 16/02/1881, p. 80).

Em 1881, o Governo Provincial já empregava recursos para manter os Kaingang aldeados e ocupados. Conforme demonstra-nos a exposição do Presidente da Província João José Pedrosa, em 04 de abril de 1881, destinou recursos para serem aplicados aos serviços de catequese dos indígenas de Guarapuava, e “[...] fixou a gratificação mensal de 20\$000 réis a cada um dos caciques Bandeira; Gregorio e Jangjó, que governão as tribos selvagens das margens do rio Pequiry, dos afluentes do Corumbatahy, dos Campos da Atalaia e suas circumvizinhanças” (Paraná, 03/05/1881, p. 11).

No mesmo documento que informa terem sido repassados outros recursos para o Diretor Geral dos Índios, o presidente Pedrosa ressalta que ordenou que Cleve “[...] procurasse empregar os selvagens na abertura da picada que deve pôr em comunicação com a cidade de Guarapuava as aldeas sintas nas margens do Piquiry, proximas do salto das Sete Quedas” (Paraná, 03/05/1881, p. 11). Porém, as últimas questões que se desenrolaram a partir de 1881, dão início a um outro processo de avanço da ocupação não-indígena sobre outros territórios Kaingang que se estendiam para além do rio Iguaçu e Piquiri.

2.6. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO II

As campanhas capitaneadas por Afonso Botelho, na segunda metade do século XVIII, consistiram em um período de resistência territorial do qual os Kaingang impuseram uma derrota ao Projeto Colonial de avançar para o “sertão” do Tibagi, mantendo a soberania que detinham sob sua territorialidade, os *Koran-bang-rê*.⁹³ Como mencionado no início do Capítulo II, Oliveira (1848), já havia sugerido que nas campanhas de Botelho, na segunda metade do século XVIII, se reconhecem indícios que, nos Campos de Guarapuava, ocorria a centralização de diversos grupos.

Antes da chegada dos *fóg kupri* (estrangeiros brancos), os *Koran-bang-rê* se constituíam em uma territorialidade de diversos grupos Jê, os quais compreendemos como integrantes de uma macrounidade étnica Kaingang, neste sentido, consistia em um território étnico Kaingang, como propuseram Fernandes & Góes (2022). Considerando a análise de Fernandes (2003), concebe-se que, também no período pré-colonial, esses grupos estivessem organizados em redes de alianças e de conflitos. Entretanto, eles circulavam pelos *Koran-bang-rê*, conforme a situação da conjuntura política que estavam envolvidos.

Constituído ainda no período pré-colonial, os *Koran-bang-rê* permaneceram como um território até o início do século XIX. Consideramos que o desvio de Cabeza de Vaca deste território, no século XVI, e o reconhecimento dos jesuítas desse espaço ser habitado por grupos não-Guarani, reforçam o argumento, indicando que esta configuração territorial já era operada pelos grupos que ali viviam.

Com a execução da Real Expedição aos Campos de Guarapuava, o processo de conquista foi implementado, iniciando o que estimamos ser, de fato, a desterritorialização dos Kaingang de seus *Koran-bang-rê*. Como bem explicou Mota (2022b), os Kaingang não assistiram a invasão do seu território passivamente, mas, do contrário, eles impuseram uma situação de guerra por seu território e utilizaram-se de diversas estratégias para fazer frente aos colonizadores, dentre elas: a) a invisibilidade, b) as aproximações e reconhecimentos de território, c) os ataques frontais, d) as emboscadas e, não menos importante, e) a diplomacia.

É preciso ressaltar que essa “desterritorialização” não foi completa, pois mesmo depois de implantada a conquista europeia, vários grupos Kaingang continuaram a habitar autonomamente áreas lindeiras ao aldeamento de Atalaia e Sepultura, as quais, por sua vez, se converteram em uma territorialização dos Kaingang. Ou seja, ao mesmo tempo que esses

⁹³ Reforço que o entendimento de “territorialidade”, expresso neste capítulo, se aproxima da definição de Gallois (2004) e do conceito de “cosmografia” proposto por Little (2002).

espaços foram definidos como um território de ação da administração do Império Português, também foram territorializados pelos Kaingang, que formavam uma coletividade que convivia neste espaço. Este entendimento é fundamentado na definição de “territorialização” de Pacheco de Oliveira (2022):

Territorialização remete a amplos processos de reorganização social que, fundados no estabelecimento de uma conexão entre sujeitos sociais e um segmento espacial, implicam: 1) na criação de uma nova unidade social e no surgimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) na constituição de normas e instrumentos políticos especializados; 3) na redefinição do controle social sobre a terra, recursos ambientais e trabalho; 4) na reelaboração da cultura e de sua relação com o passado.” (Pacheco de Oliveira, 2022, p. 17).

Deste modo, o processo de territorialização, como conceituado por Pacheco de Oliveira (1998; 2016; 2022), contribuiu para o entendimento de que, a destinação da Sesmarias em 1818, consistiu no acontecimento que definiu o espaço físico destinado aos Kaingang, portanto, na desterritorialização dos Kaingang dos *Koran-bang-rê*. Desta forma, apenas uma parcela desta territorialidade foi mantida e ressignificada, à saber, Atalaia e Sepultura. Esse processo de territorialização, promovido durante a conquista, delimitou o espaço dos Kaingang, transformando-se em um território delimitado pelo Estado.

Esta situação também indicou que houve uma redefinição nas relações de alianças entre os aldeados (Camé e Votorõn). De mesmo modo, as hostilidades com seus rivais Dorin se complexificaram com um novo elemento, à saber, a relação com os não-indígenas, que segundo Durat (2019), ofereciam alguma garantia de proteção para os aldeados. Entretanto, a aliança dos aldeados com os não-indígenas foi insuficiente para intimidar ou conter o ataque dos Dorin que ocorreu no mês de abril de 1825. Em Durat (2019) e em Mota (2022a; 2022b, 2023b), foi demonstrado que os Dorin também buscavam a convivência com os ditos “nacionais”, porém a coabitação com os primeiros grupos aldeados parecia impraticável.

Na análise realizada por Durat (2019), os Dorin “[...] não intencionavam se indispor com os povoadores; suas intenções destinavam-se a eliminar o grupo comandado pelo capitão dos índios, Luiz Tigre Gacom” (Durat, 2019, p. 110). Consideramos que, os não-indígenas, foram entendidos por esses grupos apenas como mais uma aliança, mais um recurso, que ambos os grupos buscavam para estender seu controle territorial, o domínio daquela parcela dos *Koran-bang-rê*. Com o aumento da disputa entre os aldeados e os *Dorin*, que teve como marco o ataque de 1825 e que pôs fim a Atalaia, isso abriu caminho para que as terras de Atalaia e

Sepultura fossem esbulhadas pela elite campeira guarapuavana, que se apossou deste território finalizando e inaugurando uma etapa do processo de territorialização.

A reivindicação dos Kaingang por quase todo o século XIX pela retomada de Atalaia e Sepultura, demonstra-nos a dimensão de significado que esta territorialidade simbolizava para os Kaingang, que já não almejavam retomar os antigos *Koran-bang-rê*, mas as terras que lhes foram disponibilizadas pelo Estado, Atalaia e Sepultura. De suas reivindicações e articulações políticas e guerreiras, um outro processo de territorialização foi configurado, e um novo território foi criado, o Aldeamento de Marrecas em 1880, atual Terra Indígena Marrecas.

Embora a documentação disponibilizada no Arquivo Público de São Paulo necessite ser sistematicamente pesquisada, a documentação analisada nesta pesquisa atesta que, desde a década de 1840, os Kaingang iniciaram a reivindicação pelas terras de Atalaia e Sepultura, as quais haviam sido destinadas a eles em 1818. Apesar das diversas estratégias por eles empregadas, e mesmo com a atuação favorável do Diretor Geral dos Índios da província de São Paulo, não obtiveram êxito.

Com a criação da Província do Paraná, em 1853, percebe-se que alguns grupos atuaram frontalmente contra os habitantes das terras que lhes pertenciam, enquanto outros, aparentemente, davam proteção aos não-indígenas. A força do Estado foi o terceiro elemento dessa disputa, ora fazendo frente aos Kaingang que atacavam as fazendas, ora apoiando os grupos que impunham guerra aos “agressores” dos brancos.

Destarte, no âmbito dos conflitos iniciados em meados do século XIX, entendemos que as disputas entre os que atacavam as fazendas, estradas e ameaçavam Guarapuava, e os grupos que mantinham aliança com os *fóg kupri* (estrangeiros brancos), não se deram simplesmente pela oposição entre os grupos que atacavam e os que “davam proteção” aos habitantes e “propriedades”, mas por questões inerentes destes grupos, que mantinham relações de alianças e conflitos desde antes da efetivação da conquista.

Como explicam Fernandes (2003) e Mota (2023b), Fuoc-xó, o Victorino Condá, foi considerado em algumas análises “como um “bugreiro”, “colaboracionista” e “aliado” dos ‘brancos’.” (Fernandes, 2003, p. 113). A partir de Fernandes (2003) e Mota (2023b), entendemos que a ação de Condá, no âmbito dos *Koran-bang-rê*, estavam ligadas a questões político-territoriais inerentes a sociabilidade dos grupos Kaingang.⁹⁴

⁹⁴ Balandier (1993, p. 114), salienta a importância do controle político colonial através dos “chefes”, que foram integrados ao sistema administrativo, mas que em alguns casos, a submissão foi fictícia. Este, parece ser o caso de

Relacionado ao grupo dos Votoron, Fuoc-xó alicerçou suas relações de aliança e conflitos, dentro de sua lógica cultural, estendendo seu parentesco, ampliando sua rede de sociabilidade e poder através de casamentos com outros grupos, como os Camés, com os quais engrossou guerra contra os Dorin, como discutiu Mota (2023b). Ainda segundo o autor, Condá estabeleceu um grande arco de alianças, não somente com grupos kaingang, mas também com famílias pobres, constituídas por mulheres Kaingang e homens não-indígenas que viviam na Vila de Guarapuava. Assim, também, lidou com os *fóg*, buscando nas autoridades de Guarapuava a construção de relações de compadrio, dando seus filhos para serem batizados por figuras influentes, como Franscisco da Rocha Loures.

Destarte, a explicação que propomos é que se tratava de uma disputa por território e recursos, dentre os quais os benefícios proporcionados pela aliança dos Kaingang com os não-indígenas. Desta forma, sugerimos que os grupos liderados por Condá e por seu aliado Viri não mantiveram guerra com outros grupos Kaingang com o objetivo de dar proteção aos *fóg* e a suas fazendas em troca de recursos bélicos e financeiros da província, mas do contrário, que eles se utilizaram dos recursos bélicos e financeiros da província para manterem as guerras imemoriais com outros grupos, dentre eles, os Dorin. A disputa, no entanto, tinha um objetivo maior: o controle territorial dos antigos *Koran-bang-rê*, o qual consideramos ter ficado sob o domínio de Condá e Viri, que eliminaram ou empurraram outros grupos para fora da abrangência de suas lideranças, diminuindo a inevitável pressão causada pelo compartilhamento destas terras com seus novos aliados, os *fóg*.

Como foi salientado anteriormente, em 1867/68 havia grupos identificados como Dorin na região dos aldeamentos do rio Tibagi, o que possibilita a hipótese de serem esses indígenas também os que reivindicavam Atalaia e Sepultura, junto aos Camé e Votoron, e serem a continuidade dos antigos frequentadores de Atalaia e Sepultura, e, anteriormente, dos *Koran-bang-rê*.

A partir da década de 1870, uma nova conjuntura se desenha, tanto na política indígena, como na política dos *fóg*. Sobre a primeira mudança, é marcada pela morte de Condá em 1870, que propicia que seus antigos inimigos que haviam se deslocado para outras regiões, retornem e passem a reivindicar as terras e o território que disputavam com Condá e seus aliados. A partir deste momento, uma outra liderança Kaingang se consolida, Francisco Tigre Gacom, no qual

Condá, mas sua atuação discutida em Fernandes (2003) e Mota (2023b) não deixam dúvidas que ele está longe da definição de “chefes de palha” surgidos pela situação colonial, como explica Balandier.

identifica-se sobre a perspectiva de Fernandes (2003), os atributos e a legitimidade para liderar uma coalizão dos grupos Kaingang pela reivindicação das terras que no passado haviam sido destinados a eles, Atalaia e Sepultura.

No plano da política dos *fôg*, a exoneração de Francisco da Rocha Loures do cargo de diretor geral dos índios da província do Paraná, em 1871, abre caminho para que a questão das terras dos Kaingang fosse desdobrada, pois o próprio diretor e outros membros de sua família eram possesores das terras outrora destinadas aos indígenas. Mesmo assim, os Kaingang não obtiveram êxito na retomada das terras de Atalaia e Sepultura, mas garantiram um outro território, que se deu com a fundação do aldeamento de Marrecas.

Conforme foi demonstrado, a fundação do aldeamento Marrecas é decorrente da reivindicação dos Kaingang pelos campos de Atalaia e Sepultura, e não pelos *Koran-bang-rê*, portanto, em parte, discordo de Mota & Novak (2008), quando estes afirmam que a destinação das terras de Marrecas para os Kaingang foi “[...] um passo definitivo a desterritorialização dos grupos Kaingang dos *Koran-bang-rê*” (Mota & Novak, 2008, p. 84). Pois, a criação do aldeamento Marrecas consiste em um processo de territorialização, resultante da luta reivindicatória dos Kaingang por Atalaia e Sepultura, dos quais haviam sido desterritorializados. Desta forma, o Aldeamento de Marrecas, constitui-se enquanto uma (re)territorialização dos Kaingang, implementada pelo Estado. Esta proposta está em consonância com Fernandes e Góes (2022), quando estes afirmam que:

Em sua luta pelo direito de produzir novos territórios os Kaingang exibem sua capacidade de mobilização étnica, através da articulação política entre aldeias, da negociação com instituições dos mais variados níveis, da disposição para o embate e do recurso à memória histórica e à referência de suas paisagens culturais.” (Fernandes e Góes, 2022, p. 74).

A conjuntura exposta constitui a formulação da problemática dessa pesquisa, que pode ser resumida em três questões: Primeira: por que os *Koran-bang-rê* foram referenciados como território intransponível no século XVI? Segunda questão: por que os Kaingang impuseram uma resistência épica às campanhas de Afonso Botelho nos *Koran-bang-rê* na segunda metade do Século XVIII? E por terceira: por que mesmo com a consolidação da conquista empreendida por Diogo Pinto no início do século XIX, os Kaingang se reorganizaram e desenvolveram as mais variadas estratégias para retomar Sepultura? Dito de outra forma, por que guerreiam os Kaingang dos *Koran-bang-rê*?

Proponho que as respostas para as questões problematizadas nesta tese não estejam somente no período da conquista, ou das primeiras menções aos Kaingang dos *Koran-bang-rê*, mas também no período pré-colonial. As pesquisas arqueológicas na região e as etnografias Kaingang, assim como as formulações etnológicas contribuem para a ampliação do debate. A reivindicação das terras de Sepultura pelos Kaingang tem lugar central para o desenvolvimento da problemática da conexão entre os períodos pré-colonial e colonial.

A falta de continuidade historiográfica que conecte o período pré-colonial não é só anti-histórico ou apenas um problema acadêmico, ela incide na realidade dos Kaingang frente às investidas em nome do desenvolvimento regional/nacional. A abordagem de uma história contínua dos Kaingang dos *Koran-bang-rê* se justifica pela necessidade de subsidiar a busca e defesa dos seus direitos, principalmente relativos às questões socioambientais e socioterritoriais.

Proponho que a partir de uma perspectiva holística da história dos Kaingang dos *Koran-bang-rê*, possam ser identificadas continuidades e transformações que foram não somente impostas aos Kaingang, mas, por eles moldadas em decorrência de sua política, suas relações inter e intra-étnicas, além da situação colonial.

Sobre as terras de Sepultura, qual juntamente com as de Atalaia foram reivindicadas intensamente pelos Kaingang na segunda metade do século XIX, possivelmente estejam associadas a um espaço, como o que foi identificado e denominado por Manuel Soares do Valle no contexto da Real Expedição, cuja planta foi apresentada na figura 2. O símbolo utilizado para marcar Sepultura, como marcador de um território dos indígenas é um círculo, com um ponto central no meio.

Tal representação de Sepultura, é muito próxima da forma de aterros anelares com montículo central, utilizados como centros cerimoniais de ritos funerários, como define Souza (2012). Entretanto, estes sítios arqueológicos relacionados a Tradição Itararé-Taquara / Kaingang, só serão discutidos no quarto capítulo, após a apresentação dos dados das pesquisas arqueológicas realizadas nos *Koran-bang-rê*, no próximo capítulo.

CAPÍTULO III - ARQUEOLOGIA NOS *KORAN-BANG-RÊ*: CARACTERÍSTICAS E ESPACIALIZAÇÃO DOS SÍTIOS

O presente capítulo foi elaborado a partir das pesquisas arqueológicas realizadas no espaço apresentado no mapa 02 do Capítulo I desta tese. Esse espaço foi delimitado como os *Koran-bang-rê*. As informações foram coletadas e orientadas pelas informações disponíveis no Banco de Portarias de Pesquisas Arqueológicas do IPHAN, disponível no site da instituição, onde constam as portarias de pesquisas e os números de cada processo.⁹⁵

No período de 31 de julho de 1991 a 31 de janeiro de 2024, isto é, ao longo de aproximadamente 23 anos, foram emitidas 27.384 portarias de pesquisas para todo o Brasil, das quais 114 portarias foram inseridas no recorte desta pesquisa e resultaram em 111 processos coletados no Sistema Eletrônico de Informações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SEI-IPHAN).⁹⁶

Com os números dos processos das portarias de pesquisa, deu-se início a coleta de documentos referentes a cada um desses processos no SEI-IPHAN, os quais foram baixados e convertidos em arquivos em formato PDF e arquivados em pastas, conforme descrito na tabela do apêndice 01.

Dos 111 processos, foram selecionados documentos que subsidiassem o constructo de uma história indígena que não intenciona preencher lacunas, ou simplesmente apontar a presença indígena no espaço delimitado antes do desencadeamento do processo de colonização, mas uma história indígena de continuidades, que busca, mesmo que sem alcançar, uma perspectiva holística, que conecta o período pré-colonial ao período desdobrado com a implementação do processo de conquista.

Dentre a documentação disponível do SEI-IPHAN, foram coletados arquivos que, em maioria, correspondem a: a) Projetos de pesquisas arqueológicas; b) Relatórios de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico; c) Relatórios de prospecções arqueológicas; d) Relatórios de monitoramento e salvamento arqueológico; e e) Fichas de sítios arqueológicos. Além desses,

⁹⁵Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/autorizacoes-de-pesquisas-arqueologicas> . Acesso em 31 de janeiro de 2024.

⁹⁶Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0 . Acesso até 31 de janeiro de 2024.

alguns arquivos referem-se a ofícios e e-mails entre as equipe de pesquisadores e o IPHAN, no âmbito do processo de licenciamento ambiental para instalação e operação de: Centrais Geradoras de Energia (CGH's), Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's, Usinas Hidrelétricas (UHE's), Subestação de Energia (SE), Linhas de Transmissão de Enegis (LT's), Usinas Termoelétricas (UTE), Loteamentos, Aterros Sanitários, Duplicação de rodovias, dentre outras obras de impacto socioambiental e arqueológico.

Ao todo, foram reunidos 509 arquivos em formato PDF, que somaram 67.688 folhas de documentos, que foram analisados e fichados. Mesmo que a documentação quantitativamente seja expressiva, deve-se considerar, conforme destacou Parellada (2001), que as pesquisas arqueológicas correspondem a amostragens. Portanto, os dados que serão apresentados, são provenientes das pesquisas documentadas até 31 de janeiro de 2024, seja por meio de relatórios ou de menções em publicações especializadas.

Entre informações de projetos e relatórios das pesquisas arqueológicas disponíveis no SEI-IPHAN, fichas da base de dados do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA),⁹⁷ e publicações, foram encontradas menções à 255 sítios arqueológicos. No entanto, após conferência e exclusão de sítios duplicados ou de áreas que na verdade tratava-se de locais com potencial de sítios, foram totalizados 236 sítios registrados nos *Koran-bang-rê*. Destes, cinquenta e seis foram relacionados a grupos de caçadores-coletores que não são o foco desta tese, ou a vestígios sobre os quais não foram atribuídos a nenhuma Tradição arqueológica. Esses materiais foram contabilizados na tabela 02, mas não compõem o objeto desta pesquisa.⁹⁸

⁹⁷ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa> . Acessado até 10 de março de 2025.

⁹⁸ Os sítios duplicados foram contabilizados e identificados com algarismos romanos, os locais de potencial, mencionados como sítios não foram contabilizados, porém, são indicados textualmente após a tabela 2.

TABELA 2 - SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS LEVANTADOS NA DOCUMENTAÇÃO DISPONÍVEL NO SEI-IPHAN (1991-2024)

Nome do Sítio		Coordenadas UTM 22 J / Altitude	Tradições / Filiação Cultural	Município	Responsável
1	Beira Corvo 1	444951 / 7252177	Itararé-Taquara	Boa Ventura de São Roque	?
2	Rio do Corvo 1	446150 / 7257745 - 720 m	Itararé-Taquara	Boa Ventura de São Roque	Valdir Luiz Schwengber
3	Candói Ferreira 1	406576 / 7166393 - 762 a 781m	Itararé-Taquara	Candói	Claudia Inês Parellada
4	Caracu Casa de Força	408264 / 7166822 - 776 a 793 m	Itararé-Taquara	Candói	Claudia Inês Parellada
5	Caracu Santa Clara 1	406904 / 7165682 - 765m	Itararé-Taquara	Candói	Claudia Inês Parellada
6	Celeiro Márcio Cocuginski	378337 / 7179998 - 568 m	Itararé-Taquara	Candói	Claudia Inês Parellada
7	Dirceu Lacerda 1	415674 / 7164382 - 797 a 808 m	Itararé-Taquara	Candói	Claudia Inês Parellada
8	Dirceu Lacerda 3	415174 / 7164629 - 802 a 810 m	Itararé-Taquara	Candói	Claudia Inês Parellada
9	Dirceu Lacerda 5	414737 / 7165464 - 798 a 812 m	Umbu	Candói	Claudia Inês Parellada
10	Dirceu Lacerda 6	414909 / 7165911 - 795 a 815 m	Umbu	Candói	Claudia Inês Parellada
11	Fazenda Novo Rodeio 1	409200 / 7161900 - 772 a 780 m	Itararé-Taquara	Candói	Claudia Inês Parellada
12	Fazenda Novo Rodeio 2	408356 / 7162102 - 822 a 835 m	Itararé-Taquara	Candói	Claudia Inês Parellada
13	Fazenda Novo Rodeio 3	409442 / 7163771 - 799 a 836 m	Geométrica	Candói	Claudia Inês Parellada
14	Papel Santa Clara 1	408123 / 7167010 - 778 a 824 m	Itararé-Taquara	Candói	Claudia Inês Parellada
15	Papel Santa Clara 2	408238 / 7166987 - 789 m	Itararé-Taquara	Candói	Claudia Inês Parellada
16	Plantação José Ossowski Sobrinho	379180 / 7180924 - 568 m	Itararé-Taquara	Candói	Claudia Inês Parellada
17	Pontal José Ossowski	377713 / 7180715 - 560 m	Itararé-Taquara	Candói	Claudia Inês Parellada
18	UHE Salto Santiago 6	374101 / 7153077 - 506 m	Itararé-Taquara	Candói	Claudia Inês Parellada
19	Acampamento 1 (PR-UV-25)	441750 / 7124500 - 612 m		Cruz Machado	Igor Chmyz
20	Acampamento 2 (PR-UV-26)	441900 / 7124650 - 620 m	Umbu	Cruz Machado	Igor Chmyz
21	Água do Prata (PR-UV-21)	442850 / 7124000 - 680 m	Itararé-Taquara (casa de Pedra)	Cruz Machado	Igor Chmyz
22	Arroio Guarani (PR-UV-31)	458900 / 7118400 - 673 m		Cruz Machado	Igor Chmyz
23	Bairro Alto (PR-CT-1)			Cruz Machado	
24	Bertoldo Schinitzel	444930 / 7124302 - 1000 m	Não atribuída	Cruz Machado	José Luiz Lopes Garcia
25	Boiko	465605 / 7132567 - 838 m	Itararé-Taquara	Cruz Machado	Tainá Azeredo Campos Péclat
26	Cascatinha (PR-UV-30)	455500 / 7117100 - 690 m		Cruz Machado	Igor Chmyz
27	Córrego União PR UV 55	470100 / 7112100 - 694 m		Cruz Machado	Igor Chmyz

28	Cruz Machado	462684 / 7120385 – 830 m	Não atribuída	Cruz Machado	José Luiz Lopes Garcia
29	Encantilado (PR-UV-20)	472600 / 7114000 – 700 m	Pré-cerâmica	Cruz Machado	Igor Chmyz
30	Ilha das Palmeiras (PR-UV-53)	446000 / 7126900 – 665 m		Cruz Machado	Igor Chmyz
31	Limoeiro	472916 / 7115098 – 780 m	Não atribuída	Cruz Machado	José Luiz Lopes Garcia
32	Linha Floresta	461763 / 7120224 – 830 m	Não atribuída	Cruz Machado	José Luiz Lopes Garcia
33	Linha Vitória	448783 / 7123001 – 850 m	Não atribuída	Cruz Machado	José Luiz Lopes Garcia
34	Mangueirão	473967 / 7114549 – 854 m	Histórico	Cruz Machado	José Luiz Lopes Garcia
35	Mate	458396 / 7120735 – 808 m	Não Atribuída	Cruz Machado	José Luiz Lopes Garcia
36	Palmeirinha (PR-UV-54)	458600 / 7116700 – 680 m	Não atribuída	Cruz Machado	Igor Chmyz
37	Pontilhão (PR-UV-27)	444800 / 7118000 – 630 m		Cruz Machado	Igor Chmyz
38	Potinga 1	482628 / 7150992	Itararé-Taquara	Cruz Machado	Vânia Leandro de Sousa
39	PR UV 6: Linha Iguaçu (PR - UV-28)	463600 / 7121000	Itararé-Taquara	Cruz Machado	Igor Chmyz
40	PR-UV-15	462800 / 7119800		Cruz Machado	Igor Chmyz
41	Rio Palmital 1 (PR-UV.18)	-	Itararé-Taquara	Cruz Machado	Igor Chmyz
42	Rio Palmital 2 (PR-UV-19)	-	Itararé-Taquara	Cruz Machado	Igor Chmyz
43	Sítio Pedra Fincada	-	Geométrica / Histórico	Cruz Machado	Igor Chmyz
44	Sofia (PR-UV-28)	447600 / 7116500 – 790 m	Pré-cerâmica	Cruz Machado	Igor Chmyz
45	Tronqueira	470105 / 7117046 – 851 m	Histórico	Cruz Machado	José Luiz Lopes Garcia
46	Várzea Grande (PR-UV-29)	455700 / 7116700 – 660 m		Cruz Machado	Igor Chmyz
47	Wur	462500 / 7118000 – 500 m	Itararé-Taquara	Cruz Machado	Igor Chmyz
48	Abrigo Fundão 1	398994 / 7156708 – 786 m	Planalto	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
49	Boa Vista 1	399250 / 7155050 – 670 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
50	Boa Vista 2	399050 / 7155650 – 830 m	Umbu / Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
51	Boa Vista 3	399750 / 7154850 – 670 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
52	Boa Vista 4	400700 / 7155200 – 680 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
53	Boa Vista 5	400150 / 7155650 – 682 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
54	Boa Vista 6	400000 / 7155750 – 683 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
55	Boa Vista 7	400000 / 7155650 – 695 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
56	Canteiro UHE Fundão 1	396561 / 7155254 – 796 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
57	Canteiro UHE Fundão 2	395704 / 7156000 – 765 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
58	Canteiro UHE Fundão 3	395753 / 7155511 – 787 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
59	Casa de Força Fundão 1	396374 / 7155529 – 792 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
60	Casa de Força Fundão 2	395764 / 7154892 – 642 m	Umbu	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
61	Casa de Força Fundão 3	395953 / 7154880 – 658 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada

62	Casa de Força Fundão 4	396447 / 7155144 – 797 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
63	Casa de Força Fundão 5	396101 / 7154496 – 623 m	Umbu	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
64	Casa de Força Fundão 6	396005 / 7154572 – 620 m	Umbu	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
65	Casa de Força Fundão 7	396913 / 7155771 – 784 m	Umbu	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
66	Casa de Força Fundão 8	396435 / 7154872 – 743 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
67	Corredeira Grande 1	378718 / 7150448 – 471 m	Itararé-Taquara (Fase Açungui)	Foz do Jordão	Igor Chmyz
68	Corredeira Grande 2	377784 / 7151019 – 469 m	Umbu (Fase Iguaçu)	Foz do Jordão	Igor Chmyz
69	Do Mate	391250 / 7151500 – 675 m	Itararé-Taquara (Fase Açungui)	Foz do Jordão	Igor Chmyz
70	Eixo Barragem UHE Fundão 1	398862 / 7156018 – 823 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
71	Eixo Barragem UHE Fundão 2	399038 / 7156084 – 829 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
72	Eixo Barragem UHE Fundão 3	398866 / 7156164 – 826 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
73	Eixo Barragem UHE Fundão 4	399079 / 7156551 – 792 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
74	Eixo Barragem UHE Fundão 5	398910 / 7156454 – 815 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
75	Eixo Barragem UHE Fundão 6	399130 / 7155743 – 817 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
76	Eixo Barragem UHE Fundão 7	398840 / 7156460 – 818 m	Umbu / Itararé-Taquara / Tupiguarani	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
77	Janela Escavação UHE Fundão 1	397376 / 7155629 – 667 m	Umbu	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
78	Lauro Mendes	399970 / 7157527 – 685 m	Umbu	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
79	Ninhal Garças 1	382684 / 7151999 – 505 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
80	Ponte Nova 1	376624 / 7152159 – 470 m	Itararé – Taquara (Fase Xagu)	Foz do Jordão	Igor Chmyz
81	Porto Fanol	381855 / 7151123 – 490 m	Itararé-Taquara (Fase Açungui)	Foz do Jordão	Igor Chmyz
82	Túnel UHE Fundão 1	399718 / 7157485 – 671 m	Umbu	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
83	Túnel UHE Fundão 2	399647 / 7157474 – 672 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
84	Túnel UHE Fundão 3	399596 / 7157469 – 668 m	Umbu	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
85	Túnel UHE Fundão 4	399440 / 7157416 – 672 m	Umbu	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
86	Túnel UHE Fundão 5	399547 / 7157484 – 675 m	Umbu	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
87	Vaca Branca 1	397300 / 7154650 – 652 m	Itararé-Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada

88	Vaca Branca 2	397200 / 7155000 – 660 m	Itararé- Taquara	Foz do Jordão	Claudia Inês Parellada
89	Arroio do Tanque	0445724 / 7203974 – 1088 m	Itararé-Taquara	Guarapuava	Ana Flávia de Araújo Silva
90	Rio Coutinho 1	447565 / 7195608 – 988 m	Não Atribuída	Guarapuava	Valdir Luiz Schwengber
91	Barragem Santiago 1	- 460 m	Itararé-Taquara (Fase Açungui)	Laranjeiras do Sul / Rio Bonito do Iguaçu	Igor Chmyz
92	Barragem Santiago 2	- 475 m	Itararé-Taquara (Fase Candói)	Laranjeiras do Sul / Rio Bonito do Iguaçu	Igor Chmyz
93	Córrego Barra Grande 1 (PR BV 21)	- 470 m	Itararé-Taquara (Fase Xagu)	Laranjeiras do Sul / Porto Barreiro	Igor Chmyz
94	Córrego Barra Grande 2 (PR BV 22)	- 480 m	Itararé-Taquara (Fase Açungui)	Laranjeiras do Sul / Porto Barreiro	Igor Chmyz
95	Dois Córregos	- 455 m	Umbu (Fase Iguaçu)	Laranjeiras do Sul / Porto Barreiro	Igor Chmyz
96	Ilha Grande	- 450 m	Itararé-Taquara (Fase Candói)	Laranjeiras do Sul / Porto Barreiro	Igor Chmyz
97	Lajeado da Erva 1	- 440 m	Itararé-Taquara (Fase Candói)	Laranjeiras do Sul / Porto Barreiro	Igor Chmyz
98	Lajeado da Erva 2	- 433 m	Itararé-Taquara (Fase Candói)	Laranjeiras do Sul / Porto Barreiro	Igor Chmyz
99	Porto Santana 1	- 465 m	Itararé-Taquara (Fase Candói)	Laranjeiras do Sul / Porto Barreiro	Igor Chmyz
100	Porto Santana 2	- 490 m	Itararé-Taquara (Fase Candói)	Laranjeiras do Sul / Porto Barreiro	Igor Chmyz
101	Rio Barra Mansa 1	- 495 m	Itararé-Taquara (Fase Candói)	Laranjeiras do Sul / Rio Bonito do Iguaçu	Igor Chmyz
102	Rio Barra Mansa 2	- 470 m	Itararé-Taquara (Fase Xagu)	Laranjeiras do Sul / Rio Bonito do Iguaçu	Igor Chmyz
103	Rio Barra Mansa 3	- 500 m	Itararé-Taquara (Fase Candói)	Laranjeiras do Sul / Rio Bonito do Iguaçu	Igor Chmyz
104	Rio Bonito (PR BV 1)	341922 / 7174713 – 465 m	Pré-cerâmica	Laranjeiras do Sul / Rio Bonito do Iguaçu	Igor Chmyz
105	Rio Cavernoso 1 (PR BV 13)	- 484 m	Itararé-Taquara (Fase Candói)	Laranjeiras do Sul / Porto Barreiro	Igor Chmyz
106	Rio Cavernoso 2 (PR BV 23)	- 458 m	Itararé-Taquara (Fase Candói)	Laranjeiras do Sul / Porto Barreiro	Igor Chmyz
107	Rio Cavernoso 3 (PR BV 24)	- 448 m	Itararé-Taquara (Fase Candói)	Laranjeiras do Sul / Porto Barreiro	Igor Chmyz

108	Rio Crim 1	- 450 m	Itararé-Taquara (Fase Açungui)	Laranjeiras do Sul / Rio Bonito do Iguaçu	Igor Chmyz
109	Rio Crim 2	- 445 m	Umbu (Fase Iguaçu)	Laranjeiras do Sul / Rio Bonito do Iguaçu	Igor Chmyz
110	Rio Crim 3	- 450 m	Itararé-Taquara (Fase Açungui)	Laranjeiras do Sul / Porto Barreiro	Igor Chmyz
111	Rio Feio (PR BV 19)	- 460 m	Itararé-Taquara (Fase Açungui)	Laranjeiras do Sul / Porto Barreiro	Igor Chmyz
112	Rio Iguaçu 1	- 455 m	Itararé-Taquara (Fase Candói)	Laranjeiras do Sul/ Porto Barreiro	Igor Chmyz
113	Rio Iguaçu 2	- 455 m	Itararé-Taquara (Fase Xagu)	Laranjeiras do Sul / Porto Barreiro	Igor Chmyz
114	Rio Iguaçu 3	- 449 m	Pré-cerâmico	Laranjeiras do Sul / Porto Barreiro	Igor Chmyz
115	Rio Iguaçu 4	- 457 m	Itararé-Taquara (Fase Candói)	Laranjeiras do Sul / Porto Barreiro	Igor Chmyz
116	Rio Iguaçu 5	- 457 m	Umbu (Fase Iguaçu)	Laranjeiras do Sul / Porto Iguaçu	Igor Chmyz
117	Rio Xagu 1	- 437 m	Bituruna	Laranjeiras do Sul / Rio Bonito do Iguaçu	Igor Chmyz
118	Santa Cruz (PR BV 20)	- 468 m	Itararé-Taquara (Fase Candói)	Laranjeiras do Sul / Porto Barreiro	Igor Chmyz
119	Santa Rosa (PR BV 28)	339980 / 7173355 – 462 m	Itararé-Taquara (Fase Açungui)	Laranjeiras do Sul / Rio Bonito do Iguaçu	Igor Chmyz
120	Vau 1	- 465 m	Itararé-Taquara (Fase Xagu)	Laranjeiras do Sul Rio Bonito do Iguaçu	Igor Chmyz
121	João Conjocs	375014 / 7226193 – 794 m	Não Atribuída	Marquinho	Osvaldo Paulino da Silva
122	Rio do Cobre 1	360687 / 7220794 – 539 m	Não Atribuída	Marquinho	Valdir Luiz Schwengber
123	Rio do Cobre 2	361364 / 7221074 – 640 m	Não Atribuída	Marquinho	Valdir Luiz Schwengber
124	Rio do Cobre 3	360483 / 7221553 – 539 m	Não Atribuída	Marquinho	Valdir Luiz Schwengber
125	Rio do Cobre 4	361870 / 7220450 – 543 m	Não Atribuída	Marquinho	Raul Viana Novasco e Valdir Luiz Schwengber
126	Rio do Cobre 5	364160 / 7220060 – 543 m	Não atribuída	Marquinho	Raul Viana Novasco e Valdir Luiz Schwengber
127	Rio do Cobre 6	363370 / 7219610 – 554 m	Não Atribuída	Marquinho	Raul Viana Novasco e Valdir Luiz Schwengber
128	Almoxarifado UHE Fundação 1	399399 / 7157082 – 668 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada

129	Almoxarifado UHE Fundão 2	399508 / 7157201 – 670 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
130	Batatal Tupi 1	406604 / 7163124 – 855 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
131	Batatal Tupi 2	407182 / 7163687 – 878 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
132	Campo Bonito 1	397500 / 7155100 - 657 a 660 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
133	Campo Bonito 2	399050 / 7154700 – 670 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
134	Campo Bonito 3	399300 / 7154700 – 660 m	Umbu	Pinhão	Claudia Inês Parellada
135	Campo Bonito 4	399750 / 7154600 – 670 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
136	Canteiro UHE Santa Clara 1	404155 / 7161988 – 851 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
137	Canteiro UHE Santa Clara 2	404201 / 7162076 – 854 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
138	Casa de Força UHE Santa Clara	403083 / 7160886 – 762 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
139	Corredeira Paulo Nunes 1	400899 / 7157272 – 679 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
V	Corredeira Paulo Nunes			Pinhão	
140	Córrego do Meio	451354 / 7134179 – 892 m	Umbu e Humaitá	Pinhão	Tainá Azeredo Campos Péclat
141	Edgard Rickli 1	400624 / 7158972 – 701 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
142	Edgard Rickli 2	400602 / 7159058 – 700 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
143	Eixo UHE Santa Clara 1	404114 / 7163041 – 750 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
144	Eixo UHE Santa Clara 2	403659 / 7162912 – 840 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
145	Eixo UHE Santa Clara 3	403449 / 7162807 – 842 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
146	Ensecadeira UHE Santa Clara 1	404297 / 7162569 – 771 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
147	Ensecadeira UHE Santa Clara 2	404104 / 7162535 – 792 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
148	Fazenda Postinho 1	409409 / 7161167 - 789 a 795 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
149	Fazenda Postinho 2	409375 / 7161282 - 789 a 801 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
150	Fazenda Postinho 3	409326 / 7161508 - 778 a 781 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
151	Fazenda Postinho 4	409575 / 7161154 - 782 a 794 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
152	Fazenda Postinho 5	409739 / 7161198 - 772 a 784 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
153	Fazenda Sobrado	401750 / 7153900	Neobrasileira	Pinhão	Claudia Inês Parellada
154	Fazenda Tupi 1	406900 / 7161100 – 852 m	Tupiguarani	Pinhão	Claudia Inês Parellada
VI	Tupi 1		Tupiguarani	Pinhão	
155	Fazenda Tupi 2	407096 / 7163587 - 879 a 884 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
156	Fazenda Tupi 3	407147 / 7163843 – 872 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
157	Fazenda Visconde 1	411800 / 7164450 – 786 m	Itararé - Taquara.	Pinhão	Claudia Inês Parellada
I	Visconde I		Itararé-Taquara	Pinhão	
158	Fazenda Visconde 10	410922 / 7163359 – 805 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada

159	Fazenda Visconde 11	412009 / 7164306 – 814 m	Umbu	Pinhão	Claudia Inês Parellada
160	Fazenda Visconde 12	413244 / 7165986 – 803 m	Umbu	Pinhão	Claudia Inês Parellada
161	Fazenda Visconde 13	412365 / 7163721 – 892 m	Umbu	Pinhão	Claudia Inês Parellada
162	Fazenda Visconde 2	411600 / 7163300 – 790 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
II	Visconde II		Itararé-Taquara	Pinhão	
163	Fazenda Visconde 3	411150 / 7162800 – 884 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
III	Visconde III		Itararé-Taquara	Pinhão	
164	Fazenda Visconde 4	410400 / 7163800 – 804 m	Itararé - Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
IV	Visconde IV			Pinhão	
165	Fazenda Visconde 5	410937 / 7162972 – 872 m	Tupiguarani	Pinhão	Claudia Inês Parellada
166	Fazenda Visconde 6	410486 / 7163196 - 875 a 894 m	Tupiguarani	Pinhão	Claudia Inês Parellada
167	Fazenda Visconde 7	410222 / 7163671 – 811 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
168	Fazenda Visconde 8	411347 / 7163160 – 800 m	Itararé-Taquara / Tupiguarani	Pinhão	Claudia Inês Parellada
169	Fazenda Visconde 9	411697 / 7164353 - 786 a 795 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
170	Final Reservatório UHE Santa Clara 1	416035 / 7166650 - 804 a 814 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
171	Histórico Fundão	400747 / 7159484 - 702 a 710 m	Histórico	Pinhão	Claudia Inês Parellada
172	João Maria Serpa 1	399938 / 7157355 - 670 a 700 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
173	João Maria Serpa 2	400112 / 7157381 – 670 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
174	Oscar Rickli 1	400858 / 7159610 – 707 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
175	Pinhão 1	469649 / 7143688 – 809 m	Não Atribuída	Pinhão	Valdir Luiz Schwengber
176	Procópio Caldas 1	416038 / 7166754 - 804 a 812 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
177	Procópio Caldas 2	416087 / 7166895 - 804 a 809 m	Tupiguarani	Pinhão	Claudia Inês Parellada
178	Procópio Caldas 3	415980 / 7166525 - 804 a 809 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
179	Procópio Caldas 4	416015 / 7166107 – 800 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
180	Procópio Caldas 5	416000 / 7166305 - 801 a 812 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
181	Wilson Rickli 1	401361 / 7157197 - 675 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
182	Wilson Rickli 2	401860 / 7157549 – 675 m	Itararé-Taquara	Pinhão	Claudia Inês Parellada
183	UHE Salto Santiago 5	354830 / 7160342 – 506 m	Umbu	Porto Barreiro	Claudia Inês Parellada
184	PCH Confluência 1	460333 / 7246093 – 678 m	Itararé-Taquara	Prudentópolis	Claudia Inês Parellada
185	PCH Confluência 10	460300 / 7246595 – 645 m	Itararé-Taquara / Tupiguarani (predominante Tupiguarani)	Prudentópolis	Valdir Luiz Schwengber
186	PCH Confluência 11	459946 / 7246136 – 646 m	Itararé-Taquara	Prudentópolis	Valdir Luiz Schwengber
187	PCH Confluência 12	460387 / 7246883 – 646 m	Itararé-Taquara	Prudentópolis	Valdir Luiz Schwengber
188	PCH Confluência 13	459834 / 7245887 – 642 m	Itararé-Taquara	Prudentópolis	Valdir Luiz Schwengber
189	PCH Confluência 14	460216 / 7246362 – 668 m	Itararé-Taquara	Prudentópolis	Valdir Luiz Schwengber
190	PCH Confluência 15	459993 / 7245344 – 653 m	Itararé-Taquara	Prudentópolis	Valdir Luiz Schwengber

191	PCH Confluência 16	459914 / 7245939 – 652 m	Itararé-Taquara	Prudentópolis	Valdir Luiz Schwengber
192	PCH Confluência 2	460030 / 7246556 – 640 m	Itararé-Taquara	Prudentópolis	Claudia Inês Parellada
VII	Sítio Confluência 2		Itararé-Taquara	Turvo / Prudentópolis	Everson Paulo Fogolari
193	PCH Confluência 3	460487 / 7246981 – 641 m	Itararé-Taquara	Prudentópolis	Claudia Inês Parellada
VIII	Sítio Confluência 3		Itararé-Taquara	Turvo / Prudentópolis	Everson Paulo Fogolari
194	PCH Confluência 4	460191 / 7245644 – 645 m	Itararé-Taquara	Prudentópolis	Claudia Inês Parellada
IX	Sítio Confluência 4		Itararé-Taquara	Turvo / Prudentópolis	Everson Paulo Fogolari
195	PCH Confluência 5	459981 / 7246353 – 644 m	Itararé-Taquara	Prudentópolis	Claudia Inês Parellada
X	Sítio Confluência 5		Itararé-Taquara	Turvo / Prudentópolis	Everson Paulo Fogolari
196	PCH Confluência 7	459914 / 7244389 – 861 m	Itararé-Taquara	Prudentópolis	Valdir Luiz Schwengber
197	PCH Confluência 8	460260 / 7244130 – 867 m	Tupiguarani	Prudentópolis	Valdir Luiz Schwengber
198	PCH Confluência 9	460032 / 7246322 – 670 m	Itararé-Taquara	Prudentópolis	Valdir Luiz Schwengber
199	Arroio da Divisa	388700 / 7146000 – 640 m	Itararé-Taquara	Reserva do Iguaçu	Igor Chmyz
200	Arroio Feio 1	396610 / 7130880 – 580 m	Bituruna / Umbu	Reserva do Iguaçu	Igor Chmyz
201	Arroio Feio 2	396640 / 7130860 – 580 m	Itararé-Taquara	Reserva do Iguaçu	Igor Chmyz
202	Arroio Feio 3	397200 / 7130550 – 540 m	Itararé-Taquara	Reserva do Iguaçu	Igor Chmyz
203	Arroio Feio 4	397120 / 7130570 – 545 m	Itararé-Taquara	Reserva do Iguaçu	Igor Chmyz
204	Arroio Feio 5	396950 / 7130800 – 550 m	Itararé-Taquara	Reserva do Iguaçu	Igor Chmyz
205	Barra do Rio Estreito	391500 / 7150800 – 568 m	Itararé-Taquara (Fase Açungui)	Reserva do Iguaçu	Igor Chmyz
206	Coral	391900 / 7145800 – 650 m	Itararé-Taquara	Reserva do Iguaçu	Igor Chmyz
207	Córrego Passo do Aterrado	392350 / 7151600 – 553 m	Itararé-Taquara (Fase Xagu)	Reserva do Iguaçu	Igor Chmyz
208	Das Palmeiras	383700 / 7142700 – 570 m	Itararé-Taquara	Reserva do Iguaçu	Igor Chmyz
209	Do Pendente	404200 / 7125600 – 555 m	Itararé-Taquara	Reserva do Iguaçu	Igor Chmyz
210	Rio Butiazinho	405600 / 7126300 – 555 m	Bituruna / Umbu	Reserva do Iguaçu	Igor Chmyz
211	Santo Antônio 1	384300 / 7143000 – 650 m	Itararé-Taquara	Reserva do Iguaçu	Igor Chmyz
212	Sítio Antônio 2	383900 / 7145300 – 540 m	Itararé-Taquara	Reserva do Iguaçu / Mangueirinha	Igor Chmyz
213	Sítio do Depósito	392200 / 7145300 – 640 m	Itararé-Taquara	Reserva do Iguaçu	Igor Chmyz
214	Rio Piquiri	384401 / 7238474 – 635 m	Não atribuída	Santa Maria do Oeste	Osvaldo Paulino da Silva / Antônio Cavalheiro
XI	Sítio Rio Piquiri			Marquinho / Santa Maria do Oeste	Osvaldo Paulino da Silva
215	Santa Rita	397299 / 7258947 – 885 m	Humaitá	Santa Maria do Oeste	Osvaldo Paulino da Silva / Antônio Cavalheiro
216	Abrigo Paredinha 1	457558 / 7243219 – 670 m	Geométrica	Turvo	Valdir Luiz Schwengber
217	Entre Morros	463742 / 7261401 – 490 m	Umbu / Itararé-Taquara	Turvo	Paulo Eduardo Zanettini

218	Faxinal da Boa Vista 1	463156 / 7242047 – 990 m	Itararé-Taquara	Turvo	Valdir Luiz Schwengber
219	Faxinal Saudade Santa Anita 1	434195 / 7232366 – 1085 m	Itararé-Taquara	Turvo	Valdir Luiz Schwengber
220	Francisco	467687 / 7258670	Tupiguarani	Turvo	Paulo Eduardo Zanettini
221	José Bonetti 1	459111 / 7240586 – 956 m	Umbu / Tupiguarani	Turvo	Claudia Inês Parellada
222	José Bonetti 2	459443 / 7240532 – 914 m	Itararé-Taquara	Turvo	Claudia Inês Parellada
223	Lítico			Turvo	
224	Morrote	467488 / 7258603	Tupiguarani	Turvo	Paulo Eduardo Zanettini
225	Paredinha 1	459405 / 7241995 – 883 m	Tupiguarani	Turvo	Valdir Luiz Schwengber
226	Paredinha 2	457642 / 7242812 – 750 m	Itararé-Taquara	Turvo	Valdir Luiz Schwengber
227	PCH Confluência 6	458936 / 7242853 – 785 m	Itararé-Taquara	Turvo	Claudia Inês Parellada
228	Turvo 1	448136 / 7233462 – 1156 m	Itararé-Taquara	Turvo	Valdir Luiz Schwengber
229	Turvo 2	457033 / 7238279 – 900 m	Itararé-Taquara / Tupiguarani	Turvo	Valdir Luiz Schwengber
230	Turvo 3	449308 / 7234392 – 997 m	Itararé-Taquara	Turvo	Valdir Luiz Schwengber
231	Canal de Desvio da PCH Cavernoso	377716 / 7180443 – 560 m	Umbu / Itararé-Taquara	Virmond	Claudia Inês Parellada
232	Lagoa Bonita I	375398 / 7178767 – 685 m	Itararé-Taquara	Virmond	Claudia Inês Parellada
233	Ludovico Cocuginski	378596 / 7181064 – 580 m	Itararé-Taquara	Virmond	Claudia Inês Parellada
234	Mário Cocuginski 1	377385 / 7180167 – 563 m	Itararé-Taquara / Tupiguarani	Virmond	Claudia Inês Parellada
235	Paulo Svarcz	376837 / 7180168 – 530 m	Umbu / Itararé-Taquara	Virmond	Claudia Inês Parellada
236	Portão Acesso PCH Cavernoso	377618 / 7180786 – 560 m	Umbu / Itararé-Taquara	Virmond	Claudia Inês Parellada

Fonte: Elaboração própria.

Sobre os sítios duplicados, Parellada (2007), esclarece que os sítios “Fazenda Visconde” 1, 2, 3 e 4 foram cadastrados durante o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) da Usina Hidrelétrica Santa Clara. No entanto, nas fichas do CNSA, esses sítios foram registrados como “Visconde” I, II, III e IV. Por esses sítios serem referenciados em fases posteriores da pesquisa e na bibliografia, foi mantida a denominação “Fazenda Visconde 1, 2, 3 e 4” utilizadas por Parellada (2007). Da mesma forma, embora as vezes referenciado apenas como sítio “Corredeira Paulo Nunes”, esse sítio corresponde ao mesmo “Corredeira Paulo Nunes 1”, conforme consta em Parellada (2007). Também no CNSA, consta a ficha do sítio “Tupi 1”, que parece ser uma duplicação do sítio “Fazenda Tupi 1”, do mesmo relatório.

Situação semelhante ocorre com os sítios “Confluência 2, 3, 4 e 5”, registrados por Fogolari (2007), que correspondem aos mesmos sítios “PCH Confluência 2, 3, 4 e 5”, registrados por Parellada, em IGPLAN (2005), durante o EIA-RIMA da PCH Confluência. O mesmo ocorre com o “Sítio Rio Piquiri”, registrado por Osvaldo Paulino em 2004,⁹⁹ que após recadastramento realizado pela Estudos e Projetos e Patrimônio Cultural (EPPC, 2020), coordenado por Antônio Cavaleiros (2020), teve registro atualizado como “Rio Piquiri”.

Além das denominações parecidas, os sítios destacados apresentam menos informações, mas correspondem aos mesmos sítios registrados em fases distintas do mesmo processo, ou alvo de recadastramento. Deste modo, optou-se por manter os sítios com mais informações, sendo que os sítios numerados com algarismos romanos se referem a sítios duplicados, portanto, fora da contagem e descartados das apresentações seguintes.

Destarte, também deve-se ressaltar que no município de Foz do Jordão, Parellada (2007) identificou oito possíveis abrigos próximos ao eixo de barramento da UHE Fundão, embora a autora não os cadastre como sítios, estes foram citados como tal em diversos projetos e relatórios de pesquisas. Considerando a importância desses locais para pesquisas futuras, e sua inserção na paisagem, destacamos o potencial desses possíveis abrigos: Abrigo Fundão 2, 3, 4, 5, 6 e 7; Abrigo Casa de Força Fundão 1 e 2, porém por não se tratar de “sítios” propriamente ditos, não entraram na contabilização apresentada na tabela acima.

⁹⁹ O sítio foi registrado durante o “Levantamento Arqueológico da Linha de Transmissão de 525Kv Salto Santiago, Ivaiporã – Cascavel Oeste em abril de 2004” (EPPC, 2020a, p.5). O processo original, não foi encontrado por essa pesquisa, sendo os dados deste sítio oriundos de seu recadastramento realizado pela Estudos e Projetos em Patrimônio Cultural (EPPC).

Cabe também ressaltar que a delimitação espacial desta pesquisa abrange dezoito municípios da região da margem direita do médio rio Iguaçu, no centro-sul do Estado do Paraná. No entanto, devido a identificação de sítios relacionados entre os municípios de Turvo e Prudentópolis, foram considerados, também, quinze (15) sítios arqueológicos do município de Prudentópolis, pois esses estão relacionados a sítios de Turvo; porém, são apenas uma parcela dos sítios do município, que não foi alvo desta pesquisa.

Foi constatado que alguns sítios não estão localizados nos municípios originalmente registrados, divergência que pode ser explicada por três fatores: a) Falta de georreferenciamento quando registrado; b) Erro de georreferenciamento, e c) Emancipação de município posterior ao registro dos sítios. Em todos estes casos, mantivemos as referências de municípios atualizadas e georreferenciadas com o município correspondente, e, em outros, devido à falta de posição georreferenciada, permaneceram registrados nos municípios indicados originalmente.¹⁰⁰

No *Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico das Obras de Duplicação e Restauração da Rodovia PR-170/ PRC-466, no trecho situado entre os Municípios de Turvo e Guarapuava* (Processo IPHAN nº 01508.000597/2023-49), a Espaço Arqueologia (2023d, p. 14) menciona a existência de um sítio denominado “Lítico”. Porém, não foram encontradas outras menções sobre o sítio ou seu registro, dessa maneira, embora contabilizado, esse ficou também de fora da análise desta tese.

Secundários aos interesses desta pesquisa, mas de relevância para outros estudos e para a gestão do patrimônio arqueológico, a distribuição dos sítios arqueológicos por municípios indica, conforme pode ser constatado na tabela 3, que nos dezenove municípios abordados, somente em cinco não foram evidenciados sítios arqueológicos, nem no CNSA, nem nos documentos coletados no SEI-IPHAN.

¹⁰⁰ Adiante, serão apresentadas estimativas de posicionamento dos sítios sem coordenadas.

TABELA 03 - SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS POR MUNICÍPIOS CONFORME RELAÇÃO DO CNSA E DO SEI-IPHAN.

Municípios	Nº de Sítios CNSA	Número de Sítios SEI-IPHAN
Boa Ventura de São Roque	0	2
Candói	5	16
Canta Galo	0	0
Campina do Simão	0	0
Cruz Machado	19	29
Foz do Jordão	9	49
Goioxim	0	0
Guarapuava	4	2
Inácio Martins	0	0
Laranjeiras do Sul ¹⁰¹	30	30
Marquinho	0	7
Palmital	0	0
Pinhão	27	55
Porto Barreiro ¹⁰²	0	1
Prudentópolis	5	15
Reserva do Iguaçu	0	15
Santa Maria do Oeste	0	2
Turvo	12	15
Virmond	6	6
Total	112	244

Fonte: Elaboração própria.

A disparidade entre os sítios registrados no CNSA e dos sítios oriundos da pesquisa no SEI-IPHAN, permitem algumas considerações. A mais evidente, como já discutido por Pellini (2007) e Carsten (2012), é que a plataforma do CNSA não é uma ferramenta eficaz para pesquisa de sítios arqueológicos, sobretudo pela falta de atualização do banco de dados. Quando disponíveis, a falta de informações essenciais como coordenadas, tipos de vestígios, e em muitos casos da “filiação cultural” ou da tradição arqueológica, não fornecem subsídios efetivos para as pesquisas.

¹⁰¹ Dos trinta sítios registrados no município de Laranjeiras do Sul, nenhum está no atual território do município, pois, com o desmembramento dos atuais municípios de Rio Bonito do Iguaçu emancipado em 1990 e Porto Barreiro em 1995, os sítios agora encontram-se nas novas municipalidades. Como os sítios ainda estão relacionados ao município nos relatórios de pesquisas arqueológicas, publicações e mesmo no CNSA, manteve-se a relação, no entanto, a questão será apresentada na sequência.

¹⁰² Como será exposto adiante, o município de Porto Barreiro (PR) abriga vinte sítios arqueológicos.

Como se pode observar na tabela 03, em alguns municípios não há registro de sítios arqueológicos, o que pode refletir a falta de pesquisas qualitativas em determinados municípios. Porém, há casos em que simplesmente as fichas de sítios ainda não foram disponibilizadas, o que pode ser conferido na coluna de sítios registrados durante as pesquisas disponíveis no SEI-IPHAN.

Em outras situações, como no caso do município de Reserva do Iguaçu (PR), todos os sítios haviam sido registrados no município de Pinhão (PR) no ano de 1994, antes da emancipação do município de Reserva do Iguaçu no ano 1995. Além disso, na época, esses sítios foram referenciados em plantas de detalhe, pois não havia disponibilidade de um aparelho de Sistema de Posicionamento Global (GPS). Portanto, esses sítios não contaram com coordenadas geográficas ou UTM, sendo que essas foram estimadas por Parellada (2001) a partir de mapas topográficos. Após a plotagem das coordenadas estimadas pela autora, identificou-se que o sítio Santo Antônio 2 localiza-se, na verdade, no município de Manguaçu, e não em Reserva do Iguaçu, como apontou a autora. Deste modo, o município de Reserva do Iguaçu passou a contabilizar quatorze sítios.

Situação semelhante, mas que resultou na diminuição de sítios, ocorreu no município de Guarapuava. No CNSA, constam quatro sítios registrados, porém, após desmembramento do município de Foz do Jordão, os quatro sítios ficaram na nova municipalidade. Sendo que os dois sítios que, atualmente, estão registrados dentro dos limites de Guarapuava, foram evidenciados em pesquisas mais recentes, e ainda não foram adicionados ao CNSA, apenas registrados em pesquisas arqueológicas disponíveis no SEI-IPHAN.

Caso excepcional, ocorreu com os trinta sítios registrados no município de Laranjeiras do Sul, descritos no *Relatório das Pesquisas Arqueológicas Realizadas na Área da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago (1979-80)* de Chmyz (1981). Na época do registro, os sítios não foram georreferenciados, no entanto, dois destes, foram alvos de um projeto de recadastramento (Processo SEI-IPHAN nº 01508.000030/2020-20), executado pela RM Arqueologia (2023). São eles: Rio Bonito (PR BV 1) e Santa Rosa (PR BV 28). Com o georreferenciamento, constatou-se que os sítios agora encontram-se nos limites do município de Rio Bonito do Iguaçu, desmembrado e emancipado de Laranjeiras do Sul, em 1990.

Embora amenizada por recadastramentos, ou por iniciativas como a de Parellada (2001), a falta de georreferenciamento dos sítios arqueológicos ainda é um limite para pesquisa, pois, em alguns casos, a documentação disponível não permite a localização dos sítios.

Para atender aos interesses desta tese, recorreu-se ao mapa *Sítios Arqueológicos Cadastrados e/ou Pesquisados pelo Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná (CEPA/UFPR). Estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul*. Apresentado por Chmyz (2007), em ocasião das comemorações dos 50 anos do Cepa/UFPR, em 2006. Na versão avulsa do mapa, elaborado por Chmyz *et all* (2007), é possível identificar as áreas em que os sítios foram localizados.¹⁰³

Com base no mapa mencionado, e nas informações disponíveis em publicações, estimou-se a localização dos sítios apresentados em Chmyz (1971; 1981), que permaneciam sem georreferenciamento. Embora imprecisas, as áreas estimadas foram plotadas no *Google Earth*, gerando coordenadas do tipo Universal Transversa de Mercator (UTM) que permitem visualizar a disposição dos sítios no espaço. Posicionados os sítios, pode-se perceber que esses já não integram o município de Laranjeiras do Sul, como apresentado na tabela 04.

TABELA 4 - LOCALIZAÇÃO ESTIMADA DE SÍTIOS SEM
GEORREFERENCIAMENTO

Sítios	Município de Registro	Coordenada UTM - Estimada	Atual Município	Referências
Rio Bonito (PR BV 1)	Laranjeiras do Sul	341922 / 7174713	Rio Bonito do Iguaçu	Chmyz (1981); Chmyz, <i>et alli</i> (2007); RM Arqueologia (2023)
Santa Rosa (PR BV 28)	Laranjeiras do Sul	339980 / 7173355	Rio Bonito do Iguaçu	Chmyz (1981); Chmyz, <i>et alli</i> (2007); RM Arqueologia (2023)
Rio Palmital 1 (PR-UV-18)	Cruz Machado	480591 / 7120424	Cruz Machado	Chmyz (1971; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
Rio Palmital 2 (PR-UV-19)	Cruz Machado	480586 / 7120242	Cruz Machado	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR AS 3: Barragem Santiago 2	Laranjeiras do Sul	338371 / 7166956	Rio Bonito do Iguaçu	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 2: Rio Barra Mansa 1	Laranjeiras do Sul	338775 / 7167331	Rio Bonito do Iguaçu	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
Rio Barra Mansa 2 (PR BV 3)	Laranjeiras do Sul	338828 / 7167417	Rio Bonito do Iguaçu	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 4: Rio Barra Mansa 3	Laranjeiras do Sul	338834 / 7167503	Rio Bonito do Iguaçu	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 5: Lajeado da Erva 1	Laranjeiras do Sul	351759 / 7160197	Porto Barreiro	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 6: Lajeado da Erva 2	Laranjeiras do Sul	351790 / 7160453	Porto Barreiro	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 7: Porto Santana 1	Laranjeiras do Sul	351693 / 7160193	Porto Barreiro	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)

¹⁰³ Disponível em:

https://www.academia.edu/24372657/MAPA_DOS_S%C3%8DTIOS_ARQUEOL%C3%93GICOS_PESQUISA_DOS_PELo_CEPa_UFPR_ESTADOS_PR_SP_SC_MS. Acesso em 20 de janeiro de 2026.

PR BV 8: Porto Santana 2	Laranjeiras do Sul	351770 / 7160280	Porto Barreiro	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 11: Rio Iguaçu 1	Laranjeiras do Sul	356928 / 7159264	Porto Barreiro	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 13: Rio Cavernoso 1	Laranjeiras do Sul	358065 / 7161107	Porto Barreiro	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 20: Santa Cruz	Laranjeiras do Sul	358150 / 7163318	Porto Barreiro	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 23: Rio Cavernoso 2	Laranjeiras do Sul	359976 / 7157353	Porto Barreiro	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 24: Rio Cavernoso 3	Laranjeiras do Sul	359099 / 7159077	Porto Barreiro	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 25: Ilha Grande	Laranjeiras do Sul	355647 / 7159534	Porto Barreiro	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 27: Rio Iguaçu 4	Laranjeiras do Sul	358132 / 7157768	Porto Barreiro	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR AS 4: Vau 1	Laranjeiras do Sul	341867 / 7174545	Rio Bonito do Iguaçu	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 12: Rio Iguaçu 2	Laranjeiras do Sul	357902 / 7158600	Porto Barreiro	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 21: Córrego Barra Grande 1	Laranjeiras do Sul	358477 / 7163696	Porto Barreiro	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR AS 2: Barragem Santiago 1	Laranjeiras do Sul	338117 / 7167527	Rio Bonito do Iguaçu	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 9: Rio Crim 1	Laranjeiras do Sul	347484 / 7163088	Rio Bonito do Iguaçu	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 18: Rio Crim 3	Laranjeiras do Sul	348360 / 7164530	Porto Barreiro	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 19: Rio Feio	Laranjeiras do Sul	360229 / 7163629	Porto Barreiro	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 22: Córrego Barra Grande 2	Laranjeiras do Sul	358374 / 7163901	Porto Barreiro	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR AS 1: Rio Xagu 1	Laranjeiras do Sul	338277 / 7167317	Rio Bonito do Iguaçu	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 26: Rio Iguaçu 3	Laranjeiras do Sul	358211 / 7157727	Porto Barreiro	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 10: Rio Crim 2	Laranjeiras do Sul	347450 / 7163058	Rio Bonito do Iguaçu	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 29: Dois Córregos	Laranjeiras do Sul	356933 / 7159225	Porto Barreiro	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)
PR BV 30: Rio Iguaçu 5	Laranjeiras do Sul	358844 / 7158340	Porto Barreiro	Chmyz (1981; 2007); Chmyz, <i>et alli</i> (2007)

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode visualizar, foi estipulada a posição aproximada de 32 sítios que permaneciam sem georreferenciamento. Destaca-se que 30 constam registrados no CNSA, e em diversos relatórios como se estivessem localizados no município de Laranjeiras do Sul, no entanto, nenhum está dentro dos limites do município, pois após a emancipação dos municípios de Rio Bonito do Iguaçu, em 1990, e Porto Barreiro, em 1995, os sítios passaram a compor as novas municipalidades. Destes, 19 estão no atual município de Porto Barreiro e 11 em Rio Bonito do Iguaçu, este último município fora do recorte desta pesquisa.

Portanto, a distribuição de sítios por municípios, apresentados na tabela 3, não corresponde a atual divisão dos municípios em que foram registrados. Com isso, pode-se sugerir que, atualmente, não há nenhum sítio arqueológico registrado no atual município de Laranjeiras do Sul. Por outro lado, deve ser acrescentado 19 sítios ao município de Porto Barreiro, que passa a conter 20 sítios. O município de Rio Bonito do Iguaçu não foi alvo do levantamento desta tese, no entanto, pode-se inferir que este possui no mínimo 11 sítios anteriormente relacionados a Laranjeiras do Sul; porém, em busca no CNSA, não foi encontrado nenhum sítio registrado no município. Por estarem nas adjacências do recorte espacial proposto por esta pesquisa, esses sítios serão considerados na análise desta tese.

Como pode ser conferido na tabela 02, dos 236 sítios levantados na documentação disponível no SEI-IPHAN, 35 não possuíam coordenadas de georreferenciamento. Com o posicionamento estimado nesta tese, apresentados na tabela 04, apenas três sítios ficaram sem georreferenciamento, são eles: Bairro Alto (PR CT 1) e Sítio Pedra Fincada, ambos no município de Cruz Machado (PR), e o sítio Lítico no município de Turvo (PR).

Dessa forma, alcançou-se a localização de 233 sítios, cuja distribuição geral pode ser observada no mapa 4.

Na tabela 02 e no mapa 04 foram considerados todos os sítios arqueológicos evidenciados no polígono e em suas adjacências. Entretanto, se deve destacar que 56 sítios, exclusivamente relacionados a grupos caçadores-coletores ou sem atribuição a nenhuma tradição, foram desconsiderados nesta tese.

Os 236 sítios abarcados por esta pesquisa foram evidenciados, em sua maioria, no âmbito do Licenciamento Ambiental, registrados por dez arqueólogos coordenadores de pesquisa,¹⁰⁴ com destaque para atuação da arqueóloga Claudia Inês Parellada, responsável por mais de 50% dos sítios evidenciados, que somam 120 sítios arqueológicos registrados no espaço abrangido por esta pesquisa (figura 04).

FIGURA 04 – GRÁFICO I – ARQUEÓLOGOS COORDENADORES COM SÍTIOS REGISTRADOS



Fonte: Elaboração própria.

De forma geral, os sítios arqueológicos evidenciados nos *Koran-bang-rê* são classificados em sítios “históricos e/ou coloniais” e sítios “pré-coloniais”. Essa classificação é empregada, majoritariamente, nos sítios do Estado do Paraná,

[...] sendo que os sítios históricos seriam ruínas e vestígios da cultura material relacionados à ocupação europeia, dos séculos XVI a XX, no território atualmente compreendido pelo Paraná. Os vestígios pré-coloniais seriam representados por artefatos, sepultamentos humanos, restos de habitações e da dieta alimentar, relacionados tanto a populações caçadoras e coletoras, como

¹⁰⁴ Embora sejam responsáveis pelos projetos de pesquisa e pelo registro dos sítios, nem sempre os coordenadores de projeto atuam em campo, em alguns casos há coordenadores de campo e pesquisadores que executam as atividades de identificação dos vestígios arqueológicos.

a povos ceramistas que habitavam o Paraná. Ainda podem ser encontradas as representações simbólicas destas populações, como as pinturas e gravuras rupestres. (Parellada, 2014, p. 14).

No entanto, o termo “pré-colonial” muitas vezes é utilizado indiscriminadamente, sendo não raramente empregado para diferenciar sítios de ocupação indígena, majoritariamente classificados como “pré-coloniais”, de sítios de ocupação histórica relacionados a não-indígenas, também enquadrados como “coloniais”.

A classificação temporal utilizada pelos arqueólogos pouco tem a ver com a periodização utilizada por historiadores. Ainda que alguns autores se utilizem de divisões temporais que abordam o períodos como “pré-cabraliano” ou “pré-colombiano” para tratar de aspectos da ocupação do Brasil e da América antes da chegada dos europeus, ainda existe uma clivagem que, por questão de abordagem, trata da temática de forma separada, como ocorre em obras como a *Pré-História do Brasil*, de Funari & Noelli (2002), ou *O Brasil antes dos Brasileiros*, de Prous (2006), ambos escritos por arqueólogos.

De forma geral, a classificação utilizada tradicionalmente nos clássicos de História do Brasil, via de regra, utiliza-se de periodizações que marcam processos de rupturas na ordem política ou social. Como exemplo, pode-se citar a *História do Brasil* de Boris Fausto (2015), que optou por começar a História do Brasil por processos iniciados na Europa, como a Expansão Marítima que culminou na chegada dos portugueses à costa brasileira, iniciando o período Colonial (1500-1822), seguidos dos períodos do Brasil Império (1822 – 1889), e assim por diante.

Deve-se destacar que há diversas publicações que tratam da história indígena com recortes temporais ancorados em abordagens temáticas que se aproximam da divisão da historiografia tradicional, porém, privilegiando aspectos da política e da legislação indigenista, além das relações interculturais estabelecidas em diversas regiões do Brasil. Dentre essas, pode-se mencionar o famoso livro *História dos Índios no Brasil*, organizado por Manuela Carneiro da Cunha (1992), *Os Índios e a Ordem Imperial*, de Moreira Neto (2005) e *Povos Indígenas, Independência e Muitas Histórias*, organizado por Moreira *et all* (2022).

No entanto, a problemática desta tese se trata de uma história de continuidades, de uma história indígena que perpassa pelas periodizações da história e por seus processos de rupturas. Certamente, a mais violenta das periodizações é a divisão entre a “Pré-História” e a “História”,

pois essa exclui a maior parte da história dos povos indígenas, que passa a ser considerada apenas a partir do contato, ou seja, uma história da conquista.

Se por um lado, a classificação dos sítios arqueológicos explicita esta divisão, considerando sítios históricos apenas os “coloniais”, com cultura material “não-indígena”, os com vestígios de ocupação indígena são majoritariamente associados ao período “pré-colonial”, ou “tipo pré-colonial”. Por outro lado, como será apresentado, existe uma dificuldade em identificar transformações na cultura material dos sítios de ocupação indígena, sobretudo nos sítios atribuídos a Tradição Itararé-Taquara, relacionados aos povos Jê no Sul do Brasil, o que sugere uma continuidade do modo de vida dessas populações, contribuindo para o entendimento de sua história.

Para tentarmos superar os limites impostos por esse paradigma, nesta tese optou-se por uma “reclassificação” dos sítios, mesmo que limitada aos termos correntes, os sítios serão apresentados nas seguintes categorias: a) Sítios de ocupação não-indígena, b) Sítios de ocupação indígena no período histórico, e c) Sítios de ocupação indígena atribuídos ao período pré-colonial.

3.1. SÍTIOS DE OCUPAÇÃO NÃO-INDÍGENA

Classificados como históricos, os sítios arqueológicos mais recentes, evidenciados no espaço dos *Koran-bang-rê*, correspondem a sítios relacionados a ocupação por colonos, ou seja, sítios que em seu registro arqueológico, evidenciaram informações referentes a períodos posteriores a chegada dos colonizadores e que atestam a consolidação da conquista. Na tabela 05, são listados os sítios de ocupação não-indígena, que foram classificados como históricos.

TABELA 5 - SÍTIOS DE OCUPAÇÃO NÃO-INDÍGENA

Sítio	Tipo de material	Período atribuído
Mangueirão	Fragmentos de louças, vidros, metais e estruturas de pedras, que formavam muros.	Séc. XX / XIX
Tronqueira	Telhas, vidros, bolinhas de gude, pregos, louças, e fumas utilizadas no processo de secagem de erva mate.	Séc. XX/ XIX
Histórico Fundão	Construções em alvenaria de pedras, faiança e cerâmica da Tradição Neobrasileira.	Séc. XX
Fazenda Sobrado	Cerâmica da Tradição Neobrasileira, estruturas de taipa de pedras.	Séc. XX /XIX

Fonte: Elaboração própria.

Devido ao contexto histórico apresentado no segundo capítulo, entende-se que estes sítios correspondem a uma amostragem muito pequena das pesquisas arqueológicas, que tendem a desconsiderar locais de ocupação não indígena com interesse arqueológico.

Supostamente, estes sítios não estariam relacionados a história indígena. No entanto, embora não sejam alvos dos objetivos desta tese, serão apresentados a fim de demonstrar a heterogeneidade dos sítios registrados neste espaço, bem como subsidiar possíveis análises e correlações, que podem contribuir com o desenvolvimento de novas interpretações sobre relações interculturais no período pós-conquista.

No *Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial Linha de Transmissão Elétrica de 138 KV. Areia – União da Vitória* (Processo IPHAN nº 01508.000937/2015-21), foram cadastrados dois sítios arqueológicos: Mangueirão e Tronqueira, ambos no município de Cruz Machado.

No Mangueirão, foram evidenciados fragmentos de louças, vidros, metais, além de quatro estruturas de pedras, que originalmente formavam muros, que conforme relatos de populares, incorporados a descrição sumária do sítio, apresentada em Fundação Aroeira (2016a), teriam sido construídos a mais de cem anos, com o objetivo de conter os porcos criados na propriedade (Figura 05).

FIGURA 05. ESTRUTURAS DE PEDRA (MUROS) PRESENTES NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO MANGUEIRÃO.



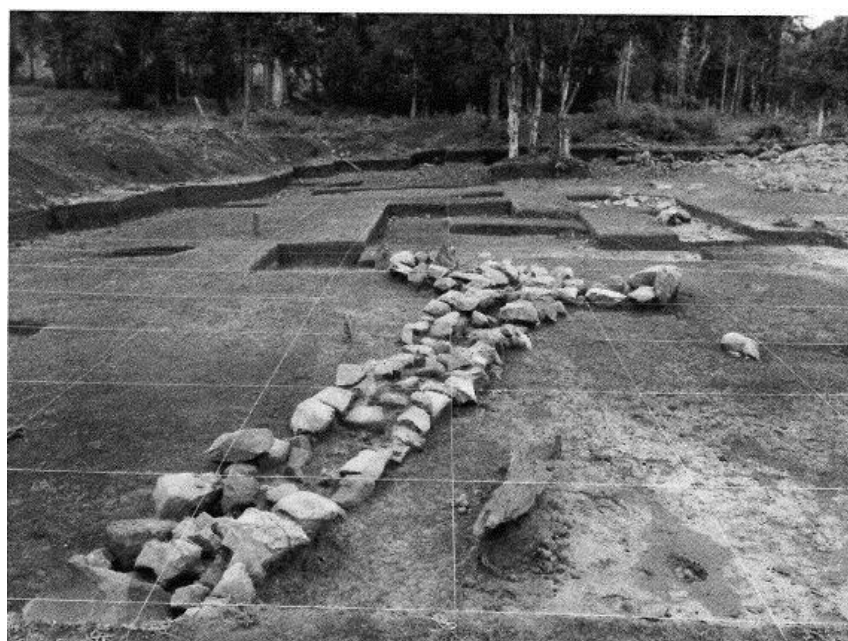
Fonte: Fundação Aroeira (2016a, p. 61).

Conforme relatório da Fundação Aroeira (2016a), a estrutura 1 foi selecionada para escavação e consiste em “[...] um muro de pedra com cerca de 28 metros de comprimento, no sentido norte sul do sítio, largura varia de 0,80 m a 1,30 metros” (Fundação Aroeira, 2016a, p. 59).

Além das estruturas dos muros de pedras, no resgate foram evidenciados fragmentos de louças, vidros e metal, que em conjunto, subsidiaram a interpretação de que os vestígios remetem ao século XIX “[...] baseando-se nas técnicas utilizadas para a manufatura e as decorações utilizadas nas louças, ao mesmo tempo, tem-se também data menos recuada para o material vítreo na coleção do sítio, podendo a partir das pesquisas, inferir que o sítio é quase do final do século XX” (Fundação Aroeira, 2006a, p. 125).

Por sua vez, o sítio Tronqueira apresentou vestígios de contexto doméstico rural do século XX, como fragmentos de telhas, vidros, bolinhas de gude, pregos e louças, sendo alguns fragmentos de louças do século XIX. Porém, o destaque do sítio consiste em duas estruturas de pedras, utilizadas para secagem da erva-mate. Denominada de Furna, essa estrutura “[...] consiste em um sistema mais aperfeiçoado que o carijó, mas inferior ao Barbaquá [...] em que a secagem da erva se dá de maneira mais uniforme (Mazuchiwski, 1991 *Apud* Fundação Aroeira, 2016b, p.60). Na figura 06, pode ser observada os vestígios a Furna 1, evidenciada pela escavação arqueológica.

FIGURA 06. FURNA 01 (SECADOR ARTESANAL DE ERVA MATE), MALHA 02, SÍTIO TRONQUEIRA.



Fonte: Fundação Aroeira, 2016b, p. 70.

Conforme é explicado, para alcançar a secagem de boa qualidade da erva-mate:

O solo deve ser escavado no local onde a fogueira será acesa, sendo que esta deve comunicar-se com a área do jirau que sustenta os feixes de erva por um pequeno túnel, geralmente de pedra. Os primeiros feixes ficavam mais próximos à entrada do calor, consequentemente sujeitos à ação de labaredas, gerando produto de menor qualidade; os feixes mais distantes geravam produtos de melhor qualidade. (Fundação Aroeira, 2016b, p. 60–61).

Dessa forma, as estruturas de pedras localizadas nos sítios Tronqueira e Mangueirão evidenciam parte das atividades econômicas implementadas entre o final do século XIX e XX, indicando o alcance do estabelecimento de colonos na região do rio Iguaçu, após o processo de conquista na parcela sudoeste do espaço que esta tese considera ser o antigo território dos *Koran-bang-rê*.

Na região central do polígono dos *Koran-bang-rê*, foram identificados outros sítios históricos evidenciados durante o *Programa de Resgate Arqueológico das Usinas Hidrelétricas Santa Clara e Fundão, no vale do rio Jordão* (Processo SEI-IPHAN nº 01508. 000037.2003-41)¹⁰⁵, Parellada (2007), registrou dois sítios históricos, Histórico Fundão e Fazenda Sobrado.

Conforme a arqueóloga, o primeiro está “[...] relacionado a época da ocupação do vale do rio Jordão por colonos luso-brasileiros, na metade do século XIX, e que depois acabaram saindo daquelas terras, que foram adquiridas por grandes fazendeiros” (Parellada, 2007, p. 45). Dentre os vestígios, foram identificadas estruturas de construções em alvenaria de pedras, faiança, e a cerâmica da Tradição Neobrasileira, como pode ser conferido na ficha do registro de sítio em Parellada (2007, p. 214).

Já o sítio Fazenda Sobrado, teria abrigado “[...] uma das residências rurais do Visconde de Guarapuava, construída entre o final do século XVIII e o início do XIX” (Parellada, 2007, p. 44). Além de artefatos líticos e cerâmicos da Tradição Neobrasileira, dentre os vestígios evidenciados destaca-se as estruturas de taipa de pedra que, conforme a descrição sumária do sítio, em Parellada (2007), provavelmente teriam sido utilizadas como estruturas de invernadas do caminho das tropas.

¹⁰⁵ Realizadas as buscas no SEI-IPHAN, foi constatado que a documentação referente a este processo não está disponível para consulta pública no sistema. Fato confirmado pela divisão técnica do setor de Arqueologia da Superintendência do IPHAN no Paraná, que gentilmente disponibilizou o Relatório Final de atividades do Programa de Resgate (Parellada, 2007), no entanto, este é o único documento gerado pelo projeto que está pesquisa teve acesso.

Com exceção das pesquisas mencionadas, pouca atenção foi dada aos vestígios históricos na arqueologia regional. Embora esses não tenham sido classificados enquanto sítios, ou até mesmo associados a algum assim enquadrado, citarei casos que podem ser aprofundados por pesquisas futuras, contribuindo para uma melhor compreensão da história regional.

Durante atividades de prospecção do *Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da PCH Cavernoso IV, nos municípios de Candói e Cantagalo* (Processo SEI-IPHAN nº 01508.000566/2017-40), os pesquisadores da Forte Soluções Ambientais (2017a), sob a coordenação da arqueóloga Luísa Cardoso Resende, entrevistaram o senhor Antão Gularte, que indicou ruínas de uma antiga estrada e uma trincheira em suas proximidades, figuras 07 e 08.

FIGURA 07. TRECHO DA ANTIGA ESTRADA.



Fonte: Forte Soluções Ambientais (2017c, p. 08).

FIGURA 08. TRINCHEIRA.



Fonte: Forte Soluções Ambientais (2017c, p. 08).

Junto a estrada, o morador relatou ter encontrado uma ferramenta, “[...] uma espécie de alavanca de metal utilizada para construção da estrada de pavimento rochoso. A estrada foi encontrada entre os pontos 39 (25.423296999, -52.0916389934) e 40 (25.423322999, -52.0916549934)” (Forte Soluções Ambientais, 2017a, p. 56). Conforme a explicação do morador, a estrada teria sido construída na época dos jesuítas.

Em visita ao local, a equipe constatou que as margens da estrada eram bem delimitadas e que no trecho percorrido, havia pavimentação com rochas encaixadas. O proprietário da fazenda, senhor Josemar Lopes de Almeida, relatou a equipe que as terras foram adquiridas por seu avô, o padre Antônio Teixeira de Abreu, e que teria pertencido aos jesuítas. O que, conforme relatório da Forte Soluções Ambientais (2017a), consiste em uma evidência de que a estrada teria sido “[...] construída durante o período do Brasil Colônia” (Forte Soluções Ambientais, 2017a, p. 60).

Após visita ao Instituto Histórico e Geográfico de Guarapuava, onde foi apresentado um mapa de 1821, elaborado pelo Pe. Chagas Lima, em que foi traçado um caminho entre o Aldeamento de Atalaia e a Foz do rio Cavernoso, os pesquisadores concluíram que “[...] essa área do rio Cavernoso, servia, de fato, como região de transporte de Foz para Guarapuava, e que a estrada que encontramos provavelmente seja um dos trechos do caminho indígena

Paêbiru, reutilizado e construído como estrada pelos Jesuítas” (Forte Soluções Ambientais, 2017a, p. 64).

Além da estrada, na mesma fazenda, a equipe registrou uma vala “[...] com três metros de profundidade com dois metros e meio de largura” (Forte Soluções Ambientais, 2017a, p. 60). A explicação popular é de que a vala teria servido de trincheira construída durante a Guerra do Paraguai, não sendo postulada outra explicação por parte da consultoria.

Em dezembro de 2017, um novo projeto de avaliação de impacto arqueológico foi protocolado no IPHAN, agora sob a coordenação da arqueóloga Tainã Salles dos Passos, no novo projeto (Forte Soluções Ambientais, 2017d). Desse modo, foram reavaliadas “[...] as possíveis estruturas histórico-culturais carecem de evidências materiais e fundamentação bibliográfica para corroborar a história oral, não sendo então consideradas como áreas de interesse *a priori*” (Forte Soluções Ambientais, 2017d, p. 40).

A equipe de pesquisadores não considerou os relatos orais sobre a estrada ou sobre a vala escavada. Porém, durante as entrevistas com os colaboradores locais, realizadas por Forte Soluções Ambientais (2018b), os moradores consultados insistiram em eleger a antiga estrada e a vala como locais de importância histórica, demandando que a equipe retomasse o debate sobre as estruturas. No entanto, as considerações finais sobre essas só foram apresentadas no relatório da Forte Soluções Ambientais (2019).

Nesse último relatório de avaliação de impacto, houve uma guinada interpretativa sobre a antiga estrada, pois devido a ocorrência de isolantes elétricos de porcelana encontrados em áreas próximas a estrada, que:

[...] associado à pesquisa cartográfica e paisagística, possibilitou que compreendêssemos que os materiais eram isolantes elétricos de porcelana associados à passagem do telegrafo, associado a passagem da antiga estrada que ligava Guarapuava a Cascavel, também referenciada como estrada jesuítica pela população local. (Forte Soluções Ambientais, 2019, p. 86).

Sobre a estrutura escavada no solo, anteriormente mencionada, descreve-se que essa apresentava “[...] formato de L, com aproximadamente 30 metros de extensão, preservando uma profundidade de 1 metro ao lado da estrada e um declive de 30 centímetros na borda da plantação, seguindo a curva do rio Cavernoso.” (Forte Soluções Ambientais, 2019, p. 88).

Justificada pela ausência de referências documentais, a consultoria refutou a explicação popular quanto a sua utilização como trincheira utilizada na defesa das tropas durante as batalhas da Guerra do Paraguai (1864-1870). A equipe de arqueologia, cujo coordenador de campo também era historiador, atestou a origem antrópica da vala, no entanto, argumentou que a falta de embasamento bibliográfico e cartográfico impediam de classificá-la assertivamente enquanto trincheira para conflitos armados, argumentando não haver “[...] registros oficiais de batalhas e/ou conflitos de qualquer natureza descritos na região” (Forte Soluções Ambientais, 2019, p. 88).

Ao fim do trabalho, na avaliação dos arqueólogos, tais evidências não foram suficientes para classificação desses locais como sítios arqueológicos, sendo a Estrada Antiga (também linha telegráfica), e a trincheira, considerados como “[...] locais de relevância histórico-cultural” (Forte Soluções Ambientais, 2019, p. 115). Locais que, conforme avaliação de impacto, não seriam afetados pelo empreendimento, sendo as únicas medidas recomendadas a sinalização dos locais e a distribuição de material informativo nos municípios de Candói e Cantagalo.

Embora numericamente reduzidos, estes sítios evidenciam a cultura material do cotidiano, da economia regional, indícios que, como se discutirá no próximo capítulo, podem contribuir para melhor compreensão da história nos *Koran-bang-rê*.

3.2. SÍTIOS DE OCUPAÇÃO INDÍGENA ATRIBUÍDOS AO PERÍODO HISTÓRICO

Dos 236 sítios identificados no espaço abordado, somente 11 consistem em locais de ocupação indígena que foram associados a algum contexto que permitiu aos arqueólogos os relacionarem a períodos posteriores ao contato com não-indígenas (tabela 06):

TABELA 6 - SÍTIOS DE OCUPAÇÃO INDÍGENA RELACIONADOS AO PERÍODO HISTÓRICO¹⁰⁶

Sítio	Material	Detalhamento do material	Tipo de sítio	Altitude em m	Compartimento topográfico	Outros Componentes	Nível dos vestígios	Dimensões em m	Período atribuído	Registro
PCH Confluência 8	Lito-cerâmico	Cerâmica Tupiguarani, com 2 fragmentos Itararé-Taquara	-	860	Entre Topo e meia encosta	Não	0-20cm	2486 m²	Séc. XVIII ou XIX	Espaço Arqueologia (2021c)
PCH Confluência 10	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara / Tupiguarani no mesmo nível	Habitação	645	Entre Topo e meia encosta	Não	0-20cm	1431 m²	Séc. XVIII ou XIX	Espaço Arqueologia (2021f)
Turvo 2	Lito-cerâmico	Estrutura de combustão, com nós de pinho e carvão. Líticos e cerâmicas das tradições Itararé-Taquara / Tupiguarani.	Habitação	902	Topo	Não	0-30cm	70x55	Séc. XIX: 1890 60 anos AP (amostra D-AMS 038281)	Espaço Arqueologia (2020a)
José Bonetti 1	Lito-cerâmico	Lítico lascado, polido e cerâmica Tupiguarani com evidência de contato. Com estrutura de fogueira	Aldeia, com estruturas de habitações identificadas em fotografias aéreas.	956	Topo	Umbu	-	200 x 150	Pós século XVI	IGPlan (2005)
Eixo Barragem UHE Fundão 7	Lito-cerâmico	Cerâmica Tupiguarani	Aldeia, com estruturas de habitações identificadas em	830	Meia encosta	Itararé-Taquara / Umbu	Tupiguarani 0-20 cm	150x100	Séc. XIX	Parellada (2007)

¹⁰⁶ Nesta tabela foram listadas somente as tradições arqueológicas relacionadas ao período histórico, no entanto, em alguns sítios há ocupações pretéritas associadas a outras tradições. Ressalta-se que os componentes relacionados a grupos de caçadores coletores não serão abordados por esta tese, ao passo que os outros componentes ceramistas destes sítios serão apresentados no próximo subitem deste capítulo.

			fotografias aéreas.							
Fazenda Visconde 5	Lito-cerâmico	Tupiguarani com estrutura de combustão	Aldeia, com estruturas de habitações identificadas em fotografias aéreas.	872	Meia encosta	Não	0-20cm	150x100	Séc. XIX	Parellada (2007)
Fazenda Visconde 6	Lito-cerâmico	Tupiguarani com estrutura de combustão	Aldeia, com estruturas de habitações identificadas em fotografias aéreas.	875	Topo	Não		150x100	Séc. XIX	Parellada (2007)
Fazenda Visconde 8	Lítico	Tupiguarani	Oficina com bacias de polimento e estrutura de fogueira.	800	Meia encosta	Itararé-Taquara		150x100	Séc. XIX	Parellada (2007)
Fazenda Tupi 1	Lito-cerâmico	Tupiguarani com estrutura de combustão	Habitação	852	Topo	Não		100x80	Séc. XIX	Parellada (2007)
Procópio Caldas 2	Lito-cerâmico	Tupiguarani	Habitação	804	Vale	Não		80x50	Séc. XIX	Parellada (2007)
Rio Barra Mansa 2 (PR BV 3) ¹⁰⁷	Lito-cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara (fase Xagu) com decoração por incisões. Uma ponta de projétil em metal		491	Base de vertente	Não	Superfície	80x30	Séc. XVIII	Chmyz (1981)

Fonte: Elaboração própria.

¹⁰⁷ Altitude do sítio Barra Mansa 2 (PR BV 3) foi estimada com base nas coordenadas apresentadas na tabela 4.

Dentre estes, o sítio Turvo 2, foi datado em 60 anos AP (amostra D-AMS 038281), o que o situa aproximadamente por volta do ano de 1.890 do nosso calendário, sendo o sítio mais recente evidenciado pela arqueologia no espaço abordado por esta tese. Devido a sua especificidade e cronologia, a apresentação dos sítios será iniciada com uma síntese dos resultados obtidos pelo estudo deste sítio.

Evidenciado, durante o desenvolvimento do projeto de *Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Linha de Distribuição de Alta Tensão 138 KV Faxinal da Boa Vista – Turvo e Subestação Faxinal da Boa Vista, município de Turvo – PR* (Processo IPHAN nº 01508.000076/2018-24), realizado pela Espaço Arqueologia, sob coordenação do arqueólogo Valdir Luiz Schwengber, o sítio Turvo 2 apresentou material arqueológico de duas tradições arqueológicas, associadas a grupos agricultores ceramistas diferentes, misturados no mesmo nível estratigráfico, revelando o convívio entre ceramistas Itararé-Taquara e Tupiguarani em um mesmo tempo e espaço.

Conforme consta no relatório da Espaço Arqueologia (2019), esse sítio situa-se no topo de colina, com material lito-cerâmico disposto sobre superfície. É importante mencionar que antes do procedimento de datação, o sítio foi classificado como “pré-colonial” (Espaço Arqueologia, 2019, p. 178).

Com a escavação inicial de onze unidades amostrais, (quadriculas) de 1m², com controle estabelecido em “níveis artificiais de 10 centímetros” (Espaço Arqueologia, 2020a, p. 49), foram evidenciados fragmentos cerâmicos e líticos no primeiro nível de todas as unidades amostrais, exemplificadas aqui através da imagem da unidade 100E/120N, (figura 9).

FIGURA 09. MATERIAL ARQUEOLÓGICO EVIDENCIADO NO NÍVEL 1 DA UNIDADE 100E/120N DO SÍTIO TURVO.



Fonte: Espaço Arqueologia (2020a, p. 51).

No segundo nível escavado, o solo apresentava as mesmas características, com destaque em duas unidades de escavação a “[...] 100E/100N com maior evidência de cacos cerâmicos e presença de aglomerado de rochas basáltica e, na unidade 100E/120N constatou-se presença de vestígios de carvão nas proximidades na parede norte” (Espaço Arqueologia, 2020a, p. 52). Essas duas unidades continuaram a apresentar material arqueológico durante a escavação do terceiro nível, sendo o extrato seguinte estéril de material arqueológico. No entanto, a unidade 100E/120N forneceu “[...] elementos significativos para justificar que mais unidades fossem abertas com sentido de seguir explorando tais vestígios. Partindo desta premissa, foram abertas as unidades 99E/120N e 99E/119N” (Espaço Arqueologia, 2020a, p. 57).

Nas novas quadras, foram identificados fragmentos cerâmicos e líticos no primeiro nível, sendo que no segundo:

A unidade 99E/120N apresentou alguns cacos cerâmicos distribuídos na porção média do nível associado a mancha levemente escurecida envolto em nós de araucária na parede sul da quadrícula. Por sua vez, a unidade 99E/119N também apresentou relativa distribuição de fragmentos cerâmicos com presença de nós de araucária na parede norte (Espaço Arqueologia, 2020a, p. 58).

No terceiro nível, o aglomerado de “nós de pinho” estava associado a mancha de carvão e fragmentos cerâmicos, a estrutura pode ser observada na figura 10.

FIGURA 10, CONCENTRAÇÃO DE “NÓS DE PINHO” EVIDENCIADOS NO NÍVEL 3, ENTRE AS UNIDADES 99E/120N E 99E/119N, ESCAVADAS NO SÍTIO TURVO 2.



Fonte: Espaço Arqueologia (2020a, p. 60).

Conforme descrito no relatório, a “[...] estrutura possui aproximadamente 45x45cm e é composta por nós de araucária parcialmente queimados, carvão, fragmentos cerâmicos e uma lasca lítica” (Espaço Arqueologia, 2020a, p. 59). A estrutura manteve-se no terceiro nível escavado (entre 20 e 30 cm), não sendo evidenciado sua continuidade ou outros vestígios arqueológicos no quarto nível.

Em todo o sítio, foram contabilizados 544 fragmentos cerâmicos, enquanto o material lítico somou 109 unidades, totalizando na identificação de 653 arqueológicos, dos quais, “[...] 98 (noventa e oito) foram encontrados em superfície e 555 (quinhentos e cinquenta e cinco) em subsuperfície” (Espaço Arqueologia, 2020a, p. 67). O material de subsuperfície resulta da soma das onze quadriculas e nove sondagens, realizadas no sítio, que teve amostras de carvão recolhidas para datação:

[...] a amostra de carvão provém do nível artificial 3, correspondendo a 30 cm, obtido em uma estrutura de combustão junto a unidade de intervenção 99/120

em contexto com os materiais cerâmicos. **Datado pelo método “AMS” (D-MAS 038281) a referida amostra gerou uma data de 60 AP, alocando a ocupação do sítio por volta do ano de 1.890 AD**, condizendo ao período histórico de ocupação regional. (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 182. Grifo nosso).

Com os resultados da análise do material cerâmico do sítio, foi identificado 54 morfológicas, ou seja, no mínimo 54 vasilhas que foram estimadas a partir da reconstrução de morfologias projetadas a partir dos fragmentos de bordas. Deste conjunto, ficou evidenciado duas técnicas de manufatura das cerâmicas:

A técnica de colombino – sobreposição de roletes – está associada a pasta tipo B (*grãos médios e/ou grossos de média ou baixa densidade*) enquanto a técnica modelada – sobreposição de placas ou roletes achatados com remoção de excessos – está associada a pasta tipo A (grãos finos de alta densidade). Espaço Arqueologia, 2021j, p. 187 – destaques dos autores).

As diferentes técnicas e variedades da composição das pastas, somados a morfologia e revisão bibliográfica referente as análises de material cerâmico, propiciou aos arqueólogos confirmarem que as cerâmicas do sítio Turvo 2, pertencem a duas tradições arqueológicas distintas: “[...] a Tradição Itararé-Taquara, relacionada com os Jê do Sul e um conjunto associada as cerâmicas com relação a arqueologia Guarani, também entendida por alguns autores como da Tradição Tupiguarani” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 193).

Com 54 unidades morfológicas distintas, “[...] a Tradição Itararé-Taquara, com 30 Unidades Morfológicas e a Tradição Tupiguarani, com 24 Unidades Morfológicas” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 274). Juntas, compõem um sítio de com marcadores diagnósticos de cultura material de grupos distintos.

Segundo os autores, tal contexto consiste em “[...] caso raro na arqueologia sul brasileira” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 202), já que as evidências obtidas com a escavação do sítio Turvo 2, indicam “[...] haver em coexistência duas tecnologias de grupos culturalmente conhecido como distintos” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 202). A constatação abriu uma discussão sobre o convívio desses grupos em um território compartilhado, sendo destacado a importância de considerar no debate, a datação obtida para o sítio.

A fundamentação do argumento sobre o convívio de grupos diferentes, considerou sobretudo a coexistência das tecnologias cerâmicas, mas também recorreram a estudos que indicam padrões de ocupação que constituem a territorialidade desses grupos:

Para os estudos Jê, o trabalho de Gregório de Souza et, al. (2016) aponta para o planalto e os rios menores como área de influência Jê Meridional, já para o caso Guarani, o trabalho de Bonomo et, al. (2015) aponta para as margens dos grandes rios e lagos litorâneos o espaço preferencial. Tendo por base essa noção de geomorfologia, apontar a região como território Jê é plenamente aceite, porém, incluir grupos Guarani na região leva a um desvio na tendência. Esse fato levanta questionamentos sobre a razão de uma entrada guarani e, em especial, a convivência entre Guarani e Jê, quando sabemos, pelos estudos de etnografia, haver rivalidade entre ambos. (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 279).

Com esse argumento, somado a informações do sítio Turvo 1,¹⁰⁸ datado em 885 anos AP (D-AMS 038280), é proposto que o espaço de implantação do sítio Turvo 2, faz parte de um território Jê “[...] associados a Tradição Itararé/Taquara que, pelo menos a mil anos dominam o espaço geográfico” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 280). Embora se reconheça a necessidade de mais estudos, a Espaço Arqueologia (2021j) propõe uma hipótese para a coexistência das tecnologias cerâmicas de grupos etnicamente distintos:

[...] a hipótese a ser posta para a coexistência das duas tecnologias cerâmicas associadas a dois grupos étnicos diferentes assenta na pressão territorial que os Guarani passam a sofrer quando da entrada das frentes colonizadoras em seus territórios tradicionais, forçando o abandono destes em busca de áreas ainda não pretendidas pelos novos colonos, mas habitadas pelos Jê. Por outro lado, a pressão que se dá nos campos de Guarapuava, durante o processo de ocupação das terras pelos “brancos”, tenderia a forçar alianças entre grupos historicamente rivais, a fim de promover a defesa da terra e do modo de vida, visto aqui pela permanência da tecnomorfologia cerâmica de ambas as tradições. (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 280-281).

Tal hipótese deverá ser discutida no próximo capítulo, quando contextualizar-se-á os acontecimentos históricos do final do século XIX, em Guarapuava, sobretudo no entorno do sítio Turvo 2. Por ora, cabe destacar a conclusão da análise realizada pelos pesquisadores:

Como visto, o modo de vida, mesmo sob a pressão territorial, parece ter sido mantido, ao menos em parte, pois o que se vê no sítio TV2 é cerâmica

¹⁰⁸ O sítio Turvo 1, será apresentado no próximo tópico deste capítulo.

tradicional Jê e Guarani, no mesmo espaço. Embora convivendo no mesmo espaço e tempo, esses dois grupos mantiveram a tecnologia cerâmica e suas identidades, em um período que remete aos finais dos anos de 1890. Esse dado demonstra uma adaptação pouco comum de ser vista no registro arqueológico, permitindo, desse modo, fazer uma releitura daquilo que entendemos como tradicional e pensar sobre processos complexos ao comportamento humano. (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 281).

Destarte, o sítio Turvo 2 revela-nos um cenário de convivência entre grupos indígenas Guarani e Kaingang no final do século XIX, indicando a complexibilidade de um território compartilhado por povos indígenas. Outros sítios agrupados neste tópico contribuem para a discussão da presença Guarani no recorte espacial abrangido por esta pesquisa.

Em outro espaço, às margens do rio Jordão, com vestígios unicamente filiados a Tradição Tupiguarani, os sítios Fazenda Visconde 5 e 6, Fazenda Tupi 1, e Procópio Caldas 2, foram registrados por Parellada (2007), durante a execução do *Programa de Resgate Arqueológico das Usinas Hidrelétricas Santa Clara e Fundão* por ela coordenado (Processo IPHAN nº 01508.00037/2003-41). Estes são sítios com vestígios lito-cerâmicos e foram classificados como sítios aldeias, sendo que, nos sítios Fazenda Visconde 5 e 6, a arqueóloga identificou estruturas de habitação em fotografias aéreas. Além disso, Parellada (2007) evidenciou estruturas de combustão nos sítios Fazenda Visconde 5 e 6, e Fazenda Tupi 1.

No sítio Fazenda Visconde 5, a arqueóloga distinguiu características do material lítico, e comparou a indústria lítica de outras tradições da área de estudo, evidenciando: “A presença menor de microlascas, com comprimento máximo inferior a 2,50cm, em relação a sítios de outras tradições, mostra diferenças na execução de etapas das cadeias operatórias de tecnologia lítica.” (Parellada, 2007, p. 39). A análise minuciosa realizada pela arqueóloga da indústria lítica dos sítios do contexto foi capaz de distinguir a cadeia operatória de diferentes tradições regionais, no entanto, é um elemento incomum nos estudos de resgate, que em alguns casos, não distinguem características diagnósticas das tradições arqueológicas regionais.

O compartimento topográfico em que os sítios foram implantados são diversos, o Fazenda Visconde 5, situado em meia encosta, a uma altitude 872 m em relação ao nível médio do mar. O Fazenda Visconde 6 e Fazenda Tupi 1, ocupam áreas de topo, respectivamente a 875 e 852 m, enquanto o sítio Procópio Caldas 2, foi assentado em vale, a 804 m.

Ainda no âmbito do Programa de Salvamento das UHE's Santa Clara e Fundão, Parellada (2007), relata a presença de outros dois sítios Tupiguarani, estes sobrepostos a sítios

da Tradição Itararé-Taquara, os sítios Fazenda Visconde 8 e Eixo Barragem UHE Fundão 7, ambos implantados em meia encosta, na faixa dos 800 m e 830 m de altitude.

Caracterizado por Parellada (2007) como “sítio oficina”, composto por material lítico lascado e polido, além de bacias de polimento e estrutura de combustão, o sítio Fazenda Visconde 8 tem o material mais recente associado a Tradição Tupiguarani sobreposto ao material Itararé-Taquara.

Por sua vez, o sítio Eixo Barragem UHE Fundão 7, foi classificado pela arqueóloga como sítio lito-cerâmico do tipo aldeia, com estrutura de habitação evidenciada em fotografias aéreas. Com três ocupações distintas, a mais antiga relacionada a Tradição Umbu, sobreposta por ocupação Itararé-Taquara, e a camada mais recente de ocupação Tradição Tupiguarani, que se estende da superfície até os 20 cm de profundidade.

Destaca-se que os sítios Fazenda Visconde 5, 6 e 8, Fazenda Tupi 1, Procópio Caldas 2, e Eixo Barragem Fundão 7, descritos por Parellada (2007), foram enquadrados nesta tese na categoria de “Sítios de ocupação indígena do período histórico” exatamente por ser a ocupação especificamente Tupiguarani, avaliada pela arqueóloga como restrita e possivelmente “[...] relacionada a períodos mais próximos à colonização por luso-brasileiros” (Parellada, 2007, p. 25). Tendo por base o processo de colonização dos *Koran-bang-rê*, efetivado somente no início do século XIX, e a localização destes sítios, sugere-se que estes relacionados a ocupação de povos Guaraní tenham se estabelecido posteriormente a conquista, no século XIX.

No *Estudo Prévio de Impacto Ambiental – PCH Confluência* executado pela IGPlan Inteligência Geográfica (2005), o componente arqueológico coordenado também por Parellada resultou na identificação de oito sítios.¹⁰⁹ Dentre eles, o sítio José Bonetti 1, no qual os vestígios foram “[...] relacionados a um acampamento temporário de grupos filiados à tradição Umbu, enquanto que a ocupação posterior foi por populações ceramistas e agricultoras da tradição Tupiguarani” (IGPlan, 2005, p. 285). Dos oito sítios identificados no estudo prévio, sete foram relacionados a Tradição Itararé-Taquara e serão abordados oportunamente. Neste tópico, somente o componente Tupiguarani do sítio José Bonetti 1, será apresentado, justamente por esse estar relacionado ao período pós-contato entre indígenas e não indígenas.

Na área central do sítio a altitude média alcança 956 m. Suas dimensões foram estabelecidas em uma área de 200 x 150 m, onde o material cerâmico e lítico (lascado e polido)

¹⁰⁹ Sítios identificados e descritos em IGPlan (2005): José Bonetti 1 e 2. PCH Confluência 1 a 6.

da Tradição Tupiguarani, e lítico da Tradição Umbu, estavam dispersos pela superfície devido a perturbação do solo por atividades agrícolas.

É importante destacar que na análise de fotografias aéreas realizadas no estudo, foram “observadas estruturas circulares a ovaladas, com tonalidades mais escuras, que podem representar vestígios das paredes de habitações de aldeia Tupiguarani.” (IGPlan, 2005, p. 286). Esta evidência sugere que a ocupação do sítio não foi efêmera, mas um assentamento consolidado, uma aldeia.

Entre o material lítico lascado, foram identificados microlascas, lascas utilizadas como facas, raspadores, furadores, talhadores, plainas e outros listados em IGPlan (2005). O material polido do sítio é constituído de lâminas de machado, cunha, mão de mó e mó, e está relacionado ao material cerâmico da Tradição Tupiguarani, que conforme a descrição:

[...] foram classificados em oito tipos decorativos, relacionados segundo a frequência que ocorrem: simples (14,21%), escovados (1,02%), com engobo vermelho (46,19%), com engobo branco (5,08%), corrugados unguados (13,20%), corrugados espatulados (16,75%), incisos (2,03%) e modelados (1,52%). (IGPlan, 2005, p. 288).

Conforme a análise presente no estudo, foram identificados nos fragmentos evidências do método acordelado para a manufatura dos recipientes. Além das vasilhas, próximo ao sítio foi coletado um cachimbo cerâmico (figura 11).

FIGURA 11. A - CACHIMBO CERÂMICO RELACIONADO A TRADIÇÃO TUPIGUARANI ENCONTRADO NAS PROXIMIDADES DO SÍTIO JOSÉ BONETTI 1.



Fonte: Parellada, 2005 IGPlan, (2005, p. 289).

A análise cerâmica realizada em IGPlan (2005), revelou que a morfologia e decoração identificadas a partir dos fragmentos, apresentavam elementos característicos de cerâmica pós-contato com não indígenas, conforme explica a autora:

A influência europeia é evidente nessa amostra cerâmica, devido à presença de bases planas, decoração incisa e predominância do engobo vermelho, em ambas as faces. Assim, a ocupação desse local por grupos ceramistas relacionadas à Tradição Tupiguarani deve ter ocorrido durante ou após o século XVI. (IGPlan, 2005, p. 291).

A modificação morfológica, e mesmo preferências decorativas que indicam contato, já haviam sido objeto de análise da arqueóloga em outros trabalhos, exemplificado a partir “do material recuperado junto às ruínas da cidade colonial espanhola de Villa Rica de Espiritu Santo, e da redução jesuítica de San Pablo del Iniaí” (IGPlan, 2005, p. 270).

Ainda é ressaltado que, embora não localizadas, “as reduções jesuíticas de Santo Antonio, provavelmente no vale do Ivaí, e San Pedro e Concepción de los Gualachos, no vale do Piquiri” (IGPlan, 2005, p. 270), estão próximas a área do estudo, e pelo material cerâmico do sítio José Bonetti 1 indicar contato com espanhóis, sugere que esse possa “estar relacionado à zona de influência de algumas dessas reduções ou de alguma encomenda daquele período” (IGPlan, 2005, p. 270).

Embora a temporalidade seja relativamente dilatada, o sítio indica a presença Guarani em momento posterior ao século XVI, estabelecido, portanto, somente após a chegada dos não indígenas.

As informações decorrentes da análise realizada na fase do Estudo Prévio de Impacto Ambiental da IGPlan (2005), subsidiaram a etapa posterior do Licenciamento Ambiental, o “Projeto de Resgate Arqueológico e Programa de Educação Patrimonial na área de Influência da PCH Confluência, localizada nos municípios de Prudentópolis e Turvo, Estado do Paraná” (Processo IPHAN nº 01508.001527/2015-06), executado pela Habitus Assessoria e Consultoria, sob a coordenação do arqueólogo Paulo Éverson Fogolari.

Na nova etapa, foram mantidas as descrições e análises do sítio José Bonetti 1, realizadas por IGPlan (2005), por se encontrar fora da área de influência direta do empreendimento, o sítio não foi escavado, como se pode verificar em Habitus (2017a; 2017b).

Com o desenvolvimento do empreendimento, foi iniciada uma nova fase do licenciamento, o “Monitoramento Arqueológico e educação Patrimonial na Área de Implantação da PCH Confluência, municípios de Prudentópolis e Turvo-PR”, (Processo IPHAN nº 01508.900137/2017-74), dessa vez, executado pela Espaço Arqueologia, com a

coordenação de Valdir Luiz Schwengber. Durante o monitoramento, foram identificados mais sítios dez sítios,¹¹⁰ dentre eles, o PCH Confluência 8 e 10, abordados neste tópico.

Descrito como sítio cerâmico a céu aberto, o sítio PCH Confluência 8, foi encontrado entre uma área de topo e meia encosta, em uma altitude média de 860 m, cerca de quinhentos e cinquenta metros da margem direita do rio Marrecas, conforme informado no ofício nº 052/2021-E.A, de 22 de abril de 2021, (Espaço Arqueologia, 2021c).

Sua escavação foi realizada sequencialmente, como informado no ofício nº 063/2021-E.A., de 14 de maio de 2021, (Espaço Arqueologia, 2021e). Com uma única concentração de material cerâmico em superfície, foram evidenciados que estes apresentavam “diferentes espessuras e tratamento de superfície, demonstrando certa diversidade ao conjunto que compõem” (Espaço Arqueologia, 2021e, p. 13-14). As escavações foram realizadas inicialmente em sete unidades amostrais de 1 m², espaçadas a cada dez metros, com níveis estratigráficos artificiais de controle a cada dez centímetros, sendo que quatro unidades, as “100E/90N, 100E/110N, 100E/100N e 90E/100N apresentaram materiais arqueológicos no primeiro nível.” (Espaço Arqueologia, 2021e, p. 15).

No segundo nível, “apenas a unidade amostral 100E/100N proveu algum material arqueológico (2 fragmentos cerâmicos).” (Espaço Arqueologia, 2021e, p. 17). No terceiro nível não houve identificação de qualquer material arqueológico. Sondagens e outras unidades exploratórias foram abertas, mas nessas não foram registrados material arqueológico. Finalizado as atividades de resgate do sítio, entre coleta de superfície e em escavações “foram coletados 123 (cento e vinte e três) materiais arqueológicos, sendo 31 (trinta e um) provenientes das unidades amostrais e os demais provenientes da coleta de superfície.” (Espaço Arqueologia, 2021e, p. 26).

Na análise do material cerâmico resgatado no sítio PCH Confluência 8, foi indicado que o material apresentava “uma aproximação com as cerâmicas guarani.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 267). Porém, devido a presença de fragmentos com tratamento inciso na superfície, os arqueólogos que realizaram a análise classificaram este elemento como incomum em contextos Guarani, mas semelhantes a outros contextos Itararé-Taquara.

Foi concluído que o material cerâmico do sítio foi produzido dentro do “padrão tecnológico recorrente em sítios associados ao contexto Guarani” (Espaço Arqueologia, 2022c,

¹¹⁰ Sítios PCH Confluência 7 a 16.

p. 277), mas com a presença de “dois fragmentos de parede que tem na sua tecnologia informações que podem conduzir a uma interpretação que os liga ao contexto Jê do Sul” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 277). Os fragmentos associados a contextos Jê podem ser observados na figura 12.

FIGURA 12. FRAGMENTOS COM TECNOLOGIA ASSOCIADA A CONTEXTO JÊ DO SUL NO SÍTIO PCH CONFLUÊNCIA 8.



Fonte: Espaço Arqueologia, (2022c, p. 277).

A falta de potencial informativo dos fragmentos, encontrados fora do contexto estratigráfico não permitiu aos pesquisadores argumentarem sobre relações entre grupos com distintas tecnologias cerâmicas, porém, tal sugestão não é descartada, pois conforme explicam os pesquisadores, há uma ligeira divergência entre o padrão desse sítio e outros de ocupação Guarani no Sul do Brasil:

Neste sítio em estudo, o que se observa, tendo por base o padrão das vasilhas guaranis, é um conjunto com panelas pequenas e copos. Tal resultado coloca o sítio como sendo sensivelmente diferente daquilo que se tem na bibliografia para os assentamentos guaranis, sobretudo onde há os vasilhames pintados e as panelas médias e grandes. (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 278).

Com esse panorama, mesmo que assumida como audaciosa, os pesquisadores propuseram “a hipótese de haver um **movimento guarani, em período histórico**, para um território Jê, possivelmente motivado pela pressão demográfica que os grupos guaranis sofreram em seus territórios tradicionais motivados pela pressão colonial.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 278. Grifo nosso).

A hipótese é levantada conectada as informações do sítio Turvo 2, e da identificação de outro sítio (PCH Confluência 10), no mesmo mês em que se realizou o resgate do sítio PCH Confluência 8. Por meio do Ofício nº 075/2021-E.A., de 21 de maio de 2021, a Espaço Arqueologia informou ao IPHAN, a identificação do sítio PCH Confluência 10, este com material lito-cerâmico, também estava situado entre o topo e a meia encosta, em uma altitude média de 645 m, cuja delimitação “apresenta área de 1431 m² (58 x 26 metros em seus eixos principais).” (Espaço Arqueologia, 2021f, p. 2).

A escavação do sítio, conforme informado no Ofício nº 085/2021-E.A., de 22 de junho de 2021, foi orientada a partir da área central, com maior concentração de material arqueológico encontrado em superfície, onde houve a instalação de “7 (sete) unidades amostrais que, conforme previsto na metodologia, foram espaçadas de 10 em 10 metros e escavadas em níveis artificiais de 10 centímetros.” (Espaço Arqueologia, 2021i, p. 3).

Somente em duas unidades amostrais “proveram materiais arqueológicos, são elas 80E/100N e 100E/90N.” (Espaço Arqueologia, 2021i, p.4). No segundo nível, somente a 100E/110N apresentou material arqueológico, e sendo o terceiro nível estéril de material arqueológico em todas as sete unidades amostrais. Para ampliar a amostragem, outra quadrícula foi aberta, a 76E/100N, na qual também só se constatou material arqueológico no primeiro nível. Sondagens e poços testes também resultaram na não identificação de material arqueológico.

Finalizadas as escavações, foram coletados “284 (duzentos e oitenta e quatro) materiais arqueológicos” (Espaço Arqueologia, 2021i, p. 12), em superfície que somados ao material proveniente de escavação somaram “323 materiais arqueológicos, sendo que, deste total, 50 são líticos e 273 são fragmentos de cerâmica.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 325).

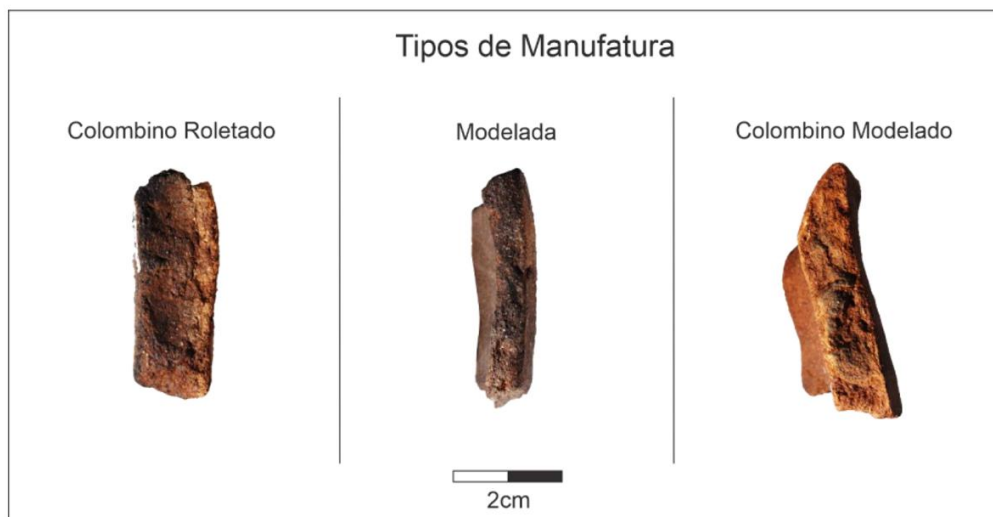
A partir da análise da composição das pastas que compõem os fragmentos cerâmicos do sítio PCH Confluência 10, os pesquisadores indicaram a existência de dois conjuntos distintos:

[...] a densidade e o tamanho variam, havendo uma sensível distinção para um grupo composto por grãos médios e média densidade e outro com grãos finos de alta densidade. O predomínio é para fragmentos de grãos finos e média densidade, vistos majoritariamente nas paredes mais finas, indicando haver intencionalidades distintas, formando, claramente, dois conjuntos. (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 341).

Além disso, foram verificadas a existência de três tipos de técnicas de manufaturas dos recipientes, sendo estas: “colombino, cuja produção é a sobreposição de roletes. Há fragmentos em que se observa a manufatura por modelagem e, com cerca de metade dos fragmentos, há a

produção com colombinos modelados” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 342). A diversidade de técnicas, é ilustrada na figura 13.¹¹¹

FIGURA 13. TIPOS DE MANUFATURA IDENTIFICADAS NOS FRAGMENTOS CERÂMICOS DO SÍTIO PCH CONFLUÊNCIA 10.



Fonte: Espaço Arqueologia, (2022c, p. 342).

As interpretações quanto as técnicas de manufatura, composição das pastas, tratamento de superfície, evidenciaram dois conjuntos de cerâmicas de distintas tradições arqueológicas, associados a povos diferentes, Guaraní e “Jê”, como concluem os pesquisadores:

Como visto ao longo das análises, aspectos gerais da tecnologia cerâmica no sítio CF10 apontam para duas matrizes tecnológicas, uma associada a Tradição Itararé/Taquara e outra a Tradição Tupiguarani. As duas matrizes são distintas, sob os aspectos tecnológicos do processo produtivo e morfologias dos vasilhames. (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 354).

A relação entre os contextos das tradições distintas no mesmo sítio é sobretudo espacial, uma vez que, conforme a análise, no campo não se verificou “estratigrafias definidas ao ponto de inferir sobreposições de níveis de ocupação que permitam compreender sincronia ou diacronia” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 358).

Como explicado, através do registro da coleta de superfície e da escavação, não foi possível distinguir sobreposições de ocupação, nem tão pouco o sítio foi alvo de datações. Mesmo assim, os pesquisadores argumentam sobre: “um espaço de coexistência de duas

¹¹¹ No relatório da Espaço Arqueologia (2022c), há detalhada discussão e ressalvas sobre o “colombino modelado”, e sobre os tratamentos de superfície das cerâmicas, no entanto, por essa tese não se tratar de análise cerâmica, nem o autor capacitado para tal, tais aspectos não serão esmiuçados.

matrizes culturais distintas que, em algum momento, convivem em um mesmo espaço e se integram, fundindo suas matrizes tecnológicas.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 358-359).

Com base na análise bibliográfica, os pesquisadores salientam que a região “não é um espaço preferencial para fixação de grupos Guarani” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 359), sendo reconhecido como território Jê, portanto, provavelmente elemento de ocupação mais antiga. Mesmo atentando para a falta de “validação documental”, mas considerando outras evidências de sítios em que a presença das duas tradições foi verificada, os arqueólogos sugerem um balizador cronológico ao lançarem a seguinte hipótese:

Especulando uma cronologia para o contato entre ambas as matrizes, é proposto o período colonial brasileiro. Levanta-se a hipótese de haver a aliança entre os Jê e Guarani frente aos processos fundiários que se estabeleceram no sul do Brasil nos séculos XVII e XIX, fazendo com que a pressão sobre os territórios Guarani tenha forçado a entrada destes em território Jê, no formato de alianças contra o colonizador. (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 359).

Tal hipótese será refutada no próximo capítulo desta tese, quando se apresentará uma abordagem etno-histórica para ocupação dos *Koran-bang-rê*. Por ora, cabe destacar, que novamente, a ocupação Guarani, mesmo que relacionada a ocupação Jê, que historicamente pode ser associada a diversos grupos Kaingang que habitavam este espaço, está associada ao período marcado pela consolidação da presença dos não indígenas na região.

Cabe destacar que dos dez sítios identificados durante o monitoramento arqueológico da PCH Confluência pela Espaço Arqueologia, somente nos PCH Confluência 8 e 10 foram relacionados aos Guarani, mesmo assim, no PCH Confluência 10 “há uma equivalência entre as duas tecnologias, enquanto nos demais sítios, a tecnologia é puramente Jê” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 742). Diante de tal contexto, o espaço é compreendido como um território Jê.

Destarte, além das hipóteses postuladas nos relatórios, sobre a convivência entre os Jê e Guarani (evidenciada nos sítios Turvo 2 e PCH Confluência 10), na qual foi proposto que os grupos etnicamente distintos formaram alianças frente a pressão territorial decorrente do avanço da colonização. Com base na permanência dos padrões tecno-morfológicos da cerâmica Itararé-Taquara, os arqueólogos sugeriam que mesmo sob pressão, em parte, o modo de vida dos grupos “Jê” foi mantido. No entanto, julgaram que o mesmo não aconteceu com a população Guarani, o que refletiu na transformação de sua cerâmica, pois:

[...] as cerâmicas analisadas não apresentam formas de vasilhas grandes, nem mesmo com pinturas, que seriam as talhas e copos, comumente associados aos

rituais. Isso indica que o grupo Guarani em convívio com os Jê na região do rio Marrecas estava em processo de desestruturação social. (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 744).

Em uma discussão geral, sobre o conjunto dos sítios realizada em Espaço Arqueologia (2022c), os sítios Jê do Sul, (qual aqui compreende-se, também, o elemento Itararé-Taquara do sítio PCH Confluência 10), foram remetidos “a um modelo sólido, cujo sistema de assentamento se repete em outras regiões” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 744).

O último sítio de ocupação indígena atribuído ao período histórico é o PR BV 3: Rio Barra Mansa-2, identificado no então município de Laranjeiras do Sul, mas que atualmente, encontra-se dentro dos limites do município de Rio Bonito do Iguaçu,¹¹² registrado por Igor Chmyz durante a execução do Projeto Arqueológico Santiago, desenvolvido entre os anos de 1979 e 1980, descrito em Chmyz (1981).

Sítio localizado a 2.100 m da margem direita do rio Iguaçu e a 40 m da do rio Barra Mansa (fig.1). Ocupava o flanco de suave elevação, 40 m acima das águas do primeiro rio e 5 m das do segundo (470 m s.n.m.).

O terreno era constituído por terra granulosa, friável e de coloração marrom-avermelhado; continha restos de plantação de arroz e capoeira. Somente às margens do rio Barra Mansa existia estreita faixa de mata nativa.

As evidências arqueológicas, esparsas e superficiais, ocorriam em uma área de 80m por 30m de diâmetros (1.884m²). Seu eixo maior orientava-se em sentido perpendicular ao curso do rio Barra Mansa.

Na área do sítio foi encontrada uma ponta de metal. (Chmyz, 1981, p. 64).

O sítio não foi elegível como alvo de escavação sistemática, apenas coleta superficial e corte estratigráfico foram realizados. A citação acima, compreende toda a descrição do sítio contida no relatório. Com objetivo de realizar “salvamento arqueológico” (Chmyz, 1981, p. 13), a pesquisa priorizou a identificação, registro e classificação do material, sendo a cerâmica do sítio reconhecida pelo autor como pertencente a fase Xagu, na qual a decoração por incisões, segundo o autor, é elemento diagnóstico da fase, englobada pela Tradição Itararé-Taquara.

Sobre a ponta de metal oxidada encontrada no sítio, descreve o autor “A extremidade proximal foi estreitada, como pedúnculo. A oposta está apontada, como uma ponta-de-projétil” (Chmyz, 1981, p. 75). Com base nestas características, o autor conclui que esta foi “adaptada como ponta-de-projétil, talvez indique um contato da fase com os expedicionários e colonizadores do século XVIII. Porém, tal correlação é ainda questionável, pois a peça foi encontrada em sítio perturbado” (Chmyz, 1981, p. 92). Mesmo considerando a cautela do

¹¹² Emancipado de Laranjeiras do Sul na década de 1990, posterior a pesquisa realizada por Chmyz (1981).

arqueólogo, optou-se por relacionar o sítio ao período histórico, já que o artefato nele encontrado, é evidência robusta do contato.

Conforme apresentado, dos onze sítios de ocupação indígena atribuídos ao período histórico, oito foram exclusivamente relacionados a ceramistas da Tradição Tupiguarani, são eles: PCH Confluência 8, José Bonetti 1, Eixo Barragem UHE Fundão 7, Fazenda Visconde 5, 6 e 8, Fazenda Tupi 1 e Procópio Caldas 2.

Com exceção dos sítios identificados em pesquisas coordenadas pela arqueóloga Claudia Inês Parellada, IGPlan (2005) e Parellada (2007), nota-se, que há dificuldade dos arqueólogos em reconhecer transformações na cultura material dos sítios, que permitam associá-los a momentos posteriores ao processo de conquista dos *Koran-bang-rê*.

O único sítio registrado exclusivamente como Tupiguarani associado ao período que não foi identificado em IGPlan (2005) ou Parellada (2007), foi em o sítio PCH Confluência 8, porém este apresentou dois fragmentos de cerâmica associados pela Espaço Arqueologia (2022c), a contextos de sítios Jê do Sul. Além disso, o conjunto cerâmico associado a Tradição Tupiguarani, foi considerado diferente do padrão de outros sítios da Tradição no Sul do Brasil, levando os pesquisadores da consultoria a proporem que o sítio registra “um movimento guarani, em período histórico” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 278).

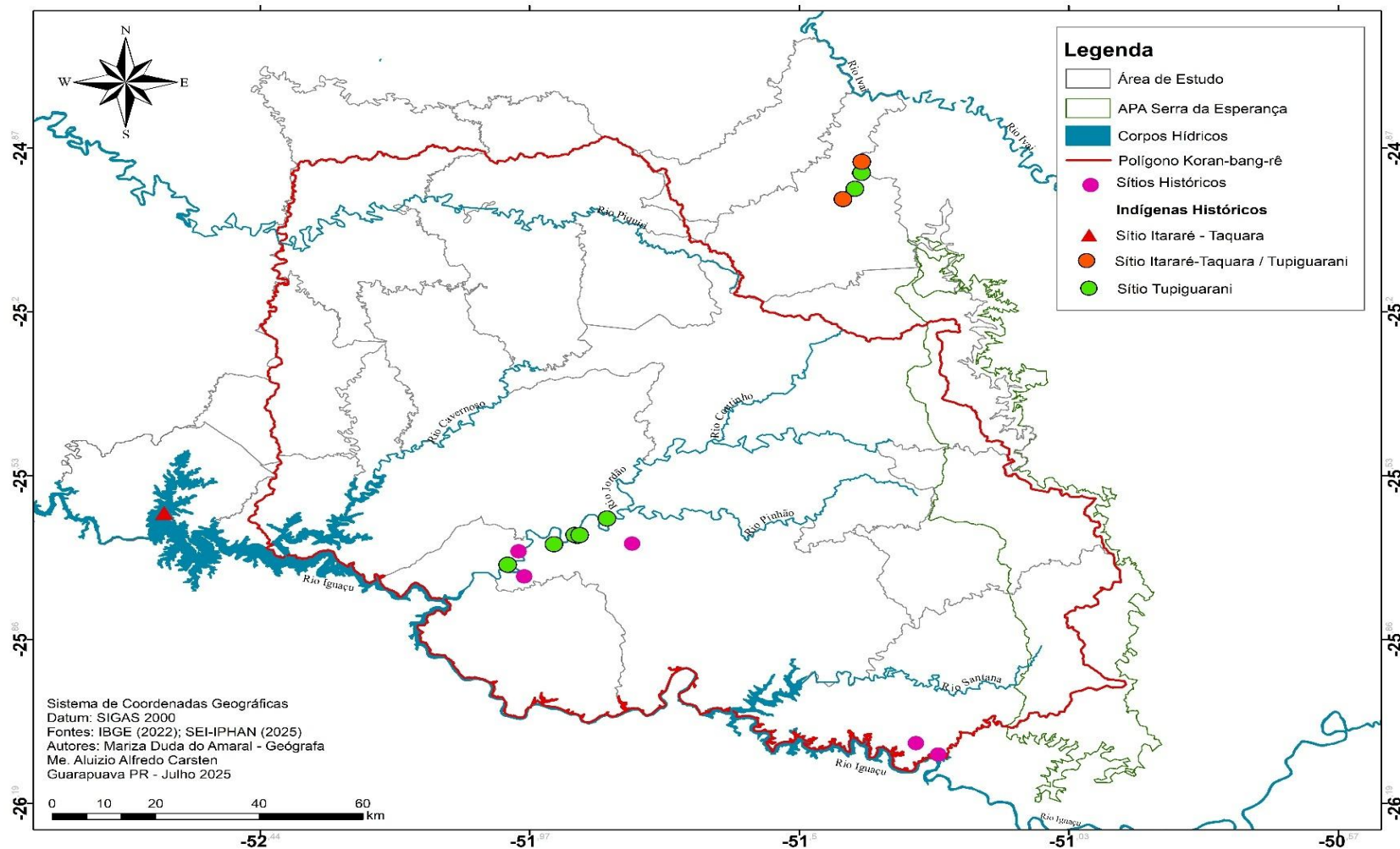
Já os sítios PCH Confluência 10 e Turvo 2, evidenciaram a coexistência de ceramistas das tradições Tupiguarani e Itararé-Taquara, indicando o convívio de populações portadoras de tecnologias ceramistas distintas, sendo que o sítio Turvo 2, foi datado em 60 anos AP (D-AMS 038281), estabelecendo a ocupação deste “por volta do ano de 1890 AD” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 182).

No entanto, ressalta-se, que nos sítios PCH Confluência 8 e 10, não houve distinção estratigráfica entre os vestígios das diferentes tradições ceramistas identificadas, sendo estabelecida a coexistência desses elementos, a partir do contexto espacial. Claramente, as interpretações destes sítios foram influenciadas pelo contexto e datação do sítio Turvo 2, onde foi constatado material das Tradições Tupiguarani e Itararé-Taquara no mesmo contexto espacial e estratigráfico. Porém, como já apontado, antes do resultado da datação, o sítio Turvo 2, havia sido classificado como “pré-colonial” (Espaço Arqueologia, 2019, p. 178).

Por fim, deve-se destacar que o sítio PR BV 3: Barra Mansa 2, constitui o único sítio exclusivamente Itararé-Taquara relacionado ao período histórico, sendo a ponta de projétil em metal, a única evidência que aponta para o contato com os não indígenas.

Plotados os sítios de ocupação indígena atribuídos ao período histórico, e os sítios de ocupação não indígena, nota-se que, com exceção do sítio PR BV 3: Barra Mansa 2, relacionado a Tradição Itararé-Taquara, todos estão próximos a ocupação indígenas e não indígenas do período histórico, como pode ser visualizado no mapa 05.

MAPA 5 - SÍTIOS DE OCUPAÇÃO NÃO-INDÍGENA E SÍTIOS DE OCUPAÇÃO INDÍGENA ASSOCIADOS AO PERÍODO HISTÓRICO



No próximo capítulo essa espacialização será pormenorizada, por hora, cabe apontar que os sítios de ocupação indígena atribuídos ao período histórico estão próximos de áreas com ocupação indígenas e não indígenas. Na região do rio Marrecas, onde foram encontrados os sítios: PCH Confluência 8 e 10, Turvo 2, e José Bonetti, 1, no século XIX foi demarcada a atual TI Marrecas, sendo apontado pela documentação do século XIX, como local de ocupação indígena.

Na região do rio Jordão, os sítios Eixo Barragem UHE Fundão 7, Fazenda Visconde 5, 6, 8, Fazenda Tupi 1 e Procópio Caldas 2, todos com elementos de ocupação Tupiguarani, estão localizados entre sítios de ocupação não indígena, do século XIX.

O sítio PR BV 3: Rio Barra Mansa 2, próximo a foz do rio Xagu, embora não esteja próximo a nenhum sítio histórico de ocupação não indígena registrado, está na área em que no século XIX, a documentação indica ocupação de diversos grupos Kaingang.

Considerando o contexto histórico exposto no capítulo anterior, avalia-se que, o número de sítios associados ao período histórico, esteja muito longe de caracterizar a efetiva ocupação indígena evidenciada na documentação dos séculos XVIII e XIX. A predominância dos sítios da Tradição Tupiguarani no período, não corresponde a massiva presença de diferentes grupos Kaingang registrados pela documentação e amplamente abordados pela historiografia e etnografia.

Se por um lado os sítios da Tradição Tupiguarani apresentam cerâmicas com transformações decorrentes do contato, com não indígenas e/ou com os Kaingang, que apontam para o período histórico, a indistinção de transformações no material arqueológico da Tradição Itararé-Taquara indica a permanência de um padrão sólido de ocupação e do modo de vida dos grupos Jê do Sul / Kaingang, porém, a manutenção desse padrão, salvo em sítios com datação ou com evidência de material de contato associado, os mantem arqueologicamente “restritos” ao período pré-colonial, ou seja, é possível que parte dos sítios classificados como pré-coloniais, se tratem de sítios de ocupação Kaingang no período histórico.

No próximo capítulo, propõem-se uma análise espacial dos sítios sobre o prisma da etno-história, com isso pretende-se indicar algumas áreas relacionadas a presença histórica dos Kaingang e os sítios arqueológicos de diferentes temporalidades. Por ora, no próximo tópico, serão apresentados os sítios arqueológicos de ocupação indígena atribuídos ao período pré-colonial.

3.3. SÍTIOS DE OCUPAÇÃO INDÍGENA ATRIBUÍDOS AO PERÍODO PRÉ-COLONIAL

Nos relatórios das pesquisas arqueológicas, o período pré-colonial abrange uma larga escala temporal, encerrada pela chegada dos europeus no século XVI e recuada até a mais remota evidência da presença de grupos de caçadores-coletores relacionados a ocupação das Américas. No espaço abordado, o sítio Entre Morros alcançou datação de 9.500 ± 675 anos AP, (Dat 5747), como apresentou Zanettini Arqueologia (2023).¹¹³

No entanto, nesta tese, os sítios relacionados a grupos caçadores-coletores não serão alvos de análise, sendo discutidos apenas os sítios associados a grupos agricultores e ceramistas das tradições Tupiguarani e Itararé-Taquara, que historicamente, na região estão respectivamente relacionadas a grupos Guarani e Kaingang.

Diferente dos sítios atribuídos ao período histórico, apresentados no tópico anterior, as ocupações indígenas de populações agricultoras e ceramistas englobadas nas tradições Tupiguarani e Itararé-Taquara correlacionadas ao período pré-colonial, ou sem enquadramento temporal, apresentam-se de maneira invertida, sendo majoritariamente predominante os sítios relacionados a Tradição Itararé-Taquara, com cento e cinquenta e sete sítios, enquanto quatro, foram reconhecidos como pertencentes a Tradição Tupiguarani,¹¹⁴ como pode ser observado na tabela 07.

¹¹³ Foram realizadas duas datações, a primeira proveniente da Unidade de Escavação 1, recolhida entre 60 e 70 cm de profundidade, foi apresentada em Zanettini Arqueologia (2022), resultou em uma data de 20.680 ± 1815 anos AP. (Dat 5409). No entanto, devido ao recuo ter sido considerado distante do quadro cronológico da ocupação da região, e terem sido recolhidas outras amostras passíveis de análises, o IPHAN solicitou novas datações a consultoria, a fim de conferir os resultados. Foi realizada a segunda datação, operada pelo mesmo laboratório e método, no entanto, desta vez, coletada aos 60 cm de profundidade da Unidade de Escavação 3, a amostra (Dat 5447) alcançou 9.500 ± 675 anos AP, sendo associada por Zanettini Arqueologia (2023), a ocupação de caçadores-coletores da Tradição Umbu.

¹¹⁴ São eles: Francisco, Morrote, Paredinha 1 e Mário Cocuginski 1, este último, apresenta pouca cerâmica associada ao material Itararé-Taquara.

TABELA 7 - SÍTIOS DE OCUPAÇÃO INDÍGENA “PRÉ-COLONIAL”¹¹⁵

Nº	Sítio	Classificação	Tradição / Filiação cultural	Período atribuído
1	Rio do Corvo 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
2	Beira Corvo 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
3	Candói Ferreira 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
4	Caracu Santa Clara 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
5	Dirceu Lacerda 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
6	Dirceu Lacerda 3	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
7	Fazenda Novo Rodeio 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
8	Fazenda Novo rodeio 2	Lítico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
9	Papel Santa Clara 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
10	Papel Santa Clara 2	Lítico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
11	Pontal José Ossowski	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
12	Plantação José Ossowski Sobrinho	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
13	Celeiro Márcio Cocugimski	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
14	UHE Salto Santiago 6	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
15	Caracu Casa de Força	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
16	PR UV 6: Linha Iguaçu	Lítico / Aterros e casas subterrâneas	Itararé-Taquara	Pré-colonial
17	Água do Prata (PR-UV-21)	Lítico / Casas subterrâneas	Itararé-Taquara	-
18	Rio Palmital 1(PR-UV-18)	Lítico	Itararé-Taquara	-
19	Rio Palmital 2 (PR-UV-19)	Lítico / Casas subterrâneas	Itararé-Taquara	Pré-colonial
20	PR UV 7: Wur	Lítico / Aterros e montículos	Itararé-Taquara	Pré-colonial
21	Boiko	Casa Subterrânea	Itararé-Taquara	-
22	Potinga 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
23	Boa Vista 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
24	Boa Vista 2	Lítico / Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
25	Boa Vista 3	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
26	Boa Vista 4	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
27	Boa Vista 5	Lito cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
28	Boa Vista 6	Lítico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
29	Boa Vista 7	Lítico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
30	Canteiro UHE Fundão 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
31	Canteiro UHE Fundão 2	Lítico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
32	Canteiro UHE Fundão 3	Lítico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
33	Casa de Força Fundão 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
34	Casa de Força Fundão 3	Lítico	Itararé-Taquara	Pré-colonial

¹¹⁵ Em alguns sítios foram identificadas outras ocupações, relacionadas a mais de uma Tradição arqueológica, porém, em nenhuma ficou claro a coexistência dessas tradições, pois apresentam-se em extratos diferentes. Desta forma, nessa tabela manteve-se apenas a tradições arqueológicas de agricultores ceramistas relacionadas ao período pré-colonial, ou sem enquadramento temporal. As tradições ceramistas atribuídas ao período histórico, tratadas no item anterior foram ocultadas, assim como os sítios de caçadores-coletores, que não são alvos desta tese. Os sítios com mais de uma Tradição Arqueológica podem ser conferidos na tabela 2.

35	Casa de Força Fundão 4	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
36	Casa de Força Fundão 8	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
37	Do Mate	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
38	PR BV 15: Corredeira Grande 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
39	Eixo Barragem UHE Fundão 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
40	Eixo Barragem UHE Fundão 2	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
41	Eixo Barragem UHE Fundão 3	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
42	Eixo Barragem UHE Fundão 4	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
43	Eixo Barragem UHE Fundão 5	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
44	Eixo Barragem UHE Fundão 6	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
45	Eixo Barragem UHE Fundão 7	Lítico / Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	922 ± 33 anos AP, (LACUFF 150056)
46	Ninhal Garças 1	Lítico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
47	PR BV 14: Ponte Nova 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
48	PR BV 17: Porto Fanol	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
49	Túnel UHE Fundão 2	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
50	Vaca Branca 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
51	Vaca Branca 2	Lítico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
52	Arroio do Tanque	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	710 ± 30 anos BP. (Amostra nº 391/ Beta – 521162).
53	PR BV 28: Santa Rosa.	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
54	PR AS 3: Barragem Santiago 2	Lito-cerâmico / casas subterrâneas	Itararé-Taquara	-
55	PR BV 2: Rio Barra Mansa 1	Lito-cerâmico / Casas subterrâneas	Itararé-Taquara	Pré-colonial
56	PR BV 4: Rio Barra Mansa 3	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
57	PR BV 5: Lajeado da Erva 1	Cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
58	PR BV 6: Lajeado da Erva 2	Cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
59	PR BV 7: Porto Santana 1	Cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
60	PR BV 8: Porto Santana 2	Cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
61	PR BV 11: Rio Iguaçu 1	Cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
62	PR BV 13: Rio Cavernoso 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
63	PR BV 20: Santa Cruz	Cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
64	PR BV 23: Rio Cavernoso 2	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
65	PR BV 24: Rio Cavernoso 3	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
66	PR BV 25: Ilha Grande	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
67	PR BV 27: Rio Iguaçu 4	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
68	PR AS 4: Vau 1	Cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
69	PR BV 12: Rio Iguaçu 2	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
70	PR BV 21: Córrego Barra Grande 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
71	PR AS 2: Barragem Santiago 1	Cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
72	PR BV 9: Rio Crim 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
73	PR BV 18: Rio Crim 3	Cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
74	PR BV 19: Rio Feio	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
75	PR BV 22: Córrego Barra Grande 2	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
76	Fazenda Visconde 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial

77	Fazenda Visconde 2	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
78	Fazenda Visconde 3	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
79	Fazenda Visconde 4	Lítico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
80	Almoxarifado UHE Fundão 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
81	Almoxarifado UHE Fundão 2	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
82	Batatal Tupi 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
83	Batatal Tupi 2	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
84	Canteiro UHE Santa Clara 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
85	Canteiro UHE Santa Clara 2	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
86	Casa de Força UHE Santa Clara	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
87	Corredeira Paulo Nunes 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
88	Edgard Rickli 1	Lítico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
89	Edgard Rickli 2	Lítico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
90	Eixo UHE Santa Clara 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
91	Eixo UHE Santa Clara 2	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
92	Eixo UHE Santa Clara 3	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
93	Ensecadeira UHE Santa Clara 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
94	Ensecadeira UHE Santa Clara 2	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
95	Fazenda Postinho 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
96	Fazenda Postinho 2	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
97	Fazenda Postinho 3	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
98	Fazenda Postinho 4	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
99	Fazenda Postinho 5	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
100	Fazenda Tupi 2	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
101	Fazenda Tupi 3	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
102	Fazenda Visconde 10	Lítico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
103	Fazenda Visconde 7	Lítico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
104	Fazenda Visconde 8	Lítico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
105	Fazenda Visconde 9	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
106	Final Reservatório UHE Santa Clara 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
107	João Maria Serpa 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
108	João Maria Serpa 2	Lítico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
109	Oscar Rickli 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
110	Procópio Caldas 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
111	Procópio Caldas 3	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
112	Procópio Caldas 4	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
113	Procópio Caldas 5	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
114	Wilson Rickli 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
115	Wilson Rickli 2	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
116	Arroio da Divisa	Cerâmico	Itararé-Taquara	-
117	Arroio Feio 2	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
118	Arroio Feio 3	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
119	Arroio Feio 4	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
120	Arroio Feio 5	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
121	Barra do rio Estreito	Cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
122	Coral	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
123	Córrego Passo do Aterrado	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial

124	Das Palmeiras	Cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
125	Do Pendente	Cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
126	Santo Antônio 1	Cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
127	Santo Antônio 2	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
128	Sítio do Depósito	Cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
129	Campo Bonito 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
130	Campo Bonito 2	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
131	Campo Bonito 4	Lítico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
132	PCH Confluência 11	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
133	PCH Confluência 12	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
134	PCH Confluência 13	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
135	PCH Confluência 7	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
136	PCH Confluência 9	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
137	PCH Confluência 14	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
138	PCH Confluência 15	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
139	PCH Confluência 16	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
140	PCH Confluência 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
141	PCH Confluência 2	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
142	PCH Confluência 3	Lítico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
143	PCH Confluência 4	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
144	PCH Confluência 5	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
145	Faxinal Saudades Santa Anita 1	Aterro anelar e montículo	Itararé-Taquara	-
146	Faxinal da Boa Vista 1	Aterro anelar com montículo	Itararé-Taquara	Pré-colonial
147	Turvo 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	885 anos AP. (Amostra D-AMS 038280)
148	Turvo 3	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	-
149	Sítio José Bonetti 2	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
150	PCH Confluência 6	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	Pré-colonial
151	Entre Morros	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	880±155 AP. (Amostra 5748)
152	Paredinha 2	Casas subterrâneas	Itararé-Taquara	-
153	Francisco	Lito-cerâmico	Tupiguarani	Pré-colonial
154	Morrote	Lito-cerâmico	Tupiguarani	Pré-colonial
155	Paredinha 1	Lito-cerâmico	Tupiguarani	Pré-colonial
156	Paulo Svarcz	Lítico / Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	-
157	Portão Acesso PCH Cavernoso	Lítico / Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	-
158	Lagoa Bonita 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	-
159	Ludovico Cocuginski	Cerâmico	Itararé-Taquara	-
160	Mário Cocuginski 1	Lito-cerâmico	Itararé-Taquara / Tupiguarani	Pré-colonial
161	Canal de Desvio PCH Cavernoso	Lítico / Lito-cerâmico	Itararé-Taquara	-

Fonte: Elaboração própria.

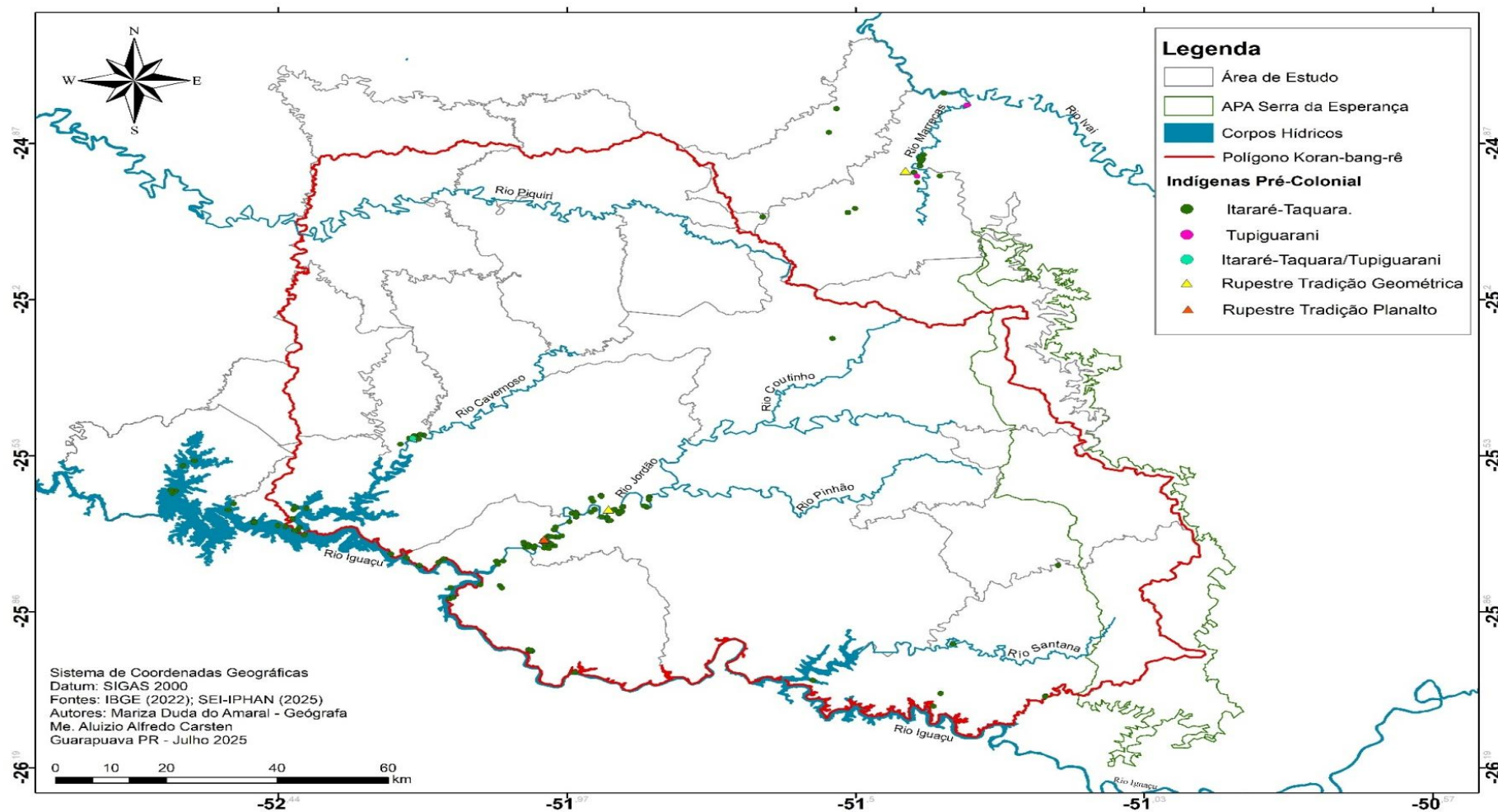
Dos cento e sessenta e um sítios de agricultores ceramistas, apenas quatro dispõem de datações, todos para Tradição Itararé-Taquara: Eixo Barragem UHE Fundão 7, datado em 922 ± 33 anos AP, (LACUFF 150056), apresentada por Parellada (2016); o sítio Entre Morros, datado em 880 ± 155 AP. (Amostra 5748), em Zanettini Arqueologia (2023); Turvo 1, datado em 885 anos AP (Amostra D-AMS 038280) pela Espaço Arqueologia (2021j); e o sítio Arroio do Tanque, datado em 710 ± 30 BP (amostra nº 391 / Beta – 521162), apresentado em Arqueológica (2019b). Outros cento e quarenta e quatro foram atribuídos ao período pré-colonial, enquanto treze não foram correlacionados a qualquer temporalidade.

Como apresentado no tópico anterior, os sítios Eixo Barragem UHE Fundão 7 e Fazenda Visconde 8, em sua camada mais recente, apresentaram ocupação de ceramistas da Tradição Tupiguarani, que foram associados ao período histórico, sendo que agora, serão apresentados os elementos destes sítios associados a ocupação relacionada a Tradição Itararé-Taquara.

Seis sítios Itararé-Taquara, estão sobrepostos sobre ocupação relacionada a grupos de caçadores-coletores da Tradição Umbu, sendo estes: Boa Vista 2, Eixo Barragem UHE Fundão 7, Entre Morros, Paulo Svarcz, Portão Acesso PCH Cavernoso e Canal Desvio PCH Cavernoso.

O expressivo número de sítios de ocupação indígena atribuídos ao período pré-colonial torna inviável a apresentação detalhada de todos, desta forma, optou-se por setorizar os sítios, conforme concentrações regionais, deste modo, foram definidos quatro setores: 1- Norte/nordeste do polígono, região do rio Marrecas e proximidades; 2) centro-sul do polígono, região do rio Jordão; 3) sudeste do polígono, município de Cruz Machado; e 4) sudeste do polígono, região do baixo rio Cavernoso. A distribuição dos sítios de ocupação indígena atribuídos ao período pré-colonial pode ser visualizada no mapa 6.

MAPA 6 - SÍTIOS DE OCUPAÇÃO INDÍGENA ATRIBUÍDOS AO PERÍODO PRÉ-COLONIAL



Fonte: Elaboração própria, julho de 2025.

O setor 1, localizado a norte e nordeste do polígono dos *Koran-bang-rê*, foi priorizado, devido a diversidade de sítios que compõem a região, optou-se por descrever a maioria deles, deste modo, serão apresentados as pesquisas arqueológicas realizadas em vinte sete sítios da região, com destaque para: PCH Confluência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16; Turvo 1 e 3; Faxinal Saudades de Santa Anita 1; Faxinal da Boa Vista 1; José Bonetti 2; Entre Morros; Paredinha 1 e 2; Francisco; Morrote; e Arroio do Tanque. Os sítios Rio do Corvo 1 e Beira corvo 1, terão seus dados apenas tabulados.

No setor 2, na região centro-sul do polígono estabelecido, local com noventa e cinco sítios de ocupação indígena atribuídos ao período pré-colonial, optou-se por sintetizá-los em duas tabelas, destacando textualmente a apresentação de oito sítios: Boa vista 2, Oscar Rickli 1, Túnel UHE Fundão 2, Eixo Barragem UHE Fundão 1, Eixo Barragem UHE Fundão 6, Eixo Barragem UHE Fundão 7, Fazenda Postinho 5 e Papel Santa Clara 2.

Já o setor 3, na região sudeste da área delimitada, serão apresentados outros sete sítios, todos dentro dos limites do município de Cruz Machado: PR UV 6: Linha Iguaçu, Água do Prata (PR UV 21), PR UV 18: Rio Palmital 1, PR UV 19: Rio Palmital 2, PR UV 7: Wur, Boiko e Potinga 1.

O setor 4, a sudoeste da área proposta para esta pesquisa, corresponde a região do baixo rio Cavernoso e adjacências. Nesta porção, serão apresentados em tabela trinta e dois sítios, dos quais foram escolhidos seis sítios para compor a amostragem descritiva: Mário Cocuginski 1; Lagoa Bonita I; PR BV 7: Porto Santana 1; Rio Cavernoso 1 e 2 e PR AS 3: Barragem Santiago 2.

Devido as diversas características das pesquisas arqueológicas no âmbito do Licenciamento Ambiental, as apresentações dos sítios ocorrerão de maneira assimétrica, pois as informações geradas, ou disponibilizadas, variam do simples registro, até escavações que resultam em datações, análises e publicações acadêmicas. No entanto, ressalta-se que as apresentações dos sítios buscaram deter-se as informações contidas nos relatórios técnicos, devendo a discussão bibliográfica ser realizada no próximo capítulo.

Devido ao expressivo número de sítios, alguns em contextos muito próximos e semelhantes, optou-se pela descrição densa dos mais representativos em termos de potencial informativo do conjunto. Por opção metodológica, para iniciar as apresentações, foram eleitos sítios próximos as áreas onde estão dispostos os sítios de ocupação indígena atribuídos ao

período histórico, pois, é evidente que a atribuição de sítios pré-coloniais é superestimada, principalmente em relação aos sítios da Tradição Itararé-Taquara.

3.3.1. SÍTIOS DO SETOR 1 – NORTE / NORDESTE DOS KORAN-BANG-RÊ – REGIÃO DO RIO MARRECCAS E PROXIMIDADES

Como pode ser observado no mapa 6, a maior parte dos sítios deste setor, estão fora do polígono que nesta pesquisa estimou-se como os *Koran-bang-rê*. Esta situação estava prevista, devido a distinção entre os “espaços de representação”, que corresponde aos “espaços vividos” pelos indígenas que ocuparam este território, em contraste a “representação do espaço”, concebido por essa pesquisa, discussão realizada no primeiro capítulo desta tese, a partir Lefebvre (2006). Portanto, considera-se que estes sítios compõem uma área relacionada a área de fronteira dos *Koran-bang-rê*, discussão que deverá ser retomada no próximo capítulo.

Neste setor, foram registrados vinte sete sítios arqueológicos, três relacionados Tradição Tupiguarani: Francisco, Morrote e Paredinha 1, os outros vinte e quatro foram atribuídos a Tradição Itararé-Taquara, como pode ser observado na tabela 8.

TABELA 8 - SÍTIOS SETOR 1 – NORTE / NORDESTE DOS KORAN-BANG-RÊ – REGIÃO DO RIO MARREAS E PROXIMIDADES

Sítios	Material	Detalhamento dos Materiais	Tipo de sítio	Altitude em m	Compartimento topográfico	Outros componentes	Nível dos vestígios	Dimensões em m	Registro /Referência
Rio do Corvo 1	Lito-cerâmico	Líticos lascados em arenito silicificado e cerâmica Itararé-Taquara	Habitação	720	Base de vertente (em topo aplainado)	Não	Superfície	27x20	Espaço Arqueologia (2022f)
Beira Corvo 1 ¹¹⁶	Lito-cerâmico	Ponta de projétil em sílexito com cerca de 20cm de comprimento	-	829	Base de vertente	Paleoíndio (Caçadores-coletores)	-	200x120	Parellada (comunicação pessoal) In: JCS Engenharia (2018)
José Bonetti 2	Lito-cerâmico	Lítico lascado e polido, (presença de virotes). Cerâmica Itararé-Taquara	Habitação (aldeia semipermanente)	914	Meia encosta	Não	-	100x100	IGPlan (2005); Habitus (2017a; 2017b)
PCH Confluência 1	Lito-cerâmico	Lítico e cerâmica Itararé-Taquara	Habitação (aldeia semipermanente)	678	Meia encosta	Não	0 a 20 cm	150x150	IGPlan (2005); Habitus (2017a; 2017b)
PCH Confluência 2	Lito-cerâmico	Material lítico e cerâmico Itararé-Taquara	Habitação (aldeia semipermanente)	640	Meia encosta	Não	0-1m.	100x100	IGPlan (2005); Habitus (2017a; 2017b)
PCH Confluência 3	Lítico	Lítico Itararé-Taquara	Habitação (aldeia)	641	Meia encosta	Não	Superfície	100x80	IGPlan (2005); Habitus (2017a; 2017b)

¹¹⁶ Deve-se ressaltar que não foram encontrados registro específico do sítio Beira Corvo 1, todas as informações deste foram apresentadas por JCS Engenharia (2018), que obtiveram as informações a partir de comunicação pessoal com a arqueóloga Claudia Parellada. Conforme JCS Engenharia (2018), este sítio apresenta dois componentes, um classificado como Paleoíndio, associado a caçadores-coletores e outro, ceramista relacionado a Tradição Itararé-Taquara. Em Parellada *et alli* (2020), é discutido a presença de uma ponta bifacial de dimensões extraordinárias, relacionada a caçadores-coletores, mas que conforme os autores, não permitem associação com grupos historicamente conhecidos ou mesmo a tradições arqueológicas estabelecidas.

			semipermanente)						
PCH Confluência 4	Lito-cerâmico	Lítico e cerâmica Itararé-Taquara	Habitação (aldeia semipermanente)	645	Entre o topo e a meia encosta	Não	0-30 cm	100x80	IGPlan (2005); Habitus (2017a; 2017b)
PCH Confluência 5	Lito-cerâmico	Lítico e cerâmica Itararé-Taquara	Habitação (aldeia semipermanente)	644	Meia encosta	Não	0-40 cm	100x100	IGPlan (2005); Habitus (2017a; 2017b)
PCH Confluência 6	Lito-cerâmico	Lítico e cerâmica Itararé-Taquara	Habitação (aldeia semipermanente)	785	Meia encosta	Não	Superfície	150x150	IGPlan (2005); Habitus (2017a; 2017b)
PCH Confluência 7	Lito-cerâmico	Lítico lascado, polido e cerâmica Itararé Taquara	Habitação curto espaço de tempo	861	Platô em alta encosta	Não	Superfície	2717 m²	Espaço Arqueologia (2021a; 2021e; 2022c)
PCH Confluência 9	Lito-cerâmico	Lítico lascado, polido e cerâmica Itararé Taquara	Habitação	670	Entre topo e meia encosta de um platô	Não	0-30 cm	641 m²	Espaço Arqueologia (2021d; 2021g; 2022c)
PCH Confluência 11	Lito-cerâmico	Lítico e cerâmica Itararé-Taquara	Habitação temporária	646	Meia vertente	Não	0-30 cm	1147 m²	Espaço Arqueologia (2021h; 2021i; 2022c)
PCH Confluência 12	Lito-cerâmico	Lítico e cerâmica Itararé-Taquara	Habitação de curta permanência	646	Meia encosta	Não	0-20 cm	356 m²	Espaço Arqueologia (2021h; 2022c)
PCH Confluência 13	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica Itararé-Taquara	Habitação / acampamento sazonal	642	Meia vertente	Não	0-30 cm	629 m²	Espaço Arqueologia (2021h; 2021i; 2022c)
PCH Confluência 14	Lito-cerâmico	Lítico lascado, polido e cerâmica Itararé-Taquara	Habitação prolongada	668	Entre topo de meia encosta	Não	0-20 cm	1457 m²	Espaço Arqueologia (2021i; 2021m; 2022c)

PCH Confluência 15	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica Itararé-Taquara	Acampamento de curta ou média duração	632	Entre topo e meia encosta	Não	0-20 cm	1152 m²	Espaço Arqueologia (2022a; 2022b; 2022c)
PCH Confluência 16	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica Itararé-Taquara. Pote de pequenas dimensões preservado	Acampamento de períodos longos, médios e/ou sazonais	652	Entre o topo e a meia encosta	Não	0-20 cm	505 m²	Espaço Arqueologia (2022a; 2022b; 2022c)
Turvo 1	Lito-cerâmico	Lítico e cerâmica Itararé Taquara, com estrutura de fogueira datada.	Habitação	1.156	Topo de colina	Não	0-40 cm	205 x 120	Espaço Arqueologia (2018; 2020a; 2021j)
Turvo 3	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica Itararé-Taquara	-	997	Topo de vertente	Não	0-20 cm	30x15	Espaço Arqueologia (2019; 2020a; 2021j)
Faxinal da Boa Vista 1	Aterro Anelar (dancheiro). Lito-cerâmico	Aterro anelar, com lítico e cerâmica	Aterro anelar (dancheiro)	990	Topo de colina	Não	Superfície	4322m²	Biolótus (2019; 2020). Espaço Arqueologia (2022d)
Faxinal Saudades de Santa Anita 1	Aterro anelar (dancheiro)	Aterro Anelar	Aterro anelar (dancheiro)	1085	Topo de colina	Não	Superfície	4339 m²	Biolótus (2019; 2020). Espaço Arqueologia (2022d)
Paredinha 2	Casas subterrâneas	2 Estruturas subterrâneas com evidências de fogueira e sementes	Habitação	750	Meia encosta	Não	Estrutura maior: 50 cm. Estrutura menor: 80 cm	228 m²	Espaço Arqueologia (2023c;)
Entre Morros	Lito-cerâmico	Líticos lascados, polidos e cerâmica Itararé-Taquara. Almofariz de	Habitação	490	Topo	Umbu	Material associado a ocupação Jê do Sul datado aos 30 cm.	8.839,65m²	Zanettini Arqueologia (2019; 2020b; 2021b; 2021c; 2022)

		pequenas dimensões							
Francisco	Lito-cerâmico	Lítico e cerâmica Tupiguarani Próximo a estrutura de Pari no rio Marrecas	Acampamento temporário “ponto de passagem”	475	Área plana, as margens do rio Marrecas	Não	Até 30 – 40 cm	2.067,89m²	Zanettini Arqueologia (2019; 2020a; 2021a)
Morrote	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica Tupiguarani	-	477	Baixa vertente, vale	Não	Superfície	1.061,04m²	Zanettini Arqueologia (2019; 2020c)
Paredinha 1	Lito-cerâmico	Lítico e cerâmica Tupiguarani	Habitação	883	Topo	Não	0-10 cm	77x38	Espaço Arqueologia (2020b; 2022e; 2023a)
Arroio do Tanque	Lito-cerâmico	Lítico lascado e Cerâmica Itararé-Taquara. Estrutura de fogueira datada	Assentamento	1085	Topo	Não	0-50 cm, material datado em 40 cm.	3747m²	Forte Soluções Ambientais (2017b, 2018a). Arqueológica (2018a; 2018b; 2019a; 2019b)

Fonte: Elaboração própria.

Na região do rio Marrecas, na bacia do alto rio Ivaí, o “Estudo Prévio de Impacto Ambiental – PCH Confluência” executado pela IGPlan Inteligência Geográfica, o componente arqueológico coordenado por Claudia Inês Parellada, resultou na identificação e registro de oito sítios arqueológicos, José Bonetti 1 e 2, e PCH Confluência 1, 2, 3, 4, 5 e 6, como consta em IGPlan (2005). Com exceção do sítio José Bonetti 1,¹¹⁷ todos os sítios foram relacionados a Tradição Itararé-Taquara, que segundo a arqueóloga, evidenciam “uma ocupação sistemática e prolongada dessa área por populações relacionadas ao Tronco Lingüístico Jê.” (IGPlan, 2005, p. 265).

Os sete sítios da Tradição Itararé-Taquara foram localizados na bacia do rio Marrecas, porém, houve um equívoco no estudo executado pela IGPlan (2005), pois, todos os sítios foram registrados como se estivessem dentro dos limites do município de Turvo, no entanto, dos sete, apenas os sítios José Bonetti 2 e PCH Confluência 6, encontram-se na margem esquerda do rio Marrecas, dentro dos limites do município de Turvo-PR. Já os sítios PCH Confluência 1, 2, 3, 4 e 5, estão situados na margem direita do mesmo rio, no município de Prudentópolis.

De acordo com IGPlan (2005), o sítio José Bonetti 2, está implantado em meia encosta, a aproximadamente 914 m de altitude. Nele foram evidenciados material lítico lascado e polido, além de cerâmica, que “parecem estar relacionados a aldeia semi-permanente de populações ceramistas e horticultoras filiados a tradição Itararé.” (IGPlan, 2005, p. 291).

Conforme relatado no estudo, durante atividades agrícolas, o proprietário do local que empresta o nome ao sítio, coletou fragmentos de cerâmicas da Tradição Itararé-Taquara, além de alguns artefatos líticos, dentre eles, “dois virotes – pontas de projéteis rombudas que tem a finalidade de derrubar pinhas e abater pássaros, as quais são artefatos característicos da tradição Itararé” (IGPlan, 2005, p. 291).

Igualmente implantado em meia encosta, com altitude em torno de 785 m, o sítio PCH Confluência 6 também apresentou material lito-cerâmico que foram relacionados a uma “antiga aldeia semi-permanente de populações ceramistas e agricultoras Itararé” (IGPlan, 2005, p. 298). Nele foram coletados líticos lascados, classificados como raspadores e plainas, sendo dez confeccionados em arenito silicificado, e dois raspadores em microlascas de quartzo.

¹¹⁷ Este sítio revelou dois componentes de ocupação, a mais recente referente a Tradição Tupiguarani, apresentada no tópico dos sítios de ocupação indígena do período histórico e a mais antiga a Tradição Umu, relacionada a grupos de caçadores-coletores não ceramistas, portanto, não incluso neste item.

Também foram coletados quarenta fragmentos cerâmicos da Tradição Itararé-Taquara, que submetidos a análises, revelaram terem sido confeccionadas a partir da técnica do acordelado. Suas morfologias reconstituídas, apresentaram-se “globulares e esféricas. (IGPlan, 2005, p. 299), sendo os tratamentos de superfície compostos pelos “engobo vermelho e o enegrecimento através da técnica do esfumamento.” (IGPlan, 2005, p. 299).

Além disso, foram evidenciados aspectos referentes a matéria-prima, constituição de antiplásticos que compõem as pastas, de queima e de uso, já que em partes dos fragmentos analisados foram identificadas “crostas de restos alimentares aderidas na face interna.” (IGPlan, 2005, p. 299).

Os sítios PCH Confluência 1, 2, 3, 4 e 5, situados na margem direita do rio Marrecas, no município de Prudentópolis, praticamente delineiam um complexo de sítios, em que as análises de fotografias aéreas, imagens de satélite e sensoriamento remoto realizadas durante as pesquisas da IGPlan (2005), indicam o estabelecimento de aldeias semipermanentes da Tradição Itararé-Taquara.

Com exceção do sítio PCH Confluência 4, que está implantado entre uma área de topo e meia encosta, todos os outros foram estabelecidos em meia encosta, numa faixa de altitude que varia entre os 640 a 678 m. Em todos os sítios foram encontrados material lítico, que associados, apresentam um diversificado conjunto de artefatos, composto por facas, raspadores, buris, plainas, batedores, talhadores, quebra-cocos. A maioria, confeccionados em arenito silicificado, mas também ocorrem em basalto e quartzo.

Dentre estes cinco sítios da margem direita do rio Marrecas, apenas o PCH Confluência 1, forneceu material cerâmico no ato de sua identificação, nele foram coletados “15 fragmentos cerâmicos filiados à tradição Itararé” (IGPlan, 2005, p. 294). A análise do material, teve resultado semelhante aos já apresentado no sítio PCH Confluência 6, na margem esquerda do rio Marrecas.

Mesmo que atendendo a fase inicial do Componente Arqueológico do Licenciamento Ambiental, em que não foram realizadas intervenções de subsuperfície, os resultados alcançados no estudo da IGPlan (2005), antecipam um contexto amplo, que será estendido conforme desenvolvimento das etapas do licenciamento e das pesquisas arqueológicas a ele relacionado.

Dez anos após a identificação dos sítios por Parellada em IGPlan (2005), foi protocolado o “Projeto de Resgate Arqueológico e Programa de Educação Patrimonial na área de Influência

da PCH Confluência, localizada nos municípios de Prudentópolis e Turvo, Estado do Paraná” (Processo IPHAN nº 01508.001527/2015-06), Habitus (2015), executado pela Habitus Assessoria e Consultoria, sob a coordenação do arqueólogo Paulo Éverson Fogolari.

No entanto, o relatório preliminar de resgate só foi entregue em março de 2017, Habitus (2017a), nele foram apresentadas as atividades da primeira fase do “resgate arqueológico”, que se concentraram nos sítios PCH Confluência 1, 3 e 5.¹¹⁸ Posteriormente, em junho de 2017, foi protocolado o relatório de resgate dos sítios PCH Confluência 1, 2, 3, 4 e 5, ver Habitus (2017b). Destes, os sítios PCH Confluência 1 e 4 são os mais representativos, ambos pela quantidade de material arqueológico identificado, além disso, o PCH Confluência 4 possui posição topográfica em área de topo que se estende a uma área plana na meia encosta, que o difere dos demais.

Embora seja salientado que houve “baixo grau de alteração da paisagem” (Habitus, 2017a, p. 10), em relação as descrições feitas em IGPlan (2005), não foram evidenciados vestígios arqueológicos em prospecções de superfície do sítio PCH Confluência 1, sendo os materiais arqueológicos identificados apenas em escavação, “mas com a inversão na densidade do material identificado, sendo a cerâmica predominando, no contexto de escavação, em relação ao lítico.” (Habitus, 2017a, p. 11).

O sítio PCH Confluência 1 foi dividido em dois setores de escavações, denominados “Quadra A e B”, no primeiro foram implantadas doze unidades amostrais com dimensões de 1x1m, “mas sendo efetivamente escavadas as quadrículas A1, C2, E1, F1 F12 e K2” (Habitus, 2017b, p. 70 – grifos do autor). Todas as unidades amostrais foram escavadas em níveis artificiais de 10 cm, sendo o primeiro nível, de 0 a 10 cm considerado como “camada de limpeza”, neste nível, somente na quadrícula F1, foram identificados materiais arqueológicos, sendo estes, fragmentos cerâmicos.

No primeiro nível escavado (10 a 20 cm), foram evidenciados fragmentos cerâmicos em todas as unidades amostrais, com destaque para a F12, onde se constatou “elevada densidade de fragmentos cerâmicos no setor centro/norte/oeste da quadrícula” (Habitus, 2017b, p. 89). Na segunda camada artificial (20 a 30 cm), duas unidades amostrais resultaram estéreis de material arqueológico, a E2 e a F12. Em algumas quadrículas, as escavações prosseguiram em terceiro nível, no entanto, provavelmente houve equívoco na descrição do relatório, pois pela sequência

¹¹⁸ Os sítios PCH Confluência 6 e José Bonetti 1 e 2, não foram alvo de resgate, pois se localizavam fora da Área Diretamente Afetada pelo empreendimento.

lógica, este nível deveria relatar as evidências entre 30 e 40 cm, mas foram descritas como ocorridas entre 20 e 30 cm, porém em nenhuma foi evidenciada a presença de material arqueológico.

No setor denominado “Quadra B”, foi aberta apenas uma unidade amostral, escavada em níveis artificiais de 10 cm, sendo o primeiro nível de “limpeza” entre 0 e 10 cm, e mais três níveis que alcançaram os 40 cm de profundidade, no entanto, em nenhuma camada desta unidade amostral foi evidenciada a presença de material arqueológico. Ao final das escavações e curadoria, foram quantificados quinhentos e treze fragmentos cerâmicos e quatro líticos no sítio PCH Confluência 1, ver Habitus (2017a, p. 30; 2017b, p.259).

O sítio PCH Confluência 2, três setores foram escavados, porém julga-se necessária apresentação sintética apenas do primeiro, onde foi aberta uma trincheira de 3x1 m, “dividida em três quadras separadas (Quadrícula 01, Quadrícula 02, Quadrícula 03” (Habitus, 2017b, p. 97). Na trincheira, foram percebidas bioturbações interpretadas como negativos de raízes ou de tocas de animais, que na visão dos pesquisadores, causaram dispersão vertical do material arqueológico e carvão por até um metro de profundidade, tornando o “resultado anômalo quando comparado com o que foi observado em todos os outros locais” (Habitus, 2017b, p. 98). Destaca-se que na escavação foram evidenciados fragmentos cerâmicos em vários níveis, diferentemente do que ocorreu na fase do levantamento pela IGPlan (2005), quando foram identificados apenas materiais líticos.

Também foram abertas sondagens de 50 x 50 cm sobre “pequenos montículos dispersos ao longo de todo o terreno” (Habitus, 2017b, p. 97). Porém, estes não foram considerados arqueológicos devido “a sua forma, dispersão e dos resultados negativos obtidos, foram entendidos como derivações do processo de destocamento das árvores previamente existentes no local” (Habitus, 2017b, p. 98). Após a curadoria, o material do sítio foi quantificado em setenta e três fragmentos cerâmicos e quatro líticos, conforme apresentado na “tabela 1” de Habitus (2017b, p. 259).

No sítio PCH Confluência 3, a prospecção intensiva em superfície identificou vinte e quatro líticos, “posicionados em maior quantitativo no setor de exposição do afloramento rochoso” (Habitus, 2017a, p. 14), no entanto, a escavação em subsuperfície não proveu material arqueológico. Neste, foram instaladas quatro quadrículas, em nenhuma foi evidenciado a presença de material arqueológico, sendo o material lítico de superfície, as únicas evidências resgatadas no sítio.

Posicionado entre o topo e a meia encosta de um morro, o sítio PCH Confluência 4, teve dois setores escavados, um em cada compartimento topográfico. Conforme Habitus (2017b), o setor 1, localizado na área de topo, o local com a maior concentração de material em superfície encontrava-se bastante impactado pelo trânsito de gado, pois nele estava instalado um comedouro para o rebanho. Justamente a área de maior concentração de material em superfície, onde foram implantadas quatro quadrículas dispostas “em xadrez”, estas denominadas “A1, B2, C1 e D2”, cada uma medindo 1 x 1, as quais foram escavadas em níveis artificiais de 10 cm.

Em resumo do exposto em Habitus (2017b), no primeiro nível (0 a 10 cm), apenas as quadrículas A1 e C1 resultaram positivo para poucos fragmentos de cerâmica. Porém, o segundo nível (10 a 20 cm), revelou-se a camada com o maior número de material arqueológico identificado: A1, com quarenta e oito fragmentos cerâmicos e doze líticos; B2, 40 fragmentos cerâmicos e treze líticos; C1, trinta e cinco fragmentos cerâmicos e 4 líticos; e D2, com quarenta e sete fragmentos cerâmicos e sete líticos. No nível 3 (20 a 30 cm), houve decréscimo significativo de materiais identificados, sendo esses provenientes apenas da quadrícula A1, com trinta fragmentos cerâmicos e dois líticos, e B2, com apenas um fragmento cerâmico.

Conforme consta em Habitus (2017b), outros três níveis foram escavados, mas apresentaram-se estéreis em todas as unidades amostrais, assim como em doze sondagens realizadas no setor 1. No setor 2 do sítio, implantado em um patamar plano em meia encosta foi executada escavação de uma unidade amostral de 1x1m² e onze sondagens, porém, a intervenção em subsuperfície não evidenciou material arqueológico. De acordo com Habitus (2017b, p. 259), o material proveniente das atividades de resgate no sítio somou duzentos e cinquenta e sete fragmentos cerâmicos e quarenta e cinco líticos.

Por fim, no PCH Confluência 5, foi relatado que na prospecção intensiva de superfície foram identificados “a exemplo do resultado pretérito, baixíssima densidade de material lítico em superfície” (Habitus, 2017a, p. 16). Neste sítio foram instaladas três unidades amostrais de 1x1 m², “Quadras, 1, 2 e 3”, estas foram escavadas em níveis artificiais de 10 cm.

No extrato considerado por Habitus (2017b), como camada de “limpeza” (0 a 10 cm), foi evidenciado a presença de um fragmento de cerâmica na Quadra 1 e dois fragmentos na Quadra 2. No primeiro nível (10 a 20 cm), todas as unidades amostrais resultaram negativo para material arqueológico, que só voltou a ocorrer no nível dois (20 a 30 cm), somente na Quadra 1, com dois fragmentos cerâmicos identificados. No terceiro nível (30 a 40 cm), apenas um fragmento foi encontrado, também na Quadra 1.

Mesmo com a baixa densidade de material identificado, as evidências encontradas na Quadra 1, motivaram a abertura “Trincheira A (5 x 1m)” (Habitus, 2017b, p. 242). A escavação desta também controlada em níveis artificiais de 10 cm, seguiu até 40 cm, sendo o material identificado até 30 cm, com densidade semelhante as evidenciadas na Quadra 1, não ocorrendo mais que dois fragmentos cerâmicos por nível. Ao final do resgate, o sítio totalizou treze fragmentos cerâmicos e três líticos, como pode ser observado no resultado da curadoria, apresentada em Habitus (2017b, p. 259).

A curadoria e a análise dos sítios presente no relatório Habitus (2017b), é generalista e não problematiza os resultados da pesquisa, priorizando apenas o “resgate”. Sobre a cerâmica evidenciada, sua “conclusão” restringe-se a dois pequenos parágrafos:

As peças cerâmicas coletadas se consistem, quando discerníveis as formas, de fragmentos de recipientes de tamanhos variando entre o pequeno e o médio, com uma espessura se mantendo entre a fina e a mediana.

Foram encontradas colorações variando entre o marrom-escuro e o vermelho claro, sem decorações discerníveis e uma superfície externa alisada. O antiplástico é fino e composto por grãos de quartzo finos e de cerâmica moídos. (Habitus, 2017b, p. 260).

A análise referente ao material lítico proveniente dos sítios é igualmente sucinta, identificando apenas tratar-se de “peças simples, lascas, estilhas, núcleos e alisadores” (Habitus, 2017b, p. 261). Quanto a matéria-prima em que foram confeccionadas, consta terem sido identificados o “arenito, o arenito silicificado e o basalto para os materiais lascados e o basalto para os materiais polidos.” (Habitus, 2017b, p. 261). No mais, é apenas apontado que o lítico lascado foi obtido a partir da percussão direta sobre suportes de blocos e seixos rolados, enquanto o material polido elaborado a partir de seixos “não sofreu nenhum tratamento, sendo as marcas oriundas do uso direto.” (Habitus, 2017b, p. 261).

Nas considerações finais de Habitus (2017b), os sítios alvos de resgate foram avaliados em duas categorias, o com predominância de material lítico: “categorizados como unidades de exploração de matéria prima rochosa” (Habitus, 2017b, s.p.). Embora não apontado nas considerações, o único sítio com predominância de material lítico é o PCH Confluência 3, portanto, atribui-se a ele essas observações. Conforme apontado no relatório mencionado, não foram reconhecidas evidências do processo de cadeia operatória na confecção do material, justificando para os autores, a não categorização do sítio enquanto oficina lítica. Tampouco foram reconhecidas estruturas arqueológicas em superfície e subsuperfície que subsidiassem tratar de aspectos do processo de ocupação do sítio.

Deve-se retomar que em IGPlan (2005), a análise de fotografias aéreas, imagens de satélite e sensoriamento remoto resultou na identificação de “estruturas arqueológicas”, em todos os sítios registrados, inclusive no PCH Confluência 3, que somadas as características do material lítico foram reconhecidas como possíveis aldeias relacionadas a Tradição Itararé-Taquara.

Também na fase do levantamento arqueológico executado pela IGPlan (2005), como já apresentado, foram identificados fragmentos cerâmicos relacionados a Tradição Itararé-Taquara nos sítios José Bonetti 2, PCH Confluência 1 e 6.¹¹⁹ Naquele contexto, sem intervenções em subsuperfície e com fragmentos numericamente reduzidos, a análise foi capaz de identificar morfologias e tratamentos de superfícies, entre outros atributos da cerâmica, que os enquadra na Tradição Itararé-Taquara.

No processo de “resgate” relatado em Habitus (2017a; 2017b), o número de sítios lito-cerâmicos foi ampliado, pois evidenciou-se material cerâmico nos sítios PCH Confluência 2, 4 e 5, que quando detectados por IGPlan (2005), apresentaram-se exclusivamente líticos. Além disso, as atividades de prospecção e escavação registrou acréscimo expressivo na quantidade de fragmentos cerâmicos evidenciados. No sítio PCH Confluência 1, por exemplo, quando registrado no levantamento de IGPlan (2005), foram coletados quinze fragmentos cerâmicos, enquanto, ao fim das atividades de resgate descritas em Habitus (2017a; 2017b), foram contabilizados quinhentos e treze fragmentos.

Mesmo assim, foi argumentado nas considerações finais, que apesar da densidade do material cerâmico, não foi possível caracterizar os sítios como sendo habitações ou como local de fabricação dos vasilhames, pois o material encontrava-se comprometido, “reduzidos a fragmentos não reconstruíveis em formas, e com alta variedade de características morfológicas, implicando na possível existência de um grande número de peças originárias.” (Habitus, 2017b, s.p.).

Mesmo impactado e até mesmo descaracterizado, como relatado em Habitus (2017b). É difícil conceber que o potencial informativo tenha sido drasticamente comprometido, ao ponto que dos quinhentos e treze fragmentos de cerâmica oriundos do sítio PCH Confluência 1, não tenha possibilitado uma discussão mais ampla, uma vez, que em IGPlan (2005), as análises conduzidas por Parellada, a partir de apenas quinze fragmentos cerâmicos do mesmo sítio, tenha

¹¹⁹ Reforça-se que os sítios José Bonetti 2 e PCH Confluência 6, não foram objetos de resgate arqueológico, pois encontravam-se fora da Área Diretamente Afetada (ADA), pelo empreendimento PCH Confluência.

revelado aspectos da técnica de manufatura dos vasilhames, da queima, reconstituições de morfologias e tratamentos se superfície, sendo identificados inclusive acabamentos sensíveis, como “engobo vermelho e o enegrecimento através de técnica do esfumamento” (IGPlan, 2005, p. 294).¹²⁰

Encerradas as atividades de resgate nestes sítios, findou-se também a atuação da consultoria Habitus no licenciamento do empreendimento, que teve como nova etapa, o “Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de Implantação da PCH Confluência, municípios de Prudentópolis e Turvo-PR”, (Processo IPHAN nº 01508.900137/2017-74), executado pela Espaço Arqueologia, com a coordenação de Valdir Luiz Schwengber.

O projeto foi protocolado em novembro de 2017, sendo o último relatório de julho de 2022, dentro deste período, foram identificados mais dez sítios: PCH Confluência 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16. Todos nas proximidades do rio Marrecas, no município de Prudentópolis, em área adjacente aos relatados em IGPlan (2005) e Habitus (2017a; 2017b).

Destes, somente os PCH Confluência 8 e 10 não serão abordados neste tópico, pois foram atribuídos ao período histórico, apresentados na subdivisão anterior deste capítulo. Os demais, com exceção do PCH Confluência 7, não foram textualmente relacionados a qualquer temporalidade, entretanto, nas fichas do CNSA, anexas em Espaço Arqueologia (2022c), todos foram categorizados como pré-coloniais.

Informada a identificação ao IPHAN por meio do ofício nº 044/2021-E.A. Espaço Arqueologia (2021a), o sítio PCH Confluência 7, foi descrito como sítio lítico implantado a 861 m de altitude, em um “platô em alta encosta, a aproximadamente 960 m do rio Marrecas” (Espaço Arqueologia, 2021a). Na ocasião, o sítio foi relacionado aos encontrados em fases anteriores da pesquisa, e por estar dentro da ADA, foi elaborado o projeto de resgate específico, apresentado pela Espaço Arqueologia (abril de 2021b, p.28), neste, o sítio foi caracterizado como pré-colonial.

As atividades de resgate foram iniciadas com novas prospecções, que não identificou áreas de concentração em superfície, apenas se constatou-se, que o material estava distribuído

¹²⁰ A discrepância entre as análises das consultorias, nas diferentes fases da do licenciamento ambiental, poderiam abrir uma discussão sobre as opções metodológicas dos arqueólogos, no entanto, tal panorama não está no escopo desta tese, e nem o autor é habilitado para tal avaliação. No entanto, desconsiderando o clichê, é evidente que os dados arqueológicos não falam por si, é preciso questioná-los, interpretar seus sinais, sem tentar silenciá-los.

sobre a parte mais plana do terreno, porém numericamente mais expressivo do que quando identificado. Conforme relatado, os materiais líticos do PCH Confluência 7 “apresentam tipologias e tamanhos distintos, podendo ser divididos, à grosso modo, entre instrumentos, lascas, percutores e debris de lascamento” (Espaço Arqueologia, 2021e, p. 3).

No sítio, foram realizadas escavações controladas a partir de níveis artificiais de 10 cm, em cinco unidades amostrais de 1m², além de dezoito sondagens exploratórias de 50x50 cm. No primeiro nível das cinco quadrículas (0 a 10 cm), foi evidenciado na peneira, apenas um fragmento de cerâmica oriundo da “unidade 120E/100N” (Espaço Arqueologia, 2021e, p. 4). No segundo nível (10 a 20 cm), nenhum material arqueológico foi evidenciado, resultado que se repetiu no terceiro nível (20 a 30 cm), sendo as escavações nas unidades amostrais encerradas. Nos poços testes e sondagens, também não foram evidenciados materiais arqueológicos em subsuperfície. Ao final das atividades de resgate, foram contabilizados trinta líticos coletados em superfície e um fragmento encontrado na peneira.

O material lítico do sítio PCH Confluência 7, apresenta “artefatos plano-convexos com funções de raspar e artefatos expedientes sob lascas. Apesar da presença de artefatos formais, os suportes identificados não indicam uma indústria lítica com um alto nível de standardização ou grande exploração.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 245). O resultado da curadoria do material do sítio reconhece vinte oito líticos, elaborados a partir de quartzito, argilito e basalto, todas matérias-primas presentes na região.

Com base no conjunto lítico do sítio, considerado dados referentes a quantidade e densidade de materiais, combinadas a estratigrafia de ocupação e o não reconhecimento de estruturas arqueológicas, a análise presente em Espaço Arqueologia (2022c), indica que as evidências do sítio PCH Confluência 7 “sugerem uma ocupação principal em curto espaço de tempo, ou uso do espaço para uma atividade específica não identificada em seus conjuntos.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 245).

Na curadoria, indica-se que no sítio foram encontrados nove fragmentos de cerâmica, sendo desses, “8 fragmentos pertencentes a uma mesma peça e remontarem entre si” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 247). A diferenciação dos fragmentos, apontaram para a presença de duas unidades morfológicas, denominadas: CF07-001 e CF07-002. A primeira refere-se apenas a um fragmento de parede, que conforme informações da prancha técnica em Espaço Arqueologia (2022c, p. 248), foi manufaturada a partir da técnica do “Colombino Modelado”, com superfície externa e interna alisadas. A segunda, composta pelos oito fragmentos remontáveis, indicam que a vasilha foi elaborada pela técnica do “modelado”, e teve ambas as

superfícies alisadas, pelos fragmentos não apresentarem “curvaturas horizontais impossibilitou a reconstrução de diâmetros e, conseqüentemente, a projeção de morfologia.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 248).

O material cerâmico foi relacionado a Tradição Itararé-Taquara, “associadas aos Jê do Sul” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 252). Por sua vez, a discussão interpretativa do conjunto lítico, somadas a outras características do sítio, o relacionou ao mesmo sistema da cerâmica, “onde um pequeno grupo humano permanece por curtos períodos em um espaço e nele desenvolvem suas atividades de caça/coleta e horticultura incipiente.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 253).

O sítio PCH Confluência 9, foi identificado a 670 m de altitude, “entre o topo e a meia encosta superior de um platô, a aproximadamente 600 metros da margem direita do Rio Marrecas, e 340 metros do sítio PCH Confluência 1” (Espaço Arqueologia, 2021d, p. 2). Na ocasião, foram evidenciados fragmentos cerâmicos e materiais líticos em superfície, este também foi alvo de resgate.

Com concentração de material arqueológico em superfície, composto majoritariamente por fragmentos cerâmicos, foi percebido no ato que estes, “apresentam características semelhantes entre si, exibem aspectos morfológicos que indicam pouca espessura e coloração escura.” (Espaço Arqueologia, 2021g, p.3), em menor quantidade, a prospecção no polígono do sítio também detectou lítico lascado e polido.

No ponto central do sítio, posicionadas de dez em dez metros, foram instaladas cinco unidades amostrais de 1m², que foram escavadas em níveis artificiais de 10 cm. No primeiro nível (0 a 10 cm), foram evidenciados material arqueológico em duas unidades, a 100E/110N proveu “três cacos cerâmicos pequeno e dois fragmentos de cerâmica identificado em peneira” (Espaço Arqueologia, 2021g, p.4), enquanto na 100E/100N foram identificados “um caco cerâmico na base do nível e um fragmento cerâmico em peneira.” (Espaço Arqueologia, 2021g, p.5). Finalizada a escavação do primeiro nível, uma sexta unidade foi aberta, pois, “percebeu-se a necessidade de escavação da unidade 99E/100N para que fosse melhor estudado uma concentração de materiais arqueológicos que surgiram na porção sul da unidade 100E/100N.” (Espaço Arqueologia, 2021g, p.5).

No segundo nível (10 a 20 cm), houve aumento significativo do material arqueológico, que então ocorreu em quatro unidades amostrais, 100E/90N, 100E/110N, 90E/100N e 100E/100N, nesta última, se destaca com “(dezenove) materiais plotados e 7 (sete) em peneira,

com concentração na porção sul da quadrícula” (Espaço Arqueologia, 2021g, p.6). No terceiro nível (20 a 30 cm), foram identificados seis materiais na unidade 100E/90N, quinze na 100E/99N e dois fragmentos cerâmicos na 100E/110N. Nas unidades, 100E/100N, 90E/100N e 110E/100N, não foram identificadas quaisquer evidências arqueológicas, e nelas as escavações foram encerradas.

As que proveram material na terceira camada, tiveram um quarto nível (30 a 40 cm) escavado, porém, “nesta profundidade se demonstraram estéril do ponto de vista arqueológico”. (Espaço Arqueologia, 2021g, p.10). Poços testes de 50 cm foram perfurados nas unidades amostrais, mas também não identificaram material arqueológico. Além disso, foram realizadas intervenções em onze sondagens de 50x50x30 cm, sendo nessas “evidenciado apenas um fragmento de cerâmica localizado no segundo nível da sondagem 80E/100N” (Espaço Arqueologia, 2021g, p.12).

Findadas as escavações do sítio PCH Confluência 9, foi realizada coleta controlada de quarenta e seis materiais arqueológicos evidenciados em superfície. Conforme consta em Espaço Arqueologia (2022c), do total de cento e setenta e nove materiais resgatados, “18 são líticos e 161 são fragmentos de cerâmica, dispostos em uma área de 614 m².” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 287).

Dentre o material lítico, numericamente pouco expressivo, foram identificados: núcleo de lascamento com retoque, lascas com e sem retoques, e fragmentos de lascamento. Nestes foram identificadas características que remetem a funções de raspar e cortar, sendo que “retoques e entalhes em locais específicos, sugerem a utilização de encabamentos” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 311). Quanto a matéria-prima do material lítico, foram constatados a utilização preferencial pelo arenito silicificado, basalto e quartzo, disponíveis em “bancos de seixos presentes nos rios da região, e fontes primárias como os afloramentos.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 289).

Na análise do material cerâmico, foram constatadas “um número mínimo de 20 Unidades Morfológicas, cujo padrão tecnológico é coeso.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 312). A análise pormenorizou aspectos sobre as espessuras dos fragmentos, composição da pasta, queima, tratamentos de superfície, dentre outros. Cabe destacar que uma única técnica de confecção das vasilhas, foi evidenciada nos fragmentos do sítio, o “modelado”. Mesmo considerado subjetivo, este elemento apontou para “continuidade de uma técnica que é recorrente em contextos Jê do Sul” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 302).

Além disso, no conjunto “nota-se que todas as bordas são extrovertidas, havendo poucos casos de peças rasas, sendo a maioria vasilhas alongadas, todas incluídas dentro daquilo que é conhecido como a tradição Itararé/Taquara.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 306). A interpretação das informações geradas pela análise estabeleceu a associação entre o material lítico e cerâmico, entendida como parte de um mesmo sistema, mantido para “suprir demandas para um grupo humano que tem como estratégia de adaptação o manejo e cultivo de espécies vegetais, para além da caça e pesca como fonte de obtenção de proteínas.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 312).

Com material lito-cerâmico evidenciado durante sua identificação, o sítio PCH Confluência 11, foi encontrado a 646 m de altitude, “na meia vertente de uma colina, sobre um terraço que antecede uma encosta íngreme, a aproximadamente 400 metros da margem direita do Rio Marrecas, a 320 metros do sítio PCH Confluência 5.” (Espaço Arqueologia, 2021h, p. 2).

Conforme relatado em Espaço Arqueologia (2021i), durante as prospecções, foi constatada uma área de concentração de fragmentos cerâmicos e de líticos lascados, dispersos com regularidade sobre a poligonal do sítio. Estabelecido o ponto central, nele, com intervalo de dez em dez metros, foram instaladas sete unidades amostrais de 1 m², que foram escavadas em níveis artificiais de 10 cm.

Entre as sete unidades escavadas, no primeiro nível (0 a 10 cm), foi evidenciado a ocorrência de material arqueológico em duas quadrículas a 100E/100N e 100E/120N. No segundo nível (10 a 20 cm), foram evidenciados materiais nas unidades 100E/120N, 100E/110N, 100E/100N, 110E/100N, além da 100E/90N, destacada na descrição, cujas evidências encontradas no segundo nível podem ser observadas na figura 14.

FIGURA 14. NÍVEL 2 DA ESCAVAÇÃO DA QUADRÍCULA 100E/90N DO SÍTIO PCH CONFLUÊNCIA 11



Fonte: Espaço Arqueologia, (2021i, p. 19).

A concentração do material na unidade, motivou “a escavação da unidade 100E/89N, que teve seus dois níveis iniciais escavados, até atingir o mesmo contexto evidenciado na unidade 100E/90N.” (Espaço Arqueologia, 2021i, p. 20), como pode ser observado na figura 15.

FIGURA 15. MATERIAIS EVIDENCIADOS NA ESCAVAÇÃO DO NÍVEL 2 DA UNIDADE 100E/89N DO SÍTIO PCH CONFLUÊNCIA 11



Fonte: Espaço Arqueologia, (2021i, p. 20).

No terceiro nível (20 a 30 cm), das unidades amostrais escavadas no sítio PCH Confluência 11, ocorreram fragmentos de cerâmicas nas unidades “100E/90N, 100E/80N e 110E/100N.” (Espaço Arqueologia, 2021i, p. 21). Nas demais unidades, as escavações foram encerradas, pois não evidenciaram materiais arqueológicos neste nível. Escavadas em quarto nível (30 a 40 cm), as unidades com ocorrência em terceiro nível, se mostraram estéreis, assim como as perfurações realizadas em seu interior, “poços-teste de até 50 centímetros” (Espaço Arqueologia, 2021i, p. 23). Além disso, objetivando maior amostragem, foram escavadas doze sondagens exploratórias de 50x50x30 cm, no entanto, nenhum material foi identificado.

Finalizada os procedimentos em subsuperfície, foi realizada “coleta controlada dos materiais evidenciados na superfície, resultando na recolha de 103 (cento e três) materiais arqueológicos.” (Espaço Arqueologia, 2021i, p. 26), que somados ao material proveniente das atividades de escavação do sítio Confluência 11, resultaram no resgate de “(quatrocentos e vinte e cinco) materiais arqueológicos” (Espaço Arqueologia, 2021i, p. 27). Após a curadoria, foi especificado que, destes “52 são líticos e 373 são fragmentos de cerâmica.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 385).

Conforme a análise, apresentada pela Espaço Arqueologia (2022c), o material lítico encontrado no sítio, é composto de lascas com e sem retoque, fragmentos de lascamento, núcleos e termóferos.¹²¹ Em alguns casos, foi possível identificar possível funcionalidade dos materiais, como raspar, fornecer lascas para confecção de outros artefatos, ou o uso relacionado a fogueiras. Dentre as matérias-primas utilizadas para confecção do material lítico, se observa as que ocorrem naturalmente na região, arenito silicificado, quartzito, basalto e calcedônia.

A reduzida densidade e pouca uniformização do conjunto lítico, foi considerada na discussão proposta pela consultoria, a qual sugeriu que tais características apontam para “o uso de artefatos líticos de maneira expediente, para solucionar necessidades do cotidiano, sem um rigor metodológico quanto a aplicação de metodologias de talhe.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 415).

A análise dos fragmentos cerâmicos do sítio PCH Confluência 11, detalhada em Espaço Arqueologia (2022c), apresenta diversos atributos do material, abordando características referentes a proporção dos fragmentos, composição da pasta, segmentos identificados, técnica de manufatura, tratamento de superfície, tipos de queima, e marcas de uso. Destes aspectos, destaca-se, a manufatura sob a técnica de modelagem em todos os fragmentos do sítio, que de acordo com a análise, é recorrente em contextos de sítios relacionados aos Jê do Sul. Assim como o tratamento de superfície, que nas faces internas é sempre lisa, enquanto na face externa, “é alisado, com diferentes graus de intensidade” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 402).

Embora seja identificado vários tipos de queima, na predominante, “se observa a massiva tendência a peças com coloração escurecida, na qual as atmosferas redutoras são potencialmente intencionais.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 403). Além disso, “se verificou marcas de utilização sobre o fogo, com fuligem e crosta. Essa tipologia de marcas de uso indica funcionalidade de vasilhas na função tipo panela” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 405).

Sinteticamente padronizados, os resultados das análises do material cerâmico projetam as características do material: “Em termos morfológicos as vasilhas são alongadas, de colo estrangulado, paredes finas, superfícies alisadas, com pasta composta por grãos minerais finos ou médios, com alta densidade, tendo colorações mistas predominantemente redutoras.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 416).

¹²¹ Termóferos, “estão diretamente relacionados às estruturas de combustão. Podem exercer várias funções, como: delimitador do fogo, suporte para panelas ou espetos e também como regulador de temperatura, visto seu alto potencial como irradiador de calor.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 397).

O conjunto da análise indica que a cerâmica foi produzida de forma padronizada, cujas características estão associadas a uma “tradição tecnológica que marca uma cultura que, pelos aspectos tecnológicos visíveis nas vasilhas, é reconhecido como sendo associado aos grupos Jê do Sul, naquilo que se entende como sendo a Tradição Itararé/Taquara.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 415).

Ao final da análise, o sítio é categorizado como um assentamento temporário, de “grupo mediano, que pratica, para além da caça e da coleta, uma agricultura incipiente, ao ponto de permitir e/ou abrigar o estabelecimento sazonal em um ponto fixo por alguns meses do ano.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 416).

Também composto por material lito-cerâmico, o sítio PCH Confluência 12, foi localizado em uma altitude de 646 m, situado em meia encosta, “no topo suave de um terraço que antecede uma encosta íngreme, a aproximadamente 360 metros da margem direita do Rio Marrecas, a 143 metros do sítio PCH Confluência 3.” (Espaço Arqueologia, 2021h, p. 4).

Neste, como consta em Espaço Arqueologia (2021i), foi evidenciado apenas uma área de concentração, composta por líticos lascados e fragmentos de cerâmica, sendo a poligonal do sítio estabelecida conforme a distribuição destes em superfície. Estabelecido o ponto central do sítio, foram instaladas cinco unidades amostrais de 1m², “espaçadas de 10 em 10 metros e escavadas em níveis artificiais de 10 centímetros.” (Espaço Arqueologia, 2021i, p. 30).

No nível 1 (0 a 10 cm), foram identificados materiais em todas as cinco quadrículas. No entanto, no nível 2 (10 a 20 cm), “houve uma drástica diminuição na quantidade de material arqueológico que, nesse nível, foi evidenciado apenas na unidade 110E/100N.” (Espaço Arqueologia, 2021i, p. 32). Devido a concentração de material na unidade, foi escavada a quadrícula 110E/101N, “que teve seus três níveis iniciais escavados, até atingir o mesmo contexto evidenciado na unidade 110E/100N” (Espaço Arqueologia, 2021i, p. 35), no entanto, na unidade foram diagnosticados apenas dois materiais arqueológicos. No nível 3 (20 a 30 cm), nenhuma quadrícula proveu material arqueológico, as escavações foram encerradas com a realização de poços testes de 50 cm que também não apresentaram material, assim como as onze sondagens de 50x50x30cm.

Conforme Espaço Arqueologia (2021i), no sítio PCH Confluência 12, as coletas controladas dos materiais dispostos em superfície foram realizadas após as escavações, resultando em setenta materiais arqueológicos recolhidos. Contabilizados junto com as evidências resgatadas com os procedimentos de escavação, somaram cento e dez materiais

arqueológicos, “deste total, 68 são líticos e 42 são fragmentos cerâmicos.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 447).

Elaborados em rochas disponíveis na região, especificamente, arenito silicificado, basalto e calcedônia, o material lítico do sítio é composto por núcleos, artefatos plano-convexos, lascas sem retoques, fragmentos de lascamento e termóferos. Em alguns casos, foi possível sugerir o uso destes para raspar, extrair lascas, além do uso em estruturas de fogueiras.

A análise exclusiva do material lítico, levou os pesquisadores a proporem uma interpretação, na qual se relaciona, “o comportamento humano a um quadro de adaptação e permanência em que a indústria lítica visa suprir as demandas de uma sociedade cuja economia está marcada por um misto entre caça e horticultura.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 457).

O procedimento analítico dos fragmentos cerâmicos, examinou diversos aspectos do processo produtivo do material, que se mostraram similares aos constatados nas análises dos sítios PCH Confluência 7, 9 e 11, já apresentados. Porém, cabe acrescentar, que através das projeções, foram identificadas sete unidades morfológicas, ou seja, sete vasilhas, cujas características se enquadram nas “cerâmicas típicas da Tradição Itararé/Taquara” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 465). Outras evidências igualmente indicam para essa atribuição cultural, dentre elas, processo de queima, o qual aponta “que fatores culturais atuam na intenção de obter vasilhas escurecidas.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 463).

Devido ao não reconhecimento de estruturas arqueológicas e outras características do sítio PCH Confluência 12, as evidências ou melhor, a falta delas, impulsionou a interpretação de que o sítio aponta para “uma ocupação de curta permanência” (Espaço Arqueologia, julho de 2022c, p. 468). Mesmo assim, a análise do material cerâmico assentou o entendimento deste pertencer a “uma economia de manejo e cultivo de espécies vegetais” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 469).

Também com materiais líticos e cerâmicos dispostos em superfície, o sítio PCH Confluência 13, foi identificado a 642 m de altitude, assentado “em meia vertente de relevo suave, a aproximadamente 300 metros da margem direita do Rio Marrecas, a 250 metros do sítio PCH Confluência 11.” (Espaço Arqueologia, 2021h, p. 6).

De acordo com o informe de escavação: “No ato de seu mapeamento, foi identificado concentração de materiais cerâmico associados a dispersão de algumas lascas líticas” (Espaço Arqueologia, 2021i, p. 40). Na porção central do sítio, onde concentrava-se o material de

superfície, foram instaladas cinco quadrículas de 1m², “espaçadas de 10 em 10 metros e escavadas em níveis artificiais de 10 centímetros.” (Espaço Arqueologia, 2021i, p. 42).

No primeiro nível (0 a 10 cm), foram evidenciados materiais arqueológicos somente na unidade 100E/100N. No nível 2 (10 a 20 cm), foram constatados “vestígios arqueológicos nas unidades amostrais 100E/110N, 100E/100N, 100E/90N e 90E/100N.” (Espaço Arqueologia, 2021i, p. 44). Na unidade 100E/100N, foi evidenciada concentração cerâmica na parede da quadrícula, situação que provocou a escavação da unidade 101E/100N, está escavada, “até atingir o mesmo contexto evidenciado na unidade 100E/100N.” (Espaço Arqueologia, 2021i, p. 45). No terceiro nível (20 a 30 cm), fragmentos cerâmicos foram evidenciados nas unidades “100E/100N, 101E/100N e 100E/90N.” (Espaço Arqueologia, 2021i, p. 46). Nestas unidades, foram escavados um quarto nível (30 a 40 cm), mas nenhum material foi identificado, resultado que se repetiu na perfuração de poços-teste de 50 cm no interior das unidades.

Além disso, foram instaladas nove sondagens exploratórias de 50x50x30 cm, que escavadas, evidenciaram apenas um material arqueológico, este “na sondagem 100E/80N.” (Espaço Arqueologia, 2021i, p. 50). Encerradas as intervenções de subsuperfície, trinta e oito materiais foram recolhidos na “coleta controlada dos materiais evidenciados na superfície” (Espaço Arqueologia, 2021i, p. 5). Após a curadoria, foi contabilizado duzentos e cinquenta e três materiais arqueológicos provenientes do sítio PCH Confluência 13, destes, “14 são líticos e 239 fragmentos de cerâmica” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 487).

Numericamente reduzido, o material lítico é variado, composto por peças classificadas pela análise da Espaço Arqueologia (2022c), como núcleo, lascas com e sem retoque, façonado, fragmento, termófero, bloco, e drusa com retoque. Dentre as rochas utilizadas como matéria-prima, foram constatados o uso de arenito silicificado, basalto, argilito, arenito e quartzo.

Em alguns casos, foi possível atribuir funcionalidade, apesar da avaliação considerar que, o material possui instrumentos com pouca standardização, indicando “o uso expediente de lascas para satisfazer necessidades pontuais, sem investimentos em sua formatação ou reativação de gumes.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 513). Além disso, a identificação de termóferos em seixo de basalto, “sugere a presença de estruturas de combustão que não foram preservadas devido aos processos pós-deposicionais.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 513).

Um bloco de arenito com marcas de desgaste, dentre outros usos, sugere emprego no desgaste de superfícies de madeira, podendo estar “relacionados às unidades domésticas, devido ao seu grande emprego para a transformação e processamento de alimentos.” (Espaço

Arqueologia, 2022c, p. 513). Sendo que a drusa de quartzo, com marcas de retoque, apresenta-se adequada para uso de perfuração.

Descritos em Espaço Arqueologia (2022c), o material cerâmico do sítio PCH Confluência 13, foi submetido a diversos procedimentos analíticos, que colaboram com o entendimento de aspectos do processo produtivo e das principais características do material cerâmico, contribuindo para possíveis interpretações do contexto do sítio.

Conforme resultado das análises, o sítio PCH Confluência 13 apresentou conjuntos formados por doses vasilhas, número estabelecido a partir de “base de remontagens a agregações dos fragmentos de borda, no contexto analisado” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 514). Constituídos de paredes finas, com pastas de “grãos finos do tipo mineral com alta densidade” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 501). Os fragmentos de cerâmica manufaturados a partir de modelagem, apresentam superfícies externas alisadas e queimas redutoras, que “demonstram a intenção em se obter peças escurecidas” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 504).

A partir da análise dos segmentos, foram evidenciadas morfologias elaboradas com bordas extrovertidas, colo estrangulado, poucas peças rasas “sendo a maioria vasilhas alongadas, todas incluídas dentro aquilo que é conhecido como tradição Itararé/Taquara” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 508).

O contexto é discutido com base na associação entre o material lítico e cerâmico evidenciado no sítio, que foi entendido como possível assentamento sazonal, “não muito intenso, com número reduzido de indivíduos – de até 10 pessoas – cujas práticas econômicas remetem a caça e a coleta, para além de uma agricultura básica.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 514).

Composto de material lito-cerâmico, o sítio PCH Confluência 14, foi encontrado em uma altitude de 668 m, “situado entre o topo e a meia encosta superior de um platô, a aproximadamente 710 metros da margem direita do Rio Marrecas, e 100 metros do sítio PCH Confluência 9.” (Espaço Arqueologia, 2021l, p. 1).

Conforme os procedimentos relatados em Espaço Arqueologia (2021m), a distribuição dos vestígios se apresentou de forma regular no polígono do sítio, concentrando no centro deste, local onde foram instaladas sete unidades amostrais de 1m², “espaçadas de 10 em 10 metros e escavadas em níveis artificiais de 10 centímetros.” (Espaço Arqueologia, 2021m, p. 3).

No nível 1 (0 a 10 cm), foram evidenciados materiais arqueológicos em cinco unidades amostrais, “110E/100N, 100E/100N, 100E/109N, 100E/90N e 120E/100N.” (Espaço

Arqueologia, 2021m, p. 4). No segundo nível (10 a 20 cm), houve redução de material arqueológico, esses encontrados apenas nas quadriculas “100E/100N e 120E/100N.” (Espaço Arqueologia, 2021m, p. 6). No terceiro nível (20 a 30 cm), nenhuma unidade proveu material arqueológico. Nos poços-testes escavados no interior das quadriculas, que alcançaram até 50 cm de profundidade também não houve a identificação que quaisquer vestígios, assim como nas dez sondagens exploratórias escavadas de 50x50x30 cm.

Por outro lado, ao fim dos procedimentos de escavação, “foram realizadas as atividades de coleta controlada dos materiais evidenciados na superfície, resultando na recolha de 284 (duzentos e oitenta e quatro) materiais arqueológicos.” (Espaço Arqueologia, 2021m, p. 11). Somados ao material proveniente das escavações, formaram um conjunto que totalizou trezentos e trinta materiais, sendo que destes, “73 são líticos, 256 fragmentos de cerâmica e 1 material descartado por não ser de origem antrópica” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 535).

O material lítico encontrado sítio PCH Confluência 14, conforme descrição da Espaço Arqueologia (2022c, p. 538), é composto por líticos lascados e polidos, especificamente, núcleos, lascas com e sem retoque, fragmentos, plano-convexos, façoados, mãos de pilão, seixos com desgaste, seixos naturais, ápice em drusa com retoque e termóferos. Variedades tipológicas que, em alguns casos, apresentaram funcionalidades como: raspar, processar de vegetais, raspagens de superfícies, extração de lascas e uso em fogueiras. Nos conjuntos, foram identificadas o uso de matéria-prima constituída por rochas com ocorrência natural na região: arenito silicificado, basalto e quartzo, sendo a última reconhecida apenas no ápice de drusa.

A interpretação decorrente da análise do material lítico considerou o sítio com uma indústria lítica de cadeia operatória complexa, em que, prevalecem artefatos expedientes, mas também com artefatos planos-convexos, “que apesar de formais, não demonstram uma standardização quanto a sua parte apreensiva, apresentando evidências de uso, mesmo com erros de talhe em sua formatação.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 564). Quanto ao lítico polido, representados por duas mãos de pilão, confeccionadas a partir de diferentes matérias primas, uma em basalto e a outra em arenito silicificado, “demonstram um alto investimento na sua produção e sugerem um uso do espaço de maneira mais prolongada, com caráter habitacional.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 564).

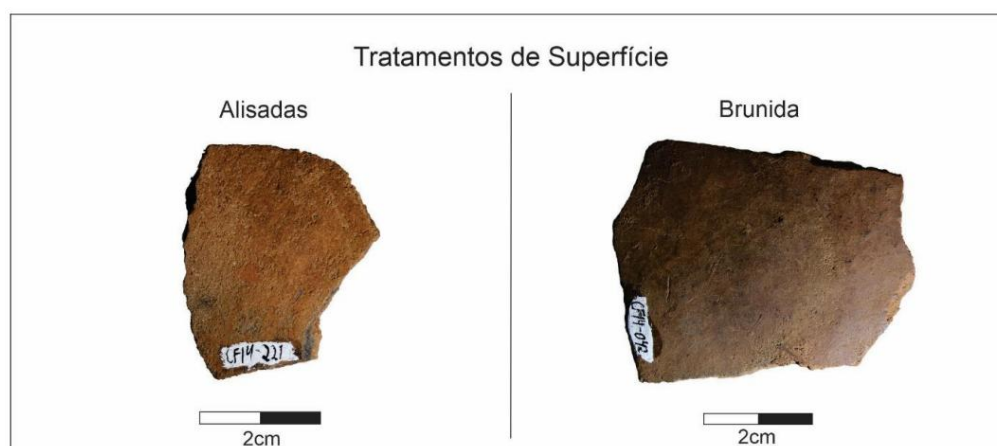
O material cerâmico do sítio PCH Confluência 14 foi avaliado no processo de análise padronizado em Espaço Arqueologia (2022c), “resultando em interpretações acerca do processo produtivo e a quantificação no Número Mínimo de Vasilhas com base nas análises dos fragmentos de borda.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 552).

Em síntese, foram reconhecidas trinta e uma unidades morfológicas, cada uma equivalente a uma vasilha, sendo que destas, vinte possibilitaram projeções interpretativas a partir da orientação das bordas, permitindo determinar o diâmetro da peça. Além disso, foi observado que “todas as bordas são extrovertidas, havendo uma Unidade morfológica rasa CF14_068, as demais são vasilhas alongadas” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 559).

O resultado da análise não se diferencia significativamente das demais apresentadas até aqui, compondo mais um conjunto de fragmentos, que evidenciam aspectos tecno-morfológicos, que indicam, recipientes pequenos e médios, de troncos alongados, paredes finas, pastas homogêneas constituídas de grãos finos, confeccionadas por modelagem, com queimas redutoras com tendência a peças de coloração escura.

Embora predomine superfícies externas alisadas, foi destacado que foi observado, “em alguns fragmentos, um intenso processo de alisamento das superfícies externas dando um aspecto de brunimento.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 555). A diferenciação entre a superfície alisada e a com efeito brunido foi ilustrada no relatório, aqui reproduzida na figura 16.

FIGURA 16. DISTINÇÃO ENTRE SUPERFÍCIE ALISADA E BRUNIDA.



Fonte: Espaço Arqueologia, (2022c, p. 555).

A predominância de fragmentos alisados em relação aos brunidos, foi justificada pela fragilidade do “fino acabamento nas superfícies cerâmicas nem sempre se preserva ao tempo” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 564).

Diversos aspectos evidenciados pela análise cerâmica, estimulou a consultoria a enquadrar o material cerâmico do sítio PCH Confluência 14, na Tradição Itararé-Taquara. Na discussão conjunta dos elementos cerâmicos e líticos que compõem o sítio, foi estimada densidade demográfica do sítio, compreendido como pertencente a um sistema de economia

“de caça/coleta com uma horticultura incipiente a ponto de manter sobre aquele padrão um grupo de não mais que 20 pessoas.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 565).

Com material lito-cerâmico disposto em superfície, o sítio PCH Confluência 15, foi identificado a 653 m de altitude, em uma área situada “entre o topo e a meia encosta superior de um platô, a aproximadamente 260 metros da margem direita do Rio Marrecas, e 330 metros do sítio PCH Confluência 4.” (Espaço Arqueologia, 2022a, p. 2).

Com base na distribuição do material arqueológico em superfície, foi estabelecido o ponto central do sítio, neste, foram instaladas nove quadrículas de 1m², estas unidades amostrais, assim como nos outros sítios escavados pela consultoria, foram “espaçadas de 10 em 10 metros e escavadas em níveis artificiais de 10 centímetros.” (Espaço Arqueologia, 2022b, p. 3).

No nível 1 (0 a 10 cm), foram evidenciados materiais arqueológicos em oito unidades: “100E/100N, 100E/110N, 100E/120N, 100E/130N, 95E/100N, 95E/125N, 100E/90N e 99E/120N.” (Espaço Arqueologia, 2022b, p. 4). Porém, no segundo nível (10 a 20 cm), somente foi encontrado material “na unidade 100E/90N.” (Espaço Arqueologia, 2022b, p. 6). No terceiro nível (20 a 30 cm), não ocorreu material em nenhuma das unidades amostrais.

Poços-testes de 50 cm de profundidade foram perfurados nas bases das unidades escavadas, “os quais apontaram para ausência de vestígios arqueológicos em níveis mais profundos.” (Espaço Arqueologia, 2022b, p. 9). Também foram escavadas treze sondagens exploratórias de 50x50x30 cm, nas quais, “foram evidenciados materiais arqueológicos no primeiro nível (0-10 cm) de profundidade nas Sondagens 105E/120N; 100E/125N e 100E/130N.” (Espaço Arqueologia, 2022b, p. 10).

Na coleta controlada de materiais em superfície, realizadas após a escavação do sítio, foram recolhidos “(quatrocentos e doze) materiais arqueológicos” (Espaço Arqueologia, 2022b, p. 11). No total, o resgate do sítio PCH Confluência 15 resultou na coleta de quatrocentos e oitenta e seis materiais, dos quais “68 são líticos, 418 fragmentos cerâmicos” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 596).

Conforme o resultado da análise, exposta em Espaço Arqueologia (2022c), estes materiais foram confeccionados a partir de três matérias primas, arenito silicificado, basalto e quartzo. O material lítico do sítio é composto por lascas com e sem retoque, façoados, fragmentos de lascamento, ápices de drusas com retoque, termóferos e seixos naturais. Nos

casos em que foi possível reconhecer alguma funcionalidade, foram atribuídas as funções de raspar, cortar e uso em estruturas de combustão.

Embora muitos artefatos apontem para funções similares, foi considerado que o sítio apresenta “uma indústria lítica pautada tanto em uma cadeia operatória complexa, com produção de instrumentos formais com diferentes morfologias, perfis plano-convexo e biconvexa” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 621). O material lítico foi associado ao componente cerâmico do sítio.

Com um conjunto de quatrocentos e dezoito fragmentos cerâmicos, que foram expostos a diversos processos de análise, foi identificado cinquenta e duas unidades morfológicas. No conjunto, foram evidenciados aspectos tecno-morfológicos que apontam para vasilhas confeccionadas por modelagem, constituídas por pastas de grãos finos de alta densidade, paredes finas, com superfícies externas com diferentes níveis de alisamento, e queimas redutoras, que evidenciam intenção de produzir vasilhas escurecidas. As projeções de bordas, indicam que “todas são extrovertidas, havendo poucos casos de peças rasas, sendo a maioria vasilhas alongadas, todas incluídas dentro aquilo que é conhecido como tradição Itararé/Taquara.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 614).

O tamanho das vasilhas foi avaliado com objetivo de mensurar demografia, sendo sugerido “se tratar de um volume passível de processar alimentos a um grupo de não mais que 15 pessoas” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 621). O sítio foi considerado similar ao padrão dos outros sítios do projeto, como um espaço de “assentamentos de curta à média duração, visto, sobretudo, pela densidade do material e a dispersão que, pelos dados, demonstrar ser um sítio raso, como até 30cm de profundidade e material disperso num raio 10 metros.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 621).

A demografia reduzida, é reforçada pelo entendimento do conjunto lítico e cerâmico, que conforme análise da consultoria remete a “um modelo de economia com caça e coleta, bem como com o manejo e cultivo de espécies vegetais. Sendo um padrão, até o momento, para naquela região, no que tange a ocupação dos grupos Jê do Sul.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 622).

Composto por material lito-cerâmico, o sítio PCH Confluência 16, está posicionado em altitude de 652 m, “situado entre o topo e a meia encosta superior de um platô, a aproximadamente 375 metros da margem direita do Rio Marrecas, e 95 metros do sítio PCH

Confluência 13.” (Espaço Arqueologia, 2022a, p. 4). Durante as prospecções de superfície, realizadas no sítio, foi encontrado um pote cerâmico preservado de proporções reduzidas.

Assim como nos outros sítios do projeto, a área escavada foi estabelecida a partir do ponto central do sítio, definido com base na distribuição dos fragmentos cerâmicos identificados em superfície. Neste sítio, foram instaladas seis unidades amostrais de 1m², “espaçadas de 10 em 10 metros e escavadas em níveis artificiais de 10 centímetros.” (Espaço Arqueologia, 2022b, p. 12).

No nível 1 (0 a 10 cm), foram evidenciados materiais arqueológicos nas unidades: “100E/100N, 100E/90N. 110E/100N e 100E/111N.” (Espaço Arqueologia, 2022b, p. 14). No segundo nível (10 a 20 cm), o material ocorreu apenas nas quadrículas “100E/110N e 100E/111N.” (Espaço Arqueologia, 2022b, p. 16). No terceiro nível (20 a 30 cm), nenhuma unidade proveu material arqueológico. Perfurados poços-teste de 50 cm no centro das quadrículas, nenhum evidenciou material arqueológico em profundidade.

Além disso, foram escavadas onze sondagens exploratórias de 50x50x30cm, nestas, apenas na sondagem 110E/90N “foi evidenciado um material arqueológico no segundo nível (10-20 cm) de profundidade” (Espaço Arqueologia, 2022b, p. 21). Encerradas as intervenções de subsuperfície, foi realizada a “coleta controlada dos materiais evidenciados na superfície, resultando na recolha de 215 (duzentos e quinze) materiais arqueológicos.” (Espaço Arqueologia, 2022b, p. 22). Somados ao material proveniente da escavação, foram resgatados no sítio PCH Confluência 16, “324 materiais, sendo que deste total, 35 são líticos, 289 fragmentos de cerâmica” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 661).

Conforme Espaço Arqueologia (2022c) o material lítico do sítio é composto por núcleos, lascas com e sem retoque, ápice em drusas, fragmento com retoque, termóferos e seixos naturais. O material lítico do sítio foi elaborado a partir de quatro matérias-primas distintas, arenito silicificado, basalto, quartzo e calcedônia, todas rochas com ocorrência na região. Dentre as funcionalidades atribuídas pela análise, foram identificados usos relacionados a raspar, cortar, extração de lascas e diversos usos em estruturas de combustão.

Diante do resultado da análise de aspectos tecno-funcionais do material lítico, foi expresso que “apesar de metodologias standardizadas na debrtagem de núcleos, não exibe uma alta complexidade quanto ao talhe, sendo composto por instrumentos expedientes, utilizados a partir de suportes como lascas, fragmentos de lascamento e drusas.” (Espaço Arqueologia,

2022c, p. 687). O material foi associado ao material cerâmico do sítio, compondo um mesmo sistema de ocupação.

Em laboratório, foram realizadas a curadoria e diversos procedimentos analíticos no conjunto cerâmico do sítio, dentre os quais, a análise de projeção de bordas, que apontou para quantificação de quarenta e três unidades morfológicas, cada uma correspondente a uma vasilha, além de uma vasilha em miniatura, que foi coletada intacta.

De forma geral, o conjunto apresentou características que sinteticamente descritas, correspondem a vasilhas confeccionadas a partir da técnica da modelagem, constituída de pasta com grãos finos de alta densidade, paredes finas, bordas reforçadas, superfícies externas alisadas, submetidas a processo de queima redutora, que apontam para “intenção em se obter peças escurecidas, demonstrando ser um elemento tecnológico que assume uma qualidade cultural.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 676). Desta forma, estabeleceu-se relação com o “padrão das cerâmicas associadas aos Jê do Sul é entendida como sendo da tradição Itararé/Taquara” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 687). Na análise do conjunto cerâmico, recebeu destaque a pequena vasilha encontrada intacta na superfície do sítio (figura 17).

FIGURA 17. VASILHA INTACTA, CLASSIFICADA COMO MINIATURA.



Fonte: Espaço Arqueologia, (2022c, p. 688).

Embora classificada como miniatura, os pesquisadores demonstraram cautela com o termo, justificando que o fato de ter sido classificada como, não necessariamente significa que se trate de uma. A falta de referências sobre peça similar, dificultou a interpretação sobre sua função.

Conforme mencionado em Espaço Arqueologia (2022c), foi realizada comunicação pessoal o professor André Prous, da Universidade Federal de Minas Gerais, e que este informou ter identificado mais de duzentas vasilhas de proporções semelhantes em sítios de contexto Tupiguarani, associando-as “ao trato com crianças, seja no processo de aprendizagem ou como “brinquedos”, podendo ainda, em alguns casos, ser para conter algo “preciso”.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 745).

Mesmo assim, foi afastada a hipótese de esta ser resultado de “uma fase de aprendizado, na qual crianças elaboram pequenas peças.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 688). O argumento elencado para a recusa de tal possibilidade, foi a experiência de um dos pesquisadores da equipe consultora em arqueologia experimental, segundo o qual, “peças de menor tamanho demanda de certa habilidade que uma pessoa inexperiente não consegue executar facilmente.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 688).

Com base nos atributos tecno-morfológicos, da vasilha que apresenta vertedouro, foi interpretado que esta, “trata-se de um utensílio intencionalmente produzido para uma função muito particular, da qual não há paralelos até o presente.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 689). Além disso, foi explorado elementos simbólicos da vasilha, que por ser encontrada íntegra, poderia “representar uma permanência sólida da estrutura social naquele território, mesmo considerando o período de contatos e conflitos” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 746).

Respaldados pelo conjunto de informações provenientes dos demais sítios registrados e pesquisados pelo projeto, o sítio PCH Confluência 16, devido a cultura material apresentada, foi enquadrado a Tradição Itararé-Taquara, compondo um padrão de assentamento, baseado em “uma economia adaptada a exploração da caça/pesca e coleta com o manejo e cultivo de espécies vegetais.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 689).

Neste contexto, especificamente, a interpretação sugere um peso maior a horticultura, no entanto, tal fator não parece refletir na demografia estimada, pois o sítio é atribuído a “um grupo já adaptado a horticultura que tem, no seu contingente uma ou duas famílias com cerca de 10 a 15 pessoas vivendo em períodos longos ou médios naquele local, podendo ser, também em um modelo sazonal.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 689).

Na discussão geral, proposta pela Espaço Arqueologia (2022c), o contexto ambiental dos sítios e suas relações com os grupos que os ocuparam, fora estabelecido de forma ampla, destacando características referentes a geografia física do Segundo Planalto Paranaense, que “apresenta aspectos comuns às terras altas do sul do Brasil (Planalto Meridional Brasileiro), em que as cotas variam entre 500 e 1200 metros de altitude de relevo acidentado, com diversas serras” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 732).

Os sítios não foram datados, mas por estarem em contextos superficiais, ou com pouca profundidade foram associados “a uma paisagem ambiental semelhante à atual, onde, fitogeograficamente, a região em questão caracteriza-se como Floresta Ombrófila Mista” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 733). Ambiente, que segundo os pesquisadores, propiciou o desenvolvimento de uma ocupação com “dinâmicas próprias na exploração os recursos disponíveis e adaptações ao território, ao passo que modelos econômicos ditam as tecnologias a serem usadas ou adaptadas.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 733).

Considerando a uniformidade tecnológica do material lítico lascado proveniente dos sítios, em maioria foram considerados expedientes, isto é, “produzidos para solucionar necessidades pontuais e descartados logo após seu uso, sem um grande investimento em sua produção e sem reativação de gumes.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 739). Somente o lítico polido, constituído por dois fragmentos pertencentes a mãos de pilão, ambas encontradas no sítio PCH Confluência 14, por indicarem ambiente habitacional, fez com que fosse sugerido ao sítio “uma maior permanência no local, ou maior número de pessoas” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 739).

Sobre o material cerâmico dos sítios PCH Confluência 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, relacionados ao Jê do Sul, e classificados na Tradição Itararé-Taquara, diferentemente do que se apresentou nas análises e discussões específicas a cada sítio, foi complementado, mesmo que sem indicação do sítio ou sítios em que ocorreu, que em alguns casos, foi identificado a técnica do “colombino” na manufatura da cerâmica, “porém não são uniformes e nem sequenciados” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 741). Também foi pela primeira vez mencionado, igualmente sem apontar a procedência, a presença “de decoração plástica, normalmente por incisões.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 741).

A predominância dos sítios com cerâmica Itararé-Taquara, evidentemente fez com que os sítios fossem relacionados aos Jê do Sul. Para reforçar o argumento construído com base na cultura material, a consultoria acrescentou aspectos ambientais que constituem a territorialidade Jê do Sul, para isso, recorreu ao “trabalho de Gregório de Souza et. al. (2016) aponta para o

planalto e os rios menores como área de influência Jê Meridional.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 742).

Comparando os sítios Itararé-Taquara do complexo “PCH Confluência” com outros sítios da mesma Tradição pesquisados pela consultoria em outras regiões do Planalto Meridional, foi concluído que “o padrão dos sítios Jê remete a um modelo sólido, cujo sistema de assentamento se repete em outras regiões.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 744).

Mesmo sem datações, a quantidade e a proximidade entre os sítios foi interpretada como evidência de não contemporaneidade das ocupações, indicando um processo de reocupações ao longo do tempo, conduzindo os pesquisadores a considerarem que o espaço foi ocupado por grupos “em adaptação social, mas de cultura e economia sólida, cuja a exploração do ambiente pode ser entendida como uma economia mista, de caça/coleta e agricultura, tendo o território como um espaço amplamente conhecido e reocupado por gerações.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 746).

Outro projeto, desenvolvido na região do rio Marrecas, a “Avaliação de Potencial Arqueológico na Área de Implantação da Linha de Distribuição de Alta Tensão 138 KV Faxinal da Boa Vista – Turvo e Subestação Faxinal da Boa Vista, Município de Turvo – PR”, (Processo IPHAN nº 01508.000076/2018-24), também executado pela Espaço Arqueologia, sob a coordenação de Valdir Luiz Schwengber.

O projeto foi protocolado em maio de 2018, sendo o último documento coletado no SEI-IPHAN, referente a setembro de 2022, especificamente neste escopo, foram identificados três sítios: Turvo 1, 2, e 3. Além disso, o projeto efetuou o registro de outros dois sítios, Faxinal da Boa Vista 1 e Faxinal Saudades de Santa Anita 1.

Faxinal da Boa Vista 1 e Faxinal Saudades de Santa Anita 1, foram levantados no âmbito do “Componente Indígena do Licenciamento Ambiental” de dois empreendimentos que afetaram a TI Marrecas, Biolótus (2019; 2020). O “Componente Indígena do Estudo de Impacto Ambiental PCH Confluência e a Linha de Conexão 34,5 Kv”, Biolótus (2019), e “Componente Indígena do Estudo de Impacto Ambiental da PCH Boa Vista II e das Linhas de Distribuição de Alta Tensão 138 kv Vila Carli – Turvo – Turvo Faxinal da Boa Vista e Subestações.” Biolótus (2020). Ambos os estudos, coordenados pelo etnólogo Paulo Roberto Homem de Góes, com atuação do autor desta tese.¹²²

¹²² Em Biolótus (2019; 2020), foi destacado o potencial arqueológico da região afetada pelos empreendimentos, pois a equipe de ciências humanas compartilhava o entendimento, de que estes sítios estavam relacionados a

Informada a existência dos sítios pelo componente indígena, esses foram inclusos ao componente arqueológico do licenciamento, que efetuou os registros no IPHAN. Desta forma, o projeto (Processo IPHAN nº 01508.000076/2018-24), resultou no registro de cinco sítios arqueológicos, todos localizados no município de Turvo – PR. Neste tópico, serão apresentados somente os sítios Turvo 1, 3, Faxinal da Boa Vista 1 e Faxinal Saudades de Santa Anita 1, estes atribuídos ao período pré-colonial, o sítio Turvo 2, foi apresentado no tópico anterior, quando se tratou dos sítios de ocupação indígena no período histórico.¹²³

Composto por material lito-cerâmico, o sítio Turvo 1, foi encontrado em uma altitude de 1.156 m, no “topo de colina, a aproximadamente 420 metros do Rio Cachoeira.” (Espaço Arqueologia, 2018, p. 68). Durante sua delimitação, descrita em Espaço Arqueologia (2019), foram perfurados vinte e quatro poços-testes, porém só foram evidenciados materiais arqueológicos em superfície.

Identificadas as áreas de maior concentração do material em superfície, foram instaladas unidades amostrais de 1m², com espaçamento de dez entre elas. Conforme eventual ocorrência de materiais nas extremidades destas unidades, outras quadriculas foram abertas. Ao todo, foram prospectadas nove unidades amostrais, escavadas a partir de níveis artificiais de 10 cm. No nível 1 (0 a 10 cm), somente foram evidenciados materiais em duas quadriculas, “a unidade 100E/80N apresentou 2 (dois) fragmentos cerâmicos enquanto a unidade 111E/101N apresentou 1 (um) fragmento.” (Espaço Arqueologia, 2020a, p. 31).

Na segunda camada (10 a 20 cm), foi evidenciado aumento na ocorrência dos vestígios, que ocorreram nas unidades 100E/110N, 100E/80N, 111E/101N e 89E/101N. No nível 3 (20 a 30 cm), apenas duas unidades forneceram materiais arqueológico, a 80E/101N e “a unidade 100E/100N com 11 (onze) materiais entre líticos e cerâmicos além de apresentar início de uma estrutura formada por conjunto de blocos de rocha envoltos e mancha de carvão.” (Espaço Arqueologia, 2020a, p. 34).

Em decorrência da estrutura de rochas na porção norte da quadrícula 100E/100N, foi escavada a unidade “100E/101N) para verificação de possível continuidade destes elementos

História dos Kaingang da TI Marrecas. Em ambos os estudos, foi sugerido, que os aterros anelares se tratava de centros cerimoniais e territoriais dos Kaingang, foi esse o momento embrionário desta tese.

¹²³ O sítio Turvo 2, foi datado “pelo método “AMS” (D-AMS 038281), a referida amostra gerou uma data de 60 AP, alocando a ocupação do sítio por volta do ano de 1.890 AD, condizendo ao período histórico de ocupação regional.” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 182). Por esse motivo, foi tratado no item anterior, referente aos sítios de ocupação indígena do período histórico.

evidenciados no terceiro nível. Como conclusão, não foram identificados continuidade das estruturas de rocha assim como os vestígios de carvão localizados na unidade 100E/100N.” (Espaço Arqueologia, 2020a, p. 36). Na quadrícula 100E/101N, foi encontrado material somente no segundo nível (10 a 20 cm), escavada até o quarto nível, não se evidenciaram outros materiais arqueológicos.

Na unidade 100E/100N a escavação do quarto nível (30 a 40 cm), “apresentou continuidade da estrutura apresentada em nível anterior e necessitou ser escavada por mais um nível.” (Espaço Arqueologia, 2020a, p. 37). A estrutura evidenciada, está apresentada na figura 18.

FIGURA 18. ESTRUTURA EVIDENCIADA ENTRE O TERCEIRO E QUARTO NÍVEL DA UNIDADE 100E/100N.



Fonte: Espaço Arqueologia, (2020a, p. 38).

No quinto nível da unidade (40 a 50 cm), não foi detectado nenhum vestígio arqueológico, sendo as escavações encerradas. Em todas as unidades escavadas “foram perfurados poços-teste de até 50 centímetros de profundidade em seu interior; como resultado, nenhum vestígio arqueológico foi identificado.” (Espaço Arqueologia, 2020a, p. 39). Os resultados negativos repetiram-se nas escavações de sete sondagens exploratórias de 50x50x30cm nas extremidades do sítio.

Ao fim das atividades de resgate, entre líticos e cerâmicos, foram recolhidos os sessenta e seis materiais arqueológicos, destes, “(vinte e cinco) foram encontrados em superfície e 41 (quarenta e um) em subsuperfície.” Espaço Arqueologia, 2020a, p. 47). No relatório final, foi apresentado que desse total, foram contabilizados “(trinta e quatro) materiais líticos e 32 (trinta e dois) fragmentos cerâmicos.” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 119).

O resultado da análise do material lítico, apresentada em Espaço Arqueologia (2021j), identificou que estes, foram elaborados a partir de rochas de basalto, quartzo, arenito silicificado e calcedônia, matérias-primas de ocorrência na região. No conjunto, foram reconhecidas lascas com e sem retoques, fragmentos de lascamento, drusas fragmentadas, ápices de drusas com retoques, núcleos e termóferos.

Nos casos em que foi possível atribuir alguma funcionalidade as peças do conjunto, foram identificadas as funções de raspar, cortar, perfurar, extrair lascas, além do uso de termóferos em estruturas de combustão, que podem ter sido utilizados em diversas formas, “desde a delimitação de fogo, suporte para vasilhames e espetos, até termóferos, com função específica na estabilização da temperatura por irradiação.” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 150). Por fim, a partir da interpretação do contexto espacial, correlaciona-se a indústria lítica e o material cerâmico do sítio.

A análise dos trinta e dois fragmentos recolhidos no sítio Turvo 1, apresentou-se desafiadora, já que além do número de fragmentos ser considerado baixo, o contexto do sítio foi impactado pelo “cruzamento de duas vias de estradas, separando fisicamente em 4 partes, fato que contribuiu para arbitrar os conjuntos que deram origem as unidades morfológicas cerâmicas.” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 132).

Os fragmentos foram separados em conjuntos, a partir dos quais “foi determinado 14 unidades morfológicas.” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 132). Assimétricas, em decorrência das circunstâncias da pesquisa, opta-se aqui, pela apresentação do resultado geral das análises, que considerou a coleção homogênea, elaborada a partir de pastas com grãos finos de alta densidade, paredes finas, construídas a partir da técnica de modelagem, com superfícies externas alisadas.

Entretanto, foram constatadas variações no processo de queima, que apresentaram pouco controle, mesmo assim, considerou-se que tal fato, “não é razão para haver dissonâncias na uniformidade do conjunto, possibilitando, deste modo, associar essas cerâmicas ao contexto entendido como cerâmicas da Tradição Itararé/Taquara.” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 151).

Apesar do número reduzido de fragmentos, foi possível executar método de reconstrução de diâmetros de bordas e projeções de morfologias, que resultou na reconstrução digital de três morfologias, “cujas volumetria é na casa de 3 a 4 litros – os diâmetros são entre 10 a 14 cm.” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 152).

É destacado que a presença de material cerâmico, foi o único fator que conduziu a interpretação de que o sítio está relacionado a “uma economia de manejo e cultivo de espécies vegetais, tendo, seguramente, a caça e a coleta como suportes dentro desse modelo econômico.” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 151-152). O sítio teve a amostra de carvão (D-AMS 038280), associada a estrutura de combustão coletada no quarto nível 4 (40 cm), da unidade 100E/100N, a qual resultou na datação de 885 AP, conforme apresentado em Espaço Arqueologia, (2021j).

Identificado pela dispersão de material lítico e cerâmico em superfície, o sítio Turvo 3 está situado a 997 m de altitude, implantado “no topo de uma vertente de encostas suaves” (Espaço Arqueologia, 2019, p. 181). No ato de sua identificação, foram escavados nove poços-testes, no entanto, nenhuma evidência arqueológica foi constatada.

Sua escavação foi realizada com base no ponto central do sítio, onde foi identificada maior concentração de material, inicialmente foram instaladas cinco unidades amostrais de 1m², a primeira no ponto central, sendo as outras quatro distribuídas a dez metros de distância da central, nos sentidos dos pontos cardeais, todas quadriculas foram escavadas a partir de níveis artificiais de dez centímetros, como se detalha em Espaço Arqueologia (2020a).

No primeiro nível (0 a 10 cm), apenas a quadricula “100E/110N que apresentou um fragmento de quartzo na base do nível.” (Espaço Arqueologia, 2020a, p. 70). No nível 2 (10 a 20 cm), foi relatado evidências somente na unidade 100E/110N, “que apresentou dois cacos cerâmicos e um fragmento lítico, materiais estes dispostos na proximidade da parede oeste da unidade, sugerindo a abertura de mais uma unidade de pesquisa nesta direção.” (Espaço Arqueologia, 2020a, p. 71).

A nova quadricula, 99E/110N foi escavada, no nível 1 (0 a 10 cm) “foram identificados dois fragmentos cerâmicos, dois líticos e alguns blocos naturais em basalto” (Espaço Arqueologia, 2020a, p. 74). No segundo nível (10 a 20 cm), somente um fragmento de cerâmica foi identificado.

No terceiro nível (20 a 30 cm), não foi identificado material arqueológico em nenhuma das seis unidades escavadas. No interior de todas as quadriculas foram perfurados poços-testes de até cinquenta centímetros de profundidade, procedimento que não resultou em material

arqueológico. Além disso, oito sondagens exploratórias de 50x50x30cm foram abertas, nestas, também não foram evidenciados vestígios arqueológicos.

Concluído o procedimento de resgate no sítio Turvo 3, foram contabilizados vinte e três materiais recolhidos, destes, “(quatorze) materiais líticos e 9 (nove) fragmentos cerâmicos.” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 235).

Conforme detalhado em Espaço Arqueologia (2021j), o material lítico do sítio é composto por núcleo, lascas, fragmentos com retoques e fragmentos, confeccionados a partir de rochas de quartzo, arenito silicificado, basalto e calcedônia, todas matérias-primas de ocorrência na região. Dentre as funcionalidades reconhecidas na análise, quando identificadas, foram atribuídas as finalidades de raspar e extrair lascas.

A discussão gerada pela análise pormenorizada do material lítico considerou ser o material, “predominante o uso de artefatos expedientes, utilizados de maneira momentânea, sem uma metodologia bem definida de talhe ou morfologia reconhecível, sendo descartados após seu uso.” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 251).

Com base nas análises do processo produtivos da cerâmica, foi proposto que os conjuntos agrupados apresentam “(seis) Unidades Morfológicas” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 242). Apesar do número reduzido de fragmentos cerâmicos, o controle da distribuição espacial destes “permitiu, na sua medida, reforçar os dados sobre as unidades morfológicas identificadas com base em dados técnicos do processo produtivo.” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 242).

Nos conjuntos, foram identificados aspectos tecno-morfológicos considerados diagnósticos da Tradição Itararé-Taquara, dentre eles: composição da pasta por grãos finos, paredes finas elaboradas a partir da técnica do modelado, queima redutora com tendência a formar peças escurecidas, tratamento de superfície externa por alisamento, “havendo casos em que há o refinamento no acabamento com a aplicação da técnica conhecida como “brunir”.” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 252).

Em decorrência da correlação com o material cerâmico identificado no contexto, foi considerado que o material lítico, compõe uma esfera econômica do grupo que ali se estabeleceu, sob uma economia de “matriz hortícola com manejo de espécies vegetais, tendo também a caça como fonte de proteína.” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 251).

No ano de 2019, Paulo Góes e eu, enquanto executávamos o estudo do Componente Indígena da decorrente da PCH Confluência e PCH Boa Vista II, Biolótus (2019; 2020a),

tivemos contato com o professor de Geografia Luiz Fernando Urbanck, qual informou que alguns anos antes, durante uma aula, ao demonstrar o uso do *Google Earth* para seus alunos, descobriu uma estrutura circular no alto de um morro (atual sítio Faxinal da Boa Vista 1), na localidade do Faxinal do Boa Vista, no município de Turvo – PR, onde residia e lecionava na época. O professor, enviou o *link* com as coordenadas da estrutura, e algumas fotografias de materiais arqueológicos identificados por ele, quando realizou visita *in loco*, (figuras 19 e 20).

FIGURA 19 - MATERIAL LÍTICO IDENTIFICADO POR URBANCK NA ÁREA DO SÍTIO FAXINAL DA BOA VISTA 1.



Fonte: Luiz Fernando Urbanck (s.d. Cedida pelo autor).

FIGURA 20 - MATERIAL CERÂMICO IDENTIFICADO POR URBANCK NA ÁREA DO SÍTIO FAXINAL DA BOA VISTA 1.



Fonte: Luiz Fernando Urbanck (s.d. Cedida pelo autor).

Sobre o material lítico e cerâmico, o professor reconheceu enquanto material arqueológico, no entanto, afirmou não saber do que se tratava a estrutura circular por ele identificada. Com interesse em saber mais, repassou as informações, a um professor da graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro, que ficou de comunicar o achado para arqueólogos de Curitiba, porém, nunca recebeu retorno sobre o contato, (Luiz Fernando Urbanck, comunicação pessoal, 2019).

No mesmo ano, em diálogo com o engenheiro ambiental João Minuzo, que havia trabalhado com os Kaingang da TI Marrecas no processo de certificação de erva-mate, relatou a Paulo Góes, sobre a existência de outra estrutura circular, na comunidade faxinalense do Faxinal Saudades de Santa Anita, também no município de Turvo - PR. Por se tratar de uma comunidade tradicional, Paulo Góes e eu procuramos Dimas Gusso, que na época estava à frente da Associação Faxinalense Saudade de Santa Anita – AFASSA. Mesmo receoso das implicações que supostamente poderiam se desencadear, o faxinalense aceitou mostrar a área das estruturas, desde que a equipe se comprometesse a aguardar a iniciativa da própria comunidade comunicar oficialmente a existência do sítio ao IPHAN, pois a publicação destes dados, poderiam causar problemas a comunidade, que já enfrenta conflitos socioambientais e territoriais.¹²⁴

Na visita em 2019, por não ser da atribuição do Componente Indígena do licenciamento, não foram realizadas prospecções, a área estava coberta por vegetação e acúmulo de matéria orgânica, não sendo possível visualizar qualquer evidência de material lítico ou cerâmico, mesmo assim, foi possível reconhecer parte das estruturas dos aterros. Devido a estrutura estar fora da área de influência das obras, portanto sem risco a sua integridade, e considerando as tratativas com a comunidade, não foram inclusas as informações em Biolótus (2019;2020a), respeitando a determinação da comunidade faxinalense, que posteriormente, notificou a existência das estruturas a Superintendência do IPHAN no Paraná.

Em decorrência da comunicação realizada pela AFASSA ao IPHAN e das indicações nos estudos de Biolótus (2019; 2020), que considerou os impactos na preservação do patrimônio “etno-histórico” e arqueológico relacionados a história indígena, os aterros foram inclusos no “Programa de Registro de Sítios e Pesquisa Arqueológica, que faz parte do Componente Indígena do Projeto Básico Ambiental da Linha de Distribuição de Alta Tensão 138 kV SE Vila

¹²⁴ Dimas só concordou em apresentar a estrutura após contatar Reginaldo Aparecido Alves liderança Guarani Nhandewa e atual Cacique da Terra Indígena Pinhalzinho, em Tomazina-PR, pois queria saber se Paulo Góes e eu, que também já haviam atuado naquela Terra Indígena “eramos de confiança”.

Carli–SE Vila Carli– SE Ibema Papel (VCA-IBM) e Subestação Faxinal da Boa Vista.”(Espaço Arqueologia, 2022d, p. 2). Descritos em Espaço Arqueologia (2022d), os aterros foram registrados como sítios Faxinal da Boa Vista 1 e Faxinal Saudades de Santa Anita 1.¹²⁵

Situada no topo de uma colina, a 990 m de altitude, o sítio Faxinal da Boa Vista 1, é “composto por um círculo externo de aterro e uma plataforma circular interna. O aterro possui uma circunferência de aproximadamente 200 metros, com um raio de 32 metros, totalizando uma área aproximada de 4322m².” (Espaço Arqueologia, 2022d, p. 10). Atualmente encoberto pelo monocultivo de Pinus (*Pinus elliottii*), a Espaço Arqueologia (2022d), utilizou-se de imagens históricas do ano de 2014, a mesma que Góes e eu utilizamos nos estudos dos componentes indígenas do licenciamento ambiental da PCH Confluência e PCH Boa Vista II, em Biolótus (2019; 2020a), para visualizar no *Google Earth*, a estrutura anelar (figura 21).

FIGURA 21 - ATERRO ANELAR DO SÍTIO FAXINAL DA BOA VISTA 1, COM POLÍGONO DE DELIMITAÇÃO DO SÍTIO, ESTABELECIDO PELA ESPAÇO ARQUEOLOGIA (2022D).



Fonte: Imagem Google Earth do ano de 2014. In.: Espaço Arqueologia, (2022d, p. 10).

No sítio, foram desenvolvidas atividades de prospecções interventivas, com perfuração de poços-teste de até 70 cm de profundidade na parte interna e externa da estrutura, porém, não foi identificado “qualquer vestígio arqueológico e/ou feições macroscópicas que indicassem alteração antrópica.” (Espaço Arqueologia, 2022d, p. 8). Resultado divergente, do evidenciado

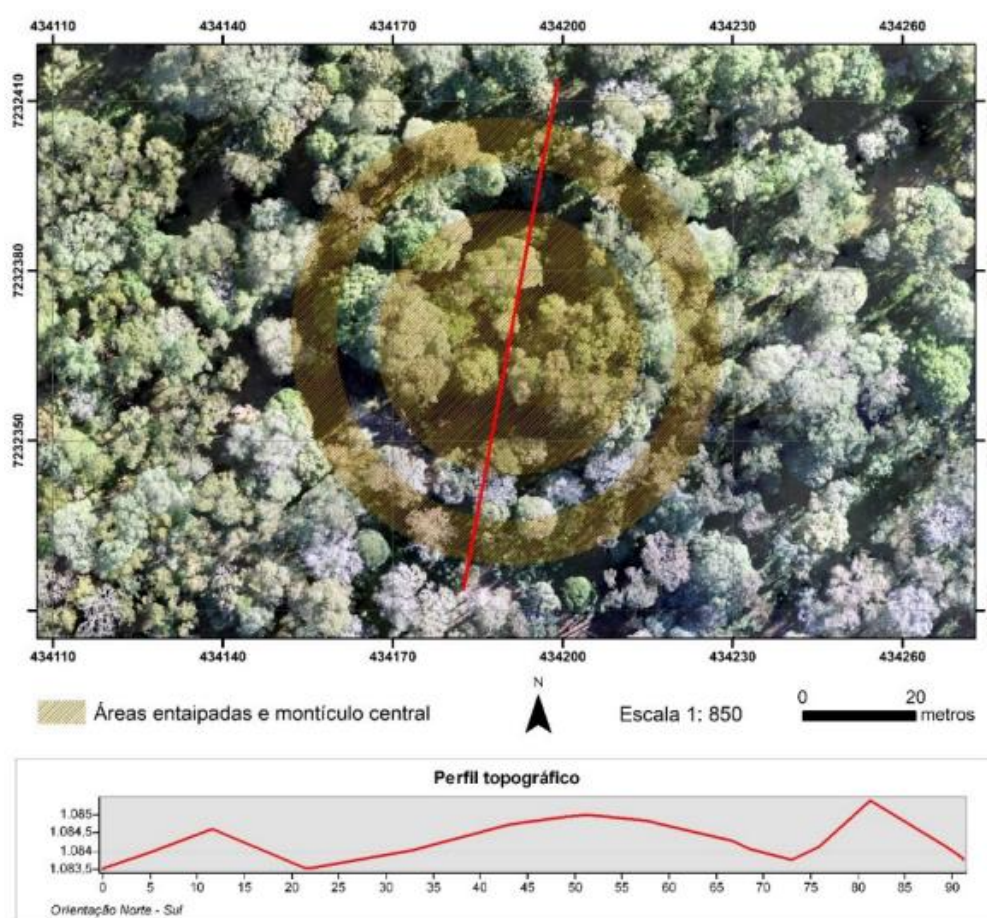
¹²⁵ Por estarem fora da Área de Influência Direta e Indireta dos empreendimentos licenciados, somente foram realizadas atividades de registro de ambos os sítios.

pela visita do geógrafo Luiz Fernando Urbanck, que identificou material lítico e cerâmico em torno da estrutura.

Já o sítio Faxinal Saudades de Santa Anita 1, encontra-se em uma altitude de 1085 m, igualmente implantado no topo de uma colina. Conforme a caracterização realizada pela equipe de arqueologia que fez o levantamento de campo, o sítio é “composto por uma estrutura circular externa de aproximadamente 200 metros de circunferência e um raio de 32 metros, tendo ainda uma plataforma interna, também circular. Sua área totaliza aproximadamente de 4339 m².” (Espaço Arqueologia, 2022d, p. 16).

A vegetação não permite visualizar a estrutura pelas imagens disponíveis no *Google Earth*, porém, o levantamento aerofotogramétrico realizado pela Espaço Arqueologia (2022d), resultou na planta da estrutura e na apresentação de seu perfil topográfico, (figura 22).

FIGURA 22 - PLANTA DA ESTRUTURA CIRCULAR E PERFIL TOPOGRÁFICO DO SÍTIO FAXINAL SAUDADES DE SANTA ANITA 1.



Fonte: Espaço Arqueologia, (2022d, p. 17).

Na área interna e externa da estrutura, foram realizadas prospecções de superfície e intervenções de subsuperfície, através da perfuração de poços-testes de até setenta centímetros de profundidade, porém, não se identificou “qualquer vestígio arqueológico e/ou feições macroscópicas que indicassem alteração antrópica.” (Espaço Arqueologia, 2022d, p. 15).

Embora, considerados expressivos devido a suas especificidades, estes dois sítios não encerram a diversidade de sítios relacionados a Tradição Itararé-Taquara na região. Outros processos de pesquisa também resultaram na identificação de sítios que podem colaborar com a compreensão da história das populações que ocuparam a região.

Desenvolvido desde 2018, e acompanhado por essa pesquisa até fevereiro de 2024, a “Avaliação de Impacto Arqueológico na Área de Implantação da PCH Paredinha, município de Turvo-PR” (Processo IPHAN nº 01508.000159/2018-13), foi conduzida pela Espaço Arqueologia, sob a coordenação de Valdir Luiz Schwengber. No período, foram identificados dois sítios arqueológicos, denominados Abrigo Paredinha 1 e Paredinha 2. O primeiro, composto por diversas gravuras rupestres, que serão apresentadas adiante, neste momento, apenas será apresentado o sítio Paredinha 2.

Encontrado durante atividades complementares da avaliação de impacto da obra,¹²⁶ o sítio Paredinha 2 teve sua identificação relatada em Espaço Arqueologia (2023c). Seu registro ocorreu durante prospecções e realização de poços-testes, próximas a uma abertura de acesso para a casa de força da PCH Paredinha.

As prospecções em subsuperfície não apresentaram nenhum material arqueológico, no entanto, nos caminhamentos, em um patamar de meia encosta, foram identificadas duas estruturas subterrâneas, implantadas a aproximadamente a 750 m de altitude, “uma delas com 5 metros de diâmetro e 1,6 metros de profundidade; e a outra com 3 metros de diâmetro e 0,5 metro de profundidade.” (Espaço Arqueologia, 2023c, p. 49). As estruturas podem ser observadas nas figuras 23 e 24.

¹²⁶ Devido a rearranjos de instalação de estruturas, mudanças de acessos e outros aspectos readequados ao longo do projeto da obra, o licenciamento Arqueológico da PCH Paredinha, precisou ser executado em quatro etapas.

FIGURA 23 - ESTRUTURA SUBTERRÂNEA COM 5 METROS DE DIÂMETRO. A LINHA TRACEJADA INDICA TOPO DO ATERRO COM NIVELAMENTO.



Fonte: Espaço Arqueologia, 2023c, p. 50.

No interior desta estrutura, foi perfurado poço-teste que alcançou solo litólico aos setenta centímetros de profundidade, no entanto, por volta dos cinquenta centímetros foi detectado “uma camada de carvão com blocos rochosos e evidências de sementes. Nos níveis mais superiores (entre 30 e 40 centímetros), se verifica o início do entulho e sedimentos que se acumularam após o abandono da estrutura.” (Espaço Arqueologia, 2023c, p. 49).

FIGURA 24 - ESTRUTURA SUBTERRÂNEA COM 3 METROS DE DIÂMETRO. A LINHA TRACEJADA INDICA TOPO DO ATERRO COM NIVELAMENTO.



Fonte: Espaço Arqueologia, (2023c, p. 50).

A perfuração do poço-teste nessa estrutura alcançou um metro de profundidade, sem que fosse constatada a camada litólica percebida na estrutura maior. O sedimento extraído por volta de oitenta centímetros de profundidade, evidenciou “uma camada com fragmentos de carvão e blocos rochosos associados à fogueira” (Espaço Arqueologia, 2023c, p. 49).

Como foram localizadas fora da “Área Diretamente Afetada” pelo empreendimento, não foram realizadas outras atividades investigativas, apenas foram tomadas precauções para proteger as estruturas de possíveis impactos, como “o cercamento, cobertura e sinalização do sítio” (Espaço Arqueologia, 2024, p. 20). Além disso, também houve continuidade do monitoramento arqueológico no entorno do sítio. Devido a prazo de conclusão desta tese, não se acompanhou o desenvolvimento destas atividades, que podem ter gerado novas evidências arqueológicas associadas ao sítio.

No extremo nordeste da área delimitada nessa pesquisa, na foz do rio Marrecas, na região onde este desagua no rio Ivaí, as atividades decorrentes do “Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – PAIPA Subgrupo I: Linha de Transmissão 525 kV Ivaiporã – Ponta Grossa (C1) e Linha de Transmissão 525 kV Ivaiporã – Ponta Grossa (C2) municípios de Ariranha do Ivaí, Cândido de Abreu, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Manoel Ribas, Pitanga, Ponta Grossa, Prudentópolis, Reserva e Turvo, Estado do Paraná.” (Processo IPHAN nº 01508.000226/2018-08), executado pela Zanettini Arqueologia, entre 2018 e 2023, sob a

coordenação do arqueólogo Paulo Eduardo Zannettini, resultou no registro e salvamento de diversos sítios arqueológicos, dentre eles, no município de Turvo – PR, foram identificados três: Entre Morros, Francisco e Morrote, relatados em Zannettini Arqueologia (de 2019).

Implantado em uma área de topo, em altitude que varia entre “475 a 490 metros” (Zannettini Arqueologia, 2021b, p.193), o sítio Entre Morros foi evidenciado a partir de intervenções com trado em subsuperfície na área de instalação de uma torre de transmissão de energia. No material extraído das perfurações prospectivas, evidenciou-se “certa densidade de vestígios cerâmicos, líticos e até mesmo ósseo nas intervenções em profundidade executadas” (Zannettini Arqueologia, 2019, p. 193).

Submetido a procedimentos de salvamento, descritos em Zannettini Arqueologia (2020b; 2021b), foram realizadas coletas controladas de material em superfície e tradagens, que possibilitaram identificar as áreas de concentrações de material, dispostas “na porção central, sul, leste e norte do sítio” (Zannettini Arqueologia, 2021b, p.87). Com isso, foram instaladas três unidades de escavações: “A Unidade de Escavação 01, medindo 2 x 2m, [...]. A unidade de Escavação 02, medindo 0,5 x 3m, [...] a Unidade de Escavação 03, com extensão de 0,5 x 2m” (Zannettini Arqueologia, 2020b, p. 23; Zannettini Arqueologia, 2021b, p.88).

Conforme representações do perfis estratigráficos das unidades escavadas, apresentados em Zannettini Arqueologia (2021b, p. 89-90), na unidade 1, verificada até 200cm de profundidade, foram identificadas quatro camadas com características distintas de solo, as três primeiras com registro de material arqueológico que ocorreu até a profundidade de 70 cm. A unidade 2, foi escavada até atingir 100 cm de profundidade, composta por três camadas com diferentes características edáficas, todas com material arqueológico, evidenciados até 70 cm. Por fim, escavada até 150 cm de profundidade, a unidade 3 perpassou por três camadas de solo com diferentes classificações, todas com material arqueológico, que ocorreram até de 60 cm.

Finalizadas as atividades de resgate do sítio Entre Morros, foram contabilizados dois mil cento e trinta e nove materiais arqueológicos, destes, oitocentos e quatro líticos e mil trezentos e trinta e cinco fragmentos de cerâmica, como aponta a síntese dos resultados de Zannettini Arqueologia, (2021b, p. 169).

A análise detalhada do material lítico e cerâmico proveniente do resgate do sítio Entre Morros, pode ser consultada em Zannettini Arqueologia (2021b; 2022), aqui serão destacados apenas alguns resultados, que amparam a discussão sobre o sítio.

Composto por líticos lascados e polidos, elaborados a partir de diferentes matérias-primas, dentre elas, o sílexito, arenito silicificado ágatas, quartzo e quartzito. Destaca-se que a maior parte do material lítico resgatado no sítio provém das unidades de escavação, “712 peças, correspondentes acerca de 88% do total” (Zanettini Arqueologia, 2021b, p. 193). Tal fato, torna explícita a concentração espacial do material, bem como a distinção estratigráfica em que foram localizados, no entanto, esse detalhamento não foi alcançado na documentação do processo disponível no SEI-IPHAN.

No sítio, foram identificados “dois sistemas de lascamento (S1 e S2); após a análise pode-se constatar nos líticos, especificamente nos núcleos, que o lascamento comportava dois sistemas com distintas técnicas.” (Zanettini Arqueologia, 2022, p. 101). O sistema 1 foi associado a ocupação de caçadores-coletores da Tradição Umbu, enquanto o sistema 2, indica associação com grupo ceramista, compondo um sítio com ao menos duas ocupações em temporalidades distintas. Sendo que neste capítulo, volta-se a atenção ao componente ceramista do sítio.

A distinção tecnológica entre os sistemas reconhecidos não permite afirmar que a o grupo ceramistas tenha apenas se utilizado do material lítico do sistema 2, já que, possivelmente, esses pudessem “identificar, coletar, utilizar e replicar o material lascado presente na área.” (Zanettini Arqueologia, 2022, p. 112). Desta forma, indica-se uma continuidade tecnológica, já que:

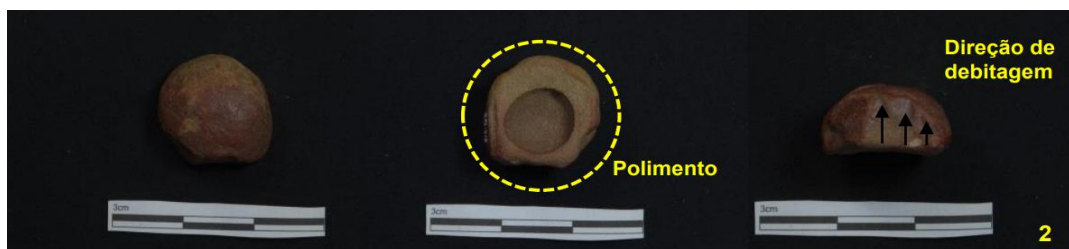
A existência de duas possíveis trajetórias “maiores” das indústrias líticas sugere que a ideia de que o período Formativo, a sedentarização e a prática de horticultura, vinculadas ao aparecimento da cerâmica não fizeram a tecnologia lítica reduzir seu “refinamento”. A associação com um material cerâmico de características preliminarmente definidas como pertencentes ao grupo étnico Jê do Sul, reforça a caracterização da área em questão como destinada à habitação. (Zanettini Arqueologia, 2021b, p.217).

No geral, a classificação tecno-tipológica resultou na distinção de nove categorias, compostas por lascas, fragmentos de lascas, artefatos, fragmentos de matéria-prima, núcleos, estilhas, líticos brutos utilizados, percutores e matéria-prima bruta. Dentre os artefatos lascados, destacam-se “peças unifaciais e bifaciais e representados por diversos tecnotipos, tais como planos convexos, raspadores, furadores, lascas retocadas, instrumentos múltiplos e pré-forma de ponta de projétil.” (Zanettini Arqueologia, 2021b, p. 195).

Dentre o material lítico, destaca-se uma “peça polida, classificada como um almofariz de pequenas dimensões” (Zanettini Arqueologia, 2021b, p. 195). Evidenciado entre 0-10 cm de profundidade da unidade de escavação 1 do sítio Entre Morros, o almofariz (figura 25), foi

descrito como: “Instrumento polido em arenito silicificado, com concavidade central circular e retiradas nos bordos laterais. Almofariz. Peso: 54g – Comprimento (eixo morfológico): 47,7 mm – Espessura mesial: 22,6mm” (Zanettini Arqueologia, 2022, p. 128).¹²⁷

FIGURA 25 - PEQUENO ALMOFARIZ ENCONTRADO NO SÍTIO ENTRE MORROS.



Fonte: Figura 2 – Prancha 17 In: Zanettini Arqueologia, (2022, p. 128).

O almofariz foi relacionado ao componente ceramista do sítio, que desde a sua identificação, relatada em Zanettini Arqueologia (2019), considerou o conjunto diagnóstico de uma indústria ceramista com vasilhas de pequeno e médio porte. Desde o primeiro contato com a cerâmica do sítio, notou-se, que em quase todas as bordas identificadas, destacava-se “uma pequena saliência no lábio, podendo esta ser uma marca tecnológica do grupo ou de uma ceramista.” (Zanettini Arqueologia, 2019, p. 197).

Além disso, foram introduzidas considerações sobre diferentes aspectos tecno-morfológicos analisados na ocasião, que subsidiaram a consultoria em reconhecer a associação do material cerâmico a Tradição Itararé-Taquara, porém, optou-se em Zanettini Arqueologia (2019), por utilizarem das nomenclaturas “Jê do Sul” ou “Jê Meridional”, sob o argumento, de que os termos contemplam uma continuidade histórica.

Por outro lado, na análise geral dos sítios do projeto que foram atribuídos aos Jê do Sul, Zanettini Arqueologia (2019) discute que, a baixa densidade do material cerâmico indica pouca produção de vasilhas, justificando para a consultoria, a interpretação de que isso ocorre “devido à alta mobilidade destes grupos e à posição secundária ocupada pela agricultura por parte destes povos, denominados por Rodrigues (2007) como “caçadores-ceramistas”. (Zanettini Arqueologia, 2019, p. 455-456).

Após os procedimentos de resgate, a curadoria contabilizou mil trezentos e trinta e cinco fragmentos cerâmicos, dos quais, a análise de projeções de bordas, confirmou que o conjunto cerâmico do sítio é composto “por vasilhas de pequeno e médio porte, com diâmetros de boca

¹²⁷ No sítio Vaca Brava, registrado pelo projeto na bacia do rio Ivaí foi encontrado almofariz semelhante, mas com proporções ainda menores, também relacionado aos Jê do Sul, e descrito em Zanettini Arqueologia, (2022).

que variam entre 4 e 24 cm, sendo mais comuns as vasilhas com diâmetros entre 10 e 14 cm” (Zanettini Arqueologia, 2021b, p. 320-321).

Em síntese, a cerâmica do sítio Entre Morros é constituída majoritariamente por pasta por minerais de grãos finos, sendo identificado o “acordelado como única técnica adotada para a construção das vasilhas.” (Zanettini Arqueologia, 2021b, p. 313). Sobre a queima, em geral, identificou-se ser realizada em baixas temperaturas. Em Zanettini Arqueologia, (2021c), se reconheceu sete fragmentos com engobe vermelho, no entanto, esses não alteram a predominância dos acabamentos de superfície realizados pelas duas técnicas identificadas na análise geral, em quais prevalece “o alisado, mais recorrente em ambas as faces, e a brunidura ou manchas de fuligem, responsáveis pela coloração escura e aspecto brilhoso exibido por algumas unidades de análise” (Zanettini Arqueologia, 2021b, p. 315).

Como destaque do conjunto, verificou-se um reforço em 98% das bordas: “Trata-se da aplicação de um filete de argila na face externa rente ao lábio em toda a circunferência de abertura, tornando esse atributo um indicador estilístico bastante expressivo.” (Zanettini Arqueologia, 2021b, p. 319). Além disso, “foi identificado um fragmento de corpo com aplique” (Zanettini Arqueologia, 2021b, p. 312). O fragmento com aplique pode ser observado na figura 26.

FIGURA 26 - FRAGMENTO COM APLIQUE, SÍTIO ENTRE MORROS.



Fonte: Zanettini Arqueologia, 2021b, p. 313.

Talvez, por se tratar de peça única, não foram apresentadas interpretações sobre essa característica. Com base nas formas e acabamentos, as vasilhas do conjunto foram associadas as “atividades de cocção (vasilhas restritas) e serviço/consumo (vasilhas abertas).” (Zanettini Arqueologia, 2021b, p. 321).

Considerados os diversos aspectos tecno-morfológicos e estéticos analisados, no conjunto cerâmico e sua associação com o material lítico do sistema 2, o sítio Entre Morros foi

considerado um sítio habitação, cujo componente ceramista foi relacionado aos “povos Jê do Sul, notadamente os Kaingang e Xokleng” (Zanettini Arqueologia, 2021b, p. 353).

Ambas as ocupações do sítio Entre Morros tiveram amostras de sedimentos submetidas a datação.¹²⁸ Conforme informações apresentadas em Zanettini Arqueologia (2023), o componente ceramista, atribuído aos Jê do Sul, teve o material datado coletado aos 30 cm de profundidade da Unidade de Escavação 2. Composta por fragmento de cerâmica com sedimentos associados, a amostra datada resultou em 880 ± 155 (Dat 5748) anos AP, procedimento executado pelo laboratório “Datação, Comércio e Prestação de Serviços LTDA”, pelo método Luminescência Oticamente Estimulada (LOE).

Também na parte baixa da bacia do rio Marrecas, outros dois sítios denominados Francisco e Morrote, identificados por Zanettini Arqueologia (2019), foram atribuídos ao período pré-colonial, no entanto, estes relacionados a Tradição Tupiguarani.

Composto por material lito-cerâmico identificado em superfície e profundidade, o sítio Francisco foi associado ao período pré-colonial. Posicionado a aproximadamente 480 m de altitude, em uma área plana, na “margem direita do rio Marrecas, próximo a sua foz no rio Ivai” (Zanettini Arqueologia, 2019, p. 204).¹²⁹

Durante as prospecções que resultaram na identificação do sítio, foram evidenciados materiais em superfície e subsuperfície, explorada por meio de tradagens, que de forma geral “atingiram uma profundidade final entre 68 a 110cm, sendo que em alguns casos com a presença de material arqueológico.” (Zanettini Arqueologia, 2019, p. 204-205).

¹²⁸ Para extratos mais profundos da ocupação do sítio, associados ao Sistema de lascamento 1, foram realizadas duas datações, a primeira proveniente da Unidade de Escavação 1, recolhida entre 60 e 70 cm de profundidade, foi apresentada em Zanettini Arqueologia (2022). Datada pelo laboratório “Datação, Comércio e Prestação de Serviços LTDA”, pelo método Luminescência Oticamente Estimulada (LOE), a amostra de sedimento (Dat 5409), resultou em uma data de 20.680 ± 1815 anos AP. No entanto, devido ao recuo ter sido considerado distante do quadro cronológico da ocupação da região, e terem sido recolhidas outras amostras passíveis de análises, o IPHAN solicitou novas datações a consultoria, a fim de conferir os resultados. Mesmo justificando que o método empregado para datação “avalia a última data de exposição do sedimento analisado à radiação cósmica (luz), estimando, desta forma, o período de formação do solo ocupado posteriormente que pode ou não coincidir com o momento de confecção e utilização do material lítico a ele associado” (Zanettini Arqueologia, 2023, p. 2), foi realizado a segunda datação, operada pelo mesmo laboratório e método, no entanto, desta vez, coletada aos 60 cm de profundidade da Unidade de Escavação 3, a amostra (Dat 5447) alcançou 9.500 ± 675 anos AP, sendo associada por Zanettini Arqueologia (2023), a ocupação de caçadores-coletores da Tradição Umbu.

¹²⁹ Conforme dados da consultoria, na margem oposta do rio Marrecas há outro sítio nomeado de Cabocla Vitória, também com material associado a Tradição Tupiguarani, que guarda relações com o sítio Francisco, porém devido ao recorte espacial desta pesquisa, este sítio não será abordado nesta tese.

Realizada as atividades de salvamento, relatadas em Zanettini Arqueologia (2020a), foi destacado a “presença de um pari no leito do curso d’água, indicando o uso persistente do local” (Zanettini Arqueologia, 2020a, p. 53). Porém, no relatório citado, não foram apresentadas imagens da estrutura.

No sítio foram realizadas coletas controladas de material arqueológico em superfície e escavações, detalhadas em Zanettini Arqueologia (2020a; 2021a). A coleta de superfície foi controlada a partir da implantação de setenta quadras de 5 x 5m (25m²), destas, vinte e três quadras “apresentaram resultado positivo para a presença de evidências arqueológicas.” (Zanettini Arqueologia, 2021a, p. 115).

Sessenta sondagens foram executadas com trados, posicionadas “no vértice nordeste das quadras de coleta, sendo que nenhuma intervenção apresentou resultado positivo para a presença de evidências arqueológicas em subsuperfície.” (Zanettini Arqueologia, 2021a, p. 117). A escavação foi realizada a partir de quatro unidades de escavação, com medidas de 0,5 x 2m, das quais, somente não se identificou material arqueológico na unidade 1.

Conforme representação do perfis estratigráficos apresentados em Zanettini Arqueologia (2021a), a unidade 2, escavada até 1,40 cm, apresentou material arqueológico até 30 cm de profundidade. Na unidade 3, o material arqueológico foi identificado entre 30-40 cm, sendo escavada até 1,50 cm de profundidade. Na unidade 4, escavada até 200 cm de profundidade, evidenciou-se material arqueológico somente entre 10-20 cm. Com base nas escavações “foi possível identificar três áreas de concentração de vestígios em profundidade: a primeira, de maiores dimensões, na porção central do sítio; e outras duas, de menor densidade, nas porções noroeste e sul do sítio Francisco” (Zanettini Arqueologia, 2021a, p. 120).

Ao fim do processo de salvamento do sítio Francisco, foram contabilizados trinta e nove materiais líticos e cento e cinquenta e dois fragmentos de cerâmica. Na análise do material lítico conduzida por Zanettini Arqueologia (2021a), são pormenorizados diversos aspectos que apontam para ocupação de um acampamento temporário, composto por “uma indústria voltada à elaboração de instrumentos a partir de poucas sequências de redução (expedientes), que também se relacionam à manutenção de instrumentos de curadoria.” (Zanettini Arqueologia, 2021a, p. 211). Esta avaliação, considerou que o conjunto lítico do sítio condiz com um sistema tecnológico associado a uma economia baseada na caça, pesca e coleta.

Sobre o material cerâmico, foram reconhecidos aspectos tecno-morfológicos a partir dos quais, estimou-se vasilhas de tamanhos que variam entre pequenas e médias, cujas projeções:

“Embora muitas bordas não tenham permitido a aferição do diâmetro da boca, tivemos uma amostra de dez (10) unidades, dentre as quais seis (6) apresentaram diâmetros entre 16 e 24 cm” (Zanettini Arqueologia, 2021a, p. 281). Confeccionados a partir de pastas composta principalmente por antiplásticos de minerais finos, mas que em menor proporção também apresentam granulometria média e grossa, a técnica de manufatura empregada na confecção dos vasilhames foi a do “acordelado/roletado como única técnica construtiva” (Zanettini Arqueologia, 2021a, p. 273). Ao que se refere a queima, notou-se que “é quase sempre incompleta, com camadas escuras que se combinam com camadas mais claras.” (Zanettini Arqueologia, 2019, p. 208).

Com tratamento de superfície e decoração variadas, foram reconhecíveis acabamentos plásticos dos tipos corrugado, ungulado e inciso. Além disso, foram evidenciados tratamentos decorativos como aplicações de engobo branco e vermelho, e alguns fragmentos pinturas de “linhas e/ou faixas vermelhas sobre o fundo branco.” (Zanettini Arqueologia, 2019, p. 208).¹³⁰

O sítio Francisco foi relacionado a Tradição Tupiguarani, no entanto, por ser considerado um sítio com baixa densidade de material cerâmico, foi interpretado como “ponto de passagem e/ou assentamento de curta duração” (Zanettini Arqueologia, 2021a, p. 282). Mesmo assim, foi ressaltado que este está espacialmente relacionado a outros dois sítios “Morrote e Cabocla Vitória, formando um contexto arqueológico amplo e complexo que pode contribuir para o entendimento das dinâmicas de ocupação e deslocamento desses grupos.” (Zanettini Arqueologia, 2021a, p. 299).¹³¹

Localizado a cerca de duzentos metros do sítio Francisco, em área de baixa vertente, próximo da margem esquerda do rio Marrecas, o sítio Morrote foi identificado a partir do reconhecimento de dois fragmentos cerâmicos e quatro líticos, dispostos em superfície durante procedimentos de prospecção.

O material lítico evidenciado durante a identificação do sítio, corresponde a “um instrumento de sílexito fragmentado com marcas de lascamento e, lascas de arenito silicificado unipolarmente lascadas.” (Zanettini Arqueologia, 2019, p. 202).

¹³⁰ Um único fragmento apresentou marcas de fuligem/brunidura, e conforme Zanettini Arqueologia, (2021a, p. 277), é um fragmento que destoa do conjunto, e possui espessura muito fina.

¹³¹ Como já mencionado, na margem direita do rio Marrecas, oposta ao sítio Francisco, foi registrado o sítio Cabocla Vitória, também relacionado a Tradição Tupiguarani, porém, este não foi incluso ao recorte desta pesquisa.

Já o material cerâmico foi caracterizado como compostos de pasta de granulometria média, de queima incompleta, evidenciada pela “presença de duas camadas, uma escura na parte interna e outra clara na parte externa.” (Zanettini Arqueologia, 2019, p. 202). Sobre o tratamento da superfície externa, descreve-se apenas como “acromático”, embora seja possível perceber na fotografia de um dos fragmentos expostos na prancha 51 em Zanettini Arqueologia (2019, p. 202), que há tratamento plástico. Por fim, cabe mencionar, que embora com apenas dois fragmentos de cerâmica, relacionados a Tradição Tupiguarani, foi identificado que, “um dos fragmentos apresenta ponto angular externo, indicando morfologia complexa do vasilhame.” (Zanettini Arqueologia, 2019, p. 202).

Por estar em área considerada não afetada pelos impactos das obras de instalação do empreendimento, este sítio não foi alvo de salvamento. Conforme consta em Zanettini Arqueologia (2020c), foi preservado “*in situ*, tendo sido executadas ações voltadas a sua sinalização em campo, a fim de evitar qualquer impacto sobre suas áreas por parte das frentes de obra.” (Zanettini Arqueologia, 2020c, p. 160).

Também relacionado a Tradição Tupiguarani, o sítio Paredinha 1, registrado no escopo da “Avaliação de impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Linha de Distribuição de Alta Tensão 138 kV PCH Paredinha – SE Faxinal da Boa Vista, Município de Turvo – PR”, (Processo IPHAN nº 01508.000501/2020-08), executado pela Espaço Arqueologia, entre os anos de 2020 e 2023, sob a coordenação do arqueólogo Valdir Luiz Schwengber.

Conforme relatado em Espaço Arqueologia (2020b), o sítio Paredinha 1 foi encontrado a partir de evidências em superfície, em uma área de topo, com altitude de 883 m, na bacia do rio Marrecas, na região do Alto rio Ivaí. O sítio foi classificado como “pré-colonial à céu aberto, de tipologia lito-cerâmico” (Espaço Arqueologia, 2022e, p. 12).

Delimitado a partir da dispersão de materiais arqueológicos em superfície, o sítio foi submetido a procedimentos de escavação. Conforme relatado em Espaço Arqueologia (2023a), a partir do ponto central do sítio, foram instaladas sete unidades amostrais de 1m², “espaçadas de 10 em 10 metros e escavadas em níveis artificiais de 10 centímetros.” (Espaço Arqueologia, 2023a, p.21).

Descritos em Espaço Arqueologia (2023a), apresenta-se de forma sintética os resultados das escavações. No nível 1 (0 a 10 cm), foi encontrado apenas um fragmento de cerâmica no sedimento peneirado da unidade 100E/110N. Na segunda camada escavada (10 a 20 cm), não

foi evidenciado material arqueológico em nenhuma das quadrículas, resultado repetido na escavação do terceiro nível (20 a 30 cm), quando foram encerradas as escavações das sete unidades amostrais.

Uma quadrícula adicional foi escavada até o terceiro nível, mas também não se evidenciou qualquer material arqueológico, a “unidade 100E/60N, na extremidade sul do sítio, no lado oposto da estrada, onde também foram identificados vestígios arqueológicos em superfície.” (Espaço Arqueologia, 2023a, p.29). Outras intervenções de subsuperfície foram executadas, no entanto, não resultaram em material arqueológico.

A curadoria apresentada em Espaço Arqueologia (2023a), contabilizou três líticos e quinze fragmentos de cerâmica. Com exceção do fragmento de cerâmica evidenciado na peneira durante a inspeção do sedimento proveniente do nível 1 da unidade 100E/110N, todos os outros materiais do sítio foram recolhidos em superfície. A posição topográfica do sítio em área de topo, foi considerada para compreensão deste contexto, pois, segundo os pesquisadores esse “tipo de relevo favorável a perda de sedimentos, fato que contribuiu para o não soterramento dos vestígios mantendo-os em superfície.” (Espaço Arqueologia, 2023a, p. 65).

Conforme a análise apresentada pela Espaço Arqueologia (2023a), o material lítico do sítio é composto unicamente por rochas de basalto, interpretadas como termóferos, associados a fogueiras, já que em uma delas foram identificados sinais de que, “foi exposta ao fogo direto ou a altas temperaturas que causaram diversas fraturas e deslocamento, devido aos diferentes níveis de dilatação e contração da matéria prima.” (Espaço Arqueologia, 2023a, p.67-68).

Dentre os quinze fragmentos provenientes do sítio dois possibilitaram remontagens, desta forma, as análises tecno-morfológicas foram realizadas em um conjunto “de 13 fragmentos de diferentes segmentos e diferentes morfologias de vasilhas.” (Espaço Arqueologia, 2023a, p.68).

No conjunto, foram analisados aspectos do processo produtivo que considerou o conjunto composto por paredes de espessura de tamanho médio, padrão que, “para o sul do Brasil, está associada aos contextos de cerâmica guarani” (Espaço Arqueologia, 2023a, p.70). A análise da composição das pastas, apresentou variações entre fragmentos com grãos finos e outros médios, de alta e média densidade. Os fragmentos compostos por grãos médios e de média densidade foram associados ao padrão tecnológico da cerâmica da Tradição Tupiguarani, enquanto, “três fragmentos com tempero mineral fino e de alta densidade fogem um pouco a regra, sendo uma

combinação comumente encontrada em contextos Jê do Sul.” (Espaço Arqueologia, 2023a, p.70-71).

A técnica identificada para manufatura da cerâmica não apresentou variações, indicando que “todos os fragmentos foram produzidos com a técnica de colombino” (Espaço Arqueologia, 2023a, p.74). O tratamento de superfície externa apresentou diferentes acabamentos, “desde o alisado, que é predominante, unglado, aplicação de engobe e um fragmento em que a superfície está erodida.” (Espaço Arqueologia, 2023a, p.75). Referente ao processo de queima, foi considerado terem ocorrido “em fogueiras em locais abertos, que gera uma certa variabilidade da atmosfera de queima, ocasionando peças de queima heterogênea com colorações variadas” (Espaço Arqueologia, 2023a, p.78).

Apesar de limitada pelo estado de conservação dos fragmentos, a análise indicou possíveis morfologias presentes no sítio e reconhecidamente pertencentes a Tradição Tupiguarani, caso de um fragmento com engobe branco na face interna, tratamento que “para o contexto guarani, só é visto em vasilhas do tipo *cambuchi caguabá*, ou seja, tigelas de beber” (Espaço Arqueologia, 2023a, p.82). Outros apontam para vasilhas de proporções médias ou pequenas, utilizadas como panelas.

Conforme o resultado das análises, foram identificadas treze unidades morfológicas no sítio, cujo conjunto de fragmentos, indicam aspectos tecno-morfológicos que os “aproxima das técnicas reconhecidas no sul do Brasil como associadas aos contextos da “Arqueologia Guarani”. (Espaço Arqueologia, 2023a, p.82). No entanto, o contexto superficial e a ausência de vestígios datáveis no sítio, foi considerado fator limitante para definição do contexto cronológico desta ocupação na região.

Em 2017, foi protocolado no IPHAN o “Programa de Prospecções Arqueológicas Intensivas e Projeto Integrado de Educação Patrimonial Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Classe I e Classe II, Distrito de Palmeirinha, Guarapuava / Paraná”, (Processo SEI-IPHAN nº 01508.900116/2017-59), sob a responsabilidade da empresa Forte Soluções Ambientais, sob a coordenação da arqueóloga Tainã Salles dos Passos, Forte Soluções Ambientais (2017b).

O programa foi elaborado devido a identificação de vestígios arqueológicos no local do empreendimento em 2016, pelo arqueólogo Moacir Elias dos Santos, durante a fase de

levantamento arqueológico do licenciamento.¹³² Conforme informações apresentadas no programa de prospecções, na fase anterior, foram evidenciados “lascas e núcleos em quartzo e quartzito silicificado e fragmentos cerâmicos lisos, de coloração escura e de espessura fina” (Forte Soluções Ambientais, 2017b, p. 9). Conforme a contextualização, devido as “características morfo-estilísticas dos fragmentos cerâmicos (Forte Soluções Ambientais, 2017b, p. 31), o arqueólogo associou-as a Tradição Itararé-Taquara.

Sob a coordenação da arqueóloga Tainã Salles dos Passos, foram realizadas novas prospecções, porém, nenhuma evidência foi encontrada. Considerando os resultados da etapa anterior, e o possível material arqueológico em subsuperfície, a Forte Soluções Ambientais (2018a), recomendou o monitoramento arqueológico das atividades de supressão vegetal e intervenções no solo.

O monitoramento arqueológico foi realizado pela Arqueológica Consultoria Arqueológica, sob a coordenação do arqueólogo Ennyo Laurrik Souza da Silva. Nesta etapa, após atividades de terraplanagem, foram identificados vestígios cerâmicos e líticos em uma área de topo “com uma elevação de aproximadamente 1085 em relação ao nível do mar.” (Arqueológica, 2018a, p. 12).

Conforme consta no relatório, foi escavada uma sondagem exploratória (quadrícula de 1m²), no local das ocorrências, a escavação foi controlada em níveis artificiais de 10cm, e atingiram 1 m de profundidade. Sobre a estratigrafia, identificou-se duas camadas com características distintas, “a primeira ocorrendo até 30 cm, de coloração marrom-avermelhada, tinha o sedimento areno- argiloso, com presença de matéria orgânica; e a segunda camada, a partir dos 30 centímetros apresentava coloração mais avermelhada, com sedimento argiloso.” (Arqueológica, 2018a, p.13).

Sem detalhamento dos resultados por níveis, foi relatado que no nível 1 (0 a 10cm), foram identificados dois fragmentos de cerâmica, e que entre 40 e 50 cm, foi evidenciada “uma possível ponta de projétil confeccionada em quartzo hialino” (Arqueológica, 2018a, p.13).

A cerâmica detectada, também foi atribuída a Tradição Itararé-Taquara, pois segundo o relatório, eram similares às encontradas na fase do diagnóstico, com “exceção de um fragmento de tratamento plástico ungulado e de outros fragmentos de pastas mais espessas que não se

¹³² Processo não identificado, e documento não disponível no Processo SEI-IPHAN nº 01508.900116/2017-59.

enquadram nessa primeira leitura.” (Arqueológica, 2018a, p.15-16). O fragmento com decoração ungulada pode ser observado na figura 27.

FIGURA 27 - FRAGMENTO CERÂMICO COM UNGULADO, ENCONTRADA EM SUPERFÍCIE DO SÍTIO ARROIO DO TANQUE.



Fonte: Arqueológica, (2018a, p. 17).

Embora com materiais em extratos distintos, o sítio Arroio do Tanque, foi classificado como sítio arqueológico unicomponencial, composto de material cerâmico associado a material lítico em quartzo e quartzito silicificado, sendo suas dimensões estimadas entre “43m de comprimento e 74,5 de largura.” (Arqueológica, 2018b, p. 24). Seu ponto central foi demarcado, a aproximadamente 485m do córrego que emprestou nome ao sítio, afluente do rio Coutinho, que por sua vez, desagua no rio Jordão.

Conforme relatado em Arqueológica (2019a), a escavação do sítio foi realizada em três áreas, na primeira, onde foi identificado a maior concentração de material arqueológico em superfície, foi instalada uma malha de escavação com dimensões de 4x4 m², divididas em dezesseis quadrículas de 1m², além de mais duas trincheiras de 1x3 m, em outras áreas do sítio com concentração de material em superfície, a escavação em todas as áreas foi realizada com controle de nível artificial de 10 cm.

Em síntese, os resultados obtidos na malha de escavação de 4 x4 m². indicam que o material lítico e cerâmico ocorre de maneira associada, sendo que ao todo foram identificados na área escavada “98 fragmentos cerâmicos e 158 artefatos líticos. A maior ocorrência de material arqueológico se deu no nível entre 20-30 cm, 3º nível, e a menor no nível 40-50 cm, 5º nível” (Arqueológica, 2019a, p. 41).

Na Trincheira 1, o material arqueológico ocorreu majoritariamente no nível 1 (0 – 10cm), diminuindo sucessivamente até o nível 3 (20 – 30cm), onde ainda se identificou material cerâmico e lítico. Ao todo, foram detectados dois fragmentos cerâmicos e duzentos e nove líticos, levando a consultoria a sugerir que esta área poderia ser uma “área de atividade específica existente dentro do contexto sistêmico cultural, um local de lascamento, por exemplo.” (Arqueológica, 2019a, p. 44).

Na Trincheira 2, foram evidenciados materiais nos 5 níveis escavados (0 a 50cm), com destaque para o nível 3 (20–30cm), onde “foram identificadas, inicialmente, rochas em disposição semelhante a de uma fogueira.” (Arqueológica, 2019a, p. 45). Para explorar a continuidade da estrutura de combustão, foi necessário a abertura de mais duas quadrículas de 1m², que também foram escavadas até o nível 5 (40-50 cm), a estrutura de combustão pode ser visualizada na figura 28.

FIGURA 28 - ESTRUTURA DE FOGUEIRA COMPLETAMENTE EVIDENCIADA NO NÍVEL 4 DA TRINCHEIRA 2, SÍTIO ARROIO DO TANQUE.



Fonte: Arqueológica, (2019a, p. 48).

Conforme Arqueológica (2019a), no 4º nível (30-40cm), foram coletadas amostras do carvão associado a fogueira. Além disso, motivada pela presença de um fragmento de cerâmica no nível 3 (20-30 cm) da parede norte da Trincheira 2, outra quadrícula de 1m² foi aberta, e escavada até o nível 5 (0 a 50 cm), nesta “foram resgatados 8 fragmentos cerâmicos, 4 (quatro) fragmentos no nível 20 a 30 cm e 4 (quatro) fragmentos no nível 30 a 40 cm, inclusive dois fragmentos de borda” (Arqueológica, 2019a, p. 47).

A investigação de subsuperfície foi encerrada com a perfuração de vinte três poços-testes, que espaçados de dez em 10 metros, cobriram a parte norte do sítio, onde não haviam sido evidenciados materiais em superfície. Escavados até 1 m de profundidade, apenas um resultou da identificação de um fragmento, que ocorreu entre 0 e 10 cm. Além disso, foram realizadas coletas de superfície, que resultou em “52 (cinquenta e dois) fragmentos cerâmicos e 94 (noventa e quatro) artefatos líticos, totalizando 146 peças.” (Arqueológica, 2019a, p. 56). Ao todo, além da amostra de carvão, somados o material proveniente das escavações e coletas de superfície, foram recolhidos 629 materiais arqueológicos.

A análise do material lítico, apresentada em Arqueológica (2019a), reconheceu matérias-primas diversas, dentre outras, quartzo, arenito, arenito silicificado, sílex basalto, argilito e calcedônia. Porém, o predomínio do quartzo hialino destaca-se “sendo a matéria prima identificada em 92,4% da coleção” (Arqueológica, 2019a, p. 69). Constituído exclusivamente por lítico lascados, foram classificados em “grupos tecnológicos”: núcleos, lascas, ferramentas formais, estilhas, seixos rolados e fragmentos.

Com a análise do material lítico e seu contexto espacial, foi proposto que a área da Trincheira 1, onde ocorreu a maior parte do material lítico possivelmente seja uma área específica de lascamento, enquanto a Trincheira 2, onde os líticos ocorrem em menor proporção, mas com “uma fogueira ainda estruturada, com diferentes ferramentas em contexto, o que nos leva a sugerir que estamos lidando com um sítio assentamento” (Arqueológica, 2019a, p. 75).

A análise do material cerâmico indica que: “A maioria dos fragmentos tem espessura entre 0,5 mm e 0,6 mm (53%), mas a coleção gira entre 0,3 mm à 11mm.” (Arqueológica, 2019a, p.84). Embora argumentada a dificuldade em identificar a técnica de manufatura, sugere-se, que a maioria dos vasilhames tenha sido elaborada através da técnica do modelado, mas que em alguns fragmentos, foi observado indício da utilização do acordelado.

Sobre o tratamento de superfície, destaca-se majoritariamente o alisado, no entanto, também de reconheceu fragmentos brunidos, “de superfície mais lisa e brilhante. Em outros fragmentos é possível ainda identificar uma camada de argila mais fina que pasta que compõe os fragmentos, criando uma superfície mais lisa e homogênea, o engobo marrom ou barbotina.” (Arqueológica, 2019a, p. 83).

A exceção do conjunto diz respeito ao fragmento com acabamento plástico, apresentado na figura 26, que aparentou, “duplo tratamento de superfície externo: o engobo marrom e o unglado. (Arqueológica, 2019a, p. 84).

Além das características majoritárias identificadas no conjunto cerâmico, que foram agrupadas na Tradição Itararé-Taquara, foi evidenciado que em alguns fragmentos apresentavam fuligens, o que sugere se tratar de peças de uso cotidiano, utilizadas para cozer.

O fato de o sítio ter sido impactado por atividades de terraplanagem, talvez tenha contribuído para limitação das evidências que embasaram a análise do contexto arqueológico, pois, conforme avaliado “pouco pode-se inferir com relação a um possível uso da área para uma atividade específica, habitação, por exemplo, mesmo porque não foi encontrada estruturas ou manchas no solo, que corroborassem com esta interpretação.” (Arqueológica, 2019a, p. 78).

Após entrega do relatório final, Arqueológica (2019a) a consultoria por meio do Ofício nº 47/2019, Arqueológica (2019b) informou a Superintendência do IPHAN no Paraná, que, a amostra de carvão coletada (amostra 391 – Beta -521162), foi data por C-14 no *Beta Analytic Testing Laboratory*, em Miami, Flórida – USA, alcançando resultado de 710 ± 30 BP, isto é, 710 ± 30 anos AP. Em Arqueológica (2019a, p.46), é apresentada a fotografia da amostra de carvão acondicionada em saco plástico, na etiqueta é possível ler que a referida amostra foi coletada no 4º nível (30-40 cm), proveniente da fogueira evidenciada na Trincheira 2.

A camada datada permite algumas considerações, pois na análise do conjunto cerâmico do sítio Arroio do Tanque, apresentado em Arqueológica, (2019a), é destacado alguns aspectos da estratigrafia de ocorrência do material cerâmico, evidenciado “entre os níveis de 0 a 30 cm, uma ausência de material entre os 30 e 40 cm, e novamente o aparecimento de material, em menor número, no nível 40-50 cm, depois disso as camadas voltam a se tornar estéreis.” (Arqueológica, 2019a, p.78).

Essa ausência entre 30 e 40 cm, não corresponde com a descrição dos procedimentos de escavação da quadricula adicional da Trincheira 2, onde, “foram resgatados 8 fragmentos

cerâmicos, 4 (quatro) fragmentos no nível 20 a 30 cm e 4 (quatro) fragmentos no nível 30 a 40 cm, inclusive dois fragmentos de borda” (Arqueológica, 2019a, p. 47).

A menor ocorrência de material cerâmico entre (30-40cm), permite sugerir que o sítio tenha sido reocupado por diversas vezes, já que esta camada, intermediária as com maior ocorrência de cerâmica parece marcar uma menor atividade ceramista no local. Sendo a amostra datada proveniente justamente deste extrato, pode-se insinuar que o sítio possivelmente contenha uma ocupação mais antiga (entre 40-50 cm), e outra mais recente entre (0 e 30 cm), todas relacionadas a Tradição Itararé-Taquara.

Deve se destacar que os sítios apresentados no setor 1 foram encontrados nos últimos vinte anos. Neste período, foram registrados sítios líticos e/ou cerâmicos, relacionados majoritariamente a Tradição Itararé-Taquara, estes espaços foram interpretados como sítios acampamentos, habitações sazonais, e até como aldeias. Além destes, nos últimos anos foram identificados sítios com casas subterrâneas e aterros anelares, estes últimos considerados sítios cerimoniais.

Nesta área os sítios relacionados a Tradição Tupiguarani são três, os sítios Francisco e Morrote, foram encontrados próximos a foz do rio Marrecas, na margem esquerda do rio Ivaí. Já o sítio Paredinha 1, foi localizado na região do alto rio Marrecas. No conjunto cerâmico da Tradição Tupiguarani dos sítios Francisco e Paredinha 1, foram encontradas cerâmicas com características da Tradição Itararé-Taquara. Tais evidências podem indicar relações entre grupos ceramistas.

Cabe destacar que o sítio Paredinha 1, está espacialmente próximo dos sítios atribuídos ao período histórico, dentre estes o sítio Turvo 2, cuja datação aponta para ocupação no fim do século XIX.

3.3.2. SÍTIOS DO SETOR 2 - CENTRO-SUL DOS KORAN-BANG-RÊ, REGIÃO DO RIO JORDÃO

A maior parte dos sítios do setor 2, fazem parte de um conjunto de cem sítios, descritos por Parellada (2007), estes, foram pesquisados entre os anos de 2003 e 2006, durante a execução do “Programa de Resgate Arqueológico das Usinas Hidrelétricas Santa Clara e Fundão” por ela coordenado, (Processo IPHAN nº 01508.00037/2003-41). Conforme o relatório, “na área da UHE Santa Clara foram descritos 49 sítios arqueológicos, e na UHE Fundão 51” (Parellada, 2007, p. 3).

É importante registrar, que a documentação do processo mencionado, não está disponível para consulta no SEI-IPHAN, situação confirmada pela divisão técnica do setor de Arqueologia da Superintendência do IPHAN no Paraná, que após contato por *e-mail*, disponibilizou o “Relatório Final de Atividades do Programa de Resgate Arqueológico das Usinas Hidrelétricas Santa Clara e Fundão” (Parellada, 2007), no entanto, este constitui o único documento gerado pelo projeto a que esta pesquisa teve acesso.

Dentre os sítios, foram identificados materiais arqueológicos atribuídos a grupos de caçadores-coletores da Tradição Umbu, sítios de agricultores ceramistas relacionados as Tradições Tupiguarani e Itararé-Taquara, sítios rupestres da Tradição Geométrica e Planalto, além de sítios históricos, com material relacionado a Tradição Neobrasileira e a colonização da região.

Neste capítulo, os sítios com componente histórico já foram apresentados no item 3.1 - Sítios de ocupação não indígena, enquanto os sítios com ocupação relacionada a Tradição Tupiguarani foram apresentados no subcapítulo 3.2 - Sítios de ocupação indígena no período histórico, pois conforme avaliação da arqueóloga, possivelmente a ocupação destes estaria “relacionada a períodos mais próximos à colonização por luso-brasileiros” (Parellada, 2007, p. 25).

Desta forma, nesta seção, serão apresentados os sítios atribuídos a Tradição Itararé-Taquara relacionados ao período pré-colonial, devendo os sítios rupestres apresentados adiante.¹³³ Cabe mencionar que o expressivo número de sítios identificados por Parellada (2007), dentre outros fatores, podem ser atribuídos ao planejamento das prospecções, precedidas de análise bibliográfica, análises de fotografias aéreas e imagens de satélite, além de entrevistas com a população local, que conforme a autora, dinamizaram as atividades de campo.

Como não foram obtidos outros documentos do processo, os sítios da Tradição Itararé-Taquara descritos por Parellada (2007), serão apresentados de forma sintética, conforme os dados apresentados pela autora no relatório final. Devido a característica do documento, entende-se, que este reúne os aspectos mais importantes a serem destacados.

Conforme Parellada (2007), durante o levantamento do EIA-RIMA da UHE Fundão, foram registrados doze sítios Itararé-Taquara, Boa Vista 1 a 7, Vaca Branca 1 e 2, Campo

¹³³ Como já justificado, os sítios relacionados a grupos caçadores-coletores não serão considerados nesta tese.

Bonito 1, 2 e 4. Já na fase do resgate da UHE Fundão, foram registrados mais vinte cinco novos sítios da Tradição Itararé-Taquara: “Oscar Rickli 1, Edgard Rickli 1 e 2, Almoxarifado UHE-Fundão 1 e 2, João Maria Serpa 1 e 2, Wilson Rickli 1 e 2, Corredeira Paulo Nunes 1, Túnel UHE Fundão 2, Eixo Barragem UHE Fundão 1 a 7, Canteiro UHE Fundão 1 a 3, Casa Força Fundão 1, 3, 4 e 8.” (Parellada, 2007, p. 35).

Enquanto os sítios da Tradição Itararé-Taquara registrados no EIA-RIMA da UHE Santa Clara, segundo a autora, somam cinco sítios: Fazenda Visconde 1, 2, 3 e 4 e Novo Rodeio 1. Sobre estes, identificados em etapas anteriores do licenciamento da UHE Santa Clara, é contextualizado que:

[...] na maioria deles os vestígios ocorriam superficialmente até 25 cm, em meio a uma matriz de sedimentos argilo-arenosos marrom amarelados e avermelhados, com pedaços de carvão associados. Somente no sítio Campo Bonito 1 os vestígios foram coletados até 70cm de profundidade. (Parellada, 2007, p. 33).

Na fase de resgate arqueológico na área da UHE Santa Clara, outros trinta e quatro sítios da Tradição Itararé-Taquara foram registrados:

Canteiro Santa Clara 1 e 2, Casa de Força UHE Santa Clara, Eixo UHE Santa Clara 1 a 3, Ensecadeira 1 e 2, Fazenda Visconde 7 a 10, Fazenda Tupi 2 e 3, Batatal Tupi 1 e 2, Fazenda Novo Rodeio 2, Candói-Ferreira 1, Final Reservatório UHE Santa Clara 1, Fazenda Postinho 1 a 5, Dirceu Lacerda 1 e 3, Procópio Caldas 1 e 3 a 5, Papel Santa Clara 1 e 2, Caracu Santa Clara 1 e Caracu Casa de Força. (Parellada, 2007, p. 33-34).

Deste modo, no âmbito do licenciamento da UHE Fundão foram registrados trinta e sete sítios associados a Tradição Itararé-Taquara, ao passo que, no licenciamento da UHE Santa Clara, foram registrados trinta e nove sítios associados a Tradição Itararé-Taquara. Portanto, ao todo são setenta e seis sítios da Tradição arqueológica nas imediações do rio Jordão, onde foram instaladas as UHE's mencionadas.

Como as informações sobre estes sítios foram sintetizadas em diversas tabelas e anexos em Parellada (2007), optou-se por apresentar os dados da totalidade dos sítios Itararé-Taquara expostos no relatório final reunidos em uma única tabela, (tabela 9).

TABELA 9 - SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA PESQUISADOS POR PARELLADA (2007)

Sítios	Material	Detalhamento de materiais	Tipo de sítio	Altitude em m	Compartimento Topográfico	Outros componentes	Nível dos vestígios	Dimensões em m	Registro
Boa Vista 1	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	670	Vale	Não	0-25 cm	100 x 80	EIA-RIMA da UHE Fundão. Parellada (2007)
Boa Vista 2	Lito-cerâmico	Lítico Lascado das tradições Umbu / Itararé-Taquara e cerâmica	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	809	Topo	Umbu	0-25 cm	100 x 100	EIA-RIMA da UHE Fundão. Parellada (2007)
Boa Vista 3	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas / Oficina lítica	670	Vale	Não	0-25 cm	100 x 80	EIA-RIMA da UHE Fundão. Parellada (2007)
Boa Vista 4	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	680	Vale	Não	0-25 cm	80 x 80	EIA-RIMA da UHE Fundão. Parellada (2007)
Boa Vista 5	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	682	Vale	Não	0-25 cm	80 x 80	EIA-RIMA da UHE Fundão. Parellada (2007)
Boa Vista 6	Lítico	Lítico lascado e polido	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	683	Vale	Não	0-25 cm	100 x 80	EIA-RIMA da UHE Fundão. Parellada (2007)
Boa Vista 7	Lítico	Lítico lascado	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	695	Vale	Não	0-25 cm	80 x 80	EIA-RIMA da UHE Fundão. Parellada (2007)
Vaca Branca 1	Lítico	Lítico lascado	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	652	Vale	Não	0-25 cm	80 x 80	EIA-RIMA da UHE Fundão. Parellada (2007)

Vaca Branca 2	Lítico	Lítico lascado	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	660	Vale	Não	0-25 cm	100 x 80	EIA-RIMA da UHE Fundão. Parellada (2007)
Campo Bonito 1	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica, com estrutura de combustão	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	657	Vale	Não	0-70 cm	100 x 100	EIA-RIMA da UHE Fundão. Parellada (2007)
Campo Bonito 2	Lítico	Lítico lascado e estrutura de combustão	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	670	Vale	Não	0-10 cm	100 x 80	EIA-RIMA da UHE Fundão. Parellada (2007)
Campo Bonito 4	Lítico	Lítico lascado e estrutura de combustão	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	670	Vale	Não	0-25 cm	100 x 100	EIA-RIMA da UHE Fundão. Parellada, (2007)
Oscar Rickli 1	Lito-cerâmico	Plainas, raspadores, batedores, furadores, facas, ponta de projétil fragmentada, alisadores de cerâmica, adornos, microlascas e cerâmica.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	707	Vale	Duas ocupações Itararé-Taquara	0-20 cm 20-40 cm	80 x 50	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
Edgard Rickli 1	Lítico	Lítico lascados	Aldeia	701	Vale	Não	Superfície	50 x 50	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
Edgard Rickli 2	Lítico	Lítico lascado: Plainas, raspadores, facas, furadores, talhadores, batedor, microlascas e adorno (?).	Aldeia	700	Vale	Não	0-15 cm	50 x 50	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)

Almoxarifado UHE-Fundão 1	Lito-cerâmico	Talhadores, raspadores, batedores, facas, corantes, microlascas e cerâmica.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	668	Vale	Não	0-20 cm	80 x 50	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
Almoxarifado UHE-Fundão 2	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	670	Vale	Não	0-20 cm	80 x 50	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
João Maria Serpa 1	Lito-cerâmico	Plainas, facas, furadores e cerâmica.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	670	Vale	Não	Superfície	80 x 50	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
João Maria Serpa 2	Lítico	Lítico lascado: Facas, raspadores, plainas, talhador e microlascas.	Aldeia	670	Vale	Não	Superfície	80 x 50	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
Wilson Rickli 1	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica	Aldeia	675	Vale	Não	Superfície	80 x 50	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
Wilson Rickli 2	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica	Aldeia	675	Vale	Não	Superfície	80 x 50	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
Corredeira Paulo Nunes 1	Lito-cerâmico	Raspadores, facas, plainas, furadores, talhador, microlascas e cerâmica	Aldeia	679	Vale	Não	Superfície	80 x 50	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
Túnel UHE Fundão 2	Lito-cerâmico	Talhadores, plainas, facas, raspadores e cerâmica	Aldeia	672	Vale	Não	0-25cm	50 x 50	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
Eixo Barragem UHE Fundão 1	Lito-cerâmico	Raspadores, batedor, talhador, furadores, plainas, facas,	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	823	Meia encosta	Não	Superfície	100 x 100	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)

		corante, adorno e microlascas.							
Eixo Barragem UHE Fundão 2	Lito-cerâmico	Raspadores, plainas, furadores, facas, pré-pontas de projétil, adorno/alizador, alizador/polidor, microlascas, buril, batedores e cerâmica.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	829	Meia encosta	Não	Superfície	100 x 100	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
Eixo Barragem UHE Fundão 3	Lito-cerâmico	Plainas, talhadores, batedor, raspadores, facas, furadores, microlascas, alizador de cerâmica e cerâmica.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	826	Topo	Não	0–20 cm	150 x 100	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
Eixo Barragem UHE Fundão 4	Lito-cerâmico	Talhadores, microlascas e lítico polido.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	792	Meia encosta	Não	20–40 cm	120 x 80	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
Eixo Barragem UHE Fundão 5	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmico	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	815	Meia encosta	Não	20–40 cm	100 x 100	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
Eixo Barragem UHE Fundão 6	Lito-cerâmico	Plainas, facas, furadores, talhadores, batedor, raspador, microlascas, lâmina de machado de mão, adorno e cerâmica.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	817	Meia encosta	Não	20–40 cm	100 x 100	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)

Eixo Barragem UHE Fundão 7	Lito-cerâmico	Raspadores, talhadores, plainas, facas, furadores, batedor, microlascas, alisadores de cerâmica, corante. (Lítico lascado de 3 tradições), Cerâmica Tupiguarani e Itararé-Taquara em níveis distintos.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	818	Meia encosta	Tupiguarani Umbu	0-20 cm (Tupiguarani) / 20-45 cm Itararé-Taquara sobreposto a Umbu	150 x 100	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
Canteiro UHE Fundão 1	Lito-cerâmico	Talhador, furadores, facas, plainas, talhadores, raspadores, microlascas e cerâmica.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	796	Topo	Não	0-20 cm	100 x 100	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
Canteiro UHE Fundão 2	Lítico	Raspadores, furadores, talhadores, plainas, facas, microlascas e corante.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	765	Vale	Não	0-25 cm	100 x 100	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
Canteiro UHE Fundão 3	Lítico	Plainas, talhadores, raspadores, facas, batedores, microlascas,	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	787	Meia encosta	Não	0-15 cm	100 x 80	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
Casa Força Fundão 1	Lito-cerâmico	Talhadores, plainas, furadores, adornos, facas,	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	792	Topo	Não	0-20 cm	100 x 100	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)

		microlascas e cerâmica.							
Casa Força Fundão 3	Lítico	Lítico lascado	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	658	Vale	Não	Superfície	100 x 80	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
Casa Força Fundão 4	Lito-cerâmico	Plainas, raspador, microlascas e cerâmica.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	797	Topo	Não	Superfície	100 x 100	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
Casa Força Fundão 8	Lito-cerâmico	Plainas, raspadores, furadores, plaina, microlascas, lâmina de machado polida com encaixe lateral e cerâmica.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	743	Meia encosta	Não	0-35 cm	100 x 100	Resgate UHE Fundão. Parellada (2007)
Fazenda Visconde 1	Lito-cerâmico	Plainas, batedores, furadores, faca, adornos (?), cerâmica e estruturas de combustão.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	786	Topo	Não	0-25 cm	100 x 100	EIA-RIMA UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Fazenda Visconde 2	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmico, com estruturas de combustão.	Aldeia Habitação nas fotografias Aéreas	790	Topo	Não	0-25 cm	100 x 80	EIA-RIMA UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Fazenda Visconde 3	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmico, com estrutura de combustão.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	884	Topo	Não	0-25 cm	100 x 100	EIA-RIMA UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Fazenda Visconde 4	Lítico	Lítico lascado.	Aldeia Habitação em fotografias aéreas	804	Topo	Não	0-25 cm	80 x 80	EIA-RIMA UHE Santa Clara. Parellada (2007)

Novo Rodeio 1	Lito-cerâmico	Talhador, furador e cerâmica.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	772	Vale	Não	0-25 cm	100 x 100	EIA-RIMA UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Canteiro Santa Clara 1	Lito-cerâmico	Raspadores, talhador, corante, microlascas, lítico polido e estruturas de combustão.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	851	Topo	Não	0-15 cm	150 x 100	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Canteiro Santa Clara 2	Lito-cerâmico	Raspadores, plainas, facas, talhadores, furadores, microlascas, corante, alisadores de cerâmica, mão de mó, frag. de mão de pilão, frag. de lâmina de machado polida e estrutura de combustão.	Aldeia Habitação fotografias Aéreas	854	Topo	Não	0-15 cm	150 x 100	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Casa de Força UHE Santa Clara	Lito-cerâmico	Plainas, talhador, faca, furadores, lítico polido e estruturas de combustão.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	762	Meia encosta	Não	0-15 cm	120 x 100	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Eixo UHE Santa Clara 1	Lito-cerâmico	Lítico lascado e polido.	Aldeia Habitação em fotografias aéreas	750	Vale	Não	0-20 cm	100 x 100	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Eixo UHE Santa Clara 2	Lito-cerâmico	Talhador, plaina e raspadores.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	840	Topo	Não	0-20 cm	120 x 100	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)

Eixo UHE Santa Clara 3	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica.	Aldeia Habitação em fotografias aéreas	842	Topo	Não	0-25 cm	100 x 100	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Ensecadeira 1	Lito-cerâmico	Talhador, plainas, furadores, facas, microlascas, corante, cerâmica e estruturas de combustão.	Aldeia	771	Meia encosta	Não	0-25 cm	150 x 100	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Ensecadeira 2	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmico, com estruturas de combustão.	Aldeia	792	Meia encosta	Não	0-15 cm	100 x 100	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Fazenda Visconde 7	Lítico	Talhadores, batedores, furadores, plainas, microlascas, raspador, faca e estrutura de combustão.	Aldeia Habitação em fotografias aéreas	811	Vale	Não	0-30 cm	100 x 80	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Fazenda Visconde 8	Lítico	Batedores, lítico lascado, bacias de polimento e estrutura de combustão.	Oficina lítica	800	Meia encosta	Tupiguarani	0-40 cm	150 x 100	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Fazenda Visconde 9	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica, com estrutura de combustão.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	786	Meia encosta	Não	0-30 cm	100 x 100	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Fazenda Visconde 10	Lítico	Núcleo esgotado, raspador, plaina, furadores e lítico polido.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	805	Meia encosta	Não	0-15 cm	100 x 80	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Fazenda Tupi 2	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmico, com estrutura de combustão.	Aldeia	879	Topo	Não	0-20 cm	150 x 100	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)

Fazenda Tupi 3	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmico, com estrutura de combustão.	Aldeia	872	Meia encosta	Não	0-20 cm	100 x 100	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Batatal Tupi 1	Lito-cerâmico	Talhadores, furadores, facas, raspadores, microlascas, cerâmica e estrutura de combustão.	Aldeia	855	Topo	Não	0-15 cm	150 x 100	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Batatal Tupi 2	Lito-cerâmico	Raspadores, facas, furador, microlascas e cerâmica.	Aldeia	878	Meia encosta	Não	0-15 cm	100 x 100	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Fazenda Novo Rodeio 2	Lítico	Lâmina de machado lascada, talhador, plaina e lítico polido.	Aldeia Habitação nas fotografias aéreas	822	Meia encosta	Não	0-25 cm	150 x 100	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Candói Ferreira 1	Lito-cerâmico	Faca, raspador, corante, cerâmica e estrutura de combustão.	Aldeia	762	Vale	Não	0-20 cm	100 x 100	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Final Reservatório UHE Santa Clara 1	Lito-cerâmico	Mão de mó polida, batedor polido, lâmina de machado lascada, talhadores, batedor, faca, plaina e cerâmica.	Aldeia	804	Vale	Não	0-30 cm	100 x 100	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Fazenda Postinho 1	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmico	Aldeia	789	Meia encosta	Não		100 x 100	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Fazenda Postinho 2	Lito-cerâmico	Talhadores, raspadores, furadores, plainas, faca, adorno (?),	Aldeia	789	Meia encosta	Não	Superfície	100 x 80	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)

		microlascas, e cerâmica.							
Fazenda Postinho 3	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica	Aldeia	778	Vale	Não	Superfície	100 x 80	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Fazenda Postinho 4	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica	Aldeia	782	Vale	Não	0-20 cm	100 x 100	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Fazenda Postinho 5	Lito-cerâmico	Raspadores, facas, plainas, furadores, talhadores, microlascas, cerâmica e estruturas de combustão.	Aldeia	772	Vale	Não	Superfície	100 x 80	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Dirceu Lacerda 1	Lito-cerâmico	Lítico e cerâmica com estrutura de combustão	Aldeia	797	Vale	Não	Superfície	80 x 50	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Dirceu Lacerda 3	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica, com estrutura de combustão.	Aldeia	802	Vale	Não	Superfície	80 x 50	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Procópio Caldas 1	Lito-cerâmico	Talhadores, plainas, raspadores, facas, furadores, microlascas e cerâmica.	Aldeia	804	Vale	Não	0-25 cm	80 x 50	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Procópio Caldas 3	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica.	Aldeia	804	Vale	Não	0-30 cm	50 x 50	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Procópio Caldas 4	Lítico	Batedores, plaina, faca, furador	-	-	Vale	Não	Superfície	80 x 50	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Procópio Caldas 5	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica, com	Aldeia	801	Vale	Não	0-20 cm	80 x 50	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)

		estrutura de combustão.							
Papel Santa Clara 1	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica.	Aldeia	778	Meia encosta	Não	Superfície	50 x 50	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Papel Santa Clara 2	Lítico	Batedor, talhadores, raspadores, plainas, facas, furadores e microlascas.	Aldeia	789	Meia encosta	Não	Superfície	80 x 50	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Caracu Santa Clara 1	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica.	Aldeia	765	Meia encosta	Não	Superfície	100 x 100	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)
Caracu Casa de Força	Lito-cerâmico	Lítico lascado e cerâmica	Aldeia	776	Vale	Não	Superfície	80 x 50	Resgate UHE Santa Clara. Parellada (2007)

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado na tabela 9, dos setenta e seis sítios Itararé-Taquara, cinquenta e sete é composto por material lito-cerâmico, enquanto dezenove apenas apresentam material lítico. Em todo o conjunto lítico, detalhado em Parellada (2007), foram identificados líticos lascados, classificados no estudo como: núcleos esgotados, raspadores, talhadores, batedores, furadores, facas, pontas de projétil fragmentadas, pré-pontas de projétil, lâminas de machado de mão, lâminas de machado lascada, plainas, microlascas e adornos. Entre os líticos polidos, foram identificados: lâminas de machado com encaixe lateral, mãos de mó, fragmento de mão de pilão, fragmento de lâmina de machado e batedor polido. Além de líticos reconhecidos como: alisadores de cerâmica, polidores e materiais utilizados para obtenção de corantes.

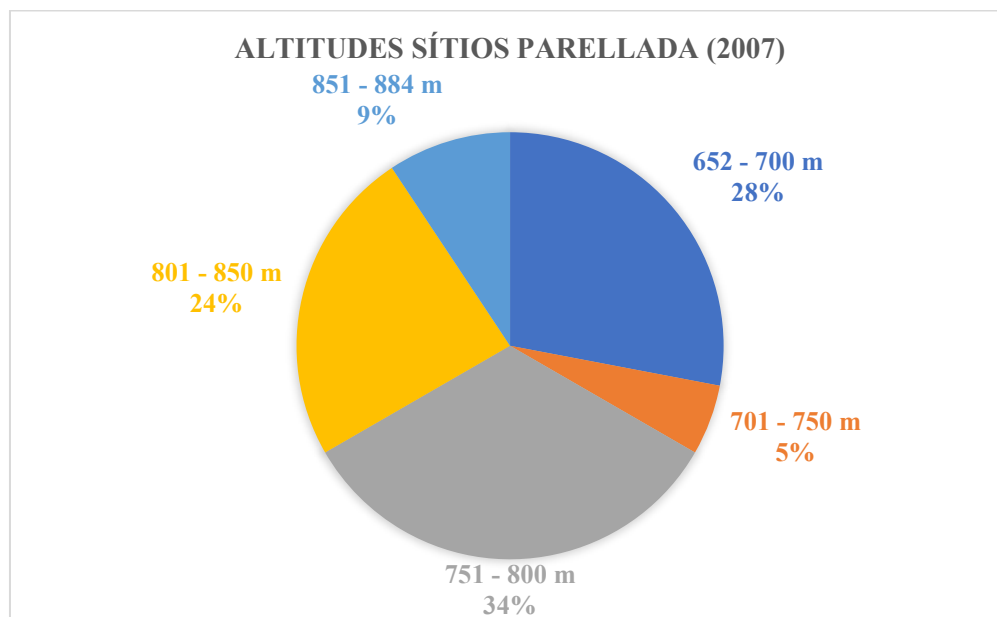
Cabe mencionar que, os sítios Boa vista 3 e Fazenda Visconde 8, foram classificados como oficinas líticas, sendo que no último, Parellada (2007) identificou bacias de polimento e outras evidências que permitiram a arqueóloga classificá-lo como oficina, a qual teria sido utilizada por ao menos duas ocupações distintas, a primeira relacionada a Tradição Itararé-Taquara, e a mais recente, associada a Tradição Tupiguarani.

Setenta e quatro sítios foram classificados como “Aldeias”, sendo que em quarenta e cinco, Parellada (2007) identificou estruturas de habitação na análise de fotografias aéreas, dentre estes, também o sítio Boa vista 3, enquadrado nos dois tipos, habitação e oficina. No relatório final, não constam informações sobre o tipo de sítio atribuído ao Procópio Caldas 4.

Talvez pela própria natureza da pesquisa, próxima a região que seria alagada pelos reservatórios das hidrelétricas Santa Clara e Fundão, trinta e nove sítios foram identificados em base de vertente (classificado como área de vale), vinte dois em meia encosta, e quinze em área de topo. Conforme a arqueóloga: “Quanto mais altos em relação ao nível do rio Jordão maiores são as dimensões dos sítios arqueológicos estudados nessa região.” (Parellada, 2007, p. 24).

O sítio Vaca Branca 1, é o sítio com menor altitude, 652 m em relação ao nível do mar, enquanto o sítio Fazenda Visconde 3, com 884 m, situa-se no patamar mais elevado. Para representar a faixa altimétrica em que os sítios foram implantados, agrupou-se sítios em cinco conjuntos, cujas altitudes varia de 652 a 700m, 701 a 750m, 751 a 800m, 801 a 850m, e 851 a 884m. Desta forma, baseado nas informações das fichas de registro de sítios, anexas em Parellada (2007), nota-se que a maioria dos sítios está situada na faixa acima dos 750 m de altitude, como pode ser visualizado no gráfico da figura 29.

FIGURA 29 - GRÁFICO – FAIXA ALTIMÉTRICA DOS SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA PESQUISADOS POR PARELLADA (2007)



Fonte: Elaboração própria.

Dos setenta e seis sítios, apenas quatro apresentam mais de uma ocupação: Boa Vista 2, Eixo Barragem UHE Fundão 7, Fazenda Visconde 8 e Oscar Rickli 1. No Boa Vista 2, a arqueóloga indica associação de material da Tradição Umbu com material Itararé-Taquara, que segundo a pesquisadora, “pode representar duas ocupações em períodos diferentes na mesma área, ou que houve contato interétnico entre estes povos.” (Parellada, 2007, p. 33).

No sítio Eixo Barragem UHE Fundão 7, foram diagnosticadas três ocupações, a mais recente, atribuída a Tradição Tupiguarani, esta ocorre entre a superfície e se estende até 20 cm de profundidade. A partir dos 20 cm, se verificou materiais associados a Tradição Itararé-Taquara, sobrepostos a materiais relacionados a Tradição Umbu. No sítio Fazenda Visconde 8, Parellada (2007), reconhece atividades de duas tradições arqueológicas, a Tupiguarani e Itararé-Taquara. Conforme já mencionado em outras partes deste capítulo, a ocupação Tupiguarani, foi associada ao período histórico, já apresentada no subcapítulo 3.2 desta tese.

Já o no Oscar Rickli 1, foram distinguidas duas ocupações, uma entre a superfície até 20cm, e outra entre os níveis de 20 e 40 cm, ambas com material lito-cerâmico relacionado a Tradição Itararé-Taquara.

Devido aos limites estabelecidos pela falta de acesso a outros relatórios da pesquisa arqueológica nas áreas das UHE's Santa Clara e Fundão, optou-se pela apresentação de oito sítios pesquisados: Boa vista 2, Oscar Rickli 1, Túnel UHE Fundão 2, Eixo Barragem UHE

Fundão 1, Eixo Barragem UHE Fundão 6, Eixo Barragem UHE Fundão 7, Fazenda Postinho 5 e Papel Santa Clara 2.

Identificado durante as atividades de resgate arqueológico na área da UHE Santa Clara, o sítio Fazenda Postinho 5, é um sítio composto de material lito-cerâmico, classificado em Parellada (2007) como “sítio Aldeia” relacionado a Tradição Itararé-Taquara. Localizado a 772 m de altitude, o sítio situa-se em área de vale, próxima a um afluente do rio Jordão, atualmente, o sítio está submerso pelo reservatório da UHE Santa Clara.

A opção pela apresentação deste na amostragem é justificada pela indicação de Parellada (2007), a qual explica que o material lítico evidenciado no sítio Fazenda Postinho 5, pode servir de modelo para os demais sítios Itararé-Taquara, já que este, repete parâmetros dos outros na área da UHE Santa Clara.

Conforme a análise do material lítico, detalhada em Parellada (2007), no sítio Fazenda Postinho 5 foram identificados: lascas utilizadas como facas, raspadores, furadores, talhadores e plainas e microlascas. Também foram classificados núcleos utilizados como raspadores, furadores, talhador e plainas. Ainda segundo a autora, dentre o material lítico lascado evidenciado no sítio: “As principais matérias-primas são o quartzo cristal e o sílexito, ocorrendo em menor quantidade o riolito, o basalto e o sílexito alitizado” (Parellada, 2007, p. 34).

Da mesma forma, pode ser justificada a inclusão dos sítios: Túnel UHE Fundão 2, Eixo Barragem UHE Fundão 1, Eixo Barragem UHE Fundão 6 e Papel Santa Clara 2, na amostragem, pois, como destaca a arqueóloga na apresentação da análise do material lítico destes, os quatro sítios, “podem ser considerados exemplos que repetem parâmetros de outros estudados na área da UHE Fundão.” (Parellada, 2007, p. 37).

Composto por material lito-cerâmico evidenciado entre a superfície e 25 cm de profundidade, os quais foram relacionados a Tradição Itararé-Taquara, o sítio Túnel UHE Fundão 2, foi tipificado como sítio aldeia, localizado em área de vale, próximo a margem direita do rio Jordão, situado a 672 m de altitude em relação ao nível do mar. Atualmente o sítio está submerso pelo reservatório da UHE Fundão.

Conforme consta na tabela 24, apresentada em Parellada (2007, p. 35), o material lítico evidenciado foi tipologicamente classificado como: microlascas; lascas simples com crosta; lascas utilizadas classificadas como facas, raspadores; furadores, plainas, pré-formas e adorno. Dentre as lascas retocadas, foram identificadas: pré-forma; núcleos possivelmente utilizados como: buril, furadores, batedores, talhadores, plainas e polidor. Também se verificou a

ocorrência de núcleos retocados, utilizados como talhador e plainas, além de amostras de rochas. Com percentual detalhado em Parellada (2007), o material lítico do sítio Túnel UHE Fundão 2, foi produzido principalmente a partir de rochas de sílex, riolito e quartzo cristal, mas também ocorrem em basalto, geodos de quartzo e ametistas.

Situado em meia encosta, a aproximadamente 870 m da margem direita do rio Jordão, numa altitude de 823 m em relação ao nível do mar, o sítio Eixo Barragem UHE Fundão 1, é composto de material lito-cerâmico. Conforme consta na ficha de seu registro, anexa em Parellada (2007), este foi descrito como: “Sítio habitação tipo aldeia, com uma ocupação por populações ceramistas e agricultoras relacionadas a Tradição Itararé-Taquara” (Parellada, 2007, p. 179)

Sintetizado na tabela 25, em Parellada (2007, p. 36), o material lítico do sítio Eixo Barragem UHE Fundão 1, é composto por: microlascas; lascas utilizadas como facas, raspadores, furadores e plaina. Também foram evidenciados núcleos utilizados como furadores, raspadores, batedor, talhador e plainas; adorno e corante. Neste sítio, a matéria-prima predominante é quartzo cristal, seguido pelo sílex e basalto, em menor proporção identifica-se geodo e sílex alitizados, concreções lateríticas e basalto intemperizado.

Composto unicamente por material lítico, mas próximo a outros sítios com ocorrência de cerâmica.¹³⁴ O Papel Santa Clara 2, foi descrito como um sítio “habitação tipo aldeia, com ocupação por populações ceramistas e horticultoras, relacionadas a Tradição Itararé-Taquara.” (Parellada, 2007, p. 176), Este foi evidenciado a cerca de 789 m de altitude, próximo ao curso de um afluente da margem direita do rio Jordão, implantado a meia encosta, a aproximadamente 2.300 m do rio Jordão. Atualmente, a área do sítio está submersa pelo reservatório da UHE Santa Clara.

A classificação do material lítico evidenciado neste sítio, foi detalhada na tabela 26, em Parellada (2007, p. 36). De forma geral, foram identificadas, lascas utilizadas como facas, raspadores, furador e plaina. Lascas retocadas classificadas como raspadores, núcleo utilizados como furadores, raspadores, batedor, talhadores e plainas, além de um núcleo retocado classificado como plaina e microlascas. Neste sítio, a matéria-prima mais utilizada foi o basalto, seguida do quartzo cristal e riolito, sendo a ametista e o sílex as rochas de menor ocorrência.

¹³⁴ Sítios: Papel Santa Clara 1, Caracu Casa de Força, Candói Ferreira 1 e Caracu Santa Clara 1.

Com estruturas de habitação reconhecidas pela análise de fotografias aéreas realizadas por Parellada (2007), o sítio Eixo Barragem UHE Fundão 6, foi localizado a aproximadamente 770 m da margem direita do rio Jordão, em uma área de meia encosta, com cerca de 817 m de altitude. Composto por material lito-cerâmico, identificado entre 20 e 40 cm de profundidade, o sítio foi sumariamente descrito como “habitação tipo aldeia, com uma ocupação por populações ceramistas e agricultoras relacionadas a Tradição Itararé-Taquara.” (Parellada, 2007, p. 184).

A análise tipológica do material lítico, detalhada em Parellada (2007), revela a presença de artefatos classificados como painas, facas, furadores, talhadores, batedor, raspador, lâmina de machado de mão, microlascas e adorno. Dentre as matérias-primas, predomina o uso do quartzo cristal, seguido pelo basalto, sílex e riolito, além de sílex alitizado e geodos de quartzo, estes últimos menos frequentes.

Além destes sítios, destacados em Parellada (2007), optou-se por apresentar outros três sítios para complementar a amostragem, os sítios Oscar Rickli 1, Boa Vista 2 e Eixo Barragem UHE Fundão 7. A escolha destes, é justificada por suas particularidades, dentre elas, a identificação de mais de uma ocupação.

Atualmente submerso pelo reservatório da UHE Fundão, o sítio Oscar Rickli 1, foi identificado durante a fase do regate dos sítios da UHE fundão. Localizado a cerca de 707 m de altitude, em área de vale, a aproximadamente 30 m da margem esquerda do rio Jordão. Conforme Parellada (2007), o sítio é composto por dois níveis de ocupação, a mais recente ocorre entre a superfície e 20 cm de profundidade, sobreposta a uma ocupação mais antiga, evidenciada entre 20 e 40 cm, ambas com material lito-cerâmico da Tradição Itararé Taquara.

Além do material cerâmico diagnóstico, foram evidenciados diversos materiais líticos, tipologicamente classificados por Parellada (2007), como plainas, raspadores, batedores, furadores facas, ponta de projétil fragmentada, adornos, microlascas e alisadores de cerâmica, a classificação detalhada deste conjunto encontra-se em Parellada (2007).

Segundo informações da ficha de registro, anexa em Parellada (2007), a análise de fotografias aéreas possibilitou a identificação de estruturas de habitação na área do sítio, o que contribuiu para sua caracterização, enquanto sítio “habitação do tipo aldeia, com duas ocupações por populações ceramistas e agricultoras relacionadas a Tradição Itararé-Taquara.” (Parellada, 2007, p. 213).

Identificado durante a elaboração do EIA-RIMA da UHE Fundão, o sítio Boa vista 2, é composto por material lito-cerâmico localizados em área de topo, a aproximadamente 700 m da margem direita do rio Jordão. implantado em uma altitude média de 809 m em relação ao nível do mar.

Como destacou a autora, neste sítio além do material lito-cerâmico relacionados a Tradição Itararé-Taquara, “ocorrem associados artefatos líticos Umbu (Parellada et al., 1998), o que pode representar duas ocupações em períodos diferentes na mesma área, ou que houve contato interétnico entre estes povos.” (Parellada, 2007, p. 33).

Mesmo com materiais associados, Parellada (2007) distinguiu duas categorias de ocupação no sítio, a primeira, mais antiga, refere-se a uma área de acampamento, relacionada a grupos caçadores e coletores da Tradição Umbu, e a segunda como uma aldeia relacionada a grupos ceramistas da Tradição Itararé-Taquara. Cabe destacar que, conforme Parellada (2007), a análise de fotografias aéreas da área do sítio resultou na identificação de estrutura de habitação.

Desta forma, o sítio Boa Vista 2, foi descrito como: “sítio com duas ocupações, a mais antiga por populações caçadoras e coletoras relacionadas à Tradição Umbu, e a mais recente por povos ceramistas e horticultoras Itararé-Taquara.” (Parellada, 2007, p. 200).

O sítio Eixo Barragem UHE Fundão 7, foi localizado em uma área de meia encosta, a aproximadamente 600 m da margem direita do rio Jordão, em uma altitude média de 818 m em relação ao nível do mar. Composto por material lito-cerâmico, e com estruturas de habitação reconhecidas pela arqueóloga nas análises de fotografias aéreas, o sítio foi descrito como: “Sítio habitação tipo aldeia, com três ocupações, a mais antiga por populações caçadoras e coletoras relacionadas à Tradição Umbu, a intermediária por povos ceramistas e agricultoras Itararé-Taquara, e a mais recente por populações ceramistas e agricultoras Tupiguarani.” (Parellada, 2007, p. 185).

A ocupação relacionada a Tradição Tupiguarani, foi evidenciada entre a superfície até 20 cm de profundidade, e foi associada pela arqueóloga a períodos mais recentes, possivelmente “próximos a colonização por luso-brasileiros.” (Parellada, 2007, p. 25). Por este motivo, esta ocupação foi tratada no item 3.2 deste capítulo.

Parellada (2007) relata que a partir dos 20 cm de profundidade, onde se evidenciou o material Itararé-Taquara, houve mudanças nas características edáficas do solo. Sendo que na parte inferior da área escavada foram identificados materiais associados a Tradição Umbu.

Além do material cerâmico, foram evidenciados líticos lascados, classificados como: raspadores, talhadores, plainas, facas, furadores, batedor, microlascas, além de alisadores de cerâmica e material possivelmente utilizado para obtenção de corante.

Por se tratar de um relatório síntese, em Parellada (2007), não há detalhamento do procedimento de escavação ou da estratigrafia de ocorrência de materiais, no entanto, em Parellada (2016), foi apresentado que a ocupação Itararé-Taquara do Eixo Barragem UHE Fundão 7, alcançou 922 ± 33 anos AP, cuja amostra datada (LACUFF 150056), foi coletada no nível de 60 cm da quadra 7, como consta na linha 16, da tabela 1 em Parellada (2016, p. 159).

No conjunto geral dos sítios, a arqueóloga explica que: “A grande presença de microlascas, com comprimento máximo inferior a 2,50cm, mostra evidências da documentação de oficinas líticas onde se tem presentes diferentes etapas das cadeias operatórias de tecnologia lítica, inclusive estilhas, lâminas e seixos.” (Parellada, 2007, p. 37).

Destaca-se que além da utilização de rochas habitualmente empregadas na confecção de artefatos, o material evidenciado nos sítios também foi relacionado a outras funções: “Em alguns sítios verifica-se a presença de corantes, principalmente em materiais inorgânicos, como óxido de ferro.” (Parellada, 2007, p. 37). Dentre estes, pode-se exemplificar o caso do sítio Eixo Barragem UHE Fundão 1 e 7, nos quais foi identificado a utilização de basalto intemperizado para obtenção de corante.

A classificação tecno-tipológica empregada na análise do material lítico considerou que, “muitos destes artefatos apresentam multifunções, o que muitas vezes torna difícil e confusa uma classificação que tenha como base a funcionalidade de cada vestígio lítico.” (Parellada, 2007, p. 15). No entanto, conforme destacou a autora, este tipo de classificação permite pensar sobre o cotidiano das populações que os manejaram.

Conforme a análise geral do material cerâmico dos sítios tratados em Parellada (2007), pode-se indicar que o material cerâmico dos sítios Itararé-Taquara por ela evidenciados, são compostos por pastas de antiplásticos minerais com predomínio de granulometria fina, cujas vasilhas foram manufaturadas a partir do método do acordelado, mesmo que “em poucos fragmentos podem ser observados os cordéis” (Parellada, 2007, p. 17). Na maioria do material de cor marrom escura ou negra, identificou-se superfícies bem alisadas, com marcas dos alisadores, sendo destacado que:

Muitos fragmentos apresentam engobo negro e/ou vermelho. O engobo vermelho trata-se de uma camada de tinta vermelha aplicada diretamente à face previamente alisada dos recipientes. Geralmente o engobo recobre toda a

superfície dos recipientes. Alguns fragmentos Itararé-Taquara apresentam incisões geométricas na superfície externa, principalmente na forma de triângulos. (Parellada, 2007, p. 18).

Os sítios arqueológicos identificados por Parellada (2007) no âmbito do licenciamento Arqueológico das UHE's Santa Clara e Fundão (Processo IPHAN nº 01508.00037/2003-41), acima apresentados contribuem para o entendimento do contexto arqueológico de ocupação Itararé-Taquara na região do rio Jordão, que nesta tese, refere-se ao Centro-sul dos *Koran-bang-ré*.

Identificados em outras pesquisas, há outros dezenove sítios que estão distribuídos pelas margens do baixo rio Jordão e nas imediações de sua foz, na margem direita do rio Iguaçu. Porém, sobre estes, poucas foram as informações reunidas por esta pesquisa, já que os relatórios em que a maioria destes sítios foram descritos, não foram encontrados no SEI-IPHAN. Mesmo assim, a partir de Chmyz (1981), Parellada (2001) e RM Arqueologia (2023), apresenta-se estes de forma sintética na tabela 10.

TABELA 10 - SÍTIOS DO BAIXO RIO JORDÃO E PRÓXIMOS A SUA FOZ NO RIO IGUAÇU

Sítios	Material	Detalhamento de materiais	Tipo de sítio	Altitude em m	Componente Topográfico	Outros componentes	Nível dos vestígios	Dimensões em m	Registro/ Referência
UHE Salto Santiago 6	Lito-cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara	Habitação Aldeia	506	Base de vertente	Não	-	-	Parellada, / RM Arqueologia (2023)
Do Mate	Lito-cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara (fase Açungui)	-	675	Meia encosta	Não	-	14.700m²	Chmyz, João Carlos. (1995) / Parellada (2001); RM Arqueologia (2023)
PR BV 15: Corredeira Grande 1	Lito-cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara (fase Açungui)	Acampamento	491	Base de Vertente	Não	15 – 21 cm	5x4	Chmyz (1981)
Ninhal Garças 1	Lítico	-	Habitação	505	Base de vertente	Não	-	-	Parellada (s.d) / RM Arqueologia (2023)
PR BV 14: Ponte Nova 1	Lito-cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara. (fase Xagu). Fogões circulares de pedras, lascas e microlascas.	Acampamento	491	Base de vertente		15-50	12x10	Chmyz (1981)
PR BV 17: Porto Fanol	Lito-cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara (fase Açungui)	Acampamento	500	Base de Vertente	Não	Superfície	30x15	Chmyz (1981)
Arroio da Divisa	Cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara	-	640	Meia encosta	Não	-	-	Chmyz (1994) / Parellada (2001); RM Arqueologia (2023)
Arroio Feio 2	Lito-cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara. Com estrutura de combustão		650	Base de vertente	Não	-	-	Chmyz (1994) / Parellada (2001); RM Arqueologia (2023)

Arroio Feio 3	Lito-cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara e lítico lascado		899	Meia encosta	Não			Chmyz (1994) / Parellada (2001); RM Arqueología (2023)
Arroio Feio 4	Lito-cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara com estrutura de combustão		867	Meia encosta	Não			Chmyz (1994) / Parellada (2001); RM Arqueología (2023)
Arroio Feio 5	Lito-cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara		735	Meia encosta	Não			Chmyz (1994) / Parellada (2001); RM Arqueología (2023)
Barra do rio Estreito	Cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara (fase Açungui)		620	Base de vertente	Não			Chmyz, João Carlos. (1995) / Parellada (2001); RM Arqueología (2023)
Coral	Lito-cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara. Com estrutura de combustão		852	Topo	Não			Chmyz (1994) / Parellada (2001); RM Arqueología (2023)
Córrego Passo do Aterrado	Lito-cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara (fase Xagu). Com estrutura de combustão		602	Base de vertente	Não			Chmyz, João Carlos. (1995) / Parellada (2001); RM Arqueología (2023)
Das Palmeiras	Cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara		631	Base de Vertente				Chmyz (1994) / Parellada (2001); RM Arqueología (2023)
Do Pendente	Cerâmico	Cerâmica Tradição Itararé-Taquara		634	Base de Vertente				Chmyz (1994) / Parellada

									(2001); RM Arqueología (2023)
Santo Antônio 1	Cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara		611	Base de Vertente				Chmyz (1994) / Parellada (2001); RM Arqueología (2023)
Santo Antônio 2	Lito-cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara		608	Base de vertente				Chmyz (1994) / Parellada (2001); RM Arqueología (2023)
Sítio do Depósito	Cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara		874	Topo				Chmyz (1994) / Parellada (2001); RM Arqueología (2023)

Fonte: Elaboração própria.

Destes, os sítios PR BV 15: Corredeira Grande 1, PR BV 14: Ponte Nova1 e PR BV 17: Porto Fanol, foram descritos por Chmyz (1981). Outros dois, UHE Salto Santiago e Ninhal Garças 1, foram registrados por Parellada (s.d).¹³⁵, porém, tal relatório não foi encontrado, sobre estes, as informações apresentadas foram coletadas em RM Arqueologia (2023).

Já os sítios; Do Mate, Barra do rio Estreito e Córrego Passo do Aterrado, foram descritos no relatório de o João Carlos Chmyz (1995),¹³⁶ este também não foi encontrado, sendo suas informações reunidas a partir de Parellada (2001) e RM Arqueologia (2023).

Assim também ocorreu com os sítios: Arroio da Divisa, Arroio Feio 2, Arroio Feio 3, Arroio Feio 4, Arroio Feio 5, Coral, Das Palmeiras, Do Pendente, Santo Antão 1, Santo Antão 2 e Sítio do Depósito, relatados por Igor Chmyz (1994)¹³⁷, cujas informações também foram obtidas em Parellada (2001) e RM Arqueologia (2023).

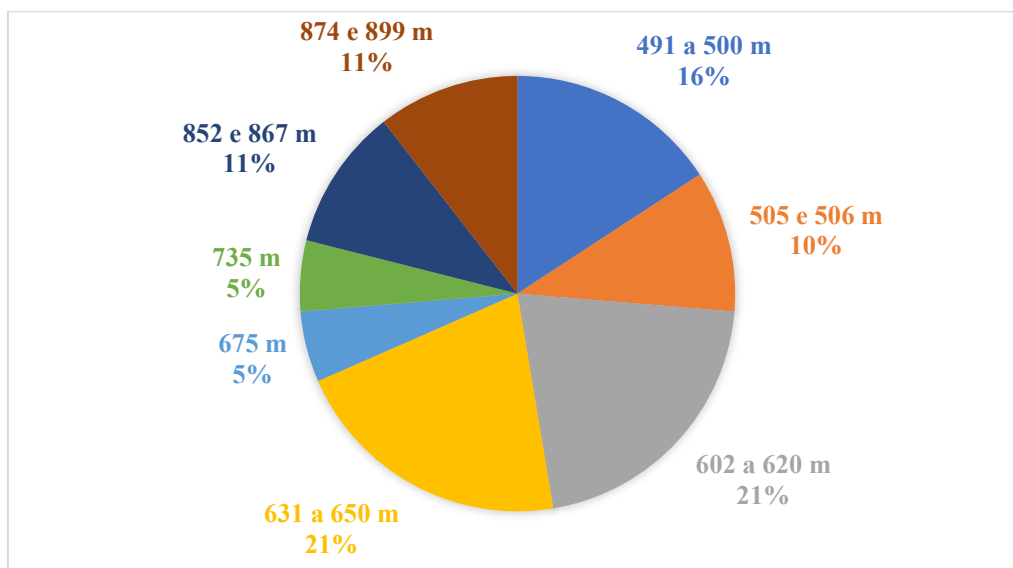
Todos os sítios apresentados na tabela 10 tiveram suas ocupações relacionadas a populações ceramistas da Tradição Itararé-Taquara, implantados em áreas que variam entre 491 e 899 m de altitude. Como se pode verificar no gráfico da figura 30, há uma amplitude altimétrica de mais de 400 m, entre os sítios localizados nesta região, sendo que a maioria deles está nas faixas altimétricas de 602 a 650 m de altitude.

¹³⁵ Projeto de Caracterização do Patrimônio Arqueológico de áreas Potenciais para Implantação de Corredores Ecológicos Junto aos reservatórios das UHE's Osório e Santiago, rio Iguaçu, PR.

¹³⁶ Relatório Final das Pesquisas Arqueológicas Realizadas na Área de Influência de Derivação do Rio Jordão. (1994-1995).

¹³⁷ Relatório Final das Pesquisas Arqueológicas realizadas na Área da Usina Hidrelétrica Segredo (1991/94). Curitiba, fevereiro 1994.

FIGURA 30 - GRÁFICO DE ALTITUDE DOS SÍTIOS DO BAIXO RIO JORDÃO E PRÓXIMOS A SUA FOZ NO RIO IGUAÇU.



Fonte: Elaboração própria.¹³⁸

A diferença altimétrica entre os sítios destacada no gráfico 3, indica que não havia restrições relativas à ocupação destas áreas, que possivelmente estariam associadas a atividades distintas. Doze destes sítios foram localizados em áreas de base de vertente, cinco em meia encosta e apenas dois em áreas de topo. Tal configuração diz mais sobre a pauta das pesquisas arqueológicas, relacionadas a implantação de barragem, do que sobre o padrão de ocupação dos grupos que ocuparam a região,

Os noventa e cinco sítios do setor 2, relacionados a ocupação indígena no período pré-colonial, embora numericamente expressivos, não apresentam a mesma diversidade de sítios apresentados no setor 1, pois os sítios do setor 2, em maioria, correspondem a sítios a céu aberto, composto por material lítico e/ou cerâmico, classificados enquanto sítios habitações, oficinas e acampamentos.

3.3.3. SÍTIOS DO SETOR 3 - SUDESTE DOS KORAN-BANG-RÊ, REGIÃO DO MUNICÍPIO DE CRUZ MACHADO

No município de Cruz Machado, limite sudeste da área delimitada por esta tese, foram registrados sete sítios relacionados a Tradição Itararé-Taquara atribuídos ao período pré-

¹³⁸ Baseado em dados de Parellada (2001); RM Arqueologia (2023) e *Google Earth*

colonial, portanto associados a ocupação indígena anterior a conquista deste território, conforme apresentado na tabela 11.

TABELA 11 - SÍTIOS DO SETOR 3 - SUDESTE DOS KORAN-BANG-RÊ, MUNICÍPIO DE CRUZ MACHADO

Sítios	Material	Detalhamento de materiais	Tipo de sítio	Altitude em m	Compartimento Topográfico	Outros componentes	Nível dos vestígios	Dimensões em m	Registro / Referência
PR UV 6: Linha Iguaçu	Lítico e estruturas subterrâneas	9 casas subterrâneas e montículos, Lascas, núcleos e carvão	Habitação - casas subterrâneas e montículos	810	Meia encosta	Não	Até 70 cm	200x150	[1959-64] Chmyz (1968); CNSA
Água do Prata (PR-UV-21)	Lítico e estruturas subterrâneas	5 casas subterrâneas-	Habitação - Casas subterrâneas	720	Base de vertente	Não	-	70x40	CNSA / Parellada (2001);
Rio Palmital 1 (PR-UV-18)	Lítico	Raspadores terminais, circulares, plano-convexos e com escotaduras, facas alongadas e trapezoidais e talhadores. (Chmyz, 1971, p. 90).	-	800	Base de vertente	Não	40-50 cm	20x15	Chmyz, (1971).
Rio Palmital 2 (PR-UV-19)	Lítico e estruturas subterrâneas	6 casas subterrâneas e líticos	Habitação – 6 Casas subterrâneas	790	Base de vertente	Não	-	-	Chmyz, (1971).
PR UV 7: Wur	Lítico, aterros e montículos	Aterros e montículos. “lascas e núcleos de diábase” (Chmyz, 1968, p. 46).	Cemitério Aterros e montículos	820	Topo	Não	-	-	[1959-64] Chmyz (1968)
Boiko	Lito-cerâmico e estrutura subterrânea	Casa Subterrânea Lito-cerâmico “não associados”	Habitação – 1 Casa Subterrânea	838	Topo	Não	Superfície		Dossel (2022)
Potinga 1	Lito-cerâmico	Lítico e cerâmica Itararé-Taquara	Habitação-	1.011	Topo	Não	Superfície		Artefatos (2019).

Fonte: Elaboração própria.

Evidenciados por Igor Chmyz, entre 1959 e 1964, durante prospecções nos municípios de União da Vitória, Bituruna e Cruz Machado, os sítios PR UV 6: Linha Iguaçu e PR UV 7: Wur, serão apresentados de acordo com Chmyz (1968), pois não se teve acesso ao relatório original em que os sítios foram descritos. Também cabe mencionar, que as coordenadas destes sítios foram estimadas por Parellada (2001), com base em mapas topográficos.

Localizado em uma área de meia encosta, situada a aproximadamente 810 m de altitude, próximo a cidade de Cruz Machado, o sítio PR UV 6: Linha Iguaçu, é composto por nove casas subterrâneas, distribuídas em três conjuntos de estruturas. No primeiro, “havia uma depressão maior, com 10 m de diâmetro, circundada por quatro outras, com diâmetros que variavam de 6 a 9 m.” (Chmyz, 1968, p. 42). No segundo conjunto, foram evidenciados vestígios de mais duas estruturas, enquanto o terceiro conjunto foi localizado “150 m mais para o sul, mas no mesmo declive, estavam outras duas covas, com 8 e 9 m de diâmetro” (Chmyz, 1968, p.42).

Conforme mencionado pelo autor, estas últimas apresentavam-se mais preservadas, sendo uma parcialmente escavada, resultando na evidenciação de material lítico e carvão no “ piso primitivo da casa foi encontrado sob 70 cm de sedimentos” (Chmyz, 1968, p. 43). Ao final do procedimento, considerando o aterro da abertura da estrutura, estimou-se que ela teria aproximadamente 2,80 m de profundidade.

Neste sítio, não foi evidenciado material cerâmico, apenas lítico, dos quais, destacou-se a presença de raspadores plano-convexos, lascas espessas e núcleos, todos em diábase, sendo que em alguns, se reconheceu contato com o fogo.

Aproximadamente quatro quilômetros ao sul, em uma área de topo, na época coberta por grandes árvores, Chmyz identificou o sítio PR UV 7: Wur, descrito em Chmyz (1968). Conforme a coordenada do sítio, estimada por Parellada (2001), o sítio situa-se a aproximadamente 820 m de altitude.

Neste sítio, classificado como cemitério, foram evidenciados aterros monticulares. Conforme a descrição do arqueólogo:

Os aterros que em geral, mediam 1,70 m de comprimento, 0,60 m de largura e 0,40 m de altura, enfileiravam-se por grande extensão da parte mais elevada do morro. Verificou-se que uma ligeira vala contornava cada um dos montículos, evidenciando que dali a terra havia sido retirada para sua construção (Chmyz, 1968, p. 46).

Um dos montículos foi escavado, sendo evidenciado a presença de material lítico lascado misturado a terra da estrutura, no entanto, “não havia vestígios de enterramento” (Chmyz, 1968, p. 46).

Em suas considerações, Chmyz (1968) relacionou as casas subterrâneas a outras, encontradas no Rio Grande do Sul e noroeste da Argentina, inclusive associando-as as relatadas por Borba (1908) no Paraná. Sobre os montículos, o autor ressalta que divergem dos sepultamentos Kaingang, pois: “A descrição que Métraux faz de um atêrro sepulcral dos Kaingáng, com a profunda cova para deposição de cadáveres e a pirâmide de terra levantada sobre a mesma, difere dos aterros que descrevemos na fase Catanduva” (Chmyz, 1968, p. 50).¹³⁹

No CNSA, encontrou-se a ficha de cadastro com informações do sítio Água do Prata (PR-UV-21), registrado por Igor Chmyz no ano de 1969. Conforme informações da ficha, o sítio é composto por cinco casas subterrâneas, onde também se evidenciou a presença de materiais líticos. Sendo associado a fase Catanduva da Tradição Casa de Pedra, ou seja, Itararé-Taquara.

Sua localização georreferenciada foi estimada por Parellada (2001), a partir da posição em que o sítio foi marcado em mapa topográfico. Desta forma, pode-se estimar que o sítio foi localizado em área de vale, implantado a cerca de 720 m de altitude, próximo a margem do rio Água do Prata, afluente da margem direita do rio Iguaçu. Atualmente, o sítio encontra-se submerso.

No CNSA também constam as fichas de registro de outros dois sítios localizados por Igor Chmyz em 1968-69, os sítios Rio Palmital 1 (PR-UV-18) e Rio Palmital 2 (PR-UV-19), ambos encontrados próximo ao rio Palmital, afluente da margem direita do rio Iguaçu. Estes foram indicados no mapa apresentado por Chmyz, *et alli* (2007), a partir do qual, estimou-se nesta tese, suas coordenadas, apresentadas na tabela 4, no início deste capítulo.

Plotadas as coordenadas estimadas, pode-se inferir que os sítios Rio Palmital 1 (PR-UV-18) e Rio Palmital 2 (PR-UV-19), localizam-se em área de vale, próximos a margem direita do rio Palmital, respectivamente situados a 799 m e 786 m de altitude.

Conforme Chmyz (1971), o material arqueológico do sítio Rio Palmital 1 (PR-UV-18), concentrava-se em uma profundidade de 40 a 50 cm, composto por líticos lascados, tendo artefatos classificados como: “raspadores terminais, circulares, plano-convexos e com escotaduras, facas alongadas e trapezoidais e talhadores.” (Chmyz, 1971, p. 90). Segundo o

¹³⁹ É preciso considerar as transformações históricas que podem ter modificado os sepultamentos entre os Kaingang, pois a descrição do sepultamento Kaingang descrito por Métraux (1946) é baseada na descrição de um sepultamento do século XX, no Estado de São Paulo, descrito por Manizer, posteriormente traduzido por Juracilda Veiga: Manizer (2006).

autor, o material foi produzido a partir de rochas de diabase e arenito “fritado”, o qual, entende-se tratar de arenito silicificado.

Próximo ao rio Palmital 1, o sítio Rio Palmital 2 (PR-UV-19) é composto por um conjunto de seis casas subterrâneas, “uma casa maior, com 10 m de diâmetro e 3m de profundidade. Esta era contornada por cinco outras, de dimensões pouco menores” (Chmyz, 1971, p. 90). Segundo o arqueólogo, tanto no interior, quanto no exterior das estruturas, foram encontrados materiais líticos lascados, que pela descrição, não diferem do conjunto lítico encontrado no sítio Rio Palmital 1.

Em Chmyz (1971), os dados destes sítios foram considerados insuficientes, pois não havia se determinado a que fase das tradições arqueológicas definidas estes estavam relacionados, sendo as informações consideradas apenas para comparações com outros sítios. O fato de não terem sido evidenciados materiais cerâmicos fez com que estes fossem interpretados como “manifestações de povos não ceramistas” (Chmyz, 1971, p. 100). Mesmo assim, o arqueólogo considerou que estes poderiam ser correlacionados aos sítios da fase Catanduva, posteriormente englobada na Tradição Itararé-Taquara.

Durante as pesquisas decorrentes do “Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAPIPA) LT 525 Kv Areia – Joinville Sul, Estados do Paraná e Santa Catarina. Estado do Paraná: Cruz Machado, Mallet, Paulo Frontin, Pinhão, São Mateus do Sul e União da Vitória. Estado de Santa Catarina: Canoinhas, Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Joinville, Mafra, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Schroeder e Três Barras.” (Processo SEI-IPHAN nº 01450.001249/2019-15), executado pela empresa Dossel Ambiental Consultoria e Projetos LTDA, então coordenado pelo arqueólogo Sérgio Bruno Reis de Almeida, Dossel (2019).

Em novembro de 2020, no mesmo processo, outro projeto foi protocolado, Dossel (2020), desta vez, sob coordenação da arqueóloga Tainá Azeredo Campos Péclat. Um ano depois, em 2021, foi apresentado o “Projeto de Prospecção Complementar Linha de Transmissão 525 KV Areia – Joinville Sul”, este, coordenado pela arqueóloga Janaína Patrícia Coutinho, Dossel (2021).

Neste último, foram apresentados três sítios arqueológicos na área de interesse desta tese: Fazenda Boiko no município de Cruz Machado, Córrego do Meio e Alagado, no município

de Pinhão, como pode ser conferido em Dossel (2021, p. 63).¹⁴⁰ O desenvolvimento das atividades deste processo demanda atenção adicional, pois evidenciam a manipulação dos dados arqueológicos.

O então denominado sítio Fazenda Boiko,¹⁴¹ foi encontrado próximo ao rio Santana, na Área Diretamente Afetada pelo empreendimento, sendo que em superfície reconheceu-se “predominância de fragmentos cerâmicos em péssimo estado de conservação” (Dossel, 2021, p. 71). É relatado que Emílio Boiko, proprietário da fazenda, apresentou a equipe mão-de-pilão e machados polidos encontrados próximos a área do sítio, além de informar a presença de “possível casa subterrânea a aproximadamente 300 metros do local do sítio. Porém, a equipe de arqueologia não a identificou na prospecção.” (Dossel, 2021, p. 71).

Por estar dentro da ADA pelo empreendimento, portanto, elegível para atividades de resgate arqueológico, em Dossel (2021), foram planejadas novas prospecções de superfície e sondagens de poços-testes, para delimitação do sítio Fazenda Boiko. As atividades foram relatadas em Dossel (2022a), nos poços-testes, nenhum material foi identificado, já na prospecção de superfície, identificou-se “quatro cerâmicas e dois líticos (uma possível lasca e um possível moedor)”. (Dossel, 2022a, p. 94).

Em Dossel (2022a), também são apresentadas fotografias do material lítico em posse do proprietário da terra, mas segundo o relatório, desta vez, o senhor Emílio Boiko informou que apenas um havia sido coletado no local do sítio. Na descrição, os cinco líticos são classificados como mão-de-pilão.¹⁴²

¹⁴⁰ O sítio Córrego do Meio foi descrito por Dossel (2021), como um sítio lítico de superfície, sendo na ocasião reconhecidos artefatos líticos formais, por ser um sítio exclusivamente lítico, sem filiação cultural atribuída, não foi apresentado neste tópico. Também composto por material lítico, sítio Alagado, foi identificado em uma área de inundação do rio da Areia, na ADA pelo empreendimento, sendo que os moradores do local, relataram a equipe da Dossel (2021, p. 73) que é comum encontrar pontas de projéteis próximas a margem do rio. Porém, em Dossel (2022a), iniciou-se um processo de descaracterização do sítio Alagado, que culminou em sua desclassificação como sítio arqueológico.

¹⁴¹ O sítio Fazenda Boiko será convertido em Sítio Boiko, processo complexo que desqualifica as evidências do sítio e a pesquisa arqueológica realizada.

¹⁴² Ao analisar a “foto 12-53” (Dossel, 2022a, p. 100), é evidente que um dos líticos se trata de uma lâmina de machado. Embora soe como preciosismo, esta observação é importante, pois a coordenadora, utiliza-se exatamente do fato de ser especialista em análise lítica para descaracterizar o sítio Alagado, sugerindo a desclassificação deste como sítio em Dossel (2022a, p. 117-118) e Dossel (2022b, p. 85-102). A desclassificação do sítio foi acatada pelo IPHAN, como indicado em Dossel (2022c).

Guiadas pelo proprietário, as arqueólogas, identificaram que a estrutura subterrânea se encontrava “em uma distância média de 200 metros da área do sítio,” (Dossel, 2022a, p.100). A depressão da estrutura, pode ser observada na figura 31.

FIGURA 31 - ARQUEÓLOGAS DA DOSSEL, REALIZANDO MEDIÇÃO DA CASA SUBTERRÂNEA NA FAZENDA BOIKO.



Fonte: Dossel, (2022a, p. 101).

Conforme descrito no relatório, “a estrutura possui uma dimensão de 5x5 metros. Trata-se de uma área com uma depressão no terreno com formato circular, em que a profundidade possui uma média de 60 centímetros.” (Dossel, 2022a, p.102). Ainda é relatado que foram executados dois poços-testes na área, que não resultaram em material arqueológico, assim como os caminhamentos no entorno, no entanto, não se esclarece se os poços foram perfurados no interior ou fora da cavidade.

Após breve discussão bibliográfica, mesmo como hipótese, conclui-se que “é possível afirmar que de fato trata-se de um vestígio de casa subterrânea. Apesar da ausência de vestígios arqueológicos nas proximidades” (Dossel, 2022a, p. 104).

Nas considerações sobre o contexto do sítio, fica claro a construção de diversos argumentos para descaracterizá-lo, ou pelo menos, para dissociar o material lítico e cerâmico identificado no sítio Fazenda Boiko, da casa subterrânea:

Após revisão dos dados fora observado que quatro artefatos líticos associados ao sítio Fazenda Boiko estão localizados entre 350 metros a 1 km de distância

da poligonal registrada (Figura 12-6), em uma estrada vicinal. Nesse caso, a presente equipe de arqueologia entende que tais artefatos não estão associados ao bem acautelado, tratando-se ou de uma ocorrência, ou de outro sítio arqueológico. (Dossel, 2022a, p. 105).

Além da revisão, Dossel (2022a), mobilizou outros argumentos, para desassociar os vestígios, dentre eles, de que material cerâmico estavam “altamente fragmentados” (Dossel, 2022a, p. 107); ou que o material lítico identificado em etapas anteriores, poderia ser resultado da “ação de maquinários agrícolas” (Dossel, 2022a, p. 108).

Desta forma, a consultoria solicitou a reclassificação a avaliação da área da ADA, onde havia sido identificado o sítio Fazenda Boiko, convertendo este para “Ocorrência Arqueológica”, enquanto apenas a área da casa subterrânea, foi considerada na composição do sítio Fazenda Boiko, área que “encontra-se na AII do empreendimento, logo não ocorrerá qualquer impacto ao bem acautelado” (Dussel, 2022a, p. 109). É evidente que, com esta manobra, se objetivou desvincular o sítio arqueológico de procedimentos de resgate, que poderiam comprometer o andamento da obra e aumentar os custos com a pesquisa.

Em Dossel (2022b), é expresso que a Superintendência do IPHAN em Santa Catarina solicitou reavaliação dos sítios Alagado e Fazenda Boiko, no entanto, neste relatório, Dossel (2022b), priorizou a caracterização, ou melhor, a descaracterização do sítio Alagado, sugerindo que este fosse desclassificado enquanto sítio arqueológico. Sobre o sítio Fazenda Boiko, alegou-se que os dados seriam apresentados no relatório seguinte, mas ressaltou-se que, “a única área identificada com possibilidade de ser um sítio arqueológico é apenas na porção onde fora localizado a casa subterrânea, ou seja, na AII do empreendimento” (Dossel, 2022b, p. 109).

Sem que fosse encontrado justificativa formal, houve troca da coordenação da pesquisa arqueológica, assumida pelo arqueólogo Everaldo Gomes Dourado, Dossel (2022c). Além de um histórico da pesquisa, neste relatório, foram apresentadas os resultados da terceira campanha de prospecção complementar nas áreas.

Em resumo, após prospecções de superfície e realização de poços-testes, na área anteriormente classificada como sítio Fazenda Boiko, “foi possível verificar que a ocorrência “Fazenda Boiko” é composta apenas por fragmentos cerâmicos intemperizados” (Dossel, 2022c, p. 69). Sobre as áreas em que foram evidenciados líticos nas etapas anteriores foi relatado que “os vestígios líticos não foram novamente localizados, mesmo assim, encontravam-se em média 1,075 km e 360 m de distância da “Fazenda Boiko” (Dossel, 2022c, p.69).

Em relação a casa subterrânea, os mesmos vestígios líticos situavam-se “em média 1,344k km e 616 m” (Dossel, 2022c, p. 69), que segundo os arqueólogos demonstram que esses não estariam associados, salvo, fossem os líticos associados a Tradição Itararé-Taquara, porém, mesmo estes ocorrendo a 360 metros do material cerâmico da Fazenda Boiko, relacionados a tradição ceramista, não houve associação entre os materiais.

Em Dossel (2022c, p. 69), destaca-se que os líticos e fragmentos cerâmicos relatados em Dossel, (2022a, p. 94), foram encontrados entre 111 e 227 metros da estrutura subterrânea, dentre estes, Dossel (2022c), avaliou que os fragmentos cerâmicos apresentavam características da Tradição Itararé-Taquara, mas considerou os dados insuficientes para correlacionar o material a casa subterrânea, conclusão que parece ter sido acatada pelo IPHAN, como sugere as informações do relatório:

As cerâmicas identificadas a pouco mais de 100 metros da “Casa subterrânea” apresentam, ainda que de forma sutil, características semelhantes a atributos da Tradição ceramista Itararé-Taquara, tais como espessura fina, leves e pequenas proporções, porém tendo em vista que essas características são bastante generalistas, não é possível fazer qualquer afirmação sobre correlação entre a Tradição e os fragmentos, corroborando para a hipótese, já desenvolvida e aprovada por esse órgão, de que as cerâmicas são conjuntos dissociados, por isso classificadas como Ocorrência Arqueológica. (Dossel, 2022c, p. 69).

Depois de toda essa querela, a casa subterrânea foi considerada como sítio arqueológico sendo descrita como: “sítio arqueológico de um único vestígio, e está localizado no ponto 22J 465605E 7132567N e doravante, passará a ser denominado apenas como “sítio Boiko”. (Dossel, 2022c, p. 70).

Argumentando a posição do sítio, a 160 m da ADA pelo empreendimento, foi indicado que o sítio deveria ser apenas cercado e sinalizado com placa, sendo ainda solicitado que o sítio fosse “dispensado de futuras ações no âmbito do licenciamento ambiental do empreendimento em tela, tendo em vista a distância em que o local se encontra fora da ADA do empreendimento e em local distante de possíveis impactos,” (Dossel, 2022c, p.91). Os outros vestígios, que compunham o desclassificado sítio Fazenda Boiko, foram reclassificados como ocorrência arqueológica.

Este processo, ainda gerou três relatórios, Dossel (2023a), ainda coordenado pelo arqueólogo Everaldo Gomes Dourado, e Dossel (2023b; 2023c), sob coordenação do arqueólogo Fernando Lopes de Oliveira, porém não geraram novos dados para o sítio Boiko ou outros sítios na área de pesquisa delimitada nesta tese.

Desta forma, pode apresentar que o sítio Boiko, está situado em uma área de topo, a aproximadamente 838 m de altitude em uma área circundada pela margem direita do rio Santana, afluente da margem direita do rio da Areia, que por sua vez desagua na margem direita do rio Iguaçu. O sítio é composto por uma casa subterrânea, sendo em suas proximidades identificados artefatos líticos lascados e cerâmica relacionadas a Tradição Itararé-Taquara, além de lítico polido, encontrado pelo proprietário do imóvel.

O último sítio deste setor, foi evidenciado durante o desenvolvimento da “Avaliação de impacto ao Patrimônio Arqueológico na PCH Potinga (Abrangendo os municípios de Inácio Martins e Cruz Machado-PR)”, (Processo SEI-IPHAN nº 01508.000706/2018-61), executado pela empresa Artefatos Pesquisas Arqueológicas, sob a coordenação da arqueóloga Vania Leandro de Souza. As informações do sítio, encontram-se no relatório final, deste processo, apresentado em novembro de 2019, Artefatos (2019).

Antes de apresentar o sítio evidenciado durante a pesquisa arqueológica, cabe mencionar que, em uma das entrevistas com moradores da região do estudo, realizada pela equipe de arqueologia, foi relatado que o senhor Carlos de Lara Walter, proprietário da Fazenda Araucária, localizada próxima a divisa dos municípios de Cruz Machado e Inácio Martins, afirmou que em sua propriedade, “existe uns buracos de bugre que acredita ter sido feito pelos indígenas” (Artefatos, 2019, p. 60).

Não há no relatório, qualquer menção de que a localização dos “buracos de bugre” tenha sido indicada pelo proprietário da fazenda, ou que a equipe tenha se mobilizado para localizá-los, uma vez que, ao menos parte da propriedade estava inserida na Área de Influência Direta (AID), do empreendimento em estudo, sendo exatamente nesta propriedade que se identificou o sítio Potinga 1.

Baseado nas informações de Artefatos (2019), pode-se descrever que o sítio Potinga 1, é composto por material lítico e cerâmico relacionados a Tradição Itararé-Taquara, evidenciados apenas em superfície. Implantado em área de topo de colina, a cerca de 1.010 m de altitude, a aproximadamente 290 m da margem direita do rio Potinga, afluente da margem direita do rio da Areia, que por sua vez, desagua na margem direita do rio Iguaçu.

Conforme apresentado pela consultoria, a partir do ponto central do sítio, “definido com base no primeiro achado cerâmico em superfície.” (Artefatos, 2019, p. 215), foram perfuradas vinte cinco sondagens, distribuídas de cinco em cinco metros, perfuradas até 80 cm de profundidade, “executadas nos sentidos norte, sul, leste, oeste, nordeste, sueste e sudoeste”

(Artefatos, 2019, p. 215), tais sondagens foram finalizadas após sequência de três negativas para material arqueológico. Em nenhuma sondagem foi evidenciado material arqueológico, desta forma, o sítio foi delimitado a partir da distribuição do material arqueológico disposto em superfície.

Após análise em laboratório, relatou-se que o material lítico do sítio constitui uma única “peça lítica confeccionada em sílex com alguns negativos de retiradas em ambas as faces, tendo como suporte o seixo.” (Artefatos, 2019, p. 246).

Já o material cerâmico, é composto por doze fragmentos, que após análises, revelaram terem sido produzidos com pasta composta por antiplástico predominantemente mineral, constituído por “grãos de quartzo e possui um tipo de queima redutora” (Artefatos, 2019, p. 248).

Conforme análise dos segmentos, distinguiu-se que a maioria dos fragmentos pertencem ao corpo da vasilha (paredes), “tendo uma peça da base e uma não identificada” (Artefatos, 2019, p. 248). Não foram identificadas decorações gráficas ou plásticas, sendo o tratamento de superfície apenas alisado, em ambas as faces, quanto as dimensões dos fragmentos, identificou-se que: “A maioria das peças analisadas têm a espessura fina entre 0,3mm a 0,7mm, e, apenas 1 fragmento (referente a porção da base), tem a espessura de 1,2mm. O comprimento e largura das peças está entre 0,10 a 0,20mm, com exceção do fragmento de base com 7 cm de largura e 5cm de comprimento.” (Artefatos, 2019, p. 249).

Considerando as características do conjunto cerâmico analisado, a consultoria indica que estes “levam a supor que, foram confeccionados pelas populações Jê meridional.” (Artefatos, 2019, p. 249). Isto é, englobada dentro da cerâmica agrupada pela Tradição Itararé-Taquara.

Por estar localizado fora da as ADA pelo empreendimento, a consultoria indicou que caso fossem realizadas atividades da obra no entorno do sítio, este deveria ser feito com monitoramento arqueológico, sendo ainda recomendado a sinalização e o cercamento do sítio.¹⁴³

¹⁴³ Durante palestras realizadas no escopo da Educação Patrimonial, nos municípios de Inácio Martins e Cruz Machado, a equipe documentou que alunos e professores relataram a existências de “buracos de bugres”, e materiais arqueológicos líticos e cerâmicos na região. Na escola Boleslau Sabota em Cruz Machado, a secretária da escola mostrou e doou duas pontas de projéteis confeccionadas em sílex para a equipe, afirmando ter mais de 100 peças que encontrou na margem do rio da Areia, como pode ser verificado em Artefatos, (2019, p. 269-270).

Como apresentado, nesta região, a sudeste dos *Koran-bang-rê*, os sítios arqueológicos atribuídos a Tradição Itararé-Taquara apresentam um cenário distinto do setor 1 e 2, pois neste espaço a maior parte dos sítios registrados apresentam casas subterrâneas, aterros e montículos relacionados a espaços de habitação e cemitérios da Tradição Itararé-Taquara.

3.3.4. SÍTIOS DO SETOR 4 – SUDOESTE DOS KORAN-BANG-RÊ, REGIÃO DO BAIXO RIO CAVERNOSO E ADJACÊNCIAS, NO RIO XAGU

Nesta região, a sudoeste do polígono estabelecido, a documentação apresentou trinta e dois sítios arqueológicos relacionados a grupos ceramistas e agricultores, relacionados as tradições Itararé-Taquara e Tupiguarani, classificados como sítios pré-coloniais. Isto é, sítios que nesta tese são associados a ocupação indígena no período pré-colonial.

Destes, vinte e três sítios não constam na documentação pesquisada no SEI-IPHAN, mas suas fichas de registro estão disponíveis para consulta pública no CNSA, mantido no site do IPHAN. Além disso, estes sítios foram descritos no “Relatório das Pesquisas Arqueológica realizadas na área da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago (1979-80)”, publicado por Chmyz (1981).¹⁴⁴

Como já mencionado, em Chmyz (1981) e nos inúmeros relatórios que os cita, estes sítios estão relacionados ao município de Laranjeiras do Sul. Como não possuíam dados de georreferenciamento, tiveram as coordenadas estimadas nesta pesquisa a partir do mapa de sítios pesquisados pelo CEPA, apresentado em Chmyz (2007) e Chmyz, *et alli* (2007).¹⁴⁵

A partir da distribuição dos pontos georreferenciados, foram consideradas as atuais divisões territoriais dos municípios, desta forma, estima-se que atualmente, estes localizam-se em municípios desmembrados de Laranjeiras do Sul, na década de 1990, Porto Barreiro e Rio Bonito do Iguaçu, conforme pode ser observado na tabela 4, apresentada no início deste capítulo.¹⁴⁶

¹⁴⁴ Neste relatório, foram apresentados 41 sítios, dos quais, nove foram classificados como pré-cerâmicos, relacionados a grupos de caçadores-coletores e trinta e dois cerâmicos, portanto, associados a ocupação indígena no período pré-colonial, destes, vinte e três foram localizados no baixo rio Cavernoso e baixo rio Xagu.

¹⁴⁵ Reconhece-se que as coordenadas estimadas não representam o posicionamento real dos sítios, apenas uma aproximação do local de implantação destes. Mesmo entre as informações de localização apresentadas em Chmyz (1981) e o mapa de Chmyz, *et alli* (2007), há algumas imprecisões, desta forma, optou-se pelo posicionamento indicado no mapa apresentado em Chmyz, *et alli* (2007).

¹⁴⁶ Conforme as coordenadas estimadas, no município de Rio Bonito do Iguaçu encontram-se os sítios: PR BV 28: Santa Rosa; PR AS 3: Barragem Santiago 2; PR BV 2: Rio Barra Mansa 1; PR BV 4: Rio Barra Mansa 3; PR AS

Na tabela 12, se pode observar a apresentação sintética dos dados dos vinte e três arqueológicos registrados por Chmyz (1981), que conforme estimado nesta tese, encontram-se a sudoeste dos *Koran-bang-rê*.

4: Vau 1; PR AS 2: Barragem Santiago 1; e PR BV 9: Rio Crim 1. Os outros sítios, relacionados na tabela 12, estão dentro dos limites do município de Porto Barreiro.

TABELA 12 - SÍTIOS REGISTRADOS POR CHMYZ (1981), POSICIONADOS A SUDOESTE DOS *KORAN-BANG-RÊ*

Sítios	Material	Detalhamento de materiais	Tipo de sítio	Altitude em m ¹⁴⁷	Compartiment o Topográfico ¹⁴⁸	Outros componentes	Nível dos vestígios	Dimensões em m	Registro / Referência
PR BV 5: Lajeado da Erva 1	Cerâmico	Relacionado a fase Candói da Tradição Itararé-Taquara.		(440) 498	Base de vertente	Não	Superfície	120x40	Chmyz (1981)
PR BV 6: Lajeado da Erva 2	Cerâmico	Relacionado a fase Candói da Tradição Itararé-Taquara.		(433) 506	Meia encosta	Não	Superfície	60x30	Chmyz (1981)
PR BV 7: Porto Santana 1	Cerâmico	Relacionado a fase Candói da Tradição Itararé-Taquara. Estatueta antropomorfa fragmentada.		(465) 495	Base de vertente	Fragmentos cerâmicos intrusivos, foram constatados indícios de aculturação.	Superfície	40x30	Chmyz (1981)
PR BV 8: Porto Santana 2	Cerâmico	Relacionado a fase Candói da Tradição Itararé-Taquara.		(490) 506	Topo	Com fragmentos cerâmicos intrusivos.	Superfície	60x30	Chmyz (1981)
PR BV 11: Rio Iguaçu 1	Cerâmico	Relacionado a fase Candói da Tradição Itararé-Taquara.		(455) 521	Meia encosta	A leste misturavam-se com as do PR BV 29, da fase Iguaçu da Tradição Umbu.	0-15cm	75x60	Chmyz (1981)
PR BV 13: Rio Cavernoso 1	Lito-cerâmico	Relacionado a fase Candói da		(484) 510	Base de vertente	Com fragmentos	Superfície	100x50	Chmyz (1981)

¹⁴⁷ Entre parêntesis, consta a altitude média em relação ao nível do mar estimada por Chmyz (1981), fora do parêntesis a altitude indicada pelo *Google Earth*, a partir da estimativa de coordenadas apontadas nesta tese, apresentadas na tabela 4.

¹⁴⁸ Os componentes topográficos foram estabelecidos a partir das coordenadas consideradas nesta tese.

		Tradição Itararé-Taquara.				cerâmicos intrusivos.			
PR BV 20: Santa Cruz	Cerâmico	Relacionado a fase Candói da Tradição Itararé-Taquara.		(468) 508	Meia encosta	Com fragmentos cerâmicos intrusivos.	Superfície	60x30	Chmyz (1981)
PR BV 23: Rio Cavernoso 2	Lito-cerâmico	Relacionado a fase Candói da Tradição Itararé-Taquara.		(458) 508	Meia encosta	Com indícios cerâmicos intrusivos.	Superfície	50x30	Chmyz (1981)
PR BV 24: Rio Cavernoso 3	Lito-cerâmico	Relacionado a fase Candói da Tradição Itararé-Taquara.		(448) 491	Base de vertente	Não	Superfície	40x15	Chmyz (1981)
PR BV 25: Ilha Grande	Lito-cerâmico	Relacionado a fase Candói da Tradição Itararé-Taquara.		(450) 491	Ilha	Não	Superfície	60x20	Chmyz (1981)
PR BV 27: Rio Iguaçu 4	Lito-cerâmico	Relacionado a fase Candói da Tradição Itararé-Taquara.		(457) 586	Meia encosta	A leste se misturava com sítio PR BV 30, da fase Iguaçu da Tradição Umbu.	Superfície	100x40	Chmyz (1981)
PR BV 12: Rio Iguaçu 2	Lito-cerâmico	Relacionado a fase Xagu da Tradição Itararé-Taquara.		(455) 519	Meia encosta	Não	Superfície	200x90	Chmyz (1981)
PR BV 21: Córrego Barra Grande 1	Lito-cerâmico	Relacionado a fase Xagu da Tradição Itararé-Taquara.		(455) 491	Base de vertente	Não	Superfície	80x40	Chmyz (1981)
PR BV 18: Rio Crim 3	Cerâmico	Relacionado a fase Açungui da Tradição Itararé-Taquara.		(450) 531	Base de vertente	Não	Superfície	80x30	Chmyz (1981)

PR BV 19: Rio Feio	Lito-cerâmico	Relacionado a fase Açungui da Tradição Itararé-Taquara.		(460) 491	Base de vertente	Não	Superfície	60x30	Chmyz (1981)
PR BV 22: Córrego Barra Grande 2	Lito-cerâmico	Relacionado a fase Açungui da Tradição Itararé-Taquara.		(480) 491	Base de vertente	Não	Superfície	100x40	Chmyz (1981)
PR BV 28: Santa Rosa	Lito-cerâmico	Relacionado a fase Açungui da Tradição Itararé-Taquara.		(462) 491	Base de vertente	Não	Superfície	20x15	Chmyz (1981)
PR AS 3: Barragem Santiago 2	Lito-cerâmico	Relacionado a fase Candói da Tradição Itararé-Taquara. Estruturas de combustão (fogões de pedras com formato cônico). Lítico constituído por núcleos e lascas.	Habitação 2 possíveis Casas subterrâneas	(475) 491	Base de vertente	Não	0-40cm Concentrado entre 15-25 cm	70x65	Chmyz (1981)
PR BV 2: Rio Barra Mansa 1	Lito-cerâmico	Relacionado a fase Candói da Tradição Itararé-Taquara.	Habitação Casas subterrâneas (relatadas)	(495) 491	Base de vertente	Com cerâmica intrusiva.	0-10 cm	60x20	Chmyz (1981)
PR BV 4: Rio Barra Mansa 3	Lito-cerâmico	Relacionado a fase Candói da Tradição Itararé-Taquara.		(500) 491	Base de vertente	Não	Superfície	60x20	Chmyz (1981)
PR AS 4: Vau 1	Cerâmico	Relacionado a fase Xagu da Tradição Itararé-Taquara.		(465) 510	Meia encosta	Não	Superfície	100x30	Chmyz (1981)
PR AS 2: Barragem Santiago 1	Cerâmico	Relacionado a fase Açungui da Tradição Itararé-Taquara.		(460) 495	Meia encosta	Com cerâmica intrusiva.	0-10cm	35x12	Chmyz (1981)

PR BV 9: Rio Crim 1	Lito- cerâmico	Relacionado a fase Açungui da Tradição Itararé- Taquara.		(450) 491	Base de vertente	Não	0-10cm	150x60	Chmyz (1981)

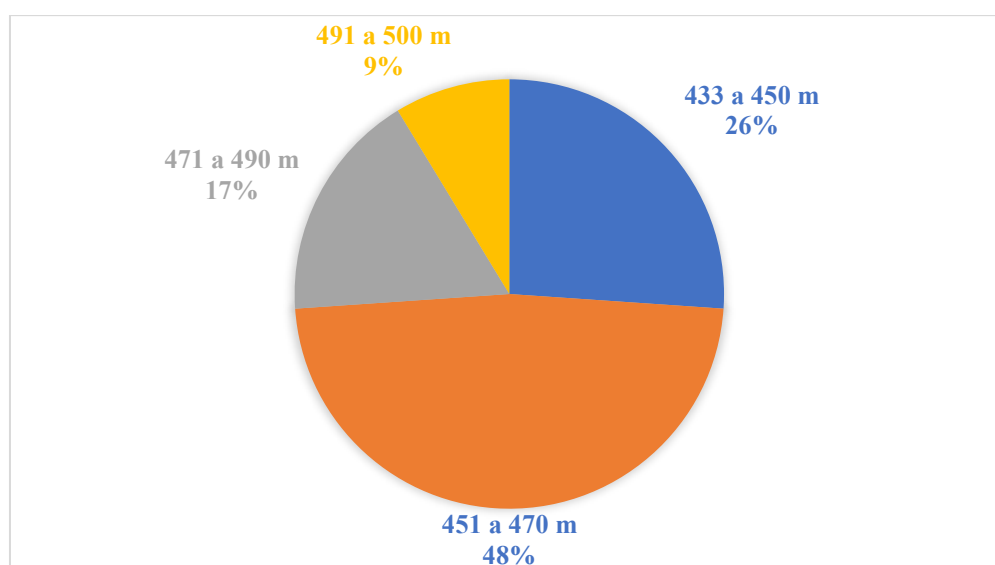
Fonte: Elaboração própria..

Conforme sintetizado na tabela 12, dos vinte três sítios relatados em Chmyz (1981), quatorze foram classificadas por Chmyz (1981) na fase Candóí, seis na fase Açungui e três na fase Xagu. Segundo o autor, estas fases apresentam variações, “especialmente no acabamento da superfície da cerâmica” Chmyz, 1981, p. 90).

Como se pode notar em Chmyz (1981), há mais semelhanças nos conjuntos que diferenças, sendo possível conferir as análises detalhadas do material de cada fase no relatório mencionado. Porém, como justificado no primeiro capítulo desta tese, tais fases, compõem o conjunto que pode ser agrupado na Tradição Itararé-Taquara.

Conforme a estimativa de Chmyz (1981), estes sítios variavam entre 433 e 500 m de altitude em relação ao nível do mar. Desta forma, como se pode observar no gráfico da figura 32, a maioria dos sítios desta região, ocorre entre 451 e 470 m de altitude.

FIGURA 32 - GRÁFICO DAS ALTITUDES DOS SÍTIOS REGISTRADOS POR CHMYZ (1981), POSICIONADOS A SUDOESTE DOS KORAN-BANG-RÊ

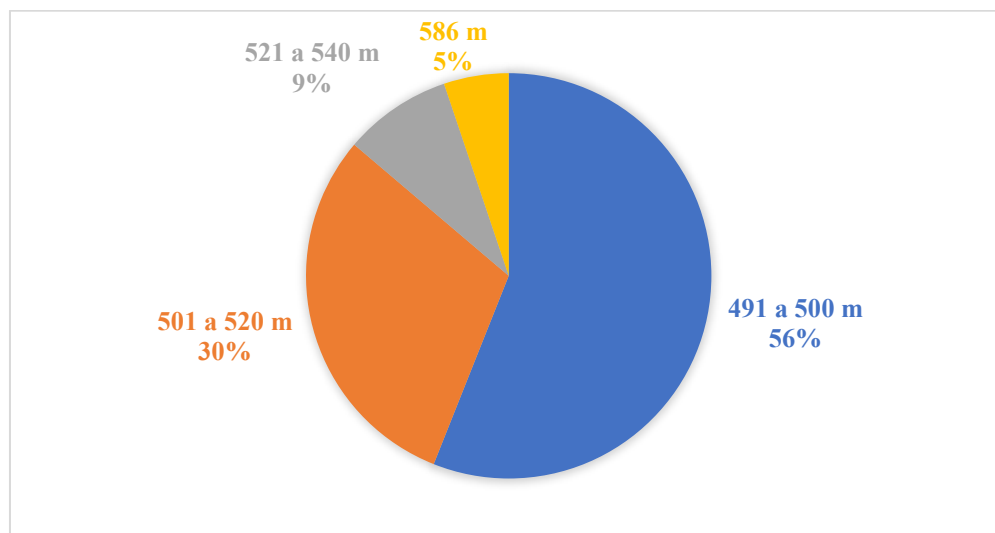


Fonte: Elaboração própria.

Entretanto, com as coordenadas estimadas por esta pesquisa, expostas na tabela 4, as cotas altimétricas dos mesmos sítios aumentaram consideravelmente, variando entre 491 e 586 m de altitude. No gráfico da figura 33, pode ser observado que a maioria expressiva dos sítios se situa entre a cota de 491 a 500 m de altitude, em relação ao nível do mar, não destoando significativamente das altitudes estimadas por Chmyz (1981), embora as coordenadas situem os sítios mais baixos, exatamente na faixa altimétrica mais alta estimada por Chmyz (1981).

Gráfico das altitudes dos sítios registrados por Chmyz (1981), conforme coordenadas estimadas nesta pesquisa

FIGURA 33 - GRÁFICO DAS ALTITUDES DOS SÍTIOS REGISTRADOS POR CHMYZ (1981), CONFORME COORDENADAS ESTIMADAS NESTA PESQUISA.



Fonte: Elaboração própria.¹⁴⁹

A discrepância entre as cotas altimétricas apresentadas por Chmyz (1981), e as consideradas por esta pesquisa, pode ser explicada pelo posicionamento topográfico das coordenadas estabelecidas na tabela 4, posicionadas com base no mapa de Chmyz, *et alli* (2007), em especial, as que se referem aos sítios: PR BV 11: Rio Iguaçu 1 (521 m), PR BV 12: Rio Iguaçu 2 (519 m), PR BV 13: Rio Cavernoso 1 (510 m), PR BV 27: Rio Iguaçu 4 (586 m). Mesmo considerando imprecisão nos posicionamentos das coordenadas estabelecidas na tabela 4, avalia-se que os sítios foram plotados em áreas próximas de onde foram identificados por Chmyz (1981), e indicadas em Chmyz *et alli* (2007).

Em Chmyz (1981), foram indicados aspectos topográficos exclusivamente dos terrenos onde se evidenciaram os vestígios dos sítios, dentre outros, caracterizados como: flanco de suave elevação, plano e terraço. Desta forma, com base nas coordenadas estimadas na tabela 4, incluiu-se o compartimento topográfico dos sítios localizados por Chmyz (1981). Como pode ser observado na tabela 12, dos vinte e três sítios encontrados pelo arqueólogo, treze, estão implantados em base de vertente, oito em meia encosta, um em área de topo e um em uma ilha do rio Iguaçu.

¹⁴⁹ Dados do Google Earth

Todos os sítios apresentados podem ser agrupados a Tradição Itararé-Taquara, mas cabe ressaltar que em dois destes sítios, PR BV 11: Rio Iguaçu 1 e PR BV 27: Rio Iguaçu 4, descritos por Chmyz (1981), foram encontrados material Itararé-Taquara misturados com sítios da Tradição Umbu, relacionada a populações de caçadores-coletores.¹⁵⁰

Além disto, nos sítios: PR BV 2: Rio Barra Mansa 1, PR BV 7: Porto Santana 1, PR BV 8: Porto Santana 2, PR BV 13: Rio Cavernoso 1, PR BV 20: Santa Cruz, PR BV 23: Rio Cavernoso 2 e PR AS 2: Barragem Santiago 1, Chmyz (1981) identificou cerâmicas que considerou intrusivas, que no caso destes sítios, “foram constatados através de algumas formas estranhas à fase e comuns à cerâmica intrusiva; a pasta desses fragmentos, entretanto, era como a da fase Candói.” (Chmyz, 1981, p. 91).

Há de se ponderar que, no encalço de estabelecer diferenças regionais da cerâmica, o arqueólogo considerou como intrusivas, cerâmicas de fases distintas da própria Tradição Itararé-Taquara, isto é sugerido em suas considerações, quando discute características de outras fases estabelecidas em outras regiões, mas que possuem semelhanças com as encontradas na região.

Isto fica claro, quando o autor afirma que as cerâmicas intrusivas evidenciadas nestes sítios possuem características similares aos da “Tradição Casa de Pedra” (Chmyz, 1981, p. 93). Portanto, todos relacionados a Tradição Itararé-Taquara, terminologia que englobou diversas fases, das que até então distintas tradições, Itararé, Taquara e Casa de Pedra, como apresentado no primeiro capítulo desta tese.¹⁵¹

Dos sítios identificados por Chmyz (1981) localizados neste setor do baixo rio Cavernoso e baixo rio Xagu, optou-se pela apresentação textual de quatro sítios: PR AS 3: Barragem Santiago 2, próximo a foz do rio Xagu, o PR BV 7: Porto Santana 1, na margem direita do rio Iguaçu, entre a foz do Xagu e Cavernoso, e os PR BV 13: Rio Cavernoso 1 e PR BV 23: Rio Cavernoso 2, ambos próximos a foz do rio Cavernoso.

¹⁵⁰ Conforme Chmyz (1981), a leste do sítio PR BV 11: Rio Iguaçu 1, o material Itararé-Taquara misturava-se com o material do sítio PR BV 29: Dois Córregos, atribuídos a Tradição Umbu. Também a leste do sítio PR BV 27: Rio Iguaçu 4, o material Itararé-Taquara, estavam misturados ao material relacionado a Tradição Umbu, do sítio PR BV 30: Rio Iguaçu 5.

¹⁵¹ Embora saliente diferenciações entre as fases e tradições, Chmyz (1981) propõe ser necessário, “tentar uma unificação da terminologia dessas tradições regionais com a mesma intensidade e amplitude adotadas para a tradição Tupiguarani.” (Chmyz, 1981, p. 94).

Mesmo que fora do polígono delimitado nesta tese, optou-se por apresentar o sítio PR AS 3: Barragem Santiago 2, pois considera-se que este estava localizado além da área de fronteira, com os *Koran-bang-rê*.

Conforme coordenada estimada nesta pesquisa, o sítio situa-se em base de vertente, a aproximadamente 491 m de altitude, na margem direita do rio Xagu, próximo a sua foz, no rio Iguaçu. Conforme Chmyz (1981), este “Ocupava o topo e o flanco de uma elevação” (Chmyz, 1981, p.41). Atualmente, encontra-se submerso devido a formação do reservatório da UHE Salto Santiago.

Composto por material lito-cerâmico, evidenciado em superfície de “70m por 65m de diâmetros (3.571 m²)” (Chmyz, 1981, p. 41). Conforme o autor, o material de superfície do sítio era raro, no entanto, após a execução de cortes estratigráficos evidenciou-se que estes concentravam-se “entre 15cm e 25 cm de profundidade, formando, aos 20 cm, um piso. Alguns aprofundamentos cônicos, representados pelos fogões, com terra preta, carvões, blocos de pedra gretada, lascas e cerâmica, atingiam até 40 cm.” (Chmyz, 1981, p. 41).

Segundo o arqueólogo, foram realizados vários cortes estratigráficos que permitiram associar o sítio a área de habitação, com alinhamento de várias estruturas de rochas, classificadas como fogões, próximo a estes, concentravam-se o material cerâmico, como descreve o autor, “seus fragmentos formavam sobre e ao lado de conjuntos de três ou quatro pequenas pedras, como se estas tivessem servido de suportes aos recipientes cerâmicos.” (Chmyz, 1981, p. 41)

Fora da área central, onde estavam alinhados os fogões, foram encontrados líticos lascados, com muitas lascas agrupadas próximas ao núcleo de que foram extraídas. Além disso; “No extremo NE do sítio foram registradas duas possíveis casas subterrâneas com 2 m de diâmetro. As depressões estavam quase completamente preenchidas pelos sedimentos.” (Chmyz, 1981, p. 41).

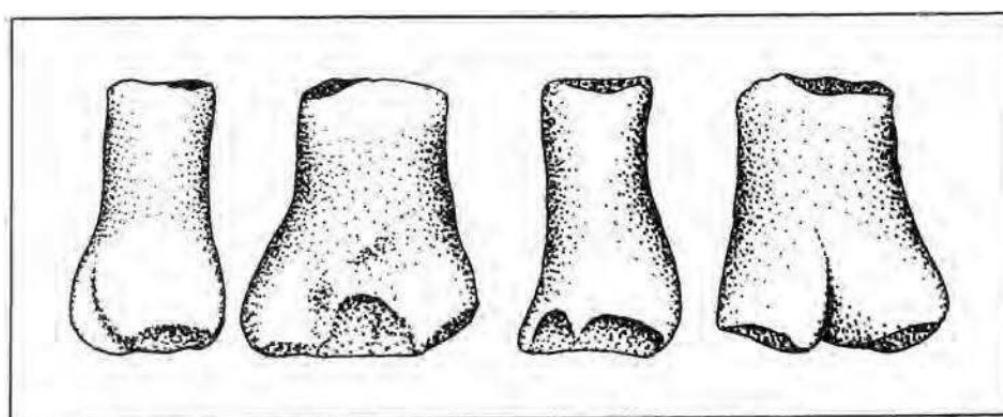
Já o sítio PR BV 7: Porto Santana 1, de acordo com o posicionamento estimado por esta pesquisa, situa-se em base de vertente, a 495 m de altitude. Segundo Chmyz (1981), o sítio foi encontrado a 200 metro da margem direita do rio Iguaçu e “Ocupava o flanco de uma elevação” (Chmyz, 1981, p. 43).

Composto unicamente por material cerâmico relacionados a fase Candói da Tradição Itararé-Taquara, o sítio apresentou material cerâmico atípico, uma estatueta fragmentada, que apresentou as seguintes dimensões: “30 mm de altura, 28 mm de largura e 20 mm de espessura”

(Chmyz, 1981, p. 52). Conforme a descrição do autor, a peça apresentava coloração cinza claro, com manchas escuras decorrentes da queima.

Na prancha 4, de Chmyz (1981, p. 54), há fotografia da peça em meio a outros fragmentos cerâmicos e artefatos líticos de sítios da fase Candói, porém as características descritas pelo autor são pouco perceptíveis, porém, o arqueólogo produziu desenho do fragmento da estatueta, apresentada na figura 34.

FIGURA 34 - FRAGMENTO DE ESTATUETA EM CERÂMICA, ENCONTRADA NO SÍTIO PR BV 7: PORTO SANTANA.



Fonte: Chmyz, (1981, p. 52).

Fragmentada em ambas as extremidades, a peça foi interpretada pelo arqueólogo como uma estatueta, que “Representa uma figura humana desnuda, possivelmente do sexo feminino.” (Chmyz, 1981, p.52). Neste sítio, também foram evidenciadas cerâmicas consideradas intrusivas, que conforme já mencionado, foram relacionadas a Tradição Casa de Pedra, englobada também pela Tradição Itararé-Taquara. Além disso, neste sítio, o arqueólogo afirma que, “foram constatados indícios de aculturação” (Chmyz, 1981, p. 44). Entretanto, o autor não especifica, o elemento relacionado a esta manifestação, talvez, se refira a ocorrência da estatueta, ou a presença da cerâmica considerada intrusiva.

O sítio PR BV 13: Rio Cavernoso 1, foi localizado a próximo a um córrego, a 200 m da margem direita do rio Cavernoso, segundo o arqueólogo que o descreveu, “Ocupava o topo de uma elevação” (Chmyz, 1981, p. 44). Considerando a coordenada estimada nesta tese, o sítio PR BV 13: Rio Cavernoso 1, situa-se em base de vertente, a 510 m de altitude.

Composto por material lito-cerâmico evidenciados em superfície, foram associados por Chmyz (1981) a fase Candói da Tradição Itararé-Taquara. Neste também foram evidenciados fragmentos intrusivos, que como já salientado, integram a mesma Tradição ceramista.

Também relacionado entre os sítios da fase Candói, o sítio PR BV 23: Rio Cavernoso 2, foi encontrado a cerca de 150 m da margem direita do rio Cavernoso, a aproximadamente 700 m do rio Iguaçu, segundo sua descrição, “Ocupava o flanco de suave elevação voltada para o curso fluvial menor” (Chmyz, 1981, p. 45). De acordo com a coordenada estimada nesta pesquisa, o sítio está implantado em meia encosta, a cerca de 508 m de altitude. Assim como em outros, o material classificado como intrusivo, está relacionado a Tradição Itararé-Taquara.¹⁵²

Detalhadas em Chmyz (1981) a análise do material cerâmico das fases Candói, Açungui e Xagu, apresentam características diversas que são reconhecidas principalmente no que se refere ao tratamento de superfície. Porém, no conjunto apresentam semelhanças, que serão sintetizadas com os resultados da análise dos conjuntos cerâmicos da fase Candói, por ser este, o com maior ocorrência entre os sítios apresentados.

Em síntese, entre os diversos tipos de cerâmica da fase Candói, analisadas pelo arqueólogo, foram identificadas pastas compostas por antiplásticos grossos e finos, com indícios de manufatura com emprego das técnicas de modelagem e acordelado, que resultaram em peças de paredes finas (entre 2 e 10mm), com indícios de queima com oxidação incompleta, que proveram cerâmica de cores cinza-claro, cinza-escuro, marrom-claro e avermelhados.

Dentre os tratamentos de superfície, ocorre majoritariamente o alisado (simples), mas também, foram evidenciados, acabamentos carimbados (com impressão de objetos pontiagudos por pressão, cestos ou malha), ponteados, incisos, engobo vermelho, dentre outros. Neste conjunto foram reconhecidas “12 formas de recipientes cerâmicos em meia-calota, meia-esfera, esférica e ovóide, com lábios arredondados, planos, apontados e biselados” (Chmyz, p. 46). Além disso, o autor especifica que, “Os diâmetros das bocas dos recipientes variam de 6 a 16 cm, predominando de 8 a 12 cm.” (Chmyz, 1981, p. 46).

Dentre o material lítico dos sítios englobados na Tradição Itararé-Taquara, foram identificados núcleos e lascas, que no conjunto pormenorizado em Chmyz (1981), foram

¹⁵² Deve ser destacado, que Chmyz (1981), esforça-se para estabelecer vínculo entre os sítios arqueológicos e os grupos indígenas historicamente conhecidos. Baseado em mapas, documentos e bibliografia relacionada, considerou relacionar a então “Tradição Itararé”, aos “Guaianá”, aventando como hipótese, que talvez, estes poderiam estar vinculados aos Xokleng, ao passo que, os Kaingang, estariam relacionados aos sítios da Tradição Casa de Pedra. Conforme a proposição do autor: “a tradição Casa de Pedra corresponderia ao grupo tribal Kaingáng, e a tradição Itararé, ao grupo tribal Xokleng. Contatos interétnicos entre ambas são evidentes, assim como entre elas e a tradição Tupiguarani” (Chmyz, 1981, p. 95).

classificados como, lâminas de machado, mãos de pilão, raspadores, facas, furadores, plainas, talhadores, percutores, trituradores, microlascas e outros.

Em relação as matérias-primas utilizadas para elaboração dos artefatos, o arqueólogo identifica principalmente rochas em arenito silicificado, basalto, silte silicificado e sílex. Conforme a análise do autor, este instrumental indica “atividades de caça, coleta e manipulação de sementes, e possivelmente de agricultura incipiente, em ambiente florestado.” (Chmyz, 1981, p. 92).

Na primeira fase das pesquisas, do diagnóstico arqueológico do “Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) da PCH Cavernoso II, (Processo SEI-IPHAN nº 01508.000896/2010-69), realizado no ano de 2004, pela empresa Ferma Construções e serviços LTDA, Ferma (2004), sob a responsabilidade do arqueólogo Moacir Elias dos Santos, foram indicados alguns possíveis sítios arqueológicos “localizados através de entrevista oral com os moradores da área próxima ao empreendimento.” (Ferma, 2004, f, 38).

Nesta etapa, não houve intervenções de subsuperfície, mas foram identificados materiais líticos e cerâmicos em superfície e em posse de moradores da região. Embora o arqueólogo se refira a sítios, não foram realizados registros formais destes nesta etapa, apenas indicou-se as áreas de ocorrência em que foram evidenciados o material arqueológico, registrados como sítios em fases posteriores do processo. Em 2009, a Copel Geração S.A, atualizou o EIA-RIMA, da PCH Cavernoso II, Copel (2009), porém neste estudo não houve acréscimo a pesquisa arqueológica, apenas foram mantidas as informações do diagnóstico da Ferma (2004).

Em 2010, as pesquisas do licenciamento arqueológico do empreendimento passaram a ser coordenadas pela arqueóloga Claudia Inês Parellada, que protocolou o “Programa de Preservação, Prospecção, Resgate do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial da PCH Cavernoso II, Paraná”, vinculado ao mesmo processo (SEI-IPHAN nº 01508.000896/2010-69).

No ano de 2012, foram apresentados cinco relatórios, Parellada (2012a; 2012b; 2012c; 2012d, e 2012f). Nos dois primeiros, são apresentados os resultados das prospecções, sendo que, especificamente em Parellada (2012b), é apresentada listagem com cinco sítios identificados até aquele momento, foram eles: Mário Cocuginski 1, Canal Desvio PCH Cavernoso, Paulo Svarcz, Portão Acesso PCH Cavernoso e Lagoa Bonita 1.¹⁵³

¹⁵³ No “Relatório Final da Caracterização do Patrimônio Arqueológico Através de Dados Secundários do RAS do Sistema de Transmissão Associado à PCH Cavernoso II”, vinculado ao mesmo processo, Parellada (2012c), são mantidos os cinco sítios.

Em Parellada (2012d; 2012e), são apresentados resultados de novas prospecções e detalhadas a classificação tecno-tipológica dos materiais líticos dos sítios em novas tabelas, que compõem os anexos dos relatórios, onde indica-se a identificação de outros sítios, em fase de caracterização, mas ainda sem definição de nomes ou delimitações.

Em carta de 03 de setembro de 2012 (anexa ao Processo digitalizado, SEI-IPHAN nº 01508.000896/2010-69), a arqueóloga solicita autorização da Licença de Operação da PCH Cavernoso II ao IPHAN, neste documento é anexado lista com nove sítios arqueológicos: Mário Cocuginski I, Canal de Desvio PCH Cavernoso, Paulo Svarcz, Portão Acesso PCH Cavernoso, Lagoa Bonita I, Ludovico Cocuginski, Pontal José Ossowski, Plantação José Ossowski Sobrinho e Celeiro Márcio Cocuginski.¹⁵⁴

No sexto relatório, Parellada (2013a), são condensadas as informações dos nove sítios identificados e pesquisados durante a execução do Programa de Resgate da PCH Cavernoso 2,¹⁵⁵ que aqui, se apresenta de forma sintética na tabela 13.

¹⁵⁴ No quinto relatório, Parellada (2012f), foram relatadas as atividades de monitoramento arqueológico de atividades relacionadas a obra.

¹⁵⁵ Além disso, durante as atividades de Educação Patrimonial relatadas em Parellada (2013a), são apresentados registros fotográficos de diversos líticos polidos e cerâmicas Itararé-Taquara, que compõem coleção do Colégio Estadual Cachoeira, no município de Candói.

TABELA 13 - SÍTIOS REGISTRADOS POR PARELLADA (2013A; 2014), POSICIONADOS A SUDOESTE DOS *KORAN-BANG-RÊ*

Sítios	Material	Detalhamento de materiais	Tipo de sítio	Altitude em m	Compartimento Topográfico	Outros componentes	Nível dos vestígios	Dimensões em m	Registro / Referências
Canal de Desvio PCH Cavernoso	Lítico / Lito-cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara. Líticos classificados como: lâmina de machado polida, plainas, facas, talhadores, raspadores, furadores, alisadores de cerâmica, fragmento de ponta de projétil, batedor, lascas simples, pigmento Ocre (laterita), microlascas e pedras gretadas	Habitação Paleo-aldeia Jê	560	Base de vertente	Umbu	0-25cm (Itararé-Taquara) 25-60cm (Umbu)	200x100	Parellada, (2012b; 2014)
Plantação José Ossowski Sobrinho	Lito-cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara e lítico lascado	Habitação Paleo-aldeia Jê	568	Base de Vertente	Não	0-20 cm	150x100	Parellada (2014)
Ludovico Cocuginski	Cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara	Habitação / Paleo-aldeia Jê	580	Meia encosta	Não	0-20cm	100x60	Parellada (2014)
Pontal José Ossowski	Lito-cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara. Líticos classificados como: plainas, raspadores, talhador, furador, batedores, lasca simples, fragmento atípico. Estrutura de fogão.	Habitação / Paleo-aldeia Jê	560	Base de vertente	Não	0-25cm	120x100	Parellada (2014)
Portão Acesso PCH Cavernoso	Lítico / Lito-cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara: Lítico classificados como: plainas, raspadores, furadores, batedores, facas, talhadores, pré pontas de projétil, lascas simples e microlascas	Habitação / Paleo-aldeia Jê	560	Base de vertente	Umbu	0-20cm (Itararé-Taquara) 20-40 cm (Umbu)	120x100	Parellada (2012b; 2014)
Paulo Svarcz	Lítico / Lito-cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara e Lâmina de machado polida	Habitação / Paleo-aldeia Jê	530	Meia encosta	Umbu	0-15cm (Itararé-Taquara) 15-	120x100	Parellada (2012b; 2014)

							30cm (Umbu)		
Mário Cocuginski 1	Lito- cerâmico	Cerâmica Tupiguarani e Itararé-Taquara. Líticos classificados como: batedores, plainas, raspadores, talhadores, facas, furadores, alisadores de cerâmica, lascas simples, microlascas e corante inorgânico (óxido de ferro), fragmentos atípicos e amostras de rochas.	Habitação / Paleo-aldeia Jê	563	Meia encosta	Tupiguarani	0-15cm (Itararé-Taquara com pouca Tupiguarani associada) 15-45cm Itararé-Taquara	200x150	Parellada (2012b; 2014)
Celeiro Márcio Cocugimski	Lito- cerâmico	Cerâmica, líticos lascados e polido	Habitação / Paleo-aldeia Jê	568	Base de vertente	Não	0-25cm	100x100	Parellada, (2014)
Lagoa Bonita 1	Lito- Cerâmico	Cerâmica Itararé-Taquara. Líticos classificados como: plainas, lâmina de machado lascada, raspadores, facas, furadores, talhador, alisador de cerâmica, e microlascas.	Habitação / Paleo-aldeia Jê	685	Topo	Não	0-30cm	150x150	Parellada (2012b; 2014)

Fonte: Elaboração própria.

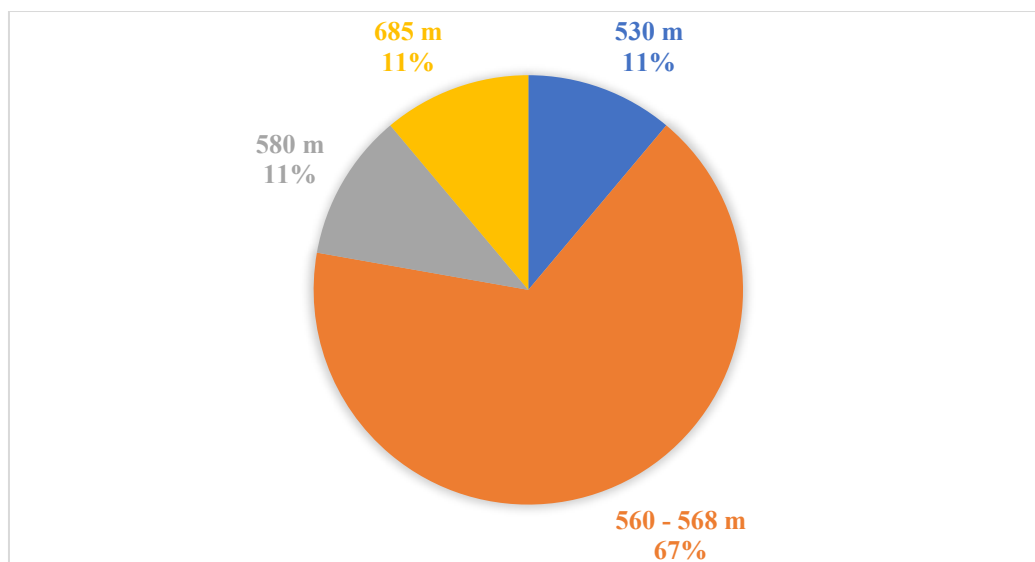
Em todos eles, foram constatadas evidências de antigas aldeias de ocupação relacionadas a Tradição Itararé-Taquara, que a arqueóloga associa a “ancestrais de populações indígenas Jê” (Parellada, 2013a, p. 2).

Nos sítios Canal de Desvio PCH Cavernoso, Paulo Svarcz e Portão Acesso PCH Cavernoso, foram identificadas ocupações mais antigas, relacionadas a grupos de caçadores-coletores da Tradição Umbu.¹⁵⁶

No sítio Mário Cocuginski I, além do material Itararé-Taquara, a arqueóloga distinguiu “vestígios de populações Tupiguarani, mas são poucos fragmentos cerâmicos associados” (Parellada, 2013a, p. 2). Talvez por isso, nos relatórios disponíveis no processo SEI-IPHAN, não são especificadas análises sobre o material Tupiguarani.

Com os dados de Parellada (2014) compilados na tabela 13, pode ser observado no gráfico da figura 35, que os sítios variam entre 530 e 685 m de altitude, sendo que seis sítios estão situados na faixa altimétrica entre 560 e 568m de altitude.

FIGURA 35 - GRÁFICO – ALTITUDE DOS SÍTIOS, CONFORME PARELLADA (2014)



Fonte: Elaboração do autor.

O sítio Lagoa Bonita I, encontrado na cota mais alta, foi o único localizado em área de topo, os demais encontram-se em área de meia encosta ou em base de vertente, como especificado na tabela 13.

¹⁵⁶ Como já explicado, nesta tese, os sítios associados a grupos de caçadores-coletores não serão analisados.

Dos nove sítios registrados no âmbito do licenciamento ambiental da PCH Cavernoso II, tratados em Parellada (2013a; 2014), optou-se pela apresentação textual de dois, o sítio Mario Cocuginski 1 e o sítio Lagoa Bonita 1. A opção por estes sítios se deu por critérios diferentes, o primeiro, por apresentar material Tupiguarani, o segundo por estar em compartimento topográfico diferente dos demais.

Encontrado a 563 m de altitude, em uma área de meia encosta, a margem direita do rio Cavernoso, o sítio Mário Cocuginski I, é composto por material lito-cerâmico. Nele foram evidenciadas “ao menos duas ocupações de ceramistas Itararé-Taquara, com associação de pouca cerâmica Tupiguarani na mais recente.” (Parellada, 2014, p. 103).

Conforme sua descrição, detalhada em Parellada (2014), os vestígios Tupiguarani estavam associados ao material Itararé-Taquara situados entre a superfície e 15 cm de profundidade, depois disto o material relacionado apenas a Tradição Itararé-Taquara se estendia até os 45 cm de profundidade, indicando uma ocupação mais antiga por grupo Jê.

Além do material cerâmico associado as tradições ceramistas, no conjunto lítico deste sítio, Parellada (2013a;2014) relata a identificação de lascas utilizadas classificadas como: facas, raspadores, talhadores, plainas e furadores. Núcleos utilizados, classificados como: raspadores, batedores, talhadores, plainas, furadores, alisadores de cerâmica, e facas. Também foram encontrados núcleo retocado, utilizado como plaina, lascas simples com crosta, microlascas, dentre outros. Dentre a matéria-prima destes, ocorrem rochas como quartzo cristal, quartzo leitoso, silexito, riolito, basalto, arenito silicificado e óxido de ferro, este último relacionado a obtenção de corante.

Localizado a cerca de oitocentos metros da margem direita do rio Cavernoso, em área de topo, a aproximadamente 685 m de altitude, o sítio Lagoa Bonita 1 é composto por material lito-cerâmico com vestígios relacionados a uma “paleo-aldeia de ceramistas Itararé-Taquara, medindo 150x150m, com forma circular” (Parellada, 2014, p. 107). Conforme sua descrição, detalhada em Parellada (2014), os vestígios ocorrem da superfície e alcançam até 30 cm de profundidade.

Neste sítio, além do material cerâmico Itararé-Taquara, Parellada (2013a; 2014) identifica um conjunto lítico composto por trinta e três materiais, classificados como: lascas utilizadas classificadas como facas, raspadores e furador. Lasca com retoque utilizada como raspador. Núcleos utilizados como plainas, furadores, raspador, talhador, alisador de cerâmica, lâmina de machado lascada. Ainda foram recolhidas amostras de rochas e microlascas.

Conforme a arqueóloga, neste sítio; “A maioria dos líticos é em quartzo cristal, e secundariamente em riolito e basalto.” (Parellada, 2013a, p. 51; 2014, p. 109).

Segundo a autora, este sítio parece estar relacionado, a outras evidências Itararé-Taquara, encontradas “Na área da Fazenda Passo Liso, em Laranjeiras do Sul, Blasi et al. (1999)” (Parellada, 2013a, p. 51).

Em sua análise geral, Parellada (2013a; 2014) afirma que, os materiais líticos mais representativos associados aos sítios Itararé-Taquara evidenciados na área “são mãos de pilão, lâminas de machado lascadas ou polidas, talhadores, raspadores e lascas” (Parellada, 2013a, p. 2). Ainda segundo a autora, “O polimento em rochas básicas como o basalto e o diabásio parecem ser recorrentes na região, sendo as lâminas de machado polidas as mais facilmente identificadas por grande parte da população local.” (Parellada, 2014, p. 28).

Em relação a análise do material cerâmico, apresentados de forma geral em Parellada (2013a; 2014), a autora indica que, nestes sítios, o material cerâmico relacionados a Tradição Itararé-Taquara, em maioria, apresentavam pastas constituídas por “grãos de quartzo hialino e leitoso e feldspato, subangulares, ocorrendo em menor frequência, hematita, cerâmica moída, e carvão.” (Parellada, 2013a, p. 47; Parellada, 2014, p. 101-102). Com fragmentos de espessuras finas, que “variam de 0,2 a 1,6cm, sendo que predominam os na faixa entre 0,43-0,57cm.” (Parellada, 2013a, p. 47; 2014, p. 101).

Ainda conforme a avaliação da arqueóloga, as vasilhas foram manufaturadas a partir de duas técnicas, o acordelado e paleteado. Com indícios de queima de oxidação incompleta, que segundo a autora, resultaram em peças de tons escurecidos, “a cor da superfície da cerâmica varia do bege ao negro, aparecendo com menor frequência os tons laranja e vermelho.” (Parellada, 2013a, p. 47; 2014, p. 101).

Com base no resultado de suas análises, a pesquisadora reconheceu segmentos formados por “bases convexas, e bordas diretas, extrovertidas, com lábios arredondados e planos.” (Parellada, 2013a, p. 47). A partir destes dados e de outros processos analíticos, descritos em Parellada (2014), “foram reconstruídas graficamente as vasilhas” (Parellada, 2014, p. 27). Desta forma, projetou-se que as vasilhas apresentavam formas “cilíndricas, esféricas ou globulares.” (Parellada, 2013a, p. 47; 2014, p. 102).¹⁵⁷

¹⁵⁷ Não foram encontradas análises do material cerâmico relacionado a Tradição Tupiguarani, apenas a indicação de que no sítio Mário Cocuginski I, estes eram poucos, associados a camada mais recente de ocupação Itararé-Taquara.

Segundo a autora, na face interna de alguns fragmentos, havia crostas formadas por restos de alimentos. Na face externa dos fragmentos analisados, além de superfícies alisadas, foram identificadas decorações variadas, “especialmente com engobo negro ou vermelho, algumas vezes marcada, com tecido, malha, carimbos ou incisões,” (Parellada, 2013a, p. 2).

A análise do material subsidiou a arqueóloga a relacionar a ocupação Itararé-Taquara a prática de agricultura “com plantações de milho, abóbora e feijões, entre outros” (Parellada, 2013a, p. 2). Obviamente, a arqueóloga não exclui a caça, a pesca e coleta das atividades econômicas destes grupos.

Na análise de Parellada (2014), os sítios Itararé-Taquara foram diretamente relacionados a populações indígenas Jê, que também foram evidenciados na documentação avaliada pela autora. Caso excepcional ocorre no sítio Mário Cocuginski 1, onde fora evidenciado presença de pouco material cerâmico da Tradição Tupiguarani, associado ao material da Tradição Itararé-Taquara.

Dos trinta e dois sítios do setor 4, a sudoeste dos *Koran-bang-rê*, todos possuem ocupação relacionada a Tradição Itararé-Taquara, porém, entre estes, os sítios PR BV 11: Rio Iguaçu 1 e PR BV 27: Rio Iguaçu 4, em suas porções a leste, apresentavam material Itararé-Taquara respectivamente misturados com o material do sítio PR BV 29: Dois Córregos e ao material do sítio PR BV 30: Rio Iguaçu 5, ambos relacionados a grupos de caçadores-coletores da Tradição Umbu.

Dentre os sítios pesquisados por Parellada (2014), s três estão sobrepostos a camadas com registros relacionados a grupos caçadores coletores da Tradição Umbu: Canal de Desvio PCH Cavernoso, Portão Acesso PCH Cavernoso e Paulo Svarcz. Contextos análogos a alguns sítios apresentados no setor 2.

Destarte, os resultados das pesquisas arqueológicas na região do rio Cavernoso e adjacências apontam para uma ocupação com predomínio de populações ceramistas e agricultoras de Tradição Itararé-Taquara. Tal contexto, pode indicar que o material Tupiguarani evidenciado apenas no sítio Mário Cocuginski 1, esteja relacionado a chegada de populações guarani após o processo de conquista, contexto semelhante indicados em outros sítios do setor 1 e 2, conforme acima apresentados.

No mapa 6, foram plotados três sítios rupestres, que foram registrados no espaço delimitado por esta pesquisa, estes, serão apresentados no próximo tópico.

3.4. SÍTIOS RUPESTRES NOS *KORAN-BANG-RÊ*

Este tipo de sítios, nem sempre estão diretamente atribuídos a grupos etnicamente relacionados a ocupação indígena, pois na arqueologia brasileira, conforme explica Prous (1992), essas expressões foram classificadas em Tradições regionais, que eventualmente podem se sobrepor, ou se misturar a de outros grupos.¹⁵⁸

Conforme Parellada (2009; 2015), no Estado do Paraná ocorrem mais de uma centena de sítios rupestres, que se enquadram em duas tradições, a Planalto e a Geométrica. Segundo a autora:

A maioria das pinturas rupestres paranaenses aparece junto a afloramentos do arenito Furnas nas regiões centro-leste e nordeste do Paraná, nos vales dos rios Iapó e Tibagi, e seus afluentes. Também ocorrem junto ao alto rio Ribeira, nos vales dos rios das Cinzas, São Jorge, Jaguaricatu e Itararé, e ainda na escarpa de São Luiz do Purunã, próximo à Ponta Grossa. (Parellada, 2009, p. 4-5).

Assim como nos outros tópicos deste capítulo, optou-se por não inserir discussões sobre estes sítios com base na bibliografia do tema, apenas apresentar o registro e os dados levantados pela pesquisa, que deverão ser problematizados conjuntamente no próximo capítulo. Entretanto, para justificar a inclusão destes sítios, segue-se a indicação de Parellada (2009), pois segundo a arqueóloga, parte dos sítios rupestres do Paraná, “com datação entre quatro mil e trezentos anos atrás, parecem estar relacionadas a povos Itararé-Taquara” (Parellada 2009, p. 5).¹⁵⁹ Portanto, possivelmente relacionadas a ocupação indígena, que se estende do período pré-colonial ao período histórico.

No polígono dos *Koran-bang-rê*, foram registrados quatro sítios rupestres, com pintura e/ou gravuras gravadas em rochas, que em alguns casos, podem terem sido utilizadas como abrigos por diferentes populações. No espaço pesquisado, ocorrem pinturas e/ou gravuras reunidas em duas tradições estilísticas distintas, a Tradição Planalto e Geométrica, como indicado na relação de sítios da tabela 14

¹⁵⁸ Sobre as diferentes Tradições classificadas no Brasil, ver Prous (1992).

¹⁵⁹ Em Parellada (2009; 2015) são apresentados sítios de outras regiões do Estado do Paraná, que ocorrem materiais de grupos relacionados as Tradições de caçadores-coletores e/ou de Tradições ceramistas associados a sítios rupestres.

TABELA 14 - SÍTIOS RUPESTRES REGISTRADOS NOS *KORAN-BANG-RÊ*

Sítio	Tradição Rupestre	Tipo de sítio	Altitude em m	Compartimento topográfico	Material associado	Outros componentes	Dimensões em m	Registro / Referência
Pedra Fincada	Geométrica	Rupestre				Histórico		Langer Santos (2001) e
Fazenda Novo Rodeio 3	Geométrica	Habitação, do tipo aldeia, com estruturas de habitação identificadas em fotografias aéreas	799	Meia encosta	Lítico lascado e polido	Não	200x100	Parellada (2007)
Abrigo Fundão 1	Planalto	Rupestre	786	Meia encosta	Não	Não	50x50	Parellada (2007)
Abrigo Paredinha 1	Geométrica	Rupestre	670	Base de vertente	Não evidenciado	Não	90x15	Espaço Arqueologia (2023b)

Fonte: Elaboração própria.

Sobre o sítio Pedra Fincada, não foram encontradas informações primárias de seu registro, nem no CNSA, nem em relatórios de pesquisas disponíveis no SEI-IPHAN. Nos relatórios de pesquisas arqueológica, este sítio é citado a partir de levantamentos secundários, realizados a partir de revisão bibliográfica, as informações apresentadas nesses levantamentos foram extraídas de Parellada (2009) e Langer e Santos (2001), mesmas referências utilizadas para descrever este sítio nesta tese.

Não foram encontradas coordenadas ou indicações sobre a posição deste sítio. Langer e Santos (2001) apenas informam, que este encontra-se no município de Cruz Machado. Conforme os autores, o sítio apresenta quatro conjuntos de gravuras, que formam círculos e linhas em baixo relevo, que segundo eles, foram realizados por polimento. Dentre as gravuras, destaca-se as do quarto conjunto, que segundo os autores:

Trata-se de um bloco com grafismos históricos, possivelmente elaborado por exploradores, viajantes ou tropeiros. O primeiro desenho esculpido é a data de 1798, com o número 1 possuindo uma extremidade curva descendo para baixo da data. O número 7 é formado pelo cruzamento de duas linhas horizontais de tamanhos diferentes com uma linha vertical, semelhante as denominadas cruces eslavas ou de Lorena. Logo ao lado da data, observa-se uma grossa linha curva ao lado de um retângulo com área polida, não figurativa e sem possibilidades de interpretação de seu significado. Levando-se em conta que somente a partir do século XIX o sul do Paraná foi povoado e colonizado, este bloco constitui um importante marco histórico da região, possivelmente o mais antigo ainda existente. (Langer e Santos, 2001, s.p.).

Fica sugerido pela descrição dos historiadores, que a inscrição “1798” foi atribuída aos conquistadores, ao passo que as gravuras compostas por círculos e linhas, formam um componente relacionado ao período pré-colonial, associadas pelos autores a Tradição Geométrica.

Os sítios rupestres Fazenda Novo Rodeio 3 e Abrigo Fundão 1 foram registrados entre os anos de 2003 e 2006, durante a execução do “Programa de Resgate Arqueológico das Usinas Hidrelétricas Santa Clara e Fundão” (Processo IPHAN nº 01508.00037/2003-41), coordenado por Claudia Inês Parellada. Conforme o relatório, na área prospectada da UHE Fundão, ocorrem “abrigos-sob-rochas andesíticas e basálticas, sendo que, em alguns deles, ocorriam pinturas rupestres em vermelho.” (Parellada, 2007, p. 40).

Conforme ficha de registro de sítio, anexa em Parellada (2007), no sítio Fazenda Novo Rodeio 3, foram registradas “possíveis gravuras relacionadas à Tradição Geométrica.” (Parellada, 2007, p. 158). Neste, além das possíveis gravuras, foram evidenciados um nível de ocupação entre a superfície e os 20 cm de profundidade, no local foi encontrado material lítico

lascado e polido. Além disto, a arqueóloga indica que na análise de fotografias aéreas, foram identificadas estruturas de habitação.

Implantado em meia encosta, a cerca de 786 m de altitude, o sítio Abrigo Fundão 1, foi sumariamente descrito como: “Abrigo em basalto com uma ocupação por populações com pinturas relacionadas a Tradição Planalto”. (Parellada, 2007, p. 198). Ainda segundo a arqueóloga, neste sítio evidenciou-se um nível arqueológico entre 0 e 35 cm, que foi visualizado em perfil do terreno.

Como já mencionado nesta tese, o “Relatório Final de Atividades do Programa de Resgate Arqueológico das Usinas Hidrelétricas Santa Clara e Fundão” (Parellada, 2007), consiste no único documento gerado pelo projeto a que esta pesquisa teve acesso, o que limita a apresentação dos sítios.

Por fim, o sítio Abrigo Paredinha 1, foi registrado no âmbito da “Avaliação de Impacto Arqueológico na Área de Implantação da PCH Paredinha, município de Turvo-PR” (Processo IPHAN nº 01508.000159/2018-13), foi conduzida pela Espaço Arqueologia, sob a coordenação de Valdir Luiz Schwengber.¹⁶⁰

Situado a uma altitude de 670 m, imune aos processos de cheia do rio Cachoeira, o sítio Abrigo Paredinha 1, é composto pelo conjunto de três abrigos sob rocha, “distribuídos ao longo de 90 metros, na margem esquerda do rio Cachoeira.” (Espaço Arqueologia, 2023b, p. 2). Dos três abrigos, dois apresentam gravuras rupestres, os abrigos 1 e 3, já abrigo 2, “não possui painéis com gravura, mas apresenta área para estabelecimento de ocupações temporárias” (Espaço Arqueologia, 2023b, p. 2).

Nas figuras de 36 a 40, podem ser observadas as gravuras do sítio Abrigo Paredinha 1, registradas pela Espaço Arqueologia (2023b).

¹⁶⁰ Cabe mencionar que, conforme consta em Paraná (2023), o sítio foi identificado durante visita técnica “Diagnóstico Espeleológico da PCH Paredinha” em maio de 2023, realizado pelo Instituto de Água e Terra (IAT), com apoio do geógrafo/espeleólogo Rafael Balestieri, do setor do Patrimônio Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Coordenação do Patrimônio Cultural da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná.

FIGURA 36 - SÍTIO ABRIGO PAREDINHA 1 - GRAVURA DO PAINEL DO ABRIGO 1



Fonte: Espaço Arqueologia, (2023b, p. 4).

FIGURA 37 - SÍTIO PAREDINHA 1 – PAINEL 1 DO ABRIGO 3.



Fonte: Espaço Arqueologia, (2023b, p. 5).

FIGURA 38 - SÍTIO PAREDINHA 1 – PAINEL 2 DO ABRIGO 3.



Fonte: Espaço Arqueologia, (2023b, p. 5).

FIGURA 39 - SÍTIO PAREDINHA 1 – PAINEL 3 DO ABRIGO 3.



Fonte: Espaço Arqueologia, (2023b, p. 5).

FIGURA 40 - SÍTIO PAREDINHA 1 – PAINEL 4 DO ABRIGO 3



Fonte: Espaço Arqueologia, (2023b, p. 5).

Como pode ser observado nas figuras acima, os painéis apresentam gravuras com motivos geométricos, e uma figura antropomorfa. Perfurações de poços-testes não evidenciaram material arqueológico. Considerados os motivos específicos do sítio, concluiu-se que “não é possível associar sua elaboração a grupos étnicos, contudo, é possível indicar sua relação com a Tradição Geométrica” (Espaço Arqueologia, 2023c, p. 77).

Devido aos apontamentos de possíveis abrigos, identificados pelo levantamento espeleológico, a Espaço Arqueologia (2023c), realizou prospecções nessas cavidades, porém, não foram identificados registros arqueológicos.

Conforme indicação de Espaço Arqueologia (2023b; 2023c), por estarem posicionados na Área de Influência Indireta das obras da PCH Paredinha, não foram previstos impactos no sítio. Porém, cabe ressaltar, que quando encerrada a coleta de documentos no SEI-IPHAN, o processo de pesquisa arqueológica relacionado a PCH Paredinha ainda estava em desenvolvimento, podendo ter apresentado novos resultados, inexplorados pela pesquisa exposta nesta tese, que especificamente neste processo, encerrou o acompanhamento com o relatório Espaço Arqueologia (2024).

Nenhum dos sítios rupestres da área pesquisada foram correlacionadas a outras tradições arqueológicas, no entanto, a partir da discussão espacial e de possíveis relações com sítios de

outras regiões do Estado, sugere-se que estes possam estar relacionados a ocupação indígena no período pré-colonial, devendo ser discutidos de forma integradas no próximo capítulo.

3.5. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO III

Neste capítulo foram apresentados cento e oitenta sítios arqueológicos: a) quatro relacionados a ocupação não indígenas; b) onze, associados a ocupação indígena no período histórico; c) cento e sessenta e um sítios atribuídos a ocupação indígena no período pré-colonial; e d) quatro sítios rupestres das Tradições Geométrica e Planalto.

Apresentados no item 3.1, os sítios de ocupação não indígena, foram classificados como históricos. Nestes sítios, são evidenciados aspectos do cotidiano dos colonos que viveram nas fazendas, estabelecidas após o processo de conquista do então “Campos de Guarapuava”, antigo território dos grupos Kaingang.

É significativo que dentre os sítios considerados históricos, tenham sido evidenciados construções de pedras e taipa relacionadas as invernadas e fazendas associadas ao caminho das tropas, marcando na paisagem, o resultado pretendido pela coroa portuguesa já no início do século XIX, ou seja, a liberação dos campos para criação de gado e ampliação das rotas de comércio destes.

Espacialmente, alguns destes contrastam com os sítios de ocupação indígena no período histórico, apresentados no tópico 3.2, que por sua vez, evidenciam a presença de grupos indígenas diversos, e mesmo o convívio entre grupos Guarani e Kaingang, no entanto, destaca-se que o elemento Guarani constatado pela arqueologia, é pouco mencionado na documentação do século XIX.

Por outro lado, a presença Kaingang, parece estar muito aquém da ocupação indígena registrada na documentação do século XVIII e XIX, pois ao contrário dos sítios relacionados a Tradição Tupiguarani, onde se identificaram transformações decorrentes do contato na cultura material,¹⁶¹ os sítios Itararé-Taquara, apresentam um padrão de ocupação e de cultura material que indicam permanências, sem transformações reconhecidas pelos arqueólogos, sendo que os poucos sítios com material Itararé-Taquara atribuídos ao período histórico, ou estão associados a material Tupiguarani, ou apresentaram material obtido após o contato. No próximo capítulo,

¹⁶¹ Como no caso do sítio José Bonetti 1, onde Parellada / IGPLAN (2005) reconheceu cerâmica da Tradição Tupiguarani com características de contato.

indica-se que os sítios com materiais das tradições associadas podem ser considerados elementos destas transformações, consequentes do contato.

Como exemplo, pode-se indicar o caso do sítio Turvo 2, em que foram evidenciados materiais associados da Tradição Tupiguarani e Itararé-Taquara, foi datado em 60 anos AP (D-AMS 038281), “alocando a ocupação do sítio por volta do ano de 1.890 AD, condizendo ao período histórico de ocupação regional.” (Espaço Arqueologia, agosto 2021j, p. 182). Balizados nesta datação, os sítios PCH Confluência 8 e 10, que apresentam contexto semelhantes ao Turvo 2, ou seja, o registro de contato entre as tradições ceramistas em espaços bem definidos, por isso, considerados como sítios relacionados ao período histórico. Porém deve-se se destacar que antes da datação, o referido sítio havia sido classificado como pré-colonial.

É evidente que existe uma dificuldade em se reconhecer sítios de ocupação indígena do período pós-conquista, sobretudo os sítios relacionados a Tradição Itararé-Taquara, associados aos Kaingang, cuja presença no século XVIII e XIX, é absoluta. Exceção é caso do sítio PR BV 3: Rio Barra Mansa 2, onde Chmyz (1981) encontrou uma ponta de projétil em metal, que mesmo com cautela, foi atribuído ao período pós-contato, pois a cultura material do sítio não se difere significativamente dos sítios relacionados a ocupação indígena do período pré-colonial, apresentados na seção 3.3.

Fato interessante, que deverá ser desenvolvido no próximo capítulo é que a maioria dos sítios de ocupação indígena atribuídos ao período histórico é associado a Tradição Tupiguarani, relacionados a povos Guarani, que na região de Guarapuava, são pouco mencionados na documentação. Estes sítios, estão espacialmente próximos dos sítios de ocupação não indígena, ou de locais que a documentação indica o estabelecimento dos colonos, indicando que a presença destes povos esteja relacionada a ocupação não indígena deste território.

Por outro lado, apresentados no item 3.3, os sítios de ocupação indígena atribuídos ao período pré-colonial, relacionados as Tradições Itararé-Taquara e Tupiguarani, devem ter sido superestimados, possivelmente, alguns destes sítios estejam relacionados a locais de ocupação Kaingang, indicados na documentação do século XVIII e XIX. A partir do cruzamento de informações, balizadas pela espacialização dos sítios, no próximo capítulo serão indicados sítios Itararé-Taquara que possivelmente registrem a ocupação Kaingang no período histórico, mas que os arqueólogos classificaram como pré-coloniais.

Também baseado na espacialização e características de sítios, serão indicadas possíveis associações entre os sítios rupestres e o contexto de ocupação local, indicando possível relação entre eles.

Nos sítios de ocupação indígena atribuídos ao período pré-colonial, foram caracterizados uma diversidade grande de sítios relacionados a Tradição Itararé-Taquara: Sítios lito-cerâmicos a céu aberto, sítios com casas subterrâneas, sítios com estruturas monticulares e sítios com aterros anelares de grandes dimensões.

Em geral, quando interpretados, os sítios Itararé-Taquara sem estruturas reconhecidas foram associados a áreas de habitações ou acampamentos temporários, cuja permanência de ocupação foi atrelada à quantidade e tipos de materiais que indicam maior investimento em sua elaboração, como os materiais líticos polidos, por exemplo.

Quando estimadas, a demografia destes sítios fora baseada na quantidade e tamanho de vasilhames cerâmicos, com os quais os arqueólogos julgaram a capacidade de processar alimentos para manter grupos pequenos, de no máximo trinta pessoas, que se mantinham a partir da combinação de atividades de caça, pesca, coleta e agricultura “incipiente”. No próximo capítulo, estes argumentos serão contrapostos com a inserção de dados etnográficos e históricos, que podem contribuir com uma reinterpretação dos sítios e da história Kaingang para o período pré-colonial.

A partir destes, serão discutidas as relações entre os sítios arqueológicos Itararé-Taquara que vinculam o período pré-colonial e a problemática da reivindicação das terras de Sepultura pelos Kaingang no século XIX, eixo principal de uma história Kaingang, desencadeada em um processo de longa duração, que conecta temporalidades, atribuindo historicidade também ao período pré-colonial.

CAPÍTULO IV - POR QUE GUERREIAM OS KAINGANG DOS KORAN-BANG-RÊ? UMA ETNO-HISTÓRIA DE TRANSFORMAÇÕES E CONTINUIDADES

Para mim, a história é a soma de todas as histórias possíveis – uma coleção de misteres e de pontos de vista, de ontem, de hoje, de amanhã.

Fernand Braudel (1958)

4.1. SÍTIOS DE OCUPAÇÃO NÃO-INDÍGENA

Os sítios arqueológicos Mangueirão e Tronqueira, a sudeste da área pesquisada, foram classificados como sítios históricos, ou seja, relacionados a ocupação não-indígena, apresentados no item 3.1 do capítulo anterior, expõem a consolidação do projeto colonial, a conquista dos então Campos de Guarapuava, para liberação desta área para ampliação das atividades econômicas, que ainda hoje, são extensivamente praticadas nesta região, como a criação de animais e a extração de erva-mate.¹⁶²

Por não encontrar correlações possíveis entre estes sítios e a ocupação indígena na região, estes não serão objeto de análise, sobretudo por estarem relacionados ao início do século XX, fora do recorte temporal desta tese, que tem como limite mais recente, a demarcação do Aldeamento Marrecas, (1880), atual Terra Indígena Marrecas. Os demais sítios de ocupação não-indígena, apresentados no capítulo anterior, serão contextualizados junto aos sítios de ocupação indígena relacionados ao período histórico.

4.2. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E OS KAINGANG DA REGIÃO DO RIO MARRECA

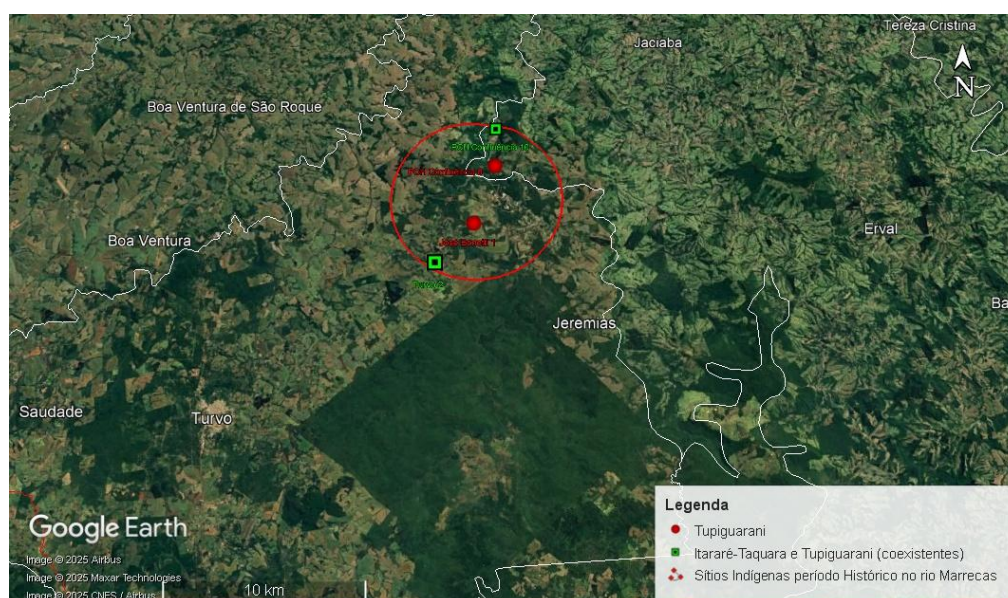
Como já mencionado ao longo desta tese, o marco histórico que delimita a retrospectiva temporal desta pesquisa é a demarcação da Terra Indígena Marrecas, oficializado em 1880, com

¹⁶² Segundo Leite (2003), nas décadas de 1850-1860, a erva-mate do Paraná foi expandida para o mercado internacional, pois, com a Guerra do Paraguai, os aliados brasileiros romperam relações comerciais com o país vizinho, passando a adquirir erva-mate brasileira. Segundo a historiadora, nesta época, parte dos ervateiros e trabalhadores de outras atividades em Guarapuava eram “caboclos, descendentes de índios incorporados” (Leite, 2003, p. 3). Para a autora, estes haviam deixado de serem indígenas, convertendo-se em trabalhadores livres e pobres. No entanto, o único caso citado pela pesquisadora é o de Rufina, trabalhadora doméstica, que em Durat (2019), é a apresentada como Rufina Niaguaxó, Kaingang casada com Francisco Gacom.

este acontecimento, parte dos Kaingang que insistiram em permanecer em seu antigos *Korambang-rê*, foram aldeados em uma área estabelecida na bacia do rio Marrecas, no extremo nordeste deste território, como contextualizado no segundo capítulo desta tese.

Ao analisar a distribuição dos sítios de ocupação indígena datado ou relacionados ao período histórico pelas pesquisas arqueológicas, nesta região do rio Marrecas, pode-se visualizar que os sítios: Turvo 2, PCH Confluência 8 e 10, e José Bonetti 1, estão próximos a Terra Indígena Marrecas (figura 41).

FIGURA 41. SÍTIOS DE OCUPAÇÃO INDÍGENA NO PERÍODO HISTÓRICO, PRÓXIMOS A TI MARRECCAS



Fonte: Elaboração própria.

Os quatro sítios estão localizados no sistema de drenagem do rio Marrecas, na bacia do rio Ivaí, cujo curso está situado em torno de quatorze quilômetros ao norte do sítio Confluência 10. O sítio Turvo 2, está posicionado a sudoeste dos demais, a partir deste sítio, em linha reta, o mais distante é o PCH Confluência 10, localizado a aproximadamente nove quilômetros a nordeste, em direção ao rio Ivaí, estes, delimitam o círculo em vermelho, cujo diâmetro alcança pouco mais de nove quilômetros e meio. No mesmo sentido, porém a cerca de seis quilômetros e setecentos metros está o PCH Confluência 8, enquanto o sítio José Bonetti 1, está posicionado a apenas três quilômetros do sítio Turvo 2.

A datação obtida no sítio Turvo 2, apresentada pela Espaço Arqueologia (2021j), ratifica fato também demonstrado a partir da documentação discutida no capítulo anterior, de que a 60

anos AP (D-AMS 038281), ou seja, por volta do ano 1.890 os Kaingang, ocupavam as imediações entre o rio Cachoeira e rio Marrecas, próximo a atual Terra Indígena Marrecas, demarcada em 1880.

Adicionalmente, os dados arqueológicos indicam a existência de grupos Guarani compartilhando o mesmo tempo e espaço com os Jê / Kaingang, como foi evidenciado no sítio Turvo 2, e sugerido no sítio PCH Confluência 10, circunstância não identificada na documentação analisada. A discussão gerada a partir dos dados desses dois sítios, foram temporalmente enquadradas pela datação do sítio Turvo 2, centrando o debate no convívio entre populações etnicamente distintas.

A presença Guarani em um espaço de planalto, percorrido por pequenos rios, foi avaliado pelos arqueólogos como um “desvio de tendência” (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 279), já que a bibliografia consultada pelos arqueólogos aponta que este ambiente condiz com o padrão de assentamento de sítios Itararé-Taquara, que nesta tese, estão relacionados aos Kaingang, enquanto a ocupação Guarani no interior, indica uma preferência por áreas ao longo de grandes rios.

O argumento que invoca padrões territoriais estabelecidos a partir da distribuição de sítios pré-coloniais, foram anacronicamente projetados na interpretação do sítio Turvo 2, cuja datação remete ao fim do século XIX, e replicado na análise do sítio PCH Confluência 10. No entanto, essa configuração territorial, mesmo que operada durante um período longo, se transformou após o processo de conquista desencadeado com a chegada dos não indígenas. Neste espaço, a presença de sítios Tupiguarani, associados ou não aos sítios Itararé-Taquara, pode ser considerado elemento desta mudança, que contrasta com o argumento elencado pelos próprios arqueólogos.

Como apresentado no capítulo anterior, os arqueólogos sugeriram uma hipótese para a coexistência dos elementos Tupiguarani e Itararé-Taquara nos sítios mencionados, para eles:

[...] a hipótese a ser posta para a coexistência das duas tecnologias cerâmicas associadas a dois grupos étnicos diferentes assenta na pressão territorial que os Guarani passam a sofrer quando da entrada das frentes colonizadoras em seus territórios tradicionais, forçando o abandono destes em busca de áreas ainda não pretendidas pelos novos colonos, mas habitadas pelos Jê. Por outro lado, a pressão que se dá nos campos de Guarapuava, durante o processo de ocupação das terras pelos “brancos”, tenderia a forçar alianças entre grupos historicamente rivais, a fim de promover a defesa da terra e do modo de vida,

visto aqui pela permanência da tecnomorfologia cerâmica de ambas as tradições. (Espaço Arqueologia, 2021j, p. 280-281).

Deve-se apontar que a hipótese acima apresentada, deve ser analisada em dois aspectos: o primeiro, diz respeito a entrada dos Guarani em um território Kaingang, que conforme a hipótese, teria ocorrido devido à pressão territorial causada pelas frentes colonizadoras em seus territórios tradicionais, levando os Guarani a buscar áreas ainda não pretendidas pelos colonos, os quais eram territórios tradicionais Kaingang.

O segundo ponto da conjectura, se refere a explicação da convivência entre os grupos distintos, segundo a qual, o processo de ocupação dos Campos de Guarapuava teria forçado os grupos historicamente rivais a formarem alianças para defender suas terras e modos de vida, ameaçados pela colonização. Sobre a convivência, não há óbice, entretanto, fazer frente a colonização para defesa de territórios, não condiz com o contexto histórico.

Ambos os pontos apresentam problema de caráter temporal, pois, no final do século XIX, a colonização dos Campos de Guarapuava já estava consolidada, o que inviabiliza a primeira parte do argumento, ou seja, a suposição de que os Guarani encontraram nas áreas dos sítios Turvo 2 e PCH Confluência 10, espaços ainda não alcançado pelos colonos.

A segunda parte da hipótese, que sugere uma aliança interétnica entre os Guarani e Kaingang frente aos colonizadores, parte de uma idealização simplista, que opõe indígenas *versus* não indígenas, colonizados *versus* colonizadores. A documentação do século XIX, e a historiografia que dela tratou, demonstram maior complexidade, pois mesmo entre os diversos grupos Kaingang, essa coalizão não operou, uma vez que alguns grupos estabeleceram relações com os não indígenas, em nome dos interesses do seu grupo, e frente a outros grupos Kaingang, com quem mantinham guerras.

Além disso, na Guarapuava do século XIX, como bem demonstrou Durat (2019), muitas foram as relações de sociabilidades construídas entre os Kaingang que se encontravam “misturados à massa da civilização”. Como será discutido adiante, é possível que em meio a essa massa, estivesse os Guarani, mas estes, foram invisibilizados na documentação histórica.

Ademais, como demonstrado no segundo capítulo desta tese, durante o século XIX, os Kaingang já haviam passado por vários processos de territorialização, sendo o último, o encadeamento das reivindicações das de Atalaia e Sepultura, que culminaram na criação do Aldeamento Marrecas em 1880, destinado a fixar os Kaingang da região de Guarapuava, ponto inicial da retrospectiva temporal desta tese.

Considerando os pontos mais próximos das atuais linhas demarcatórias da TI Marrecas, o sítio mais distante é o PCH Confluência 10, localizado a 8,8 km, seguido pelo PCH Confluência 8, a 6,1 km, José Bonnetti 1 a 3 km, e Turvo 2 a 2,3 km. Os sítios José Bonnetti 1 e PCH Confluência 8, com cerâmicas relacionadas a Tradição Tupiguarani com evidências de contato, estão relativamente no mesmo contexto espacial do Turvo 2 e PCH Confluência 10, próximos a Terra Indígena Marrecas. É justamente deste fato, que se propõe uma explicação para a presença Guarani no entorno da atual Terra Indígena Marrecas.

É possível que a demarcação da primeira terra destinada aos indígenas no Paraná, tenha motivado diversos grupos indígenas, desterritorializados pelo esbulho de suas terras, a buscarem se estabelecer em uma área destinada e amparada pela administração do Estado. Como exemplo, pode-se citar o grupo Kaingang liderado por *Jángjó*, que habitavam as margens da foz do rio Piquiri, nas proximidades da antiga cidade real de Guairá, e conforme expresso no relatório do presidente de província de fevereiro de 1881 (Paraná, 16/02/1881), após a demarcação de Marrecas, demonstraram “tendência em aldearem-se”. Entretanto, conforme indica Mota (2022a), em 1885, a *emã* do cacique *Jángjó*, ou *Janguió*, como escreve o historiador, estava instalada na região do médio rio Piquiri, como indica em sua nota 16: “Possivelmente nas corredeiras conhecidas como Apertados na confluência do rio Goio-erê” (Mota, 2022a, p. 75).

Entretanto, antes de se estabelecer no médio Piquiri, o grupo de *Jángjó* habitou regiões que no passado teriam abrigado diversos grupos Guarani que conviveram com os espanhóis, pois, ao fugirem dos ataques empreendidos por Viri e Condá, experimentaram uma trajetória de migrações, chegando a percorrer o então território do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, onde foram acometidos por diversas enfermidades, quando retornaram para a Província do Paraná, enfrentaram a fome na região de “Tayoba”¹⁶³, onde no passado, conforme Anzolin (2023) foram intensas as relações entre indígenas e jesuítas, que expandiam a fundação de Reduções. Posteriormente, os Kaingang liderados por *Jángjó* abrigaram-se na Colônia Militar do Jatahy, as margens do Tibagi, para só então retornarem para suas antigas moradas, na região do rio Piquiri, de onde a partir de 1881, passam a se relacionar diretamente com os Kaingang e autoridades de Guarapuava.

¹⁶³ Conforme Anzolin (2021), estima-se que a região da Tayoba, estava situado na região ao sul de Villa Rica.

A trajetória de *Jángjó* e de seu grupo, foi narrada a Daniel Cleve e ao presidente da Província pelo fazendeiro Noberto Mendes Cordeiro, registrado no relatório do presidente João José Pedrosa (Paraná, 16/02/1881).

O itinerário percorrido pelos Kaingang em territórios historicamente relacionados a povos Guarani, e/ou em locais onde foram implantados estabelecimentos de catequese que abrigaram esses povos, não possibilita afirmar que precisamente o grupo de *Jángjó* tenha estabelecido relações matrimoniais com estes, no entanto, mesmo que de forma hipotética, o exemplo oportuniza sugerir que contextos semelhantes podem ter propiciado relações amistosas ou não, que absorveram ceramistas Guarani em grupos Kaingang, constituindo registros arqueológicos como o dos sítios Turvo 2 e Confluência 10, encontrados na antiga área delimitada do então Aldeamento Marrecas, sugerindo que grupos desterritorializados buscaram se aproximar do aldeamento. Ainda nesse contexto espacial, dois sítios continham material cerâmico associados a Tradição Tupiguarani, embora ambos apresentem cerâmicas com distinções que apontam para contato com outros grupos, os sítios PCH Confluência 8 e o José Bonneti 1.

O primeiro, com fragmentos decorados do tipo inciso, os quais a análise dos pesquisadores remete a contextos Itararé-Taquara, no entanto, o que mais chama atenção no conjunto cerâmico do PCH Confluência 8, é que esse é composto de “painéis pequenos e copos [...] sensivelmente diferente daquilo que se tem na bibliografia para assentamentos guaranis, sobretudo onde há vasilhames pintados e as painéis médias e grandes.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 278). A falta de cerâmicas de grandes proporções, ausência de grafismos, ou associadas a rituais Guarani, levou os pesquisadores a concluir que, esses estavam “em processo de desestruturação social” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 744).

Propõe-se nesta tese outra interpretação, a de que o sítio PCH Confluência 8, reflete o complexo de relações interculturais estabelecidos com os Kaingang dos Campos de Guarapuava e região circunvizinha ao longo do tempo. Sugere-se aqui, que o conjunto cerâmico Tupiguarani, composto por copos e vasilhames de pequenas proporções sem grafismos, correspondam a utensílios de contexto doméstico, cuja produção é aderente a dos Guarani, mas com transformações ocasionadas pelo contato interétnico, sendo as características morfológicas e decorativas evidências de contato com elemento não indígena.

Também deve-se destacar que a decoração incisa não é exclusividade de cerâmica Itararé-Taquara, pois são igualmente encontrados em cerâmica Tupiguarani em contexto de contato, como os evidenciados por Parellada (1997), nos vestígios de *Villa Rica Del Espiritu*

Santo. Nesse trabalho, a autora comparou diversos aspectos da cerâmica da antiga cidade espanhola a outros sítios de influência hispânica, que também apresentaram esse tipo de decoração.

No sítio Dois Palmito, localizado no município de São Pedro do Ivaí, próximo a antiga cidade espanhola pesquisada por Parellada (1997), Manfio (2019), identificou tratamento de superfície que evidenciam traços das relações interculturais manifestos na cerâmica Tupiguarani. A análise da autora destacou a presença de decoração escovada para apontar a influência europeia na confecção dos vasilhames, ademais, em uma das fotografias da publicação, pode-se perceber acabamento inciso, tratamento análogo ao encontrado no sítio PCH Confluência 8. Em conversa com a autora (Manfio, comunicação pessoal, abril de 2025), esta confirmou a presença de acabamento inciso em fragmento do sítio Dois Palmito, portanto, em contexto de contato entre indígenas e europeus.

Cabe destacar que a decoração incisa, descrita na “Terminologia Arqueológica Brasileira para Cerâmica”, consiste em: “incisões praticadas por meio da extremidade aguçada de instrumentos variados, na superfície da cerâmica, antes da queima.” (Chmyz, 1976, p. 133). La Salvia e Brochado (1989), ressaltam que esta decoração tem por expressão o corte, por pressão ou arraste. Esse tipo de decoração, segundo Chmyz (1976), integra o conjunto de características diagnósticas da Tradição Neobrasileira, que combinam técnicas indígenas e não indígenas no processo de confecção da cerâmica.¹⁶⁴

O contato com os europeus não influenciou só o processo de produção, ou a morfologia, mas também o acabamento, “algumas decorações então utilizadas em larga escala são agora substituídas por outras, senão mais simples pelo menos diferentes. As ditas tradicionais desaparecem ou cedem de intensidade para as novas que surgem.” (La Salvia e Brochado, 1989, p. 150).

A correlação temporal e material entre os sítios Turvo 2, PCH Confluência 8 e 10, foram estabelecidas no relatório da Espaço Arqueologia (2022c), no entanto, devido a associação com elementos Itararé-Taquara ser pouco expressiva, e a hipótese geral sobre estes sítios ser

¹⁶⁴ Souza e Lopes (2014), ao abordarem a cerâmica de influência espanhola do sítio Santiago de Xerez, localizado no município de Aquidauana, no Mato Grosso do Sul, antiga região dos “Campos de Xerez”, colonizada por espanhóis no século XVI e XVII, discutem diversas categorias de cerâmicas de produção indígena com evidências de contato com espanhóis na América Latina, que dentre outras denominações, foram tratadas de “cerâmicas hispano-indígenas”, “*cerámica criolla*”, “*cerámica mestiza*”, “*cerámica de transculturación*” e etc., no entanto, guardadas as especificidades locais, essas refletem a influência europeia na cerâmica produzida por indígenas, ou com técnicas indígenas.

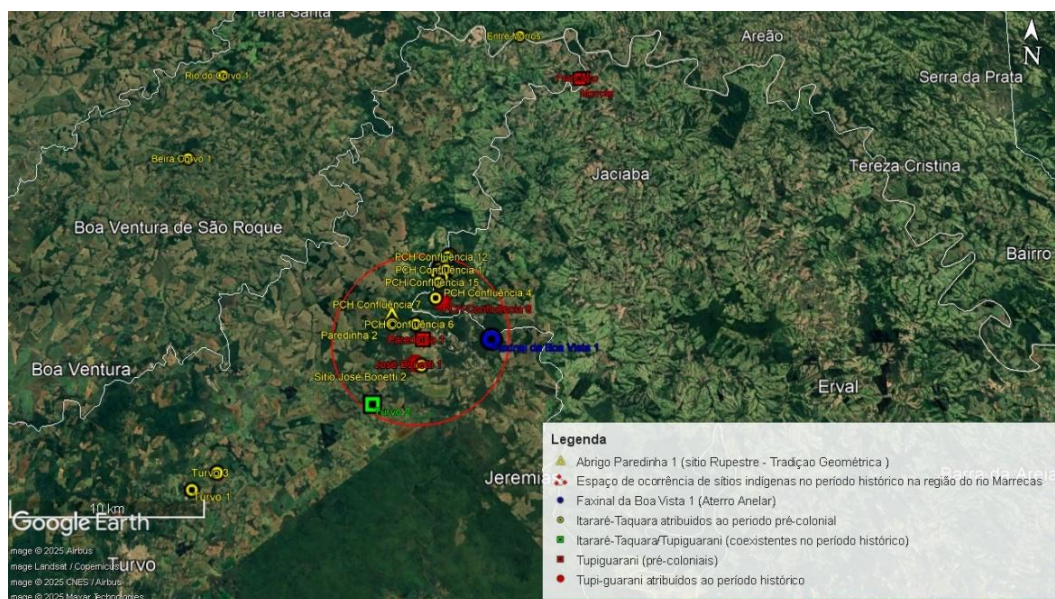
considerada inviável nesta tese, opta-se por associar o sítio PCH Confluência 8 a outro sítio com cerâmica Tupiguarani com evidência de contato, o sítio José Bonneti 1, cuja a análise do conjunto cerâmico, realizada por Parellada em IGPlan Inteligência Geográfica (2005), identificou decoração incisa, e outras características de influência europeia, as quais, a arqueóloga comparou a de sítios relacionados a ocupação espanhola, propondo estar este sítio sobre a área de atuação das antigas reduções ou de alguma *encomienda*.

Destarte, a discussão permite projetar dois cenários possíveis: o primeiro, de que grupos Kaingang desterritorializados, após percorrerem diversos territórios ocupados por grupos Guarani, que a muito tempo já haviam estabelecido contato com os não indígenas, retornaram para região acompanhados de ceramistas Guarani e se instalaram no aldeamento Marrecas, buscando estabelecer relações com outros aldeados e com autoridades do Estado. Essa proposição possibilita explicar sítios com ocupações simultâneas com a presença de cerâmica de ambas as tradições arqueológicas, como os sítios Turvo 2 e PCH Confluência 10.

Ainda neste cenário, é possível sugerir que entre os aldeados em Marrecas, estivessem famílias Guarani, generalizadas como indígenas, que habitavam a vila de Guarapuava, ou fazendas da região. Esta suspeita, será retomada ao tratar-se dos sítios arqueológicos relacionados a Tradição Tupiguarani encontrados no rio Jordão.

As pesquisas arqueológicas realizadas nos últimos vinte anos revelam alguns aspectos da ocupação pretérita deste espaço. Ao projetar os sítios de ocupação indígena atribuídos e/ou datados do período pré-colonial no espaço delimitado pelo círculo vermelho, já apresentado na figura 41, nota-se que a região foi densamente ocupada, como pode ser visto na figura 42.

FIGURA 42. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA REGIÃO DO RIO MARRECAS.

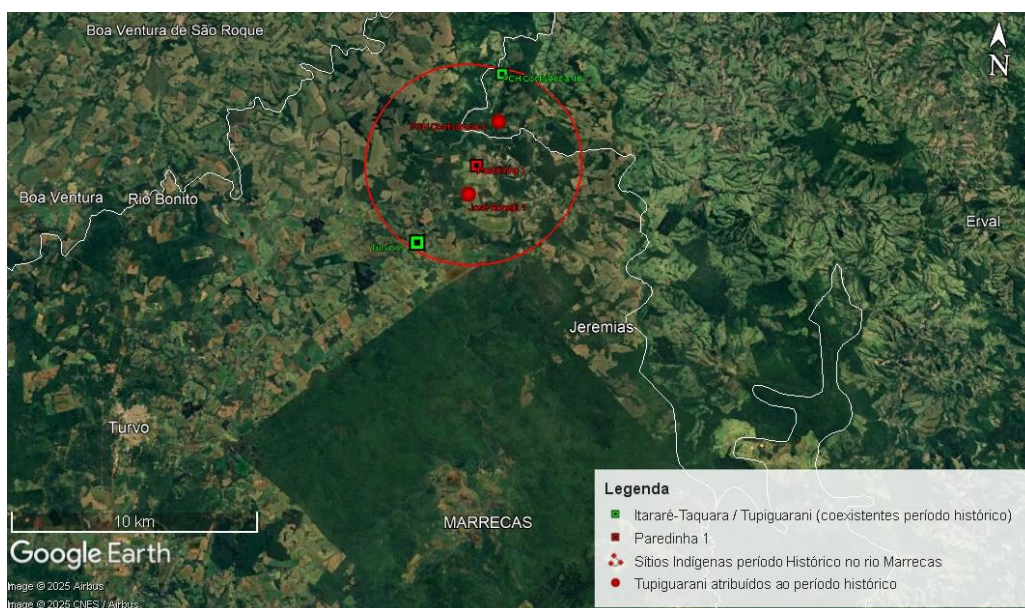


Fonte: Elaboração própria.

Como já mencionado, o círculo em vermelho possui cerca de nove quilômetros de diâmetro, e delimita a ocorrência dos sítios atribuídos ao período histórico. Plotados os sítios relacionados ao período pré-colonial, percebe-se que a concentração destes sítios permanece na mesma área onde foram encontrados os sítios do período histórico.

Com a espacialização dos sítios, é possível conferir que o sítio Paredinha 1, classificado como sítio lito-cerâmico da Tradição Tupiguarani, embora atribuído ao período pré-colonial pela Espaço Arqueologia (2020b; 2022c;), está no mesmo contexto espacial dos sítios com componentes desta Tradição atribuídos e datado no período histórico, esta disposição fica mais clara se posicionado somente com os sítios atribuídos ao período histórico, como pode ser observado na figura 43.

FIGURA 43. SÍTIO PAREDINHA 1 E SÍTIOS ATRIBUÍDOS AO PERÍODO HISTÓRICO, PRÓXIMOS A TI MARRECAS.



Fonte: Elaboração própria.

Além da disposição espacial, a menos de 1,5 km do sítio José Bonetti 1, o sítio Paredinha 1 apresenta contexto comparável aos dos sítios Turvo 2, PCH Confluência 8 e 10, pois além dos fragmentos cerâmicos da Tradição Tupiguarani, neste, foram evidenciados “três fragmentos com tempero mineral fino e de alta densidade fogem um pouco a regra, sendo uma combinação comumente encontrada em contextos Jê do Sul.” (Espaço Arqueologia, 2023a, p.70-71).

Esta discussão não foi ampliada na análise da Espaço Arqueologia (2023a), porém, deve-se considerar o contexto inter-sítios em seu entorno imediato, no qual outros sítios foram relacionados a Tradição Tupiguarani ou apresentaram tecnologias cerâmicas das tradições Itararé-Taquara e Tupiguarani em um mesmo contexto estratigráfico, um deles, o sítio Turvo 2, com datação, que o remete ao fim do século XIX.

Considerando a relação espacial e o contexto dos sítios com elemento Tupiguarani, ousa-se incluir o sítio Paredinha 1, ao contexto de ocupação indígena no período histórico pós-conquista, pois entende-se que este sítio não deve ser interpretado isoladamente, mas como parte de um sistema, um processo estruturado de ocupação territorial.

Segundo Brochado (1984), Bonomo *et al* (2015), propõem um modelo de expansão Guarani sobre o a bacia do rio da Prata em que a sequência cronológica, indica que “A data mais antiga provém da área de confluência dos rios Paraná e Iguaçu (ou Iguazú), no sítio arqueológico Fazenda Dona Carlota 2, datado de 27 d.C” (Bonomo *et al*, 2015, p. 64. Trad.

nossa).¹⁶⁵ Que ao longo de três séculos, se expandem pelo rio Paraná, bacia do Paranapanema, Ivaí e outros, cujas datas sugerem o primeiro pulso da expansão Guarani.

Após esse movimento, as datas indicam um período de sete séculos de estabilidade, com dispersões pontuais em novas áreas, voltando a se expandir em todas as direções a partir do ano 1.000 AD, sendo esse, o segundo movimento de expansão, aparentemente afetado somente pela chegada dos europeus, pois, conforme os autores: “A dinâmica da mobilidade Guarani durante esse segundo impulso de expansão muda drasticamente desde o início do século XVI, coincidindo com as profundas transformações provocadas pela conquista e colonização luso-hispânicas.” (Bonomo *et al*, 2015, p. 66).¹⁶⁶

Considerando esse modelo, propõe-se o segundo cenário, que considero mais frágil: que a presença Guarani nas proximidades da atual TI Marrecas provém de um movimento no período histórico de povos Guarani, que se mantiveram desde o período pré-colonial em áreas próximas do rio Ivaí, subindo o rio Marrecas em direção aos dos Campos de Guarapuava, pois nesta região a maioria dos sítios relacionados a tradição Tupiguarani foram atribuídos ao período histórico mais recente, por volta do século XIX.

Mota & Novak (2008) apresentam mapas com sítios arqueológicos na bacia do rio Ivaí, embora a base dos sítios plotados pelos pesquisadores esteja desatualizada,¹⁶⁷ é possível verificar que na região do alto rio Ivaí ocorrem sítios de ambas as tradições ceramistas. Além disso, ao contextualizar os acontecimentos do século XIX nesta região, além dos Kaingang, os autores indicam a presença dos Xetá, grupo da família linguística Tupi-guarani.

No entanto, a documentação histórica em que os autores se ancoram, indica a presença dos Xetá abaixo da colônia Teresa Cristina, que segundo os autores, “[...] situam os Xetá no ponto mais meridional do vale do rio Ivaí; além dela, não vamos encontrar outra que registre sua presença mais ao sul.” (Mota & Novak, 2008, p. 99-100).

Desta forma, não há elementos que permitam relacionar os sítios Tupiguarani da região do rio Marrecas aos Xetá, mesmo sendo possível que na região do rio Ivaí estes possam estar associados a sítios da Tradição Tupiguarani, pois, como indicou Parellada (2017), “[...]”

¹⁶⁵ Original: “*The earliest date comes from the confluence area of the Paraná and the Iguaçu (or Iguazú) Rivers, Fazenda Dona Carlota 2 archaeological site, dated 27 AD*” (Bonomo *et al*, 2015, p. 64).

¹⁶⁶ Original: “*The dynamics of the Guarani mobility during this second pulse of expansion changes drastically since the beginning of the 16th century, coinciding with the deep transformations caused by the Luso-Hispanic conquest and colonization.*” (Bonomo *et al*, 2015, p. 66).

¹⁶⁷ Mota & Novak (2008) utilizam-se dos dados de Oliveira (2002).

analisando detalhadamente a cultura material, os relatos históricos e a mitologia Xetá verifica-se a presença recorrente da cerâmica e agricultura.” (Parellada, 2017, p. 225).

Ademais, pesquisas recentes executadas por Zanettini Arqueologia (2019), na bacia do rio Ivaí, identificaram sítios Guarani próximos a confluência do rio Marrecas com o rio Ivaí, sítios Francisco e Morrote (figura 42). Estes foram atribuídos ao período pré-colonial e estão relacionados a outro sítio Guarani da margem esquerda do rio Marrecas.¹⁶⁸ Próximo ao sítio o Francisco, Zanettini Arqueologia (2020a) identificou a presença de uma estrutura de *pãri* no leito do rio Marrecas, porém não foram encontradas imagens da estrutura nos relatórios consultados.¹⁶⁹

Zanettini Arqueologia (2020a) sugeriu que a presença da estrutura da armadilha indica o uso do local de forma persistente, no entanto, baseou a classificação do sítio no material lítico-cerâmico evidenciado, concluindo que este poderia estar associado a acampamentos temporários, um “ponto de passagem e/ou assentamento de curta duração” (Zanettini Arqueologia, 2021a, p. 282). Desta forma, considera que os sítios Francisco e Morrote deva ser excluídos desta análise, pois a localização destes parecem estar associados a outro contexto, que deve ser analisado com outros sítios da região do rio Ivaí, que foge do escopo desta tese.

Desta forma, ao voltar-se para a conjuntura dos Campos de Guarapuava, até as últimas décadas do século XIX, pode-se afirmar que, o rio Marrecas, estava ocupado por grupos Kaingang, mesmo local que foi destinado para assentar os que no século XIX, lutaram pelos campos de Atalaia e Sepultura. Considerando isto, sugere-se que a delimitação do Aldeamento Marrecas, possa ter incentivado esse movimento, registrado pela presença de sítios Guarani associados aos sítios Kaingang.

Mas se a demarcação de Marrecas realmente atraiu esses grupos, por que eles não permaneceram dentro do atual Terra Indígena? Há de se considerar que a área destinada ao Aldeamento de Marrecas no século XIX, não possui as mesmas dimensões da atual Terra Indígena Marrecas. Como mencionado no segundo capítulo, Mota (2000a, p. 115), apresentou as dimensões da área medida por Cleve no fim do século XIX.

Os mapas apresentados por Mota & Novak (2008, p. 82 e 141), são fundamentais para compreensão do contexto arqueológico até aqui discutido. Baseados na documentação, os

¹⁶⁸ Sítio Cabocla Vitória, fora do recorte desta pesquisa. Ver Zanettini Arqueologia (2019; 2020a; 2021a).

¹⁶⁹ Mesmo utilizando o recurso “imagens históricas” do *Google Earth*, não é possível identificar com segurança a estrutura mencionada.

autores estimaram os limites das terras destinadas aos Kaingang, as quais, foram medidas por Cleve. Para os historiadores, “[...] as terras reservadas aos Kaingang ocupava quase toda a bacia do alto rio Marrecas, indo até as cabeceiras de seus afluentes.” (Mota & Novak, 2008, p. 140).¹⁷⁰ Como ainda salientam os historiadores, mesmo após terem as terras delimitadas no fim do século XIX, os Kaingang passaram por outros processos de diminuição de terras, que configurou no arranjo atual da Terra Indígena Marrecas.¹⁷¹

Outro aspecto que necessita ser investigado, é a presença dos Guarani nessa região, no final do século XIX, pesquisas históricas que abordem a temática no período de virada do século XIX para o XX, talvez esclareçam este imbróglio, temporalmente fora do recorte abordado por esta tese.

Como já discutido no segundo capítulo, o espaço escolhido para demarcação das terras, dispunha de características fitogeográficas preferenciais dos Kaingang, com campos e galerias de floresta com araucárias, composição considerada adequada por Daniel Cleve, para instalação do aldeamento Marrecas. Ademais, conforme Mota (2000a), Cleve também relatará que as margens do rio Marrecas estava habitada no final da década de 1870. Para Bonetti (2025), os grupos que habitavam a região do rio Marrecas, não eram os mesmos que reivindicavam Atalaia e Sepultura, o que foi bastante conveniente para a escolha do local, pois, resolveria duas questões com uma só resolução.

Como discute Mota (2000a) e Mota & Novak (2008), não foram essas as únicas motivações de Cleve para a escolha do local a ser demarcado, o juiz comissário também foi influenciado pela recomendação dos fazendeiros e políticos guarapuavanos, que indicaram a região por ser consideradas “terras devolutas” próxima a cidade de Guarapuava. Tal proximidade, era uma exigência dos Kaingang liderados por Francisco Gacom, que reivindicavam pelas terras de Atalaia e Sepultura, que já estavam sobre a posse de fazendeiros.

A exigência dos Kaingang pela proximidade com Guarapuava, reflete o contexto discutido por Durat (2019), pois os Kaingang desaldeados, durante a maior parte do século XIX, residiam na área urbana do município, onde estabeleceram as mais diversas relações. Entretanto, não era só na cidade que estavam os Kaingang da região, pois embora consideradas

¹⁷⁰ Bonetti (2025), apresenta mapa com composição muito semelhante, porém não explica a origem dos dados por ele representados cartograficamente.

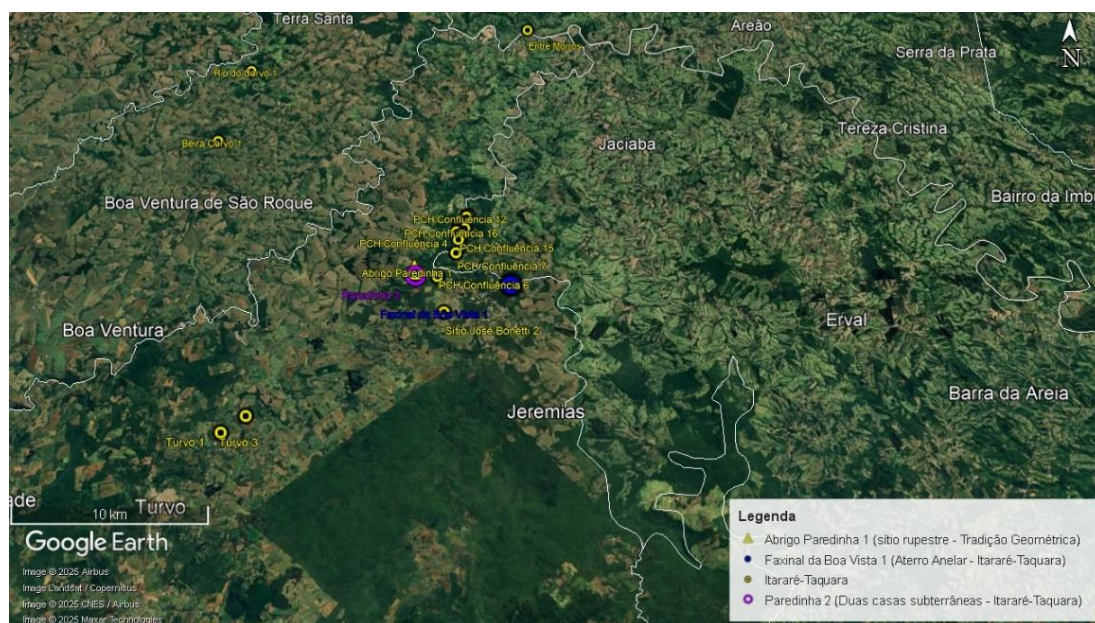
¹⁷¹ Esse processo está fora do recorte temporal desta tese, para saber mais sobre a diminuição das terras de Marrecas, ver Mota e Novak (2008).

devolutas, a região do rio Marrecas não estava desabitada, como indica a documentação e a historiografia discutida no segundo capítulo desta tese.

Deve-se considerar que a concentração de sítios nesta área (figura 42), se deve mais a pesquisa arqueológica, pautada pelo licenciamento ambiental do que a efetiva ocupação da região. Mesmo assim, a amostragem permite afirmar que a região foi ocupada antes da área ser destinada a fixar os Kaingang que reivindicaram por Atalaia e Sepultura.

Excluídos os sítios Morrote, Francisco e o Paredinha 1,¹⁷² todos relacionados a Tradição Tupiguarani, pode-se ver a predominância de sítios Itararé-Taquara, que nesta tese, considera-se sítios de ocupação Kaingang, como já justificado no primeiro capítulo. Na figura 44, pode-se ver a disposição dos sítios atribuídos ao período pré-colonial.

FIGURA 44 - SÍTIOS DA REGIÃO DO RIO MARRECA ATRIBUÍDOS AO PERÍODO PRÉ-COLONIAL.



Fonte: Elaboração própria.

Com exceção do sítio Abrigo Paredinha 1, onde foram evidenciadas vários conjuntos de gravuras rupestres associadas a Tradição Geométrica, todos os demais foram relacionados a Tradição Itararé-Taquara, são eles: PCH Confluência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16,

¹⁷² Como já justificado, considera-se que os sítios Morrote e Francisco estão relacionados a outra espacialidade, devendo as análises sobre estes serem contextualizadas com outros sítios da bacia do rio Ivaí, o que está fora de alcance desta pesquisa. Por sua vez, devido ao seu contexto espacial, o sítio Paredinha 1, foi relacionado a outros sítios com evidências da Tradição Tupiguarani atribuídas ao período histórico na região da TI Marrecas.

Turvo 1 e 3, Faxinal da Boa Vista 1, José Bonetti 2, Paredinha 2, Entre Morros, Rio do Corvo 1 e Beira Corvo 1. Os últimos três sítios, estão fora do recorte analítico proposto nesta tese, no entanto, suas localizações estendem a amplitude da ocupação Jê / Kaingang até a margem esquerda do rio Ivaí.

Destaca-se que o sítio Beira Corvo 1, foi incluso no levantamento de sítios a partir de informações mencionadas em JCS Engenharia (2018), que por sua vez, alegam terem obtido tais informações a partir de comunicação pessoal com a arqueóloga Claudia Parellada. Conforme JCS Engenharia (2018), este sítio apresenta dois componentes, um classificado como Paleoíndio, associado a caçadores-coletores e outro, ceramista relacionado a Tradição Itararé-Taquara. Em Parellada *et al* (2020), é discutido a presença de uma ponta bifacial de dimensões extraordinárias, relacionada a caçadores-coletores, mas que conforme os autores, não permitem associação com grupos historicamente conhecidos ou mesmo a tradições arqueológicas estabelecidas. Sobre o componente Itararé-Taquara deste sítio, nada foi encontrado.

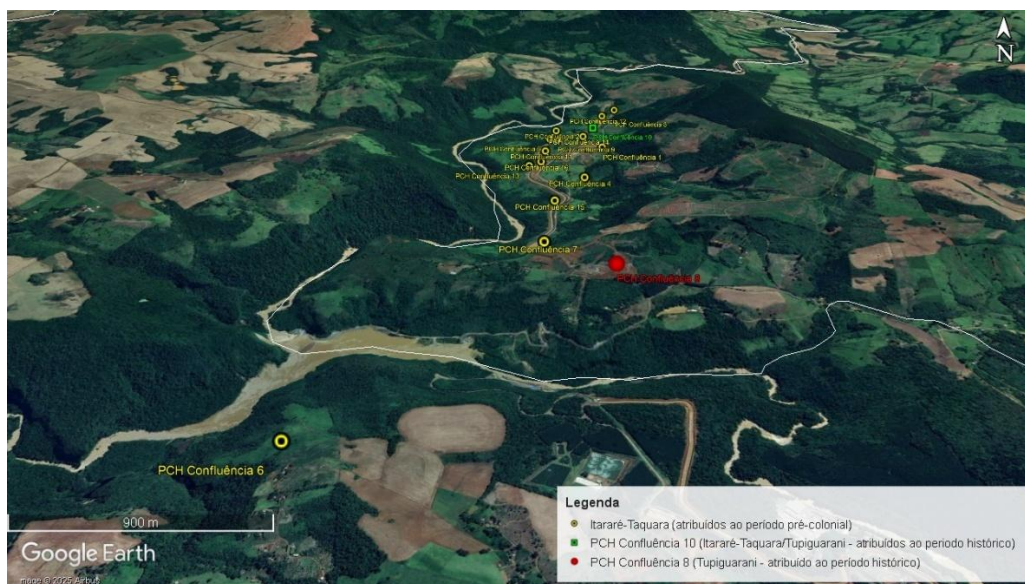
Como destacado na legenda da figura 44, o sítio Faxinal da Boa Vista 1, é composto por aterro anelar, que fora oficialmente registrado como sítio arqueológico pela Espaço Arqueologia (2022d), conforme descrição realizada no capítulo anterior, neste sítio além do aterro, foram evidenciados materiais líticos e cerâmicos, registrados pelo professor de Geografia Luis Fernando Urbanck. Este sítio será analisado em tópico específico, junto com outros da mesma classificação, localizados no espaço abordado por esta pesquisa.

Outro sítio que deve ser destacado é o Paredinha 2, onde foram evidenciadas duas estruturas, classificadas como casas subterrâneas pela Espaço Arqueologia (2023C). Os demais, são sítios a céu aberto, com material lito-cerâmicos relacionados a Tradição Itararé-Taquara.

De forma geral, estes sítios estão instalados em terrenos planos ou com pequenas ondulações, em áreas de topo e/ou de meia encosta. A região apresenta características geomorfológicas em que se destacam rios bem encaixados, como o rio Cachoeira e o rio Marrecas, que ao longo de seus cursos, percorrem as bases de encostas e paredões íngremes, formando inúmeras cachoeiras e corredeiras.

Ao espacializar os sítios evidenciados no âmbito do licenciamento da PCH Confluência, revela-se que em IGPlan (2005), Parellada praticamente delimitou o espaço de ocorrência da maior concentração de sítios nesta região, que deste ponto em diante, será referido como “Complexo Confluência” (figura 45).

FIGURA 45. SÍTIOS DO COMPLEXO CONFLUÊNCIA.



Fonte: Elaboração própria.

Os sítios PCH Confluência, 6, 7 e 8, estão situados em área mais alta, em altitudes que variam aproximadamente entre 840 e 860 m. Do ponto onde se localiza o PCH Confluência 6, é possível visualizar todos os outros sítios do “complexo confluência”. Com exceção dos três sítios, todos os demais estão em uma área adensada, entre montanhas que próximos a margem direita do rio Marrecas, em altitudes que variam na faixa de 630 e 690m, em área de *krĩ vãso* (espaço entre morros - vale).¹⁷³ A disposição destes, pode ser vista na figura 46.

¹⁷³ Conforme Wiesemann (2011), o termo *vãso* está relacionado a espaço, quando antecedido por *krĩ* (morro, montanha), significa o espaço entre morros, e/ou vale.

FIGURA 46. SÍTIOS DO COMPLEXO CONFLUÊNCIA SITUADOS NO VALE DO RIO MARRECAS.



Fonte: Elaboração própria.

O polígono em vermelho foi traçado entre os sítios PCH Confluência 1, 2, 3, 4, 13 e 15, e corresponde a um perímetro de 3.9115,31 m, que delimita uma área de 671.056,46 m². A distância que separa o sítio PCH Confluência 3 (norte) e o PCH Confluência 15 (sul), se aproxima de 1.680 m.

Em IGPlan (2005), os sítios PCH Confluência 1 a 6 foram considerados como evidências de “uma ocupação sistemática e prolongada dessa área por populações relacionadas ao Tronco Lingüístico Jê.” (IGPlan, 2005, p. 265). Tal afirmação foi amparada pela análise de fotografias aéreas e imagens de satélite, onde a pesquisadora identificou estruturas arqueológicas, como consta em IGPlan (2005).

Para os sítios PCH Confluência 7 a 16,¹⁷⁴ tratados em conjunto em Espaço Arqueologia (2022c), e sintetizados no capítulo anterior desta tese, foram realizadas algumas discussões, que subsidiaram a interpretação dos arqueólogos sobre estes sítios, as quais, resumidamente destaca-se:

- PCH Confluência 7: considerou que os fragmentos cerâmicos pertenciam a duas unidades morfológicas, ou seja, duas vasilhas, que associados ao material lítico, levou os pesquisadores a concluir que neste sítio pode ser interpretado como local “onde

¹⁷⁴ Os sítios PCH Confluência 8 e 10 serão excluídos da análise a seguir, pois foram atribuídos ao período histórico, e já foram debatidos anteriormente. No entanto, em alguns momentos, serão mencionados.

um pequeno grupo humano permanece por curtos períodos em um espaço e nele desenvolvem suas atividades de caça/coleta e horticultura incipiente.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 253).

- PCH Confluência 9: neste foram contabilizadas vinte unidades morfológicas, que segundo os pesquisadores, junto com o material lítico, compõe um sistema mantido para “suprir demandas para um grupo humano que tem como estratégia de adaptação o manejo e cultivo de espécies vegetais, para além da caça e pesca como fonte de obtenção de proteínas.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 312).
- PCH Confluência 11: na planilha de análise de bens arqueológicos apresentada em Espaço Arqueologia (2022c, p.414). contabiliza-se que os fragmentos cerâmicos proveram cinquenta e cinco unidades morfológicas. Ao final da análise, o sítio é categorizado como um assentamento temporário, de “grupo mediano, que pratica, para além da caça e da coleta, uma agricultura incipiente, ao ponto de permitir e/ou abrigar o estabelecimento sazonal em um ponto fixo por alguns meses do ano.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 416).
- PCH Confluência 12: neste, “foi possível projetar diâmetro de abertura de 7 morfologias” (Espaço Arqueologia, 2022c, p.465). O material lito-cerâmico, fundamentou a análise de que o sítio pertence a “uma economia de manejo e cultivo de espécies vegetais” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 469). Além disso, o não reconhecimento de estruturas arqueológicas, contexto estratigráfico e quantidade de vestígios, colaborou para o entendimento que o sítio indica “uma ocupação de curta permanência nesse espaço” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 468).
- PCH Confluência 13: apresentou conjuntos formados por doses vasilhas, número estabelecido a partir de “base de remontagens a agregações dos fragmentos de borda, no contexto analisado” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 514). Somado a análise do material lítico, o sítio foi interpretado como possível assentamento sazonal, “não muito intenso, com número reduzido de indivíduos – de até 10 pessoas – cujas práticas econômicas remetem a caça e a coleta, para além de uma agricultura básica.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 514).
- PCH Confluência 14: a presença de líticos polidos, duas “mãos-de-pilão”, qualificou a interpretação do sítio, pois conforme avaliação apresentada, tais utensílios, demandam “alto investimento na sua produção e sugerem um uso do espaço de maneira mais prolongada, com caráter habitacional.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p.

564). A análise do material cerâmico, reconheceu trinta e uma unidades morfológicas. Em conjunto o material lito-cerâmico, subsidiou aos pesquisadores estimarem demografia e economia do sítio, conforme expresso no relatório da equipe, o sítio integra um sistema de economia “de caça/coleta com uma horticultura incipiente a ponto de manter sobre aquele padrão um grupo de não mais que 20 pessoas.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 565).

- PCH Confluência 15: neste sítio, foram identificadas cinquenta e duas unidades morfológicas de cerâmica, consideradas para mensurar a demografia do sítio. Mesmo sem indicar a capacidade média dos recipientes, foi sugerido “se tratar de um volume passível de processar alimentos a um grupo de não mais que 15 pessoas” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 621). A demografia reduzida, foi reforçada pela análise do conjunto lito-cerâmico, que segundo a consultoria, remete a “um modelo de economia com caça e coleta, bem como com o manejo e cultivo de espécies vegetais” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 622). Considerado similar ao padrão dos outros do projeto, o sítio foi interpretado como um espaço “assentamentos de curta à média duração, visto, sobretudo, pela densidade do material e a dispersão que, pelos dados, demonstrar ser um sítio raso, como até 30cm de profundidade” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 621).
- PCH Confluência 16: além do pequeno recipiente intacto, foram quantificadas quarenta e três unidades morfológicas de recipientes cerâmicos. Para este sítio, atribuiu-se maior importância a “horticultura”, no entanto, tal fator não parece refletir na demografia estimada, pois o sítio é atribuído a “um grupo já adaptado a horticultura que tem, no seu contingente uma ou duas famílias com cerca de 10 a 15 pessoas vivendo em períodos longos ou médios naquele local, podendo ser, também em um modelo sazonal.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 689). Ainda conforme exposto na análise, este sítio está associado a “uma economia adaptada a exploração da caça/pesca e coleta com o manejo e cultivo de espécies vegetais.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 689).

Conforme indicado pelas pesquisas dos sítios do “complexo confluência” (7 a 16), é possível sugerir que, os grupos que formaram estes sítios habitaram “uma paisagem ambiental semelhante a atual, onde fitogeograficamente, a região em questão caracteriza-se como Floresta Ombrófila Mista” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 251 e 733).

O contexto destes sítios, discutidos conjuntamente por Espaço Arqueologia (2022c), apresentados no capítulo anterior e aqui resumidos de forma sumaria, indicam um panorama de

ocupação com baixa demografia, de até 10 pessoas (PCH Confluência 13), não mais de 20 pessoas (PCH Confluência 14), menos de 15 pessoas (PCH Confluência 15), e 10 a 15 pessoas (PCH Confluência 16).

De forma geral, estes sítios foram compreendidos como componentes de um sistema de ocupação que se manteve baseado em uma economia mista, alicerçada na caça, pesca, coleta e no manejo de espécies vegetais, nas considerações dos arqueólogos, leia-se, agricultura incipiente.

Desta forma, entende-se que o papel da agricultura, nestes sítios, foi considerado secundário, pouco representativo. A interpretação de que os sítios do complexo confluência (7 a 16), foram ocupados durante curtos espaços de tempo, utilizados como assentamentos sazonais, no máximo de média duração, é predominante, sendo sugerido de forma sutil, uma ocupação mais longa, apenas para os sítios PCH Confluência 14 e 16.¹⁷⁵

Mesmo sem datações, a quantidade e a proximidade entre os sítios foram interpretadas como evidências de que estes não foram contemporâneos, indicando um processo de ocupações e reocupações ao longo do tempo, “[...] tendo o território como um espaço amplamente conhecido e reocupado por gerações.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 746).

De todo modo, a análise realizada pela Espaço Arqueologia (2022c), considerou aspectos ambientais, os sítios estão inseridos em área de planalto, implantados próximos ao curso pequenos rios, foram considerados dentro do padrão atribuído a territorialidade de povos Jê no Sul. Com base em pesquisas realizadas pela equipe da empresa na região, foi concluído que, “[...] o padrão dos sítios Jê remete a um modelo sólido, cujo sistema de assentamento se repete em outras regiões.” (Espaço Arqueologia, 2022c, p. 744).

As considerações de Espaço Arqueologia (2022C), estão ligeiramente discrepantes das informações dos sítios registrados por Parellada, em IGPlan (2005), pois embora aspectos ambientais, territoriais e de cultura material sejam aderentes em ambas as pesquisas. Em IGPlan (2005), foi ressaltado que os sítios PCH Confluência 1 a 6, indicam áreas de antigas aldeias semipermanentes da Tradição Itararé-Taquara, sendo que nos sítios PCH Confluência 2, foram identificadas “estruturas arqueológicas em fotografias aéreas e imagens de satélite.” (IGPlan, 2005, p. 294-295). Enquanto nos sítios PCH Confluência 3, 4 e 5 a atribuição foi baseada nas

¹⁷⁵ A discussão sobre a agricultura Kaingang, densidade de cerâmica e relação com demografia concluída pela análise dos arqueólogos será retomada adiante.

“[...] estruturas arqueológicas mapeadas por sensoriamento remoto e às características da tecnologia lítica” (IGPlan, 2005, p. 296).

Outro aspecto importante, é que em IGPlan (2005) são as dimensões dos sítios, que variam entre 22.500 m², para PCH Confluência 1 e 6, 10.000 m² para os PCH Confluência 2 e 5, e 8.000 m², para os PCH Confluência 3 e 4. Já para os sítios PCH Confluência 7 a 16, as áreas são bem menores, sendo a maior área correspondente a 2.717 m² para o PCH Confluência 7, e a menor delimitada em 352 m² para o PCH Confluência 12. Tais diferenças, podem ajudar a refletir sobre as transformações no padrão de ocupação, pois como alertam Hodder e Orton (1990), estas informações podem “[...] proporcionar una mejor comprensión de los patrones de asentamiento, es la estimación del tamaño de cada yacimiento.” (Hodder & Orton, 1990, p. 28). No entanto, sem datações, estimativas específicas ficam comprometidas neste contexto.

Entretanto, ao concentrar atenção nos sítios da parte alta do rio Marrecas, acima dos 700 m de altitude, fica claro que os sítios Itararé-Taquara se apresentam mais diversificados e com outras dimensões. Dentre os atribuídos ao período pré-colonial, os sítios PCH Confluência 6 e 7, José Bonnetti 2, Turvo 1 e 3, são sítios lito-cerâmicos, implantados a céu aberto. A cerca de 1,300m do PCH Confluência 6, na encosta de uma área íngreme próxima a margem direita do rio Cachoeira, está o sítio Paredinha 2, este é composto de duas estruturas de casas subterrâneas. Estes sítios, localizam-se entre a margem esquerda do rio Marrecas e a margem direita de seu afluente, o rio Cachoeira.

A cerca de 1.600 m da margem direita do rio Marrecas está o sítio Faxinal da Boa Vista 1, como já apresentado, este é um aterro anelar. Somado a estes, igualmente atribuído ao período pré-colonial está o sítio Abrigo Paredinha 1, com inúmeras gravuras rupestres, relacionados a Tradição Geométrica, este se encontra na margem esquerda do rio Cachoeira. A disposição destes sítios pode ser observada na figura 47.

FIGURA 47. SÍTIOS NA PARTE ALTA DO RIO MARRECAS, NO ENTORNO DA TI MARRECAS.



Fonte: Elaboração própria.

O sítio Turvo 1, é essencial para análise proposta, pois este apresenta dimensões de 205x120m, ou seja, 24.600m² e teve datação que alcançou 885 anos AP, (D-AMS 038280), conforme apresentado em Espaço Arqueologia (2021J). A datação e o tamanho deste sítio, permite sugerir que os sítios de maiores proporções, como, os sítios José Bonetti 2 de 10.000 m², PCH Confluência 1 e 6, com área de 22.500m², PCH Confluência 2 e 5, com 10.000m², PCH Confluência 3 e 4, ambos com 8.000m², possivelmente representem o padrão de ocupação do período pré-colonial.

Em contraste, o sítio Turvo 2, datado em 60 anos AP (D-AMS 038281), apresentado em Espaço Arqueologia (2020a;2021j), onde foram evidenciados a coexistência de cerâmica Itararé-Taquara e Tupiguarani, no mesmo contexto estratigráfico, apresenta uma área de 70x55 m², que corresponde 3.850 m².

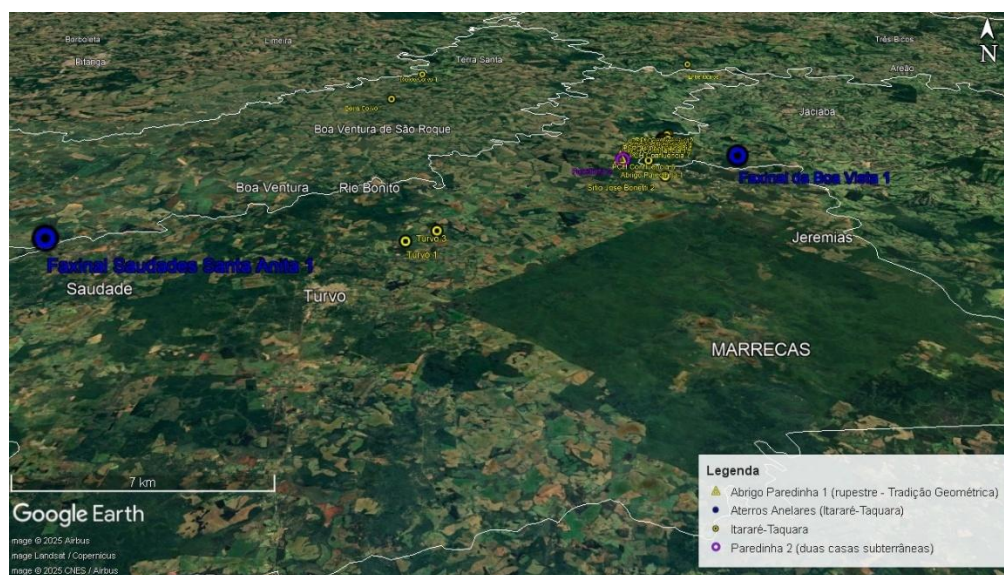
Encontrado pouco abaixo da foz do rio Marrecas, na margem esquerda do rio Ivaí, o sítio Entre Morros, está na área de influência do recorte desta tese. Com área de 8.839,65m²,

este teve o nível de ocupação relacionado a Tradição Itararé-Taquara datado em 880 ± 155 AP, (Dat 5748), apresentada em Zanettini Arqueologia (2023).¹⁷⁶

Desta forma, neste espaço, estima-se que parte dos sítios com mais de 8.000m², estejam dentro de um padrão de ocupação Jê do período pré-colonial, enquanto alguns sítios de menores proporções, possivelmente estejam relacionados ao período posterior a conquista e colonização. Esta relação, não deve ser rígida ou automática, pois é possível que alguns dos sítios menores, sejam espaços de instalações de *wãre* (acampamentos temporários), que no período pré-colonial, devem estar associados a áreas de roças, caça, pesca e coleta. Uma vez que, “Es posible analizar la relación espacial entre yacimientos de distinto rango mediante la jerarquización de los yacimientos según criterios como el de tamaño.” (Hodder & Orton, 1990, p. 28).

Ainda na bacia do rio Ivaí, mais especificamente nas cabeceiras do rio Pedrinho, que corre em paralelo ao rio Marrecas, dividindo os municípios de Turvo e Boa Ventura de São Roque, há outro sítio com aterro anelar, o Faxinal de Santa Anita 1 (figura 48).

FIGURA 48. SITIO FAXINAL DE SANTA ANITA 1



Fonte: Elaboração própria.

Embora integralmente na bacia do rio Ivaí, o sítio está a aproximadamente 8 km das cabeceiras do rio Piquiri, e não muito distante dos divisores de água das bacias do rio Jordão e Cavernoso. A discussão sobre este sítio, deverá ser retomada em tópico específico, junto com

¹⁷⁶ Embora já mencionado no capítulo anterior, destaca-se que em Zanettini Arqueologia (2023), consta que em nível mais profundo deste sítio, foi datada camada referente a ocupação de caçadores-coletores da Tradição Umu, alcançando 9.500 ± 675 anos AP (Dat 5747).

a do Faxinal da Boa Vista 1. Por ora, adianta-se que este sítio parece estar fixado em uma fronteira, pois a oeste, e sudoeste deste, localizavam-se os *Nerinhé*, como indica Mota (2022a; 2023a).

Dentre muitos aspectos, as distâncias entre os sítios devem acrescentar outros entendimentos sobre o padrão de ocupação em períodos distintos, no entanto, não há folego para realização de tal análise nesta tese, que pode servir de impulso inicial para novas pesquisas. A diversidade de sítios Itararé-Taquara neste espaço, é outro gargalo, que nesta discussão, será abordada apenas de maneira incipiente.

A presença de casas subterrâneas no sítio Paredinha 2, e dos aterros anelares dos sítios Faxinal Saudades de Santa Anita 1 e Faxinal da Boa Vista 1, indicam uma ocupação mais complexa, que contraria em parte, as conclusões de que a maior parcela dos sítios do “complexo confluência” são sítios de ocupação por períodos curtos e/ou médios.

A interpretação outorgada para o sítio Paredinha 2, é abrangente a outros sítios com estruturas similares, “entendidos como assentamentos de média e longa duração” (Espaço Arqueologia, 2023b, p. 27). No entanto, este, é o único sítio desta categoria na região do rio Cachoeira, afluente do rio Marrecas. Considerando o que o sítio foi encontrado a pouco mais de dois anos, é possível que com o avanço das pesquisas, outras estruturas sejam evidenciadas nesta região.

Nesta tese, concentrar-se-á na análise dos sítios com aterro anelares, entretanto, a discussão será focalizada em tópico específico, junto a outros sítios similares identificados na região desta pesquisa. Por ora, adianta-se que este sítio indica a permanência estável dos Jê / Kaingang neste espaço, como será discutido adiante.

Destarte, as pesquisas arqueológicas confirmam as informações contidas na documentação e na discussão historiográfica, apresentadas no segundo capítulo desta tese, de que no final do século XIX, a região do rio Marrecas estava sendo ocupada por famílias Kaingang, processo que foi intensificado a partir de 1880, com a fixação dos Kaingang que reivindicavam as terras de Atalaia e Sepultura. Mais do que isto, as evidências arqueológicas inserem um novo elemento na ocupação deste contexto no fim do século XIX, a presença de indígenas Guarani vivendo junto aos Kaingang, na área em que originalmente foi delimitado o Aldeamento Marrecas.

Além disso, espacialização dos sítios, combinadas as datações disponíveis e dimensões destes, indicam que os de maiores proporções, e mais diversos estão instalados nas partes mais

altas do terreno, evidenciando um padrão de ocupação Jê / Kaingang na região que persiste a aproximadamente 1.000 anos, no mínimo, a 885 anos AP, como atesta a datação do sítio Turvo 1.

4.3. OS KAIKANG E SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NOS CAMPOS DAS *NERINHÊ*

Mota (2022a;2023a), explica que o termo *Nerinhê*, foi grafado pelo Pe. Chagas, ao indicar o espaço a noroeste de Guarapuava, onde os Kaingang /*Dorin*, tinham instalados seus alojamentos em 1826. Conforme o historiador, o clérigo esclarece que a referência utilizada pelos *Dorin*, era porque nesta região havia muitas árvores de laranjeiras.

Mota (2023a) menciona diversas grafias para a palavra, que em Kaingang, refere-se a laranja, que por sua vez, foi utilizada para referenciar um território, onde havia laranjeiras. Embora o autor justifique a opção pela grafia *Nerinhê*, por esta ser a forma utilizada pelo padre Chagas, ao longo de seu texto utiliza-se *Nerinhé*, portanto, por ser o termo utilizado com maior frequência pelo autor, principal referência sobre essa espacialidade / territorialidade, opta-se por utilizar a mesma grafia que o historiador.

Entretanto, conforme Wiesemann (2011), *Nějĵě* é o nome que os Kaingang dão a laranja, fruta que foi introduzida no continente americano pelos europeus, e que na região do rio Piquiri, possivelmente, entre os *Gualachos* / Kaingang, a fruta tenha chegado junto com os jesuítas, que em 1627, fundaram “N. Señora de Guañanos (também referida como Concepción de Los Lanceros Guañanas, ou Concepción de los Gualachos), fundado nas proximidades da povoação do cacique Çohe” (Anzolin, 2021, p.101).

A título de reflexão, me causava estranheza os Kaingang darem nome próprio a uma *Kaņe* (fruta) não nativa, já que estes costumam inserir as palavras estrangeiras com pronúncias adaptadas, por exemplo, em Wiesemann (2011), paletó, corresponde a *pāritó*; professor, *profěso*; janela, em Kaingang se pronuncia *janěra*, a fruta uva, permanece uva, dentre outros exemplos encontrados no dicionário.

Entretanto, é possível que a explicação sobre nome da fruta, tenha origem mais remota, em língua espanhola. Uma pista que remete a denominação desta espacialidade reforça que a palavra possa ser uma corruptela de *naranja*, pois, em um documento de um jesuíta anônimo do início do século XVII, reunido na “Coleção De Angelis”, encontra-se que, “*llamanla assi los españoles impropriamente porque es una hoja de um arbol que se parece al naranjo e el indio la llama caã.*” (Jesuítas anônimo, 1620 in MCA I, 1951, p. 173). Neste trecho, o informe

do religioso refere-se a região montanhosa do rio Piquiri, próxima a *Villa Rica del Espiritu Santo*, onde segundo ele, a erva-mate nasce espontaneamente.

Essas indicações apontam que, por influência da língua espanhola, *naranja* tenha sido adaptada pelos Kaingang como *nějẽ*, que por sua vez, foi grafada em português como *Nerinhê* ou *Nerinhé*, como referência a uma localidade, onde foram plantadas as laranjeiras, possivelmente introduzidas pelos jesuítas, ou onde havia as matas de árvores com folhas semelhantes às da laranjeira (erva-mate).

Refletindo sobre a pronúncia da palavra escrita como *Nerinhê*, ou *Nherinhé*, como referência espacial, penso que talvez sejam variações composta por palavras que correspondem a categorias de diferentes espaços: *Nẽn* (mata virgem) e *Ĩn* (casa) e *Rê* (campos), *Nẽn-ĩn-rê*, por exemplo. Embora pareça um contra sensu, *Nẽn* e *Rê* para a mesma referência espacial, talvez os pomares de laranjeiras (ou ervais), inseridos ou próximos aos *Rê*, também fossem nomeados de *Nẽn*, espaço onde indicavam serem suas *Ĩn* (casas), *Nẽn-ĩn-rê* (Casa nos Campos da Mata [de laranjeiras]). Porém, como não há mais elementos que colaborem com a resolução da questão, opta-se pela manutenção do termo *Nerinhé*, como referência ao Campo das Laranjeiras, como sugere Mota (2023a).

Como mencionado anteriormente, a oeste e sudoeste do sítio Faxinal Saudades de Santa Anita 1, entre os divisores de águas da bacia do rio Marrecas e Piquiri, inicia-se os *Nerinhé*, territorialidade que consiste em um espaço extenso, que Mota (2022a; 2023a), indicou localizar-se a oeste de Guarapuava, “começavam na margem direita do rio Cavernoso e seguiam pelos vales dos rios do Cobre, Cantú e outros menores formadores do rio Piquiri, até os interflúvios desse com o rio Paraná.” (Mota, 2023a, p.3).

Em Mota (2022a; 2023a), o espaço abordado se estende da margem direita do rio Cavernoso e toda bacia do rio Piquiri, ou seja, um espaço de análise amplo. Para se ter uma ideia da dimensão do espaço analisado pelo historiador, apresenta-se alguns dados sobre a bacia do rio Piquiri, o qual, tem sua nascente principal próxima aos municípios de Turvo e Guarapuava, e “percorre 691 km” (Fujita, 2014, p. 83), até sua foz no rio Paraná, “entre os municípios de Altônia (margem direita) e Terra Roxa (margem esquerda).” (Parolin *et al*, 2010, p. 75).

Ainda conforme Parolin *et al* (2010), a bacia do rio Piquiri, corresponde a uma área de 24.014,30km², em que as cotas altimétricas variam entre 188m e 1.180m acima do nível do mar.

As informações referentes as características fitogeográficas da bacia, acrescentada pelos autores, dão a dimensão da diversidade que ela abrange.

No passado, a cobertura vegetal, predominantemente na bacia era composta por florestas tropicais e subtropicais, onde 62,7% da área total era ocupada pela Floresta Estacional Semidecidual, 37,2% pela Floresta Ombrófila Mista e uma pequena área, inferior a 0,2% ocupada por Estepe (campos), perfazendo áreas próximas as cabeceiras do rio Piquiri [...] a Floresta Ombrófila Mista ocupava o alto e partes do médio curso do rio Piquiri [...] Essa formação, em geral, situava-se em altitudes superiores a 500m.s.n.m., podendo ultrapassar 1.200m.s.s.m., e caracteriza-se pela presença da *Araucaria angustifolia*. (Parolin *et al*, 2010, p. 75).

Nesta tese, considera-se que os *Nerinhé* se estendam entre os divisores de água da bacia do rio Piquiri, como tentarei demonstrar ao longo do texto, entretanto, devido ao recorte proposto nesta pesquisa, abordarei apenas uma parcela dos *Nerinhé*, que corresponde a parte alta do rio Piquiri (de suas cabeceiras até a foz do rio do Cobre), e das nascentes que formam o alto rio Cavernoso, uma região de interflúvios, onde a historiografia e a documentação do século XIX, indicam a presença dos Kaingang / Dorin. A análise retrospectiva aqui proposta, foi guiada a partir dos apontamentos de Mota (2022a;2023a).

No final do século XIX, os Kaingang ainda circulavam pela região das cabeceiras do rio Piquiri e Cavernoso, é o que constata Mota (2022a), quando indica o encontro entre José Francisco Thomaz do Nascimento e o cacique *Jónjón*, grafado por Nascimento (1886). como *Nhon-nhon*.¹⁷⁷ Conforme Mota (2022a), o encontro aconteceu em 1885, na região do rio Juquiá (atual município Goioxim). Thomaz do Nascimento explorava minérios na região e o jovem cacique, vinha de um *pãri*, no médio rio Piquiri, com destino a Guarapuava. Segundo o explorador, o *pãri* de *Jónjón* estava a montante da *emã* de *Janguió*, (possivelmente *Jógjó*),¹⁷⁸ liderança que conforme o explorador, “habita no baixo Páqueré ou Pequiry” (Nascimento, 1886, p. 268).

Após outras situações narradas por Nascimento (1886) e discutidas por Mota (2022a), Thomaz Nascimento seguiu no caminho para a *emã* de *Jónjón*, guiados por membros de seu

¹⁷⁷ Em Nascimento (1886), o autor explica que o nome do cacique *Nhon-nhon* se traduz por “minhoca”, que em Wiesemann (2011), corresponde a *Jónjón*, como utilizarei a partir deste ponto.

¹⁷⁸ Que conforme Wiesemann (2011) refere-se ao nome em Kaingang do papagaioampeiro.

grupo, após cinco dias de viagem, percorreram quatro léguas (cerca de 26 km),¹⁷⁹ chegando a um toldo dos Kaingang na margem esquerda do rio Piquiri, lugar que Mota (2022a) estima a “possibilidade de ser esse, hoje, o local onde se localiza a balsa que interliga Goioxim com Palmital por estrada de terra.” (Mota, 2022a, p. 76). Ainda segundo o historiador, nesta região do rio Piquiri, há indícios de vestígios de estruturas de *pãri*.

Adiante, a análise retomará os relatos da viagem de Nascimento e o debate proposto por Mota (2022a), por ora, os apontamentos de ambos, indicam que, após terem acompanhado a ocupação dos *Koran-bang-rê*, e outros processos de desterro na então região de Guarapuava, como o apossamento de Atalaia e Sepultura, os Kaingang / Dorin ainda habitavam a região do alto Piquiri, resistindo a pressão da marcha da colonização para o oeste, ou seja, para dentro dos seus territórios, processo que estava em curso desde a primeira metade do século XIX.

A atuação de *Jónjón* e *Jangjó* no final do século XIX, evidencia que neste momento, os então denominados por Nascimento (1886) de “coroados”, estabeleciam relações próximas com autoridades e não indígenas com posição de destaque na sociedade não indígena. Essas alianças deveriam render acesso a mercadorias e bens de consumo, mas também angariar aliados que lhes garantiriam alguma segurança para manterem-se em suas terras, situação que não foi a regra durante a ocupação dos *Nerinhé*.

Para fazer frente ao movimento de expansão das fazendas, os Kaingang / Dorin utilizaram-se de diversas estratégias para assegurarem ao menos parte de seus territórios. Dentre elas, a aproximação em busca de objetos e ferramentas, por diversas vezes no século XIX, foram interpretadas como indicativo de suas intenções em se “aldearem e/ou produzirem” nos moldes do sistema que se impunha, mas, que também poderiam ser utilizadas como armas, empregadas contra os próprios fazendeiros.

Como pode ser conferido no segundo capítulo, dentre as estratégias bélicas dos Kaingang, o modo de operar foi frequente: monitoramento a distância, aproximação pacífica, busca por objetos, ganho de confiança, seguidos de ataques repentinos e enérgicos. O caso da Fazenda Pau de Lenha, discutido por Mota (2023a), apresenta as mesmas formas de ação.

Possivelmente tenha ocorrido o mesmo, quando, “em junho de 1849, os Kaingang tinham atacado moradores na região do Rio Cavernoso, na localidade de Araras, onde fizeram vítimas a família de Francisco Alves Pereira” (Mota, 2023a, p. 2). O local citado corresponde

¹⁷⁹ Neste capítulo, as medidas em léguas foram convertidas em quilômetros, sendo que cada légua equivale a 6,6 km.

as cabeceiras do rio Cavernoso, nas proximidades da localidade de Cerro Verde, atual município de Campina do Simão, que em sua parte sul, é percorrido pelo rio Araras, que após se encontrar com o rio Juquiá, passa a se chamar rio Cavernoso.

O ataque, foi uma resposta potente a instalação das fazendas em suas terras, ação que conforme o historiador, não ocorria de maneira desordenada, mas sim como parte da política indigenista adotada pelo Império, para essa discussão, o autor aponta a influência do trabalho de Carlos de Araújo Moreira Neto nas análises que tratam do tema, e sobre a política indigenista traçada no “Decreto nº 426 de 24/07/1845 – Regimento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios” (Mota, 2023a, p. 2). No entanto, nesta tese, a política indigenista é secundária e não consiste em objeto de análise, o que se pretende, é evidenciar aspectos da política indígena, mais especificamente, da política territorial dos Kaingang.

Embora o estabelecimento das fazendas tenha se dado em meados do século XIX, antes, os *Nerinhé* foram alvo de diversas incursões dos colonizadores, que vislumbravam expandir seus domínios, Mota (2023a) indica algumas destas entradas. A que destacarei, refere-se à expedição organizada por Antônio da Rocha Loures, em 1830, e realizada em 1831, a qual foi noticiada a Câmara Municipal de Castro por Ponciano José de Araujo em 1833, como indica Mota (2023a).¹⁸⁰ Segundo o historiador, Antônio Rocha Loures:

[...] entrou nos *Nerinhé* cruzando o rio Cavernoso, e, depois de cinco léguas (33 km), sua expedição chegou num “monte bastante elevado, que os indígenas denominam Duté Crin, pelo nosso idioma Monte da estrella, pela grande abundância de pedras cristais brancas, amarelas e roxas que alli haviam”. Em seguida, Rocha Loures, com mais seis companheiros e uma índia de guia, chegaram nos *Nerinhé* – Campos das Laranjeiras -, distante três léguas (19,8 km) do Monte da Estrela onde a expedição tinha acampado. (Mota, 2023a, p. 06).

Antes de continuar, cabe destacar que estrela em Kaingang é *Krîg*, com pronúncia muito próxima de *Krî* (monte, montanha), mesma palavra utilizada para cabeça (parte mais alta do corpo). Desta forma, talvez “Duté Crin”, seja a maneira aproximada de pronunciar outra expressão, que não se traduz exatamente como “monte da estrela”. Com base no dicionário de Wiesemann (2011), sugere-se que talvez a expressão utilizada pela Kaingang que guiava o

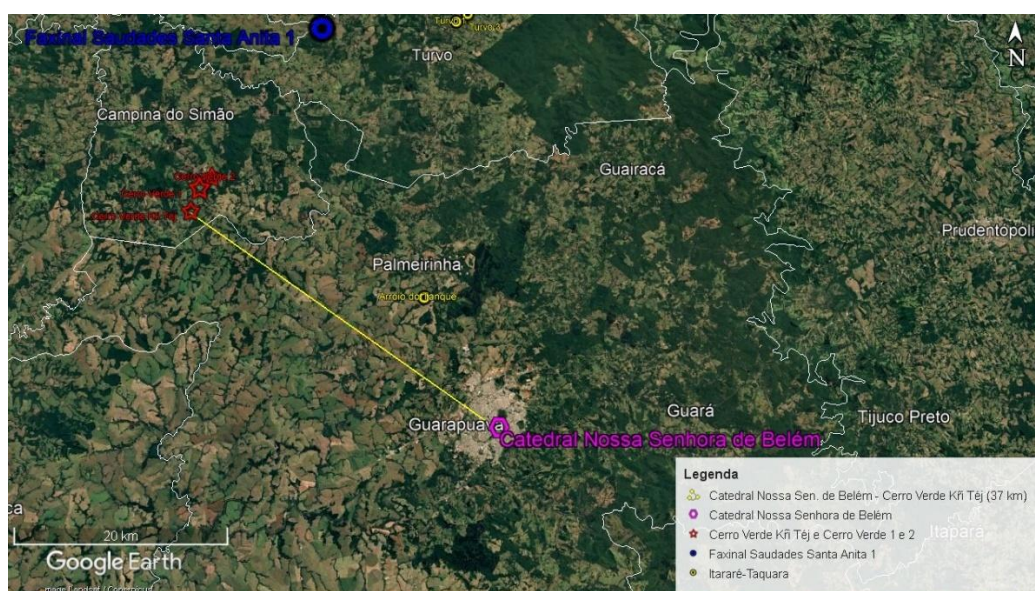
¹⁸⁰ Não houve tempo de checar a documentação indicada por Mota (2023a), que devem acrescentar detalhes ao panorama aqui esboçado, mas considera-se que a citação do historiador seja suficiente para refletir sobre uma parcela da espacialidade da territorialidade *Nerinhé*, mesmo que de forma introdutória.

grupo, seja formada pelas palavras *Jonh kē* (meteoro, estrela cadente) e *Krĩ* (monte), algo próximo de *Jonh kē Krĩ* (monte da estrela cadente).

Seguindo as indicações do historiador, com as ferramentas disponíveis do *Google Earth*, estabeleci uma circunferência com raio de 33,05 km, a partir da Catedral de Nossa Senhora de Belém. O ponto mais próximo do rio Cavernoso alcançado pelo círculo, está a noroeste da catedral de Guarapuava, no atual município de Campina do Simão, na região do Cerro Verde, nas intermediações da comunidade Faxinal das Araras, onde corre o rio Araras, que como já mencionado, é um dos formadores do rio Cavernoso.

No dia 17 de agosto de 2025, desloquei-me até a região do Cerro Verde, a aproximadamente 4 km (linha reta), a frente do círculo estabelecido, ou seja, a 37 km (linha reta) a noroeste da catedral de Guarapuava.¹⁸¹ Na paisagem montanhosa entremeadas por pequenos riachos, destacam-se três montes, que aqui chamarei de Cerro Verde *Krĩ Tēj* (morro alto), (UTM 22J 421980 E / 7212585 S), Cerro Verde 1 (UTM 22J 422692 E / 7214918 S) e Cerro Verde 2 (UTM 22J 423834 E / 7216119 S). Na figura 49, é possível ver a disposição desses morros em relação a Catedral de Nossa senhora de Belém, e sítios arqueológicos mais próximos.

FIGURA 49 - CATEDRAL NOSSA SENHORA DE BELÉM – CERRO VERDE KRĨ TÉJ (MORRO ALTO) E CERRO VERDE 1 E 2



Fonte: Elaboração própria.

¹⁸¹ A visita ao local, não objetivou qualquer prospecção arqueológica, apenas o reconhecimento da paisagem.

Dos três morros, visitei dois, que mais se destacam na paisagem, Cerro Verde 1 e 2. Em ambas as elevações, foi possível chegar até os cumes, que possuem topos relativamente planos, cujas altitudes aproximadamente variam de 1,170 m, no Cerro Verde 1, e 1,190 m, no Cerro Verde 2, sendo que a distância entre eles, é de pouco mais de 1 km. O Cerro Verde *Krĩ Tėj* não foi acessado, mas pelo *Google Earth*, foi possível estimar que este situa-se na faixa de 1.120 m de altitude.

Embora não seja possível cravar que foi em um desses morros que Antônio da Rocha Loures e seus acompanhantes acamparam, algumas características da paisagem, condizem com os relatos da documentação analisada por Mota (2023a). O primeiro diz respeito a sua localização, a noroeste de Guarapuava, o mais próximo da distância de 33 km, estimada pelo pesquisador, é o Cerro Verde *Krĩ Tėj*, a 37 km da catedral de Guarapuava, o que está mais a oeste e próximo do rio Araras,¹⁸² a nordeste deste, estão Cerro Verde 1 e 2.

Por não ter tido acesso ao local, pouco posso escrever sobre o Cerro Verde *Krĩ Tėj*, a não ser que, vindo de Guarapuava, esta é uma das maiores elevações próximas a cabeceiras do rio Cavernoso, local onde estima-se que Rocha Loures e demais membros de sua expedição pernотaram. Talvez, ao chegar nesta região, a Kaingang que os guiava, tenha dito: “*Krĩ nĩno tá jun kĩ ěg tóg, tãmĩ ěvãnh tĩ.*” (Chegando no alto da montanha podemos ver longe.).¹⁸³

Ao subirem até o topo de um dos *Krĩ Tėj*, para passarem a noite, encontraram diversos cristais de colorações variadas. A descrição do local no início da década de 1830, citada por Mota (2023a, p. 6-7), não destoia significativamente do que pude observar no Cerro Verde 1, a não ser pelas torres de telefonia nele instaladas, o gado e a paisagem em grande parte do entorno tomada pelo monocultivo de *Pinus elliotii*.

Durante todo o trajeto, entre a base e o topo do Cerro Verde 1, encontrei vários cristais de quartzo; translúcidos, leitosos, outros que variavam entre o amarelo e o marrom, sendo que em alguns nódulos de quartzo e quartzito, foi possível observar partes com leve tom rosa, mas com predomínio amarelado. Na meia vertente (na parte norte do monte), em um compartimento plano, a paisagem parecia ter sido ocupada, embora sem sinais de construções visíveis, nesta

¹⁸² No *Google Earth*, o rio Araras aparece como rio Cavernoso. Porém, em mapas topográficos e hidrológicos, como o *Defense Mapping Agency Hydrographic/Topographic Center, Washington, D.C. in cooperation with, Brazil. GUARAPUAVA, BRAZIL* (1976), disponibilizado na Universidade do Texas, confirma-se que neste trecho, o rio recebe a denominação Araras, passando a se chamar Cavernoso após confluência com o rio Juquiá, como já mencionado.

¹⁸³ Frase extraída de Wieseemann (2011, p. 51).

área além de uma torre de telefonia, havia algumas palmeiras Jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), e alguns pés de laranjeiras “caipiras”, carregadas de frutos (UTM 22J 422806 E / 7215063 S), talvez, reproduções dispersas das que a expedição de Rocha Loures encontrou na região.

Na área do topo do Cerro Verde 1, há outra torre de telecomunicações, em seu entorno, apesar do terreno estar coberto por gramíneas e pequenos arbustos, foi possível observar e fotografar outros nódulos e fragmentos de quartzo, semelhantes aos já descritos. Mas, o que realmente chama atenção no local, é o campo de visão que a elevação proporciona. A norte/nordeste, se avista o Cerro Verde 2 e outras montanhas com *Pinus elliottii*. A sudeste, se pode ver parte significativa da cidade de Guarapuava e a sudoeste/oeste, comprimidos entre as montanhas, estão os vales dos rios Cavernoso, e rio do Cobre (figura 50).¹⁸⁴

FIGURA 50. PAISAGEM A OESTE DO CERRO VERDE 1.



Fonte: Elaboração própria, agosto de 2025, foto do autor.

Nesta região, concentram-se vários divisores de água; as cabeceiras do Cavernoso que corre a sudoeste em direção ao rio Iguaçu, mais a oeste o rio do Cobre, que segue sentido oeste/noroeste em direção ao rio Piquiri, a norte/nordeste as cabeceiras do próprio Piquiri, e acima do divisor de águas deste, a nordeste, a bacia do rio Marrecas, que por sua vez, desagua no rio Ivaí. A sudeste os afluentes do rio Coutinho, que após se juntar ao rio Jordão, corre em direção ao rio Iguaçu.

¹⁸⁴ Não se dispunha de equipamento que fosse capaz de capturar a magnitude da paisagem circundante do Cerro Verde 1, a maior parte das fotografias não tem qualidade apresentáveis, mesmo assim foram arquivadas.

Depois de estabelecerem acampamento, ao que se indica, na região do Cerro Verde, segundo os apontamentos de Mota (2023a), os expedicionários avançaram em direção aos *Nerinhê*.

Que dali em diante atravessando algumas pequenas restingas na distância de 3 boas legoas chegaram ao dito laranjal, e que supunham ser plantado com ordem de rua e em grande quantidade de laranjeiras doces e azedas, do que trouxeram-nos alguns fructos, e que temendo algum assalto dos Indígenas Selvagens não puderam circunstanciadamente observar todo aquele sitio, que nos consta a tradição ser uma Praça Hespanhola abandonada (ARAÚJO, manuscrito, 09/12/1833, p. 01-02. *Apud* Mota, 2023a, p. 7).

No trecho do documento evidenciado e analisado por Mota (2023a), não fica explícito quão próximo a expedição chegou da área das aldeias, mas o temor pelos possíveis ataques, indica terem se aproximado da área habitada pelos indígenas. Além disso, encontraram o “laranjal”, ao qual provavelmente os *Dorin* se referiram, quando indicaram o local de suas aldeias ao Pe. Chagas em 1826.¹⁸⁵ Além disso, os exploradores identificaram uma estrutura, a qual, atribuíram a uma antiga “Praça Hespanhola” abandonada.

Baseado na distância percorrida pela expedição indicada por Mota (2023a), se estabeleceu um círculo com raio de 19,82 Km no *Google Earth*, a partir do ponto Cerro Verde *Krĩ Téj* (UTM 22J 421980 E / 7212585 S). Na porção oeste da circunferência definiu-se a estimativa do perímetro alcançado pela expedição de Rocha Loures em 1831, sendo o extremo centro-oeste deste espaço (UTM 22 J 402352.00 E / 7210928.00 S), localizado nas proximidades do cemitério municipal de Goioxim (rio pequeno). Desta forma, na figura 51, apresenta-se a estimativa dos limites alcançados pela expedição de 1831.

¹⁸⁵ Como indicou Mota (2022a; 2023a), em 1826, o padre Pe. Chaga anotou que: “Os Dorins em um campo considerável, por nos ainda não conhecido, o que está próximo ao seu Alojamento; denominado pelos índios Nerinhê, isto he, Campo das Laranjeiras por haverem ahi muitas arvores desta qualidade” (Lima, 15/01/1826. *Apud* Mota, 2023a, p. 27).

FIGURA 51.- ESTIMATIVA DO PERÍMETRO PERCORRIDO PELA EXPEDIÇÃO DE ANTÔNIO DA ROCHA LOURES EM 1831.



Fonte: Elaboração própria.

Nesta área, a partir das imagens do *Google Earth*, não foi possível reconhecer qualquer estrutura ou modificação na paisagem que pudesse evidenciar a suposta “Praça Hespanhola”, mencionada na documentação analisada por Mota (2023a). No entanto, a área estimada está em consonância com a análise do historiador, que sugere que as habitações dos Kaingang / Dorin “poderiam estar nas primeiras colinas além do rio Cavernoso, no atual município de Goioxim-PR, e se estenderiam em direção oeste/noroeste, constituindo os territórios Kaingang dos Nerinhé.” (Mota, 2023a, p. 6). A indicação do perímetro proposto espacializa esta possibilidade, podendo contribuir com pesquisas futuras.

Poucos anos antes, em 26 abril de 1826, após realizar a missa do domingo de Páscoa, o padre Chagas acompanhou alguns Kaingang que se deslocavam para a região do rio Piquiri, a informação foi analisada por Mota (2022a). Conforme o historiador, os Kaingang partiram prometendo ao pároco que trariam outros membros do grupo que estavam pescando naquele rio “distantes de *doze a quatorze léguas*, entre 80 a 92 quilômetros” (Mota, 2022a, p. 72). Conforme o autor, nesta região, os Kaingang poderiam armar seus *pãri*.

Com base nas informações discutidas por Mota (2022a;2023a), estimou-se a localização desta área, para qual, o padre Chagas indicou ser o local de destino dos Kaingang / Dorin. Partindo da Catedral de Nossa senhora de Belém, onde possivelmente o foi celebrada a missa de Páscoa, em direção ao rio Piquiri, a noroeste, no mesmo sentido que expedição de Antônio

da Rocha Loures alcançou o monte de Cerro Verde *Krĩ Têj*, tracei uma linha reta de 82 km (equivalente a 12 léguas), distância mínima estimada pelo Pe. Chagas, o traçado chegou até a margem esquerda do rio Piquiri (UTM 22 J 385374 E / 7237455 S).

Ao examinar o trecho do rio Piquiri, entre a área estimada como local de pesca dos Kaingang em 1826 e a foz do rio do Cobre, evidencia-se que, no percurso sinuoso de aproximadamente 98,4 km (29,82 Km em linha reta), pode-se visualizar pelas imagens do *Google Earth*, que neste trajeto, há inúmeras corredeiras, onde possivelmente os Kaingang armaram seus *pãri*. Especificamente, em duas destas corredeiras, existem formações cônicas, que se afunilam no sentido da corrente, embora necessitem ser verificadas em campo, as formações apresentam características semelhantes as estruturas de *pãri*, apresentadas em Mota (2022a).

A formação da estrutura de rochas mais próxima da área estimada, denominada “Possível *pãri* no rio Piquiri 1”, está posicionada na coordenada UTM 22J 388141 E / 7238149 S, (imagem do *Google Earth* de 2018), a segunda, nomeada “Possível *pãri* no rio Piquiri 2”, localiza-se na coordenada UTM 22J 366459 E / 7232849 S, (imagem *Google Earth* 2012 e 2023). A disposição deste contexto, pode ser observada na figura 52.¹⁸⁶

¹⁸⁶ Cerca de dezesseis km abaixo da foz do rio do Cobre, descendo o rio Piquiri, entre os municípios de Laranjal e Nova Laranjeiras, é possível visualizar outra possível estrutura de *pãri*, esta, com sinais mais claros da estrutura. Situada na coordenada UTM 22J 352821 E / 7231246 S (Imagem de 2023 - *Google Earth*).

corôas; pedi a ellas que não mais cortassem os cabellos e nem abrissem mais corôas” (Nascimento, 1886, p. 272).¹⁸⁷

Essas informações, atestam que, mesmo com o avanço da colonização sobre os *Nerinhé*, a região do alto rio Piquiri, continuou a ser utilizada como rota entre as *emã* do médio rio Piquiri e Guarapuava. Era por esse espaço que *Jóngjó* e *Jónjón* e muito outros se deslocavam, como sugere o relatório do presidente de Província João José Pedrosa (Paraná, 16/02/1881), e demonstra o relato de Nascimento (1886) e a análise de Mota (2022a).

Margeando rio abaixo, a cerca de 1,7 km da área estimada como local de pesca (ou 1,4 km em linha reta, a noroeste), na margem direita do rio Piquiri, na porção sudoeste do município de Santa Maria do Oeste, próximo as divisas com os municípios de Palmital e Goioxim, está o sítio arqueológico Rio Piquiri (UTM 22j 384401 E / 7238474 S), alvo de recadastramento realizado pela EPPC (2020a).¹⁸⁸ Neste, foram evidenciados apenas materiais líticos lascados, que não foram associados a qualquer Tradição arqueológica, portanto, descartado da discussão do capítulo anterior. A simples espacialização, sem a cronologia do sítio, não permite a associação de forma direta, contudo, opta-se pela inserção deste sítio na análise proposta, pois, pode ser que este esteja associado as atividades de acampamentos temporários, como o que pernотaram Nascimento e o grupo de *Jónjón* em 30 de junho de 1885, ou a atividades pesqueiras, relacionados as estruturas de *pãri* daquela região, integrando o modo de ocupação Kaingang.

Esta suposição, é reforçada pelos componentes da paisagem do entorno, pois, na margem esquerda do rio, oposta ao sítio Rio Piquiri, onde estava o Toldo visitado por Nascimento, é possível pelas imagens do *Google Earth*, reconhecer centenas de *Palmáceas*, que se estendem por cerca de um quilômetro, desde a margem do rio, a 628 m de altitude, até as áreas de topo, em torno dos 720 m de altitude. Embora as palmeiras estejam distribuídas nos diversos compartimentos topográficos, aparentemente, se concentram nas áreas de topo e nas

¹⁸⁷ Não entrarei no mérito da violência cometida por Nascimento ao pedir que as mulheres deixassem de cortar seus cabelos conforme suas tradições, mas é explícita a posição de poder da qual o explorador se vale, para impor seus valores e senso estético. Dito isto, a citação objetiva a comparação de elementos diacríticos descritos, que serão retomados adiante.

¹⁸⁸ Este sítio foi registrado pelo arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva, durante o “Levantamento Arqueológico da Linha de Transmissão de 525 Kv Salto Santiago, Ivaiporã – Cascavel em abril de 2004”, ao qual está pesquisa não teve acesso. Entretanto, o sítio foi alvo de recadastramento (Processo IPHAN nº 01508.000827/2016-41), executado entre 2018 e 2020, pela Estudos e Projetos em Patrimônio Cultural Ltda (EPPC), sob a coordenação do arqueólogo Antônio C. M. Cavalheiro. Portanto, as informações sobre este sítio, provêm de EPPC (2020a).

encostas, próximas a margem do rio. Em algumas destas concentrações, nota-se visível alinhamento entre as árvores, que talvez, possam indicar o manejo antrópico da espécie.

Nos relatos históricos e etnografias é muito comum encontrar referências do uso das palmeiras entre os Kaingang, especialmente a do gênero, como o Jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), que ainda são encontrados nos quintais e áreas de roça de toco, dos Kaingang do Paraná, como menciona Oliveira (2025). Além dos frutos e castanhas, consumidos de diversas formas,¹⁸⁹ da árvore também se extrai o *Kajag* (miolo do pé da palmeira), que após processado, é muito apreciado, tal como seu palmito. Derrubada, seu troco serve de incubadora para as larvas do *Tãnh ga tóg* (coró de palmeira),¹⁹⁰ uma iguaria lembrada pelos Kaingang quando se referem a sua alimentação tradicional. Além desses usos, a árvore fornecia matéria-prima para construção de ranchos, seu tronco se aproveitava nas paredes e estrutura, enquanto as folhas serviam de cobertura das habitações.

Na arqueologia, também se evidencia a relevância do gênero na economia dessas populações, como sugere a presença de instrumentos líticos utilizados como “quebra-coquinhos” nas áreas dos sítios, que segundo Brochado (1984), pode indicar que a distribuição das palmeiras pode ter sido manejada pela atividade humana. Desta forma, a presença destas árvores, pode ser considerada evidência do manejo florestal realizado ao longo da ocupação Kaingang, nesta região, contribuindo para o entendimento dos padrões de assentamento, ou como sugere Góes (2018), sobre sua morfologia territorial. Além disso, esses remanescentes possivelmente integravam, uma distribuição muito maior do gênero, sugerindo associação com a origem do nome do município da margem direita do rio, denominado Palmital.

Outro aspecto que chama atenção na paisagem, é a grande quantidade de açudes, tanto na alta, média e baixa vertente, a maioria com cerca de vinte dois, ou vinte quatro metros de diâmetro. Embora estas pareçam estar relacionadas ao abastecimento de água para o gado,

¹⁸⁹ Além do consumo *in natura* da polpa e da castanha, é possível que os Kaingang processassem esses alimentos, extraindo óleo das castanhas e outros derivados. Quando trabalhei nas terras Guarani Nhandewa do nordeste do Paraná, Dona Lurdes Lourenço (*in memoriam*), filha do Kaingang Pedro Coroadó e de Joaquina Lourenço, Guarani Nhandewa, por diversas vezes me contou, que quando criança, na primeira metade do século XX, acompanhou seu pai que atuava junto ao SPI no contato com os Kaingang do rio Laranjinha, na bacia do rio Das Cinzas. Segundo sua memória, uma Kaingang mais velha, chamada “*Raifi*”, socava a polpa de jerivá no pilão, e depois passava na peneira misturando com água, que após fermentado virava uma bebida muito agradável.

¹⁹⁰ A grafia encontrada em Wiesemann (2011), corresponde a junção das palavras *Tãnh* (palmeira ou coqueiro), *ga* (coró) e *tóg* (seca), que especifica a larva extraída do tronco de palmeiras secas, o diferenciando do *feñju* ou *fãg tóg ga* (coró do pinheiro), ou do *vuga* (coró da taquara) como explicou-me Fátima Lucas da TI Faxinal (comunicação pessoal – outubro de 2025). Neuza Luiz, Kaingang de Marrecas, atualmente residente em Guarapuava (comunicação pessoal – outubro de 2025), acrescenta que de maneira genérica, se usa o termo *Grón* *grón*, para se referirem aos corós comestíveis, extraídos de troncos de árvores.

indicam a existência abundante de nascentes nessa região, sendo possível identificar cursos que foram interrompidos pelo represamento. A disponibilidade de recursos hídricos alternativos ao rio principal, também pode ser considerado fator relevante para escolha dos locais onde os Kaingang assentavam suas *emã*, fornecendo água menos suscetíveis a exposição a impurezas, ocasionadas pelo transporte de sedimentos dos rios principais.

O relato de Nascimento (1886), a documentação analisada por Mota (2022a; 2023a), a composição da paisagem transformada pelos Kaingang, acrescida da localização das possíveis estruturas de *pãri*, espacializados na figura 52, demonstram mais do que isso, indicam a permanência dos Kaingang nesta área entre 1885 e 1826, ou seja, por mais de meio século.

As estruturas apontadas, estão em conformidade com os indícios dos vestígios de paredes de rochas também identificadas por Mota (2022a, p. 76), mas não constam nos levantamentos arqueológicos realizados na região. Para o autor, a não identificação dos *pãri* pelos arqueólogos, envolve uma série de possibilidades: “[...] desde as dificuldades inerentes ao registro arqueológico em si como a não preservação das estruturas em razão do regime de cheias dos rios que desarranjam e tornam as estruturas “[...] invisíveis” [...] não percepção dos arqueólogos em campo para esse tipo de estrutura.” (Mota, 2022a, p. 72). Entretanto, o historiador adverte que a não identificação de tais estruturas, possa estar relacionada a uma questão de método, pois, a falta de uma análise que integre dados etnográficos, históricos e geográficos, prejudica o entendimento do contexto arqueológico.

A espacialização apresentada na figura 52, solidifica a precisão de Mota (2022a), ao apontar a área em que os Kaingang/ Dorin indicaram seus locais de pesca ao padre Chagas entre o fim do verão e início do outono de em 1826. Período que, como destacou o autor, corresponde ao término “[...] da piracema, da desova e reprodução, e os peixes começavam a descida dos rios e riachos onde eram facilmente capturados em suas armadilhas. Era uma época de fartura de proteína animal disponível no rio Piquiri e afluentes.” (Mota, 2022a, p. 73).

Os resquícios das estruturas de *pãri* e as informações históricas evidenciam o potencial pesqueiro desta região, que, seguramente foi um dos atributos considerados pelos Kaingang ao ocuparem o local. Entretanto, não há razões para determinar que este tenha sido o único elemento para a escolha do local, que reúne outras características ecológicas favoráveis ao estabelecimento de assentamentos Kaingang.

Conforme Parolin *et al* (2010), a composição ambiental do alto rio Piquiri, é formada por áreas de campos, Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucárias), que estão entre as

áreas de transição com Floresta Estacional Semidecidual do médio Piquiri, das áreas de campos entremeadas por matas com araucárias na região de Guarapuava e bacia do alto rio Ivaí. Ou seja, uma região de ecótono, que reúne características de diferentes ecossistemas por ele conectados.

Tal composição, está em acordo com a morfologia territorial dos povos de língua Jê, que conforme Góes (2018), em uma perspectiva de conjunto, manifestam uma ocupação preferencial pelas regiões de interflúvios. Segundo o autor, é “[...] explicita a preferência em termos ecológicos e geográficos, destes povos pelos planaltos, regiões altas, de cabeceiras de rios, onde imperam os campos (cerrados e campos do Sul) e as florestas de galerias” (Góes, 2018, p. 54). Tal preferência, já haviam sido apontadas por diversos autores, como Mota (2000a), mais recentemente, Góes *et al* (2025), discutiram essa preferência entre os povos Jê.

Também com uma análise ampla, Brochado (1984) indica a ocorrência frequente de sítios arqueológicos relacionados aos povos de língua Jê em áreas de ecótono, segundo o arqueólogo:

Tudo parece indicar que esses grupos preferiam cultivar nas zonas de ecótono entre a floresta tropical e áreas mais abertas, como a mata espinhosa ou caatinga do Nordeste do Brasil, a savana arborizada ou cerrado e a vegetação de restinga na porção centro-oriental, e ainda no ecótono entre a floresta subtropical e os campos ou campinas com manchas de pinheiros na porção meridional dos planaltos. Entretanto, a agricultura deve ter sido menos intensiva do que nas culturas da Floresta Tropical e, do mesmo modo, outras atividades de obtenção de alimentos também devem ter sido muito importantes. A coleta de frutos de palmeiras ainda é atestada quase em toda parte pelos quebra-coquinhos de pedra polidos ou com depressões. (Brochado, 1984, p. 210. Trad. nossa).¹⁹¹

Desta forma, além das informações que qualificam o espaço como área específica de pesca, a região do alto rio Piquiri reúne características ambientais favoráveis as atividades de roças, caça e coleta desenvolvida pelos Kaingang, proporcionando condições adequadas para o assentamento de suas *emã*.

¹⁹¹ Original: “Everything seems to indicate that these groups preferred to farm in the ecotone between the tropical forest and the more open country, such as the thorny scrub forest or caatinga of Northeastern Brazil, the tree savanna or cerrado and the restinga vegetation in the East-Central section, and on the ecotone between the subtropical forest and the grasslands or campo with clumps of pine in the southern section of the uplands. Nevertheless, agriculture must have been less intensive than in the Tropical Forest cultures and, likewise, other food-gathering activities also must have been very important. The collection of palm-nuts is still attested almost everywhere by the polished or pitted stone nut-breakers”. (Brochado, 1984, p. 210 – grifos do autor).

Além destes atributos, a região foi indicada como “Campo das Aldeias” no “Mappa do Campo de Guarapuava, com divizão dos terrenos aplicados a Freguesia de Belem, Aldea da Atalaya e Povoadores Portuguezes”, elaborado pelo Pe. Chagas Lima em 1821. Neste mapa, é possível observar que, entre a margem direita do alto Cavernoso e o rio Dorim, em meio a outros corpos hídricos, está marcado o “Campo daz Aldeaz”, indicando este, ser o local das habitações dos Kaingang (figura 53):

FIGURA 53. MAPPA DO CAMPO DE GUARAPUAVA COM A DIVIZÃO DOS TERRENOS APPLICADOS Á FREGUESIA DO BELEM, ALDÊA DA ATALAYA E POVOADORES PORTUGUEZES, PELO P. FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA EM 1821.



Fonte: Lima (1943b, p. 206) *Apud* Mota (2023a, p. 6).

É significativo que o espaço das aldeias tenha sido denominado como “campos”, sugerindo a caracterização do ecossistema em que estavam instaladas as aldeias dos Kaingang. A informação é qualificada pelo destaque que Chagas Lima atribui aos “Campos de criar animais”, ocupados pelos fazendeiros. Destes, os mais próximos do alto rio Cavernoso (*Xarôro*), ou *Sãgroro*, como acrescentou Mota (2023a), são os de n.º 11 de João Frr^a Pinto, possivelmente entre o rio Araras e rio do Poço, formadores do rio Cavernoso, e o de n.º 14, de João Mendes do Araujo, na margem direita do alto Cavernoso, indicando que os campos

sudoeste e oeste ainda estavam desocupados pelos estancieiros, o que pode ter motivado a cobiça dos fazendeiros sobre os *Nerinhé*.

É provável que o mapa desenhado pelo Pe. Chagas tenha sido delineado com base em um mapa anterior, elaborado em 1815 pelo engenheiro militar marechal Daniel Pedro Müller, neste, como indica Mota (2023a), os *Nerinhé* foram marcados na região das cabeceiras dos rios Cavernoso e rio Dorin (rio do Cobre), como pode ser observado na figura 54.

FIGURA 54. RECORTE DO “MAPPA DO CAMPO DE GUARAPUAVA E TERRITÓRIOS COR” [...], DESENHADO PELO MARECHAL DANIEL PEDRO MÜLLER (1815)



Fonte: Müller (1815) – Adaptado.

No encalço de definir esta territorialidade, Mota (2023a) também se ampara nas informações do mapa de Müller (1815), que em conjunto com aspectos históricos da ocupação Kaingang, o levam a sustentar que os *Nerinhé* consistem em um território amplo, que se estende a partir de toda margem direita do rio Cavernoso e se expande para o oeste, pela bacia do rio Piquiri. Para o autor, este território englobava outras localidades nomeadas pelos Kaingang, como os *Min-krin-ia-rê* (campo da cabeça da onça no caminho).

Entretanto, a ilustração de Müller (1815), é específica, os *Nerinhé* habitados pelos Kaingang / Dorin, situam-se entre as cabeceiras da margem esquerda do rio Piquiri, e o rio Dorin, e provavelmente se estendem para oeste até o rio Paraná, como indica Mota (2023). Na região do alto rio Cavernoso, assim como no mapa do padre Chagas de 1821, Müller assinala o

“Campo das Aldeias ou Crocró”, possivelmente uma variação de palavra Kaingang, que não foi possível desvendar nesta tese, mas que reforça que nesta região estavam localizadas as habitações permanentes dos Kaingang. Já ao sul da Serra de São João, a oeste da margem direita do rio Cavernoso, próximo a região do rio Xagu, onde Müller indica a ocupação pelos *Votoroens*, espaço que corresponde a região conhecida como os *Min-krin-ia-rê*, evidenciando maior complexificação territorial dos grupos Kaingang contatados nos primeiros anos da conquista de Guarapuava.¹⁹²

As anotações do mapa de Müller (1815), sugere que na parte do alto rio Piquiri, os *Nerinhé* não ultrapassam os divisores de águas da margem esquerda do rio Piquiri, podendo em alguma medida se estender até as cabeceiras do rio Cavernoso. Portanto, nesta tese, apenas uma fração desta territorialidade será alvo de análise, a área do alto rio Piquiri, um espaço de fronteiras, a nordeste e leste com os *Koran-bang-rê*, e ao sul com os *Min-krin-ia-rê*.

Embora o contexto histórico do século XIX, mencione a presença contínua dos Kaingang nessa espacialidade, que consiste em uma parcela dos *Nerinhé*, não foram encontrados registros de sítios arqueológicos atribuídos a Tradição Itararé-Taquara nesta região do alto Piquiri. Contudo, as pesquisas arqueológicas realizadas neste espaço, evidenciaram sítios acerâmicos que podem estar relacionados a ocupação Kaingang.

No município de Marquinho, as margens do rio do Cobre, foram encontrados, seis sítios arqueológicos denominados Rio do Cobre 1, 2, 3, 4, 5 e 6, estes, foram identificados durante o Componente Arqueológico do Licenciamento Ambiental da PCH Cobre Km 19, executado pela Espaço Arqueologia entre os anos de 2016 e 2023.¹⁹³ Todos exclusivamente compostos por líticos, que não foram atribuídos a quaisquer tradições arqueológicas. Na discussão dos dados da pesquisa, sintetizados em Espaço Arqueologia (2023e), foi concluído que “não é possível

¹⁹² A territorialidade estimada como os *Min-krin-ia-rê* será tratada na sequência da discussão sobre os *Nerinhé*.

¹⁹³ O Programa de Prospecções Arqueológicas Intensivas e Educação Patrimonial nas Áreas de Implantação da PCH Cobre Km 19, executado pela Espaço Arqueologia, sob a coordenação do arqueólogo Valdir Luiz Schwebgber teve início em 2016, registrada no Processo IPHAN nº 01508.000424/2016-00. Em 2017, a Espaço Arqueologia protocolou o Programa de Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial, registrado no mesmo processo, mas sob coordenação do arqueólogo Raul Viana Novasco. Publicada a autorização de pesquisa, a nova etapa foi registrada no Processo IPHAN nº 01508.000642/2017-17, sendo o resgate e monitoramento efetivamente iniciado em 2021, executado até dezembro de 2023. Todos os relatórios destes processos disponíveis no SEI-IPHAN foram analisados, mas, por não indicarem sítios relacionados a Tradição Itararé-Taquara não foram incluídos na discussão do capítulo anterior desta tese. Entretanto, para apresentação dos sítios, foi pontualmente retomado apenas o último relatório, Espaço Arqueologia (2023e), que sintetiza o resultado das pesquisas arqueológicas a eles relacionados.

atribuir o uso desse espaço a um determinado grupo ou modelo econômico” (Espaço Arqueologia, 2023e, p. 246).

Em 2004, também no município de Marquinho, na localidade de Jutí, região entre o rio do Cobre e o rio Piquiri, o arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva registrou o sítio João Conjocs.¹⁹⁴ Conforme análise dos relatórios da pesquisa realizadas pela EPPC (2020a), em ocasião do recadastramento, a escavação do sítio evidenciou apenas materiais líticos, considerados escassos pela equipe de resgate, não sendo identificados “sedimentos antrópicos em profundidade” (EPPC, 2020a, p. 10).

Durante as atividades do recadastramento *in loco*, a EPPC (2020a), constatou a presença de outros materiais líticos próximos ao ponto em que o sítio foi registrado, entretanto, avaliou que o relevo inclinado da área não favorece o estabelecimento de assentamentos. Essa informação sugere que o sítio João Conjocs, registra atividade específica, fora da área de habitação do grupo que o produziu, compondo um sistema maior.

Embora o espaço específico do sítio tenha sido avaliado como inadequado para o estabelecimento de habitações pela EPPC (2020a), seu entorno oferece condições para tal, como áreas de topo e meia encosta com terrenos planos, com disponibilidade de água em diversas nascentes e córregos, que podem ser visualizados a partir de imagens de satélite disponibilizadas no *Google Earth*.

O sítio está a aproximadamente 6 km da margem esquerda do rio Piquiri, e a 10 km de distância da estrutura “Possível *pãri* rio Piquiri 2” (UTM 22J 366459 E/ 7232849), já apresentado na figura 52.¹⁹⁵ É possível que este sítio esteja relacionado a ocupação pelos Kaingang, entretanto, a simples relação espacial não é suficiente para estabelecer a relação entre eles.

Além dos sítios exclusivamente compostos por materiais líticos, ao norte, próximo à divisa com o município de Pitanga, na região noroeste do município de Santa Maria do Oeste,

¹⁹⁴ Assim como o sítio Rio Piquiri, já abordado neste capítulo, o sítio João Conjocs, foi registrado pelo arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva, durante o Levantamento Arqueológico da Linha de Transmissão de 525KV Salto Santiago, Ivaiporã – Cascavel Oeste em abril de 2004. Este processo, não foi encontrado no SEI-IPHAN, sendo os dados destes sítios obtidos a partir do “Recadastramento de 69 sítios arqueológicos (CNSA/CNA/IPHAN) - Oeste do Estado do Paraná. Municípios de Guarapuava, Turvo, Santa Maria D’Oeste, Laranjal, Marquinho, Campina da Lagoa, Campo Bonito, Ubiratã, Anahy, Corbélia, Nova Aurora, Terra Roxa, Francisco Alves, Iporã, Altônia, Formosa do Oeste.” (Processo IPHAN nº 01508.000827/2016-41), executado entre 2018 e 2020, pela Estudos e Projetos em Patrimônio Cultural Ltda (EPPC), sob a coordenação do arqueólogo Antônio C. M. Cavalheiro.

¹⁹⁵ Imagem *Google Earth* 2012 e 2023.

a aproximadamente um quilômetro da margem esquerda do rio Cantu, afluente da margem direita do rio Piquiri, “UTM 22J 397299, 7258947” (EPPC, 2020b, f. 10), localiza-se o sítio Santa Rita, que conforme EPPC (2020b), também foi registrado pelo arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva, durante o Levantamento Arqueológico da Linha de Transmissão de 525KV Salto Santiago, Ivaiporã – Cascavel Oeste.

No relatório de recadastramento da EPPC (2020b), consta que, o sítio Santa Rita foi descrito como “ocorrência de material lítico lascado associado com estrutura de montículo em área estimada de 40 metros de diâmetro” (EPPC, 2020b, f. 9). Na escavação do montículo, foram evidenciados apenas materiais líticos (lascas e núcleos de arenito silicificado), que com uma mão-de-pilão doada pelo proprietário do terreno, compõem a coleção do sítio.

Conforme relatório EPPC (2020b), atualmente a área é utilizada como pastagem, com alguns capões de mata secundária, afloramentos de lajes e blocos rochosos. O sítio está situado em alta vertente, com declividade suave, a aproximadamente 885 m de altitude. Na prospecção de superfície, sondagens e raspagens realizadas pela equipe do recadastramento do sítio, não foram evidenciadas estruturas ou materiais arqueológicos, nem mesmo alguma “nuance em superfície que revelasse o pequeno aterro alongado descrito sobre o sítio na Ficha do CNSA/IPHAN.” (EPPC, 2020b, f. 11).

Em EPPC (2020b) não é mencionado a classificação do sítio entre as tradições arqueológicas conhecidas na região Sul, em contraste, na ficha do CNSA/IPHAN, encontrada nos arquivos referentes ao recadastramento (Processo IPHAN nº 01508.000827/2016-41), disponíveis no SEI-IPHAN, o sítio Santa Rita foi relacionado a grupos de caçadores-coletores da Tradição Humaitá. Como a equipe da EPPC (2020b), não evidenciou qualquer material arqueológico durante o recadastramento do sítio, mantiveram os dados do registro original, portanto, entende-se que esta atribuição foi definida por Osvaldo Paulino da Silva, quando registrou o sítio.

Ao discutir os resultados preliminares do levantamento que sucedeu na identificação do sítio Santa Rita, Silva (2006), não detalha a especificidade do sítio, priorizando a discussão do método de prospecção adotado durante a pesquisa na Linha de Transmissão.¹⁹⁶ A

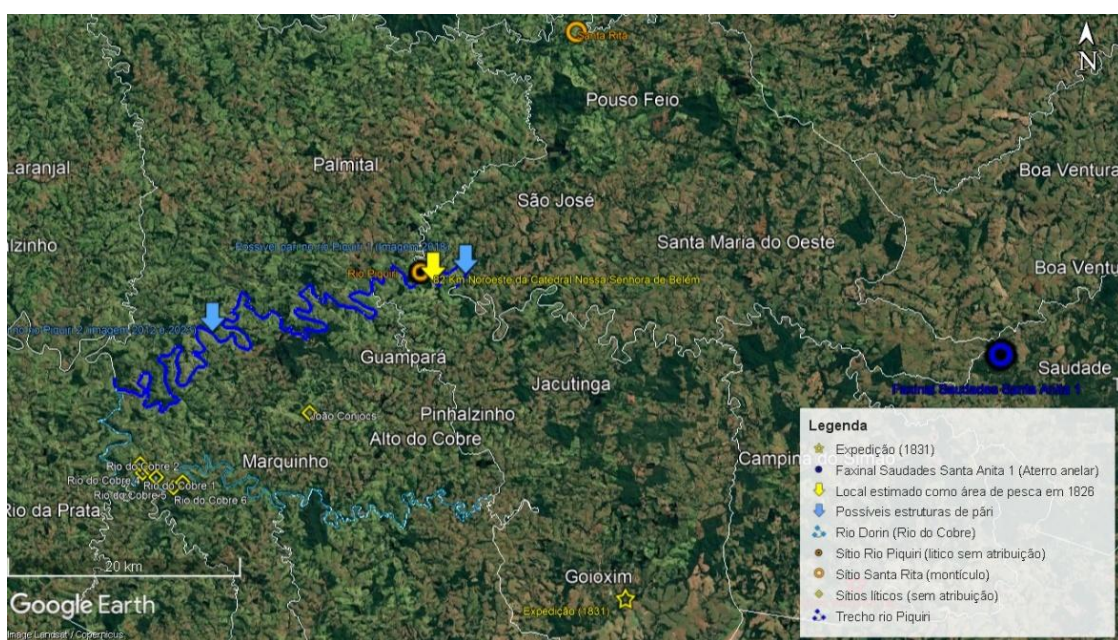
¹⁹⁶ Conforme Silva (2006), em todo o trajeto da LT foram identificados 17 sítios, “1 sítio cerâmico, 1 conjunto de casas subterrâneas, 3 sítios líticos associados a montículos, e 12 sítios líticos de superfície” (Silva, 2006, p. 175). A comunicação foi realizada durante o “Seminário de Arqueologia e Etnohistória – As Terras Altas do Sul do Brasil – Xokleng 2860 a.C.,” realizado em 2004, transcrita e publicada em 2006 no formato de livro, organizado por De Masi (2006).

indisponibilidade dos relatórios de salvamento do sítio no SEI-IPHAN limitam as discussões sobre este. Mesmo assim, a atribuição a Tradição Humaitá, pode ser problematizada, pois, no interior do Estado do Paraná, os sítios com montículos estão relacionados a Tradição Itararé-Taquara e não a Tradição Humaitá. Além disso, a mão-de-pilão encontrada próxima ao sítio e doada para a equipe que o escavou, indica o processamento de alimentos, que em geral, estão relacionados a grupos agricultores e ceramistas, que na região está predominantemente relacionada aos Kaingang.

Tal contexto, remete a discussão realizada por De Masi (2005), que argumentou que muitos sítios agrupados na Tradição Humaitá podem ter sido equivocadamente atribuídos a grupos de caçadores-coletores, pois, muitas vezes, estes sítios registram atividades específicas que integram um sistema de ocupação Jê no Sul. Esta possibilidade também é levantada por Parellada (2013b).

Destarte, considerando a ocupação Kaingang na região do alto Piquiri durante o século XIX, a presença da estrutura monticular e a mão-de-pilão polida encontrada próxima a área pesquisada, opta-se por incluir o sítio Santa Rita ao conjunto de sítios Itararé-Taquara abordados nesta tese. A disposição deste e dos sítios líticos sem atribuição no contexto discutido acima pode ser observado na figura 55.

FIGURA 55. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO ALTO RIO PIQUIRI.



Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado na parte superior da figura, o sítio Santa Rita, está ao norte, sendo os sítios arqueológicos mais próximos (em linha reta), o Rio Piquiri, a pouco mais de 24 km, e o sítio Faxinal Saudades de Santa Anita, a aproximadamente 45 km. Possivelmente, o sítio Santa Rita deve estar associado a outros sítios da Tradição Itararé-Taquara, fora do recorte desta pesquisa. Hipoteticamente, este sítio compõe uma outra territorialidade, fronteira aos *Nerinhé*, pois como indicou Mota (2022a), na região mais alta do rio *Itatu* (atual rio Cantu), no século XIX estavam os *Tac-Taias*, grupo de língua Jê, que nesta tese, são considerados como integrantes da macrounidade étnica Kaingang.

A inclusão dos sítios acerâmicos na discussão, é uma digressão metodológica, empregada para exemplificar como a análise integrada dos dados de diferentes disciplinas contribui com a interpretação do contexto de ocupação desta parte dos *Nerinhé*, no alto rio Piquiri. O exercício é proposto justamente por nesta região não haver registros de sítios arqueológicos atribuídos a Tradição Itararé-Taquara, em franco contraste com as informações históricas, que indicam a presença dos Kaingang nesta região ao longo do século XIX.

A ausência de sítios cerâmicos registrados nesta parcela dos *Nerinhé*, atesta unicamente que, até o momento, estes não foram detectados pelas pesquisas arqueológicas realizadas na região, e não que ela não foi ocupada por grupos ceramistas. Por outro lado, os sítios líticos ou com a presença de montículo, podem compor um sistema maior dessas populações, ainda não identificado arqueologicamente.

Reconhece-se as dificuldades e os limites em relacionar sítios líticos considerados “descontextualizados” a grupos tradicionalmente ceramistas, entretanto, ao conectar os dados históricos referentes a ocupação Kaingang e o contexto da arqueologia regional, é plausível sugerir que a região do alto rio Piquiri contenha sítios Itararé-Taquara, tal como na região da bacia do rio Marrecas, apresentado no tópico anterior.

Esta possibilidade é reforçada pelo contexto histórico e arqueológico do médio rio Piquiri. Parellada (2013b), caracterizou aspectos interdisciplinares das ocupações ao longo do vale rio Piquiri. Em sua síntese das pesquisas arqueológicas realizadas nesta região, a arqueóloga indica cinquenta e seis sítios arqueológicos registrados entre o médio e baixo Piquiri.

Embora fora do recorte desta tese, se especializados, os sítios relacionados a grupos ceramistas listados pela autora, indicariam que na região do baixo rio Piquiri, predominam os

sítios relacionados aos Guarani, ao passo que, na região do médio Piquiri, prevalecem os sítios associados a Tradição Itararé-Taquara, os quais correlaciono aos Kaingang.

Ao abordar esse mesmo espaço, voltado especificamente para ocupação dos Kaingang, Mota (2022a) relaciona os dados de diferentes disciplinas para debater a ocupação Kaingang no vale do rio Piquiri, desde suas nascentes até seu desague no rio Paraná, “nas soleiras da Sete Quedas.” (Mota, 2022a, p.69).¹⁹⁷ Entre os sítios discutidos pelo autor, destaca-se os de caráter monumentais, compostos por galerias subterrâneas, aterros de sepultamentos, casas subterrâneas, pesquisados por Chmyz e Sauner (1971), no médio rio Piquiri, a noroeste do limite espacial desta tese.

Em Chmyz (1981), são apresentadas três datações para um conjunto de sítios escavados por Chmyz e Sauner (1971). Segundo o autor, foram obtidas as seguintes datas: “A.D. 1.105 ± 100 (SI-2193), A.D. 1.215 ± 95 (SI-2194) e A.D. 1.480 ± 95 (SI-2192). Em um deles há indícios de contato com estabelecimento espanhol do século XVI.” (Chmyz, 1981, p. 91). Parellada (2005, p. 42), em sua tabela 9, deixa claro que, todas as datas referem-se a estruturas distintas de um só sítio, o (PR-UB-4), também denominado Carajá 1, para o qual, a arqueóloga converte as datações em anos AP. Conforme dados da autora, o aterro com cremação com data mais recuada refere-se a amostra SI 2193, que resultando em datação de 855±95 AP. A amostra SI 2194 é proveniente de uma casa subterrânea, cuja datação alcançou 735 ± 80 AP. Outro aterro também com indícios de cremação forneceu datação mais recente, a amostra SI 2192, estabelecida em 470 ± 95 AP. Essas datações também estão em Perin *et al* (2019), e a data oriunda da amostra SI-2193, em Mota (2022a).

As datações obtidas por Chmyz e Sauner (1971), oriundas de estruturas distintas do sítio Carajá 1 (PR-UB-04), apontam para uma ocupação ao longo de quase quatro séculos, entre 855±95 AP (SI-2194) e (SI-2192), estabelecida em 470 ± 95 AP, podendo ser ainda maior, se consideradas evidências de contato estimadas pelo arqueólogo ao século XVI, que indicam a permanência dessas populações no local mesmo após o contato com espanhóis.

Mesmo que em algum momento a permanência dos Kaingang tenha sido interrompida ao longo do século XVI ao XIX, é justamente nas intermediações dos sítios pesquisados por

¹⁹⁷ Na região do baixo rio Piquiri, o autor apresenta dados e imagens da estrutura de *pãri* relacionada a *emã* do cacique *Joré*, visitada pelos irmãos Telêmaco e Nestor Borba em janeiro de 1876.

Chmyz e Sauner (1971) e outros sítios Itararé-Taquara encontrados nesta região,¹⁹⁸ que a expedição de Thomaz Nascimento chegou a *emã* de *Jónjón*. Antes disso, Nascimento (1886) relata ter atravessado o rio Cantu e permanecido do dia 10 a 12 de julho de 1885 na Campina do Victorino,¹⁹⁹ descrita pelo líder da expedição como um “lugar bonito e de bons faxinaes, os quaes são bem apropriados para a criação de gados” (Nascimento, 1886, p. 272). Essas informações sugerem a proximidade entre a *emã* de *Jónjón* e os sítios arqueológicos relacionados a Tradição Itararé-Taquara nesta região.

Conforme o autor, o “toldo” de *Jónjón* estava próximo ao do seu pai, chamado Raphael, do capitão Manoel e de Cadete. Os quais, se reuniram com Nascimento e mais dois caciques, o Capitão Major Coronel, que morava do lado sul do rio Piquiri e *Janguió*, que tinha sua morada a jusante do rio Piquiri.

Na reunião com os seis caciques e outras lideranças, Nascimento propôs que se mudassem para as margens do Ivaí, perto da freguesia de Therezinha, prometendo que lá, lhes daria terra, ferramentas, engenhos e tudo o que precisassem. Porém, após poucos minutos de conversa entre eles, “Janguió falou por todos, dizendo-me que elles **não querem sahir donde estão acostumados e onde têm seus cemitérios** (mostrando por está forma elles serem mais religiosos que nós), além do que, dizem elles, aquelas terras são melhores que as do Ivahy;” (Nascimento, 1886, p. 273. Grifo nosso).²⁰⁰ Neste trecho, se subentende, é que *Jónjón* não é um cacique principal, mas subordinado a Raphael, seu pai, pois, Nascimento (1886) deixa claro, que os “chefes”, são os seis nomeados.

Destaca-se que, mais uma vez, como fizera em 1880, quando lamentou a Norberto Cordeiro ter deixado as terras das sepulturas de seus parentes, por conta da pressão que Viri impunha ao seu povo, como consta no Relatório do presidente de Província João José Pedrosa, Paraná (16/02/1881, p. 79). *Jógjó* (*Janguió*, ou *Jángjó*), reafirma que sua territorialidade está fortemente associada aos locais em que estão as sepulturas de seus antepassados, ou seja, seus cemitérios.

¹⁹⁸ Em Parellada (2013b) é listado vários sítios relacionados a Tradição Itararé-Taquara, nos municípios de Nova Aurora, Ubatã, Campina da Lagoa e Braganey e outros da região do médio rio Piquiri.

¹⁹⁹ Conforme Mota (2023a), a Campina do Victorino se localizava nas terras em que atualmente correspondem ao município de Campina da Lagoa.

²⁰⁰ Também foi argumentado pelos Kaingang, que se deixassem suas terras, os seus inimigos Guarani tomariam conta do espaço, o que não admitiriam.

As informações sobre os cemitérios dos grupos de *Jógió* e outros a ele relacionados, sugerem uma continuidade territorial com os sítios cemitérios escavados por Chmyz e Sauner (1971), especialmente com o sítio Carajá 1 (PR-UB-4), no médio Piquiri, cuja data mais recente remete a 470 ± 95 AP (SI-2192), por volta do século XVI e recua até 855 ± 95 AP (SI 2193), ambas oriundas de sepultamentos em montículos com evidências de cremação, como dentre outros, referenciam Chmyz e Sauner (1971), Chmyz (1981), Parellada (2005; 2013b), Souza e Merencio (2013), Perin *et alli* (2019), Mota (2022a).

Este período entre o século XIX e XVI, certamente não foi monótono, pois como já discutido no segundo capítulo, em meados do XIX, *Jógió* e seu grupo tiveram que deixar o rio Piquiri, fugindo dos ataques de Viri, exemplificando a complexa dinâmica de organização político-territorial em que estavam imersos junto com diversos outros grupos, que nesta tese, são compreendidos como integrantes da macrounidade étnica Kaingang. Ademais, antes da consolidação conquista, é possível que parte destes grupos tenham tido contatos diretos ou indiretos com as expedições comandadas por Afonso Botelho no século XVIII, com os jesuítas, povos Guarani, espanhóis e bandeirantes nos séculos XVII e XVI.

Como já advertido, não se pretende, e nem seria possível nesta tese, esmiuçar a discussão sobre todos os aspectos, processos e temporalidades que envolvem os grupos Kaingang do espaço abordado ao longo de mais de três séculos de contato. Entretanto, para os objetivos desta pesquisa, deve-se retroceder no tempo e extrapolar o espaço. Para isso, recorro a algumas considerações dos jesuítas sobre os Ybirayara, Campeiros, Cabeludos, Coroados, Chiquis, Gualachos e Guañanas, grupos que conforme os relatos dos padres, no século XVII, tinham língua diferente aos Guarani, os quais, possivelmente lhes atribuíram algumas dessas alcunhas, registradas pelos jesuítas, como escreve Francisco (2006).

Os documentos consultados sobre estes, restringe-se as cópias da *Coleção De Angelis*, em MCA I (1951), organizados por Jaime Cortesão, disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional. Objetiva-se uma amostragem, não para debater o processo colonial em si, mas para apresentar aspectos socioculturais registrados entre os Gualachos, que podem indicar permanências, verificadas no registro arqueológico Itararé-Taquara, ou continuidades, historicamente observadas entre os Kaingang e Xokleng.

“Ybirayara”, “Campeiros”, “Cabelludos”, “Coroados”, “Chiquis”, “Gualachos” e “Guañanas”, “[...] não devem ser considerados senão como apelidos com que esses índios foram designados pelos “outros”, no intento de descreve-los sob aspecto visual ou alguma característica do seu comportamento e modo de vida.” (Melià, 1983, f. 2).

Ressalta-se, que na documentação analisada, os diversos grupos foram generalizados com maior frequência pelos jesuítas como “Gualachos”, o que não significa pertencerem a uma etnia específica, mas um bloco homogeneizado a partir de sua língua, diferente da Guaraní e de características socioculturais comuns a esses grupos. Em outras palavras, pode-se dizer que amparados em relatos de viajantes, de seus aliados indígenas e de suas próprias observações, os jesuítas construíram uma visão essencialista desses grupos.

Portanto, como alerta Silva (2011), o termo “Gualacho”, “[...] pode ser entendido como uma categoria genérica que compreendia diferentes populações.” (Silva, 2011, p. 97-98). Como discutiu o autor, as nomeações foram impostas sobre a ótica da conquista, não sendo considerado a autodenominação. Ou seja, muitas vezes o critério para identificar, se dava com base no ambiente em que esses grupos estavam, como os *Campeiros*, que habitavam os campos, porém, quando o grupo estava em outras regiões, eram chamados por outros nomes. O uso de adornos em partes específicas, como no nariz, ou nos lábios, também eram “identificadores”, muitas vezes empregados equivocadamente para a designação de grupos, ou mesmo de etnias distintas, mas que, utilizavam adornos de maneira semelhante. Contudo, segundo Silva (2011):

[...] os espanhóis quando aplicaram uma de suas políticas coloniais, com meta de organizar o espaço físico e social, estabelecendo diferentes organizações socioculturais, se pautaram num dos principais marcadores étnicos, possivelmente no principal marcador, o *idioma*. Eles usaram o idioma para identificar as diferentes unidades socioculturais que habitavam o território do antigo Paraguai. (Silva, 2011, p. 64).

Dentre estes grupos da documentação analisada, os primeiros mencionados são os Ybirayara, que conforme a carta do Pe. Cataldino ao provincial Pedro de Oñate, indica que na região próxima a Vila Rica, em áreas de grandes campos, habitavam “los ybirayara, q quiere decir señores del palo. fueron (sic) de outro mayor numero q esta mas adentro. Estos tienen diferente lengua de la general” (Cataldino, [1619]. In: MCA I, 1951, p. 162). Embora esta nomeação denote uma especificidade, segundo Melià (2003), corresponde a uma generalização dos Guaraní, “Yvyrajara (“donos do garrote”).” (Melià, 1983, f. 2).²⁰¹

A referência espacial as áreas de campo próximas de Vila Rica, é bem dilatada, pois como informa Cataldino, dentre esses grupos, havia um cacique habitante do Piquiri, que

²⁰¹ Relacionados aos Ybirayara, o *garrote*, *bilro*, ou bastão, refere-se a uma espécie de borduna, por eles utilizadas, como explica Prezia (2010, p. 210).

pretendia o levar os padres a sua região de origem, próximos ao rio Iguaçu, que estava “[...] poblado de grande cantidad de Indios todos infieles, nadie há entrado ni se atreve a entrar em sus tras” (Cataldino, [1619]. In: MCA I, 1951, p. 162).

Para compreensão das relações entre jesuítas e os indígenas do Piquiri, farei um desvio de rota, no encalço da viagem feita pelo Pe. Nicolas Duran, que em sua Carta Ânua de 1628, em MCA I (1951), trata dos acontecimentos ocorridos nas reduções do Guairá entre os anos de 1625 e 1627. No documento, o padre intercala relatos de sua viagem durante as visitas as reduções com informações que recebera do Pe. Antônio Ruiz de Montoya. Na região do rio Paranapanema, Duran visitou as Reduções de Santo Inácio e Loreto, no rio Tibagi, a de São José, São Francisco Xavier, esta última, conforme sua descrição:

[...] esta situado en un campo que ya desde aquel puesto empieza la nacion de los que llamamos camperos, porque habitan los campos, aunque ellos no quieren tener tal nombre porque **f. 34 r.** se tinene por mas nobles que ellos y su antigua nobleza la tienen puesta en ser naturales de ríos de fama. son muy buenos labradores (Duran, [1628] In: MCA I, 1951, p. 233).

No mesmo documento, Duran se refere a outros indígenas que habitavam as áreas de campos, os “camperos cavelludos”, os quais, pelo que se entende, mantinham rivalidades com os Campeiros de São Francisco Xavier. Sobre os temidos campeiros cabeludos, são acrescidas informações que sugerem que circulavam pela região a montante de São Francisco Xavier, próximo ao local onde em 1625, foi fundada a Redução de *Nuestra Señora de la Incarnacion*.

Hallamos un sitio muy a proposito en un campo al pie de una cierra, en las tierras bien nonbradas del Taiati desde donde se descubren muchos campos cercados de pinales. y por un lado del pueblo corre un rio. dimosle principio la viespera de S. Lorenzo (del año de 625) y levantamos una muy hermosa cruz de siete brazas de alto en medio de la plaza. (Duran, [1628] In: MCA I, 1951, p. 239).

A composição ambiental mista, formada por campos cercados por pinheirais, condizem com o ambiente preferencialmente relacionado aos sítios Itararé-Taquara e historicamente ocupado pelos Kaingang. Não se trata de mera coincidência, pois, conforme Anzolin (2021), ao escolherem os locais das reduções, os jesuítas consideravam o padrão de assentamento dos indígenas, em suas palavras, “os novos *pueblos* estariam situados em áreas que atendiam as preferências ecológicas comumente observadas nas antigas povoações indígenas.” (Anzolin, 2021, p. 103).

Depois de partir de Incarnacion, Duran relata que recebeu carta do padre Christobal, lhe informando, dentre outras coisas, que a redução estava habitada por “[...] camperos cavelludos que tanto deseo hemos tenido de conquistar” (Duran [1628] In: MCA I, 1951, p. 239). A partir desta Redução, começam as áreas de campo, denominando os povos que os habitava: campeiros, cabeludos, ou campeiros cabeludos, como explica em sua Carta Ânua de 1628. Segundo o religioso, esses também eram chamados de Coroados, pois além de habitarem as áreas de Campo:

[...] a distincion de las demas naciones que todos viven en los montes y rios. los mismos se llaman tambien cavelludos porque traen tendido el cavello tan crecido que les cubre los ombros solo cercenado por toda la frente hasta las orejas. dixense com otro nombre coronados porque aun las mugeres y niños usan a abrirse las coronas como los frayles. (Duran, [1628] In: MCA I, 1951, p. 242).

Nota-se que, mais de dois séculos e meio depois, a descrição do corte de cabelo das mulheres do grupo de Jónjón, descrito por Nascimento (1886), no rio Piquiri, não difere do corte de mulheres e crianças “coroadas” descritas por Duran [1628], na região do Tibagi. Temos aqui mais um indício que vincula continuidades entre os Campeiros, Cabeludos e os Coroados, que, no Paraná, passariam a ser conhecidos como os Kaingang.

Além do padrão ecológico de ocupação e elemento diacrítico, marcado especialmente pelo corte de cabelo, outros aspectos aproximam os *campeiros cabeludos* do século XVII e os Kaingang do XIX. Estes, são evidenciados em uma ação ocorrida no povoado de Incarnacion, quando, um grupo de campeiros cabeludos que não aderiram ao projeto dos jesuítas, planejou um ataque aos aldeados. Segundo relatado por Duran,

[...] aviendo sabido que los de la incarnacion sus becinos les avian admitido en sus tierras tomando por afrenta se les acercasen tanto les incito a que se conbocassen y de manu armada diesen sobre aquel pueblo i matasen el P.^e Christobal y a todos sus indios. De echo juntaron um exercito, i con mucho secreto marcharan hacia el, pero para assigurar la vitoria embiaron delante por espia a un muchacho que reconociendo las fuerças que podian tener los contrarios **f. 38 v.** y aguardando quando estuviesen mas descuidados les fuese a dar aviso al puesto que le segnalaron. fue el muchacho y mesclose con los demais del pueblo dissimulandose uno ellos (Duran [1628] In: MCA I, 1951, p. 242).

Descoberto e temendo ser castigado, o infiltrado revelou o plano ao Pe. *Christobal*, frustrando o ataque aquela redução.²⁰² Dentre outras coisas, dois pontos podem ser explorados a partir deste acontecimento. O primeiro, refere-se a estratégia operacionalizada pela infiltração de um espião na base dos inimigos que pretendiam atacar, prática semelhante a executada pelos Kaingang em diversos ataques durante o século XIX.²⁰³ O segundo ponto, diz respeito a cisão política entre os *campeiros*, evidenciada pela contrariedade entre os que estabeleceram alianças com os padres e os que se opunham a esses. Esta configuração revela em si, que a segmentação entre os *campeiros* já estava posta ou era frágil, sendo a aliança com os jesuítas, uma coalizão pela defesa frente a seus antagonistas. Desta forma, compreende-se que não se deve atrelar a rivalidade entre os grupos unicamente as ações dos padres, mas também a questões inerentes as relações dos próprios indígenas, como também ocorreu durante os desdobramentos da conquista de Guarapuava no XIX.

Na mesma carta ânua, Duran transcreve trechos de uma correspondência do final de 1627, em qual, o Pe. Antônio Montoya, informa-lhe que os *campeiros* que resistiam à redução, queriam padres em suas terras. Conforme expresso, a mudança de posição, se deu por causa dos desdobramentos de um ataque que sofreram, sendo alguns, aprisionados pelos “Tupijs”. Os campeiros foram libertos por padre Christoval e outros moradores de Incarnacion, como informou Montoya, ao padre Duran:

Christoval y fue al rancho de los Tupijs donde avian dexado su atillo, y alli los estuvo esperando con su gente y el capitan Pindoviiú. los Tupijs bien descuidados del caso entraron muy contentos con la presa, pero el Padre los cogio y ato a todos y dexo libres a los camperos que llevaban presos los Tupijs, quitoles sus achas, arcos y flechas y demas cosas y las repartió a sus indios. llevo a los camperos al pueblo de la incarnacion [...] los camperos despues de averlos regalados algunos días en el pueblo los enbio a sus tierras con promesa que hizieron de volver para reducirse con sus mujeres e hijos, como al fin lo hizieron con toda su gente y tras ellos vinieron mensageros embiados de 10 caziques de los mas nombradosentre los camperos con quienes pedían fuesen padres a sus tierras. (Duran (1628). MCA I, 1951, p. 243-244).

²⁰² Os aldeados organizaram uma inspeção nas proximidades em busca dos inimigos, porém, como o espião não retornara, já haviam se retirado. O infiltrado permaneceu morando na Redução, e algum tempo depois, auxiliou Montoya no contato com seu grupo.

²⁰³ No capítulo II, discuti diversos ataques em quais, os Kaingang se utilizaram de estratégia similar, enviando mulheres, crianças ou se aproximando pacificamente para depois empreenderem seus ataques, seja como ocorreu em fazendas, ou no forte Atalaia.

Essas informações revelam a complexidade das relações interétnicas no Guairá na primeira metade do século XVII. A reviravolta na formação de alianças, indica que, os campeiros, que até então se opunham aos jesuítas, analisaram a conjuntura política em que estavam inseridos, e optaram pela coalizão com os jesuítas e os campeiros de Incarnacion, com os quais, poderiam se fortalecer frente aos Tupiys.

Esse deslocamento do Piquiri até a região do Tibagi, foi necessário por ser este o itinerário percorrido pelos Campeiros, que, após o ataque dos Tupiys, estabeleceram alianças com os jesuítas para a fundação de uma redução em suas terras, que segundo informou Montoya ao seu superior, seria dedicada “al glorioso S. Pedro” (Duran, [1628] In: MCA I, 1959, p. 244).

Para Silva (2011), a redução foi organizada em 1626, e conforme Noelli e Mota (1999) e Chagas (2010), a Redução de São Pedro, assim como Concepción de Nuestra Señora de Guañanos, foram fundadas nas cabeceiras do rio Piquiri. Entretanto, estimo que a Redução de São Pedro, tenha sido fundada na região das cabeceiras do rio Piquiri e Cavernoso, próximo as áreas do Cerro Verde Krĩ Téj, onde em 1831, a expedição de Rocha Loures encontrou vestígios de uma antiga praça espanhola e pomares de laranjeiras, como escreveu Mota (2023a).

Desta forma, é possível presumir que os campeiros cabeludos também chamados de coroados, por Duran, ([1628] In: MCA I, 1951, p. 242), fossem os Gualachos da região do alto rio Piquiri, de onde Montoya pretendia avançar até o Iguaçu, como informara a Duran:

No quiero dexar los Gualachos los quales nos piden con muchas veras y nos importa tomar aquello para que sea passo al Iguazu, y unir las reducciones del Paraná con estas, fuera de otros puestos donde tambien rengo esperança que hemos de fundar presto, porque en el Paraná grande vieron unos indios nuestros muchos que estaban pescando y les dixeron como habitaban aquellos montes por averse recogido alli desde el entrada de los españoles, mas que ya estaban enfadados y deseosos de tener padres, porque alli habían tenido noticia de ellos y que le fuesse uno a ver y reducir porque era mucha la gente (Duran [1628] MCA I, 1951, p. 248-249).

Segundo Duran, esta notícia foi escrita por Montoya em janeiro de 1626, indicando ser deste período a aproximação mais estreita com os *campeiros cabeludos* em suas terras, quando Montoya passa a se referir a eles como *Gualachos*. Entre 1626 e 1627, Montoya permaneceu nas terras de Taiaova, na região do rio Ivaí, período em que se dedicou “[...] a aprender la lengua de los gualachos que es muy diversa de la general de todas las demas naciones del Paraguay” (Duran [1628] MCA I, 1951, p. 255). Depois disso, Montoya seguiu para os campos dos *Gualachos*, de onde informa seu superior sobre sua missão.

Em 1628, em carta anua endereçada à Nicolas Duran, provincial da Companhia de Jesus, o Pe. Montoya comunica que pretende fundar mais duas reduções, que somadas as oitos já fundadas, somarão dez, a oitava, refere-se a “[...] concepcion de los lançeros Guañanas” (Montoya [1628] In: MCA I, 1951, p. 260).²⁰⁴ Além disso, sem maiores detalhes, o padre afirma que há uma redução de “[...] camperos Ybiraiaras, o lanceiros que es nacion distante” (Montoya [1628] In: MCA I, 1951, p. 260).

Para abordar a ideia de nação nas reduções jesuíticas do Paraguai, Silva (2011), recorre a conceituação do termo por Felix de Azara:

Llamaré nación a cualquiera congregación de indios que tengan el mismo espíritu, formas y costumbres, con idioma propio tan diferente de los conocidos por allá, como el español del alemán. No haré caso de que la nación se componga de muchos o pocos individuos; porque esto no es carácter nacional. Para certificarme de la diversidad de idiomas y de naciones, me valí de los mismos indios y de españoles que entendían las lenguas y otras, o que habían tratado con muchas naciones; resultando de sus relaciones, que los idiomas que diré ser diferentes, no tienen una palabra común, ni pueden los más escribirse con nuestro alfabeto, siendo muchos narigales, guturales y en extremó difíciles. (Azara, 1802, p. 143. *Apud* Silva, 2011, p. 35).

Para Silva (2011), o conceito de “nação” utilizado por Azara, é compatível a definição de grupos étnicos empregada por Barth (2000). À primeira vista, o termo utilizado por Montoya condiz com esse entendimento, pois, mesmo que habitantes de áreas de campo, Montoya parece atribuir uma especificidade aos Ybiraiaras, uma “nação distante”, sugerindo que estes se diferem dos campeiros, campeiros cabeludos, Guañanas e Gualachos.

Entretanto, este imbróglio, parece indicar que na percepção do religioso, não havia diferenças significativas entre eles, sugerindo a proximidade étnica, ou até que se tratava de grupos autônomos de uma mesma etnia, já que, no mesmo documento, ao tratar da Redução de Encarnacion, o jesuíta reforça esta indicação, sugerindo não haver diferença entre “Ybíraiyras o Gualachos” (Montoya, [1628] In: MCA I, 1951, p. 279). Esta interpretação, aproxima-se da concebida por Melià (1983).

²⁰⁴ Segundo dados de Silva (2011), dentre as Reduções do Guairá, oito foram habitadas por grupos Jê, relacionados aos *Gualachos*, são elas: 1) *Nuestra Señora de la Encarnación del Ñuatingi* (1625 – Campero, Cabeludo e Coroadó); 2) *San Miguel del Ybitiruna* (1626) - Guañana, Campero e Coroadó); 3) *Siete Arcángeles del Tayaoba* (1626 – Guanãna e Gualacho); 4) *La Concepcion de los Lanceros de Guañanos* (1627 - Guañana, Gualacho e Chiqui); 5) *San Antonio del Iñitay* (1627 – Campero e Coroadó); 6) *San Pablo del Iñitay* (1627 - Gualacho); 7) San Pedro (1627 – Guañana e Campero); e 8) *Jesús María* (1628 – Gualacho).

Antes de entrar nas terras dos *Gualachos* em direção ao Iguaçu, Montoya passou pelas reduções do rio Ivaí e por Vila Rica, de onde teve notícias sobre o avanço de uma epidemia que vinha da região “[...] del Uruguay venian las viruelas y que los Chequis las tenian y ya enpesaban em estos campos y principalmente em la hermita de nuestra S.^a de Copacabana” (Montoya [1628] In: MCA I, 1951, p. 293).

Como indica o jesuíta, a epidemia já estava na região do médio Piquiri, local em que Parellada (2013b), estima ter sido fundada a Ermida de Nossa Senhora de Copacabana, próxima a foz do rio Tricolor, afluente da margem direita do rio Piquiri, que divide os atuais municípios de Campina da Lagoa e Ubatã.

Cerca de cinquenta quilômetros a leste, na região que hoje corresponde ao município de Nova Cantu, foi localizado o sítio Tambo das Minas de Ferro. Conforme Chmyz (2010), desde 1970, havia indicações de moradores que na localidade existiam vestígios de um povoado espanhol: “O local era conhecido regionalmente como “Xadrez” certamente em função do traçado urbano em quadras.” (Chmyz, 2010, p. 145). Entretanto, como explica o autor, as prospecções na área só foram realizadas a partir de 1988, lideradas por ele e posteriormente por Odemar Blasi. As coordenadas do sítio foram apresentadas em Parellada (2013b).

Conforme resultados da pesquisa, publicados em Blasi *et al* (1989), além de amostras de escória de ferro e restos de fornos encontraram “vestígios de um conjunto de pequenas elevações lineares, de aproximadamente 0,80m de altura por 2,50m de largura, dispostas ortogonalmente, caracterizando quadras e ruas. Estes alinhamentos são resultantes do aluimento dos muros de taipa de pilão que delimitavam as quadras.” (Blasi *et al*, 1989, p. 236).

A hipótese levantada pelos autores, é que o centro de redução de ferro e produção de artefatos metálicos dela proveniente, foram estabelecidas nas instalações da primeira fundação de Vila Rica (1570-1589). Passando o local a ser conhecido como o Tambo das Minas de Ferro. Além dos vestígios relacionados a estrutura urbanística e fundição de ferro, Blasi *et al* (1989), relataram terem evidenciado cerâmicas indígenas com elementos característicos de contato com europeus, que segundo os autores, “mostram pinturas extremamente semelhantes àquelas encontradas em fragmentos na segunda Vila Rica e Cidade Real.” (Blasi *et al*, 1989, p. 236).

A discutirem os recursos minerais de interesse dos espanhóis no Guairá entre 1557 e 1632, Picanço e Mesquita (2015), fizeram um breve levantamento sobre o termo *tambo*, que segundo eles, é uma variação em espanhol de *tampu*, termo de origem na língua quéchua. Ainda conforme os autores, nos Andes, a palavra é usada para referir-se a lugares de pouso ou

albergue, enquanto, na Amazônia refere-se a barracão e no Rio Grande do Sul, a estábulo. Ou seja, um lugar de parada, um ponto logístico, significado que está de acordo com Blasi, *et al* (1989), que argumentam que com a transferência de Vila Rica, o local passou a ser utilizado como estalagem, mas também como centro da redução de ferro extraído naquela região.

A localização destes vestígios discutidos por Blasi *et al* (1989), indicam com precisão o local em que Montoya concluiu sua Carta Ânua de 1628, nas instalações do Tambu, de onde provavelmente se deslocava para outras aldeias dos Gualachos da região. Neste contexto, a epidemia já havia se espalhado, conforme o padre: “[...] era lastima verlos todos tendidos por los suelos, unos boqueando, otros dando voçes, otros quejandose y otros ya difuntos y fue el desorden que tuvieron en labarse con el calor de la enfermedad en estos arroyos de minerales que en medio veron vienen frigidissimos.” (Montoya [1628] In: MCA I, 1951, p. 293).

Ao seu superior, Montoya, queixa-se do cansaço de caminhar a pé sob o sol dos campos abertos, evidenciando aspecto marcante das terras dos *Gualachos*. Em suas incursões as aldeias, contava com o auxílio de Geronimo Merino (*Teniente del Tambo*) e de um guarani da região do Paranapanema, que falava a língua dos valentes guerreiros Gualachos, como descreveu o jesuíta.

De volta a região da Ermida de Nossa Senhora de Copacabana, onde prestava auxílio as vítimas da epidemia, Montoya recebeu a visita de “[...] los Chiquis jentilidad de Gualachos que estan entre el rio del Piquirí y el Yguaçu” (Montoya [1628] In: MCA I, 1951, p. 295). À esses, prometeu que se reunissem os grupos, pois lhes enviaria um padre para a povoação, que, segundo suas indicações, estaria a montante, a três dias pelo rio, e dois dias por terra da Redução de Concepción, de onde se alcançaria “[...] del yguaçu pocos dias” (Montoya [1628] In: MCA I, 1951, p. 295).

A posição indicada por Montoya, sugere que esses estariam na margem esquerda, na região do alto Piquiri, perto de onde morava “Curitú gualacho”, podendo se estender a região do Cavernoso, já que o padre supunha que, poderia navegar até alcançar o rio Iguaçu. Entretanto, o padre não estava convicto que poderia reunir os grupos desta região em uma única redução, pois, os Gualachos que mantinham boas relações com os espanhóis não queriam que o padre fortalecesse vínculos com os demais, com os quais possivelmente mantinham rivalidade, dificultando o propósito das reduções, “[...] divididos como estan no son capaces de reducion. juntarse no quieren.” (Montoya [1628] In: MCA I, 1951, p. 295).

Ao que se entende, os *Gualachos* “amigos” dos espanhóis eram os que moravam nos arredores da Ermida de Nossa Senhora de Copacabana e do Tambo, onde o padre permanecia entre as entradas em direção ao alto rio Piquiri e Iguaçu. Em uma dessas incursões, esteve no povoado de *Çohe*, o qual o recebeu:

[...] com mui grandes muestras de amor. abrio los caminos de los montes y por el campo hiço un ancho camino. dionos su misma casa aviendola hecho cobrir de nuevo y el se salio a uma pequena choça. buscamos el sitio y fue su misma chacara la qual ofrecio el de mui buena gana. Levantamos cruz en el sitio nuevo la qual adoraron todos todos los que alli se hallaron. (Montoya, [1628] In: MCA I, 1951, p. 295).

Foi nas terras de *Çohe*, a cerca de um dia de caminhada do Tambo, que foi fundada a redução consagrada à Imaculada Conceição, ou seja, Concepción de Nuestra Señora de Guañanos. Embora não seja possível estabelecer com exatidão a localização da aldeia de *Çohe*, estimo que esta situava-se nas imediações do alto rio Piquiri, isto porque, ao narrar o deslocamento feito pelo Pe. Francisco Díaz Taño, que vinha de Los Angeles de Tayaoba (possivelmente nas cabeceiras do rio Corumbataí),²⁰⁵ em direção a região da Ermida, Montoya relata que os viajantes foram atacados por um grupo de *Gualachos*, que foram dispersos após o padre disparar arma de fogo. Dois foram capturados, servindo de guias ao padre e sua comitiva pelas montanhas da região, entretanto, perto de uma área de mata, tentaram atacá-los novamente, mas fugiram a outro disparo. Depois de caminharem um pouco mais, “[...] sacaron al pueblo del buen Çohe de donde avia poco que yo avia salido para la ermita” (Montoya [1628] MCA I, 1951, p. 296).

Não era a primeira vez que o Pe. Francisco percorria estas veredas, antes na companhia do próprio Montoya, havia aberto caminho de Los Angeles de Tayaoba em direção a terra dos *Gualachos*, chegando aos campos que se aproximavam do rio Iguaçu, como escreveu Pe. Montoya ([1628], In: MCA I, 1951), ao tratar da Redução de Los Angeles de Tayaoba. É possível, que os campos que alcançaram localizassem-se na região das cabeceiras do Piquiri, e dos seus divisores de águas, Marrecas/Ivaí, Jordão e Cavernoso, porém, como seguiam até Concepción, Tambo e Ermida, é mais provável que tenham se mantido mais próximos do curso do Piquiri.

²⁰⁵ Região qual estimo que atualmente, corresponda as proximidades das divisas dos municípios de Nova Tebas, Manoel Ribas e Pitanga. Segundo Moura (2012), nesta redução conviveram povos Guaraní e *Gualachos*.

Entre os Chiquies, Pe. Francisco Díaz Taño fez observações que também instrumentalizaram Montoya a escrever sobre estes, que tinham a mesma língua que os chamados Gualachos, em sua Carta Ânua de 1628. Rodrigues e Moura (2012), salientem a capacidade de Montoya de perceber os traços culturais mais sutis entre os grupos. Mesmo assim, é possível argumentar que o contraste marcante com os Guarani tenha atenuado as diferenças entre os grupos não Guarani, que por compartilharem da língua e de costumes em comum, podem ter ficado pouco perceptíveis para os jesuítas. Porém, de acordo com Silva (2011), as ações e descrições dos jesuítas, objetivavam reduzir, homogeneizar os indígenas, que no caso dos não Guarani, foram generalizados como *Gualachos*.

Estes, além de considerados como maiores e mais claros que os Guarani, Montoya destaca que é significativa a diferença das relações matrimoniais, pois ao contrário dos Guarani, as mulheres não estavam submissas aos maridos. Alguns elementos culturais, tecnológicos e econômicos dos Gualachos de Concepción de Nuestra Señora de Guañanos são descritos por Pe. Montoya:

[...] borracheras a que son mui dados por aveles dado la naturaleza mucha miel por los montes [...] los casiques se visitan aunque aya enemistades las mugeres tambien pero los basallos no. [...] vistense de ortigas que las benefician y texen ropa gruesa. [...] duermen al modo que los Indios del Peru sobre un poco de paja cubiertos con unas mantas de ortigas. tienen sus casas redondas y pequeñas. todos son labradores. su cosecha es de maiz. [...] su sustento es de piñones y caça de venados, puercos y antas. cojenlos a la fleca, o en trampas, o çestos mui largos y grandes que hacen los quales los poden al modo que las nasas en los rios para cojer camarones. Echan por alli maiz y ceban los puercos monteses y a sus tiempos acuden a hacer chaco. van huyendo los puercos y metense por aquellos cestos; acuden luego a las bocas unos y por en cima otros con palos haçen buena presa (Montoya [1628] MCA I, 1951, p. 296-297).

As considerações de Pe. Montoya, abrem diversas possibilidades de discussões, que podem ser abordadas em pesquisas temáticas. Dentre elas, questões de gênero, já que o religioso destaca a posição das mulheres nesta sociedade, apontando sua independência e autonomia na escolha de parceiros, bem como a insubordinação delas a eles, como escreveu o padre.

Além disso, o trecho acima citado, revela que elas dispunham de liberdade para visitar outras aldeias, inclusive com as quais a sua mantinha rivalidades, o que sugere que desempenhavam funções diplomáticas, assim como seus caciques. Entre os Kaingang, essa prática foi notada pelo capitão Manoel Marcondes de Marcondes de Sá, quando descreveu o contato entre o grupo de Condá e Ixotain em 1865, para o militar, ao fazerem a visita preliminar

ao grupo de Ixotain, as mulheres atuaram como “[...] embaixatrizes conforme o uso desses povos” (Paraná, 19/08/1865, p. 23).²⁰⁶

Outras singularidades das descrições de Montoya, poderiam ser comparadas com as do século XVIII, XIX, e mesmo com etnografias sobre os Kaingang do século XX, exercício que nesta tese, considero desnecessário.²⁰⁷ O que priorizo aqui, é demonstrar a estabilidade tecnológica e de recursos manejados pelos Gualachos, que no início do século XVII, mantinham sólida manutenção de seu modo de vida, mesmo que flagelados pelas epidemias e outros impactos decorrentes do processo colonial, que desde então, mesmo que interrompido temporariamente pela resistência imposta pelos Kaingang, foi progressivamente instaurado, culminando na guerra de conquista dos Campos de Guarapuava a partir de 1810, de onde se avançou para outras regiões.

Dentre as características dos Gualachos destacadas pelos jesuítas, é recorrente a menção a valentia e belicosidade, atributos valorizados e construídos mesmo em dias ordinários, através de treinamentos, como relata Montoya: “[...] exercitarse todos los dias em armas, como em flechar a un blanco, em correr y em llevar cargas pesadas, y algunas vezes se llevan unos a otros corriendo para q si se vem vencidos em la guerra y hayendo puedan traer a questas a los heridos.” (Montoya [1630] In: MCA I, 1951, p. 347-348). Além do corpo, os Gualachos exercitavam a vingança. Durante bebedeiras,²⁰⁸ lembravam guerras passadas, que quando sóbrios, vingavam-se de seus inimigos “[...] matando tanto numero de los contrários quantos fueron sus muertos y así nunca dexa de aver muertes y inquietudes.” (Montoya [1628] In: MCA I, 1951, p. 296-297).

Descrições de exercícios de combate também foram realizadas por Borba (1908), sendo lhe explicado se tratar de treinamento para que os homens não se tornassem fracos para uma eventual guerra. Estas características, indicam o enaltecimento das atividades guerreiras entre

²⁰⁶ A etnografia de Baldus (1937) no “Toldo das Lontras”, segue no mesmo sentido, de que as mulheres não estão posição inferior aos homens.

²⁰⁷ O mesmo pode ser feito com os relatos presentes na *XLVIII – Relação Da Origem E Estado Atual Das Reduções De Los Angeles, Jesus Maria E Conceição Dos Gualachos. 1630*, documento também disponível em MCA I (1951), atribuído a uma Carta Ânua parcial escrita por Montoya, há outros relatos que não diferem significativamente dos registrados na Carta Ânua de 1628. Além de descrever as casas redondas em formatos de “fornos”, o documento detalha a disposição do fogo e a maneira como dormem os indígenas sobre palhas “[...] cubiertos con unas mantas grandes q hacen de malvas, el fuego tienen en medio de la casa y todos se acuestan a la redonda los pies hacia el fuego.” (Montoya [1630] In: MCA I, 1951, p. 346). A maneira de dormir com os pés voltados para o fogo foram observadas por outros autores entre os Kaingang, como Borba (1908).

²⁰⁸ Os comportamentos dos *Gualachos* sob o efeito do consumo de bebida fermentada a base de mel foram detalhados por Montoya ([1630] In: MCA I, 1951, p. 348-349).

os Gualachos, que podem ser comparadas as discussões sobre o *ethos* guerreiro dos Kaingang, realizadas por Ramos (2008).

Entretanto, para esta tese, é crucial atentar para a importância que estes atribuíam a morte, como percebido por Pe. Montoya. Para Moura (2013), o jesuíta apresentou preocupação especial sobre o destino dos mortos, pois os rituais funerários apresentavam especificidades que eram reconhecidas como marcadores das diferenças de identidade entre povos que atuava.

Em suas considerações sobre a morte entre os Gualachos, Pe. Montoya salientou que, choravam seus mortos por muito tempo, aos quais dedicavam rituais funerários que variavam conforme a distinção do morto. Como relatara, caso o falecido fosse o cacique ou parente próximo, recebiam homenagens rituais distintas, inclusive com sacrifícios humanos, “[...] matan dos o tres o mas conforme a la calidad, la mitad Indios y la mitad Indias para que em la outra vida le acompañen los varones y las hembras le hajan chicha.” (Montoya [1628] In: MCA I, 1951, p. 297).

Montoya não deixa claro se testemunhou ou se foi informado por terceiro, sobre a prática de sacrifício na região de *Concepción de Nuestra Señora de Guañanos*, contudo, é na parte dedicada a esta Redução que o trecho acima citado está inserido em sua Carta Ânua de 1628. Para Moura (2013), “[...] o missionário descreveu o ritual fúnebre de um cacique da tribo dos *Cabelludos*” (Moura, 2013, p. 188).

Esta informação, recolhida em outra fonte analisada pela autora, condiz com o texto da Carta ânua de 1628, quando Montoya menciona que, quinze anos atrás, isto é, por volta de 1613, havia impedido a realização de sacrifício em ocasião da morte do filho de um cacique, circunstância em que, “[...] para el entierro avian hecho mucho vino y convocado toda la tierra de loa qual siempre succeden muertes. tenian cinco o seis personas destinadas para matar y enterrar com el hijo muerto del casique” (Montoya [1628] MCA I, 1951, p. 297).

Pela indicação de tempo de Montoya, o sacrifício por ele interrompido ocorreu por volta de 1613, época em que já percorria a região do rio Tibagi, onde são mencionadas a localização dos *Cabeludos*. É possível que essa questão possa ser esclarecida a partir da análise dos documentos dos primeiros anos das atividades dos jesuítas no Guairá no século XVII, como nas *Cartas Ânuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán de la Compañia de Jesus*, organizado por Leonhardt, (1927-1929).

Sobre os sacrifícios funerários mencionados por Montoya, não há paralelo na documentação ou bibliografia consultada sobre os Jê no Sul. Entretanto, entre os Kayapó-Xikrin

também da família Jê, existe menção de sacrifício funerário, mas em um contexto bem específico, como escreveu Lux Vidal (1977, p. 172). Esta informação, porém, não deve ser argumento para afirmar que a prática em algum momento foi generalizada entre grupos Jê no Sul do Brasil. Por outro lado, a informação de Vidal (1977), possibilita refletir que a circunstância relatada por Montoya foi concebível entre os Jê.

Também é preciso ter cautela com a interpretação das fontes, para não propagar entendimentos que não correspondem ao registro do documento, como fez Prezias (2010).²⁰⁹ Isso não significa que a informação da fonte deva ser interpretada de maneira acrítica, como se o registro do documento fosse a prova final sobre a prática de sacrifícios entre os Cabelludos. Talvez, o padre peruano tenha se deixado levar por histórias que leu ou ouviu sobre sacrifícios humanos em seu país de origem, os quais foram documentados historicamente e evidenciados pelas pesquisas arqueológicas ao longo da Cordilheira dos Andes.²¹⁰

Considerando a formação de sua mentalidade e seu propósito de conquistar não só almas, mas seus superiores, autoridades, integrantes para Companhia de Jesus e leitores leigos, é possível que Pe. Montoya, assim como nas diversas manifestações de demônios mencionadas ao longo de seus escritos, tenha adicionado os sacrifícios como elemento de retórica para enaltecer seu trabalho e o de sua ordem. Conforme Moura (2013), Montoya insistia em transformar seus relatos em um livro sobre os feitos heroicos da Companhia de Jesus. Por outro lado, mas não incoerente com essa suspeita, por influência dos jesuítas, os Gualachos teriam abandonado a prática de sacrifícios fúnebres, assim como a forma de enterrar seus mortos, como interpretou Moura (2013).

²⁰⁹ Prezias (2010, p. 215), afirma ter identificado prática de mumificação no relato de Montoya na Carta Ânua de 1628. Possivelmente, o autor se refira a prática de enxugar o corpo, também relatada na Carta atribuída a Montoya de 1630, a qual tratarei na sequência, porém, não há dúvidas que tal procedimento objetivava resultados melhores na cremação do corpo e não seu embalsamamento ou mumificação.

²¹⁰ Na América do Sul, nos topos de montanhas ao longo das Cordilheira dos Andes, foram identificadas diversas estruturas circulares, semicirculares ou retangulares feitas com pedras, quais estão associadas a evidências de sacrifícios humanos constatados em análises laboratoriais em múmias que foram preservadas congeladas, como discute Ceruti (2015). A autora, destaca registros históricos de sacrifícios com características e finalidades distintas, que eram realizados sob o controle do Estado Inca nas montanhas do Peru até Argentina. Dentre as categorias de sacrifícios relatados por cronistas, a autora especifica: *Celebratory sacrifices* (homenagens ao governante inca); *Funerary Sacrifices* (para servirem ao governante após a morte); *Sacrifices of Atonement in Response to Natural Disasters* (respostas para apaziguar eventos relacionados a desastres naturais e epidemias); *Sacrifices to Consecrate a Special Construction Project or Location* (para consagrar locais de construções especiais – espaços sagrados); *Fertility and Health Sacrifices* (oferendas humanas para garantir fertilidade e condições climáticas favoráveis as plantações e/ou saúde ao governante). As pesquisas arqueológicas realizadas nas áreas de topos de grandes altitudes da região norte e noroeste da Argentina, Peru e Chile evidenciaram sítios funerários com sepultamentos relacionados a rituais de sacrifícios que segundo a autora, correspondem as descrições dos relatados históricos.

Talvez, as pesquisas arqueológicas em sítios com sepultamentos relacionados a Tradição Itararé-Taquara forneçam evidências (ou ausências) que colaborem com esse debate, assim como fez Ceruti (2015) ao relacionar relatos de cronistas sobre sacrifícios e sítios arqueológicos ao longo da Cordilheira dos Andes. Por ora, deter-me-ei sobre outros elementos da prática funerária entre os Gualachos descritas pelos jesuítas.

Segundo Pe. Montoya, os Gualachos mantinham o corpo em casa até não suportarem mais o odor que o cadáver exalava. Esse período, possivelmente era necessário para os preparativos dos rituais fúnebres e deslocamentos dos parentes do morto para a cerimônia. Depois disso, transportavam o corpo até um campo, onde reuniam-se seus parentes e grupos de outras aldeias. No campo, construíam uma espécie de “jirau”,

[...] alto del suelo un estado y en el lo ponen cubierto de paja por en cima. con el sol y frio se enjuga. **f. 14 r.** estando ya seco hacen mucha chicha limpian aquel lugar y en el se sienten todos a beber, y otros queman el cuerpo en medio de aquella plaçuela recojen las çenicas y hacen un hoyo y entierranlas. hacen en cima una casita mui pequena redonda en la qual cabra una persona sentada, levantanse todos y a grandes voces dicen en su lengua: sal, sal, vete, vete, repetiendolo muchas veces a grandes gritos con lo qual dicen que sube al cielo. Cada año limpian aquel lugar sus deudos. y sus Casiques hacen un montón de tierra sobre la sepultura. (Montoya [1628] MCA I, 1951, p. 297-298).

A descrição do jesuíta vai ao encontro dos dados arqueológicos obtidos por Chmyz e Sauner (1971) no médio rio Piquiri, em especial com os dados do aterro com indícios de cremação do sítio Carajá 1(PR-UB-4), onde os autores relatam indícios de contato com os espanhóis, possibilidade reforçada com a datação de “A.D. 1.480 ± 95 (SI-2192)” (Chmyz, 1981, p. 91). Além disso, o relato de Montoya também é compatível com a composição de outros sítios com estruturas anelares com montículo central, como os dos sítios Faxinal do Boa Vista e Faxinal Saudades de Santa Anita, nas cabeceiras do rio Marrecas, apresentados no capítulo anterior.²¹¹

Entretanto, o relato de Montoya revela mais do que a forma dos Gualachos sepultarem seus mortos, sua narrativa, refere-se ao tratamento funerário outorgado a caciques e membros de sua família. Aos mortos ilustres, eram concedidas honrarias fúnebres em praças cerimoniais,

²¹¹ Adiante, será apresentado outro sítio com essas características, evidenciado por esta pesquisa na região da foz do rio Cavernoso.

marcados com sepultamentos monticulares no centro deste espaço, evidenciando a hierarquização social do grupo.

A cremação do corpo como forma de liberar e transportar o espírito para o mundo dos mortos, revela-nos parte da cosmologia desse povo, para o qual o culto aos mortos constitui elemento central, rememorado todos os anos, quando limpam o local e adicionam terra as sepulturas. A manutenção desses montículos parece ser uma via de mão dupla, onde os mortos motivam os vivos a se mobilizarem pela memória do morto, fortalecendo a aliança entre os grupos ligados a um passado comum.

No documento *XLVIII – Relação da origem e estado atual das Reduções de Los Angeles, Jesus Maria e Conceição dos Gualachos. 1630*, disponível em MCA I (1951), atribuído a uma Carta Ânua parcial escrita por Montoya, há outro relato sobre os ritos funerários dos Gualachos, que pouco difere do registrado na Carta Ânua de 1628. Neste, não há menção a sacrifícios humanos, no entanto, outra questão causou espanto ao jesuíta, a crença dos Gualachos em poderem enviar as almas dos mortos para o céu. Para isto, segundo consta no documento:

[...] luego q muere alguno no lo entierran, sino le haçen un lecho en alto y le cubren muy bien con paja, y alli lo dejan para q se sequen **f. 3 r.** y le suellen llevar chicha. todo el tiempo q esta alli y le van a viçitar a menudo y ver si se ha secado, y en este mismo tiempo todos los días el tiempo q el sol sale y se pone haçen los de su casa un llanto muy solemne, en el qual suelen sacar y mostrar en publico las cosas q an quedado del difunto con q se aumenta mas el llanto, y q.^{do} el cuerpo esta ya seco buscan mucha miel y hacen mucho vino y combidan a todos los del pueblo para embiar el alma del difunto al çielo y para esto se van al monte y haçen unas buenas cargas de leña y las traen corriendo con muchas trompetas y greteria a casa del caciq adonde estan todos juntos yndios y yndias, y de alli salen corriendo diçiendo todas estas palabras rica rica tapa tapa que quiere deçir sube sube del campo, llevando aquellas cargas de leña dando una buelta al deredor del cuerpo, y luego le pegan fuego, diçiendo nĩyĩ chĩ cay catũ taplĩ. humo negro sube al çielo, dando grandes voçes todos al tiempo q se quema y si el humo sube derecho diçen q va su alma al çielo, y si se esparsa diçen q se queda alli, y assi les haçen luego una caçilla muy pequeña y la cubren y le suelen llevar de comer. y tienen tanta fee en esto q suelen deçir q haçen esto concurriendo todos al combite porq otros hagan lo mismo q.^{de} murieren (Montoya [1630] MCA I, 1951, p. 346-347).

Assim como na descrição de 1628, Montoya destaca os preparativos do ritual fúnebre, indicando a mobilização dos indígenas frente a imprevisibilidade do momento da morte. Enquanto o corpo enxugava, ocorria a primeira fase do ritual, o período de organização da cerimônia. Construíam a pira funerária para cremação do morto, expressavam o luto de maneira

solene, preparavam bebida fermentada a base de mel e convidavam os membros da comunidade para a cerimônia.

Toda essa mobilização preliminar objetivava a finalidade que causara perplexidade ao religioso, que tinha um objetivo similar aos dos indígenas: de enviar a alma dos mortos para o “céu”. Neste sentido, pode-se interpretar que a morte não era encarada pelos Gualachos como o fim, mas como uma passagem, uma viagem para a qual seus parentes e membros de sua comunidade se despediam com solenidade, em outras palavras, com uma “[...] conduta socialmente prescrita” (Godelier, 2017a, p. 36). Esse processo de separação entre os vivos e os mortos, foi abordado pelo antropólogo como uma invariante da questão da morte, pois, “desvencilhar do cadáver, qualquer que seja ele, obedece a condutas individuais e coletivas ritualizadas. São os ritos funerários que precedem, acompanham e sucedem os funerais.” (Godelier, 2017a, p. 36).

Como pode ser compreendido no relato de Pe. Montoya, o ponto ápice da execução do ritual, a cremação, era realizada no campo, no alto de um monte. Paisagem compatível com as transformadas pelas construções de montículos e aterros anelares evidenciados pela arqueologia, os quais são relacionados aos povos Jê no Sul do Brasil, ou a Tradição Itararé-Taquara, como utilizam outros pesquisadores.

É sobre este espaço que os Gualachos se referem quando partiram para ritual, como traduziu Montoya, eles diziam: “*rica rica tapa tapa q quiere decir sube sube del campo*” (Montoya [1630] In: MCA I, 1951, p. 347), sobre este registro, grafado pelo jesuíta, D’Angelis (2003), indica que pode ser interpretado como “re kã ta pa = *campo-dentro ---sair* (ou: *campo-dentro-por sair*).” (D’Angelis, 2003, p. 2).

No espaço ritual, quando ateiavam fogo a pira funerária para a cremação do corpo, Montoya registra que eles diziam: “*nĩyĩ chĩ cay catũ taplĩ*.” (Montoya [1630] In: MCA I, 1951, p. 347). Para Melià (1983), o registro se trata de língua Kaingang, além disso, o etnólogo nos oferece a tradução das palavras grafadas pelo membro de sua ordem religiosa, “(fumaça preta sobe ao céu) / nĩja sà kanhkātu tãpry / na ortografia moderna” (Melià, 1983, f. 2). Já na análise de D’Angelis (2003), esta oração corresponde a “*nijã sá kanhkã tapri = fumaça + preta + céu + subir*.” (D’Angelis, 2003, p. 2).

Para D’Angelis (2003), “[...] o mais provável é que se tratasse de um grupo Xokleng, estreitamente aparentado com os Kaingang.” (D’Angelis, 2003, p. 2). A medida deste estreitamento é difícil ser mensurada, pois, com base nas considerações de Montoya, é possível

indicar características materiais e da conduta dos Gualachos que se assemelham com relatos e etnografias Kaingang.

Não se ignora que os jesuítas tenham tido contato com grupos que seriam historicamente conhecidos como Xokleng, como aponta D'Angelis (2003), entretanto, nos documentos reunidos em MCA I (1951), não se menciona o uso de adornos labiais (*tembetá*), entre os grupos Gualachos descritos pelos jesuítas, adornos que no século XIX, motivaram os não indígenas a se referirem aos Xokleng, como “botocudos”.

Além disso, mesmo que o vocabulário indique se tratar de grupo Xokleng, como suspeita D'Angelis (2003), fica evidente que a distinção étnica com base nos apontamentos de Montoya não é segura, pois, mesmo que se refira a acontecimentos ocorridos em Concepción de los Gualachos, o religioso utiliza-se de informações obtidas a partir do contato com vários grupos do entorno.

Como indicou Cataldino ([1619] In: MCA I, 1951), nesta região do rio Piquiri também estavam os Ybirayara, nomeação empregada para se referir a grupos que foram descritos no sul do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), Minas Gerais e São Paulo, para os quais, segundo Silva (2011) “[...] existe a possibilidade de serem ancestrais de um grupo classificado como Kaiapó meridional.” (Silva, 2011, p. 98). Entretanto, baseado em Aurélio Porto, o autor, acrescenta que no Rio Grande do Sul, os Ybirayara eram chamados pelos portugueses de *bilreiros*, “[...] devido aos compridos *tembeta* que prendiam no lábio inferior com a forma de bilros. [...] Eram também chamados de Bates, Chovas e Apinarés, sendo já conhecidos dos jesuítas portugueses na década de 1550.” (Silva, 2011, p. 99).

Essas informações, em hipótese, permitem também os relacionar aos Xokleng, entretanto, como já mencionei, Montoya homogeneizou os grupos de língua não Guarani sob a alcunha de Gualachos, inclusive, parece que em alguns momentos, como quando se refere aos sacrifícios humanos, utiliza-se de fatos supostamente observados em grupos de outra região, como destacou Moura (2013). Esse emaranhado de grupos não Guarani, reduzidos pelos jesuítas como Gualachos, é impossível de ser desfeito nesta tese, mas é justamente desse imbróglio, que se vislumbra a similaridades das descrições destes com os Kaingang da mesma região no século XIX, indicando uma história de continuidades.

De volta a descrição de Pe. Montoya, ressalta-se que há duas variantes para o desenrolar do ritual: se a fumaça sobe direta, a alma do morto segue para o céu, entretanto, se dispersa, é porque a alma permaneceu no campo (no mundo dos vivos), sendo necessário dar outros

encaminhamentos rituais “[...] assi les haçen luego uma caçilla muy pequena y la cubren y le Suelen llevar de comer.” (Montoya [1630] In: MCA I, 1951, p. 347). Isto significa, que independente do destino da alma, ela permanece viva, sendo digna de oferendas que lhe agradem, e de memória que lhes cultue.

Ainda com base no relato de Montoya, os *Gualachos* costumavam dizer que faziam isso para que quando morressem, os membros da comunidade fizessem o mesmo por eles, evidenciando a relação de reciprocidade do ritual. O receio de não receber o tratamento fúnebre tradicional, era um dos principais empecilhos para que aceitassem o batismo, que implicava em serem sepultados como cristãos, como explica o religioso.

Ao que parece, os jesuítas compreenderam a importância dos rituais de sepultamento entre os *Gualachos*, utilizando-se disso para romper a resistência destes em serem batizados, o que significava serem enterrados como cristãos. Esta ideia baseia-se na organização do funeral de uma criança de três anos, realizado pelos jesuítas,²¹² sendo este, “[...] el primer difunto q se enterraba em la yglesia, lo enterro com el mejor ornato y solemnidad q pudo, de q se espantaron los gentiles y lo estimaron y desde entonces traen a sus hijos a baptizar sin dificultad.” (Montoya [1630] In: MCA I, 1951, p. 347).

Amparada neste relato, Moura (2013), argumenta que as práticas de enterramento dos *Gualachos* foram sendo abandonadas após o sepultamento solene dedicado a criança, abrindo caminho para que aceitassem o batismo e o funeral cristão. Considero este evento insuficiente para aniquilar uma prática ritual tão arraigada a cosmologia dos *Gualachos*. Entretanto, é preciso considerar que, neste caso, ser batizado, garantiria a possibilidade de um sepultamento suntuoso, mais próximo dos reservados as pessoas de destaque no grupo, que em nível local, pode ter motivado algumas transformações nas práticas funerárias dos *Gualachos*.

A inserção dos *Gualachos* nesta breve discussão, objetiva clarear um pouco das sombras nas quais, segundo Moura (2013), os grupos de língua não-Guarani, relatados pelos jesuítas do século XVII, foram colocados pela historiografia. A documentação referente a este período é muito maior que a pequena parcela abordada pontualmente nesta tese, a partir das cópias reunidas em MCA I (1951). Documentação que merece ser aprofundada por outras pesquisas com inserção de outras fontes, como fizeram em diversas perspectivas: Noelli e Mota (1999),

²¹² O caso desta criança envolve várias reviravoltas, pois os *Gualachos* já lhe haviam dado como morta ao padre, dizendo que não havia sido batizada, porém depois descobriu-se que estava viva, mas que seus pais a escondiam para que fosse enterrada de maneira tradicional, porém, após a visita de um padre, foi batizada.

Chagas (2010), Silva (2011), Moura (2013), Parellada (2013b), Anzolin (2021) dentre muitos outros. Entretanto, para os objetivos aqui propostos, evidenciar a aproximação étnica e espacial dos Gualachos com os Kaingang e Xokleng, além do tratamento ritual-funerário dispensado a seus mortos, a amostragem documental, é bastante significativa.

Se por um lado, não é possível distinguir com precisão se os relatos dos jesuítas são relacionados aos grupos que ao longo do século XIX, ficaram conhecidos como Kaingang ou Xokleng, pois, na narrativa dos missionários os grupos não-Guarani foram homogeneizados como Gualachos, que podem ser compreendidos como “uma categoria genérica que abrangia diferentes populações” (Silva, 2011, p. 97-98). Entendimento semelhante ao de Bartomeu Melià (1983) sobre os Yvyrajara (ou Ybirayara). Por outro lado, como se indica, há diversos elementos descritos entre os Gualachos do século XVII, que podem ser relacionados aos observados entre os Kaingang do século XIX, em especial, a vinculação entre seus territórios e suas sepulturas do médio rio Piquiri, que no século XIX, eram reconhecidas por Jógjó como pertencentes a seus ancestrais.

A documentação aponta para a mobilidade dos grupos no século XVII, motivada não somente por incursões de guerra, mas por visitas a aliados, às áreas aonde chegavam os jesuítas, além da circulação por territórios alheios em busca de erva-mate, pinhão, madeiras adequadas para confecção de arcos e flechas, dentre outros recursos específicos. Contudo, como destacou Silva (2011), esta movimentação dependia da autorização dos habitantes destes territórios, indicando que eles tinham territórios definidos. Desta forma, a permanência dos Kaingang no espaço destas sepulturas no século XIX, é significativa, pois, evidenciam a manutenção de seus domínios territoriais, marcados pelas sepulturas de seus antepassados, como destacou Jógjó.

A mobilidade e a diversidade de denominações registradas pelos jesuítas indicam a heterogeneidade de grupos, com língua e costumes em comum, mas com territorialidades e arranjos políticos distintos. Embora se reconheça que em alguns momentos os missionários tenham apontado para singularidades como a bondade dos *Chiquies* em relação a outros Gualachos, como fez Pe. Montoya na Carta de 1628, ou aos diferentes compartimentos ambientais em que instalavam suas aldeias, como especificou Duran na sua Carta Ânua também de 1628. Os jesuítas diluíram as diferenças para reduzi-los, homogeneizando-os em um bloco, ora nomeado de Ybirayara ou Gualachos, dentre outras designações, muitas vezes, utilizadas conjuntamente.

Para Silva (2011), essas denominações correspondem a macro-etnônimos que abrangeria várias populações etnicamente semelhantes, singularizadas sobretudo pelo discurso

dos jesuítas, já que uma das funções das reduções era diluir as diferenças, “[...] reduzir uma pluralidade étnica nativa, a alguns poucos grupos” (Silva, 2011, p. 163). Essa homogeneização, dos grupos de língua Jê, operacionalizada pelos jesuítas, não difere da generalização produzida pelos arqueólogos do PRONAPA para a cultura material relacionada a esses grupos, que compõem a Tradição Itararé-Taquara, ou Jê no Sul como preferem alguns arqueólogos.

Neste sentido, Gualachos ou Ybirayara, assumem o mesmo significado semântico que a designação Jê no Sul, pois, se referem a um conjunto indistinguível de grupos linguisticamente e etnicamente semelhantes, que arqueologicamente integram a Tradição Itararé-Taquara. Entretanto, essas categorias, indicam grupos de língua Jê do passado, que em tese, ao menos nos documentos, foram extintos, já que as fontes apresentam uma suposta diversidade de grupos que desaparecem dos registros históricos,²¹³ que, quando correlacionados a grupos Kaingang e Xokleng, são apresentados como antepassados destes.

Essas generalizações implicam em uma ruptura da história Kaingang e Xokleng, pois mesmo que adequadamente englobados no conjunto Jê do Sul, essas populações formadas por sujeitos de direitos são invisibilizadas pela terminologia, em prol da diversidade de grupos pretéritos que não reivindicam direitos territoriais.

Nesta perspectiva, reconhecendo a diversidade de grupos Jê dos registros históricos e a ideia de macrounidade étnica Kaingang como proposta por Góes (2018), entende-se que os Gualachos e demais grupos a eles relacionados pelos jesuítas no século XVII, entre o rio Piquiri e Iguaçu, devem ser diretamente conectados aos grupos que historicamente permaneceram neste espaço, marcado pelas sepulturas por eles reconhecidas como pertencentes aos seus ancestrais, neste caso, aos Kaingang.²¹⁴

Essa concepção conecta uma história de continuidades, pois, entende-se que, assim como os Gualachos, a macrounidade étnica Kaingang é composta por vários grupos sociologicamente semelhantes, que ora se articulam politicamente em torno de interesses em comum, sendo que, em outros momentos, disputam territorialidades e interesses específicos dos grupos. Esse entendimento, que o etnônimo Kaingang é uma construção, datada do século XIX,

²¹³ Nos registros históricos referentes ao espaço abordado nesta pesquisa, os grupos de língua Jê passam a ser genericamente mencionados como, *índios*, *selvagens* e *bugres*, sendo em alguns momentos especificadas designações que distinguem grupos *coroados* (Kaingang) e *botocudos* (Xokleng).

²¹⁴ Embora D’Angelis (2003), indique se tratar de grupos Xokleng, a homogeneização dos registros jesuítas apenas possibilita sugerir que, entre os grupos de *Gualachos*, possivelmente também havia grupos Xokleng, entretanto, essa espacialidade possui uma ocupação historicamente relacionada a grupos que hoje, se reconhecem como Kaingang.

como demonstrou Mota (2004), o qual, como indicam Fernandes (2003) e Góes (2018) abarcam vários grupos, é fundamental para vincular a história dessas populações.

Destarte, considerando o posicionamento da região entre a bacia do rio Marrecas e o médio rio Piquiri, entende-se que não há nenhum impedimento em projetar que o espaço do alto rio Piquiri apresente uma ocupação análoga as evidenciadas pelas pesquisas arqueológicas em sua circunvizinhança. A localização dos Dorim, evidenciada na documentação analisada por Mota (2022a; 2023) e Nascimento (1886), as descrições dos jesuítas sobre o modo de vida dos Gualachos no século XVII, somada com elementos da paisagem, como os vestígios das estruturas de *pãri*, e contexto da arqueologia regional, indicam a manutenção da ocupação deste espaço de forma consolidada por grupos Kaingang.

Desta forma, a indicação da presença Kaingang ao longo do século XIX, constatada na documentação pela historiografia e espacializadas nesta tese, somadas as datações de sítios arqueológicos a eles relacionados, recuam a ocupação da região a no mínimo 855 anos AP, como sugere as datações do sítio Turvo 1 de 885 anos AP, (D-AMS – 038280) obtida na região do rio Marrecas e a datação do sítio Carajá 1 (PR-UB-4), que alcançou 855±95 AP (SI 2193), na região do médio rio Piquiri, espaços adjacentes a região do alto rio Piquiri. Mais do que isso, a simultaneidade de ocupação entre os sítios datados, aponta para uma ocupação ampla neste período.

4.4. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E OS KAINGANG NOS *MIN-KRIN-IA-RÊ*

A sudoeste da Serra de São João, divisor de águas do alto rio Piquiri, Cavernoso e outros rios menores, como o rio Xagu e Rio das Cobras, tributários da margem direita do médio rio Iguaçu, está a região que no século XIX, ficou conhecida como Campos do Chagu. Conforme Borba (1908), Xagú, deriva de *Xongú*, que:

[...] é o nome, no idioma dos Kainganges, de um pequeno arbusto espinhoso que dá neste campo, mas os Kainganges chamam ao campo, mais commummente: *Mincrinierê*. Mim. Tigre, *Crín*, cabeça; *Iá*, abreviação de *iapri*, caminho. Contam que, os que iam adiante, na saída deste campo, mataram um tigre, cortaram-lhe a cabeça, espetaram-n'a em um pau, e o fíncaram no caminho, os que vinham atrás viam a cabeça e diziam – *Mincrinia* – Tigre, cabeça, caminho: Dahi proveio ao campo seo nome que foi substituído pelo outro de Xongú que alteraram em Xagú. (Borba, 1908, p. 118).

Mota (2000a; 2000b; 2016), optou por tratar desse espaço-território pelo nome que Borba (1908) indicou ser o mais comum entre os Kaingang, *Min-krin-ia-rê*.²¹⁵ Parellada (2014) ajustou a tradução de *Mincrinierê* feita por Borba (1908) para o “[...] campo da cabeça da onça no caminho” (Parellada, 2014, p. 133).

Em Mota (2023a), esta região foi incluída na discussão dos *Nerinhé*, entretanto, na perspectiva desta tese, há uma complexidade maior nessas delimitações, que ao longo do tempo, devem ter passado por transformações ocasionadas por disputas territoriais entre diferentes grupos Kaingang. No momento imediato à conquista, o mapa de Müller de 1815 (figura 54), indica que, na margem direita da região do baixo Cavernoso, ou seja, nos *Min-krin-ia-rê*, estavam os Kaingang / *Votoroens*, ao passo que nas cabeceiras deste rio, onde indica-se a localização dos *Nerinhé*, assinalado como território dos *Dorim*.²¹⁶

Desta forma, considerando o mapa de Müller (1815), os indicativos de Borba (1908), e as discussões de Mota (2000a; 2000b, 2016; 2023a) e Parellada (2014), nesta tese, entende-se que os *Min-krin-ia-rê* correspondem à região que se estende ao sul da Serra de São João até a margem direita do rio Iguaçu, delimitada pela margem direita do rio Cavernoso, ao longo de todo o curso do rio Xagu, até os divisores de água da margem direita do Rio das Cobras. Além das indicações destes autores, a toponímia da região do baixo rio Xagu reforça a especificidade desta territorialidade, pois, entre a margem esquerda do rio Xagu e direita do rio Cavernoso localiza-se o rio Crim, podendo este corresponder a localidade dos campos do *Xongú*, onde os Kaingang, mataram a onça e espetaram sua cabeça.²¹⁷

No fim da primeira metade do século XIX, a atuação dos Kaingang nesta região fora relatada ao Presidente de Província de São Paulo pelo fazendeiro Domingos Floriano Machado, que após ter recebido um grupo de indígenas em sua fazenda, comunicou a autoridade que estes haviam deixado uma moça Kaingang em sua sede, a qual lhe contou que seu grupo, “a cinco annos mais ou menos, tem cometido as maiores atrocidades, e os mesmos que incendiarão o acampamento do Hagu” (APESP, Ofício. 18/12/1852, f. 57. Documento manuscrito).

²¹⁵ Como já explicado na introdução desta tese, Mota (2000a; 2016) esteia-se em Borba (1908) para definir os territórios relacionados aos campos dos Kaingang.

²¹⁶ Possivelmente os Kaingang dos *Nerinhé*, circulavam pelos *Min-krin-ia-rê*, assim como circulavam por Guarapuava nos *Koran-bang-rê*, no século XIX.

²¹⁷ Em Kaingang, o termo *Krin*, ou *Crin*, pode ser utilizado para se referir a cabeça, e/ou a morros (serras e montanhas), indicando se tratar da parte alta de algo.

Além disso, baseado nas informações da jovem Kaingang, o alferes Domingos Floriano Machado estimou que naquela região havia “[...] vinte cinco toldos pelo que concluo a existência de mil e quinhentos índios mais ou menos” (APESP, Ofício. 18/12/1852, f. 57-58. Documento manuscrito).

O desfecho desta situação, que desencadeou o ataque a fazenda do alferes em primeiro de fevereiro de 1853, questão discutida de forma pormenorizada por Mota (2023a). Assim como o esforço de criação da Colônia Militar do Chagú (1859-1861), que conforme Mota (2000a), não chegou a ser implantada, já foram contextualizadas no segundo capítulo desta tese.²¹⁸ Aqui, retomo esses episódios para indicar a presença ativa dos Kaingang neste espaço.

A estimativa demográfica do fazendeiro, pode ser questionada, pois como foi discutido no segundo capítulo, o alferes tinha interesse em angariar recursos junto ao Governo Provincial, e, possivelmente, tenha superestimado o contingente de indígenas que demandavam por ferramentas, tecidos e outros itens de seus interesses. Mesmo assim, considerando as ações dos Kaingang em meados do século XIX, é possível afirmar que muitos grupos Kaingang ainda viviam pela região dos *Min-krin-ia-rê*, impondo severa resistência aos fazendeiros que avançavam, sobre seus territórios.

Entre os vestígios históricos evidenciados pelas pesquisas arqueológicas, mas não classificados ou associados a sítios arqueológicos, destacam-se as estruturas da Estrada Antiga e a Trincheira relatado em Forte Soluções Ambientais (2017a; 2017b; 2017c; 2018; e 2019).

Como apresentado no terceiro capítulo, diversas interpretações foram propostas para explicar a origem dessas estruturas, as quais, aqui, retomamos de maneira sintética. Sobre a estrada, a população local acreditava que fora construída pelos jesuítas para ligar Guarapuava a Foz do Iguaçu, como consta em Forte Soluções Ambientais (2017a, p. 56). Por sua vez, inicialmente, a consultoria sugeriu ser “[...] um dos trechos do caminho indígena Paêbiru, reutilizado e construído como estrada pelos Jesuítas” (Forte Soluções Ambientais, 2017a, p. 64); e, posteriormente, como hipótese final, como parte do trajeto da “[...] passagem do telegrafo, associado a passagem da antiga estrada que ligava Guarapuava a Cascavel.” (Forte Soluções Ambientais, 2019, p. 86).

Sobre a estrutura escavada no solo, a explicação popular era que se tratava de uma trincheira, utilizada para defesa das tropas durante a Guerra do Paraguai. No entanto, devido à

²¹⁸ Para saber mais sobre a criação e fim da Colônia Militar do Chagu, sugere-se Mota (2000a; 2000b; 2023a).

distância dos conflitos essa explicação foi refutada pela equipe de arqueólogos, que embora tenham concordado que realmente se tratava de uma escavação de origem antrópica, titubearam em classificá-la como trincheira, a justificativa apresentada no relatório foi a de que “[...] não há registros oficiais de batalhas e/ou conflitos de qualquer natureza descritos na região” (Forte Soluções Ambientais, 2019, p. 88).

Se analisadas conjuntamente, a estrada e a vala escavada, compõem um cenário de avanço de fronteira e da resistência dos Kaingang na região. Essa indicação tem como base os acontecimentos registrados na documentação de meados do século XIX, que contrariam a conclusão dos arqueólogos, que afirmam que na região do rio Cavernoso não houve batalhas ou conflitos.

Como discutido no segundo capítulo desta tese, muitos foram os conflitos entre os *fóg* e os Kaingang na região do rio Cavernoso, mas especificamente a problemática da estrada e da trincheira, sugere-se que estas estão associadas a abertura da estrada que conectaria Guarapuava ao rio Paraná, no final da década de 1840.

Conforme Mota (2023a), além da catequese, a abertura de estradas foi uma das estratégias do governo imperial para ocupação de territórios indígenas. Entende-se aqui que a “estrada antiga”, evidenciada nos trabalhos de arqueologia no âmbito do licenciamento ambiental da PCH Cavernoso IV, é justamente um trecho da estrada de Guarapuava ao rio Paraná, abordada pelo historiador, segundo o qual: “Essa estrada era estratégica para o governo imperial, além de abrir e tornar conhecidos esses vastos territórios, ela propiciaria vigiar a fronteira oeste com o Paraguai e a Argentina. Tanto que a ordem para sua abertura partiu do Ministério do Império” (Mota, 2023a, p. 11).

Inicialmente, em 1846 foi encarregado da missão o então major Henrique de Beaurepaire Rohan, que conforme Mota (2023a) acompanhado de trinta praças, em maio de 1848 já havia adentrado ao centro do território dos *Nerinhé*, adiante do posto Chagu.²¹⁹

Posteriormente, como aponta Mota (2023a), o major Beraurepaire Rohan foi substituído pelo major Luiz José Monteiro, e outras expedições entre Guarapuava e o rio Paraná foram realizadas entre 1848 e 1851. Obviamente, estas campanhas eram compostas por militares, que prezavam pela segurança da tropa e dos trabalhadores da estrada, que certamente temiam pelo confronto com os Kaingang. Portanto, não é estranho que em diversos trechos da estrada fossem

²¹⁹ Como já mencionado, em Mota (2023a) os *Min-krin-ia-rê* foram abordados como um espaço inserido nos *Nerinhé*, entretanto, na perspectiva desta pesquisa, estes espaços constituem-se em territórios distintos.

construídas estruturas de defesa, como aponta o historiador ao comentar sobre a expedição do topógrafo Camilo Lélis da Silva em agosto de 1851:

Camilo Lélis da Silva, que chegou no acampamento do Chagu em 30 de agosto com uma força de 42 camaradas. Lá já estavam estacionadas 10 praças de 1ª Linha de Guarapuava comandadas por um cadete. **Sua primeira providência foi a retirada de madeira para construção de trincheiras** e casas de pau a pique para o quartel do destacamento e para abrigar os trabalhadores da estrada. Preparou uma roça de seis alqueires (14,5 hectares) para plantio de alimentos a serem utilizados na expedição. Em 15 de setembro, 15 dias depois, ele iniciou os trabalhos de abertura do picadão da estrada. Deixou soldados armados protegendo o quartel do Chagu e armou sete trabalhadores para coadjuvar os soldados que faziam a segurança da expedição. Esses homens armados tinham a incumbência de proteger os camaradas nas picadas e proteger os animais cargueiros que faziam o transporte de víveres e ferramentas ao longo das picadas traçadas desde o quartel do Chagu. (Mota, 2023a, p. 13. Grifo nosso).

Embora a ação descrita pelo autor tenha ocorrido no quartel do Chagu, adiante da margem direita do rio Cavernoso, sugere-se aqui que a construção de trincheiras devia ser prática comum em diversos trechos da estrada entre Guarapuava e o rio Paraná, como o trecho evidenciado na passagem do rio Cavernoso durante as pesquisas arqueológicas na área da PCH Cavernoso IV. Essas trincheiras possivelmente foram escavadas para abrigar trabalhadores e soldados dos eminentes ataques proferidos pelos Kaingang em defesa de seus territórios, que conforme Mota (2023a), vinham sendo devassados.

Como já discutido no segundo capítulo desta tese, e demonstrado por Mota (2023a), as medidas de precaução para a segurança das tropas e trabalhadores não eram descabidas, vista as ações implementadas pelos Kaingang relatadas no ofício de 18 de dezembro de 1852, do alferes Domingos Floriano Machado ao Presidente da então Província de São Paulo, no qual informa que os indígenas “incendiarão o acampamento do Hagu” (APESP, Ofício. 18/12/1852, f. 57. – Documento manuscrito).

Segundo Mota (2023a), o incêndio foi no ano de 1849, mas outros ataques foram realizados pelos Kaingang nos anos seguintes, tanto no Posto do Chagu, indicado por Mota (2023a), como a fazendas da região, dos quais, destaca-se aqui os simultâneos de fevereiro 1854,

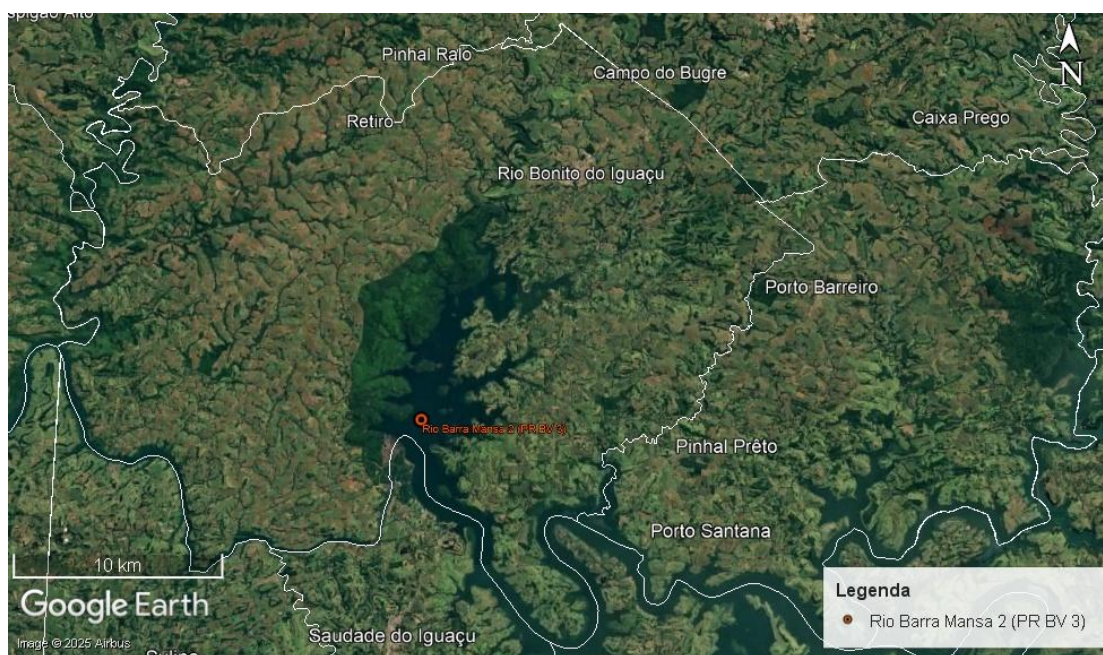
as fazendas de José Nogueira do Amaral, e a Fazenda Pau de Lenha, do próprio Domingos Floriano Machado que junto com outros moradores da fazenda foram mortos.²²⁰

Com esse sucinto contexto, discorda-se nesta tese das interpretações propostas pelos arqueólogos nos estudos desenvolvidos durante o licenciamento da PCH Cavernoso IV, no que se refere as explicações sobre a antiga estrada e trincheira evidenciadas na pesquisa. Se analisados em conjunto, as estruturas da estrada e da trincheira, compõem o cenário dos acontecimentos de meados do século XIX, durante a abertura da estrada que ligaria Guarapuava ao rio Paraná, sendo a trincheira, registro dos diversos embates entre os Kaingang e os militares e trabalhadores que abriram a estrada.

Os registros destas estruturas, são compatíveis com os registros históricos ocorridos na região, marcada pelo intenso contato entre colonizadores e os Kaingang, mas pouco evidenciado pelas pesquisas arqueológicas. Como apresentado no terceiro capítulo, na falta de datações, existe uma tendência entre os pesquisadores em relacionarem os sítios Itararé-Taquara ao período pré-colonial. O único sítio exclusivamente desta Tradição, que fora atribuído ao período histórico é o PR BV 3: Rio Barra Mansa 2, identificado por Chmyz (1981) próximo ao rio Barra Mansa, nas imediações da foz do rio Xagu, atual município de Rio Bonito do Iguaçu, atualmente o sítio encontra-se submerso pelo reservatório da UHE Salto Santiago (figura 56).

²²⁰ Mota (2023a), faz uma análise minuciosa dos acontecimentos de meados do século XIX na Fazenda Pau de Lenha.

FIGURA 56 - LOCALIZAÇÃO DO SÍTIO PR BV 3: RIO BARRA MANSÁ 2



Fonte: Elaboração própria.

O material cerâmico do sítio foi classificado na Fase Xagu, da Tradição Itararé-Taquara, não sendo reconhecidas transformações que o diferencia-se dos sítios relacionados por Chmyz (1981) ao período pré-colonial, a não ser, pela presença de uma ponta de projétil em metal, única evidência que fez com que o arqueólogo, mesmo com cautela, o relacionasse ao período histórico.

A ponderação de Chmyz (1981), se deve ao sítio estar perturbado, possibilitando que a ponta de projétil metálica fosse um elemento intrusivo, depositado em momento posterior a instalação do sítio. No entanto, ao considerar o contexto histórico da área, pode-se sugerir, que mesmo que isso tenha ocorrido, a evidência indica a permanência dos Kaingang nesta região.

Próximos ao sítio PR BV 3: Rio Barra Mansa 2, foram registrados mais oito sítios: PR AS 2: Barragem Santiago 1; PR AS 3: Barragem Santiago 2; PR AS 4: Vau 1; PR BV 2: Rio Barra Mansa 1; PR BV 4: Rio Barra Mansa 3; PR BV 9: Rio Crim 1; PR BV 18: Rio Crim 3; e PR BV 28: Santa Rosa. Todos relacionados a Tradição Itararé-Taquara, e atribuídos por Chmyz (1981), ao período pré-colonial. A disposição destes pode se visualizada na figura 57.

estão situadas no mesmo quadro temporal das apresentadas por Chmyz (1993), sugerindo se tratar das mesmas datações.

Nesta área, há também três sítios relacionados por Chmyz (1981) a fase Candói, são eles: PR AS 3: Barragem Santiago 2, PR BV 2: Rio Barra Mansa 1 e PR BV 4: Rio Barra Mansa 3. O primeiro, está a 650 m a sudoeste do sítio PR BV 3: Rio Barra Mansa 2, e suas dimensões foram definidas em uma área de 70x65m.

Conforme apresentado no capítulo anterior, o sítio PR AS 3: Barragem Santiago 2, foi escavado por Chmyz (1981), que evidenciou material arqueológico até 40 cm de profundidade, sendo que a concentração do material estava entre 15 e 25 cm. Além do material lito-cerâmico, o arqueólogo identificou várias estruturas de combustão, que teriam sido utilizadas como fogões, sendo que a nordeste da área escavada, foram identificadas duas estruturas subterrâneas de aproximadamente 2 m de diâmetro, as quais o arqueólogo propôs se tratar de casas subterrâneas.

Os outros dois, tiveram suas áreas igualmente estabelecidas em 60x20m, sendo que PR BV 2: Rio Barra Mansa 1, onde foram evidenciados materiais arqueológicos entre a superfície e 10 cm de profundidade, está posicionado a cerca de 100 m a sudoeste do PR BV 3: Rio Barra Mansa 2. Enquanto o PR BV 4: Rio Barra Mansa 3, com vestígios apenas em superfície, localiza-se a uma distância de aproximadamente 85 metros ao norte.

Dentre os sítios da região, os relacionados a fase Candói são os mais recorrentes. Mesmo distinguindo os sítios desta fase em acampamentos e de habitação, o arqueólogo considerou que nestes sítios houve “permanência pouco prolongada de pequenos grupos humanos em cada local.” (Chmyz, 1981, p. 91). O argumento utilizado para tal indicação é que a densidade dos “depósitos eram pouco espessos” (Chmyz, 1981, p. 91).

Em Chmyz (1981), é indicado que, “nas proximidades de União da Vitória e da foz do rio Chopin (Chmyz, 1969b: 121; 1971: 96), um dos sítios foi datado de A.D. 475±65 (SI-2197)” (Chmyz, 1981, p. 91). Mais de uma década depois, sem especificar quais, Chmyz *et alli* (1993) afirma que alguns sítios da fase Candói na região do médio Iguaçu foram datados, situando cronologicamente a fase cerâmica da Tradição Itararé-Taquara em “A.D. 475±65” (Chmyz *et alli*, 1993, p. 8). Em Chmyz *et alli* (2009), a referida datação e amostra foram atribuídas ao sítio PR UV 17, cuja data apresentada é de “1475±65 AP ou 475 d.C,” (Chmyz *et alli*, 2009, p. 25).

Ainda neste espaço, foram registrados os sítios PR AS 2: Barragem Santiago 1, PR BV 9: Rio Crim 1, PR BV 18: Rio Crim 3 e PR BV 28: Santa Rosa, estes classificados por Chmyz (1981) na fase Açungui, relacionados a Tradição Itararé-Taquara.

Destes, o sítio PR AS 2: Barragem Santiago 1, possui dimensões de 35x12m, e a ocorrência de material arqueológico foi constatada entre a superfície e os 10 cm de profundidade, estando este sítio posicionado a aproximadamente 700 m a oeste do PR BV 3: Barra Mansa 2.

Cerca de 9,7 Km, a sudeste do PR BV 3: Barra Mansa 2, o PR BV 9: Rio Crim 1, possui a maior área dentre os sítios deste espaço, conforme Chmyz (1981), suas dimensões correspondem a 150x60m. Neste o material também foi identificado entre a superfície e os 10 cm de profundidade. No mesmo sentido, a quase 10 km, foi identificado o PR BV 18: Rio Crim 3, com vestígios em superfície ao longo de uma área delimitada em 80x30m.

O último sítio deste espaço, o PR BV 28: Santa Rosa, também teve seu material reconhecido em superfície, em uma área de 20x15m, ou seja, o menor sítio deste contexto. Este situa-se a cerca de 6 km ao norte do sítio PR BV 3: Rio Barra Mansa 2.

Os sítios da Fase Açungui receberam interpretação similar aos dos sítios das outras fases, evidenciadas nesta área, segundo o arqueólogo os sítios desta fase correspondem a acampamentos e habitações, “cujos refugos delgados e rarefeitos, indicam permanência curta de pequenos grupos humanos. Alguns sítios sugerem ainda, pela disposição separada das concentrações, que eram constituídos por pequenas habitações.” (Chmyz, 1981, p. 92). Mais de uma década depois, o arqueólogo indica que a cronologia estabelecida para a fase Açungui é de “A.D. 890 e A.D. 1.190.” (Chmyz *et alli*, 1993, p. 8). Possivelmente, estas datações sejam as mesmas mencionadas por Parellada (2014), pois enquadram-se na mesma faixa cronológica, porém, convertidas para anos AP, como citado pela autora, os sítios da fase Açungui foram “datados entre 1060 e 760 anos AP.” (Parellada, 2014, p. 100).

Ao longo da margem direita do rio Iguaçu, entre os rio Crim, e a margem direita da foz do rio Cavernoso, Chmyz (1981) identificou mais quinze sítios da Tradição Itararé-Taquara, onze associados a fase Candói: PR BV 5: Lajeado da Erva 1, PR BV 6: Lajeado da Erva 2, PR BV 7: Porto Santana 1, PR BV 8: Porto Santana 2, PR BV 11: Rio Iguaçu 1, PR BV 13: Rio Cavernoso 1, PR BV 20: Santa Cruz, PR BV 23: Rio Cavernoso 2, PR BV 24: Rio Cavernoso 3, PR BV 25: Ilha Grande e PR BV 27: Rio Iguaçu 4. Dois da fase Xagu: PR BV 12: Rio Iguaçu

2 e PR BV 21: Córrego Barra Grande 1. E dois da fase Açungui: PR BV 19: Rio Feio, PR BV 22: Córrego Barra Grande 2. (Figura 58).

FIGURA 58 - SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA ENTRE O RIO CRIM E A MARGEM DIREITA DA FOZ DO RIO CAVERNOSO



Fonte: Elaboração própria.

Parellada (2005; 2014) informa que entre os sítios da Tradição Itararé-Taquara registrados por Chmyz (1981) na margem direita do médio rio Iguaçu, foi obtida a datação de 2860 anos AP, o que recua a ocupação desta região a quase 3000 anos, no entanto, a autora não indica o código da amostra, ou de qual sítio provem a datação, pois como indica Parellada (2005), a informação desta data foi realizada em comunicação pessoal com Igor Chmyz.

Dentre os sítios da margem direita, destaca-se o PR BV 7: Porto Santana 1, onde Chmyz (1981) encontrou o fragmento de estatueta em cerâmica. Como já mencionado no capítulo anterior, o material arqueológico foi encontrado em superfície, em uma área de 40x30m. Em meio a outros elementos comuns em sítios Itararé-Taquara, o fragmento de estatueta, considerado atípico pelo arqueólogo, pode indicar uma ocupação mais recente, que esteja relacionada ao período pós-contato, já que segundo Chmyz (1981), neste sítio “foram constatados indícios de aculturação”. (Chmyz, 1981, p. 44).

As dimensões dos sítios arqueológicos identificados entre a região da foz do rio Xagu até a margem direita do rio Cavernoso variam entre áreas de 20x15m, no sítio PR BV 28: Santa Rosa, até 200x90m, no sítio PR BV 12: Rio Iguaçu 2.

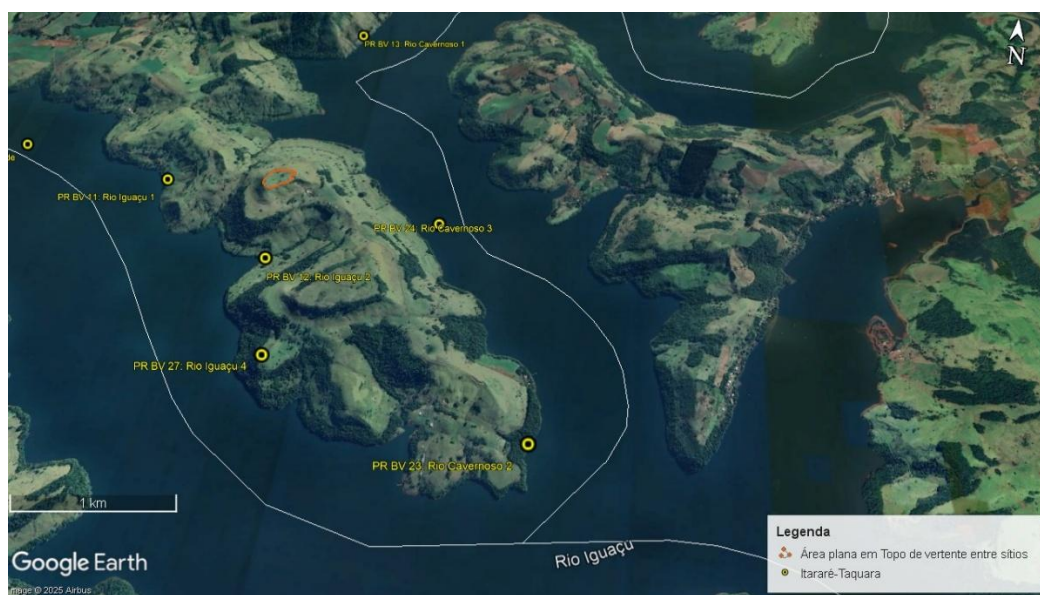
O tamanho dos sítios e a falta de datação específica, inviabiliza a possibilidade de comparações que indiquem transformações nas dimensões dos sítios, que por estarem localizados próximos as margens dos rios, podem indicar ocupação sazonal, e/ou áreas de *wãre* do período pré-colonial, ou ainda áreas de habitação de famílias refugiadas durante a conquista dos *Koran-bang-rê*. Os sítios PR BV 3: Rio Barra Mansa 2 com dimensão de 80x30m e o PR BV 7: Porto Santana 1, com área de 40x30, possivelmente estejam relacionados a segunda opção, já que em ambos foram encontrados indícios de contato.

Para os demais sítios, a falta de datações e a heterogeneidade de suas dimensões impossibilita estabelecer correlações entre o tamanho dos sítios e seu período de ocupação, pois, não há elementos que distinga os sítios do período pré-colonial do período pós-conquista, tornando impraticável esta avaliação.

Como explicado no capítulo anterior, a localização dos sítios identificados por Chmyz (1981) foram plotadas no *Google Earth*, a partir do mapa de sítios pesquisados pelo CEPA/UFRP, publicado em Chmyz (2007) e Chmyz *et alli* (2007). Estimadas as coordenadas, pode-se verificar aspectos da paisagem do entorno dos sítios registrados por Chmyz (1981). Especialmente na área circundada pelos sítios PR BV 25: Ilha Grande, PR BV 11: Rio Iguaçu 1, PR BV 12: Rio Iguaçu 2, PR BV 27: Rio Iguaçu 4, PR BV 23: Rio Cavernoso 2, PR BV 24: Rio Cavernoso 3 e PR BV 13: Rio Cavernoso 1.

Nesta área, entre os sítios da margem direita do rio Cavernoso e o rio Iguaçu, há um morro, que alcança entre 670 e 700 m de altitude. No topo localizado entre os sítios PR BV 11: Rio Iguaçu 1 e PR BV 12: Rio Iguaçu 2, a cerca de 670 m de altitude, há um terreno aplainado, com palmáceas e algumas anomalias no terreno, que indicam a possibilidade deste local ter abrigado sítio Itararé-Taquara (figura 59).

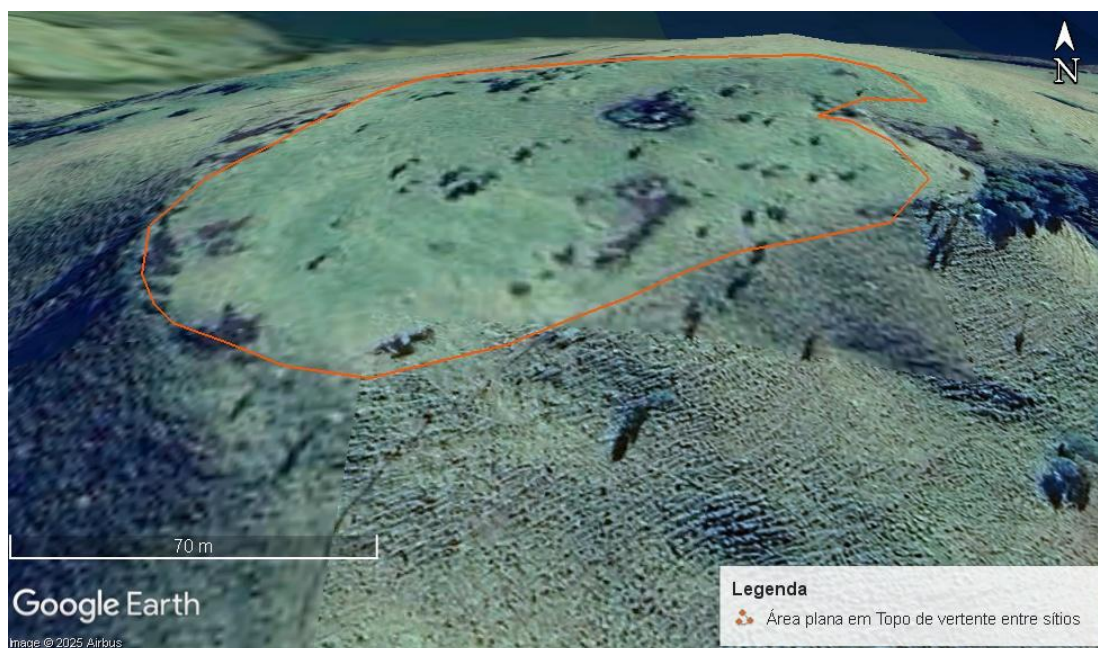
FIGURA 59 - ÁREA DE TOPO APLAINADO ENTRE OS SÍTIOS



Fonte: Elaboração própria.

Conforme indicam Mota (2000a), De Masi (2005), Araújo (2007) dentre outros, as áreas altas são locais preferenciais dos grupos relacionados a Tradição Itararé-Taquara, assim como para os Kaingang e outros grupos Jê, como indicado em Góes (2018) e Góes *et al* (2025), são espaços que constituem a “Jêografia” destes povos. A área plana entre os sítios pode ser visualizada na figura 60.

FIGURA 60 - ÁREA PLANA ENTRE OS SÍTIOS.



Fonte: Elaboração própria.

Talvez, pela necessidade de registrar os sítios que seriam submersos pelo reservatório da UHE Salto Santiago, estes tenham sido encontrados por Chmyz (1981), predominantemente em áreas de base de vertente, ou em meia encosta, próximas as cotas de inundação do reservatório da UHE, não sendo evidenciados sítios nas áreas mais altas da região.

Ao analisar a paisagem do entorno dos sítios, na margem esquerda da foz do rio Cavernoso, onde não foram encontrados registros de sítios arqueológicos, por meio do *Google Earth*, identifiquei um grande aterro anelar. Situada em topo de montanha, em altitude de aproximadamente 580 m, em uma península, formada pelo reservatório da UHE Salto Santiago, no município de Candói. A posição do aterro pode ser visualizada na figura 61.

FIGURA 61 - POSIÇÃO DO ATERRO ANELAR NA FOZ DO RIO CAVERNOSO

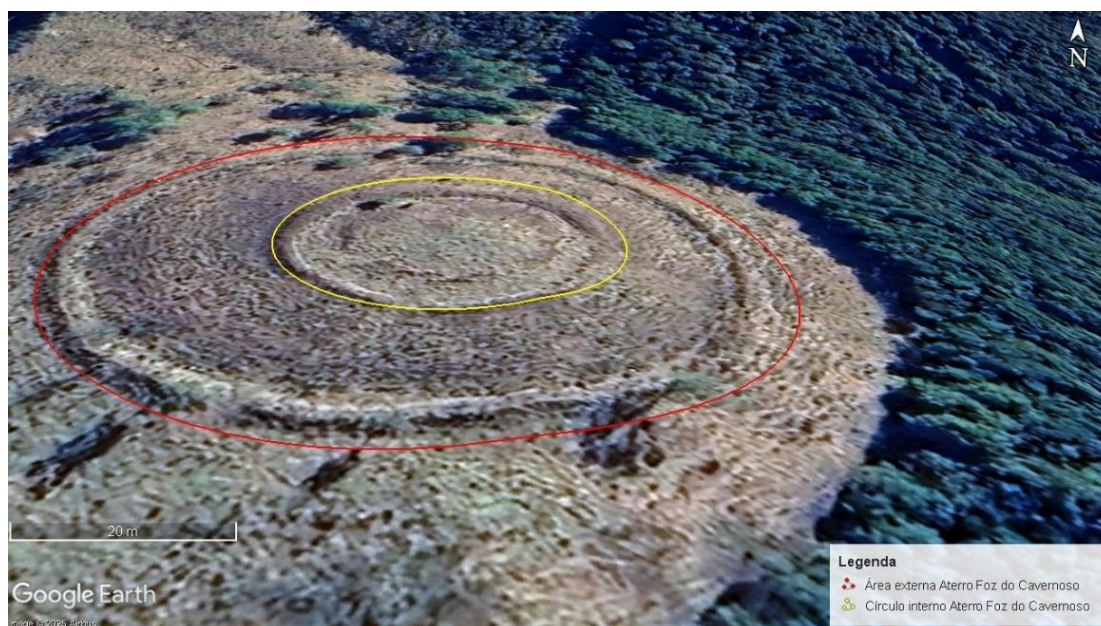


Fonte: Elaboração própria.

Situada nas Coordenadas UTM: 22 J 361357 E 7158854 S, a estrutura estaria fora da delimitação dos *Min-krin-ia-rê*, mas dentro dos *Koran-bang-rê*, do qual tratarei adiante, entretanto, o rio Cavernoso como fronteira destas territorialidades deve ser compreendido como um local de travessia, de encontro, e não como uma barreira intransponível.

Visualizada apenas pelo *Google Earth*, a estrutura aparentemente é composta por um círculo maior, um círculo interno, além de uma plataforma central monticular de topo presumivelmente plano (figura 62).

FIGURA 62 - ATERRO ANELAR NA MARGEM ESQUERDA DA FOZ DO RIO CAVERNOSO



Fonte: Elaboração própria.

Utilizando as ferramentas disponíveis no *Google Earth*, pode-se mensurar as dimensões da estrutura de terra. O círculo contornado em vermelho corresponde a uma área de 8.724,90 m², cujo raio mede 52,26 m, ou seja, um diâmetro de aproximadamente 104 m, sendo que a circunferência deste é de 330,90 m. Já o círculo interno, contornado em amarelo, apresentou raio de 26,03 m, com uma área de 2.130,93 m², e uma circunferência de 163 m de comprimento.

Embora pouco diferente em sua forma, esta estrutura é comparável com as evidenciadas nos sítios Faxinal Saudades de Santa Anita 1 e Faxinal da Boa Vista 1, entretanto, estas últimas estão localizadas próximas aos divisores de águas do Ivaí, Piquiri, Jordão e Cavernoso, enquanto esta, encontra-se posicionada na foz do rio Cavernoso. Esta disposição, sugere que os rios, servissem de ligação entre estes espaços, conectando populações que mantinham relações entre si.

Subindo o rio Cavernoso, na região em que seu curso divide os municípios de Candói e Virmond, durante o “Programa de Preservação, Prospecção, Resgate do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial da PCH Cavernoso II”, Parellada (2014), registou e pesquisou nove sítios arqueológicos, todos com evidências relacionadas a Tradição Itararé-Taquara, são eles: Canal de Desvio PCH Cavernoso, Plantação José Ossowski Sobrinho,

Ludovico Cocuginski, Pontal José Ossowski, Portão Acesso PCH Cavernoso, Paulo Svarcz, Celeiro Márcio Cocuginski, Lagoa Bonita 1 e Mário Cocuginski 1.²²²

Neste último, a arqueóloga identificou fragmentos cerâmicos relacionados a Tradição Tupiguarani, associados a cerâmica da Tradição Itararé-Taquara. A associação do material ocorreu entre a superfície e os 15 cm de profundidade, sendo que, de 15 a 45 cm, apenas cerâmica Itararé-Taquara, como pode ser conferido em Parellada (2012b; 2013a; 2014).

A estratigrafia descrita pela arqueóloga, aponta que a presença do material Tupiguarani é mais recente e quantitativamente menor se comparados aos Itararé-Taquara, podendo indicar o contato entre populações linguisticamente e culturalmente distintas neste espaço.²²³

No século XIX, a presença Guarani foi registrada por Nascimento (1886), a mais de nove léguas (59,4 KM), a noroeste da região do Chagu, e do rio Cavernoso, onde estão os sítios pesquisados por Parellada (2014). Dois integrantes da expedição que caçavam na região avistaram dois locais com fumaça, os Kaingang do grupo de *Jónjón*, que guiavam o grupo de Nascimento por aquelas terras, informaram que se tratava de toldos Guarani. Armados, Nascimento e os demais membros de sua expedição seguiram por mais três quilômetros até encontrarem a morada dos Guarani.²²⁴

Conforme relatou Nascimento (1886), eram duas casas grandes, que devia abrigar muitas pessoas. Os Guarani provavelmente acompanharam a movimentação dos intrusos a distância, já que a manutenção do fogo, ainda aceso no interior da casa, como descreveu o minerador, indica que haviam deixado o local a pouco tempo.

[...] dentro só havia fogo bem accêso, dous cestos velhos e duas pontas de flexa de madeira recentemente acabadas de fazer, e muito cheias de farpas, as quaes trouxemos, e em seu lugar deixei dous facões, um machado, uma fouce, quatro lenços, uma tesoura. Os indios que andavam em minha companhia me fizeram vêr que aquelles toldos e flexas eram de Guaranys que viviam dalli até o Paraná e com quem elles têm tido varias guerras. (Nascimento, 1886, p. 269-270).

²²² Além do componente Itararé-Taquara, os sítios: Canal de Desvio PCH Cavernoso, Portão Acesso PCH Cavernoso, Paulo Svarcz, possuem camadas de ocupação mais antiga, relacionada a grupos de caçadores-coletores da Tradição Umbu, como apresentado no capítulo anterior e em Parellada (2012b; 2014).

²²³ Este contexto, embora em menor proporção, remete ao evidenciado no sítio Turvo 2, na bacia do rio Marrecas, que atesta a coexistência de Tradições tecnológicas relacionadas a grupos linguísticos distintos em um mesmo espaço e tempo, indicando a conjuntura do fim do século XIX.

²²⁴ Pela distância e posição indicada por Nascimento (1886), estima-se que os Guarani estariam nas terras que hoje, corresponde a região dos municípios de Catanduvas e Cascavel.

prevaleceu frente a outras populações ceramistas, ocupação que permaneceu sob domínio dos Kaingang até a conquista no século XIX.

Destarte, pode-se afirmar que o contexto histórico do final do século XIX, indiciado pela toponímia descrita por Borba (1908), indica que os Kaingang, não só habitaram, eles territorializaram, nomearam os *Min-krin-ia-rê*.

Como abordado em diversas publicações de Lucio Tadeu Mota, já citados neste capítulo e discutidos conjuntamente com a documentação analisada no segundo capítulo desta tese, em meados do século XIX, muitos foram os ataques dos Kaingang que impuseram resistência aos colonos que ousaram expandir suas fazendas adiante da margem direita do rio Cavernoso, invadindo os *Min-krin-ia-rê* (a sudoeste) e os *Nerinhé* (a noroeste) de Guarapuava.

Este contexto certamente ocorreu após a abertura das picadas que abriram a trilha para a passagem da estrada que ligaria Guarapuava ao rio Paraná ainda no final década de 1840, mas desde a década de 1830, estas áreas já estavam sendo reconhecidas e cobiçadas pelos colonizadores, como discutiu Mota (2023a). Possivelmente, antes disso, os *Min-krin-ia-rê* tenha abrigado parte dos Kaingang desaldeados de Atalaia e Sepultura, que se recusaram a permanecer na Vila de Guarapuava, após o ataque a Atalaia em 1825.

Esta sugestão pode ser confrontada com o argumento de que os aldeados em Atalaia eram inimigos, dos *Dorim* que habitavam as terras da região do Cavernoso, no entanto, como apontado no mapa de Müller (1815), estes habitavam o alto rio Cavernoso, próximo as cabeceiras do rio Piquiri, enquanto a margem direita do baixo Cavernoso, era ocupada pelos “*Votoroens*”. Além disso, como discutido no segundo capítulo desta tese, os *Dorim* que atacaram o Aldeamento da Atalaia (onde viviam os *Camés* e *Votorões*), eram os que habitavam a região do atual rio do Cobre, antigo rio Dorim, afluente do alto Piquiri, como também indica Mota (2022a, p. 62).

Ao analisar o mapa elaborado pelo Pe. Chagas em 1821, Mota (2023a), afirma que “até as duas primeiras décadas do século XIX, os limites da ocupação dos fazendeiros a oeste da Vila de Guarapuava era o rio Cavernoso/Sãgroro.” (Mota, 2023, p. 5). Esta informação permite conjecturar que no início do século XIX, os *Min-krin-ia-rê*, estivessem ocupados pelos Kaingang que ainda não haviam sido alcançados pela colonização e pelo processo de conquista implementado sob a liderança de Diogo Pinto a partir de 1810.

Se nesse primeiro momento a conquista não atingiu os *Min-krin-ia-ré*, possivelmente seus habitantes já haviam entrado em contato com os não indígenas, ou de forma direta e

esporádica, visitando o aldeamento de Atalaia, monitorando e/ou atacando as expedições dos colonizadores, e até mesmo colaborando com a expulsão de Afonso Botelho e sua tropa em janeiro de 1772, pois como discutirei adiante, em dezembro de 1771, Botelho chegou a foz do Cavernoso. Também se deve considerar o contato indireto, pelos relatos de seus vizinhos que interagiram com os não indígenas que avançavam sobre seus territórios, ou através da aquisição de objetos introduzidos pelos conquistadores/colonizadores na região.

A ponta de projétil confeccionada em metal, encontrada por Chmyz (1981) no sítio PR BV 3: Rio Barra Mansa 2, é evidência material de uma destas modalidades de contato. Retoma-se que o arqueólogo hesitou em correlacionar o objeto aos outros vestígios do sítio, pois encontrou o local perturbado, mesmo assim, sugeriu que este indício “talvez indique um contato da fase com os expedicionários e colonizadores do século XVIII.” (Chmyz, 1981, p. 92).

Os sítios da Fase Xagu da região do médio rio Iguaçu estão temporalmente situados “entre A.D. 1.190 ± 40 e A.D. 1460 ± 40 .” (Chmyz *et alli*, 1993, p. 9), o que corresponde ao período que recua do século XVI ao século XII, enquanto os sítios da fase Açungui apontam para cronologia entre os séculos XII e IX, como atestam as datações apresentadas por Chmyz *et alli* (1993), que os enquadra na faixa temporal de “A.D. 890 e A.D. 1.190.” (Chmyz *et alli*, 1993, p. 8).

Também constatada na região, os sítios da fase Candói possuem a cronologia mais recuada, que podem colaborar com a compreensão dos sítios evidenciados nos *Min-krin-ia-rê*. A datação apresentada por Chmyz *et alli* (2009) do sítio PR UV 17, na região de União da Vitória, é de $1475 \text{ AS} \pm 65 \text{ AP}$ (SI-2197), o que segundo Chmyz (1981), Chmyz *et alli* (1993) e Chmyz *et alli* (2009), corresponde ao ano de 475 d.C. Ou seja, ao século V do nosso calendário.

Embora sem informação de qual sítio ou amostra provém a datação de 2860 anos AP, apresentada por Parellada (2005; 2014), pode-se afirmar que a região é habitada por grupos Jê a quase 3000 anos. Considerando o contexto dos sítios da região dos *Min-krin-ia-rê*, o sítio PR AS 3: Barragem Santiago 2, associado a fase Candói, é o que apresenta maior profundidade estratigráfica, sendo provavelmente um dos sítios mais antigos evidenciado neste espaço até o momento.

4.5. NÃO-ÍNDÍGENAS, ÍNDÍGENAS E SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO GOYO QUIMIM E IGUAÇU – NOS *KORAN-BANG-RÊ*

Grafada no mapa de 1821, elaborado pelo Pe. Chagas Lima, já apresentado na figura 53, “Goyo Quimim” corresponde ao nome pelo qual os Kaingang de Guarapuava se referiam ao rio Jordão, afluente da margem direita do médio rio Iguaçu. Apoiado no dicionário de Wiesemann (2011), sugiro uma interpretação para a denominação grafada pelo padre, formada pelos termos: *Goj* (rio) + *ki* (em, por dentro) + *mĩg* (onça) = *Goj-ki-mĩg* (Rio com onça por dentro). Talvez, os Kaingang tenham observado a onça caminhando por dentro do rio, em seus lajeados, comuns ao longo de seu curso.²²⁵

A formação rochosa deste rio que atravessa os *Koran-bang-rê*, também influenciou Afonso Botelho de Sampaio e Souza ao nomeá-lo de rio Jordão. Isto ocorreu em 15 de dezembro de 1771, quando percorreu o “vau” que permitia a passagem do rio, que ao longo de seu curso, repleto de cachoeiras, lajeados e caldeirões, formações que impunham perigo para a tropa montada em cavalos, como explicou o comandante da expedição:

Dêste perigo me não livre, pois caindo o cavalo me lancei fora da sela com brevidade, e fiquei em pé no meio do rio dando-me a água por baixo dos braços, e sendo socorrido pela gente de pé que se me avizinhava para acautelar o perigo, passei a pé o mais arriscado até ganhar uma laje mais alta que está quase em meio rio, que tendo neste passo mais de 50 braças de largo pouco mais, ou menos, grande parte é perigoso, por cujo motivo, para o não repetir retrocedendo à barraca para mudar de roupa, o fiz no meio do rio sôbre a mesma laje mandando vir roupa da barraca pela gente de pé, que os de cavalo corriam o mesmo perigo. (Souza, 1956, p. 251).

O fato do comandante e outros quatro cavaleiros terem escapado com vida do incidente, foi considerado um milagre, que lhes oportunizou uma nova vida, após serem “batizados” naquelas águas, “ficando pelo referido sucesso a este rio o nome de Jordão” (Souza, 1956, p. 29). Na análise de Kobelinski *et alli* (2016), o discurso religioso dos conquistadores está

²²⁵ Nesta interpretação a grafia *mim*, utilizada pelo Pe. Chagas, foi interpretada como traduzida por Borba (1908), como onça, que em Kaingang, conforme Wiesemann (2011), é *mĩg*, em seu dicionário *mĩn*, é traduzido como “despejar”, neste sentido, *Goyo Quimim*, pode ser traduzido como: *Goj* (rio) + *ki* (em, por dentro) + *mĩn* (despeja), equivalendo a algo como: “rio que despeja por dentro”, entretanto, ao consultar Neuza Luiz, que como já mencionado, é Kaingang de Marrecas, esta sugere que o nome do rio deve estar relacionado a onça.

baseado no Novo Testamento, onde o ritual do batismo tem grande ênfase, que neste caso, foi relacionado ao rio em que Jesus Cristo foi batizado por João Batista, o rio Jordão.

É importante lembrar que o *Goj-ki-mĩg* (rio Jordão), atravessa os *Koran-bang-rê*, região em que foram registrados mais de uma centena de sítios arqueológicos, como detalhado no terceiro capítulo. No segundo capítulo, a partir da documentação e de parte da historiografia que tratou deste território, escrevi uma análise alternativa para o principal motivo pelo qual os Kaingang insistiram nas terras de Sepultura, pois nelas estavam sepultados seus antepassados.

Neste subcapítulo, tentarei conectar o contexto histórico do século XIX, ao contexto arqueológico dos *Koran-bang-rê*, recuando a história Kaingang até o período pré-colonial. Para isso, retomarei de forma sucinta algumas discussões detalhadas no segundo capítulo, adicionando outras informações, quando pertinente.

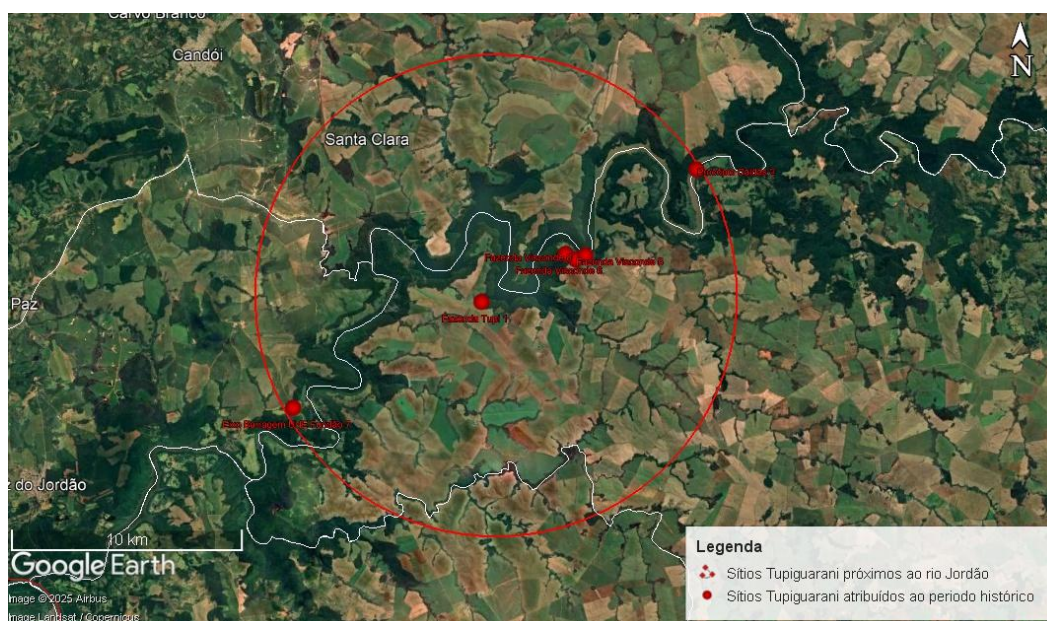
O primeiro desafio, refere-se a análise dos sítios localizados nas margens do rio Jordão, com vestígios que foram relacionados a Tradição Tupiguarani, são eles: Eixo Barragem UHE Fundão 7, Fazenda Visconde 5, 6 e 8, Fazenda Tupi 1 e Procópio Caldas 2.

Destes, somente o Eixo Barragem UHE Fundão 7,²²⁶ encontra-se do lado esquerdo do rio Jordão, a aproximadamente seiscentos metros da margem, que antes da construção da barragem da UHE Fundão, apresentava sequência de corredeiras. Os demais situam-se na do lado direito do rio, em uma faixa que varia de cinquenta a novecentos metros de distância das águas do rio Jordão.

Todos implantados em altitude acima dos oitocentos metros em relação ao nível do mar. Também é interessante observar a posição dos sítios em relação ao rio Iguaçu, na foz do rio Jordão, sendo o mais próximo o Eixo Barragem UHE Fundão 7, localizado a treze quilômetros, enquanto o mais distante, Procópio Caldas 2, situa-se acerca de trinta e quatro quilômetros. A disposição dos sítios pode ser observada na figura 64.

²²⁶ Como explicado no terceiro capítulo, este sítio apresenta três ocupações distintas, a mais recente atribuída a Tradição Tupiguarani, a intermediária Itararé-Taquara e a mais antiga a caçadores-coletores relacionados a Tradição Umbu.

FIGURA 64. SÍTIOS GUARANI RELACIONADOS AO PERÍODO HISTÓRICO, NAS MARGENS DO RIO JORDÃO



Fonte: Elaboração própria.

O círculo em vermelho, com cerca de vinte quilômetros de diâmetro abrange os seis sítios Guarani identificados no rio Jordão, sendo que o ponto central desta área quase coincide com o sítio Fazenda Tupi 1. Deste, em linha reta, o Eixo Barragem UHE Fundão 7 está a pouco mais de nove quilômetros a sudoeste, enquanto a nordeste, a menos de cinco quilômetros estão situados o Fazenda Visconde 5, 6 e 8, o sítio mais afastado é o Procópio Caldas 2, a cerca de dez quilômetros.

A proximidade espacial entre os sítios Fazenda Visconde 5 e 6, é de apenas quinhentos metros. Nas fichas de registros destes sítios, anexos em Parellada (2007), consta que estes foram classificados como sítios do tipo aldeia, com estruturas de habitação identificadas em fotografias aéreas, além de estruturas de combustão e material cerâmico e líticos lascados e polidos.

A menos de quinhentos metros do Fazenda Visconde 5, bem próximo ao curso do rio Jordão, atualmente submerso pelo reservatório da UHE Santa Clara, está o Fazenda Visconde 8, classificado como um sítio oficina, nele foram identificados material lítico lascado e polido, além de estrutura de combustão, de lascamento e bacias de polimento.²²⁷

²²⁷ Como já mencionado no capítulo anterior, no sítio Fazenda Visconde 8, Parellada (2007), distingue duas ocupações associadas a tradições distintas, a mais antiga relacionada a Tradição Itararé-Taquara, e a mais recente a Tradição Tupiguarani.

É evidente que estes três sítios estão diretamente correlacionados, integrando um sistema que permite a manutenção do modo de vida Guarani, mesmo que afetado pelas transformações do processo histórico. Ao considerar-se a indicação de Bonomo *et al* (2015), de que:

O sistema de assentamento Guarani compreendia redes de aldeias interligadas por alianças políticas, econômicas e sociais. A divisão das aldeias no mesmo ritmo do crescimento demográfico possibilitava o domínio sobre novas terras sem abandonar as antigas. Aldeias isoladas eram inexistente (Bonomo *et al*, 2015, p. 67-68).²²⁸

Desta forma, se pode compreender que os outros três sítios, Eixo Barragem Fundão 7, Fazenda Tupi 1 e Procópio Caldas 2, somados aos Fazenda Visconde 5, 6 e 8, possivelmente integram um sistema de assentamento Guarani, interconectados não só pelas águas do rio Jordão, mas por suas relações sociopolíticas estabelecidas no período posterior a chegada dos não indígenas.

Conforme as informações disponíveis em Parellada (2007), as evidências arqueológicas dos sítios associados a Tradição Tupiguarani foram encontradas entre a superfície até trinta centímetros de profundidade, sendo que nos casos em que os sítios apresentaram mais de uma ocupação, especificamente os Fazenda Visconde 8 e Eixo Barragem UHE Fundão 7, o material Tupiguarani assentava-se sobre o material Itararé-Taquara.²²⁹

Seguindo a indicação da arqueóloga, de que os sítios Tupiguarani estão relacionados “a períodos mais próximos à colonização por luso-brasileiros” (Parellada, 2007, p. 25). Considera-se que a presença do elemento Guarani em tempos “históricos” nos Campos de Guarapuava possa ter se dado a partir da chegada da Real Expedição em 1810, e se intensificado com a chegada de outros indígenas ao longo do povoamento desta região.

Como destacou Mota (2022b), o governador da capitania de São Paulo, ordenou ao capitão mor da vila de Faxina que enviasse indígenas para servirem de intérpretes na Real Expedição, comandada por Diogo Pinto, tendo os primeiros chegados ao quartel de São Felipe

²²⁸ Original: “*The Guarani settlement system comprised networks of villages interconnected by political, economic and social alliances. The division of the villages at the same pace of demographic growth enabled dominance over new lands without leaving the old ones. Isolated villages were nonexistent.*” (Bonomo *et al*, 2015, p. 67-68).

²²⁹ O sítio Eixo Barragem UHE Fundão 7 teve o nível Itararé-Taquara datado em 922 ± 33 anos AP, amostra (LACUFF 150056), coletada no nível de 60 cm, como apresentado em Parellada (2016, p. 159).

em janeiro de 1810. A partir deste momento se desenha a diversificação étnica que fora adensada na futura vila de Guarapuava, no decorrer do século XIX.²³⁰

Com a instalação do aldeamento de Atalaia, mesmo invisibilizados, a presença Guarani foi identificada, sendo o convívio efetivo destes com os Kaingang abordado por Durat (2019):

Essa realidade não foi um problema para o aldeamento de Atalaia, pois, mesmo com alguns indígenas vindos das “Missões do Uruguay” e de Barueri, não chegavam a incomodar os Kaingang. Percebemos, sim, por meio dos registros de batismo, que houve uma interação muito maior entre eles, mediados por diversos processos históricos. (Durat, 2019, p. 243).

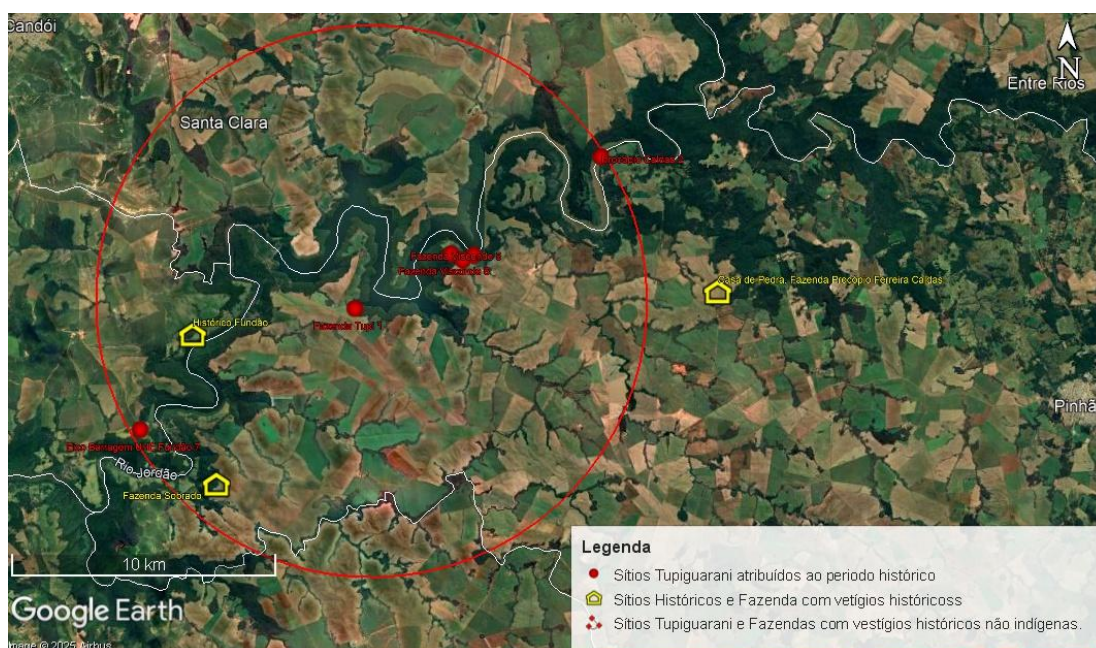
Dentre esses processos, o ataque a Atalaia em 1825, forçou a mudança dos aldeados para a vila de Guarapuava, contrariando as intenções do padre Chagas, a convivência entre indígenas e não indígenas se estreita, com casamentos de mulheres indígenas com povoadores e degredados, como explicou Durat: “A convivência entre esses grupos sociais passou a ser diária, em decorrência de uma série de fatores, como os casamentos mistos e de crianças órfãs, que passaram a viver com seus padrinhos de batismo.” (Durat, 2019, p. 114).

E desta convivência adensada entre diferentes grupos que se propõe uma interpretação para os sítios Tupiguarani próximos ao rio Jordão, identificados por Parellada (2007), para isso considerou-se apresentar os sítios históricos registrados pela arqueóloga no mesmo projeto.

No conjunto, é possível visualizar que os sítios Tupiguarani estão próximos de áreas onde foram encontradas instalações de fazendas com vestígios históricos relacionados ao século XIX, sítios Histórico Fundão e Fazenda Sobrado, demonstrando que o espaço onde foram identificados os sítios Tupiguarani coincide com a área de ocupação não indígena, como pode ser visualizado na figura 65.

²³⁰ Na documentação que analisou em sua tese de doutorado Bonetti (2025), encontrou o caso, de Mathias José dos Santos, indígena oriundo da Província do Pernambuco, escravizado por Antônio Andrade de Camargo em Guarapuava. Embora único, o caso indica a diversificação étnica impulsionada pelo estabelecimento dos colonizadores.

FIGURA 65. SÍTIOS TUPIGUARANI E FAZENDAS COM VESTÍGIOS HISTÓRICOS NÃO-INDÍGENAS



Fonte: Elaboração própria.

No Histórico Fundão, foram identificadas estruturas de pedra e cerâmica da “Tradição Neobrasileira” (Parellada, 2007, p. 44), ao passo que, no Fazenda Sobrado, a arqueóloga destaca as estruturas de taipa de pedra, relacionadas a internadas associadas ao caminho das tropas.

Além destes, a Fazenda Procópio Ferreira Caldas mantém ruínas de estruturas de muros e uma “Casa de Pedra”, que segundo a memória local, teria sido construída por escravos para abrigar os moradores de possíveis ataques dos indígenas.

Conforme apontado em Camargo e Almeida (1999), houve outras “casas de pedra” nessa área do atual município do Pinhão, construções relacionadas as fazendas desmembradas das terras de posse do miliciano Gerônimo José Caldas, que teve dois casamentos, o primeiro com Ana de Quadros de Oliveira, com quem teve um único filho Salvador Silveira Caldas. Após a morte da primeira esposa, Gerônimo casou-se com Ana Ferreira dos Santos, com quem teve mais quatro herdeiros: Francisco Ferreira Caldas, Isabel Maria das Dores Caldas, Conceição das Dores Caldas, e Balbina. Portanto, a partir dos casamentos de Gerônimo Caldas. São originadas as famílias Silveira Caldas e Ferreira Caldas.

Conforme escreveu Durat (2019), desde 1822, quando foi revogado o regime de sesmaria, os campos do Pinhão estavam sendo ocupados sem autorização do Capitão Rocha Loures. Ao que parece, Gerônimo manteve suas posses, e a divisão das terras entre os herdeiros

segundo Camargo e Almeida (1999), se deu em 1871, sendo posteriormente possuídas por outros fazendeiros.²³¹

Mesmo que questionáveis, as informações apresentadas por Camargo e Almeida (1999), indicam a presença indígena na região em meados do século XIX, indícios que vão ao encontro dos resultados da pesquisa arqueológica em debate. Conforme os autores, dentre os herdeiros de Gerônimo Caldas, Francisco Ferreira Caldas e Salvador Silveira Caldas teriam se “casado” com duas irmãs Guarani.

Salvador da Silveira Caldas [...] fez amizade com os índios da tribo Tupi-Guarani e aprendeu o idioma deles. Assim foi entrando pelo sertão do rio Iguaçu e do Cavernoso. [...] Um dia, voltando desses passeios, trouxe para a casa de Pedras, duas meninas bugras, mais tarde soube-se que eram filhas do Cacique Guairacá. (Camargo e Almeida, 1999, p. 131).

A menção de que as jovens eram filhas de Guairacá, é um floreio do imaginário popular, que faz parte do mito fundador da colonização, desprendido de tempo e espaço. Segundo os autores, as indígenas eram chamadas de *Anhanguê* e *Balaia* (ou Bartiaia), e teriam sido batizadas pelo Pe. Chagas, ambas com o nome de Ana. Após se casar com Salvador, *Anhanguê* passou a usar o nome de Ana Rodrigues Caldas, o casal teve vários filhos “que assinavam Silvério Caldas, Rodrigues Caldas ou ainda Silveira Caldas” (Camargo e Almeida, 1999, p. 132).

Ainda conforme os autores, a irmã de Ana *Anhanguê*, chamada de Ana “Balaia” foi violentada por Francisco Ferreira Caldas “causando de ela conceber e dar à luz um menino que recebeu o nome de Procópio Ferreira Caldas” (Camargo e Almeida, 1999, p. 126). Fruto desta violência, “Procópio Ferreira Caldas se torna genitor de família numerosa” (Porto, 2013, p. 185).

No encalço de encontrar os supostos registros de batismo das irmãs “Guarani”, recorreu-se ao trabalho minucioso realizado por Durat (2019), que aponta dentre os batismos de indígenas realizados pelo Pe. Chagas em 1825, o nome “Ana índia”, filha do soldado João

²³¹ Camargo e Almeida (1999) fazem um apanhado sobre a questões da apropriação de terras na região do atual município do Pinhão no século XIX. Segundo os autores o texto foi construído a partir da consulta de documentos, entrevistas e da experiência de Camargo no município como fotógrafo e professor primário. Mesmo construído sem referências documentais ou rigor cronológico, as indicações apresentadas pelos autores, podem trazer novos elementos para a questão de terras na região, inalcançável no escopo desta tese. Porém, destaca-se que Durat (2019) apresenta detalhadamente o processo de apropriação de terras na região.

Francisco de Abreu e Helena Cruz Iahuri, esta última, indígena (provavelmente Guarani), das “Missões do Uruguai”, como consta no levantamento de Durat, (2019, p. 153). Embora não se relacione Ana índia ao caso, o registro desta e de outros, simplesmente acrescentados do identificador “índio”, ilustra os enredamentos sociais ocorridos em Atalaia.

Outro caso de casamento entre indígena com não indígena desperta atenção, devido ao fato de que as meninas eram irmãs, e eram chamadas pelo mesmo nome Ana, é possível que se trate das filhas da indígena Clemência Maria Aranheran com o degredado Athanzio Lopes. Isto porque, conforme revela Durat (2019), no em 1840 Antônio da Rocha Loures “fez questão de nomear Clemência e suas duas filhas, Ana, de 15 anos, e Vitoriana, de 13, como “índios” residentes em casas de particulares. Vale lembrar que as duas meninas eram mestiças” (Durat, 2019, p. 163).

O “nome indígena” *Anhangüê*, atribuído a Ana, foi grafado por Camargo e Almeida (1999) a partir de relatos familiares, porém, é possível que este seja uma variação de pronúncia interrompida do sobrenome Aranhe-ran, grafado no registro de Clemência. Na mesma linha interpretativa, Ana “Balaia”, seria a também filha de Clemência, Vitoriana, irmã de Ana *Anhaguê*. As informações de que eram indígenas, mestiças e que estavam envoltos na “massa civilizada”, sugerem que sejam as Anas relacionadas a família Caldas.

Entretanto, conforme a documentação analisada por Durat (2019), a descendência de Clemência, não era Guarani, mas Kaingang, “batizada no dia 25 de março de 1815, filha do polígamo Araicó e Mangcó” (Durat, 2019, p. 277). Já o pai das meninas, o degredado Athanzio Lopes era “pardo”, natural da vila de Itanhaém, e casou-se com Clemência Aranheran em 29 de abril de 1823.

Conforme o levantamento realizado pelo historiador, “na lista de 1835, os dados são mais completos sobre esse núcleo familiar e foi assim que descobrimos que ele recebia soldo da expedição por desenvolver atividades junto aos Kaingang aldeados, ganhando o título de “feitor dos índios”.” (Durat, 2019, p. 278). Ainda segundo o autor, outro documento esclarece a função de Athanzio no aldeamento:

Encontramos essa informação em um documento escrito por Antônio da Rocha Loures, em outubro de 1834, em que ele informava aos seus superiores quais homens trabalhavam no destacamento de Guarapuava e quanto recebiam para tal. No final desse documento, Rocha Loures afirmou que um degredado era o “diretor dos índios” e que recebia o soldo de 4 mil réis. (Durat, 2019, p. 279).

Posteriormente, Athanazio atuou na construção de casas, o que parece contribuir com a relação entre sua família e os Caldas, proprietários das Casas de pedras. Este indício, é reforçado pelo cargo anteriormente exercido pelo pai de Ana e Vitoriana, que obviamente não era o cacique Guairacá, mas exerceu cargo de chefia entre os indígenas aldeados.

Outro indicativo de que as “Anas” eram as filhas de Clemência e Athanazio, é que entre os descendentes de Salvador Silveira Caldas e Ana *Anhanguê*, listada por Camargo e Almeida (1999), encontra-se o nome do neto Raimundo Silveira Caldas, provavelmente o mesmo que em 1863, foi relacionado como neto de Athanazio e Clemência, como expõe Durat: “o domicílio do casal é composto por dois agregados: Pedro, com 18 anos, e Raymundo, com 9, com a observação de que os dois eram seus netos.” (Durat, 2019, p. 279).

Além disso, Camargo e Almeida (1999), são descendentes de Raimundo, e reproduzem causos contados por ele, como os episódios em que os indígenas visitavam a sede da fazenda de Salvador Caldas, em busca de Ana *Anhanguê*. Mantidos na memória e na narrativa familiar, essas visitas são descritas como momentos de tensão, causados pela expectativa de possíveis ataques dos indígenas, demonstrando que a relação entre estes não era essencialmente harmoniosa.

Seguindo as indicações de Durat (2019), quando este traça a trajetória de Francisco Tigre Gacom, pode-se conferir que o nome da família Silveira Caldas foi relacionado como indígena, associado a este cacique, como demonstra a ordem do presidente de Província Zacarias de Góes e Vasconcellos a tesouraria provincial, publicada no Jornal “O Dezenove de Dezembro”, no dia sete de fevereiro de 1855: “A’ thesouraria, - Mande v.s. entregar aos indios de Guarapuava, que se achão nesta cidade, João da Silveira Caldas, e Francisco Luiz Tigre, a quantia de 20\$000, para ser empregada em objectos que lhes são indispensáveis.” (Vasconcellos, 1955, p. 2).

A inserção dos dados históricos nessa análise não visa comprovar por meio de documentos escritos as evidências arqueológicas, tão pouco apontar incoerências entre as pesquisas e a narrativa memorialista, dito de outro modo, não se trata de confrontar, mas de buscar convergências. Portanto, é a partir da complementariedade das informações, que se propõe uma interpretação interconectada para a presença do elemento Tupiguarani, registrado nos sítios Eixo Barragem UHE Fundão 7, Fazenda Visconde 5, 6 e 8, Fazenda Tupi 1 e Procópio Caldas 2.

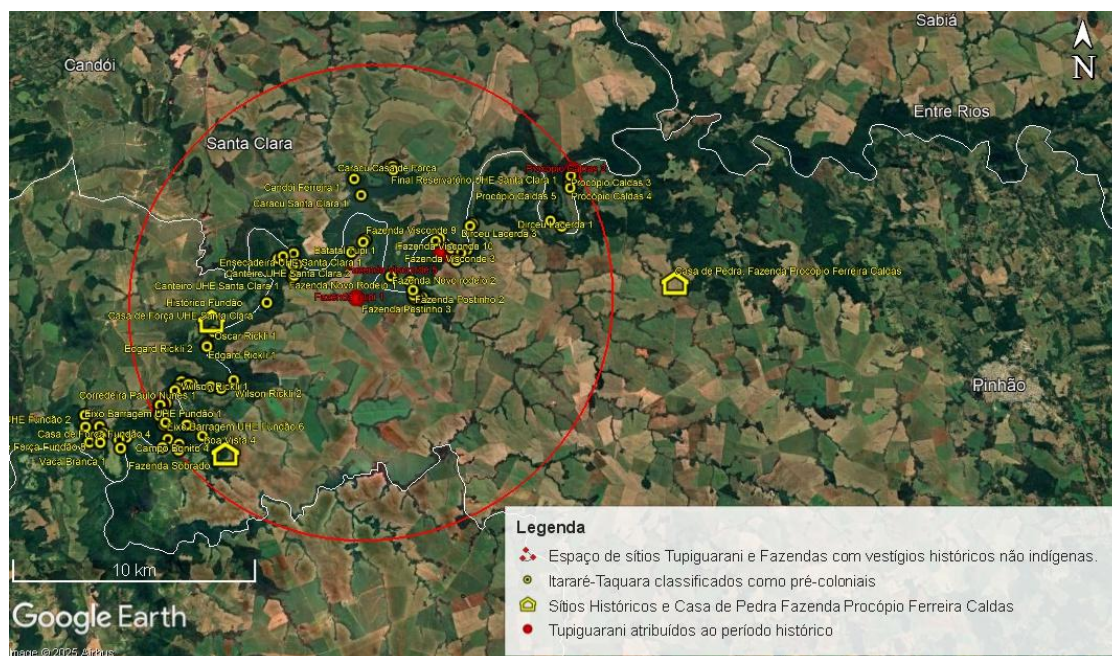
Dada a complexificação das relações interétnicas ocorridas durante e após o processo de conquista, pode-se inferir que com o desmantelamento do Aldeamento Atalaia, é intensificada a convivência dos diversos grupos étnicos presentes em Guarapuava e seus arredores.

Considerando tal contexto, é possível sugerir que generalizados como “índios”, “mestiços”, “pardos”, “mulatos” e “civilizados”, estivessem presentes indígenas Guarani e Kaingang, que haviam estabelecido relações no convívio no Aldeamento de Atalaia, mas que após o seu fim, passaram a habitar não só a vila de Guarapuava, mas também as fazendas instaladas e ocupadas por não indígenas, por vezes formando laços de parentesco com estes.

A sucinta contextualização das famílias Silveira Caldas e Ferreira Caldas, combinadas a documentação histórica analisada por Durat (2019), não deixa dúvidas que estes mantiveram relações sociais e de parentesco com os Kaingang, na região do rio Jordão. Entretanto, os sítios de ocupação indígena atribuídos ao período pós-contato nesta área correspondem a sítios da Tradição Tupiguarani, o que reforça a possibilidade de que os Guarani, também integrasse esse arcabouço de relações estabelecidas entre os Kaingang e não indígenas, que reflete o contexto geral do século XIX na vila de Guarapuava e suas intermediações, apesar da presença Guarani ter sido praticamente invisibilizada na documentação.

Deve-se destacar que na mesma área, existe predominância de sítios relacionados a Tradição Itararé-Taquara, setenta e seis sítios, que foram atribuídos ao período pré-colonial por Parellada (2007). Na figura 66, pode-se visualizar o contraste entre os sítios Itararé-Taquara atribuídos ao período pré-colonial, com os sítios Tupiguarani atribuídos ao período histórico e os sítios e fazenda de ocupação não indígena.

FIGURA 66. SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA ATRIBUÍDOS AO PERÍODO PRÉ-COLONIAL, SÍTIOS TUPIGUARANI ATRIBUÍDOS AO PERÍODO HISTÓRICO E SÍTIOS HISTÓRICOS DE OCUPAÇÃO NÃO INDÍGENA PRÓXIMOS AO RIO JORDÃO



Fonte: Elaboração própria.

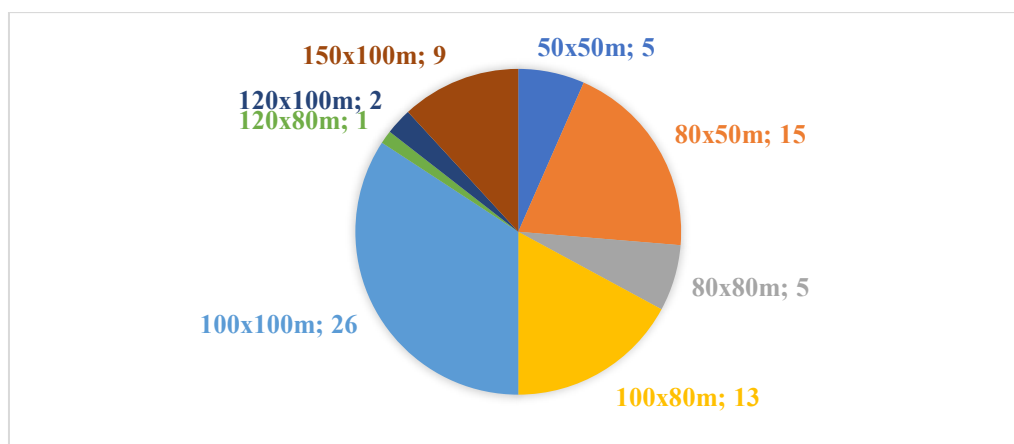
Como apontado no capítulo anterior, devido à dificuldade em se reconhecer transformações na cultura material dos sítios Itararé-Taquara, há uma tendência em atribuir estes ao período pré-colonial. No entanto, considerando as informações históricas do espaço em que estes sítios estão implantados, como a movimentação dos Kaingang na área das famílias Silveira Caldas e Ferreira Caldas no século XIX, indicadas por Camargo e Almeida (1999) e pela relação entre membros dessa família com os Kaingang, é possível sugerir que alguns dos sítios registrados por Parellada (2007) nesta região, estejam relacionadas ao período histórico.

Esta proposição pode ser respaldada pelo mesmo argumento utilizado pelos arqueólogos para atribuírem a maior parte dos sítios Itararé-Taquara ao período pré-colonial, ou seja, a continuidade do padrão da cultura material nestes sítios. Este fato, pode ser exemplificado com o material Itararé-Taquara evidenciado no sítio Turvo 2, apresentado no tópico anterior, neste sítio, salvo o fato de estar associado ao material Tupiguarani, o material Itararé-Taquara cuja data remete ao final do século XIX, não se diferencia do material dos sítios da Tradição relacionadas ao período pré-colonial.

Mas se a cultura material não apresenta transformações distinguíveis pelos arqueólogos e a maioria dos sítios não possuem datações, como diferenciar sítios ocupados no período histórico de sítios ocupados no período pré-colonial? Analisando os dados de Parellada (2007),

sintetizados no capítulo anterior, notou-se que a maioria dos sítios identificados nesta região, possuem dimensões maiores que 80x80m, enquanto a minoria possui dimensões menores a 80x50 m. Para facilitar a comparação do tamanho das áreas dos sítios pesquisados pela arqueóloga, elaborou-se o gráfico da figura 67.

FIGURA 67. GRÁFICO DAS DIMENSÕES DOS SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA DESCRITOS POR PARELLADA (2007)



Fonte: Elaboração própria.

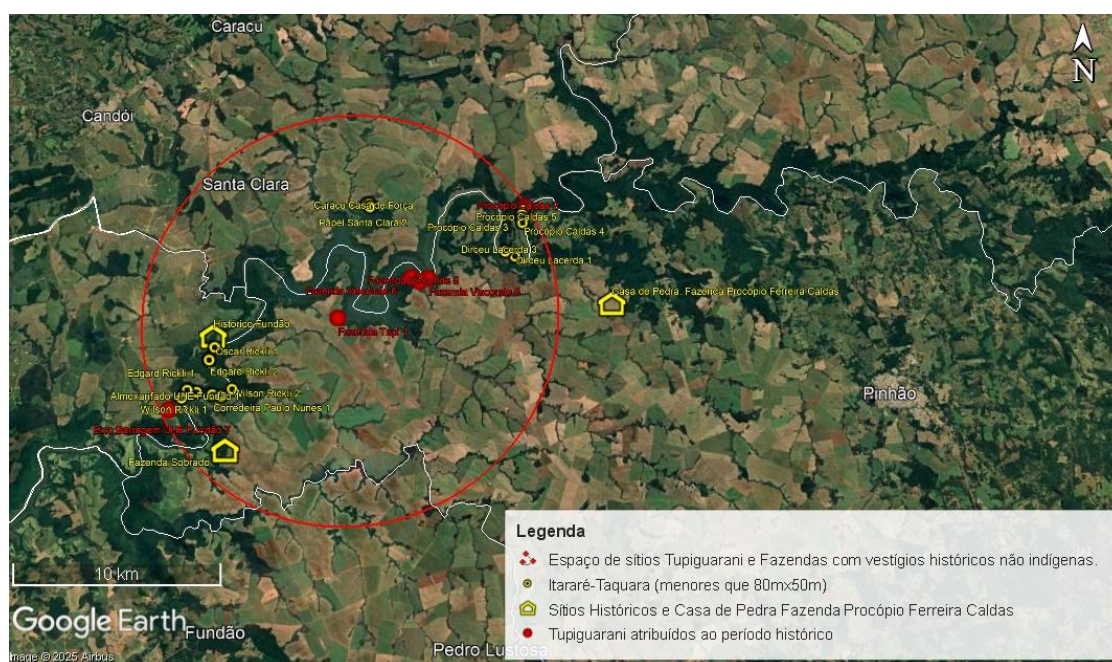
Como pode ser visto, pouco mais de $\frac{1}{4}$ dos sítios (20 sítios), medem menos de 80x50m, ou seja, menores que 4.000 m², enquanto a maioria dos sítios possuem dimensões, maiores que 80x80m, sendo predominante os sítios de 100x100m. Considerando a datação apresentada por Parellada (2016), para a ocupação Itararé-Taquara, amostra (LACUFF 150056) datada em 922 $\pm$ 33 anos AP, no sítio Eixo Barragem UHE Fundão 7, cujas dimensões são de 150x100m, pode-se sugerir que os sítios Itararé-Taquara do período pré-colonial, na região do rio Jordão apresentem dimensões próximas ao padrão predominante. Esse entendimento está em conformidade com as estruturas de habitações identificadas pela arqueóloga, pois segundo consta em relatório, os sítios de 100x100m “seria basicamente o tamanho médio de uma aldeia semi-permanente.” (Parellada, 2007, p. 46).

Baseado em Hodder e Orton (1990), tal como fiz ao tratar dos sítios da região do rio Marrecas, sugiro que, que as dimensões dos sítios, quando balizados por datações ou informações que permitam comparações, podem ser utilizadas para compreensão das mudanças do padrão de assentamento dos sítios em períodos distintos.

Desta forma, a diferença no tamanho dos sítios pesquisados por Parellada (2007), podem indicar a mudança de padrão de ocupação destes sítios. Com esse pressuposto, indica-se a possibilidade de que alguns sítios de dimensões de 80x50m e 50x50m possam ser sítios de

ocupação Kaingang relacionadas ao século XIX, na região do rio Jordão. Na figura 68, pode-se visualizar a disposição destes sítios na mesma área dos sítios Tupiguarani e históricos evidenciados por Parellada (2007).

FIGURA 68. SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA COM DIMENSÕES MENORES QUE 80X50M NA REGIÃO DO RIO JORDÃO



Fonte: Elaboração própria.

Os sítios com menores dimensões são: Oscar Rickli 1; Edgard Rickli 1 e 2; Almoxarifado UHE Fundão 1 e 2; João Maria Serpa 1 e 2; Wilson Rickli 1 e 2; Corredeira Paulo Nunes 1; Túnel UHE Fundão 2; Dirceu Lacerda 1 e 3; Procópio Caldas 1,3, 4 e 5; Papel Santa Clara 1 e 2 e Caracu Casa e Força. Há de se considerar que estes sítios também possam estar associados a atividades específicas de indígenas durante o período pré-colonial, como acampamentos de caça ou de roças, pois, como observou a arqueóloga: “Quanto mais altos em relação ao nível do rio Jordão maiores são as dimensões dos sítios arqueológicos nesta região.” (Parellada, 2007, p. 24).

No entanto, o contexto histórico local possibilita sugerir que os Kaingang que mantiveram relações com os Silveira Caldas e Ferreira Caldas, tenham ocupado mesmo que temporariamente, os arredores das fazendas destas famílias, espaços que anteriormente já haviam sido ocupadas por seus antepassados. Como discutido por Mota (2023b), esta região no início do século XIX, foi habitada pelos Vororõn, liderados por Candói e posteriormente por Condá, o *Fuoc-xó*.

A pesquisa de Durat (2019) indica que parte dos desaldeados de Atalaia, viviam na área urbana de Guarapuava,²³² organizados em núcleos familiares. Supõe-se que nova configuração familiar e socioterritorial tenha restringido a possibilidade de os Kaingang manterem suas práticas culturais tradicionais no ambiente urbano. Por outro lado, o estabelecimento das mais variadas relações com não indígenas que se apossaram das terras de seus antigos territórios possibilitou que estes ainda acessassem diversos espaços, onde instalavam seus *wãre*, e podiam viver como os antigos.

Tommasino (2000a) explica que mesmo em tempos mais recentes, após serem assentados nas Terras Indígenas, os Kaingang desenvolveram estratégias para manterem seus modos de vida. A antropóloga observou que entre os Kaingang da região do rio Tibagi, a desapropriação de seus territórios pelo processo de conquista instituiu um novo tempo, no qual os Kaingang viam-se subordinados ao poder tutelar, na Guarapuava do século XIX, pode-se dizer, ao poder dos colonizadores.

O debate posto pela autora, permite projetar que na parte urbana de Guarapuava neste período, e/ou nas áreas próximas as fazendas que frequentavam, instaladas em seus antigos *Koran-bang-rê* os Kaingang estavam “expropriados do espaço habitado pelos espíritos de seus ancestrais e pelos seres sobrenaturais, que configuram o universo simbólico Kaingang.” (Tommasino, 2000a, p. 215). Estavam vivendo no *uri* (o tempo presente, da devastação socioambiental), ao passo que quando realizavam suas incursões para áreas afastadas dos não indígenas podiam reproduzir o *wãxi* (o tempo antigo, de seus antepassados). É como que se deslocando no espaço, os Kaingang pudessem se deslocar no tempo, subverter a desordem imposta e amenizar os efeitos da conquista.

Desta forma, os Kaingang da Guarapuava do século XIX, permaneceram ocupando seus antigos territórios, transformados e transformando o processo histórico. Guardadas as devidas proporções,²³³ pode-se dizer que no espaço da vila de Guarapuava, onde viviam “misturados a massa da civilização”, como relata a documentação do século XIX, e problematiza Durat (2019), os Kaingang estavam envoltos no mundo dos conquistadores e colonizadores.

²³² Por outro lado, os inúmeros ataques a fazendas ocorridos na metade do século XIX, indicam que muitos grupos habitavam espaços mais afastados da vila de Guarapuava.

²³³ Tommasino (2000a) observa esta situação dentro dos limites das Terras Indígenas em que atuou, comparando o espaço vigiado pelos representantes do órgão indigenista, e os espaços afastados da autoridade estatal.

Entretanto, enquanto faziam suas incursões até as áreas mais afastadas, conseguiam reproduzir o modo de vida de seus antepassados, do *wãxi*. Como explica a etnóloga:

Mesmo esporádicas, as atividades do espaço/tempo *wãxi* são essenciais para os Kaingang. São os espaços de autonomia e realização de seu modo de ser, constitutivo de seu *ethos*. São ainda espaços de fuga do tempo subordinado, constituindo-se em espaço não-vigiado, onde os administradores não os controlam. Pode-se pensar em áreas de refúgio temporário. Nesse sentido, tais áreas remetem à constituição de um espaço vital para a continuidade de sua identidade enquanto *Kaingang-pé*.

As matas, os rios e suas margens são também espaços de memória, do tempo em que tinham imensas florestas. É nesses espaços, reduzidos mas importantes e imprescindíveis, que os ensinamentos antigos continuam sendo passados de geração a geração [...]. Ocultos no refúgio das matas e nas margens dos rios, os corpos dos meninos são modelados ritualmente pelos *Kuiã* (curadores), que passam carvão de ervas medicinais “nas juntas” para se tornarem adultos fortes e valentes. Mesmo as atividades corriqueiras de caça, coleta e pesca seguem rituais específicos. Quanto mais, são espaços para uma revitalização psicológica, para recarregar as forças para a guerra, que continua sob novas formas nos espaços de subordinação. (Tommasino, 2000a, p. 221-222).

A partir de sua pesquisa nos *wãre*²³⁴ de contexto urbano no Rio Grande do Sul, Severo (2020) acrescenta que estes também se constituem em espaços políticos dos Kaingang, que são utilizados como “mecanismo de reivindicação territorial” (Severo, 2020, p. 97). A perspectiva do autor reforça a interpretação proposta nesta tese, pois conforme sua explicação: “O *wãre* estabelece a mediação entre a saída de uma *ẽmã* e a conquista de um novo espaço. Esse local é marcado pelas disputas com os *fóg* e pela demonstração de sinais diacríticos de sua “cultura”, pois, nesse momento o que interessa é capturar e amansar os *fóg*.” (Severo, 2020, p. 98-99).

A perspectiva etnográfica sobre os *wãre* é fundamental para pensar sobre a situação dos Kaingang que moravam na área urbana de Guarapuava em meados do século XIX, pois como discutem Mota (2000a), Mota & Novak (2008) e Durat (2019), é nesse momento que os Kaingang se reorganizam para a reivindicar as terras de Atalaia e Sepultura. Dada as relações evidenciadas entre a família Caldas e os Kaingang, dentre estes Francisco Gacom, é plausível conceber que estes espaços também tenham sido utilizados para reafirmação étnica e articulação política entre os Kaingang, em sua empreitada pelas terras de Sepultura.

Amparado por esta práxis, que transforma a situação histórica e permite a manutenção das práticas culturais, etnograficamente observada entre os Kaingang, é admissível considerar

²³⁴ Severo (2020) utiliza-se da grafia *wãre*, conforme utilizada no dialeto dos Kaingang do Rio Grande do Sul.

que alguns dos sítios arqueológicos identificados nesta região do rio Jordão por Parellada (2007), sejam áreas de *wãre*, relacionadas ao século XIX.

Antes da efetivação da conquista, no início do século XIX, vários grupos que viriam a ser conhecidos como Kaingang, ocupavam este espaço dos *Koran-bang-rê*. No século XVIII, estas populações representavam um entrave para o projeto de expansão do Império Português, que vislumbrava a criação de povoados, a defesa de suas fronteiras ao sul, além de cruzar esse território, ligando São Paulo a região Sul. Tais objetivos, são esclarecidos no primeiro parágrafo da instrução expedida no dia dezanove de julho de 1769, véspera da 2ª expedição comandada pelo tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, como consta em Souza (1956, p. 77). Neste mesmo documento, é orientado como a tropa deveria se portar para estabelecer o contato com os indígenas, evitando ao máximo qualquer atitude que pudesse levar ao confronto.

Foi neste contexto, abordado por Weigert (2021),²³⁵ que se objetivava fortalecer militarmente a região, que ocorreram as Expedições de Reconhecimento do “Sertão” do Tibagi, comandadas por Afonso Botelho e Souza. Ao todo, foram realizadas onze campanhas, realizadas entre os anos de 1768 e 1774, sobre elas, dentre outros, escreveram Oliveira (1848), Macedo (1951), Mota (1994), Mota & Novak (2008), Durat (2019) e Weigert (2021). Conforme Durat (2019), na sexta campanha, foram alcançados os Campos de Guarapuava, “reconhecidos como domínio da metrópole portuguesa no dia 09/09/1770” (Durat, 2019, p. 56).

As informações destas expedições foram registradas em diários, escritos pelos chefes de cada campanha ou destacamento. Conforme a ordem do comandante em 6 de dezembro de 1768, deveriam iniciar o registro dos acontecimentos após o embarque e finalizá-las no retorno ao porto de origem. Além disso, o comandante orientou aos seus subordinados, que descrevessem “relativamente tôdas as cousas mais notáveis, que virem, e delas tiverem verdadeira notícia, declarando os vários rumos, que rondam; o tempo desta dilação; observando as regras, que pouco mais, ou menos avançam cada dia” (Souza, 1956, p. 70).

As informações geradas por parte destes registros, foram reunidos nos Anais da Biblioteca Nacional, Souza (1956), mesmo que nesta documentação se encontre apenas uma parcela dos registros realizados, ajudam a projetar um panorama do modo de vida dos povos que viriam a ser conhecidos como Kaingang e Xokleng, que no momento do contato, habitavam

²³⁵ Weigert (2021), faz um apanhado geral do contexto político e da legislação vigente neste período, que regulava a relação com os povos indígenas, dentre essa legislação, destaca-se as “Leis de Liberdades” de 1755 e do Diretório Pombalino de 1757, porém, nesta tese, foca-se na espacialidade e condições materiais dos indígenas dos *Koran-bang-rê*, indicadas pelos relatos das Expedições comandadas por Botelho.

esta região. Aqui, abordarei apenas os registros que remetem as condições de vida e organização político-territorial destes grupos, a fim de contribuir com a interpretação das pesquisas arqueológicas e espacialização dos Kaingang na segunda metade do século XVIII, para o contexto maior, ver Weigert (2021).

No dia vinte e dois de setembro de 1770, o sargento Cândido Xavier de Almeida e Sousa, remeteu carta ao comandante Afonso Botelho. Na correspondência, informa que, entre os dias seis e sete de setembro, permaneceu na margem do rio do Registo (Iguaçu), do qual, pela margem direita se estendiam por despenhadeiros. Nesta região, o militar reconheceu indicativos de que estava próximo de adentrar em áreas de campos, pois avistara grande quantidade de papagaios e outras aves que segundo ele, só vivem neste ambiente.

Além dos pássaros que anunciavam as boas novas, no início da noite do dia sete, também na margem direita, Xavier e seus soldados avistaram um grande clarão de queimada, que no dia seguinte ainda lançava cinzas na região que estavam. Suspeitando que a queimada fosse ação dos indígenas, no dia nove, enviou um grupo para averiguar a região do fogo. A patrulha retornou pela manhã do dia seguinte, noticiando que a meio-dia de picada. “achou grandes roças do gentio de muito feijão, aboboras e todo o gênero. Entrou em um paiol, onde tudo estava empilhado em cestos muito grandes: acharam duas pilhas de pontas de frechas de pau, que estavam ao sol a enxugar-se” (Sousa, [1770] In: Souza 1956, p. 123-124).

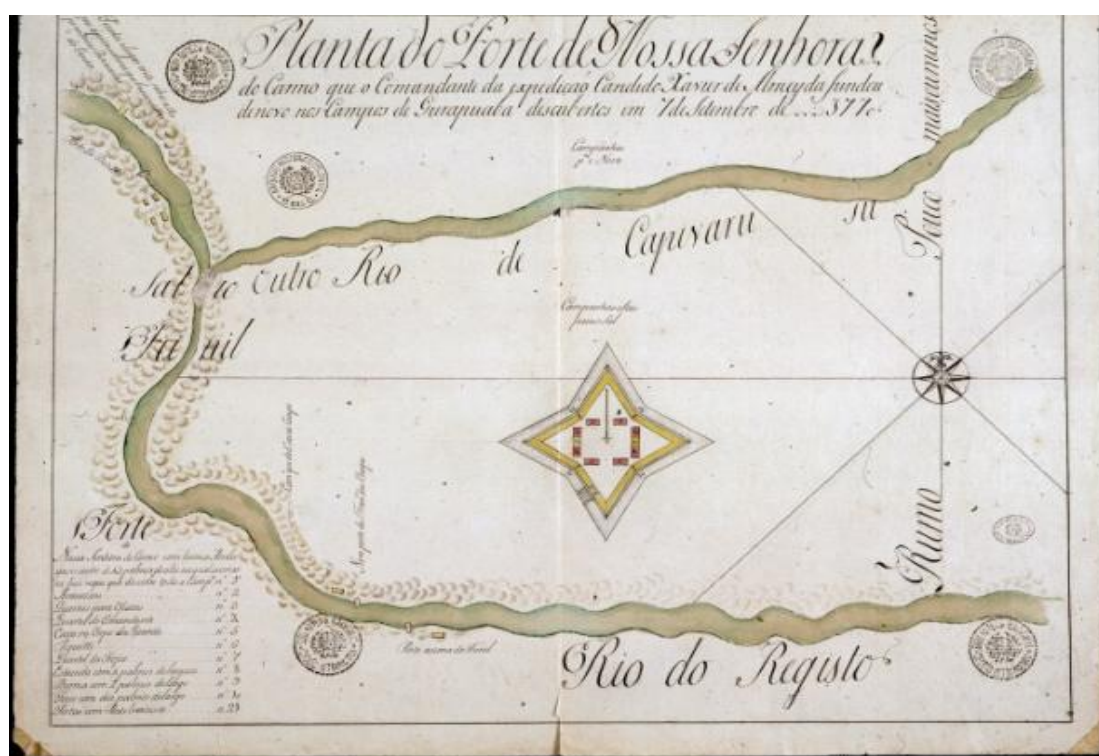
Nenhum indígena foi avistado, mas deles se ouviram brados e identificaram pegadas, alertando aos militares que estavam sendo monitorados. Por mais de uma vez, Cândido Xavier destacou que as roças eram grandes e que estavam conectadas por estradas. Além do milho vermelho, que se destaca, encontram feijão, aboboras e sinais de retirada de mel de abelhas.

O cenário descrito por Xavier, contraria a ideia de que os Kaingang tinham agricultura incipiente, ou que viviam somente da caça e coleta. Seus apontamentos remetem a um espaço organizado, que além das roças, continha espaços manejados, com frutos de espécies perenes: “Era este lugar um vergel muito ameno, e em tudo delicioso, circulado de ãa restinga de mato, por cima da qual para o nascente se divisava grande campanha, e muito alta.” (Sousa, [1770] In: Souza 1956, p.124). Embora não descreva quais plantas havia no espaço descrito, indica-se que, se tratava de áreas cultivadas, já que o termo vergel, corresponde a áreas de árvores frutíferas.

Cândido Xavier instalou-se nos campos por ele nomeados de Nossa Senhora do Carmo, onde construiu uma fortificação, que recebera o mesmo nome. Em sua carta a Botelho, avisou

que produziu uma planta da fortificação, a qual enviaria ao comandante junto com a correspondência. Provavelmente, a planta mencionada se refira a apresentada abaixo (figura 69).

FIGURA 69 - PLANTA DO FORTE DE NOSSA SENHORA DO CARMO: QUE O COMANDANTE DE EXPEDIÇÃO CANDIDO XAVIER DE ALMEYDA FUNDOU DE NOVO NOS CAMPOS DE GURAPUABA DESCOBERTOS EM 7 DE SETEMBRO DE 1770.



Fonte: Sousa (1770).

Na parte superior, logo abaixo do título, a direita da margem do rio *Capivaru Su*, Cândido Xavier indica a posição das “Campanhas p.^a o Norte”, enquanto, assinala as “Campanhas altas do Sul” entre o Forte de Nossa Senhora do Carmo e o lado esquerdo do rio. Na legenda, consta que no interior do forte, foi construída uma “Atalaya” de 45 palmos de altura, da qual se vigia toda a campanha, além disso, a fortaleza contava com armazéns, quartéis para oficiais, quartel do comandante, corpo da guarda, piquete, quartel da tropa, estacada, fosso e portão com ponte levadiça.

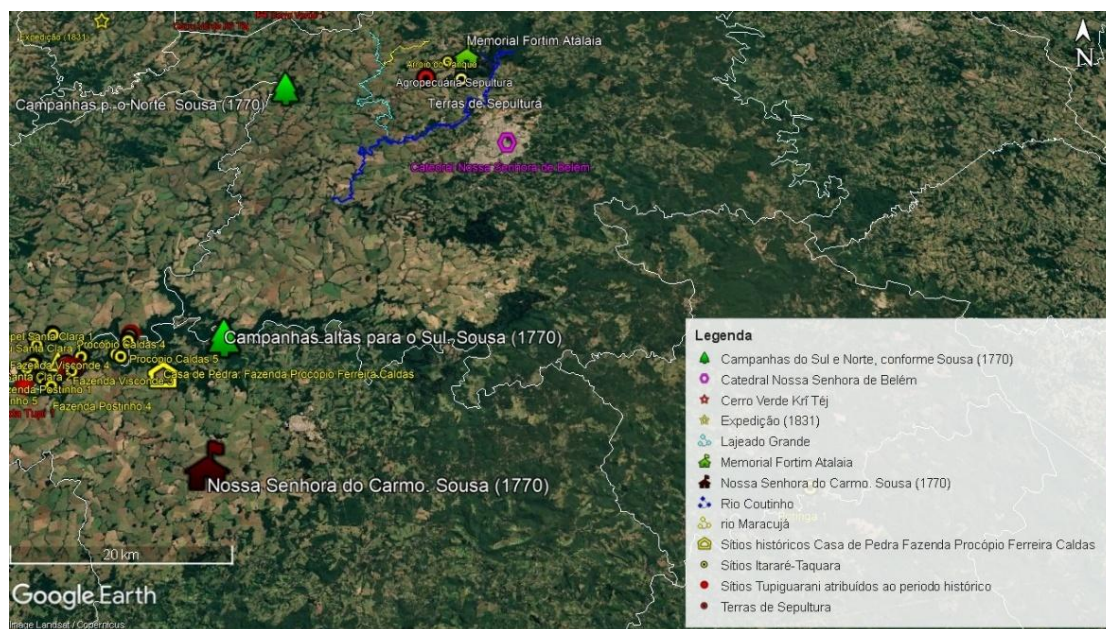
Ao abordar de forma específica a “Arqueologia das Fortificações no Paraná”, Parellada (2013c; 2013d), considerou indeterminada a localização do Forte de Nossa Senhora do Carmo, no entanto, sugeriu que este tenha sido instalado nas terras que atualmente pertencem ao

município do Pinhão – PR. Esta informação, condiz com as indicações da Carta de Cândido Xavier a Botelho em 1770.

Para indicar a seu superior a posição em que instalara o forte, o militar usou como referência uma grande volta do rio do Registro, qual suponho se tratar do local conhecido como Volta Grande do Iguaçu, na atual divisa dos municípios de Pinhão e Bituruna. Pela picada, aberta da margem direita do rio Iguaçu até os campos da Fortaleza de Nossa Senhora do Carmo, Cândido Xavier calculou um percurso com cerca de uma hora e meia de caminhada.

Embora não seja possível apontar com exatidão o local onde fora construído à fortificação de Nossa Senhora do Carmo, este estava situado próximo a um curso d'água, a esquerda do rio Capivaruçu, que possivelmente, corresponda ao atual rio Pinhão, afluente da margem esquerda do rio Jordão. Considerando as indicações de Cândido Xavier de Almeida e Sousa ([1770] In: Souza, 1956), Sousa (1770); e os cursos hídricos da região, estimei as posições do forte e as áreas de roça visitados pelos militares da sexta expedição, a que adentrou nos *Koran-bang-rê* (figura 70).

FIGURA 70. LOCAL ESTIMADO DO FORTE NOSSA SENHORA DO CARMO E CAMPANHAS DO NORTE E CAMPANHAS DO SUL



Fonte: Elaboração própria.

A cerca de 18 km (em linha reta), do ponto mais ao norte da Volta Grande do Iguaçu, a posição do forte foi estabelecida na coordenada UTM 22J 426733 E / 7151096 S, nas cabeceiras de um dos afluentes do rio Capivara, o qual, corre em paralelo a margem esquerda do rio Pinhão, ambos desaguam na margem esquerda do rio Jordão. Esta opção foi considerada porque ao

escolher o local da fortificação, Cândido Xavier o fez próxima a “um córrego para a serventia da tropa” (Sousa, [1770] In: Souza 1956, p. 124).

Estimada a posição da fortificação de Nossa Senhora do Carmo, foi possível projetar de forma aproximada as áreas de roças dos indígenas que foram alcançadas pelas patrulhas de Cândido Xavier. Conforme os apontamentos que fez em carta a Botelho, a área de roça dos indígenas mais próxima, localizava-se nas “Campanhas altas do Sul” a cerca de duas léguas (13,2 Km), ao norte do forte (UTM 22J 425884 E / 7164498 S), situada a cerca de 1000 m de altitude.

Na figura 70, é possível notar que a área estimada para o Forte de Nossa Senhora do Carmo, está relativamente próxima (entre 17 e 20 km), a sudeste dos sítios arqueológicos registrados por Parellada (2007), na região em que no século XIX, residiam as famílias Silveira Caldas e Ferreira Caldas. Já as “Campanhas altas do Sul”, onde foram identificadas uma das roças dos Kaingang, está mais próxima destes sítios (cerca de 14 km), enquanto outros, mas acima do rio, estão a cerca de 10 Km. Desta forma, é possível que alguns destes sítios, estejam relacionados a área de roça encontrada nas Campanhas do sul pelos militares da sexta expedição em 1770.

Da Campanha do Sul até a Campanhas do Norte, onde foram encontradas as roças dos indígenas, o militar mensurou distância de cinco léguas (33 km). Desta forma, estimo que, a Campanha do norte, esteja próximo dos divisores de águas do rio Cavernoso e afluentes da margem direita do rio Jordão, (UTM 22J 427166 E / 7197359 S), o ponto estimado está situado a aproximadamente 975m de altitude. Cabe destacar que a cerca de 22 km a nordeste deste ponto, está o Memorial Fortim Atalaia, na região onde no início do século XIX, foi instalado o Aldeamento de Atalaia.

A região das Campanhas do norte, está a pouco mais de 8 km da margem direita do rio Lajeado Grande, limite oeste das terras de Atalaia e Sepultura, reivindicada pelos Kaingang durante desde a primeira metade do século XIX, conforme detalhado no segundo capítulo desta tese.

O sítio arqueológico mais próximo do ponto, é o Arroio do tanque, 20 km a nordeste, atribuído a Tradição Itararé-Taquara, cuja datação, apresentada em Arqueológica (2019b), alcançou 710 ± 30 BP (nº 391 / Beta – 521162). Como discutido no terceiro capítulo, a descrição estratigráfica deste sítio em Arqueológica (2019a), permite sugerir que o local tenha sido ocupado por diversas vezes, pois, apresentou material em três extratos, sendo a camada datada,

a intermediária (entre 30-40) cm. Desta forma, é possível que este sítio contenha uma ocupação mais antiga (entre 40-50 cm), e outra mais recente entre (0-30 cm), todas relacionadas a Tradição Itararé-Taquara, evidenciando uma ocupação persistente do local.

É preciso ter claro, que a posição do ponto estima a área das Campanhas do Norte, que possivelmente se estendia em direção aos divisores de águas das bacias dos rios Jordão e Cavernoso, estando ainda, a menos de 30 km das cabeceiras dos rios Piquiri e Marrecas. Esta espacialização, demonstra que esta região foi ocupada pelos Jê / Kaingang e Xokleng ao longo de mais de 700 anos, de 1879, quando Gacom e outros Kaingang reivindicavam as terras de Atalaia e Sepultura recuando até 710 ± 30 BP (amostra nº 391 / Beta – 521162), como atestado pela datação obtida no sítio Arroio do Tanque.

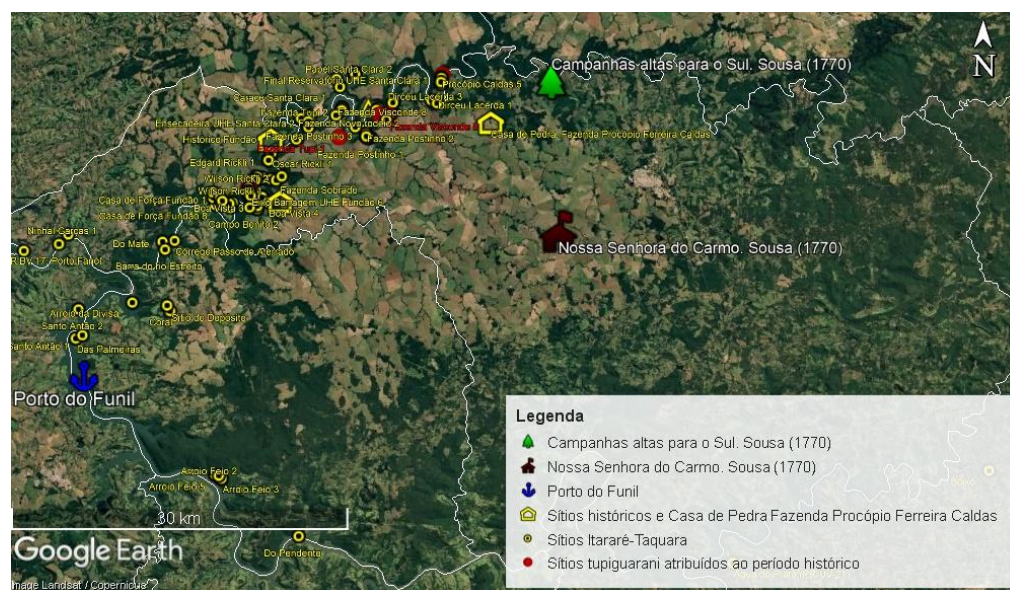
Ainda reportando os acontecimentos da sexta campanha da Expedição, Cândido Xavier, voltou a escrever a Botelho em 24 de outubro de 1770. Nesta carta, informa que durante uma caçada na região acima do Porto do Funil, seus subordinados foram surpreendidos por uma emboscada dos indígenas, que lançaram suas flechas contra os soldados embarcados. Nesta ocasião:

Ocorreu a Bento de Siqueira, soldado curitibano, que se achava na canoa, o pôr-se de joelhos, e bater-lhes as palmas, com o que suspenderam o ímpeto; e porque os soldados logo botaram a canoa para o largo, mostravam eles os índios as flechas, e os chamavam com ãa nunca vista língua; mas vendo, que lhes fugiam, muito irritados batiam nos peitos ameaçando. A este tempo, mandei disparar ãa arma cá no acampamento, com que caíram todos por terra, e fugiram para o mato, matando nesta ocasião o nosso cão melhor, que havia passado a outra banda, quando viu os soldados embarcando a anta. (Sousa [1770] Souza, 1956, p. 128).

Pelas indicações da já mencionada “Planta de Nossa Senhora do Carmo” e da conhecida “Carta Chorografica dos Campos de Guarapuava” de 1772, na qual, está traçado o itinerário percorrido por Candido Xavier e Afonso Botelho,²³⁶ pode-se estimar a localização do Porto do Funil, na margem esquerda do rio Iguaçu, pouco acima da margem esquerda da Foz do rio Jordão (figura 71).

²³⁶ Sob guarda do Museu Paranaense, a “Carta Chorografica dos Campos de Guarapuava” de 1772 está disponível em: <https://www.memoria.pr.gov.br/acervo/34592>

FIGURA 71. ESTIMATIVA DE LOCALIZAÇÃO DO PORTO DO FUNIL



Fonte: Elaboração própria.

Obviamente que a maioria dos sítios arqueológicos que podem ser visualizados na figura acima, não são contemporâneos a incursão de Cândido Xavier. Como já sugeri, alguns devem estar relacionados a áreas de *wãre* do século XIX. Porém, outros, devem guardar relação com períodos mais antigos, como o sítio Eixo Barragem UHE Fundão 7, caracterizado por Parellada (2007) como um sítio Aldeia da Tradição Itararé-Taquara. A datação do componente Itararé-Taquara, apresentada por Parellada (2016), recua a ocupação Jê / Kaingang e Xokleng no rio Jordão a 922 ± 33 anos AP, (LACUFF 150056).

Além de apresentarem uma ocupação contínua ao longo do rio Jordão, alguns sítios pesquisados por Parellada (2007), registram mais de uma ocupação, indicando uma ocupação persistente por esses grupos na região. Este panorama, ajuda a compreender o motivo da emboscada preparada pelos Kaingang, desta vez, os militares comandos por Cândido Xavier não invadiram somente suas roças, se aproximaram dos locais onde estavam suas *emã*, ao longo dos rios Jordão e Iguaçu.

Os indígenas estavam na margem direita do Iguaçu e provocavam para que os expedicionários cruzassem o rio. Cândido Xavier, escreve que também tentou chamar-lhes para o outro lado, mostrando roupas, mas a aproximação não aconteceu. Possivelmente baseado nas observações de seus soldados, que estiveram mais próximos dos indígenas, o tenente Cândido Xavier destacou algumas características daquele grupo, as quais, reportou na carta a Botelho em 24 de outubro de 1770:

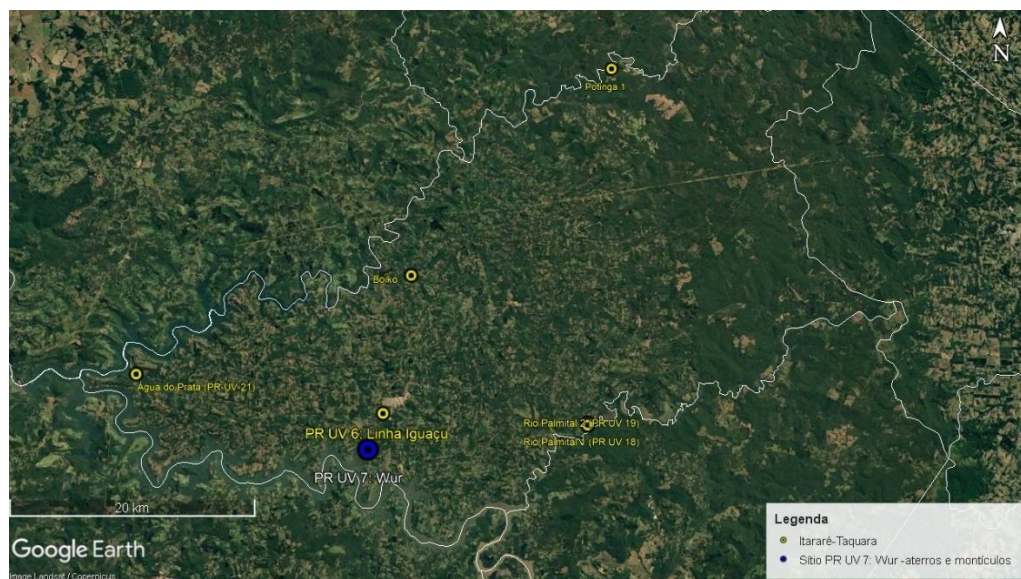
São de estatura agigantada, bastante alvos, mas alguns bem vermelhos: têm todos cabelos, e barbas crescidas. Entre o grande número de nuelos vinham 5, ou 6, com camisas muito alvas; uns são armados com paus compridos em formas de cajado curvos para a ponta; outros de arco, e flechas, as quais pareciam de cobre pelo reflexo, e estrépito, que faziam. Também vinham alguns cingidos com ãas tangas curtas que pelo jeito mostravam serem mulheres. (Sousa [1770] Souza 1956, p. 128).

Ao longo da margem direita do rio Iguaçu, desde a foz do rio Jordão até a foz do rio Palmital,²³⁷ há diversos sítios arqueológicos relacionados a Tradição Itararé-Taquara. Destes, destaca-se os mais a sudeste dos *Koran-bang-rê*, no atual município de Cruz Machado.

Trata-se dos sítios PR UV 6: Linha Iguaçu e PR UV 7: Wur, relacionados a aterros e montículos, associados a casas subterrâneas, registrados por Igor Chmyz entre os anos de 1959-1964, e debatidos em Chmyz (1968). Também relacionado a casas subterrâneas, estão os sítios PR UV 18: Rio Palmital 1 e PR UV 19: Rio Palmital 2, descritos em Chmyz (1971), o PR UV 21: Água do Prata, cujas informações foram obtidas de Parellada (2001), e sítio Boiko registrado por Dossel (2022), além do sítio lito-cerâmico a céu-aberto Potinga 1, identificado por Artefatos (2019), a disposição destes sítios pode ser visualizada abaixo (figura 72).²³⁸

²³⁷ O rio Palmital, serve de divisa entre os municípios de Cruz Machado e União da Vitória, no limite sudeste dos *Koran-bang-rê*.

²³⁸ Apresentados em detalhes no terceiro capítulo.

FIGURA 72. SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA NO SUDESTE DOS *KORAN-BANG-RE*²³⁹

Fonte: Elaboração própria.

Todos os sete sítios foram atribuídos a Tradição Itararé-Taquara, portanto sítios Jê. Destes, destaquei o sítio PR UV 7: Wur, onde foram evidenciados os aterros e montículos, classificado por Chmyz (1968) como sítio cemitério, situado em área de todo, acima de 800m de altitude. Segundo a descrição do arqueólogo, os aterros monticulares tinham as seguintes dimensões:

[...] em geral mediam 1,70 m de comprimento, 0,60 m de largura e 0,40 m de altura, enfileiravam-se por grande extensão da parte mais elevada do morro. Verificou-se que uma ligeira vala contornava cada um dos montículos, evidenciando que dali a terra havia sido retirada para sua construção (Chmyz, 1968, p. 46).

Uma das estruturas foi escavada, mas conforme o autor, não foram evidenciados vestígios de sepultamentos, apenas materiais líticos misturados a estrutura do aterro. Em suas considerações, Chmyz (1968) comparou as estruturas por ele identificadas a sepultura descrita por Alfred Métraux (1946), constatando que eram diferentes, entretanto, como se sabe, a sepultura descrita por Métraux, são do início do século XX.

Além disso, cabe ressaltar que neste contexto, apenas o sítio Potinga 1, ao norte, não está relacionado diretamente a casas subterrâneas. Conjuntura, totalmente distinta da

²³⁹ Como já explicado no terceiro capítulo, as os sítios PR UV 6: Linha Iguaçu, PR UV 7: Wur e PR UV 21: Água do Prata tiveram coordenadas UTM estimadas por Parellada (2001), já os sítios PR UV 18: Rio Palmital 1 e PR UV 19: Rio Palmital 2, tiveram posição estimada com base no mapa apresentado por Chmyz, *et alli* (2007).

evidenciado no centro dos *Koran-bang-rê*, onde apenas foram encontrados sítios lito-cerâmicos a céu aberto.

Subindo o rio Iguaçu e seus afluentes de ambos os lados, há diversos sítios arqueológicos, como pode ser conferido no mapa de Chmyz *et alli* (2007). Dentre estes sítios, a leste do PR UV 7: Wur, na margem direita do rio Iguaçu, no atual município de União da Vitória, está o PR UV 17, cuja amostra datada (SI-2197), alcançou “1475±65 AP ou 475 d.C.,” (Chmyz *et alli*, 2009, p. 25).²⁴⁰

A especificidade do sítio PR UV 7: Wur, será tratado no próximo subcapítulo, por ora, ele e os outros sítios de seu entorno, indicam que a margem direita da região do médio rio Iguaçu, onde adentrou a expedição comandada por Cândido Xavier já estava ocupada desde o século V, como assegura a datação do sítio PR UV 17, apresentada em Chmyz *et alli* (2009). Espaço que ainda estava sob domínio de grupos relacionados a esta ocupação mais antiga, como constatou o tenente.

Alegando que a mata da margem direita do Iguaçu estava “infestado pelo gentio” e por estar desprovido de mantimentos, Cândido Xavier seguiu para o Porto de Nossa Senhora da Victória, de onde por carta, reportou os fatos ocorridos a Botelho. Em resposta, o comandante expressou que ficara satisfeito com a descoberta dos Campos de Guarapuava e com a construção do Forte de Nossa Senhora do Carmo, sendo a planta aprovada pelas autoridades de São Paulo, entretanto, na carta de 17 de dezembro de 1770, Botelho repreendeu seu subordinado pelo abandono do posto.

Esta parte ofuscou tôda a gloria, que podia ter merecido, sendo um oficial que deve ter obrigação de saber o regulamento, e mais ordens de Sua Majestade para ver o crime, que cometeu, e as penas, a que está sujeito, de que o não isento, enquanto não recuperar o posto, que abandonou sem ordem, nem motivo algum; pois a falta de mantimentos que diz não é atendível; porque tendo achado os paiós cheios de mantimentos, deles se podia prover pelo modo, que lhes fosse mais possível havê-lo dos índios; munições sei, que as havia com muita abundância; as armas estavam boas; os índios mostravam boa condição: logo que causas haviam, para largar uma praça, cuja planta serve de acusar a sua covardia? (Souza, [1770] Souza, 1956, p. 131).

²⁴⁰ Em Chmyz (1981), é indicado que, “nas proximidades de União da Vitória e da foz do rio Chopin (Chmyz, 1969b: 121; 1971: 96), um dos sítios foi datado de A.D. 475±65 (SI-2197)” (Chmyz, 1981, p. 91). Mais de uma década depois, sem especificar quais, Chmyz *et alli* (1993) afirma que alguns sítios da fase Candói na região do médio Iguaçu foram datados, situando cronologicamente a fase cerâmica da Tradição Itararé-Taquara em “A.D. 475±65” (Chmyz *et alli*, 1993, p. 8). Em Chmyz *et alli* (2009), a referida datação e amostra foram atribuídas ao sítio PR UV 17, cuja data apresentada é de “1475±65 AP ou 475 d.C.,” (Chmyz *et alli*, 2009, p. 25).

A repreensão de Botelho escancara a situação em que estavam os indígenas da região do *Goyo Quimim*: em boas condições e com os paióis cheios. Mas, não foi só o abandono do posto que irritou o comandante, o contato com os indígenas relatado por Cândido Xavier foi interpretado por Botelho como uma sucessão de erros, dentre os quais menciona:

[...] batendo as palmas os mesmos soldados, os índios substiveram os tiros das flechas, e virando estas as ofereceram ao mesmo soldado, e da parte que não tinham ferro: foi tal a rudez do soldado, que não soube tirar as facas da cintura, ou as próprias camisas, para darem aos índios pelo benefício de lhe não tirarem a vida, mostrando êles que queriam comunicação conosco [...] depois de estarem todos da outra parte, mostrando-lhe V. M.^{ce} camisas, e lençóis, como sei, queriam eles ir buscar, metendo-se pelo rio dentro, e procurando pelo modo possível pelo passarem para outra banda, [...] é V. M.^{ce} tão falto de valor, que não teve resolução passar da outra banda, ou mandar gente com alguma cousa de roupas, ou do que houvesse, que seria muito bem remunerado, a ver se Deus permitia, tivéssemos trato com os índios. [...] para horrorizar aos mesmos índios, mandou disparar ãa arma, de que eles concebem um grande susto, que se protaram por terra (Souza, [1770] Souza, 1956, p. 131).

Como fica claro, no que se refere ao contato, o comandante considerou as atitudes de Cândido Xavier e de seus soldados um desastre, dando ordem para que retornasse aos campos até vinte de janeiro de 1771. A análise de Botelho parece acertada, porém, pouco mais de um ano depois, outro acontecimento indica que, caso Cândido Xavier tivesse aceitado o convite dos indígenas para que cruzasse o rio, o desfecho poderia ter sido trágico para o tenente Xavier de Sousa e seus comandados.

Por outros caminhos, outras frentes preparam roças e locais de paradas para a chegada de uma expedição maior, na qual, estaria presente o comandante Afonso Botelho. Em Curitiba, o comandante preparou a artilharia e instruiu a tropa, da qual, uma parte, saiu no dia 09 de novembro de 1771, sob o comando do cabo Simão Veloso. No dia seguinte, saiu Botelho, que, depois de quase um mês de marcha, no dia 04 de dezembro encontrou-se com Cândido Xavier, que havia saído quinze dias antes. Dia 05 de dezembro, a tropa e o comandante já estavam nos Campos de Nossa Senhora do Carmo, onde o tenente Cândido Xavier instalara o forte.

Botelho e seus homens fizeram patrulhas para reconhecer os campos abertos, entremeados por capões de mata de araucárias que se estendiam a oeste e norte de Nossa Senhora do Carmo. No dia 10 de dezembro, após terem acampado sob um forte temporal, o comandante e mais vinte e cinco cavaleiros chegaram à margem esquerda “do grande rio que deve aquela campanha” (Souza [1772] In: Souza, 1956, p. 155). Botelho alcançara o *Goyo*

Quimim, onde ordenou ao Capitão Lourenço Ribeiro de Andrade que com sua esquadra, examinasse o rio, para que encontrasse um vau, ou seja, um local que fosse possível atravessar o rio com os cavalos.²⁴¹

No dia 15 de dezembro, o rio recebeu o nome de rio Jordão, devido ao “batizado” involuntário de Botelho e mais cavaleiros durante a travessia daquele local, que foi nomeado de Pôrto do Pinhão do rio Jordão” (Souza [1772] In: Souza, 1956, p. 155).

Segundo os relatos de Francisco Olinto Carvalho, que acompanhara a exploração daqueles campos, no local da passagem, além de uma cachoeira, este trecho do rio era repleto de lajes, caldeirões e canais. Embora Botelho afirme que seguia sempre em direção ao poente, ou seja, para o oeste, considera-se que estava orientado a sudoeste, pois Carvalho indica que se deslocavam em direção ao sul:

Continuamos a viagem a rumo sul [...] chegamos a um campo, digo capão, cuja distância ao pôrto será de cinco léguas, ao pé do qual se achou ãa trilha de gente, e daí a pouco um caminho que terá um palmo de largo bem seguido, e logo assentou Sua Senhoria continuar por êle para a parte do sul para encontrarmos o gentio (Carvalho [1771] In Souza, 1956, p. 217).

Na Carta Chorografica dos Campos de Guarapuava de 1772, é possível observar que após passarem o Capão dos Porcos, o itinerário de Botelho é reorientado a sudoeste (figura 73).

²⁴¹ Cabe retomar que em 1770, Cândido Xavier indicou roças e ranchos com feijão, milho e abóboras nas Campanhas altas do Sul, próxima das confluências do rio Pinhão e Jordão. Entretanto, pouco mais de um ano depois, não há menções a indígenas neste espaço.

Após matarem quatro porcos, que serviram de alimento para a tropa, que partira sem provisão, caminharam mais uma légua, chegaram ao córrego do Campo do Craveiro, onde encontraram o primeiro rancho grande, que segundo Carvalho, apresentava sinais de terem sido ocupados a cerca de oito dias pelos indígenas. Naquele lugar, após assarem os porcos e perdizes que caçaram pelo caminho, passaram a noite. Pela manhã da segunda feira, dia 16 de dezembro, seguiram o caminho dos indígenas, por mais de uma légua, quando avistaram em um alto, outro rancho grande, o segundo, como relata Carvalho:

[...] chegando achamos deserto de poucos dias; e nêle foram vistas várias alcôfas, ou cestinhas em que êles têm guardados os seus pobres trastes, e entre êstes foi achada a simitrufa composta de penas, e não mal tecida, e ãa fita branca à maneira de liga trançada, dous novelos de fios muito bem fiados, panelas, porongos, e um grande de mel, carracaxazes, e outras cousas, com que costumam fazer seus festejos; nas fontes circunvizinhas, lagos de pinhões, e outros viveres de que se costumam sustentar; e porque se lhe tiraram alguns destes trastes para amostra lhe recompensamos deixando-lhes um barrete vermelho, duas facas, miçangas, medalhas, anéis, navalhas, digo maravilhas, frocos, e outras cousas semelhantes, e perseguindo mais distância de duzentas braças estava em um capão ãa roça de alqueire de planta de milho, que já apendoava (Carvalho [1771] Souza, 1956, p. 218).

Apesar do militar ter julgado os itens materiais dos indígenas como “pobres trastes”, sua descrição indica que estes mantinham tecnologia tradicional diversificada, produziam cerâmica, fiavam fibras naturais com os quais manufaturavam tecidos, cestaria, adornos cerimoniais, dentre outros itens que compunha sua cultura material.

Além disso, os expedicionários encontraram roças consideráveis de milho, abóboras e feijão, que indicam uma agricultura sólida. O relato de Carvalho também apresenta boa disponibilidade de caça e de coleta, das quais mantinham provisões, como o pinhão e o mel, dentre outras variedades de frutas e vegetais, que não foram identificadas pelos colonizadores, mas que garantia aquela população uma dieta tradicional variada, que lhes proporcionava o bem viver nos *Koran-bang-rê*.

Até este rancho, tendo como referência de partida o Porto do Pinhão, Carvalho indica terem percorrido mais de sete léguas, ou seja, cerca de 46 Km em direção sudoeste. Deste ponto, continuaram na mesma direção por mais de três léguas (19,8 km), quando encontraram uma grande aldeia, com quatro ranchos, “3 ranchos grandes, que bem acomodam 150 pessoas, e um pequeno aonde, por vir já um cavalo de um camarada cansado determinou Sua Senhoria pousássemos” (Carvalho [1771] In: Souza, 1956, p. 218).

Segundo Carvalho, isso se deu por volta de duas da tarde, o restante do dia foi atarefado, alguns homens foram patrulhar os caminhos conectados aqueles ranchos, outros partiram para caça. Nos ranchos, permaneceram “o capitão Lourenço Ribeiro, e o capitão José dos Santos, e os camaradas, para que se varreu um dos ranchos onde foi achado um círio de milho branco, roxo e amarelo todo pururuca, que teria bom alqueire” (Carvalho [1771] In: Souza, 1956, p. 218). Depois de tratarem dos cavalos com o milho armazenado pelos indígenas, também se alimentaram do cereal, assando-o nas panelas de cerâmica.

Como se nota, até aqui, não se avistou nenhum indígena, apenas seus ranchos, aparentemente deixado às pressas, com seus pertences e provisões. Onde estariam seus habitantes? Possivelmente, acompanhando os passos dos intrusos que invadiam seu território. Entretanto, ainda durante a tarde, o capitão Francisco Carneiro, o tenente Domingos Lopes Cascais, João Lopes e Diogo Bueno que haviam ido patrulhar os caminhos que dali partiam, retornaram a área dos ranchos em alvoroço: “dando muitas salvas, e repetindo-as, tivemos bom anúncio vendo ao tenente sem véstia, e sem barrete, e um dos camaradas João Lopes nu só com a[s] ceroulas, e os mais sem alguns trastes que levaram, o que nos fêz inferir, que tinham encontrado ao gentio” (Carvalho [1771] In: Souza, 1956, p. 219).

Segundo narraram os patrulheiros, o encontro com os indígenas se deu a pouco mais de uma légua dos ranchos, na ocasião em que, “em um lago um índio com 5 filhos tirando pinhões, que vendo-os arrebatadamente fugiram, e êles a rédea solta os alcançaram, fazendo logo ao longe sinais de paz batendo as palmas, com o que parou o índio sobressaltado” (Carvalho [1771] In: Souza, 1956, p. 219).

No encontro, os militares despiram-se de roupas e objetos que carregavam para presentear os indígenas, mesmo sem intérprete, indicaram o local onde estavam arranchados, entendendo que voltariam para os encontrar. Foi o que narrou Carvalho, após ouvir o relato dos patrulheiros no rancho onde passaram a noite.

No dia 17 de dezembro, por volta das nove horas da manhã, chegaram oito indígenas no local em que Botelho e seus subordinados haviam invadido. Após serem recepcionados pelo tenente Cascais e João Lopes, que saíram ao encontro deles, chegaram aos outros:

[...] dous traziam bordões na mão (dos quais vão amostra) e enferimos serem insígnias de oficiais entre êles, e os mais com arcos, e flechas, do que também vão amostra: todos moços bem feitos, e claros, e o mais velho teria 50 anos, os cabelos compridos de um palmo pouco mais, ou menos, cortados por diante bem redondos, e dous com coroas no próprio lugar que os nossos clérigos as

têm redondas, pouco maiores que a dos menoristas; as sobancelhas raspadas tôdas em geral, as barbas crescidas ãas mais, outras menos (Carvalho [1771] Souza, 1956, p. 220).

O relato de Carvalho indica se tratar dos “Coroados”, entre os quais, os militares reconheceram hierarquia pelo uso dos bastões.²⁴⁴ Os indígenas, também reconheceram a posição de liderança de Botelho, como se evidencia no relato de Carvalho: “Entre êstes vinha um a quem chamavam Pahy, que mostrava mais madureza, e todos os mais tratava a Sua Senhoria por Pahy” (Carvalho [1771] In Souza, 1956, p. 221).

Mesmo sem se entenderem verbalmente, pois, estes tinham língua “totalmente distinta da geral indiana.” (Carvalho [1771] In: Souza, 1956, p. 220). Se comunicaram com os indígenas, presenteando-os em abundância, despindo-se das próprias roupas, facas, facões, machado e outras quinquilharias que portavam. Em retribuição, os indígenas trouxeram-lhes bastante pinhões:

[...] o lançaram ao meio do terreiro, fazendo-lhe fogo em cima e entrando logo a pegar, ensinando como se comiam, os ofereciam; pôs-se-lhe no terreiro, um quarto de porco assado para que comessem, e o não aceitaram, convidando-nos muito que fôssemos ao seu arranchamento; pegaram-me na mão querendo levar-me, mas tendo andado um pouco disse-lhe que fôssem eles adiante, que eu pondo-me a cavalo lá ia ter, o que eles perceberam bem, e deixando-nos alguns arcos, e flechas, se foram embora [...] o que tudo se percebeu por acenos, e nisto conhecemos sua lisura. (Carvalho [1771] Souza, 1956, p. 221).

Depois de liberar três soldados para acompanhar outro que estava doente para que pudesse retornar ao Porto Pinhão, Botelho e os demais seguiram o rumo dos indígenas por mais uma légua e meia (cerca de 10 km), no caminho avistaram vários “lagos de pinhão e ranchos queimados. Ao avistarem o rancho os indígenas vieram ao encontro de Botelho, guiando a tropa até a aldeia em que os esperavam. Relatado em Souza (1956), destaca-se alguns trechos do registro de Carvalho sobre a visita:

²⁴⁴ Em MCA I (1954), os jesuítas relatam “entregarem” bastões aos caciques “Gualachos” do médio e alto rio Piquiri, podendo indicar que o bastão, como identificador de distinção poderia ter sido inserida pelos missionários do século XVII. Entretanto, na Coordenação Regional da Funai e nas ruas de Colíder-MT, por diversas vezes observei os Kayapó-Mebêngôkre e os Panará-Krenakore empunhando bastões ao andarem pela cidade, indicando sua posição de liderança aos indígenas de outras aldeias, como me explicou *Oket Metuktire*, Kayapó-Mebêngôkre e funcionário da Funai na CR Colíder.

[...] nos ofereceram com vozes, acenos, o abrigo de seus pobres ranchos para que nos livrássemos da chuva, e para mais os agradar entra Sua Senhoria em um rancho quase de gatinhas pela pequenez da porta e logo dous deles com Sua Senhoria levando-lhe ao fogo, que estava no fim do rancho, logo se sentaram, e lhe ofereceram assento. [...] ofereceram-lhe do pinhão, que ali estava a assar ao fogo. Tiraram um com a mão, descascaram, e comeram dizendo-lhe fizesse o mesmo, e outro pegou ãa tanaz de taquara mostrando o uso que devia ter dela para tirar o pinhão do fogo, e descasca-lo e comê-lo [...] ao tenente Cascais que o comeu, e outros que o fizeram disseram que era muito melhor, que os outros, que haviam trazido do lago [...] Continuaram êles algũas pequenas dádivas, oferecendo-lhes viessem ao porto aonde havia muito que lhes dar o que êles permeteram fazer dando mostra de trazerem suas mulheres, e filhos, que para isso tinha [m] já mandado vir da aldeia principal corando com isto a cautela, que tinham tido de pô-las fora do alojamento, conservando-se sòmente os que podiam usar de armas (Carvalho [1771]: Souza, 1956, p. 222).

Cabe destacar que o ápice da produção de pinhão, ocorre entre o outono e o inverno, entretanto, os indígenas ofereceram o pinhão a tropa de Botelho em dezembro de 1771, no fim da primavera, quase no início do verão. Como notaram os militares, havia muitos lagos de pinhão próximos das nascentes, ou seja, havia disponibilidade de muito pinhão, que por si só, não garante a o consumo em outras épocas do ano. Para garantir esse aprovisionamento, era necessário desenvolvimento de técnica de estocagem, organização do trabalho, além de controle territorial, para garantir a segurança do estoque.

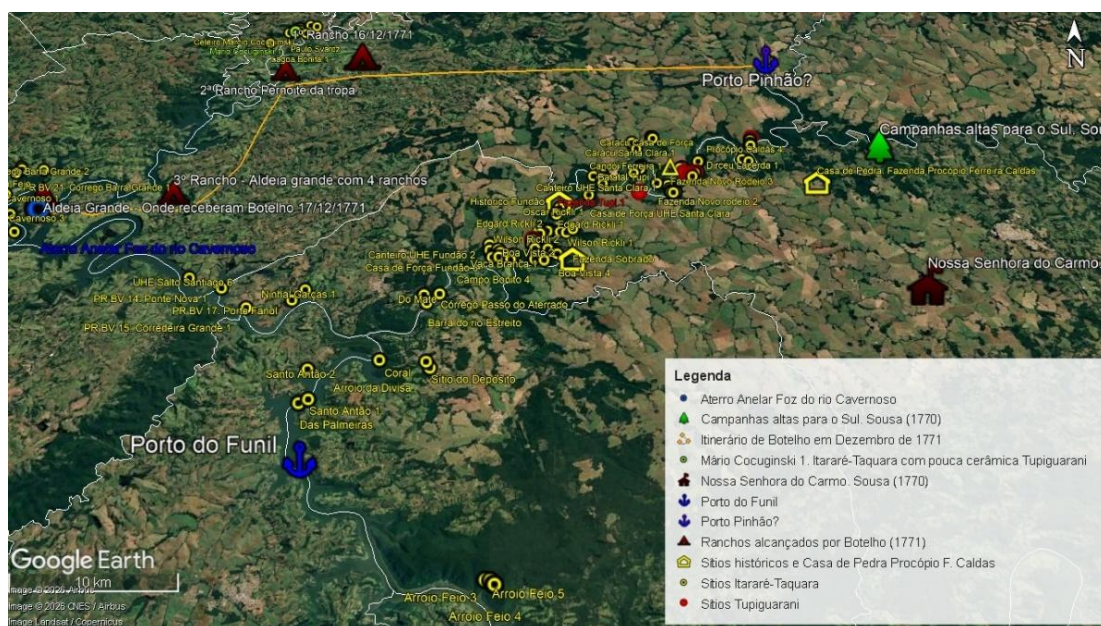
No trecho acima citado, temos outros elementos da organização dos indígenas, ao longo do trajeto percorrido, Botelho e seus homens toparam com ranchos vazios, ou destruídos pelo fogo, uma indicação de que os indígenas estavam acompanhando o deslocamento dos militares por seu território, tendo o cuidado de retirar mulheres e crianças antes que seus guerreiros se encontrarem com os invasores.

Depois de comerem pinhão, presentear e serem presenteados pelos indígenas, montaram em seus cavalos para retornarem ao Porto do Pinhão. Segundo Carvalho, ao perceberem que iriam partir, os indígenas insistiram para que permanecessem no local, mas os militares estavam decididos em retornar ao porto, onde atravessaram o então rio Jordão, a aproximadamente dez léguas dali (66 km), como estimou Carvalho ([1771] In: Souza, 1956). No retorno, enfrentaram muita chuva, chegando ao Porto Pinhão na quarta-feira, dia 18 de dezembro.

Considerando que Botelho partiu de Nossa Senhora do Carmo em direção ao oeste, somadas as indicações de direção e distância de Olinto de Carvalho, além do traçado do itinerário de Botelho e Cândido Xavier na Carta Chorografica dos Campos de Guarapuava de

1772, estima-se que, o Porto do Pinhão do rio Jordão, localizava-se próximo da cachoeira conhecida como Salto Curucaca. Com base nesta suposição e nas informações de distâncias percorridas por Botelho, foi possível projetar seu itinerário, além da posição dos ranchos (aldeias), que foram alcançadas por sua tropa até o dia 17 de dezembro de 1771 (figura 74).

FIGURA 74. PORTO PINHÃO DO RIO JORDÃO, ITINERÁRIO DE BOTELHO EM DEZEMBRO DE 1771 E LOCALIZAÇÃO DOS RANCHOS (ALDEIAS).



Fonte: Elaboração própria.

A estimativa do itinerário de Botelho, indica que entre a primavera e o verão de 1771, as aldeias por ele percorridas estavam próximas a margem esquerda do rio Cavernoso, não no Jordão. As distâncias indicadas por Olinto Carvalho entre o Porto do Pinhão e a aldeia que visitaram em 17 de dezembro de 1771, são de dez léguas (66 km), a sudoeste do porto, localizado no vau em que fizeram a travessia do rio Jordão, já o itinerário proposto na figura 74, se estende por 68,4 km.

Como percorreram o caminho a cavalo, é possível que tenham realizados desvios, que em alguns trechos deve ter aumentado, ou diminuído a distância entre os pontos referenciados por Carvalho. Se consideradas as distâncias por ele indicadas, a expedição teria cruzado o rio Cavernoso a oeste, ou o Iguaçu ao sul. Entretanto, como indicado na Carta Chorografiaca dos Campos de Guarapuava de 1772, Botelho e sua tropa chegaram as aldeias próximas da margem esquerda de um rio, o qual, estimo ser o Cavernoso.

Desta forma, no itinerário apresentado na figura 74, que se inicia na margem esquerda do rio Jordão, onde estimo o local do Porto Pinhão (UTM 22 J 418150 E / 7175167 S), até o

primeiro rancho (UTM 22 J 383872 E / 7174970), há uma distância de 35,49 km (Carvalho estimou 6 léguas, que corresponde a 39,60 km). Do primeiro, até o segundo rancho (UTM 22 J 377436 E / 7174028 S), acrescenta-se mais 6,53 km (Carvalho, indica aproximadamente uma légua, ou seja, 6,6 km). Deste ponto, possivelmente a expedição guinou para o sul, como escreveu Carvalho e se observa no itinerário de Botelho na Carta Chorografica dos Campos de Guarapuava de 1772.

Neste rumo, orientado a sudoeste do segundo rancho, a 16,06 km, estabeleci a localização da terceira aldeia, composta por quatro ranchos que os militares encontraram esvaziada por seus habitantes (UTM 22 J 371246 E / 7160061 S). Segundo a estimativa de Carvalho, esta aldeia estava a três léguas da segunda, que corresponde a 19,8 km, entretanto, caso o percurso seguisse orientado ao sul, alcançaria a margem direita do rio Iguaçu, que atualmente, se encontra mais avançada, devido aos barramentos no rio.

Como os relatos não mencionam a travessia de rios que fossem dignas de nota, segui com as indicações de distância de Carvalho, porém, no sentido oeste, para o qual indicou Botelho. Deste modo, considerando que a última aldeia alcançada por Botelho estava a uma légua e meia, a 10,30 km, marquei a posição da Aldeia Grande (UTM 22 J 361178 E / 7160059 S), onde os *Xaclan*, ou *Xuclan*, como escreveu Carvalho, receberam Botelho e seus subordinados no dia 17 de dezembro de 1771.

Nimuendajú ([1913]1993), parece sugerir que os *Xaclan* seriam grupos Kaingang, pois explica que o grupo do Capitão Bandeira, era denominado por outros Kaingang como *Xocrê*: “os mesmos designam atualmente os bandos mais afastados e selvagens da nação, como por exemplo o Toldo de *Krin-xy* (“serra negra”, Serra da Pitanga) do Capitão Bandeira.” (Nimuendajú, 1993, p. 57).

A referência de localização do Capitão Bandeira utilizada por Nimuendajú, corresponde a mesma região em que o cacique Bandeira, relacionado como subordinado de Francisco Gacom estava na década de 1880: “Entre os rios Piquy e Ivahy existem, nos planaltos que dividem as águas, algumas campinas cobertas de gramíneas, onde teem assento as tendas dos caciques Gregorio e Bandeira. (Paraná, 16/02/1881, p. 78).

Nimuendajú (1993), distingue entre estes que considera Kaingang e sugere que: “Os Xokrens do P. Chagas porém, provavelmente não são os próprios Kaingang, mas os “botocudos” (Aweikoma) da divisa de Paraná com Santa Catarina, pois o citado autor narra que

estes Xokrens viviam entre o Yguaçu e o Uruguáy, furavam o beijo, eram inimigos dos outros” (Nimuendajú, 1993, p. 57-58).

Em diversos trabalhos, Lucio Tadeu Mota tratou esse grupo como os próprios Kaingang, perspectiva adotada no mínimo desde seu célebre livro “As Guerras dos Índios Kaingang” de 1994. Para Weigert (2021), “os indígenas denominados na fonte como “Xaclan” eram antepassados dos povos Kaingang” (Weigert, 2021, p. 7). Fernandes e Góes (2022), seguindo comunicação do linguista Wilmar D’Angelis, que sugere que esta denominação aponta para a pronúncia Xokleng, desta forma, os antropólogos consideram se tratar de grupo relacionado ao Xokleng / Laklãnõ. Entretanto, as considerações de Nimuendajú (1993) e a documentação do século XIX, apontam que a região era predominantemente ocupada por grupos relacionados aos Kaingang, portanto, posiciono-me com Nimuendajú (1993), Mota (1994) e Weigert (2021), mesmo considerando, a possibilidade de que, em alguns momentos, os Xokleng tenham adentrado nos *Koran-bang-rê*.

Os dois primeiros ranchos, a oeste do porto Pinhão, estão a menos de 10 km dos nove sítios Itararé-Taquara, registrados por Parellada (2014), durante a execução do “Programa de Preservação, Prospecção, Resgate do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial da PCH Cavernoso II, Paraná”, vinculado ao processo (SEI-IPHAN nº 01508.000896/2010-69).

Dentre os sítios pesquisados por Parellada (2014), destaca-se o Lagoa Bonita 1, situado em área de topo, a aproximadamente 656 m de altitude. Neste, o material arqueológico foi evidenciado em superfície, se estendendo até 30 cm de profundidade. Classificado pela arqueóloga como uma “paleo-aldeia de ceramistas Itararé-Taquara, medindo 150x150m, com forma circular” (Parellada, 2014, p. 107). O Lagoa Bonita 1 e os outros sítios, estão espacialmente relacionados aos dois primeiros ranchos adentrados por Botelho em 1771. Isto não significa que os sítios pesquisados por Parellada (2014), estivessem ocupados nesse período, mas que o espaço imediato aos sítios, permaneceram sendo ocupados ao menos até o século XVIII.²⁴⁵

A sudoeste, na margem esquerda da foz do Cavernoso no rio Iguaçu, Botelho encontrou as duas aldeias maiores, onde teve contato com os indígenas (figura 75).

²⁴⁵ Os sítios pesquisados por Parellada (2014), foram discutidos no subcapítulo anterior, retomados apenas pela proximidade que guardam com os dois primeiros ranchos encontrados por Botelho em 1771.

Como já discutido no subcapítulo anterior, os sítios registrados por Chmyz (1981), foram classificados em fases cerâmicas que compõem o conjunto da Tradição Itararé-Taquara. Os sítios PR BV 26: Ilha Grande, PR BV 11: Rio Iguaçu 1, PR BV 27: Rio Iguaçu 4; PR BV 23: Rio Cavernoso 2, PR BV 24: Rio Cavernoso 3, PR BV 13: Rio Cavernoso 1 e PR BV 20: Santa Cruz, foram relacionados pelo pesquisador a fase Candói. Enquanto os sítios PR BV 12: Rio Iguaçu 2 e PR BV 21: Córrego Barra Grande 1, foram relacionados pelo arqueólogo a fase Xagu. Já os sítios PR BV 19: Rio Feio e PR BV 22: Córrego Barra Grande 2, foram enquadrados na fase Açungui.

Embora tenham caído em desuso por parte dos arqueólogos, como explica Araújo (2007), as fases atribuídas por Chmyz (1981) para os sítios do médio rio Iguaçu, podem contribuir para compreensão da cronologia da ocupação deste espaço. Para isso, deve-se retomar a discussão do contexto arqueológico dos *Min-krin-ia-rê*, a oeste da margem direita do rio Cavernoso.

Ao longo do percurso da margem direita do rio Cavernoso, seguindo pela margem direita do rio Iguaçu até a foz do rio Xagu, há outros sítios Itararé-Taquara, cujo contexto foi detalhado no subcapítulo anterior. Dentre eles, a cerca de 22,5 km do local onde se estima a aldeia *Xaclan* visitada por Botelho, está o PR BV 3: Rio Barra Mansa 2, cujo material cerâmico foi relacionado a fase Xagu. Neste sítio, o arqueólogo encontrou uma ponta de projétil confeccionada em metal, que conforme arqueólogo, pode ser considerado um indicador do “contato da fase com os expedicionários e colonizadores do século XVIII” (Chmyz, 1981, p. 92).

Os sítios da Fase Xagu da região do médio rio Iguaçu estão temporalmente situados “entre A.D. 1.190 ± 40 e A.D. 1460 ± 40 .” (Chmyz *et alli*, 1993, p. 9).²⁴⁷ A datação apresentada pelo arqueólogo corresponde ao período que recua do século XVI ao século XII, entretanto, se considerarmos o material de metal encontrado no PR BV 3: Rio Barra Mansa 2, o contexto histórico das Campanhas de Botelho, a cronologia desta fase pode ser ampliada do século XVIII ao século XII.

²⁴⁷ Parellada (2014) esclarece que dentre os sítios da fase Xagu, evidenciados por Chmyz (1981) na região do médio rio Iguaçu, as datações estão relacionadas aos sítios da margem direita, correspondentes aos “municípios de Rio Bonito do Iguaçu, Porto Barreiro e Foz do Jordão, datados entre 760 ± 90 e 490 ± 40 anos AP” (Parellada, 2014, p. 100). Embora com referências temporais distintas (AD x AP), as datações mencionadas por Parellada (2014), estão situadas no mesmo quadro temporal das apresentadas por Chmyz (1993), sugerindo se tratar das mesmas datações.

Desta forma, é possível que assim como o PR BV 3: Rio Barra Mansa 2, os sítios PR BV 12: Rio Iguaçu 2 e PR BV 21: Córrego Barra Grande 1, atribuídos a fase Xagu, estejam relacionados aos *Xaclan* que tiveram contato com Botelho no século XVIII. Entretanto, o espaço em que estes sítios ocorrem, também contém sítios com fases cerâmicas Açungui²⁴⁸ e Candói,²⁴⁹ com cronologias mais recuadas, que apontam para uma ocupação contínua por povos de língua Jê.

Considerando este longo histórico de ocupação, é difícil conceber que os *Xaclan* e os outros grupos Kaingang que ali habitavam, assistiriam passivamente a conquista de suas terras. As aldeias e ranchos de roças vazios encontrados pelas Campanhas de Botelho, assim como a ausência de mulheres e crianças no local em que os indígenas receberam o comandante da Expedição, indicam que desde a chegada de Cândido Xavier em 1770, os indígenas se preparam suas estratégias para enfrentar os invasores dos seus *Koran-bang-rê*.

Possivelmente, se Botelho e seus homens tivessem concordado em permanecer na aldeia como insistiram os indígenas, o desfecho poderia ter sido diferente e Carvalho sequer escreveria seus relatos no Porto Pinhão, onde desde a chegada da incursão no dia 18 de dezembro de 1771, aguardavam a visita dos indígenas, que lá chegaram na manhã do dia 22 de dezembro, como registrou Olinto Carvalho.

[...] hoje às 7 horas da manhã defronte ao porto em um alto alguns; e porque logo se percebeu que os outros cautelosamente se encobriam por detrás da lomba, ordenou Sua Senhoria a todos que curiosamente se alvoroçavam a vê-los, que se não movessem das barracas, e ranchos donde estavam nem pegassem em armas fora deles para que o nosso sussêgo lhe diminuísse o receio, passando logo ãa canoa à outra banda para recebê-los o capitão Carneiro João Lopes; e pouco mais, com carinhos e abraços, e mais ofertas resolveram logo a passar o rio gritando primeiro prendessem os cachorros, advertência dos mesmo [s] índios, e ofertando-lhes a canoa para passarem, êles por acenos disseram ao capitão Carneiro, que pois estava de botas, passasse nela, que êles passariam pela cachoeira, apontando para baixo donde ela existe, e da vau (Sousa [1771] Souza, 1956, p. 224).

²⁴⁸ Na região adjacente da aldeia visitada por Botelho em dezembro de 1771, os sítios desta fase são representados pelos sítios PR BV 19: Rio Feio e PR BV 22: Córrego Barra Grande 2. A fase Açungui teve sua cronologia estabelecida entre os séculos XII e IX, como atestam as datações apresentadas por Chmyz *et alli* (1993), que os enquadra na faixa temporal de “A.D. 890 e A.D. 1.190.” (Chmyz *et alli*, 1993, p. 8).

²⁴⁹ Os da fase Candói: PR BV 26: Ilha Grande, PR BV 11: Rio Iguaçu 1, PR BV 27: Rio Iguaçu 4; PR BV 23: Rio Cavernoso 2, PR BV 24: Rio Cavernoso 3, PR BV 13: Rio Cavernoso 1 e PR BV 20: Santa Cruz. Estes, estariam relacionados a uma ocupação mais antiga, já que a datação apresentada por Chmyz *et alli* (2009) do sítio PR UV 17, na região de União da Vitória, é de 1475 AS±65 AP (SI-2197), o que segundo Chmyz (1981), Chmyz *et alli* (1993) e Chmyz *et alli* (2009), corresponde ao ano de 475 d.C. Ou seja, ao século V do nosso calendário.

O relato de Carvalho e Sousa expõe a estratégia de Botelho em ganhar a confiança dos indígenas com gestos de cordialidade e generosidade, estratégia similar a dos indígenas, que mesmo sem serem compreendidos, compreenderam os objetivos da expedição e a posição de liderança ocupada por Botelho, “tanto que estiveram dêste lado andaram a procurar o Pahy que assim tratavam a Sua Senhoria” (Carvalho [1771] In: Souza, 1956, p. 224).

No Porto do Pinhão, Carvalho estimou terem chegado cerca de setenta indígenas, homens, mulheres e crianças das mais variadas idades, “todos bem feitos” (Sousa [1771] In: Souza, 1956, p. 225). Foram presenteados com tecidos, baetas, miçangas e outros objetos, mas demonstravam maior interesse por ferramentas de metais, como facas, baionetas, facões e machados, os quais, pegaram mesmo que não lhes fosse oferecido.

Dentre os que ficaram felizes com os objetos que receberam, estava uma moça com cerca de dezesseis anos, que foi presenteadada com “ũa tanga de sufúli e baeta vermelha; ao pescoço várias miçangas, pente na testa, chapéu na cabeça, de que ficou muito alegre, e foi dizer aos seus, tanto que saiu da barraca, que estava muito bonita, o que se lhe percebeu por ser quase na língua da terra.” (Sousa [1771] In: Souza, 1954, p. 225).

A língua da terra conhecida pelos expedicionários tinha origem Tupi, para Weigert (2021), “pode-se cogitar a possibilidade de a moça indígena ter sido uma Guarani raptada pelos “Xaclan”. (Weigert, 2021, p. 12). A hipótese é plausível, mas não a única possível, se retomarmos a discussão realizada sobre os jesuítas que fiz na seção dedicada aos *Nerinhé*, pode-se sugerir que após o século XVII, os Guarani passaram a conviver com os Jê / Gualachos, nas áreas de influências das Reduções, para discussão específica, ver Silva (2011).

Arqueologicamente, esta interação foi registrada no sítio Mário Cocugiski 1, no rio Cavernoso, bem próximo do espaço em que estimo os dois primeiros “ranchos” alcançados por Botelho em 1771. Neste sítio, Parellada (2014), identificou pouca cerâmica da Tradição Tupiguarani, associada a cerâmica predominantemente Itararé-Taquara.

De volta aos registros de Carvalho, este, informa que os indígenas permaneceram no local por cerca de três horas, partindo por volta das dez da manhã, antes que principiasse a missa de domingo, deixando muitos arcos e flechas para tropa, como escreveu Carvalho em 24 de dezembro de 1771, ainda no Porto Pinhão.

Botelho e sua tropa consideraram o contato exitoso, passando a projetar a nova fase da conquista, a construção de uma fortaleza, “para com ela animar o corpo de ũa populosa povoação, que provavelmente se há de estabelecer com multiplicadas fazendas de gado, para o

que convidam êstes deliciosos, amenos, e férteis campos” (Sousa [1771] In: Souza, 1956, p. 226).

Na véspera de Natal, alguns grupos de soldados saíram para caçar nos capões de mata próximos ao rio, onde encontraram diversos indícios de que estavam sendo monitorados. Na perspectiva de Carvalho, os indígenas deveriam estar satisfeitos e surpresos com a afabilidade com que foram tratados. Entretanto julgou que as sentinelas apenas teriam sido empregadas pelo receio “das tiraníssimas ações por tantos modos que com êles usaram os antigos a pouco mais de 50 anos, ou da curiosidade de notarem os nossos movimentos” (Sousa [1771] In: Souza, 1956, p. 226).

Essa movimentação perdurou até dia 28 de dezembro, quando cerca de seis indígenas foram vistos no alto do morro próximo ao Porto Pinhão. Botelho deu ordem para que João Lopes e Manoel Pinto fossem ao encontro deles, “porém os bugres vendo-os mais se ausentaram” (Sousa [1771] In: Souza, 1956, p. 227). Após se mostrarem relutantes do encontro, quatro seguiram em direção aos homens de Botelho, “chegando os índios abraçaram e deram grandes mostras de conservarem a mesma amizade” (Sousa [1771] In: Souza, 1956, p. 227).

João Lopes e Manoel Pinto, os convidaram para chegarem ao porto, prometendo-lhes facas e outros brindes, mas os indígenas declinaram do convite, dando a entender que iriam buscar outros para voltarem ao abarracamento do Porto Pinhão. Até a virada do ano de 1771 não houve qualquer interação entre os indígenas e os conquistadores.

No dia primeiro de janeiro de 1772, Botelho ordenou a Paulo Chaves que fosse em direção do Capão dos Porcos, situado a aproximadamente cinco léguas (33 km), a oeste do Porto Pinhão, a uma légua (6,6 km), antes do primeiro rancho encontrado em dezembro. Entretanto, desta vez, a patrulha deveria seguir pelo norte/nordeste, para depois descer na direção sudoeste, até o referido local, mas caso necessário, tinham autorização do comandante para outras diligências, que objetivavam verificar a posição das aldeias daquela região.

Segundo Carvalho, acompanhado de dezoito homens, Paulo Chaves “Passou o rio além pelo meio-dia moniciado, e preparado para poder dilatar-se o tempo que fosse preciso dar comprimento ao que lhe ordenou Sua Senhoria” (Sousa [1772] In: Souza, 1956, p. 228).

Depois de quatro dias de diligências, retornaram ao Porto Pinhão, aonde chegaram pouco mais das oito horas da noite do dia 5 de janeiro de 1772, onde relataram que haviam seguido pelas margens do rio Jordão, “até as cabeceiras, que da parte norte nascem dos montes,

que formam o mato, que fica entre os Campos Gerais de Curitiba, e êstes de Guarapuava, costeando-os ao sul” (Souza [1772] In: Souza, 1956, p. 41).

Ao que se indica, Chaves alcançou os divisores de águas do rio Jordão, bem próximo das cabeceiras do rio Marrecas, e de outros cursos d’ água que correm para o rio Ivaí, como reforça os escritos de Botelho em 1772: “das cabeceiras do Rio Jordão haviam verdes novos para o outro lado nas campanhas, que nêle existem correndo para o nordeste, e leste, e porque não acharam caminho, nem trilha, que passasse para aquêlê lado, pode-se presumir que por aquela serra habitava outra nação de gentio.” (Souza [1772] In: Souza, 1956, p. 41-42).

Nas cabeceiras do Jordão, encontraram um alojamento pequeno, que parecia ter sido deixado a poucos dias, mas que tinham milho e morangas. Como seguiam para o Capão dos Porcos, entende-se que, deste ponto tomaram rumo a sudoeste, onde, encontraram uma aldeia maior:

[...] um dos ranchos tinha de cumprido vinte e cinco passos, e oito de largo, e aqui acharam vários trastes do uso dos índios, como panelas, porongos, pratos, caracaxazes, linho em estriga de que fazem seus panos, e mostra, que o tiraram das ortigas grandes, três côches grandes bem feitos, limpos, e levará cada um de sete alqueires de milho pra cima, balaies, e cêstos bem tapados, e bem feitos, rebocados por fora e por dentro com cêra, que se supõe ser para trazerem água das fontes, cristais finos, que os partem sôbre outras pedras para suas navalhas, ãa roça, que teria de milho plantado meio alqueire, algum em pendão. (Souza [1772] Souza, 1956, p. 41).

Sem referências das distâncias percorridas, é impossível indicar a estimativa da localização da aldeia descrita, pois, deste ponto, Paulo Chaves já estava em sentido sudoeste, em direção ao Capão dos Porcos. Entretanto, é possível que a aldeia acima descrita tenha sido encontrada entre rio Lajeado Grande e rio Campo Real, afluentes da margem direita do rio Jordão. Esta sugestão é porque a aldeia, estava conectada por um caminho que seguia ao sul, para o Capão dos Porcos, como identificou Paulo Chaves.²⁵⁰

Como estava autorizado a realizar as diligências, passou por detrás do local “em direitadura ao alojamento onde pousamos aos dezesseis do mês passado” (Souza [1772] In: Souza, 1956, p. 41-42). Ainda segundo Afonso Botelho, Paulo Chaves e seus homens cruzaram o Ribeirão dos Porcos, avaliando que este tinha bom tamanho, além de água escura, com vários

²⁵⁰ Como se verá adiante, ao tratar da Expedição chefiada por Paulo Chaves em 1773-1774, esta sugestão é reforçada a partir da espacialização estimada de seu trajeto.

saltos lajeados, “como os demais corgos, que em tôda a viagem encontraram, e vertem da costa do mato grosso para os campos uns para o Rio Jordão, e outros para o Ribeirão dos Porcos, cujo nascimento vem dos Campos” (Souza [1772] In: Souza, 1956, p. 41-42).

Acima do Capão dos Porcos acharam três locais, que segundo registrado por Souza ([1772] 1956) seriam pousos dos indígenas, em dois, havia ranchos e um sem, mas que era grande e devia reunir muita gente. Deste ponto, Paulos Chaves retornou ao Porto Pinhão, após um itinerário calculado em “boas quarenta léguas” (Souza [1772] In: Souza, 1956, p. 41-42).

Ao que se presume, depois de percorrer as cabeceiras do Jordão, Paulo Chaves direcionou-se a oeste, descendo a sudoeste pelos divisores de águas do Jordão e Cavernoso, com possibilidade do Ribeirão dos Porcos, ser afluente da margem esquerda do Cavernoso, onde se localiza o Salto dos Cachorros, ou, o próprio Cavernoso. Mais do que apontar a presença indígena nas cabeceiras do rio Jordão, as informações de Paulo Chaves reportadas a Botelho, dão conta que de norte/nordeste dos Campos de Guarapuava, os indígenas mantinham um modo de vida similar a dos que habitavam a sudoeste, próximos da parte baixa do rio Cavernoso, onde receberam Botelho.

Como se viu nesta síntese, em menos de um mês nos *Koran-bang-rê*, os expedicionários tiveram mais contato com a agricultura e cultura material produzida pelos povos que viviam nesse território do que com eles próprios. O contato direto, se deu em 17 de dezembro de 1771, na região da foz do rio Cavernoso, no sudoeste dos *Koran-bang-rê*, onde estavam os *Xaclan*.

A norte/ nordeste havia outras habitações e roças, que os expedicionários julgaram pertencer a outras “nações”, com as quais, não estabeleceram qualquer contato. Os registros das incursões de 1771 e 1772, evidenciam que os indígenas estavam sempre a frente dos expedicionários, evitando o contato até que ele fosse inevitável, ou que estivessem em situação vantajosa para o confronto.

Porém, cada parte tinha seus objetivos e estratégias, a aproximação amigável com demonstrações de cordialidade e reciprocidade como instrumento de persuasão eram comuns a ambos os lados, assim como a desconfiança. Uma tranquilidade aparente, que deveria ser perturbada com a movimentação que se desenhava.

Enquanto Afonso Botelho planejava a construção de um forte para impulsionar a ocupação dos novos campos, os indígenas que compartilhavam aquele território monitoravam e se articulavam para impedir que ele se mantivesse sobre seus domínios. Era uma questão de

tempo, quem antecipasse a ação do oponente sairia com vantagem na disputa, como se viu até aqui, os indígenas estavam sempre a frente destas ações.

No dia 8 de janeiro de 1772, enquanto Botelho se preparava para inspecionar o local escolhido para a construção da fortaleza, avistou-se “um grande lote de índios em um alto defronte do porto, e mais dous lotes em diferentes lugares, cada um deles mostrava ter mais de cento e cinqüenta índios” (Souza [1772] In: Souza, 1956, p. 42).

Segundo Botelho, acreditando que se tratava de uma visita, como entendeu que havia prometido os *Xaclan*, cancelou sua incursão para preparar os brindes para recepcionar seus visitantes. Porém, dentre os preparativos do anfitrião, também estava a desconfiança e a cautela, pois, ordenou “ao sargento Manoel Gomes, e tenente Cândido estivesse cada um pronto na sua peça de artilharia para dar fogo; e as mais armas, e corpos da guarda com as cautelas necessárias, sem dar suspeita aos índios” (Souza [1772] In: Souza, 1956, p. 43).

Apesar desta precaução, segundo Carvalho, Sousa ([1772] In: Souza, 1956, p. 230), a tropa não ficou horrorizada, devido aos outros encontros pacíficos que havia se realizado. Os indígenas chegaram tocando “gaitas de taquaras” e os primeiros que atravessaram o rio estavam sem armas e acompanhados por mulheres, o que deve ter transmitido aos militares seria mais uma visita amigável. No alojamento, foram presenteados com roupas, espelhos e outras bugigangas, mas os visitantes queriam outros objetos e sem qualquer cerimônia: “Entravam pelos ranchos, chegando alguns a tomar machados, e foices, até uma baioneta, sem esperar que se lhe desse” (Souza [1772] In: Souza, 1956, p. 43).

As mulheres também haviam preparado presentes para os militares, insistindo para que aceitassem e provassem do milho verde e dos bolos que lhes haviam preparado, entretanto, não conquistaram os militares pelo paladar, pois estes acharam os bolos “tão asquerosos, que só o desejo de os agradar tirava o horror de os aceitar, sendo dificultoso o achar meios de disfarçar comê-los (Souza [1772] In: Souza, 1956, p. 43).

Apesar da precaução do comandante ter mandado cobrir todo entorno do abarracamento com soldados armados e artilharia posicionada, nem todos os estavam preocupados com a situação, “querendo cada um ser autor de heróicas ações, uns com práticas, e outros ensinando a língua, o padre-nosso, e explicando os nomes dos vestidos, e o que mais lembrava a outros” (Souza [1772] In: Souza, 1956, p. 44).

Os indígenas insistiam para que Botelho e seus oficiais atravessassem o rio e fossem aos seus arranchamentos, que por prudência declinaram. Porém, outros fizeram a travessia,

seguindo a pé e sem armas “cada um por sua vez e sem darem parte Manoel Pinto, José Pinto, Vicente Domingues, João de Ramos, o soldado Manoel Francisco, Lourenço, camarada do padre capelão, um rapaz do capitão José dos Santos” (Souza [1772] In: Souza, 1956, p.44).

Após caminharem por cerca de meia légua (3,3 km), “em um vale grande multidão de gentio que tinham ficado escondidos, e ali os fizeram perecer com muita crueldade” (Souza [1772] In: Souza, 1956, p.44). Atrás, vinha outro grupo de indígenas que acompanhavam o Capitão Francisco Carneiro, que vinha montado.

[...] como ficava mais alto pôde ver um dos camaradas morto no chão, e conhecendo a traição dissimulou, e tanto que pôde ganhar alguma distância, deu de esporas ao cavalo, e a tôda a carreira ganhou um passo pela banda de baixo [...] todo o alto coberto de índios, e correndo venceu o escapar-lhes com a felicidade de lhe não acertarem as infinitas flechas com que lhe atiraram (Souza [1772] Souza, 1956, p.44).

A campanha estava tomada pelos indígenas, alguns ainda se mantinham no abarracamento, mas fugiram às pressas quando receberam um alerta dos que estavam no alto. Botelho e seus subordinados não entenderam o que havia acontecido, pois ao partirem, acenaram que estavam indo bucar o que comer: “Esta ação nos deixou confusos” (Souza [1772] Souza, 1956, p.45).

A imprecisão do que estava acontecendo só começou a ser esclarecida quando avistaram no mesmo alto em o capitão Carneiro a galope “demandava o Pôrto das Canoas aflicto gritando por ela, e tanto que se pode ouvir da outra parte do rio” (Souza [1772] In: Souza, 1956, p.45). Com o relato do capitão Carneiro, Botelho estaria decidido a perseguir os indígenas com a cavalaria, mas teria sido convencido pelos oficiais a desistir do intento, e permanecer com a tropa, “para que não se desanimasse aquêlo pequeno corpo” (Souza [1772] In: Souza, 1956, p. 232).

Deste modo, Botelho ordenou que o tenente Cândido Xavier e uma esquadra de cavalaria partisse atrás dos indígenas, porém, só encontraram “rasto dos índios, que atravessando as restingas se metiam aos capões do mato, aonde a cavalaria nenhum partido tem, e muito pouco os de pé, pois êles como senhores da casa sabem das entradas, e saídas.” (Souza [1772] In: Souza, 1956, p.45).

Além de seis corpos cravejados com flechas, os quais foram sepultados em uma cova coletiva, Cândido Xavier encontrou o camarada José Pinto ainda com vida, “durou vinte quatro

horas com uma fecha de pederneira cravada no corpo, que não se lhe pode tirar. Confessou-se várias vezes, e perguntado como foi a morte dos camaradas, só se entendeu dizer que os índios, que pareciam mais amigos, foram os piores.” (Souza [1772] In: Souza, 1956, p.46).²⁵¹

Depois da retirada dos conhecidos *Xaclan*, os militares que permaneceram no abarracamento começaram a tomar a dimensão da magnitude da manobra guerreira executada pelos indígenas.

[...] confiados na imaginada simplicidade, que mostravam aquelas feras, pois já não procurávamos mais do que convertê-los, nem haveria prudente cautela, que pudesse livrar-nos de inimigos, que se faziam tão domésticos, e familiares, e com tanta maldade, que se observou depois serem envenenados uns bolos, que traziam, e deram a alguns camaradas, porque um cão, que comeu deles, logo morreu, e dous mais, que duraram até o outro dia (Souza [1772] In: Souza, 1956, p.45).

Fica claro que os expedicionários menosprezaram as estratégias e a força guerreira dos indígenas. Para justificar a invertida que sofreram, a narrativa encontrada nos documentos reunidos em Souza (1956), ressaltam a traição dos indígenas como motivo da derrota que lhes impuseram os grupos dos *Koran-bang-rê*. Entretanto, como se compreende, os expedicionários também se utilizaram da mesma estratégia, porém subestimaram a ação dos indígenas, que se anteciparam em escancarar a situação de guerra causada pela tentativa de usurpação de seus territórios.

O efetivo que atuou nessa manobra deve ter passado de quatrocentos e cinquenta guerreiros e guerreiras, pois, quando chegavam o porto, Souza ([1772] In: Souza, 1956, p. 42) e Sousa ([1772] In: Souza, 1956, p. 230), registram que, os militares de Botelho observaram três agrupamentos, cada um integrado por mais de cento e cinquenta pessoas. Esse número pode ser ainda maior, se considerarmos que muitos deveriam estar escondidos na retaguarda, esperando a tropa em emboscadas.

Ao refletir sobre a conduta que deveria tomada após aquela derrota, Botelho calculou que não dispunha de condições e nem de efetivo para enfrentar a guerra que lhe foi imposta, pois, estimou que muitos outros guerreiros indígenas poderiam ser mobilizados contra sua tropa, que

²⁵¹ A ponta de flecha de pederneira cravada em José Pinto, é um dado importante para a Arqueologia sobre os Jê no Sul, pois, evidencia o uso de pontas líticas nas flechas, ainda na segunda metade do século XVIII.

não teria “fôrças e gente para rebater a fúria de tão grande multidão de gentio, que mais crescerá em se ajuntando os das aldeias, que existem ao norte” (Souza [1772] In: Souza, 1956, p.47).

Posteriormente, na “Notícias da Conquista” oferecida a Coroa Portuguesa, Afonso Botelho avalia que não foram só os conhecidos *Xaclan* que os atacaram, “se averiguou ser de diversas outras nações, que confederados se tinham unido” (Souza [1774] In: Souza, 1956, p. 21).

Vendo-se em larga desvantagem, alegando falta de provisões, tropa doente, cavalos cansados, dentre outras dificuldades, o tenente-coronel convocou o conselho de guerra, que, “por uniforme acôrdo de todos, determinou retirar tôda a expedição a salvar as vidas, e o trem de Sua Majestade, que tudo pereceria sem remédio em poucos dias” (Souza [1772] In: Souza, 1956, p.47). Com a resolução, Botelho e sua expedição começam a fuga dos *Koran-bang-rê* no dia 11 de janeiro de 1772, seguindo para o rio Iguaçu, de onde se retiraram para os Campos Gerais de Curitiba.

Os relatos apontam que os indígenas empregaram diversas estratégias para derrotar e expulsar a tropa de Botelho. De norte a sul, de leste a oeste, se mantiveram monitorando o avanço da expedição, se mostrando quase que inalcançáveis e quando o contato foi inevitável, já tinham resguardado as mulheres e crianças, além de se apresentarem em menor número do que realmente estavam. Além disso, dissimularam passividade no contato, “amansando” os brancos, até terem oportunidade de adentrar em seu acampamento estimar seu real efetivo e poder bélico, para traçar seus planos, que consistiu em retirar os homens para fora da estrutura militar, onde estavam cobertos com peças de artilharia e maior efetivo.

Buscando uma saída honrosa, que pudesse neutralizar a sensação amarga da derrota que lhe foi imposta, em 30 de novembro de 1773, Botelho nomeou Paulo Chaves de Almeida como comandante de uma exploração aos Campos de Guarapuava. No dia 8 de dezembro, o tenente Paulo Chagas, comandante daquela incursão e mais vinte sete homens partiram do acampamento da Esperança, para os Campos de Guarapuava, dentre a tropa, estava o sargento Diogo Pinto Portugal, que quase quarenta anos depois, viria a ser o comandante da Real Expedição em 1810.

Em 15 de dezembro de chegaram “à destroçada trincheira de invocação Nossa Senhora do Carmo” (Almeida [1774] In: Souza, 1956, p. 274-275). Segundo o diário de Paulo Chaves de Almeida, não havia sinais que os indígenas teriam voltado ao local após janeiro de 1772, “acharam-se os ranchos destruídos pelo tempo, de modo que foi necessário refazerem-se, para

se poderem arrancar naquele lugar, e livrar-se da fúria da tempestade” (Almeida [1774] In: Souza, 1956, p. 275).

Das ruínas de Nossa Senhora do Carmo, realizaram algumas incursões chegando até as proximidades do entorno da atual cidade de Pinhão -PR. No dia 21 de dezembro, alcançaram o rio Jordão, “aparearam-se ao pé do arranchamento, que ali havíamos tido em 1772, e conheceram evidentemente ter naquele lugar chegado o gentio; quebrada a carrêta que nêle ficou, cangalhas e tudo mais, que na ocasião da retirada, por não caber no tempo o conduzir-se ali se deixou” (Almeida [1774] In: Souza, 1956, p. 277).

Paulo Chaves de Almeida e seus companheiros relataram que a cruz que havia no arranchamento, tinha sido arrancada pelos indígenas, em um ato que para eles simbolizou o rompimento da suposta amizade que mantinham. Além disso, constataram que os mortos no ataque de 8 de janeiro de 1772, que ali estavam sepultados, tinham sido exumados pelos indígenas que lançaram os ossos a superfície, deixando claro não aceitarem sequer “consentir debaixo da terra os corpos mortos daqueles a quem eles temeram vivos” (Almeida [1774] In: Souza, 1956, p. 278).

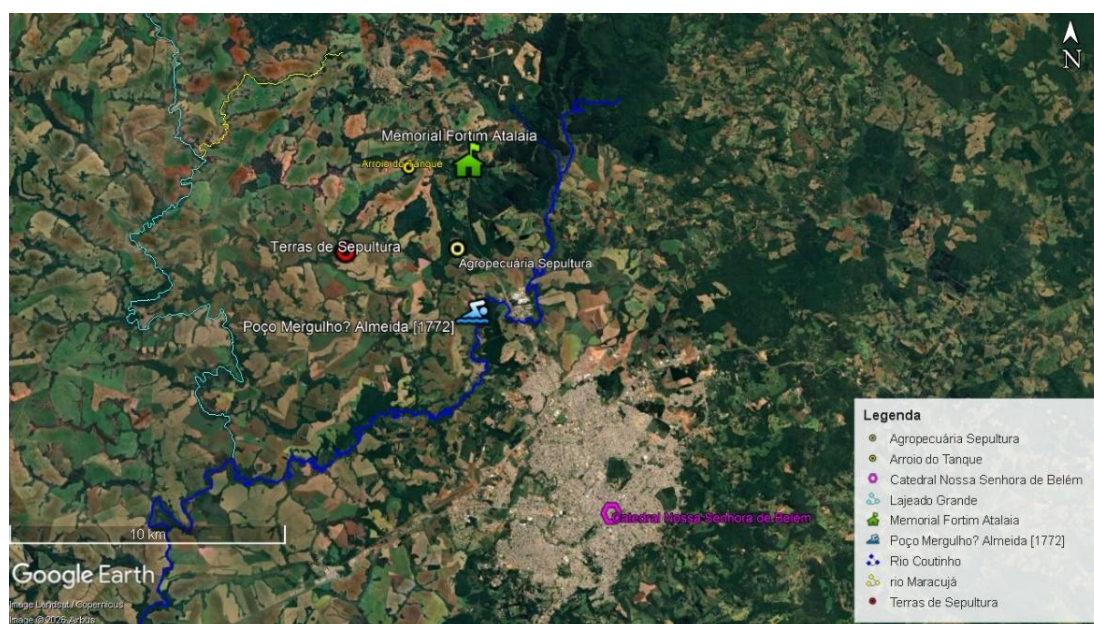
As estruturas de ranchos deixados pela expedição de 1772, haviam sido expostas a deterioração do tempo, sendo reformadas para abrigar a nova expedição, Paulo Chaves de Almeida “se acomodou no quartel, que tinha sido do senhor coronel, a tropa paga na casa, que foi carpintaria, e os ventureiros pelos mais ranchos, que com pouco trabalho se refizeram.” (Almeida [1774] In: Souza, 1956, p. 278).²⁵²

Como não encontraram as canoas que haviam ficado no porto, dedicaram-se a confecção de outras que facilitariam a travessia do Jordão em tempos de cheias. No dia 26, passaram o rio com os cavalos, seguindo viagem em direção oeste, para alcançar o Capão dos Porcos, mas pelo seu lado norte. E no dia 27, orientaram a marcha para norte/nordeste, atravessando córregos, faxinais e lajeados, chegando até um rio menor que o Jordão, mas que na altura da travessia era caudaloso: “Corre este de lés-nordeste ao sudoeste, e logo para baixo do passo fez um salto, em que tem um grande poço, a que puseram o nome Mergulho” (Almeida [1774] In: Souza, 1956, p. 280).

²⁵² As indicações de Paulo Chaves ajudam a esclarecer uma pequena confusão recorrente na historiografia, a de que Botelho e seus homens alojaram-se em barracas móveis, entretanto fica claro que construíram uma estrutura fixa, pois tinha a intenção de permanecer naquela região.

Com a descrição de Paulo Chaves de Almeida, sugere-se que se trata do rio Coutinho, que corre na direção indicada pelo tenente. Ao inspecionar o curso do rio Coutinho pelas imagens de satélite disponíveis no *Google Earth*, identificou-se que na altura da coordenada UTM 22 J 448116 E / 7197940 S, diversos pontos de corredeiras, e pequenos saltos, que abaixo formam poços, com possibilidade de ser esta a paisagem descrita por Paulo Chaves, no rio Coutinho no dia 27 de dezembro de 1773 (figura 76).

FIGURA 76. POÇO MERGULHO?



Fonte: Elaboração própria.

Como se pode compreender, Paulo Chaves alcançou as terras que no século XIX, motivaram a mobilização dos Kaingang, Atalaia e Sepultura. Do Poço Mergulho, seguiram para nordeste, “abarracar na quebrada de ãa lomba cousa de ãa légua distante do alojamento dos índios, que em 1772, se viu naquele lugar para parte noroeste.” (Almeida [1774] In Souza, 1956, p. 280).

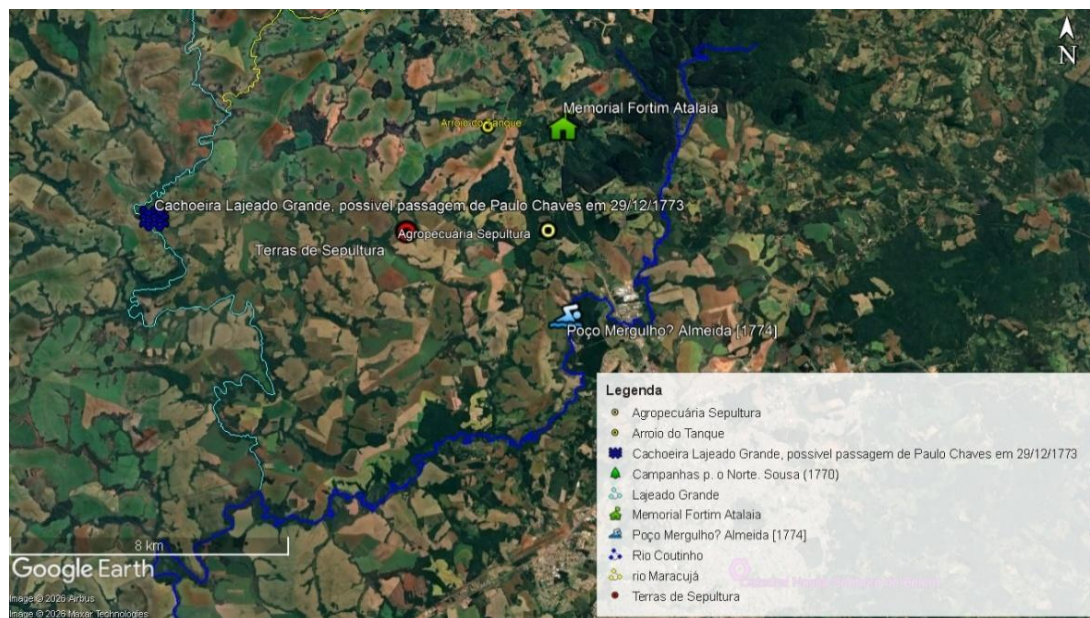
Como não se tem a indicação de distância do local em que montaram as barracas, não há possibilidade de estimar a posição do alojamento dos indígenas, mas sugere-se que estava a noroeste do local onde foi instalado o Forte Atalaia no século XIX. Para onde, Paulo Chaves o sargento Diogo Pinto e mais quatro camaradas seguiram, porém não encontraram mais os ranchos, “não achou mais que chão, e a certeza de que ali fôra, e já não existia. Acharam excelentes pederneiras de que tiraram algumas para prover as espingardas, e reconheceram ser muito boas; toparam bastante pedra de cristal” (Almeida [1774] In: Souza, 1956, p. 280).

Se encontrado pelos arqueólogos, esse local poderia indicar uma oficina lítica, mas como indica Paulo Chaves, cerca de um ano antes este lugar abrigava uma aldeia. Ali existia estruturas de ranchos, panelas de cerâmicas, porungas, tecidos de ortiga, roças de milho e abóboras, cestaria rebocadas com cera de abelhas, e cristais que lascavam os indígenas para suas “navalhas”, como pode ser conferido em Souza (1772] In: Souza, 1956, p. 41). Além disso, em 1773, encontraram naquele local “abundância de fructas chamadas joazes, em que fizeram grande colheita” (Almeida [1774] In: Souza, 1956, p. 280).

Este contexto não difere significativamente do evidenciado no sítio Arroio do Tanque, já discutido anteriormente, o qual está localizado a pouco mais de seis quilômetros ao norte / noroeste do poço Mergulho, nas proximidades do trajeto que se estima, terem marchado Paulo Chaves e Diogo Pinto em 27 de janeiro de 1773.

Do local da antiga aldeia, retornaram para o abarracamento, a nordeste. De onde, no dia 29, seguiram, “rumo de su-sueste, e caminhando cousa de ãa légua, acharam um rio a que puseram o nome do Chapéu, por cair nêle um dos camaradas pagos. Corre este de norte, e se recolhe para o su-sueste; tem um grande salto e cachoeira no lugar onde fizeram passo” (Almeida [1774] In: Souza, 1956, p. 281). Por essas indicações, estima-se que o rio do Chapéu corresponda ao atual rio Lajeado Grande, sendo a cachoeira Lajeado Grande (UTM 22J 436014 E / 7200684 S), o possível local da travessia naquele 29 de janeiro (figura 77).

FIGURA 77. POSIÇÃO DA CACHOEIRA LAJEADO GRANDE – POSSÍVEL PONTO DE PASSAGEM DA EXPEDIÇÃO DE COMANDADA POR PAULO CHAVES EM 29/12/1773.



Fonte: Elaboração própria.

Desta forma, após atravessarem o Lajeado Grande, seguiram para oeste, de um alto, avistaram um grande alojamento, uma aldeia dos indígenas: “[...] antes de chegar a êle toparam um pequeno rancho com algum milho e jacazes, e mais nada; neste lugar estava plantada uma grande roça, bem limpa e posta com tal economia que levava excesso às nossas” (Almeida [1774] In: Souza, 1956, p. 281).

Conforme os relatos de Paulo Chaves, esta era uma área de roça com paiol, estava relacionada a aldeia que avistaram do alto, para qual seguiam. No trajeto, encontraram uma roça maior e muitas árvores de guabirobas (*Campomanesia xanthocarpa*), que estavam em plena frutificação. Desta vez, parece que a os expedicionários alcançaram os indígenas sem que fossem percebidos, pois, no fim daquele dia, os encontraram no pátio da aldeia, “lidando ignorantes em seu terreiro, e logo que se avizinharam os da partida, e foram pelos índios sentidos, começaram êstes a dar muitas [voltas] de ãas para outras partes, sem atinar no que fariam em tão apertando transe.” (Almeida [1774] Souza, 1956, p. 282).

Os expedicionários tentaram persuadi-los, tentando demonstrar que não lhes fariam mal, mas, receosos fugiram para a mata da parte norte, contigua a área da aldeia. Com as casas esvaziadas de seus moradores, os homens de Paulo Chaves inspecionaram-nas, além dos arcos e flechas constantemente mencionados, encontraram:

[...] ãa arara, um machado de pedra, muitos porongos, cêstinhos, e princípio de tessume de pano, cujo fio é de casca de pau, a que chamam embira, bem tescida, e tinta de várias cores, muita carne em joraus, e algũa ao fogo em panelas, que era para o jantar, a cujas horas isto sucedeu. Além do referido se acharam 46 jacazes de milho, 3 de farinha, pouco feijão, pilões bem feitos com mãos de pedra, muitos dentes de caça infiados como rusários, e peles de alguns bichos com que se enfeitam para suas funções, cujos instrumentos são carracaxás, que é um cabaço com algum milho de modo que chucalhe dentro. (Almeida [1774] Souza, 1956, p. 282).

Essas informações, indicam uma economia diversificada, composta pela agricultura e pela caça, entretanto, embora não mencionada no trecho acima citado, mas já apontado anteriormente, a coleta também desempenhava um papel importante na alimentação desta população. Ademais, a descrição dos utensílios e ferramentas encontradas nas casas podem ser relacionadas (*lato sensu*), aos materiais dos sítios Itararé-Taquara encontrados a longo do rio Jordão e Cavernoso, pesquisados por Parellada (2007; 2014), pois, em alguns deles, a arqueóloga encontrou fragmentos de cerâmica, machados, mãos-de-pilão confeccionados em rochas polidas, além de matéria-prima para preparação de pigmentos.

Além da alimentação e dos instrumentos produzidos pelos indígenas, os relatos da expedição comandada por Paulo Chaves oferecem as descrições da aldeia, da disposição, dimensões e formatos das sete casas que revistaram: “3 ranchos grandes, 1 de 30 passos, e os 2 de 15, e 4 ranchos mais pequenos, todos em linha recta, bem feitos, e já à moda dos nossos, diferentes dos que se viram na outra ocasião em que se andou por estas partes.” (Almeida [1774] In: Souza, 1956, p. 282).

Os documentos consultados em Souza (1956), não fornecem descrições dos formatos das casas percorridas pelo próprio Afonso Botelho em dezembro de 1771, no baixo Cavernoso, ou por Paulo Chaves, nas cabeceiras do rio Jordão em janeiro de 1772. Entretanto, não é possível afirmar que as instalações dos ranchos da tropa de Botelho, tenham influenciado a modificação da arquitetura das casas, como parece sugerir o relato.

As quantidade e dimensões das casas não deixam dúvidas que se tratava de uma aldeia grande, ou, uma aldeia principal, na qual, estimaram residirem mais de quatrocentas pessoas, “não só julga[n]do pelos que se viram fugir, como pelas camas que de ãa e outra parte de dentro dos ranchos se viram de couros, e folhas, e pelo meio de ãa, e outra fileira fazem fogos, com que recoperam o calor que lhes tira a sua total nudez.” (Almeida [1774] In: Souza, 1956, p. 282).

Reestabelecidos do susto de serem surpreendidos pelos invasores, os indígenas retornaram para imediações da aldeia, sendo dois avistados por Marcelino Gomes de Costa, que estava um pouco mais afastado, dando cobertura a tropa que inspecionava as casas da aldeia. Sem poder alcançá-los, lhe lançou algumas de suas vésias ao chão, onde as recolheram. De volta a aldeia, contou de seu encontro, saindo o sargento Diogo Portugal na direção dos indígenas, e do mesmo modo, ofereceu-lhes, “um lenço, botões da farda, espiguiha, e outras miudezas, cuja recompensa foi dispararem uma seta apontada para o chão, mostrando os semblantes embravecidos.” (Almeida [1774] Souza, 1956, p. 282).

A tentativa de aproximação não foi exitosa, e reunindo-se aos outros que estavam na aldeia, se retiraram do local, deixando prendas, com o objetivo de cativarem o interesse pelo contato. Talvez, mais pelo receio de seguir marcha pela noite que caía, do que pela insistência de estabelecer o contato, a tropa de Paulo Chaves instalou suas barracas em um local próximo, a vista da aldeia, mas separada por um ribeirão. Constatado que a tropa permaneceria no local:

[...] começaram os índios a sair do mato, onde estavam, e a pôr vigias nos lugares mais altos, sendo tão vigilantes, as sentinelas, que só rendidas por outras se retiravam. Faziam suas senhas, chamando os mais, que inda estavam no mato, e pouco a pouco se iam juntando; vieram alguns conversar com os nossos, mas não passaram o ribeirão, e nada se lhes entendia. Reparou-se que este alojamento fôra feito depois de destruído por êles mesmos o antigo, de que já se tratou, e se conheceram muitos índios dos que na outra ocasião andaram entre os nossos, pelo que se assentou ser esta a mesma gente, e só mudando o sítio, e o que corroborou mais este conceito foi o conhecerem-se uns coiches, que na viagem passada se deixaram no alijamento hoje destruído. (Almeida [1774] In: Souza, 1956, p. 283).

O relato evidencia uma mobilização guerreira organizada, que mesmo diante de inimigos conhecidos e sedentos por vingança, não renunciaram a permanência em suas casas, estruturando a retomada da aldeia, sinalizando a tropa de Paulo Chaves, que não se sujeitaram as suas dissimulações de benevolências, que pelo que se constata, eram realmente falsas: “como estavam tanto à vista os inimigos não sossegaram os corpos da conducta, instigados do espírito que sucessivamente os encitavam a ir combater com o gentio; mas a obediência lhes atava as mãos para não obrarem o que lhes pedia o impulso, e mereceriam aquelas feras” (Almeida [1774] In: Souza, 1956, p. 283).

Remoendo o desejo de vingança e temendo pela ação dos indígenas, naquela noite, pouco dormiram. Ainda de madrugada do dia 30 de dezembro, parte da tropa seguiu “o rumo de su-sueste, e tendo andado ãa légua, fazendo as explorações, que lhes pareceu necessárias,

avistaram diferentes lotes de índios, que de diversas partes se vinham juntando, seguindo a retaguarda daquele pequeno corpo.” (Almeida [1774] In: Souza, 1956, p. 283).

Cercados pelos guerreiros, que estavam com as cabeças enfeitadas e de arco em punho, entenderam que os indígenas os ordenavam recuar, advertindo por sinais, que caso não o fizessem, os amarrariam, açoitariam e lhes cortariam os pescoços. Para tentar esfriar os ânimos, dissimularam e não responderam as ameaças, continuando a marcha para o acampamento sob a escolta dos guerreiros:

[...] marchando sempre em ãa fileira seguida. Êles acompanhavam em duas, ãa de cada parte, que tomavam ambos os lados do nosso corpo: mostravam muita alegria, davam gritos e carreiras querendo montar na anca dos cavalos, dos quais não mostravam o mêdo que dantes tinham, nem dos cachorros, e menos das armas de fogo, que embocando-se-lhes aos peitos, não faziam a mais pequena repugnância (Almeida [1774] In: Souza, 1956, p. 284).

Não há dúvidas que o retorno ao acampamento foi uma ordem expressa dos indígenas, que seguiram escoltando a tropa, mesmo assim, em suas narrativas, os expedicionários tentaram expor um certo controle da situação, como se os indígenas os seguissem e não que estavam sendo conduzidos por eles. Na escolta, calcularam a participação de mais de cinquenta guerreiros, sem contar outros grupos que se viam chegando à distância, que pouco a pouco se uniam a escolta, e assim prosseguiram até que se chegou “ao alto monte, que ficava vizinho ao acampamento, e se tinha posto o nome Campo da Atalaia” (Almeida [1774] In: Souza, 1956, p. 284).

A referência ao Campo da Atalaia é de suma importância para os desdobramentos que se deram quase quarenta anos depois, pois, é nesta região que o então sargento Diogo Pinto Portugal, retornaria como tenente-coronel, comandante da Real Expedição aos Campos de Guarapuava, para enfim fundar o Forte Atalaia, que marca a conquista dos *Koran-bang-rê*, tratado no segundo capítulo desta tese.

Ao chegarem no acampamento, os que lá estavam, relataram ao comandante que teriam sido cercados pelos indígenas, que demonstravam intenção de atacá-los. Tentando dissuadi-los, ofereceram brindes, mas os guerreiros não aceitaram, o confronto foi inevitável no acampamento:

[...] expulsando algũas setas contra a nossa gente, e vendo esta o nenhum remédio que podiam ter para salvar as vidas, se resolveu a descarregar sôbre aqueles bárbaros ãa descarga de outros tantos tiros quantos eram os homens, que ali se achavam. Sofreram os índios constantes a primeira descarga, talvez julgando que as armas de fogo só serviam para ãa vez, mas vendo que se tornavam a carregar, e disparar, pondo muitos as mãos onde recebiam o dano, se voltaram com todos repentinamente para o mesmo mato, onde se haviam escondido a primeira vez (Almeida [1774] In: Souza, 1956, p. 285).

Alguns questionamentos devem ser colocados sobre o acontecimento acima narrado. Destaca-se, que não há menção de qualquer soldado ferido por flecha ou de qualquer outro modo, também nenhum indígena foi mortalmente ferido ou capturado e quando fugiram, tampouco alguns tomaram o rumo de onde vinha a escolta para avisar aos guerreiros sobre o confronto ocorrido. Desta forma, questiono se o confronto relatado não foi apenas uma artimanha narrativa para justificar a atitude tomada pelo comandante naquela ocasião, como segue o relato: “fazendo atemorizar aqueles seguidores, para que não cobrassem ânimo com o nosso dano, resolveu mandar-lhe dar fogo, e logo à primeira descarga, tão velozmente correram, que só muito ao longe se viram para alguns.” (Almeida [1774] In: Souza, 1956, p. 285).

Ao que se entende os disparos das armas de fogo sobre os indígenas propiciou o tempo necessário para que a tropa comandada por Paulo Chaves desfizesse o acampamento às pressas e empreendesse a retirada, por volta das nove horas da manhã daquele 30 de dezembro de 1773. Buscando o caminho pelo que haviam chegado até ali e temendo que os guerreiros voltassem organizados para lhes dar fim, abandonaram qualquer intenção de enfrentamento, abandonando pelo caminho munições, apetrechos e outros pertences, inclusive parte dos cavalos, que cansados atrapalhavam os mais de dez dias de fuga.

Alcançaram o quartel da Esperança no dia 09 de janeiro de 1774, onde Paulo Chaves de Almeida encontrou Afonso Botelho, dando lhe parte do acontecido durante a expedição, ocasião que também entregou provas de que havia encontrado os indígenas e encerrou o diário em que registrou os ocorridos de dezembro de 1773 e janeiro de 1774: “Campamento da Esperança, 9 de janeiro de 1774. Paulo Chaves de Almeida, Diogo Pinto de Azevedo Portugal, Sebastião Cordeiro, Marcelino Gomes da Costa.” (Almeida [1774] In: Souza, 1956, p. 290).

Como é possível constatar nos registros realizados no âmbito das Expedições comandadas por Afonso Botelho, os grupos Jê / Kaingang que viviam nos *Koran-bang-rê*, eram hábeis agricultores, cultivavam roças de milho, abóboras, feijão, dentre outras possíveis espécies de cultivares, que podem ter passadas despercebidas pelos conquistadores.

Além da agricultura, mantinham manejo de espécies de interesse de coleta, que permitiam consumo de temporadas como as Guabirobas dentre outras frutas consideradas nativas desta região, mas, que possivelmente tenham sido manejadas pelos indígenas, como percebeu Cândido Xavier ao reconhecer um vergel (pomar), próximo as áreas de roça das “Campanhas do norte”, que estimo posicionada entre o rio Lajeado Grande e os divisores de água do rio Cavernoso.

Dentre os produtos coletados, destaca-se o pinhão, que os indígenas ofereceram por mais de uma ocasião a Botelho e seus camaradas. Como saltou aos olhos dos conquistadores, em dezembro de 1771, havia muitos lagos de pinhões onde os indígenas mantinham grandes estoques, possivelmente dos primeiros meses de coleta, mas ainda tinham pinhões fora dos lagos, que foram mais agradáveis ao paladar dos expedicionários que provaram dos dois, dentre eles, o tenente Cascais.

Segundo Cipriani e Wendling (2025), nesta região as pinhas estão maduras entre março e setembro, a maior janela de disponibilidade do sul do Brasil, entretanto, as sementes têm um ciclo de deterioração em média de 120 dias, levando a sugerir que em dezembro de 1771, ainda havia disponibilidade de pinhão “fresco” nos *Koran-bang-rê*.

Cipriani e Wendling (2025), levantaram dados sobre a produção de pinhão no Estado do Paraná entre os anos de 2013 e 2022, seus resultados nos dão a dimensão da produção atual desta região. No período do levantamento, constataram que o Estado do Paraná produziu 38.135 toneladas de pinhão, sendo que seis municípios foram responsáveis por 45% da produção “todos localizados na região centro-sul: Guarapuava, Imbituva, Prudentópolis e Turvo, destacam-se os municípios de Pinhão, com produção média de 552 t.ano, seguindo de Inácio Martins, com 414 t.ano” (Cipriani e Wendling, 2025, p. 17).

Como se deduz, a região percorrida por Botelho é a maior produtora de pinhão do Estado do Paraná. Se considerada a intensa supressão de araucárias nesta região, inclusive nas Terras Indígenas ao longo do século XX, pode-se mensurar com segurança que, no passado a disponibilidade de pinhão era imensamente maior que a atual. Certamente, este recurso também propiciava grande disponibilidade de caça de animais que se alimentavam destas sementes, dentre outros: porcos do mato, pacas, cutias, além de várias espécies de aves.

Assim como para os *Xaclan*, o pinhão é de suma importância na alimentação de outros grupos Kaingang, que ainda habitam, e estiveram na região durante todo o século XIX. O *Fág*, (como os Kaingang se referem ao pinheiro), tem outras funções, como destacam Fernandes e

Góes (2022), além de central na dieta, foram utilizados como demarcador territorial como observou Mabilde (1983), mas também como fundamental na celebração do culto aos mortos, pois, de seu tronco, se faz o *Konkei*, recipiente onde se fermenta o *kiki*, bebida a base de mel consumida no ritual do *Kikikoia*.²⁵³

Os relatos realizados entre 1771 e 1774, dão conta que os grupos que tiveram aldeias ou áreas de roças alcançados pelos expedicionários possuíam tecnologias e técnicas diversificadas, com as quais, armazenavam pinhões e milho, produziam cerâmicas, tecidos, cestarias, lascavam rochas de cristais e silicosas das quais obtinham suas “navalhas”, possuíam machados de pedra, e utilizavam pontas de projéteis líticas, evidenciada na que feriu mortalmente José Pinto.

Além disso, os relatos indicam que os *Xaclan* e os demais grupos que se uniram a eles, tinham uma organização guerreira com rápida capacidade de mobilização e emprego para execução de estratégias coordenadas de defesa e contenção de invasores que se atreviam a adentrar em seus territórios. Toda esta organização, indica a atuação por coesão ou coerção de chefias de prestígio, exercida pelos *Pahy*, que segundo reconheceu o próprio Botelho exerciam a liderança hierarquizada, que os expedicionários julgaram representadas pelos bastões portados por alguns.

A espacialização estimada dos locais onde as aldeias, áreas de roças e os próprios indígenas foram encontrados, assim como a compreensão de que ali havia muitas nações, sugerem que os *Koran-bang-rê*, eram um espaço compartilhado por diversos grupos, que se uniram para expulsar a tropa de Botelho. Como se sugere, participaram os *Xaclan*, do baixo Cavernoso, e outros grupos que habitavam os divisores de águas do Cavernoso (*Min-Krin-ia-rê*), Piquiri (*Nerinhê*), Jordão e Marrecas, que até as margens direita do rio Iguaçu formam os *Koran-bang-rê*.

Por fim, deve-se reconhecer que embora derrotadas, as Expedições comandadas por Botelho no século XVIII, lançaram os marcos, que contribuiriam para a execução da conquista dos *Koran-bang-rê* pela Real Expedição aos Campos de Guarapuava, comandada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal em 1810. O militar tinha vasta experiência e conhecimento da região, já que em 1773/74 serviu como sargento comandado por Paulo Chaves de Almeida, que por sua vez estava subordinado a Botelho.

²⁵³ Como explica Fernandes (2003), a festa dos mortos dos Kaingang recebe o nome de *Kikikoia*, devido a bebida ritual (*kiki*), consumida no culto aos mortos entre os Kaingang. Na bibliografia é comum encontrar apenas a denominação *Kiki*.

Esta projeção do momento anterior a consolidação da conquista sugere que até o século XVIII, os grupos Jê / Kaingang que compartilhavam os *Koran-bang-rê*, detinham o controle dessa territorialidade. Em seu entorno, já haviam enfrentado entradas de bandeirantes, relações com jesuítas e espanhóis, expostos a violências e epidemias, além das disputas que lhes eram inerentes, adversidades que foram incapazes de subverter seus domínios territoriais e seus modos de vida.

Após tudo isso, ainda eram capazes de produção e coleta de excedente, contrariando a ideia propagada por Métraux (1946), de que consumiam suas colheitas logo que maduras, sem aprovisionar para os meses de escassez. Além disso, é evidente que possuíam organização sociopolítica e guerreira complexa, portanto, não há motivos para inferir que no período pré-colonial estivessem em circunstâncias mais desvantajosas que as encontradas por Botelho. Se compararmos as condições de vida dos Kaingang e Xokleng relatadas pelas fontes do XIX, temos as provas que a penúria destes povos é fruto da conquista, que no caso dos *Koran-bang-rê* só foi efetivamente instalada após 1810.

Desta forma, considero que a interpretação dos registros arqueológicos relacionados a Tradição Itararé-Taquara nos *Koran-bang-rê* deve considerar conjuntamente os dados históricos e etnológicos que integram História dos diversos grupos jê que habitaram esta territorialidade, que a partir do século XIX, integrariam o que Góes (2018) concebe como macrounidade étnica Kaingang e a etnia Xokleng-Laklãnõ.

De maneira geral, os sítios arqueológicos Itararé-Taquara foram interpretados como sítios “rarefeitos”, ocupados por grupos pequenos, que praticavam agricultura ou horticultura incipiente, complementada por atividades de caça e coleta. Interpretação que não condiz com as informações históricas aqui elencadas. Talvez, estas análises tenham sido influenciadas pelas descrições dos Kaingang no século XIX, que orientou boa parte das generalizações sobre essas populações na primeira metade do século XX, como por exemplo, a de Métraux (1948). Entretanto, este panorama está longe dos relatos realizados durante as campanhas de Botelho entre 1770 e 1774.

As datações dos sítios: Arroio do Tanque de 710 ± 30 BP, (amostra nº 391 / Beta – 521162), obtida por Arqueológica (2019b); Entre Morros, datado em 880 ± 155 AP (Dat 5748), em Zanettini Arqueologia (2023); Turvo 1 de 885 anos AP (D-AMS – 038280), publicada em Espaço Arqueologia (2021J); Eixo Barragem UHE Fundão 7 com data de 922 ± 33 anos AP (LACUFF 150056), gerada pela Pesquisa de Parellada (2007), e apresentada em Parellada (2016); e a datação do PR UV 17 que alcança 1475 ± 65 anos AP (SI-2197),

apresentada em Chmyz *et alli* (2009) e também mencionada em Chmyz (1981) e Chmyz *et alli* (1993), recuam a ocupação Jê nos *Koran-bang-rê* até por volta do século V do nosso calendário e indicam que a mais de 1000 anos este território já estava inteiramente ocupado.

Ao longo deste período, estabeleceram todas as bases necessárias para manterem seus modos de vida: construíram estruturas *pari* ao longo de rios piscosos, plantaram suas roças, manejaram espécies, construíram seus cemitérios, e estruturas monumentais na paisagem, como as dos sítios Faxinal da Boa Vista 1, Faxinal Saudades de Santa Anita 1 e Aterro da Foz do Cavernoso, dos quais, tratarei a seguir.

4.6. SEPULTURAS, MONTÍCULOS E ATERROS ANELARES

Antes da discussão efetiva deste tópico gostaria de apresentar uma curiosidade, que ronda imaginário de alguns guarapuavanos. Por diversas vezes, durante buscas na Internet, sobre relatos de estruturas arqueológicas na região, me deparei com publicações em redes digitais, sobre possíveis estruturas na região do rio Araras. Em uma delas, havia um recorte de jornal digitalizado, o qual encontrei no acervo digital da Biblioteca Nacional.

A informação sobre a tal estrutura foi publicada no jornal “A Noite” em 18 de julho de 1934, assinada pelo magistrado Ernani Guarita Cartaxo.²⁵⁴ Segundo o juiz, o monumento de pedras soterrado foi explorado, fotografo alemão Otto Wagner, que por cerca de dez anos, teria explorado a estrutura, escavando e dinamitando “para descobrir o segredo daquelas pedras, e o ouro que devia brilhar na escuridão multi-secular” (Cartaxo, 1934, s.p.).

Cartaxo (1934) descreve a estrutura encontrada no Cerro Verde, como um monumento extraordinário:

Quando da sua descoberta, em 1923, assignalava o local um circulo de quarenta marcos ou columnas de pedra, de 3, 4 e 5 metros de comprimento, lavrados em forma quadrangular, pentagonal ou hexagonal, terminados em ponta ou pyramide, e apertados uns contra os outros. Esses blocos, visivelmente trabalhados, se localizavam numa eminencia, com rápido declive para dois lados, e ainda para a frente, sobre o valle do rio das Araras, cujas cabeceiras restam próximas, e onde há vestígios prováveis de uma barragem para represa de um grande volume dagua. Removidos ou destruidos os

²⁵⁴ Conforme consta no *site* do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Ernani Guarita Cartaxo exerceu magistratura em Guarapuava de 1926 a 1932, Posteriormente foi nomeado desembargador, e virou professor catedrático do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná.

marcos, foi posta a descoberto uma calçada de ladrilhos, e sob esta a cúpula arredondada de uma construção de pedra. (Cartaxo, 1934, s.p.).

No texto de Cartaxo, há outros detalhes sobre a estrutura, como túnel que daria acesso a um interior subterrâneo, de que na parte interna da cúpula as pedras eram rejuntadas por uma “argamassa esbranquiçada, petrificada de todo.” (Cartaxo (1934, s.p.). As colunas, ou marcos que destacavam o local na paisagem “[...] apresentavam na parte enterrada uma camada de oxidação de 5 a 6 centímetros de espessura, demonstrativa da antiguidade millenaria do monumento” (Cartaxo, 1934, s.p.).

Possivelmente, em alguma medida, as descrições do magistrado foram influenciadas pela “obsessão alucinante” de Wagner, ou de quem lhe contou a história das estruturas arqueológicas. Devido a localização indicada para esta estrutura, na região do Cerro Verde, onde estima-se que em 1831 a expedição liderada por Antonio Rocha Loures tenha encontrado vestígios de uma “Praça Hespanhola” abandonada, como escreveu Mota (2023a), suscitou ainda mais minha curiosidade sobre aquela região, mas “as pedras” descritas por Cartaxo, parecem estar carregadas de limo, que tive de virar, para seguir pela minha jornada pelo mundo dos mortos.

Para encerrar, mas sem a pretensão de esgotar a discussão do contexto arqueológico no espaço delimitado por esta pesquisa, retomarei a questão inicial desta tese: Por que guerreiam os Kaingang dos *Koran-bang-rê*? A pergunta, tem raízes em uma temática abordada por historiadores, Mota (1994; 2000a; 2000b, 2016, 2022b), Mota & Novak (2008), Durat (2019), Bonetti (2025), a Conquista dos Campos de Guarapuava a partir de 1810, e a insistência dos Kaingang pelas terras de Sepultura.

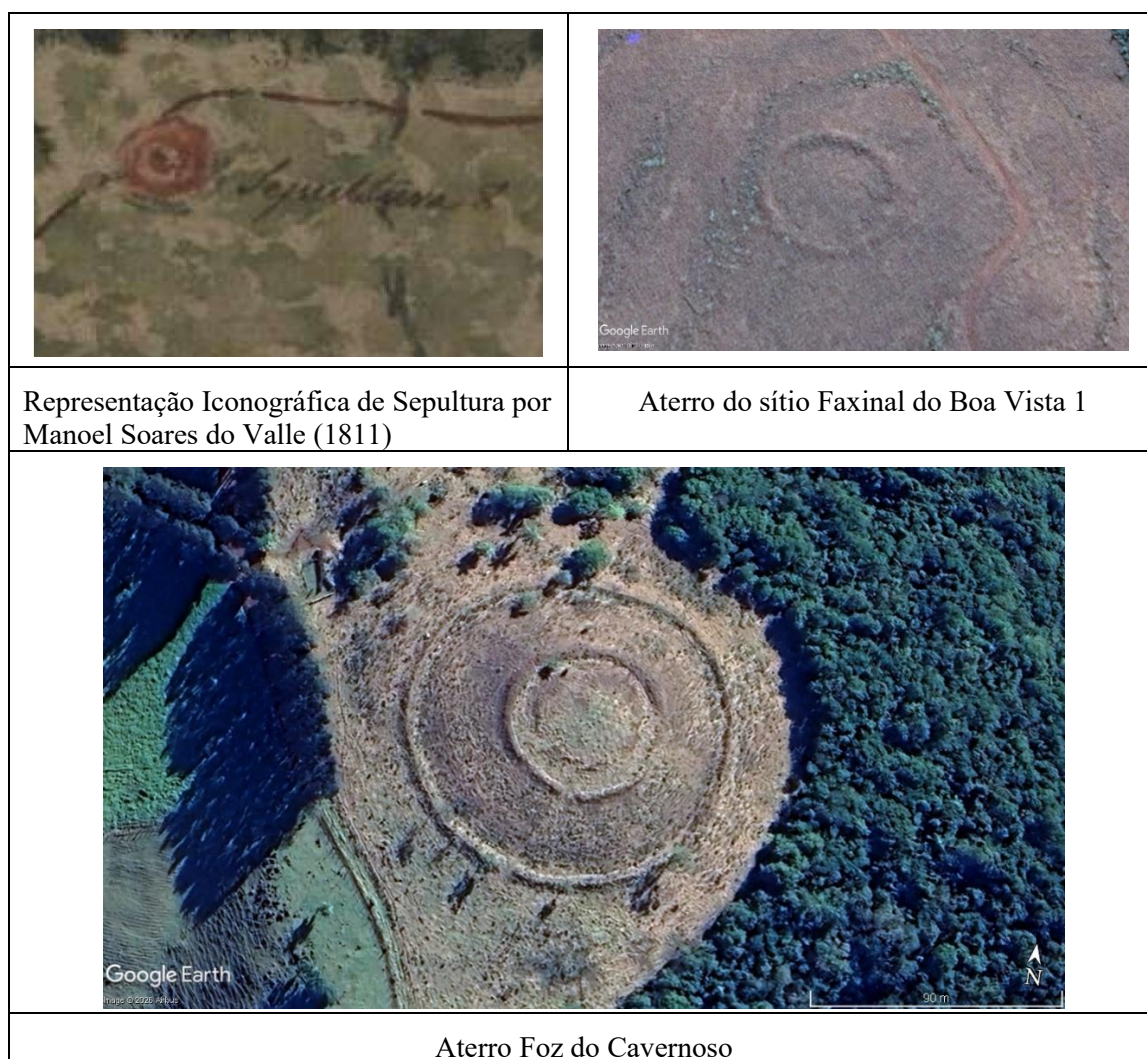
Para tentar minimizar a estratégia de emboscadas, que estavam sendo executadas pelos Kaingang, a partir de 1811, o comandante Diogo Pinto deu ordem para que o tenente coronel Manoel Antônio Rangel liderasse incursões para capturar os indígenas na região oeste, nas proximidades do rio Cavernoso, e os levasse para o Forte Atalaia, como explica Mota (2022b).²⁵⁵

Segundo Mota (2023b), na segunda incursão, Manoel Soares do Valle produziu a primeira “Planta do terreno descoberto de Guarapuava” em 1811, já apresentada no segundo

²⁵⁵ Como já destacado, em 1773/74, Diogo Pinto tinha percorrido esta região quando participou da última expedição de Botelho, na campanha liderada por Paulo Chaves de Almeida.

capítulo desta tese. Na legenda desta planta, Valle (1811) marcou uma “Sepultura do Gentios” no local em que era considerado como território dos indígenas. É muito significativo que para indicar o local da sepultura, o militar tenha desenhado um círculo com um ponto central, pois, o símbolo iconográfico utilizado, por Manoel Soares do Valle, é comparável a formação dos aterros anelares encontrados nos sítios Faxinal da Boa Vista 1, Faxinal Saudades de Santa Anita 1 e Aterro Foz do Cavernoso, identificado nesta pesquisa (figura 78).

FIGURA 78. REPRESENTAÇÃO ICONOGRÁFICA DE MANOEL SOARES DO VALLE (1811) E ATERROS ANELARES



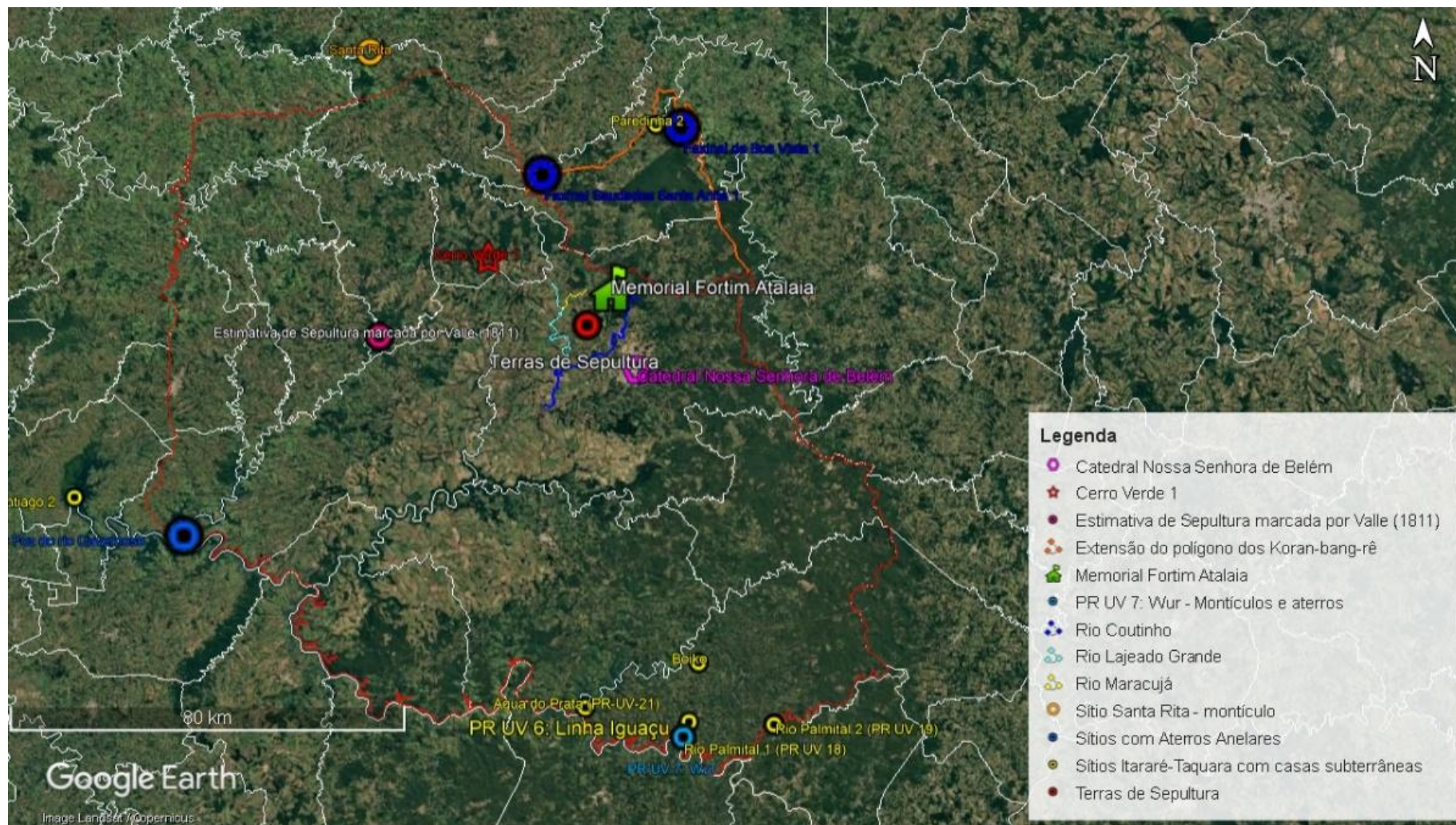
Fonte: Elaboração própria.²⁵⁶

²⁵⁶ Com recorte da planta de Valle (1811) e imagens do *Google Earth*.

Como pode ser observado, a semelhança não indica mera coincidência, especialmente se comparada com o a estrutura localizada na foz do rio Cavernoso, no limite sudoeste do município de Cândói-PR, onde a plataforma / montículo central, é mais evidente. Pela imagem disponível no *Google Earth*, não é possível reconhecer as nuances do montículo central do aterro do sítio Faxinal da Boa Vista 1, entretanto, após análise no local, os pesquisadores da Espaço Arqueologia (2022d), identificaram uma plataforma circular na parte interna do círculo. A descrição não destoa da realizada para o aterro do sítio Faxinal Saudades de Santa Anita 1, também tratado em Espaço Arqueologia (2022d), e detalhados no terceiro capítulo desta tese.

Apesar da semelhança, entre os aterros anelares e a iconografia utilizada por Valle (1811), estes não correspondem a possível estrutura que inspirou Manoel Soares do Valle a representar a sepultura, como o fez, pois, a localização indicada por ele, não está na mesma área ou nas proximidades das estruturas encontradas nos sítios arqueológicos. Ao analisar a planta feita por Valle (1811), pode-se verificar que sepultura, foi marcada próxima as confluências que formam o rio Cavernoso, deste modo, estimo que a sepultura marcada por Valle (1811) se localizasse próxima da coordenada UTM 22J 400626 E / 7199072 S, a oeste das terras reivindicada por Francisco Gacom e outros caciques a ele subordinados, como indicam a documentação analisada no segundo capítulo, e como se pode observar na figura 79.

FIGURA 79. ESTIMATIVA DA LOCALIZAÇÃO DA SEPULTURA INDICADA NA PLANTA DE MANOEL SOARES DO VALLE EM 1811 E ATERROS ANELARES.



Fonte: Elaboração própria.

Como já explicado no primeiro capítulo, o polígono dos *Koran-bang-rê* (linha vermelha), foi estimado com base nos Campos de Guarapuava, representados no Mapa Chorographico da Provincia do Paraná, elaborado por Elliot em 1847, sendo o ajuste do traçado realizado pelos divisores de águas das bacias do rio Santana, rio Jordão, rio Cavernoso e alto rio Piquiri.²⁵⁷ Na figura acima, inseri uma extensão no polígono em sua parte norte (linha laranja), para incluir os sítios arqueológicos da região do vale do rio Marrecas, pois me parece claro que estes estejam relacionados ao contexto discutido, portanto, integram os *Koran-bang-rê*.

Para ajudar referenciar a localização, mantive a delimitação das Terras de Atalaia e Sepultura, reivindicadas pelos Kaingang em Guarapuava ao longo do século XIX. Conforme discutido no segundo capítulo, estas terras estão delimitadas entre os rios Maracujá, Lajeado Grande e Coutinho, que formam as cabeceiras a noroeste do rio Jordão, fronteiriças as cabeceiras dos divisores de águas do alto Cavernoso, alto Piquiri, e Marrecas. Como se evidencia, a posição de sepultura indicada na planta de Manoel Soares do Valle, está a oeste das Terras de Sepultura reivindicada pelos Kaingang ao longo do século XIX.

Nesta figura, optamos por também deixar visível os sítios com casas subterrâneas, já que o padrão de distribuição dos sítios relacionados por Souza (2012), considera que esse tipo de estrutura esteja relacionado aos aterros anelares. O autor elaborou revisão bibliográfica, discutindo os modelos propostos para interpretação de sítios com estruturas similares às encontradas nos sítios Faxinal da Boa Vista 1, Faxinal Saudades de Santa Anita 1 e Aterro da Foz do Cavernoso.²⁵⁸ Além disso, relacionou esses modelos ao contexto por ele pesquisado nos aterros encontrados em Pinhal da Serra, no Rio Grande do Sul, propondo uma linha interpretativa que atribui diferentes funções a sítios com estas estruturas.

Para sua classificação, Souza (2012) considerou aspectos da arquitetura de terra destes monumentos, tais como tamanho, quantidade, formas, número de montículos, e do material arqueológico associados a elas, propondo uma classificação da variabilidade de sítios com estruturas rituais dos Jê no Sul. Segundo o autor, os aterros anelares de formato circular com ou sem montículos centrais, são os de maior ocorrência, porém, explica que também existem estruturas quadrangulares.

²⁵⁷ Ver mapa 2, no capítulo I.

²⁵⁸ Discussões desses modelos são realizadas em De Masi (2005; 2006), Parellada (2005) e Souza (2012).

Dentre as três classes de aterros anelares definidas por Souza (2012), os aterros anelares encontrados nos *Koran-bang-rê*, estão mais próximos de se enquadrarem na classe 3, que agrupa aterros de forma circular com diâmetro maior que 50 m, com ou sem montículo central, estruturas que o arqueólogo sugere a função de “centros cerimoniais regionais, construídos e utilizados por várias comunidades habitantes de casas subterrâneas em um raio de cerca de 5 km.” (Souza, 2012, p. 77).

Considerando a classificação de Souza (2012), para comparação, sintetizei algumas informações dos aterros anelares dos *Koran-bang-rê*, que podem ser conferidas na Tabela 15.

TABELA 15. CARACTERÍSTICAS DOS ATERROS ANELARES DOS *KORAN-BANG-RÊ*

Sítio com aterro anelar	Altitude	Forma	Raio	Diâmetro	Montículos	Casas subterrâneas no raio de 5km	Referências
Faxinal da Boa Vista 1	990m	Circular	32m	64m	1 central	2 – Sítio Paredinha 2 (5,5 Km)	Espaço Arqueologia (2022d; 2023c)
Saudades de Santa Anita 1	1085m	Circular	32 m	64m	1 central	Não	Espaço Arqueologia (2022d)
Aterro Foz do Cavernoso	580m	Dois Círculos	52,26m	104,52m	1 central	Não	Ferramentas do <i>Google Earth</i>

Fonte: Elaboração própria.

As dimensões e a forma dos aterros dos *Koran-bang-rê* enquadram-se na classificação de Souza (2012), deste modo, considero que estas três estruturas sejam centros cerimoniais de caráter funerário que marcam a paisagem dos *Koran-bang-rê*.

Na perspectiva da Geografia Cultural de Paul Claval (2007), as paisagens possuem conteúdos simbólicos, carregadas de poder sobrenatural, em diversas partes do globo, centros cerimoniais representam o lugar da religião e do poder das sociedades históricas.

O exercício do poder está assim vinculado ao jogo dos aléns no qual acredita a sociedade onde é exercido (Claval, 1984). Acha-se atraído pelos lugares onde as relações com as forças que governam o mundo são mais fáceis: nas origens da história, funções religiosas e funções políticas estão intimamente misturadas nos centros cerimoniais que são ponto de partida de uma parte das cidades: isto foi constatado na Mesopotâmia, no Egito, na Índia, na Ásia do Sudeste, na China, no Japão e na América Central e andina pré-colombiana (fig. 6-6) (Wheatley, 1971). As capitais-templos instalam-se ali onde passa o eixo do mundo, ou captam em seu benefício (fig. 6-7). No centro dos reinos javaneses, o palácio (o kraton) representava o monte Méru, em torno do qual

o mundo era ordenado para toda a área de civilização hinduísta (D. Lombard, 1990; Sevin, 1992; 1993). (Claval, 2007, p. 147-148).

Para Claval (2007) os centros cerimoniais em diversas partes do globo, são monumentos que associam o poder político e as crenças que o fundam, da mesma forma que no espaço civil o espaço é ordenado ao redor dos templos, pois, os “fundamentos da sociedade estão estreitamente ligados ao credo compartilhado” (Claval, 2007, p. 341).

Na arqueologia, os sítios com centros cerimoniais ou rituais, como explicam Renfrew & Bahn (2011), são características definidoras da atuação de chefias de sociedades segmentares, que:

En su forma más típica, son agricultores sedentarios, pero también pueden ser pastores nómadas con una economía itinerante muy distinta, basada en la explotación intensiva del ganado. Suelen ser sociedades compuestas por muchas comunidades, cada una de las cuales se integra en la sociedad principal mediante lazos de parentesco. (Renfrew & Bahn, 2011, p. 179).

Deste modo, os sítios com centros cerimoniais integram um conjunto de outros sítios de habitações, acampamentos, roças, pesca, oficinas líticas ou oleiras, dentre outros sítios que compõem um padrão de assentamento. Os centros cerimoniais indicam a hierarquização dos sítios, sendo que estes espaços serviriam como ponto focal da política organizada por essas chefias, que:

Funcionan com base em el principio del rango – las diferencias de nivel social entre las personas-. Los distintos linajes (grupo que se declara descendente de um antepassado común) se clasifican según una escala de prestigio, y un jefe gobierna al superior y, por tanto, a la sociedad en su conjunto. El prestigio y el rango se determinan según el grado de relación con el jefe y no hay una auténtica estratificación en clases. El papel del jefe es fundamental. (Renfrew & Bahn, 2011, p. 179).

Esta definição não se difere consideravelmente da organização dos Kaingang, do século XIX, onde se identifica: a descendência comum (tronco velho), organização política formada por alianças entre caciques principais e caciques subordinados, dentre outros pontos destacados por Fernandes (2003), já citado nesta tese para discutir a ascensão de Francisco Gacom como *Põ'ĩ* principal, durante o processo reivindicatório pelas Terras de Sepultura.

Ainda segundo Renfrew e Bahn “El rango personal característico de las jefaturas es visible en otros aspectos además de en el patrón de asentamiento: por ejemplo, en los ricos ajuares funerarios que se incluyen muchas veces en los enterramientos de los jefes fallecidos.”

(Renfrew & Bahn, 2011, p. 179). Como será demonstrado adiante, essa característica também foi relatada entre os Kaingang, que destinavam tratamento funerário distinto a seus chefes, os *Põ'í*.²⁵⁹

Retomando a discussão sobre o padrão de assentamento relacionado aos sítios com aterros anelares/centros cerimoniais, como pode ser observado na tabela 15, apenas o Faxinal da Boa Vista 1 tem casas subterrâneas no raio de 5 km, duas estruturas, encontradas no ano de 2023 pela Espaço Arqueologia (2023c). Entretanto, se deve destacar que este contexto pode ser reflexo da orientação das pesquisas arqueológicas relacionadas ao resgate arqueológico. Vale lembrar que nenhuma dos aterros anelares dos *Koran-bang-rê* foram encontrados por pesquisas arqueológicas.

Para Brochado (1984), as casas subterrâneas, além de estarem relacionadas às baixas temperaturas, indicam aldeias de base central permanente, que amparavam um modelo regular de sazonalidade, para ele:

Essas casas subterrâneas eram frequentemente reocupadas ao longo do tempo, marcando o padrão característico de vida dos povos Jê: uma aldeia central ocupada durante todo o ano por parte da população e uma série de pequenos acampamentos ocupados sazonalmente pelos membros mais móveis e fisicamente vigorosos da população.” (Brochado, 1984, p. 220. Trad. nossa).²⁶⁰

Conforme o autor, o padrão Jê / Kaingang mantém uma aldeia central ocupada durante todo o ano, enquanto parte da população se distribui por acampamentos sazonais.

Entretanto, a baixa incidência e até a ausência de estruturas subterrâneas próximas às áreas dos aterros anelares não deve impor óbices para que sejam tratados como centros rituais. Isso não significa que as evidências das casas subterrâneas não existam, apenas que não foram evidenciadas pelas pesquisas arqueológicas. Como se viu, na área do rio Marrecas, esse tipo de estrutura só foi registrado recentemente pela Espaço Arqueologia (2023c). Também é preciso

²⁵⁹ Como já mencionado no segundo capítulo desta tese, *Põ'í*, também grafado como *Pahy* ou *Paí*, refere-se à categoria das lideranças (caciques) de cada grupo Kaingang, que em muitos casos, estavam subordinados a uma liderança maior (principal), como explica Fernandes (2003), e Giordano (2025).

²⁶⁰ Original: “These pit-houses were often reoccupied through time, marking the characteristic *Gê* pattern of life: a central village occupied year round by part of the population and a series of small camps occupied seasonally by the more mobile and physically vigorous members of the population.” (Brochado, 1984, p. 220).

considerar a destruição destes sítios, pois, como escreveu Chmyz (1981), durante sua pesquisa, um proprietário o relatou que os ‘buracos’ foram soterrados pelo maquinário agrícola.

Além dessas possibilidades, ressalta-se que as poucas estruturas-subterrâneas ou semi-subterrâneas evidenciadas nessas áreas refletem estratégias diversas para as instalações das habitações Jê, em resposta às condições ambientais, especificamente, a formação do solo da região. Assim explicou Parellada (2005), ao discutir panorama semelhante, evidenciado no trecho de sua pesquisa de doutorado, onde abordou os resultados obtidos durante a execução do resgate arqueológico do gasoduto Bolívia-Brasil, no alto vale do rio Ribeira:

[...] apenas duas estruturas semi-subterrâneas, junto ao Abrigo Três Amigos, em Cerro Azul, que possuíam 3 m de diâmetro e 1 m de profundidade. Esse número reduzido talvez possa ser explicado pelo duto ter cortado várias áreas com solos litólicos e encostas íngremes, e assim, nesses trechos, haveriam outras estratégias para as habitações, estocagem de alimentos, entre outros possíveis usos dessas estruturas semi-subterrâneas. (Parellada, 2005, p. 41).

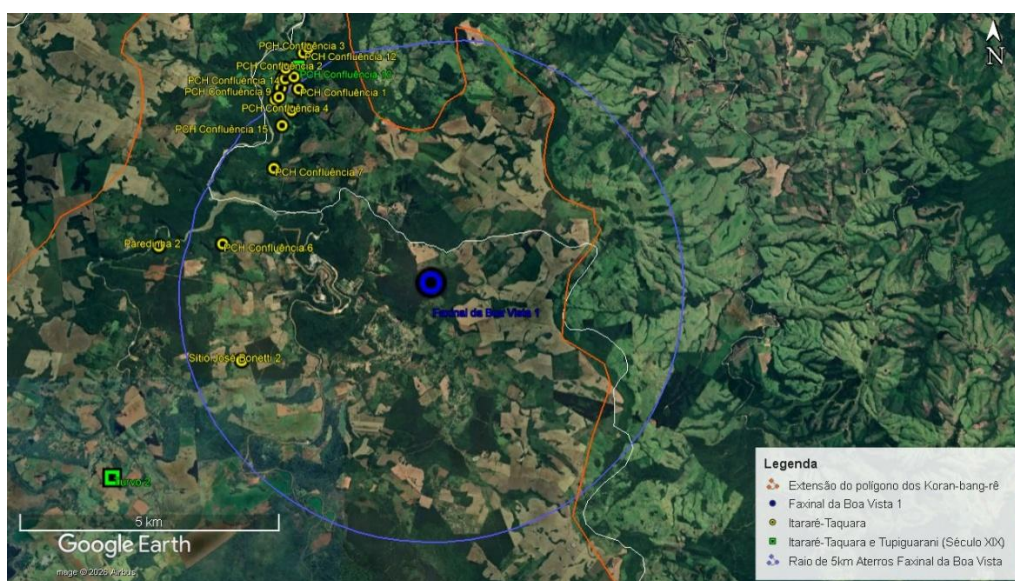
As características do solo e do terreno destacados pela arqueóloga são semelhantes às do sítio Paredinha 2, na região do rio Marrecas, onde uma das duas estruturas subterrâneas registradas pela Espaço Arqueologia (2023c), a maior com 5m de diâmetro, apresentou litólicos aos 70 cm de profundidade, como detalhado no terceiro capítulo.

Considerando a análise de Parellada (2005), sugiro que o padrão considerado por Souza (2012) para os centros cerimoniais e a ideia de Brochado (1984), sobre aldeias de base central permanente, possam ser reajustados para o contexto do atual estado das pesquisas arqueológicas realizadas na região dos antigos *Koran-bang-rê*, onde predominam sítios Itararé-Taquara com vestígios lito-cerâmicos a céu aberto.

Deste modo, se incluirmos sítios lito-cerâmicos a céu aberto, relacionados a Tradição Itararé-Taquara, o resultado se altera, nos aterros do Faxinal da Boa Vista 1 e Aterro Foz do Cavernoso, como pode ser visto nas figuras 80 e 81.²⁶¹

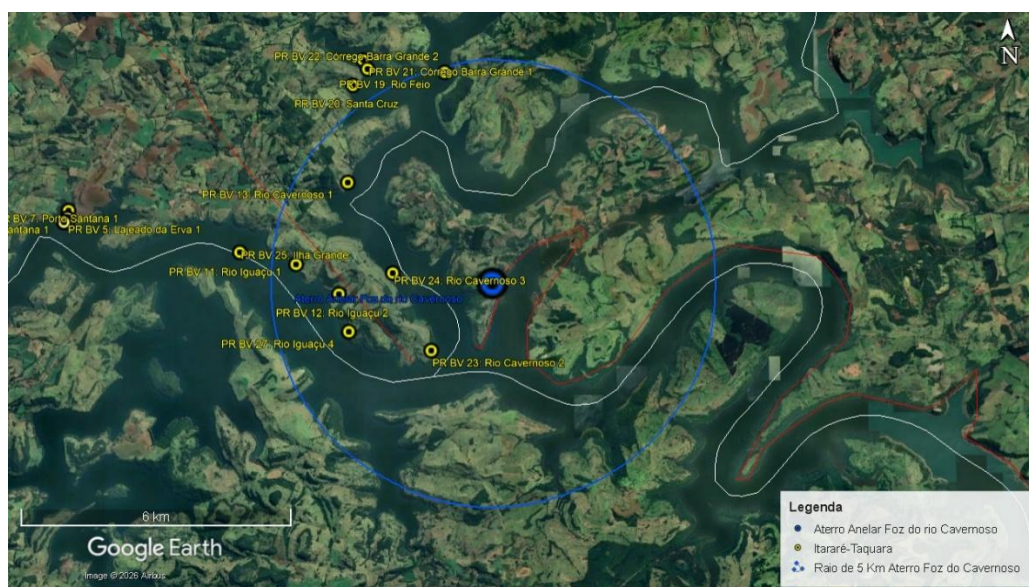
²⁶¹ O aterro anelar do Faxinal Saudades de Santa Anita 1 não possui nenhum sítio registrado em seu entorno, pois suas adjacências não foram alvos de pesquisas arqueológicas. O sítio mais próximo deste aterro é o Turvo 1, cerca de 14 Km a leste.

FIGURA 80. SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA NO ENTORNO DO ATERRO ANELAR DO FAXINAL DA BOA VISTA 1.



Fonte: Elaboração própria.

FIGURA 81. SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA NO ENTORNO DO ATERRO FOZ DO CAVERNOSO.



Fonte: Elaboração própria.

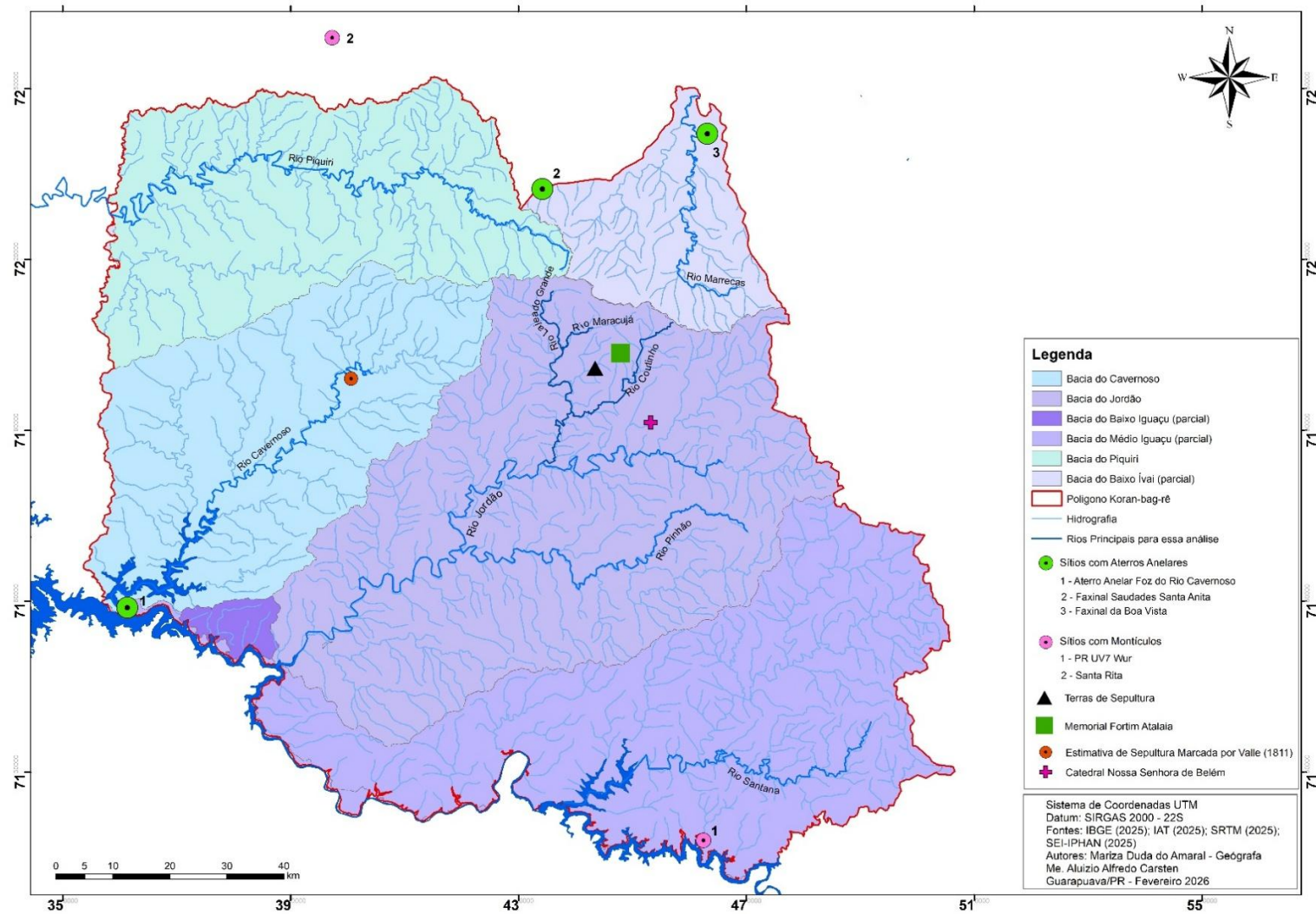
Desta forma, considera-se que a variabilidade das habitações não seja empecilho para a aplicabilidade do modelo proposto por Souza (2012). Para o autor, estruturas anelares com montículos correspondem a sítios cerimoniais para sepultamentos, locais em que grupos relacionados por alianças se reuniam para rituais coletivos.

Na figura 79, pode-se observar que estes aterros estão instalados nos limites do traçado dos *Koran-bang-rê* com outros territórios. O Faxinal do Boa Vista 1 está posicionado próximo

dos divisores de água do rio Marrecas, relativamente próximo das cabeceiras do rio Jordão, que correm respectivamente para o Ivaí e Iguaçu (fronteiriço a bacia do rio Ivaí e os *Koran-bang-rê*). O Faxinal Saudades de Santa Anita¹ está próximo das nascentes do rio Pedrinho, que segue para o norte para o rio Ivaí, quase que em paralelo ao rio Marrecas; entretanto, poucos quilômetros a oeste/sudoeste localizam-se as cabeceiras dos formadores do Piquiri e nascentes Cavernoso (*Nerinhé*), a sudeste as cabeceiras do rio Lajeado Grande e Coutinho, afluentes da margem esquerda do rio Jordão, portanto, entre os *Nerinhé* e os *Koran-bang-rê*). Fora das áreas de nascentes, o Aterro da Foz do Cavernoso, está na margem esquerda do rio Cavernoso, na região em que encontra o rio Iguaçu em sua margem direita, no limite onde se estima a fronteira entre os *Koran-bang-rê* e os *Min-krin-ia-rê*.

Se considerada a estimativa do local em que Valle (1811) indica a Sepultura em sua planta, este seria o ponto central que conectaria os *Koran-bang-rê*, os *Nerinhé* e os *Min-krin-ia-rê*. Portanto, os aterros anelares, relacionados aos rituais fúnebres, localizam-se nas fronteiras territoriais dos *Koran-bang-rê*. A espacialização destes locais pode ser vista no mapa 07 a seguir:

MAPA 7 - ATERROS ANELARES E SEPULTURAS



Fonte: Elaboração própria, fevereiro de 2026.

Esta distribuição em áreas de fronteiras territoriais, está de acordo com o modelo proposto por Souza (2012), para o qual os aterros anelares de grandes dimensões serviam “como centros cerimoniais concentrados nas “fronteiras” destes territórios.” (Souza, 2012, p. 102). Ainda segundo o arqueólogo, os territórios conectados a estes centros, estariam organizados em unidades políticas autônomas, mas que possivelmente com outros centros em suas fronteiras.

Tanto Renfrew e Bahn (2011) como Souza (2012), destacam a relação entre a construção dos centros cerimoniais e o sedentarismo, pois, a construção destes monumentos funerários demanda de organização e investimento no trabalho, mobilizado por chefias hierarquizadas. Como tratarei adiante, entre os Kaingang, essa organização do trabalho em torno de um objetivo comum era dirigida pela categoria dos *Paí* durante os preparativos da festa dos mortos, como observou Nimuendajú (1993), e discutiu Fernandes (2003).

Entretanto, como se pôde conferir de maneira detalhada no terceiro capítulo desta tese, os sítios arqueológicos Itararé-Taquara pesquisados nos *Koran-bang-rê* e adjacências, foram interpretados como sítios pouco densos, ocupados por pequenos grupos, que praticavam agricultura incipiente. Como exemplo, tratarei aqui dos sítios PCH Confluência de 7, 9 e 11 a 16, atribuídos ao período pré-colonial, encontrados próximos ao aterro anelar do sítio Faxinal da Boa vista 1, na região o rio Marrecas. Para sintetizar a discussão, compilei algumas interpretações destes sítios na tabela 16.

TABELA 16 - INTERPRETAÇÕES DOS ARQUEÓLOGOS SOBRE OS SÍTIOS PCH CONFLUÊNCIA 7 A 16

Sítios	Unidades Morfológicas de cerâmicas identificadas (nº de vasilhas)	Demografia estimada	Interpretação do sítio	Referências
PCH Confluência 7	2	Pequeno grupo	Caça, coleta e horticultura incipiente.	Espaço Arqueologia, 2022c, p. 253.
PCH Confluência 9	22	Não há estimativa	Mantido para: “suprir demandas para um grupo humano que tem como estratégia de adaptação o manejo e cultivo de espécies vegetais, para além da caça e pesca como fonte de obtenção de proteínas.”	Espaço Arqueologia, 2022c, p. 312.
PCH Confluência 11	55	Grupo mediano	“[...] que pratica, para além da caça e da coleta, uma agricultura incipiente, ao ponto de permitir e/ou abrigar o estabelecimento sazonal em um ponto fixo por alguns meses do ano.”	Espaço Arqueologia, 2022c, p. 416.
PCH Confluência 12	7	Não há estimativa	Pertence a “[...] uma economia de manejo e cultivo de espécies vegetais” O sítio indica “uma ocupação de curta permanência nesse espaço”	Espaço Arqueologia, 2022c, p.465 - 469
PCH Confluência 13	12	10 indivíduos	Possível assentamento sazonal, “não muito intenso, com número reduzido de indivíduos – de até 10 pessoas – cujas práticas econômicas remetem a caça e a coleta, para além de uma agricultura básica.”	Espaço Arqueologia, 2022c, p. 514
PCH Confluência 14	31	20 indivíduos	A presença de duas “mãos-de-pilão”, tais utensílios, demandam “alto investimento na sua produção e sugerem um uso do espaço de maneira mais prolongada, com caráter habitacional.” Integra um sistema de economia “de caça/coleta com uma horticultura incipiente a ponto de manter sobre aquele padrão um grupo de não mais que 20 pessoas.”	Espaço Arqueologia, 2022c, p.564-565
PCH Confluência 15	52	15 indivíduos	Assentamento de “curta a à média duração”, O volume do material cerâmico foi considerado “passível de processar alimentos a um grupo de não mais de 15 pessoas” em “um modelo de economia com caça e coleta, bem como com o manejo e cultivo de espécies vegetais”	Espaço Arqueologia, 2022c, p. 621-622
PCH Confluência 16	43	10 a 15 indivíduos	“[...] um grupo já adaptado a horticultura que tem, no seu contingente uma ou duas famílias com cerca de 10 a 15 pessoas vivendo em períodos longos ou médios naquele local, podendo ser, também em um modelo sazonal.” “uma economia adaptada a exploração da caça/pesca e coleta com o manejo e cultivo de espécies vegetais.”	Espaço Arqueologia, 2022c, p. 689

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode visualizar, embora analisados com outros elementos, como a presença de líticos polidos, o número de vasilhas cerâmicas estimadas para os sítios, desempenharam um papel importante para os arqueólogos pressuporem a demografia dos sítios. Em especial, no sítio PCH Confluência 15, onde essa relação foi estabelecida de forma direta.

Entretanto, Brochado (1984), já havia alertado sobre o papel secundário da cerâmica para a preparação dos alimentos entre os grupos Jê:

[...] a maioria dos vasos dos estilos Jataí, Itararé, Taquara e Taquaruçu é muito pequena, o que indica que, mesmo que esses grupos fossem plenamente agrícolas desde os períodos cerâmicos iniciais ou até mesmo pré-cerâmicos, os alimentos cozidos em água não eram importantes. Em vez disso, outros métodos de preparo, como fornos de terra, devem ter sido utilizados (Brochado, 1984, p. 212. Trad. nossa).²⁶²

Além disso, as interpretações propostas para os sítios mencionados desconsideram as práticas culturais Kaingang, que preparam seus alimentos por seriação, ou seja, em etapas que tornam possível a reutilização das panelas para o “cozimento” em frações. Para exemplificar esta afirmação, recorre-se à situação observada em campo, durante duas edições da *Festa do Ëmĩ* (2015 e 2016), na Terra Indígena Barão de Antonina, no município de São Jerônimo da Serra, na bacia do rio Tibagi, no norte do Paraná. Ocasões em que pude observar vários grupos familiares preparando o *mênhu* (ou *Pixé*), uma espécie de farinha fina, semelhante ao fubá, obtida a partir da torra do milho com cinzas, em pequenas panelas.²⁶³

O processo inicia-se com o preparo do fogo, após ele atingir considerável quantidade de cinzas; destarte, essas são colocadas na panela, junto com o milho. A panela é exposta ao fogo sustentada sobre estrutura improvisada de pedras, ou mesmo de forma direta sobre a lenha, e se mexe o milho e as cinzas até que comece a ser torrado e os grãos secos apresentem coloração mais ou menos escurecida. Na sequência, é retirada a panela do fogo, e o milho e as cinzas são

²⁶² Original: “[...] most vessels in the Jataí, Itararé, Taquara, and Taquaruçu Styles are very small, which indicates that even if these groups were fully agricultural from early ceramic or even preceramic times, boiled foods were not important. Instead, other cooking methods, such as earth ovens, must have been used. (Brochado, 1984, p. 212).

²⁶³ Além desses eventos, por diversas vezes, presenciei e auxiliei no processo de elaboração de *mênhu* pela Kaingang Teresa Rodrigues (*in memoriam*), durante o período em que esta residiu na Terra Indígena Ywy Porã, em Abatiá – PR. Em outras ocasiões, também participei de pescarias e caçadas com os Kaingang e Guarani Nhandewa que residiam em Ywy Porã entre 2014 e 2016, ocasiões em que com pequenas panelas, se preparava alimentos para grupos de 20 a 30 pessoas nos acampamentos na margem do rio Laranjinha, já que boa parte dos alimentos (peixe, milho, mandioca e caça), não necessitavam de recipientes para serem preparados.

dispostas em uma peneira abanadas por outra pessoa, enquanto a cinza é expulsa da peneira. Em seguida, é iniciada outra leva de torra do milho, simultaneamente, o milho separado da cinza, é levado para o pilão, onde uma terceira ou mais pessoas, socam até obter o *mênhu*. O processo é repetido simultaneamente de maneira seriada, até que se alcance quantidade de alimento suficiente para o grupo. O *mênhu* é consumido acompanhado de peixes, carne de porco, dentre outros alimentos.

Borba (1908), descreve de forma sintética a preparação do *êmĩ* (bolo azedo) feito à base de milho. Segundo o autor, após o preparo da massa são “[...] assados na cinza, envolvidos em folhas de caêê; conservam-se por muitos dias; é geralmente a alimentação que carregam em suas excursões e caçadas.” (Borba, 1908, p. 16). Possivelmente, tenha sido *êmĩ* o bolo oferecido a tropa de Botelho no fatídico 8 de janeiro de 1772.

Assim como o *mênhu* e o *êmĩ*, boa parte da base alimentar tradicional Kaingang não necessita de panelas para seu preparo: abóbora, inhames, pinhão, milho, peixe, caça, palmitos, são alimentos que simplesmente podem ser assados diretamente sobre a brasa, sem ser necessário sequer o uso de espetos ou outros suportes. Como observou Botelho em 1771, os *Xaclan* preparavam o pinhão diretamente no fogo, os retirando com uma espécie de pinça.

Essa prática, conhecida na região de Guarapuava como “sapecada” consiste em reunir grimpas secas (galhos finos de araucária), dispor o pinhão espalhado sobre elas e atear fogo. A combustão das grimpas é rápida e forma grandes labaredas, “sapecando” o pinhão em questão de minutos. É a forma mais rápida de preparar o pinhão, e aparentemente o preferencial entre os Kaingang e pela população rural da região.

É evidente que a caça e a coleta constituíram, e ainda constituem uma parcela importante da economia Kaingang, mesmo que insuficientes devido as atuais proporções de suas terras e pela pressão sobre a flora e fauna que as constitui. Mesmo assim, ainda na atualidade, os Kaingang continuam caçando *krág* (porco do mato), *fãfã* (tatú), *se* (quati), *sor* (preá), dentre outros animais. Coletando *fág* (pinhão), *fên'ẽ* (palmito), *pyrfé* (urtiga), *tãnh kanẽ* (coquinhos de palmeira), *nár* (varana), *rãnh* (caraguatá), entre outras espécies vegetais, que compõem a base de sua alimentação tradicional, como levantado entre os Kaingang da TI Marrecas, durante o estudo do Componente Indígena PCH Boa Vista II e PCH Confluência, Biolótus, (2019, 2020a).²⁶⁴

²⁶⁴ Palavras em Kaingang foram extraídas de Wiesemann (2011).

Além da caça e da coleta, as roças também forneciam boa parte da alimentação tradicional Kaingang. No século XVIII, as plantações de milho, abóboras e feijão, impressionaram os expedicionários das campanhas de Afonso Botelho. Além da agricultura, caça e coleta, os Kaingang também desenvolveram outras atividades que lhes proporcionava uma dieta diversificada.

Como demonstrou Mota (2023a), em diversos rios do Estado do Paraná, vários foram os *pãri*, mencionados na documentação oficial e nos registros de viajantes do século XIX. Sendo que o registro mais antigo da armadilha foi realizado durante as campanhas de Afonso Botelho, quando sua tropa procurava um caminho para entrar nos *Koran-bang-rê*. Conforme Mota (2022a), na campanha de julho de 1770, o oficial Antonio Costa Pimentel, registrou a identificação, a descrição e o desenho de uma estrutura de *pãri* encontrada no rio da Areia, afluente da margem direita do rio Iguaçu.²⁶⁵ Nesta tese, também indicamos a ocorrência de possíveis estruturas de *pãri* na região do alto rio Piquiri, prática que devia ser comum nos rios piscosos da região, como Cavernoso, Jordão, Marrecas e outros.

Em seu estudo, Mota (2023a) aponta uma série de fatores que dificultam o reconhecimento de estruturas remanescentes de *pãri* pelos arqueólogos.²⁶⁶ Além disso, como bem destacou o autor, as sínteses sobre os Kaingang deram pouca importância às atividades pesqueiras por eles praticadas, sendo a atividade considerada “[...] pouco desenvolvida, pobre em métodos e atrasada” (Noelli *et al*, 1995, p. 436. *Apud* Mota, 2022a, p. 64).

Entretanto, como demonstra Mota (2022a), os *pãri* instalados ao longo dos rios consistem em uma estratégia tecnológica eficaz para obtenção de recursos proteicos entre os Kaingang. Para o autor, além da manutenção de seus recursos pesqueiros, a construção e manutenção das armadilhas evidenciam práticas sociais, como organização do trabalho coletivo e sociabilidade entre as famílias.

Na documentação analisada, este panorama que evidencia a soberania alimentar dos Jê no Sul/ Kaingang é recuada até as primeiras décadas do século XVII, quando Pe. Montoya ([1628] MCA I, 1951) descreve que além da caça e da coleta de pinhões, os grupos *Gualachos*

²⁶⁵ Conforme Mota (2022a), na documentação consultada, o rio da Areia consta como “Rio Pinheiros”.

²⁶⁶ Dentre elas: “[...] as dificuldades inerentes ao registro arqueológico em si como a não preservação das estruturas em razão do regime de cheias dos rios que desarranjam e tornam as estruturas “invisíveis” [...] não percepção dos arqueólogos em campo para esse tipo de estrutura.” (Mota, 2022a, p. 72). Além disso, o historiador adverte que a não identificação de tais estruturas, possa estar relacionada a uma questão de método, pois, a falta de uma análise que integre dados etnográficos, históricos e geográficos, prejudica o entendimento do contexto arqueológico.

eram todos agricultores, em especial de milho, produziam manufatura de tecidos (roupas e mantas de urtiga), com cestos “*mui largos y grandes que hacen los quales los poden al modo que las nasas en los rios para cojer camarones. Echan por alli maiz y ceban los puercos monteses y a sus tiempos acuden a hacer chaco.*” (Montoya [1628] In: MCA I, 1951, p. 297). Todas estas atividades, descritas por Montoya apontam para a sedentarização destes grupos *Gualachos*.

As culturas agrícolas descritas pelos expedicionários do século XVIII nos *Koran-bang-rê*, foram arqueologicamente identificadas em Urubici (SC), na região do alto rio Canoas, nas análises realizadas por Corteletti (2012). Segundo o arqueólogo, foram encontrados “[...] vestígios microbotânicos de plantas domesticadas como milho (*Zea mays*), a abóbora (*Cucurbita sp.*) e a mandioca (*Manihot sp.*), além de plantas que podem ou não ter sido cultivadas, como feijão (*Phaseolus sp.*), e o inhame (*Dioscorea sp.*).” (Corteletti, 2012, p. 119). A pesquisa de Corteletti (2012), indica que, ao menos um século antes da conquista, a agricultura já desempenhava papel importante na base da alimentação dos Jê/ Kaingang no Sul do Brasil.

O reconhecimento das práticas de produção e manutenção dos recursos alimentares, realizadas pelos Kaingang, como a agricultura, caça, pesca e coleta, nos permitem afirmar que estes sistematizaram sua economia ao ponto de criarem condições que propiciaram estabilidade econômica para estruturar seus territórios, transformando as paisagens dos rios com seus *pãri*, manejando florestas com espécies de seus interesses, em especial as araucárias e a palmeira jerivá, além de edificarem suas sepulturas e centros cerimoniais.

Embora, Souza (2012) saliente que não há menções de centros rituais entre os Kaingang nos registros históricos,²⁶⁷ há outros elementos que indicam a possibilidade desses aterros terem sido construídos e/ou utilizados pelos Kaingang com essa finalidade. O espaço em que os centros cerimoniais foram instalados indica uma sincronicidade com o território étnico *Koran-*

²⁶⁷ O que ocorre para os Xokleng, mas sem referência de estruturas de terra entaipada, como aponta a descrição de Paula (1924), entretanto, o espaço utilizado pelos Xokleng de Santa Catarina, são utilizados para cerimônia de perfuração dos lábios e não para sepultamentos ou cremação de seus mortos. O autor é categórico sobre o tratamento mortuário do grupo, cremavam os corpos e os objetos pertencentes a ele, sendo os resíduos e cinzas enterrados, em um buraco, que depois é coberto por um rancho. A descrição do tratamento mortuário de Paula (1924) se assemelha ao descrito por Montoya em 1628, já citado nesta tese. Porém, como se percebe em Paula, há outras características que tornam a descrição dos Xokleng muito próximas das descrições dos Kaingang, indicando uma descrição misturada de aspectos dos Kaingang e Xokleng, como sugere a inserção dos vocabulários no fim de seu texto.

bang-rê, para o qual a documentação analisada neste e no segundo capítulo, aponta como uma territorialidade que estava sob domínio de grupos relacionados a essa macrounidade étnica.²⁶⁸

Além disso, a construção de montículos funerários pelos Kaingang ao longo do tempo é uma indicação consistente de que os centros cerimoniais compostos por aterros anelares e montículos integram a conjuntura, pela qual, em uma análise de longa duração, encontra-se a estrutura que contribui para compreensão da história Kaingang. Para seguir este fio condutor, que perpassa por transformações e permanências ao longo do processo histórico, deve-se recorrer aos dados etnográficos e as análises etnológicas que envolvem a morte e a construção de montículos funerários entre os Kaingang.

Esta premissa teórico-metodológica da etno-história, conceituada na introdução desta tese, é (ou pelo menos deveria ser), uma atribuição inerente ao ofício do historiador, pois, como salienta Baldus (1937), tanto a etnografia quanto a etnologia são ciências históricas, que propiciam a análise da dinâmica cultural no tempo, exposta a transformações ou por permanências.²⁶⁹

Discutido de maneira mais ampla, é interessante mencionarmos novamente o contexto dos Nerinhé (no alto rio Piquiri) no relato de Pe. Montoya ([1628] In: MCA I, 1951, p. 297-298). Nesse relato, o padre descreveu os rituais dos Gualachos, e afirmou ter impedido sacrifícios humanos. Esse relato possivelmente ocorreu por volta de 1613, na região do Tibagi, e conforme Moura (2013, p. 188), foi registrado entre o grupo dos Cabelludos. Em sua descrição, Pe. Montoya descreveu o ritual fúnebre destinado ao filho de um cacique:

[...] alto del suelo un estado y en el lo ponen cubierto de paja por en cima. con el sol y frio se enjuga. **f. 14 r.** estando ya seco hacen mucha chicha limpian aquel lugar y en el se sienten todos a beber, y otros queman el cuerpo en medio de **aquella plaçuela** recojen las çenicas y hacen un hoyo y entierranlas. hacen en sima una casita mui pequeña redonda en la qual cabra una persona sentada, levantanse todos y a grandes voces dicen en su lengua: sal, sal, vete, vete, repetiendolo muchas veces a grandes gritos con lo qual dicen que sube al cielo. **Cada año limpian aquel lugar sus deudos. y sus Casiques hacen un montón de tierra sobre la sepultura.** (Montoya [1628] In: MCA I, 1951, p. 297-298 – Grifos meus).

²⁶⁸ Como mencionado ao longo do texto, isso não exclui a possibilidade de grupos Xokleng terem também convivido e/ou terem disputado esses territórios com os Kaingang em algum momento, mas os grupos que habitavam a margem direita do médio rio Iguaçu (nos *Koran-bang-rê*), mencionados na documentação ficaram historicamente conhecidos como Kaingang.

²⁶⁹ Para discussão conceitual de etnografia e etnologia, ver Baldus (1937). Também discutido de maneira mais ampla em Góes *et al* (2025), ao apontar a preferência “jêográfica” para instalação dos centros cerimoniais Jê.

A repetição da deste trecho é fundamental para conectarmos a discussão proposta, pois o jesuíta indica que a cremação e o sepultamento dos resquícios do morto são realizados no meio (no centro), de uma “praça”, sendo o ritual acompanhado de bebedeiras e a sepultura recoberta por um monte de terra ao longo dos anos, perpetuando o culto aos mortos. Embora o uso do termo “praça” seja insuficiente para associá-lo a um aterro anelar, remete a um espaço com a mesma função, a realização de cerimônias celebrativas de caráter funerário.

Existe a possibilidade de que o padre tenha misturado descrições deste ritual ocorrido na região do rio Tibagi, no qual afirma ter interrompido os sacrifícios, com outros realizados na região do rio Piquiri, como o registrado em Montoya ([1630] In: MCA I, 1951, p. 346-347), onde não há menção a sacrifícios. Além disso, o relato reportado em 1630, não destoa do acima citado, a não ser pela informação acrescentada pelo jesuíta, de que os resquícios de cremação só eram sepultados se a fumaça não subisse diretamente para o céu.²⁷⁰

É preciso ressaltar que no caso registrado na região do Tibagi, se tratava de um ritual destinado a um membro da linhagem hereditária da principal liderança dos Cabelludos. Já o relato de 1630, não menciona posição social do morto, mas a articulação em torno da organização dos preparativos do ritual e a similaridade com o relato anterior, evidencia a mesma magnificência do rito e do sepultamento, sugerindo a posição de destaque do morto. Na arqueologia, os sepultamentos individuais com acompanhamentos de artefatos e indícios de rituais, são considerados como indicadores do *status* do morto, pois, “[...] *ofrecen uma de las perspectivas más reveladoras del individuo y su nivel social*” (Renfrew e Bahn, 2011, p. 199).

Os registros de Montoya sugerem algumas transformações no tratamento funerário dedicado aos mortos pelos *Gualachos*. O primeira, diz respeito a abdicação de sacrifícios funerários, a qual, o jesuíta atribui a sua atuação, como considerou Moura (2013). A segunda transformação é o abandono da prática de cremação, que teria se dado pela adesão ao batismo e por consequência a ao sepultamento cristão, como no caso do primeiro sepultado na igreja da Redução de Concepción, uma criança de aproximadamente três anos.

²⁷⁰ Pormenorizada na parte dedicada ao território dos *Nerinhé*, a discussão sobre a homogeneização dos diversos grupos e a imprecisão espacial dos relatos de Montoya (se referindo a acontecimentos da região do rio Tibagi, para descrever os *Gualachos* de *Concepción*, no alto Piquiri), inviabiliza interpretações sobre distinção étnica com base em seus apontamentos. Mesmo considerando a presença de grupos Xokleng estreitamente relacionados aos Kaingang, na região de *Concepción de Nuestra Señora de Guañanos*, como sugere D’Angelis (2003), tanto o Tibagi como o médio e alto Piquiri, são espaços com histórico de ocupação majoritariamente de grupos Kaingang.

Cabe destacar que nesta situação, Montoya descreveu que entre os Gualachos havia um grupo de pessoas responsáveis pelo sepultamento dos mortos: “los enterradores y componedores destes lechos” (Montoya [1630] In: MCA I, 1951, p. 347). É possível que, esse grupo responsável pelo tratamento funerário entre os Gualachos equivalha ao que Nimuendajú ([1913]1993) distinguiu como a classe dos péñe (ou péin), entre os Kaingang.²⁷¹

A compreensão do jesuíta sobre a importância do sepultamento e do culto aos mortos entre os Gualachos, fez com que ele realizasse o sepultamento da criança, “[...] con el mejor ornato y solemnidad q pudo, de q se espantaron los gentiles y lo estimaron y desde entonces traen a sus hijos a baptizar sin dificultad.” (Montoya [1630] In: MCA I, 1951, p. 347). A estratégia do jesuíta parece ter sido exitosa, pois segundo o jesuíta, após este acontecimento, não houve dificuldade em realizar novos batizados.

Deste modo, é aceitável conceber que as honrarias funerárias despendidas a esta criança tenham incentivado a adesão ao batismo, já que o sacramento possibilitaria um sepultamento ritualizado, suntuoso e no espaço principal da Redução, a igreja. Tratamento funerário que até então, estaria reservado apenas para lideranças de prestígio entre os grupos *Gualachos*.

A estratégia de aproximação dos fundamentos cristãos às cosmologias indígenas também foi empregada pelo Pe. Chagas em Atalaia, quando na catequese abordou a imortalidade das almas. O tratamento mortuário dos Kaingang também despontou como tema, escrevendo o padre que, em seus enterros, colocavam “[...] ao pé do cadáver um facho acceso, para que, segundo diziam, pelos reflexos da luz subisse a sua alma ao Céu” (Lima, 1842, p. 59). É importante destacar, que embora sem a cremação, o elemento fogo se mantém como parte fundamental do sepultamento, para guiar a alma do morto para o mundo dos mortos.

Ao consultar os livros de registro de óbitos escritos pelo Pe. Chagas, Durat (2019), encontrou algumas anotações adicionais nos registros dos Kaingang aldeados em Atalaia. Dentre elas, o historiador destacou o sepultamento do jovem “Manuel Carí, com 14 anos de idade” (Durat, 2019, p. 133). Conforme o historiador, a anotação do padre informa que:

Aos dous dias do mez de setembro, aliaz aos seis dias do mez de setembro
anno de mil oitocentos e doze, nesta Povoação da Atalaya nos Campos de

²⁷¹ Os *Péñe* como escreveu Nimuendajú (1993) são classe que possuem funções rituais de destaque na celebração do *Kiki*, e no tratamento dos mortos e sepultamentos dos Kaingang, segundo o autor, “a classe dos *péñe* que é tida como grosseira e indiferente contra doença, imundice e feitiço” (Nimundajú, 1993, p. 62). Sobre os *péñe* (*péin*) ver Veiga (2000a; 2000b; 2016) e Fernandes (2003).

Guarapuaba, fallesceo da vida presente, depois de receber no Artigo de morte o Sacramento do Baptismo, Manuel Carí, índio Solteir, nacional do País, de idade que mostrava ser de quatorze annos. Foi por mim recomendado, **e seu corpo sepultado num cumulo de terra**, que a esse fim levantarão os mesmos índios junto a esta Povoação. Do que para constar faço este assento. (Lima, s/d, f.3v. *Apud* Durat, 2019, p. 133. Destaque de Durat).

Mesmo em situação de conquista, os Kaingang que estavam em Atalaia conservaram seu modo de sepultar e possivelmente mantinham seus rituais longe dos olhos vigilantes do Pe. Chagas, que, ao contrário de Pe. Montoya, não deu tanta atenção para as práticas funerárias, das quais, os montículos sepulcrais, marcaram a paisagem relacionada a ocupação Kaingang, desde São Paulo até o Rio Grande do Sul.

Em fevereiro de 1836, no Rio Grande do Sul, o engenheiro Mabilde encontrou um cemitério com sete sepulturas monticulares, dentre elas duas possuíam maior diâmetro que a descrita, conforme suas medições: “Os dois maiores tinham, um, quarenta e cinco palmos e meio e o outro, quarenta palmos de diâmetro. Os cinco túmulos menores regulavam ter vinte e oito palmos de diâmetro” (Mabilde, 1983, p. 102). Em 1850, quatorze anos depois, Mabilde voltou ao cemitério acompanhado do cacique Braga e alguns de seus homens, ocasião em que aquela liderança lhe explicou que, no túmulo pequeno:

[...] se achava deitado seu pai (tradução do intérprete) que tinha morrido em combate contra os botocudos [...]. Disse que o túmulo maior (o maior dos dois grandes) continha tanta gente morta, quanto tinha duas vezes dedo nas mãos e nos pés, mais tantos dedos quantos tinha nas duas mãos, e mais dois dedos (somando, fazia o número de 52 cadáveres, sepultados naquele túmulo) e que tudo era gente homens.

O outro túmulo (indicou-me com o dedo o menor dos dois grandes) continha tanta gente quanto tinha dedos nas mãos e nos pés, e mais quantos tinha nas duas mãos, menos um dedo (somando, fazia o número de 29 cadáveres sepultados neste túmulo) e que entre aquela gente homens havia duas mulheres dos homens que também lá estavam deitados mortos.

Os outros quatro túmulos, continuou o cacique, dos cinco túmulos menores, eram sepulturas de caciques principais, chefes de coroados que tinham morrido de morte (suponho que o intérprete queria dizer de moléstia ou de velhice) (Mabilde, 1983, p. 107).

As informações do cacique Braga, dissiparam as dúvidas de Mabilde. Tantos os homens quanto as mulheres que tiveram os corpos sepultados no complexo funerário, junto aos caciques principais, haviam sido mortos em combate, portanto, teriam recebido as mesmas honras mortuárias que os caciques principais.

Além da hierarquização no tratamento dos mortos, o registro de Mabilde (1983), apresenta uma possibilidade de ascensão pós-morte para quem morresse em combate, evidenciando a valorização das qualidades guerreiras e um possível motivador para adesão a guerra. Esta sugestão é aderente a interpretação proposta para sepultamentos coletivos de sociedades segmentárias na Arqueologia: “En sociedades relativamente igualitarias, se suele encontrar habitualmente el status adquirido-es decir, el rango conseguido por méritos del propio individuo (p. ej., em la caza) durante su vida – que refleja, muchas veces, em la práctica funerária.” (Renfrew & Bahn, 2011, p. 199).

Além disso, os relatos do Pe. Montoya de 1628, indicam que as cerimônias rituais e os aterros funerários eram honrarias destinadas a um grupo de prestígio, em geral pertencentes a linhagens de lideranças (caciques principais). No Rio Grande do Sul, da primeira metade do século XIX, como registra Mabilde (1983), os sepultamentos dos caciques principais eram realizados com “grande pompa”, sendo que:

No dia seguinte ao enterro do cacique principal e deste dia em diante, todos os moços das tribos subordinadas voltam ao lugar da sepultura do cacique e sobre ele amontoam terra, até formar um túmulo circular, de não menos de vinte e cinco palmos de diâmetro (e às vezes mais), com seis palmos de altura (Mabilde, 1983, p. 96).

A construção de um montículo funerário para o sepultamento de cacique também foi registrada no Paraná por Franz Keller ([1867]1974), quem descreveu de forma sucinta um o sepultamento de um cacique, ao que se indica, na região do Tibagi. Embora o autor não especifique o local onde ocorreu esse funeral, estima-se que tenha ocorrido nas imediações do Aldeamento São Pedro de Alcântara, na região do rio Tibagi, já que a menção ao sepultamento está no contexto em que trata dos Kaingang que vivem no entorno daquele antigo aldeamento. Seu registro foi extraído de suas *Noções sobre os indígenas da Provincia do Paraná* e inserido na publicação do *Boletim do Museu do índio*, de 1974, atual Museu dos povos Indígenas, no Rio de Janeiro, com introdução de Lêda Lovato.

Segundo Keller (1974), o corpo do cacique foi sepultado junto com as suas armas em uma cova pouco profunda, “[...] sendo depois por todos excavada a terra em ródá e amontoada por cima em forma de um túmulo elíptico de consideráveis dimensões” (Keller, 1974, p. 19). Infelizmente, Keller (1974) parece não ter observado práticas rituais entre os Kaingang, pois, como escreveu, “sobre o culto d’elles nada se sabe” (Keller, 1974, p. 17).

Entretanto, o sepultamento do cacique forneceu elementos comparativos do túmulo para que Franz Keller o relacionasse a outras estruturas semelhantes, com as quais já tinha se deparado pela Província do Paraná, segundo seu registro: “Esses túmulos de 10 e 12 metros de diâmetro, com valla em roda encontrão-se ainda bem conservados em toda parte nos Campos-geraes: assim os temos visto perto da cidade de Ponta-Grossa e entre a de Castro e o Ald.^{to} de S. Jeronymo.” (Keller, 1974, p. 19).

Diferentemente dos relatos de Montoya, os montículos escavados e descritos por Mabilde (1983) e Keller (1974) no século XIX, estão desconectados de informações sobre rituais funerários, aos quais deveriam estar associados, mas se tratava de sepulturas Kaingang, como asseguraram os estrangeiros.

Para a região que corresponde ao atual Estado do Paraná, a correlação entre o ritual e a construção dos montículos é retomada por Borba (1908), quando registra com grande detalhamento o ritual funerário e o sepultamento dos Kaingang na região do rio Tibagi, no século XIX. Segundo seus apontamentos:

Se morre, imediatamente o enterram, deitado, com sero arco, flechas, curú e machado, em uma cova superficial, forrada e coberta com madeiras e terra por cima destas; fazem seos vinhos e convidam os visinhos para levantar a sepultura, carregando terra em cestos, deitando-a sobre esta, até tomar a forma de uma pyramide cônica, de dous a quatro metros de altura e seis a oito de diâmetro na base; concluído este serviço, dirigem-se todos ao rancho de onde sahio o morto e principiam todos, sentados ao redor de um comprido fogo, a beber o *quiqui* e cantar as acções do morto; depois de já um pouco *quentes*, levantam-se cantando e dançando, aos saltos compassados, ao som do maracá (*xii*), vão dando volta ao grande fogo, e assim continuam, ora sentados, ora em pé, sempre cantando e sempre bebendo, até acabar o vinho; então, vão lavar-se ao rio e dormir. As mulheres, filhas, mãe e irmans do morto, choram-o ainda por muitos dias. Para as creanças não constroem estas pyramides; enterram-as em covas rasas e não fazem festa (Borba, 1908, p. 13).

A observação do ritual do *Kiki* e sua relação com a construções de sepulturas piramidais, certamente, contribuiu para que Borba interpretasse os diversos montículos cônicos que encontrou dispersos pelas áreas de faxinais do Tibagi. Conforme sua percepção, as estruturas estavam situadas, “[...] nos pontos mais elevados das cochilhas, principalmente nas imediações das grandes florestas de pinheiros; pela forma traziam-nos á memoria os tumulos Kainganges” (Borba, 1908, p. 124). Borba escavou alguns destes montículos, registrando a seguinte descrição:

[...] a um metro e cinquenta (1,50) de profundidade do solo, deparamos, com uma lage de quarenta centímetros de comprimento sobre trinta de largura; removendo-a, encontrámos: Carvão e cinsas sobrepostos a uma lage horizontal, e duas em sentido vertical. Depois temos procedido a outras excavações em montículos semelhantes, e o resultado tem sido idêntico. D’ahi a convicção de que estes montículos são túmulos ou sepulturas, de uma nação ou tribu que uzava a cremação de seos mortos. (Borba, 1908, p. 125).

Ao questionar a relação entre os montículos escavados e os túmulos piramidais que observou serem construídos pelos Kaingang, Borba se viu diante de um dilema: as evidências de cremação, o impedia de relacionar aquelas sepulturas a dos Kaingang, uma vez que, ele tinha observado em seu “presente etnográfico” que os Kaingang não cremavam seus mortos. Situação diferente da registrada pelo padre Montoya também na região do Tibagi, por volta de 1613.

Veiga (2016), oferece uma sugestão sofisticada para o dilema de Borba. Para a autora, a origem dos monumentos de terra está relacionada aos Kaingang, pois são eles “[...] dançam sobre os mortos”. Segundo sua suspeita, as evidências de cremação estariam relacionadas a distinção funerária dada aos *péin*:

Alguns Kaingang afirmam que os *péin* não podiam ser enterrados no cemitério junto com os demais porque eles comem os espíritos dos outros mortos. De algumas pessoas falecidas se diz que teriam sido enterradas num local à parte. [...] avento a possibilidade de que, no passado, os *péin* fossem cremados para não ameaçar os outros espíritos. (Veiga, 2016, p. 26).

Mesmo aberta as transformações, alguns elementos se mantêm nos sepultamentos, como a arquitetura funerária. Além disso, o fogo é um elemento central para realização do *Kiki*, como registrado por Borba. Em torno do fogo ele observou os Kaingang se reuniram para a realização do *Kiki*. Em sua etnografia, Veiga (2000a), explica que cada metade dos Kaingang tem seu fogo, além do terceiro que é destinado aos convidados do ritual e aos próprios mortos. Mesmo sem cremação, a relação do fogo com sepultado permanece, mas sobre outro aspecto, como discutirei na sequência.

Parellada (2005) traz um importante registro de um sepultamento coletivo Kaingang, descoberto no início do século XX. Conforme a arqueóloga, a escavação da sepultura foi realizada junto ao aldeamento São Pedro de Alcântara:

[...] com a construção da estrada de ferro São Paulo-Paraná, inaugurada em 1908, houve a escavação deste enterramento coletivo, e parte dos materiais foram encaminhados ao Museu Paranaense, sendo que algumas peças ainda fazem parte do acervo da instituição, inclusive uma lamparina romana, que evidencia o contato com os europeus. (Parellada, 2005, p. 110).

Conforme a autora, a pedido de Loureiro Fernandes, em 1941, um dos responsáveis pela obra, Luiz Sodré Swanson, elaborou duas ilustrações do sepultamento, uma planta e um perfil, as quais, podem ser vistas em Parellada (2005, p. 111-112). Conforme sua descrição:

O diâmetro total desse sepultamento coletivo tinha 7m, e o montículo central, largura de 3m e altura de 0,90m. Havia seis armações retangulares feitas em troncos de palmito, medindo 2m de comprimento por 1,20m de largura, e 1,50m de altura, onde foram inseridos os corpos estendidos. Estavam enterradas a 1,70m de profundidade, com distâncias simétricas e direcionadas a um ponto central. Em todos os sepultamentos há acompanhamento de vasilhas, possivelmente cerâmicas (o Museu Paranaense possui três), e de outros objetos que possivelmente sejam diferentes devido ao sexo do indivíduo. Assim, os supostos masculinos seriam sepultados com arcos, flechas e recipientes variados, e os femininos, com vasilhas, uma inclusive globular, e em um deles, com uma criança ao lado (Parellada, 2005, p. 111).

O sepultamento coletivo descrito por Parellada (2005), não difere significativamente sepulturas dos Kaingang descritas por Nimuendajú ([1913]1993):

Os *kaingang* do Paraná fazem as sepulturas de uma fundura de 1,70 a 1,80m. Estivam o fundo com bicas de coqueiro, cercam a estiva com estas à pique bem unidas e forram esta catacumba que cobrem também com bicas, com folhas de caeté, para a terra não chegar no cadáver. Por cima ajuntam a terra na forma de um túmulo de 1 a 2 metros de altura. Deitam o cadáver em posição natural, de costas, estendido, dando-lhe junto na sepultura roupa, armas e enfeites e, se é uma criança ainda e não sabe fazer fogo, dão também um tição de fogo. Quando se leva o cadáver de uma criança ao cemitério, os que vão não pintam a cara, mas cantam muito, justamente porque é criança é muito arriscado de errar o caminho quando vai ao toldo dos defuntos. (Nimuendajú, 1993, p. 63).

Como fica evidente, é possível comparar vários elementos que se convergem nas descrições de Parellada (2005) e de Nimuendajú (1993), como a profundidade da cova, as armações de troncos de coqueiros e os acompanhamentos funerários. Entretanto, há uma transformação significativa, propiciada pela proximidade da sepultura descrita por Parellada

(2005), e o Aldeamento São Pedro de Alcântara, considerada pela arqueóloga como evidência do contato.

Veiga (2000a) afirma que os mortos aceitam inovações, entretanto, ao mesmo tempo, considero esta transformação um indício de uma permanência dentro da lógica Kaingang: a lamparina, em substituição ao tição de fogo, descrito por Nimuendajú (1993) para iluminar a jornada da criança, ao qual também se referiu o Pe. Chagas Lima (1842, p. 59).

Veiga (2000a) categorizou o cemitério (*véntkej*) literalmente como “[...] o lugar da sepultura” (Veiga, 2000a, p. 161). Além disso, a antropóloga traz a descrição de um sepultamento ocorrido também na região do Tibagi, registrado pelo frei Luís de Cemitille, por volta do ano de 1880. Dentre outros aspectos, descrito pelo frei Cemitille, que igualmente poderiam ser comparados com as descrições de Nimuendajú (1993) e Parellada (2005), destaco que, junto ao corpo, “[...] colocam todas as suas armas e um tição de fogo aceso” (Cemitille, 1882. *Apud* Veiga, 2000a, p. 165).²⁷²

Desta forma, sugiro que pensar as transformações destes contextos funerários seja uma chave interpretativa para se refletir também sobre as continuidades nas práticas funerárias dos vários grupos que integram a macrounidade étnica Kaingang, podendo essa reflexão subsidiar projeções sobre as estruturas funerárias evidenciadas pela arqueologia.

Portanto, para pensar os montículos como os dos sítios PR UV 7: Wur e os do sítio Santa Rita, assim como as dos aterros anelares dos sítios Faxinal da Boa Vista 1, Faxinal Saudades de Santa Anita 1 e do Aterro Foz do Cavernoso, é imprescindível recorrer aos registros etnográficos e as análises da etnologia Kaingang sobre o ritual do *Kiki*, a partir de uma abordagem interdisciplinar, como já apontaram Corteletti *et al.*, 2016; Tommasino, 2016; Veiga, 2016.

Nimuendajú ([1913]1993), indica que na região do Ivaí, o ritual do *Kiki*, se dava geralmente uma vez por ano, “logo que o milho na roça dá para fazer a bebida *Kikí*, uma espécie de canjica com mel, fermentada” (Nimuendajú, 1993, p. 67). As considerações realizadas pelo autor, embora não seja pormenorizada nos detalhes do ritual, apresenta uma análise ampla de

²⁷² Em sua etnografia do Aldeamento de São Pedro de Alcântara, Amoroso (1998), aborda a movimentação dos Kaingang do Piquiri, Ivaí e de Guarapuava no aldeamento para participação, do ritual do *Kiki*, que segundo a autora, ocorriam anualmente, no período da colheita, como indicaram suas fontes. A autora, destaca a importância do culto aos mortos (festa do *Kiki*), concebendo que para a sociedade Kaingang, os rituais de nomeação das crianças e os funerais constituem-se como espaços “privilegiados para a reprodução dos princípios básicos da sociedade, reafirmação das alianças e dos papéis sociais.” (Amoroso, 1998, p. 140).

como a temática da morte e outras práticas a ela associadas funcionam como eixo principal da organização sociopolítica dos Kaingang.

Conforme suas considerações, para a realização do ritual, foram convidados grupos vizinhos, situação que o etnógrafo atribuiu a falta de pessoas capacitadas para realização do ritual, mas que apontam para outra característica percebida desde Montoya, a sociabilidade com grupos vizinhos.

A organização do ritual do *Kiki*, segundo Nimuendajú (1993), era atribuições do “*Paí* mais acreditado de cada clã nomeia as pessoas para trazer mel e outro material para a festa.” (Nimuendajú, 1993, p. 67). A designação *Paí* categorizada por Nimuendajú como o organizador da festa, refere-se à categoria *Põ’í* que diz respeito aos chefes dos grupos e/ou chefia principal de conjuntos de *Põ’í*, como explica Fernandes (2003), no *Põ’í* se “funde autoridade e prestígio político-religioso” (Fernandes, 2003, p. 149).

Conforme as notas de Nimuendajú (1993), durante o ritual do *Kiki*, de “madrugada tem lugar a cerimônia de “sentar no *kurú* branco”, uma espécie de veneração à classe dos *Paí*.” (Nimuendajú, 1993, p. 68). A cerimônia descrita pelo autor, sugere que também era no *kiki* que se legitimava o poder dos *Põ’í* perante os grupos presentes.

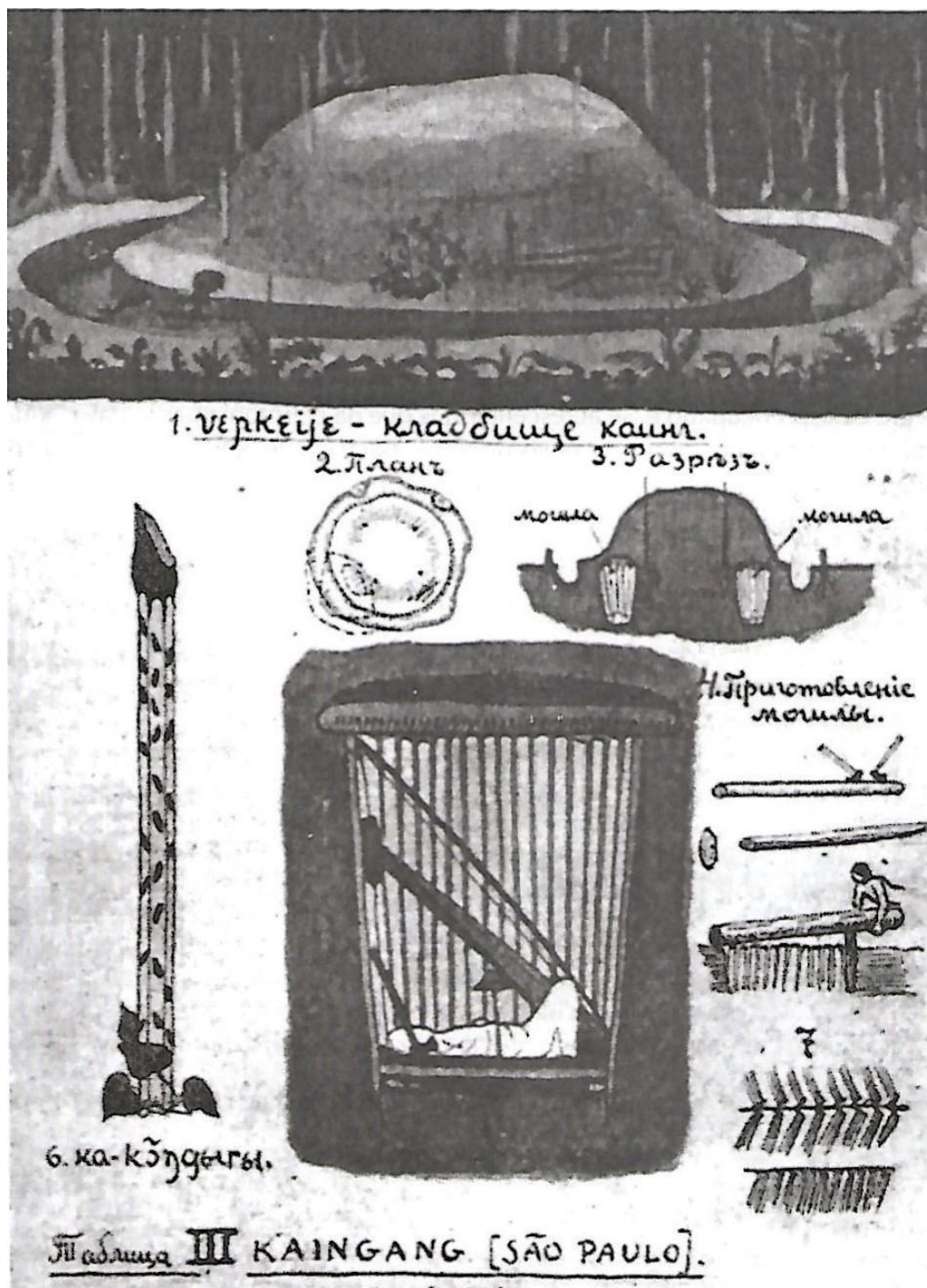
Em Nimuendajú (1993), há diversos aspectos da organização dos Kaingang que estão estreitamente relacionadas ao ritual dos mortos ou seus sepultamentos. Os apontamentos do etnógrafo alemão, destacam-se por evidenciar a abrangência do ritual do *Kiki* sobre a organização social e política dos Kaingang.

Conforme destacou Veiga (2000a) o etnólogo russo Henrich Henrikhovitch Manizer foi o primeiro a registrar em detalhes consideráveis o ritual do *Kiki* entre os Kaingang de São Paulo, quando esteve entre eles, entre o fim de 1914 e início 1915. Como discutirei adiante, em Manizer (2006), encontra-se uma transformação do *Kiki*, que se contrasta com a etnografia mais recente, a de que o *Kiki* seria preferencialmente realizado no inverno, enquanto o russo, registra a realização do *Kiki* na transição da primavera para o verão.

Segundo Manizer (2006), após a beberagem do *kiki*, realizado no dia 18 de dezembro de 1914, o Kaingang Dovari adoeceu fulminantemente, o que o levou a óbito no dia 24 de dezembro do mesmo ano. Seu sepultamento foi acompanhado por Manizer, que o descreve: “A julgar pelos tocos de árvores, o cemitério foi estabelecido sobre a localização de uma floresta de palmeiras, no meio da mata. [...] No centro, elevam-se dois altos montículos (túmulos) aterrados com terra vermelha, rodeados de fossos de paredes verticais” (Manizer, 2006, p. 45).

Conforme o etnólogo, os ritos funerários do sepultamento variam de acordo com a importância do morto, sendo a construção do montículo marcador desta distinção. A ilustração do autor deixa claro que não se tratava de simples túmulo de terra, mas de um monumento funerário (figura 82).

FIGURA 82. ILUSTRAÇÃO DO MONTÍCULO FUNERÁRIO DOS KAINGANG DE SÃO PAULO FEITA POR MANIZER



Fonte: Manizer (2006, p. 47).

Assim, como em Borba (1908), em Manizer (2006), a realização do *Kiki*, está atrelada a ocasião da construção e manutenção dos montículos, contexto muito semelhante ao ritual funerário dos *Gualachos* registrados por Montoya ([1628]; [1630] In: MCA I, 1951), onde a bebida fermentada com mel, assim como o *Kiki*, também era consumida durante o ritual fúnebre. Nos três autores, se mantem a relação entre o culto aos mortos e a construção de montículos funerários. Assim como o jesuíta, que registrou que os *Gualachos* a “*Cada año limpian aquel lugar sus deudos. y sus Casiques hacen un montón de tierra sobre la sepultura.*” (Montoya [1628] In: MCA I, 1951, p. 297-298). Manizer (2006) também destacou que a sepultura não é esquecida, pois os Kaingang retornam a ela:

[...] em épocas determinadas, a fim de recobrir de novo, de terra, o montículo (túmulo) cuja superfície possa ter sido abaixada pelas chuvas. Durante esses retornos ao cemitério celebra-se um serviço comemorativo de ritos complicados: a festa do *Kiki* (Manizer, 2006, p. 51).

Separados por quase trezentos anos, o relato de Pe. Montoya, de 1628, e o de Manizer, em 1915, demonstram a permanência do culto à memória dos mortos e a reconstrução do montículo funerário como uma invariante no tempo e no espaço. Todavia, em Manizer (2006), é elucidado que a construção dos montículos está relacionada a realização do *Kiki*, também celebrado com alguma recorrência cíclica para cultuar seus mortos.

O pesquisador russo, atenta para o fato de que: “Os ritos funerários variam conforme a importância da pessoa falecida. Dizem os empregados que acontece de se enterrarem as mulheres em qualquer lugar na terra (e não no cemitério), e isto sem nenhuma cerimônia” (Manizer, 2006, p. 49).

A indicação do autor, conflui com a de Borba (1908), sugerindo que os montículos eram erguidos para homens, porém ele não menciona distinção hierárquica dos mortos. Destarte, fica evidenciado que os sepultamentos em montículos, assim como a realização do *Kiki*, estão associados ao prestígio do morto para a sociedade Kaingang.

Como indicam as considerações de Mabilde (1983), esse prestígio não era determinado apenas pela linhagem hereditária de lideranças, ou restrita aos homens, mas a qualquer membro do grupo que adquirisse esta ascensão em vida, que como aponta o autor, poderia ser obtida por através de suas qualidades guerreiras.

Como constatado pelo Pe. Montoya, entre os grupos Gualachos, as mulheres não estavam subordinadas aos homens, mais do contrário, tinham autonomia semelhantes à de seus caciques para visitar até grupos rivais, o que não era permitido para outros membros do grupo. Mais de trezentos anos depois, Baldus (1937), aponta no mesmo sentido, de que as mulheres Kaingang não ocupam posição inferior, mas de igualdade, inclusive depois de mortos, “[...] mulher e homem são igualmente tratados e temidos da mesma maneira” (Baldus, 1937, p. 42). Desta forma, concebe-se que as mulheres também recebiam horárias mortuárias e sepultamentos em montículos, como contou o cacique Braga para Mabilde (1983).

Dentre outras considerações sobre o *kiki* e a temática da morte entre os Kaingang realizadas por Manizer (2006), destaco: a) A rememoração dos Kaingang sobre seus parentes mortos; b) As pinturas corporais exclusivas para funerais e ofício dos mortos; c) As pinturas de copo inteiro foram observadas apenas no retorno dos cemitérios após o *Kiki*, como forma de prevenção a morte imediata que poderia ser causada pelo espírito maligno do morto; d) O suicídio como possível vingança, uma vez que, o suicida morto é uma ameaça potencial para os que lhe ofenderam em vida; e, e) Que embora o ritual ocorresse com recorrência, também era realizado durante a transição da primavera para o verão, no mês de dezembro.

Nas etnografias mais recentes, a realização do *Kiki* é registrada como um ritual que ocorre anualmente, como destaca Crépeau (2002). Porém, como já havia afirmado Veiga (2000a), também pode ocorrer com intervalos maiores. Em contraste, mas sem contradição com as informações de Manizer (2006), Veiga (2000a; 2000b) afirma que a realização do ritual seria preferencialmente durante o inverno e estaria associada a uma época de abundância, ocasionada pela maturação do pinhão e do milho, e disponibilidade de mel, essencial para a produção do *Kiki*.

Como discutido ao tratarmos das Campanhas de Afonso Botelho, em dezembro de 1771 havia muita disponibilidade de pinhão, milho e mel armazenados nos ranchos. Segundo o levantamento das variedades de pinhão realizada por Parellada (2005), a variedade *Indehiscens Mattos*, conhecido como “pinheiro de macaco”, que possuem pinhões vermelhos, frutificam entre setembro e janeiro, indicando o acesso a esse recurso, que assim como variedades de milhos coloridos, e o mel de abelhas nativas, também foram encontrados armazenados em porungas pelos integrantes da expedição de Botelho nos *Koran-bang-rê*. Estas informações indicam, que no momento anterior ao processo de conquista, a realização do *Kiki* não deveria estar restrita ao período do inverno, pois os grupos Kaingang detinham condições materiais para o realizarem em outras épocas do ano, atendendo a imprevisibilidade da morte.

Em conformidade com o relatado por Manizer (2006), no que se refere a pintura realizada para o *Kiki*, ação que incorpora as marcas das metades clânicas nos Kaingang, Veiga (2000b) afirma se tratar de proteção contra os espíritos, pois, aos olhos dos *Kujá*,²⁷³ as pinturas distinguem os mortos dos vivos, pois só os vivos possuem corpos para serem marcados.

Assim como Nimuendajú (1993), Veiga (2000a; 2000b) também ressalta que o mundo dos mortos, ou o *nũgme*, como escreveu Rosa (2005), é apenas uma outra aldeia, mencionada pelos Kaingang como o lugar para onde os parentes “íngrats” desertaram. Essa mobilidade equivale ao rompimento com a comunidade de origem, de modo que o morto converte-se em potencial agente aliciador da passagem dos parentes para o mundo dos mortos. Nesse sentido, se recorrermos a um tema sensível para os Kaingang, o qual é frequente na etnografia de Manizer (2006), o suicídio pode ser entendido como o rompimento extremo, motivado pelo conflito, pois, conforme fica sugerido, o ato:

[...] tem relação com o medo do defunto, muito difundido entre os índios, com sua crença de que é sobretudo depois da morte que o homem se torna perigoso para aqueles que o ofenderam. O que parece corroborar essa opinião são as palavras de um ancião que, no seu leito de morte, ameaçava se vingar dos seus inimigos [...] Se é, de fato, assim, explicam-se sem dificuldade os esforços que empreendem todos os habitantes para prevenir um suicídio: o interesse geral exige que ele não seja levado a cabo (Manizer, 2006, p. 40).

A distinção entre os pintados (vivos) e os não pintados (mortos), como explica Veiga (2000a; 2000b), assim como a diferença das marcas entre as metades, reproduz a assimetria e a complementaridade tão significativas para a organização Kaingang. Desta forma, a ideia de que o morto possa se converter em potencial inimigo pode colaborar a entendermos a necessidade de dedicar-lhes as homenagens no *kiki*, em razão que, é no âmbito do ritual, que se reestabelece a aliança com os mortos. Ou como explica Rosa (2004), para que se restaure o desequilíbrio causado pela morte, “[...] por isso eles realizam o ritual do Kiki para acalmar as almas e reestabelecer a paz” (Rosa, 2004, p. 214).

²⁷³ Entre os Kaingang, o *Kujá* ou *Kuiã* se aproxima da ideia de xamã, são eles e elas que transitam pelos espaços do mundo dos vivos e dos mortos, conhecem o mundo dos humanos e não-humanos, fazem previsões, realizam curas e tem papel central no ritual do *Kiki*. Em sua tese, Fernandes (2003), define que *Kuiã*, corresponde a uma “categoria religiosa que incorpora propriedades políticas”. (Fernandes, 2003, p. 153). Sobre os *Kujá*, ver: Veiga (2000a), Fernandes (2003), Rosa (2005), Giordano (2025), dentre outros.

Laroque (2006), ao abordar os territórios Kaingang do atual Estado de São Paulo no início do século XX, apresenta um bom exemplo de que o exercício da política durante o *Kiki*, não era só com os mortos, ou com grupos que mantinham relações amistosas, mas também um espaço de conciliação de grupos que mantinham desavenças, deixando os não-indígenas servidores do SPI em constante tensão pela possibilidade do conflito de grupos rivais.

Fernandes (2003) já havia alertado para a dimensão política do ritual do *Kiki*. Em formulação mais atual, o autor reforça que a realização do ritual pode ser compreendida “[...] como um mecanismo de articulação entre diferentes comunidades, pois para sua realização é necessária a presença de várias terras indígenas.” (Giordano, 2025, p. 132). Retomarei essa concepção adiante, por enquanto, destaco que entre os Jê no Sul / Kaingang, a mobilização de diversas comunidades para participação de celebrações de rituais funerários remonta ao século XVII, como registrado por Montoya entre os Gualachos.

O autor também explica que o *Kikikoia*, a festa do *Kiki*, passou por diversas transformações ao longo do tempo, porém, “o *Kiki* se manteve como um centro de referência ritual” (Fernandes, 2003, p. 44). Crépeau e Rosa (2018) destacam algumas destas transformações ocorridas ao longo do XX e XXI.

No âmbito arqueológico, Brochado (1984) indica que os padrões de enterramentos relacionados ao conjunto ceramista Pedra de Caboclo, relacionado aos Jê, também foram transformados ao longo do tempo e do espaço.²⁷⁴ Sendo que para o autor, abaixo do Trópico de Capricórnio os,

[...] sepultamentos em montículos de terra, às vezes cercados por muros de terra, são bastante comuns desde períodos antigos em diante (750-850 d.C.; Cantu, Candí, Caxias e Eldoradense), mesmo que não estejam obviamente relacionados a qualquer tipo de cerâmica (por exemplo, Andirá e Ijuí). Também ocorrem sepultamentos diretos e estendidos em cavernas (por exemplo, Cai; 1100-1500 d.C.) (Brochado, 1984, p. 214. Trad. nossa).²⁷⁵

²⁷⁴ Segundo o autor, pequenas cavernas e abrigos sob rocha foram utilizados como locais de sepultamentos, sendo que, da região nordeste até próximo do Rio de Janeiro foram encontrados sepultamentos diretos, com corpos estendidos ou flexionados, com ocorrência de cremação em alguns casos, mas em geral, envoltos em tecidos. Também foram encontrados sepultamentos relacionados a Pedra do Caboclo com o morto na posição de cócoras, com a cabeça coberta por pote de cerâmica. Ainda conforme Brochado (1984), também foram identificados sepultamentos associados à Tradição Uma e Pedra do Caboclo, que foram cremados e, posteriormente, sepultados em urnas, que podem ser indícios de influência Tupinambá. Para essa discussão, ver capítulo 8 de Brochado (1984).

²⁷⁵ Original: “[...] burials in earth mounds, sometimes surrounded by Earth walls, are fairly common from early times onward (A.D. 750-850; Cantu, Candí, Caxias, and Eldoradense), even if they are not obviously related to any pottery (e.g., Andirá, and at Ijuí). Direct extended burials in caves also occur (e.g., Cai; A.D. 1100-1500). (Brochado, 1984, p. 214).

No município de Sengés (PR), também foram encontrados sepultamentos no Abrigo Pontão, como discutiu Parellada (2005). O sítio apresenta duas ocupações, a mais antiga relacionada aos grupos de caçadores-coletores da Tradição Umu, e uma ocupação ceramista Itararé-Taquara, “[...] que teriam sepultados os mortos junto ao paredão de arenito.” (Parellada, 2005, p. 201).

Mesmo sujeitas às transformações, ou às dinâmicas, como escreveu Baldus (1937), tanto as evidências materiais resultantes das pesquisas arqueológicas, quanto as perspectivas da etnologia, podem nos dar a dimensão do lugar dos seus ancestrais mortos, pois seus sepultamentos referenciam seus territórios, marcados na paisagem por suas sepulturas e centros cerimoniais.

Se não há registro etnográfico que indique construções ou espaços específicos de centros cerimoniais entre os Kaingang, como afirma Souza (2012), a etnografia de seus sepultamentos e rituais, assim como os registros de seus túmulos, e as análises etnológicas sobre o ritual do *Kiki*, indicam a centralidade da morte na cosmologia Kaingang. Assim como a cultural material, aqui considerada pela elaboração arquitetônica dos aterros anelares e dos montículos funerários, os quais estão relacionados ao culto aos mortos, portanto, a “[...] cultura espiritual” dos Kaingang, como escreveu Baldus (1937), está sujeita às transformações, mas conforme sugere o autor, na cultura espiritual, estas ocorrem de maneira mais lenta.

Desta forma, mesmo que com algumas modificações, os Kaingang mantiveram suas sepulturas monticulares até o século XX, apesar da dinâmica de transformações da conjuntura temporal por qual atravessaram. Contudo, é evidente que entre os Kaingang, mesmo que com algumas transformações, se manteve o culto a seus mortos, que segundo Hebert Baldus, é “[...] a base e a expressão mais forte da sua cultura espiritual” (Baldus, 1937, p. 33). Para Ricardo Cid Fernandes Giordano, esta definição é validada pela “extensa produção acadêmica dedicada à análise do culto aos mortos entre os Kaingang” (Fernandes, 2003, p. 44).

A afirmativa de Baldus (1937) se potencializa pela definição de cultura, que, segundo ele, é utilizada pelos etnólogos, sendo “[...] a expressão harmônica total do sentir, pensar, querer, poder, agir e reagir de uma unidade social, expressão essa que nasce de uma combinação de fatores hereditários, físicos e psíquicos, com fatores coletivos morais” (Baldus, 1937, p. 17).

Em análise mais recente, amparado em sua etnografia do início do século XXI, e comparando as considerações realizadas sobre a atuação do *Paí* no ritual do *Kiki* por Nimuendajú (1993), Giordano (2025), reforça a compreensão, de que o ritual e política estão

unidos de maneira indissociável, pois como destacou o etnólogo, a categoria *Põ'í* designa conjuntamente o dirigente do ritual e a chefia política:

A utilização de uma mesma categoria para designar os chefes políticos e os *cabeças* do *Kiki* sugere que esse ritual contém uma importante dimensão política. Com efeito a realização do *Kiki* pode ser analisada como um mecanismo de articulação entre diferentes comunidades, pois para sua realização é necessária a presença de participantes de várias terras indígenas. (Giordano, 2025, p. 132).

Deste modo, os *Põ'í* articulam várias comunidades para a realização do *Kiki*, incluindo comunidade de seus ancestrais mortos. Considerando os apontamentos de Nimuendaju (1993), Veiga (2000a; 2000b) e outros, de que os mortos também possuem suas aldeias, (onde algumas coisas são invertidas), é oportuno pensarmos na organização política-espacial de outros povos Jê que ainda mantêm aldeias circulares e com casa dos homens no lugar central, além de alguns ranchos mais dispersos, como pude observar em uma visita em novembro de 2019 à aldeia *Nãssepotiti*, na Terra Indígena Panará, as margens do rio Iriri, na divisa entre Mato Grosso e Pará, onde vivem os indígenas Kren Akarore ou Panará.

Embora atualmente os Kaingang não possuam mais aldeias circulares, como outros povos Jê, do centro-oeste do Brasil, em alguns sítios arqueológicos Itararé-Taquara esta forma foi reconhecida pelas pesquisas arqueológicas nos *Koran-bang-rê*. Destaco a pesquisa coordenada por Parellada (2007), que identificou sítios por ela classificados como aldeias, alguns com formato circular, sendo identificadas por imagens de satélites, fotografias aéreas e na disposição dos vestígios encontrados pela arqueóloga.

É possível que a arquitetura dos aterros anelares reproduza a organização das aldeias antigas dos Kaingang, que, no caso dos mortos, corresponde a *weinkuprĩng iamõ* (Aldeia dos espíritos), como explicou Veiga (2000a). Segundo a autora, o mundo dos mortos “[...] é o mundo Kaingang conservado como no passado.” (Veiga, 2000a, p. 176).

Deste modo, concebe-se que o montículo central, a “casa do morto”, simbolicamente corresponda ao centro da aldeia, que, em outros grupos Jê, como os Kren Akarore (Panará), equivale à casa dos homens, o ponto central da política. Nestes espaços de poder, se tomam as decisões que implicam em alianças ou rompimentos, portanto no ritual fúnebre, se amplia a política, se estende a atuação dos *Põ'í* dos vivos e os *Põ'í* dos mortos, reestabelecendo a aliança entre os habitantes das *emã* (aldeias) dos vivos e das *emã* dos mortos, ou seja, de seus ancestrais.

Esta analogia entre a *emã* dos vivos e as *emã* dos mortos, não nos parece descabida, pois as análises etnológicas apontam que, o espaço ritual também era um espaço de política, onde se reuniam grupos de alianças e mesmo grupos que mantinham rivalidades, um espaço de poder. Como indica Baldus (1937), o morto é o detentor do poder sobrenatural, por isso é cultuado. Se os vivos se mobilizam para dar uma boa festa do *Kiki*, os mortos se solidarizam para atuar sobre as questões que comovem aos vivos, formando alianças para resolução de demandas que lhes são comuns, como manter seus domínios territoriais, demarcados por suas sepulturas ou retomá-los.

Os Kaingang de Iraí, no Rio Grande do Sul, consideram que o cacique Nonoai, mesmo falecido, atuou para retomar as terras para os Kaingang, como informou o Kaingang João Carlos Kanheró,²⁷⁶ a Rogério Rosa (2004).

Na concepção de Kanheró, explicada por Rosa (2004), o Cacique Nonoai transcendeu a morte e foi aliado dos vivos na luta pela terra, esta formulação, que evidencia a aliança entre os vivos e os mortos, está presente no ritual do *Kiki*:

[...] no qual os vivos e os mortos antigos se solidarizam, no qual também os vivos se responsabilizam em mandar para o *numbê* seus recém-mortos, através do ritual da luta estendem seus laços de solidariedade, de coesão, ou seja, a luta se torna o pano de fundo no qual, seguindo a cosmologia lunar Kaingang, os vivos e os mortos vão representar os seus papéis para movimentar o tempo. (Rosa, 2004, p. 244).

Em sua análise, Rosa (2004) alcança o ponto que considero fundamental para compreendermos a luta dos Kaingang de Guarapuava pelas suas terras de Sepultura no século XIX:

Se outrora – na época dos *tronco velho* – os Kaingang se regeneravam no tempo através das narrativas mitológicas, na realização de complexos rituais para seus mortos, no presente, transcendem a vida através da mobilização política e religiosa em torno da reconquista da terra, dos quinhentos anos da chegada dos europeus à América e ao Brasil, enfim, o ritual da luta pela terra. (Rosa, 2004, p. 245-246).

Crépeau & Rosa (2018), destacam a retomada do ritual do *Kikikoia* na Terra Indígena Chapecó a partir de 1976, quando os Kaingang buscavam garantir território que havia sido

²⁷⁶ Conforme Rosa (2004), João Carlos Kanheró o Kaxú, nasceu na área indígena do rio da Várzea, no Rio Grande do Sul, na época estava com 80 anos de idade.

reduzido, conforme os autores: “Os Kaingang foram bastante explícitos a esse respeito ao associar a realização do Kikikoi a um dever de memória, bem como à proteção e à recuperação de suas terras ancestrais” (Crépeau & Rosa, 2018, p. 03. Trad. nossa).²⁷⁷

Se o ritual do *kiki* é um dever de memória que reforça a luta pelo domínio e manutenção de seus territórios, os *véntkey* (cemitério), “o lugar da sepultura” (Veiga, 2000a, p. 161), como montículos e os aterros anelares, se constituem como monumentos que evocam esse passado na memória coletiva Kaingang, ao mesmo tempo que marcam na paisagem sua territorialidade.

No Estado do Paraná, os Kaingang da Terra Indígena Boa Vista – aldeia *Kó Homũ*-, após retornarem para suas terras de origem, depois terem sofrido transferência forçada para a TI Marrecas durante a tutela administrativa do SPI, no século XX, evocaram a memória sobre as sepulturas de seus mortos para reivindicar seus direitos territoriais, e sepultar seus mortos no cemitério dos antigos:

[...] as lideranças se mobilizaram no sentido de enterrar estas pessoas no antigo cemitério Kaingang, localizado próximo a Sede de Kó Homũ, mas com acesso restrito aos indígenas, pois sob domínio privado de fazendeiros. Apesar da Terra Indígena Boa Vista ter sido declarada Kaingang, a área desse cemitério, onde estão enterrados os antigos, é atualmente utilizada para cultivo de eucalipto. O cacique Cláudio nos enfatizou que apesar da posse do não indígena, tem lutado para realizar, desde 2007, os enterramentos nesse local. Para tanto, teve que enfrentar a resistência do encarregado da fazenda e as ameaças dos proprietários. Mesmo diante desta pressão, o cacique atendeu ao desejo desses indígenas mais velhos cujos ossos repousam, agora, junto a seus antigos. (Biolotus, 2020b, p. 67).

Como discutido por Paulo Góes & Rodrigo Graça em Biolotus (2020a), é evidente a relação entre a territorialidade Kaingang e o local dos ritos relacionados a morte, assim como os locais onde são enterrados seus umbigos, estabelecendo que as sepulturas de seus antepassados consistia em “[...] um fator de máxima importância para os Kaingang e os motiva a retomar áreas quando necessário” (Biolotus, 2020b, p. 68). A análise realizada pelos autores do estudo aponta que a reivindicação desse território, abarcado no recorte espacial, mas não temporal desta pesquisa, encontra-se arraigado na sociocosmologia Kaingang, no vínculo estabelecido entre as sepulturas de seus antepassados e sua territorialidade. Tais evidências

²⁷⁷ Original: “Les Kaingang furent tout à fait explicites à ce sujet en associant la réalisation du Kikikoi à un devoir de mémoire ainsi qu’à la protection et la récupération de leurs terres ancestrales” (Crépeau & Rosa, 2018, p. 03).

coadunam com o argumento levantado nesta tese em relação às lutas pelos territórios de Sepulturas pelos Kaingang nos *Koran-bang-rê*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já explicado ao longo desta tese, a problemática desta pesquisa pode ser resumida a uma única questão: “Por que guerreiam os Kaingang dos *Koran-bang-rê*?”²⁷⁸ Compartilho do entendimento de Fernandes & Góes (2022), quando estes alertam para o fato de que: “Qualquer generalização sobre a presença dos Kaingang no Sul do Brasil será limitada” (Fernandes & Góes, 2022, p. 37). Contudo, para tentarmos solucionar a uma questão que perpassa por séculos, recorreremos a algumas generalizações sobre os grupos que integram a macrounidade étnica Kaingang, verificando a importância que estes atribuem a seus mortos e a sepulturas de seus antepassados, além da relação intrínseca entre as sepulturas e sua territorialidade.

A chave interpretativa desta relação foi encontrada no processo reivindicatório dos Kaingang pelas terras de Atalaia e Sepultura, iniciado, no mínimo, desde a década de 1840, como apontou a documentação manuscrita disponível no Arquivo Público de São Paulo, mas, que se estende até a demarcação do Aldeamento Marrecas em 1880, atual Terra Indígena Marrecas, - Paraná, como foi discutido no segundo capítulo.

Para guiar essa proposição, discutimos os dados históricos, arqueológicos e etnológicos em uma análise de coalizão, objetivando uma interpretação colaborativa entre as disciplinas. A partir desta perspectiva de análise, discutida no quarto capítulo, foi apontado que é da memória de Sepultura, que os diversos grupos que compõem a macrounidade étnica Kaingang formaram aliança para a maior mobilização Kaingang do século XIX, a reivindicação das terras de Sepultura.

[...] havia os índios “mansos” e os “bravos”. Estavam mobilizados os Kaingang de vários grupos, desde os pertencentes ao grupo do cacique Viri, de Palmas, os que viviam nos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo, no norte da província, até os dos campos do Mourão, no centro da província. Foi uma mobilização da etnia Kaingang em todo o Paraná (Mota, 2000a, p. 102).

²⁷⁸ Obviamente, que as guerras dos Kaingang ocorreram por diversas motivações, internas e externas.

As discussões historiográficas realizada em diversos trabalhos de Lucio Tadeu Mota, citados ao longo desta tese, dentre os quais destaco, Mota (1994; 2000a; 2000b, 2016, 2022b, 2023b), assim como Mota & Novak (2008) e Durat (2019), que afirmaram que o território de Sepultura consistiria em cemitérios, portanto, lugares sagrados dos Kaingang, é correta. Contudo, buscou-se neste estudo discutir a importância das Sepulturas, combinando perspectivas da história, da arqueologia e da etnologia, a fim de demonstrarmos a dimensão cosmológica da reivindicação dos Kaingang, que insistiram pelas terras de Sepultura.

Portanto, para responder à pergunta que titula esta tese, desataca-se que: os Kaingang que reivindicavam Sepultura, guerrearam não somente por suas terras, mas por seus centros rituais, onde se reuniam com seus aliados mais poderosos, os Kaingang da *weinkuprĩng iamõ* – a aldeia dos espíritos. No segundo capítulo, a partir da análise de Fernandes (2003), destaquei os requisitos políticos que Francisco Gacom atendia como *Põ'í* principal dessa mobilização. Para atingir uma adesão tão grande, capitaneando outros *Põ'í*, é possível que Francisco também fosse detentor de prestígio religioso, provedor da organização do *Kiki*. Desta forma, considera-se que, entre os aliados de Gacom, também estavam os Kaingang da *weinkuprĩng iamõ*, por isso, ele foi legitimado como o *Põ'í* principal dos vivos.

Analizados de maneira isolada, os dados históricos apresentados no segundo capítulo, marcado pelos registros do processo de conquista, somados ao grande volume de dados obtidos a partir das pesquisas arqueológicas, apresentados de maneira exaustiva no terceiro capítulo, não alcançam uma interpretação capaz de subsidiar a escrita da história dos Kaingang nos *Koran-bang-rê*. No entanto, somadas as contribuições da etnologia, sob uma perspectiva colaborativa entre as disciplinas, essas corroboram para construção de um entendimento amplificado da história dos Kaingang deste território étnico, como foi demonstrado no quarto capítulo, a partir de uma análise integrada destas perspectivas.

Mais do que apontar para o fundo cosmológico e político que envolveu o processo das reivindicações de Sepultura no século XIX, a análise apresentada indica que no século XVIII, os diversos grupos da macro unidade étnica Kaingang formaram um bloco para impor derrota às campanhas lideradas por Botelho. Os registros do século XVII apontam que os grupos generalizados como “Gualachos” pelos jesuítas, atribuíam atenção especial aos seus sepultamentos e rituais funerários. Além de indicar que estes grupos habitaram um mesmo espaço em períodos distintos, a documentação indica inúmeros paralelos entre os Kaingang do XIX e os grupos descritos nos séculos XVIII e XVII, estabelecendo a continuidade

cultural entre estes, mesmo que se possa demonstrar transformações decorrentes da conquista e da situação colonial em que estavam envoltos.

Deste modo, considerando o longo histórico de ocupação de grupos jê / Kaingang nos *Koran-bang-rê*, proponho que, neste espaço, os vestígios arqueológicos Itararé-Taquara devam ser diretamente relacionados à macrounidade étnica Kaingang. Negar esta relação equivale a negar-lhes a história, ou seja, se contrapor aos seus direitos territoriais e desconsiderar sua sociocosmologia.

Atentando para a análise de Fernandes (2003), para o qual, os Kaingang se organizam em uma sociabilidade que embora segmentada, possui dinâmica concêntrica, em que as lideranças de grupos menores estão subordinadas a unidades maiores sob a liderança de um *Põ'í* principal, como também indicam as fontes do século XIX, discutidas no segundo capítulo. Compreendemos que, no período imediato a conquista e no período pré-colonial, os grupos Kaingang do espaço abordado nesta pesquisa estavam organizados de maneira similar, formada por arranjos de relações de aliança e conflito, entretanto, englobadas em uma unidade política territorial mais ampla, o território étnico dos *Koran-bang-rê*.

Projetado o modelo concêntrico-segmentado proposto por Fernandes (2003), considero que a organização política se manifeste na organização territorial dos Kaingang, onde um conjunto de *emã sí* (aldeias pequenas), estaria relacionada a uma *emã mág* (aldeia grande), liderada por um *Põ'í* principal. Esta interpretação é consonante com a análise de Fernandes (2003), que destaca que o concentrismo político também se revela na organização espacial dos Kaingang, já que: “Como entre outros grupos Jê, a organização das *comunidades* Kaingang é marcada pela divisão entre centro e periferia” (Fernandes, 2003, p. 128).

Mesmo considerando as transformações decorrentes dos diversos processos de territorialização pelos quais passaram os grupos que, a partir do século XIX, passaram a ser conhecidos como Kaingang, propomos que é possível projetar que a concepção concêntrica da organização espacial dos Kaingang também tenha sido operada no período pré-colonial. Deste modo, considero que a presença dos centros cerimoniais do Faxinal da Boa Vista I, Faxinal Saudades de Santa Anita 1 e Aterro Foz do Cavernoso, onde se realizavam os rituais fúnebres e os sepultamentos das chefias Kaingang e de outros indivíduos de prestígio, marquem a centralidade ritual e, do mesmo modo, a centralidade política e territorial dos *Koran-bang-rê*.

Este entendimento se respalda na análise de Fernandes (2003), que concebe que a organização política se projeta na organização espacial dos Kaingang. Conforme o autor, a

designação *Põ'í* é utilizada pelos Kaingang tanto para se referirem as chefias políticas, quanto para o organizador do ritual do *Kiki*. Portanto, do mesmo modo que a categoria *Põ'í* “[...] funde autoridade e prestígio político-religioso.” (Fernandes, 2003, p. 149).²⁷⁹ O espaço ritual dos centros cerimoniais também congrega a atuação religiosa e política dos *Põ'í*, sobre a territorialidade pela qual se estende seu poder.

Deste modo, a presença de três centros cerimoniais nos *Koran-bang-rê* assinala que este espaço corresponde a um território central para os Kaingang. Um espaço referencial para prática de seus rituais funerários e, da mesma forma, um espaço de articulação política entre os grupos que integram a rede de relações de parentesco e afinidade no ritual. Também é neste espaço que se estende a política entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, tão significativa para os Kaingang.

A somatória dos dados analisados, integrando perspectivas da história, arqueologia e etnologia, permite-nos concluir que os *Koran-bang-rê* são resultado de um processo de territorialização ocorrido ainda no período pré-colonial. A presença dos centros cerimoniais relacionados a ritos funerários marcados na paisagem evidencia a centralidade desta territorialidade para os Kaingang, que ainda reconhecem Guarapuava como um local referencial para seus antigos, que também a chamavam de *Ēg-Kara-Pó* (Pedra de todos nós), como me contaram Fátima Koyo Lourenço e Adevanil Lourenço, da Terra Indígena Faxinal.

Considerando, a discussão sobre as reivindicações de Sepultura durante o século XIX, a mobilização de diversos grupos para a defesa desse território durante o século XVIII, os registros dos jesuítas do século XVII, nota-se uma indicação de continuidade entre a centralidade territorial do Kaingang do século XIX que recua até o período pré-colonial. Destarte, a conclusão desta pesquisa é que, mesmo após a consolidação do processo de conquista, os *Koran-bang-rê* se mantiveram como um espaço referencial político-ritual e territorial dos Kaingang.

A resposta geral para a pergunta “Por que guerreiam os Kaingang dos *Koran-bang-rê*?” pode ser resumida da seguinte maneira: guerreavam por seu território étnico, os *Koran-bang-rê*, por sua cosmologia, pelo direito de manterem seu modo de vida e por sua história. A profundidade temporal desta história é imemorial. As datações obtidas pelas pesquisas

²⁷⁹ Posição reiterada pelo autor em Giordano (2025).

arqueológicas exclusivamente no espaço abordado, e já apresentadas ao longo da tese, apontam para uma história de mais de 1000 anos (tabela 17).

TABELA 17 - DATAÇÕES DE SÍTIOS ITARARÉ-TAQUARA NOS *KORAN-BANG-RÊ*

Sítio	Município	Nº da amostra	Data – anos AP	Referências
Eixo Barragem UHE Fundão 7	Foz do Jordão	LACUFF 150056	922±33 AP	Parellada (2016, p. 159).
Turvo 1	Turvo	D-AMS 038280	885 AP	Espaço arqueologia (2021j, p.119 – 149).
Arroio do Tanque	Guarapuava	Beta - 391	710 ± 30 BP	Arqueológica (2019b)
Turvo 2	TurvoD-AMS 038281	60 AP	Espaço Arqueologia, (2021j, p. 182).	

Fonte: Elaboração própria.

Nesta tabela, foram consideradas apenas as datações com informações precisas sobre o sítio datado e os códigos de datações dentro dos limites dos *Koran-bang-rê*. Contudo, Parellada (2005, p.42; 2014, p. 100), informa que nos sítios pesquisados por Chmyz (1981), no âmbito das pesquisas da UHE Salto Santiago, na margem direita do médio Iguaçu, nas adjacências a sudoeste dos *Koran-bang-rê*, um sítio Itararé-Taquara alcançou a datação de 2860 anos AP.²⁸⁰

Além deste, há outras datações sem referência de quais sítios procedem. Chmyz *et al* (1993) informa que, na região do médio rio Iguaçu, os sítios por ele classificados na fase Xagu da Tradição Itararé-Taquara, possuem datações situadas “[...] entre A.D 1.190 ± 40 e A.D. 1460 ± 40.” (Chmyz *et alli*, 1993, p. 9). Parellada (2014) sugere que estas datações estão relacionadas aos sítios da margem direita do rio Iguaçu, identificados por Chmyz (1981), atualmente situados nos “[...] municípios de Rio Bonito do Iguaçu, Porto Barreiro e Foz do Jordão, datados entre 760±90 e 490±40 anos AP” (Parellada, 2014, p. 100). Embora com referências temporais distintas, as datações mencionadas por Parellada (2014), estão situadas no mesmo quadro temporal das apresentadas por Chmyz (1993), mas com referências convertidas de AD para AP, sugerindo se tratar das mesmas datações.

Na mesma região, alguns dos sítios classificados por Chmyz (1981) na fase Açungui foram datados igualmente sem especificação de procedência. Sobre esses, o arqueólogo apenas apresentou uma cronologia para os sítios desta fase: “A.D. 890 e A.D. 1.190.” (Chmyz *et alli*, 1993, p. 8). Como já discutido, é possível que essas datações sejam as mesmas mencionadas por Parellada (2014), pois enquadram-se na mesma faixa cronológica, porém, convertidas para

²⁸⁰ Conforme Parellada (2005, p. 42), esta datação lhe foi informada por Igor Chmyz em comunicação pessoal.

anos AP, como citado pela autora, os sítios da fase Açungui foram “[...] datados entre 1060 e 760 anos AP.” (Parellada, 2014, p. 100).

Outros sítios das adjacências dos *Koran-bang-rê* foram datados há cerca de 11 km de seu extremo nordeste. O sítio Entre Morros teve o componente relacionado à Tradição Itararé-Taquara, e alcançou data de 880 ± 155 anos AP (Dat 5748), procedimento executado pelo laboratório Datação, Comércio e Prestação de Serviços LTDA, pelo método Luminescência Oticamente Estimulada (LOE), em decorrência da pesquisa realizada pela Zanettini Arqueologia (2023).

Chmyz *et al* (2009) apresenta algumas datações obtidas em sítios Itararé-Taquara da margem esquerda do rio Iguaçu, a sudeste dos *Koran-bang-rê*. No município de Bituruna, foram datados os sítios: PR UV 47 com data de 1635 ± 100 AP ou 315 d.C. (SI-5014); PR UV 48 com resultado de 1420 ± 50 anos AP ou 530 d.C. (Beta -22.647); PR UV 12 com duas dotações de níveis diferentes, 810 ± 90 AP ou 1140 d.C. (SI-892) e 605 ± 120 ou 1345 d.C. (SI-691).

Ainda segundo Chmyz *et al* (2009), na margem direita do rio Iguaçu, no município de União da Vitória, a sudeste do limite definido por esta pesquisa, também foram datados sítios relacionados a Tradição Itararé-Taquara: o sítio PR UV 17 com data de 1475 ± 65 AP ou 475 d.C. (SI-2197), e o sítio PR UV 38, com data mais recente, 190 ± 75 AP ou 1760 d.C. (SI-5.013).

Esse panorama de datações, obtidas pelas pesquisas arqueológicas, demonstra a possibilidade de que os *Koran-bang-rê*, estavam ocupados pelos Jê / Kaingang há mais de 1000 anos AP, persistindo até o fim do século XIX, como indica a data no sítio Turvo 2. Entretanto, é possível que, em pesquisas futuras, essas datações sejam ainda mais recuadas, se consideradas as datações obtidas em sítios Itararé-Taquara no Sul do Brasil, como indicou Parellada (2005):

De Masi (2005) aponta datações de 4.810-4.750 (cal) anos AP para sítios Itararé-Taquara estudados, no baixo vale do Canoas, em Santa Catarina. No baixo Ivaí, no município paranaense de Guaporema, no nível intermediário do sítio José Vieira, pesquisado por Laming e Emperaire (1959), e revisto em 1988 por Maranhão e Parellada (1988), foram caracterizados vestígios Itararé-Taquara, sendo que a datação de 3.435 ± 175 anos AP (GSY-82) parece estar relacionada a este nível.

Chmyz (*et al.* (1999), p. 107) relacionam várias datações, pelo radiocarbono, de sítios Itararé-Taquara, algumas bastante recuadas e que ainda estão sendo avaliadas, separando-as por fases. Assim, na Açungui o período ficaria entre 3825 a 190 anos AP, na Xagu, de 2355 a 715 anos AP, na Candói, 2055 a 715 anos AP, e na Cantu, 845 a 470 anos AP. As datas mais antigas estão relacionadas ao médio rio Iguaçu. (Parellada, 2005, p. 233).

Os dados indicados pela autora permitem-nos considerar que a ocupação dos *Korabang-rê* (na margem direita do médio rio Iguaçu), por grupos Jê no Sul remonta a aproximadamente, 4.000 anos AP. Para a relação de datações de sítios Itararé-Taquara, ver Parellada (2005; 2016) e Perin *et al* (2019).

As pesquisas arqueológicas realizadas no espaço abordado evidenciam que a ocupação desse espaço é mais complexa e muito mais antiga, como atesta a datação obtida no componente arqueológico relacionado a grupos de caçadores-coletores associados a Tradição Umbu do sítio Entre Morros, que alcançou 9.500 ± 675 anos AP, (Dat 5747), como apresentou Zanettini Arqueologia (2023).

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Bruce. A fumaça do metal: história e representações do contato entre os Yanomami. **Anuário antropológico**, n. 89, p. 151-189, 1992.
- AMOROSO, Marta Rosa. **Catequese e evasão**. Etnografia do Aldeamento Indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1855). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo – SP, 1998.
- ALMEIDA, Ledson Kurtz de. **Dinâmica religiosa entre os Kaingang do posto indígena Xapecó – SC**. 165 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1998.
- ANZOLIN, André Soares. “**Señores legítimos**”: Territorialização e disputas por terras nas reduções do Paraguai. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre – RS, 2021.
- ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello. A Tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. **Revista de arqueologia**, v. 20, p. 09 – 38, 2007.
- AZANHA, Gilberto. **A forma timbira-estrutura e resistência**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- BALANDIER, Georges. A noção de Situação Colonial. **Cadernos de campo**, n.3, 1993.
- BARROS, José D’Assunção. História, Espaço e Tempo interações necessárias. **Varia história**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.460-476, Jul/Dez 2006.
- BARROS, José D’Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- BIOLÓTUS, Ambiental. **Componente indígena do estudo de impacto ambiental pch confluência e a linha de conexão 34,5 kv**. Biolótus, Brasília, 2019.
- BIOLÓTUS, Ambiental. **Componente indígena do estudo de impacto ambiental da pch boa vista ii e das linhas de distribuição de alta tensão 138 kv vila carli – turvo – turvo faxinal da boa vista e subestações**. Biolótus, Brasília, 2020a.
- BIOLÓTUS, Ambiental. **Componente Indígena Do Estudo De Impacto Ambiental Pch Cobre Km 19 Terra Indígena Boa Vista – Kaingang**. Biolótus, Brasília, 2020b.
- BLASI, Odemar; LA PASTINA FILHO, José; PONTES FILHO, Almir. Primeiras Notícias sobre a Descoberta dos vestígios do provável assentamento do Tambo das Minas de Ferro na antiga província do Guairá. **Estudos ibero-americanos**, v. 15, p. 235-244, 1989.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BONETTI, Marcos Francisco. **Os Koran-Bang-Rê Como Territórios Tradicionais Dos Kaingang: a história e as lutas dos Kaingang nos Campos de Guarapuava (1853-1889)**. 2025. 220 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá – PR, 2025.

BONOMO, Mariano; ANGRIZANI, Rodrigo Costa; APOLINAIRE, Eduardo; NOELLI, Francisco Silva. A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. **Quaternary International**, Estados Unidos, v. 356, p. 54-73, jan. 2015.

BORBA, Telêmaco. **Actualidade indígena**. Curitiba: Typ. E Lytog. A vapor Impressora Paranaense, 1908.

BRAUDEL, Fernand. **Memórias Do Mediterrâneo Pré-História E Antiguidade**. Tradução de Teresa Antunes Cardoso. Multinova – Distribuidora de Livros, Ltda. Rio de Janeiro, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos Sobre História**. Tradução de J. Ginsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. Perspectivas, São Paulo, 2014.

BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II**. volume 1. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BROCHADO, José Joaquim Justiniano Proença. *et al.* 1969. Arqueologia Brasileira em 1968. **Publicações Avulsas Do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n.º 12, p. 02 - 39, 1969.

BROCHADO, José Joauim Justiniano Proença. **An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern south america**. PhD dissertation, University of Illinois at Urbana-Champaign, 1984.

CALAVIA SAEZ, Oscar. A terceira margem da história: estrutura e relato das sociedades indígenas. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, v. 20 n. 57, p. 39-51, 2005.

CAMARGO, José Silverio de; ALMEIDA, Neusa Maria Amaral. **Por que nosso município chama-se pinhão?** Edição dos autores, Pinhão – PR, s.d.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **História dos índios no brasil**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992.

CARSTEN, Aluizio Alfredo. **Ocupação humana da bacia do rio das cinzas: uma história de povos sem história**. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

CARSTEN, Aluizio Alfredo. Espaço Restrito, Espaço Extenso e Espaço Êmico: Territorialidade Kaingang como Unidade de Análise. **Revista Eletrônica História Em Reflexão**, v. 16, n. 32, p. 89-106, 2022.

CARSTEN, Aluizio Alfredo. Por que guerreiam os Kaingang dos Koran-bang-rê? Em busca de uma história indígena de continuidades e transformações. In: NOVAK, Éder da Silva; IKUTA, Jackeline Kojima Matias. (Orgs.). **Anais Do Seminário De Autoavaliação E Planejamento Do Ppgh/Ufgd**. Dourados - MS: Ed. Dos Autores, v. 1, nº 1, 2024.

CAVALCANTE, Thiago Leandro V. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349- 371, jan.-jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/his/v30n1/v30n1a17>. Acesso em 03 de maio de 2025.

CAVALLO, Gonzalo A. Conhecimentos ecológicos indígenas e recursos naturais: a descolonização inacabada. **Estudos Avançados**, vol. 32, n. 94, p. 373 – 390, 2018.

CERUTI, Maria Constanza. Frozen Mummies from Andean Moutaintop Shrines: Bioarchaeology and Ethnohistory of Inca Human Sacrifice. **Journal of biomedical research international**, v. 2015, Hindawi, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281095020_Frozen_Mummies_from_Andean_Mou

ntaintop Shrines Bioarchaeology and Ethnohistory of Inca Human Sacrifice. Acesso em 03 de maio de 2025.

CHAGAS, Nádya Moreira. **Europeus e indígenas – relações interculturais no guairá nos séculos XVI e XVII**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em História. Maringá – PR, 2010.

CHAKRABARTY, Dipesh. El clima de la Historia: Cuatro tesis. **Utopía y praxis**, nº 84, p. 98 – 118, 2019.

CHMYZ, Igor. Dados sobre a arqueologia do Vale do Paranapanema. **Publicações avulsas do museu paraense emílio goeldi**, Belém, 6:59-73, 1967a.

CHMYZ, Igor. O Sítio Arqueológico PR UV 1 (Abrigo Sob-rocha Casa de Pedra). **Arqueologia**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, n. 3, p. 1 – 40, 1967b.

CHMYZ, Igor. Considerações sobre duas novas tradições ceramistas arqueológicas no Estado do Paraná. **Anais do segundo simpósio de arqueologia da área do prata**. Pesquisas - Antropologia 18:115-125, 1968.

CHMYZ, Igor. Subsídios para o Estudo Arqueológico do Vale do Rio Iguaçu. **Revista Do Centro De Ensino E Pesquisas Arqueológicas**, nº 1, 1968. Curitiba – PR, 1968.

CHMYZ, Igor. Pesquisas Arqueológicas no médio e baixo rio Iguaçu. **Publicações Avulsas Do Museu Paranaense Emílio Goeldi**, Belém, 15, p. 87-144, 1971.

CHMYZ, Igor. Terminologia Arqueológica Brasileira para Cerâmica. Segunda edição revista e ampliada. **Cadernos de arqueologia**. Museu de Arqueologia e Artes Populares Universidade Federal do Paraná, nº 1, 1976. Paranaguá – PR, 1976.

CHMYZ, Igor. **Relatório das pesquisas arqueológicas realizadas na área da usina hidrelétrica de salto SANTIAGO (1979-80)**. Curitiba – PR, 1981.

CHMYZ, Igor. As comemorações do cinquentenário do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná – CEPA/UFPR (1956-2006). **Revista Do Centro De Estudos E Pesquisas Arqueológicas**. Universidade Federal Do Paraná. V. 4, número especial. CEPA-UFPR, Curitiba-PR, p. 1-30, 2007.

CHMYZ, Igor; SGANZERLA, Eliane Maria; VOLCOV, Jonas Elias. **Estudo ambiental do projeto uhe salto caxias patrimônio arqueológico e paleontológico**. Curitiba – PR, 1993.

CHMYZ, Igor; SGANZERLA, Eliane; VOLCOV, Jonas Elias. Mapa dos sítios arqueológicos pesquisados pelo CEPA-UFPR- estados PR-SP-MS. In: **ACADEMIA.EDU** [sítio da internet], 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/24372657/MAPA_DOS_S%C3%8DTIOS_ARQUEOL%C3%93GICOS_PESQUISADOS_PELo_CEPA_UFPR_ESTADOS_PR_SP_SC_MS. Acesso em 03 de maio de 2025.

CHMYZ, Igor.; SGANZERLA, Eliane Maria.; VOLCOV, Jonas Elias.; BORA, Eloi.; CECCON, Roseli A. A Arqueologia da Área da LT 750 KV Ivaiporã – Itaberá III, Paraná – São Paulo. **Revista do centro de estudos e pesquisas arqueológicas**. (Número especial), UFPR, Curitiba – PR, v. 5, p. 1 – 305. 2008.

CHMYZ, Igor; SGANZERLA, Eliane Maria; VOLCOV, Jonas Elias; CECCON, Roseli Santos. **Relatório final do projeto de salvamento arqueológico na área de implantação da mina dois irmãos, em São Mateus Do Sul – Pr**. Curitiba – PR, 2009.

CHMYZ, Igor. Comentários e questões formuladas pelo prof. Dr. Igor Chmyz. In: PARANÁ, Secretaria de Estado da Cultura. **Anais do seminário internacional indígenas, missionários**

e espanhóis: o Paraná no contexto da Bacia do Prata séculos XVI e XVII. Curitiba – PR, p. 140-160, 2010.

CIPRIANI, Vânia Beatriz.; WENDLING, Ivar. Dez anos de produção de pinhão no Paraná, Brasil. **Biodiversidade brasileira**. Ano 15, n.º 2, p. 14-21, 2025. Disponível em: <https://revistaelectronica.icmbio.gov.br/index.php/BioBR/issue/view/99/34>

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

COPÉ, Silvia Moehlecke. As Paisagens Culturais do Planalto Sul Brasileiro. A aplicação da abordagem da arqueologia da paisagem ao estudo dos sítios arqueológicos do planalto sul brasileiro: estudos de casos no Rio Grande do Sul. *In*: MACEDO, Jackeline; ANDRADE, Rubens; TERRA, Carlos. (Orgs.). **Arqueologia na paisagem**. Novos valores, dilemas e instrumentais. Rio de Janeiro: Rio Books, p. 92 – 122, 2012.

CORTELETTI, Rafael. **Projeto arqueológico alto canoas – Paraca:** um estudo da presença Jê no planalto catarinense. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CORTELETTI, Rafael; SOUZA, Jonas Gregório de.; CÁRDENAS, Macarena L.; ROBINSON, Mark.; FRADLEY, Michael.; FARIAS, Deisi Scunderlick E.; IRIARTE, José.; MAYLE, Frank.; DEBLASIS, Paulo. *News from the field* ou como um projeto internacional começa a sair do papel. **R. Museu Arq. Etn.**, 27: 197-212, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/137304>. Acesso em 03 de maio de 2025.

CORTELETTI, Rafael; DEBLASIS, Paulo. Arqueologia Jê do Sul do Brasil: Ambiente, sistema, poder e experiência na paisagem de Urubici, Santa Catarina. **Revista memorare**, v. 5, N. 2, p. 132-164, 2018.

CRÉPEAU, Robert R. A prática do xamanismo entre os Kaingang do Brasil Meridional: uma breve comparação com o xamanismo Bororo. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n, 18, p. 113-129, 2002.

CRÉPEAU, Robert R.; ROSA, Rogério Reus Gonçalves. Actualité et transformations de la Fête des morts chez les Kaingang du Brésil méridional. **Frontières**, v. 29, n. 2, p. 1-29, 2018. Disponível em: [Actualité et transformations de la Fête des morts... – Frontières – Érudit](#). Acesso em 03 de maio de 2025.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **O primeiro século de registro da língua Kaingang (1842-1950):** valor e uso da documentação etnográfica. Campinas – SP, 2003. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/artigo:dangelis-2003>. Acesso em 03 de maio de 2025.

DE MASI, Marco Aurélio Nadal. Arqueologia das terras altas do sul do Brasil - O Baixo Vale do Rio Canoas - SC. **Anais do XIII congresso de arqueologia brasileira**, CD-ROM, Sociedade de Arqueologia Brasileira, Campo Grande, MS, 2005.

DE MASI, Marco Aurélio Nadal. Arqueologia das Terras Altas do Sul do Brasil o baixo vale do rio Canoas, SC. *In*: DE MASI, Marco Aurélio Nadal (Org.). **Xokleng 2860 a.c. As terras altas do sul do Brasil:** transcrições do seminário de Arqueologia e Etnohistória. Tubarão – SC: Ed. Unisul, 2006.

DURAT, Cristiano Augusto. Terras de Aldeamentos: trajetória de Atalaia e Sepultura nos Campos de Guarapuava (século XIX). **Revista crítica histórica**, V. Ano 2, p. 138 – 161, 2011.

DURAT, Cristiano Augusto. **Terras de aldeamento em disputa:** Francisco Gacom e “uma” história sobre os kaingang do Paraná (século XIX). 2019. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. A História Indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 178-218, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/31745>. Acesso em 03 de maio de 2025.

FAUSTO, Boris. **História Do Brasil**. 14ª ed. Atualiza e ampliada. EDUSP. São Paulo - SP, 2015.

FERNANDES, Ricardo Cid. **Política E Parentesco Entre Os Kaingang**: uma análise etnológica. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2003.

FERNANDES, Ricardo Cid. Uma contribuição da antropologia política para a análise do faccionalismo Kaingang. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva (Org.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos kaingang**. Londrina: EDUEL, 2004.

FERNANDES, Ricardo Cid; GÓES, Paulo Roberto Homem de. Territórios Étnicos Kaingang. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João. (Org.). **A reconquista do território**: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo. 1. Ed. Rio de Janeiro – RJ: E-papers, 2022.

FERNANDES, Rui Ancieto Nascimento. **Historiografia e a identidade fluminense**. A escrita da História e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Rio de Janeiro, 2009. 272p. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2009.

FRANCISCO, Aline Ramos. **Selvagens e intrusos em seus próprios territórios**: a expropriação do território Jê no Sul do Brasil (1808-1875). 212 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo – RS, 2006.

FUJITA, Rafaela Harumi. **Geomorfologia e evolução quartenária da calha do alto rio paraná, no segmento livre de barramentos, entre os reservatórios de porto primavera e itaipu**. 110 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geociências e Meio Ambiente - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista – UNESP. Rio Claro – SP, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo.; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-história do brasil**. Contexto. São Paulo – SP, 2002.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, Fany. (Org.). **Terras Indígenas E Unidades De Conservação Da Natureza**. O desafio das sobreposições territoriais. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

GIORDANO, Ricardo Cid Fernandes. *Põ'í*: notas históricas e etnográficas sobre a chefia e o poder entre os Kaingang. In: GIORDANO, Ricardo Cid Fernandes; ROSA, Rogério Reus Gonçalves da. (Org.). **Ciclo De Debates Jê no Sul**: territórios, histórias e saberes Kanhgág e Laklânõ. Florianópolis – SC: Habitus, 2025.

GODELIER, Maurice. Introdução. In: GODELIER, Maurice (Org.). **Sobre a morte**: invariantes culturais e práticas sociais. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. São Paulo – SP: Edições Sesc São Paulo, 2017a.

GÓES, Paulo Roberto Homem de. **Morfológicas**: um estudo etnológico de padrões socioterritoriais entre os Kaingang (dialeto Paraná) e os Mbya (litoral Sul). 2018. 500 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2018.

GOW, Peter. **An amazonian myth and its history**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

GRAÇA, Rodrigo Souza Fontes de Salles. **Marshall Sahlins Entre Os Termos Das Idas E Vindas Da História E Da Estrutura**. Não publicado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPR, p. 1 – 16, 2017.

HARKIN, Michael E. Ethnohistory's Ethnohistory. Creating a Discipline from the Ground Up. **Social Science History**, v. 34, n. 2, p. 113-128, 2010.

HARRIS, Marvin. **A natureza das coisas culturais**. Tradução de Célia Neves e Dulcy Melgaço. Rio de Janeiro – RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968.

HILL, Jonathan. Etnicidade na Amazônia Antiga: reconstruindo identidades do passado por meio da arqueologia, da linguística e da etno-história. **Ilha**, v. 15, n. 1, p. 35-69, 2013.

HODDER, Ian; ORTON, Clive. **Análisis Espacial En Arqueología**. Traducción castellana de M. José Aubet y Montserrat Tenas. Barcelona: Ed. Crítica, 1990

JOLKESKY, Marcelo Pinho De Valhery. **Reconstrução Fonológica E Lexical Do Proto-Jê Meridional**. Instituto de Estudos da Linguagem Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Dissertação (Mestrado). Campinas – SP, 2010.

KAINGANG, Angélica Domingos; KAINGANG, Nyg Kuitá; GIBRAM, Paola. Relações de gênero e políticas sociais na perspectiva Kanhgág. In: GIORDANO, Ricardo Cid Fernandes; ROSA, Rogério Reus Gonçalves da. (Org.). **Ciclo De Debates Jê no Sul: territórios, histórias e saberes Kanhgág e Laklãnõ**. Florianópolis – SC: Habitus, 2025.

KOBELISKI, Michel; SAGGIORO, Alessandro; FERRARA, Marianna. An Analysis of Luso-Brazilian Religiosity in the Eighteenth Century from the Psychosocial Perspective of Rudolf Otto. **Studi e materiali di storia delle religioni**. V. 2, p. 789-813. Roma: Morcelliana, 2016.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930)**. 2006, 432 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo – RS, 2006.

LANGARO, Jiani Fernando. Espaço, Região e História Social. **Revista Percorso – NEMO**. Maringá. V.1, n. 1, p. 23 – 48, 2009.

LANGER, Johnni; SANTOS, Sérgio Ferreira. **Petróglifos do médio rio Iguaçu, Brasil**. RUPESTREWEB, 2001. Disponível em: <https://www.rupestreweb.info/iguazu.html>. Acesso em 03 de maio de 2025.

LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. **Cerâmica guarani**. 2ª ed. Posenato Arte e Cultura. Porto Alegre – RS, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. [do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000] Arquivo digital. Primeira versão fev.2006. Disponível em: https://gpect.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf. Acesso em 03 de maio de 2025.

LEITE, Rosangela Ferreira. De Aldeado a Livre e Pobre. Os casos de Rufina e dos ervateiros do Erê (Guarapuava 1853-1873). In: **Anpuh – XXII Simpósio Nacional De História**. João Pessoa – PB, 2003, p. 1-5. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177542_7ee0a338ecb9d330c4f2b6509a50c51d.pdf. Acesso em 03 de maio de 2025.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Voltas ao passado. **Mana**, v. 4, n. 2, p. 107-117, 1998.

LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava [1827]. **Revista do instituto histórico e geográfico brasileiro**, Tomo IV, p. 43 – 64, 1842.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, n. 322, p. 251-290, 2002.

MABILDE, Pierre François Alphonse Booth. **Apontamentos Sobre Os Índigenas Selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande Do Sul: 1836-1866**. São Paulo: IBRASA; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MACEDO, Francisco R. Azevedo. **Conquista pacífica de guarapuava**. Curitiba: Ed. Gerpa, 1951.

MALERBA, Jurandir. Estrutura, Estruturalismo e História Estrutural. **Revista Diálogos, DHI/PPH/UEM**, v. 12, n.1, p. 19-55, 2008.

MANIZER, Henrich Henrikhovith. **Os kaingang de São Paulo**. Tradução de Juracilda Veiga. Campinas -SP: Editora Curt Nimuendajú, 2006.

MANFIO, Renata de Oliveira. Cerâmica Tupiguarani de Contato: relações interculturais às margens do rio Ivaí-PR. **Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade**. V. 5, ed. Especial, p. 1-10, 2019.

MELIÀ, Bartomeu. Informação etnográfica e histórica sobre os Kaingang do Rio Grande do Sul. **Anais do V simpósio nacional de estudos missionários**, Santa Rosa – RS, 1983.

MÉTRAUX, Alfred. The Caingang. In: STEWARD, Julian H. (ed.). **Handbook of south american indians**. Washington, Bureau of American Ethnology, Smithsonian Institution. Buletin, v. 1, 1946.

MILLER, Eurico Theofilo. Pesquisas arqueológicas efetuadas no nordeste do Rio Grande do Sul. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - Resultados Preliminares do Primeiro Ano, 1965-1966. **Publicações Avulsas Do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, 6:15-38, 1967.

MILLER, Eurico Theofilo. Pesquisas arqueológicas efetuadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - Resultados Preliminares do Quarto Ano, 1968- 1969. **Publicações avulsas do museu paraense Emílio Goeldi**, Belém, 15:37-70, 1971.

MILLER Jr., Tom Oliver. Arqueologia da região central do Estado de São Paulo. **Dédalo**, São Paulo, 16:13-118, 1972.

MILLER Jr., Tom Oliver. Tecnologia Cerâmica dos Caingang Paulistas. **Arquivo Do Museu Paranaense - Nova Série – Etnologia**, Curitiba, 2, p. 3-51, 1978.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Os Índios E A Ordem Imperial**. CGDOC/FUNAI. Brasília – DF, 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada (Org.) *Et al.* **Povos Indígenas, Independência E Muitas Histórias: repensando o Brasil no século XIX**. Curitiba-PR: CRV, 2022.

MOTA, Lucio Tadeu. **As Guerras Dos Índios Kaingang**. A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 – 1924). Maringá: EDUEM, 1994.

MOTA, Lucio Tadeu. Os índios Kaingang nos campos do Brasil meridional na metade do século passado. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva.; TOMMASINO, Kimiye (Org.). **Uri e Wãxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: EDUEL, 2000a.

MOTA, Lucio Tadeu. **As Colônias Indígenas No Paraná Provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000b.

MOTA, Lucio Tadeu, A denominação Kaingang na literatura antropológica, histórica e lingüística. *In*: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva (Org.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: EDUEL, 2004.

MOTA, Lucio Tadeu. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. **Patrimônio E Memória**. São Paulo, Unesp, v.10, n.2, p. 5-16, 2014. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/463>

MOTA, Lucio Tadeu. A passagem e a presença dos Jê Meridionais por São Paulo e Paraná: uma reflexão etno-histórica. **Revista Do Museu De Arqueologia E Etnologia**. 27: 135-157, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/137291>

MOTA, Lucio Tadeu. Passo Ruim 1968: as estratégias dos Xokleng nas fronteiras de seus territórios do alto rio Itajaí. **Revista Brasileira De História**. São Paulo, v. 37, n.75, p. 169 – 193, 2017.

MOTA, Lucio Tadeu. Pãri – Armadilhas de pesca utilizadas pelos Kaingang no vale do rio Piquiri. *In*: EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; CAMPOS, Juliano Bitencourt.; FUNARI, Pedro Paulo (Orgs.). **Arqueologia: temáticas e perspectivas teórico-metodológicos de pesquisa 2**. Ponta Grossa – PR: Atena, 2022a.

MOTA, Lucio Tadeu. A Real Expedição de Conquista de Guarapuava e os Kaingang dos Koran-bang-rê. *In*: MOREIRA, Vânia Maria Losada (Org.) **Et alli. Povos Indígenas, Independência E Muitas Histórias: repensando o Brasil no século XIX**. Curitiba-PR: CRV, 2022b.

MOTA, Lucio Tadeu. Fazenda Pau de Lenha 1854: as ações dos Kaingang na defesa de seus territórios nos *Nerinhé* – Campos das Laranjeiras. **História**. São Paulo, v. 42, p. 1-31, 2023a.

MOTA, Lúcio Tadeu. Fuoc-xó - Victorino Condá: da infância à liderança dos Kaingang 1805?1830. **Memórias Insurgentes**, v. 3, p. 50-84, 2023b.

MOTA, Lúcio Tadeu. A Capitania insurrecta: a declaração de guerra contra os Jê do Sul pela Corte Joanina e a preparação da Real Expedição para a conquista dos seus territórios nos Koran-bang-rê – Campos de Guarapuava (1774-1810). **Revista de História Regional**, v. 28, p. 1-35, 2023c.

MOTA, Lucio Tadeu.; NOVAK, Éder da Silva. **Os Kaingang do vale do rio ivaí: história e relações interculturais**. Maringá: Eduem, 2008.

MOURA, Denise Aparecida de. Etnopaisagem Jê e reterritorialização do Brasil Meridional (1768-1773). **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 41, nº87, p. 187 – 212. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/GxzPDKkry7QpJpCVKbBn4bh/> .

MOURA, Gabriele Rodrigues de. Guaranis e Gualachos: as missões como espaço de convivência étnica. **Revista tempo de conquista**, v. 12, p. 1-10, 2012.

NAVARRO, Alexandre Guida. Cuando no hay escrita pero hay história: los palafitos precoloniales (estearias) de Maranhão. *In*: DOMÍNGUEZ, Lurdes S.; FUNARI, Pedro Paulo.; NAVARRO, Alexandre Guida (Orgs.). **Arqueología del contacto em latinoamérica**. Jundiaí – SP: Paco, 2019.

NIKULIN, Andrey. **Proto-macro-jê: um estudo reconstrutivo**. 571 p. Tese (Doutorado — Doutorado em Linguística) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Etnografia e indigenismo**: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

NOELLI, Francisco Silva. **Sem Tekohá Não Há Tekó** (em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicado a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS). Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1993.

NOELLI, Francisco Silva. Repensando os rótulos e a História dos Jê no Sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva.; TOMMASINO, Kimiye (Org.). **Uri e wāxi**: estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: EDUEL, 2000.

NOELLI, Francisco Silva. O Mapa Arqueológico dos Povos Jê no Sul do Brasil. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva (Org.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos kaingang**. Londrina: EDUEL, 2004.

NOELLI, Francisco Silva; MOTA, Lucio Tadeu. Índios, Jesuítas, Bandeirantes e Espanhóis no Guairá nos séculos XVI e XVII. **Geonotas**, v. 3, n. 3. Maringá – PR, 1999.

NOELLI, Francisco Silva; Souza, Jonas Gregório de. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. **Boletim do museu paraense Emílio Goeldi**. Ciências humanas, v. 12, n. 1, p. 57 – 84, 2017.

OLIVEIRA, Ariane Saldanha de. Plantas, Paisagens e Conservação da Vida. In: GIORDANO, Ricardo Cid Fernandes; ROSA, Rogério Reus Gonçalves da. (Org.). **Ciclo de debates Jê no Sul**: territórios, histórias e saberes Kanhgág e Laklãnõ. Florianópolis – SC: Habitus, 2025.

OLIVEIRA, Joaquim Machado de. Notícia raciocinada sobre as aldêas de índios da província de São Paulo, desde o seu começo até a actualidade. **Revista do IHGB**. Tomo VIII, primeiro trimestre de 1846. Rio de Janeiro: Typografia de João Ignacio da Silva, 2º ed., p. 204 – 2550, 1867, [1948].

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **O nascimento do brasil e outros ensaios**. Pacificação, regime tutelar e formação de alteridades, Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. A luta pelo território como chave analítica para a reorganização da cultura. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João (Org.). **A reconquista do território**: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo. Rio de Janeiro – RJ: E-papers, 2022.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, vol. 24, n. 68, p. 81 – 101, 2010.

PAPAVERO, Claude G. O conceito antropológico de estrutura e sua abertura para o evento histórico. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz K. & GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Antropologia e história**: debate em região de fronteira, Belo Horizonte: Autêntica, p. 93-114, 2000.

PARELLADA, Claudia Inês. **Um tesouro herdado**: os vestígios arqueológicos da cidade colonial espanhola de villa rica del espíritu santo / fênix – pr. 1997. 211p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR: Curitiba – PR, 1997.

PARELLADA, Claudia Inês. **O patrimônio arqueológico e a copel**. Secretaria de Estado da Cultura do Paraná - Museu Paranaense. Curitiba – PR, 2001.

PARELLADA, Claudia Inês. Revisão dos sítios arqueológicos com mais de seis mil anos BP no Paraná: discussões geoarqueológicas. **FUMDAHAMENTOS**, Fundação Museu do Homem Americano. Piauí, v. 7, p. 117 – 135, 2008.

PARELLADA, Claudia Inês. Arte Rupestre no Paraná. **Revista científica/FAP** (Curitiba. Online), v. 4, p. 1-25, 2009.

PARELLADA, Claudia Inês. Arqueologia do vale do rio Piquiri, Paraná: paisagens, memórias e transformações. **Revista memorare**, Tubarão, v. 1, p. 24-42. 2013b. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/memorare_grupep/article/view/1884/1366. Acesso em 03 de maio de 2025.

PARELLADA, Claudia Inês. Arqueologia das Fortificações no Paraná. In: LINO, Jaisson Teixeira; FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Org.). **Arqueologia da Guerra e do Conflito**. Erechim – RS: Editora Habilis, 2013c.

PARELLADA, Claudia Inês. Revelando a Arqueologia das Fortificações no Paraná. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 1, p. 141-156. 2013d. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/memorare_grupep/article/view/1895/1390. Acesso em 03 de maio de 2025.

PARELLADA, Claudia Inês. Arte rupestre no Paraná: novas discussões. **Revista de tecnologia e ambiente**, v. 21, p. 45-69, 2015.

PARELLADA, Claudia Inês. Paisagens transformadas: a arqueologia de povos Jê no Paraná, sul do Brasil. **Revista do museu de arqueologia e etnologia**. 27: 158-167, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/137300>. Acesso em 03 de maio de 2025.

PARELLADA, Claudia Inês. Plumária, peles, lascas e cerume de abelha: diálogos entre arqueologia Guarani e povos Xetá. **Pesquisas, Antropologia**, v. 73, p. 213-234, 2017. Disponível em: <https://www.anchietano.unisinus.br/publicacoes/antropologia/volumes/073/010.pdf>. Acesso em 03 de maio de 2025.

PARELLADA, Claudia Inês. Arqueologia em Prudentópolis: Memória e Patrimônio no Paraná. In: RAMOS, Odinei Fabiano; OLINTO, Beatriz Anselmo. (Org.). **Prudentópolis: Cultura, História e Sociedade**. Guarapuava: Editora da Unicentro, 2020.

PARELLADA, Claudia Inês; PARENTI, Fabio; OKUMURA, Mercedes. A Bifacial Point of Extraordinary Dimensions Found in Paraná State, **Southern brazil. Lithic technology**, v. 45, p. 1-6, 2020.

PAROLIN, Mauro.; GUERREIRO, Renato Lada.; KUERTEN, Sidney.; MENEZES, Helton Rogério. Bacias Hidrográficas Paranaenses. In: PAROLIN, Mauro.; WOLKMER-RIBEIRO, Cecília.; LEANDRINI, Josimeire Aparecida. (Org.). **Abordagem ambiental interdisciplinar em bacias hidrográficas no estado do paraná**. Campo Mourão – PR: Editora da Fecilcam, 2010.

PAULA, José Maria de. Memória sobre os botocudos do Paraná e Santa Catarina organizada pelo serviço de protecção aos silvícolas sob a inspecção. **Annaes do XX congresso internacional de americanistas**. V. 1, p.117-137, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3A%20Paula-1924-botocudos/paula_1924_botocudos.pdf. Acesso em 03 de maio de 2025.

PELLINI, José Roberto. Georreferenciamento de Sítios Arqueológicos na Região Centro Oeste do Brasil. Resultados Preliminares. In: XIV congresso da sociedade de arqueologia brasileira. **Anais do XIV Congresso da sociedade de arqueologia brasileira**. Florianópolis-SC, 2007.

PICANÇO, Jefferson de Lima; MESQUITA, Maria José de. O cristal, o ferro e o sal: recursos minerais do antigo Guairá (1557-1632), atual estado do Paraná. **Terrae Didactica**, Campinas-SP, v. 6, n. 2, p. 67-75, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/td/article/view/8637454>. Acesso em 03 de maio de 2025.

PREZIA, Benedito A. **Os indígenas do planalto paulista nas crônicas quinhentistas e seiscentistas**. 2ª ed. São Paulo – SP: Humanitas, 2010.

PINHEIRO, Niminon Suzel. Terra não é troféu de Guerra. *In*: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva (Org.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: EDUEL, 2004.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília - DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros**. A pré-história do nosso país. 2ª ed. Revista. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro - RJ, 2006.

RAMOS, Luciana Maria de Moura. **Vénh Jykré e Ke Há Han Ke**: Permanência e Mudança do Sistema Jurídico dos Kaingang no Tibagi. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

RENFREW, Colin. BAHN, Paul. **Arqueología**: Teorías, Métodos y Práctica. Madrid: Ediciones Akal, 2011

RESTALL, Mathew. **Sete mitos da conquista espanhola**. Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Record, 2006.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros.; MOURA, Gabriele Rodrigues de. Construção da santidade e escritura da história. Antonio Ruiz de Montoya e Gabriele Malagrida, vidas exemplares e modelos de santidade popular. *In*: XI Encontro Estadual de História - História, memória e patrimônio, 2012, Rio Grande. **Anais do XI Encontro Estadual de História - história, memória e patrimônio**. Rio Grande: Pluscom,. v. 1. p. 255-272, 2012.

RONCAYOLO, Marcel. Região. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, nº 8 (Região), p. 161- 189, 1986.

ROSA, Rogério Reus Gonçalves da. A rítmica da lua na luta pela terra dos Kaingang de Iraí. *In*: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva (Org.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: EDUEL, p. 199-265 2004.

ROSA, Rogério Reus Gonçalves da. **“Os Kujà São Diferentes”**: um estudo etnológico do complexo xamânico dos Kaingang da Terra Indígena Votouro. 416 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Tradução Barbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1994.

SECCO, Lincoln; DEAECTO, Marisa Midori. Prefácio. *In*: BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II**. Tradução: Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

SEVERO, Diego Fernandes Dias. **Chefia, parentesco e alteridade**: Um estudo etnológico do sistema dualista e do poder político Kanhgág. Tese (Doutorado), 422f. – Programa de Pós-

Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas – RS, 2020.

SILVA, André Luis Freitas da. **Reduções jesuítico-guarani: espaço de diversidade étnica**. Dissertação (Mestrado), 174f. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados – MS, 2011.

SILVA, Fabíola Andréa. As cerâmicas dos Jê do sul do Brasil e os seus estilos tecnológicos: elementos para uma etnoarqueologia Kaingang e Xokleng. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva.; TOMMASINO, Kimiye (Org.). **Uri e Wãxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: EDUEL, 2000.

SILVA, Fabíola Andréa.; NOELLI, Francisco Silva. História indígena e arqueologia: Uma reflexão a partir dos estudos sobre os Jê Meridionais. **Revista do museu de arqueologia e etnologia**, 27: 5-20, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/137271>. Acesso em 03 de maio de 2025.

SILVA, Marcio Antônio Both. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 35, nº 70, 2015.

SILVA, Oswaldo Paulino da. Levantamento Arqueológico na Área de Implantação da Linha de Transmissão 500 KV Salto Santiago-Ivaiporã-Cascavel, no Paraná. In: DE MASI, Marco Aurélio Nadal (Org.). **Xokleng 2860 a.c. As terras altas do sul do brasil: transcrições do seminário de Arqueologia e Etnohistória**. Tubarão – SC: Ed. Unisul, 2006.

SOUZA, Almir Antônio de. **Armas, Pólvora E Chumbo**. A Expansão Luso-brasileira e os índios do Planalto Meridional. Guarapuava: Editora Unicentro, 2015.

SOUZA, Jonas Gregório de. **A cerâmica de tradição itararé-taquara (RS/SC/PR) e a difusão das línguas jê meridionais: uma reanálise dos dados**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Departamento de História (Monografia), Porto Alegre, 61p. 2009.

SOUZA, Jonas Gregório. **Paisagem ritual no planalto meridional brasileiro: complexos de aterros anelares e montículos funerários em Pinhal da Serra, RS**. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOUZA, Jonas Gregório de; CORTELLETTI, Rafael; ROBNSON, Mark, IRIARTE, José. The genesis of monuments: Resisting outsiders in the contested landscapes of southern Brazil. **Journal of anthropological archaeology**. 41, p. 196-212, 2016.

SOUZA, Jonas Gregório.; MERENCIO, Fabiana Terhaag. A diversidade dos sítios arqueológicos Jê do Sul no Estado do Paraná. **Cadernos do Lepaarq**, Pelotas, v. 10, n. 20, p. 93-130, 2013.

SOUZA, Rafael de Abrel e.; LOPES, Marcel. Cerâmicas de Produção local/Regional no Contexto Colonial Espanhol de Santiago de Xerez, Século XVII. **Revista Outras Fronteiras**. Cuiabá – MT, 2014. V. 1, nº 2, p. 183-213, 2014.

STÜKER KROPF, Marcela; RIBEIRO DE OLIVEIRA, Rogério; LAZOS Ruíz, Adi Estela. Sujeitos ocultos na paisagem: desvelando a cultura material e o trabalho humano. **Estudios rurales**, vol. 10, núm. 19, p. 1 -20, 2020.

Takatuizi, Tatina. Águas Batismas e Santos Óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia. Curitiba: SAMP, **Teses do Museu Paranaense**, v.4, 2014.

TINAJEROS ARCE, Gonzalo. Oposição e Colisão Trágica da consciência de si: Hegel leitor fenomenológico da tragédia “Sete contra Tebas”, de Ésquilo. **Revista Limiar**, v.4, p.36-58, 2017.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingáng da bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê meridional em movimento. 1995. 351 f. Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

TOMMASINO, Kimiye. Território e Territorialidade Kaingang. Resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva.; TOMMASINO, Kimiye (Orgs.). **Uri e Wãxi**: estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: EDUEL, 2000a.

TOMMASINO, Kimiye. Reflexões sobre a territorialidade Kaingang e a importância da inter-trans-disciplinaridade. **Revista do museu de arqueologia e etnologia**, 27: 121-134, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/137289>

TRIGGER, Bruce Graham. **Além da história**: os métodos da pré-história. Tradução de Ulpiano Bezerra de Menezes. São Paulo - SP: Editora Universidade Estadual de São Paulo, 1973.

TRIGGER, Bruce G. Ethnohistory and Archaeology. **Ontario archaeology**, n.30, p. 17-24, 1978.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. Tradução: Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VEIGA, Juracilda. **Cosmologias e práticas rituais kaingang**. 2000. 367 f Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP. 2000a.

VEIGA, Juracilda. Cosmologia Kaingang e suas práticas rituais. In: **XXIV Encontro anual da ANPOCS**. Campinas: PPGCS – Unicamp, 2000b.

VEIGA, Juracilda. Contribuição da etnografia dos Jê Meridionais à Arqueologia. **Revista do museu de arqueologia e etnologia**, 27: 21-29, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320436747_Contribuicao_da_etnografia_dos_Je_Meridionais_a_Arqueologia. Acesso em 03 de maio de 2025.

VEIGA, Juracilda; D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Bilingüismo entre os Kaingang: situação atual e perspectivas. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva.; TOMMASINO, Kimiye (Org.). **Uri E Wãxi**: estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: EDUEL, 2000.

VIDAL, Lux Boelitz. MORTE E VIDA DE UMA SOCIEDADE INDÍGENA BRASILEIRA: OS Kayapó-Xicrin do rio Cateté. São Paulo: HUCITEC, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

WEIGERT, Daniele. A Encruzilhada “Xaclan”: Afonso Botelho e os Kaingang nos sertões do Paraná (século XVIII). **História** São Paulo – SP, v. 40, p. 1 – 22, 2021.

WIESEMANN, Ursula Gojtéj. **Dicionário Kaingang-Português, Português-Kaingang**. 2ª ed. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

WOLF, Eric Robert. **A Europa e os Povos Sem História**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo - SP: Edusp, 2005.

ZEITLIN, Michael Paul. Coalizões: como se formam e como surge o conflito. **Rae-Revista De Administração De Empresas**, v. 15, n.1, p. 47-53, 1975.

FONTES

DOCUMENTOS MANUSCRITOS DO APESP – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo. **Ofício de 28 de março de 1847**. s/p. (Documento manuscrito).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo. **Ofício de 18 de novembro de 1847**, f. 270v, do livro 4. (Documento manuscrito).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 09/06/1848. **Trechos do Relatório do Diretor Geral dos Índios da Província de São Paulo**, José Joaquim Machado de Oliveira, em 09 de junho de 1848. (Documento manuscrito).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo. **Ofício de 16 de novembro de 1848**, s/p. (Documento manuscrito).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo. **Ofício de 18 de junho de 1849**, f. 64 – 65. (Documento Manuscrito).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo. Cópia do Ofício de 22 de março de 1850. *In*: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo. **Ofício de 11 de abril de 1850** f. 170 – 172. (Documento Manuscrito).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo. **Ofício de 11 de abril de 1850** f. 170 – 172. (Documento Manuscrito).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, **Ofício de 27 de janeiro de 1851**, f. 4 - 14. (Documento Manuscrito).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, **Ofício de 16 de março de 1852**, f. 200 – 216. (Documento Manuscrito).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, **Ofício de 18 de dezembro de 1852**, f. 57 – 58. (Documento manuscrito).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, **Ofício de 1 de fevereiro de 1853**, f. 23– 24. (Documento manuscrito).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, **Ofício de 18 de março de 1853**, f. 33– 34. (Documento manuscrito).

DOCUMENTOS DA BIBLIOTECA NACIONAL

CARTAXO, Ernani Guarita. **Pré – Hisória Sul Americana. A noite** Anno XXIV, N. 8.133, 2ª Edição, Rio de Janeiro – RJ, 18/ 07/ 1934. Disponível em https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&pagfis=18689. Acesso em 03 de maio de 2025.

SOUSA, Cândido Xavier de Almeida e. **Planta do Forte de Nossa Senhora do Carmo: que o comandante de expedição Candido Xavier de Almeyda fundou de novo nos campos de Gurapuaba descobertos em 7 de Setembro de 1770.** 1 planta ms., color., desenho a nanquin, 31,6 x 41,6cm em folha 34,5 x 44,6cm. Disponível em: <https://redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301594>. Acesso em 03 de maio de 2025.

SOUZA, Afonso Botelho de Sampaio e. Notícia da conquista e descoberta dos sertões do Tibagi. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro – RJ: Departamento de Imprensa Nacional/Divisão de Publicações, v. 76, 1956. Acesso em 03 de maio de 2025.

MCA I. MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS I. **Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640).** Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1951. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/projetos/angelis/exposicao2.html>. Acesso em 03 de maio de 2025.

MÜLLER, Daniel Pedro. **Mappa do Campo de Guarapuava, Paraná e Territórios Cor [...].** 1815. 1 mapa ms., desenho a aguada, 43 x 49,5cm em f. 45,5 x 51,7cm. Disponível em: <https://bdlib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/429796>. Acesso em 03 de maio de 2025.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. Parte Oficial. Governo da Província. **O dezenove de dezembro, curitiba – pr, 7 de fevereiro de 1855.** Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=416398&Pesq=,%20Jo%20c3%a3o%20da%20Silveira%20Caldas,&pagfis=208>. Acesso em 03 de maio de 2025.

BRASIL: LEIS, DECRETOS

BRASIL COLÔNIA. **Carta Régia de 5 de Novembro de 1808.** Coleção de Leis do Império do Brasil.1808, Página 156 Vol. 1 (Publicação Original). Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg/sn/anterioresa1824/cartaregia-40263-5-novembro-1808-572442-publicacaooriginal-95554-pe.html>. Acesso em 03 de maio de 2025.

BRASIL IMPÉRIO. **Decreto 2.502, de 16 de novembro de 1859.** Coleção de Leis do Império: Rio de Janeiro, tomo XXII, parte II, p. 578-580, 1859. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2502-16-novembro-1859-557770-publicacaooriginal-78434-pe.html> . Acesso em 17 de novembro de 2022.

DOCUMENTOS IMPRESSOS - DISPONÍVEIS EM SITES DIVERSOS NA INTERNET

DEFENSE MAPPING AGENCY Hydrographic/Topographic Center, Washington, D.C. in cooperation with, Brazil. **Guarapuava, Brazil.** Scale 1: 250,000. Series 1501, Sheet SG22-6. Edition 1, Washington, D.C, 1976. Disponível em: https://maps.lib.utexas.edu/maps/jog/latin_america/txu-oclc-224388740-sg22-06.jpg. Acesso em 03 de maio de 2025.

LEONHARDT, Carlos (org). Cartas Ânua De La Provincia Del Paraguay, Chile Y Tucumán De La Compañía De Jesús. In: **DOCUMENTOS PARA LA HISTORIA ARGENTINA**, Tomos XIX-XX. Iglesia. Buenos Aires, Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser1927-1929.

NASCIMENTO, José Thomaz do. Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e relações que teve com os índios coroados mais bravios daquelles lugares. **Revista Trimestral Do Instituto Histórico Geographico E Ethnographico Do Brazil**. Rio de Janeiro-RJ: tomo XLIX, p. 267-281, 1886. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Anascimento-1886-viagem/nascimento_1886_viagem.pdf. Acesso em 03 de maio de 2025.

MOURÃO, Luís António de Souza Botelho; SOUZA, Afonso Botelho de Sampaio e Souza. **Carta Chorografica Que Contém A Entrada Que Mandou Fazer O Gov.^{Or} E Cap.^{ão} General Luiz Antonio De Souza, Comandada Pelo Ten.^E Coronel Affonço Botelho, Em Que Descobrio Os Campos De Guarapuava, Penetrando Até Os Alojamentos Do Gentio Xaclán, Desde O Mez De Noveº De 1771 Té Primeº De Jane.^O De 1772**. Mapa, Impressão em papel, 93 x 123 cm. Disponível em: <https://www.memoria.pr.gov.br/acervo/34592>. Acesso em 03 de maio de 2025.

DOCUMENTOS IMPRESSOS DO APP – ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

JARDIM, Jeronimo Rodrigues de Moraes. 11/01/1866. Relatorio da Estrada de Palmas á Corrientes, Em 11 de janeiro de 1866. *In*: PARANÁ, 15/02/1866. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná, na primeira sessão da oitava legislatura, á 15 de fevereiro de 1866, pelo presidente André Augusto de Padua Fleury**. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1866_presidente_andre_augusto_de_padua_fleury_0.pdf Acesso em 30 de novembro de 2022.

KELER, José. KELLER, Francisco. 22/07/1865. Relatorio da Exploração do Ivahy, Tibagy e Paranapanema. Em 22 de Julho de 1865. *In*: PARANÁ, 15/02/1866. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná, na primeira sessão da oitava legislatura, á 15 de fevereiro de 1866, pelo presidente André Augusto de Padua Fleury**. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1866_presidente_andre_augusto_de_padua_fleury_0.pdf Acesso em 30 de novembro de 2022.

KELLER, José. KELLER, Francisco. 27/12/1865. Relatorio da Exploração dos rios Tibagy e Paranapanema. Em 27 de dezembro de 1865, *In*: PARANÁ, 15/02/1866. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná, na primeira sessão da oitava legislatura, á 15 de fevereiro de 1866, pelo presidente André Augusto de Padua Fleury**. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1866_presidente_andre_augusto_de_padua_fleury_0.pdf Acesso em 30 de novembro de 2022.

PARANÁ, 15/07/1854. **Relatório do Presidente de Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 15/07/1854**. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1854_presidente_zacarias_de_goes_e_vasconcelos_0.pdf . Acesso em 15 de setembro de 2022.

PARANÁ.06/09/1854. **Relatório do Estado da Província do Paraná, apresentado ao vice-presidente Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan, pelo vice-presidente Theofilo**

Ribeiro de Rezende por ocasião de lhe entregar a administração da mesma província em 6 de setembro de 1854. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1854_vice-presidente_teofilo_vitorio_ribeiro_de_rezende_0.pdf . Acesso em 21 de setembro de 2022.

PARANÁ. 08/02/1855. Relatório do Presidente de Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Povincial, em 8 de fevereiro de 1855. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1855_presidente_zacarias_de_goes_e_vasconcelos_0.pdf . Acesso em 26 de setembro de 2022.

PARANÁ. 01/05/1855. Relatório do Presidente de Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, por ocasião de passar a administração da mesma província no dia 1º de maio de 1856. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1855_presidente_zacarias_de_goes_e_vasconcelos_2_0.pdf . Acesso em 20 de setembro de 2022.

PARANÁ, 01/03/1856. Relatório Apresentado A' Assembléa Legislativa Provincial do Paraná, pelo vice-presidente em exercício, Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan, em 1º de março de 1856. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1856_vice-presidente_henrique_pedro_carlos_de_beaurepaire_rohan_0.pdf . Acesso em 28 de setembro de 2022.

PARANÁ. 07/01/1857. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Provincia do Paraná no dia 7 de janeiro de 1857, pelo vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1857_vice-presidente_jose_antonio_vaz_de_carvalhaes_2_0.pdf . Acesso em 03 de outubro de 2022.

PARANÁ, s.d./1857. Relatório apresentado ao excellentissimo senhor doutor Francisco Liberato de Mattos pelo 2º vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes, sobre o estado da administração da mesma província no anno de 1857. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1857_vice-presidente_jose_antonio_vaz_de_carvalhaes_0.pdf . Acesso em 03 de outubro de 2022.

PARANÁ, 07/01/1858. Relatório do Presidente da Provincia do Paraná, Francisco Liberato de Mattos na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1858. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1858_presidente_francisco_liberato_de_mattos_0.pdf . Acesso em 25 de outubro de 2022.

PARANÁ, 07/01/1859. Relatório do Presidente da Provincia do Paraná, Francisco Liberato de Mattos na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1859. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1859_presidente_francisco_liberato_de_mattos_2_0.pdf . Acesso em 25 de outubro de 2022.

PARANÁ, 26/02/1859. Relatório do Estado da Província do Paraná, apresentado ao vice-presidente Luiz Francisco da Camara Leal, pelo presidente Francisco Liberato de Mattos, por ocasião de lhe entregar a administração da mesma província, em 26 de fevereiro de 1959. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1859_presidente_francisco_liberato_de_mattos_0.pdf . Acesso em 31 de outubro de 2022.

PARANÁ, 02/05/1859. Relatório do Estado da Província do Paraná, apresentado ao presidente o illustrissimo e excellentissimo senhor doutor José Francisco Cardoso, pelo vice-presidente Luiz Francisco da Camara Leal, por ocasião de lhe entregar a administração da mesma província, em 02 de maio de 1859. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1859_presidente_francisco_liberato_de_mattos_0.pdf . Acesso em 31 de outubro de 2022.

PARANÁ, 01/03/1860. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da Provincia do Paraná, na abertura da 1.^a Sessão da 4.^a Legislatura, pelo presidente José Francisco Cardoso, no dia 1.^o de março de 1860. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1860_presidente_jose_francisco_cardoso.pdf . Acesso em 03 de novembro de 2022.

PARANÁ, 18/03/1861. Relatório do Presidente de Província do Paraná, o Exm. Sr. Dr. José Francisco Cardoso, apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antônio Barbosa Gomes Nogueira, por ocasião de passar-lhe a Administração da Província do Paraná, no dia 18 de março de 1861. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1861_presidente_jose_francisco_cardoso_0.pdf . Acesso em 17 de novembro de 2022.

PARANÁ, 15/02/1862. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da Província do Paraná na abertura da primeira sessão da Quinta Legislatura pelo Exm. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira, no dia 14 de fevereiro de 1862. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1862_presidente_antonio_barbosa_gomes_nogueira_0.pdf . Acesso em 21 de novembro de 2022.

PARANÁ, 15/02/1863. Relatório Apresentado á Assembleia Legislativa da Provincia do Paraná, pelo presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira, na abertura da 2^a Sessão da 5^a Legislatura, em 15 de fevereiro de 1863. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1863_presidente_ntonio_barbosa_gomes_nogueira_0.pdf . Acesso em 23 de novembro de 2022.

PARANÁ, 31/05/1863. Relatório do Estado da Provincia do Paraná, apresentado ao 2^o vice-prsidente Coronel Manoel Antonio Ferreira, pelo presidente Antonio Barbosa

Gomes Nogueira, por ocasião de lhe entregar a administração da mesma província, em 31 de maio de 1863. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1863_presidente_antonio_barbosa_gomes_nogueira_0.pdf . Acesso em 23 de novembro de 2022.

PARANÁ, 21/02/1864. Relatório Apresentado a Legislativa da Província do Paraná, pelo 1º vice-presidente Sebastião Gonçalves da Silva, na abertura da 1ª Sessão da 6ª Legislatura, em 21 de fevereiro de 1864. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1864_presidente_sebastiao_goncalves_da_silva_0.pdf . Acesso em 24 de novembro de 2022.

PARANÁ, 04/06/181865. Relatório com que O Exm. Sr. Presidente da Província Dr. André Augusto de Padua Fleury passou a administração ao Exm. Sr. Vice-presidente Dr. Manoel Alves de Araujo, no dia 4 de junho de 1865. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1865_presidente_andre_augusto_de_padua_fleury_0.pdf . Acesso em 28 de novembro de 2022.

PARANÁ, 19/08/1865. Relatório com que o Exm. Sr. Vice-presidente da Província Dr. Manoel Alves de Araujo passou a Administração ao Exm. Sr. Presidente Dr. André Augusto de Padua Fleury, no dia 19 de Agosto de 1865. In: PARANÁ, 21/03/1865. Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor André Augusto de Padua Fleury, na abertura da 2ª Sessão da 7ª Legislatura, em 21 de março de 1865. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1865_presidente_andre_augusto_de_padua_fleury_1_0.pdf . Acesso em 29 de novembro de 2022.

PARANÁ, 15/02/1866. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná, na primeira sessão da oitava legislatura, á 15 de fevereiro de 1866, pelo presidente André Augusto de Padua Fleury. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1866_presidente_andre_augusto_de_padua_fleury_0.pdf Acesso em 30 de novembro de 2022.

PARANÁ, 15/03/1867. Relatório Apresentado Á Assembléa Legislativa do Paraná, pelo presidente da Província, o Illustrissimo e Excellentissimo senhor doutor Polidoro Cezar Burlamaque, no dia 15 de março de 1867. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1867_presidente_polidoro_cesar_burlamaque_2_0.pdf . Acesso em 10 de janeiro de 2023.

PARANÁ, 15/02/1868. Relatório Apresentado Á Assembleia Legislativa da Província do Paraná, na Abertura da 1ª Sessão da 8ª Legislatura, pelo presidente Bacharel José Feliciano Horta de Araujo, no dia 15 de fevereiro de 1868. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1868_presidente_jose_feliciano_horta_de_araujo_0.pdf . Acesso em 03 de março de 2023.

PARANÁ, 01/09/1869. **Relatorio Apresentado ao Excellentissimo senhor vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão, pelo excellentissimo ex-presidente Dr. Antonio Augusto da Fonseca, por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná.** Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1869_presidente_antonio_augusto_da_fonseca_0.pdf. Acesso em 03 de março de 2023.

PARANÁ, 05/12/1869. **Relatorio Apresentado ao excellentissimo senhor presidente Dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho, pelo excellentissimo vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão, por ocasião de passar-lhe a administração da provincia do Paraná.** Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1869_presidente_antonio_augusto_da_fonseca_0.pdf. Acesso em 03 de março de 2023.

PARANÁ, 15/02/1870. **Relatorio apresentado á Assembea Legislativa do Paraná, na abertura da 1.^a Sessão da 9.^a Legislatura, pelo presidente, o illustrissimo e excellentissimo senhor Dr. Antonio Luiz de Affonso de Carvalho, no dia 15 de fevereiro de 1870.** Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1870_presidente_antonio_luiz_affonso_de_carvalho_0.pdf. Acesso em 03 de março de 2023.

PARANÁ, 24/12/1870. **Relatorio apresentado ao excellentissimo senhor presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa, pelo ex.mo Sr. vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão, por ocasião de passar-lhe a administração da provincia do Paraná.** Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1870_vice-presidente_agostinho_ermelino_de_leao_1.pdf. Acesso em 04 de março de 2023.

PARANÁ, 15/02/1872. **Relatório com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa abriu a 1.^a Sessão da 10.^a Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Paraná, no dia 15 de fevereiro de 1872.** Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1872_presidente_venancio_jose_de_oliveira_lisboa_1.pdf. Acesso em 06 de março de 2023.

PARANÁ, 15/02/1874. **Relatorio com que o excelentíssimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches abriu a 1.^a sessão da 11.^a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 15 de fevereiro de 1874.** Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1874_presidente_frederico_jose_cardoso_de_araujo_abranches_1.pdf. Acesso em 06 de março de 2023.

PARANÁ, 15/02/1875. **Relatorio com que o Excellentissimo senhor Doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches abriu a 2.^a Sessão da 11.^a Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 15 de fevereiro de 1875.** Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1875_frederico_jose_cardoso_de_araujo_abranches_2_1.pdf . Acesso em 07 de março de 2023.

PARANÁ, 15/02/1876. Relatorio apresentado á Assemblèa Legislativa do Paraná, no dia 15 de fevereiro de 1876, pelo presidente da provincia, o excellentissimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1876_presidente_adolpho_lamenha_lins1_1.pdf . Acesso em 07 de março de 2023.

PARANÁ, 17/08/1877. Relatorio apresentado ao illustrissimo e excellentissimo senhor doutor Joaquim Bento de Oliveira Junior, pelo 2.º vice-presidente Barão de Nacar, por ocasião de passar-lhe a administração da provincia do Paraná, no dia 17 de agosto de 1877. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1877_presidente_adolpho_lamenha_lins_1.pdf . Acesso em 08 de março de 2023.

PARANÁ, 07/02/1878. Relatorio com que o excellentissimo senhor presidente Dr.Joaquim Bento de Oliveira Junior, passou a administração da provincia ao 1.º vice-presidente o excellentissimo senhor conselheiro Jesuino Marcondes de oliveira e Sá, em 7 de fevereiro de 1878. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1878_presidente_joaquim_bento_de_oliveira_junior_1.pdf . Acesso em 08 de março de 2022.

PARANÁ, 31/03/1879. Relatorio com que o Exm. Snr. Doutor Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes passou a administração da provincia ao primeiro vice-presidente, Exmº. Snr. Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, no dia 31 de março de 1879. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1879_-_presidente_rodrigo_octavio_de_oliveira_menezes_anexos_1.pdf . Acesso em 09 de março de 2023.

PARANÁ, 16/02/1880. Relatorio apresentado Á Assembléa Legislativa do Paraná, no dia 16 de fevereiro de 1880. Pelo presidente da provincia o Exmo. Snr. Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1880_presidente_manuel_pinto_de_souza_dantas_filho_0.pdf . Acesso em 15 de março de 2023.

PARANÁ, 03/05/1881. Exposição com que o Dr. João José Pedrosa passou a administração da provincia do Paraná ao presidente Dr. Sancho de Barros Pimentel, no dia 3 de maio de 1881. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1881_presidente_joao_jose_pedrosa_0.pdf . Acesso em 17 de março de 2023.

PARANÁ, 16/02/1881. Relatorio apresentado a' Assembléa Legislativa do Paraná, por ocasião da instalação da 2ª. Sessão da 14ª. Legislatura, no dia 16 de fevereiro de 1881, pelo presidente da provincia, o Exm. Snr. Dr. João José Pedrosa. Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1881_presidente_joao_jose_pedrosa_0.pdf. Acesso em 17 de março de 2023.

PARANÁ, Secretaria de polícia da província, 20/02/1879. **Relatorio apresentado ao Exm. Snr. Doutor Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes, Presidente da Provincia do Paraná, pelo Chefe de policia da mesma Provincia Carlos Augusto de Carvalho, em 20 de fevereiro de 1879.** Disponível em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1879_presidente_rodrigo_octavio_de_oliveira_menezes_1.pdf. Acesso em 13 de março de 2023.

PARANÁ, Secretaria de polícia da província, 20/05/1879. Relatorio apresentado ao Exm. Snr. Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, Presidente da Provincia do Paraná, pelo chefe de policia da mesma provincia, o dr. Luiz Barreto Corrêa de Menezes. In: PARANÁ, 04/06/1879. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná, no dia 4 de junho de 1879 pelo Exmº. Presidente da Provincia, o bacharel Manoel Pinto de Souza Dantas Filho.** Disponível

em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1879_-_presidente_manuel_pinto_de_souza_dantas_filho_56p_1.pdf. Acesso em 14 de março de 2023.

REBOUÇAS FILHO, Antonio Pereira. Breve Noticia da exploração da linha entre a villa de Guarapuava e a navegação do baixo Ivahy, secção de uma via de comunicação entre o porto de Antonina e a provincia de Matto-Grosso. 1869. In: PARANÁ, 05/12/1869. **Relatorio Apresentado ao excellentissimo senhor presidente Dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho, pelo excellentissimo vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão, por ocasião de passar-lhe a administração da provincia do Paraná.** Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1869_presidente_antonio_augusto_da_fonseca_0.pdf. Acesso em 03 de março de 2023.

TOURINHO, Francisco Antonio Monteiro. Plano de Estudos sobre as Estradas de Mato Grosso, Paraguay e Corrientes. 1967. In: PARANÁ, 15/03/ 1867. **Relatório Apresentado Á Assembléa Legislativa do Paraná, pelo presidente da Província, o Illustrissimo e Excellentissimo senhor doutor Polidoro Cezar Burlamaque, no dia 15 de março de 1867.** Disponível

em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1867_presidente_polidoro_cesar_burlamaque_2_0.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2023.

DOCUMENTOS DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS DISPONÍVEIS NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SEI-IPHAN)

ARQUEOLOGÍSTICA Consultoria Arqueológica. **RELATÓRIO CONCLUSIVO DE AVALIAÇÃO CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CLASSE I E DE CLASSE II DISTRITO DE PALMEIRINHA, GUARAPUAVA – PARANÁ.** Processo SEI-IPHAN nº 01508.900116/2017-59. Maringá-PR, 2018a.

ARQUEOLOGÍSTICA Consultoria Arqueológica. **PROJETO DE RESGATE ARQUEOLÓGICO CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CLASSE**

I E DE CLASSE II DISTRITO DE PALMEIRINHA, GUARAPUAVA – PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.900116/2017-59. Maringá-PR, 2018b.

ARQUEOLOGÍSTICA Consultoria Arqueológica. RELATÓRIO TRIMESTRAL 15 DE AGOSTO À 17 DE NOVEMBRO DE 2018. MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CLASSE I E DE CLASSE II DISTRITO DE PALMEIRINHA, GUARAPUAVA – PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.900116/2017-59. Maringá, 2018c.

ARQUEOLOGÍSTICA Consultoria Arqueológica. RELATÓRIO FINAL PROGRAMA DE RESGATE ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL SÍTIO “ARROIO DO TANQUE” E ÁREA DE OCORRÊNCIA ARQUEOLÓGICA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CLASSE I E DE CLASSE II DISTRITO DE PALMEIRINHA, GUARAPUAVA – PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.900116/2017-59. Maringá, 2019a.

ARQUEOLOGÍSTICA Consultoria Arqueológica. OFÍCIO Nº 47/2019 – AL. Processo SEI-IPHAN nº 01508.900116/2017-59. Maringá, 2019b.

ARTEFATOS Pesquisas Arqueológicas. RELATÓRIO FINAL DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000706/2018-61. Florianópolis, 2019.

COPEL GERAÇÃO S.A. ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL / RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA / RIMA) DA PCH CAVERNOSO II. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000896/2010-69. Volumes I, II e III. Curitiba – PR, 2009.

DOSSEL Ambiental consultoria e Projetos LTDA. PROJETO DE AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO (PAIPA) LT 525 KV AREIA – JOINVILLE SUL, ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA. ESTADO DO PARANÁ: CRUZ MACHADO, MALLETT, PAULO FRONTIN, PINHÃO, SÃO MATEUS DO SUL E UNIÃO DA VITÓRIA. ESTADO DE SANTA CATARINA: CANOINHAS, CORUPÁ, GUARAMIRIM, JARAGUÁ DO SUL, JOINVILLE, MAFRA, RIO NEGRINHO, SÃO BENTO DO SUL, SCHROEDER E TRÊS BARRAS. Processo SEI-IPHAN nº 01450.001249/2019-15. Brasília – DF, 2019.

DOSSEL Ambiental Consultoria e Projetos LTDA. PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO (PAIPA) LT 525 kV AREIA - JOINVILLE SUL. Processo SEI-IPHAN nº 01450.001249/2019-15. Brasília – DF, 2020.

DOSSEL Ambiental Consultoria e Projetos LTDA. PROJETO DE PROSPECÇÃO COMPLEMENTAR LINHA DE TRANSMISSÃO 525 KV AREIA – JOINVILLE SUL. Processo SEI-IPHAN nº 01450.001249/2019-15. Brasília – DF, 2021.

DOSSEL Ambiental Consultoria e Projetos LTDA. RELATÓRIO PARCIAL DE PROSPECÇÃO COMPLEMENTAR LINHA DE TRANSMISSÃO 525 kV AREIA – JOINVILLE SUL. Processo SEI-IPHAN nº 01450.001249/2019-15. Brasília – DF, 2022a.

DOSSEL Ambiental Consultoria e Projetos LTDA. RELATÓRIO PARCIAL 2 DE PROSPECÇÃO COMPLEMENTAR LINHA DE TRANSMISSÃO 525 kV AREIA – JOINVILLE SUL. Processo SEI-IPHAN nº 01450.001249/2019-15. Brasília – DF, 2022b.

DOSSEL Ambiental Consultoria e Projetos LTDA. RELATÓRIO PARCIAL 3 DE PROSPECÇÃO COMPLEMENTAR LINHA DE TRANSMISSÃO 525 kV AREIA – JOINVILLE SUL. Processo SEI-IPHAN nº 01450.001249/2019-15. Brasília – DF, 2022c.

Dossel Ambiental Consultoria e Projetos LTDA. RELATÓRIO PARCIAL 4 DE PROSPECÇÃO COMPLEMENTAR LINHA DE TRANSMISSÃO 525 kV AREIA – JOINVILLE SUL. Processo SEI-IPHAN nº 01450.001249/2019-15. Brasília – DF, 2023a.

DOSSEL Ambiental Consultoria e Projetos LTDA. RELATÓRIO PARCIAL 5 DE PROSPECÇÃO COMPLEMENTAR LINHA DE TRANSMISSÃO 525 kV AREIA – JOINVILLE SUL. Processo SEI-IPHAN nº 01450.001249/2019-15. Brasília – DF, 2023b.

DOSSEL Ambiental Consultoria e Projetos LTDA. RELATÓRIO FINAL DE PROSPECÇÃO COMPLEMENTAR LINHA DE TRANSMISSÃO 525 kV AREIA – JOINVILLE SUL. Processo SEI-IPHAN nº 01450.001249/2019-15. Brasília – DF, 2023c.

EPPC – Estudos e Projetos em Patrimônio Cultural Ltda. Relatório Parcial 3 – RECADASTRAMENTO SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS (CNSA-IPHAN) OESTE DO ESTADO DO PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000827/2016-41. Curitiba – PR, 2020a.

EPPC – Estudos e Projetos em Patrimônio Cultural Ltda. Relatório Parcial 4 – RECADASTRAMENTO SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS (CNSA-IPHAN) OESTE DO ESTADO DO PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000827/2016-41. Curitiba – PR, 2020b.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA LINHA DE DISTRIBUIÇÃO DE ALTA TENSÃO 138 KV FAXINAL DA BOA VISTA – TURVO – E SUBESTAÇÃO FAXINAL DA BOA VISTA, MUNICÍPIO DE TURVO – PR. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000076/2018-24. Tubarão – SC, 2018.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA LINHA DE DISTRIBUIÇÃO DE ALTA TENSÃO 138 KV FAXINAL DA BOA VISTA – TURVO E SUBESTAÇÃO FAXINAL DA BOA VISTA, MUNICÍPIO DE TURVO – PR. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000076/2018-24. Tubarão – SC, 2019.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA LINHA DE DISTRIBUIÇÃO DE ALTA TENSÃO 138 KV FAXINAL DA BOA VISTA – TURVO E SUBESTAÇÃO FAXINAL DA BOA VISTA, MUNICÍPIO DE TURVO – PR. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000076/2018-24. Tubarão – SC, 2020a.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA LINHA DE DISTRIBUIÇÃO DE ALTA TENSÃO 138 KV PCH PAREDINHA – SE FAXINAL DA BOA VISTA, MUNICÍPIO DE TURVO, ESTADO DO PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000501/2020-08. Tubarão – SC, 2020b.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. OFÍCIO Nº 044/202-E.A. Tubarão -SC, 08 de abril de 2021. Processo SEI-IPHAN nº 01508.900137/2017-74. Tubarão – SC, 2021a.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. PROJETO DE RESGATE ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA PCH CONFLUÊNCIA, MUNICÍPIOS DE PRUDENTÓPOLIS E TURVO / PR. Processo SEI-IPHAN nº 01508.900137/2017-74. Tubarão – SC, 2021b.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. OFÍCIO Nº 052/2021-E.A. Tubarão-SC, 22 de abril de 2021. Processo SEI-IPHAN nº 01508.900137/2017-74. Tubarão – SC, 2021c.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. OFÍCIO Nº059/2021-E.A. Tubarão – SC, 06 de maio de 2021. Processo SEI-IPHAN nº 01508.900137/2017-74. Tubarão – SC, 2021d.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. OFÍCIO Nº 063/2021-E.A. Tubarão-SC, 14 de maio de 2021. Processo SEI-IPHAN nº 01508.900137/2017-74. Tubarão – SC, 2021e.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. OFÍCIO Nº 075/2021-E.A. Tubarão-SC, 21 de maio de 2021. Processo SEI-IPHAN nº 01508.900137/2017-74. Tubarão – SC, 2021f.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. OFÍCIO Nº 076/2021-E.A. Tubarão – SC, 24 de maio de 2021. Processo SEI-IPHAN nº 01508.900137/2017-74. Tubarão – SC, 2021g.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. OFÍCIO Nº 079/2021-E.A. Tubarão-SC, 07 de junho de 2021. Processo SEI-IPHAN nº 01508.900137/2017-74. Tubarão – SC, 2021h.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. OFÍCIO Nº 085/2021-E.A. Tubarão-SC, 22 de junho de 2021. Processo SEI-IPHAN nº 01508.900137/2017-74. Tubarão – SC, 2021i.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA LINHA DE DISTRIBUIÇÃO DE ALTA TENSÃO 138 KV FAXINAL DA BOA VISTA – TURVO E SUBESTAÇÃO FAXINAL DA BOA VISTA, MUNICÍPIO DE TURVO – PR. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000076/2018-24. Tubarão – SC, 2021j.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. OFÍCIO Nº 142/2021-E.A. Tubarão – SC, 28 de outubro de 2021. Processo SEI-IPHAN nº 01508.900137/2017-74. Tubarão – SC, 2021l.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. OFÍCIO Nº 161/2021-E.A. Tubarão – SC, 14 de dezembro de 2021. Processo SEI-IPHAN nº 01508.900137/2017-74. Tubarão – SC, 2021m.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. OFÍCIO Nº 015/2022-E.A. Tubarão – SC, 18 de fevereiro de 2022. Processo SEI-IPHAN nº 01508.900137/2017-74. Tubarão – SC, 2022a.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. OFÍCIO Nº 026/2022-E.A. Tubarão – SC, 29 de março de 2022. Processo SEI-IPHAN nº 01508.900137/2017-74. Tubarão – SC, 2022b.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. RESGATE ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA PCH CONFLUÊNCIA, MUNICÍPIOS DE PRUDENTÓPOLIS E TURVO/PR. Processo SEI-IPHAN nº 01508.900137/2017-74. Tubarão-SC, 2022c.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. OFÍCIO Nº 083/2022-E.A. Tubarão – SC, 06 de setembro de 2022. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000076/2018-24. Tubarão – SC, 2022d.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA LDAT 138 KV PCH PAREDINHA – SE FAXINAL DA BOA VISTA, MUNICÍPIO DE TURVO-PR. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000501/2020-08. Tubarão – SC, 2022e.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA CGH PONTE, MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE-PR. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000984/2013-11. Tubarão – SC, 2022f.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA LDAT 138 KV PCH PAREDINHA – SE FAXINAL DA BOA VISTA, MUNICÍPIO DE TURVO-PR. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000501/2020-08. Tubarão – SC, 2023a.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. OFÍCIO Nº 063/2023-E.A. Tubarão-SCV, 15 de junho de 2023. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000159/2018-13. Tubarão – SC, 2023b.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA PCH PAREDINHA, MUNICÍPIO DE TURVO – PR. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000159/2018-13. Tubarão – SC, 2023c.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DAS OBRAS DE DUPLICAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA RODOVIA PR-170/PRC-466, NO TRECHO SITUADO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE TURVO E GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000597/2023-49. Tubarão-SC, 2023d.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA PCH PAREDINHA, MUNICÍPIO DE TURVO-PR. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000159/2018-13. Tubarão – SC, 2024.

FERMA Construções e Serviços LTDA. DIAGNÓSTICO DA ARQUEOLOGIA EIA-RIMA PCH CAVERNOSO II, VIRMOND-PR. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000896/2010-69. Curitiba – PR, 2004.

FORTE Soluções Ambientais. PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA PCH CAVERNOSO VI, NOS MUNICÍPIOS DE GUARAPUAVA E CANTAGALO, NO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 2017.

FORTE Soluções Ambientais. RELATÓRIO FINAL DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PCH CAVERNOSO IV, NOS MUNICÍPIOS DE CANDÓI E CANTAGALO, NO ESTADO DO PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000566/2017-40. Curitiba – PR, 2017a.

FORTE Soluções Ambientais. PROGRAMA DE PROSPECÇÕES ARQUEOLÓGICAS INTENSIVAS E PROJETO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I E CLASSE II, DISTRITO DE PALMEIRINHA, GUARAPUAVA / PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.900116/2017-59. Curitiba, de 2017b.

FORTE Soluções Ambientais. COMPLEMENTAÇÕES DO RELATÓRIO FINAL DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA PCH CAVERNOSO IV, LOCALIZADA ENTRE OS MUNICÍPIOS DE CANDÓI E CANTAGALO. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000566/2017-40. Curitiba – PR, 2017c.

FORTE soluções ambientais. PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E PROJETO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA CAVERNOSO IV, MUNICÍPIOS DE CANDÓI E CANTAGALO, NO ESTADO DO PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000566/2017-40. Curitiba – PR, 2017d.

FORTE Soluções Ambientais. RELATÓRIO FINAL DO PROGRAMA DE PROSPECÇÕES ARQUEOLÓGICAS INTENSIVAS E PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I E CLASSE II, DISTRITO DE PALMEIRINHA, MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, NO ESTADO DO PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.900116/2017-59. Curitiba, 2018a.

FORTE Soluções Ambientais. RELATÓRIO FINAL DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E PROJETO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA CAVERNOSO IV,

MUNICÍPIOS DE CANDÓI E CANTAGALO, NO ESTADO DO PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000566/2017-40. Curitiba – PR, 2018b.

FORTE Soluções Ambientais. RELATÓRIO FINAL DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA CAVERNOSO IV, MUNICÍPIOS DE CANDÓI E CANTAGALO, NO ESTADO DO PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000566/2017-40. Curitiba – PR, 2019.

FUNDAÇÃO AROEIRA. RELATÓRIO PARCIAL DO PROGRAMA DE RESGATE E MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO EMPREENDIMENTO LINHA DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA DE 138 KV AREIA – UNIÃO DA VITÓRIA. SÍTIOS MANGUEIRÃO E UNIÃO DA VITÓRIA. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000937/2015-21. Goiânia – GO, 2016a.

FUNDAÇÃO AROEIRA. PROGRAMA DE RESGATE, MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL LINHA DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA DE 138 KV. RELATÓRIO PARCIAL DE RESGATE SÍTIO ARQUEOLÓGICO TRONQUEIRA. AREIA – UNIÃO DA VITÓRIA. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000937/2015-21. Goiânia – GO, 2016b.

HABITUS Assessoria e Consultoria LTDA. PROJETO DE RESGATE ARQUEOLÓGICO E PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA PCH CONFLUÊNCIA, LOCALIZADA NOS MUNICÍPIOS DE PRUDENTÓPOLIS E TURVO, ESTADO DO PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.001527/2015-06. Erechim – RS, 2015.

HABITUS Assessoria e Consultoria LTDA. RELATÓRIO PRELIMINAR DE RESGATE ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA PCH CONFLUÊNCIA, LOCALIZADA NOS MUNICÍPIOS DE PRUDENTÓPOLIS E TURVO, ESTADO DO PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.001527/2015-06. Erechim – RS, 2017a.

HABITUS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. RELATÓRIO DE RESGATE ARQUEOLÓGICO E PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA PCH CONFLUÊNCIA, LOCALIZADA NOS MUNICÍPIOS DE PRUDENTÓPOLIS E TURVO, ESTADO DO PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.001527/2015-06. Erechim – RS, 2017b.

IGPLAN Inteligência Geográfica. ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL – PCH CONFLUÊNCIA. Curitiba-PR, 2005.

IGPLAN Inteligência Geográfica. RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – PCH CONFLUÊNCIA. Curitiba-PR, 2010.

JCS ENGENHARIA Consultoria e Participações EIRELE – EPP. PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA (CGH) CORVO I, NO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000060/2018-11. Jaraguá do Sul - SC, 2018.

PARANÁ, Coordenação do Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura do Estado do. OFÍCIO Nº 118/2023-CPC. Curitiba, 16 de junho de 2023. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000159/2018-13. Curitiba-PR, 2023.

PARELLADA, Claudia Inês. RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO PROGRAMA DE RESGATE ARQUEOLÓGICO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS SANTA CLARA E

FUNDÃO VALE DO RIO JORDÃO – PR. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000037/2003-41. Curitiba – PR, 2007.

PARELLADA, Claudia Inês. I RELATÓRIO PARCIAL APRESENTADO AO IPHAN DO PROGRAMA DE PROSPECÇÃO E RESGATE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA PCH CAVERNOSO II, PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000896/2010-69. Curitiba-PR, 2012a.

PARELLADA, Claudia Inês. II RELATÓRIO PARCIAL APRESENTADO AO IPHAN DO PROGRAMA DE PROSPECÇÃO E RESGATE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA PCH CAVERNOSO II, PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000896/2010-69. Curitiba-PR, 2012b.

PARELLADA, Claudia Inês. RELATÓRIO FINAL DA CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO ATRAVÉS DE DADOS SECUNDÁRIOS DO RAS DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO À PCH CAVERNOSO II, PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000896/2010-69. Curitiba – PR, 2012c.

PARELLADA, Claudia Inês. III RELATÓRIO PARCIAL APRESENTADO AO IPHAN DO PROGRAMA DE PROSPECÇÃO E RESGATE O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA PCH CAVERNOSO II, PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000896/2010-69. Curitiba-PR, 2012d.

PARELLADA, Claudia Inês. IV RELATÓRIO PACIAL APRESENTADO AO IPHAN DO PROGRAMA DE PROSPECÇÃO E RESGATE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA PCH CAVERNOSO II, PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000896/2010-69. Curitiba-PR, 2012e.

PARELLADA, Claudia Inês. V RELATÓRIO PARCIAL APRESENTADO AO IPHAN DO PROGRAMA DE PROSPECÇÃO E REGATE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA PCH CAVERNOSO II, PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000896/2010-69. Curitiba – PR, 2012f.

PARELLADA, Claudia Inês. VI RELATÓRIO APRESENTADO AO IPHAN DO PROGRAMA ARQUEOLÓGICO E DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA PCH CAVERNOSO II, VALE DO RIO CAVERNOSO, PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000896/2010-69. Curitiba – PR, 2013a.

PARELLADA, Claudia Inês. RELATÓRIO FINAL DO PROGRAMA ARQUEOLÓGICO E DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA PCH CAVERNOSO II, VALE DO RIO CAVERNOSO, PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000896/2010-69. Curitiba – PR, 2014.

RM ARQUEOLOGIA LTDA. PROJETO DE RECADASTRAMENTO DE 215 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO ESTADO DO PARANÁ. MUNICÍPIOS: CANDÓI, FOZ DO JORDÃO, GUARAPUAVA, LARANJEIRAS DO SUL, MARQUINHO, PINHÃO, PORTO BARREIRO, QUEDAS DO IGUAÇU, RIO BONITO DO IGUAÇU, TURVO, CLEVELÂNDIA, HONÓRIO SERPA, MANGUEIRINHA, PALMAS, LARANJAL, PITANGA, SANTA MARIA DO OESTE, CAPANEMA, REALEZA, CRUZEIRO DO IGUAÇU, NOVA PRATA DO IGUAÇU, SÃO JORGE DO OESTE, CHOPINZINHO, SÃO JOÃO E SAUDADE DO IGUAÇU, NO ESTADO DO PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000030/2020-20. Campo Largo-PR, 2023.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO (RAIPA) SUBGRUPO I: LINHA DE TRANSMISSÃO 525 KV IVAIPORÃ – PONTA GROSSA (C1) E LINHA DE TRANSMISSÃO 525 KV

IVAIPORÃ – PONTA GROSSA (C2) MUNICÍPIOS DE ARIRANHA DO IVAÍ, CÂNDIDO DE ABREU, IMBITUVA, IPIRANGA, IVAÍ, MANOEL RIBAS, PITANGA, PONTA GROSSA, PRUDENTÓPOLIS, RESERVA E TURVO, ESTADO DO PARANÁ. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000226/2018-08. São Paulo – SP, 2019.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SUBGRUPO I: LINHA DE TRANSMISSÃO 525KV IVAIPORÃ – PONTA GROSSA (C1) E LINHA DE TRANSMISSÃO 525KV IVAIPORÃ – PONTA GROSSA (C2) MUNICÍPIOS DE ARIRANHA DO IVAÍ, CÂNDIDO DE ABREU, IMBITUVA, IPIRANGA, IVAÍ, MANOEL RIBAS, PITANGA, PONTA GROSSA, PRUDENTÓPOLIS, RESERVA E TURVO, ESTADO DO PARANÁ. SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO TERMO DE CONCLUSÃO DE CAMPO 3. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000226/2018-08. São Paulo – SP, 2020a.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SUBGRUPO I: LINHA DE TRANSMISSÃO 525KV IVAIPORÃ – PONTA GROSSA (C1) E LINHA DE TRANSMISSÃO 525KV IVAIPORÃ – PONTA GROSSA (C2) MUNICÍPIOS DE ARIRANHA DO IVAÍ, CÂNDIDO DE ABREU, IMBITUVA, IPIRANGA, IVAÍ, MANOEL RIBAS, PITANGA, PONTA GROSSA, PRUDENTÓPOLIS, RESERVA E TURVO, ESTADO DO PARANÁ. SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO TERMO DE CONCLUSÃO DE CAMPO 4. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000226/2018-08. São Paulo – SP, 2020b.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SUBGRUPO I: LINHA DE TRANSMISSÃO 525KV IVAIPORÃ – PONTA GROSSA (C1) E LINHA DE TRANSMISSÃO 525KV IVAIPORÃ – PONTA GROSSA (C2) MUNICÍPIOS DE ARIRANHA DO IVAÍ, CÂNDIDO DE ABREU, IMBITUVA, IPIRANGA, IVAÍ, MANOEL RIBAS, PITANGA, PONTA GROSSA, PRUDENTÓPOLIS, RESERVA E TURVO, ESTADO DO PARANÁ. SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO RELATÓRIO FINAL 1. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000226/2018-08. São Paulo – SP, 2020c.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SUBGRUPO I: LINHA DE TRANSMISSÃO 525KV IVAIPORÃ – PONTA GROSSA (C1) E LINHA DE TRANSMISSÃO 525KV IVAIPORÃ – PONTA GROSSA (C2) MUNICÍPIOS DE ARIRANHA DO IVAÍ, CÂNDIDO DE ABREU, IMBITUVA, IPIRANGA, IVAÍ, MANOEL RIBAS, PITANGA, PONTA GROSSA, PRUDENTÓPOLIS, RESERVA E TURVO, ESTADO DO PARANÁ. SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO RELATÓRIO FINAL 3. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000226/2018-08. São Paulo – SP, 2021a.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SUBGRUPO I: LINHA DE TRANSMISSÃO 525KV IVAIPORÃ – PONTA GROSSA (C1) E LINHA DE TRANSMISSÃO 525KV IVAIPORÃ – PONTA GROSSA (C2) MUNICÍPIOS DE ARIRANHA DO IVAÍ, CÂNDIDO DE ABREU, IMBITUVA, IPIRANGA, IVAÍ, MANOEL RIBAS, PITANGA, PONTA GROSSA, PRUDENTÓPOLIS, RESERVA E TURVO, ESTADO DO PARANÁ. SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO RELATÓRIO FINAL 8. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000226/2018-08. São Paulo – SP, 2021b.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SUBGRUPO I: LINHA DE TRANSMISSÃO 525KV IVAIPORÃ – PONTA GROSSA (C1) E LINHA DE TRANSMISSÃO 525KV IVAIPORÃ – PONTA GROSSA (C2) MUNICÍPIOS DE ARIRANHA DO IVAÍ, CÂNDIDO DE ABREU,

IMBITUVA, IPIRANGA, IVAÍ, MANOEL RIBAS, PITANGA, PONTA GROSSA, PRUDENTÓPOLIS, RESERVA E TURVO, ESTADO DO PARANÁ. RELATÓRIO FINAL DE MONITORAMENTO. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000226/2018-08. São Paulo – SP, 2021C.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SUBGRUPO I: LINHA DE TRANSMISSÃO 525KV IVAIPORÃ – PONTA GROSSA (C1) E LINHA DE TRANSMISSÃO 525KV IVAIPORÃ – PONTA GROSSA (C2) MUNICÍPIOS DE ARIRANHA DO IVAÍ, CÂNDIDO DE ABREU, IMBITUVA, IPIRANGA, IVAÍ, MANOEL RIBAS, PITANGA, PONTA GROSSA, PRUDENTÓPOLIS, RESERVA E TURVO, ESTADO DO PARANÁ. SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO VOLUME FINAL. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000226/2018-08. São Paulo – SP, 2022.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. OFÍCIO. São Paulo – SP, 17 de agosto de 2023. Processo SEI-IPHAN nº 01508.000226/2018-08. São Paulo – SP, 2023.

APÊNDICE 1. PROCESSOS CONSULTADOS NO SEI-IPHAN.

Nº	Nº DO PROCESSO	PROJETO	MUNICÍPIOS	ATIVIDADES OU NOVOS SÍTIOS NA ÁREA
1	01508.000125/2021-24	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DO ATERRO CONTROLADO, MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR	Palmital	Não
2	01508.000020/2020-94	ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO CANTEIRO CENTRAL CRUZ MACHADO MUNICÍPIO DE CRUZ MACHADO / PR.	Cruz Machado	Não
3	01508.000014/2020-37	ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO CANTEIRO DE APOIO PINHÃO MUNICÍPIO DE PINHÃO/ PR.	Pinhão	Não
4	01508.9001116/2017-59	PROGRAMA DE PROSPECÇÕES ARQUEOLÓGICAS INTENSIVAS E PROJETO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I E CLASSE II, DISTRITO DE PALMEIRINHA, MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, NO ESTADO DO PARANÁ.	Guarapuava	Sim
5	01508.000611/2018-47	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO CGH ARARAS MUNICÍPIOS DE GOIOXIM E GUARAPUAVA – PR.	Goioxim e Guarapuava	Não
6	01508.000791/2021-62	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CGH ARVOREDO, TURVO – PR.	Turvo	Não
7	01508.000055/2017-28	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CGH BELA VISTA, MUNICÍPIO DE PINHÃO – PR.	Pinhão	Não
8	01508.000952/2017-31	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CGH BELTRAME, MUNICÍPIO DE PINHÃO, PR	Pinhão	Não
9	01508.000962/2016-96	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA CGH BITUR A SER IMPLANTADA NO MUNICÍPIO DE PINHÃO – PR	Pinhão	Não
10	01508.000273/2022-20	AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA CGH BOA ESPERANÇA, MUNICÍPIOS DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E TURVO/PR.	Boa Ventura de São Roque e Turvo	Não
11	01508.000214/2023-32	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA CGH BOLZAN, MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL/PR.	Laranjeiras do Sul	Não

12	01508.900249/2017-25	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CGH BUTIZINHO, RIO BUTIÁ, MUNICÍPIO DE PINHÃO, ESTADO DO PARANÁ.	Pinhão	Não
13	01508.000823/2020-49	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA CACHOEIRA, MUNICÍPIO DE TURVO, ESTADO DO PARANÁ.	Turvo	Não
14	01508.000792/2013-05	PROJETO DE MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA (CGH) CAMPO REAL, GUARAPUAVA, PR.	Guarapuava	Não
15	01508.000657/2012-71	PROJETO DE MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA (CGH) CAMPO REAL, GUARAPUAVA, PR.	Guarapuava	Não
16	01508.000429/2020-19	AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA CGH CAVERNOSO 7, MUNICÍPIOS DE GOIOXIM E GUARAPUAVA/PR.	Goioxim e Guarapuava	Não
17	01508.000210/2023-54	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DA CGH CECÍLIA MUNICÍPIO DE CRUZ MACHADO, ESTADO DO PARANÁ.	Cruz Machado	Não
18	01508.000561/2016-36	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO CGH CORRENTE DE OURO MUNICÍPIO DE PINHÃO – PR.	Pinhão	Não
19	01508.000060/2018-11	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA (CGH) CORVO I, NO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ.	Boa Ventura de São Roque	Sim, secundária
20	01508.900161/2017-11	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA (CGH) CORVO II, NO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ.	Boa Ventura de São Roque	Não
21	01508.001138/2022-00	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DA CGH CRUZ MACHADO MUNICÍPIO DE CRUZ MACHADO, ESTADO DO PARANÁ.	Cruz Machado	Não
22	01508.000497/2023-12	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DA CGH DESTACADO MUNICÍPIO DE CANDÓI, ESTADO DO PARANÁ.	Candói	Não

23	01508.000661/2012-39	PROJETO DE MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO NAS ÁREAS DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO DA CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA – CGH ENXADRISTA, GUARAPUAVA – PR.	Guarapuava	Não
24	01508.000060/2019-01	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO CGH EVR MUNICÍPIOS DE GUARAPUAVA E PINHÃO – PR.	Guarapuava e Pinhão	Não
25	01508.000215/2021-15	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CGH FAROL DE SANTA MARTA, MUNICÍPIO DE CANDÓI – PR.	Candói	Não
26	01508.000222/2021-17	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CGH GALO VERMELHO RIO COITINHO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA – PR.	Guarapuava	Não
27	01508.000645/2021-37	AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA CGH GIULIA, MUNICÍPIO DE PINHÃO/PR.	Pinhão	Não
28	01508.000599/2018-71	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CGH HUMAITÁ PINHÃO – PR.	Pinhão	Não
29	01508.000208/2019-07	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO CGH LIMEIRA MUNICÍPIOS DE PINHÃO E GUARAPUAVA – PR.	Pinhão e Guarapuava	Não
30	01508.000903/2017-07	AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA CGH MARREQUINHAS, MUNICÍPIOS DE PITANGA E BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR.	Pitanga e Boa Ventura de São Roque	Não
31	01508.000205/2017-01	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA (CGH) MARREQUINHA, NOS MUNICÍPIOS DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E PITANGA, ESTADO DO PARANÁ.	Boa Ventura de São Roque e Pitanga	Não
32	01508.000779/2017-71	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA (CGH) MARREQUINHA II, NOS MUNICÍPIOS DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E PITANGA, ESTADO DO PARANÁ	Boa Ventura de São Roque e Pitanga	Não
33	01508.000459/2023-60	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO CGH MORRO BRANCO.	Cantagalo e Virmond	Não
34	01508.000573/2021-28	AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA CGH NINA, MUNICÍPIO DE CANDÓI/PR.	Candói	Não

35	01508.000514/2018-54	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CGH PEDRA LISA, MUNICÍPIOS DE PINHÃO E GUARAPUAVA – PR.	Pinhão e Guarapuava	Não
36	01508.000692/2021-81	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DO EMPREENDIMENTO CGH PELOURINHO, MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA – PARANÁ.	Guarapuava	Não
37	01508.000513/2018-18	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CGH PINHÃO 11, MUNICÍPIO DE PINHÃO E GUARAPUAVA – PR.	Pinhão e Guarapuava	Não
38	01508.000984/2013-11	PROJETO DE LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO CGH PONTE, BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, PARANÁ.	Boa Ventura de São Roque	Sim
39	01508.000164/2019-15	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DO EMPREENDIMENTO CGH RINCÃO DO BICHO, MUNICÍPIO DE GOIOXIM – PR.	Goioxim	Não
40	01508.000567/2021-71	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO CGH RINCÃO DO BUTIÁ.	Reserva do Iguaçu	Não
41	01508.000904/2017-43	PROJETO - AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA CGH SALTO COSCHINHAKI, MUNICÍPIOS DE PITANGA E BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR.	Pitanga e Boa Ventura de São Roque	Não
42	01508.000816/2020-47	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA - CGH SANTA JACINTA MUNICÍPIOS DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E PITANGA – PR.	Boa Ventura de São Roque e Pitanga	Não
43	01508.000868/2017-18	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CGH SÃO JOSÉ, MUNICÍPIO DE PINHÃO, PR.	Pinhão	Não
44	01508.001049/2016-15	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DO EMPREENDIMENTO CGH SATURNO, MUNICÍPIO DE CANDÓI – PR.	Candói	Não
45	01508.000145/2013-95	PROJETO DE LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO CGH SOCORRO, GUARAPUAVA, PR.	Guarapuava	Não
46	01508.000869/2017-62	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CGH TAGUAZINHO, MUNICÍPIOS DE PINHÃO E GUARAPUAVA – PR.	Pinhão e Guarapuava	Não
47	01508.000323/2016-21	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA (CGH) TAPERA, NOS MUNICÍPIOS DE LARANJEIRAS DO SUL E VIRMOND / PR.	Laranjeiras do Sul e Virmond	Não

48	01508.001187/2017-77	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA (CGH) TAPERA I, NOS MUNICÍPIOS DE LARANJEIRAS DO SUL E VIRMOND/PR.	Laranjeiras do Sul e Virmond	Não
49	01508.000610/2018-01	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CGH TIGRE AZUL, MUNICÍPIOS DE GOIOXIM E GUARAPUAVA – PR.	Goioxim e Guarapuava	Não
50	01508.000165/2019-51	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CGH TIGRE PRETO, MUNICÍPIOS DE GOIOXIM E GUARAPUAVA – PR.	Goioxim e Guarapuava	Não
51	01508.000830/2021-21	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA CGH TRÊS PALMEIRAS, MUNICÍPIO DE CANDÓI – PR.	Candói	Não
52	01508.000275/2023-08	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA CGH TURVO, MUNICÍPIO DE TURVO/PR.	Turvo	Não
53	01508.001145/2017-36	PROGRAMA DE PROSPECÇÕES ARQUEOLÓGICAS INTESIVAS E PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA CGH VOLTA GRANDE, MUNICÍPIOS DE PINHÃO E GUARAPUAVA – PR.	Pinhão e Guarapuava	Não
54	01508.000232/2023-14	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA CGH ZÉ RENATO, MUNICÍPIOS DE PALMITAL, MATO RICO, PITANGA E SANTA MARIA DO OESTE / PR.	Palmital , Mato Rico, Pitanga e Santa Maria do Oeste	Não
55	01508.000703/2019-16	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO CONDOMÍNIO GRAND FOREST RESIDENCE SPA & RESORT (MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR).	Guarapuava	Não
56	01508.000597/2023-49	AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DAS OBRAS DE DUPLICAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA RODOVIA PR-170/PRC-466, NO TRECHO SITUADO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE TURVO E GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.	Turvo e Guarapuava	Sim, secundária
57	01450.002150/2020-74	AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA IMPLANTAÇÃO E/OU READEQUAÇÃO DE FERROVIA NO TRECHO ENTRE MARACAJU (MS) E PARANAGUÁ (PR) – ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE, EF-277.	Candói; Canta Galo; Goioxim; Guarapuava; Inácio Martins; Laranjeiras do Sul; e Marquinho.	Não
58	01508.000078/21018-13	PROJETO DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA - AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO	Turvo e Prudentópolis	Não

		DA LINHA DE DISTRIBUIÇÃO DE ALTA TENSÃO 138 KV FAXINAL DA BOA VISTA – PRUDENTÓPOLIS, MUNICÍPIOS DE TURVO E PRUDENTÓPOLIS / PR.		
59	01508.000501/2020-08	AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA LINHA DE DISTRIBUIÇÃO DE ALTA TENSÃO 138 KV PCH PAREDINHA – SE FAXINAL DA BOA VISTA, MUNICÍPIO DE TURVO, ESTADO DO PARANÁ.	Turvo	Sim
60	01508.000077/2018-79	AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA LINHA DE DISTRIBUIÇÃO DE ALTA TENSÃO 138 KV VILA CARLI – TURVO E SUBESTAÇÃO TURVO, MUNICÍPIOS DE TURVO E GUARAPUAVA / PR.	Turvo e Guarapuava	Sim
61	01508.000076/2018-24	AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA LINHA DE DISTRIBUIÇÃO DE ALTA TENSÃO 138 KV FAXINAL DA BOA VISTA – TURVO E SUBESTAÇÃO FAXINAL DA BOA VISTA, MUNICÍPIO DE TURVO / PR.	Turvo	Sim
62	01508.000427/2020-11	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO LOTEAMENTO LOTE Nº2 / GUARAPUAVA – PR.	Guarapuava	Não
63	01508.000295/2022-90	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL II, MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR.	Palmital	Não
64	01508.000282/2018-34	AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO - SUBGRUPO V: LINHA DE TRANSMISSÃO 230 KV UNIÃO DA VITÓRIA NORTE – SÃO MATEUS DO SUL (C1) E LINHA DE TRANSMISSÃO 230 KV AREIA – UNIÃO DA VITÓRIA NORTE (C1) MUNICÍPIOS DE PAULA FREITAS, PAULO FRONTIN, SÃO MATEUS DO SUL, CRUZ MACHADO, PINHÃO E UNIÃO DA VITÓRIA / PR.	Paula Freitas, Paulo Frontin, São Mateus do Sul, Cruz Machado, Pinhão E União da Vitória	Não
65	01450.001249/2019-15	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO (PAPIPA) – ESTADO DO PARANÁ: CRUZ MACHADO, MALLETT, PAULO FRONTIN, PINHÃO, SÃO MATEUS DO SUL E UNIÃO DA VITÓRIA. ESTADO DE SANTA CATARINA: CANOINHAS, CORUPÁ, GUARAMIRIM, JARAGUÁ DO SUL, JOINVILLE, MAFRA, RIO NEGRINHO, SÃO BENTO DO SUL, SCHROEDER E TRÊS BARRAS.	No PR: Cruz Machado, Mallet, Paulo Frontin, Pinhão, São Mateus do Sul e União da Vitória. Em SC: Canoinhas, Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Joinville, Mafra, Rio Negrinho, São Bento do	Sim

			Sul, Schroeder e Três Barras.	
66	01508.000226/2018-08	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO - PAIPA SUBGRUPO I: LINHA DE TRANSMISSÃO 525KV IVAIPORÃ – PONTA GROSSA (C1) E LINHA DE TRANSMISSÃO 525KV IVAIPORÃ – PONTA GROSSA (C2) MUNICÍPIOS DE ARIRANHA DO IVAÍ, CÂNDIDO DE ABREU, IMBITUVA, IPIRANGA, IVAÍ, MANOEL RIBAS, PITANGA, PONTA GROSSA, PRUDENTÓPOLIS, RESERVA E TURVO, ESTADO DO PARANÁ.	Ariranha do Ivaí, Cândido de Abreu, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Manoel Ribas, Pitanga, Ponta Grossa, Prudentópolis, Reserva e Turvo	Sim
67	01508.000937/2015-21	PROJETO DO PROGRAMA DE RESGATE, MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL LINHA DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA DE 138 KV. AREIA – UNIÃO DA VITÓRIA.	Pinhão, Cruz Machado e União da Vitória	Sim
68	01508.000535/2020-94	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PCH ALIANÇA MUNICÍPIO DE PINHÃO – PARANÁ.	Pinhão	Não
69	01508.000960/2013-54	PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA PCH BOA VISTA II, MUNICÍPIO DE TURVO/PR.	Turvo	Não
70	01508.000040/2020-65	AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA BURRO BRANCO, MUNICÍPIOS DE INÁCIO MARTINS E CRUZ MACHADO / PR.	Inácio Martins e Cruz Machado	Não
71	01508.000896/2010-69	PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO, PROSPECÇÃO, RESGATE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA PCH CAVERNOSO II, PARANÁ.	Candói e Virmond	Sim
72	01508.900092/2017-38	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E PROJETO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA CAVERNOSO III, MUNICÍPIOS DE CANDÓI, VIRMOND E CANTAGALO, NO ESTADO DO PARANÁ.	Candói, Cantagalo e Virmond	Não
73	01508.000566/2017-40	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA PCH CAVERNOSO IV, NOS MUNICÍPIOS DE CANDÓI E CANTAGALO, NO ESTADO DO PARANÁ.	Candói e Cantagalo	Sim
74	01508.000565/2017-03	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA PCH CAVERNOSO V, NOS MUNICÍPIOS DE CANDÓI E CANTAGALO, NO ESTADO DO PARANÁ.	Candói e Cantagalo	Não

75	01508.900005/2017-42	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA PCH CAVERNOSO VI, NOS MUNICÍPIOS DE GUARAPUAVA E CANTAGALO, NO ESTADO DO PARANÁ.	Guarapuava e Cantagalo	Não
76	01508.000517/2017-15	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA PCH CAVERNOSO VIII, NOS MUNICÍPIOS DE GUARAPUAVA E GOIOXIM, NO ESTADO DO PARANÁ.	Guarapuava e Goioxim	Não
77	01508.000424/2016-00 com documentos do 01508.000642/2017-17	PROGRAMA DE PROSPECÇÕES ARQUEOLÓGICAS INTENSIVAS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS ÁREAS DE IMPLANTAÇÃO DA PCH COBRE KM 19, MUNICÍPIOS DE MARQUINHO, LARANJEIRAS DO SUL E NOVA LARANJEIRAS - PR.	Marquinho, Laranjeiras do Sul e Nova Laranjeiras	Sim
78	01508.000642/2017-17	PROGRAMA DE MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA PCH COBRE KM 19, MUNICÍPIOS DE MARQUINHO, LARANJEIRAS DO SUL E NOVA LARANJEIRAS – PR.	Marquinho, Laranjeiras do Sul e Nova Laranjeiras	Sim
79	01508.900137/2017-74	MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA PCH CONFLUÊNCIA, MUNICÍPIOS DE PRUDENTÓPOLIS E TURVO – PR.	Prudentópolis e Turvo	Sim
80	01508.000139/2018-42	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PCH DOIS FARÓIS MUNICÍPIOS DE CRUZ MACHADO E UNIÃO DA VITÓRIA/PR.	Cruz Machado e União da Vitória	Não
81	01508.000814/2013-29	DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO INTERVENTIVO NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DA PCH FOZ DO CAPÃO GRANDE, MUNICÍPIOS DE PINHÃO E RESERVA DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.	Pinhão e Reserva do Iguaçu	Não
82	01508.000041/2020-18	AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA FOZ DO TURVO, MUNICÍPIOS DE PINHÃO, INÁCIO MARTINS E CRUZ MACHADO / PR.	Pinhão, Inácio Martins e Cruz Machado	Sim
83	01508.001225/2015-20	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLOGICO NA ÁREA DE INSTALAÇÃO DA PEQUENA CENTRAL HIDRELETRICA MARRECAS / PR	Turvo e Prudentópolis	Não
84	01508.000626/2015-62	PROGRAMA DE RESGATE ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA PCH NOVA CANTU 2, MUNICÍPIOS DE LARANJAL, PALMITAL, NOVA CANTU E RONCADOR, ESTADO DO PARANÁ.	Laranjal, Palmital, Nova Cantú e Roncador	Não

85	01508.001226/2015-74	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE INSTALAÇÃO DA PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA PAREDINA / PR	Turvo	Não
86	01508.000159/2018-13	AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA PCH PAREDINHA, MUNICÍPIO DE TURVO / PR.	Turvo	Sim
87	01508.001261/2016-74	PROJETO DE MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO NAS ÁREAS DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO DA PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA – PCH PARQUE, MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA / PR	Guarapuava	Não
88	01508.000582/2014-90	PROJETO DE DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO INTERVENTIVO ASSOCIADO À IMPLANTAÇÃO DA PCH PINHAL DO RALO, MUNICÍPIOS DE PINHÃO E GUARAPUAVA, PR	Pinhão e Guarapuava	Não
89	01508.000042/2020-54	AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA PINHALZINHO, MUNICÍPIOS DE CRUZ MACHADO E PINHÃO / PR.	Cruz Machado e Pinhão	Não
90	01508.000815/2013-73	PROGRAMA DE PROSPECÇÕES ARQUEOLÓGICAS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA PEQUENA CENTRAL HIDRELETRICA - PITUQUINHAS / MUNICÍPIOS DE PINHÃO E RESERVA DO IGUAÇU – PARANÁ.	Pinhão e Reserva do Iguaçu	Não
91	01508.000706/2018-61	AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA PCH POTINGA (ABRANGENDO OS MUNICÍPIOS DE INÁCIO MARTINS E CRUZ MACHADO-PR).	Inácio Martins e Cruz Machado	Sim
92	01508.000142/2018-66	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PCH SALTINHO MUNICÍPIO DE CRUZ MACHADO-PR.	Cruz Machado	Não
93	01508.001516/2016-07	PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DA PCH SANTA PAULA, MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.	Guarapuava	Não
94	01508.000305/2018-19	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA PCH SÃO JERÔNIMO, MUNICÍPIOS DE PINHÃO E GUARAPUAVA – PR.	Pinhão e Guarapuava	Não
95	01508.000032/2013-90	PROJETO DE LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO PCH TAGUÁ, GUARAPUAVA, PR	Guarapuava	Não
96	01508.000027/2018-91	PROGRAMA DE PROSPECÇÕES ARQUEOLÓGICAS INTENSIVAS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL CGH TAGUÁ MUNICÍPIOS DE CANDÓI E GUARAPUAVA – PR.	Candói e Guarapuava	Não

97	01508.000563/2018-97	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA PCH TAPERA 2A MUNICÍPIOS DE VIRMOND, LARANJEIRAS DO SUL E PORTO BARREIRO – PR.	Virmond, Laranjeiras do Sul, e Porto Barreiro	Não
98	01508.000564/2018-31	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA PCH TAPERA JUSANTE MUNICÍPIOS DE VIRMOND E PORTO BARREIRO – PR.	Virmond e Porto Barreiro	Não
99	01508.000976/2017-91	PROGRAMA DE DIAGNÓSTICO E PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA PCH TRÊS CAPÕES, MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA – PR.	Guarapuava	Não
100	01508.000030/2020-20	PROJETO DE RECADASTRAMENTO DE 215 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO ESTADO DO PARANÁ. MUNICÍPIOS: CANDÓI, FOZ DO JORDÃO, GUARAPUAVA, LARANJEIRAS DO SUL, MARQUINHO, PINHÃO, PORTO BARREIRO, QUEDAS DO IGUAÇU, RIO BONITO DO IGUAÇU, TURVO, CLEVELÂNDIA, HONÓRIO SERPA, MANGUEIRINHA, PALMAS, LARANJAL, PITANGA, SANTA MARIA DO OESTE, CAPANEMA, REALEZA, CRUZEIRO DO IGUAÇU, NOVA PRATA DO IGUAÇU, SÃO JORGE DO OESTE, CHOPINZINHO, SÃO JOÃO E SAUDADE DO IGUAÇU, NO ESTADO DO PARANÁ.	Candói, Foz do Jordão, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Turvo, Clevelândia, Honório Serpa, Mangueirinha, Palmas, Laranjal, Pitanga, Santa Maria do Oeste, Capanema, Realeza, Cruzeiro do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, São Jorge do Oeste, Chopinzinho, São João e Saudade do Iguaçu.	Sim, Recadastro
101	01508.001527/2015-06	PROJETO DE RESGATE ARQUEOLÓGICO E PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA PCH CONFLUÊNCIA, LOCALIZADA NOS MUNICÍPIOS DE PRUDENTÓPOLIS E TURVO, ESTADO DO PARANÁ.	Prudentópolis e Turvo	Sim, resgate
102	01508.000562/2019-23	PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO RESIDENCIAL PORTO REAL. (MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR).	Guarapuava	Não
103	01508.000550/2023-85	AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA PR-	Boa Ventura de São Roque e Turvo	Não

		170/PRC-466 – MUNICÍPIOS DE PITANGA, BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E TURVO, ESTADO DO PARANÁ.		
104	01508.000716/2019-87	PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA SE 138KV PALMITAL.	Palmital	Não
105	01508.000107/2015-02	PLANO DE MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, LOTEAMENTO SHOPPING GUARAPUAVA.	Guarapuava	Não
106	01508.000069/2023-90	AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DO SISTEMA FOTOVOLTAICO SEGREDO RESERVA DO IGUAÇU/PR.	Reserva do Iguaçu	Não
107	01508.000293/2018-14	FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DE ATIVIDADE – FCA – AMPLIAÇÃO 11 DA SUBESTAÇÃO 138 KV CANTEIRO SEGREDO	Reserva do Iguaçu	Não
108	01508.000257/2018-51	AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO - SUBGRUPO IV: LINHA DE TRANSMISSÃO 230 KV AREIA - GUARAPUAVA OESTE C1 E SECCIONAMENTO DA LINHA DE TRANSMISSÃO 230 KV AREIA - PONTA GROSSA NORTE C1 ATÉ A SUBESTAÇÃO GUARAPUAVA OESTE MUNICÍPIOS DE GUARAPUAVA E PINHÃO / PR.	Guarapuava e Pinhão	Não
109	01508.000281/2018-90	PROJETO DE PESQUISA - AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO - SUBGRUPO IV.1: SUBESTAÇÃO 230/138 KV GUARAPUAVA OESTE MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA / PR.	Guarapuava	Não
110	01508.000827/2016-41	RECADASTRAMENTO DE 69 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS (CNSA/CNA/IPHAN) - OESTE DO ESTADO DO PARANÁ. MUNICÍPIOS DE GUARAPUAVA, TURVO, SANTA MARIA D'OESTE, LARANJAL, MARQUINHO, CAMPINA DA LAGOA, CAMPO BONITO, UBIRATÃ, ANAHY, CORBÉLIA, NOVA AURORA, TERRA ROXA, FRANCISCO ALVES, IPORÃ, ALTÔNIA, FORMOSA DO OESTE.	Guarapuava, Turvo, Santa Maria d'Oeste, Laranjal, Marquinho, Campina da Lagoa, Campo Bonito, Ubiratã, Anahy, Corbélia, Nova Aurora, Terra Roxa, Francisco Alves, Iporã, Altônia, Formosa do Oeste.	Sim, recadastro
111	01508.000356/2018-32	AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA UTE SÃO PEDRO, MUNICÍPIO DE CANTAGALO / PR.	Cantagalo	Não

Fonte: Elaboração própria..